JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Câmara Municipal de Alto Garças 5
Câmara Municipal de Apiacás 5
Câmara Municipal de Cáceres 8
Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis 8
Câmara Municipal de Canarana 9
Câmara Municipal de Colíder 9
Câmara Municipal de Diamantino 10
Câmara Municipal de Matupá 10
Câmara Municipal de Nova Olímpia 10
Câmara Municipal de Paranatinga 10
Câmara Municipal de São José do Povo 11
Câmara Municipal de São José do Xingu 11
Câmara Municipal de Várzea Grande 12
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis 12
Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá 13
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 13
Consórcio Intermunicipal do Norte Araguaia 14
Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos municípios mato-grossenses – CONSPREV 15
Instituto Municipal da Previdência dos Servidores de Tangará da Serra - SERRAPREV 17
Prefeitura Municipal de Água Boa 18
Prefeitura Municipal de Alto Garças 21
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 23
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 24
Prefeitura Municipal de Apiacás 33
Prefeitura Municipal de Araputanga 37
Prefeitura Municipal de Arenápolis 40
Prefeitura Municipal de Aripuanã 41
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 50
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 51
Prefeitura Municipal de Brasnorte 51
Prefeitura Municipal de Cáceres 52
Prefeitura Municipal de Campinápolis 65
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 69
Prefeitura Municipal de Campo Verde 73
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 88
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 101
Prefeitura Municipal de Canarana 106
Prefeitura Municipal de Carlinda 122
Prefeitura Municipal de Castanheira 123
Prefeitura Municipal de Cláudia 124
Prefeitura Municipal de Cocalinho 130
Prefeitura Municipal de Colíder 130
Prefeitura Municipal de Colniza 132
Prefeitura Municipal de Confresa 138
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 138
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 140
Prefeitura Municipal de Curvelândia 142
Prefeitura Municipal de Diamantino 213
Prefeitura Municipal de General Carneiro 213
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 213
Prefeitura Municipal de Guiratinga 214
Prefeitura Municipal de Itanhangá 215

Prefeitura Municipal de Itaúba 216
Prefeitura Municipal de Itiquira 217
Prefeitura Municipal de Jaciara 241
Prefeitura Municipal de Jauru 241
Prefeitura Municipal de Juara 241
Prefeitura Municipal de Juruena 244
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 253
Prefeitura Municipal de Matupá 254
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 258
Prefeitura Municipal de Nobres 262
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 267
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 270
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 358
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 361
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 363
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 364
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 366
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 403
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 405
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 405
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 406
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 411
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 442
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 449
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 450
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 451
Prefeitura Municipal de Paranatinga 451
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 455
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 461
Prefeitura Municipal de Poconé 462
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 463
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 466
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 467
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 468
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 468
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 468
Prefeitura Municipal de Poxoréu 471
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 474
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 476
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 490
Prefeitura Municipal de Rondolândia 491
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 496
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 496
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 497
Prefeitura Municipal de Santa Carmem 497
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 498
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 502
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 505
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 506
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 544
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 544
Prefeitura Municipal de São José do Povo 545
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 550
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 551
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 551
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 554
Prefeitura Municipal de Sorriso 554
Prefeitura Municipal de Tabaporã 559
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 560
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 563
Prefeitura Municipal de União do Sul 564
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 571
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 572

Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 583
Prefeitura Municipal de Vila Rica 583

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1201

O Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2023

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2023

A Câmara Municipal de Alto Garças – MT, através do Agente de Contratação, nomeado sob Portaria nº 016/2023, torna pública Dispensa de Licitação nº 027/2023

CONTRATADO: VS FOTOS ,VIDEOS E PUBLINDOOR - VICENTE LUIS FIGUEIREDO DE SOUZA M.E.

OBJETO: Contratação de serviços de fotografia, reprodução, restauração, ampliação e entregue com laminação e moldura, para a criação da galeria de ex-vereadores, ex-vereadoras e ex-prefeitos de Alto Garças.

VALOR GLOBAL: R$ 20.822,00 (vinte mil oitocentos e vinte e dois reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75 II da Lei nº 14.133/2021.

Gustavo F. N. Baldo

Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
CONTRATO 010/2023

CONTRATO N.º 10/2023

Contrato de Prestação de serviços que fazem entre si, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE Apiacás** e de outro lado a empresa**VIZZOTTO ENGENHARIA LTDA.**

Por este instrumento de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como CONTRATANTE: A **CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS / MT** inscrita no CNPJ sob n°. 01.327.030/0001-70, estabelecida à Av. Ludovico da Riva Neto nº 206 Bairro Bom Jesus Apiacás - MT, neste ato representado pela presidente Sr. **Valdomiro Nunes Bernardes**, brasileiro, agente político, portador do documento de identidade RG nº 09153225 SSP/MT, e CPF nº 955.198.239-87, residente e domiciliado na Av Dante Martins De Oliveira Centro, doravante denominada **CONTRATANTE**, *de outro lado a empresa* **VIZZOTTO ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº **13.765.712/0001-43**, **situada na rua Jose Joaquim Vierira s/nº, Centro, Nova Monte Verde - MT**, CEP: 78593-000 neste ato representado por seu representante legal, **Sr Jean Garattini Vizzotto** brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 1899190-4 SSP-MT e CPF nº 045.803.121-63 com domicílio e residência Em Apiacás – MT Rua Porecatu, setor Pioneiro s/n têm entre si justo e contrato o que se segue mutuamente concordam:

As partes têm em comum o presente contrato pela finalidade de estabelecer os direitos e obrigações, tudo de acordo com a Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações, aplicando nos casos omissos, o disposto na legislação civil vigente e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – **Objeto** – Contratação de serviço de Engenharia Civil na elaboração de projeto de construção e responsabilidade de fiscalização da execução, e ainda, responsabilidade técnica junto ao CREA MT e GEOOBRAS do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDICIONANTES DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto deste contrato será executado diretamente, sob o regime de empreitada.

2.2. Este Instrumento de Contrato guarda inteira conformidade, com os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e demais documentos que compõem a Dispensa de Licitação nº 004/2023, parte integrante do processo de contratação e complementares deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor global do objeto deste contrato é de **R$ 13.000,00 (treze mil reais)**, pagos em até 05 (cinco) dias úteis após a entrega dos seguintes itens, divididos da seguinte forma:

3.1.1. O montante de **R$ 11.000,00** (onze mil), após a entrega do Projeto devidamente aprovado pela Câmara Municipal de Apiacás;

3.1.2. O montante de **R$ 2.000,00** (dois mil reais), será referente as medições, previstas num total de 2 (duas) medições, a R$ 1.000,00 (um mil reais) cada.

3.2. O pagamento será realizado após a emissão da Nota Fiscal, cuja nota se apresentada com erro será devolvida à empresa contratada para retificação e reapresentação.

3.3. O pagamento somente será efetuado mediante transferência bancária em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, ou de titularidade do seu REPRESENTANTE indicado neste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da classificação e dotações orçamentárias abaixo especificadas, e consignadas no Orçamento Programa previsto para o corrente exercício, na seguinte rubrica:

ORGÃO: 01 – Câmara Municipal

FUNÇÃO DE GOVERNO: 01 – Legislativa

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0001.2001. 3.3.90.39.00.00.00

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1. O prazo de vigência do presente contrato será adstrito ao cumprimento do objeto (entrega dos projetos e fiscalização da conclusão da obra) com limite de prazo fixado em 1 (hum) ano, a partir da data de assinatura do presente instrumento, desde que, sejam cumpridos todos os ditames convencionados, podendo ter seu término antecipado por interesse da administração pública conforme determina a Lei nº 8.666/93.

5.1.1. O prazo para execução das planilhas, bem como, a execução e entrega dos projetos, conforme estabelecido na Cláusula Primeira serão de até 15 (quinze) dias, a contar da data de celebração deste contrato.

5.1.1.1. Os prazos que tratam esse subitem, poderão ser prorrogados, em comum acordo, desde que justificada a necessidade.

5.1.2. A execução da obra deverá ocorrer num período máximo de 90 (noventa) dias.

5.1.2.1. Havendo necessidade de prorrogação de prazo de execução, por demanda alheia à fiscalização da obra, poderá ser implementado o respectivo valor à sua proporcionalidade.

5.2. O referido contrato poderá ser prorrogado em conformidade ao artigo 57, Inciso II da Lei 8666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

6.1. A **CONTRATADA** compromete-se com a **CONTRATANTE** a prestar, com a devida dedicação e seriedade, o objeto deste Contrato, tanto o que diz respeito aos prazos de entrega, quanto a qualidade nos traços e caracteres da concepção arquitetônica, bem como dar a devida e total assistência, no que se refere ao acompanhamento das obras de reforma e do prédio da Câmara Municipal de Apiacás;

6.2. A **CONTRATADA** compromete-se com a **CONTRATANTE** a disponibilizar o profissional Engenheiro Civil que responderá como Responsável Fiscal da área de engenharia junto ao CREA MT e GEOOBRAS do TCE MT e junto a Câmara Municipal de Apiacás o Profissional Jean Garattini Vizzotto, possuidor do CREA MT nº 035714

6.3. A **CONTRATADA** compromete-se com a **CONTRATANTE** a disponibilizar o profissional Engenheiro Civil que elaborará as planilhas com os cronogramas da execução financeira e orçamentária, bem como o layout da execução da obra junto a Câmara Municipal de Apiacás o Profissional Jean Garattini Vizzotto, possuidor do CREA MT nº 035714

6.4. O profissional deverá prestar os serviços na sede da Câmara Municipal de Apiacás o, durante o período em que as obras estiverem em andamento e constatar a execução exatamente igual ao pleito previsto no projeto e no Processo Licitatório da(s) empresa(s) executora(s) da(s) obra(s).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto contratado dentro das especificações.

7.2. Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da Contratada caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei n. 8.666/93;

7.3. Designa o(a) servidor(a) desta Câmara Municipal de Vereadores ***Kelly C Balbino dos santos*** para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste instrumento.

7.4. Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução podendo impugnar os serviços que considerar insatisfatório, solicitando nova execução os quais deverão ser feitos, correndo as despesas oriundas destes serviços por conta da contratada;

7.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

7.6. Notificar, por escrito, a contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação dos serviços, fixando prazo para sua correção.

7.7. Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei n. 8.666/93;

7.8. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

7.9. Enviar à Contratada o documento comprovante de arrecadação competente toda vez em que ocorrer a retenção de impostos sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços;

7.10. Denunciar as infrações cometidas pela Contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei n. 8.666/93;

7.11. Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei n. 8.666/93;

7.12. Permitir a subcontratação de partes dos serviços, desde que seja solicitada pela contratada e que haja conveniência para a contratante.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

8.1. Executar os serviços contratados dentro das normas legais, sob as penas da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

8.2. Executar todos os serviços objeto deste contrato dentro do prazo estipulado ou solicitado pela contratante, sob as penas da Lei n. 8.666/93;

8.3. Receber todo o apoio logístico, tais como recursos humanos para recebimento de orientação e materiais e equipamentos condizentes com a execução dos serviços, objetivando um desenvolvimento mais racional e mais eficiente das atividades objeto deste contrato;

8.4. Assumir em caráter exclusivo, toda e qualquer responsabilidade de natureza civil, trabalhista ou previdenciária e respectivos ônus, tanto em relação a si, quanto ao pessoal eventualmente contratado para a execução dos serviços do objeto do presente contrato;

8.5. Atender a todas as exigências deste contrato e executar todas as solicitações de serviços assumindo os ônus da prestação inadequada dos trabalhos;

8.6. Tratar com confidencialidade todas as informações e dados técnicos, administrativos e financeiros contidos nos documentos da Contratante, guardando sigilo perante terceiros;

8.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços objeto do presente instrumento até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato observado às disposições do art. 65 da Lei n. 8.666/93;

8.8. Emitir a Nota Fiscal da prestação dos serviços fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos quando exigido pela Contratante.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

9.1. O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei n. 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

9.1.1. Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por lei;

9.2. Por acordo das partes:

a) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contra prestação dos serviços;

b) Quando necessário se promover a manutenção do reequilíbrio econômico e financeiro do contrato;

c) Outros casos previstos na Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E MULTAS CONTRATUAIS

10.1. Fica atribuída a **CONTRATADA** em caso do não cumprimento com as suas obrigações assumidas ou preceitos legais através do presente instrumento as seguintes penalidades:

Parágrafo Primeiro - Multa de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor do contrato realizado, quando deixar de cumprir os prazos estabelecidos e as obrigações assumidas.

Parágrafo Segundo - Suspensão do direito de celebrar contrato com o Governo deste Município e seus órgãos centralizados pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. A rescisão do contrato poderá ocorrer administrativamente por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos previstos anteriormente; judicialmente nos termos da legislação processual, hipótese em que a parte culpada responderá pelo pagamento de perdas e danos; ou amigavelmente, por ato das partes, reduzindo a termo no processo de contratação.Acatando o que preceitua os Artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** assume integral responsabilidade por todos os prejuízos que a rescisão por sua culpa possa acarretar à Câmara de Vereadores, além do pagamento da multa contratual estabelecida na cláusula anterior.

Parágrafo Segundo -Em caso de rescisão contratual administrativa ou amigável, a rescisão será precedida de comunicado escrito e fundamentado com antecedência de 30 (trinta) dias por parte daquele que solicitar a rescisão, fica atribuída uma multa rescisória de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato para a parte que não cumprir o prazo de aviso estabelecido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PROCESSO

12.1. O presente contrato é oriundo da Dispensa de Licitação nº 004/2023, em conformidade à Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O foro do presente instrumento é o da Comarca de Apiacás MT, renunciando as partes a qualquer outro pôr mais privilegiado que seja ou pareça, ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação, seja a que título for, será considerada pela Contratante fora de sua jurisdição escolhida.

E pôr estarem justos e contratados, as partes passam a assinar o presente instrumento por si, e/ou seus sucessores, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas, que nele também assinam.

Apiacás – MT, 17 de novembro de 2023

_____

CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS

Valdomiro Nunes Bernardes – Presidente da Câmara

CONTRATANTE

_____

VIZZOTTO ENGENHARIA LTDA

CNPJ Nº 13.765.712/0001-43

Jean Garattini Vizzotto - Representante

CONTRATADA

Testemunhas:	
NOME: Andressa Carrion Fernandes CPF Nº: 056.286.611-63	NOME: Khauara Barbosa Da Silva CPF Nº: 082.741.241-03

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DO CERTAME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2023 – ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DO CERTAME

As dez horas do dia 25 de outubro de dois mil e vinte e três, na sala das licitações da Câmara Municipal de Apiacás, reuniram-se a Pregoeira e equipe de apoio nomeada pela Portaria nº 015 de 02 de janeiro de 2023, Sra. ***Alciene da Silva Demétrio***, Pregoeira e Equipe de apoio: ***Thalita Raquel de Brito***; ***José Lima dos Santos***; ***Julia da Silva***, para avaliarem e cumprirem com as determinações legais do certame licitatório. A pregoeira cumprimentou os presentes secretária e membros, informou-os que a reunião se tratava da ADESÃO à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2023 da Prefeitura de Apiacás - MT, a qual a Câmara de Apiacás obteve a anuência para fazer o procedimento de adesão, cuja finalidade é Adesão a Ata de Registro de Preços nº 055/2023 referente ao Pregão Presencial nº 046/2023,com o objeto de contratação de empresa especializada para prestação de serviços em gerenciamento, implementação, administração e disponibilização de cartões magnéticos/eletrônicos, modalidade alimentação, de abrangência nacional (estados, capitais e municípios), aos servidores públicos municipais de Apiacás - MT, em rede de estabelecimentos credenciados. Feito o pedido em data de 14 de setembro de 2023 através do oficio nº 098/2023, a Prefeitura de Apiacás respondeu em data de 14 de setembro de 2023, através do oficio nº 0278/2023. Em seguida, o Presidente desta Casa entrou em contato com a empresa Mult Card Cartões LTDA em data de 18 de setembro de 2023, através do Oficio nº 099/2023, a qual respondeu na data de 19 de setembro através do oficio nº 099/2023, declarando aceite e encaminhando a documentação necessária ao atendimento do certame, a declaração de que esse compromisso não ocasionará prejuízos aos compromissos já assumidos com a Prefeitura de Apiacás conforme exigência do douto Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Fato que ratifica a Proposta Comercial pelo mesmo preço registrado, enviada em data de 11 de setembro de 2023, quando esta equipe de pregão estava em fase de cotações de preços junto às empresas do ramo. Toda documentação requerida foi encaminhada integralmente via e-mail, diretamente ao e-mail da Câmara. Em seguida passou a conferência da documentação requerida no edital de abertura do processo nº 068/2023 da Prefeitura de Apiacás MT, cuja vencedora foi a empresa: MULT CARD CARTÕES LTDA, CNPJ: 17.023.237/0001-90, localizada na Av. das Figueiras nº 675 na cidade de Sinop - MT, ao preço global de R$ 43.200,00 (quarenta e três a mil e duzentos reais), para o período de 12 (doze) meses o qual atendeu todas as prerrogativas requeridas e conferidas por essa equipe de apoio. Por todo o exposto no processo, foi justificado a adesão, bem como a vantajosidade dessa aquisição, além de ser objeto de entrega imediata. Fica, portanto, ratificado e sagrado vencedora deste certame a empresa supra citada com a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2023, da Prefeitura de Apiacás MT, atendendo, portanto, ao objeto requerido por esta Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás. E, eu ***Alciene da Silva Demétrio***lavrei a presente ata e deu-se por encerrada a sessão às dez horas e quarenta e cinco minutos, colho assinatura dos presentes.

Alciene da Silva Demétrio

Pregoeira

Thalita Raquel de Brito

Equipe de Apoio

José Lima dos Santos

Equipe de Apoio

Julia da Silva

Equipe de Apoio

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 61, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

"*Dispõe sobre a concessão de* ***DIPLOMA DE CIDADÃO CACERENSE*** *ao* ***Ilustríssimo Sr. ARILDO LEAL*** *e dá outras providências."*

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "a", da Resolução n° 06 de 12 de agosto de 2019, e o Art. 93 do Regimento Interno, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o **DIPLOMA DE CIDADÃO CACERENSE** ao **ILUSTRÍSSIMO SR. ARILDO LEAL**, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Cáceres, tendo ainda uma atuação exemplar na vida pública e particular.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres – MT, 17 de Novembro de 2023.

LUIZ LAUDO PAZ LANDIM

Presidente

PASTOR JÚNIOR

Vice-presidente

MARCOS EDUARDO RIBEIRO

1º Secretário

LACERDA DO AKI

2º Secretário

MANGA ROSA

3º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

EDITAL DE CITAÇÃO 004/2023

EDITAL DE CITAÇÃO POR DIFICULDADES DE ENCONTRAR O DENUNCIADO PESSOALMENTE OU POR MEIO DE COMUNIÇÃOES.

REFERÊNCIA: Comissão Processante 001/2023, de 10 de outubro de 2023, nos termos dos artigos 5º, do Decreto Lei 201/1967, artigo 28 e seguintes da Lei Orgânica do Município de Campo Novo do Parecis — Estado de Mato Grosso e demais Leis aplicáveis.

REQUERIMENTO: 126/2023-PORTARIA 822/2023.

DENUNCIADO: JORGE ITAMAR RODRIGUES.

O Senhor Presidente Da Câmara Municipal De Campo Novo Do Parecis, Joaquim Pereira dos Santos . Na forma da Lei, **FAZ SABER** a todos os que o presente edital, verem o dele tiverem conhecimento, que nesta Casa de Leis tramita a Comissão Processante 01/2023 - Perda De Mandato Por Quebra De Decoro Parlamentar Com Fulcro No Decreto-Lei 201/1967, que figura como denunciado o senhor ***JORGE ITAMAR RODRIGUES, VEREADOR DESTA CIDADE***. O referido decreto Lei leciona que o denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, **de vinte e quatro horas**, sendo lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa. Para isso, estão sendo realizadas tentativas para localizar o denunciado no endereço por ele fornecido em seus regitros públicos não sendo encontrado, e, após conversas via WhatsApp o não da ciência das documentações recebidas, mesmo estando diversas vezes on-line, recebendo ligações, mandando áudios para servidores e membros da Casa. Na forma da Lei, este edital, também, **FAZ SABER**

que, o Denunciado não compareceu na reunião da Comissão Processante realizada no dia 13 de novembro de 2023, às 8:00 horas, ocasião em que testemunhas foram ouvidas, na mesma data, não compareceu para dar seu depoimento nos autos. Como garantia da ampla defesa e contraditório, bem como, pelo princípio da razoabilidade, esta comissão resolveu publicar o Edital 003/2023 e abriu o prazo de 2 (dois) dias corridos, para que o denunciado, se quiser, venha prestar o seu depoimento, acessar as oitivas realizadas e gravadas, e, sob justificativa, requeira, se for o caso, a repetição de depoimentos. **Neste caso**, ficou o mesmo notificado que a repetição das diligências seria realizada no dia subsequente aos 2 (dois) dias a que se refere este edital, às 8:00hrs da manhã.

Assim sendo, este Edital, FAZ SABER que, o denunciado, no dia 16 de novembro de 2023, manifestou seu interesse em ser ouvido por esta Comissão o que foi prontamente atendido sendo designada a referida oitiva para o dia 27 de novembro de 2023, às 8:00horas. Superado esta fase restará concluída a instrução e aberto vistas do processo ao denunciado, para apresentar suas razões de forma escritas, no prazo de 5 (cinco) dias, e, após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento, serão lidas as peças requeridas por qualquer dos Vereadores e pelos denunciados, e, a seguir, os que desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para produzir sua defesa oral, conforme o Decreto Lei 201/67 leciona. Por fim, esclarecemos que pela natureza jurídica do procedimento, a Comissão Processante não suspenderá ou interromperá seus trabalhos e mesma estará conclusa em até noventa dias, contados da data em que se efetivou a notificação do acusado, conforme art. 5°, inciso, VII do decreto Lei 201/67.O presente, **É O TERCEIRO EDITAL DO REFERIDO PROCEDIMENTO**, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. Para conhecimento de todos é passado o presente de EDITAL, cuja segunda via ficará fixada no local de costume.

Nada mais a ser declarado.

Campo Novo Do Parecis-MT, dia 17 de novembro de 2023.

JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS

Presidente Da Câmara Municipal De Campo Novo Do Parecis-MT.

CÂMARA MUNICIPAL DE CANARANA

PAUTA DA ORDEM DO DIA

Consta da Pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 21 de novembro de 2023, as 19h:

ORDEM DO DIA:

Ø Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 10/2023

Ø De 30 de outubro de 2023.

Ø Altera a escolaridade exigida para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate às Endemias, e dá outras providencias.

Ø Autoria: Executivo

Ø Regime de Tramitação: Ordinária

Ø Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação – Orçamento e Finanças

Ø Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 11/2023

Ø De 30 de outubro de 2023.

Ø Altera dispositivo da Lei Complementar 125, de 02 de setembro de 2014, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Administração Geral do Município, e dá outras providencias.

Ø Autoria: Executivo

Ø Regime de Tramitação: Ordinária

Ø Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação – Orçamento e Finanças

Ø Discussão e votação do Projeto de Resolução nº 06/2023

Ø De 30 de outubro de 2023.

Ø Altera data de Sessão Ordinária.

Ø Autoria: Legislativo

Ø Regime de Tramitação: Ordinária

Ø Quórum de Aprovação: Maioria Simples

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação.

Sala de Sessões, 17 de novembro de 2023.

Rafael Govari

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
ATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 019/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. *016/2023*

Objeto: Locação de material, equipamento e espaço em geral, locação de elemento natalino tipo: portal porta principal com adornos natalinos e luz de LED; guirlanda grande 2 m com adornos natalinos iluminada; constelação de estrelas com mangueiras fios de LED e strodo na entrada principal; contornos de mangueiras fios de LED e strobo na entrada principal; contornos de mangueiras nos canteiros dos jardim; estrelas iluminadas com fios de LED mangueiras e strobo; constelação de estrelas com mangueiras e fios de LED portal amarelo para a Câmara Municipal de Colíder-MT, conforme descrição apresentada na solicitação do setor competente.

Não havendo qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subseqüentes e estando o preço ofertado de acordo com o praticado no mercado, **homologo** o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Comunique-se o Licitante vencedor, abaixo denominado, a homologação do objeto Licitado, devendo aguardar Contrato conforme licitado.

Empresa: **VAGNER ALVES MEIRA LTDA**

CNPJ/MF: 21.358.631/0001-57

COLIDER/MT, 17 de novembro de 2023.

Ver. José Moreira

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 016/2023

OBJETO: Locação de material, equipamento e espaço em geral - locação de elemento natalino tipo: portal porta principal com adornos natalinos e luz de LED; guirlanda grande 2m com adornos natalinos iluminada; constelação de estrelas com mangueiras fios de LED e strobo na entrada principal; contornos de mangueiras nos canteiros do jardim; estrelas ilumina-

das com fios de LED mangueiras e strobo; constelação de estrelas com mangueiras e fios de LED portal amarelodaCâmara Municipal de Colíder-MT, conforme descrição apresentada na solicitação do setor competente.

FAVORECIDA: VAGNER ALVES MEIRA LTDA

VALOR GLOBAL: R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais).

JUSTIFICATIVA: Nº 016/2023

FUNDAMENTO LEGAL: Art.24, II, V da Lei nº 8.666/93, justificativa nº 016/2023, Parecer Jurídico anexos ao processo, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Colíder – MT, em 17 de novembro de 2023.

Ver. JOSÉ MOREIRA

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO 019/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2023

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, RATIFICO todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 016/2023, para**:** locação de material, equipamento e espaço em geral - locação de elemento natalino tipo: portal porta principal com adornos natalinos e luz de LED; guirlanda grande 2m com adornos natalinos iluminada; constelação de estrelas com mangueiras fios de LED e strobo na entrada principal; contornos de mangueiras nos canteiros do jardim; estrelas iluminadas com fios de LED mangueiras e strobo; constelação de estrelas com mangueiras e fios de LED portalamarelo para a Câmara Municipal de Colíder-MT.

Colíder-MT; 17 de novembro de 2023

Ver. José Moreira

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ATO DA PRESIDÊNCIA N.º 007/2023

ATO DA PRESIDÊNCIA N.º 007/2023

O Vereador Arnildo Gerhardt Neto, Presidente Câmara Municipal de Diamantino, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município;

Considerando que no dia 20/11/2023 (segunda-feira) celebra-se o feriado estadual em razão do Dia da Consciência Negra, de acordo com a Lei 7. 879/2002 do Estado de Mato Grosso;

Considerando disposto no parágrafo único do art. 131 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Diamantino/MT;

RESOLVE:

Art. 1º - Transferir a Sessão Ordinária do dia 20/11/2023 (segunda-feira) para o dia 21/11/2023 (terça-feira), às 18h00min.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 17 de novembro de 2023

Ver. Arnildo Gerhardt Neto

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 002/2023

A Câmara Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou por meio do site www.bllcompras.org.br, o "PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS E INFORMÁTICA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ/MT", aonde se consagraram vencedores os Licitantes: **CASTILHO E FERREIRA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA,** inscrita no CNPJ n° 15.412.998/0001-09, com valor total de R$ 1.439,97, ALTA FREQUENCIA COMERCIAL EIRELI inscrita no CNPJ n° 29.920.016/0001-02, com valor total de R$ 14.520,00, MAB COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 50.247.672/0001-74, com valor total de R$ 10.158,00 e **AUGUSTO E COIMBRA LTDA** inscrita no CNPJ n° 30.747.960/0001-80, com valor total de R$ 4.268,47. Matupá/MT, 17 de novembro de 2023. **JULIANA AKEMI KOBAYAHI -** Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

CÂMARA MUNICIPAL
ERRATA Nº 002/2023

ERRATA Nº 002/2023

Na edição do dia 16 de novembro de 2023 do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Ano XVIII, edição N° 4.361, na publicação do Extrato Nº 005/2023 - Termo Aditivo nº 003/2023 entre a CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT e a ARQUITETA RIHANA THAÍS BRITO SOARES.

ONDE SE LÊ:

TERMO ADITIVO Nº 003/2023

DEVE SER LIDO:

TERMO ADITIVO Nº 004/2023

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: CONVITE Nº 008/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONVITE Nº 008/2023

TIPO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: GLOBAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE INSTALACAO DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA - DO TIPO SERVICO DE REFORMA DA REDE LOGICA, JUNTAMENTE COM TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS E CONSTADOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA PARA O BOM FUNCIONAMENTO DE TODO O SISTEMA DA REDE INTERNA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA.

A Câmara Municipal de Paranatinga, com sede na Rua Monteiro Lobato, nº 707, Centro, Paranatinga – MT, CEP 78.870-000, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, a quem possa interessar, que realizará **às 09:00 horas do dia 28/11/2023**, a licitação na modalidade **CONVITE Nº 008/2023**, regida pela Lei 8.666/93 e suas alterações, para aquisição do objeto supracitado.

Foram convidadas três empresas nos termos do § 3º do art. 22 da Lei 8. 666/93, ficando o convite estendido aos demais cadastrados no ramo que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas da data marcada para apresentação das propostas.

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Câmara Municipal, com a Comissão Permanente de Licitação e no site da Câmara no endereço: https://www.paranatinga.mt.leg.br/

Paranatinga-MT, 17 de novembro de 2023.

_____

MARCELOS FERNANDES

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

II ADITIVO DO CONTRATO 001/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA Nº 001/2023

Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, no Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de São José do Povo, foi celebrado o II Termo Aditivo de Contrato, tendo como partes: de um lado **A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado do Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 32.972.440/0001-05, com sede à Rua João Francisco Duarte, 715 – Centro – CEP 78.773-000 – Fone/Fax (66) 3494-1199 – E-mail: camara_sjp@hotmail.com, na cidade de SÃO JOSÉ DO POVO-MT, representada por seu Presidente, **GENÉSIO GOMES FEITOSA**, portador do CPF nº 240.825.971-15, doravante denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **VILMA APARECIDA CORDEIRO DE CARVALHO (MERCEARIA DA VILMA),** cadastrada no CNPJ sob n.º 07. 507.230/0001-90, localizada à Rua João Francisco Duarte, 840, centro nesta cidade, neste ato representada por **VILMA APARECIDA CORDEIRO DE CARVALHO**, brasileira, viúva, comerciante, portadora do RG nº 06407226/SSP/MT e inscrita no CPF nº 514.083.411-15, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente Contrato, sujeitando-se às partes, no que couber, às normas disciplinares do art. 75, Inciso I, Lei n.8.666 , de 21/06/1993, Lei de Licitações e Contratos Administrativos e demais normas legais aplicáveis à espécie, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas: de acordo com a representação que lhe é outorgada por contrato social, entre si, justas e acertadas o presente II Termo Aditivo ao Contrato de alterando a cláusula **05.1** do contrato supracitado.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por finalidade a Aquisição de produtos de copa e cozinha e material de limpeza para a Câmara Municipal de São José do Povo**,** conforme proposta por cotações com descrição e quantitativo, como segue

CLAUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA

2.1. O prazo contratual será de 09 de novembro de 2023 e com o término em 31 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR

Dá-se ao presente aditivo para ACRESCIMO de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto do contrato nº 001/2023 de Aquisição de produtos de copa e cozinha e material de limpeza da Câmara Municipal, sendo o valor de R$ 13.442,00 (treze mil quatrocentos e quarenta e dois reais).

CLÁUSULA SEGUNDA- DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do Contrato 001/2023, que não são abrangidas por esse Termo Aditivo, permanecem inalteradas e em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A Câmara encaminhará o extrato deste Termo Aditivo para a publicação no Diário Oficial dos Municípios, a qual deverá ocorrer até 30 (trinta) dias da data de sua celebração.

E por estarem justos e acordados, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo, ratificando a Cláusula do Contrato Primitivo.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 09 de novembro de 2023

GENÉSIO GOMES FEITOSA Presidente da Câmara	
VILMA APARECIDA CORDEIRO DE CARVALHO (MERCEARIA DA VILMA) Contratado	
TESTEMUNHAS:	
Welinto Rodrigues da Silva	**Osmar Borges de Almeida**
CPF: 045.308.031-63	**CPF: 860.705. 761-87**

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT
PORTARIA Nº 68/2023

PORTARIA Nº 68/2023 São José do Xingu – MT, 17 de novembro de 2023

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE CHEFE DE SETOR DE FINANÇAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato grosso, Senhor **Valdomiro Lima Luz**, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor baixa a seguinte Portaria:

Art. 1º- Fica através desta EXONERADA a Srª **Patrícia Soares Rodrigues** no cargo DE **CHEFE DE SETOR DE FINANÇAS** da Câmara Municipal de São José do Xingu-MT.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2.023

_____

VALDOMIRO LIMA LUZ

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

DE SÃO JOSE DO XINGU -MT

REGISTRE-SE E PÚBLIQUE-SE

EM, 17 DE NOVEMBRO DE 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT
PORTARIA Nº 69/2023

PORTARIA Nº 69/2023 São José do Xingu – MT, 17 de novembro de 2023

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO DE CHEFE DE SETOR DE FINANÇAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato grosso, Senhor Valdomiro Lima Luz, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor baixa a seguinte Portaria:

Art. 1º- Fica através desta Nomeada **Srª Kauanny Vieira Abreu**no cargo em comissão de **CHEFE DE SETOR DE FINANÇAS** da Câmara Municipal de São José do Xingu-MT.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2.023

_____

VALDOMIRO LIMA LUZ

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

DE SÃO JOSE DO XINGU -MT

REGISTRE-SE E PÚBLIQUE-SE

EM, 17 DE NOVEMBRO DE 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 132/2023 CMVG

"Designar o servidor Kamil Costa de Paula, Assessor Técnico de Contabilidade e Orçamento, para responder, temporariamente, pela execução de todos os trabalhos em andamento relacionados à Divisão de Contabilidade e Orçamento, **e dá outras providências."**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas através do Regimento Interno desta Casa de Leis,

CONSIDERANDO que no dia 23 de outubro de 2023 ocorreu o pedido de Exoneração da servidora efetiva dessa Casa de Leis, Sra. Monique de Andrade Almeida Ribeiro, Analista Legislativo – Perfil Contador(a), com efeitos a partir de 01/11/2023;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter a prestação dos serviços, em atenção ao princípio da continuidade do serviço público, em especial os procedimentos contábeis do órgão;

CONSIDERANDO, que o cargo de Analista Legislativo – Perfil Contador possui atribuições que não são compartilhadas com outros cargos da estrutura do Poder Legislativo;

CONSIDERANDO, o Edital de Convocação Nº 003/2023, referente ao Concurso Público já realizado pela Câmara Municipal para o preenchimento de diversos cargos, entre eles o de Analista Legislativo – Perfil Contador;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 122/2023, publicada em 26/10/2023, edição nº 4.348 do Jornal Eletrônico da AMM-MT;

Art. 2º Designar o servidor **Kamil Costa de Paula**, Assessor Técnico de Contabilidade e Orçamento, Matrícula 4088-4, para responder, temporariamente, pela execução de todos os trabalhos em andamento relacionados à Divisão de Contabilidade e Orçamento, em especial a elaboração e envio de documentos obrigatórios aos órgãos de controle (balancetes, balanços e outros), necessários para o fiel cumprimento da legislação.

Art. 3º A presente portaria terá seus efeitos válidos até que o(a) candidato(a) classificado(a) seja devidamente nomeado e empossado no referido cargo.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor, com efeitos, a partir de 1º de novembro de 2023.

Câmara Municipal de Várzea Grande, 17 de novembro de 2023.

VER. PEDRO PAULO TOLARES

Presidente do Legislativo Municipal

VER. DENIVAL RODRIGUES GALIBERT

1º Secretário

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SRP- Nº 023/2023 - CODER

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL SRP- Nº 023/2023

A Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis - CODER, através DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO torna público, que após a análise e julgamento do Pregão Presencial SRP Nº. 023/2023, sendo o seguinte objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE CONES, TELAS TAPUMES, TELA MOSQUETEIRO, FAIXA REFLETIVA, FITA ZEBRADA E SINALIZADOR DE GARAGEM, A FIM DE ATENDER A CODER DURANTE A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS.Sagrou-se vencedora a seguinte empresa participante, conforme abaixo especificado:

ITEM	EMPRESA VENCEDORA	Descrição do Objeto	UNID.	QUANT.	Valor Final Unitário	Valor Total Final do Item
1	**CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUÇÕES FERRAMENTAS E EPI´S LTDA. CNPJ: 37.853. 101/0001-15**	CONE LARANJA FLEXÍVEL INJETADO EM PVC RETRORREFLETIVO: COR LARANJA, 75 CM DE ALTURA, FLEXÍVEL INJETADO EM PVC, COM DUAS FAIXAS BRANCAS EM PVC RETRORREFLETIVAS DE 250 CANDELAS MICRO PRISMÁTICAS TIPO COLMEIA, CONFORME ABNT NBR 14644. SOLDADAS ELETRONICAMENTE AOS CONES: 1º FAIXA COM APROXIMADAMENTE 14,5 CM DE ALTURA E 2º FAIXA DE APROXIMADAMENTE 10 CM DE ALTURA. LARGURA DA BASE QUADRADA DE 40 X 40 CM E DIÂMETRO DA BASE DE NO MÍNIMO 25 CM. CONTA COM UM ABERTURA NO TOPO PARA O ENCAIXE DE SUPORTE DE SINALIZADORES E DUAS ABERTURAS NA PARTE SUPERIOR LATERAL PARA O USO DE FITA ZEBRADA, CORRENTE OU CORDA. PERMITE SER DOBRADO AO MEIO SEM PREJUÍZO AO SEU FORMATO ORIGINAL. RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES CLIMÁTICAS, PROTEÇÃO CONTRA ALTAS TEMPERATURAS E RAIOS UV. LOGOTIPO DA CODER PINTADO NO CONE.	UNID	700	R$ 111,30	R$ 77. 910,00
2	**CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUÇÕES FERRAMENTAS E EPI´S LTDA. CNPJ: 37.853. 101/0001-15**	CONE BALIZADOR OU SUPER CONE NA COR LARANJA COM RETRORREFLETIVOS: FABRICADO EM POLIETILENO LINEAR SEM SOLDAS NEM EMENDAS, ATRAVÉS DO PROCESSO DE ROTOMOLDAGEM, COM PROLONGADA VIDA ÚTIL CONTRA O DESBOTAMENTO. PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV E RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES CLIMÁTICAS. POSSUI 3 FAIXAS ADESIVAS REFLETIVAS PRISMÁTICAS BRANCAS ABNT NBR 14644, PARA MELHOR VISIBILIDADE DIURNA/NOTURNA E AUXILIAR NAS ÁREAS DE POUCA ILUMINAÇÃO. SUA BASE QUADRADA PLANA, POSSUI SAPATAS DISTRIBUÍDAS PROPORCIONALMENTE, PARA MELHOR FIXAÇÃO AO SOLO E ESCOAMENTO DA ÁGUA. DIMENSÕES: BASE DE 56 X 56 CM, ALTURA TOTAL DO CONE DE 110 CM, ALTURA DA BASE DE 21 CM, DIÂMETRO DE 40 CM, PESO DE APROXIMADAMENTE 6,50 KG. POSSUI ALÇA NA PARTE SUPERIOR. LOGOTIPO DA CODER PINTADO NO CONE.	UNID	80	R$ 241,00	R$ 19. 280,00
3	**CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUÇÕES FERRAMENTAS E EPI´S LTDA. CNPJ: 37.853. 101/0001-15**	SINALIZADOR COM BIP SONORO: BASE PRETA, CÚPULA VERMELHA, CÚPULA ÂMBAR 128 LEDS EM CADA CÚPULA, ALTA DURABILIDADE (ATÉ 50.000 HORAS), BAIXO CONSUMO, BIVOLT: 110V/220V AUTOMÁTICO. MEDIDAS: CADA LENTE: 12CM DE ALTURA, COMPRIMENTO TOTAL : 42 CM, ALTURA TOTAL: 16 CM. NÃO EMITE UV OU IV (LIVRE DE CALOR/RADIAÇÃO INFRAVERMELHO E ULTRAVIOLETA), RESISTENTE A ÁGUA (IP65), ÂNGULO DE ABERTURA 360º. MATERIAIS: BASE EM ABS E LENTE EM POLICARBONATO.	UNID	15	R$ 225,76	R$ 3. 386,40
4	**CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUÇÕES**	TELA TAPUME LARANJA TIPO CERQUITE 1,20 M X 50 M: FABRICADA EM POLIETILENO NA COR LARANJA, COM 1,20 M DE ALTURA E ROLO COM 50 M DE COMPRIMENTO. COM PROTEÇÃO UV E MALHA RETANGULAR. RESISTENTE AO VENTO E ALTAS TEMPERATURAS. INDICADA PARA SINALIZAÇÃO DE OBRAS, CONSTRUÇÕES, GUARDA CORPOS E DELIMI-	ROLO	500	R$ 57,30	R$ 28. 650,00

	FERRAMENTAS E EPI´S LTDA. CNPJ: 37.853. 101/0001-15	TAÇÃO EM GERAL. MALHA DA TELA TAPUME: 100 X 40 MM. CARGA DE RUPTURA TRANSVERSAL DA TELA TAPUME: 8,36 KN/M. CARGA DE RUPTURA LONGITUDINAL DA TELA TAPUME: 1,47 KN/M.				
5	**CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUÇÕES FERRAMENTAS E EPI´S LTDA. CNPJ: 37.853. 101/0001-15**	TELA TIPO GUARDA-CORPO LARANJA E BRANCA 1,20 M X 50 M: FABRICADA EM POLIETILENO EXTREMAMENTE RESISTENTE NA COR LARANJA COM LISTRAS BRANCAS. ROLO DE 50 M DE COMPRIMENTO E 1,20 M DE ALTURA. UTILIZADA PARA DIVERSAS APLICAÇÕES COMO: SINALIZAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO, DELIMITAÇÃO DE ÁREAS, NA CONSTRUÇÃO CIVIL, NA PROTEÇÃO CONTRA QUEDA DE OBJETOS E PESSOAS, ENTRE OUTRAS. DE FÁCIL INSTALAÇÃO E ÓTIMA VISUALIZAÇÃO A GRANDES DISTÂNCIAS, TANTO PARA ÁREAS INTERNAS COMO EXTERNAS.	ROLO	200	R$ 97,00	R$ 19. 400,00
6	**CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUÇÕES FERRAMENTAS E EPI´S LTDA. CNPJ: 37.853. 101/0001-15**	FAIXA ADESIVA REFLETIVA PARA LATERAL E TRASEIRA DE CAMINHÕES E ONIBUS - DESCRIÇÃO: FAIXA ADESIVA REFLETIVA VERMELHO/BRANCO, 50 X 300 MM, AUTOADESIVA DE FÁCIL APLICAÇÃO, PRISMÁTICA DE ALTA PERFORMANCE, ATENDER AS NORMAS E RESOLUÇÕES DO DENATRAN. LADOS DIREITO E ESQUERDO, CONFORME PEDIDO.	UNID	2000	R$ 9,76	R$ 19. 520,00
7	**CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUÇÕES FERRAMENTAS E EPI´S LTDA. CNPJ: 37.853. 101/0001-15**	FITA ZEBRADA AMARELA E PRETA 70 MM X 200 M – FITA ZEBRADA SEM ADESIVO PARA ISOLAMENTO DE ÁREA COM 70 MM DE LARGURA E 200 METROS DE COMPRIMENTO.	ROLO	5000	R$ 8,12	R$ 40. 600,00
8	**CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUÇÕES FERRAMENTAS E EPI´S LTDA. CNPJ: 37.853. 101/0001-15**	TELA MOSQUETEIRO 1,50 M X 50 M – CONFECCIONADA COM FIOS DE COMPOSIÇÃO MISTA EM POLIPROPILENO E POLIETILENO. RESISTENTE A IMPACTOS, INTEMPERIES, RASGOS E TRAÇÃO. PROTEÇÃO RAIOS UV, RESISTENCIA A OXIDAÇÃO. MALHA 19/18 FPP, GRAMATURA 45 G/M2.	ROLO	50	R$ 316,00	R$ 15. 800,00
VALOR TOTAL FINAL DOS ITENS: 224.546,40 (Duzentos e vinte quatro mil e quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos).						

AFIXE-SE

PUBLIQUE-SE.

Rondonópolis-MT 16 de novembro de 2023.

ALFREDO VINIVIUS AMOROSO

DIRETOR-PRESIDENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO 010/2023

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ**, pessoa jurídica de direito privado, por meio da Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria nº 021/2023 torna público para conhecimento dos interessados a licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para a aquisição do objeto abaixo, através do site www.selcorp.com.br conforme Acordo de Cooperação Técnica conforme descrito no edital e seus anexos na data, horários e local abaixo indicados.

O objeto desta licitação é o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROCEDIMENTO ODONTOLOGICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS MUNICIPIOS INTEGRANTES DESTE CONSÓRCIO**,** de acordo com as especificações descritas no edital e seus anexos.

A abertura do processo está prevista para o **dia 04 de dezembro de 2023, às 09h30min** (horário de Brasilia), através do Sistema www.licitanet.com.br, sendo conduzido neste processo pelo pregoeiro oficial, Sr. Carlino Agostinho designado pela PORTARIA Nº 021/2023.

O Edital estará disponível no site do Consorcio http://www.cisvarc.com.br, ou na plataforma www.licitanet.com.br, ou ainda no Setor de Licitação na sede da Consorcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá sito a Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº. 3920, Anexo AMM CEP: 78049-938 | Fone: (65) 2123-1299, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min, a ser disponibilizado através de mídia digital ou outro dispositivo que permita a gravação de arquivos do interessado.

Cuiabá - MT, 17 de novembro de 2023.

UELTON ELIAS MARTINS

Secretário Executivo

PORTARIA Nº 009/2023

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 019/2023 DO PROCESSO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 019/2023 DO PROCESSO SELETIVO 001/2023 DE 04 DE JANEIRO DE 2023. “DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2023 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO PEIXOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023 deste consórcio, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023;

RESOLVE

Art. 1º - Convocar os candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Recursos Humanos do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto situado a Travessa Bartolomeu Dias, nº 269, Bairro Alvorada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação deste Edital, para contratação funcional.

Parágrafo único - O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo e a entrega dos documentos exigidos no Anexo I, deste Edital, implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS /HRPA

Col. Nº INSC Candidato Identif.

25º Classificado 3281 ANTONIA EDIANE ALVES MIRANDA 048.309. 001-80

26º Classificado 3355 LUCILEIA SILVA CONCEIÇÃO 062.892.051-29

Art. 3º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, ao Decimo Quinto dia do mês de Novembro do ano de dois mil e vinte três.

Registre-se

Publique-se

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos; - Certidão de Casamento ou Nascimento; - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso) e CPF; - Carteira de Vacinação completa e atualizada do candidato e dos filhos menores de 05 anos (se for o caso); - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF); - Cartão do PIS/PASEP; - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à contratação; - Título de Eleitor; - 01 (um) fotos 3x4, coloridas e recentes; - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindose comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade; - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino); - Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC; - Declaração contendo endereço residencial; - Declaração negativa de acúmulo de cargo público; - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função; - CPF dos dependentes maiores de 14 anos; - Conta Corrente no Banco do Brasil S/A; - Carteira de Trabalho CTPS Digital. - Exames exigidos para admissão: - PSA para homens acima de 40 anos; - PCCU – Preventivo do Cancer Cervico Uterino (último exame realizado); - Uréia; - Creatinina; - EAS; - Raio X de Tórax AP/P; - Eletrocardiograma; - Glicemia em jejum; - Grupo Sanguíneo (fator RH); - VDRL; - HIV; - HBsAg – anti HCV (Hepatites); - Urina tipo I; Hemograma completo.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Presidente do CISVP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO NORTE ARAGUAIA

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE CONTRATO N 015/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE DE PREÇO DA ATA N° 283/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 10/2023, PREGÃO PRESENCIAL nº 04/2023, início da ata: 16/11/2022 validade 12 meses. GERENCIADORA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL "NORTE ARAGUAIA". EMPRESA: POSTO BEGE LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº. 04.551.477/0001-16. OBJETO: 2º TERMO DE REAJUSTE DE PREÇOS ATUALIZADOS DOS ITENS: ÓLEO DIESEL COMUM S 500 VALOR R$ 6,38 DO CONTRATO N° 015/2023. DATA DA ASSINATURA: 17/11/2023. De acordo com disposto na Lei 8666/93 art. 65.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Presidente do CIDESA-NA

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV

PORTARIA 06/2023

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES
AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA
26469179/0001-14 Exercício: 2023

PORTARIA Nº 6 , DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023 - LEI N.2

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$30.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **30.000,00**

01 01 01 CONSPREV

4	04.122.0001.1201.0000	APOIO A ATIVIDADES DO CONSPREV		30.000,00
	3.3.90.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	F.R. Grupo:	1 1 880
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

01 01 01 CONSPREV

1	04.122.0001.1201.0000	APOIO A ATIVIDADES DO CONSPREV		-2.500,00
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo:	1 1 880
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
2	04.122.0001.1201.0000	APOIO A ATIVIDADES DO CONSPREV		-5.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	1 1 880
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
5	04.122.0001.1201.0000	APOIO A ATIVIDADES DO CONSPREV		-10.000,00
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo:	1 1 880
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
10	04.122.0001.1202.0000	APOIO A ATIVIDADES DO CONSPREV		-5.000,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo:	1 1 880
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
11	04.122.0001.1202.0000	APOIO A ATIVIDADES DO CONSPREV		-5.000,00
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R. Grupo:	1 1 880
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DOS MUNICIPIOS MATO-GROSSENSES
AV HISTORIADOR RUBENS DE MENDONCA
26469179/0001-14 Exercício: 2023

PORTARIA Nº 6 , DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023 - LEI N.2

01 01 01	CONSPREV				
12	04.122.0001.1202.0000	APOIO A ATIVIDADES DO CONSPREV		-2.500,00	
	3.3.90.47.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	F.R. Grupo:	1 1	880
	1	Recursos do Exercício Corrente			
	110 000	GERAL			

Anulação (-) **-30.000,00**

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANO PEREIRA NEVES
PRESIDENTE
503.521.641-15

PAULO NERIS DE ASSUNÇÃO
CONTADOR - CRC: 8232/O-4/MT
532.110.491-34

CUIABA, 16 de novembro de 2023

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 001/2023

Processo Administrativo nº 002/2023

Com base no art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021

Pelo presente termo, em conformidade com o Processo Administrativo 002/2023, de Dispensa de licitação nº 001/2023 - CONSPREV, como

representante legal do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social RPPS dos Municípios Mato-Grossenses – CONSPREV, venho HOMOLOGAR o procedimento e tornar público, o resultado do processo supra.

Objeto: Prestação de serviços de assessoria técnico-jurídica para o CONSPREV;

Contratado: Hermes Teseu Bispo Freire Júnior, CPF nº 025.101.181-02;

Valor mensal: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

Valor 12 meses: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Cuiabá – MT, 17 de novembro de 2023.

SILVANO PEREIRA NEVES

Presidente do CONSPREV

INSTITUTO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE TANGARÁ DA SERRA - SERRAPREV

PORTARIA Nº 118/SERRAPREV/2023.

A Diretora Executiva do SERRAPREV, no uso de suas atribuições legais e legais e considerando o Art. 6º incisos, I, II, III e IV da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003;

RESOLVE:

Art.1º - Averbar os tempos de contribuições não concomitantes conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 08001070.1.00002/23-6 páginas: 01/03 emitida pelo INSS em 24/01/2023 em nome da Sra.**JOANILCE ROSA DE LIMA** anterior a sua posse na municipalidade.

Art. 2º - Fica averbado o tempo de contribuição equivalente a 760 dias líquidos, correspondentes a 02 (dois) anos e 01 (um) mês, prestados nos seguintes órgãos:

Período	Órgão	Dias Líquidos
01/12/1996 a 31/12/1998	**Município de Sao Jose do Rio Claro**	**02 anos, 01 mês e 00 dias**

Art.3º - Compete a **Diretora Executiva do SERRAPREV**, acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art.4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 17 de novembro de 2023.

LAURA PEREIRA

Diretora Executiva do SERRAPREV

PORTARIA Nº 113/SERRAPREV/2023.

A Diretora Executiva do SERRAPREV, no uso de suas atribuições legais e considerando §9º do artigo 4º da Emenda Constitucional n° 103/2019, o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019, c/c o Artigo 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012, c/c artigo 13-A da Lei Complementar nº 153 de 14 de abril de 2011, que rege a previdência do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Averbar os tempos de contribuições não concomitantes conforme Certidão de Tempo de Contribuição sob nº 1200101010028723-2 páginas: 01/05 emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em 21/07/2023 em nome da Sr.**EMERSON FERREIRA RIBAS,** anterior a sua posse na municipalidade.

Art. 2º - Fica averbado o tempo de contribuição equivalente a 5.618 dias líquidos, correspondentes a 15 (quinze) anos, 04 (quatro) meses e 23 (vinte e três) dias, prestados nos seguintes órgãos:

Período	Órgão	Dias Líquidos
28/08/1986 a 29/05/1988	**UNICARD BANCO MULTIPLO S.A**	**01 Ano, 09 Meses e 02 Dias**
02/08/1993 a 31/12/1993	**ARGEU FOGLIATO**	**00 Anos, 04 Meses e 29 Dias**
01/01/1994 a 16/06/1994	**CENOFISICO EDITORA CATARINENSE DE PUBL TRIBUTARIAS LTDA**	**00 Anos, 05 Meses e 16 Dias**
01/10/1994 a 18/09/1995	**PEDREIRA TANGARA LTDA**	**00 Anos, 11 Meses e 18 Dias**
25/09/1996 a 02/12/1996	**COPASUL COOPERATIVA AGRICOLA**	**00 Anos, 02 Meses e 08 Dias**
01/06/1997 a 07/08/1997	**COOPERNAVI COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CANA DE ACUCAR DE NAVIRAI**	**00 Anos, 02 Meses e 07 Dias**
05/02/1998 a 04/05/1998	**SEMENTES CALABRIA LTDA-ME**	**00 Anos, 03 Meses e 00 Dias**
6/06/1998 a 25/03/1999	**FRIGORIFICO TANGARA LTDA**	**00 Anos, 09 Meses e 10 Dias**
28/08/2000 a 14/10/2000	**COTIA TRABALHO TEMPORARIO LTDA**	**00 Anos, 01 Mês e 17 Dias**
01/03/2001 a 31/07/2001	**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA**	**00 Anos, 05 Meses e 00 Dias**
01/08/2001 a 31/01/2004	**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA**	**02 Anos, 06 Meses e 00 Dias**
01/02/2004 a 06/06/2011	**ERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL -SAMAE**	**07 Anos, 04 Meses e 06 Dias**

Art.3º - Compete a **Diretora Executiva do SERRAPREV**, acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art.4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 16 de novembro de 2023.

assinado digitalmente

LAURA PEREIRA

Diretora Executiva do SERRAPREV

PORTARIA Nº 115/ SERRAPREV/2023.

A Diretora Executiva do SERRAPREV, no uso de suas atribuições legais e considerando Art. 3º, incisos I, II, III e Parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c art. 95, incisos I, II, III e parágrafo único da Lei Municipal nº 153 de 14 de abril de 2011;

RESOLVE:

Art.1º - Averbar os tempos de contribuições não concomitantes conforme Certidão de Tempo de Contribuição sob nº 23001020.1.00544/21-9 páginas: 01/04 emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em 05/11/2021 em nome do Sr. **Paulino Tadachi Suzuki,** anterior a sua posse na municipalidade.

Art. 2º - Fica averbado o tempo de contribuição equivalente a 3.371 dias líquidos, correspondentes a 09 (nove) anos, 02 (dois) meses e 26 (vinte e seis) dias, prestados nos seguintes órgãos:

Período	Órgão	Dias Líquidos
01/07/1979 a 05/01/1980	**EQUIPE PROPAGANDA LTDA - ME**	**00 anos, 06 Meses e 05 dias**
06/01/1980 a 10/01/1984	**ORION CONTABILIDADE LTDA**	**04 anos, 00 Meses e 05 dias**

01/06/1984 a 01/05/1985	**ORGANIZAÇÃO TECNICA FISCO CONTABIL ODA S C**	**00 anos, 11 Meses e 01 dia**
10/06/1985 a 15/04/1986	**DENSO DO BRASIL LTDA**	**00 anos, 10 Meses e 06 dias**
01/09/1986 a 24/01/1987	**GUSSO EDIFICAÇÕES LTDA**	**00 anos, 04 Meses e 24 dias**
05/02/1987 a 19/02/1989	**BLUE POINT FRANCHISER LTDA**	**02 anos, 00 Meses e 15 dias**
01/10/1989 a 31/03/1990	**PER. CONTR. CNIS 7**	**00 anos, 06 Meses e 00 dias**

Art.3º - Compete a **Diretora Executiva do SERRAPREV**, acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art.4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 16 de novembro de 2023.

LAURA PEREIRA

Diretora Executiva do SERRAPREV

PORTARIA Nº 109/SERRAPREV/2023.

A Diretora Executiva do SERRAPREV, no uso de suas atribuições legais e considerando Art. 3º, incisos I, II, III e Parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c art. 95, incisos I, II, III e parágrafo único da Lei Municipal nº 153 de 14 de abril de 2011;

RESOLVE:

Art.1º - Averbar os tempos de contribuições não concomitantes conforme Certidão de Tempo de Contribuição sob nº 23001180.1.00066/22-7 páginas: 01/03 emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em 26/06/2022 em nome do Sr. **OLIVIO VERONEZ** anterior a sua posse na municipalidade.

Art. 2º - Fica averbado o tempo de contribuição equivalente a 832 dias líquidos, correspondentes a 02 (dois) anos, 03 (três) meses e 12 (doze) dias, prestados nos seguintes órgãos:

Período	Órgão	Dias Líquidos
18/03/1982 a 16/07/1982	**EBESA-EMPRESA BRASILEIRA DE ENG CIVIL E SANITARIA LTDA**	**00 anos, 03 Meses e 29 dias**
26/10/1987 a 22/08/1988	**CONSTRUTORA ARANTES FERREIRA LTDA-ME**	**00 anos, 09 Meses e 27 dias**
01/11/1988 a 31/12/1988	**CONSTRUTORA SÃO FELIX**	**00 anos, 02 Meses e 00 dias**
20/07/1989 a 31/12/1989	**MUNICIPIO TANGARA DA SERRA**	**00 anos, 05 Meses e 11 dias**
27/06/1990 a 01/01/1991	**MUNICIPIO TANGARA DA SERRA**	**00 anos, 06 Meses e 05 dias**

Art.3º - Compete a **Diretora Executiva do SERRAPREV**, acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art.4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Tangará da Serra - MT, 14 de novembro de 2023.

LAURA PEREIRA

Diretora Executiva do SERRAPREV

PORTARIA Nº 111/SERRAPREV/2023.

A Diretora Executiva do SERRAPREV, no uso de suas atribuições legais e considerando §9º do artigo 4º da Emenda Constitucional n° 103/2019, o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019, c/c o Artigo 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012, c/c artigo 13-A da Lei Complementar nº 153 de 14 de abril de 2011, que rege a previdência do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Averbar os tempos de contribuições não concomitantes conforme Certidão de Tempo de Contribuição sob nº 10001090.1.00064/17-8 páginas: 01/03 emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em 01/08/2023 em nome da Sra. **Marta Regina dos Santos,** anterior a sua posse na municipalidade.

Art. 2º - Fica averbado o tempo de contribuição equivalente a 1.619 dias líquidos, correspondentes a 04 (quatro) anos, 05 (cinco) meses e 09 (nove) dias, prestados nos seguintes órgãos:

Período	Órgão	Dias Líquidos
07/03/1977 a 31/12/1977	**Prefeitura Municipal de Tangara da Serra**	**00 Anos, 09 Meses e 24 Dias**
04/02/1999 a 31/12/1999	**Prefeitura Municipal de Tangara da Serra**	**00 Anos, 10 Meses e 27 Dias**
07/02/2000 a 31/12/2000	**Prefeitura Municipal de Tangara da Serra**	**00 Anos, 10 Meses e 24 Dias**
12/02/2001 a 31/12/2001	**Prefeitura Municipal de Tangara da Serra**	**00 Anos, 10 Meses e 19 Dias**
01/03/2002 a 05/02/2003	**Prefeitura Municipal de Tangara da Serra**	**00 Anos, 11 Meses e 05 Dias**

Art.3º - Compete a **Diretora Executiva do SERRAPREV**, acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art.4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Tangará da Serra - MT, 16 de novembro de 2023.

LAURA PEREIRA

Diretora Executiva do SERRAPREV

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 611, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2023.

"*DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA".*

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 96, 97,98 e 99 da Lei Complementar nº 188/2023; e

CONSIDERANDO o requerimento, expedido pela Servidora Municipal, Valdete Padilha de Lima, em 06 de novembro de 2023, conferido e atestado pela Gerente de RH e Gestão de Pessoas, Divani Soler.

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER Licença Prêmio por Assiduidade pelo período de 90 (noventa) dias a servidora pública municipal Srª **VALDETE PADILHA DE LIMA**, estável no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, matrícula 696.1, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente - Prefeitura Municipal de Água Boa-MT.

Parágrafo Único: a referida licença compreende o período aquisitivo de 12/07/2002 a 11/07/2007, que será usufruída no período de **20/11/2023** a **17/02/2024**, com retorno previsto para o dia **18/02/2024.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 09 DE NOVEMBRO DE 2023**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 09 de novembro de 2023.

ANA PAULA ALMEIDA NAVES

Secretária Adjunta de Planejamento

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 050/2023.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 050/2023.

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 050/2023.

OBJETO: Registro de Preço, Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Assessoria e Consultoria Tributária, para cobrança e recuperação de créditos tributários da Prefeitura Municipal de Água Boa–MT.

REALIZAÇÃO: 05/12/2023.

Horário de Brasília.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 17 de novembro de 2023.

Roberto Cardoso Pregoeiro Oficial

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 623, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REGIDO PELA LC Nº 54/2000-PCCV".

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, da Lei Orgânica do Município e o artigo 52 da LC nº 54/2000-PCCV;

CONSIDERANDO os ofícios 581 e 582/2023/SEMED, em 08/11/2023, expedido pela Secretária Municipal de Educação, Nubia Rosana Reinher Foschiera;

CONSIDERANDO o deferimento da Gerência de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT;

R E S O L V E:

Art. 1º – Concede elevação de Nível dos servidores na forma abaixo relacionada:

Servidor	Cargo	Situação Atual			Elevação para			
		C	N	Piso	C	N	Piso	Data
MARY ZANANDREA PEREIRA SIMITAN	PROFESSORA	C	2	7.816,01	C	3	8.154,17	16/11/2023
SIRLEI KNAPP TREVISOL	PROFESSORA	C	2	7.816,01	C	3	8.154,17	16/11/2023

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 16 de novembro de 2023.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

FINANÇAS
RETIFICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 038/2023.

Onde se lê:

Valor Global	R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)

Leia-se:

Valor Global	Valor arrecadado pelas inscrições.

Água Boa, em 17 de novembro de 2023.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 001 AO CONTRATO Nº. 196/2022.

TERMO ADITIVO Nº. 001, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e PHILIP OBRIEN DANZMANN FERREIRA - EPP, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato nº. 196/2022.

ALTERAÇÃO: Fica alterada à DO PRAZO DE FORNECIMENTO E VIGÊNCIA; ficando prorrogado a vigência do contrato até 10 de novembro de 2024.

Água Boa-MT, 10 de novembro de 2023.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 001 AO CONTRATO Nº. 195/2022

TERMO ADITIVO Nº. 001, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e C. BRAGA DE ARAUJO RANCHO, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

OBJETO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato nº. 195/2022.

ALTERAÇÃO: Fica alterada à Cláusula SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA. Fica prorrogado a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses até 01 de novembro 2024.

COD	NOME	UND DE FORN	QTD	VLR. UNIT.	TOTAL
3966071	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - TIPO EQUOTERAPIA/HIPNOTERAPIA	SESSÃO	1000,00	199,00	R$ 199.000,00

Água Boa-MT, 01 de novembro de 2023.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

CONTRATOS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 033

Apostilamento para transferência de DOTAÇÃO entre Secretarias do Contrato nº. 134/2022.

CONTRATANTE: Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.898/0001-90.

CONTRATADA: PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 18.009.871/0001-31

FUNDAMENTO:Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 033, cujo objetivo é a alteração do Disposto na CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, conforme o orçamento fiscal vigente:

DOTAÇÃO CONTRATUAL	DOTAÇÃO APOSTILAMENTO
R$ 100.000,00 Órgão: Secretaria de Infraestrutura Setor: Serviços urbanos Elemento da Despesa – 3.3.90.39 Código Reduzido – 820	R$ 100.000,00 Órgão: Secretaria de Infraestrutura Setor: Serviços urbanos Elemento da Despesa – 3.3.90.39 Código Reduzido – 1139

Água Boa-MT, 14 de novembro de 2023.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 031/2023.

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 4.178/2023, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pelo Decreto nº. 10.024/2019 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 031/2023.

OBJETO: Futuras contratação de empresa para serviço de seguro de veículos para Veículos da Frota da Prefeitura de Água Boa – MT

DATA: 05/12/2023.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08:30 horas.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bll.org.br

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br, no site www.bll.org.br e através do e-mail pregao2@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa-MT, 17 de novembro de 2023.

Roberto Cardoso

Pregoeiro

CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº. 005 AO CONTRATO Nº. 123/2019

TERMO ADITIVO Nº. 005, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL – Estado de Mato Grosso, e INOVATUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

OBJETO: Acréscimo de 10% do contrato originário.

ALTERAÇÃO: Fica alterada à CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS: ficando acrescido o valor R$ 6.543,32 (seis mil, quinhentos e quarenta e três reais e trinta e dois centavos) no contrato originário.

DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR MENSAL	ACRESCIDO	VALOR ATUAL
LOCAÇÃO DE SOFTWARE	MÊS	09	7.270,36	727,036	7.997,39

VALOR TOTAL : R$ 6.543,32 (seis mil, quinhentos e quarenta e três reais e trinta e dois centavos

Água Boa-MT, 13 de novembro de 2023.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 084, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.368, DE 16 DE MAIO DE 2023 QUE INSTITUI A CAMPANHA DO IPTU PREMIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudinei Singolano, Prefeito do Município de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV, do art. 71, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando ser de relevante interesse público a saúde fiscal os contribuintes de Alto Garças;

Considerando a importância de proporcionar aos munícipes uma oportunidade para regularizar a situação financeira dos imóveis localizados dentro da área urbana;

Considerandoa necessidade fomentar o processo de arrecadação com iniciativas administrativas em alternativa a execução fiscal, e;

Considerandoo processo de regularização fundiária municipal.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA REGULAMENTAÇÃO DO ITBI

SEÇÃO I

Do fator declaratório do contribuinte do lançamento tributário do ITBI.

Art. 1º Nos termos do inciso III, artigo 14, da Lei Municipal 1.368, de 16 de maio de 2023, por meio do presente Decreto o Poder Executivo Municipal institui o programa denominado "IPTU PREMIADO 2023", uma campanha desenvolvida com o objetivo de incentivar a regularização dos contribuintes que possuem imóveis no perímetro urbano municipal com débitos junto a prefeitura municipal de Alto Garças.

§ 1º O programa consiste no sorteio dos prêmios listados no anexo I, para os contribuintes proprietários de imóveis que estejam em dia com o IPTU de seus imóveis, e que voluntariamente manifeste o interesse em participar da campanha.

§ 2º Os contribuintes que tenham aderido a qualquer programa de REFIS municipal e que esteja em dia com o recolhimento de suas parcelas até a data do credenciamento poderá participar do sorteio e concorrer a prêmios.

Art. 2º A inscrição para o concorrer aos prêmios poderá ser realizada entre os dias 21 de novembro e 15 de dezembro de 2023, por meio do cadastro junto ao setor de tributos na Rua Dom Aquino, nº 317 Centro, de segunda à sexta-feira das 7h às 11h e das 13h às 17h.

Parágrafo único. *– Para participar os interessados deverão ter suas informações cadastrais dispostas junto aos sistemas de informação tributária municipal podendo solicitar a atualização dos dados caso sejam encontradas inconsistências.*

Art. 3º De acordo com o artigo 15 da mesma lei, os contribuintes que tiverem optado pelo processo de regularização e estiverem em dia com suas obrigações também poderão participar do sorteio de prêmios do ***"IPTU Premiado 2023"***.

Art. 4º Somente fará jus ao prêmio o contribuinte que, obedecido os prazos do presente decreto, estiver com IPTU do imóvel em dia.

Parágrafo único*. Em havendo qualquer IPTU em aberto juntamente ao imóvel, inscrito ou não em dívida ativa, o contribuinte somente poderá participar do sorteio mediante a quitação de suas obrigações tributárias ou mediante a adesão ao programa do REFIS 2023 com o pagamento em cota única ou parcelado a escolha do contribuinte.*

Art. 5º Considerar-se-á contribuinte o proprietário do imóvel, o titular do domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título que estiver inscrito junto ao cadastro de contribuintes imobiliário municipal.

Parágrafo único. *O locatário do imóvel somente fará jus ao recebimento do prêmio se comprovar, através de contrato de locação, ter expressamente assumido a responsabilidade pelo pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbano.*

Art. 6º A premiação será conferida através de sorteio a ser realizado no dia 16 de dezembro de 2023, na Praça Central "Dom Camilo Faresin" localizado na Rua Major da Mata, Centro.

Parágrafo único. *Por motivo de força maior que impeça sua realização, o sorteio será realizado no próximo dia útil possível.*

Art. 7º O sorteio será realizado utilizando-se do Sistema Cumbuca, à vista do público, executados por uma Comissão de Sorteio do "IPTU 2023 PREMIADO" nomeada em portaria, conforme segue:

I. *2 (dois) servidores do quadro efetivo do município de Alto Garças/MT, nomeados pela administração.*

II. *1 (um) representante da Câmara Municipal, nomeado pela Administração e indicado pela Mesa Diretora da Casa de Leis.*

Parágrafo único. *Os sorteios serão realizados pelo número dos cupons preenchidos pelos contribuintes adimplentes no momento de suas inscrições.*

Art. 8º O sorteio transmitido ao vivo pelas redes sociais da prefeitura e será disponibilizado no portal da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único - O resultado do sorteio será divulgado no site oficial da Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT, no endereço eletrônico: www.altogarcas.mt.gov.br

Art. 9º As despesas orçamentárias decorrentes desta lei correrão por conta de dotação constante do orçamento vigente da pasta da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento.

Parágrafo único. *O contribuinte poderá também consultar o setor de tributos municipal para informações de débitos referente aos IPTU vinculados aos seus imóveis.*

Art. 10º Se o imóvel junto ao cadastro imobiliário fizer parte de um espólio ou tiver sua propriedade composta em condomínio, será conferido apenas um cupom para participar do sorteio.

Parágrafo único. *Em se tratando de proprietários solidários conforme descrito no caput, o primeiro contribuinte a procurar o setor de tributação poderá solicitar o cupom em nome dos demais.*

Art. 11º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, Alto Garças – MT, em 17 de novembro de 2023.

Claudinei Singolano

Prefeito Municipal

ANEXO I

Relação de Prêmios:

UMA TV 65POL.

UM MICROONDAS

UM JOGO DE BANHEIRO

UM CELULAR MOTO G

UMA AYER FRYER

UMA AYER FRYER

UMA AYER FRYER

UMA AYER FRYER

UMA SANDUICHEIRA

UM LIQUIDIFICADOR

UM VENTILADOR

UMA BICICLETA

UMA BICICLETA

UMA GARRAFA TÉRMICA

UM COPO STANLEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 083, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

"MODIFICA O DECRETO MUNICIPAL Nº 029, DE 22 DE MAIO DE 2023, AMPLIANDO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO PROGRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL ALTO GARÇAS, ESTADO DO MATO GROSSO, senhor **CLAUDINEI SINGOLANO**, no uso de suas atribuições legais, considerando as disposições a Lei Complementar Municipal nº 002/2018 e a Lei Municipal nº 1.366, de 16 de maio de 2023;

Considerando a necessidade de estender o benefício do Programa de Regularização Fiscal para os moradores que optarem em participar do Programa de Regularização Fundiária.

DECRETA:

Art. 1º O artigo 3º do Decreto Municipal nº 029, de 22 de maio de 2023, que regulamenta a Lei Municipal mº 1.366, de 16 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

***"Art. 3º** A opção pelo REFIS poderá ser formalizada até 17 de maio de 2024, mediante utilização do "Termo de Opção do REFIS", conforme modelo em anexo."*

Art. 2°- Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, Alto Garças – MT, em 17 de novembro de 2023.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 251, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre os membros do Comitê Gestor Intersetorial do Busca Ativa Escolar- BAE, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas atribuições legais,*

Considerando *o Decreto Municipal n° 082, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023, e*

Considerando *o Ofício n° 314/2023/SME/VLSA, advindo da Secretaria Municipal de Educação.*

RESOLVE:

Art. 1°. *Constituir os membros do Comitê Gestor Intersetorial do Busca Ativa Escolar (BAE), suas funções e representatividade:*

I – Gestor Político:

a) *Claudinei Singolano – Prefeito Municipal – Matrícula n° 2275-1.*

II – Gestor Municipal:

a) *Vânia Luzia da Silva Abreu – Secretária Municipal de Educação - Matrícula n° 2827-1.*

III - Coordenadora operacional:

a) *Deuzenir Rosa da Silva – Matrícula n° 2744-1* ***IV - Supervisor Institucional:***

a) *Ana Paula da Costa Silva Nogueira (Secretaria de Educação) – Matrícula nº 1754-1;* ***b)*** *Andreia Cassol (Secretária de Assistente Social) – Matrícula n° 3067-1;*

c) *Domingos Wagner dos Santos Dias (Secretário de Saúde) – Matrícula n° 1718-1;* ***d)*** *Sandra Ribeiro Musquim de Oliveira (Conselho Tutelar) – Matrícula n° 2979-1.*

V – Técnico Verificador;

a) *Alinne Cabral de Oliveira (Secretaria de Educação) – Matrícula n° 1766-1;*

b) *Janielma Resende de Moraes (Conselho Tutelar) – Matrícula n° 2734-1;*

c) *Glauciene Fraga de Nascimento (Secretaria de Assistência Social) – Matrícula n° 1902-1;*

d) *Cláudia Gasparelo (Secretaria de Saúde) – Matrícula n° 1066-1.*

VI – Agente Comunitário;

a) *Amélia Viana Prado (Escola Municipal Cézar Borges) – Matrícula n° 38-1;*

b) *Hervis Cley Alves Correa (Escola Municipal José David Dias Campos) – Matrícula n° 115-1;*

c) *Vanice Lionísia de Melo (Escola Municipal Carlos Couto) – Matrícula n° 256-1;*

d) *Sandra Rosa da Silva (Escola Municipal Maria Ermelina Cajango de Oliveira) – Matrícula n° 1763-1;*

e) *Joelma Camila da Cruz (Creche Municipal Clemência Mendes de Oliveira) – Matrícula n° 1735;*

f) *Maria Aparecida Jordão dos Santos (Creche Municipal Clemência Mendes de Oliveira) – Matrícula n° 226-1;*

g) *Regilene Souza do Nascimento (Escola Municipal Cézar Borges) – Matrícula n° 1734-1;*

h) *Cláudia Barbosa Cardoso (Escola Municipal José David Dias Campos) – Matrícula nº 162-1;*

i) *Celi Aparecida Teixeira (Escola Municipal Cézar Borges) – Matrícula n° 16-1*

j) *Márcia Rosane Prante Zanon (Creche Municipal Clemência Mendes de Oliveira) – Matrícula n° 1142-1;*

k) *Helena Maria de Souza Dariva (Escola Municipal Carlos Couto) – Matrícula n° 203-1;*

l) *Tatiane Inácio da Silva (Escola Municipal José David Dias Campos) – Matrícula n° 2669-1;*

m) *James Willian de Souza Bispo (Escola Municipal Carlos Couto) – Matrícula n° 3023-1;*

n) *Sônia Lobo Nogueira Silva (Escola Municipal Maria Ermelina Cajango de Oliveira) – Matrícula n° 207-1;*

o) *Rosimônica Rodrigues da Silva (Escola Municipal Maria Ermelina Cajango de Oliveira) – Matrícula n° 3051-1;*

p) *Lorena Silva Oliveira Clemente (Escola Estadual Dr. Ytrio Correa) – CPF: 061.XXX.XXX-48;*

q) *Lucineide dos Reis de Oliveria (Escola Estadual Dr. Ytrio Correa) – CPF: 716.XXX.XXX-04;*

r) *Marilene Gonçalves Procópio (Agente Comunitária de Saúde) – Matrícula n° 1853-1;*

s) *Julciléia de Sousa Moraes (Agente Comunitária de Saúde) – Matrícula n° 3124-1;*

t) *Maria Eduarda Lima Santos (Agente Comunitária de Saúde) – Matrícula n° 3146-1;*

u) *Sandra Vilela Ribeiro (Agente Comunitária de Saúde) – Matrícula n° 1834-1;*

v) *Terezinha Gonçalves Pereira Souza (Agente Comunitária de Saúde) – Matrícula n° 1961-1;*

w) *Idivane Morais da Silva (Agente Comunitária de Saúde) – Matrícula n° 1843-1;*

x) *Leila Keli Alves Rodrigues (Agente Comunitária de Saúde) – Matrícula n° 3119-1;*

y) *Elise Patrícia de Assis (Agente Comunitária de Saúde) – Matrícula n° 1849-1;*

z) *Álvaro Talison Gotlems de Oliveira (Agente Comunitário da Assistência Social) – Matrícula n° 1686-1.*

Art. 2°. *Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO*, Alto Garças – MT, 17 de novembro de 2023.*

CLAUDINEI SINGOLANO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

DECRETO Nº73/2023

DECRETO Nº73, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Cria a estratégia da Busca Ativa Escolar e institui o Comitê Gestor Intersetorial composto pelo gestor político, coordenador municipal, supervisores institucionais e técnicos verificadores, e dá outras providências.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 227 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 4º da Lei Federal nº 8.069, de 16 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC;

CONSIDERANDO a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações, que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional;

CONSIDERANDO o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014, que definiu 10(dez) diretrizes que devem guiar a educação brasileira neste período e estabeleceu 20 metas a serem cumpridas na vigência;

CONSIDERANDO que o estado de Mato Grosso fez a adesão ao Busca Ativa Escolar em outubro de 2020, conforme informação disponibilizada pelo Unicef e a necessidade de criação da Estratégia Busca Ativa Escolar e comitê gestor junto ao município de Alto Paraguai, DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Estratégica de Busca Ativa Escolar no município de Alto Paraguai/MT, que complementa as Estratégias do Plano Municipal de Educação na qual identifica e previne casos de evasão escolar no município;

Art. 2º. A Busca Ativa Escolar é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizada gratuitamente para estados e municípios. Ela foi desenvolvida pelo UNICEF, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

Art. 3º. A intenção é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar, municípios e estados têm dados concretos que possibilitarão planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos de meninas e meninos.

Art. 4º. A Busca Ativa Escolar reúne representantes de diferentes áreas – Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento etc. Fortalecendo, dessa forma, a rede de proteção. Cada secretaria e profissional tem um papel específico, que vai desde a identificação de uma criança ou adolescente fora da escola ou em risco de abandono, até a tomada das providências necessárias para seu atendimento nos diversos serviços públicos, sua (re)matrícula e sua permanência na escola.

Art. 5º. Todo o processo é acompanhado pela ferramenta tecnológica, que funciona como um grande banco de dados que facilita a comunicação entre as áreas, armazena dados importantes sobre cada caso acompanhado e apoia na gestão das informações sobre a situação da criança e do adolescente no município e/ou estado. A ferramenta pode ser acessada em qualquer dispositivo, como computadores de mesa, computadores portáteis, tablets, celulares (SMS) ou smartphones. Há também formulários impressos para facilitar o uso dos profissionais que não têm acesso a dispositivos móveis.

Art. 6º Fica criado o Comitê Gestor Intersetorial da Busca Ativa Escolar, uma instância plural, ampla e representativa, que tem como objetivo apoiar o Governo Municipal na identificação, registro e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da Escola ou em risco de evasão, além de propor estratégias intersetoriais para a garantia da rede de proteção à infância e adolescência.

Art. 7º. O Comitê Gestor Intersetorial de Busca Ativa Escolar é composto pelo: Gestor municipal; Coordenador operacional, Supervisor institucional e Técnico verificador.

Art. 8º O Comitê Gestor Intersetorial da Busca Ativa Escolar tem a seguinte missão:

I - Elaborar e monitorar o Plano de Trabalho Intersetorial para a (re)matricular crianças e adolescentes, além de fomentar a permanência e o sucesso escolar com equidade;

II - Definir quem serão os profissionais do grupo de supervisores e técnicos verificadores, que terão papel estratégico;

III - Gerir todos os casos de crianças e adolescentes fora da escola, providenciando os encaminhamentos para os serviços públicos adequados;

IV - Monitorar as ações intersetoriais para a (re)matrícula de crianças e adolescentes;

V - Ser corresponsável pela (re)matrícula e pelo acompanhamento, durante um ano, do estudante dentro da escola;

VI - fomentar reuniões ampliadas, fóruns e grupos de trabalho intersetoriais para o planejamento de ações e fluxos de atenção no combate às motivações para evasão e abandono escolar no município.

Art. 9º O Comitê Gestor Intersetorial da Busca Ativa Escolar será constituído pelos seguintes organismos:

I – Gestor político;

II – Coordenador operacional;

III – Um representante da Secretaria Municipal de Educação;

V – Um representante da Secretaria Municipal da Assistência Social;

VI – Um representante da Secretaria Municipal da Saúde.

§ 1º Poderão ser convidados para a elaboração, execução e fiscalização do Plano de Trabalho do Comitê Gestor Intersetorial da Busca Ativa Escolar, Instituições, Órgãos e Organizações da Sociedade Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Legislativo e Conselho Tutelar.

§ 2º As funções de membros do Comitê Gestor Intersetorial da Busca Ativa Escolar não serão remuneradas, por serem de relevante interesse público.

§ 3º O comitê gestor tem como missão definir quem serão os profissionais do grupo gestor e elaborar de forma conjunta o Plano de ação da estratégia para o município de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso.

Art. 10. O Comitê Gestor Intersetorial da Busca Ativa Escolar, terá as seguintes atribuições específicas:

I - identificar e selecionar os principais problemas, e suas causas, existentes na gestão e que vêm limitando e/ou dificultando e/ou impedindo de forma eficaz e eficiente o acesso à Escola de crianças e adolescentes;

II - apresentar um resumo da situação da exclusão escolar no município, com número de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de exclusão. Para isso, pode-se utilizar as informações disponíveis sobre o município no site **https://www.altoparaguai.mt.gov.br/** ou em outros bancos de dados existentes;

III - definir no Plano de Trabalho os objetivos claros em relação à inclusão escolar em determinado período de tempo;

IV - propor e detalhar as iniciativas para o enfrentamento e o equacionamento dos problemas identificados, coordenando estudos, levantamentos, a elaboração, implantação e o acompanhamento de medidas internas e de projeto de modernização da gestão educacional no município de Alto Paraguai;

V - propor encaminhamentos de políticas públicas que norteiam as ações das organizações sociais, instituições de ensino públicas e privadas visando evitar a evasão escolar e garantir o acesso à escola, de crianças e adolescentes.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Alto Paraguai/MT, 16 de novembro de 2023.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2023.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2023.

Em vista das razões apresentadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como a justificativa de preço apresentado no processo, através do balizamento e Termo de Referência, considerando o valor da prestação de serviços a ser oferecido a um valor compatível com o mercado, para a administração pública e aprovação do orçamento disponível para contratação e atestado de exclusividade apresentado pela empresa, RATIFICO a dispensa de Licitação, para o objeto: *"AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFEITES NATALINOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI - MT",*diretamente com a Empresa: ""AUTENTICA COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, Inscrita no CNPJ nº 47.146.145/0001-69", no Valor de R$ 20.585,70 (Vinte mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta centavos).Verifica-se a justificativa no processo, consta no processo a comprovação de que a contratada preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária. Por estas razões, justifica-se a formalização do processo e contratação da empresa, Dispensando a Licitação enquadrada na lei nº 14.133, de 1 de Abril de 2021, que dispõe sobre o "Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), no caso de outros serviços e compras;".

Publique-se.

Alto Paraguai/MT, 17 de novembro de 2023.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal de Alto Paraguai /MT

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2023.

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2023

REGISTRO DE PREÇO 026/2023

PROCESSO LICITATÓRIO 069/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ADUBOS QUÍMICOS, SEMENTES DE HORTALIÇAS E OUTROS INSUMOS PARA ATENDER O PROJETO PRODUZA MAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI – MT, ORIUNDO DE EMENDA PARLAMENTAR Nº 243, DO DEPUTADO LÚDIO CABRAL CONVÊNIO Nº 1285/2023, PROCESSO – SEAF-PRO-2023/01633.

Empresas vencedoras valor total: R$ 289.677,34 (duzentos e oitenta e nove mil e seiscentos e setenta e sete reais e trinta e quatro centavos): **AGROPEV COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA** CNPJ: 46.356.151/0001-88 com os lotes: 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 no valor total de R$ 169.597,34 (cento e sessenta e nove mil e quinhentos e noventa e sete reais e trinta e quatro centavos). **KM JUNIOR EIRELI ME** CNPJ: 13.225.851/0001-84 com os lotes: 1 e 3 no valor total de R$ 120.080,00 (cento e vinte mil e oitenta reais).

Alto Paraguai- MT, 17 de novembro de 2023

WISLEY RIBEIRO DO AMARAL

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

EDITAL Nº 08/2023/SMEC/MT

Dispõe sobre o Processo de Atribuição de classe/aula para professores efetivos e contratos temporários substitutos de excepcional interesse público.

A Secretária Municipal de Educação e Cultura, Sra. Juliana Bellodi, no uso de suas atribuições legais, comunica o período para realização do Processo de Atribuição de classe/aula para Professores Efetivos e Contratos Temporários para suprir as necessidades das Escolas Municipais de Alto Taquari - MT.

RESOLVE divulgar e estabelecer normas para o Processo de Atribuição de classe/aula para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, para suprir a falta de profissionais da educação, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1 - DO CRONOGRAMA DO PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO DE CLASSE/AULA:

Art. 1.º O processo de atribuição de classe/aulas será nas dependências da Secretaria M. de Educação e Cultura, conforme data especificada no calendário Escolar para o ano vigente, sendo:

I – **Professores efetivos no dia 20/12/2023, conforme Instrução Normativa 01/2023/SMEC**

As 08horas para disciplinas específicas do Ensino Fundamental;

As 13horas para Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

- Divulgação do processo de atribuição para as salas (Pré I, Pré II, 1.º e 2.º anos), no dia 22/12/2023

II – **Professores efetivos (APROVADOS NO CONCURSO) no dia 29/01/2024, conforme Instrução Normativa 01/2023/SMEC**

As 08horas para disciplinas específicas do Ensino Fundamental;

As 13horas para Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

III – Professores com contratos temporários (Processo Seletivo) no dia 30/01/2024

a) As 08horas para disciplinas específicas do Ensino Fundamental;

b) As 13horas para Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

§ 1º - O candidato que não comparecer no ato da atribuição de classe e não apresentar **Procuração** ficará em último colocado entre os classificados para escolha de sala.

§ 2º - A atribuição de aulas/jornada de trabalho para professores efetivos, estáveis e contratos temporários, para efetivo exercício em sala de aula, irá seguir a ordem da contagem de pontos e **para professores (aprovados no concurso público**), será considerado a ordem de classificação do concurso.

Art. 2º Na atribuição de aulas/jornada de trabalho para professores efetivos/contrato temporário, será considerado o Art. 32 da Lei Complementar n.º 030/2021 - A lotação consiste no ato da atribuição de classe/aulas, seguindo criteriosamente o processo de contagem de pontos, mediante a habilitação e área de atuação dos profissionais da educação, **CONFORME AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES**.

Art. 3º- No processo de atribuição dar-se-á, em observância a formação dos professores às respectivas modalidades e/ou especificidades da Educação Básica e classificação no Processo Seletivo Simplificado.

I - Para ministrar as aulas na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, o profissional deverá ser habilitado em Pedagogia ou Normal Superior, e, ainda, na falta de profissional com habilitação específica, aceitar-se-á o profissional habilitado para o magistério e com habilitação em nível superior na área da educação, respeitando o **Art. 122 da Lei Complementar N.º 030/2021 - do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica.**

II - Para ministrar aulas nas áreas especificas do Ensino Fundamental o profissional deverá ser habilitado em nível superior **conforme área de atuação** e na falta de profissional com habilitação específica, aceitar-se-á o profissional habilitado em nível superior em qualquer área da educação com notório saber, respeitando o **Art. 124 da Lei Complementar N.º 030/2021 - do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica.**

III - Para ministrar aulas de Educação Física na Educação Básica o profissional deverá ter habilitação nas áreas específicas, conforme determinação do Conselho Federal de Educação Física

(CONFEF), respeitando o **Art. 121 da Lei Complementar N.º 030/2021 - do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica.**

Parágrafo Único - Os profissionais de Educação Física deverão ter registro no CREF – Conselho Regional de Educação Física, conforme Lei Federal n.º 9696/98.

IV- Para ministrar as aulas de Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol), Educação Financeira, Leitura e Produção Textual no Ensino Fundamental o profissional deverá ter habilitações nas áreas específicas, respeitando o **Art. 123 da Lei Complementar N.º 030/2021 - do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica.**

Art. 4º - As classes de alfabetização (1º e 2.º anos) do Ensino Fundamental e as salas de (Pré I e Pré II) da Educação Infantil, não irão para atribuição, ficando a cargo da Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a equipe pedagógica da escola para selecionar os profissionais que tenham perfil alfabetizador e experiência no processo de alfabetização, **observando os seguintes critérios*:***

I – Cursos específicos na área de alfabetização.

II – **Perfil e habilidade do profissional**.

III – Maior experiência em sala de aula, com resultados já comprovados.

IV - Deverá ser habilitado em Pedagogia ou Normal Superior.

§ 1º - Para contratos temporários em substituição aos professores do Pré I, Pré II, 1.º e 2.º anos do Ensino Fundamental, afastados por licenças amparadas por lei, ou cargos comissionados, será seguido o mesmo critério da atribuição, conforme consta no art. 16, da Instrução Normativa n.º 01/2023/SMEC**, NÃO SENDO NECESSÁRIO SEGUIR A LISTA DE CLASSIFICAÇÃO**, de acordo proposta do Programa Alfabetiza MT.

§ 2º - Os professores alfabetizadores dos 1º e 2.º anos do Ensino Fundamental e das salas de Pré I e Pré II da Educação Infantil, poderão, a partir de sua classificação no processo de contagem de pontos, optar **pela Instituição e pelo período em que deseja atuar.**

Art. 5º - As aulas livres para cobrir as horas atividades dos professores do Ensino Fundamental, serão especificamente nas disciplinas de Educação Física e Inglês, sendo 02 (duas) aulas de Educação Física e 02(duas) aulas de Inglês, totalizando 04(quatro) aulas dentro do período de

aula e 02(duas) hora/aula atividade, será cumprida na Formação Continuada, conforme organização da Instituição, de acordo com art. 4.º, parágrafo 2º da Instrução Normativa n.º 01/2023/SMEC.

Art. 6.º - As aulas livres deverão ser ocupadas, **prioritariamente,** por professores efetivos e as classe/aulas EM SUBSTITUIÇÃO AOS PROFESSORES EFETIVOS, afastados por licenças amparadas por lei ou cargos comissionados, serão atribuídas aos professores efetivos que tenha disponibilidade de horários e/ou contrato temporário através de Processo Seletivo, conforme **lista única de classificação** do Processo Seletivo, respeitando o limite da carga horária **total de 40h semanais**.

Art. 7.º – O profissional das áreas especificas, conforme o Reordenamento das Redes, que não optar pela Cooperação Técnica entre as redes de ensino, conforme os artigos 47-53 da Lei Complementar 30/2021, poderá atribuir de acordo com sua habilitação nas disciplinas de Leitura e Produção Textual e/ou Educação Financeira nos 4.º e 5.º anos do Ensino Fundamental, conforme organização curricular do Ensino Fundamental, conforme aprovado pelo CME.

Parágrafo Único – O Professor EFETIVO das áreas específicas **que não completar a carga horária de concurso,** poderá atribuir de acordo com a área de atuação do 1.º ao 5.º anos do Ensino Fundamental, completando assim a carga horária de trabalho, conforme art. 123 da Lei Complementar n.º 30/2021.

Art. 8.º – O quadro de atribuição será organizado conforme matriz curricular da Educação Básica, observando os critérios e área de atuação de cada unidade escolar, de acordo com a tabela abaixo do **1.º ao 3.º ano do Ensino Fundamental**:

COMPONENTES CURRICULARES Área de Conhecimento	**PROFESSOR REGENTE**	**CH SEMANAL Semanal**	
Língua Portuguesa Leitura e Produção Textual	Pedagogia	05	07
	Pedagogia	02	
Arte	Pedagogia	01	

Língua Estrangeira (Inglês)	ÁREA ESPECÍFICA	02	
Educação Física	ÁREA ESPECIFICA	02	
Matemática Educação Financeira	Pedagogia Pedagogia	05 02	07
Ciências	Pedagogia	02	
História	Pedagogia	02	
Geografia	Pedagogia	02	
Ensino Religioso	Pedagogia	01	

4.º e 5.º anos do Ensino Fundamental

COMPONENTES CURRICULARES Área de Conhecimento	**PROFESSOR REGENTE**	**CH SEMANAL semanal**
Língua Portuguesa Leitura e Produção Textual	Pedagogia ÁREA ESPECÍFICA	05 02
Arte	Pedagogia	01
Língua Estrangeira (Inglês)	ÁREA ESPECÍFICA	02
Educação Física	ÁREA ESPECIFICA	02
Matemática Educação Financeira	Pedagogia ÁREA ESPECÍFICA	05 02
Ciências	Pedagogia	02
História	Pedagogia	02
Geografia	Pedagogia	02
Ensino Religioso	Pedagogia	01

Art. 9.º - De acordo as orientações curriculares para 2024 a carga horária para os anos iniciais foi alterada de **800horas** (hora relógio) para **1040 aulas anuais (hora aula de 47min), sendo 16 hora/aulas em sala de aula, conforme tabela abaixo.**

Regime/jornada	Jornada semanal em minutos	Hora aula de **47-min**	hora atividade
40 H*	2400 min	1600 = 32 aulas	800 min
30 H**	1800 min	1200 = 25 aulas	600 min
20 H	1200min	800 = 16 aulas	400 min

Art. 10 – A carga horária para professores habilitados em Pedagogia que atuarem na Educação Infantil, conforme a matriz curricular para Educação Infantil **alinhada à BNCC, será de 30 (trinta) horas semanais, sendo** 20 horas em sala, uni docência e 10horas atividades que

deverão ser **cumpridas na unidade escolar** em que esteja lotado, no **PERÍODO CONTRARIO** de acordo com a disponibilidade de horário da Instituição.

Art. 11 – A sala de recurso não irá para atribuição, ficando a cargo da Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a equipe pedagógica para fazer a escolha dos profissionais efetivos/contrato temporário, que apresentam qualificações específicas, habilidades para desenvolver atividades relacionadas à Educação Especial, conforme critérios definidos na Resolução CNE/CEB n.º 04/2009, Art. 12, para atuar no atendimento educacional especializado, o professor deve ter formação inicial que habilite para o exercício da docência ou formação especifica na Educação Especial.

Art. 12 – A Sala de Articulação e Sala de Leitura com a finalidade de **reduzir os índices de reprovação** nas unidades escolares de Ensino Fundamental, serão permanentes e farão parte do quadro de atribuição, (com critérios definidos em edital específico), para professores habilitado em Pedagogia ou Normal Superior, conforme a necessidade da escola.

Parágrafo Único - O profissional que atribuir na sala de articulação e/ou sala de leitura deverá apresentar relatório mensal à coordenação pedagógica com as informações sobre o desenvolvimento de aprendizagem do aluno atendido, conforme os registros em portfólio.

Art.13 - O professor investido no mandato de vereador participará do processo de atribuição da jornada de trabalho e havendo incompatibilidade, deverá optar por uma das remunerações, nos termos do inciso II, artigo 38, da Constituição Federal.

Art. 14 - O professor EFETIVO, independente de estar afastado por licença de interesse particular, cargo comissionado ou na direção, orientação, coordenação e assessoria pedagógica, deverá atribuir sua **carga horária de concurso**, escolhendo apenas o período de trabalho referente a carga horária de concurso, constando assim na ATA de atribuição.

Art. 15 – Os projetos educacionais/esportivos, desenvolvidos nas oficinas pedagógicas irão para atribuição, condicionada a apresentação de plano de trabalho, ficando a cargo da Secretaria

Municipal de Educação, **juntamente com a equipe pedagógica da escola** para escolha dos profissionais que apresentam qualificações específicas e habilidades para desenvolver atividades relacionadas as salas de oficinas na unidade escolar.

Parágrafo Único Os projetos educacionais/esportivos de(Futsal, Voleibol, Tênis e Basquete) em contra turno escolar, serão atribuídos para professores de Educação Física e para as demais oficinas, poderão aproveitar os profissionais efetivos/contratos temporários referentes aos cargos de Monitor de Educação Infantil, Auxiliar de Desenvolvimento e Facilitador de Oficinas.

Art. 16 - As atividades desenvolvidas nos projetos educacionais/esportivos serão avaliadas bimestralmente, pela equipe pedagógica da unidade escolar, através de relatórios e encaminhados a Secretaria M. de Educação para acompanhamento das ações pedagógicas.

Paragrafo Único - O profissional atribuído nos projetos educacionais/esportivos e salas de oficinas, caso não corresponder com a proposta de trabalho e objetivo da sala no decorrer do ano letivo, será remanejado para o cargo de origem de concurso e no caso de profissional com contrato temporário será feito o distrato do vínculo.

Art. 17 - Após o período de atribuição para efetivos, caso algum professor seja remanejado para outra função, ou afastados por licenças amparadas por lei a sala de aula/classe que ficar livre será ofertada para professores com contrato temporário, classificados em Processo Seletivo, conforme lista de classificação.

Art. 18 - Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Alto Taquari, 16 de Novembro de 2023

_____

Juliana Bellodi

Secretária M. de Educação e Cultura

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS Nº 074/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI - MT

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 074/2023

CONTRATO: Nº 074/2023; CONTRATANTE: Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso; CONTRATADA: M. A. FONTES VANO LTDA; VALOR: de em R$ 89.840,36(oitenta e seis mil, oitocentos e quarenta reais e trinta e seis centavos); DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 08/11/2023; VIGÊNCIA: 08/11/2023 à 31/12/2023; PROCESSO: Tomada de Preços nº 001/2023; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE ALTO TAQUARI III – NILDA BRUSCHI BERGAMIN, NO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT; LEGALIDADE: As partes ficam sujeitas as normas estabelecidas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, assim como as clausulas contratuais.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2023 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CANIL MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI-MT, POR PERÍODO DE 12 MESES. Abertura às 07:30h (Horário Mato Grosso) do dia **06/12/**

2023. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através do Pregoeiro, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448.

Alto Taquari – MT, 17 de novembro de 2023

Thaís Regina Bender de Souza

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS Nº 073/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI - MT

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 073/2023

CONTRATO: Nº 073/2023; CONTRATANTE: Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso; CONTRATADA: M. A. FONTES VANO LTDA; VALOR: de R$ 532.759,19(quinhentos e trinta e dois mil, setecentos e cinquenta e nove reais e dezenove centavos); DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 08/11/2023; VIGÊNCIA: 08/11/2023 à 31/12/2023; PROCESSO: Tomada de Preços nº 001/2023; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A REFORMA E SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DE ALTO TAQUARI I - 13 PONTOS – RAIMUNDO ALVES EDUARDO, NO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT; LEGALIDADE: As partes ficam sujeitas as normas estabelecidas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, assim como as clausulas contratuais.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 170/2023

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) no orçamento do Poder Legislativo."

A Prefeita Municipal de ALTO TAQUARI, Estado de MATO GROSSO, MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1.397/2023, e em consonância com a Lei Federal nº. 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto no Orçamento do Poder Legislativo Municipal, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) por transposição e remanejamento do orçamento vigente, nos termos do artigo 42 e seguintes da Lei n.º 4.320/64, para atender a seguinte dotação:

212 01 002 01 032 1010 2121 339093 0000 – Indenizações e restituições R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)

Art. 2º - Para Suplementar a Dotação aberta no artigo anterior, será utilizada nos termos do inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei nº. 4.320/64, anulação parcial de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

88 01 001 01 031 1010 2001 339014 0000 – Diária Civil R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

89 01 001 01 031 1010 2001 – 339030 0000 – Material de Consumo R$ 11.000,00 (onze mil reais).

90 01 00 01 031 1010 2001 339039 0000 – Serviço de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

143 01 002 032 1010 1001 449052 0000 – Equipamento e Material Permanente R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

168 01 002 01 032 1010 1066 449051 0000 – Obras e Instalações R$ 4. 000,00 (quatro mil reais).

183 01 002 01 032 1010 2002 339030 0000 – Material de Consumo – R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Taquari, 16 de novembro de 2023.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº038/2023

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o **PREGÃO ELETRÔNICO N° 038/2023,** cujo certame se deu início às 08h34min, do dia 17/11/2023, sagrou-se vencedor o preponente: **NA CONTRAMÃO LTDA – CNPJ: 14.111.790/0001-97** com o valor total de **R$ 880.800,00** (oitocentos e oitenta mil e oitocentos reais)**.** A licitação foi realizada pela modalidade Pregão Eletrônico, com certame homologado em 17 de novembro de 2023.

Alto Taquari – MT, 17 de novembro de 2023.

THAÍS REGINA BENDER DE SOUZA

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS Nº 072/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI - MT

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 072/2023

CONTRATO: Nº 072/2023; CONTRATANTE: Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso; CONTRATADA: M. A. FONTES VANO LTDA; VALOR: de R$ 1.218.380,59 (um milhão, duzentos e dezoito mil, trezentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos); DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 07/11/2023; VIGÊNCIA: 07/11/2023 à 31/12/2023; PROCESSO: Tomada de Preços nº 002/2023; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE 05(CINCO) PRAÇAS A SEREM CONSTRUÍDAS EM DIVERSOS PONTOS DA AVENIDA NASCENTE DO RIO TAQUARI, NO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI – MT, (CONVÊNIO FEDERAL - PAC); LEGALIDADE: As partes ficam sujeitas as normas estabelecidas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, assim como as clausulas contratuais.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2023

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

A Prefeita Municipal, Srª. Marilda Garofolo Sperandio, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, fulcrada no inciso II, art. 24 da Lei 8.666/93, com a empresa: **48.758.162 YASMIN DE ALMEIDA MOURA, CNPJ: 48.758. 162/0001-10,** com o valor total de **R$ 5.616,00 (cinco mil, seiscentos e dezesseis reais)** Cujo objeto trata-se da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA E ASSESSORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI PAULO GUSTAVO (LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 E DECRETO Nº 11.525/2023) ELABORAÇÃO DOS MARCOS NORMATIVOS PARA A REGULAMENTAÇÃO DESTA LEI, DIAGNOSTICO E ELABORAÇÃO DE EDITAIS E AVALIAÇÃO DE PROJETOS, JUNTO AO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI – MT.** Contudo resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no Art. 26, Parágrafo Único do supracitado diploma legal.

Alto Taquari – MT,17 de novembro de 2023

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 169/2023 DE TERÇA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita Municipal de ALTO TAQUARI, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1335/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 38.900,00 (TRINTA E OITO MIL E NOVECENTOS REAIS), nas dotações orçamentárias:

02	**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI**	
Cód. Reduzido	**20**	
002.04.122.3010.2008	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
15000000000	LIVRE APLICAÇÃO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
Cód. Reduzido	**88**	
006.12.306.8020.2110	EXECUTAR O PROGR. NAC. DE ALIMEN. A CRIANÇA	
15001001000	EDUCAÇÃO 25%	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
Cód. Reduzido	**90**	
006.12.306.8040.2039	EXECUTAR O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	
15001001000	EDUCAÇÃO 25%	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
Cód. Reduzido	**121**	
006.12.361.8040.2029	MANTER ATIVIDADES DA SECRETARIA	
15001001000	EDUCAÇÃO 25%	
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	1.000,00
Cód. Reduzido	**123**	
006.12.361.8040.2029	MANTER ATIVIDADES DA SECRETARIA	
15001001000	EDUCAÇÃO 25%	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
Cód. Reduzido	**131**	
006.12.364.8030.2112	APOIAR O ENSINO SUPERIOR	
15000000000	LIVRE APLICAÇÃO	
3350430000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	15.200,00
Cód. Reduzido	**220**	
008.27.812.9110.2055	MANTER AS ATIVIDADES DO ESPORTE E LAZER	
15000000000	LIVRE APLICAÇÃO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.500,00
Cód. Reduzido	**251**	
014.08.244.6050.2118	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
15000000000	LIVRE APLICAÇÃO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.200,00
	SUBTOTAL	**38.900,00**
	TOTAL	**38.900,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02	**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI**	
Cód. Reduzido	**132**	
006.12.364.8030.2112	APOIAR O ENSINO SUPERIOR	
15000000000	LIVRE APLICAÇÃO	
3390180000	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	15.200,00
Cód. Reduzido	**1500**	
008.23.695.5010.1009	REALIZAR OBRAS DO LAGO DO PARQUE TAQUARI	
15000000000	LIVRE APLICAÇÃO	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	20.500,00
	SUBTOTAL	**35.700,00**
05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
Cód. Reduzido	**407**	
013.10.304.7040.2222	MANTER O CANIL MUNICIPAL	
15001002000	SAUDE 15%	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	3.200,00
	SUBTOTAL	**3.200,00**
	TOTAL	**38.900,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DA PREFEITA ALTO TAQUARI - MT. AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

PREFEITA MUNICIPAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01/2023/PMAT/MT AO EDITAL Nº 05/2023/PMAT/MT

Dispõe sobre divulgação de inscritos no Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Professor e Apoio Pedagógico substitutos de excepcional interesse público.

A Prefeita Municipal de Alto Taquari, Sra. Marilda Garofolo Sperandio, no uso de suas atribuições legais, torna pública a relação de inscritos no Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Professor, Auxiliar de Desenvolvimento, Monitor de Educação Infantil, Inspetor de Alunos, Facilitador de Oficina, Merendeira, Agentes de Serviço Público e Motorista para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Alto Taquari - MT.

CARGO: PROFESSOR

Nº	NOME	PROT.	DATA DE NASC.	ÁREA ESPECÍFICA
01	ADRIANO RAMIRES NEVES	55	03/10/1984	EDUCAÇÃO FÍSICA
02	GABRIELA CARVALHO DOS SANTOS	348	01/09/1994	EDUCAÇÃO FÍSICA
03	GUSTAVO CATTARI STERSE	40	20/10/1997	EDUCAÇÃO FÍSICA
04	JULIENE PATRICIA N.DOS SANTOS	58	16/05/1981	EDUCAÇÃO FÍSICA
05	JUNIUR APARECIDO DIAS	66	15/11/1981	EDUCAÇÃO FÍSICA
06	LEONARDO COSTA GOMES	268	19/11/1992	EDUCAÇÃO FÍSICA
07	MAURICIO PEREIRA DA CUNHA	113	29/05/1990	EDUCAÇÃO FÍSICA
08	RHANNA HAYARA COSTA SANTOS	382	06/09/1995	EDUCAÇÃO FÍSICA
09	RODRIGO GOMES DOS SANTOS	332	24/03/1990	EDUCAÇÃO FÍSICA
10	ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA JUNIOR	224	04/05/1993	EDUCAÇÃO FÍSICA
11	VALDICLEIDE DA SILVA	349	21/12/1989	EDUCAÇÃO FÍSICA
12	WETSON VIEIRA DOS SANTOS	131	03/10/1987	EDUCAÇÃO FÍSICA
13	CINTIA AMANDA HORTT DE ANDRADE	183	30/10/1991	LETRAS
14	GEOVANA HONÓRIO DE FREITAS	220	16/05/1983	LETRAS
15	GEVECI APARECIDA DE ALMEIDA FRANÇA	364	23/10/1975	LETRAS

16	ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA QUEIROZ	395	09/02/1977	LETRAS
17	MARIA ELIENE DA SILVA BARBOSA	266	29/01/1991	LETRAS
18	MEIRE DIAS MIRANDA	255	15/08/1981	LETRAS
19	PRISCILLA OLIVEIRA DA SILVA	323	15/07/1987	LETRAS
20	RAQUEL MIRANDA SOUZA	210	04/09/1996	LETRAS
21	SUELI DE FÁTIMA FAVARO	198	13/09/1970	LETRAS
22	CARLOS APARECIDO DE JESUS E SOUZA	272	19/06/1978	MATEMATICA
23	ALBERICO SANTOS DA SILVA	54	15/02/1982	MATEMÁTICA
24	DHAISON PEREIRA DO NASCIMENTO	162	14/05/1999	MATEMÁTICA
25	RAVENA MAYARA DOS S. DO NASCIMENTO	230	07/02/2001	MATEMÁTICA
26	ADRIANA MARIA DOS SANTOS	191	04/04/1990	PEDAGOGIA
27	ANDREIA MIRANDA DE SOUZA	306	18/03/1987	PEDAGOGIA
28	ARIELY SARDINHA DE OLIVEIRA	93	16/07/1994	PEDAGOGIA
29	CAMILA EMANUELLE M. NASCIMENTO	342	25/07/1988	PEDAGOGIA
30	CÁSSIA NEVES RODRIGUES COSTA	233	19/09/1985	PEDAGOGIA
31	CHIRLIANE MARIA DA SILVA	135	26/10/2023	PEDAGOGIA
32	CLAUDIA DA SILVA TORRES	170	03/11/1987	PEDAGOGIA
33	CLEIA JOSEFA RAMOS VARJÃO	145	19/09/1980	PEDAGOGIA
34	EDINEIVA COELHO ALMEIDA	119	06/05/1980	PEDAGOGIA
35	ELIANA ANDRADE FERREIRA	227	27/11/1971	PEDAGOGIA
36	ELINÊS DE OLIVEIRA SOUSA DE ARAUJO	110	14/12/1975	PEDAGOGIA
37	ELISANE RODRIGUES DE SOUSA	246	04/07/1991	PEDAGOGIA
38	ELIZANDRA SODRÉ DOS SANTOS	171	30/07/1991	PEDAGOGIA
39	ELIZAURA NUNES DE ALMEIDA	174	17/09/1987	PEDAGOGIA
40	ELTON ALVES DA SILVA	250	22/05/1980	PEDAGOGIA
41	ERINA ROSA DE CARVALHO	254	07/06/1990	PEDAGOGIA
42	GESSIANE VIEIRA LOPES DOS SANTOS	333	25/11/1977	PEDAGOGIA
43	GREICI CAMILO DE OLIVEIRA	108	15/02/1987	PEDAGOGIA
44	ILDA MARIA DOS SANTOS	84	06/10/1968	PEDAGOGIA
45	JACLECIA MARIA DE SOUZA	253	21/11/1987	PEDAGOGIA
46	JAQUELINE RODRIGUES BRANDÃO	204	06/12/1989	PEDAGOGIA
47	JEANNINNE DE FÁTIMA M. GUEDES	192	20/05/1992	PEDAGOGIA
48	JIVONETE RIBEIRO GOMES	252	25/12/1985	PEDAGOGIA
49	JOSIANA RODRIGUES SILVA	213	24/08/1986	PEDAGOGIA
50	LAURIVANIA ELIAS DA SILVA	336	21/12/1995	PEDAGOGIA
51	LEILIANE BATISTA ARAUJO	357	10/03/1983	PEDAGOGIA
52	LUCENEIDA SOUZA SILVA	96	16/06/1969	PEDAGOGIA
53	LUCICLEIA FERREIRA DOS SANTOS	101	27/07/1994	PEDAGOGIA
54	MAISA CRISTINE SILVA ARAUJO MUNIZ	239	24/12/1989	PEDAGOGIA
55	MAIZA VILAS BOAS DOS SANTOS	44	15/05/1978	PEDAGOGIA
56	MARA ALINE LOPES MONTEIRO DA SILVA	383	02/11/1986	PEDAGOGIA
57	MARCELA MARIA DA SILVA C. MARQUES	194	05/10/1996	PEDAGOGIA
58	MARCIA MARIA DA SILVA LIMA	151	03/01/1994	PEDAGOGIA
59	MARIA JOSEANE DE LIMA SILVA	118	25/01/1979	PEDAGOGIA
60	MARIA MONICA LIRA DOS SANTOS	281	13/08/1983	PEDAGOGIA
61	MARIA NATIVIDADE DE FREITAS	315	08/09/1979	PEDAGOGIA
62	MARLENE LAURENTINO S. GUIMARÃES	279	11/10/1973	PEDAGOGIA
63	MICHELLE MARIA DOS SANTOS	85	31/07/2013	PEDAGOGIA
64	NILZA ALVES DA SILVA	322	11/09/1986	PEDAGOGIA
65	PATRICIA DA SILVA PEREIRA	343	06/06/2001	PEDAGOGIA
66	PRISCILA DE JESUS ALVES DA COSTA	243	20/04/1985	PEDAGOGIA
67	RÉGIA CARION PAULA LEAL	251	20/05/1982	PEDAGOGIA
68	ROSELI DA APARECIDA LIMA	231	17/03/1975	PEDAGOGIA
69	ROZIMAR BARBOSA	221	21/01/1966	PEDAGOGIA
70	SANDRA DIAS CORREIA XAVIER	105	19/06/1974	PEDAGOGIA
71	SANTA VICENTINA DIAS LONDERO	378	27/08/1966	PEDAGOGIA
72	SHEILA ROSALVES FERNANDES.CARRIJO	57	17/07/1976	PEDAGOGIA
73	SILVANA CRISTINA JOHAN RULLI	300	20/05/1975	PEDAGOGIA
74	TATIANA MARIA DA SILVA	295	02/08/1984	PEDAGOGIA
75	VANUSA ALVES GOUVEIA	308	27/07/1974	PEDAGOGIA
76	ANA LUCIA DA CRUZ SANTOS	275	14/02/1976	PEDAGOGIA ED. INFANTIL
77	ANA PAULA DA SILVA ROZA	358	30/09/1993	PEDAGOGIA ED. INFANTIL
78	CLEIDIANE PINTO DOS SANTOS BESSA	87	26/02/1985	PEDAGOGIA ED. INFANTIL
79	DALILA RODRIGUES DA SILVA FREITAS	211	30/10/1990	PEDAGOGIA ED. INFANTIL
80	DANILA LIMA CALIXTO		08/09/1981	PEDAGOGIA ED. INFANTIL
81	DIRLENE CARVALHO SILVA	91	17/01/1986	PEDAGOGIA ED. INFANTIL
82	EDNELMA DA SILVA VIEIRA MELO	107	19/08/1988	PEDAGOGIA ED. INFANTIL
83	ELIANE RAMOS BISPO	188	29/11/1972	PEDAGOGIA ED. INFANTIL
84	FERNANDA DANIELIDES DE ARRUDA	305	21/10/1986	PEDAGOGIA ED. INFANTIL
85	GEISLA MELLO FERNANDES	28	05/03/1993	PEDAGOGIA ED. INFANTIL
86	GEIZE-BELL SILVA MARTINS CARRIJO	98	01/06/2023	PEDAGOGIA ED. INFANTIL
87	GIOVANA CARLA BAIARDO	100	29/05/1984	PEDAGOGIA ED. INFANTIL
88	GLORIA REGINA OLIVEIRA P. DA SILVA	237	24/02/1981	PEDAGOGIA ED. INFANTIL
89	IRANI CAMPOS LINHARES	240	06/12/1974	PEDAGOGIA ED. INFANTIL
90	LIGIA FRANCIELE HENKES	206	22/09/1983	PEDAGOGIA ED. INFANTIL
91	LUCINEIDE GONÇALVES DOS SANTOS	271	22/12/1979	PEDAGOGIA ED. INFANTIL
92	MALI MERRARE R. CABRIOTTI DE ALENCAR	390	15/04/1992	PEDAGOGIA ED. INFANTIL
93	MARTA BEZERRA DA ROCHA	02	30/10/1958	PEDAGOGIA ED. INFANTIL
94	MOSANE TENORIO LEAL	263	01/10/1985	PEDAGOGIA ED. INFANTIL
95	PATRICIA ALVES GOUVEIA	307	05/10/1998	PEDAGOGIA ED. INFANTIL
96	SUZETE VIANA GARCEZ	52	16/08/1977	PEDAGOGIA ED. INFANTIL

CARGO: MOTORISTA

Nº	NOME	PROT.	DATA DE NASC.
01	CASSILDO RIBEIRO DOS SANTOS	314	30/03/1989
02	EDELSON NUNES DE ALMEIDA	261	08/10/1988
03	EDILSON COELHO FRANÇA	47	22/01/1969
04	EDSON JAIR KREUTZ	71	09/05/1993
05	ELIZETE VIANA	374	02/11/1971
06	FERNANDO HOPPEN DARRONCO	193	29/08/1989
07	JANDRE DA SILVA GARCEZ	129	07/08/1989
08	JOSE BARBOSA DE SOUZA	03	15/12/1960
09	MAIONE ROSA DE SOUZA	335	12/01/1978

10	MAURO PEREIRA DA COSTA	310	20/08/1970
11	ROBSON DA SILVA CARVALHO	292	15/01/1982
12	TAUAN DA SILVA OLIVEIRA	385	09/12/1995

CARGO: AGENTE DE SERVIÇO PUBLICO

Nº	NOME	PROT.	DATA DE NASC.
01	ADRIANA DA SILVA LIMA	07	28/10/1985
02	ALDENISE ALBUQUERQUE DA SILVA	92	26/05/1988
03	ALEXSANDRA CONCEIÇÃO REZENDE	61	05/05/1989
04	ANA CAROLINA DE JESUS SANTOS	36	14/05/1994
05	ANA CAROLINA LIMA DE OLIVEIRA	116	07/10/2002
06	ANA PAULA DOS SANTOS	19	18/11/1997
07	ANDRÉIA ROSA DE OLIVEIIRA	141	07/12/1995
08	CAMILA SOUSA DE JESUS	72	09/04/1988
09	CLAUDIANE CONCEIÇÃO DE LIMA	380	05/02/1991
10	CLAUDIANE FERREIRA DAS SANTOS	381	09/06/1997
11	CLESIA SILVA FELIX	176	19/06/1990
12	CLEUDINEIA DOS SANTOS SOUZA	86	19/11/1982
13	CRIS LORRAINE CHIMENES MENDONSA	347	06/12/2001
14	DANITHIELY ARANTES DE OLIVEIRA	50	17/12/1994
15	DULCILEUDE DOS SANTOS NEVES	256	10/02/2002
16	DULCINEIA DA SILVA NOGUEIRA ESTRIOTO	88	11/09/1983
17	ELIANA ALVES DE ALMEIDA	363	19/11/1987
18	ELIANA DA SILVA GOUVEA	22	01/06/1979
19	ELIANE MARGARETH VIANA	115	13/02/1965
20	ELIANE DE PAULA MARTINS	97	03/01/1974
21	ELISANDRA SOARES DOS SANTOS	78	15/02/1995
22	ELISANGELA RODRIGUES DE SOUZA	166	20/12/1992
23	ETIENE ALVES DE OLIVEIRA	185	15/05/1987
24	FABIANA DA SILVA	222	26/11/1997
25	FRANCIELE PEREIRA DO NASCIMENTO	397	23/04/1996
26	FRANCIELENE DOS SANTOS SOUSA	59	04/12/1998
27	FRANTCHESKA CARDOSO DE SOUSA	326	12/03/1997
28	GABRIEL ALVES	04	10/12/2002
29	HELLEN FERNNADES CHIMENES	338	08/11/2004
30	IRONI DOS SANTOS CHAIKO	318	22/02/1973
31	JANETE PINTO	117	04/06/1982
32	JAQUELINE DOS SANTOS SILVA	181	17/11/1992
33	JEISIANE EMANOELA SANDES DOS ANTOS	06	19/07/1991
34	JERONIMO MARTINS PEREIRA	103	10/08/1956
35	JOANA PEREIRA GADI	334	09/07/1994
36	JULIANA DA SILVA CALHEIROS	153	15/11/1996
37	JULIANA PEREIRA VIEIRA	37	22/06/1987
38	KEILA ROCHA DOS SANTOS	152	02/09/1987
39	LAIANE ESTEFANI CHIMENES MENDONSA	345	20/06/2003
40	LAIS PASSOS DOS SANTOS	317	19/04/1991
41	LAISA DE OLIVEIRA DA SILVA	375	12/12/1993
42	LAURA APARECIDA DE SOUZA	260	20/07/1982
43	LEIDIANE FRAZÃO MONTELO	155	27/09/1991
44	LENILDA LIBANIA GOMES DA SILVA	148	31/03/1969
45	LINDACI GALDINO DOS SANTOS	384	15/12/1974
46	LOURIELY APARECIDA NUNES DOS SANTOS	290	15/11/2003
47	LUANA TEODORO MARTINS RIBEIRO	201	18/11/1999
48	LUCELIA MIRANDA ABREU	264	04/11/1983
49	LUCIANE MACHADO DE MORAES	228	02/05/1980
50	LUCIMAR ROCHA	350	22/06/1980
51	LIDIANE DOS SANTOS SALLES	112	23/02/1981
52	MAGNEIDE BARBOSA MADUREIRA	26	26/06/1980
53	MARGARETE FERREIRA DA SILVA	13	08/11/1983
54	MARIA CICERA DA CONCEIÇÃO SANTOS	351	28/04/1984
55	MARIA CRISTINA SOARES VIEIRA	75	04/03/1992
56	MARIA ISABEL INÁCIO	208	25/03/1973
57	MARIA JOSE DO NASCIMENTO BATISTA	53	08/10/1972
58	MARIA JOSE REGO MORAIS	225	14/10/1988
59	MARIA LUZIA DA SILVA	235	23/02/1974
60	MARIA RENATA DO NASCIMENTO	409	23/06/1996
61	MARIA TELMA SOARES LUCAS	102	22/07/1988
62	MARIA VANIA RODRIGUES CHAVES	970	29/06/1997
63	MARIELY GOMES DA SILVA	60	02/10/2000
64	MARONITA CARVALHO BEZERRA	126	16/04/1973
65	MATHEUS HENRIQUE SILVA PEREIRA	296	21/01/2006
66	MAYARA RODRIGUES DE FREITAS	138	09/01/1997
67	NEURA RITA BRITO DA SILVA	361	29/08/1975
68	NUBIA DA SILVA ROCHA	241	06/11/1986
69	OZANA ALVES DOS SANTOS	24	14/09/1987
70	POLIANA TAIS DE OLIVEIRA	407	25/10/1992
71	PRISCILA MENEZES DA ROCHA	200	22/05/2000
72	QUITÉRIA MARIA SILVA FERREIRA	219	11/04/1983
73	RAEYLLE APARECIDA CAMPOS DE OLIVEIRA	184	11/07/1996
74	REGINA BATISTA DE SOUSA	325	28/03/1973
75	RENATA APARECIDA ALVES DA SILVA	109	10/09/1937
76	ROSELI DA SILVA MARTINS	10	30/08/1994
77	ROSINEY SOUZA UMBELINO	215	10/11/1988
78	SABRINY OLIVEIRA SILVA	49	11/05/2005
79	SAMANTHA OLIVEIRA SILVA	282	06/05/2003
80	SILMARA SILVA DE SOUZA	21	03/01/1989
81	SILVIO AUGUSTO DE SOUZA	167	12/01/1969
82	SUELY RAMOS VIEIRA	122	15/10/1973
83	TATIANE DA SILVA	234	07/11/1991
84	TATIANE FERREIRA	313	16/12/1989
85	TATIANE MOURA SILVA MONTEIRO	11	16/12/1988
86	VALDINEIDE POSSIDONIO DOS SANTOS	139	14/09/1983
87	VERA LUCIA AUGUSTA DE SOUZA	46	30/10/1972
88	VERÔNICA XAVIER MENESES	89	02/10/1982
89	VILMAIR MIRANDA ABREU	190	25/12/1981

CARGO: FACILITADOR DE OFICINAS

Nº	NOME	PROT.	DATA DE NASC.
01	ALCIDENIA CONSUELO F. DA SILVA	45	20/12/1977
02	KEILA PRISCILA SOARES JARDIM DE LIMA	362	22/04/1977
03	NUCINEIDE DE JESUS MENCKE	09	15/08/1975

CARGO: INSPETOR DE ALUNOS

Nº	NOME	PROT.	DATA DE NASC.
01	ALESSANDRA BEZERRA DOS SANTOS	169	26/11/1987
02	AMANDA KRISTINNY DA SILVA REIS	398	17/09/2005
03	ANA CAROLINA DA SILVA SOUZA	236	02/06/1996
04	ANTONIO DA SILVA PAES	298	27/01/1970
05	ARIANE APARECIDA BRITO DA SILVA	207	28/12/1996
06	BRUNA CHIMENES COSTA	337	15/03/1997
07	BRUNA SOUZA DA SILVA	238	07/11/1998
08	BRUNO RODRIGUES DA SILVA	212	16/12/2005
09	DAMALA ALINE FREITAS PAULA	133	09/01/1999
10	DANIELLE MATHIAS DE CARVALHO SILVA	15	29/12/1979
11	DANIELLY COIMBRA PERIS	172	04/04/2003
12	DEVANIR FERRAZ DA SILVA	387	21/10/1977
13	DURCINEIA SOUZA BARBOSA	64	16/04/1977
14	EDNA MARIA LIMA DOS SANTOS	17	15/08/1992
15	EDNALDO DA CONCEIÇÃO CARVALHO	168	21/03/1979
16	ELENICE BRAUN	01	16/06/1975
17	ERIKA KAROLLYNA LEITE ALVES	303	20/03/2001
18	TATIANA ALMEIDA DE OLIVEIRA	359	08/09/1990
19	FERNANDA PAULA CONCEIÇÃO ELIAS	69	22/11/1986
20	FRANKLAND GOMES PEREIRA	389	24/12/1973
21	GABRIELA BEZERRA DIAS	154	29/08/1995
22	GABRIELA DA SILVA DA LUZ	218	24/07/201
23	HAIZA PATRICIA BEZERRA MUNIZ	177	16/01/2001
24	ISABELA MARIA DA SILVA	31	26/02/1995
25	JANYCE KATARINE FERREIRA ALARCON	371	18/11/1994
26	JOSEMAR ENGRÁCIA FERREIRA	197	20/06/1992
27	JOSILDA MARIA DA SILVA SOUSA	229	16/10/1983
28	JULIANA BRANDÃO NETTO	56	15/07/1988
29	JULIANA DA COSTA ROCHA	386	03/06/1999
30	LAYLA LIMA DE ARAUJO	304	28/04/2002
31	LEANDRO COIMBRA DE PAULA	39	19/01/1982
32	LIDIA MARIA COSENTINO	366	06/09/1985
33	LUANA BELLODI	08	12/12/1994
34	LUANA VIEIRA DOS SANTOS SOBREIRA	123	27/06/1995
35	LUCAS PATRICK RAMALHO PAIXÃO	249	25/09/1995
36	LUCIANA DA SILVA SANTOS	127	16/05/1985
37	MARIA DE LOURDES FERREIRA DO NASCIMENTO	156	29/11/1990
38	MARIA DO SOCORRO PEREIRA G. DINIZ	68	27/05/1981
39	MARIA LUZIA BERNARDO	356	16/07/1992
40	MARILIA GUILHERME DA SILVA	33	07/03/1981
41	MONIELY ELIAS MAGALHÃES PEREIRA	179	04/03/1998

42	NAYARA LOPES SILVA	399	10/12/1990
43	PATRICIA MIRANDA PEREIRA	289	16/08/1986
44	PATRICIA PEREIRA SILVA	329	24/09/1992
45	PAULA APARECIDA BARBOSA ALVES	352	10/02/1991
46	ROSANGELA MENEZES DA ROCHA LEMOS	199	06/06/1994
47	ROSINEY VANDRELEY DA SILVA	32	16/12/1976
48	ROSSILENE FRANÇA PEREIRA	180	05/11/1966
49	SANDIELLY SILVA OLIVEIRA	248	24/06/2001
50	SEBASTIANA VIEIRA DOS SANTOS	353	11/05/1986
51	SHEILA MARA FERRI	51	10/02/1985
52	SIDIANE DA ROCHA SILVA	354	12/12/1982
53	SUMAIA MENEZES DAVID SILVA	277	08/05/1987
54	TAIS DOS SANTOS CHAIKO	319	07/12/1992
55	THAIS RODRIGUES DE ALMEIDA	367	11/02/1994
56	THIELE ANDRADE DE OLIVEIRA	128	04/03/2000
57	VANESSA SOUZA BARBOSA	355	17/12/1996

CARGO: AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO

Nº	NOME	PROT.	DATA DE NASC.
01	ALESSANDRA MARTINS DA SILVA	136	05/07/1985
02	ALESSANDY DE FREITAS CARVALHO	316	02/12/1999
03	ALINE DUTRA	132	29/11/1979
04	ALOANE MIRANDA DE SOUSA	186	27/05/1985
05	ANA KAROLINE DA SILVA	369	10/12/1990
06	ANTONIA CRISTIANE SILVA DA COSTA	247	08/07/1977
07	ANTONIA NEIDE AALVES DE LIMA	205	17/03/1975
08	BIANCA MARIANA MARQUES	214	30/12/1991
09	BRENDA VIANA BARBOSA	376	22/07/2002
10	CASSIA ALVES RIBEIRO	165	16/11/2000
11	CLAUDIA DE CARVALHO	144	02/12/1986
12	DANIELA DE OLIVEIRA REIS LACERDA	244	10/12/1984
13	DANIELA RAMOS DA SILVA MOTA	175	07/10/1992
14	DANIELY PALIANE FERREIRA DOS SANTOS	23	16/10/1986
15	DINAIR DE FREITAS GOMES DE BRITO	65	23/11/1976
16	DOVAL NERES DA SILVA	90	30/11/1972
17	EDJANE DA SILVA SANTOS	99	27/07/1990
18	EDMAR PEREIRA DE JESUS RESSUDE	365	30/12/1971
19	ELISANGELA MARIA PEREIRA DA SILVA	312	08/02/1979
20	ELOANE MIRANDA SOUSA	187	27/05/1985
21	ELOIZA LOPES	280	20/01/1990
22	ERICA ZILDA DA CRUZ	216	08/11/1986
23	FABIANA PEREIRA DA SILVA	405	27/09/1985
24	FRANCISCA HELENICE FERNANDES DE MELO	360	27/12/1982
25	GIVONETE LOPES DE SOUZA OLIVEIRA	124	14/09/1972
26	HERMINIA LETICIA C. DA SILVA ALVES TROMBINI	73	26/07/2000
27	JENILSA MARIA GOMES CASTRUXI	80	25/101985
28	JESSICA THAYANNE BARBOSA DE LIMA	162	25/05/1996
29	JOANA DARC ALVES DA SILVA	396	04/04/1973
30	JOEL SCOTT DE FREITAS VIEIRA	377	27/11/1994
31	LARA LUANA GOUVEIA	178	31/08/1996
32	LILA MARLENE DE OLIVEIRA	120	08/01/1958
33	LUCIANA RIBEIRO LICZKOVSKI	142	20/08/1986
34	LUMA PERES DE OLIVEIRA	134	28/07/2004
35	MAISA RODRIGUES DOS SANTOS MARTINS	83	05/12/1993
36	MARIA VANDELMA BARRADAS SILVA CARVALHO	161	17/10/1975
37	MAYRA CRISTINA SILVA PEREIRA	173	08/01/1991
38	NATALY WASSERMANN SARAIVA	324	14/10/1998
39	NILDA PEREIRA DA SILVA	130	06/11/1974
40	ROSEMARI DA SILVA	320	24/10/1981
41	ROSICLEIA MENEZES DE FREITAS DA SILVA	182	24/03/1986
42	ROSILEY CAVALCANTE MELO	267	26/05/1973
43	UEILA DANIELA LOPES	149	25/07/1983
44	**VERA CAROLINE GOMES BERTONI**	278	13/04/1992
45	WELLIDA BORGES DE SOUZA SANTOS	372	05/09/1988

CARGO: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº	NOME	PROT.	DATA DE NASC.
01	ADRIANA VICTÓRIA JOSE DA SILVA	331	14/04/2005
02	ALANA MARIA CORREA MARQUES	291	21/07/1994
03	ALCIONE JUSTINO DA SILVA GOMES	391	10/08/1978
04	ALCIONE PEDRO DA SILVA	05	03/12/1979
05	ALINE MEIRELES LIMA	262	26/05/2007
06	ALRIENE ELIAS DA SILVA	74	25/11/1991
07	AMANDA REZENDE DA SILVA	41	27/05/2001
08	ANA BEATRIZ MORAIS LINHARES	288	19/09/2003
09	ANA FLAVIA MORAIS LINHARES	287	06/04/1998
10	ANA MAYELLE ANDRADE BATISTA	245	01/03/2002
11	ANDREIA BANKS VIEIRA	265	30/11/1992
12	ANDRESSA FREITAS VERGUTZ	76	06/12/1995
13	ANDRESSA LAIANE NASCIMENTO ALMEIDA	284	07/03/1996
14	ANTONIA LAIANE DA SILVA DE OLIVEIRA	189	09/08/1995
15	ARIANY ALMEIDA MORAIS	283	30/11/1998
16	AURICELIA YARA BARBOSA R. MONTEIRO	294	21/05/1995
17	AURILIAN ALVES DA SILVA	30	24/01/1981
18	CASSIANA DA SILVA NASCIMENTO	77	08/07/2000
19	CRISKELLY DOS REIS MARTINS	242	23/11/2004
20	DAIANE CARNEIRO DA SILVA	293	18/10/1994
21	DAIANE FREITAS DE SOUZA	67	24/08/1987
22	DAIANE SANTOS BARCELOS	202	12/01/1998
23	DARLA CRISTINA DA SILVA MENEZES	43	24/09/1995
24	DÁVILA SILVA FERNANDES	27	06/02/2005
25	DAYANE DA SILVA OLIVEIRA NEVES	258	06/10/1987
26	DÉBORA CRSITÓVÃO DA SILVA	150	11/08/1994
27	DEBORA JERONIMA PEREIRA DE MENEZES	403	18/03/1987
28	DENIGLEYCE BISPO DA SILVA	232	06/10/1991
29	DENISE MAYARA DA COSTA PAIXÃO	404	28/01/1995
30	DEUSZIENE BENTA REZENDE DA SILVA	42	04/12/1981
31	DIVINA SOARES SANTANA	408	02/05/1984
32	ELENIR NUNES	157	10/11/1978
33	ELIZANGELA DE FATIMA ARAUJO S.R GONÇALVES	302	16/02/1979
34	EMANUELA PEIXOTO CORREA	339	12/05/1981
35	ÉRIKA RAMOS DOS SANTOS	195	10/09/1995
36	ERIKA REGINA PEREIRA	379	06/09/1979
37	FABIANA TAINARA STEFFENS	273	16/11/1999
38	FABIELE AUGUSTA STEFFENS DE MELO	25	01/04/1998
39	FRANCIELE FURTADO SILVA	95	17/02/2003
40	FRANCIELI BRIANCINI	128	18/06/1984
41	GABRIELLY BARBOSA DA SILVA	29	15/10/1999
42	GISLAINE GUALBERTO DE ANDRADE	111	27/05/1986
43	HEVELYN CRISTINI SANTOS MARTINS	321	05/07/2005
44	IVANY CARVALHO FERREIRA	143	09/10/1975
45	JAQUELINE ALVES DOS SANTOS	114	12/11/1997
46	JESSICA DA SILVA LIMA	286	12/08/1995
47	JESSICA FABIANA FERREIRA	270	08/10/2001
48	JOIZE DAS GRAÇAS CAMPELO ANDRADE	226	24/03/1998
49	JOYCE CLAIR LOPES RIBEIRO	63	23/07/1989
50	JULIANA JANDREY GUARDAGNIN	20	28/05/1990
51	JUSCILLEIDE RODRIGUES DE OLIVEIRA	373	25/07/1989
52	JUSSANE SILVEIRA DO CARMO	158	12/05/1963
53	KALINE HENZEL DE QUEIROZ	70	13/10/1991
54	KARITA JAQUELINE SILVA RODRIGUES	16	04/05/1992
55	KAUANA SOARES DA SILVA	35	28/08/1989
56	LAUDILENE ELIAS DA SILVA	38	18/09/1987
57	LAURA TAWANY ARAUJO RODRIGUES G. RIBEIRO	301	31/05/2002
58	LEANDRA CARVALHO DA SILVA	259	28/09/1991
59	LEIDE ANE LOPES DE OLIVEIRA	160	23/08/1987
60	LENILDA MARIA DE OLIVEIRA SILVA	121	11/10/1970
61	LEONICE MARIA DA FONSECA	394	09/10/2012
62	LETICIA CHAIKO DOS SANTOS	368	01/03/1997
63	LINDAINÊIS SILVA DOS SANTOS	82	20/12/1994
64	LIVIA DE FATIMA CHAVES VIEIRA	299	05/11/2003
65	LUANA FERREIRA ALVES DE SOUZA	340	16/01/1999
66	LUCIANA CORREIA DA SILVA ALVES	328	17/11/1986
67	LUCIVANIA CECILIA DA SILVA	12	03/12/1987
68	MÁBILA APARECIDA POTOLAN	137	28/01/1997
69	MARIA CINTHIA DOS SANTOS SILVA	223	23/10/1992
70	MARIA EDUARDA LOPES RODRIGUES	392	18/02/2006
71	MARIA JOSE DE PAULA ARAUJO	285	25/10/1979
72	MARIA NIBIANA DOS SANTOS DA SILVA	48	20/12/1989
73	MARIANA DIAS DE SOUZA	125	28/02/2004
74	NAYARA LÉSSIA FERREIRA DE CARVALHO	257	29/05/1993
75	MONIQUE LUZIA VASCONCELOS SILVA	106	05/04/1992
76	MYRELLE VITORIA SANTOS DA SILVA	297	28/03/2005
77	PAMELA NOGUEIRA ANDRADE SILVA	14	21/11/1989

78	PRISCILA ELIAS DA SILVA	344	23/03/2003
79	RAFAELA FERREIRA LOPES DA SILVA	269	12/04/1998
80	RANIELLEN LAURENTINO SILVA	311	30/11/1994
81	RAYANE DOS SANTOS VIANA	209	04/04/2006
82	REGINA APARECIDA RIBEIRO SANTOS	34	23/06/1986
83	ROSILENE SOARES DE SOUZA FAUSTO	104	19/12/1986
84	ROZINEIDE OLIVEIRA DA SILVA	18	03/10/1977
85	SANDRA HELENA DA SILVA LIMA	203	25/08/1982
86	SHARIENE VIANA LOPES	146	13/06/1994
87	SILMARA SILVA DE SOUZA	140	03/01/1989
88	SIMONE MARIA DA SILVA	81	03/03/1983
89	STHEFANY KAVALKEVICZ FIORI	274	28/12/1977
90	SUZANA BARBOSA MARTINS	327	16/07/1986
91	TALITA PEREIRA MIDON	400	17/02/1992
92	TATIANE CRISTINA SANTOS	94	21/08/1987
93	THAIS SOUZA SILVA DA ROSA	330	03/02/1979
94	VANDA CRISTINA DOS REIS SILVA	406	08/08/1991
95	**VANESSA RUIZ SILVEIRA TONI ***	79	19/02/1983
96	VILANIR LIMA RIBEIRO VIEIRA	62	22/02/1994
97	VITÓRIA GABRIELLY VELASCO DA SILVA	159	08/06/2003
98	WAGNER ALEXANDRE SILVA	393	02/06/1989

CARGO: MERENDEIRA

Nº	NOME	PROT.	DATA DE NASC.
01	ADRIANA PEREIRA DE ALMEIDA SILVA	147	10/05/1990
02	ALMERINDA MAGGIONI	217	25/0041968
03	DHENIFER APª CHIMENES MENDONSA	346	11/03/1999
04	ELEONAI MARTINS CORREA	388	15/04/1981
05	FATIMA VIEIRA PICANÇO DOS SANTOS	341	23/03/1960
06	LUANDA DOS SANTOS REIS	309	29/10/1981
07	MARIA CRISTINA ZUCHETTI MENDES	276	07/11/1979

Em obediência ao disposto no § 1º do artigo 21º da Lei Complementar Estadual nº 114/2002, serão destinadas as pessoas com necessidades especiais 10% (dez por cento) do total das vagas dos cargos que vagarem ou que vierem a ser criados durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado, conforme relação abaixo:

N.º	NOME	PROT	CPF	CARGO
01	VANESSA RUIZ SILVEIRA TONI	**79**	331.785.398-08	MONITOR DE EDUC. INFANTIL
02	VERA CAROLINE GOMES BERTONI	278	417.581.268-76	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO

O local da **PROVA ESCRITA** será na Escola M. Professora Elzinha Lizardo Nunes de acordo com o cronograma de aplicação descrito no Edital n.º 05/2023/PMAT

- 26/11/2023 para os cargos de Professor, Agente de Serviço Público e Motorista

- 03/12/2023 para os cargos de: Auxiliar de Desenvolvimento, Facilitador de Oficina, Inspetor de Alunos, Merendeira e Monitor de Educação Infantil.

Alto Taquari, 17 de Novembro de 2023

_____

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

EDITAL Nº 09/2023/SMEC/MT

Dispõe sobre abertura de inscrições para entrega de proposta para Sala de Recursos e Projetos Educacionais das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Alto Taquari MT.

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do município de Alto Taquari – MT, Sra. Juliana Bellodi, no uso de suas atribuições legais, comunica o período para entrega de proposta de trabalho para Sala de Recursos e Projetos Educacionais para atender as Escolas Públicas da Rede Municipal de Ensino de Alto Taquari – MT.

Art. 01 – A entrega das Propostas de Trabalho na Secretaria Municipal de Educação e Cultura será:

a) PERÍODO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS DE TRABALHO, de **01 a 15 de Dezembro de 2023**.

b) PERÍODO DE ESCOLHA DOS PLANOS DE TRABALHO: dia **19/12/2023, na Secretaria M. de Educação e Cultura, das 8h às 11horas**.

Art. 2.º – O profissional para atuar na sala de recurso deverá ser habilitado em Pedagogia, com experiência na área de atuação, com qualificações específicas e habilidades para desenvolver atividades relacionadas à Educação Especial, conforme critérios definidos no art, 12 da Resolução CNE/CEB n.º 04/2009 e apresentar proposta de trabalho para atender alunos atípicos nas escolas públicas de educação básica da rede municipal de ensino de Alto Taquari/MT.

Art. 03 – O profissional para atuar na Sala de Leitura (Biblioteca Escolar) e sala de articulação, deverá ser habilitado em Pedagogia ou Normal Superior, com experiência na área de alfabetização e recomposição da aprendizagem, deverá apresentar propostas de trabalho

para atender alunos da Educação Básica nos períodos matutino e vespertino, nas escolas públicas municipais de Alto Taquari - MT, ficando a cargo da Secretaria Municipal de Educação, **juntamente com a equipe pedagógica da escola** para escolha das propostas dos profissionais, que apresentam qualificações específicas e habilidades para desenvolver atividades relacionadas ao ambiente escolar.

Art. 4.º – O profissional para atuar nos projetos educacionais/esportivos, deverá ser habilitado em Educação Física, com registro no CREF, com experiência comprovada na área de atuação da modalidade, condicionada a apresentação do plano de trabalho, ficando a cargo da Secretaria Municipal de Educação, **juntamente com a equipe pedagógica da escola** para escolha dos profissionais, que apresentam qualificações específicas e habilidades para desenvolver atividades relacionadas ao projeto apresentado.

Parágrafo Único: Os projetos educacionais/esportivos serão desenvolvidos nas escolas municipais de acordo com a demanda de cada unidade escolar, nos períodos matutino e vespertino.

Art. 05 - Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Alto Taquari, 16 de Novembro de 2023.

_____

Juliana Bellodi

Secretária M. de Educação e Cultura

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2023 – EDITAL RESUMIDO

Objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, LUMINARIAS DE LED E DEMAIS MATERIAIS (FRACASSADOS NOS PREGÕES 015 E 022/2023) PARA SUPRIR A DEMANDA DA SECRETARIA DE OBRAS, ENGENHARIA E PLANEJAMENTO PELO PERIODO DE 12 MESES**, de acordo com anexo I. Abertura às 08h30min (Horário de Brasília) do dia 07/12/2023. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes, www.licitanet.com.br/ ou ainda pelos fones (66) 3496-1448.

Alto Taquari – MT, 17 de novembro de 2023.

THAIS REGINA BENDER DE SOUZA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.429/2023.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE APIACÁS/MT, ESTABELECE CRITÉRIOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor Júlio Cesar dos Santos, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar contratação de pessoal, por tempo determinado, para exercício 2.024, em conformidade com o que estabelece o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, bem como nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Art. 2º - Considera-se, para os fins desta Lei, necessidade temporária de excepcional interesse público:

I – Atividades voltadas aos programas da saúde pública;

II – Atividades voltadas aos projetos/programas da Assistência Social;

III – Atividades voltadas à Secretaria de Educação;

IV – Atividades voltadas para Secretaria de Urbanismo;

V – Atividades voltadas para Secretaria de Administração;

VI – Atividades voltadas para Secretaria de Agricultura;

VII – Atividades voltadas para Secretaria de infra-estrutura.

Art. 3º - As contratações serão feitas por tempo determinado, observando o prazo máximo de 12 (doze) meses.

§ único – Os contratos poderão ser estipulados pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, admitindo-se renovações desde que não exceda o limite estabelecido no artigo anterior.

Art. 4º - A vinculação dos profissionais descritos no Anexo I desta Lei com a Administração Municipal de Apiacás/MT e o Legislativo Municipal se dará mediante celebração de contrato individual temporário, proveniente de Processo Seletivo Simplificado, regido pelo direito administrativo.

Art. 5º - O planejamento, coordenação, supervisão e controle das políticas e dos programas desenvolvidos ficarão a cargo das Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social, Educação e Urbanismo.

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente lei serão suportadas pelas dotações orçamentárias específicas.

Art. 7º - O pessoal contratado estará adstrito ao Regime Jurídico Estatutário, relativamente aos demais servidores municipais e contribuirão ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Art. 8º - A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será fixada de acordo com o Anexo I, parte integrante da presente Lei.

Art. 9º - O pessoal contratado nos termos destas Leis não poderá:

I – Receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II – Ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III – acumular cargo, emprego ou função pública;

IV – ter a vigência de seu contrato prorrogada por período superior ao autorizado nesta lei.

Art. 10 - As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de 30 (trinta) dias e assegurada ampla defesa.

Art. 11 - O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações.

Art. 12 - A extinção do contrato temporário pertinente a presente lei poderá ocorrer nos seguintes casos:

I – Término do prazo contratual;

II – A pedido do contratado, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias;

III – Interrupção da política ou do programa, quando for o caso;

IV – Falta grave cometida pelo contratado;

V- pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regular, e

VI – Por interesse da administração pública, sem necessidade de justificativa.

Art. 13 - O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, obedecidos os princípios constitucionais.

Art. 14 – A Seleção de pessoal a ser contratado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, observará a aplicação de testes escritos em formato de provas de matérias específicas e relacionadas a habilitação do cargo, como forma eliminatória.

Art. 15 – No momento da sua candidatura, o interessado deverá preencher uma ficha de inscrição que será anexada aos seus documentos, sendo que seus dados servirão de base para sua seleção, devendo observar os seguintes requisitos para concorrer ao cargo pretendido;

§ 1º – O preenchimento correto da ficha e a veracidade das informações serão de inteira responsabilidade do candidato, ficando sujeito à desclassificação no caso de informações incompletas ou inverídicas.

§ 2º - O pagamento da taxa de inscrição sendo para cargos de nível superior a taxa será de R$ 100,00, cargos de nível médio taxa de R$ 50,00 e cargos de nível fundamental taxa de R$ 30,00.

§ 3º - Para efetivar sua inscrição o candidato deverá recolher junto ao Departamento Municipal de Tributos, o valor da taxa de inscrição sobre a vaga ao qual deseja concorrer e apresentar o comprovante de pagamento no ato da inscrição dentro do prazo estabelecido no edital do processo seletivo simplificado.

§ 4º - Com exceção do pagamento em duplicidade, em nenhuma hipótese haverá reembolso da taxa de inscrição recolhida pelo candidato, seja aos candidatos que deixarem de efetivar sua inscrição dentro do prazo estabelecido em edital ou aqueles candidatos que deixarem de comparecer no dia para realização da prova.

§ 5º - A isenção da taxa de inscrição para os candidatos que preencherem os requisitos legais será regida por edital mediante requerimento tempestivo a comissão organizadora.

Art. 16 – A divulgação do processo seletivo será feita através de Edital afixado na Prefeitura Municipal de Apiacás e suas respectivas Secretarias, bem como a veiculação no Jornal Oficial dos Municípios e na Câmara Municipal.

§ 1º – O Edital de Seleção deverá conter, no mínimo, o nome do Município, o órgão interessado, o setor responsável, o nome dos cargos, as quantidades de vagas e as remunerações oferecidas, a jornada semanal, as experiências exigidas, o local onde o interessado poderá obter informações para se inscrever, a data e prazo da inscrição e os documentos exigidos.

§ 2º – A divulgação do Edital de resultado final deverá ser feito pelos mesmos meios de comunicação utilizados para a divulgação do processo seletivo.

§ 3º – As inscrições iniciarão no primeiro dia útil posterior a publicação do Edital do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 17 – Publicado o resultado final do processo seletivo e encerrada a fase recursal a Autoridade administrativa superior deverá homologá-lo ou anulá-lo, de ofício, no caso de ilegalidade, podendo ainda revogá-lo no caso da existência de fato superveniente devidamente comprovado.

Art. 18 – A contratação para os cargos estabelecidos na presente lei se dará conforme a homologação do resultado final do processo seletivo, obedecendo sempre a ordem de classificação dos candidatos.

§ 1º - O candidato aprovado será regularmente convocado para a contratação, devendo obedecer ao prazo estipulado no edital do processo seletivo simplificado.

§ 2º - O candidato que não comparecer dentro do prazo estipulado para contratação, ou comparecer sem os documentos obrigatórios, perderá a vaga para o candidato classificado na seqüência, desde que este cumpra os requisitos.

§ 3º - Não será contratado qualquer candidato, que, embora aprovado e munido de documentos, não apresente condições físicas e mentais para o desempenho satisfatório das funções do cargo.

§ 4º - Os candidatos classificados ficarão no cadastro de reserva e havendo necessidade da administração poderão ser convocados.

Art. 19 – Cabe ao candidato classificado ou desclassificado, recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, devendo ser encaminhado em forma de requerimento ao Presidente da Comissão de realização do Processo Seletivo, que poderá rever sua decisão, ou encaminhar ao Prefeito para decisão final.

Art. 20 – Havendo candidatos empatados em todos os critérios, a vaga será decidida de acordo com:

I – maior nota na prova especifica;

II – maior nota na prova de português;

III – candidato com maior idade, resguardado os direitos previstos nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003.

Art. 21 – Os contratados, salvo nos casos previstos em lei, não poderão:

I – acumular cargo, emprego ou função pública;

II – ter a vigência de seu contrato prorrogada por período superior ao autorizado nesta lei.

Art. 22 – Nenhum contratado iniciará suas atividades sem ter assinado o contrato e, no entanto tomado ciência de suas obrigações e das condições da prestação dos serviços.

Art. 23 – A Comissão para realização do processo seletivo será composta pelos seguintes representantes:

I – Um representante da Secretaria Municipal de Administração;

II - Um representante da Secretaria Municipal de Educação;

III – Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

§ Único - Os cargos da Comissão disposta no caput deste artigo serão definidos pelos membros indicados, com a seguinte ordem:

I – Presidente

II – Secretário

III – Membros

Art. 24 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura de Apiacás/MT, 17 de novembro de 2023.

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CARGOS PSS PARA ZONA URBANA

Cargos	C/ H	Salário Base	Vagas
Agente Administrativo	40 hs	R$ 1.637,66	06
Agente de Combate às Endemias	40 hs	R$ 2.640,00	02
Apoio Administrativo Educacional	40 hs	R$ 1.320,00	04
Auxiliar de Serviços Gerais	40 hs	R$ 1.320,00	09
Assistente Social (CRAS)	30 hs	R$ 4.753,69	01
Assistente Social (CREAS)	30 hs	R$ 4.753,69	01
Assistente Social Educação	30 hs	R$ 4.753,69	01
Assistente Social Saúde (Cadastro Reserva)	30 hs	R$ 4.753,69	01
Bioquímico	40 hs	R$ 4.753,69	01
Cozinheira	40 hs	R$ 1.320,00	01
Educador Social	40 hs	R$ 2.020,78	03
Enfermeiro	40 hs	R$ 4.753,69	04
Fisioterapeuta	30 hs	R$ 4.753,69	02
Fonoaudióloga	30 hs	R$ 3.303,17	01
Motorista	40 hs	R$ 2.042,95	06
Médico Clínico Geral	40 hs	R$ 16.934,81	01
Nutricionista – Educação	30 hs	R$ 3.303,17	01
Nutricionista – Saúde	40 hs	R$ 4.753,69	01
Odontólogo	40 hs	R$ 4.753,69	01
Professor – Nível Superior	20 hs	R$ 3.070,92	07
Psicólogo (a) (Educação)	40 hs	R$ 4.753,69	01
Psicólogo (a) (Assistência Social)	40 hs	R$ 4.753,69	01
Psicólogo (a) (Saúde) (Cadastro Reserva)	40 hs	R$ 4.753,69	01
Serviços Gerais	40 hs	R$ 1.320,00	05
Técnico Administrativo Educacional	40 hs	R$ 1.637,66	03
Técnico em Enfermagem	40 hs	R$ 1.853,74	14
Trabalhador Braçal	40 hs	R$ 1.320,00	03
Vigia	40 hs	R$ 1.320,00	07
Engenheiro Florestal	20 hs	R$ 2.376,86	01
Médico Veterinário	40 hs	R$ 4.753,69	01
Total de Vagas			**91**

CARGOS PSS PARA ZONA RURAL

Cargos	C/ H	Salário Base	Vagas
Motorista	40 hs	R$ 2.042,95	02
Professor – Nível Superior	20 hs	R$ 3.070,92	03
Total de Vagas			**05**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Pelo presente instrumento, Prefeitura Municipal de Apiacás, estabelecida nesta cidade de Apiacás Avenida Brasil n° 1059, Bairro Bom Jesus, CNPJ n° 01.321.850/0001-54 doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado a Srta. **ADRIANA DE OLIVEIRA DE SOUZA,** residente e domiciliada em Apiacás – MT, portadora da cédula de identidade nº 1817457-4 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 056.650.341-77, doravante denominada CONTRATADA, resolvem:

Clausula Única: Fica rescindido o Contrato de Prestação de Serviços 203/2022, do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, firmado em 10/11/2022 entre as partes, com efeitos na data de 17/11/2023.

Por assim estarem de acordo, as partes firmam a presente rescisão de contrato.

Apiacás - MT, em 17 de Novembro de 2023.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

ADRIANA DE OLIVEIRA DE SOUZA -CONTRATADA-

CAMARA MUNICIPAL/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2023

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás, Estado de Mato Grosso, Senhor **Valdomiro Nunes Bernardes**, uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, **HOMOLOGA** o processo licitatório nº 009/2023 da Modalidade Dispensa de Licitação nº 004/2023, à empresa: **VIZZOTTO ENGENHARIA LTDA - CNPJ Nº 13.765.712/0001-43 - Nova Monte Verde MT.**, como vencedora do certame licitatório, ao preço global de R$ **13.000,00** (treze mil reais), conforme Termo de Adjudicação exarado pelo presidente da CPL desta Casa de Leis, nesta data.

Apiacás MT, 17 de novembro de 2023

Valdomiro Nunes Bernardes

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2023

O Presidente da Comissão Permanente de Licitações-CPL da Câmara Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, nomeado pela Portaria nº 026/2023, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, **ADJUDICA** à empresa: **VIZZOTTO ENGENHARIA LTDA - CNPJ Nº 13.765.712/0001-43 - Nova Monte Verde MT**, como vencedora do certame licitatório, ao preço global de R$ **13.000,00** (treze mil reais), o qual encaminha a Chefe do Poder Legislativo para as providências complementares.

Apiacás MT, 17 de novembro de 2023

Thalita Raquel de Brito

Presidente da CPL

Portaria nº 026/2023

CAMARA MUNICIPAL/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECLARAÇÃO DE NÃO RECURSOS

DECLARAÇÃO DE NÃO RECURSO ADMINISTRATIVO

Eu, **Thalita Raquel de Brito,** Presidente da Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, nomeado pela Portaria nº 015/2023, DECLARO que não recebemos qualquer protocolo de intenção de se promover qualquer tipo de recurso administrativo contra o certame: Processo Licitatório nº 009 e Dispensa de Licitação nº 004/2023, a qual sagrou-se vencedora a empresa: **VIZZOTTO ENGENHARIA LTDA - CNPJ Nº 13.765.712/0001-43 - Nova Monte Verde MT.**

APIACAS MT, 17 de Novembro de 2023

Thalita Raquel de Brito

Presidente da CPL

Portaria nº 026/2023

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 377/2023.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei e,

RESOLVE

Artigo 1º - Rescindir o Contrato de Prestação de Serviços nº **186/2023** do Sr. **WEBER NOGUEIRA DA SILVA,** portador da cédula de identidade nº 9452671 PC/PA e inscrito no CPF sob o nº 912.006.792-53,do cargo de **Vigia**, lotado na Secretaria Municipal de Administração -DAE.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Apiacás-MT, 17 de Novembro de 2023.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 0240/2023.

"Autoriza ampliar o número de vagas para contratação de professores em substituição, estabelece remuneração e dá outras providencias*".*

O Prefeito Municipal de Apiacás Estado de Mato Grosso, Senhor **Júlio César dos Santos**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado a ampliação no quadro de vagas da Secretaria Municipal de Educação para o preenchimento temporário dos seguintes cargos através do processo seletivo simplificado;

Parágrafo Único – 40 (quarenta) vagas para Professor Nível Superior (20 horas) com remuneração mensal de R$ 3.070,92 (três mil e setenta reais e noventa e dois centavos).

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Apiacás, em 17 de novembro de 2023.

JÚLIO CÉSAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 379/2023.

Súmula: Nomeia Comissão para Avaliação de Imóvel para Fins de Desapropriação.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

Considerando que a Desapropriação é o ato pelo qual o Poder Público, mediante prévio procedimento e indenização justa, em razão de uma necessidade ou utilidade pública, ou ainda diante do interesse social, despoja alguém de sua propriedade e a toma para si;

Considerando o que dispõe a Constituição Federal em seu Art. 5º, inciso XXIV; e

Considerando, as lições do Art. 5º do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear uma Comissão para efeito de Desapropriação que será composta pelos seguintes membros:

a) JACKSON BIESDORF, Secretário Municipal de Finanças, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 941.175.271-34, que desempenhará a função de Presidente;

b) PATRICIA ALEXANDRA SIAN, Secretária Municipal de Agricultura, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 858.887. 021-53, que desempenhará a função de Secretária;

c) Fábio Germano, servidor público municipal, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 858.887.021-53, que desempenhará a função de Membro.

Art. 2º - A Comissão designada pela presente portaria deverá emitir laudo de avaliação do bem imóvel assim identificado:

Imóvel Chácara 45 – Matricula n° 1.869, com a área de 24.200,00 m² (Vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados), situada no Núcleo da cidade de Apiacás-MT, composto por uma unidade de manipulação e comercio de frutas, legumes, vegetais, em suas dependências consta construções de galpões misto (Alvenaria, madeira e estrutura metálica), 01 casa de madeira e alguns equipamentos como secador de castanhas, câmara fria, fornos industriais. Os prédios com paredes em alvenaria rebocadas e reforçadas com colunas de concreto, cobertura em estrutura de aço e telhas metálicas, piso cerâmico, esquadrias em vidro temperado, poço semi-artesiano, plantações de banana e viveiro de mudas. Totalizando aproximadamente 1.380,00 m2 em área construída.

Art. 3º - A Comissão ora criada terá um prazo de 10 (dez) dias a contar desta data, para promover a avaliação da propriedade referida no artigo anterior, bem como, para apresentar o respectivo laudo de avaliação do imóvel.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Apiacás/MT, 17 de novembro de 2023.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 378/2023.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei e,

RESOLVE

Artigo 1º - Rescindir o Contrato de Prestação de Serviços nº **203/2022** da Sra. **ADRIANA DE OLIVEIRA DE SOUZA,** portadora da cédula de identidade nº 1817457-4 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 056.650.341-77,do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Apiacás-MT, 17 de Novembro de 2023.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Pelo presente instrumento, Prefeitura Municipal de Apiacás, estabelecida nesta cidade de Apiacás Avenida Brasil n° 1059, Bairro Bom Jesus, CNPJ n° 01.321.850/0001-54 doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado o Sr. **WEBER NOGUEIRA DA SILVA,** portador da cédula de identidade nº 9452671 PC/PA e inscrito no CPF sob o nº 912.006.792-53, doravante denominado CONTRATADO, resolvem:

Clausula Única: Fica rescindido o Contrato de Prestação de Serviços 186/2023, do cargo de Vigia, firmado em 02/10/2023 entre as partes, com efeitos a partir de 17/11/2023.

Por assim estarem de acordo, as partes firmam a presente rescisão de contrato.

Apiacás - MT, em 17 de Novembro de 2023.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

WEBER NOGUEIRA DA SILVA

-CONTRATADO-

CAMARA MUNICIPAL/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO 009/2023

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO 009/2023

DISPENSA DE LICITACAO Nº 004/2023

Às dez horas do dia 17 (dezessete) do mês de novembro, do ano de dois mil e vinte e três, no Setor de Licitações da Câmara Municipal de Apiacás-MT, a Sra. ***Alciene da Silva Demétrio***, Pregoeira e Comissão de Permanente de Licitação: ***Thalita Raquel de Brito*** e ***Vilceles Gonçalves Julia da Silva***, com ausência justificada para avaliarem e cumprirem com as determinações legais do certame licitatório. A pregoeira cumprimentou os presentes secretária e membros, informou-os que a reunião se tratava, se fez também presente na abertura do certame a servidora **Kelly C Balbino dos Santos** responsável pelo setor de compras, desta Casa de Leis. A documentação apresentada em razão do certame licitatório na modalidade Dispensa de Licitação nº 004/2023, Processo licitatório nº 009/2023, tendo como objeto a Contratação de serviço de Engenharia Civil na elaboração de projeto de construção e responsabilidade de fiscalização da execução, e ainda, responsabilidade técnica junto ao CREA MT e GEOOBRAS do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nas condições e especificações contidas no Termo de Referência, **com finalidade de proceder** as fases no processo, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações. Informa-se que até o início desta sessão, nenhuma outra empresa protocolou documentos para que pudesse concorrer ao referido certame. Diante deste fato, iniciou a sessão com análise da documentação da empresa **VIZZOTTO ENGENHARIA LTDA - CNPJ Nº 13.765.712/0001-43 - Nova Monte Verde MT,** no valor global de **R$ 13.000,00 (treze mil reais)**, estando presente o sócio Jean Garattini Vizzotto inscrito no RG nº 1899190-4, e CPF nº 045.803.121-63 e CREA MT 035714. Os serviços estão subdivididos em 3 (três) fases, sendo a primeira a elaboração do Projeto Arquitetônico, Projeto Estrutural, Projeto Elétrico, Projeto Hidrossanitário, Projeto Pluvial, Projeto Estrutura Metálica Orçamentos para Obras Públicas, Anotação de Responsabilidade Técnica ART, segunda e terceira fases, fiscalizatórias, à qual a empresa apresenta neste ato o Eng. Jean Garattini Vizzotto CREA MT 035714 como responsável pela fiscalização da obra. Em ato contínuo, verifica-se, que a empresa apresentou toda a documentação em conformidade a requerida em Edital.Estando os valores propostos dentro do estimado e, diante da conferencia da documentação foi declarada habilitada e vencedora do certame para a contratação, a qual é convocada de imediato para assinatura do Termo de Contrato e conti-

nuidade da ações pertinentes ao certame, assim que o processo estiver homologado pelo gestor do órgão.Os autos seguem para análise e ratificação, adjudicação e homologação do objeto pela autoridade superior. Nada mais havendo a relatar, deu-se por encerrada a sessão de conferência de documentação às 10h36min, onde foi lavrada a presente ata, após lido e achado conforme, segue assinado pelos presentes demais representantes da Comissão Permanente de Licitação.

Alcine da Silva Demétrio Thalita Raquel de Brito

Pregoeira Presidente da CPL

Portaria 015/2023 Portaria 026/2023

Jean Garattini Vizzoto kelly C. Balbino dos santos

Vizzoto Engenharia Ltda Departamento de Compras

Empresa Portaria 025/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.670/2023

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO, DISCRIMINADO POR SEU ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. ENILSON DE ARAUJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Abre no Orçamento Geral do Município, um **Crédito Adicional Especial por superávit financeiro** no montante de R$ 2.290.725,59 (dois milhões, duzentos e noventa mil, setecentos e vinte e cinco reais com cinquenta e nove centavos), discriminado por suas fontes de recursos e elementos de despesas, conforme segue:

02 – GABINETE DO PREFEITO

001 – GABINETE DO PREFEITO

04 – ADMINISTRAÇÃO

122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

1015 – SUPORTE ADMINISTRATIVO

2004 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS – GABINETE DO PREFEITO

Fonte de Recursos: 1.2.500 –Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil.... R$ 59.270,96

Elemento de Despesa: 3.1.90.13 – Obrigações Patrinais..... .....R$ 19.559,43

2005 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS – ASSESSORIA DE GABINETE

Fonte de Recursos: 1.2. 500 –Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil.... R$ 150.000,00

Elemento de Despesa: 3.1.90.13 – Obrigações Patrinais..... ..... R$ 43.358,24

002 – CHEFIA DE GABINETE

04 – ADMINISTRAÇÃO

122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

1015 – SUPORTE ADMINISTRATIVO

2006 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS – CHEFIA DE GABINETE

Fonte de Recursos: 1.2. 500 –Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil.... R$ 29.000,00

Elemento de Despesa: 3.1.90.13 – Obrigações Patrinais..... ..... R$ 6.500,00

003 – ASSESSORIA JURIDICA

04 – ADMINISTRAÇÃO

122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

1015 – SUPORTE ADMINISTRATIVO

2007 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS – ASSESSORIA JURIDICA

Fonte de Recursos: 1.2. 500 –Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil.... R$ 115.300,00

Elemento de Despesa: 3.1.90.13 – Obrigações Patrinais..... ..... R$ 7.853,44

Elemento de Despesa: 3.1.91.13 – Obrigações Patrinais..... ..... R$ 14.682,04

004 – JUNTA DO SERVIÇO MILITAR

04 – ADMINISTRAÇÃO

122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

1015 – SUPORTE ADMINISTRATIVO

2008 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS – JUNTA DO SERVIÇO MILITAR

Fonte de Recursos: 1.2. 500 –Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil.... R$ 14.629,44

Elemento de Despesa: 3.1.91.13 – Obrigações Patrinais..... ..... R$ 2.214,36

005 – CONTROLADORIA INTERNA

04 – ADMINISTRAÇÃO

124 – CONTROLE INTERNO

1008 – PUBLICIDADE E CONTROLE INSTITUCIONAL

2009 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS – AUDITORIA

Fonte de Recursos: 1.2. 500 –Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil.... R$ 23.000,00

Elemento de Despesa: 3.1.90.13 – Obrigações Patrinais..... ..... R$ 7.853,44

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

003 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA - ADMINISTRAÇÃO

04 – ADMINISTRAÇÃO

122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

1015 – SUPORTE ADMINISTRATIVO

2012 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS – GABINETE DA ADMINISTRAÇÃO

Fonte de Recursos: 1.2. 500 –Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil.... R$ 26.188,98

Elemento de Despesa: 3.1.90.13 – Obrigações Patrinais..... R$ 7.682,08

2016 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fonte de Recursos: 1.2. 500 –Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil.... R$ 201.900,00

Elemento de Despesa: 3.1.90.13 – Obrigações Patrinais..... R$ 20.538,68

Elemento de Despesa: 3.1.91.13 – Obrigações Patrinais..... R$ 20.150,68

Elemento de Despesa: 3.3.90.93 – Indenizações e Restituições..... R$ 23.900,00

04 – SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

002 – DIRETORIA DE CONTABILIDADE

04 – ADMINISTRAÇÃO

129 – ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS

1015 – SUPORTE ADMINISTRATIVO

2022 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS – DIRETORIA DE CONTABILIDADE

Fonte de Recursos: 1.2. 500 –Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil.... R$ 13.786,41

Elemento de Despesa: 3.1.90.13 – Obrigações Patrinais..... R$ 4.044,00

003 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA – FINANÇAS E PLANEJAMENTO

04 – ADMINISTRAÇÃO

129 – ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS

1015 – SUPORTE ADMINISTRATIVO

2024 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS – SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Fonte de Recursos: 1.2.711 – Demais Transferências não Obrigatórias de Repartições de Receitas (Exerc. Anterior) **500** –Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil.... R$ 156.000,00

Elemento de Despesa: 3.1.91.13 – Obrigações Patrinais..... R$ 25.600,00

06 – SECRETARIA DE ESPORTES, LAZER E TURISMO

001 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA – ESPORTE, LAZER E TURISMO

27 – DESPORTO E LAZER

812 – DESPORTO COMUNITÁRIO

1010 – DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER

2022 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS DA SECRETARIA DE ESPORTES

Fonte de Recursos: 1.2. 500 –Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil.... R$ 102.300,00

Elemento de Despesa: 3.1.91.13 – Obrigações Patrinais..... R$ 21.389,08

07 – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL

001 – DIRETORIA DE AGRICULTURA E PECUARIA

20 – AGRICULTURA

605 – ABASTECIMENTO

1013 – MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

2047 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS DO GABINETE DE MEIO AMBIENTE

Fonte de Recursos: 1.2. 500 –Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil.... R$ 32.995,00

Elemento de Despesa: 3.1.90.13 – Obrigações Patrinais..... R$ 9.678,20

002 – DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE

18 – GESTÃO AMBIENTAL

541 – PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

1012 – GESTÃO E PRESERVAÇÃO DE RECURSOS AMBIENTAIS

2050 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS – DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE

Fonte de Recursos: 1.2. 500 –Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil.... R$ 13.786,41

Elemento de Despesa: 3.1.90.13 – Obrigações Patrinais..... R$ 4.044,00

003 – DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS

691 – PROMOÇÃO COMERCIAL

1013 – MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

2053 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO

Fonte de Recursos: 1.2. 500 –Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil.... R$ 62.300,00

Elemento de Despesa: 3.1.91.13 – Obrigações Patrinais..... R$ 10.070,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

1004 – GESTÃO SOCIAL

2077 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fonte de Recursos: 1.2. 500 –Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil.... R$ 212.600,00

Elemento de Despesa: 3.1.90.13 – Obrigações Patrinais..... R$ 39.000,00

Elemento de Despesa: 3.1.91.13 – Obrigações Patrinais..... R$ 16.800,00

003 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES

08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

243 – ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

1004 – GESTÃO SOCIAL

2078 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS – CONSELHO TUTELAR

Fonte de Recursos: 1.2. 500 –Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil.... R$ 42.250,80

Elemento de Despesa: 3.1.90.13 – Obrigações Patrinais..... R$ 11.191,72

10 – SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

001 – DIRETORIA DE OBRAS

15 – URBANISMO

451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA

1013 – MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

2093 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS DA DIRETORIA - OBRAS

Fonte de Recursos: 1.2. 500 –Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil.... R$ 25.000,00

Elemento de Despesa: 3.1.90.13 – Obrigações Patrinais..... R$ 6.066,00

2093 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS DA DIRETORIA - OBRAS

Fonte de Recursos: 1.2. 500 –Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 3.1.90.04 – Contratação por tempo determinado.. ..... R$ 109.300,00

Elemento de Despesa: 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil.... R$ 363.400,00

Elemento de Despesa: 3.1.90.13 – Obrigações Patrinais..... R$ 8.000,00

Elemento de Despesa: 3.1.91.13 – Obrigações Patrinais..... R$ 22.400,00

002 – DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

17 - SANEAMENTO

512 – SANEAMENTO BÁSICO URBANO

1013 – MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

2153 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS - DAE

Fonte de Recursos: 1.2. 500 –Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 3.1.90.04 – Contratação por tempo determinado.. ..... R$ 25.800,00

Elemento de Despesa: 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil.... R$ 129.500,00

Elemento de Despesa: 3.1.90.13 – Obrigações Patrinais..... R$ 7.492,20

Elemento de Despesa: 3.1.91.13 – Obrigações Patrinais..... R$ 22.350,00

TOTAL..... .....R$ 2.290.725,59

Art. 2º - O presente Crédito Adicional Especial tratado no artigo anterior será suportado por recursos provenientes do Superávit Financeiro, nos termos do Artigo 43, § 1° e incisos da Lei n. 4.320/64.

Art. 3° - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar ao remanejamento de dotação de que trata o art. 1° até o limite de 15% do seu valor total.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezessete (17) dias do mês de novembro (11) de dois mil e vinte e três (2023).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA INTERNA Nº 79/2023-DRH

DISPÕE SOBRE ATO DE AFASTAMENTO DE LICENÇA SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA / MT.

A **GESTORA DE FOLHA DE PAGAMENTO** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

Art. 1.º - Efetuar o ato de afastamento de Licença Saúde dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, conforme consta no quadro abaixo.

Nome	Cargo	Afastamento	Tipo
Rosimeire Pereira de Oliveira	Agente de Limpeza Pública	16/11/2023 a 25/11/2023	LICENÇA SAUDE
Marineide Soares Pereira	Apoio Adm. Educacional	16/11/2023 a 13/05/2024	LICENÇA SAUDE
Maura Aparecida da Cruz	Zeladora	10/11/2023 a 09/12/2023	LICENÇA SAUDE
Leila Miranda Batista	Professora	13/11/2023 a 11/01/2024	LICENÇA SAUDE

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Araputanga-MT, 17 de novembro de 2023.

LUCIENE VIEIRA RAMOS

Gestora de Folha de Pagamento

Port. 659/2022

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2023

O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT torna público aos interessados que realizará licitação cujo objeto é o CONCESSÃO ONEROSA: Seleção de Instituição Financeira para processamento da folha de pagamento dos servidores públicos da administração direta da Prefeitura Municipal de Araputanga - MT por um período de 05 (cinco) anos, abrangendo servidores efetivos, estáveis, inativos, pensionistas, estagiários, comissionados, eletivos e contratados em caráter excepcional, com exclusividade, sem limita-

ção do aumento ou diminuição de servidores no decorrer do contrato e outros serviços, com ou sem exclusividade, o Pregão Presencial nº 002/2023 resultou em deserto. Modalidade: Pregão. Forma: Presencial. Tipo: Maior Oferta. Data de Abertura: 04 de dezembro de 2023, às 13h00min (horário local). O Edital, na íntegra, está disponível em: http://www.araputanga.mt.gov.br/categoria/pregao-eletronico; seplan3@araputanga.mt.gov.br.

Araputanga/ MT, 17 de novembro de 2023.

Cristina Maria de Lima

Agente de Contratação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2023

O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT torna público aos interessados que realizará abertura dos envelopes de propostas de preços da Tomada de Preços nº 011/2023, cujo objeto é a Contratação de Pessoa Jurídica para a Prestação de Serviço de Mão de Obra para Construção de 45 (quarenta e cinco) unidades habitacionais para os grupos familiares de interesse social dentro do Programa Ser Família Habitação, conforme Convênio nº 0123-2023/SINFRA e Prefeitura Municipal de Araputanga/MT. Data de Abertura: 07 de dezembro de 2023, às 13h00min (horário de local).

Araputanga MT, 17 de novembro de 2023.

Cristina Maria de Lima

Agente de Contratação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 579/2023.

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE PORTARIADE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - REVOGAR a Portaria nº. 02/2021 de 04/01/2021, a qual nomeava o servidor **Willie Douglas Martes Ferreira,** matrículas nº. 1678, para o cargo em comissão de **Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural,** da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

Registra-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezessete (17) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e vinte e três (2023).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.671/2023

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, DISCRIMINADO POR SEU ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. ENILSON DE ARAUJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Abre no Orçamento Geral do Município, um **Crédito Adicional Especial por superávit financeiro para Secretaria de Obras e Infraestrutura** no montante de R$ 23.784,33 (vinte e três mil, setecentos e oitenta e quatro reais, trinta e três centavos), discriminado por suas fontes de recursos e elementos de despesas, conforme segue:

10 – SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

002 – DIRETORIA E INFRAESTRUTURA

17 – SANEAMENTO

512 – SANEAMENTO BÁSICO URBANO

1013 – MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

1070 – AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Fonte de Recursos: 1.2.700 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União (Exerc. Anterior)

Elemento de Despesa: 3.3.90.93 – Indenização e restituições.....R$ 23.784,33

TOTAL.....R$ 23.784,33

Art. 2º - O presente Crédito Adicional Especial tratado no artigo anterior será suportado por recursos provenientes do Superávit Financeiro, nos termos do Artigo 43, § 1°, inciso I, da Lei n. 4.320/64.

Art. 3° - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar ao remanejamento de dotação de que trata o art. 1° até o limite de 15% do seu valor total.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezessete (17) dias do mês de novembro (11) de dois mil e vinte e três (2023).

ENILSON DE ARAUJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2023

O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT torna público aos interessados que realizará licitação cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material Hospitalar, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde. Modalidade: Pregão. Forma: Eletrônica. Tipo: Menor preço por item. Data de Abertura: 05 de dezembro de 2023, às 09h00min (horário de Brasília). O Edital, na íntegra, está disponível em: http://www.araputanga.mt.gov.br/categoria/pregao-e... https://www.licitanet.com.br,seplan3@araputanga.mt...

Araputanga/ MT, 17 de novembro de 2023.

Cristina Maria de Lima

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
RESOLUÇÃO Nº 010/2023

RESOLUÇÃO Nº 010/2023

SÚMULA: Constitui Comitê de Gestão Colegiada da Escuta

Especializada do município de Arenápolis/MT

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do município de Arenápolis/MT, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº1.668 de 22 de março de 2023 e,

CONSIDERANDO o ofício circular nº 020/2023 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.431, de 04 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha deviolência;

CONSIDERANDO o Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018 que regulamenta a Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

CONSIDERANDOa reunião extraordinária do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente – CMDCA, realizada em 30 de junho de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Formar o Comitê de Gestão Colegiada da Escuta Especializada do município de Arenápolis/MT.

Art. 2º. Esta comissão será composta:

NOME	REPRESENTAÇÃO
Titular: Sebastião Benício Suplente: Edmilson Pereira dos Santos	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Titular: Ana Paula Pereira Damacena Suplente: Ilzilene Ferreira de Matos	Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Márcia Cristina dos Reis Miranda Suplente: Rayane Pâmela de Almeida Gomes	Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Ronaldo da Silva Rodrigues Suplente: Marcondes Aurélio Pimentel	Secretaria Municipal de Educação
Titular: Naiana Alves Martins Suplente: Núbia França da Silva Souza	Conselho Tutelar - CT
Titular: Marcelo Prestes dos Santos Suplente: Roberto Ferreira da Silva	Delegacia de Polícia Civil
Titular: Valdete Luiza Ascari Salvalaggio Suplente: Tatiane Vaz Scheffer	Poder Judiciário
Titular: Marta Claro da Silva Suplente: Eva Pereira da Silva Rondon	Casa Lar – Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
Titular: Adrieli Garcia de Oliveira Suplente: Angélica Alves Correia Moreira	Ministério Público
Titular: Ian de Oliveira Soares Suplente: Arthur Silvestre	Representes do NUCA – Núcleo de Cidadania dos Adolescentes

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Arenápolis, 02 de outubro de 2023.

_____

Márcio Lourenço de Souza

Presidente do CMDCA

AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÃO Nº 002/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT

AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, Nº 105/E- ESQUINA COM A RUA CASTELO BRANCO, VILA NOVA- ARENÁPOLIS – MT.

CNPJ Nº 24.977.654/0001-38 - CEP: 78.420-000 – Fone: 65 -3343-1105

AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÃO Nº 002/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT, através da comissão responsável comunica aos interessados que às **08:00 horas do dia 07 de Dezembro de 2023**, no pátio da Secretaria Municipal de Transportes sito a Avenida Castelo Branco, s/nº, Bairro São Mateus em Arenápolis-MT, Leilão do tipo Maior Lance, para alienação de bens do patrimônio Municipal no estado em que encontram, sendo que o leilão será conduzido através da sua leiloeira Sr. **Regina Lúcia de Souza,** designada pela Portaria 214/2023, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alteração. Os bens a serem leiloados poderão ser examinados pelos interessados no local do leilão a partir do dia 22/11/2023, em dias úteis e no horário das 07:00 as 11:00 horas e das 13:00 as 17:00 hs, bem como a obtenção do Edital, informações e outros detalhes com a leiloeira (65) 3343-1105 , veja também no site www.arenapolis.mt.gov.

Arenápolis- MT, 17 de Novembro de 2023.

REGINA LUCIA DE SOUZA

LEILOEIRA

PORTARIA 214/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

RECURSOS HUMANOS
ATO DE RETIFICAÇÃO

A PUBLICAÇÃO NO JORNAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023, ANO XVIII N.º 4.362, PAGINA 107 REFERENTE A PUBLICAÇÃO AO CONTRATO N.º 247/2023, ONDE LÊ-SE: "TÉCNICO EM ENFERMAGEM NO HOSPITAL MUNICIPAL", LEIA-SE: "TÉCNICO EM ENFERMAGEM SOCORRISTA NO SAMU".

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 4.967/2023

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 133.000,00 (CENTO E TRINTA E TRÊS MIL REAIS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.523 de 13 de novembro de 2023 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 133.000,00 (cento e trinta e três mil reais), na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	**Fonte**	***Valor R$***
08.002.15.451.0007.2052 - Manutenção Urbana		
3390.3000 - Material de Consumo	2.750.000000	50.000,00
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.750.000000	83.000,00
Total		**133.000,00**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 14 dias do mês de novembro de 2023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

LSS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 4.966/2023

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR TENDÊNCIA CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.522 de 13 de novembro de 2023 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
08.003.26.782.0009.2054 - Manutenção da Logística Rodoviária		
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.759.000000	300.000,00
Total		**300.000,00**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 14 dias do mês de novembro de 2023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

LSS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.650/2023

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, **Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o requerido no protocolo nº 391/2023/SEMUAS

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido da Secretaria, a Sra. **ALESSANDRA MOREIRA DA SILVA**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. 13602071 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 908.439.321-04, do Cargo em Comissão de **Direção Intermediário** de **Divisão de Programas Especiais - DIPES**, Nível **DAI 02**,*lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social*, **a partir do dia 14/11/2023,** torna sem efeito a portaria nº **16.436/2023.**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 16 dias de novembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 4.982/2023

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 238.875,00 (DUZENTOS E TRINTA E OITO MIL OITOCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.529 de 16 de novembro de 2023 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 238.875,00 (duzentos e trinta e oito mil oitocentos e setenta e cinco reais), na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
09.002.10.302.0015.2067 - Manutenção das Ações do SAMU 192		
3190.0400 - Contratação por Tempo Determinado	1.621.000000	100.000,00
3190.1100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.621.000000	102.500,00
3190.1300 - Obrigações Patronais INSS	1.621.000000	21.000,00
3191.1300 - Obrigações Patronais RPPS	1.621.000000	15.375,00
Total		**238.875,00**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 17 dias do mês de novembro de 2023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

LSS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 4.974/2023

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 283.328,25 (DUZENTOS E OITENTA E TRÊS MIL TREZENTOS E VINTE E OITO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.526 de 13 de novembro de 2023 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 283.328,25 (duzentos e oitenta e três mil trezentos e vinte e oito reais e vinte e cinco centavos), na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
12.003.27.812.0024.2087- Gestão das Ações de Esporte e Lazer		
4490.5100 - Obras e Instalações	1.502.0000000	5.666,56
4490.5100 - Obras e Instalações	1.701.0000000	277.661,69
Total		**283.328,25**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 14 dias do mês de novembro de 2023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

LSS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 4.971/2023

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 1.276.000,00 (UM MILHÃO DUZENTOS E SETENTA E SEIS MIL REAIS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.527 de 13 de novembro de 2023 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 1.276.000,00 (um milhão duzentos e setenta e seis mil reais), na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
08.002.15.451.0007.2052 - Manutenção Urbana		
4490.5200 - Equipamentos e Material Permanente	1.700. 3110000	1.100. 000,00
4490.5200 - Equipamentos e Material Permanente	1.755. 0000000	176.000,00
Total		**1.276.000,00**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 14 dias do mês de novembro de 2023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

LSS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 4.980/2023

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 156.000,00 (CENTO E CINQUENTA E SEIS MIL REAIS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.521 de 13 de novembro de 2023 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais), na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
08.002.15.451.0007.2052 - Manutenção Urbana		
4490.5200 - Equipamentos e Material Permanente	1.755. 0000000	156. 000,00
Total		**156.000,00**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 14 dias do mês de novembro de 2023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.617/2023

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69 **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o Requerido no Protocolo nº K5LFZ6;

RESOLVE:

CONCEDER, licença por **03 (três) dias** por motivo de doença em pessoa da família, para a servidora Sra. **MARCIA TATIANE FISCHER**,portadora da Cédula de Identidade RG nº.1838624-5 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 022.972.111-71, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR 3** Classe **"C",** *lotada na Secretaria Municipal de Educação,* **com remuneração**, tendo em vista o disposto no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/99 – Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de encaminhamento médico (anexo), a partir do dia 06/11/2023.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 08 dias de novembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 4.977/2023

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR TENDENCIA, CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.518 de 13 de novembro de 2023 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 200. 000,00 (duzentos mil reais), *na* função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
07.002.12.361.0006.2029 - Manutenção do Salário Educação		
3390.3000 - Material de Consumo	1.550. 000000	48. 000,00
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.550. 000000	82. 000,00
4490.5200 - Equipamentos e Material Permanente	1.550. 000000	70. 000,00
Total		***200. 000,00***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 14 dias do mês de novembro de 2023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.648/2023

CRIA COMISSÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E A COMISSÃO AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL DO SERVIDOR ESTÁVEL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT.

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o objetivo de cumprir às exigências contidas no Decreto Municipal nº. **1.119/2006 e** 1.389/2008;

Considerando a necessidade de cumprir às exigências contidas no Parágrafo único, Art. 28, Seção VI, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Artigo 1°Criar a Comissão para avaliar os servidores de carreira lotados na Secretaria Municipal de Turismo Esporte e Cultura.

§ 1° - Comissão de Avaliação do Estágio Probatório de acordo com o que estabelece o Decreto nº. 1.119/2006.

§ 2° - Comissão de Avaliação de Desempenho Individual de Servidor estável ocupante de cargo efetivo, conforme dispõe o Art. 11 do Decreto nº. 1.389/2008.

Artigo 2° A Comissão será composta pelos seguintes membros, que exercerão suas atividades em paralelo às suas atribuições normais de seus cargos e sem direito a vantagens especiais, sob a presidência do primeiro.

Titulares:

Fernando Vieira Barbosa – Mat. 3914

Rosemari Zanela – Mat. 4418

Simone Maria dos Santos– Mat. 2998

Suplente:

Francisco Firmino da Rocha– Mat. 2432

Artigo 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 16 dias de novembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 4.979/2023

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.520 de 13 de novembro de 2023 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
10.001.20.607.0020.2077 - Ações de Mecanização Agrícola		
4490.5200 - Equipamentos e Material Permanente	1.755. 0000000	88. 000,00
Total		**88. 000,00**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 14 dias do mês de novembro de 2023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

RECURSOS HUMANOS
ATO DE RETIFICAÇÃO

A PUBLICAÇÃO NO JORNAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023, ANO XVIII N.º 4.362, PAGINA 107 REFERENTE A PUBLICAÇÃO AO CONTRATO N.º 244/2023, ONDE LÊ-SE: "ZELADOR DE PÁTIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO", LEIA-SE: "ZELADOR DE PÁTIO NA PRAÇA SÃO FRANCISCO DE ASSIS".

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 4.968/2023

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 1.277.060,30 (UM MILHÃO DUZENTOS E SETENTA E SETE MIL E SESSENTA REAIS E TRINTA CENTAVOS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.515 de 13 de novembro de 2023 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 1.277. 060,30 (um milhão duzentos e setenta e sete mil e sessenta reais e trinta centavos), na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
09.002.10.302.0015.2065 - Manutenção das Ações do Atendimento Hosp/Amb. de Emergência		
3190.0400 - Contrato por tempo determinado	*2.600. 000000*	632. 700,00
3190.1300 - Obrigações patronais	*2.600. 000000*	132. 867,00
3390.3000 - Material de Consumo	*2.600. 000000*	250. 000,00
3390.3900 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	*2.600. 000000*	81. 493,00
09.002.10.302.0015.2068 - Realização de Exames - MAC		
3390.3000 - Material de Consumo	*2.600. 000000*	20. 000,00
3390.3900 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	*2.600. 000000*	160. 000,00
Total		**1.277. 060,30**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 14 dias do mês de novembro de 2023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 4.959/2023

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 402.585,77 (QUATROCENTOS E DOIS MIL QUINHENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.364 de 09 de dezembro de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de *R$ 402. 585,77 (quatrocentos e dois mil quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos),* na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
02.001.04.122.0001.2002 - Manutenção do Gabinete do Poder Executivo		
3190.1100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.500. 0000000	17. 000,00
3190.1100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.501. 0000000	8. 000,00
3190.1300 - Obrigações Patronais - INSS	1.704. 0000000	18. 000,00
3390.1400 - Diárias - Civil	1.708. 0000000	30. 000,00
02.001.04.124.0001.2003 - Ações da Controladoria Interna		
3190.1100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.500. 0000000	21. 500,00
04.001.04.128.0001.2008 - Capacitação de Servidores - SEMAD		
3390.3000 - Material de Consumo	1.500. 0000000	1. 180,00
06.002.08.244.0005.2021 - Ações do Cofinanciamento		
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.661. 0000000	3. 960,00
07.002.12.361.0006.2029 - Manutenção do Salário Educação		
4490.5200 - Equipamentos e Material Permanente	1.550. 0000000	69. 000,00
07.002.12.361.0006.2034 - Aquisição de Uniformes - Ens. Fundamental		
3390.3200 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1.500. 0000000	3. 030,00
07.003.12.361.0006.2043 - Ensino Fundamental - FUNDEB 30		
3190.1100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.540. 0000000	172. 000,00
3191.1300 - Obrigações Patronais - RPPS	1.540. 0000000	20. 000,00
09.002.10.302.0015.2066 - Manutenção TFD		
3390.3300 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.500. 1002000	15. 650,00
12.003.27.812.0024.2087 - Gestão das Ações de Esporte e Lazer		
3390.1400 - Diárias - Civil	1.500. 0000000	2. 100,00
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.500. 0000000	711,77
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.708. 0000000	10. 000,00
13.001.04.122.0001.2088 - Gestão da Cidade		
3390.9300 - Indenizações e Restituições	1.708. 0000000	10. 454,00
Total		***402. 585,77***

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
02.001.04.122.0001.2002 - Manutenção do Gabinete do Poder Executivo		
3190.0400 - Contratação por Tempo Determinado	1.500. 0000000	18. 000,00
3190.1300 - Obrigações Patronais - INSS	1.500. 0000000	17. 000,00
3190.1300 - Obrigações Patronais - INSS	1.704. 0000000	18. 000,00
3190.1600 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.501. 0000000	8. 000,00
02.001.04.124.0001.2003 - Ações da Controladoria Interna		
3190.1300 - Obrigações Patronais - INSS	1.500. 0000000	1. 000,00
3191.1300 - Obrigações Patronais - RPPS	1.500. 0000000	2. 500,00
04.001.04.122.0001.2007 - Manutenção Unidade Mun. do PROCON		
3390.0800 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar	1.500. 0000000	180,00
3390.3300 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.500. 0000000	1. 000,00
05.001.04.123.0001.2012 – Gestão e Encargos da SEMUFI		
3390.3000 - Material de Consumo	1.708. 0000000	30. 000,00
06.002.08.244.0005.2021 - Ações do Cofinanciamento		
3390.1400 - Diárias - Civil	1.661. 0000000	3. 960,00
07.002.12.361.0006.2029 - Manutenção do Salário Educação		
3390.3000 - Material de Consumo	1.550. 0000000	69. 000,00
07.002.12.364.0006.2036 - Manutenção do Ensino Superior		
3390.0800 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar	1.500. 0000000	1. 230,00

3390.1400 - Diárias - Civil	1.500.0000000	1.800,00
07.003.12.361.0006.2093 - Transporte Escolar FUNDEB 30%		
3190.1600 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.540.0000000	192.000,00
09.002.10.302.0015.2066 - Manutenção TFD		
3390.3000 - Material de Consumo	1.500.1002000	15.650,00
12.001.23.695.0023.2085 - Gestão das Ações Turísticas		
3390.3300 - Passagens e Despesas com Locomoção	1.500.0000000	2.011,77
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.500.0000000	100,00
12.002.13.392.0025.2086 - Ações de Fortalecimento da Cultura		
3390.3100 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desport. e Outras	1.500.0000000	700,00
12.003.27.812.0024.2087 - Gestão das Ações de Esporte e Lazer		
3390.1400 - Diárias - Civil	1.708.0000000	10.000,00
13.001.04.122.0001.2088 - Gestão da Cidade		
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.708.0000000	10.454,00
Total		***402.585,77***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 06 dias do mês de novembro de 2023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

LSS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.655/2023

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69 **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o requerido no Protocolo 9V6T1S, e Atestado Médico;

RESOLVE:

CONCEDER, licença por **01 (um) dia** por motivo de doença em pessoa da família, para a servidora a Sra. **EDILAINE PIERRI NEVES,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 42.157.882-8 SSP/SP e inscrita no CPF nº. 061.803.736-55, ocupante do Cargo de Contrato de Carreira **Professor**,*lotada na Secretaria Municipal de Educação,* **com remuneração**, tendo em vista o disposto no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/99 – Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de Atestado médico (anexo), a partir do dia 06/11/2023

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 17 dias de novembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2023
RETIFICADO

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Aripuanã/MT, designada através de Portaria 16.317/2023, torna público que estará realizando Licitação na modalidade **Tomada de Preços**, regida pela Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ/MT, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO. ALTERAÇÃO na data do Edital. Data de abertura dos envelopes: 18/12/2023 horário: 08h00min (oito) horário local.

Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Aripuanã, situada na Praça São Francisco de Assis, nº 128, CEP: 78.325-000 - Aripuanã/MT.

O Edital contendo as regras do certame encontra-se disponível aos interessados no mesmo endereço de segunda a quinta-feira das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min e na sexta-feira das 07h00min as 13h00min, e também através do site http://www.aripuana.mt.gov.br, ou pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 17 de novembro de 2023.

HILARIANE HILARIO DA SILVA

Secretária Adjunta de Licitação e Compras

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICADO APOS CORREÇÃO

PORTARIA Nº 16.608/2023

Dispõe sobre a readaptação da servidora **Sislaine Luque dos Santos,** efetiva no cargo de **Zeladora** para exercer a função de Auxiliar de Direção e Coordenação e de Pátio na Secretaria Municipal de Educação.

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 001/99, Art. 33, Inciso I e com amparo no Artigo** 69**, da Lei Orgânica Municipal;**

RESOLVE:

Artigo 1º - READAPTAR a funcionária efetiva Sra. **SISLAINE LUQUE DOS SANTOS**,portadora da Cédula de Identidade RG nº 1899108-4 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 860.556.582-91, ocupante do Cargo de Carreira de **ZELADORA - PROFISSIONALIZADO**,*lotada na Secretaria Municipal de Educação,* para exercer a função de Auxiliar de Direção e Coordenação e de Pátio na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o que determina o Atestado Médico emitido pelo Dr. Alcimar B. Soares CRM/MT - 6368, pelo período de 180 dias a partir de 01/11/2023**.**

Artigo 2º A readaptação não acarretará aumento ou redução de vencimento ou remuneração do servidor de acordo com o que dispõe o Art.35 da Lei Complementar nº. 001/99.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 4.976/2023

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 18,40 (DEZOITO REAIS E QUARENTA CENTAVOS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.517 de 13 de novembro de 2023 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial por anulação de dotação orçamentaria no valor de R$ 18,40 (dezoito reais e quarenta centavos), *na* função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
09.002.10.302.0015.2065 - Man. das Ações do Atend. Hosp/Amb de Emerg		
3390.9300 – Indenizações e restituições	*2.600. 000000*	4.71
3390.9300 – Indenizações e restituições	2.621. 321000	13,69
Total		**18,40**

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional especial aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
09.002.10.302.0015.2065 - Man. das Ações do Atend. Hosp/Amb de Emerg		
3390.3000- Material de Consumo	*2.600. 000000*	4,71
3390.3000- Material de Consumo	*2.621. 321000*	13,69
Total		**18,40**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 14 dias do mês de novembro de 2023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 4.965/2023

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE *R$ 110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS)*, NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.364 de 09 de dezembro de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 110. 000,00 (cento e dez mil reais), na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
01.001.01.031.0001.2001 - Manutenção das Atividades Administrativos Legislativo		
3390.3300 - Passagens e Despesas com Locomoção	*1.500. 0000000*	30. 000,00
3390.1400 - Diárias	1.500. 0000000	80. 000,00
Total		**110. 000,00**

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional especial aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
01.001.01.031.0001.2001 - Manutenção das Atividades Administrativos Legislativo		
3190.1100 - Vencimentos e Vantagens Fixas	*1.500. 000000*	80. 000,00
3190.1300 - Obrigações Patronais - INSS	*1.500. 000000*	30. 000,00
Total		**110. 000,00**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 13 dias do mês de novembro de 2023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 16.654/2023

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69 **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o requerido no Protocolo FHEBJ5, e Atestado Médico;

RESOLVE:

CONCEDER, licença por **01 (um) dia** por motivo de doença em pessoa da família, para a servidora a Sra. **SARINA VALÉRIA DURIGAN, portadora da Cédula de Identidade**RG nº. 1697925-7 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 987.864.741-20, ocupante do Cargo de Contrato de Carreira Agente Administrativo**,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde,* **com remuneração**, tendo em vista o disposto no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/99 – Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de Atestado médico (anexo), a partir do dia 14/11/ 2023

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 17 dias de novembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICADO APÓS CORREÇÃO

PORTARIA Nº 16.608/2023

Dispõe sobre a readaptação da servidora **Sislaine Luque dos Santos,** efetiva no cargo de **Zeladora** para exercer a função de Auxiliar de Direção e Coordenação e de Pátio na Centro de Educação Infantil Lucia Valtam Martins.

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 001/99, Art. 33, Inciso I e com amparo no Artigo** 69**, da Lei Orgânica Municipal;**

RESOLVE:

Artigo 1º - READAPTAR a funcionária efetiva Sra. **SISLAINE LUQUE DOS SANTOS**,portadora da Cédula de Identidade RG nº 1899108-4 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 860.556.582-91, ocupante do Cargo de Carreira de **ZELADORA - PROFISSIONALIZADO**,*lotada na Secretaria Municipal de Educação,* para exercer a função de Auxiliar de Direção e Coordenação e de Pátio na Centro de Educação Infantil Lucia Valtam Martins, em conformidade com o que determina o Atestado Médico emitido pelo Dr. Alcimar B. Soares CRM/MT - 6368, pelo período de 180 dias a partir de 01/11/2023**.**

Artigo 2º A readaptação não acarretará aumento ou redução de vencimento ou remuneração do servidor de acordo com o que dispõe o Art.35 da Lei Complementar nº. 001/99.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de novembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 4.969/2023

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 375.091,22 (TREZENTOS E SETENTA E CINCO MIL NOVENTA E UM REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.524 de 13 de novembro de 2023 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 375. 091,22 (trezentos e setenta e cinco mil noventa e um reais e vinte e dois centavos), na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
08.002.15.451.0007.2051 - Obras e Infraestrutura Urbana		
4490.5100 - Obras e Instalações	2.705. 000000	375. 091,22
Total		**375. 091,22**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 14 dias do mês de novembro de 2023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

LSS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 4.975/2023

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 36.399,52 (TRINTA E SEIS MIL TREZENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.516 de 13 de novembro de 2023 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 36. 399,52 (trinta e seis mil trezentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos), na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
09.002.10.301.0013.2062 – Manutenção das Ações do APS		
3390.3000 – Material de Consumo	1.600. 0000000	24.399. 52
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	1.600. 000000	12. 000,00
Total		***36. 399,52***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 14 dias do mês de novembro de 2023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 4.972/2023

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE *R$* 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.527 de 13 de novembro de 2023 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de *R$* 40.000,00 (quarenta mil reais), *na* função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
08.002.15.451.0007.2052 - Manutenção Urbana		
4490.5200 - Equipamentos e Material Permanente	2.500. 0000000	40. 000,00
Total		**40.000,00**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 14 dias do mês de novembro de 2023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

LSS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 4.970/2023

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 174.747,30 (CENTO E SETENTA E QUATRO MIL SETECENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E TRINTA CENTAVOS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.525 de 13 de novembro de 2023 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial por anulação de dotação orçamentaria no valor de R$ 174.747,30 (cento e setenta e quatro mil setecentos e quarenta e sete reais e trinta centavos), na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
11.001.18.541.0021.2080 - Gestão Administrativa Ambiental		
4490.5100 - Obras e Instalações	2.501. 000000	174. 747,30
Total		**174. 747,30**

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional especial aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
11.001. 18.541.0021.2081 - Ações Pro Ativas Ambientais		
3350.4100 - Contribuições	2.501. 000000	174. 747,30
Total		**174. 747,30**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 14 dias do mês de novembro de 2023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

LSS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICADO APÓS CORREÇÃO

PORTARIA Nº 16.606/2023

A Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Requerido no Protocolo nº U06ZWS e Atestado Médico;

RESOLVE:

CONCEDER, licença por **01 (um) dia** por motivo de doença em pessoa da família, para a servidora Sra. **DAYANE CRISTINE ALVES CABRAL**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2355759-1 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 044.379.371-98, ocupante do cargo Contratada de **RECEPCIONISTA,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde,* **com remuneração**, tendo em vista o disposto no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/99 –C Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de encaminhamento médico (anexo), a partir do dia 01/11/2023.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 06 dias de novembro de 2.023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 4.973/2023

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 706.400,00 (SETECENTOS E SEIS MIL E QUATROCENTOS REAIS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.528 de 13 de novembro de 2023 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 706. 400,00 (setecentos e seis mil e quatrocentos reais), na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
08.001.04.122.0001.2049 - Gestão da Secretaria de Infraestrutura		
3190.0400 - Contratação por Tempo Determinado	1.711. 0000804	15. 000,00
3190.1100 - Vencimentos e Vantagens Fixas	1.711. 0000804	189. 000,00
3190.1300 - Obrigações Patronais - INSS	1.711. 0000804	21. 100,00
3191.1300 - Obrigações Patronais - RPPS	1.711. 0000804	1. 500,00

08.002.15.451.0007.2052 - Manutenção Urbana		
3190.1100 - Vencimentos e Vantagens Fixas	1.711. 0000804	174. 000,00
3190.1300 - Obrigações Patronais - INSS	1.711. 0000804	17. 200,00
3191.1300 - Obrigações Patronais - RPPS	1.711. 0000804	15. 000,00
08.002.15.452.0008.2053 - Limpeza Urbana		
3190.0400 - Contratação por Tempo Determinado	1.711. 0000804	117. 000,00
3190.1100 - Vencimentos e Vantagens Fixas	1.711. 0000804	21. 000,00
3190.1300 - Obrigações Patronais - INSS	1.711. 0000804	24. 600,00
3191.1300 - Obrigações Patronais - RPPS	1.711. 0000804	3. 000,00
10.001.20.608.0020.2076 - Assistência Técnica a Agricultura Familiar		
3390.3200 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1.711. 0000804	108. 000,00
Total		**706. 400,00**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 14 dias do mês de novembro de 2023.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

LSS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 078/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, inscrita no **CNPJ: 03.507.522/0001-72.**

FORNECEDOR: JUDITE DOS SANTOS AZEVEDO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.120.673/0001-27.

DO OBJETO: A presente Licitação tem por objeto o registro de preços com validade para 12 (doze) meses, prorrogável nos termos da lei, destinado a AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PANIFICAÇÃO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

DO VALOR: R$ *131.790,00 (Cento e trinta e um mil e setecentos e noventa reais).*

VIGÊNCIA: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Barra do Bugres/MT, 17 de novembro de 2023

_____

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

ÓRGÃO GERENCIADOR

_____

JUDITE DOS SANTOS AZEVEDO & CIA LTDA

Paulo Nunes de Azevedo

FORNECEDOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N°002/SMEC/2023 EDITAL 004/ 2023

A Secretária Municipal de Educação e Cultura, Bernadete Fernandes Gregolin, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar 050/2012, alterada pela Lei **Complementar nº 084/2022, de 02 de setembro de 2022**, TORNA PÚBLICO o Edital com o gabarito das questões da prova objetiva.

QUESTÃO	A	B	C	D
01			X	
02	X			
03	X			
04		X		
05				X
06		X		
07				X
08				X
09	X			
10	X			
11		X		
12			X	
13		X		
14			X	
15				X
16			X	
17			X	
18				X
19			X	
20		X		

Barra do Bugres, 17 de novembro de 2023.

Link do formulário para recurso do gabarito da prova objetiva: https://forms.gle/zVWVyxwnBF9EUDFQ6

Prof.ª Mª. Silvane dos Santos Ferreira da Silva

Presidente Portaria n° 030/SMEC/2023

Prof.ª Mª. Valdineia Ferreira dos Santos Piasson

Secretária Portaria n° 030/SMEC/2023

Prof.ª Maria Pereira Magalhães Amorim

Membro Portaria n° 030/SMEC/2023

Prof.ª Monica Maria Furlan

Membro Portaria n° 030/SMEC/2023

Prof.ª Bernadete Fernandes Gregolin

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Portaria nº 547/2021

GABINETE DO PREFEITO
OF. Nº 700/GP BARRA DO BUGRES - MT, EM 10 DE OUTUBRO DE 2023.

Of. nº 700/GP Barra do Bugres - MT, em 10 de outubro de 2023.

A Vossa Senhoria o Senhor

DANIEL OLIVEIRA SANTOS ARAÚJO

Téc. Adm. da Área Meio do Poder Executivo

Coordenadoria Saúde no Trabalho e Qualidade de Vida - CSQV/SEFAZ-MT

Cuiabá - MT

Prezado Senhor,

Informamos a Vossa Senhoria, que manifestamos favorável a cessão da servidora **CRISTIANE SUZETE DE SOUZA**, assistente social, lotada na Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, por 01 (um) ano, para exercer suas atividades na Secretaria de Fazenda de Mato

Grosso/SEFAZ MT, em Cuiabá, e sua liberação, a partir de 1º de dezembro de 2023, com ônus para o órgão cessionário mediante reembolso.

Por fim, mencionamos que estamos a inteira disposição de Vossa Senhoria para possíveis esclarecimentos, se necessário.

Atenciosamente,

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – CONVITE DE PREÇO Nº.: 05/2023

O município de Barra do Bugres – MT, torna público, o Resultado do procedimento licitatório na modalidade de CONVITE DE PREÇO Nº.:05/2023, que tem objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL NOSSA SENHORA APARECIDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Licitante vencedor: JRM CONSTRUÇÕES LTDA inscrita no CNPJ nº11.922.125/0001-95 apresentou proposta no valor global de R$159.232,00 (Cento e cinquenta e nove mil e duzentos e trinta e dois reais). Informações poderão ser obtido junto ao departamento de licitações, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira Mendes, 1000, Centro, das 08:00 as 13:00min, site www.barradobugres.mt.gov.br/sic, telefone (65)3361-3868.

Barra do Bugres/MT, 17 de novembro de 2023

Margarida Bernardino da Silva

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ADESÃO Nº13/2023

O município de Barra do Bugres – MT inscrito no CNPJ:03.507.522/0001-72, torna público adesão a da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 09/2023, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº09/2023 – PROCESSO LICITATÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA-MT, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, ZERO KM, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Barra do Bugres-MT. Contratada: ASCIA COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ: 28.258.221/0001-83, no valor total de R$118.980,00 (Cento e dezoito mil e novecentos e oitenta reais). Maiores informações poderão ser obtidas junto a comissão permanente de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira Mendes, 1000, Centro, das 07:00 as 13:00, no telefone (065)3361-3868 e no site www.barradobugres.mt.gov.br/sic.

Barra do Bugres/MT, 17 de novembro de 2023.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 024/2023

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, designado pela Portaria nº. 19.752/2023; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 17/11/2023, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 024/2023, que teve como vencedora a empresa: RIO NOVO TRANSPORTES E TURISMO LTDA, CNPJ: 36.909.380/0001-29.

Barra do Garças / MT, 17 de novembro de 2023

Marcelo dos santos Lopes

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2023

A Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria nº 19.752/2023, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, Lei Complementar nº. 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 025/2023.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, BEM COMO CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS NAS DEPENDÊNCIAS DA USINA ASFÁLTICA LOCALIZADA NO SETOR INDUSTRIAL.**

REALIZAÇÃO: **01/12/2023**.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: **08h00min**

INICIO DO CERTAME: **08h30min**

Horário de Brasília.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, no site da prefeitura https://www.barradogarcas.mt.gov.br/ e no e-mail: licitacao.barradogarcas.mt.gov.br.

BARRA DO GARÇAS - MT, 17 de novembro de 2023

Marcelo dos Santos Lopes Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº. 016/2023 - SRP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE, MATO GROSSO, através da pregoeira nomeada pela portaria nº 121/2023 torna público, para conhecimento dos interessados, a retificação do edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico com SRP nº 016/2023, no Tipo “MENOR PREÇO POR LOTE”, modo aberto, plataforma Licitanet, cujo objeto é o Registro de Preços para a contratação de empresa, por meio de processo licitatório, para prestação de serviço de gestão total de frotas, com a intermediação e gerenciamento no fornecimento de combustível, serviços de manutenção, e fornecimento de peças, além de rastreio de veículos com implantação e operação de sistema informatizado de gestão, para atender as necessidades das secretarias da prefeitura municipal de Brasnorte – MT”, por não interferir na elaboração de proposta a data da abertura permanece a mesma no dia **23/11/2023** as **09:00 (Horário de Brasília**). O edital foi retificado excluindo se a exigência no item 12.3 letra a.3. do edital. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de licitação, no Paço Municipal, sito a Rua Curitiba nº 1080, pelo telefone: 066 3592-3206, site: http://200.199.196.35:8007/portaltransparencia/lic... e e-mail: licitacao@brasnorte.mt.gov.br.

Brasnorte – MT. 17 de novembro de 2023.

ARIELI CALDEIRA DA CUNHA, Pregoeira.

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2023

A Prefeitura Municipal de Brasnorte - MT, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação com modalidade Pregão Presencial nº 028/2023 realizada dia 14 de novembro de 2023 às 14:00 horas (horário local) onde reuniram-se a Sra. Pregoeira e a Equipe de apoio, nomeados pela portaria 121/2023, tendo como objeto o “Registro de Preços para a contratação de empresa, por meio de processo licitatório, para fu-

tura e eventual aquisição de madeira serrada, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Brasnorte - MT.” Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. Quantidade de itens: 03 (três). Teve como vencedora a empresa: D.S. BURG-MADEREIRA ME, inscrita no CNPJ 20.330.851/0001-00, sagrou se vencedora dos 03 (três) itens com valor total final de R$ 2.357.500,00 (dois milhões trezentos e cinquenta e sete mil e quinhentos reais).

Brasnorte - MT, 16 de novembro de 2023.

Adjudico a presente licitação, Arieli Caldeira da Cunha, Pregoeira.

Homologo a presente licitação Edelo Marcelo Ferrari, Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2023 - SRP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE, MATO GROSSO, através da sua pregoeira nomeada pela portaria nº 121/2023 torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **05/12/2023 às 08h (Horário de local**), Licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 032/2023**, no Tipo “***MENOR PREÇO POR ITEM”,*** para o seguinte objeto **“Registro de Preços para contratação de empresa através de processo licitatório para fornecimento de produtos e serviços voltados as festividades de final de ano em nossa cidade conforme demanda da Secretária Municipal de Esporte, Turismo e Cultura da Prefeitura de Brasnorte-MT ”.** Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de licitação, no Paço Municipal, sito a Rua Curitiba nº 1080, pelo telefone: (066)3592-3206, site: https://www.gp.srv.br/transparencia_brasnorte/serv... e e-mail: licitacao@brasnorte.mt.gov.br.

Brasnorte – MT, 17 de novembro de 2023.

Edicleia Lucas da Silva

Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
PORTARIA Nº 948 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 36.669 de 29 de setembro de 2023;

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores ora indicados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato abaixo.

Titular: Orisvaldo José da Silva

Suplente: Carmelo Modesto Alves

Nº	Contratado	Objeto	Data da Assinatura do Contrato	Vigência
120/23 **2º TERMO ADITIVO**	PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA	Contratação de empresa especializada na prestação de gestão de compras de materiais de construção civil em geral, através de sistema informatizado e disponibilização de meio de pagamento e/ ou acesso a aquisição dos produtos através de processo sistêmico, com vistas ao atendimento das necessidades civis, urbanas e prediais da secretaria contratante, conforme condições, especificações técnicas e quantitativas estabelecidas neste instrumento contratual e no termo de referência.	19/06/23 11/11/23	12 meses

§ 1º Os servidores acima designados devem acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos servidores responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de novembro de 2023.

FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal Educação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
PORTARIA Nº 951 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258 de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO os artigos 19, 20 e 21 da Lei Complementar nº 47, de 29 de setembro de 2003 e os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Memorando sob nº 42.667, de 16 de novembro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Progressão de Nível e Classe aos servidores de carreira do Município de Cáceres relacionados no anexo único da presente Portaria, em razão de nova habilitação específica alcançada e por tempo de serviços prestados, obedecendo aos critérios de promoção para cada Classe, no mês de **NOVEMBRO/2023**.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta do Elemento de Despesa Específico das respectivas Secretarias.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de novembro de 2023.

HERBERT DIAS

Secretário Municipal de Administração

NOVEMBRO/2023

PROGRESSÃO DE CLASSE E NÍVEL

SERVIDORES COM DIREITO A ELEVAÇÃO DE NIVEL E CLASSE EM CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR Nº.47 DE 29/09//2003, ART.19 e SEGUINTES e LEI COMPLEMENTAR Nº.48 de 05/09/2003, ART.18 E SEGUINTES - "PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS – PCCS" VIGENTE.

NOME	CARGO	PROGRESSÃO FUNCIONAL	DATA ADMISSÃO	DE CLASSE/ NIVEL	PARA CLASSE/ NIVEL
NOME	**CARGO**	**PROGRESSÃO FUNCIONAL**	**ADMISSÃO**	**DE CLASSE/ NIVEL**	**P/CLASSE/ NIVEL**
ANA LUCIA CARDUCCI GOUVEA MANCUSO	Advogada 40hs	Progressão de Classe	18/10/1999	H – II	I – II
JOCTA OLIVEIRA DE SANTANA	Agente de Trânsito(S/G)	Progressão de Classe	16/10/2017	B – II	C – II
JOSIELDO DOS SANTOS SILVA	Agente de Trânsito(S/G)	Progressão de Classe	17/10/2012	C – I	D – I
PAULO CEZAR DE CAMPOS PESSOA	Almoxarife(P/G)	Progressão de Classe	16/10/2014	C – III	D – III
VALDRIANO EVANGELISTA DOS SANTOS SOARES	Analista de Sistemas(N/S)	Progressão de Nível	19/04/2018	B – I	B – II
FABIO GUSTAVO PEREIRA	Auxiliar Administrativo(P/G)	Progressão de Classe	01/03/1999	G – IV	H – IV
ALINE SANTANA HONORIO	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil(S/G)	Progressão de Classe	16/10/2017	B – II	C – II
DAVILIN PEREIRA DOURADO	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil(S/G)	Progressão de Classe	16/10/2017	B – II	C – II
ELIANE MIE SATO	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil(S/G)	Progressão de Classe	16/10/2017	B – III	C – III
EVA BENEDITA DE ALMEIDA	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil(S/G)	Progressão de Classe	16/10/2017	B – I	C – I
ERICK JOHN CORREA	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil(S/G)	Progressão de Classe	16/10/2017	B – I	C – I
JANE CRISTINE CHAVES DUARTE	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil(S/G)	Progressão de Classe	16/10/2017	B – I	C – I
MARLON APARECIDO LUZ	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	17/10/2011	D – IV	E – IV
MARIA LUCIA DA SILVA PEREZ	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	17/10/2011	D – II	E – II
SIMONE DANCIGUER BARBOSA	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	25/10/2011	D – IV	E – IV
LURDES CORRÊA DE OLIVEIRA	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Nível	12/09/2002	H – III	H – IV
VANILDO DE CAMPOS	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Nível	09/08/2012	D – III	D – IV
AVELINO SENA SANTIAGO	Contador (N/S)	Progressão de Classe	17/10/2002	G – II	H – II
ROBSON MAXIMO DA COSTA	Controlador Interno(N/S)	Progressão de Classe	03/11/2017	B - II	C – II
EDUARDO FANAYA LEAL	Fiscal de Obras, Posturas e Defesa do Consumidor(S/G)	Progressão de Classe	23/10/2017	B – II	C – II
FILEMON RODRIGUES DE LOURDES	Fiscal de Obras, Posturas e Defesa do Consumidor(S/G)	Progressão de Classe	06/11/2017	B - III	C – III
SEBASTIÃO NATALICIO LAIA	Guarda Municipal Patrimonial(P/G.I)	Progressão de Nível	10/02/2010	D – II	D – III
FLORENTINO JORGE DA COSTA OLIVEIRA	Motorista (P/G)	Progressão de Nível	05/08/1988	J – II	J – III
MOISES MORETTO	Odontólogo Clinico Geral (20hs)	Progressão de Classe	18/10/2011	D – II	E – II
FRANCINNE STROBEL DE SOUZA	Psicólogo N/S 40hs	Progressão de Classe	16/10/2017	B - II	C – II
ALEIDA MARIA DE MORAES FERREIRA	Técnico em Enfermagem(S/G.T)	Progressão de Classe	12/11/2009	D – III	E – III
ANDREIA MONTEIRO DOS SANTOS	Técnico em Enfermagem(S/G.T)	Progressão de Nível	12/11/2009	E – II	E – III

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
PORTARIA Nº 953 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 20.280 de 29 de maio de 2023;

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores ora indicados, lotados na Secretaria Municipal Turismo e Cultura, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato abaixo.

Titular: Enoque Ramos Duarte

Suplente: Jesenia Lopes Paraba

Nº	Contratado	Objeto	Data da Assinatura	Vigência

			do Contrato	
112/23	SEVIG COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA – ME	Contratação de empresa especializada em prestação na prestação dos serviços de Monitoramento Eletrônico remoto de sistemas de alarmes e de vistoria de pronta resposta por 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana, em regime de comodato, para atender as necessidades da Secretaria Contratante, conforme especificações técnicas e quantitativas estabelecidas neste Instrumento Contratual e no Termo de Referência.	13/06/23	12 meses

§ 1º Os servidores acima designados devem acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos servidores responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 455 de 26 de junho de 2023.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 17 de novembro de 2023

CLAUDIO HENRIQUE DONATONI

Secretário Municipal de Turismo e Cultura

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº 794 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 42.700, de 16 de novembro de 2023;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica declarado Hóspede Ilustre do Município de Cáceres o Governador do Distrito LB-4, CL (Companheiro Leão) Márcio Batista de Sales, que estará em visita oficial ao Município de Cáceres, do dia 17/11 ao dia 19/11.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de novembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 11/2023

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna público, a homologação/ adjudicação da licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO, do tipo TÉCNICA E PREÇO** objetivando a Contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para prestação de serviços de Elaboração de Projetos Executivos Complementares da Obra de Construção do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, a ser construído na zona urbana do município de Cáceres. Os Projetos Executivos Complementares deverão ser executados de acordo com o projeto arquitetônico reformulado pela Prefeitura de Cáceres-MT, que tem como base, o modelo de projeto padrão do MIN. DESENV. E ASSIT. SOCIAL, FAM. E COMBATE FOME, com capacidade de atendimento para 750 famílias/ano.

Estimativa do Valor: R$ 27.164,81 (vinte e sete mil, cento e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos), sendo proveniente de Recurso Próprio

Realização: 06 de novembro de 2023 às 08:00 horas, Horário de Cuiabá-MT

Empresa: S M DE OLIVEIRA LTDA ME, CNPJ: 46.291.268/0001-20, a qual apresentou o Valor: R$ 14.867,33 (quatorze mil oitocentos e sessenta e sete reais e trinta e três centavos).

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos na Avenida Brasil nº 119 – C.O.C. – Jardim Celeste, CEP: 78210-906 - Cáceres-MT, ou através do portal http://www.caceres.mt.gov.br/licitacao/. As despesas oriundas com fotocópias e outros serviços ficam por conta da empresa solicitante.

Prefeitura de Cáceres, 17 de novembro de 2023.

ALICE DE FATIMA GONZAGA ARAUJO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria 415/2023

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES PORTARIA Nº 952 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 42.807 de 17 de novembro de 2023;

RESOLVE:

Art.1º Designar as servidoras ora indicadas, lotadas na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato abaixo.

Titular: Vanessa Ellen Campos Tumiri Busolli

Suplente: Jesenia Lopez Paraba

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura	Vigência
009/2023-PGM	**QFROTAS SISTEMAS LTDA.**	Contratação de empresa especializada em serviços de autogestão de frota para prestação de serviços de gerenciamento, controle e credenciamento de rede especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos, de forma contínua, através de sistema informatizado (com software disponibilizado em tempo real pela internet), para atender a Secretaria Contratante	02/02/23	12 meses

§ 1º As servidoras acima designadas deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las para a Secretaria responsável acima e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência das servidoras responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 278 de 08 de maio de 2023.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 17 de novembro de 2023.

CLAUDIO HENRIQUE DONATONI

Secretário Municipal de Turismo e Cultura

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 006/2022

O PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres, **pessoa jurídica de direito público interno,** inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, comunica termo aditivo:

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVI-CÁCERES

CONTRATADO: ROSANGELA FERREIRINHA – MICROEMPRESÁRIO INDIVIDUAL

CNPJ: Nº 37.752.791/0001-16

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a alteração de prazo e valor ao Contrato nº 006/2022, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de jardinagem do tipo manutenção de jardim com tratamento, adubação, replantio, poda e limpeza, para atender demanda da CONTRATANTE.

PRAZO: 12 (doze) meses, a partir de 25/11/2023.

VALOR: R$ 3.773,49 (três mil, setecentos e setenta e três reais e quarenta e nove centavos)

Cáceres, 16 de novembro de 2023.

Wilson Massahiro Kishi

Diretor Executivo

ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº. 019 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.

Estabelece ERRATA da Resolução CMDCA 019/2023, no Art. 1º, publicada em 16/11/2023 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – 16 de novembro de 2023 ANO XVIII | N° 4. 361, pelo site diariomunipal.org/mt/amm. www.amm.org.br.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas e por deliberação tomada em Reunião Extraordinária no dia 07 de setembro de 2023

DA CIÊNCIA A SEGUINTE ERRATA:

Onde se lê:

Art. 1°- Eleger conselheiros em substituições para recompor a Comissão Setorial Permanente De Gerenciamento Do Fundo Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente – CP FIA, do Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente (CMDCA) De Cáceres.

Ø **José Pereira de Oliveira Junior** em substituição a Janaína Moreira Medeiros

Ø Jehann Carlos Duarte de Oliveira em substituição a Camila Cornelio de Oliveira Santos.

Lêia-se:

Art. 1°- Eleger conselheiros em substituições para recompor a Comissão Setorial Permanente De Gerenciamento Do Fundo Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente – CP FIA, do Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente (CMDCA) De Cáceres.

Ø Janaína Moreira Medeiros em substituição a José Pereira de Oliveira Junior,

Ø Camila Cornelio de Oliveira Santos em substituição a Jehann Carlos Duarte de Oliveira.

Cáceres, 17 de novembro de 2023.

SGT. CLODOALDO RODRIGUES SANTANA

PRESIDENTE DO CMDCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 03/2023 - CONTRATO - N° 191/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 191/2023 PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2023

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN**, ora denominado contratante, e senhor (a) **ANA MARIA CRUZ SILVA** denominado(a) contratado(a), no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Brincando e Aprendendo.

Considerando o disposto no inc. V e § 2º do art. 2º. Da Lei Municipal n° 1. 931, de 15 de abril de 2005, que excepciona a possibilidade de contratação por tempo determinado para admissão de pessoal em regime de substituição decorrente *de licenças, de concessão obrigatória, licença para tratamento de saúde, licença prêmio, licença gestante e adotante, licença para exercer mandato eletivo, licença para o trato de assuntos de interesse particular, afastamentos por sindicância;*

Tendo em vista o não retorno da Professora Edilza Aparecida Rodrigues da Escola Municipal Brincando e Aprendendo, justifica-se a seguinte prorrogação. Solicitação realizada através do memorando 42.070/2023.

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de **25/11/2023**, com termo final alterado para **29/12/2023.**

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 13 de novembro de 2023.

_____

_____

Fransergio Rojas Piovesan

Contratado (a) Secretário Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00007, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00007, de 14 de Novembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
JOAO ALVES FILHO (ESPÓLIO DE)	015.475.859-00	9047 /00125/2023
MARIA AMELIA DIAS VALADARES ROSA	659.076.391-72	9047 /00147/2023
FRANCISCO LEONARDO CERAVOLO NETO	263.053.136-87	9047 /00138/2023
FRANCISCO LEONARDO CERAVOLO NETO	263.053.136-87	9047 /00137/2023
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 14/11/2023

Data de desafixação: 29/11/2023

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº. 788 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob. Memorando nº. 42.343, de 14 de novembro de 2023;

CONSIDERANDO o Decreto nº120 de 03 de março de 2022, que nomeou representantes para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM – BIÊNIO 2022/2024.

RESOLVE:

Art.1º Substituir a entidade **CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 18º REGIÃO/MT E DE SEUS REPRESENTANTES** para a entidade relacionada abaixo, para compor o Conselho Municipal de Direitos da Mulher - CMDM, Biênio 2022-2024.

TERCEIRA SUBSEÇÃO DA OAB – CÁCERES/MT

TITULAR: Suyane de Araújo Giansante

SUPLENTE: Michelly Saraiva Pinto.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de novembro de 2023.

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

FABÍOLA CAMPOS LUCAS

Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº792, DE 16/11/2023. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.121/2022.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$289.330,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 01 01 GABINETE DO(A) PREFEITO(A)

40 04.122.1002.2004.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL 3.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1500

02 02 01 SEC. MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

80 04.126.1002.2014.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL 20.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1500

02 06 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

435 12.361.1004.2050.0000 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE 58.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1500

02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

533 04.122.1005.2061.0000 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL 27.000,00

3.1.90.16.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1500

1144 15.452.1005.2064.0000 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL 1.500,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 1751

02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

611 04.122.1006.2066.0000 PROMOÇÃO E FOMENTO DO TURISMO E DA CULTURA CACERENSE 10.000,00

3.1.90.16.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1500

631 13.392.1006.1030.0000 PROMOÇÃO E FOMENTO DO TURISMO E DA CULTURA CACERENSE 92.350,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1500

638 13.392.1006.1030.0000 PROMOÇÃO E FOMENTO DO TURISMO E DA CULTURA CACERENSE 54.660,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1500

02 13 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

1012 04.129.1002.2109.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL 17.820,00 3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA F.R. Grupo:1500

984 04.125.1005.2110.0000 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL 5.000,00 3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1500

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 01 01 GABINETE DO(A) PREFEITO(A)

39 04.122.1002.2004.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL -3.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 1500

02 02 01 SEC. MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

63 04.122.1002.2012.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL -20.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1500

02 06 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

495 28.843.1004.0003.0000 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE -58.000,00

3.2.90.21.00 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO F.R. Grupo: 1500

02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

535 04.122.1005.2061.0000 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL -27.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1500

584 15.452.1005.2064.0000 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL -1.500,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1751

02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

609 04.122.1006.2066.0000 PROMOÇÃO E FOMENTO DO TURISMO E DA CULTURA CACERENSE -147.010,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1500

613 04.122.1006.2066.0000 PROMOÇÃO E FOMENTO DO TURISMO E DA CULTURA CACERENSE -10.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1500

02 13 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

983 04.125.1005.2110.0000 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL -5.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 1500

1006 04.129.1002.2109.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL -17.820,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 1500

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00010, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00010, de 14 de Novembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
ADEMIR DE CASTRO	022.535.691-00	9047/00278/2023
ADEMIR DE CASTRO	022.535.691-00	9047/00279/2023
ADEVAIR DE OLIVEIRA	037.413.608-48	9047/00366/2023
ANTONIO CARLOS FRAGERI	318.524.401-04	9047/00335/2023
ANTONIO CARLOS FRAGERI	318.524.401-04	9047/00336/2023
ANTONIO LINO DA SILVA PINTO	021.808.471-49	9047/00368/2023
ANTONIO LINO DA SILVA PINTO	021.808.471-49	9047/00369/2023
D D PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	03.387.646/0001-61	9047/00345/2023
D D PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	03.387.646/0001-61	9047/00346/2023
JORGE LUIZ DANTAS	008.853.898-24	9047/00457/2023
JOSE MOTA SOARES	207.643.591-34	9047/00254/2023
JOSE MOTA SOARES	207.643.591-34	9047/00255/2023
JOSEFINA MENDES DA SILVA	016.272.531-06	9047/00300/2023
JOSEFINA MENDES DA SILVA	016.272.531-06	9047/00301/2023
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 14/11/2023

Data de desafixação: 29/11/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CACERES/NOVEMBRO 2023

PAUTA DE JULGAMENTO

A Presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo decreto Nº. 144 30 de março de 2020, e pelo Decreto Nº.253 de 07 de maio de 2020. Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto n° 144 de 30 de março de 2020. Torna pública a pauta de julgamento de processos do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá por videoconferência, conforme calendário abaixo:

DATA E HORA		**LINK DE ACESSO**	
21/11/2023 17:30		https://meet.google.com/gqd-bxxm-pus	
PROCESSO	**REQUERENTE**		**CONSELHEIRO RELATOR**
7.588/2023	Luís Eduardo Castrillon		Jovanil/Mirielle

15.700/2023	Odenilson José da Silva	Antônio Carlos Leite
4.379/2023	Paulo Jânio Gomes da Silva	Nycollas Fernandes de Almeida

Apresentação e discussão de minuta da súmula do ISSQN/Fixo Anual.

Cáceres-MT, 14 de novembro de 2023.

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

PRESIDENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00011, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00011, de 14 de Novembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
AGROPECUARIA BAIA GRANDE LTDA	36.953.537/0001-13	9047/00330/2023
FIGUEIRA BRANCA HOLDING LTDA	10.378.245/0001-00	9047/00422/2023
FIGUEIRA BRANCA HOLDING LTDA	10.378.245/0001-00	9047/00423/2023
LUIZ NATAL BORGES	202.578.801-00	9047/00487/2023
LUIZ NATAL BORGES	202.578.801-00	9047/00488/2023
PAULO MENDONCA FILHO	208.022.261-91	9047/00501/2023
PAULO ROBERTO DE CASTILHO (ESPÓLIO DE)	095.182.409-06	9047/00313/2023
ROBERVAL BERNARDES CABRINI	045.610.478-08	9047/00506/2023
ROBERVAL BERNARDES CABRINI	045.610.478-08	9047/00507/2023
ROSINEI SILVA FERREIRA	880.163.231-20	9047/00258/2023
ROSINEI SILVA FERREIRA	880.163.231-20	9047/00259/2023
ZAINE NSSARDEN DE CAMPOS SANTOS	852.779.401-20	9047/00349/2023
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 14/11/2023

Data de desafixação: 29/11/2023

ATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO – DISPENSA Nº 46/2023

Interessada: Secretaria Municipal de Administração.

Objeto: Dispensa de Licitação tem como objeto a contratação da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (FUFMT), com a FUNDAÇÃO UNISELVA (Lei nº 8.958/1994, regulamentada pelo Decreto nº 7.423/2010, Decreto nº 8.240 e 8.241/2014) atuando como INTERVENIENTE E MEDIADORA para o planejamento, elaboração, organização e realização de concurso público de provas e títulos para o provimento de cargos do quadro efetivo de servidores da Prefeitura Municipal de Cáceres.

Empresas: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO-UFMT, CNPJ: 33.004.540/0001-00.

FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO-UNISELVA, CNPJ: 04.845.150/0001-57.

Valor: R$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais).

*Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do A**rtigo 24º** da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.*

Prefeitura Municipal de Cáceres, 17 de novembro de 2023.

Herbert Dias

Secretário Municipal de Administração

MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 91-2023 REGISTRO DE PREÇO MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de 03 (três) veículos automotores, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres-MT.

Realização: 04 de dezembro às 09h00min horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78. 210-906, ou baixadas no portal https://www.caceres.mt.gov.br/Licitacoes e na plataforma ou gov.br/compras.

Prefeitura de Cáceres-MT 17 de novembro de 2023.

WILTON BENTO PIMENTA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 415/2023

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
DECRETO Nº 791 DE 16 DE AGOSTO DE 2023

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 42.542, de 16 de novembro de 2023;

RESOLVE:

Art.1º Conceder a servidora **DAIANA JOSÉ LIMA OLIVEIRA**– Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, sob o Regime Previdenciário/INSS, pelo período do dia 08 de novembro de 2023 a 05 de maio de 2024.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de novembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

VITOR MIGUEL DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00015, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00015, de 14 de Novembro de 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
ENERILDO MOTTA RAMOS	111.482.921-87	9047/00136/2023
SEBASTIAO SILVA	090.898.291-72	9047/00446/2023
MILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA	008.342.461-04	9047/00455/2023
MILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA (ESPÓLIO DE)	008.342.461-04	9047/00463/2023
MILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA (ESPÓLIO DE)	008.342.461-04	9047/00464/2023
PAULO MENDONCA (ESPÓLIO DE)	518.120.538-00	9047/00466/2023
MARIA JOSE SILVA COSTA MARQUES (ESPÓLIO DE)	767.839.791-72	9047/00472/2023
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 14/11/2023

Data de desafixação: 29/11/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 793, DE 16/112023.

TRANSFERE *recursos do orçamento vigente de 2023*

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.142/2023.

DECRETA

Art. 1º - Ficam **transferidas** na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023:

Art. 2º - A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de nº3142, de 20 de março de 2023 e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 06 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ficha: 435 12.361.1004.2050.0000 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE 290.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Ficha: 487 12.365.1004.2054.0000 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE 50.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Ficha: 967 27.122.1009.2107.0000 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE MUNICIPAL 10.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 350.000,00

REDUÇÕES

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 06 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ficha: 466 12.365.1004.1011.0000 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE -340.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Ficha: 1268 27.122.1009.2107.0000 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE MUNICIPAL -10.000,00

3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA

TOTAL DAS ANULAÇÕES -350.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 04/2023 - CONTRATO - N° 281/2023

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 281/2023 PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2023

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN**, ora denominado contratante, e senhor (a) **OSANIR PEREIRA VICENTI NEGRINI** denominado(a) contratado(a), no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal de Educação Infantil CAIC.

Considerando o disposto no inc. V e § 2º do art. 2º. Da Lei Municipal n° 1.931, de 15 de abril de 2005, que excepciona a possibilidade de contratação por tempo determinado para admissão de pessoal em regime de substituição decorrente *de licenças, de concessão obrigatória, licença para tratamento de saúde, licença prêmio, licença gestante e adotante, licença para exercer mandato eletivo, licença para o trato de assuntos de interesse particular, afastamentos por sindicância;*

Considerando que a mesma encontra-se em substituição à profª. Sheyla Socorro Oliveira Carneiro, que está na coordenação do Núcleo Cavalhada. Solicitação feita via 1DOC memorando 42.074/2023.

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de **15/11/2023**, com termo final alterado para **20/12/2023.**

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 13 de novembro de 2023.

_____

_____

Fransergio Rojas Piovesan

Contratado (a) Secretário Municipal de Cáceres

AVISO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 82-2023 COM REGISTRO DE PREÇO - MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de materiais odontológico para atender as demandas do Centro de Especialidades Odontológicas do Município de Cáceres – MT **Empresa Vencedora:** ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 00.802.002/0001-02 - R$ 8.183,20 DISNORMA COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 01.326.495/0001-06 - R$ 2.393,80 ODONTOSUL LTDA - CNPJ: 04.971.211/0001-22 R$ 36.981,10 DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LTDA - CNPJ: 07.897.039/0001-00 - R$38.200,00 TATA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA SAUDE, ODONTO-MEDICO LTDA. - CNPJ: 11.088.993/0001-11 - R$ 6.400,00 ICARAI DO BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA - CNPJ: 17.545.961/0001-84 - R$ 159.980,00 HEALTH CARE & DUBEBE COMERCIO, IMPORTACAO, EXPORTACAO DE PRODUTOS DE HIGIENE PES - CNPJ: 18.252.904/0001-70 - R$ 21.060,00 PERFIL HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 19.430.036/0001-33 - R$ 124.441,00 DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 21.504.525/0001-34 - R$ 3.779,00 DENTAX COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA - CNPJ: 21.596.355/0001-65 - R$ 39.913,00 FARMODONTO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 25.386.019/0001-49 - R$ 91.960,00 ODONTOMED T/A LTDA - CNPJ: 27.205.945/0001-04 - R$ 4.984,20 ABSOLUTA SAUDE IMP. EXP. E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - CNPJ: 30.082.076/0001-74 - R$ 95.776,56 VITORIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA - CNPJ: 33.992.679/0001-00 -R$ 2.387,00 LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 34.223.536/0001-98 - R$ 26.550,00 EXCLUSIVA MEDIC PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 37.630.133/0001-51 - R$ 4.996,60 VERDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 37.882.886/0001-54 - R$ 910,40 PARANA MED COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTO MEDICO E HOSPITALAR LTDA - CNPJ:38.120.208/0001-17 - R$ 21.570,00 MELO COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA - CNPJ:39.241.426/0001-72 - R$ 33.180,00 DISTRIBUIDORA AGUA BOA LTDA - CNPJ: 44.223.526/0001-06 - R$ 40.866,50 MCL COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ:44.572.364/0001-11 - R$ 420,00 EVO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA - CNPJ: 46.258.819/0001-54 - R$ 8.346,50 SISPACK MEDICAL LTDA. - CNPJ: 54.565.478/0001-98 - R$ 31.200,00 INTERJET COMERCIAL LTDA - CNPJ: 59.403.410/0001-26 - R$ 6.370,00 EMIGE MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA - CNPJ: 71.505.564/0001-24 - R$ 5.504,40 MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 94.389.400/0001-84 - R$ 13.160,00 CONEXAO 5 DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA - CNPJ: 96.317.508/0001-97 - R$ 980,40

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78210-906, ou baixadas no portal https://www.caceres.mt.gov.br/Licitacoes/ e na plataforma ou gov.br/compras.

Prefeitura de Cáceres-MT, 17 de novembro de 2023.

WILTON BENTO PIMENTA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 415/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO Nº 0008/2023 – QUEIMADA EM TERRENO NÃO EDIFICADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA na forma da lei, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele NOTIFICA os sujeitos passivos abaixo identificados, que se encontram em lugar incerto e não sabido quanto a infração, na Lei Complementar nº. 19 de 21/12/1995 - Código de Obras e Posturas Municipais, sendo:

1 – SEÇÃO IV: DOS TERRENOS NÃO EDIFICADOS

Artigo 161 - Todo terreno não edificado dentro do perímetro urbano do Município, fica obrigado ao proprietário manter sua devida limpeza,evitando que os mesmos sejam utilizados como depósito de lixo, detritose resíduos de qualquer natureza.Parágrafo único. A Prefeitura poderá notificar os proprietários dos lotes urbanos para sua devida limpeza, e quando estes não executarem os serviços no prazo estipulado, o Órgão competente o fará, colocando o valor do serviço na dívida ativa em nome do proprietário.

Artigo 162 - O poder Executivo fica autorizado a lançar na guia de arrecadação do IPTU dos proprietários dos lotes urbanos, os valores dos serviços de limpeza executados.

2 – DOS ANIMAIS SINANTRÓPICOS

Art. 274. Ao munícipe, compete a adoção de medidas necessárias para manutenção de suas propriedades limpas, evitando o acúmulo de lixo e material não utilizável que possam propiciar a proliferação da fauna sinantrópica.Parágrafo único. Consideram-se sinantrópicos, os animais que indesejavelmente, coabitam com o homem, tais como; roedores, pernilongos, pulgas, baratas e outros.

3 – DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Art. 431. É proibido o uso do fogo sem controle, nas florestas e demais formas de vegetação, bem como qualquer ato ou omissão que possa ocasionar incêndio florestal.

4 - DECRETO 616 DE 05 DE SETEMBRO DE 2023Art. 4° Para efeitos deste decreto, entende-se por limpeza de terrenos a capinagem mecânica e/ou manual, roçagem do mato manual e/ou mecânica, eventualmente crescido no terreno, a altura máxima da vegetação não pode ultrapassar 30,00cm (trinta centímetros) de altura.Art. 5° Fica proibido o emprego de fogo como forma de limpeza na vetação, lixo ou de quaisquer detritos e objetos, nos imóveis edificados e não edificados.Art. 13° Findo o prazo, fica o Município autorizado a executar os serviços, sem prévio aviso ou interpelação e sem qualquer direito a reclamações, ficando o proprietário do respectivo terreno obrigado a ressarcir aos cofres públicos as despesas com o serviço executado pelo município para limpeza do imóvel, correndo as respectivas despesas por conta do infrator ou possuidor do imóvel.

TABELA DE MULTAS POR INFRINGÊNCIAS AOS DISPOSITIVOS DESTA LEI

TÍTULO	CAPÍTULO	SEÇÃO	SUBSEÇÃO	ASSUNTO	ARTIGOS E PARAGRAFOS	MULTA: UFIC	VALOR R$
II	II	IV		DOS TERRENOS NAO EDIFICADOS	Art. 161, e o Parágrafo único, Art. 162.	50	3.121,00
II	III	VIII	II	DOS ANIMAIS SINANTRÓPICOS	Art. 274.	30	1.872,60
II	VII			DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	Art. 423 e demais Incisos, Art. 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436 e 437.	100	6.242,00

Após o prazo de 30 dias, caso o contribuinte não apresente sua justificativa/recurso para que seja analisado, a SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA procederá com o lançamento de multa no valor de 100 (cem) unidades fiscais do município (UFIC) com a conseqüente inscrição do contribuinte na DÍVIDA ATIVA da PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, para fins de propositura da Ação de Execução Fiscal.

Relação de notificados da infração:

SUJEITO PASSIVO	CPF/CNPJ	INSCRIÇÃO IMOBILIARIA	ENDEREÇO DO TERRENO	VALOR DA MULTA (100 UFIC)
ODETE DO NASCIMENTO PETRONILHO	***.166.421-**	100200530241001	RUA PIERRO, Q C - L 7 - SANTA ROSA	R$ 6.242,00
VICENTE DE PAULA VITORINO	***.190.798-**	100200560039001	RUA DOS CAÇADORES, Q G - L 3 - SANTA ROSA	R$ 6.242,00
VICENTE DE PAULA VITORINO	***.190.798-**	100200560039001	RUA DOS CAÇADORES, Q F - L 5 - SANTA ROSA	R$ 6.242,00
ADILSON BUCK	***.388.611-**	100200560013001	RUA DOS CAÇADORES, Q G - L 1 - SANTA ROSA	R$ 6.242,00
RAQUEL APARECIDA TORRES	***.499.041-**	100200560026001	RUA DOS CAÇADORES, Q G - L 2 - SANTA ROSA	R$ 6.242,00
RAQUEL APARECIDA TORRES	***.499.041-**	100200560520001	RUA DOS CAÇADORES, Q G - L 4 - SANTA ROSA	R$ 6.242,00
RAQUEL APARECIDA TORRES	***.499.041-**	100200560127001	RUA DOS CAÇADORES, Q G - L 7 - SANTA ROSA	R$ 6.242,00
RAQUEL APARECIDA TORRES	***.499.041-**	100200560132001	RUA DOS CAÇADORES, Q G - L 8 - SANTA ROSA	R$ 6.242,00
RAQUEL APARECIDA TORRES	***.499.041-**	100200560263001	RUA DOS CAÇADORES, Q G - L 14 - SANTA ROSA	R$ 6.242,00
ESPOLIO DE JOSE DE CAMPOS CASTRILLON	***.916.461-**	100200530064001	RUA CARMEM DE CAMPOS CASTRILLON - Q D / L 4 - SANTA ROSA	R$ 6.242,00
ESPOLIO DE JOSE DE CAMPOS CASTRILLON	***.916.461-**	100200530123001	RUA DOS CAÇADORES, Q D - L 2 - SANTA ROSA	R$ 6.242,00
ESPOLIO DE JOSE DE CAMPOS CASTRILLON	***.916.461-**	100200530343001	RUA SEPOTUBA - Q D - L 8 - SANTA ROSA	R$ 6.242,00
ESPOLIO DE JOSE DE CAMPOS CASTRILLON	***.916.461-**	100200530327001	RUA SEPOTUBA - Q D - L 7 - SANTA ROSA	R$ 6.242,00
ESPOLIO DE DOMINGOS PINTO DE MIRANDA	***.766.921-**	100200560293001	RUA PIERRO, Q G - L 16 - SANTA ROSA	R$ 6.242,00

Lucas Jose Lente

Fiscal de Obras, Posturas e Defesa do Consumidor.

Marineide Weber Gerente De Fiscalização de Obras, Posturas e Defesa do Consumidor.

Gustavo Calábria Rondon

Secretario Municipal de Fazenda

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°92-2023 MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria Municipal de Educação

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço do tipo decoração, para a 2° formatura dos alunos do Ensino fundamental do PROERD - Programa Educacional de Resistência as drogas e violências nas Escolas. Realização: 04 de dezembro às 09h00min horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78.210-906, ou baixadas no portal https://www.caceres.mt.gov.br/Licitacoes e na plataforma ou gov.br/compras.

Prefeitura de Cáceres-MT, 17 de novembro de 2023.

IGOR DE SOUZA OLIVEIRA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 415/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 574/2023 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2023

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN** de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **ROSELI APARECIDA EGUES DELUQUI** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua L, S/N, Bairro Jardim Aeroporto Novo, Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 2057407-0 SSP-MT e CPF Nº 029.560.641- 00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **ROSELI APARECIDA EGUES DELUQUI,** no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Santos Dumont, com **carga horária de trabalho de 40 (Quarenta horas) semanais**, na turma 5º Ano C, matutino/vespertino para atendimento da (Educação Especial), seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único; A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início **em 16 de Novembro de 2023 e término em 22 de Dezembro de 2023.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 1.559,09 (Mil Quinhentos e Cinquenta e nove reais e cinco centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
06	03	12	361	1004	2057	3	1	90	04	00	0	1	540	066009

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

c) Auxiliar o professor no processo de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos da Educação Infantil;

d) Auxiliar e apoiar durante as atividades pedagógicas e recreativas da Educação Infantil;

e) Auxiliar na higiene, alimentação, segurança, repouso, saúde e bem-estar das crianças;

f) Auxiliar o professor no processo de observação do desenvolvimento da criança;

g) Auxiliar o professor na recepção e entrega das crianças aos pais, em conformidade com a jornada de trabalho, mantendo sempre um bom entendimento entre família e a escola;

h) Auxiliar na organização, manutenção e higiene dos materiais e equipamentos utilizados em sala de aula;

i) Auxiliar sua turma de lotação e, em casos excepcionais, que se fizerem necessários, o auxilio em outras turmas e demais atividades compatíveis com as atribuições do cargo;

j) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

k) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

l) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

m) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais.

n) Fica a contratada submetida a realização do exame admissional no dia e horário marcado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, sob pena de perda da vaga de classificação quando a contratada não comparecer para a realização do exame.

o) Requerer expressamente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sua solicitação de desligamento da sua unidade de lotação.

p) Fica a contratada obrigada a realizar o exame demissional na data e horário agendado pela Prefeitura Municipal de Cáceres, antes de seu desligamento, sob pena de suspensão do pagamento dos valores rescisórios até que seja efetuado o exame.

q) Fica a contratada obrigada a cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho da Prefeitura Municipal de Cáceres,

r) Fica a contratada obrigada a realizar os exames ocupacionais sempre que solicitado pela Prefeitura Municipal de Cáceres.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 14 de Novembro de 2023.

_____

CONTRATADO (A)

_____

FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG

Nº:_____

CPF Nº:_____

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 007/2022

O PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres, **pessoa jurídica de direito público interno,** inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, comunica termo aditivo:

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVI-CÁCERES

CONTRATADO: BARROS & ZILLO LTDA. – ME

CNPJ: Nº 11.518.556/0001-90

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a alteração de prazo e valor ao Contrato nº 007/2022, cujo objeto do contrato original consiste no fornecimento de kit para coffee break (café da manhã), mediante a entrega, conforme demanda, para atender as reuniões institucionais da CONTRATANTE.

PRAZO: 12 (doze) meses a partir de 05/12/2023.

VALOR: R$ 2.318,59 (dois mil, trezentos e dezoito reais e cinquenta e nove centavos).

Cáceres, 16 de novembro de 2023.

Wilson Massahiro Kishi

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
PORTARIA Nº 947 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 25.477, de 08 de novembro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Interromper, a pedido a licença sem ônus da servidoraFERNANDA BENEDITA GARCIA DE MORAES, no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 05 de fevereiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de novembro de 2023.

FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
DECRETO Nº 790 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, inciso VIII DA Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 25763 de 13 de novembro de 2023;

DECRETA:

Art. 1º A nomeação dos senhores abaixo relacionados, para compor a **DIRETORIA e a SECRETARIA EXECUTIVA do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA**, para o biênio 2021-2023.

PRESIDENTE

Beatriz Freire Tavares

VICE-PRESIDENTE

João Pedro da Silva Lace

SECRETARIA EXECUTIVA

Glauber Figueiredo Romero

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de novembro de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

ANTONIO LUIZ GALLO

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

ATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO – DISPENSA Nº 45/2023

Interessada: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

Objeto: Dispensa de Licitação para locação de imóvel para instalação do Acolhimento de Mulheres e seus Dependente, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

Locador: JANE DA GUIA RAMSAY SAAB, CPF: 689.978.331-20, perfazendo o valor total de R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

*Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do A**rtigo 24º** da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.*

Prefeitura Municipal de Cáceres, 17 de novembro de 2023.

Fabíola Campos Lucas

Secretária Municipal de Assistência Social

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 02/2023 - CONTRATO - N° 231/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 231/2023 PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 001/2023

O **MUNICÍPIO DE CÁCERES**, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, **FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN**, ora denominado contratante, e senhor (a) **ANA MARIA MUDRYK** denominado(a) contratado(a), no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções no Centro Educacional de Educação Infantil-CAIC

Considerando o disposto no inc. V e § 2º do art. 2º. Da Lei Municipal n° 1. 931, de 15 de abril de 2005, que excepciona a possibilidade de contratação por tempo determinado para admissão de pessoal em regime de substituição decorrente *de licenças, de concessão obrigatória, licença para tratamento de saúde, licença prêmio, licença gestante e adotante, licença para exercer mandato eletivo, licença para o trato de assuntos de interesse particular, afastamentos por sindicância;*

Considerando que a mesma encontra-se em substituição professora Marli Landivar de Figueiredo que estará usufruindo de férias. Solicitação feita via 1DOC memorando 41.376/2023.

Cláusula 1ª. Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de **29/11/2023**, com termo final alterado para **20/12/2023.**

Cláusula 2ª O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Cláusula 3ª Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Cláusula 4ª. Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 10 de novembro de 2023.

_____

_____

Fransergio Rojas Piovesan

Contratado (a) Secretário Municipal de Cáceres

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 062/2023

PORTARIA N.º 062/2023 ***"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor daservidoraMaria José de Souza".***

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 89-B, inciso I, da Emenda a Lei Orgânica nº 38, de 21 de dezembro de 2020, em obediência às disposições do caput e §§ 1º a 3º e § 6º, inciso I do art. 4º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; art. 166, incisos I, II, III, IV e V, §§ 1º a 3º e art. 170, inciso I, alínea "a" da Lei Complementar nº 181, de 03 de maio de 2022; art. 165 da Lei complementar n.º 25, de 27 de novembro de 1997; Lei Complementar n.º 048, de 05 de setembro de 2003; Lei Complementar nº 199, de 19 de janeiro de 2023.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor da servidora **Maria José de Souza**, brasileira, divorciada, portadora do RG nº 0141802-5 SSP/MT, CPF nº 207.596.061-53, PIS/PASEP nº 170.05826.72-6, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40hs, Nível "4", Classe "H", matriculada sob o n.º 4.016-1, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conta com o tempo de contribuição correspondente a 10.985 dias, ou seja, 30 (trinta) anos, 01 (um) mês e 05 (cinco) dias, com proventos Integrais, conforme o processo do PREVI-CÁCERES n.º 029/2023.

Art. 2º Os proventos serão calculados com base na totalidade da remuneração de contribuição da servidora no cargo efetivo em que foi concedida a aposentadoria, e reajustados pelo critério da paridade, conforme previsto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 17 de novembro de 2023, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 17 de Novembro de 2023.

WILSON MASSAHIRO KISHI

Diretor Executivo

HOMOLOGO:

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Prefeita Municipal de Cáceres - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

CONTABILIDADE
CERTIDAO CONTABIL - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLAVEIS PARA CAMPANHA DE MULTIVACINAÇÃO 2023

CERTIDAO CONTABIL

Resposta a oficio da licitação 328/2023 de 16/11/2023:

Declaramos, para os devidos fins de direito e prova junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Matogrosso – TCE-MT ou a qualquer outro órgão de fiscalização interna ou externa, que existe no Orçamento Geral do Município, dotações orçamentárias com saldo disponível, para cobertura e contabilização provenientes da **Licitação na modalidade Dispensa de Licitação conforme repasse do setor de licitações**, com a finalidade de:

OBJETO	
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLAVEIS PARA CAMPANHA DE MULTIVACINAÇÃO 2023	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2023	**SALDO A SER UTILIZADO**
07.010.10.304.0013.1086.3.3.90.39.1.500.100200 Red.0306	R$ 8.000,00
TOTAL	R$ 8.000,00

EM CASOS DE ALTERAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMATICA ENTRE O EXERCÍCIO CORRENTE E SUBSEQUENTE, FAZ NECESSÁRIO O APOSTILAMENTO DE NOVA DOTAÇÃO.

As conclusões aqui dispostas ficam vinculadas as informações apresentadas no processo, fato que nos exime de qualquer responsabilidade por alterações que porventura possam ocorrer durante o tramite do certame até a devida contratação.

Ainda, conforme jurisprudência do TCE-MT, cito o **ACÓRDÃO Nº:** 2394/2015 - TRIBUNAL PLENO "O contador não responde por fracionamento de despesas e pela consequente não realização de processo licitatório, uma vez que não se trata de fato afeto às atribuições inerentes ao seu cargo, mesmo que tenha promovido a contabilização de despesas que, uma vez somadas, exigiriam, em tese, a prévia realização de licitação."

Ainda também, conforme oficio 129/2022/CONT de 21/10/2022, 057/2023/CONT de 09/06/2023 e 073/2023/CONT de 08/08/2023, resta-se conhecimento por parte dos gestores públicos sobre a utilização adequada do orçamento público, tanto como sua execução de orçamento.

Nos termos do que dispõe o inciso I e II, do artigo 16 da Lei Complementar 101/00 LRF, declaro que as despesas acima mencionadas possuem adequação orçamentaria quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023 conforme dispõe o Art. 5º da Lei 1.364/2022 que regulamentam o remanejamento de até 30% do total do Orçamento, para suplementar dotações, com déficit orçamentário, em razão de alocação dos recursos necessários para sua realização.

Ressaltando a responsabilidade do gestor afim de evitar ainda o que fora apontado em relatorio sobre as contas anuais de governo – 2022 do município de Campinápolis no item 3.1.3.1 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS advindo do TCE/MT, págs. 12 e 13, onde se constatou o percentual de 86,04% de suplementações por anulação em 2022 caracterizando: "**que houve planejamento ineficiente quanto à programação das despesas".**

Por final considerando o decreto baixado pelo executivo municipal nº 4203/2023 de 19/09/2023 que versa sobre o plano de contingencia do município do qual o gestor deverá se atentar para as despesas correntes.

Sendo o que temos para o momento,

Campinápolis - MT, 17 de Novembro de 2023.

DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

CONTADOR CRC/GO – 19107/O-2 T-MT

CONTABILIDADE
CERTIDAO CONTABIL - FORNECIMENTO DE FÁRMACOS PARA A PACIENTE JOAO ROSA DA SILVA CONFORME PROCESSO 1000397-24.2021.8.11.0002

CERTIDAO CONTABIL

Resposta a oficio da licitação 338/2023 de 16/11/2023:

Declaramos, para os devidos fins de direito e prova junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Matogrosso – TCE-MT ou a qualquer outro órgão de fiscalização interna ou externa, que existe no Orçamento Geral do Município, dotações orçamentárias com saldo disponível, para cobertura e contabilização provenientes do intento de compra, processo 1000397-24.2021.8.11.0002, conforme solicitação 3423/2023 - SECRETARIA DE SAUDE, para contratação do serviço a seguir:

OBJETO	
Fornecimento de fármacos para a paciente JOAO ROSA DA SILVA conforme processo 1000397-24.2021.8.11.0002	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2023	**SALDO A SER UTILIZADO**
07.010.10.301.0010.2044.339030.000000 Red. 0266 Fonte 1.500.100.200	R$ 416,50
TOTAL	R$ 416,50

EM CASOS DE ALTERAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMATICA ENTRE O EXERCÍCIO CORRENTE E SUBSEQUENTE, FAZ NECESSÁRIO O APOSTILAMENTO DE NOVA DOTAÇÃO.

As conclusões aqui dispostas ficam vinculadas as informações apresentadas no processo, fato que nos exime de qualquer responsabilidade por alterações que porventura possam ocorrer durante o tramite do certame até a devida contratação.

Ainda, conforme jurisprudência do TCE-MT, cito o **ACÓRDÃO Nº:** 2394/2015 - TRIBUNAL PLENO "O contador não responde por fracionamento de despesas e pela consequente não realização de processo licitatório, uma vez que não se trata de fato afeto às atribuições inerentes ao seu cargo, mesmo que tenha promovido a contabilização de despesas que, uma vez somadas, exigiriam, em tese, a prévia realização de licitação."

Ainda também, conforme oficio 129/2022/CONT de 21/10/2022, 057/2023/CONT de 09/06/2023 e 073/2023/CONT de 08/08/2023, resta-se conhecimento por parte dos gestores públicos sobre a utilização adequada do orçamento público, tanto como sua execução de orçamento.

Nos termos do que dispõe o inciso I e II, do artigo 16 da Lei Complementar 101/00 LRF, declaro que as despesas acima mencionadas possuem adequação orçamentaria quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023 conforme dispõe o Art. 5º da Lei 1.364/2022 que regulamentam o remanejamento de até 30% do total do Orçamento, para suplementar dotações, com déficit orçamentário, em razão de alocação dos recursos necessários para sua realização.

Ressaltando a responsabilidade do gestor afim de evitar ainda o que fora apontado em relatorio sobre as contas anuais de governo – 2022 do município de Campinápolis no item 3.1.3.1 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS advindo do TCE/MT, págs. 12 e 13, onde se constatou o percentual de 86,04% de suplementações por anulação em 2022 caracterizando: "**que houve planejamento ineficiente quanto à programação das despesas".**

Por final considerando o decreto baixado pelo executivo municipal nº 4203/2023 de 19/09/2023 que versa sobre o plano de contingencia do município do qual o gestor deverá se atentar para as despesas correntes.

Sendo o que temos para o momento,

Campinápolis - MT, 17 de Setembro de 2023.

DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

CONTADOR CRC/GO – 19107/O-2 T-MT

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.397 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

"Institui o Programa de Recuperação Fiscal para pagamento de Tributos Municipais denominados "REFIS 2023", e dá outras providências."

JOSÉ BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal para pagamento de Tributos Municipais denominados "REFIS 2023", com a finalidade de fornecer o adimplemento de créditos tributários, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas relativos a tributos municipal, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os saldos de créditos que tenham sido objeto de parcela anterior, não cumprido integralmente.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, serão contemplados exclusivamente os tributos nela mencionados, na forma e percentuais estabelecidos;

a) IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

b) ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza.

c) Taxa de Licença de Localização e/ou Funcionamento de Estabelecimento (taxa de alvará).

d) ISSQN lançados por SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.

e) Multas referentes às penalidades e infrações previstas na Lei Complementar nº 046/2013 e alterações posteriores.

Art. 2º. Serão concedidos descontos nos seguintes casos:

I. Para pagamento à vista até o dia 20 (vinte) de dezembro de 2023: redução de 100% (cem por cento) das multas moratórias e juros de mora;

II. Para pagamento em 03 (três) parcelas mensais: redução de 50% (cinquenta por cento) das multas moratórias e juros mora, sendo o vencimento da 1ª (primeira) parcela para até o dia 20 (vinte) de dezembro de 2023;

III. Para pagamento em seis (seis) parcelas mensais: redução de 20% (vinte por cento) das multas moratórias e juros mora, sendo o vencimento da 1ª (primeira) parcela para até o dia 20 (vinte) de dezembro de 2023;

IV. Para pagamento em 12 (doze) parcelas mensais não haverá descontos de multas moratórias e juros mora, sendo o vencimento da 1ª (primeira) parcela para até o dia 20 (vinte) de dezembro de 2023;

Parágrafo único. Os débitos com a Fazenda Pública Municipal que não forem adimplidos e/ou pagas as parcelas nos prazos e forma dispostos no "Programa de Recuperação Fiscal - REFIS 2023", instituído por esta Lei, serão inscritos na Dívida Ativa e Protestados em Cartório.

Art. 3º. Em relação às multas decorrentes do Poder de Polícia exercido pela Fiscalização de Obras e Posturas referentes à não limpeza de terreno, irregularidades no passeio público (calçadas) ou ainda emitidas pela Vigilância Sanitária, serão concedidos, para pagamentos à vista, um desconto de apenas 90% (noventa por cento), com vencimento para até o dia 20 (vinte) de dezembro de 2023.

Art. 4º. A adesão ao programa poderá ser proposta pelo interessado até o dia 20 (vinte) de dezembro de 2023, implicando em renúncia a qualquer outra forma de parcelamento anterior ajustada.

Parágrafo único. A adesão ao Programa instituído por esta Lei implica, por parte do contribuinte, prévia confissão irretratável da dívida em cobrança administrativa ou judicial, bem como renúncia e/ou desistência de quaisquer meios de defesa e/ou impugnações judiciais e administrativas, caracterização, ainda, novação de dívida.

Art. 5º. Não serão restituídas, no todo ou em parte, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente à vigência desta Lei, no intuito de gerar direito aos benefícios da mesma.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis – MT, em 17 de novembro de 2023.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023.

O Município de Campinápolis - MT por meio de sua Pregoeira, torna público que no dia 11 de Dezembro de 2023 às 13h 00min (Horário de Brasília) realizará licitação na modalidade Pregão na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço Por Item, REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE TONER E OUTROS MATERIAIS DE INFORMATICA, CONFORME DETALHAMENTO DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Edital completo no site www.campinapolis.mt.gov.br. E www.licitanet.com.br. Fone: (66) 3437-1992. Prefeitura de Campinápolis - MT, 17 de Novembro de 2023. Daniele Lorrani Cardoso da Silva – Pregoeira Oficial.

CONTABILIDADE
CERTIDAO CONTABIL- FORNECIMENTO DE FÁRMACOS PARA O PACIENTE ALEANDRO MENDES DE ARAUJO CONFORME PROCESSO 1031989-23.2020.8.11.0002

CERTIDAO CONTABIL

Resposta a oficio da licitação 334/2023 de 16/11/2023:

Declaramos, para os devidos fins de direito e prova junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Matogrosso – TCE-MT ou a qualquer outro órgão de fiscalização interna ou externa, que existe no Orçamento Geral do Município, dotações orçamentárias com saldo disponível, para cobertura e contabilização provenientes do intento de compra, processo 1031989-23.2020.8.11.0002, conforme solicitação 3422/2023 - SECRETARIA DE SAUDE, para contratação do serviço a seguir:

OBJETO	
Fornecimento de fármacos para o paciente ALEANDRO MENDES DE ARAUJO conforme processo 1031989-23.2020.8.11.0002	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2023	**SALDO A SER UTILIZADO**
07.010.10.301.0010.2044.339030.000000 Red. 0266 Fonte 1.500.100.200	R$ 611,70
TOTAL	R$ 611,70

EM CASOS DE ALTERAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMATICA ENTRE O EXERCÍCIO CORRENTE E SUBSEQUENTE, FAZ NECESSÁRIO O APOSTILAMENTO DE NOVA DOTAÇÃO.

As conclusões aqui dispostas ficam vinculadas as informações apresentadas no processo, fato que nos exime de qualquer responsabilidade por alterações que porventura possam ocorrer durante o tramite do certame até a devida contratação.

Ainda, conforme jurisprudência do TCE-MT, cito o **ACÓRDÃO Nº:** 2394/2015 - TRIBUNAL PLENO "O contador não responde por fracionamento de despesas e pela consequente não realização de processo licitatório, uma vez que não se trata de fato afeto às atribuições inerentes ao seu cargo, mesmo que tenha promovido a contabilização de despesas que, uma vez somadas, exigiriam, em tese, a prévia realização de licitação."

Ainda também, conforme oficio 129/2022/CONT de 21/10/2022, 057/2023/CONT de 09/06/2023 e 073/2023/CONT de 08/08/2023, resta-se conhecimento por parte dos gestores públicos sobre a utilização adequada do orçamento público, tanto como sua execução de orçamento.

Nos termos do que dispõe o inciso I e II, do artigo 16 da Lei Complementar 101/00 LRF, declaro que as despesas acima mencionadas possuem adequação orçamentaria quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023 conforme dispõe o Art. 5º da Lei 1.364/2022 que regulamentam o remanejamento de até 30% do total do Orçamento, para suplementar dotações, com déficit orçamentário, em razão de alocação dos recursos necessários para sua realização.

Ressaltando a responsabilidade do gestor afim de evitar ainda o que fora apontado em relatorio sobre as contas anuais de governo – 2022 do município de Campinápolis no item 3.1.3.1 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS advindo do TCE/MT, págs. 12 e 13, onde se constatou o percentual de 86,04% de suplementações por anulação em 2022 caracterizando: "**que houve planejamento ineficiente quanto à programação das despesas".**

Por final considerando o decreto baixado pelo executivo municipal nº 4203/2023 de 19/09/2023 que versa sobre o plano de contingencia do município do qual o gestor deverá se atentar para as despesas correntes.

Sendo o que temos para o momento,

Campinápolis - MT, 17 de Setembro de 2023.

DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

CONTADOR CRC/GO – 19107/O-2 T-MT

CONTABILIDADE
CERTIDAO CONTABIL - FORNECIMENTO DE FÁRMACOS PARA A PACIENTE MARIA HELENA BARBOSA CONFORME PROCESSO 1031943-34.2020.8.11.0002.

CERTIDAO CONTABIL

Resposta a oficio da licitação 332/2023 de 16/11/2023:

Declaramos, para os devidos fins de direito e prova junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Matogrosso – TCE-MT ou a qualquer outro órgão de fiscalização interna ou externa, que existe no Orçamento Geral do Município, dotações orçamentárias com saldo disponível, para cobertura e contabilização provenientes do intento de compra, processo 1031943-34.2020.8.11.0002, conforme solicitação 3515/2023 - SECRETARIA DE SAUDE, para contratação do serviço a seguir:

OBJETO	
Fornecimento de fármacos para a paciente MARIA HELENA BARBOSA conforme processo 1031943-34.2020.8.11.0002.	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2023	**SALDO A SER UTILIZADO**
07.010.10.301.0010.2044.339030.000000 Red. 0266 Fonte 1.621.000.000	R$ 1.830,00
TOTAL	R$ 1.830,00

EM CASOS DE ALTERAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMATICA ENTRE O EXERCÍCIO CORRENTE E SUBSEQUENTE, FAZ NECESSÁRIO O APOSTILAMENTO DE NOVA DOTAÇÃO.

As conclusões aqui dispostas ficam vinculadas as informações apresentadas no processo, fato que nos exime de qualquer responsabilidade por alterações que porventura possam ocorrer durante o tramite do certame até a devida contratação.

Ainda, conforme jurisprudência do TCE-MT, cito o **ACÓRDÃO Nº:** 2394/2015 - TRIBUNAL PLENO "O contador não responde por fracionamento de despesas e pela consequente não realização de processo licitatório, uma vez que não se trata de fato afeto às atribuições inerentes ao seu cargo, mesmo que tenha promovido a contabilização de despesas que, uma vez somadas, exigiriam, em tese, a prévia realização de licitação."

Ainda também, conforme oficio 129/2022/CONT de 21/10/2022, 057/2023/CONT de 09/06/2023 e 073/2023/CONT de 08/08/2023, resta-se conhecimento por parte dos gestores públicos sobre a utilização adequada do orçamento público, tanto como sua execução de orçamento.

Nos termos do que dispõe o inciso I e II, do artigo 16 da Lei Complementar 101/00 LRF, declaro que as despesas acima mencionadas possuem adequação orçamentaria quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023 conforme dispõe o Art. 5º da Lei 1.364/2022 que regulamentam o remanejamento de até 30% do total do Orçamento, para suplementar dotações, com déficit orçamentário, em razão de alocação dos recursos necessários para sua realização.

Ressaltando a responsabilidade do gestor afim de evitar ainda o que fora apontado em relatorio sobre as contas anuais de governo – 2022 do município de Campinápolis no item 3.1.3.1 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS advindo do TCE/MT, págs. 12 e 13, onde se constatou o percentual de 86,04% de suplementações por anulação em 2022 caracterizando: "**que houve planejamento ineficiente quanto à programação das despesas".**

Por final considerando o decreto baixado pelo executivo municipal nº 4203/2023 de 19/09/2023 que versa sobre o plano de contingencia do município do qual o gestor deverá se atentar para as despesas correntes.

Sendo o que temos para o momento,

Campinápolis - MT, 17 de Novembro de 2023.

DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

CONTADOR CRC/GO – 19107/O-2 T-MT

CONTABILIDADE
CERTIDAO CONTABIL - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LIMPEZA DE FOSSA DA ESCOLA CARINHO E TERNURA

CERTIDAO CONTABIL

Resposta a oficio da licitação 330/2023 de 16/11/2023:

Declaramos, para os devidos fins de direito e prova junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Matogrosso – TCE-MT ou a qualquer outro órgão de fiscalização interna ou externa, que existe no Orçamento Geral do Município, dotações orçamentárias com saldo disponível, para cobertura e contabilização provenientes da **Licitação na modalidade Dispensa de Licitação conforme repasse do setor de licitações**, com a finalidade de:

OBJETO	
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LIMPEZA DE FOSSA DA ESCOLA CARINHO E TERNURA	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2023	**SALDO A SER UTILIZADO**
06.020.12.367.0012.2069.3.3.90.39.1.540.0000000 Red.0140	R$ 990,00
TOTAL	R$ 990,00

EM CASOS DE ALTERAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMATICA ENTRE O EXERCÍCIO CORRENTE E SUBSEQUENTE, FAZ NECESSÁRIO O APOSTILAMENTO DE NOVA DOTAÇÃO.

As conclusões aqui dispostas ficam vinculadas as informações apresentadas no processo, fato que nos exime de qualquer responsabilidade por alterações que porventura possam ocorrer durante o tramite do certame até a devida contratação.

Ainda, conforme jurisprudência do TCE-MT, cito o **ACÓRDÃO Nº:** 2394/2015 - TRIBUNAL PLENO "O contador não responde por fracionamento de despesas e pela consequente não realização de processo licitatório, uma vez que não se trata de fato afeto às atribuições inerentes ao seu cargo, mesmo que tenha promovido a contabilização de despesas que, uma vez somadas, exigiriam, em tese, a prévia realização de licitação."

Ainda também, conforme oficio 129/2022/CONT de 21/10/2022, 057/2023/CONT de 09/06/2023 e 073/2023/CONT de 08/08/2023, resta-se conhecimento por parte dos gestores públicos sobre a utilização adequada do orçamento público, tanto como sua execução de orçamento.

Nos termos do que dispõe o inciso I e II, do artigo 16 da Lei Complementar 101/00 LRF, declaro que as despesas acima mencionadas possuem adequação orçamentaria quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023 conforme dispõe o Art. 5º da Lei 1.364/2022 que regulamentam o remanejamento de até 30% do total do Orçamento, para suplementar dotações, com déficit orçamentário, em razão de alocação dos recursos necessários para sua realização.

Ressaltando a responsabilidade do gestor afim de evitar ainda o que fora apontado em relatorio sobre as contas anuais de governo – 2022 do município de Campinápolis no item 3.1.3.1 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS advindo do TCE/MT, págs. 12 e 13, onde se constatou o percentual de 86,04% de suplementações por anulação em 2022 caracterizando: "**que houve planejamento ineficiente quanto à programação das despesas".**

Por final considerando o decreto baixado pelo executivo municipal nº 4203/2023 de 19/09/2023 que versa sobre o plano de contingencia do município do qual o gestor deverá se atentar para as despesas correntes.

Sendo o que temos para o momento,

Campinápolis - MT, 17 de Novembro de 2023.

DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

CONTADOR CRC/GO – 19107/O-2 T-MT

PUBLICAÇÕES RH SEMED
PORTARIA DE Nº 561 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR **SILVERIO TSIHOIRE TSERENHOWA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o Término do Contrato de Trabalho.

RESOLVE

I – Exonerar o servidor **SILVERIO TSIHOIRE TSERENHOWA** que exercia suas funções no cargo AAE/Nutrição Interino Indígena junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** desta Prefeitura Municipal.

II – Revogar parcialmente a Portaria nº 512 de 05 de outubro de 2023.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 13 de novembro de 2023.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
CERTIDAO CONTABIL - OBJETO FORNECIMENTO DE FÁRMACOS PARA A PACIENTE ALFREDO TSIM NHI HÁ CONFORME PROCESSO 10004097-08.2021.8.11.0002

CERTIDAO CONTABIL

Resposta a oficio da licitação 336/2023 de 16/11/2023:

Declaramos, para os devidos fins de direito e prova junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Matogrosso – TCE-MT ou a qualquer outro órgão de fiscalização interna ou externa, que existe no Orçamento Geral do Município, dotações orçamentárias com saldo disponível, para cobertura e contabilização provenientes do intento de compra, processo 10004097-08.2021.8.11.0002, conforme solicitação 3423/2023 - SECRETARIA DE SAUDE, para contratação do serviço a seguir:

OBJETO	
Fornecimento de fármacos para a paciente ALFREDO TSIM NHI HÁ conforme processo 10004097-08.2021.8.11.0002	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2023	**SALDO A SER UTILIZADO**
07.010.10.301.0010.2044.339030.000000 Red. 0266 Fonte 1.500.100.200	R$ 248,00

TOTAL	R$ 248,00

EM CASOS DE ALTERAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMATICA ENTRE O EXERCÍCIO CORRENTE E SUBSEQUENTE, FAZ NECESSÁRIO O APOSTILAMENTO DE NOVA DOTAÇÃO.

As conclusões aqui dispostas ficam vinculadas as informações apresentadas no processo, fato que nos exime de qualquer responsabilidade por alterações que porventura possam ocorrer durante o tramite do certame até a devida contratação.

Ainda, conforme jurisprudência do TCE-MT, cito o **ACÓRDÃO Nº:** 2394/2015 - TRIBUNAL PLENO "O contador não responde por fracionamento de despesas e pela consequente não realização de processo licitatório, uma vez que não se trata de fato afeto às atribuições inerentes ao seu cargo, mesmo que tenha promovido a contabilização de despesas que, uma vez somadas, exigiriam, em tese, a prévia realização de licitação."

Ainda também, conforme oficio 129/2022/CONT de 21/10/2022, 057/2023/CONT de 09/06/2023 e 073/2023/CONT de 08/08/2023, resta-se conhecimento por parte dos gestores públicos sobre a utilização adequada do orçamento público, tanto como sua execução de orçamento.

Nos termos do que dispõe o inciso I e II, do artigo 16 da Lei Complementar 101/00 LRF, declaro que as despesas acima mencionadas possuem adequação orçamentaria quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023 conforme dispõe o Art. 5º da Lei 1.364/2022 que regulamentam o remanejamento de até 30% do total do Orçamento, para suplementar dotações, com déficit orçamentário, em razão de alocação dos recursos necessários para sua realização.

Ressaltando a responsabilidade do gestor afim de evitar ainda o que fora apontado em relatorio sobre as contas anuais de governo – 2022 do município de Campinápolis no item 3.1.3.1 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS advindo do TCE/MT, págs. 12 e 13, onde se constatou o percentual de 86,04% de suplementações por anulação em 2022 caracterizando: "**que houve planejamento ineficiente quanto à programação das despesas".**

Por final considerando o decreto baixado pelo executivo municipal nº 4203/2023 de 19/09/2023 que versa sobre o plano de contingencia do município do qual o gestor deverá se atentar para as despesas correntes.

Sendo o que temos para o momento,

Campinápolis - MT, 17 de Setembro de 2023.

DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

CONTADOR CRC/GO – 19107/O-2 T-MT

GABINETE DO PREFEITO
LEI RDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.398 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar contrato/convênio com a empresa UNIMED visando estabelecer plano de Saúde aos servidores do Município de Campinápolis, mediante desconto em folha de pagamento, e dá outras providências."

JOSÉ BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar contrato/termo de convênio, com a empresa UNIMED Barra do Garças Cooperativa de Trabalho Médico, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 37.436.920/0001-67, operadora de planos privados de assistência à saúde, registrada na Agência Nacional de Saúde ANS sob nº 30446-8, classificada na modalidade de cooperativa medica, com sede na Rua Xavante, nº 459, Bairro Centro, na cidade de Barra do Garças/MT, com a finalidade exclusiva de fornecimento de serviços de plano privado de assistência à saúde para assistência médico, ambulatorial, hospitalar com obstetrícia.

§ 1º O contrato de prestação de serviços de plano privado de assistência à saúde, abrangerá os servidores estatutários ativos, detentores de cargo de provimento efetivo e os ocupantes de cargos em comissão, contratados temporariamente, Prefeito e Vice-Prefeito.

§ 2º Fará jus aos serviços do plano privado de assistência à saúde, o servidor que aderir voluntariamente ao contrato, mediante autorização para desconto em folha de pagamento, do valor correspondente à faixa de utilização dos serviços.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, com a devida autorização do respectivo servidor, o desconto em folha de pagamento e o devido repasse das mensalidades e valores da coparticipação do uso de procedimentos e eventos cobertos pelo plano de saúde de que trata o artigo anterior, contratados voluntariamente pelo servidor.

§ 1º. O valor da mensalidade do plano de saúde, somadas as outras consignações em folha de pagamento não pode ultrapassar a 40% (quarenta por cento) do vencimento mensal líquido do servidor, sendo que o Departamento Pessoal deve averiguar se o servidor interessado atende ao requisito, para então, autorizar ao servidor para contratar com o plano de saúde.

§ 2º. Ocorrendo, eventualmente, o fato do valor ser descontado em folha e este ultrapassar o limite estabelecido no parágrafo anterior em virtude de utilização dos serviços do plano de saúde pelo servidor, considerando os valores da coparticipação serem variáveis em virtude da utilização, fica o Departamento Pessoal autorizado a efetuar o desconto em folha e repasse.

Art. 3º. As despesas com o plano de saúde são de exclusividade do servidor que optar por aderir ao plano de saúde, cabendo ao poder executivo municipal apenas o desconto em folha e repasse dos valores, não subsidiando qualquer espécie de valor.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis – MT, em 17 de novembro de 2023.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

Anexo termo do Contrato do Plano Privado de Assistência à Saúde no site: www.campinapolis.mt.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.499, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

Autoria: Vereadores Márcio Nascimento, Beito Machadinho, Marciano.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.259, DE 26.11.2021, QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PAVIMENTAÇÃO DE ESPAÇOS UTILIZADOS COMO PÁTIO DE MANOBRAS, ESTACIONAMENTO E VIAS INTERNAS DE EMPRESAS INSTALADAS NO PERÍMETRO URBANO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 2.259, de 26 de novembro de 2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade da pavimentação de espaços utilizados como pátio de manobras, estacionamento e vias internas de empresas instaladas no perímetro urbano de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1ºObjetivando a manutenção da limpeza das vias urbanas, as empresas estabelecidas no perímetro urbano deste Município, inclusive nos Distritos Industriais, ficam obrigadas a realizar a pavimentação ou calçamento de seus pátios, conforme definido pelas mesmas, nos termos de croqui que deverá ser protocolado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

§ 2º O tipo de material a ser utilizado na pavimentação ou calçamento deverá ser compatível com o tráfego e peso dos veículos, observando orientação a ser expedida pelo órgão municipal competente, respeitando-se o índice de permeabilidade disposto na Lei de zoneamento, uso e ocupação do solo (Lei Complementar nº 115, de 28 de maio de 2021).

Art. 2º Os proprietários dos empreendimentos abrangidos por esta Lei terão até a data de 28 de fevereiro de 2024 para protocolar, junto a Secretaria de Municipal de Infraestrutura, o croqui de que trata o art. 1º, caput, desta Lei, tendo, a partir deste protocolo, 24 (vinte e quatro) meses para conclusão das intervenções definidas.

Parágrafo Único. Ficam sem efeitos as notificações anteriormente expedidas às empresas, devendo ser observados os novos prazos constantes neste artigo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias do mês de novembro de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos *Municípios, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.*

MÁRCIO ANTÃO CANTERLE

Secretária Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.498, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

Autoria: Poder Executivo Municipal.

ALTERAR EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS Nº 09, 53 E 64 E EMENDA DE BANCADA N° 33 E 45 CONSTANTE NA LEI MUNICIPAL Nº 2407, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera as Emendas INDIVIDUAIS Nº 09, 26, 37, 53 e 64 e Emenda DE BANCADA Nº 33 E 45, no Anexo das Emendas Parlamentares da Lei Municipal nº 2.407, de 21.12.2022, passando a vigorar da seguinte forma:

EMENDAS INDIVIDUAIS

Nº	ÓRGÃO	FINALIDADE	VEREADOR	VALOR
09	Secretaria Municipal de Saúde	Celebrar Termo de Fomento com a Associação dos Servidores Penitenciários de Campo Novo do Parecis, para apoio financeiro ao Projeto Agente Mirim – AGEM, a fim de contribuir com ações na área de saúde.	FABIO AGUIAR	R$ 50,000.00
26	Secretaria Municipal de Assistência Social	Celebrar termo de fomento com o Rotary Clube de Campo Novo do Parecis, o recurso deve ser destinado para apoio financeiro aos projetos sociais desenvolvidos pela entidade.	JORGE ITAMAR RODRIGUES	R$ 35.000,00
37	Secretaria Municipal de Assistência Social	Celebrar termo de fomento com a Associação dos Deficientes de Campo Novo do Parecis – ADCANP, para apoio aos programas que atendem as pessoas com necessidades especiais.	JOSÉ MARCIANO DA SILVA	R$ 20.000,00
53	Secretaria Municipal de Esportes	Celebrar Termo de Tomento com o Rotary Clube de Campo Novo do Parecis, para apoio financeiro aos projetos atendidos pela entidade.	LUIZ ROBERTO SEIBERT CORREA	R$ 10.000,00
64	Governo Municipal	Para celebrar Termo de Fomento com o Conselho Comunitário de Segurança do Município de Campo Novo do Parecis - CONSEG, para apoio financeiro as demandas na área de segurança.	MARCELO JOSÉ BURGEL	R$ 20,000.00
		TOTAL		**R$ 135.000,00**

EMENDAS DE BANCADA

Nº	ÓRGÃO	FINALIDADE	VEREADOR	VALOR
33	Secretaria Municipal de Assistência Social	Celebrar termo de fomento com a Associação dos Deficientes de Campo Novo do Parecis – ADCANP, o recurso deve ser destinado para apoio financeiro a ações promovidas pela entidade.	PP	R$ 15.000,00
45	Secretaria Municipal de Assistência Social	Para Celebrar termo de fomento com a Associação Projeto Água Viva – CNPJ 49.981.999/0001-96, o recurso deve ser destinado para apoio financeiro, com aquisições e/ou manutenção, dos projetos sociais desenvolvidos pela entidade.	PSC	R$ 10.000,00
		TOTAL		**R$ 25.000,00**

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias do mês de novembro de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos *Municípios, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.*

MÁRCIO ANTÃO CANTERLE

Secretária Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.497, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

Autoria: Vereador Beito Machadinho.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE SOM AUTOMOTIVO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Som Automotivo de Campo Novo do Parecis (ASACNP), inscrita no CNPJ sob o nº 50.145.637/0001-44, com sede nesta cidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias do mês de novembro de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos *Municípios, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.*

MÁRCIO ANTÃO CANTERLE

Secretária Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.496, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

Autoria: Vereador Márcio Nascimento e demais Vereadores.

DECLARA DA UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ABRACE ESTA CAUSA.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Abrace esta Casa, entidade de direito privado, de fins não econômicos, inscrita no CNPJ sob o nº 33.333.541/0001-90, com sede nesta cidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias do mês de novembro de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos *Municípios, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.*

MÁRCIO ANTÃO CANTERLE

Secretária Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 125 2023

***Contrato nº* 125/2023**

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X **ICEHOT SOLUCOES EM HIDRATACAO LTDA,** CNPJ nº 28.818.652/0001-57;

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de dispositivo autônomo de controle sobre o fornecimento de água pública filtrada capaz de fornecer água gelada e em temperatura ambiente para consumo humano acoplado com dispositivo para fornecimento de água para pets, dispositivo com sistema de aspersor (spray) refrescante (reflesh), para baixar a temperatura corporal após atividades físicas, conforme especificações técnicas, condições e quantitativos constantes neste instrumento. Fica contratado, através do presente, o item abaixo especificado:

Nº ITEM	ITEM	DESCRIÇÃO	UND MED	QTD	V. UN	V. TOTAL
01	51066	SISTEMA REFRIGERADOR COM SIMPLES DISPENSER DE ÁGUA, DESTINA-SE A FORNECER ÁGUA A UMA TEMPERATURA REGULÁVEL CONFORME A NECESSIDADE, VARIANDO ENTRE 2 A 10 GRAUS; - SISTEMA COM LIBERAÇÃO PARA ABASTECIMENTO DA VASILHA PARA ANIMAIS PETS, EM TEMPERATURA AMBIENTE, CONSTITUÍDO COM MICROS FUROS PARA ESCOAMENTO LENTO DA ÁGUA; - SISTEMA DE TORRE COM SIMPLES ASPERSORES DE UMIDIFICAÇÃO AUTOMATIZADA, PROJETADO PARA REFRESCAMENTO CORPORAL, CONJUGADO COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO QUE SIMULA UMA BRISA DE AR PARA AUXILIAR NA SENSAÇÃO DE REFRESCÂNCIA E DIMINUIÇÃO DA TEMPERATURA CORPORAL; FABRICADO EM AÇO INOX; DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1,80 ALTURA X 0,40 FRENTE X 0,80 PROFUNDIDADE; ÁREA PUBLICITÁRIA DE APROXIMADAMENTE 1,75 X 0,80; ACIONAMENTOS ATRAVÉS DE BOTÕES; SISTEMA PARA GERAÇÃO DE DADOS REFERENTES AO USO, COM RELATÓRIOS; CERTIFICADO DO INMETRO	UNID.	03	18.000,00	54.000,00

Valor: R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

Prazo: 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

Dotações Orçamentárias

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade: 002 - Departamento de Desenvolvimento Urbano

Programática: 07.004.15.451.10014.4490520000

Fonte de Recurso: 17050000000000 - Equipamento e Material Permanente

Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico Nº 070/2023

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.495, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

Autoria: Vereador Beito Machadinho.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA DE HANDEBOL CAMPONOVENSE - AEHC.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Esportiva de Handebol Camponovense (AEHC), inscrita no CNPJ sob o nº 49.105.172/0001-19, com sede nesta cidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 16 dias do mês de novembro de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos *Municípios, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.*

MÁRCIO ANTÃO CANTERLE

Secretária Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.494, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

Autoria: Vereador Jorge Itamar Rodrigues.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO PROJETO ÁGUA VIVA DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Projeto Água Viva de Campo Novo do Parecis (APAVCNP), inscrita no CNPJ sob o nº 49.981.999/0001-96, com sede nesta cidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 16 dias do mês de novembro de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos *Municípios, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.*

MÁRCIO ANTÃO CANTERLE

Secretária Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.493, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

Autoria: Vereadores Beito Machadinho, Márcio Nascimento, Fábio do Agem.

DECLARA DA UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ANTIGOS AUTO CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Declara de utilidade pública a Associação Antigos Auto Clube de Campo Novo do Parecis/MT, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 41.415.479/0001-04, com sede nesta cidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 16 dias do mês de novembro de 2023.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos *Municípios, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.*

MÁRCIO ANTÃO CANTERLE

Secretária Municipal de Administração

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
EDITAL DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Após, cumprida a determinação do Sr. Diretor Executivo/Gestor Financeiro do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis, esta Comissão exara o seguinte parecer:

Art. 24 – É dispensável a licitação:

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas deum mesmo serviço, compra ou alienações de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei n° 9.648, de 1998).

O processo refere-se à **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENCADERNAÇÃO, CÓPIAS E IMPRESSÕES COLORIDAS E PLASTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.**

Assim sendo, em razão do valor, por tudo que consta no processo de dispensa de licitação, cristaliza-se no presente caso os aspectos que caracterizam a dispensa de licitação, optando esta comissão por tal modalidade.

Diante do acima disposto, esta Comissão Técnica de Licitação, encaminha o presente processo com as suas peças, para as devidas publicações.

Campo Novo do Parecis – MT, 17 de novembro de 2023.

CLAUDIA VANUZA ESGANZELA

SETOR DE COMPRAS – FUNSEM

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

Fomento nº 59/2023

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X **ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DE CAMPO NOVO DO PARECIS - ADCANP**, entidade inscrita sob o CNPJ 04.166.348/0001-04

Objeto: O presente Termo de Fomento tem por objeto firmar parceria, por interesse público, com a entidade "Associação dos Deficientes de Campo Novo do Parecis – ADCANP", para apoio ao Desenvolvimento e Atendimento das Pessoas com Deficiência, para apoio financeiro aos projetos sociais desenvolvidos pela entidade e manutenções, recurso oriundo de emenda de bancada da Câmara Municipal de Vereadores, de acordo com as especificações constantes no Anexo I - Planos de Trabalho, encaminhado através do Ofício 076/2023 de 24 de outubro de 2023.

Dotação Orçamentária

Órgão: 11. Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 008. Fundo Municipal de Apoio à Política do Idoso - FUMAPI

Programática: 11.008.08.241.0013.20125.335043000

Fonte de Recurso: 1.5.00.000000 – Subvenções Sociais

Valor: R$ 10.000,00

Data: 17/11/2023

Procedimento Inexigibilidade de Chamamento Público nº 60/2023

Secretaria: Secretaria Municipal de Assistência Social

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICA Nº 001/2023. CONTRATANTE: FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis-MT. VENCEDORA: NOVOS TALENTOS – AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIOS LTDA. CNPJ: 23.904.788/0001-66. **OBJETO:** Contratação de prestação dos serviços de Agente de Integração, público ou privado, para atuar em conjunto com o FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis/MT, integradas às Instituições de Ensino para fins de execução de estágios curriculares remunerados, prestados por alunos regularmente matriculados e com frequência em cursos de educação superior, nos termos da Lei nº 11.788/2008. **DO FUNDAMENTO LEGAL:** art. 28, I, nos termos da Lei nº 14.133/2021. **VALOR TOTAL FINAL:** R$ 65.758,56 (sessenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos)**.** Campo Novo do Parecis-MT, 17 de novembro de 2023. SANDRO SÍLVIO CATTANEO. Diretor Executivo/Gestor Financeiro – FUNSEM

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 682, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 682, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL ELISMAR DUARTE PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder, a partir de 19 de Outubro do corrente ano, ao senhor **ELISMAR DUARTE,** portador da cédula de identidade nº 12034860 SJ/MT, CNH nº 02367947827 categorias AB, efetivo no cargo de **TECNICO EM ENFERMAGEM,** no interesse do serviço e no exercício de suas atribuições, de forma esporádica, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de Motorista.

ARTIGO 2º - Fica expressamente vedada ao servidor autorizado: a cessão da direção do respectivo veículo a terceiros; a utilização em atividades particulares ou diversa daquelas que motivarem a autorização; a condução de pessoas e/ou materiais estranhos à administração pública; a utilização fora do horário de expediente/escala do servidor, salvo nos casos previamente autorizados e pormenorizados pela Secretária da pasta.

ARTIGO 3º - O servidor autorizado fica condicionado às incumbências e responsabilidades decorrentes da condução de veículo oficial municipal, conforme segue: Verificar, antes da partida, se o veículo está em condições de trafegar em via pública, contendo os itens de segurança exigidos; conduzir o veículo com zelo, atenção

e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito, observando as normas de trânsito vigentes; Comunicar, imediatamente, toda e qualquer ocorrência anormal de ordem mecânica, elétrica ou acidental, que porventura aconteça com o veículo oficial em uso; Não dar carona a pessoas estranhas às atividades laborais; Não desviar do curso e/ou finalidade do deslocamento da Secretaria.

ARTIGO 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de Outubro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 23 dias do mês de Outubro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 683, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 683, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

EXONERA A SERVIDORA ELIZANGELA TEZA DOS SANTOS DO CARGO DE OUVIDORA PÚBLICA DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Exonerar, a partir de 30 de Outubro do corrente ano, a senhora **ELIZANGELA TEZA DOS SANTOS**, Do Cargo De **Ouvidora Pública Do Gabinete Do Prefeito Municipal Da Prefeitura Municipal De Campo Verde.**

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 23 dias do mês de Outubro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 684, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 684, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL CIDALE TALITA NASSARDEN PELO PERÍODO DE CENTO E VINTE DIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder licença maternidade, a partir de 13 de Outubro do corrente ano, a servidora municipal **CIDALE TALITA NASSARDEN,** matrícula 8336, portadora da cédula de identidade nº 15411710 SESP/MT, ocupante do cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, pelo período de cento e vinte dias, conforme dispõe artigo 211 da Lei Municipal nº 152/1992, combinado com o artigo 392º da Consolidação das Leis do Trabalho.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Outubro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 24 dias do mês de Outubro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 719, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 719, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

REINTEGRA A SENHORA BRUNA CRISTINA DE SOUZA COELHO AO CARGO DE PROFESSORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Reintegrar, a partir de 01 de Novembro do corrente ano, a senhora **BRUNA CRISTINA DE SOUZA COELHO**, matrícula 8357, ao cargo de **Professora Da Secretaria Municipal De Educação,** tendo em vista a confirmação do estado de gravidez da mesma, adquirindo o direito a estabilidade provisória.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 13 dias do mês de Novembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 685, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 685, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL ANGELA GONCALVES DOS SANTOS PELO PERÍODO DE CENTO E VINTE DIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder licença maternidade, a partir de 10 de Outubro do corrente ano, a servidora municipal **ANGELA GONCALVES DOS SANTOS,** matrícula 7837, portadora da cédula de identidade nº 17056080 SSP/MT, ocupante do cargo de **PROFESSOR**, pelo período de cento e vinte dias, conforme dispõe artigo 211 da Lei Municipal nº 152/1992, combinado com o artigo 392º da Consolidação das Leis do Trabalho.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de Outubro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 24 dias do mês de Outubro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº718, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº718, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

RETORNAR AS ATIVIDADES A SENHORA JOANA DO NASCIMENTO EICKHOFF AO CARGO DE PROFESSOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Retornar as atividades, a partir de 14 de Novembro de 2023, a senhora **JOANA DO NASCIMENTO EICKHOFF**, matrícula 8005, portadora da cédula de identidade nº 955841-1 SESP/MT, ao cargo de **Professor** Da Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 13 dias do mês de Novembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal De Administração e Recursos Humanos

SECRETARIA DE FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a (s) seguinte (s) pessoa (s) e alegando a propriedade sobre o (s) seguinte (s) imóvel (is):

ADILENES HOFSTAETER , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 09 DA QUADRA 12, LOCALIZADO NA RUA CAMPO GRANDE, S/N LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 667, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 667, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO A SERVIDORA MUNICIPAL AMANDA SANTOS DA SILVA PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder, a partir de 19 de Outubro do corrente ano, a senhora **AMANDA SANTOS DA SILVA,** portadora da cédula de identidade nº 1898150-0 SSP/MT, CNH nº 04725221028 categorias AB, contratada no cargo de **GERENTE DE SERVICOS JURIDICOS,** no interesse do serviço e no exercício de suas atribuições, de forma esporádica, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de Motorista.

ARTIGO 2º - Fica expressamente vedada ao servidor autorizado: a cessão da direção do respectivo veículo a terceiros; a utilização em atividades particulares ou diversa daquelas que motivarem a autorização; a condução de pessoas e/ou materiais estranhos à administração pública; a utilização fora do horário de expediente/escala do servidor, salvo nos casos previamente autorizados e pormenorizados pela Secretária da pasta.

ARTIGO 3º - O servidor autorizado fica condicionado às incumbências e responsabilidades decorrentes da condução de veículo oficial municipal, conforme segue: Verificar, antes da partida, se o veículo está em condições de trafegar em via pública, contendo os itens de segurança exigidos; conduzir o veículo com zelo, atenção

e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito, observando as normas de trânsito vigentes; Comunicar, imediatamente, toda e qualquer ocorrência anormal de ordem mecânica, elétrica ou acidental, que porventura aconteça com o veículo oficial em uso; Não dar carona a pessoas estranhas às atividades laborais; Não desviar do curso e/ou finalidade do deslocamento da Secretaria.

ARTIGO 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 19 dias do mês de Outubro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 717, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 717, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2023.

RETORNAR AS ATIVIDADES A SENHORA MARIA DIAS DOS REIS LOPES DIAS AO CARGO DE PROFESSOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Retornar as atividades, a partir de 10 de Novembro de 2023, a senhora **MARIA DIAS DOS REIS LOPES DIAS**, matrícula 8227, portadora da cédula de identidade nº 2523510-9 SEJUSP/MT, ao cargo de **Professor** Da Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 09 dias do mês de Novembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal De Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº730, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº730, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

RETORNAR AS ATIVIDADES A SENHORA GABRIELY DA CRUZ GALVAO MARCONDES AO CARGO DE ENFERMEIRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Retornar as atividades, a partir de 07 de Novembro de 2023, a senhora **GABRIELY DA CRUZ GALVAO MARCONDES**, matrícula 8453, portadora da cédula de identidade nº 24725544 SESP/MT, ao cargo de **Enfermeiro** Da Secretaria Municipal de Saúde.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de Novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 17 dias do mês de Novembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal De Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2023

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023, homologado em 02 de Maio de 2023, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023, para comparecer(em), no prazo de **05 (cinco) dias**, podendo ser prorrogado, a pedido do candidato, por prazo igual, na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Gerência de Recursos Humanos, a fim de:

a) Apresentar(em) os documentos exigidos para efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

b) Agendar o Exame Médico Pericial, para avaliação de Aptidão de Saúde Física e Mental na forma do item 19.5 do Edital de Abertura.

II - A (s) contratação(ões) do(s) candidato(s) convocado(s) abaixo terá(ão) prazo determinado de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado (s) por mais 1 (um) ano, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 2.466 de 11 de Julho de 2019;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 19.7 do Edital de Abertura.

V - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, poderá solicitar formalmente pela opção, por uma única vez, por ir para o último lugar na classificação final dos aprovados e classificados para o respectivo cargo, conforme dispõe o item 19.8 do Edital de Abertura.

Campo Verde/MT, 21 de Novembro de 2023.

Cargo: **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
647112	LEONARDO COCCO OLIVEIRA	23/08/1997	65,0	8
646584	MIRIAN PORTUGUES FARIAS PINTO	13/10/1972	57,5	18
648490	CAROLINA INNOCENCIO	15/12/2000	55,0	31
646581	JESSICA RODRIGUES DA SILVA	10/11/1998	52,5	37

Cargo: **MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
647393	VANDEIR FELIPE DA SILVA	29/05/1976	81,25	3

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 668, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 668, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

RETORNAR AS ATIVIDADES O SENHOR VALDECIR SILVA AO CARGO DE COORDENADOR DE PROTECAO ESPECIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Retornar as atividades, a partir de 02 de Outubro de 2023, o senhor **VALDECIR SILVA**, matrícula 7575, portador da cédula de identidade nº 04247094 SSP/MT, ao cargo de **Coordenador de Proteção Especial** Da Secretaria Municipal de Assistência Social.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Outubro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 19 dias do mês de Outubro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal De Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 716, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 716, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2023.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL LEONARDO JOELDSON RODRIGUES PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder, a partir de 07 de Novembro do corrente ano, ao senhor **LEONARDO JOELDSON RODRIGUES,** portador da cédula de identidade nº 2864448-4 SESP/MT, CNH nº 08350103590 categorias B, contratado no cargo de **COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE,** no interesse do serviço e no exercício de suas atribuições, de forma esporádica, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de Motorista.

ARTIGO 2º - Fica expressamente vedada ao servidor autorizado: a cessão da direção do respectivo veículo a terceiros; a utilização em atividades particulares ou diversa daquelas que motivarem a autorização; a condução de pessoas e/ou materiais estranhos à administração pública; a utilização fora do horário de expediente/escala do servidor, salvo nos casos previamente autorizados e pormenorizados pela Secretária da pasta.

ARTIGO 3º - O servidor autorizado fica condicionado às incumbências e responsabilidades decorrentes da condução de veículo oficial municipal, conforme segue: Verificar, antes da partida, se o veículo está em condições de trafegar em via pública, contendo os itens de segurança exigidos; conduzir o veículo com zelo, atenção

e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito, observando as normas de trânsito vigentes; Comunicar, imediatamente, toda e qualquer ocorrência anormal de ordem mecânica, elétrica ou acidental, que porventura aconteça com o veículo oficial em uso; Não dar carona a pessoas estranhas às atividades laborais; Não desviar do curso e/ou finalidade do deslocamento da Secretaria.

ARTIGO 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de Novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 08 dias do mês de Novembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 686, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 686, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

EXONERA O SERVIDOR DOUGLAS ADOLFO XIMENES DE PAULA DO CARGO DE COORDENADOR DE INDUSTRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Exonerar, a partir de 20 de Outubro do corrente ano, o senhor **DOUGLAS ADOLFO XIMENES DE PAULA**, Do Cargo De **Coordenador De Indústria Da Secretaria Municipal De Desenvolvimento Econômico Da Prefeitura Municipal De Campo Verde.**

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de Outubro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 23 dias do mês de Outubro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 669, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 669, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

EXONERA O SERVIDOR VALDECIR SILVA DO CARGO DE COORDENADOR DE PROTEÇÃO ESPECIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Exonerar, a partir de 02 de Outubro do corrente ano, o senhor **VALDECIR SILVA**, Do Cargo De **Coordenador De Proteção Especial Da Secretaria Municipal De Assistência Social Da Prefeitura Municipal De Campo Verde.**

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Outubro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 19 dias do mês de Outubro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 670, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 670, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

EXONERA A SERVIDORA NATALIA SILVA MATTOS DE FARIA DO CARGO DE DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Exonerar, a partir de 01 de Outubro do corrente ano, a senhora **NATALIA SILVA MATTOS DE FARIA**, Do Cargo De **Diretora De Fiscalização Da Secretaria Municipal De Fazenda Da Prefeitura Municipal De Campo Verde.**

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 19 dias do mês de Outubro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 729, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 729, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA NAYLA MONY VIANA DE MACENA PARA EXERCER O CARGO DE FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Complementar Municipal Nº 124/2019 - Plano de Cargos, Carreiras e Salários, Edital de Convocação Nº 089, de 07 de Novembro de 2023, e Edital de Homologação do Concurso Público Municipal Nº. 001/2019.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear em estágio probatório, a partir de 23 de Novembro de 2023, a senhora **NAYLA MONY VIANA DE MACENA**, para exercer o cargo De **Fiscal**, conforme Concurso Público nº. 001/2019, homologado em 29 de Outubro de 2019.

ARTIGO 2º - Fica o ocupante do cargo responsável pelas atribuições conferidas no ANEXO III da Lei Complementar Municipal Nº 124/2019 - Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores, e regido pela Lei Municipal Nº **152/1992 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais**.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 16 dias do mês de Novembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

NAYLA MONY VIANA DE MACENA

Fiscal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 711, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 711, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

NOMEIA A SENHORA NIVEA DE FATIMA RODRIGUES PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADORA DE FATURAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear, a partir de 01 de Novembro do corrente ano, a senhora**NIVEA DE FATIMA RODRIGUES**, para exercer o cargo de **Coordenadora De Faturamento Da Secretaria Municipal De Saude.**

ARTIGO 2º - Fica o ocupante do cargo responsável pelas atribuições conferidas pelo ANEXO II da Lei Municipal N.º 2457/2019.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 07 dias do mês de novembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

EDNA QUEIROZ DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde

NIVEA DE FATIMA RODRIGUES

Coordenadora De Faturamento

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 715, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 715, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

RETORNAR AS ATIVIDADES A SENHORA GILVANEIDE ALVES LOPES DE BRITO AO CARGO DE AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Retornar as atividades, a partir de 06 de Outubro de 2023, a senhora **GILVANEIDE ALVES LOPES DE BRITO**, matrícula 4095, porta-

dora da cédula de identidade nº 24725633 SSP/MT, ao cargo de **Agente Comunitário de Saúde** Da Secretaria Municipal de Saúde.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de Outubro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 07 dias do mês de Novembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal De Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 712, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 712, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

NOMEIA O SENHOR VINICIUS RISSATO CHANES PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR DE MONITORAMENTO DE ÁREA II DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear, a partir de 01 de Novembro do corrente ano, o senhor**VINICIUS RISSATO CHANES**, para exercer o cargo de **Coordenador De Monitoramento De Área II Da Secretaria Municipal De Saude.**

ARTIGO 2º - Fica o ocupante do cargo responsável pelas atribuições conferidas pelo ANEXO II da Lei Municipal N.º 2457/2019.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 07 dias do mês de novembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

EDNA QUEIROZ DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde

VINICIUS RISSATO CHANES

Coordenador De Monitoramento De Área II

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 713, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 713, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2023.

NOMEIA A SENHORA NELIELI LEITE SILVA PARA EXERCER O CARGO DE OUVIDORA PUBLICA DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear, a partir de 13 de Novembro do corrente ano, a senhora**NELIELI LEITE SILVA**, para exercer o cargo De **Ouvidora Publica Do Gabinete Do Prefeito Municipal.**

ARTIGO 2º - Fica o ocupante do cargo responsável pelas atribuições conferidas pelo ANEXO II da Lei Municipal N.º 2457/2019.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 07 dias do mês de novembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

CARLOS ROBERTO NOBREGA

Chefe de Gabinete

NELIELI LEITE SILVA

Ouvidora publica

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 671, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 671, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

NOMEIA O SENHOR ANTONIO REIS DA SILVA FILHO PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear, a partir de 02 de Outubro do corrente ano, o senhor**ANTONIO REIS DA SILVA FILHO**, para exercer o cargo de **Diretor De Fiscalização Da Secretaria Municipal De Fazenda.**

ARTIGO 2º - Fica o ocupante do cargo responsável pelas atribuições conferidas pelo ANEXO II da Lei Municipal N.º 2457/2019.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de outubro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 19 dias do mês de outubro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

ARLETE FASSICOLO PEREIRA NUNES

Secretária Municipal de Fazenda

ANTONIO REIS DA SILVA FILHO

Diretor De Fiscalização

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 672, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 672, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

CEDE O SERVIDOR WILIAN EIICHIRO IWASAKI AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Ceder, a partir de 01 de outubro de 2023 a 01 de outubro de 2025, o Servidor Municipal **WILIAN EIICHIRO IWASAKI**, ocupante do car-

go de **CONTADOR**, ao **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO,** conforme dispõe o Inciso "I" do Artigo 113 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Campo Verde – MT.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 19 dias do mês de outubro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 673, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 673, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO O SENHOR AGUINALDO PEREIRA DOS SANTOS PARA EXERCER O CARGO DE MOTORISTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Complementar Municipal Nº 124/2019 - Plano de Cargos, Carreiras e Salários, Edital de Convocação Nº 087, de 31 de agosto de 2023, e Edital de Homologação do Concurso Público Municipal Nº. 001/2019.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear em estágio probatório, a partir de 23 de Outubro de 2023, o senhor **AGUINALDO PEREIRA DOS SANTOS**, para exercer o cargo De **Motorista**, conforme Concurso Público nº. 001/2019, homologado em 29 de Outubro de 2019.

ARTIGO 2º - Fica o ocupante do cargo responsável pelas atribuições conferidas no ANEXO III da Lei Complementar Municipal Nº 124/2019 - Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores, e regido pela Lei Municipal Nº **152/1992 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais**.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 19 dias do mês de Outubro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

AGUINALDO PEREIRA DOS SANTOS

Motorista

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 674, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 674, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

EXONERA A SERVIDORA LUCIENE SALES DOS SANTOS DO CARGO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Exonerar, a partir de 18 de Outubro do corrente ano, a senhora **LUCIENE SALES DOS SANTOS**, Do Cargo De **Agente De Combate A Endemias Da Secretaria Municipal De Saúde Da Prefeitura Municipal De Campo Verde.**

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de outubro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 19 dias do mês de Outubro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 722, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 722, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

EXONERA O SERVIDOR HELIO VIEIRA DE JESUS DO CARGO DE COORDENADOR DE ARQUITETURA E URBANISMO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Exonerar, a partir de 08 de Novembro do corrente ano, o senhor **HELIO VIEIRA DE JESUS**, Do Cargo De **Coordenador De Arquitetura E Urbanismo Da Secretaria Municipal De Planejamento Da Prefeitura Municipal De Campo Verde.**

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de Novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 13 dias do mês de Novembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 150/2023

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna pública a HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 150/2023 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, que teve como vencedoras as empresas: ATACADO DAS CESTAS LTDA, CNPJ nº 44.596.739/0001-83; ELM MEIRA COMERCIO ATACADISTA LTDA, CNPJ nº 38.017.799/0001-00; PIRES CARNES DE QUALIDADE LTDA, CNPJ nº 40.642.843/0001-06, e S. J. G. PAGANINI – COMÉRCIO – EPP, CNPJ nº 04.193.497/0001-62. Campo Verde, 17 de novembro de 2023. Hélida B. M. P. Hübner – Pregoeira.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 728, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 728, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA MARIA DO CARMO RODRIGUES DE SOUZA PARA EXERCER O CARGO DE PSICOLOGO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Complementar Municipal Nº 124/2019 - Plano de Cargos, Carreiras e Salários, Edital de Convocação Nº 088, de 09 de Outubro de 2023, e Edital de Homologação do Concurso Público Municipal Nº. 001/2019.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear em estágio probatório, a partir de 13 de Novembro de 2023, a senhora **MARIA DO CARMO RODRIGUES DE SOUZA**, para exercer o cargo De **Psicóloga**, conforme Concurso Público nº. 001/2019, homologado em 29 de Outubro de 2019.

ARTIGO 2º - Fica o ocupante do cargo responsável pelas atribuições conferidas no ANEXO III da Lei Complementar Municipal Nº 124/2019 - Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores, e regido pela Lei Municipal Nº **152/1992 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais**.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de novembro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 14 dias do mês de Novembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

MARIA DO CARMO RODRIGUES DE SOUZA

Psicóloga

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 721, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 721, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

NOMEIA O SENHOR DIONALDO SILVA DE ALMEIDA PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DE INCUBADORA DE EMPRESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear, a partir de 09 de Novembro do corrente ano, o senhor**DIONALDO SILVA DE ALMEIDA**, para exercer o cargo de **Diretor De Incubadora De Empresas Da Secretaria Municipal De Desenvolvimento Econômico.**

ARTIGO 2º - Fica o ocupante do cargo responsável pelas atribuições conferidas pelo ANEXO II da Lei Municipal N.º 2457/2019.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 13 dias do mês de novembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

HENRIQUE CESAR DE ARRUDA SOARES

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

DIONALDO SILVA DE ALMEIDA

Diretor De Incubadora De Empresas

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 720, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 720, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

EXONERA O SERVIDOR DIONALDO SILVA DE ALMEIDA DO CARGO DE COORDENADOR DE INCUBADORA DE EMPRESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Exonerar, a partir de 08 de Novembro do corrente ano, o senhor **DIONALDO SILVA DE ALMEIDA**, Do Cargo De **Coordenador De Incubadora De Empresas Da Secretaria Municipal De Desenvolvimento Econômico Da Prefeitura Municipal De Campo Verde.**

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de Novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 13 dias do mês de Novembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 675, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 675, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

RETORNAR AS ATIVIDADES O SENHOR GABRIEL SANTOS FERREIRA AO CARGO DE FISCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Retornar as atividades, a partir de 18 de Outubro de 2023, senhor **GABRIEL SANTOS FERREIRA**, matrícula 5922, ao cargo de **Fiscal** Da Secretaria Municipal de Saude.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de Outubro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 19 dias do mês de Outubro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal De Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 727, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 727, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

NOMEIA A SENHORA VICTORIA MARIA DOS SANTOS PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DO PROCON DA SECRETARIA MUNICIPAL DE APOIO A SEGURANÇA PÚBLICA.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear, a partir de 08 de Novembro do corrente ano, a senhora**VICTORIA MARIA DOS SANTOS**, para exercer o cargo De **Diretora Do Procon Da Secretaria Municipal De Apoio A Segurança Pública.**

.

ARTIGO 2º - Fica o ocupante do cargo responsável pelas atribuições conferidas pelo ANEXO II da Lei Municipal N.º 2457/2019.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 13 dias do mês de novembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

ROSIMAR BITTENCOURT FERREIRA

Secretário Municipal de Apoio a Segurança Pública

VICTORIA MARIA DOS SANTOS

Diretora Do Procon

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 726, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 726, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

EXONERA A SERVIDORA VICTORIA MARIA DOS SANTOS DO CARGO DE COORDENADORA DO PROCON DA SECRETARIA MUNICIPAL INTEGRADA DE APOIO A SEGURANÇA PÚBLICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Exonerar, a partir de 08 de Novembro do corrente ano, a senhora **VICTORIA MARIA DOS SANTOS**, Do Cargo De **Coordenadora Do Procon Da Secretaria Municipal Integrada De Apoio A Segurança Pública Da Prefeitura Municipal De Campo Verde.**

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de Novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 13 dias do mês de Novembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 676, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 676, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

EXONERA O SERVIDOR ROBERTO GRUBERT DO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Exonerar, a partir de 31 de Outubro do corrente ano, o senhor **ROBERTO GRUBERT**, Do Cargo De **Conselheiro Tutelar Da Secretaria Municipal De Assistência Social Da Prefeitura Municipal De Campo Verde.**

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 19 dias do mês de Outubro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 677, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 677, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

RETORNAR AS ATIVIDADES O SENHOR ANDERSON WALKER AO CARGO DE MECÂNICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Retornar as atividades, a partir de 25 de Outubro de 2023, senhor **ANDERSON WALKER**, matrícula 5876, ao cargo de **Mecânico** Da Secretaria Municipal De Obras, Viação E Serviços Públicos.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 19 dias do mês de Outubro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal De Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATOS TEMPORÁRIOS Nº 198/2023 A 233/2023

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 198/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: JHENIFER RIBEIRO NUNES

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE CUIDADOR SOCIAL

VALOR: R$ 1.480,72 (MIL QUATROCENTOS E OITENTA E SETENTA E DOIS CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 11 DE SETEMBRO DE 2023 E COM TÉRMINO EM 11 DE SETEMBRO DE 2024

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 199/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ELIANE LEITE DA CUNHA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE CUIDADOR SOCIAL

VALOR: R$ 1.480,72 (MIL QUATROCENTOS E OITENTA E SETENTA E DOIS CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 11 DE SETEMBRO DE 2023 E COM TÉRMINO EM 11 DE SETEMBRO DE 2024

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 200/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: MIRIAN PORTUGUES FARIAS PINTO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE.

VALOR: R$ 2.640,00 (DOIS MIL SEISSENTOS E QUARENTA)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 18 DE SETEMBRO DE 2023 E COM TÉRMINO INDETERMINADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 201/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: LUCIANA BISCO FERREIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE DENTISTA

VALOR: R$ 6.910,04 (SEIS MIL NOVECENTOS E DEZ E QUATRO CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 18 DE SETEMBRO DE 2023 E COM TÉRMINO 18 DE SETEMBRO 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 202/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: KARINE PEREIRA ROSA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE FISIOTERAPEUTA

VALOR: R$ 5.182,53 (CINCO MIL CENTO E OITENTA E DOIS E CINQUENTA E TRES CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 18 DE SETEMBRO DE 2023 E COM TÉRMINO 18 DE SETEMBRO 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 203/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: CARLOS ROSA DE LIMA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS.

VALOR: R$ 2.640,00 (DOIS MIL SEISSENTOS E QUARENTA REAIS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 19 DE SETEMBRO DE 2023 E COM PRAZO INDETERMINADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 204/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: CATIELLEN FERREIRA SANTOS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE.

VALOR: R$ 2.640,00 (DOIS MIL SEISSENTOS E QUARENTA REAIS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 19 DE SETEMBRO DE 2023 E COM PRAZO INDETERMINADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 205/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: YURI FERNANDES BENITES

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR

VALOR: R$ 4.464,74 (QUATRO MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E QUATRO E SETENTA E QUATRO CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 19 DE SETEMBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 19 DE SETEMBRO DE 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 206/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ALINE DA SILVA RODRIGUES

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR

VALOR: R$ 4.464,74 (QUATRO MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E QUATRO E SETENTA E QUATRO CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 20 DE SETEMBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 20 DE SETEMBRO DE 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 207/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ODIMAR DA GAMA BARBOSA JUNIOR

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE SECRETARIO GERAL

VALOR: R$ 2.467,87 (DOIS MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E SETE E SETE E OITENTA E SETE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 19 DE SETEMBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 19 DE SETEMBRO DE 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 208/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: GABRIELY DA CRUZ GALVÃO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE ENFERMEIRA

VALOR: R$ 6.910,09 (SEIS MIL NOVECENTOS E DEZ REAIS E NOVE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 25 DE SETEMBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 25 DE SETEMBRO DE 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 209/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: LEILA DE JESUS COSTA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE CUIDADORA SOCIAL

VALOR: R$ 1.480,02 (MIL QUATROCENTOS E OITENTA E DOIS CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 19 DE SETEMBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 19 DE SETEMBRO DE 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 210/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: GILDAVANI MARIA DE MELO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE TECNICO EM ENFERMAGEM

VALOR: R$ 3.522,17(TRÊS MIL QUINHENTOS E VINTE E DOIS E DEZESSETE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 26 DE SETEMBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 26 DE SETEMBRO DE 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 211/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: SILVIO MESQUITA DE SOUZA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE MOTORISTA

VALOR: R$ 2.912,10 (DOIS MIL NOVECENTOS E DOZE E DEZ CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 26 DE SETEMBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 26 DE SETEMBRO DE 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 212/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ESTEFANI CRISTINA COSTA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR

VALOR: R$ 4.464,74 (QUATRO MIL QUATROCENTOS E SESSENTA EQUATRO E SETENTA E QUATRO CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 28 DE SETEMBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 28 DE SETEMBRO DE 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 213/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: JOSIANE MACEDO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE

VALOR: R$ 2.640,00 (DOIS MIL SEISSENTOS E QUARENTA REAIS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 28 DE SETEMBRO DE 2023 E COM PRAZO INDETERMINADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 214/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: JAQUELINE JOHN FRIZZO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE MOTORISTA

VALOR: R$ 2.912,10 (DOIS MIL NOVECENTOS E DOZE REAIS E DEZ CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 26 DE SETEMBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 26 DE SETEMBRO 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 215/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ELSENIDE RODRIGUES DE ALMEIDA MELO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE CUIDADOR SOCIAL

VALOR: R$ 1.480,72 (MIL QUATROCENTOS E OITENTA E SETENTA E DOIS CENTAVOS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 24 DE SETEMBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 26 DE SETEMBRO 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 216/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: WYLLDEYNE BASILIO DA SILVA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE DENTISTA

VALOR: R$ 6.910,09 (SEIS MIL NOVECENTOS E DEZ REAIS E NOVE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 03 DE OUTUBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 03 DE OUTUBRO 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 217/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: KAMYLA FERNANDES DE MATOS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE SECRETARIA GERAL

VALOR: R$ 2.467,87 (DOIS MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E SETE E OITENTA E SETE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 02 DE OUTUBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 03 DE OUTUBRO 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 218/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: JANAYNA SOUZA DE OLIVEIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE ENFERMEIRO

VALOR: R$ 6.910,09 (SEIS MIL NOVECENTOS E DEZ REAIS E NOVE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 02 DE OUTUBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 02 DE OUTUBRO 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 219/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: RAFAEL JOSE ZANGEROLAMI

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

VALOR: R$ 2.467,87 (DOIS MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E SETE E OITENTA E SETE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 09 DE OUTUBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 09 DE OUTUBRO 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 220/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: CAMILE STHEFANI DA SILVA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE

VALOR: R$ 2.640,00 (DOIS MIL SEISSENTOS E QUARENTA REAIS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 09 DE OUTUBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL INDETERMINADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 221/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: DURCIELLY CAROLINA FERREIRA DA COSTA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE DENTISTA

VALOR: R$ 6.910,00 (SEIS MIL NOVECENTOS E DEZ REAIS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 28 DE SETEMBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL 28 DE SETEMBRO 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 222/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: GABRIEL SOBRAL SILVA BRITES

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIA

VALOR: R$ 2.640,00 (DOIS MIL SEISCENTOS E QUARENTA REAIS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 09 DE OUTUBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL 09 DE OUTUBRO 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 223/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ISADORA PEREIRA CAMINI

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

VALOR: R$ 2.467,87 (DOIS MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E SETE E OITENTA E SETE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 17 DE OUTUBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 17 DE OUTUBRO 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 224/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: IENNE FERREIRA DA SILVA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE TECNICO EM ENFERMAGEM

VALOR: R$ 3.522,17(TRÊS MIL QUINHENTOS E VINTE E DOIS E DEZESSETE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 17 DE OUTUBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 17 DE OUTUBRO 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 225/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: CLEUSA PIZOLOTTO NOGUEIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PROFESSOR

VALOR: R$ 4.464,74 (QUATRO MIL QUATROCENTOS E SESSENTA EQUATRO E SETENTA E QUATRO CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 23 DE OUTUBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 23 DE OUTUBRO 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 226/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: THAIS GONCALVES SANTANA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE ENFERMEIRO

VALOR: R$ 6.910,09 (SEIS MIL NOVECENTOS E DEZ REAIS E NOVE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 23 DE OUTUBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 23 DE OUTUBRO 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 227/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: RAFAELA PIACENTINI DOS SANTOS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

VALOR: R$ 2.467,87 (DOIS MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E SETE E OITENTA E SETE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 30 DE OUTUBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 30 DE OUTUBRO 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 228/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: WILIAN LEONEL PEREIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE MOTORISTA

VALOR: R$ 2.912,10 (DOIS MIL NOVECENTOS E DOZE REAIS E DEZ CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 30 DE SETEMBRO 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 229/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: DOUGLAS NUNES DOS SANTOS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

VALOR: R$ 2.467,87 (DOIS MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E SETE E OITENTA E SETE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 30 DE OUTUBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 30 DE OUTUBRO 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 230/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: GIRLENO NASCIMENTO DE OLIVEIRA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE TECNICO EM INFORMÁTICA

VALOR: R$ 2.961,45 (DOIS MIL NOVECENTOS E SESSENTA E UM E QUARENTA E CINCO CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 06 DE NOVEMBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 06 DE NOVEMBRO 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 231/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: ELLEN JULIANY GEROLI MICHELATO

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PSICOLOGO

VALOR: R$ 6.910,09 (SEIS MIL NOVECENTOS E DEZ REAIS E NOVE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 13 DE NOVEMBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 13 DE NOVEMBRO 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 232/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: MEZAQUE DO NASCIMENTO SANTOS

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE MOTORISTA

VALOR: R$ 2.912,10 (DOIS MIL NOVECENTOS E DOZE REAIS E DEZ CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 14 DE NOVEMBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 14 DE NOVEMBRO 2024.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 233/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: LAUDINEIA RODRIGUES FERNANDES

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE TECNICO EM ENFERMAGEM

VALOR: R$ 3.522,17(TRÊS MIL QUINHENTOS E VINTE E DOIS E DEZESSETE CENTAVOS)

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 14 DE NOVEMBRO DE 2023 E COM PRAZO FINAL DE 14 DE NOVEMBRO 2024.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 725, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 725, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

NOMEIA O SENHOR JOAO JOSE DE SOUZA PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO CEMITERIO MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear, a partir de 09 de Novembro do corrente ano, o senhor**JOAO JOSE DE SOUZA**, para exercer o cargo de **Diretor Do Cemitério Municipal Da Secretaria Municipal De Obras, Viação E Serviços Públicos.**

ARTIGO 2º - Fica o ocupante do cargo responsável pelas atribuições conferidas pelo ANEXO II da Lei Municipal N.º 2457/2019.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 13 dias do mês de novembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

FABIANO COSTA TERUEL

Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos

JOAO JOSE DE SOUZA

Diretor Do Cemitério Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 731, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM DO MUNICIPIO DE CAMPO VERDE – MT.

ALEXANDRE LOPES, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o que estabelece a Lei Municipal nº 2924/2022, de 13 de dezembro de 2023;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Substituir membro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.

ARTIGO 2º - O referido Conselho será composto pelos representantes abaixo citados por um mandato de dois anos, permitida recondução por igual período conforme legislação.

I. REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL;

a) Titular: **HINDIANARA LUANA RODRIGUES LEITE PACHECO**, inscrita no CPF sob Nº 016 *** *** -98, residente e domiciliada em Campo Verde-MT

b) Suplente: **ALCIONE MARINS BORGES**, inscrita no CPF sob Nº 567 *** ***-49, residente e domiciliada em Campo Verde-MT

II. REPRESENTANTE DA SECRETARIA INTEGRADA DE APOIO A SEGURANÇA PUBLICA;

a) Titular: **FLÁVIA FONSECA GEAROLA,** inscrita no CPF sob Nº 616 *** *** -04, residente e domiciliada em Campo Verde-MT

b) Suplente: **LAIS CRISTINE SANTI LEITE,** portadora do CPF: 022 *** *** -10, residente e domiciliada em Campo Verde-MT

III. REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

a) Titular: **ROSANA FUZETTI DE FREITAS ARRUDA**, inscrita no CPF sob n.º 961 *** *** -72, residente e domiciliada em Campo Verde-MT

b) Suplente: **AMANDA SANTOS DA SILVA,** inscrita no CPF sob Nº 031 *** *** -09, residente e domiciliada em Campo Verde-MT

IV. REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

a) Titular: **LARISSA DE LIMA NOVAIS**, inscrita no CPF sob Nº 274 *** *** -98, residente e domiciliada em Campo Verde-MT

b) Suplente: **THALYTA NETO SALES,** inscrita no CPF sob Nº 023 *** *** -67, residente e domiciliada em Campo Verde-MT

V. REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E ESPORTE;

a) Titular: **ELIVANE RAMOS SILVA,** inscrita no CPF sob Nº 952 *** *** -34, residente e domiciliada em Campo Verde-MT

b) Suplente: **EDSON PEREIRA RIBEIRO,** inscrito no CPF sob Nº 915 *** *** -72, residente e domiciliado em Campo Verde-MT

VI. REPRESENTANTE DA CAMARA MUNICIPAL;

a) Titular: **SOCORRO DOS SANTOS SOUZA,** inscrita no CPF sob Nº 487 *** *** -87, residente e domiciliada em Campo Verde-MT

b) Suplente: **ALAENE FRANCISCA FERNANDES COSTA,** inscrita no CPF sob Nº 230 *** *** -91, residente e domiciliada em Campo Verde-MT

VII. REPRESENTANTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB;

a) Titular: **DAIANE CRISTINA FERNANDES CAETANO,** inscrita no CPF sob Nº 016 *** *** -48, residente e domiciliada em Campo Verde-MT

b) Suplente: **MAURYTANIA CELESTE BRITO DOS SANTOS BAUERMEISTER,** inscrita no CPF sob Nº 818 *** *** -87, residente e domiciliada em Campo Verde-MT

VIII. REPRESENTANTE DA DELEGACIA DE POLICIA CIVIL;

a) Titular: **PHILIPE DE PAULA DA SILVA PINHO,** inscrito no CPF sob Nº 015.526.441-97, residente e domiciliado em Campo Verde-MT

b) Suplente: **JULIANA RAQUEL TREVISOL,** inscrita no CPF sob Nº 708. 462.861-49, residente e domiciliada em Campo Verde-MT

IX. REPRESENTANTE DA DELEGACIA DE POLICIA MILITAR;

a) Titular: **JOSIELY DE OLIVEIRA CORREA,** inscrito no CPF sob Nº 854. 482.731.49, residente e domiciliado em Campo Verde-MT

b) Suplente: **DEVANIA KARINE DOS SANTOS,** inscrita no CPF sob Nº 046.893.681-55, residente e domiciliada em Campo Verde-MT

X. REPRESENTANTE DA DEFENSORIA PUBLICA;

a) Titular: **TÂNIA LUZIA VIZEU FERNANDES**, inscrita no CPF sob Nº 077. 172.567-11, residente e domiciliada em Campo Verde-MT

b) Suplente: **VANESSA TOKIE KAWABATA ISHIKI**, inscrita no CPF sob Nº 822.300.211-68, residente e domiciliada em Campo Verde-MT

XI. REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES;

a) Titular: **GENI CALINE DIONÍSIO DA COSTA SCHENKEL,** inscrita no CPF sob Nº 957.556.081-72, residente e domiciliada em Campo Verde-MT

b) Suplente: **VIVIAN CAROLINA ACHÁ AZERO,** inscrita no CPF sob Nº 511.950.891-04, residente e domiciliada em Campo Verde-MT

XII. REPRESENTANTE DO SINDICATO RURAL DOS TRABALHADORES;

a) Titular: **ROSINÉIA MARIA AMÉRICO**, inscrita no CPF sob Nº 010.814. 671-50, residente e domiciliada em Campo Verde-MT

b) Suplente: **ALDENI FRANCISCA DE OLIVEIRA,** inscrita no CPF sob Nº 424.335.171-68, residente e domiciliada em Campo Verde-MT

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 17 dias do mês de Novembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 678, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 678, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

CONCEDE PROMOÇÃO DE CLASSE À SERVIDORES MUNICIPAIS, CONFORME DISPÕE A LEI COMPLEMENTAR Nº 124/2019.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 18 da Lei Complementar Nº 124, de 13 de Dezembro de 2019:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder promoção de classe, tendo em vista a habilitação específica aos servidores municipais abaixo identificados, conforme dispõe a Lei Complementar N.º 124/2019:

- **ELIZANDRA DAL MASO**, matrícula 7401, ocupante do cargo de Nutricionista, sendo promovido (a) da classe “A” para a “B”.

- **LISLAINE LAURINDO**, matrícula 4671, ocupante do cargo de Controlador Interno, sendo promovido (a) da classe “B” para a “D”.

- **LOYANE MAXIMIANO BRITO**, matrícula 7264, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, sendo promovido (a) da classe “A” para a “B”.

- **RAFAEL VIANA PASQUALOTTO**, matrícula 6395, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, sendo promovido (a) da classe “B” para a “C”.

- **RODRIGO DAVID DOS SANTOS**, matrícula 4839, ocupante do cargo de Motorista, sendo promovido (a) da classe “B” para a “C”.

- **RUBENS ANUNCIACAO JUNIOR**, matrícula 3068, ocupante do cargo de Engenheiro Sanitarista, sendo promovido (a) da classe “A” para a “B”.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 23 dias do mês de Outubro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 665, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 665, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023.

CONCEDE LICENÇA MÉDICA A SERVIDORA MUNICIPAL GABRIELY DA CRUZ GALVAO MARCONDES A PARTIR DO DIA 06 DE OUTUBRO DE 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder licença médica a partir de 06 de Outubro de 2023, a Servidora **GABRIELY DA CRUZ GALVAO MARCONDES**, portadora da cédula de identidade nº 24725544 SESP/MT, ocupante do cargo de **ENFERMEIRO**, matrícula 8453.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de Outubro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 19 dias do mês de Outubro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 679, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 679, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

CONCEDE PROMOÇÃO DE CLASSE À INTEGRANTES DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL, CONFORME DISPÕE A LEI COMPLEMENTAR Nº 057/2015.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 057, de 03 de Julho de 2015:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder promoção de classe, tendo em vista a habilitação específica aos servidores municipais abaixo identificados, conforme dispõe o artigo 53 da Lei Complementar Nº 057/2015:

- **CLEIA CRISTINA DA SILVA**, matrícula 4504, sendo promovido(a) da classe “B” para a “D”.

- **DEJAIR PAVAO HENRIQUES**, matrícula 455, sendo promovido(a) da classe “B” para a “D”.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 23 dias do mês de Outubro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 724, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 724, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

EXONERA O SERVIDOR JOAO JOSE DE SOUZA DO CARGO DE COORDENADOR DO CEMITERIO MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Exonerar, a partir de 09 de Novembro do corrente ano, o senhor **JOAO JOSE DE SOUZA**, Do Cargo De **Coordenador Do Cemiterio Municipal Da Secretaria Municipal De Obras, Viação E Serviços Públicos Da Prefeitura Municipal De Campo Verde.**

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de Novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 13 dias do mês de Novembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 001/2023

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 001/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2023, homologado em 02 de Maio de 2023, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Público nº 001/2023, para comparecer(em), no prazo de **30 (trinta) dias**, podendo ser prorrogado, a pedido do candidato, por prazo igual, na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Gerência de Recursos Humanos, a fim de:

a) Apresentar(em) os documentos exigidos para efetiva posse e contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

b) Agendar o Exame Médico Pericial, na forma do item 16.5 do Edital de Abertura.

II - As contratações dos candidatos convocados abaixo terão **PRAZO INDETERMINADO**, em conformidade com a Emenda Constitucional 51/2006, Lei Federal nº 11.350 de outubro de 2006, Lei Federal Nº 13.595 de janeiro de 2018, Lei Municipal Nº 1335 de 30 de novembro de 2007 e a Lei Municipal N° 2467 de 11 de julho de 2019;

III - A Administração Pública poderá rescindir unilateralmente o contrato do Agente de Combate a Endemias e Agente Comunitário de Saúde na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

a) Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

b) Necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos ternos da Lei Federal nº 9.801/1999;

c) Insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta) dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a comunidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas;

d) Em face da extinção do repasse financeiro da União ao Município.

e) Não atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 1º da Lei Municipal N° 2467/2019, em função de apresentação de declaração falsa de residência, ou se após o início do exercício do cargo mudar da área em que foi aprovado para exercer suas funções.

IV - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 16.7 do Edital de Abertura.

V - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, poderá solicitar formalmente pela opção, por uma única vez, por ir para o último lugar na classificação final dos aprovados e classificados para o respectivo cargo, conforme dispõe o item 16.8 do Edital de Abertura.

Campo Verde/MT, 21 de Novembro de 2023.

Cargo: **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
647870	YASMIM LEMES DA SILVA	25/04/1996	62,5	5
647563	KARLA ADRIANA DE MELO MARINHEIRO	12/02/2001	60,0	6
646559	JULIANA FERREIRA PAIM AVILA DOS SANTOS	14/11/1985	60,0	7
646475	MARCIANA KUSTHER CAVALCANTE	04/11/1983	60,0	8
646339	MATEUS VIEIRA DA CRUZ	24/07/1997	60,0	9
648498	REGIANE CAMPOS MONTEIRO	26/07/1985	60,0	10
649343	ALCIDIANE SANTOS OLIVEIRA	11/04/1992	60,0	11
646977	SIMONI MESQUITA MARINHEIRO	26/02/1987	57,5	12

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 680, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 680, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

TRANSFERE O SERVIDOR MUNICIPAL KENNEDY CARVALHO DE AMORIM.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Transferir de lotação, a partir de 20 de Outubro do corrente ano, o servidor municipal **KENNEDY CARVALHO DE AMORIM**, matrícula 7288, lotado na Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde para a Manutenção da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de outubro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 23 dias do mês de outubro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 723, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 723, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

NOMEIA O SENHOR HELIO VIEIRA DE JESUS PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DE ARQUITETURA E URBANISMO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear, a partir de 08 de Novembro do corrente ano, o senhor**HELIO VIEIRA DE JESUS**, para exercer o cargo de **Diretor De Arquitetura E Urbanismo Da Secretaria Municipal De Planejamento.**

ARTIGO 2º - Fica o ocupante do cargo responsável pelas atribuições conferidas pelo ANEXO II da Lei Municipal N.º 2457/2019.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 13 dias do mês de novembro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

RUBENS ANUNCIAÇÃO JUNIOR

Secretária Municipal de Planejamento

HELIO VIEIRA DE JESUS

Diretor De Arquitetura E Urbanismo

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 681, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 681, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

RETORNAR AS ATIVIDADES A SENHORA VANESSA SOUZA DA SILVA AO CARGO DE PROFESSOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Retornar as atividades, a partir de 02 de Outubro de 2023, a senhora **VANESSA SOUZA DA SILVA**, matrícula 7114, portadora da cédula de identidade nº 2308963-6 SSP/MT, ao cargo de **Professor** Da Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Outubro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 23 dias do mês de Outubro de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

Secretário Municipal De Administração e Recursos Humanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 324/2022

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços Odontológicos

DO OBJETO: Prestação de serviços na função de Odontólogo/Cirurgião Dentista em conformidade com Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022.

DA VIGÊNCIA: Aditado o prazo de vigência contratual passando a sua vigência a ser de **22/11/2023 a 22/11/2024**.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / CONTRATANTE, e GABRIEL LOPES DE SOUZA / CONTRATADO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 52/2023

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro do Município de Campos de Júlio - MT, nomeado pela Portaria nº 127/2020, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Eletrônico "SRP" nº 52/2023, do tipo menor preço por item (item único), com abertura no dia 14/11/2023, às 08h00, horário local, com a finalidade de registrar preços para contratações parceladas de serviços de frete de calcário no trajeto Cáceres – MT a Campos de Júlio - MT,sendo declarada vencedora do certame a licitante CARDOSO TRANSPORTES LTDA,inscrita no CNPJ sob o nº 14.070.447/0001-41, com valor unitário de R$ 114,00 e valor global de R$ 68.400,00.

O processo foi homologado pelo Prefeito Municipal em 17/11/2023.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 2800 e pelo e-mail licitacao1@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 17 de novembro de 2023.

Eric Rodrigo Pettenan

Pregoeiro

DECRETO Nº. 279, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL ESPECIAL POR S*UPERAVIT* FINANCEIRO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº.* 1.845, de 17 de novembro de 2023*;*

RESOLVE:

Art. 1º Abrir o crédito adicional especial ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 1.325.000,00 (um milhão e trezentos e vinte e cinco mil reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 03 – Secretaria Municipal de Administração

UNIDADE: 01 Departamento de Administração

PROJETO: 1.119 Aquisição de Ônibus Rodoviário

ELEMENTO:

4.4.90.52.00.00.02.0500 R$ 1.325.000,00

Total da Suplementação R$ 1.325.000,00

Art. 2º Os recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo primeiro serão oriundos do ***Superávit***do exercício anterior conforme anexo único da Lei nº. 1.845/2023.

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

DECRETO Nº. 278, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL ESPECIAL POR S*UPERAVIT* FINANCEIRO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº.* 1.844, de 17 de novembro de 2023*;*

RESOLVE:

Art. 1º Abrir o crédito adicional especial ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 123.490,00 (cento e vinte e três mil e quatrocentos e noventa reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 08 – Secretaria Municipal de Educação

UNIDADE: 01 Departamento de Educação

PROJETO: 1.118 Aquisição de Veículo

ELEMENTO:

4.4.90.52.00.00.02.0500 R$ 123.490,00

Total da Suplementação R$ 123.490,00

Art. 2º Os recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo primeiro serão oriundos do ***Superávit***do exercício anterior conforme anexo único da Lei nº. 1.844/2023.

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

DECRETO Nº. 277, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL ESPECIAL POR S*UPERAVIT* FINANCEIRO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº.* 1.843, de 17 de novembro de 2023*;*

RESOLVE:

Art. 1º Abrir o crédito adicional especial ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), conforme especificado a seguir:

ÓRGÃO:08 – Secretaria Municipal de Educação

UNIDADE: 01 – Departamento de Educação

PROJETO: 1.009 Reforma e/ou Estruturação das Unidades Escolares do Município

ELEMENTO:

4.4.90.52.00.00.02.0500 Equipamentos e Material Permanente R$ 650. 000,00

Total da Suplementação R$ 650.000,00

Art. 2º Os recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo primeiro serão oriundos do ***Superávit***do exercício anterior conforme anexo único da Lei nº. 1.843/2023.

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

DECRETO Nº. 276, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A Abertura de Crédito ESPECIAL AO ORÇAMENTO Geral do Município, COM RECURSOS PROVENIENTES DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMATIVO, CONSIDERANDO-SE A TENDÊNCIA DO EXERCICIO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº.* 1.842, de 17 de novembro de 2023*;*

RESOLVE:

Art. 1º Abrir o crédito adicional especial ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme especificado a seguir:

ÓRGÃO:08 – Secretaria Municipal de Educação

UNIDADE: 02 – Fundo Manut e Desenv da Educação Básica - FUNDEB

ATIVIDADE: 2.086 Gerenciamento das Atividades do FUNDEB 70%

ELEMENTO:

3.3.90.04.00.00.01.0500 Contratação por Tempo Determinado R$ 200. 000,00

Total da Suplementação R$ 200.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo primeiro serão utilizados recursos provenientes do eventual excesso de arrecadação por fonte de recurso específica, conforme autorizado na Lei nº. 1.842/ 2023.

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

DECRETO Nº. 275, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A Abertura de Crédito SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMATIVO, CONSIDERANDO-SE A TENDÊNCIA DO EXERCÍCIO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº.* 1.841, de 17 de novembro de 2023*;*

RESOLVE:

Art. 1º Abrir o crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 1.757.000,00 (um milhão e setecentos e cinquenta e sete mil reais), conforme especificado a seguir:

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 02 – FUNDO MANUT E DESENV DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB

(524) 3.1.90.11.00.00.2.086.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 1.000.000,00

(521) 3.1.90.13.00.00.2.086.01.0500 Obrigações Patronais R$ 100.000,00

(697) 3.3.90.49.00.00.2.086.01.0500 Auxílio-Transporte R$ 7.000,00

(817) 3.1.90.04.00.00.2.111.01.0500 Contratação por Tempo Determinado R$ 30.000,00

(819) 3.1.90.11.00.00.2.111.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 320.000,00

(825) 3.1.90.13.00.00.2.111.01.0500 Obrigações Patronais R$ 70.000,00

(827) 3.1.90.04.00.00.2.112.01.0500 Contratação por Tempo Determinado R$ 50.000,00

(829) 3.1.90.11.00.00.2.112.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 150.000,00

(835) 3.1.90.13.00.00.2.112.01.0500 Obrigações Patronais R$ 30.000,00

Total suplementação R$ 1.757.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo primeiro serão utilizados recursos provenientes do eventual excesso de arrecadação estimativo, considerando-se a tendência do exercício.

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

DECRETO Nº. 274, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL ESPECIAL POR S*UPERAVIT* FINANCEIRO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº.* 1.840, de 17 de novembro de 2023*;*

RESOLVE:

Art. 1º Abrir o crédito adicional especial ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 142.182,16 (cento e quarenta e dois mil, cento e oitenta e dois reais e dezesseis centavos), conforme especificado a seguir:

ÓRGÃO:08 – Secretaria Municipal de Educação

UNIDADE: 01 – Departamento de Educação

PROJETO: 1.070 Construção do Centro de Educação Infantil

ELEMENTOS:

4.4.90.51.00.00.02.0500 Obras e Instalações R$ 142.182,16

Total da Suplementação R$ 142.182,16

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo primeiro serão oriundos do ***Superávit***do exercício anterior conforme anexo único dessa lei.

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

DECRETO Nº.273, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº.* 1.839, de 17 de novembro de 2023*;*

RESOLVE:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$10.037,18 (dez mil, trinta e sete reais e dezoito centavos), conforme especificado a seguir:

ORGÃO: 09 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

(891) 4.4.90.51.00.00.1.115.02.0500 Obras e Instalações R$ 10.037,18

Total suplementação R$ 10.037,18

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo primeiro será efetivada através da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO: 09 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

(798) 4.4.90.51.00.00.1.103.02.0500 Obras e Instalações R$ 10.037,18

Total anulação R$ 10.037,18

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

DECRETO Nº. 272, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL ESPECIAL POR S*UPERAVIT* FINANCEIRO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº.* 1.838, de 17 de novembro de 2023*;*

RESOLVE:

Art. 1º Abrir o crédito adicional especial ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme especificado a seguir:

ÓRGÃO:08 – Secretaria Municipal de Educação

UNIDADE: 01 – Departamento de Educação

PROJETO: 1.009 Reforma e/ou Estruturação das Unidades Escolares do Município

ELEMENTO:

3.3.90.30.00.00.02.0500 Material de Consumo R$ 120.000,00

Total da Suplementação R$ 120.000,00

Art. 2º Os recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo primeiro serão oriundos do ***Superávit***do exercício anterior conforme anexo único da Lei nº. 1.838/2023.

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

DECRETO Nº. 271, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL SUPLEMENTAR POR S*UPERAVIT* FINANCEIRO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº.* 1.837, de 17 de novembro de 2023*;*

RESOLVE:

Art. 1º Abrir o crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 260.673,77 (duzentos e sessenta mil, seiscentos e setenta e três reais e setenta e sete centavos), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 07 – Secretaria Municipal Assistência Social

UNIDADE: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

PROJETO: 1.117 Construção do Centro de Eventos - CRAS

ELEMENTO:

4.4.90.51.00.00.02.0755 Obras e Instalações R$ 260.673,77

Total da Suplementação R$ 260.673,77

Art. 2º Os recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo primeiro serão oriundos do ***Superávit***do exercício anterior conforme anexo único da Lei nº. 1.837/2023.

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

DECRETO Nº.270, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº.* 1.836, de 17 de novembro de 2023*;*

RESOLVE:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 1.590, de 22 de novembro de 2022, no valor de **R$** 496.699,85 (quatrocentos e noventa e seis mil, seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 07 – Secretaria Municipal Assistência Social

UNIDADE: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

PROJETO: 1.117 Construção do Centro de Eventos - CRAS

ELEMENTO:

4.4.90.51.00.00.01.0662 R$ 496.699,85

Total da Suplementação R$ 496.699,85

Art. 4º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo terceiro serão oriundos de anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentária:

ORGÃO: 07 – Secretaria Municipal Assistência Social

UNIDADE: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

(357) 3.3.90.30.00.00.1.021.01.0662 Material de Consumo R$ 480,37

(815) 4.4.90.51.00.00.1.105.01.0662 Obras e Instalações R$ 222.239,48

(368) 3.3.90.36.00.00.2.059.01.0662 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$ 200,00

(376) 3.3.90.14.00.00.2.061.01.0662 Diárias - Civil R$ 6.000,00

(382) 3.3.90.30.00.00.2.062.01.0662 Material de Consumo R$ 500,00

(385) 3.3.90.36.00.00.2.062.01.0662 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$ 200,00

(387) 3.1.90.11.00.00.2.063.01.0662 Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 85.000,00

(390) 3.3.90.30.00.00.2.063.01.0662 Material de Consumo R$ 4.000,00

(392) 3.3.90.36.00.00.2.063.01.0662 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$ 500,00

(394) 3.3.90.40.00.00.2.063.01.0662 Serv. de Tecnol. da Informação e Comum. R$ 7.000,00

(395) 3.3.90.46.00.00.2.063.01.0662 Auxílio - Alimentação R$ 14.000,00

(397) 3.1.90.13.00.00.2.063.01.0662 Obrigações Patronais R$ 35.000,00

(399) 3.3.90.36.00.00.2.064.01.0662 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$ 500,00

(405) 3.3.90.36.00.00.2.065.01.0662 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$ 100,00

(409) 3.1.90.11.00.00.2.066.01.0662 Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 65.000,00

(414) 3.3.90.33.00.00.2.066.01.0662 Passagens e Despesas com Locomoção R$ 5.000,00

(415) 3.3.90.36.00.00.2.066.01.0662 Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física R$ 1.000,00

(419) 3.3.90.40.00.00.2.066.01.0662 Serv. de Tecnol. da Informação e Comum. R$ 14.880,00

(422) 3.1.90.13.00.00.2.066.01.0662 Obrigações Patronais R$ 5.000,00

UNIDADE: 02 Fundo Municipal de Criança e do Adolescente

(428) 3.1.90.11.00.00.2.068.01.0662 Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 10.000,00

(431) 3.3.90.30.00.00.2.068.01.0662 Material de Consumo R$ 4.000,00

(432) 3.3.90.33.00.00.2.068.01.0662 Passagens e Despesas com Locomoção R$ 5.000,00

(433) 3.3.90.36.00.00.2.068.01.0662 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$ 500,00

(434) 3.3.90.39.00.00.2.068.01.0662 Outros Serv. de Terceiros – Pes. Jurídica R$ 10.000,00

(449) 3.3.90.46.00.00.2.071.01.0662 Auxílio - Alimentação R$ 600,00

Total da Anulação R$ 496.699,85

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

DECRETO Nº.269, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, “c” da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº.* 1.835, de 17 de novembro de 2023*;*

RESOLVE:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 266.000,00 (duzentos e sessenta e seis mil reais), conforme especificado a seguir:

ORGÃO: 09 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

(553) 3.3.90.39.00.00.2.088.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 266.000,00

Total suplementação R$ 266.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo primeiro será efetivada através da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO: 09 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

UNIDADE: 03 – DEPARTAMENTO DE TURISMO

(590) 3.3.90.39.00.00.1.068.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 266.000,00

Total anulação R$ 266.000,00

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI Nº.1.845, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

ACRESCENTA DOTAÇÃO A LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo II do Plano Plurianual, previsto na Lei nº1.330, de 29 de outubro de 2021, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração **Unidade:** 01 - Departamento de Administração **Função:** 04 Administração **Sub-função:** 122 Administração Geral **Programa:** 02 Gestão Administrativa **Projeto:** 1.119 Aquisição de Ônibus Rodoviário **Produto:** Unidade **Exercício:** 2023 R$ 1.325.000,00 **Valor Total:** R$ 1.325.000,00 (um milhão e trezentos e vinte e cinco mil reais) **Meta:** Melhorar atendimento aos munícipes com aquisição de ônibus rodoviário.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 1.497, de 28 de junho de 2022 que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração **Unidade:** 01 - Departamento de Administração **Função:** 04 Administração **Sub-função:** 122 Administração Geral **Programa:** 02 Gestão Administrativa **Projeto:** 1.119 Aquisição de Ônibus Rodoviário **Produto:** Unidade **Exercício:** 2023 R$ 1.325.000,00 **Valor Total:** R$ 1.325.000,00 (um milhão e trezentos e vinte e cinco mil reais) **Meta:** Melhorar atendimento aos munícipes com aquisição de ônibus rodovário.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 1.590, de 22 de novembro de 2022, no valor de R$ 1.325.000,00 (um milhão e trezentos e vinte e cinco mil reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 03 – Secretaria Municipal de Administração

UNIDADE: 01 Departamento de Administração

PROJETO: 1.119 Aquisição de Ônibus Rodoviário

ELEMENTO:

4.4.90.52.00.00.02.0500 R$ 1.325.000,00

Total da Suplementação R$ 1.325.000,00

Art. 4º Os recursos necessários para cobertura do crédito especial de que trata o artigo primeiro serão oriundos do **Superávit** do exercício anterior conforme anexo único dessa lei.

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo II do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº. 1.845/2023.

Fundamentado no anexo 14 das Contas Anuais de Gestão do Exercício de 2022.

Fonte de Recurso	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit	Créditos Utilizados	Saldo Superávit
02.500	R$ 15.157.496,25	R$ 0,00	R$ 15.157.496,25	R$ 11.614.730,56	R$ 3.542.765,69

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI Nº.1.844, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

ACRESCENTA DOTAÇÃO A LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo II do Plano Plurianual, previsto na Lei nº1.330, de 29 de outubro de 2021, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Educação **Unidade:** 01 - Departamento de Educação **Função:** 12 Educação **Sub-função:** 122 Administração Geral **Programa:** 02 Gestão Administrativa **Projeto:** 1.118 Aquisição de Veículo **Produto:** Unidade **Exercício:** 2023 R$ 123.490,00 **Valor Total:** R$ 123.490,00 (cento e vinte e três mil e quatrocentos e noventa reais) **Meta:** Melhorar atendimento com renovação da frota da municipal.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 1.497, de 28 de junho de 2022 que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Educação **Unidade:** 01 - Departamento de Educação **Função:** 12 Educação **Sub-função:** 122 Administração Geral **Programa:** 02 Gestão Administrativa **Projeto:** 1.118 Aquisição de Veículo **Produto:** Unidade **Exercício:** 2023 R$ 123.490,00 **Valor Total:** R$ 123.490,00 (cento e vinte e três mil e quatrocentos e noventa reais) **Meta:** Melhorar atendimento com renovação da frota da municipal.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 1.590, de 22 de novembro de 2022, no valor de R$ 123.490,00 (cento e vinte e três mil e quatrocentos e noventa reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 08 – Secretaria Municipal de Educação

UNIDADE: 01 Departamento de Educação

PROJETO: 1.118 Aquisição de Veículo

ELEMENTO:

4.4.90.52.00.00.02.0500 R$ 123.490,00

Total da Suplementação R$ 123.490,00

Art. 4º Os recursos necessários para cobertura do crédito especial de que trata o artigo primeiro serão oriundos do **Superávit** do exercício anterior conforme anexo único dessa lei.

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo II do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº. 1.844/2023.

Fundamentado no anexo 14 das Contas Anuais de Gestão do Exercício de 2022.

Fonte de Recurso	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit	Créditos Utilizados	Saldo Superávit
02.500	R$ 15.157.496,25	R$ 0,00	R$ 15.157.496,25	R$ 11.614.730,56	R$ 3.542.765,69

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI Nº.1.843, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

ALTERA A LEI 1.590/2022, QUE AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), conforme especificado a seguir:

ÓRGÃO:08 – Secretaria Municipal de Educação

UNIDADE: 01 – Departamento de Educação

PROJETO: 1.009 Reforma e/ou Estruturação das Unidades Escolares do Município

ELEMENTO:

4.4.90.52.00.00.02.0500 Equipamentos e Material Permanente R$ 650.000,00

Total da Suplementação R$ 650.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo primeiro serão oriundos do ***Superávit***do exercício anterior conforme anexo único dessa lei.

Art. 3º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo II do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio,17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº. 1.843/2023.

Fundamentado no anexo 14 das Contas Anuais de Gestão do Exercício de 2022.

Fonte de Recurso	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit	Créditos Utilizados	Saldo Superávit
02.500	R$ 15.157.496,25	R$ 0,00	R$ 15.157.496,25	R$ 11.614.730,56	R$ 3.542.765,69

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI Nº. 1.842, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

ACRESCENTA DOTAÇÕES A LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PROCEDENDO ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMATIVO, CONSIDERANDO-SE A TENDÊNCIA DO EXERCÍCIO, ATÉ O LIMITE DE R$ 200.000,00 AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme especificado a seguir:

ÓRGÃO:08 – Secretaria Municipal de Educação

UNIDADE: 02 – Fundo Manut e Desenv da Educação Básica - FUNDEB

ATIVIDADE: 2.086 Gerenciamento das Atividades do FUNDEB 70%

ELEMENTO:

3.3.90.04.00.00.01.0500 Contratação por Tempo Determinado R$ 200.000,00

Total da Suplementação R$ 200.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo primeiro serão utilizados recursos provenientes do eventual excesso de arrecadação estimativo, considerando-se a tendência do exercício.

Art. 3º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo II do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI Nº. 1.841, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

ALTERA A LEI 1.590/2022, QUE AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ESTIMATIVO, CONSIDERANDO-SE A TENDÊNCIA DO EXERCÍCIO, ATÉ O LIMITE DE R$ 1.757.000,00 AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 1.757.000,00 (um milhão e setecentos e cinquenta e sete mil reais), conforme especificado a seguir:

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 02 – FUNDO MANUT E DESENV DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB

(524) 3.1.90.11.00.00.2.086.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 1.000.000,00

(521) 3.1.90.13.00.00.2.086.01.0500 Obrigações Patronais R$ 100.000,00

(697) 3.3.90.49.00.00.2.086.01.0500 Auxílio-Transporte R$ 7.000,00

(817) 3.1.90.04.00.00.2.111.01.0500 Contratação por Tempo Determinado R$ 30.000,00

(819) 3.1.90.11.00.00.2.111.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 320.000,00

(825) 3.1.90.13.00.00.2.111.01.0500 Obrigações Patronais R$ 70.000,00

(827) 3.1.90.04.00.00.2.112.01.0500 Contratação por Tempo Determinado R$ 50.000,00

(829) 3.1.90.11.00.00.2.112.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 150.000,00

(835) 3.1.90.13.00.00.2.112.01.0500 Obrigações Patronais R$ 30.000,00

Total suplementação R$ 1.757.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo primeiro serão utilizados recursos provenientes do eventual excesso de arrecadação estimativo, considerando-se a tendência do exercício.

Art. 3º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo II do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio,17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI Nº 1.840, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

ALTERA A LEI 1.590/2022, QUE AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 142.182,16 (cento e quarenta e dois mil, cento e oitenta e dois reais e dezesseis centavos), conforme especificado a seguir:

ÓRGÃO:08 – Secretaria Municipal de Educação

UNIDADE: 01 – Departamento de Educação

PROJETO: 1.070 Construção do Centro de Educação Infantil

ELEMENTOS:

4.4.90.51.00.00.02.0500 Obras e Instalações R$ 142.182,16

Total da Suplementação R$ 142.182,16

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo primeiro serão oriundos do ***Superávit***do exercício anterior conforme anexo único dessa lei.

Art. 3º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo II do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº. 1.840/2023.

Fundamentado no anexo 14 das Contas Anuais de Gestão do Exercício de 2022.

Fonte de Recurso	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit	Créditos Utilizados	Saldo Superávit
02.500	R$ 15.157.496,25	R$ 0,00	R$ 15.157.496,25	R$ 11.614.730,56	R$ 3.542.765,69

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI Nº. 1.839, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

ALTERA A LEI 1.590/2022, QUE AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 10.037,18 (dez mil, trinta e sete reais e dezoito centavos), conforme especificado a seguir:

ORGÃO: 09 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

(891) 4.4.90.51.00.00.1.115.02.0500 Obras e Instalações R$ 10.037,18

Total suplementação R$ 10.037,18

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo primeiro será efetivada através da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO: 09 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

(798) 4.4.90.51.00.00.1.103.02.0500 Obras e Instalações R$ 10.037,18

Total anulação R$ 10.037,18

Art. 3º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo II do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio/MT, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI Nº 1.838, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

ALTERA A LEI 1.590/2022, QUE AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme especificado a seguir:

ÓRGÃO:08 – Secretaria Municipal de Educação

UNIDADE: 01 – Departamento de Educação

PROJETO: 1.009 Reforma e/ou Estruturação das Unidades Escolares do Município

ELEMENTO:

3.3.90.30.00.00.02.0500 Material de Consumo R$ 120.000,00

Total da Suplementação R$ 120.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo primeiro serão oriundos do ***superávit***do exercício anterior conforme anexo único dessa lei.

Art. 3º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo II do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº. 1.838/2023.

Fundamentado no anexo 14 das Contas Anuais de Gestão do Exercício de 2022.

Fonte de Recurso	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit	Créditos Utilizados	Saldo Superávit
02.500 (Educação)	R$ 3.783.905,18	0,00	R$ 3.783.905,18	R$ 3.627.699,39	R$ 156.205,79

Campos de Júlio,17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI Nº 1.837, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

ACRESCENTA DOTAÇÃO A LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo II do Plano Plurianual, previsto na Lei nº1.330, de 29 de outubro de 2021, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 07 – Secretaria Municipal Assistência Social **Unidade:** 07.01 Fundo Municipal de Assistência Social **Função:** 08 Assistência Social **Sub-função:** 244 Assistência Comunitária **Programa:** 02 Gestão Administrativa **Projeto:** 1.117 Construção do Centro de Eventos - CRAS **Produto:** Unidade. **Exercício:** 2023 R$ 260.673,77 **Valor Total:** R$ 260.673,77 (duzentos e sessenta mil, seiscentos e setenta e três reais e setenta e sete centavos) **Meta:** Democratizar o acesso aos bens e serviços públicos, provendo aos órgãos do município meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 1.497, de 28 de junho de 2022 que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 07 – Secretaria Municipal Assistência Social **Unidade:** 07.01 Fundo Municipal de Assistência Social **Função:** 08 Assistência Social **Sub-função:** 244 Assistência Comunitária **Programa:** 02 Gestão Administrativa **Projeto:** 1.117 Construção do Centro de Eventos - CRAS **Produto:** Unidade. **Exercício:** 2023 R$ 260.673,77 **Valor Total:** R$ 260.673,77 (duzentos e sessenta mil, seiscentos e setenta e três reais e setenta e sete centavos) **Meta:** Democratizar o acesso aos bens e serviços públicos, provendo aos órgãos do município meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 1.590, de 22 de novembro de 2022, no valor de R$ 260.673,77 (duzentos e sessenta mil, seiscentos e setenta e três reais e setenta e sete centavos), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 07 – Secretaria Municipal Assistência Social

UNIDADE: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

PROJETO: 1.117 Construção do Centro de Eventos - CRAS

ELEMENTO:

4.4.90.51.00.00.02.0755 Obras e Instalações R$ 260.673,77

Total da Suplementação R$ 260.673,77

Art. 4º Os recursos necessários para cobertura do crédito especial de que tratam os artigos anteriores serão oriundos do **superávit** do exercício anterior conforme anexo único dessa lei.

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo II do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº.1.837/2023.

Fundamentado no anexo 14 das Contas Anuais de Gestão do Exercício de 2022.

Fonte de Recurso	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit	Créditos Utilizados	Saldo Superávit
02.0755	R$ 1.504.881,74	R$ 0,00	R$ 1.504.881,74	R$ 715.937,53	R$ 788.944,21

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI Nº.1.836, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

ACRESCENTA DOTAÇÃO A LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo II do Plano Plurianual, previsto na Lei nº 1.330, de 29 de outubro de 2021, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 07 – Secretaria Municipal Assistência Social **Unidade:** 07.01 Fundo Municipal de Assistência Social **Função:** 08 Assistência Social **Sub-função:** 244 Assistência Comunitária **Programa:** 02 Gestão Administrativa **Projeto:** 1.117 Construção do Centro de Eventos - CRAS **Produto:** Unidade. **Exercício:** 2023 R$ 496.699,85 **Valor Total:** R$ 496.699,85 (quatrocentos e noventa e seis mil, seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos) **Meta:** Democratizar o acesso aos bens e serviços públicos, provendo aos órgãos do município meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 1.497, de 28 de junho de 2022 que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 07 – Secretaria Municipal Assistência Social **Unidade:** 07.01 Fundo Municipal de Assistência Social **Função:** 08 Assistência Social **Sub-função:** 244 Assistência Comunitária **Programa:** 02 Gestão Administrativa **Projeto:** 1.117 Construção do Centro de Eventos – CRAS **Produto:** Unidade. **Exercício:** 2023 R$ 496.699,85 **Valor Total:** R$ 496.699,85 (quatrocentos e noventa e seis mil, seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos) **Meta:** Democratizar o acesso aos bens e serviços públicos, provendo aos órgãos do município meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 1.590, de 22 de novembro de 2022, no valor de R$ 496.699,85 (quatrocentos e noventa e seis mil, seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 07 – Secretaria Municipal Assistência Social

UNIDADE: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

PROJETO: 1.117 Construção do Centro de Eventos - CRAS

ELEMENTO:

4.4.90.51.00.00.01.0662 R$ 496.699,85

Total da Suplementação R$ 496.699,85

Art. 4º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo terceiro serão oriundos de anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentária:

ORGÃO: 07 – Secretaria Municipal Assistência Social

UNIDADE: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

(357) 3.3.90.30.00.00.1.021.01.0662 Material de Consumo R$ 480,37

(815) 4.4.90.51.00.00.1.105.01.0662 Obras e Instalações R$ 222.239,48

(368) 3.3.90.36.00.00.2.059.01.0662 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$ 200,00

(376) 3.3.90.14.00.00.2.061.01.0662 Diárias - Civil R$ 6.000,00

(382) 3.3.90.30.00.00.2.062.01.0662 Material de Consumo R$ 500,00

(385) 3.3.90.36.00.00.2.062.01.0662 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$ 200,00

(387) 3.1.90.11.00.00.2.063.01.0662 Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 85.000,00

(390) 3.3.90.30.00.00.2.063.01.0662 Material de Consumo R$ 4.000,00

(392) 3.3.90.36.00.00.2.063.01.0662 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$ 500,00

(394) 3.3.90.40.00.00.2.063.01.0662 Serv. de Tecnol. da Informação e Comum. R$ 7.000,00

(395) 3.3.90.46.00.00.2.063.01.0662 Auxílio - Alimentação R$ 14.000,00

(397) 3.1.90.13.00.00.2.063.01.0662 Obrigações Patronais R$ 35.000,00

(399) 3.3.90.36.00.00.2.064.01.0662 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$ 500,00

(405) 3.3.90.36.00.00.2.065.01.0662 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$ 100,00

(409) 3.1.90.11.00.00.2.066.01.0662 Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 65.000,00

(414) 3.3.90.33.00.00.2.066.01.0662 Passagens e Despesas com Locomoção R$ 5.000,00

(415) 3.3.90.36.00.00.2.066.01.0662 Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física R$ 1.000,00

(419) 3.3.90.40.00.00.2.066.01.0662 Serv. de Tecnol. da Informação e Comum. R$ 14.880,00

(422) 3.1.90.13.00.00.2.066.01.0662 Obrigações Patronais R$ 5.000,00

UNIDADE: 02 Fundo Municipal de Criança e do Adolescente

(428) 3.1.90.11.00.00.2.068.01.0662 Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 10.000,00

(431) 3.3.90.30.00.00.2.068.01.0662 Material de Consumo R$ 4.000,00

(432) 3.3.90.33.00.00.2.068.01.0662 Passagens e Despesas com Locomoção R$ 5.000,00

(433) 3.3.90.36.00.00.2.068.01.0662 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$ 500,00

(434) 3.3.90.39.00.00.2.068.01.0662 Outros Serv. de Terceiros – Pes. Jurídica R$ 10.000,00

(449) 3.3.90.46.00.00.2.071.01.0662 Auxílio - Alimentação R$ 600,00

Total da Anulação R$ 496.699,85

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo II do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI Nº. 1.835, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

ALTERA A LEI 1.590/2022, QUE AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 266.000,00 (duzentos e sessenta e seis mil reais), conforme especificado a seguir:

ORGÃO: 09 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

(553) 3.3.90.39.00.00.2.088.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 266.000,00

Total suplementação R$ 266.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo primeiro será efetivada através da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO: 09 – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

UNIDADE: 03 – DEPARTAMENTO DE TURISMO

(590) 3.3.90.39.00.00.1.068.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 266.000,00

Total anulação R$ 266.000,00

Art. 3º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo II do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio/MT, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI Nº. 1.846, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1° O campo de futebol *society*, situado na Av. Governador Júlio Campos passa a denominar-se "***Campo de Futebol Society Fravio Lesmo Melo Galeano, O Pikachu***.

Art. 2º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação

Campos de Júlio, 17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

DECRETO Nº. 268, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

DESIGNA FISCAL DE OBRA PERTINENTE A REFORMA DA ESCOLA ESTADUAL ANGELINA FRANCISCON MAZUTTI.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais previstas no artigo 148, inciso I, da Lei Orgânica Municipal (LOM);

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 89 do Decreto nº. 73.140, de 9 de novembro de 1973;*

CONSIDERANDO *a observância ao princípio da segregação de funções em relação a fiscal* ***de*** *contrato administrativo pertinente a obras e serviços de engenharia, servidora Cintya Vieira Souto;*

RESOLVE:

Art. 1º Designar o senhor **EDUARDO RAMPANELLI TOSETTO,** engenheiro civil inscrito no CREA/MT sob nº. MT 52296, para atuar como **fiscal de obra pertinente a reforma da Escola Estadual Angelina Franciscon Mazutti**, celebrados pelo Município de Campos de Júlio, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 2º Fica o fiscal obrigado a anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo único. As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 17 de novembro de 2023.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2023

Município de Campos de Júlio-MT, através da Prefeitura Municipal, torna público que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob o nº 057/2023, do tipo menor preço por item, com a finalidade de **"Contratação de empresa especializada em engenharia para aquisição, transporte e instalação de transformador elétrico, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e seus Departamentos"**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos, disponíveis no endereço: https://licitanet.com.br – Licitações On-Line e no site www.camposdejulio.mt.gov.br em Licitações.

A abertura da disputa de preços está marcada para o dia 05/12/2023, às 09h00 (nove horas) do horário Brasília (DF).

Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitação2@camposdejulio.mt.gov.br e/ou pelos telefones (65) 3387-2800 ou (65) 9.9963-3595 citando o nº do edital em questão

Campos de Júlio - MT, 17 de novembro de 2023.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro

Portaria nº 237/2017

LEI Nº. 1.834, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

ALTERA A REDAÇÃO DO *CAPUT* E DO §2º E ACRESCENTA O §3º AO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº. 1604, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE DISPOE SOBRE O AUXILIO TRANSPORTE A TÍTULO DE DESLOCAMENTO DE DIFÍCIL ACESSO A SERVIDORES LOTADOS EM UNIDADES ESCOLARES, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1° Altera a redação do caput e do §2º e acrescenta o §3º ao artigo 1º da Lei Municipal nº. 1.604, de 6 de dezembro de 2022, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder gratificação por difícil acesso, no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) para a jornada mensal, aos servidores efetivos ou comissionados que estejam lotados nas escolas municipais localizadas na zona rural e aos servidores que vierem a substitui-los por afastamentos, vacância do cargo, por meio de contratatação temporária, por credenciamento ou outra modalidade licitatória.

§1º O valor do auxílio mencionado no caput deste artigo (R$ 500,00), fica garantido o reajuste semestral de acordo com o percentual de aumento do combustível.

§2º Os servidores que laborarem em jornada inferior **a 22 (vinte e dois) dias** receberão o auxílio de forma proporcional aos dias trabalhados nas escolas de que trata essa lei.

§3º. Considerar-se-á para o desconto do auxílio transporte a título de deslocamento de difícil acesso, por dia não trabalhado a proporcionalidade de 22 dias.

Art. 3º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação

Campos de Júlio,17 de novembro de 2023.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº. 07/2023/SME, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº. 07/2023/SME, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPOS DE JÚLIO-MT, PARA O ANO LETIVO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL, Secretária Municipal de Educação de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no Artigo 24, Inciso I, da Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 9.394/96;

CONSIDERANDO ainda, a necessidade de normatizar o início e término do ano letivo para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1°. Determinar que o Calendário Escolar para a Educação Infantil e Ensino Fundamental deverá ter no mínimo, 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos de atividade escolar de efetivo trabalho educacional e respeitar a carga horária estabelecida nas matrizes curriculares.

§ 1º. Para atendimento ao contido no *caput* deste artigo, será considerado dia de efetivo trabalho educacional escolar toda atividade de natureza pedagógica, planejada, organizada, estruturada e coerentemente articulada aos princípios, objetivos e metas previstas no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, envolvendo obrigatoriamente a participação dos estudantes.

§ 2º. É vedada a realização de eventos ou atividades que não estejam previstos na programação do calendário escolar.

§ 3º. Os dias de efetivo trabalho escolar, constantes da programação do calendário, que, por qualquer motivo, deixarem de ocorrer, deverão ser repostos, podendo essa reposição se realizar, inclusive, aos sábados.

Art. 2°. A Secretaria Municipal de Educação encaminhará para as unidades escolares o Calendário do Ano Letivo 2024 (anexo I desta Portaria), com datas estabelecidas para adequações às suas especificidades. **Caberá a unidade escolar preencher o modelo (Anexo II desta Portaria) com as atividades específicas da escola/creche, aprová-lo em Assembleia Geral e assinado pelo Diretor e Presidente do CDCE. Esse documento deverá ser encaminhado através de ofício, anexando também a cópia da Ata da Assembleia realizada, à Secretaria Municipal de Educação no período de 29/11/2023 a 01/12/2023.**

§ 1º. Os diretores das unidades escolares e o respectivo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar/CDCE, na elaboração do calendário das atividades específicas da escola/creche referentes ao ano letivo 2024, deverão observar as datas estabelecidas nesta Portaria e acrescentar as datas e programações específicas de cada unidade escolar, encaminhá-lo à Secretaria Municipal de Educação para análise, aprovação e homologação das informações inseridas no Calendário.

§ 2º. Cada unidade escolar deverá programar suas respectivas atividades em função das condições e necessidades (Reunião de Pais/Mestres; conselhos de classe; atividades de estreitamento das relações família/escola: exposição de trabalhos, palestras, eventos esportivos, etc; entre outros) e diretrizes gerais contidas nesta Portaria.

§ 3º. Idêntico procedimento previsto no *caput* deste artigo deverá ser adotado no decorrer do ano letivo, quando houver necessidade de alteração e/ou adequação do Calendário de Atividades e Eventos Pedagógicos - 2024, decorrente de suspensão de aulas e outras formas de descaracterização de dia/hora de efetivo trabalho educacional, inclusive decorrente de pontos facultativos.

I – Após aprovado pela Comunidade Escolar deverá ser encaminhado ofício à Secretaria Municipal de Educação informando e justificando a alteração e/ou adequação do Calendário de Atividades.

§ 4º. A Secretaria Municipal de Educação irá receber e analisar se o calendário cumpre com as normas e legislação vigente, para fazer a sua aprovação;

§ 5º. O calendário escolar 2024, devidamente aprovado/validado, será assinado pela Secretária Municipal de Educação e Diretor (a) da unidade escolar, sendo uma via arquivada na Secretaria Municipal de Educação e outra na unidade escolar, e devidamente publicado no endereço eletrônico: www.camposdejulio.mt.gov.br/Secretarias/Educacao/.

Art. 3º Estabelecer o início do ano letivo em **05/02/2024** e o término em **18/12/2024** nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Campos de Júlio-MT.

I – As férias dos profissionais da educação (efetivos) que estejam em exercício nas unidades escolares de **22/12/2023 a 20/01/2024**; Retorno das férias coletivas escolares (2023/2024) no dia **22/01/2024**.

II – Ao término do 1º semestre ocorrerá o período de **recesso escolar**, pelo prazo de 15 dias, a partir de **12/07/2024 a 26/07/2024**, destinado a estudantes, professores que estejam em regência de turma (sala de aula), Apoio Pedagógico, Sala de Recursos Multifuncional.

Parágrafo único – O período de Recesso Escolar dos demais servidores lotados nas unidades escolares e não contempladas neste artigo serão tratados em Portaria específica.

Art. 4º Determinar que após o término das férias coletivas escolares, referente ao período 2023/2024, o professor da educação básica, efetivo, retorne as suas atribuições funcionais, na unidade escolar de lotação, para participar do processo de atribuição de classes e/ou aulas; planejamento das atividades escolares referentes ao ano letivo 2024; participar de Curso de Formação Continuada ofertado na Semana Pedagógica, e demais atividades pertinentes. E os demais servidores para a organização do espaço escolar para receber os estudantes, e outras atividades pertinentes, para o início do ano letivo.

§ 1º - Ao regressar das férias, o profissional se dirigirá à unidade escolar na qual estava lotado durante o ano letivo de 2023. Após a atribuição, caso tenha optado em atribuir em outra unidade escolar diferente daquela onde estava lotado em 2023, continuará com suas atividades nessa unidade escolar escolhida e atribuída.

§ 2º - A partir do retorno dos Profissionais da Educação serão realizadas atividades relativas à atribuição de classes e/ou aulas, dispostos em Instrução Normativa específica expedida pela Secretaria Municipal de Educação de Campos de Júlio-MT e demais atividades conforme segue o cronograma:

a) **22/01/2024** – Retorno das férias coletivas (2023/2024) e acolhida dos Profissionais;

b) **22 e 23/01/2024** – Atribuição de classes e/ou aulas aos servidores efetivos pela Comissão de Atribuição;

c) **22/01 e 02/02/2024** – Realização das atividades da Semana Pedagógica e planejamento de atividades escolares;

d) **05/02/2024** – Início do ano letivo;

e) **05/02/2024 a 19/04/2024** – 1º Bimestre;

f) **22/04/2024 a 11/07/2024** – 2º Bimestre;

g) **12 a 26/07/2024** – Recesso Escolar;

h) **29/07/2024 a 04/10/2024** – 3º Bimestre;

i) **07/10/2024 a 18/12/2024** – 4º Bimestre;

j) **18/12/2024** – Término do ano letivo;

k) Demais datas, serão encaminhadas pelas unidades escolares a esta secretaria para análise, aprovação e homologação do calendário escolar específico, na data prevista no Artigo 2º desta Portaria.

Art. 5º A Portaria também autoriza a previsão de até cinco (05) sábados letivos, a fim de assegurar a integralização do ano letivo.

Art. 6º Os gestores das unidades escolares deverão cumprir e fazer cumprir a organização do tempo escolar prevista na presente Portaria, devendo, ainda, divulgá-la para a comunidade por meio de todos os recursos de que dispõem. **É vedada à equipe dirigente acrescentar dias letivos, festas e eventos de qualquer natureza após a aprovação do Calendário Escolar da unidade pelo Conselho Escolar e Secretaria Municipal de Educação.**

Parágrafo Único - É de responsabilidade do/a Diretor/a da unidade escolar fazer cumprir o Calendário Escolar no que se refere aos dias letivos e a carga horária.

Art. 7º Os eventos escolares educativos registrados e aprovados no calendário escolar da unidade escolar que forem alterados para a realização com os estudantes em um único período (matutino ou vespertino), como também, a sugestão de alteração do cardápio para esse dia em específico, deverão ser informados com antecedência mínima de dez (10) dias, através de ofício ao Nutricionista Escolar, responsável pela alimentação escolar dos estudantes.

Art. 8º Não serão permitidas alterações no Calendário Escolar, exceto, em situações especiais ou emergenciais, analisadas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar/CDCE e pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único - As aulas dos dias letivos previstos no Calendário Escolar só poderão ser suspensas em decorrência de situações que justifiquem tal medida, sendo obrigatória a reposição do dia letivo e da carga horária correspondente, a fim de atender aos mínimos estabelecidos em lei.

Art. 9º Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as atribuições inerentes a cada uma delas.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICADA REGISTRADA CUMPRA-SE

Campos de Júlio - MT, 17 de novembro de 2023.

JULIANA FERREIRA DE CASTRO UEBEL

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I - PORTARIA Nº. 07/2023/SME

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO – MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CALENDÁRIO ESCOLAR / 2024 - REDE MUNICIPAL

ANEXO II - PORTARIA Nº. 07/2023/SME

Programação das atividades da unidade escolar: _____ para o ano letivo 2024, conforme previsto no Artigo 2º da Portaria nº 07/2023/SME.

Preencher com as atividades específicas da escola/creche, aprová-lo em Assembleia Geral e ser assinado pelo Diretor e Presidente do CDCE.

Esse documento deverá ser encaminhado através de ofício, anexando também a cópia da Ata da Assembleia realizada, à Secretaria Municipal de Educação no período de 29/11/2023 a 01/12/2023.

Calendário de Atividades e Eventos Pedagógicos - 2024	
ATIVIDADES	DATAS/PERÍODOS

Diretor	Presidente do CDCE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 174/2023

Processo: 000008103/2023

Ata de Registro de Preços n.º174/2023

Assinada em 16/11/2023

Órgão responsável pelo registro: Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte / CNPJ: 37.465.200/0001-20

Fornecedor: PROCELA PARTICIPACOES LTDA

CNPJ: 09.686.716/0001-69

Objeto: O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de materiais e insumos laboratoriais para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte/MT.

Valor total estimado: R$ 60.377,00 (sessenta mil trezentos e setenta e sete reais)

Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de 16 de Novembro de 2023.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Nº do Certame: 069/2023

Data da Publicação no DOC 21/11/2023

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 173/2023

Processo: 000008103/2023

Ata de Registro de Preços n.º173/2023

Assinada em 16/11/2023

Órgão responsável pelo registro: Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte / CNPJ: 37.465.200/0001-20

Fornecedor: A C L ASSISTENCIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA

CNPJ: 22.627.453/0001-85

Objeto: O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de materiais e insumos laboratoriais para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte/MT.

Valor total estimado: R$ 3.920,80 (três mil novecentos e vinte reais e oitenta centavos)

Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de 16 de Novembro de 2023.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Nº do Certame: 069/2023

Data da Publicação no DOC 21/11/2023

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 891/2023/GAPRE, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 891/2023/GAPRE, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE FALTAS FUNCIONAIS POR PARTE DE SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no de uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o Art. 189°, da Lei Municipal n.252 de 15 de dezembro de 2005 (Estatuto dos Servidores Públicos) que determina que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público está obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou inquérito administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa;

CONSIDERANDO que o funcionário público deve cumprir suas obrigações e responsabilidades inerentes ao seu cargo, incluindo a aplicação do horário de trabalho proposto pela instituição e a comunicação prévia em caso de impossibilidade de comparecimento ao trabalho.

CONSIDERANDO a PORTARIA N.890/2023/GAPRE que trata do despacho interno e da abertura do Processo de Sindicância.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR os seguintes servidores da estrutura interna da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, considerando o memorando n.568/2023/SMS que solicita abertura de Processo Administrativo Disciplinar – PAD, para comporem a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar afim de apurar fatos e falhas funcionais por parte de servidora do quadro efetivo da Secretaria Municipal de Saúde – SMS; sendo eles:

I - Presidente da Comissão: Delcimar Vieira Lima**,** matrícula funcional n. 678. **II - Membro:** Letícia Santos Lima, matrícula funcional n. 2446.

III - Membro: Lucas Rafael Pereira, matrícula funcional n. 2329.

Art. 2º. A presente Portaria é peça inicial do Processo Administrativo Sancionador e será acompanhada dos autos referenciados;

Art. 3º. Ao final dos trabalhos caberá a Comissão nomeada produzir Relatório a ser encaminhado ao Gabinete do Prefeito com o resultado das apurações, bem como com sugestões de medidas a serem tomadas, se for o caso.

Art. 4º. A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, admitida a sua prorrogação por até 30 (trinta) dias, se as circunstâncias assim o exigirem, contados a partir da data da publicação desta Portaria.

Art. 5º. A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte – MT, em 17 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 168/2023

Processo: 000007577/2023

Ata de Registro de Preços n.º168/2023

Assinada em 16/11/2023

Órgão responsável pelo registro: Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte / CNPJ: 37.465.200/0001-20

Fornecedor: S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 14.805.780/0001-51

Objeto: O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de equipamentos médico-hospitalar, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Canabrava do Norte/MT.

Valor total estimado: R$ 11.380,00 (onze mil trezentos e oitenta reais)

Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de 16 de Novembro de 2023.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Nº do Certame: 068/2023

Data da Publicação no DOC 21/11/2023

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 175/2023

Processo: 000008103/2023

Ata de Registro de Preços n.º175/2023

Assinada em 16/11/2023

Órgão responsável pelo registro: Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte / CNPJ: 37.465.200/0001-20

Fornecedor: HABX COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS DE HOSPITAIS E LABORATORIOS LTDA

CNPJ: 28.767.124/0001-16

Objeto: O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de materiais e insumos laboratoriais para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte/MT.

Valor total estimado: R$ 38.810,33 (trinta e oito mil oitocentos e dez reais e trinta e três centavos)

Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de 16 de Novembro de 2023.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Nº do Certame: 069/2023

Data da Publicação no DOC 21/11/2023

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 171/2023

Processo: 000007577/2023

Ata de Registro de Preços n.º171/2023

Assinada em 16/11/2023

Órgão responsável pelo registro: Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte / CNPJ: 37.465.200/0001-20

Fornecedor: LONDRIHOSP IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI

CNPJ: 42.650.279/0001-07

Objeto: O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de equipamentos médico-hospitalar, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Canabrava do Norte/MT.

Valor total estimado: R$ 8.315,00 (oito mil trezentos e quinze reais)

Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de 16 de Novembro de 2023.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Nº do Certame: 068/2023

Data da Publicação no DOC 21/11/2023

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 170/2023

Processo: 000007577/2023

Ata de Registro de Preços n.º170/2023

Assinada em 16/11/2023

Órgão responsável pelo registro: Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte / CNPJ: 37.465.200/0001-20

Fornecedor: BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 34.680592/0001-51

Objeto: O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de equipamentos médico-hospitalar, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Canabrava do Norte/MT.

Valor total estimado: R$ 9.780,00 (nove mil setecentos e oitenta reais)

Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de 16 de Novembro de 2023.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Nº do Certame: 068/2023

Data da Publicação no DOC 21/11/2023

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 169/2023

Processo: 000007577/2023

Ata de Registro de Preços n.º169/2023

Assinada em 16/11/2023

Órgão responsável pelo registro: Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte / CNPJ: 37.465.200/0001-20

Fornecedor: OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 22.228.679/0001-03

Objeto: O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de equipamentos médico-hospitalar, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Canabrava do Norte/MT.

Valor total estimado: R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais)

Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de 16 de Novembro de 2023.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Nº do Certame: 068/2023

Data da Publicação no DOC 21/11/2023

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 892/2023/GAPRE, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 892/2023/GAPRE, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO, JOELTON NOGUEIRA DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, incisos III, XXVIII e XXX, da Lei Orgânica Municipal e as disposições contidas na Lei Municipal n. 425/2009 no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO a Lei Municipal n. 425, de 18 de dezembro de 2009, que "*dispõe sobre o regime de diárias para o prefeito, vice-prefeito, secretários/assessores e demais servidores municipais, em viagem a serviço do município de Canabrava do Norte – MT e da outras providencias*" e o decreto municipal n. 938, de 12 de janeiro de 2022, que "*dispõe sobre a atualização de valores para concessão de diárias, e dá outras providências*" e a Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03, que "*estabelece Normas e Procedimentos para Concessão e Controle de Diárias e Adiantamentos de Viagens*", aprovada pelo Decreto n. 704, de 29 de agosto de 2019.

CONSIDERANDO que diária consiste no auxílio pecuniário concedido, a título de indenização pelas despesas com alimentação e hospedagem a agentes políticos, servidores públicos ou conselheiros municipais, conselheiros tutelares e particulares em colaboração com o Poder Público que se deslocarem temporariamente do município, para estrito desempenho de suas atribuições do cargo, e/ou para participar de seminários, congressos, cursos de aperfeiçoamento e outros eventos de interesse da municipalidade.

CONSIDERANDO que adiantamento consiste na entrega de numerário a agentes políticos, servidores públicos ou conselheiros municipais, conselheiros tutelares e particulares em colaboração com o Poder Público, cuja finalidade seja custear as despesas efetuadas distantes da sede do município, como despesas com locomoção urbana, intermunicipal ou interestadual no caso de viagens a serviço do município. Também, as despesas com combustível, no caso de a viagem ser com carro oficial do Município ou cedido pelo próprio servidor ou agente político (sendo que neste caso só poderão custear despesas com combustíveis, não entrando manutenção com mecânica e nem peças), em trechos em que não haja postos de abastecimento vencedores de licitações.

CONSIDERANDO que nos termos da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03, que "estabelece Normas e Procedimentos para Concessão e Controle de Diárias e Adiantamentos de Viagens", aprovada pelo Decreto n. 704, de 29 de agosto de 2019, no capítulo V, item 2, é de responsabilidade do Secretário da Pasta "deferir ou indeferir as diárias e/ou adiantamento solicitadas por servidor público, agente político ou conselheiro municipal e assinar a respectiva Requisição/Solicitação de Empenho, a ser encaminhada à Contabilidade para realização de empenho" e

ao Chefe do Poder Executivo aplicar as sanções administrativas cabíveis previstas na legislação vigente (capítulo V - Reponsabilidade, item 1, da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03).

CONSIDERANDO que as diárias serão calculadas por período de 24 (vinte e quatro) horas, e concedidas por dia de afastamento do Município, incluindo-se os dias de partida e de chegada. No caso de o afastamento ocorrer por um período de até 12 (doze) horas, será computado como meia diária (capítulo VI – Procedimentos, item 3, da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03);

CONSIDERANDO que o valor da diária, indicada no Decreto Municipal n. 280/2010, em seu Anexo I, ou outro decreto que vier lhe suceder, será reduzido em 50% (cinquenta por cento), quando houver necessidade de deslocar-se para localidades situadas num raio de até 100 km de distância do município de Canabrava do Norte (capítulo VI - Procedimentos, item 5, da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03).

CONSIDERANDO que o valor das diárias será concedido COM ou SEM PERNOITE. No caso, que houver deslocamento, sem pernoite, o valor devido da diária será de 50% (cinquenta por cento) do valor devido da diária (capítulo VI - Procedimentos, item 6, da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03).

CONSIDERANDO que ao agente político, servidor público, conselheiro tutelar ou conselheiro municipal e particulares em colaboração com o Poder Público que não prestar contas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis do seu retorno fica vedado à concessão de nova diária e/ou adiantamento de passagem, além de se efetivar o desconto na sua folha de pagamento do mês subsequente (capítulo VII – Considerações finais, item 6, da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03).

CONSIDERANDO a solicitação contida no memorando n. 570/2023/SMSCBN, de 17 de novembro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a **JOELTON NOGUEIRA DOS SANTOS,** matrícula funcional n. 2384, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.956.***-**, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Agente de Transporte de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SMS, o correspondente a 02 diária no valor de R$317,11 (trezentos e dezessete reais e onze centavos) cada diária, totalizando um montante de R$634,22 (seiscentos e trinta e quatro reais e vinte e dois centavos), em decorrência de viagem à cidade de Palmas - TO para viabilizar a revisão da ambulância Peugeot placa RRQ4F78**.** Com saída de Canabrava do Norte – MT no dia 20/11/2023 às 08hrs e retorno dia 21/11/2023, às 16hrs e sem previsão de chegada ao município.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta portaria ocorrerão por conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Nos termos do artigo 10º, da Lei Municipal n. 425, de 18 de dezembro de 2009, que "*dispõe sobre o regime de diárias para o prefeito, vice-prefeito, secretários/assessores e demais servidores municipais, em viagem a serviço do município de Canabrava do Norte – MT e da outras providencias*" e nos termos do item 16, do capítulo VI – Procedimentos e item 6, do capítulo VII – Considerações Finais, ambos da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03, que "*estabelece Normas e Procedimentos para Concessão e Controle de Diárias e Adiantamentos de Viagens*", aprovada pelo Decreto n. 704, de 29 de agosto de 2019, o servidor público, agente político, conselheiro tutelar ou conselheiro municipal e particulares em colaboração com o Poder Público é obrigado a apresentar relatório de viagem, no prazo de 03 (três) dias úteis subsequentes ao retorno à sede e restituir os valores relativos às diárias recebidas em excesso.

§ 1º. No caso de Diária, o servidor público, agente político, conselheiro tutelar ou conselheiro municipal e particulares em colaboração com o Poder Público fica obrigado a apresentar no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após seu retorno, a Gerência de Finanças, conciliações e baixa de despesas - GEREFICOBA, o Relatório de Viagem devidamente preenchido, assinado pelo servidor público, agente político, conselheiro tutelar ou conselheiro municipal e particulares em colaboração com o Poder Público, bem como, pelo seu chefe imediato, para que possa compor o processo da despesa. O Relatório de Viagem deverá ser formulário – padrão (Anexo IV), da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03, aprovada pelo Decreto n. 704, de 29 de agosto de 2019.

§ 2º. No caso de Adiantamento, o servidor público, agente político, conselheiro tutelar ou conselheiro municipal e particulares em colaboração com o Poder Público fica obrigado a apresentar a Coordenadoria de Finanças, o Relatório de Despesas de Adiantamento (Anexo V), da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03, aprovada pelo Decreto n. 704, de 29 de agosto de 2019, acompanhado dos comprovantes das despesas devidamente preenchidos, no qual o servidor público, agente político, conselheiro tutelar ou conselheiro municipal e particulares em colaboração com o Poder Público deverá atestar.

§ 3º. O descumprimento do disposto acima sujeitará o servidor ao desconto integral imediato em folha, dos valores de diária recebidos, sem prejuízo de outras sanções legais.

§ 4º. Caso a viagem do servidor ultrapasse a quantidade de diárias solicitadas, ocorrerá o ressarcimento das diárias correspondentes ao período prorrogado, mediante justificativa fundamentada e autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade, admitida a delegação de competência.

§ 5º. A responsabilidade pelo controle das viagens e da prestação de contas é respectivamente, da autoridade solicitante e concedente, cabendo a Gerência de Finanças, conciliações e baixa de despesas – GEREFICOBA, a análise, aprovação e/ou reprovação das prestações de contas, devendo dá ciência a Gerência de Recursos Humanos quando o servidor público, agente político, conselheiro tutelar ou conselheiro municipal e particulares em colaboração com o Poder Público se omitir de prestar contas ou tiverem a sua prestação de contas com status de reprovada.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte – MT, em 17 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 172/2023

Processo: 000008103/2023

Ata de Registro de Preços n.º172/2023

Assinada em 16/11/2023

Órgão responsável pelo registro: Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte / CNPJ: 37.465.200/0001-20

Fornecedor: FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

CNPJ: 22.803.038/0001-35

Objeto: O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para possivel e eventual aquisição de materiais e insumos laboratoriais para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte/MT.

Valor total estimado: R$ 42.416,15 (quarenta e dois mil quatrocentos e dezesseis reais e quinze centavos)

Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de 16 de Novembro de 2023.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Nº do Certame: 069/2023

Data da Publicação no DOC 21/11/2023

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 893/2023/GAPRE, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N. 893/2023/GAPRE, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO PARA SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO, JOELTON NOGUEIRA DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, incisos III, XXVIII e XXX, da Lei Orgânica Municipal e as disposições contidas na Lei Municipal n. 425/2009 no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO a Lei Municipal n. 425, de 18 de dezembro de 2009, que "*dispõe sobre o regime de diárias para o prefeito, vice-prefeito, secretários/assessores e demais servidores municipais, em viagem a serviço do município de Canabrava do Norte – MT e da outras providencias*" e o decreto municipal n. 938, de 12 de janeiro de 2022, que "*dispõe sobre a atualização de valores para concessão de diárias, e dá outras providências*" e a Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03, que "*estabelece Normas e Procedimentos para Concessão e Controle de Diárias e Adiantamentos de Viagens*", aprovada pelo Decreto n. 704, de 29 de agosto de 2019.

CONSIDERANDO que diária consiste no auxílio pecuniário concedido, a título de indenização pelas despesas com alimentação e hospedagem a agentes políticos, servidores públicos ou conselheiros municipais, conselheiros tutelares e particulares em colaboração com o Poder Público que se deslocarem temporariamente do município, para estrito desempenho de suas atribuições do cargo, e/ou para participar de seminários, congressos, cursos de aperfeiçoamento e outros eventos de interesse da municipalidade.

CONSIDERANDO que adiantamento consiste na entrega de numerário a agentes políticos, servidores públicos ou conselheiros municipais, conselheiros tutelares e particulares em colaboração com o Poder Público, cuja finalidade seja custear as despesas efetuadas distantes da sede do município, como despesas com locomoção urbana, intermunicipal ou interestadual no caso de viagens a serviço do município. Também, as despesas com combustível, no caso de a viagem ser com carro oficial do Município ou cedido pelo próprio servidor ou agente político (sendo que neste caso só poderão custear despesas com combustíveis, não entrando manutenção com mecânica e nem peças), em trechos em que não haja postos de abastecimento vencedores de licitações.

CONSIDERANDO que nos termos da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03, que "estabelece Normas e Procedimentos para Concessão e Controle de Diárias e Adiantamentos de Viagens", aprovada pelo Decreto n. 704, de 29 de agosto de 2019, no capítulo V, item 2, é de responsabilidade do Secretário da Pasta "deferir ou indeferir as diárias e/ou adiantamento solicitadas por servidor público, agente político ou conselheiro municipal e assinar a respectiva Requisição/Solicitação de Empenho, a ser encaminhada à Contabilidade para realização de empenho" e ao Chefe do Poder Executivo aplicar as sanções administrativas cabíveis previstas na legislação vigente (capítulo V - Reponsabilidade, item 1, da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03).

CONSIDERANDO que as diárias serão calculadas por período de 24 (vinte e quatro) horas, e concedidas por dia de afastamento do Município, incluindo-se os dias de partida e de chegada. No caso de o afastamento ocorrer por um período de até 12 (doze) horas, será computado como meia diária (capítulo VI – Procedimentos, item 3, da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03);

CONSIDERANDO que o valor da diária, indicada no Decreto Municipal n. 280/2010, em seu Anexo I, ou outro decreto que vier lhe suceder, será reduzido em 50% (cinquenta por cento), quando houver necessidade de deslocar-se para localidades situadas num raio de até 100 km de distância do município de Canabrava do Norte (capítulo VI - Procedimentos, item 5, da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03).

CONSIDERANDO que o valor das diárias será concedido COM ou SEM PERNOITE. No caso, que houver deslocamento, sem pernoite, o valor devido da diária será de 50% (cinquenta por cento) do valor devido da diária (capítulo VI - Procedimentos, item 6, da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03).

CONSIDERANDO que ao agente político, servidor público, conselheiro tutelar ou conselheiro municipal e particulares em colaboração com o Poder Público que não prestar contas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis do seu retorno fica vedado à concessão de nova diária e/ou adiantamento de passagem, além de se efetivar o desconto na sua folha de pagamento do mês subsequente (capítulo VII – Considerações finais, item 6, da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03).

CONSIDERANDO a solicitação contida no memorando n. 570/2023/SMSCBN, de 17 de novembro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a **JOELTON NOGUEIRA DOS SANTOS,** matrícula funcional n. 2384, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. ***.956.***-**, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Agente de Transporte de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SMS, **ADIANTAMENTO DE VIAGEM,** o correspondente a R$200,00 (duzentos reais), em decorrência de viagem à cidade de Palmas - TO para viabilizar a revisão da ambulância Peugeot placa RRQ4F78**.** Com saída de Canabrava do Norte – MT no dia 20/11/2023 às 08hrs e retorno dia 21/11/2023, às 16hrs e sem previsão de chegada ao município. O adiantamento custeará os gastos com travessia de balsa durante o percurso.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta portaria ocorrerão por conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Nos termos do artigo 10º, da Lei Municipal n. 425, de 18 de dezembro de 2009, que "*dispõe sobre o regime de diárias para o prefeito, vice-prefeito, secretários/assessores e demais servidores municipais, em viagem a serviço do município de Canabrava do Norte – MT e da outras providencias*" e nos termos do item 16, do capítulo VI – Procedimentos e item 6, do capítulo VII – Considerações Finais, ambos da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03, que "*estabelece Normas e Procedimentos para Concessão e Controle de Diárias e Adiantamentos de Viagens*", aprovada pelo Decreto n. 704, de 29 de agosto de 2019, o servidor público, agente político, conselheiro tutelar ou conselheiro municipal e particulares em colaboração com o Poder Público é obrigado a apresentar relatório de viagem, no prazo de 03 (três) dias úteis subsequentes ao retorno à sede e restituir os valores relativos às diárias recebidas em excesso.

§ 1º. No caso de Diária, o servidor público, agente político, conselheiro tutelar ou conselheiro municipal e particulares em colaboração com o Poder Público fica obrigado a apresentar no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após seu retorno, a Gerência de Finanças, conciliações e baixa de despesas - GEREFICOBA, o Relatório de Viagem devidamente preenchido, assinado pelo servidor público, agente político, conselheiro tutelar ou conselheiro municipal e particulares em colaboração com o Poder Público, bem como, pelo seu chefe imediato, para que possa compor o processo da despesa. O Relatório de Viagem deverá ser formulário – padrão (Anexo IV), da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03, aprovada pelo Decreto n. 704, de 29 de agosto de 2019.

§ 2º. No caso de Adiantamento, o servidor público, agente político, conselheiro tutelar ou conselheiro municipal e particulares em colaboração com o Poder Público fica obrigado a apresentar a Coordenadoria de Finanças, o Relatório de Despesas de Adiantamento (Anexo V), da Instrução Normativa SRH n. 001/2011, Versão 03, aprovada pelo Decreto n. 704, de 29 de agosto de 2019, acompanhado dos comprovantes das despesas devidamente preenchidos, no qual o servidor público, agente político, conselheiro tutelar ou conselheiro municipal e particulares em colaboração com o Poder Público deverá atestar.

§ 3º. O descumprimento do disposto acima sujeitará o servidor ao desconto integral imediato em folha, dos valores de diária recebidos, sem prejuízo de outras sanções legais.

§ 4º. Caso a viagem do servidor ultrapasse a quantidade de diárias solicitadas, ocorrerá o ressarcimento das diárias correspondentes ao período prorrogado, mediante justificativa fundamentada e autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade, admitida a delegação de competência.

§ 5º. A responsabilidade pelo controle das viagens e da prestação de contas é respectivamente, da autoridade solicitante e concedente, cabendo a Gerência de Finanças, conciliações e baixa de despesas – GEREFICOBA, a análise, aprovação e/ou reprovação das prestações de contas, devendo dá ciência a Gerência de Recursos Humanos quando o servidor público, agente político, conselheiro tutelar ou conselheiro municipal e particulares em colaboração com o Poder Público se omitir de prestar contas ou tiverem a sua prestação de contas com status de reprovada.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte – MT, em 17 de novembro de 2023.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2022

TERCEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 113/2022, QUE ENTRE SI FAZEM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT** E A EMPRESA **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME.**

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, e de outro lado a empresa **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ nº 03.250.803/0001-92, Inscrição estadual nº 13.188.906-0, estabelecida na Rua Professor João Felix, nº 635, Sala 05 e 07, Bairro Lixeira, Cep 78008-435, Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu Diretor **SR. ANDREITE SPADA**, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº 143.4280-4 SSP/MT e CPF nº 992.663.001-44,e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo **acréscimo na aquisição de materiais de consumo (medicamentos e insumos) para atender os beneficiários do SUS de Canarana, em cumprimento ao artigo 23, inciso II e artigos 196, 197 e 198 da Constituição Federal,** que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira – Do Objeto, conforme quantidades mencionadas abaixo:

LOTE 9 - SERINGA HIPODERMICA 5ML

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT LIC	QUANT ADIT	R$ UNT	R$ TOTAL
40	Seringa hipodérmica, estéril, bico luer lock, 5mL com agulha 25x7 - Marca: SR	50000	12500	R$ 0,64	R$ 8.000,00

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

2.1 - Fica **acrescido um percentual no montante de 25 % (vinte e cinco por cento)** do item 40, perfazendo o valor total de **R$ 8.000,00 (Oito mil reais)** que passa a fazer parte integrante do processo.

2.2.1 - Com o acréscimo constante o item 4.1, a Cláusula Quarta - do Valor e forma de Pagamento, do contrato originário passará a ser de **R$ 2.473. 597,68 (Dois milhões quatrocentos e setecentos e três mil quinhentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos).**

CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL 3.1 - Justifico que as quantidades do item 40, constantes no contrato conforme solicitação em anexo, não foi suficiente para atender a secretaria Municipail de Saúde, justificando assim o acréscimo nas quantidades que não causará nenhum prejuízo aos cofres públicos. **3.2 -** O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA 4.1 –** O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário. **4.2 -** Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do **Contrato nº 113/2022 e demais termos aditivos**, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo. **CLÁUSULA QUINTA - DO FORO**

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 09 de Novembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME

ANDREITE SPADA

RG nº 143.4280-4 SSP/MT

CPF nº 992.663.001-44

CONTRATADA

PATRÍCIA GOLDONI

Portaria nº 123/2023 de 14/02/2023

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

01:_____ 02: _____

Nome> Nome>

Cpf Cpf

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 024/2023

5º TERMO ADITIVOAO CONTRATO Nº 024/2023, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT E A EMPRESA INOVACÕES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, e de outro lado a empresa **INOVACÕES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 32.138.304/0001-06, Inscrição Estadual n.º 90.812.221-66, estabelecida a Rua General Osório, nº 150, Bairro Centro, Cidade de Assis Chateaubriand-PR, representada neste ato por **MARLI APARECIDA REZENDE,** Brasileira, empresária, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 8.833.862-6 SSP/PR CPF nº 037.097-129-98**,** e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo **acréscimo na aquisição de materiais de consumo (medicamentos e insumos) para atender os beneficiários do SUS de Canarana, em cumprimento ao artigo 23, inciso II e artigos 196, 197 e 198 da Constituição Federal,** que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira - Do Objeto, conforme quantidades mencionadas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND	QUANT LIC	QUANT ADIT	R$ UNT	R$ TOTAL
412	Metronidazol 5mg/mL solução injetável sistema fechado 100mL - Marca: HALEX ISTAR	BOLSA	550	137	R$ 6,90	R$ 945,30

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

2.1 - Fica acrescido um percentual no montante de 25 % (vinte e cinco por cento) do item 412, perfazendo o valor total de R$ 945,30 (Novecentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos) que passa a fazer parte integrante do processo.

2.2.1 – Com o acréscimo constante o item 4.1, a Cláusula Quarta - do Valor e forma de Pagamento, do contrato originário passará a ser de **R$ 2.699. 126,02 (Dois milhões seiscentos e noventa e nove mil cento e vinte e seis reais e dois centavos).**

CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

3.1 - Justifico que as quantidades dos itens 412, constantes no contrato conforme solicitação em anexo, não foi suficiente para atender a secretaria Municipail de Saúde, justificando assim o acréscimo nas quantidades que não causará nenhum prejuízo aos cofres públicos.

3.2 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do **Contrato nº 024/2023 e demais termos aditivos**, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 09 de Novembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

INOVACÕES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS

PARA SAÚDE LTDA

MARLI APARECIDA REZENDE

RG 8.833.862-6 SSP/PR

CPF nº 037.097-129-98

CONTRATADA

PATRÍCIA GOLDONI

Portaria nº 123/2023 de 14/02/2023

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

01:_____ 02: _____

Nome> Nome>

Cpf Cpf

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 112/2022

9º TERMO ADITIVOAO CONTRATO Nº 112/2022, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT E A EMPRESA INOVACÕES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, e de outro lado a empresa **INOVACÕES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 32.138.304/0001-06, Inscrição Estadual n.º 90.812.221-66, estabelecida a Rua General Osório, nº 150, Bairro Centro, Cidade de Assis Chateaubriand-PR, representada neste ato por **MARLI APARECIDA REZENDE,** Brasileira, empresária, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 8.833.862-6 SSP/PR CPF nº 037.097-129-98**,** e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo **acréscimo na aquisição de materiais de consumo (medicamentos e insumos) para atender os beneficiários do SUS de Canarana, em cumprimento ao artigo 23, inciso II e artigos 196, 197 e 198 da Constituição Federal,** que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira - Do Objeto, conforme quantidades mencionadas abaixo:

		LOTE 23 - CATETER				
ITEM	**DESCRIÇÃO DO OBJETO**	**UND**	**QUANT LIC**	**QUANT ADIT**	**R$ UNT**	**R$ TOTAL**
92	Cateter venoso central, duplo lumen, 7FR, 20 cm - Marca: kff	Und	12	50	R$ 198,24	R$ 2.378,88

		LOTE 106 - ANTIEMETICOS/ANTIFLATULENTOS/ANTIPILEMICOS/ANTIULCEROSOS				
ITEM	**DESCRIÇÃO DO OBJETO**	**UND**	**QUANT LIC**	**QUANT ADIT**	**R$ UNT**	**R$ TOTAL**
472	Ondasetrona 4mg comprimido orodispersível. - Marca: AVERT	CP	15	60	R$ 2,46	R$ 36,90

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

2.1 - Fica acrescido um percentual no montante de 25 % (vinte e cinco por cento) dos itens 092, 472, perfazendo o valor total de R$ 2.415,78 (Dois mil quatrocentos quinze reais e setenta e oito centavos) que passa a fazer parte integrante do processo.

2.2.1 – Com o acréscimo constante o item 4.1, a Cláusula Quarta - do Valor e forma de Pagamento, do contrato originário passará a ser de **R$ 3.094. 939,88 (Três milhões noventa e quatro mil novecentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos).**

CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

3.1 - Justifico que as quantidades dos itens 092, 472, constantes no contrato conforme solicitação em anexo, não foi suficiente para atender a secretaria Municipail de Saúde, justificando assim o acréscimo nas quantidades que não causará nenhum prejuízo aos cofres públicos.

3.2 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do **Contrato nº 112/2022 e demais termos aditivos**, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 13 de Novembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

INOVACÕES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS

PARA SAÚDE LTDA

MARLI APARECIDA REZENDE

RG 8.833.862-6 SSP/PR

CPF nº 037.097-129-98

CONTRATADA

PATRÍCIA GOLDONI

Portaria nº 123/2023 de 14/02/2023

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

01:_____ 02: _____

Nome> Nome>

Cpf Cpf

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 091/2022

SEGUNDO TERMO ADITIVOAO CONTRATO Nº 091/2022, QUE ENTRE SI FAZEM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT** E A EMPRESA **INOVACÕES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.**

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, e de outro lado a empresa **INOVACÕES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 32.138.304/0001-06, Inscrição Estadual n.º 90.812.221-66, estabelecida a Rua General Osório, nº 150, Bairro Centro, Cidade de Assis Chateaubriand-PR, representada neste ato por **MARLI APARECIDA REZENDE,** Brasileira, empresária, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 8.833.862-6 SSP/PR CPF nº 037.097-129-98**,** e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo **acréscimo na aquisição de gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza e utensílios domésticos para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Canarana-MT com entregas tanto na zona urbana, quanto na zona rural, inclusive nos Distritos de Garapu (25km da cidade), Culuene (80km da cidade) Matinha (45km da cidade), Serra Dourada (45 km da cidade) e ainda nas Aldeias Indígenas,** que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira - Do Objeto, conforme quantidades mencionadas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND	QUANT LIC	QUANT ADIT	R$ UNT	R$ TOTAL
132	Fraldas descartáveis - XG - acima de 13 kg - **Marca: BABYFREE**	Und	600	150	R$ 57,66	R$ 8.649,00

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

2.1 - Fica **acrescido um percentual no montante de 25 % (vinte e cinco por cento)** do item 132, perfazendo o valor total de **R$ 8.649,00 (Oito mil seiscentos e quarenta e nove reais)** que passa a fazer parte integrante do processo.

2.2.1 – Com o acréscimo constante o item 4.1, a Cláusula Quarta - do Valor e forma de Pagamento, do contrato originário passará a ser de **R$ 162. 865,00 (Cento e sessenta e dois mil oitocentos e sessenta e cinco reais).**

CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

3.1 - Justifico que as quantidades de diversos materiais de consumo, higiene e limpeza e utensílios domésticos e outros, constantes no contrato tiveram seus saldos esgotados, sendo de grande necessidade para manutenção das secretarias Municipais, justificando assim o acréscimo nas quantidades que não causará nenhum prejuízo aos cofres públicos pois a empresa aceita a manter os preços ofertados.

3.2 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do Contrato nº 091/2022, e 1º aditivo, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 09 de Novembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

INOVACÕES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS

PARA SAÚDE LTDA

MARLI APARECIDA REZENDE

CPF nº 037.097-129-98

CONTRATADA

EDVAM COLOMBO Portaria nº 552/2023 de 18/07/2023 Fiscal de contrato	**IVONE ALVES** Portaria nº 552/2023 de 18/07/2023 Fiscal de contrato
FRANCIELY REJANE STORCH Portaria nº 552/2023 de 18/07/2023 Fiscal de contrato	**CLEUNIR PRAXEDES PEIXOTO** Portaria nº 552/2023 de 18/07/2023 Fiscal do contrato
DAIANA DA ROSA MORAIS Portaria nº 552/2023 de 18/07/2023 Fiscal de contrato	**LIZIANA WISH** Portaria nº 552/2023 de 18/07/2023 Fiscal de contrato

TESTEMUNHAS:

01:_____ 02: _____

Nome> Nome>

CPF CPF

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 194/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVOAO **CONTRATO Nº 194/2022** QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT** E A EMPRESA**CECI JOTAS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO e CPF nº 888. 448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, e de outro lado a empresa **CECI JOTAS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 34.339. 045/0001-07, estabelecida na Rua Custodio de Melo, Nº 98, Bairro Cidade Alta, Cidade de Cuiabá-MT, neste ato representada pela Sra. **GILZENE NASCIMENTO SANTIAGO**, portador do RG nº 17123313 SSP/MT e CPF nº 009.699.411-88**,** e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a **CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA**, inciso 3.41, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão presencial nº 045/2021.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à contrato **originário o total de 180 (cento e oitenta) dias, ficando sua vigência estendida até o dia 05/05/2024, podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.**

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57 § 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e conforme clausula contratual.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados, e ainda por necessidade de manter o contrato de fornecimento de matérias de aviamentos em gerais, onde justificamos a presente prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 - O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas da seguinte forma, por força da Lei Complementar nº 101/2000:

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 194/2022,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana – MT, 27 de Outubro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CECI JOTAS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS EIRELI

GILZENE NASCIMENTO SANTIAGO

CPF nº 009.699.411-88

CONTRATADA

LIZIANA WISCH

Portaria Nº 764/2022

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

01:_____ 02: _____

Nome> Nome>

CPF CPF

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 193/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVOAO **CONTRATO Nº 193/2022** QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT** E A EMPRESA**JONATHAN SILVA LUZ-ME**.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO e CPF nº 888. 448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, e de outro lado a empresa **JONATHAN SILVA LUZ-ME**, inscrita no CNPJ nº 30.709.546/0001-87, estabelecida na Av. Prefeito Valdemir Antônio da Silva, Nº 58, Bairro centro, Cidade de Nova Santo Antônio-MT, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo **SR. JONATHAN SILVA LUZ**, portador do RG nº 16037014 SSP/MT e CPF nº 13.221.861-54**,** e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a **CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA**, inciso 3.41, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão presencial nº 045/2021.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à contrato **originário o total de 180 (cento e oitenta) dias, ficando sua vigência estendida até o dia 05//05/2024, podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.**

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57 § 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e conforme clausula contratual.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados, e ainda por necessidade de manter o contrato de fornecimento de matérias de aviamentos em gerais, onde justificamos a presente prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 - O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas da seguinte forma, por força da Lei Complementar nº 101/2000:

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 193/2022,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana – MT, 27 de Outubro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

JONATHAN SILVA LUZ-ME

JONATHAN SILVA LUZ

CPF nº 13.221.861-54

CONTRATADA

LIZIANA WISCH

Portaria Nº 764/2022

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

01:_____ 02:

_____

Nome> Nome>

CPF CPF

DECRETO Nº 3442/23

DECRETO Nº 3442/23

DE 2 DE OUTUBRO DE 2023.

"Abre Crédito ESPECIAL - Anulação de dotação no Orçamento Programa de 2023 e da Outras Providências", com base na Lei Municipal de Nº 1755/23 de 31 de julho de 2023.

O Sr. FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no Orçamento Programa de 2023 no valor de R$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS

P. A: 2.061 - MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS E RODAGENS

Valor

(0383) 3.3.90.00 00.00.0700 - APLICACOES DIRETAS

R$

TOTAL R$

7.500.000,00

7.500.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente:

Auxílios e Convênios R$ 7.500.000,00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 098/2020

7º TERMO ADITIVOao **contrato nº 098/2020** que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE CANARANA-MT** e a empresa **CLINICA DA FAMILIA LTDA.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO, CPF n° 888.448.461-87, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CLINICA DA FAMILIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 08.758.699/0001-65, estabelecida na Rua Três Passos, nº 162, Bairro Centro, Cidade de Canarana-MT, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **RENATO MARQUES GUIMARÃES**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 4040392 2º Via SSP/GO e CPF nº 899.254.161-91, firmam o presente termo aditivo que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira, inciso 3,22, referente ao processo de licitatório na modalidade **pregão presencial nº 028/2020.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, do contrato originário o total de **180 (cento e oitenta) dias,** ficando sua vigência estendida até o **dia 07/05/2024,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e conforme clausula contratual.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2020, e ainda por necessidade de atender os pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde, não causando prejuízo aos cofres públicos, onde justificamos a presente prorrogação, visando garantir à população o devido atendimento na saúde (Lei nº 8.080/90).

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas da seguinte forma, por força da Lei Complementar nº 101/2000 no orçamento anual de 2024.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 098/2020 e demais termos aditivos** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana, 01 de Novembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

CONTRATANTE

CLINICA DA FAMILIA EIRELI

RENATO MARQUES GUIMARES

CONTRATADA

LUANA PAULINE ROEWER KUMMER

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 191/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVOAO **CONTRATO Nº 191/2022** QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT** E A EMPRESA**J. C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA-ME**.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO e CPF nº 888. 448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, e de outro lado a empresa **J. C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA-ME**, inscrita no CNPJ nº 11.073.488/0001-01, estabelecida na Rua Alta Floresta, nº 05, CEP 78.048.421, Bairro Alvorada, Cidade de Cuiabá-MT, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por Sr. **JOÃO CLAUDIO BAPTISTA FERREIRA GARCIA**, cargo de Diretor, portador do RG nº 2083830-1 SSP/MT e CPF nº 031.817.181-30,e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a **CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA**, inciso 3.41, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão presencial nº 045/2021.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à contrato **originário o total de 180 (cento e oitenta) dias, ficando sua vigência estendida até o dia 05/05/2024, podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.**

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57 § 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e conforme clausula contratual.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados, e ainda por necessidade de manter o contrato de fornecimento de matérias de aviamentos em gerais, onde justificamos a presente prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 - O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas da seguinte forma, por força da Lei Complementar nº 101/2000:

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 191/2022,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana – MT, 27 de Outubro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

J. C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA-ME

JOÃO CLAUDIO BAPTISTA FERREIRA GARCIA

CPF nº 031.817.181-30

CONTRATADA

LIZIANA WISCH

Portaria Nº 764/2022

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

01:_____ 02: _____

Nome> Nome>

CPF CPF

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 192/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVOAO **CONTRATO Nº 192/2022** QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT** E A EMPRESA**CAROLINE DISTRIB DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS LTDA**.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO e CPF nº 888. 448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, e de outro lado a empresa **CAROLINE DISTRIB DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 19. 496.182/0001-61, estabelecida na Av. Senador Metello, nº 65, Loja 07, Bairro Porto, Cidade de Cuiabá-MT, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu procurador Sr. **JOSÉ EMÍLIO CAVALCANTE DIAS**, portador do RG nº 369.468 SSP/MT e CPF nº 237.164. 289-49,e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a **CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA**, inciso 3.41, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão presencial nº 045/2021.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à contrato **originário o total de 180 (cento e oitenta) dias, ficando sua vigência estendida até o dia 05/05/2024, podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos,**

ou haja a realização de novo processo licitatório, sem prévia notificação.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57 § 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e conforme clausula contratual.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados, e ainda por necessidade de manter o contrato de fornecimento de matérias de aviamentos em gerais, onde justificamos a presente prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 - O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas da seguinte forma, por força da Lei Complementar nº 101/2000:

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 192/2022,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana – MT, 27 de Outubro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CAROLINE DISTRIB DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS LTDA

JOSÉ EMÍLIO CAVALCANTE DIAS

CPF nº 237.164.289-49

CONTRATADA

LIZIANA WISCH

Portaria Nº 764/2022

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

01:_____ 02:

_____

Nome> Nome>

CPF CPF

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 189/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVOAO **CONTRATO Nº 189/2022**, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT E A EMPRESA**INOVACÕES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, e de outro lado a empresa **INOVACÕES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 32.138.304/0001-06, Inscrição Estadual n.º 90.812.221-66, estabelecida a Rua General Osório, nº 150, Bairro Centro, Cidade de Assis Chateaubriand-PR, representada neste ato por **MARLI APARECIDA REZENDE,** Brasileira, empresária, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 8.833.862-6 SSP/PR CPF nº 037.097-129-98,e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui o objeto do presente aditivo contratual a prorrogação da vigência do contrato originário pelo prazo de 365 **(Trezentos e sessenta e cinco) dias**, acrescentando à Cláusula Quarta, referente ao processo de licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 051/2022.

1.2 - Com o acréscimo constante no inciso anterior, o prazo de vigência fica estendido até o **dia 03/11/2024**.

CLÁUSULA SEGUNDA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2022, fato que não causará qualquer prejuízo aos cofres públicos.

2.2 - Fundamenta-se o presente instrumento de prorrogação de prazo contratual no disposto no Art. 57 § 1º da Lei 8.666/93, e ainda, a clausula terceira, inciso 3.36 do contrato originário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

3.1 - As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas no exercício de 2023 e ano seguinte, conforme a Lei Municipal e correrão por conta da seguinte das dotações orçamentárias constantes no contrato originário.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO E DA RATIFICAÇÃO

4.1 - A Contratante providenciará a publicação deste instrumento de aditivo contratual, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

4.2 - Permanecem inalteradas, como também ratificadas, todas as demais cláusulas e condições estipuladas no **contrato nº 189/2022**.

***CLÁUSULA* QUINTA - DO FORO**

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 26 de Outubro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

INOVACÕES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

MARLI APARECIDA REZENDE

CONTRATADA

LARISSA VOLTAN DE PAULA

Portaria nº 787/2022 de 19 de Outubro de 2022

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

01:_____ 02:

_____

Nome> Nome>

Cpf Cpf

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 190/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVOAO **CONTRATO Nº 190/2022**, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT E A EMPRESA**FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME**.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, e de outro lado a empresa **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ nº 03.250.803/0001-92, Inscrição estadual nº 13.188.906-0, estabelecida na Rua Professor João Felix, nº 635, Sala 05 e 07, Bairro Lixeira, Cep 78008-435, Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu Diretor **SR. ANDREITE SPADA**, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº 143.4280-4 SSP/MT e CPF nº 992.663.001-44,e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui o objeto do presente aditivo contratual a prorrogação da vigência do contrato originário pelo prazo de 365 **(Trezentos e sessenta e cinco) dias**, acrescentando à Cláusula Quarta, referente ao processo de licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 051/2022.

1.2 - Com o acréscimo constante no inciso anterior, o prazo de vigência fica estendido até o **dia 03/11/2024**.

CLÁUSULA SEGUNDA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2022, fato que não causará qualquer prejuízo aos cofres públicos.

2.2 - Fundamenta-se o presente instrumento de prorrogação de prazo contratual no disposto no Art. 57 § 1º da Lei 8.666/93, e ainda, a clausula terceira, inciso 3.36 do contrato originário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

3.1 - As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas no exercício de 2023 e ano seguinte, conforme a Lei Municipal e correrão por conta da seguinte das dotações orçamentárias constantes no contrato originário.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO E DA RATIFICAÇÃO

4.1 - A Contratante providenciará a publicação deste instrumento de aditivo contratual, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

4.2 - Permanecem inalteradas, como também ratificadas, todas as demais cláusulas e condições estipuladas no **contrato nº 190/2022**.

***CLÁUSULA* QUINTA - DO FORO**

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 26 de Outubro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

INOVACÕES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

MARLI APARECIDA REZENDE

CONTRATADA

LARISSA VOLTAN DE PAULA

Portaria nº 787/2022 de 19 de Outubro de 2022

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

01:_____ 02:

_____

Nome> Nome>

Cpf Cpf

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 153/2019

SEXTO TERMO ADITIVO ao Contrato Nº 153/2019, firmado com a empresa **POLICON TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA** para aprestação de serviços de Consultoria.

Pelo presente instrumento, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO e CPF nº 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, por outro lado a empresa, **POLICON TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 33.929.416/0001-48, estabelecida a Rua Ceará nº 432, Bairro CPA II, Cuiabá-MT, representada neste ato por **JUAREZ DA SILVA E SOUZA**, brasileiro, Administrador, Divorciado, portador do CRA nº 00328/MT e do CPF nº. 103.657.291-91, residente à Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 6775, em Cond. Residencial Novo Paraiso II, Bairro Bosque da Saúde, Município de Cuiabá-MT, firmam o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 153/2019**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **Tomada de Preços nº 007/2019**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente termo aditivo ao contrato originário tem por objeto:

I – Prorrogação da vigência do contrato pelo período de 12 (doze) meses, **passando a expirar em 01/11/2024,** ou até a realização de um novo

processo licitatório, devendo a empresa contratada ser notificada com antecedência**;**

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O valor mensal da prestação de serviços será de **R$ 8.750,00 (Oito mil setecentos e cinquenta reais).**

2.2 – O valor global total deste termo aditivo é de **R$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais).**

CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - A Administração optou em promover a renovação do Contrato em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que o advento da prorrogação é economicamente viável e vantajoso para a Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela Contratada são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da Contratante, além do que os serviços não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades da Contratante, uma vez sendo interrompidos poderão causar prejuízo tanto para a Administração como para a sociedade.

3.2 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II da Lei nº 8.666/93 e clausula Quarta item 4.1 do referido Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 - As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas no exercício de 2022, conforme Orçamento Anual e correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 3.3.90.00.00.00 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

4.2 - Os recursos financeiros referentes ao exercício ulterior correrão por conta de dotação orçamentária prevista no Orçamento Anual do ano subsequente.

CLAÚSULA QUINTA – CONDIÇÕES GERAIS

5.1 - Com a alteração constante deste Termo Aditivo, ficam inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do **contrato nº 153/2019**, bem como os demais **termos aditivos.**

CLAUSULA QUINTA - DOMICÍLIO E FORO

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana-MT, 25 de Outubro de 2023.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

Município de Canarana

CONTRATANTE

POLICON TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA-ME

JUAREZ DA SILVA E SOUZA

CRA nº 00328/MT

CONTRATADA

MAYARA CRISTIANE CANDIDO SCHONHOLZER

Portaria nº 246/2021

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Nome:_____ assinatura:_____

CPF: _____

Nome:_____ assinatura:_____

CPF: _____

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 197/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVOAO **CONTRATO Nº 197/2022** QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT** E A EMPRESA**ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA**.

Pelo presente instrumento contratual, **O MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO, CPF n° 888.448.461-87, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 15.984.883/0001-99, e Inscrição Estadual n.º 10.506.793-8, estabelecida a Avenida Volta Redonda, nº 951, QD 256 LT 02, Bairro Jardim Novo Mundo, Goiânia-GO, representada neste ato por **SERGIO AUGUSTO VITAL FERREIRA BELTRÃO**, brasileiro, Casado, portador do RG n.º 4022002 DGPC-GO e do CPF nº 828.469.871-49, residente à Av R-9 QR R11 LT 10 nº 235, Ed. Jaguanum, Apto 602, Setor Oeste, Goiânia-GO, doravante denominada de **CONTRATADA**, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **Pregão presencial 037/2022**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA ALTERAÇÃO

1.1 - O presente termo aditivo tem por objeto a **prorrogação vigência do contrato nº 197/2022,** para a **aquisição de diversos materiais de consumo (braços, lâmpadas, fios, cabos e outros materiais elétricos)**, **CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA**.

1.2 - Fica acrescido a clausula 3.35 do contrato o total de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias** estendendo-se a **vigência do contrato até 07/11/2024**.

CLAUSULA SEGUNDA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º da Lei 8.6366 de 21 de junho de 1993.

2.2 – A Administração Municipal se viu obrigada a prorrogar o prazo de vigência do contrato conforme justificativa anexa do departamento de engenharia do município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

3.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUARTA - DOMICÍLIO E FORO

4.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana-MT, 27 de Outubro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI

SERGIO AUGUSTO VITAL FERREIRA BELTRÃO

CPF nº 828.469.871-49

CONTRATADA

LEONARDO BORGES LEITE

Portaria nº 632/2022 de 09 de Agosto de 2022

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 182/2021

***SEGUNDO TERMO ADITIVO*AO CONTRATO Nº 182/2021,** QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT** E A EMPRESA **EXITO EMPREENDIMENOS LTDA-EPP.**

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, matricula 6083, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **EXITO EMPREENDIMENOS LTDA-EPP** inscrita no CNPJ Nº 25.993.540/0001-44, estabelecida na Av. Miguel Sutil, n° 8695, ED. The Centrus Tower, 8°andar, Duque de Caxias, Cuiabá-MT, 78043-305, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **JOAO HENRIQUE DE CASTRO LIMA**, Brasileiro, casado, Empresário, portador da carteira de identidade nº **084*** SSP/MT e CPF ***. 819.***-15, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no **Processo Administrativo nº 176/2021**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo:

a) Alteração de sócio, representante legal e endereço da sede da contratada no Contrato nº 182/2021, firmado entre as partes em 10/11/2021;

b) Prorrogação da vigência do contrato originário, a cláusula terceira - da forma de execução, prazo e vigência, inciso 3.27;

CLAUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

2.1 – Retiram-se da sociedade as sócias **ANA CATARINA DE SOUZA SILVA**, brasileira, Empresária, CPF nº ***.342.***-59, documento de identidade 1***7057, SSP/MT, com residência na Avenida Santa Cruz (LOT S CRUZ II), nº 1000, Casa E - 16, Condomínio Rivera Ditalia, Bairro Santa Cruz, Cuiabá/MT, CEP 78.077-000 e **TATIANA DE SOUZA SILVA MORAES**, Brasileira, empresária, portadora da carteira de identidade 1***23***, SSP/MT e CPF ***.483.***-04, residente na cidade de Cuiabá/MT, na Avenida Doutor Meirelles, nº 2435, Bairro Tijucal, CEP 78.088-010.

2.2 - Ingressa na sociedade **JOAO HENRIQUE DE CASTRO LIMA**, Brasileiro, Empresário, portador da carteira de identidade nº **084*** SSP/MT e CPF ***.819.***-15, residente e domiciliada na cidade de Cuiabá/MT, na Rua Dez, Nº CS 27, quadra 16, Bairro Morada da Serra, CEP 78.058-342.

2.3 – A sede da empresa fica alterada passando da Rua I, n° 105, Sala 48, Ed. Eldorado Hill Office, bairro Alvorada, Cuiabá-MT para a Av. Miguel Sutil, n° 8695, ED. The Centrus Tower, 8°andar, Duque de Caxias, Cuiabá-MT, 78043-305.

2.4 - Fica acrescentada ao contrato originário o total de 365 (Trezentos e Sessenta e cinco) dias, ficando sua vigência estendida até o dia 10/11/2024.

CLAUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo se justifica diante da **sétima alteração contratual e consolidação do contrato social** da empresa, conforme protocolo nº 231629486 de 06/10/2023 e registro nº 2872646 de 09/10/2023, NIRE º 51201647089 junto a JUCEMAT- Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, conforme documentos em anexo que passam a ser parte integrante do processo. A Administração Municipal se viu obrigada a prorrogar o prazo de vigência do contrato, conforme justificativa anexa do departamento de engenharia do município.

3.2 - O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º e no artigo 65, caput da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e clausula contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E PUBLICAÇÃO

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - O **CONTRATANTE** providenciará a publicação na imprensa oficial do extrato deste Termo Aditivo, de acordo com o Parágrafo Único do Artigo 61 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, correndo a despesa às suas expensas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 182/2021 e 1º termo aditivo,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas nas mesmas dotações orçamentárias constantes no contrato original.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 182/2021 e 1º Aditivo,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

7.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 06 de Novembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

EXITO EMPREENDIMENOS LTDA-EPP

JOAO HENRIQUE DE CASTRO LIMA

CONTRATADA

DIEGO FERREIRA DA SILVA

Portaria nº 928/2021 de 29/10/2021

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01:_____ 02: _____

Nome> Nome>

Cpf Cpf

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 188/2020

QUINTO TERMO ADITIVOAO CONTRATO Nº 188/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT** E A EMPRESA **L.R. DE FARIA-ME.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **L.R. DE FARIA-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.668.655/0001-40, estabelecida na Avenida Mato Grosso, nº 315, Bairro Centro, Cidade de Canarana-MT, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **LILIA RUTH DE FARIA**, RG nº 2149956 SSP/GO e CPF nº 666.759. 361-15, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA ALTERAÇÃO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, inciso 3.20, referente ao processo de licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2020.**

1.2 - Fica acrescentada à vigência do contrato originário o total de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** ficando estendida até o **dia 16/11/2024,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, **sem prévia notificação**.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

2.2 - A implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2020, e ainda visando atender de maneira satisfatória as programações dos eventos, ações, reuniões, projetos pedagógicos e sociais realizados pelas secretarias pertencente ao município de Canarana-MT. O município necessita e depende dos serviços e locação dos itens pelo fato de não dispor em seu patrimônio dos equipamentos especifico e/ou bens moveis necessários para dar cobertura dos eventos realizados pelas diversas secretarias municipais, fato que não causará qualquer prejuízo aos cofres públicos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas nas mesmas dotações orçamentárias constantes no contrato original.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 188/2020 e respectivos termos aditivos,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 09 de novembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE:

L R DE FARIA-ME

LILIA RUTH DE FARIA

RG nº 2149956 SSP/GO

CPF nº 666.759.361-15

CONTRATADA

WANDERLEY FERREIRA DE MEDEIROS

Portaria Nº 101/2021

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 199/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato Nº 199/2022, firmado com a empresa **HIDASI E AIRES SOCIEDADES DE ADVOGADOS** para aprestação de serviços de recuperação de receitas.

Pelo presente instrumento, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/ 93 e alterações posteriores, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, por outro lado a empresa **HIDASI E AIRES SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, inscrito no CNPJ 27.479.087/0001-88, com sede à RUA HUMBERTO DE CAMPOS, Nº 534, BAIRRO CENTRO, CEP: 64.200- 380, na cidade de PARNAÍBA, Estado de PIAUÍ, na pessoa de seu sócio **LUCIANO HENRIQUE SOARES DE OLIVEIRA AIRES**, inscrito na OAB/TO n° 11.663-A, OAB/PI 11.663-A, brasileiro, advogado, sócio de HIDASI e AIRES Sociedade de Advogados regularmente inscrito na OAB/PI sob o n° 43/2017, fones: 89 (999810597), (62) 98411-6442, (62) 98222-4149, endereço eletrônico: lucianohenriqueaires@hotmail.com, denominado **CONTRATADO**, firmam o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 199/2022**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **Inexigibilidade de Licitação nº 016/2022**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente **TERMO ADITIVO** tem por objeto a **prorrogação da vigência** do contrato **pelo período de 12 (doze) meses**, **passando a expirar em 16/11/2024**;

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor de **R$ 0,15 (quinze centavos de reais)** para cada R$ 1,00 (um real) efetivamente recebidos pelo Município, estimando-se em **R$ 2.547.059,19 (dois milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, cinquenta e nove reais e dezenove centavos)**o valor do contrato**.**

CLAUSULA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Sexta, inciso 6.2 do referido Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 - As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas no exercício de 2023 e 2024, conforme Orçamento Anual e correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 3.3.90.00 APLICAÇÕES DIRETAS.

4.2 - Os recursos financeiros referentes ao exercício ulterior correrão por conta de dotação orçamentária prevista no Orçamento Anual do ano subsequente.

CLAUSULA QUINTA - DOMICÍLIO E FORO

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana-MT, 09 de Novembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

HIDASI E AIRES SOCIEDADE DE ADVOGADOS

LUCIANO HENRIQUE SOARES DE OLIVEIRA AIRES

SÓCIO ADMINISTRADOR

CONTRATADA

ALEX FERREIRA

Portaria nº 752/2022 de 20/09/2022

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

01:_____ 02:

_____

Nome> Nome>

Cpf Cpf

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2023

PRIMEIRO TERMO ADITIVOAO **CONTRATO Nº 077/2023**, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE CANARANA-MT** E A EMPRESA **PROSEG CONSULTORIA EM SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA,** PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, neste ato devidamente representado, na forma de sua lei Orgânica, por seu Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO, CPF n° 888.448.461-87, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **E DE M FAITÃO GONÇALVES ROMÃO,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ: 30.224.196/0001-69 com sede à Estrada Rural s/n, Rancho Rafaeli, Bairro Rural, na cidade de Canarana-MT, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **ELIANA DE MOURA FAITÃO GONÇALVES ROMÃO**, portadora da Cédula de Identidade RG 08313822 e inscrita no CPF sob nº 594.953.831-53, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar **1º termo aditivo do contrato nº 077/2023**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente aditivo tem fundamento no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, e conforme disposto no contrato originário.

CLAUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

1.1 - Fazem parte do presente termo aditivo, independente de transição todos os elementos que compõem o processo de licitação na modalidade **Dispensa de licitação nº 013/2023**, devidamente homologada pelo Prefeito Municipal, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e o contrato originário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - O presente termo aditivo tem por objeto a **prorrogação de vigência** dos serviçosde **contratação de empresa com profissional especializado para a prestação de serviços de equoterapia, visando atender aos alunos neurológicos da rede publica de ensino no município de Canarana-MT.**

2.2 – Ficam acrescidos **180 (Cento e oitenta) dias ao prazo de vigência estendendo-se até o dia12/05/2024**.

2.3 - O valor total do presente termo aditivo é de **R$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais)** que serão pagos em **05 (cinco) parcelas mensais** no valor de **R$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais)**.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA

3.1 - A Administração Municipal se viu obrigada a prorrogar o prazo de execução da obra, conforme justificativa anexa do departamento de engenharia do município.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas nas mesmas dotações orçamentárias constantes no contrato original.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 077/2023,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 07 de novembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

E DE M FAITÃO GONÇALVES ROMÃO

Eliana de Moura Faitão Gonçalves Romão

CPF nº 594.953.831-53

CONTRATADA

DAIANA DA ROSA MORAIS

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 195/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVOAO **CONTRATO Nº 195/2022** QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT** E A EMPRESA**SEMENTEK COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO e CPF nº 888. 448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, e de outro lado a empresa **SEMENTEK COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 08.407.726/0001-55, estabelecida na Rua Professor Antônio Arruda Ribeiro, nº 36, Sala 02, Jardim América, Santa Bárbara D´Oeste-SP, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado por seu Sócio Administrador o Sr. **EZIQUIEL BACCHIN**, portador da Carteira de Identidade nº 5.483.063-1 e do CPF nº 441.869.598-20**,** e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a **CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA**, inciso 3.22, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico nº 008/2022.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à contrato originário o total de **180 (cento e oitenta) dias,** ficando sua vigência estendida até o **dia 05/05/2024,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, **sem prévia notificação**.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57 § 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e conforme clausula contratual.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados, e ainda por necessidade de manter o contrato de fornecimento de matérias de aviamentos em gerais, onde justificamos a presente prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 - O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas da seguinte forma, por força da Lei Complementar nº 101/2000:

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 195/2022,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana – MT, 27 de Outubro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

SEMENTEK COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

EZIQUIEL BACCHIN

CPF nº 441.869.598-20

CONTRATADA

RENATO ROSA DE ALMEIDA

Portaria nº 788/2022 de 19 de Outubro de 2022

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

01:_____ 02: _____

Nome> Nome>

CPF CPF

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 191/2021

QUINTO TERMO ADITIVOAO CONTRATO Nº 191/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT** E A EMPRESA **G.M.B. DA COSTA & CIA LTDA-EPP.**

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **G.M.B. DA COSTA & CIA LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ nº 06.017.797/0001-16, estabelecida na Avenida Júlio Campos, nº 111, Industrial, Agua Boa-MT, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **GILSON MARCIO BRAIDA DA COSTA**, portador da Cédula de Identidade RG 17625572 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 025. 951.018-11, denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no **Processo Administrativo nº 179/2021**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA ALTERAÇÃO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**, inciso 4.23, referente ao processo de licitatório na modalidade **Carta convite nº 015/2021.**

1.2 - Fica acrescentada o contrato originário o total de **180 (cento e oitenta) dias,** ficando sua vigência estendida até o **dia 13/05/2024**.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e clausula contratual.

2.2 - A implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos no processo, e também a empresa irá manter os preços ofertados, e ainda por vários fatores administrativos, onde a secretária municipal de Educação tem como planejamento executar os serviços constantes em contrato, tal prorrogação não causará qualquer prejuízo aos cofres públicos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas nas mesmas dotações orçamentárias constantes no contrato original.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 191/2021 e demais termos aditivos,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 08 de novembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE:

G.M.B. DA COSTA & CIA LTDA-EPP

Gilson Marcio Braida da Costa

CPF sob nº 025.951.018-11

CONTRATADA

CINTIA DE ALMEIDA OLIVEIRA RAIMUNDO

Portaria nº 208/2023 de 15/03/2023

FISCAL DE CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Canarana - MT, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações, a seguinte Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 9.412/2018 de 18/06/2018.

MODALIDADE: Tomada de Preços nº 005/2023

OBJETO: Execução de rede de distribuição de energia elétrica do Loteamento Industrial e Comercial,de acordo com o edital e anexos.

REALIZAÇÃO: 06/12/2023.

HORAS: 13:30 hs (Horário Brasília).

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, no horário das 12:00 às 18:00 horas, pelo e-mail **licitacoescanarana@gmail.com** ou ainda **www.canarana.mt.gov.br** até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes.

Canarana - MT, 17 de novembro de 2023.

_____

KARINA DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2023

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de Recargas em Botijão de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP P13, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Canarana-MT** de acordo com as especificações do edital e anexos,na modalidade **Pregão Presencial** no dia **01/12/2023 às 13h30min** (**Horário de Brasilia)** na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8. 666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478. 1200, no horário das 12h00min às 18h00min, através do e-mail **licitacao. canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov. br.**

Canarana-MT, 17 de Novembro de 2023.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2023

4º TERMO ADITIVOao Contrato Nº 021/2023, que entre si celebram o município de Canarana-MT e a empresa **CONSTRUTORA GLOBAL LTDA-ME.**

Pelo presente instrumento contratual, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO, CPF n° 888.448.461-87, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **CONSTRUTORA GLOBAL LTDA-ME**, inscrita no CNPJ Nº 45.754. 077/0001-95, e Inscrição Estadual sob nº 13.929.018-4, estabelecida a Rua Guarapuava, nº 2002, sala 02, Bairro Jardim Florianópolis, Cidade de Canarana-MT, representada neste por seu procurador Sr. **JOSÉ ABADIA BARBOSA**, brasileiro, solteiro, mestre de obras, portador do RG nº 0382946-4 SESP/MT e do CPF nº 794.525.151-04, doravante denominada de **CONTRATADA**, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO**, que se

regerá por toda a legislação aplicável à espécie e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente aditivo tem fundamento no Artigo 65, inciso II e Art. 57, § 1º, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLAUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 – Fazem parte do presente termo aditivo, independente de transição todos os elementos que compõem o processo de licitação na modalidade **tomada de preços nº 010/2022**, devidamente homologada pelo Prefeito Municipal, nos termos da Lei nº 8.666/93 e o contrato originário.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DAS ALTERAÇÕES

2.1 - O presente termo aditivo tem por objeto a **prorroga prazo de EXECUÇÃO DA OBRA,** que tem como objeto a execução de obras de **CONSTRUÇÃO DE CAMPO SOCIETY COM GRAMA SINTETICA NO MUNICIPIO DE CANARANA CONFORME TERMO DE CONVENIO Nº 0170-2022/SINFRA**, a Clausula Quarta.

2.2 - Fica acrescentada à Cláusula Quarta, inciso 4.1 do contrato originário o total de **90 (noventa) dias,** estendendo o prazo de execução até o dia **07/02/2024**.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA

3.1 - A Administração Municipal se viu obrigada a prorrogar o prazo de execução da obra, conforme justificativa anexa do departamento de engenharia do município.

CLÁSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

4.1 - Em conformidade com o previsto no artigo 61, § único da Lei 8.666/93, este instrumento será publicado no Diário Oficial de Contas do TCE/MT, Diário Oficial dos Municípios - AMM e Diário Oficial do Estado de Mato Grosso - DOE.

CLAÚSULA QUINTA – CONDIÇÕES GERAIS

5.1 - Com a alteração constante deste Termo Aditivo, ficam inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do **contrato nº 021/203 e demais termos aditivos**.

CLAÚSULA SEXTA – FORO

6.1 - As partes elegem o foro da comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, ficando excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Canarana-MT, 01 de novembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

CONSTRUTORA GLOBAL LTDA-ME

JOSÉ ABADIA BARBOSA

Procurador

CONTRATADA

GUSTAVO HENRIQUE MACHADO ALVES,

Portaria nº 916/2022 de 01 de dezembro de 2022

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF n.º CPF n.º

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 070/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

CONTRATADO: ANTONIO RAMOS DA SILVA & CIA LTDA – ME CNPJ 07.646.636/0001-54

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO E FARMÁCIA MUNICIPAL – REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DA FAMÍLIA SÃO CAMILO PSF DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT.

VALOR SUPRESSIVO: R$645.277,97 (Seiscentos e quarenta e cinco mil e duzentos e setenta e sete reais e noventa e sete centavos).

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 036/2023

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE, NA ATENÇÃO PRIMÁRIA, NA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A POPULAÇÃO E NO PRONTO ATENDIMENTO.**

Empresas vencedoras valor total: R$2.194.952,30 (dois milhões e cento e noventa e quatro mil e novecentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos): **DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** (01417694000472) com os lotes: 12, 19, 60, 132, 140, 189, 196 e 207 no valor total de R$22.600,80 (vinte e dois mil e seiscentos reais e oitenta centavos). **FARMACIA BOM PREÇO LTDA EPP** (11504314000148) com os lotes: 29, 46, 128, 164, 173, 204 e 208 no valor total de R$99.144,00 (noventa e nove mil e cento e quarenta e quatro reais). **DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** (02520829000140) com os lotes: 99, 121, 149, 153, 162, 167, 168, 171 e 214 no valor total de R$26.666,00 (vinte e seis mil e seiscentos e sessenta e seis reais). **EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** (23312871000146) com o lote: 220 no valor total de R$57.180,00 (cinquenta e sete mil e cento e oitenta reais). **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME** (28418133000100) com os lotes: 2, 16, 22, 52, 69, 109, 111 e 195 no valor total de R$332.869,00 (trezentos e trinta e dois mil e oitocentos e sessenta e nove reais). **ASLI COMERCIAL EIRELI** (01578276000114) com o lote: 141 no valor total de R$62.930,00 (sessenta e dois mil e novecentos e trinta reais). **ZAFRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** (41347974000123) com os lotes: 129 e 145 no valor total de R$27.285,00 (vinte e sete mil e duzentos e oitenta e cinco reais). **HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** (26921908000202) com os lotes: 39, 100 e 169 no valor total de R$26.090,00 (vinte e seis mil e noventa reais). **IMPERIUM MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** (43269791000162) com o lote: 219 no valor total de R$27.080,00 (vinte e sete mil e oitenta reais). **CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS - EIRELI** (23228076000174) com os lotes: 34, 70, 112, 131, 187, 205 e 216

no valor total de R$53.430,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos e trinta reais). **GOLDENPLUS-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** (17472278000164) com os lotes: 30, 41, 43, 48, 62, 120, 161, 194 e 213 no valor total de R$163.240,00 (cento e sessenta e três mil e duzentos e quarenta reais). **C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME** (26457348000104) com os lotes: 32, 72, 104, 108, 127, 135 e 150 no valor total de R$163.969,50 (cento e sessenta e três mil e novecentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos). **BONATTO DISTRIBIUDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** (47365250000199) com os lotes: 74, 85, 96 e 201 no valor total de R$135. 390,00 (cento e trinta e cinco mil e trezentos e noventa reais). **WF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** (43025186000146) com os lotes: 160, 192, 217 e 224 no valor total de R$57.775,00 (cinquenta e sete mil e setecentos e setenta e cinco reais). **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** (03652030000170) com os lotes: 1, 4, 5, 8, 14, 17, 25, 33, 35, 36, 38, 40, 44, 45, 49, 75, 79, 81, 82, 84, 95, 97, 103, 114, 115, 116, 117, 130, 133, 156, 158, 163, 172, 179, 184, 209, 210 e 212 no valor total de R$170.045,00 (cento e setenta mil e quarenta e cinco reais). **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** (81706251000198) com os lotes: 7, 9, 10, 24, 123, 142, 152, 174, 197, 202 e 218 no valor total de R$31.745,00 (trinta e um mil e setecentos e quarenta e cinco reais). **ATIVA MÉDICO CIRÚRGICA EIRELI** (09182725000112) com o lote: 76 no valor total de R$31.600,00 (trinta e um mil e seiscentos reais). **BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA ME** (26089337000100) com os lotes: 11, 15, 58, 91, 92, 122, 170, 178, 203 e 222 no valor total de R$37.703,00 (trinta e sete mil e setecentos e três reais). **INOVAMED HOSPITALAR LTDA** (12889035000102) com os lotes: 3, 26, 27, 28, 31, 42, 50, 51, 54, 55, 59, 63, 64, 68, 77, 78, 80, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 98, 101, 102, 107, 110, 113, 119, 125, 126, 134, 136, 137, 138, 139, 143, 144, 146, 148, 154, 177, 185, 188, 190, 191, 193, 198, 200, 206 e 223 no valor total de R$290.642,00 (duzentos e noventa mil e seiscentos e quarenta e dois reais). **FRESENIUS KABI BRASIL LTDA.** (49324221001690) com os lotes: 180, 181, 182 e 183 no valor total de R$218.200,00 (duzentos e dezoito mil e duzentos reais). **RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA** (35042079000106) com os lotes: 6, 13, 23, 47, 53, 61, 66, 151, 155, 157, 176, 186, 215 e 221 no valor total de R$44.843,00 (quarenta e quatro mil e oitocentos e quarenta e três reais). **A. G. KIENEN & CIA LTDA** (82225947000165) com os lotes: 18, 37, 56, 57, 71, 124, 147, 165, 199 e 211 no valor total de R$34.025,00 (trinta e quatro mil e vinte e cinco reais). **ESTRATTI VEGETALI FARMACIA E MANIPULACAO EIRELI - ME** (04162170000123) com os lotes: 105, 106 e 118 no valor total de R$80. 500,00 (oitenta mil e quinhentos reais).

Itens fracassados: 20, 21, 65, 67, 73, 83, 86, 159, 166 e 175.

Carlinda - MT, 17 de Novembro de 2023.

FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

PREGOEIRA INTERINA

Publique-se

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 446 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **ROSANA DIAS SOARES** matricula nº 164, no dia 01 de novembro de 2023, cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 22 de Outubro de 2023 ao dia 06 de novembro de 2023 totalizando 15 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 052/2023

ELEICÃO SINDICAL - AVISO RESUMIDO DO EDITAL

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CARLINDA – MATO GROSS0

CNPJ 09.431.848 0001-40 - CARLINDA-MT - CEP: 78.587-000

ELEICÃO SINDICAL - AVISO RESUMIDO DO EDITAL

SISPUC - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CARLINDA

Sede: Av. Antônio Castilho, SNºcentro - Carlinda/MT - Cep. 78.587-000

ELEICÃO SINDICAL - AVISO RESUMIDO DO EDITAL

Faço saber que no dia 03 de Fevereiro de 2024, será realizada eleição para composição da Diretoria Administrativa e Conselho Fiscal e respectivos suplentes. O prazo para registro de chapas é de 30 dias contados da publicação deste aviso. O requerimento para registro de chapas, assinado por qualquer um dos candidatos que a integram, será dirigido à Comissão Eleitoral, em 02 (duas) vias, acompanhado de documento(s) exigido pelo Estatuto da Entidade. Durante o prazo para registro de chapas: 25/11/2023, 02/12/2023, 09/12/2023, 16/12/2023 e 20/12/2023, a Comissão Eleitoral manterá expediente na sede do Sindicato, sito à Av Antônio Castilho, snº , bairro centro, Carlinda - MT, no horário das 7:30 às 9:00 horas. O Edital de Convocação encontra-se afixado na Sede do Sindicato e nos principais locais de serviços público, regulamentando-se os procedimentos eleitorais pelo disposto no Estatuto Social da Entidade. Carlinda, 17 de Novembro de 2023 - Denise de Souza Pereira Damas - Presidente/Comissão Eleitoral.

Comissão Eleitoral

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 53/2023

Dispensa N° 53/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO JOÃO SEBASTIÃO RAMOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA/MT.

Contratada: **GC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME**

CNPJ nº: **42.130.775/0001-21**

Valor:**R$ 10.999,28 (Dez mil, novecentos, noventa e nove reais e vinte oito centavos).**

Data da declaração: 17 de novembro de 2023. Pela Secretaria Municipal de Saúde.

Data da ratificação: 17 de novembro de 2023. Pelo Prefeito Municipal, Jakson de Oliveira Rios Junior

Referência Período: 60 dias.

Base legal: Art. 24 incisos II, da Lei nº 8.666/93.

Castanheira MT, 17 de novembro de 2023

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

PREFEITO

EXTRATO DA RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 79/2023

EXTRATO DA RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 79/2023

Texto:

EXTRATO DA RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 79-2023.

RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 79/2023 PROCESSO: **PREGÃO PRESENCIAL 24/2023**;

OBJETO: Rescisão Contratual Amigável;

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 79, inciso II, § 1.º da Lei Federal n.º 8.666/93;

CONTRATANTE: Município de Castanheira-MT;

CONTRATADO: **Rosivete Martins Gouveia, inscrita no CNPJ sob o n.º 50.554.996/0001-55**

DATA DA ASSINATURA: 01/11/2023.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal de Castanheira

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA N° 53/2023

A Presidente da CPL torna público que realizou Licitação **DISPENSA Nº 53/2023**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL.** O objeto do presente é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO JOÃO SEBASTIÃO RAMOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA/MT**, que será firmada com a empresa: **GC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 42.130. 775/0001-21**, com o valor global de **R$ 10.999,28 (Dez mil, novecentos, noventa e nove reais e vinte oito centavos).**

Castanheira - MT, 17 de novembro de 2023

MAYARA CAROLINA DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente

Portaria 105/2023

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA N° 53/2023

A Presidente da CPL torna público que realizou Licitação **DISPENSA Nº 53/2023**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL.** O objeto do presente é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO JOÃO SEBASTIÃO RAMOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA/MT**, que será firmada com a empresa: **GC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 42.130. 775/0001-21**, com o valor global de **R$ 10.999,28 (Dez mil, novecentos, noventa e nove reais e vinte oito centavos).**

Castanheira - MT, 17 de novembro de 2023

MAYARA CAROLINA DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente

Portaria 105/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 494/2023

DATA: 04 de outubro de 2023

SÚMULA: Conceder Licença Prêmio Pecúnia a Sr.ª **Sueli Betine,** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder **Licença Prêmio Pecúnia,** no período de 10/2023, 10/2024 e 10/2025, a Sr.ª **Sueli Betine,** matrícula funcional nº 445, no cargo de Técnico Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação,

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRA - SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 492/2023

DATA: 03 de outubro de 2023.

SÚMULA: Nomear em cargo comissionado a Sr.ª **Maria Luiza Zandarim Soares e** dá outras providências

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1° Nomear em cargo comissionado a Sr.ª **Maria Luiza Zandarim Soares,** matrícula funcional nº 3146, no cargo de Chefe de Divisão, lotada no Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 03 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 495/2023

DATA: 11 de outubro de 2023.

SÚMULA: Concede Licença Gestante a Sr.ª **Poliana Dandara de Souza Conceição a e** dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença gestante de 120 (cento e vinte) dias, à servidora contratada **Poliana Dandara de Souza Conceição**, matrícula funcional nº 3082, pelo período de **11/10/2023** à **08/02/2024**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Conforme requerimento fica concedido mais 60 (sessenta) dias, de licença-maternidade, com fulcro no art. 129, da lei nº 12/2013 Estatuto dos Servidores Públicos do Município, iniciando a partir do dia **09/02/2024.**

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 11 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 496/2023

DATA: 16 de outubro de 2023.

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de Presidente e Vice presidente Comissão de ética, conforme Lei nº 077/2020 e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

Considerando o Art. 4º da Lei nº 077/2020 que em sua primeira reunião a Comissão de Ética Funcional escolherá um presidente e um vice presidente, que atuará nas ausências ou vacância do presidente, e dará início à elaboração do regimento interno.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para a composição da Comissão de Ética Funcional do Servidor Público do Município de Cláudia:

Andreia Teolide Schneider Sielski - Matrícula 1190 - Presidente Sheila Yotzchetz – matrícula 431 – Vice Presidente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 16 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 497/2023

DATA: 16 de outubro de 2023.

SÚMULA: Concede Férias de 30 (trinta) dias, ao Sr. **Paulinho Correa** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias, de 30 (trinta) dias, ao Sr. **Paulinho Correa**, matrícula funcional nº 1878, no cargo de Técnico em Enfermagem, de 16/10/2023 a 15/10/2023, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 16 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 498/2023

DATA: 16 de outubro de 2023.

SÚMULA: Concede Férias de 30 (trinta) dias, a Sr.ª **Celia Regina Toninatto** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias, de 30 (trinta) dias, a Sr.ª **Celia Regina Toninatto**, matrícula funcional nº 2429, no cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, de 16/10/2023 a 15/11/2023, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 16 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 499/2023

DATA: 17 de outubro de 2023.

SÚMULA: Concede Licença Gestante a Sr.ª **Cristiane Aparecida Alcantara a e** dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença gestante de 120 (cento e vinte) dias, à servidora contratada **Cristiane Aparecida Alcantara,** matrícula funcional nº 3112, pelo período de **17/10/2023** à **14/02/2024**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Conforme requerimento fica concedido mais 60 (sessenta) dias, de licença-maternidade, com fulcro no art. 129, da lei nº 12/2013 Estatuto dos Servidores Públicos do Município, iniciando a partir do dia **15/02/2024.**

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 17 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 500/2023

DATA: 20 de outubro de 2023.

SÚMULA: Concede Licença saúde a Sr.ª **Claudia Carara Guzzi** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Concede Licença Saúde a servidora **Claudia Carara Guzzi,** matrícula funcional nº 1224, no cargo de Professor, no período de 20/10/2023 a 30/04/2024 conforme Atestado Médico Pericial, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 20 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 501/2023

DATA: 23 de outubro de 2023.

SÚMULA: Concede Licença saúde a Sr.ª **Andressa Trindade** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Concede Licença Saúde a servidora **Andressa Trindade,** matrícula funcional nº 445, no cargo de Manutenção da Infraestrutura Escolar, no período de 23/10/2023 a 02/11/2023 conforme Atestado Médico Pericial, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 23 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 502/2023

DATA: 23 de outubro de 2023.

SÚMULA: Concede Férias de 30 (trinta) dias, ao Sr. **Ednei Antônio da Silva** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias, de 30 (trinta) dias de férias, ao Sr. **Ednei Antônio da Silva**, matrícula funcional nº 2289, no cargo de Operador de Maquinas I, de 23/10/2023 a 21/11/2023, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 23 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 122/2023

O MUNICIPIO DE CLÁUDIA - MT, CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Srº. Altamir Kurten, e do outro lado a empresa FUNTEC-DF - FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA FLORESTAL E GEOPROCESSAMENTO, CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Diretor Administrativo Financeiro o senhor, srº Thiago Oliveira Rodrigues.

O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA A AVALIAÇÃO DOS ESTUDOS TÉCNICOS TEMÁTICOS E DE INTEGRAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO-ECOLÓGICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (ZSEE-MT), COM ENFOQUE NOS MUNICÍPIOS DE CLÁUDIO E SEU ENTORNO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA-MT.

A vigência deste Contrato será pelo prazo de 12 (doze) meses.

Receberá a Empresa Contratada pelo fornecimento dos produtos, a importância de até R$ 57.000,00 (Cinquenta e sete mil reais)

Cláudia - MT, 16 de Novembro de 2023.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2023 - REGISTRO DE PREÇOS (CONFORME LEI Nº 10.520/2002)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

Objeto: REGISTRO PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CÂMERAS E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA - MT. A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT torna público que no dia **04 de Dezembro de 2023,** estará recebendo propostas, para abertura às **08h00min**, do Pregão Presencial, para a aquisição supracitada. O Edital estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (66) 3546-3100. Cláudia-MT, 17 de Novembro de 2023.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2023 - REGISTRO DE PREÇOS (CONFORME LEI Nº 10.520/2002)

AVISO DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2023 - REGISTRO DE PREÇOS (CONFORME LEI Nº 10.520/2002)

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM, FUNILARIA E PINTURA NOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT.**

A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT torna público que até **08h00min,** do dia **05 de DEZEMBRO de 2023,** estará recebendo as propostas, para abertura do Pregão Presencial acima, para a aquisição supracitada. O Edital estará no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente ou através do telefone (66) 3546-3100.

Cláudia/MT, 17 de Novembro de 2023.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2023 REGISTRO DE PREÇOS (CONFORME LEI Nº 10.520/2002)

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS DA PARTE ELÉTRICA, MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL DE CLÁUDIA-MT.** A Prefeitura Municipal de Cláudia - MT torna público que, considerando que não houve nenhuma empresa/participante interessado em participar do certame, fica prorrogado para o dia **01 de Dezembro de 2023, às 08h00min,** o recebimento das propostas para abertura do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital poderá ser obtido junto à Secretaria de Administração, durante o horário de expediente e também estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, através do telefone (66) 3546-3100.

Cláudia – MT, 17 de Novembro de 2023.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira

LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 080/2022

o **MUNICIPIO DE CLÁUDIA - MT, CONTRATANTE, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. ALTAMIR KURTEN, e, de outro lado, a empresa D C NAVA ENGENHARIA ME, CONTRATADA, , neste ato representada pelo Srº. Danilo Carvalho Nava.**

Fica rescindido, de forma amigável, o **CONTRATO Nº 080/2022,** celebrado em 17 de outubro de 2022, para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA NA AREA AMBIENTAL - DO TIPO ELABORACAO DE PRAD, PROJETO PARA RECUPERACAO DA AREA DEGRADADA, ELABORADO POR PROFISSIONAL TECNICO CAPACITADO NA AREA ESPECIFICA, SUPRINDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT.

Cláudia - MT, 10 de outubro de 2023

LICITAÇÃO
PORTARIA N° 217/2023/LIC/SEMAD

DATA: 17 de novembro de 2023.

SÚMULA: Nomeia a servidora **TCHERLES ELIANA DELLANI,** como Fiscal de CONTRATO e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, Davi Schleicher, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Nomeia a servidora **TCERLES ELIANA DELLANI,** inscritoCPF n° *** 021.341 -** como Fiscal de CONTRATO abaixo relacionado;

ATA:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
122/2023	**FUNDACAO DE TECNOLOGIA FLORESTAL E GEOPROCESSAMENTO**	**CONTRATAÇÃO DE CONSLTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA A AVALIAÇÃO DOS ESTUDOS TÉCNICOS TEMÁTICOS E DE INTEGRAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DE ZONEAMENTO SOCIECONÔMICO-ECOLÓGICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (ZSEE-MT), COM ENFOQUE NO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA E SEU ENTORNO.**

Art.2° Nomeia a servidor **DANIEL RODRIGUES MAGALHÃES,** inscrito no CPF n° *** 588.889 **como SUPLENTE.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

.

Art. 4° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

17 de novembro de 2023

Davi Schleicher

Secretário Municipal de Administração

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

LICITAÇÃO
PORTARIA N° 218/2023/LIC/SEMAD

DATA: 17 de novembro de 2023.

SÚMULA: Nomeia a servidora **SUELI BETINE,** como Fiscal de ATA e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, Davi Schleicher, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Nomeia a servidora **SUELI BETINE,** inscritoCPF n° *** 532.851 -** como Fiscal de ATA abaixo relacionado;

ATA:

Número/ Ano	Contratado	Objeto
033/2023	**COMERCIO VAREJISTA**	**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS DE COZINHA PA-**

	DE GAS MOLINA LTDA	**RA A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT.**

Art.2°Nomeia a servidor **VANIA DA SILVA SANTOS,** inscrito no CPF n° *** 247.451 **como SUPLENTE.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

.

Art. 4° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

17 de novembro de 2023

Davi Schleicher

Secretário Municipal de Administração

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 481/2023

DATA: 02 de outubro de 2023

SÚMULA: Conceder Licença Prêmio Pecúnia a Sr.ª **Monica Cristina de Oliveira,** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder **Licença Prêmio Pecúnia,** no período de 10/2023, 10/2024 e 10/2025, a Sr.ª **Monica Cristina de Oliveira,** matrícula funcional nº 451, no cargo de Manutenção da Infraestrutura Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação,

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRA - SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 482/2023

DATA: 02 de outubro de 2023.

SÚMULA: Concede Férias de 30 (trinta) dias, sendo 10 (dez) dias em pecúnia ao Servidor **Regiran Costa Martins e** dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias de 30 (trinta) dias, sendo 10 (dez) dias em pecúnia ao Servidor **Regiran Costa Martins,** matrícula funcional nº 1966, no cargo de Motorista, de 09/10/2023 a 07/10/2023, pecúnia no período de 09/10/2023 a 18/10/2023, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 483/2023

DATA: 02 de outubro de 2023

SÚMULA: Conceder Licença Prêmio Pecúnia a Sr.ª **Solange Antunes de Souza Lemes,** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder **Licença Prêmio Pecúnia,** no período de 10/2023, 10/2024 e 10/2025, a Sr.ª **Solange Antunes de Souza Lemes,** matrícula funcional nº 1151, no cargo Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação,

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRA - SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 484/2023

DATA: 02 de outubro de 2023.

SÚMULA: Concede Férias de 30 (trinta) dias, sendo 10 (dez) dias em pecúnia, a Servidora **Solange Cristina Basinski** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias de 30 (trinta) dias, sendo 10 (dez) dias em pecúnia, a Servidora **Solange Cristina Basinski,** matrícula funcional nº 2907, no cargo de Conselheiro- Conselho Tutelar, de 02/10/2023 a 31/10/2023, pecúnia no período de 02/10/2023 a 11/10/2023, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 485/2023

DATA: 02 de outubro de 2023.

SÚMULA: Concede Exoneração a pedido da Sr.ª **Solange Terezinha Schmeing** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Concede Exoneração a pedido da Sr.ª **Solange Terezinha Schmeing,** matrícula funcional nº 2587, no cargo efetivo de Merendeira, a partir do dia 02/10/2023, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 486/2023

DATA: 02 de outubro de 2023

SÚMULA: Conceder Licença Prêmio Pecúnia a Sr.ª **Susana Barboza da Silva,** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder **Licença Prêmio Pecúnia,** no período de 10/2023, 10/2024 e 10/2025, a Sr.ª **Susana Barboza da Silva,** matrícula funcional nº 2299, no cargo de Zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação,

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRA - SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 487/2023

DATA: 02 de outubro de 2023.

SÚMULA: Concede Férias de 30 (trinta) dias, sendo 10 (dez) dias em pecúnia, a Servidora **Tatiane Ferreira Santos Martins** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias de 30 (trinta) dias, sendo 10 (dez) dias em pecúnia, a Servidora **Tatiane Ferreira Santos Martins,** matrícula funcional nº 2127, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, de 02/10/2023 a 31/10/2023, pecúnia no período de 02/10/2023 a 11/10/2023, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 488/2023

DATA: 02 de outubro de 2023

SÚMULA: Conceder Licença Prêmio Pecúnia a Sr.ª **Terezinha Cirino da Silva,** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder **Licença Prêmio Pecúnia,** no período de 10/2023, 10/2024 e 10/2025, a Sr.ª **Terezinha Cirino da Silva,** matrícula funcional nº 119, no cargo de Nutrição Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação,

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRA - SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 489/2023

DATA: 02 de outubro de 2023

SÚMULA: Conceder Licença Prêmio Pecúnia ao Sr. **Waldemar Aparecido Smanhoto,** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder **Licença Prêmio Pecúnia,** no período de 10/2023, 10/2024 e 10/2025, ao Sr. **Waldemar Aparecido Smanhoto,** matrícula funcional nº 125, no cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação,

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRA - SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 490/2023

DATA: 02 de outubro de 2023.

SÚMULA: Concede Férias de 30 (trinta) dias, sendo 10 (dez) dias em pecúnia ao Servidor **Lucas Seganfredo Dill** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias de 30 (trinta) dias, sendo 10 (dez) dias em pecúnia ao Servidor **Lucas Seganfredo Dill,** matrícula funcional nº 2850, no cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente, de 02/10/2023 a 31/10/2023, pecúnia no período de 02/10/2023 a 112/10/2023, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 491/2023

DATA: 02 de outubro de 2023.

SÚMULA: Concede Férias de 30 (trinta) dias, a Sr.ª **Lucivalda Santos Costa** e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias, de 30 (trinta) dias, a Sr.ª **Lucivalda Santos Costa**, matrícula funcional nº 2033, no cargo de Agente de Combate a Endemias, de 02/10/2023 a 31/10/2023, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 493/2023

DATA: 04 de outubro de 2023.

SÚMULA: Concede Licença Gestante a Sr.ª **Jessica Sanches de Souza a e** dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° Conforme Requerido fica concedido mais 60 (sessenta) dias, de licença maternidade a servidora **Jessica Sanches de Souza,** matrícula funcional nº 2927, ocupante no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de outubro de 2023.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

AVISO DE LICITACAO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023

PROCESSO LICITATORIO Nº 065/2023

MODO DE DISPUTA ABERTO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO, MATO GROSSO, através do seu pregoeiro nomeado pela portaria nº 05/2023 torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no **dia 04/12/2023 as 09:00h (Horário de Brasília**), Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 003/2023**, no Tipo "***MENOR PREÇO POR ITEM",*** Modo de disputa Aberto, **LOCAL DA DISPUTA** site da Plataforma Licitanet: https://www.licitanet.com.br , O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AS DEMANDAS DO HOSPITAL MUNICIPAL E CENTRO CIRÚRGICO DO MUNICIPIO DE COCALINHO – MT – EMENDAS PARLAMENTARES: Nº 134/2021 - PORTARIA Nº 078/2021/GBSES, Nº 13915490000121001 – PORTARIA Nº 2.081, Nº 39620004, PORTARIA Nº 1.222.**As especificações constam no Termo de Referência Anexo I. do Edital.Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de licitação, na Prefeitura Municipal, sito a Av. Araguaia nº 676, pelo telefone: 0800 264-8712, site: https://www.cocalinho.mt.gov.br/sic-licitacoes e e-mail: licitacao@cocalinho.mt.gov.br

Cocalinho – MT, 17 de Novembro de 2023.

Rogério Moreira

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER-MT

ATOS DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2023

A Prefeitura Municipal de Colíder/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Eletrônico nº 033/2023, cujo objeto é a **"AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA IMPLANTAÇÃO DA FANFARRA, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, MUNICIPIO DE COLIDER - MT".**

Sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

EMPRESAS	ITEM	VL. TOTAL (R$)
MUSICA EM PARTES INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA 12.326.126/0001-30	01 e 02	23.400,00

Colíder/MT, 14 de novembro de 2023.

MARCIO ANTONIO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS
OFÍCIO Nº 836/2023/SME COLÍDER, 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

Senhor Secretário:

Solicitamos a publicação de férias da profissional de Educação:

FÉRIAS

Secretaria Municipal de Educação				
NOME	**CARGO**	**PERÍODO**	**Total dias**	**Período aquisitivo**
1. Edna Aparecida Plens	Professora	21/11/23 a 05/12/23	15	2022/2023 (15)

Atenciosamente,

Leia da Silva Torres,

Secretária Municipal de Educação,

Portaria Nº 003/2021.

Ao Senhor Carlos Frederico Carvalho de Oliveira,

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas,

Colíder/MT.

MBM

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 163/2023 - PORTARIA SMFA Nº 401/2023 - FISCAL DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 163/2023.

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder/MT.

Contratado: **ASSOCIACAO MOVIMENTO MAE AGUIA DE COMBATE A VIOLENCIA SEXUAL COMETIDA CONTRA CRIANCAS E ADOLECENTES.** Modalidade de Licitação: **Dispensa de Licitação nº 018/2023.** Objeto: **Contratação DE ASSESSORIA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE CAPACITAÇÃO ESPECÍFICA PARA A REDE DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS E ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ÂMBITO MUNICIPAL CONFORME DEFINIDO PELA LEI FEDERAL 8.069/90. E LEI MUNICIPAL 3290/CMDCA/2023**.**Valor Global: R$ 5.900,00** (cinco mil e novecentos reais). **Vigência:** 17/11/2023 até 31/12/2023.

PORTARIA SMFA Nº 401/2023 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal de Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **BENAIA TEIXEIRA DE SOUZA** (Titular) e **SANDRA CRISTINA DO NASCIMENTO SOUZA** (Suplente), fiscais do Contrato nº 163/2023, ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRATADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratado: **ASSOCIACAO MOVIMENTO MAE AGUIA DE COMBATE A VIOLENCIA SEXUAL COMETIDA CONTRA CRIANCAS E ADOLECENTES.** Modalidade: Dispensa de Licitação nº 018/2023. **Vigência:** 17/11/2023 até 31/12/2023. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER-MT

ATOS DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2023

A Prefeitura Municipal de Colíder/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Eletrônico nº 039/2023, cujo objeto é a **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM DISTRIBUÍDAS AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL REFERENDADA E ATENDIDAS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DO MUNICÍPIO DE COLIDER/MT".**

Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

EMPRESAS	LOTE	VL. TOTAL (R$)
COMERCIAL LUAR EIRELI - EPP 02.545.557/0001-33	02 e 03	124.938,00
MARTINS & MARTINS NETO LTDA - 13.338.773/0003-96	01	132.000,00

Colíder/MT, 14 de novembro de 2023.

MARCIO ANTONIO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DO PP N° 033/2023 - SRP

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2023 - SRP

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço POR ITEM, com data de abertura prevista para o **dia 01 de dezembro de 2023, ás 08:00 horas/minutos (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CERIMONIAL, LOCAÇÃO DE SOM E DE ITENS PARA REALIZAÇÃO DOS EVENTOS PUBLICOS REALIZADOS DO MUNICÍPIO DE COLIDER/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider/MT, localizada na Travessa dos Parecis, nº 85, Setor Leste, Colider/MT e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Cidadão - Portal Transparência - Licitações).

Colider/MT, 17 de novembro de 2023

MARCIO ANTONIO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2023

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao **Pregão Presencial nº 030/2023**, Tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESLOCAMENTO DE REDE DE ALTA TENSÃO NA AVENIDA APARECIDO DARCI GAVIOLI, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE COLÍDER (NECESSARIO PARA POSTERIOR EXECUÇÃO DO COVENIO N° 264/2022)**.

Sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

EMPRESA	LOTE	VALOR TOTAL
INSTASLADORA ELETRO HUHR LTDA	01	**36.000,00**

Colíder/MT, 14 de novembro de 2023.

MARCIO ANTONIO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO-CONTRATOS
EXTRATO DE LICITAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2023

Processo Administrativo nº. 7.983/2023

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2023,** VALIDADE 12 MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial. Objeto: **AQUISIÇÃO DE SECADOR ROTATIVO DE CAFÉ PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO 1785/2022- SEAF.**Os fornecedores vencedores encontram-se indicados conforme seguem:

PALINI & ALVES LTDA, inscrita no **CNPJ: 49.393.549/0001-82,** perfazendo o valor total de: R$ 122.500,00 (cento e vinte e dois mil e quinhentos reais).

Colniza - MT, 17 de novembro de 2023.

_____

MAKAULLI GOMES DE SOUZA

Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial

Matrícula 7360-1

LICITAÇÃO-CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO 16/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 7.983/2023

O Prefeito do Município de Colniza, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no inciso IV, do art. 71, da lei 14.133/21 e alterações, em conformidade com o que consta no Processo Administrativo 7.983/2023, **ADJUDICA** e respectivamente **HOMOLOGA** a empresa: **PALINI & ALVES LTDA, inscrita no CNPJ: 49.393.549/0001-82,** no objeto: **AQUISIÇÃO DE SECADOR ROTATIVO DE CAFÉ PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO 1785/2022- SEAF.**

Colniza – MT, 17 de novembro de 2023.

_____

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO-CONTRATOS
RESPOSTA AO RECURSO PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 24/2023

PROCEDIMENTO AMINISTRATIVO: 7.562/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICIPIO DE COLNIZA, DISTRITO DE GUARIBA E TRÊS FRONTEIRAS, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DE COLNIZA/MT.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa **ZAGONEL S.A,** inscrita no CNPJ nº **81.365.223/0001-54**, por meio de seu representante legal, conforme termos da Lei 14.133/2021.

Recebo o recurso interposto, eis que tempestivo, e passo a análise das razões recursais.

1. DOS FATOS E FUNDAMENTAÇÃO

"A Prefeitura Municipal de Colniza, publicou edital com o seguinte objeto: "registro de preços visando futura e eventual aquisição de materiais elétricos para a manutenção da rede de iluminação pública do município de Colniza, distrito de Guariba e Três Fronteira, em atendimento à secretaria municipal de obras e infraestrutura de Colniza/MT". Nossa empresa tendo interesse em participar do referido processo licitatório, analisou criteriosamente os termos do edital e apresentou documentos de habilitação e proposta de preços para a devida participação, entretanto, a empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar deixou de cumprir na integra o edital, devendo assim ser DESCLASSIFICADA/INABILITADA, como adiante ficará demostrado.

II- DO DIREITO

II.I- DO NÃO ATENDIMENTO A TENSÃO DE OPERAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL (EMPRESA ESB) A empresa ESB não trouxe em sua documentação comprovação do atendimento a exigência de tensão de operação exigida de 100 a 250V que trazia a especificação do edital para os itens 34 e 35.

Apesar de ter sido realizadas a devidas diligências nos sites oficiais, quais sejam Produtos Certificados (inmetro.gov.br) e Selo Procel (procelinfo.com.br), não há comprovação alguma do atendimento a essa exigência explicita em edital.

Ato contínuo o pregoeiro procedeu a desclassificação da empresa ESB por não atender a tensão de alimentação exigida em edital, pois seu certificado de conformidade traz faixa de tensão que não atende ao edital.

Para surpresa de todos os presentes, ao retomar a licitação no dia seguinte, o pregoeiro decide rever seus atos, e revogar a desclassificação da empresa ESB, utilizando como justificativa um documento apresentado pela empresa ZAGONEL, o que já seria algo incomum, mas com o agravo de tecnicamente não fazer qualquer sentido a motivação apresentada.

O pregoeiro tomou como base, que apesar de a tensão de operação dos produtos ofertados pela empresa ZAGONEL, comprovados através do certificado INMETRO da ZAGONEL, serem de 100 a 250V conforme solicitado em edital, o fato de terem sido ensaiados em 127V e 220V, credenciariam a empresa ESB a atender aquilo que ela comprovou não atender em sua própria documentação apresentada.

Como parte técnica, nos cabe esclarecer que as tensões de ensaio, são definidas por norma, não cabendo ao fabricante defini-las. Já a tensão de operação que, é a especificação exigida no edital, é definida na concepção do produto por quem o fábrica para atender ao mercado almejado, nesse caso de 100V a 250V. E sendo o edital lei entre as partes, deveria ser

devidamente comprovado, fato que não ocorreu pois os produtos apresentados pela ESB possuem tensão de operação inferior ao que solicitava o edital

EMPRESA RGB (LUMINÁRIAS LEDSTAR VITTA 9.6)

Os produtos apresentados pela empresa RGB da marca LEDSTAR não atendem ao requisito do selo PROCEL, motivo pelo qual o edital foi retificado para solicitar a certificação. Os únicos modelos da linha VITTA 9.6 presentes na lista do selo PROCEL são da temperatura de 4.000K sendo que o edital solicitava a temperatura de 5.000K.

Disponível em: http://www.procelinfo.com.br/main.asp?View={B70B...

EMPRESAS STAR PRIME, F. LUZ E RM (LUMINÁRIAS DEMAPE)

Os produtos apresentados pelas empresas Star Prime, F. Luz e RM da marca DEMAPE não atendem ao requisito do edital de que o corpo do produto seja em alumínio injetado. As fotos dos produtos disponíveis em Selo Procel (procelinfo.com.br), demonstram que o corpo ótico e alojamento do driver são confeccionadas em alumínio extrusado, apenas a soqueteira da luminária é confeccionada em alumínio injetado.

As aletas são tão finas que provam a impossibilidade do corpo ser confeccionado através do processo de injeção de alumínio.

O edital é claro quanto ao requisito que não fora atendido pelos produtos da marca DEMAPE e além disso, aceitando tal violação a administração estaria favorecendo a concorrência desleal.

II.III- PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é um princípio que se aplica às licitações e contratações públicas. Ele estabelece que todos os participantes de um processo licitatório devem se submeter aos termos e condições estabelecidos no edital, ou seja, estão vinculados ao instrumento convocatório.

Isso significa que as empresas interessadas em participar de uma licitação devem obedecer a todas as disposições contidas no edital, como critérios de habilitação, prazos, condições de pagamento, exigências técnicas, entre outros. Os licitantes não podem alterar ou propor condições diferentes das estabelecidas no instrumento convocatório.

Esse princípio visa garantir a igualdade de condições entre os participantes e a transparência do processo licitatório. Ao seguir rigidamente as regras do edital, evita-se que algum licitante tenha vantagens indevidas sobre os demais, criando um ambiente justo e competitivo.

Caso um licitante descumpra alguma condição estabelecida no instrumento convocatório, ele deverá ser desclassificado ou ter sua proposta considerada inválida. A vinculação ao instrumento convocatório é um elemento essencial para a validade e regularidade do processo licitatório, assegurando a legalidade e a segurança jurídica das contratações públicas."

2. DOS PEDIDOS

"Conforme os fatos e argumentos apresentados neste RECURSO, solicitamos como lídima justiça que:

A – A peça recursal da recorrente seja conhecida para, no mérito, ser DEFERIDA INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos expostos;

B – Seja reformada a decisão do Agente de Contratação, que declarou como classificada a empresa ESB INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRO ELETRONICOS LTDA, bem como as demais empresa que não apresentaram produtos que atendem ao especificado em edital, conforme motivos consignados neste Recurso, tendo em vista o descumprimento das normas do edital, Portaria do INMETRO nº 62.

C – Caso o Agente de Contratação opte por manter sua decisão, REQUEREMOS que, com fulcro no Art. 165, I, § 2º da Lei 14.133/21, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.**"**

3. DA DECISÃO

Analisando detidamente o recurso interposto, verificamos que a argumentação recursal NÃO merece acolhimento.

O recorrente alega, em suma, que o Pregoeiro considerou indevidamente como classificada a empresa vencedora do certame, afirmando que a empresa ESB INDÚSTRIA E COMERCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA, deixou de apresentar as documentações que comprovariam o atendimento dos itens 34 e 35 no quesito tensão de operação das luminárias públicas, alega também que não houve o atendimento à especificação nos mesmos itens em outros critérios por parte das empresas: F. LUZ ATACADISTA MATERIAL LTDA, RGB INDUSTRIA, COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, R. M. MATERIAIS ELETRICOS LTDA e STAR PRIME DISTRIBUIDORA LTDA.

Pois bem, o Edital do Pregão Presencial SRP 24/2023 não previa nenhuma exigência quanto à apresentação de documentos por parte dos participantes interessados que comprovassem o atendimento à especificação técnica dos referidos materiais, somente era exigido a comprovação de certificação no INMETRO, comprovação de existência de selo PROCEL para as referidas luminárias públicas, e demais documentos de praxe que foram plenamente atendidos por todas as empresas licitantes.

Em um primeiro momento, após questionados sobre a comprovação de atendimento ao edital, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio decidiram por desclassificar a empresa ESB, porém, após uma nova análise, **QUE OCORREU NO MESMO DIA (contrário do que fora alegado pela recorrente nas razões recursais)**, o Pregoeiro e a equipe de apoio acertadamente decidiram por **rever seus atos** quanto a decisão de desclassificar a proposta aos itens 34 e 35 da empresa **ESB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA,** sendo naquele momento invocado o princípio da autotutela da administração pública, que possui o poder de rever seus atos a qualquer momento, que no presente caso o fez com intuíto de evitar tratamento desleal entre os participantes, garantindo o cumprimento dos princípios da igualdade, competividade e economicidade, assim, o Pregoeiro por cautela, decidiu por aceitar como prova de pleno atendimento ao exigido, a ficha técnica apresentada pela empresa considerada vencedora do certame, tendo em vista, ser de total responsabilidade desta, a veracidade das informações discriminadas no referido documento.

A Administração Pública é salvaguardada pelo Princípio da Autotutela, segundo o qual exerce o controle dos seus próprios atos administrativos. Assim, pode revê-los e, a depender do seu enquadramento, anular os ilegais ou revogar os inconvenientes, ex officio, independente de provocação ao Poder Judiciário.

Cretella Júnior (1972)1 discorre com muita propriedade sobre o assunto, ao explicar que:

"A autotutela pode culminar no desfazimento do ato administrativo, através da anulação ou revogação. Anular é suprimir ou desfazer o ato ilegal. A ilegalidade é o pressuposto necessário de anulação. A anulação é que pode ser provocada por iniciativa de terceiros ou de ofício, a providência para que se retire do mundo jurídico o ato administrativo eivado de ilegalidade. Revogar, por outro lado, é suprimir ou desfazer ato inoportuno, ineficaz ou inconveniente, na ótica da técnica do direito administrativo." (p. 55).

O uso dessa ferramenta é, inclusive, previsto taxativamente no ordenamento jurídico brasileiro, no que se refere ao processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, senão vejamos o Art. 53, da Lei 9.784/99:

"Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos."

E, ainda, é validado pelo Supremo Tribunal Federal, que editou as Súmulas 346 e 473, cujos conteúdos referendam o tema e seguem abaixo transcritos:

"Súmula 346: A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

Súmula 473: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

No caso em tela, houve um equívoco da própria Administração Pública, que necessitava de correção imediata, para a manutenção dos princípios que regem sua atuação, a exemplo da Supremacia do Interesse Público, da Impessoalidade, da Transparência, da Legalidade e da Moralidade.

É cediço o entendimento do STF de que a anulação dos próprios atos é um poder-dever que deve ser invocado sempre que mostrar-se necessário, sem que isso importe em desrespeito ao Princípio da Segurança Jurídica, o que corretamente foi feito pelo Pregoeiro e Equipe atuante.

Ademais, diante dos fatos, ficou explícito que a empresa contrarrazoante apresentou a menor proposta entre todos os participantes, que mesmo após a fase de lances verbais, ainda assim sagrou-se vencedora do certame apresentando valores com o menor dispêndio para o município de Colniza/MT.

Conforme Contrarrazões apresentada pela empresa vencedora do certame **ESB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA,** restou comprovado que os produtos ofertados por ela atendem perfeitamente o exigido no Edital. Junto às Contrarrazões apresentada, foi juntado pela referida empresa os ensaios e fichas técnicas dos componentes das luminárias públicas, e também apresentado declaração técnica do Setor de Engenharia, em que fica explícito que a tensão do driver pode operar entre 90v à 305v, atendendo ao solicitado em edital, sendo até superior, comprovando assim sua eficácia, restando evidente que na classificação da empresa não houve qualquer irregularidade, pelo contrário, a decisão do Pregoeiro e Equipe de Apoio garantiram a plena competitividade e a busca pelo melhor preço para a Administração Pública.

Quanto a classificação das empresas F. LUZ ATACADISTA MATERIAL LTDA, COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, R. M. MATERIAIS ELETRICOS LTDA e STAR PRIME DISTRIBUIDORA LTDA, que apresentaram a mesma marca para os itens 34 e 35, sendo a marca DEMAPE, ficou comprovado o pleno atendimento da especificação do produto ofertado, através dos laudos de ensaios e fichas técnicas anexadas à contrarrazão interposta pela empresa R. M. MATERIAIS ELETRICOS LTDA.

No que concerne à classificação da empresa RGB INDUSTRIA, COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, não houve interesse por parte da recorrida em apresentar as contrarrazões ao recurso interposto, porém, em análise à documentação apresentada junto à proposta do licitante na data de realização do certame, os requisitos mínimos solicitados em Edital, quanto à Certificação no INMETRO e selo PROCEL foram aparentemente atendidos.

Vale frisar que as alegações do recorrente não trazem provas concretas quanto ao não atendimento por parte da empresa RGB INDUSTRIA, COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, e devido o Edital não prever a exigência de documentos para comprovação de especificações técnicas, e considerando a proposta e a Ficha Técnica apresentada pela recorrida, em que informa a temperatura de cor das luminárias públicas de acordo com o exigido, a decisão inicial deve ser mantida.

Diante do exposto, e observando os princípios que norteiam os procedimentos licitatórios, julgo **IMPROCEDENTE** o Recurso interposto pela empresa **ZAGONEL S.A,** inscrita no CNPJ nº **81.365.223/0001-54,** mantendo a decisão inicial em sua totalidade.

Colniza/MT, 17 de novembro de 2023.

MAKAULLI GOMES DE SOUZA
Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial

Matrícula 7360-1

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 1.155, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023

Autor: Vereador Presidente Ezequias Dede de Souza.

"DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA DA LIGA DESPORTIVA ECLÉTICA DE COLNIZA NO MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Sr. **MILTON DE SOUZA AMORIM**, Prefeito do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Colniza aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1°. Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a Liga Desportiva Eclética de Colniza no Município de Colniza/MT, registrada sob o número de CNPJ 13.161.797/0001-50.

Art. 2º. A Liga Desportiva Eclética de Colniza fica obrigada a cumprir todas as obrigações impostas pela Lei Municipal de nº. 456/2009, em especial as exigências do art. 4º da referida lei, sob pena de não o fazendo, incorrer na revogação do reconhecimento de Utilidade Pública.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; e, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de novembro de 2023.

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 1.154, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023

"ALTERA A REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº1140/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Sr. **MILTON DE SOUZA AMORIM**, Prefeito do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Colniza aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. A redação do artigo 1º da Lei nº 1140, de 26 de setembro de 2023 passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um credito adicional suplementar, nos termos do Art. 41, Inciso I da Lei Federal nº 4320/64, no valor de até R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), à seguinte rubrica orçamentária: DOTAÇÃO A SUPLEMENTAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	CATEGORIA	VALOR	FONTE
07.001.10.302.0028.2061- MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL E UNID. SAÚDE	3.3.90.39	250.000,00	3.1.621.3210000

"

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; e, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de novembro de 2023.

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 1.153, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023

"DISPÕE SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEI Nº 957/2021, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE ESTABELECE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O PERÍODO 2022 A 2025, E LEI Nº1113, DE 28 DE JUNHO DE 2023, QUE TRATA DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024, DE MODO A COMPATIBILIZAR TOTALMENTE AS PEÇAS DE PLANEJAMENTO E AS REAVALIAÇÕES REALIZADAS NOS PROGRAMAS, ATIVIDADES, PROJETOS E OPERAÇÕES ESPECIAIS APROVADAS PARA O ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2024".

O Sr. **MILTON DE SOUZA AMORIM**, Prefeito do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Colniza aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a readequar as Metas Financeiras dos anexos da Lei Municipal nº 957/2021 - PPA 2022/2025, para o Exercício de 2024 e Lei Municipal nº 1113/2023 - LDO 2024.

Art. 2º. Fica compatibilizado as Metas Físicas e Financeiras para o exercício de 2024, das 03 (três) peças de planejamento Municipal, PPA 2022/2025, LDO 2024 e LOA 2024, conforme Anexo I e II, parte integrante desta lei.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; e, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de novembro de 2023.

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 1.152, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023

"**AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R$ 3.480.000,00 (TRÊS MILHÕES QUATROCENTOS E OITENTA MIL REAIS), NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**"

O Sr. **MILTON DE SOUZA AMORIM**, Prefeito do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Colniza aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, nos termos do Art. 41, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de até R$ 3.480.000,00 (Três milhões quatrocentos e oitenta mil reais),às seguintes rubricas orçamentárias:

DOTAÇÃO A SUPLEMENTAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.003.12.365.0004.2042 – Manutenção do Fundeb 70% - Infantil	**3.1.90.11.00**	**1.000. 000,00**	**2.1.540. 1070000**
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.003.12.365.0004.2042 – Manutenção do Fundeb 70% - Infantil	**3.1.90.94.00**	**480. 000,00**	**2.1.540. 1070000**
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.002.12.361.0004.2020 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação 25%	**3.1.90.11.00**	**1.200. 000,00**	**2.1.500. 1001000**
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.002.12.361.0004.2020 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação 25%	**3.1.90.13.00**	**120. 000,00**	**2.1.500. 1001000**
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
07.001.10.302.0028.2061 – Manutenção do Hospital Municipal de Unid. Saúde	**3.1.91.11.00**	**450. 000,00**	**3.1.500. 1002000**
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
07.001.10.302.0028.2061 – Manutenção do Hospital Municipal de Unid. Saúde	**3.1.90.13.00**	**50. 000,00**	**3.1.500. 1002000**
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
07.001.10.302.0028.2061 – Manutenção do Hospital Municipal de Unid. Saúde	**3.1.91.13.00**	**50. 000,00**	**3.1.500. 1002000**
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
07.001.10.302.0028.2061 – Manutenção do Hospital Municipal de Unid. Saúde	3.1.90.94. 00	80. 000,00	3.1.500. 1002000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
07.001.10.302.0028.2061 – Manutenção do Hospital Municipal de Unid. Saúde	3.1.90.04. 00	50. 000,00	3.1.500. 1002000

Art. 2º. Para fazer face ao crédito autorizado no Artigo Anterior serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação na fonte 1.540 (Transferências do Fundeb 70%) até R$ 1.480.000,00 (um milhão quatrocentos e oitenta mil reais), fonte 1.500. (recursos não vinculados de impostos) até R$ 2.000.000,00 (dois Milhões de reais), nos termos do Art. 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º. O valor autorizado nesta Lei será suplementado através de decreto emitido pelo Poder Executivo conforme ocorrência do excesso de arrecadação até o limite do art. 1ºdesta lei.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; e, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de novembro de 2023.

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 1.151, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023

"**DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O Sr. **MILTON DE SOUZA AMORIM**, Prefeito do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Colniza aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica denominado as Ruas no Bairro Bela Vista, conforme coordenadas geográficas abaixo:

VIAS URBANA A CRIAR						
RUA	**ORIENTAÇÃO**	**PONTO**	**Largura**	**Comp.**	**Coord. UTM, Zona 21L**	
			m	**m**	**LONG. (E)**	**LAT. (N)**
RUA PIONEIRO MIGUEL PELLIZZARI	Sul/Norte	Inicio	10,00	217,27	257.835,2333	8.954.852,2666
		Fim			257.936,0604	8.953.044,7354
RUA PASTOR EDUARDO SILVINO FILHO	Sul/Norte	Inicio	11,90	157,45	257.919,3147	8.954.064,5201
		Fim			257.994,4998	8.953.202,8619

Art. 2º. Fica alterada a extensão da Rua denominada: Rua Senador Jonas Pinheiro, conforme coordenadas geográficas abaixo:

EXTENSÃO DE VIA URBANA						
RUA	**ORIENTAÇÃO**	**PONTO**	**Largura**	**Comp.**	**Coord. UTM, Zona 21L**	
			m	**m**	**LONG. (E)**	**LAT. (N)**
RUA SENADOR JONAS PINHEIRO	Leste/Oeste	Inicio	12,00	71,05	257.842,9473	8.954.032,9454
		Fim			257.903,9821	8.953.996,5621

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; e, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de novembro de 2023.

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 205/GP/2023

PORTARIA Nº205/GP/2023, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário base do Servidor **Jose de Ribamar Araujo**, matrícula nº. 1765-1, Efetivo no Agente de Vigilância Sanitária e, designar o mesmo como **Diretor de Vigilância Sanitária**, vinculado a Secretaria Municipal de Saude.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, 16 de novembro de 2023.

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 16 de novembro de 2023.

ELVIRA MUND DA COSTA
SEC. ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 1.150, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023

"SÚMULA: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Sr. **MILTON DE SOUZA AMORIM**, Prefeito do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Colniza aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta lei Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Colniza - MT, para o Exercício Financeiro de 2023 em **R$ 137.830.000,00 (cento e trinta e sete milhões oitocentos e trinta mil reais),** compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus Fundos Especiais, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta;

II - O Orçamento da Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da Administração Direta e Indireta;

Parágrafo único. O orçamento do Fundo de Previdência do Servidor Municipal, órgão vinculado a Administração Direta do Município de Colniza, e integrante do Orçamento da Seguridade Social, foi fixado em **R$ 8.639. 753,00 (oito milhões seiscentos e trinta e nove mil setecentos e cinquenta e três reais).**

CAPÍTULO II DA PREVISÃO DA RECEITA

Art. 2º. O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Colniza – MT para o exercício de 2023, discriminados pelos anexos integrantes desta lei, estima à Receita Bruta em **R$ 152.198.000,00 (cento e cinquenta e dois milhões, cento e noventa e oito mil reais),** realizadas as deduções para formação do FUNDEB e Deduções Tributárias no valor de **R$ 14.368.000,00, (quatorze milhões trezentos e sessenta e oito mil reais),** totalizando uma Receita Liquida de R$ 137.830.000,00 (cento e trinta e sete milhões e oitocentos e trinta mil reais), para Administração Direta discriminada conforme quadros a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
RECEITAS CORRENTES	111.818. 247,00	31.740. 000,00	143.558. 247,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	8.639.753,00	8.639. 753,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-14.368. 000,00	0,00	-14.368. 000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**97.450. 247,00**	**40.379.753,00**	**137.830. 000,00**
TOTAL GERAL	**97.450. 247,00**	**40.379.753,00**	**137.830. 000,00**

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
RECEITAS CORRENTES			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.264. 764,00	3.066.190,00	15.330. 954,00
Contribuições	1.440. 000,00	0,00	1.440. 000,00
Receita de Patrimonial	2.066. 500,00	0,00	2.066. 500,00
Receita de Serviços	220. 000,00	0,00	220. 000,00
Transferências Correntes	87.176. 530,00	37.313.563,00	124.490. 093,00
Outras Receitas Correntes	10.700,00	0,00	10.700,00
Total das Receitas Correntes	**103.178. 494,00**	**40.379.753,00**	**143.558. 247,00**
RECEITA DE CAPITAL			
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			
Receitas de Contribuições	0,00	8.639.753,00	8.639. 753,00
Total Receitas Intra-Orçamentárias	**0,00**	**8.639.753,00**	**8.639. 753,00**
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE			
Deduções de Transferências Correntes	-14.368. 000,00	0,00	-14.368. 000,00
Total Deduções da Receita Corrente	-14.368. 000,00	**0,00**	-14.368. 000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**88.810. 494,00**	**49.019.506,00**	**137.830. 000,00**
TOTAL GERAL	**88.810. 494,00**	**49.019.506,00**	**137.830. 000,00**

CAPÍTULO III

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 3º. A despesa do Município é fixada na forma dos anexos desta Lei em **R$ 137.830.000,00 (cento e trinta e sete milhões oitocentos e trinta mil reais),** para Administração Direta e será realizada segundo a discrimi-

nação dos quadros de trabalho e natureza de despesas que estão assim desdobrados:

I - Por Categoria Econômica:

ESPECIFICAÇÃO		SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
DESPESAS CORRENTES	**89.653.690,51**	**31.714.000,00**	**121.367.690,51**
Pessoal e Encargos Sociais	45.356.900,00	15.984.000,00	61.340.900,00
Juros e Encargos da Dívida	800.100,00	0,00	800.100,00
Outras Despesas Correntes	43.496.690,51	15.730.000,00	59.226.690,51
DESPESAS DE CAPITAL	**6.418.256,49**	**2.909.500,00**	**9.327.756,49**
Investimentos	6.410.756,49	2.909.500,00	9.320.256,49
Amortização da Dívida	7.500,00	0,00	7.500,00
RESERVA RPPS	**0,00**	**5.756.253,00**	**5.756.253,00**
RESERVA RPPS	0,00	5.756.253,00	5.756.253,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**1.378.300,00**	**0,00**	**1.378.300,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.378.300,00	0,00	1.378.300,00
Total da Administração Direta	**97.450.247,00**	**40.379.753,00**	**137.830.000,00**
TOTAL GERAL	**97.450.247,00**	**40.379.753,00**	**137.830.000,00**

II - Por Órgãos de Governo:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
Câmara Municipal	5.700.000,00	0,00	5.700.000,00
Gabinete do Prefeito	5.380.000,00	0,00	5.380.000,00
Secretaria Mun. de Planejamento	1.600.000,00	0,00	1.600.000,00
Secretaria Mun. de Administração	3.780.000,00	0,00	3.780.000,00
Secretaria Mun. de Finanças	4.680.000,00	0,00	4.680.000,00
Secretaria Mun. de Educação, Cultura, Desporto e lazer	43.390.000,00	0,00	43.390.000,00
Secretaria Mun. de Saúde	0,00	27.740.000,00	27.740.000,00
Secretaria Mun. de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social	0,00	4.000.000,00	4.000.000,00
Secretaria Mun. de Desenvolvimento Rural	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
Secretaria Mun. de Meio Ambiente e Turismo	330.000,00	0,00	330.000,00
Secretaria Mun. de Infra-estrutura	29.390.247,00	0,00	29.390.247,00
Fundo Municipal de Previdência Social	0,00	8.639.753,00	8.639.753,00
Secretaria Mun. De Esportes e Lazer	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
Total da Administração Direta	**97.450.247,00**	**40.379.753,00**	**137.830.000,00**
TOTAL GERAL	**97.450.247,00**	**40.379.753,00**	**137.830.000,00**

III -Por Funções:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
01. Legislativa	5.700.000,00	0,00	5.700.000,00
04. Administração	11.875.800,00	0,00	11.875.800,00
08. Assistência Social	0,00	4.000.000,00	4.000.000,00
09. Previdência Municipal	0,00	2.883.500,00	2.883.500,00
10. Saúde	0,00	27.740.000,00	27.740.000,00
12. Educação	42.822.000,00	0,00	42.822.000,00
13. Cultura	568.000,00	0,00	568.000,00
14. Direitos da Cidadania	200,00		200,00
15. Urbanismo	17.017.656,49	0,00	17.017.656,49
16. Habitação	200,00		200,00
17. Saneamento	1.998.690,51	0,00	1.998.690,51
18. Gestão Ambiental	276.100,00	0,00	276.100,00
20. Agricultura	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
23. Comercio e Serviços	53.900,00	0,00	53.900,00
25. Energia	300,00	0,00	300,00
26. Transporte	10.373.200,00	0,00	10.373.200,00
27. Desporto e Lazer	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
28. Encargos Especiais	2.185.900,00	0,00	2.185.900,00
99. Reserva de Contingência	1.378.300,00	5.756.253,00	7.134.553,00
Total da Administração Direta	**97.450.247,00**	**40.379.753,00**	**137.830.000,00**
TOTAL GERAL	**97.450.247,00**	**40.379.753,00**	**137.830.000,00**

Art. 4º. O Orçamento Fiscal e Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da Administração Direta ficam assim distribuídos:

DESCRICAO	TOTAL
Orçamento Fiscal	**97.450.247,00**
Orçamento da Seguridade Social	**40.379.753,00**
Saúde	27.740.000,00
Assistência Social	4.000.000,00
Previdência Social	8.639.753,00
ORÇAMENTO TOTAL	**137.830.000,00**

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares em obediência ao que dispõe o Art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Art. 43, parágrafo 1º, incisos I, II, III e IV, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964, observando-se as seguintes condições:

I - até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa fixada no Art. 3º desta lei, para os casos de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias;

II **-** até o limite do total apurado no Balanço Patrimonial, para abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de superávit financeiro;

III **-** conforme art. 6º da Portaria interministerial nº 163/2001 e Resolução de Consulta nº 15/2010 do TCE-MT, a discriminação da despesa quanto a sua natureza, far-se-á, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação;

IV- Fica autorizado alterações orçamentárias entre fontes de destinações (fontes de Recursos) de despesas da mesma dotação e ou projeto atividade não afetando o limite previsto no *caput* deste artigo;

V **-** Não onerarão o limite previsto Inciso "I", os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas à pessoal e encargos, inativos e pensionistas, bem como, de amortização e encargos da dívida.

Art. 6º. O Poder Executivo fica autorizado Contratar Operações de Crédito até o limite fixado pela legislação pertinente.

Art. 7º. Durante a execução da presente Lei, observar-se-ão as disposições constantes da Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2.024.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2.024, revogadas a disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; e, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de novembro de 2023.

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO-CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 8.022/2023

A Prefeitura Municipal de Colniza - MT faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, cujo o objeto é a **"AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO DE TRANSPORTE SANITÁRIO (ÔNIBUS) PARA ATENDER OS PACIENTES REGULADOS NO ÂMBITO DO SUS DO MUNICÍPIO DE COLNIZA, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE COMPROMISSO Nº 350/2023/SAS/SES."** Rege a presente licitação, a Lei nº. 14.133/21 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **01 de dezembro de 2023 às 09h:00min (horário de Brasília), através da Plataforma BLL COMPRAS,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT no endereço Av. dos Pinhais nº 207, Centro, Colniza - MT. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, solicitado pelo e-mail: licitacao@colniza.mt.gov.br, no site da BLL COMPRAS **www.bllcompras.com**, ou através do link http://170.79.84.5:8079/comprasedital/. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571-1000.**

Colniza - MT, 17 de novembro de 2023.

_____

MAKAULLI GOMES DE SOUZA

Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial

Matrícula 7360-1

LICITAÇÃO-CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 7.992/2023

A Prefeitura Municipal de Colniza - MT faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO PRESENCIAL**, cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CESSÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES DE GESTÃO INTEGRADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)."** Rege a presente licitação a Lei nº. 14.133/21 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **05 de dezembro de 2023, às 08:00 (horário de local),** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT no endereço Av. dos Pinhais nº 207, Centro, Colniza - MT. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, solicitado pelo e-mail: licitacao@colniza.mt.gov.br ou através do link http://170.79.84.5:8079/comprasedital/. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571-1000.**

Colniza - MT, 17 de novembro de 2023.

_____

MAKAULLI GOMES DE SOUZA

Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial

Matrícula nº 7360-1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO N° 112/2023

Processo Administrativo de **Dispensa de Licitação Nº 067/2023. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 228/2023**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR OU CONVENIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT CNPJ Nº37.464.716/000150.

CONTRATADA: INSTITUTO CONSULPAM CONSULTORIA PUBLICO-PRIVADA, inscrita no CNPJ nº 08.381.236/0001-27

VALOR PREVISTO:R$ 675.000,00 (Seiscentos e Setenta e Cinco Mil Reais)

Data: 16 de Novembro de 2023.

Foro: Porto Alegre do Norte – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PORTARIA/DECRETO
DECRETO Nº 070/2023

"Nomeia membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS"

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear para compor o Conselho Municipal de Ação Social, nos termos da Lei n° 386/201 de 26/11/2012, com as alterações promovidas pela Lei 632, de 10 de novembro de 2023 os membros titulares e suplentes seguintes:

Representantes da Secretaria de Ação Social

Titular: Ângela dos Santos – CPF: 487.***.***-49

Suplente: Gabriela Cristina Soares Talves – CPF: 004.***.***-92

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Suely Rosa Orlando Morais – CPF: 572.***.***-10

Suplente: Katia da Silva – CPF: 318.***.***-01

Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Celia Romualdo da Costa Reis – CPF: 928***.***-72

Suplente: Vilma Rodrigues de Abreu – CPF: 571.***.***-68

Representante da Comunidade Católica

Titular: Jéssica de Souza Tiago Silva – CPF: 058.***.***-11

Suplente: José Ailton da Silva – CPF: 033.***.***-67

Representante das Comunidade Evangélica

Titular: Elcimara P. C. Gugirins da Silva – CPF: 789.***.***49

Suplente: Ernestina Xavier Farias – CPF: 579.***.***-53

Representantes dos usuários Programas Sociais - PBF – de Conquista D'Oeste

Titular: Divina Souza Santos – CPF: 042.***.***-06

Suplente: Maria Francisca dos Santos – CPF: 801.***.***-91

Art. 2º Os conselheiros acima nomeados terão mandato no prazo de dois anos, a contar da data do presente decreto, em conformidade com a Lei 386/2012.

Art. 3° Este decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 16 de novembro de 2023.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

CONTRATOS
PORTARIA N.º 193/2023

"Designa Fiscal de Contratos Administrativos"

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da Lei n.º 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal n.º 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o(a) servidor(a) LUCIO DIVINO GOMES, matrícula n.º 356, para atuar como fiscal titular dos contratos administrativos e CELIA ROMUALDO DA COSTA REIS, matrícula n.º 259, para atuar como fiscal substituto dos contratos.

Parágrafo Único - Cujo objeto é a aquisição de materiais de construção, conforme o processo administrativo n.º 958/2022 e Contratos Administrativos de números 121 e 122/2023.

Art. 2º - Ao Fiscal do Contrato, ora nomeado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal n.º 8.666/93.

Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal dos Contratos amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Parágrafo Único – As decisões ou providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitadas, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 4º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura dos contratos.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Conquista D'Oeste/MT, 17 de novembro de 2023.

_____

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATOS
PORTARIA N.º 192/2023

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da Lei n.º 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal n.º 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o(a) servidor(a) CRISTIANE SANTIAGO PEREIRA MATIAS GUIMARÃES, matrícula n.º 1151, para atuar como fiscal titular do contrato administrativo e HESNEFERO RODRIGUES FERNANDES, matrícula n.º 1324, para atuar como fiscal substituto do contrato.

Parágrafo Único - Cujo objeto é a aquisição de prestação de serviços de transporte de pacientes em ambulância tipo "d" - UTI adulto, pediátrico e neonatal, com equipe completa, (médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e motorista), destinado a transferência de pacientes do SUS em estado crítico/grave entre os hospitais de referência, dentro e fora do município, com retorno ao município de origem do paciente – atendendo a Secretaria Municipal de Saúde de Conquista D'Oeste/MT, conforme o processo administrativo n.º 1017/2023 e Contrato Administrativo n.º 119/2023.

Art. 2º - Ao Fiscal do Contrato, ora nomeado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal n.º 8.666/93.

Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Parágrafo Único – As decisões ou providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 4º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Conquista D'Oeste-MT, 17 de novembro de 2023.

_____

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 120/2023-PMCO/MT

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1022/2023

PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSFORMAÇÃO DE VEICULOS TIPO AMBULÂNCIA PARA ATENDER A SUBSTITUIÇÃO DO BAÚ DO VEICULO HILUX PLACA: RBM8F31 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA TRANSPORTE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.

BASE LEGAL: Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE/MT. – CNPJ n.º 04.219.688/0001-56.

CONTRATADA: W E MAIA VEICULOS ESPECIAIS LTDA - CNPJ n.º 49.295.963/0001-59.

VIGÊNCIA: Início em 17/11/2023 e encerramento em 31/12/2023.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CÓD. REDUZIDO: 416.

VALOR CONTRATADO: R$ 75.500,00 (setenta e cinco mil e quinhentos reais).

FISCALIZAÇÃO: CRISTIANE SANTIAGO PEREIRA MATIAS GUIMARAES, matrícula n.º 1151.

ASSINATURA: 16 de novembro de 2023.

ASSINAM: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO – PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT E W E MAIA VEICULOS ESPECIAIS LTDA, EDUARDO GOMES MAIA – Representante Legal da CONTRATADA.

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 121/2023-PMCO/MT

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 958/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 069/2022

PREGÃO PRESENCIAL N.º 039/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

BASE LEGAL: Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE/MT. – CNPJ n.º 04.219.688/0001-56.

CONTRATADA: ANA PAULA DE OLIVEIRA & CIA LTDA - CNPJ n.º 10.416.163/0001-03.

VIGÊNCIA: Início em 17/11/2023 e encerramento em 31/12/2023.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CÓD. REDUZIDO: 53, 93, 110, 151, 162, 246, 288, 475, 485,558 e 625.

VALOR CONTRATADO: R$ 460.947,46 (quatrocentos e sessenta mil e novecentos e quarenta e sete reais).

FISCALIZAÇÃO: LUCIO DIVINO GOMES, matrícula n.º 356.

ASSINATURA: 17 de novembro de 2023.

ASSINAM: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO – PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT E ANA PAULA DE OLIVEIRA & CIA LTDA, PATRICIA DE OLIVEIRA – Representante Legal da CONTRATADA.

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 122/2023-PMCO/MT

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 958/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 070/2022

PREGÃO PRESENCIAL N.º 039/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

BASE LEGAL: Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE/MT. – CNPJ n.º 04.219.688/0001-56.

CONTRATADA: MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO FERRAMENTAS E EPI´S LTDA EPP - CNPJ n.º 14.888.303/0001-05.

VIGÊNCIA: Início em 17/11/2023 e encerramento em 31/12/2023.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CÓD. REDUZIDO: 53, 93, 110, 151, 162, 246, 288, 475, 485,558 e 625.

VALOR CONTRATADO: R$ 116.581,00 (cento e dezesseis mil e quinhentos e oitenta e um reais).

FISCALIZAÇÃO: LUCIO DIVINO GOMES, matrícula n.º 356.

ASSINATURA: 17 de novembro de 2023.

ASSINAM: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO – PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT E MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO FERRAMENTAS E EPI´S LTDA EPP, JONAS SAMPAIO CORREA – Representante Legal da CONTRATADA.

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 190/2023

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o(a) servidor(a) **ALEXSANDRA MOREIRA NEVES**, matrícula 1343, para atuar como fiscal titular do Contrato Administrativo 01-2022 PREVI-CONQUISTA.

Parágrafo Único - Cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM PERÍCIAS MÉDICAS NOS CASOS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PERMANENTES EM FAVOR DOS SEGURADOS DA PREVI-CONQUISTA, COM EMISSÃO DE LAUDO MÉDICO E PERICIAL, conforme o processo administrativo 875/2022 e Contrato Administrativo 01-2022 PREVI-CONQUISTA.

Art. 2º - Ao Fiscal do Contrato, ora nomeado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Parágrafo Único – As decisões ou providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 4º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Novembro de 2023.

Art. 5º - Revoga-se a Portaria nº 178/2022.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 16 de Novembro de 2023.

_____

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

_____

NEIDIANE ALMEIDA ARRUDA

Secretária Municipal de Administração

Gestora da PREVI-CONQUISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

AVISO DE CONVOCAÇÃO DE EMPRESA CREDENCIADA NO PROCESSO 004-2023 INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu Av. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a convocação de empresas credenciadas no processo 004-2023 inexigibilidade 002-2023 credenciamento por chamada pública para o objeto: **"CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, MÃO DE OBRA BRAÇAL PARA SERVIÇOS DIVERSOS, PINTOR E CARPINTEIRO PARA ATENDER AS DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS".**

Convoca-se as empresas credenciados no item 9 (NOVE): SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO – DO TIPO PINTOR - CENTRO. Para atender a demanda da Secretaria Municipal de Urbanismo, oficio n 401/2023.

RODIZIO	EMPRESA	ITEM	PREÇO UNIT.	DATA DO CREDENCIAMENTO
1º	LUIS FERNANDO RODRIGUES DA SILVA	9	R$ 294,34	09/03/2023
3º	ADRIANO EDUARDO STOFEL	9	R$ 294,34	16/03/2023
4º	DANIEL CESAR KOVACS	9	R$ 294,34	29/09/2023
5º	TIAGO BISPO VITORINO DE OLIVEIRA	9	R$ 294,34	29/03/2023
6º	50.038.152 DIEGO LOURES DA SILVA	9	R$ 294,34	20/04/2023
2º	JOSÉ REIS DA SILVA LIMA	9	R$ 294,34	14/03/2023

As empresas credenciadas interessadas deverão comparecer ao departamento de licitações ou manifestar interesse através do e-mail licitacaocotrimt@gmail.com **ou WhatsApp (66) 3555-1247, para formalização dos tramites para assinatura do contrato dentro do prazo de cinco dias úteis, o contrato será formalizado respeitando a ordem de classificação dos credenciados.**

Cotriguaçu-MT, 17 de novembro de 2023.

Gislaine Moreira de Oliveira

Administradora de Licitações e Contratos

NOTIFICAÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRA 02

FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

NOTIFICAÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRA 02					
IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICANTE					
NOME:	MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT		CNPJ/MF:	37.465.309/0001-67	
ENDEREÇO:	Avenida 20 de Dezembro, n.º 725, Centro	MUNICÍPIO:	COTRIGUAÇU	UF.:	MT
IDENTIFICAÇÃO DA NOTIFICADA					
RAZÃO SOCIAL/NOME:	VIVA PROJETOS & CONSTRUÇÕES LTDA				
CNPJ/CPF/MF:	18.979.234/0001-98	*E-MAIL*:	vivaprojetosconstrucoesltda@gmail.com		
ENDEREÇO:	Av. do Contorno, 270, Centro	MUNICÍPIO:	Colniza	UF	MT
REPRESENTANTE LEGAL:	WILLIAM MATEUS COSTA DOS SANTOS				
CPF/MF:	056.647.361-51	*E-MAIL*:	vivaprojetosconstrucoesltda@gmail.com		
ENDEREÇO:	AVENIDA DO CONTORNO, 270, CENTRO	MUNICÍPIO:	COLNIZA	UF.:	MT
IDENTIFICAÇÃO DA ATA, CONTRATO OU CONGÊNERE					
INSTRUMENTO:	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 42/2022				
MODALIDADE/FORMA LICITATÓRIA:	TOMADA DE PREÇO Nº 11/2022				
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA COM EQUIPAMENTOS POR CONTA DA CONTRATADA, SEM FORNECIMENTO DE MATERIAIS CONFORME CONVÊNIO Nº 01/2020/SINFRA				
CONTEÚDO/FUNDAMENTO DA NOTIFICAÇÃO					
Pela presente, o NOTIFICANTE acima qualificado, na qualidade de ÓRGÃO CONTRATANTE, NOTIFICA, inicialmente, a NOTIFICADA, na qualidade de FORNECEDOR CONTRATADO, do Contrato Administrativo caracterizado acima, que se encontra inadimplente com a Administração Pública Municipal, pela execução de obras sem a qualidade técnica necessária: A NOTIFICADA, não realizou a execução da obra com a qualidade necessária, a má execução da obra demanda que a empresa providencie a regularização do contrato. A NOTIFICADA, deverá refazer as imperfeições apresentadas em loco com o contrato em vigência, em ANEXO relatório fotográfico das imperfeições encontrada. Por essas razões, a NOTIFICADA, em tese, está incursa nos incisos I, II, VII e VIII, do art. 78, da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como nas sanções administrativas de advertência; multa; suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 5 (cinco) anos; e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por caracterizar inexecução total ou parcial do Contrato de Fornecimento, pelo simples fato do FORNECEDOR CONTRATADO ter participado do Certame Licitatório e aceitado todas as condições do Instrumento Convocatório. Com efeito, fica a empresa NOTIFICADA, para que na vigência do contrato, regularize a execução do Contrato nº 42/2022, de acordo com as previsões das cláusulas contidas, bem como com as normativas federais, estaduais e municipais constantes da legislação pertinente, sanando as inexecuções e imperfeições registradas nas linhas acima. A lei nº 8.666/93 no seu artigo 69 estabelece que é de responsabilidade do contratado reparar, corrigir e reconstruir, às suas expensas quando da execução do contrato se verificar vícios resultantes da execução do serviço prestado. Art. 69. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados. Nesse mesmo sentido o contrato nº 042/2022 dispôs em sua clausula nº 2.15. 2.15. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. NOTIFICO, ainda, Vossa Senhoria, para que, querendo - dentro do prazo consignado nas linhas acima (05 (Cinco) dias, a contar do recebimento da presente Notificação), em cumprimento do Parágrafo Único, do art. 78, c/c o § 2.º, do art. 87, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93 - apresente as suas razões de defesa e, uma vez expirado o citado prazo, com a apresentação ou não das razões de defesa, o presente caso de inexecução será julgado administrativamente, no sentido da aplicação ou não das sanções administrativas previstas na Contrato n.º 42/2022 e na Lei de Licitações Públicas. Caso aplicadas as multas, os Boletos Bancários, Documentos de Arrecadação Municipal – DAMs e/ou Faturas, com os respectivos valores a ser recolhidos aos cofres municipais serão encaminhados posteriormente, via endereço eletrônico (*e-mail*), possibilitado, em todos os casos, a retenção de valores de eventuais créditos que a empresa tenha junto a Administração Municipal para efeitos do pagamento das multas e de eventuais danos constatados. Ato contínuo, uma vez não recolhidos os valores, na data do vencimento, os mesmos serão inscritos em dívida ativa para, posteriormente, embasar competente Ação de Execução Fiscal, bem como Protesto Extrajudicial, caso previsto no Código Tributário Municipal. A cópia integral da presente Notificação será nesta data encaminhada no endereço de *e-mail* já informado pela empresa Notificada, no ensejo da contratação, e publicado o seu extrato resumido no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT e no Diário Oficial da Associação Mato Grossense dos Municípios – AMM, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.					
LOCAL DATA E ASSINATURA					
LOCAL: COTRIGUAÇU-MT	DIA: 10	MÊS: Novembro		ANO: 2023	
Andre Paulo Bervian Engenheiro civil Secretaria Municipal de Urbanismo Poder Executivo – Cotriguaçu-MT		DE ACORDO: VALDIVINO MENDES DOS SANTOS Prefeito Municipal			

PORTARIA N.º 019/2023 - PREVI COTRI

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria voluntária por idade em favor da servidora Sra. Josefa Queiroz Valentim Gomes".

*A Diretora Executiva do **PREVI-COTRI**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, §1º, inciso "III", alínea "b, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, Art. 64, da Lei Complementar n. º 019/ 2005, 16 de dezembro de 2005, Art. 12, inciso "III", alínea "b", da Lei Municipal n. º 692/2011, de 02 de maio de 2011.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria voluntária por idade** a servidora **Sra. Josefa Queiroz Valentim Gomes**, portadora do RG n.º XXX6694-x - SESP/MT, inscrita no CPF n.º XXX.582.119-XX, efetiva no cargo de Agente Público, Nível "C", Classe "08", contando com um total de 8.091 dias, ou seja, 22 (vinte e dois) anos, 02 (dois) meses e 01 (um) dia de contribuição, lotada na **Secretaria Municipal de Assistência Social**, com **proventos proporcionais e sem direito a paridade**, conforme o processo do PREVI-COTRI n.º **009/2023** a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º **Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2023.**

Registre, publique e cumpra-se.

Cotriguaçu - MT, 13 de novembro de 2023.

Leocadia Gomes Padilha

Diretora Executiva

Portaria 014-2023

HOMOLOGO:

Valdivino Mendes dos Santos

Prefeito Municipal

EDITAL DE DESISTÊNCIA/RENUNCIA N° 034/2023

Considerando que o Edital de Convocação estabeleceu o prazo de 10 dias para o envio da documentação necessária à Prefeitura Municipal, para posse no Processo Seletivo 001/2023 e 003/2023.

Considerando o não envio da documentação necessária à Prefeitura Municipal de Cotriguaçu os abaixo relacionados são reconhecidos como desistentes nas vagas oferecidas, reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Convocado	Cargo
FRANCIELLY APARECIDA GREGÓRIO RAUBER	PROFESSOR
JHONATAN BARBOSA DA SILVA	AGENTE DE VIGILÂNCIA
KALINY MARQUES DA SILVA	PROFESSOR
ROSANE BORECK	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
ROSILEIDE BERGER SCHEREDER	PROFESSOR

Cotriguaçu-MT, 17 novembro de 2023.

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 066/2023

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO**,** no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no artigo 24 da Lei Municipal nº 019/2005.

C O N V O C A:

Os abaixo relacionados, aprovados em Processo Seletivo Simplificado 001/2023 e 003/2023, que deverão ENVIAR POR MEIO ELETRÔNICO EM ANEXO ÚNICO no prazo de 10 (Dez) dias, a contar desta data, no endereço rh@cotriguacu.mt.gov.br a fim de assumirem suas funções, na conformidade da Lei, **fotocópia** da seguinte documentação:

• Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;

• Fotocópia da certidão de nascimento e CPF dos filhos, se tiver;

• Fotocópia da Cédula de Identidade e CPF;

• Cópia da Carteira de Trabalho e do Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP;

• Fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição;

• Fotocópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);

• Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa; (prefeitura fornece modelo)

• Fotocópia do comprovante de Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores (quando exigido);

• Declaração de Bens e Direitos; (prefeitura fornece modelo da declaração);

• Declaração de não acumulo ilegal de cargo; (prefeitura tem o modelo)

• Conta bancária;

• Endereço atualizado;

• Fotocopia da CNH exigida para o exercício do cargo (quando necessário).

Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos;

Comprovante de Qualificação Cadastral expedido pelo sistema e-social. Exame Admissional

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 10 (Dez) dias, a partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi selecionado(a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cotriguaçu – MT, em 17 de novembro de 2023.

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DOS CONVOCADOS

CARGO: AGENTE DE VIGILÂNCIA- VIGIA NOTURNO - SAÚDE

SIMIÃO RIBEIRO ALVES DUMA

CARGO: PROFESSOR/NÍVEL MÉDIO - AGROVILA

ANGELA LILIANE DA ROCHA

CARGO: PROFESSOR/PEDAGOGIA - NOVA UNIÃO

LILIA DA CRUZ HONORATO ALMEIDA

CARGO: PROFESSOR/PEDAGOAGIA - SEDE

LIDIA DA ROCHA BEZERRA DOS SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 623 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município de Curvelândia – MT para o Exercício Financeiro de 2024 e dá outras providências".

JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito do Município de Curvelândia/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de Curvelândia - MT para o exercício 2024 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, cumprindo as determinações do Art. 165 Parágrafo 2º da Constituição Federal, da Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de Maio de 2000, da Lei Federal 4.320/64 de 17 de março de 1.964 e da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º - A Proposta Orçamentária Anual será elaborada em consonância com as diretrizes fixadas nesta Lei, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita fornecida pelos órgãos competentes quanto às transferências legais da União e do Estado para o exercício e comparada

com a arrecadação verificada até o segundo quadrimestre de 2023 e Projetada, no concernente à tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se o comportamento da arrecadação até o segundo quadrimestre de 2023, os efeitos das alterações na legislação tributária até 31 de dezembro de 2022, da variação de índices inflacionários correntes e previstos até dezembro de 2022, do crescimento econômico e das ações fiscais oriundas do poder Público municipal, ou quaisquer outros fatores que possam influenciar de maneira relevante no comportamento da arrecadação.

Parágrafo único. Fazem parte integrante desta Lei os seguintes anexos:

I – Anexo de metas e prioridades para 2024;

II - Anexo de Metas Fiscais;

III. - Anexo de Riscos Fiscais;

IV – Relatório dos projetos em andamento (art. 45 da LC 101/2000).

Art. 3º - A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância as demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do Art. 165 da Constituição Federal, além de obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa, devendo primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das Contas Públicas e estar voltado para:

§ 1º - Através de ação planejada e transparente, cumprir as metas de resultados entre receitas e despesas;

§ 2º - Mediante prevenção de riscos e correção de desvios, obedecer a limites e condições no que tange a renúncia de receita, a geração de despesas com pessoal, a dívida consolidada, às operações de crédito, inclusive por antecipação de receita - ARO, a concessão de garantias e à inscrição em restos a pagar.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2024

Art. 4º - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2024 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

§ 1º - O Poder Executivo Municipal, tendo vista a capacidade financeira do município, por ocasião da lei orçamentária poderá fazer a seleção de metas ou prioridade dentre as relacionadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta lei.

§ 2º - Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possui caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária.

§ 3º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício 2024, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais.

§ 4º - Na fixação da despesa deverão constar os recursos e observando os limites, mínimos e máximos previstos na legislação em vigor no que tange ao PASEP, ao FUNDEB, os gastos com pessoal e seus encargos, as despesas com a Saúde, Educação e Câmara municipal.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO

E ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA 2024

Seção I

Da Organização dos Orçamentos do Município

Art. 5º - O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 6º - Os orçamentos discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação (créditos orçamentários) com suas respectivas dotações.

§ 1º As atividades, projetos e operações especiais poderão ser desdobrados em subtítulos (sub-projetos ou sub-atividades), abertos por Decreto do Poder Executivo, para especificar sua localização física integral, parcial ou, ainda, atender à classificação por fonte de recursos (recursos vinculados), não podendo haver alteração das respectivas finalidades, produtos, unidades de medida e valores, estabelecidos para o respectivo título (projeto, atividade ou operação especial).

§ 2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com vinculação de suas metas físicas ao anexo de metas e prioridades de que trata esta Lei.

Art. 7º - A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias e/ou em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I – a fundos especiais;

II - às ações de saúde e assistência social;

III - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;

IV - aos créditos orçamentários que se relacionem à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

V - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;

VI - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

VII - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

VIII - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial; e

IX - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Art. 8º - O projeto de lei orçamentária deverá ser encaminhado pelo executivo ao Legislativo até o dia 30 de Outubro de 2023 e será constituído de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados na forma prevista na Lei 4.320/64;

III – Quadros exigidos em legislações suplementares.

§ 1º. Integrará a proposta orçamentária, além dos documentos referidos, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 9º - A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2024 e a remeterá ao Executivo até 15 (quinze) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder, observadas as limitações contidas nesta Lei e as limitações da Emenda Constitucional N.º 25, de 14/02/00.

Parágrafo Único – O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2024, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo conforme previsto no § 3º do art. 12 da LC 101/2000.

Art. 10 – Não sendo encaminhando ao Poder Executivo o autógrafo da Lei orçamentária até o início do exercício de 2024, ficam os Poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 11 - A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na lei orçamentária, até 2,0 % (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o Município.

§ 1º - A reserva de contingência será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere ao grupo natureza da despesa.

§ 2º - Ocorrendo à necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos eventos fiscais imprevistos, o executivo providenciará a abertura de crédito adicionais suplementares à conta de reserva do *caput*, na forma do Art. 43 da Lei 4320/64.

§ 3º - A reserva de que trata o *caput* deste Art., poderá ser utilizada para suporte orçamentário à dotações que se fizerem insuficientes, através de abertura de crédito adicionais autorizados na forma do Art. 43 da Lei 4320/64.

Art. 12 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:

I - integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3o do art. 182 da Constituição Federal, o impacto orçamentário e financeiro exigido em decorrência da LC nº 101/2000, art. 16;

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do art. 182 da Constituição Federal, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se refere os incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 13 - O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária para 2024, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º. Para fins de elaboração do cronograma do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua necessidade de repasses financeiros, estabelecidas mensalmente, para o exercício de 2024.

§ 2º No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem conterão:

I - metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar no 101, incluindo seu desdobramento por origem de recursos;

II - demonstrativo da despesa por programas de governo.

Art. 14 - Os instrumentos de Transparência na Gestão Fiscal deverão receber ampla divulgação, através de publicações nos murais da Prefeitura e da Câmara Municipal, e em Órgãos de Imprensa local ou de circulação regional inclusive em meios eletrônicos de acessos públicos.

§ 1º - No decorrer do exercício o Executivo Municipal, publicará até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, o relatório a que se refere o § 3º do Artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes previsto no Artigo 52 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00, respeitando os padrões estabelecidos no § 4º do Artigo 55 da mesma Lei e nas Instruções Normativas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

§ 2º - O Relatório de Gestão Fiscal, obedecendo aos preceitos do Artigo 54 e do Artigo 55 e da alínea b, inciso II do Artigo 63, todos da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00, serão divulgados até trinta dias após o encerramento do semestre.

Art. 15 - Se no final de cada bimestre for verificada a ocorrência de desequilíbrio entre as receitas e as despesas que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo Único - Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 16 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I - A obrigações Constitucionais e legais do Município;

II - Ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamento de débitos;

III - A despesas fixas com pessoal e encargos sociais, enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal, constante do Artigo 20 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00;

IV - Despesas vinculadas a uma determinada fonte de recursos cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso estejam sendo normalmente executado.

Art. 17 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas, para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados na seguinte ordem:

I - Novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - Investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica, cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - Despesas de manutenção de atividades não essenciais, desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - Outras despesas, a critério do Executivo Municipal, até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias

Compreendidas os Créditos Adicionais Destinados ao

Poder Legislativo

Art. 18 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2024, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2023, nos termos do art. 29-A da Constituição da República e **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§1º. Para efeitos do cálculo a que se refere o caput considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º. Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

I – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo.

II – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, o Legislativo indicará os créditos orçamentários a serem suplementados ao Executivo até o limite constitucionalmente previsto.

Art. 19 - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República e da **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, efetivamente arrecadada no exercício de 2023, conforme previsto no artigo anterior.

§ 1º. Em caso da não elaboração do referido cronograma, os repasses se darão na forma de duodécimos mensais, iguais e sucessivos, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.

Art. 20 - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos será devolvido ao Poder Executivo, deduzido:

I – os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;

II – os valores necessários para:

a) obras e investimentos do Poder Legislativo que ultrapassem um exercício financeiro;

b) outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 21 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 22 - Os serviços de contabilidade do Município organizarão sistema de custos que permita:

a) mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

b) mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;

c) identificar o custo por atividade governamental e órgãos;

d) a tomada de decisões gerenciais.

Art. 23 - A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

§ 1º. A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

§ 2º. Anualmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a participação popular na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo avaliará, perante à sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando o planejamento realizado em comparação com o executado no que se refere aos indicadores de desempenho, aos valores gastos e às metas físicas relacionadas com os produtos das ações.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art. 24 - Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto ou a obtenção de uma unidade completa;

II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

§ 1º. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

§ 2º. O sistema de controle interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º. É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei 8.666/96, ou do procedimento de compra, em casos de contratações com valores estimados superiores aos previstos no art. 24, I e II da referida Lei, a referência de atendimento ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VI

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I

Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 25 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2023, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 26 - Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportivas;

II - cadastradas junto às Secretarias Municipais correspondentes;

III - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

IV - consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;

Subseção II

Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 27 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Art. 28 - A transferência de Recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I – a necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município.

II – incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que já dispõe a Lei Municipal.

III – no que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e jurídicas, estes ficam condicionados, além do pagamento dos encargos financeiros de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo de captação, nos termos do que dispõe o artigo 27 da Lei Complementar nº 101/2000:

a) destinação dos recursos através de fundo rotativo;

b) formalização de contrato;

c) aprovação de projeto pelo Poder Público;

d) acompanhamento da execução;

e) prestação de contas.

Parágrafo único. Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do artigo 27 da LC nº 101/2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo, hipótese em que a lei orçamentária estabelecerá crédito orçamentário próprio.

Seção VII

Dos Créditos Adicionais

Art. 29 – Ficam os poderes executivo e legislativo autorizados a proceder abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como fonte recurso as constantes do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 30 - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar transposições, remanejamentos e transferências entre órgãos orçamentários e categorias de programação até o limite de 15% do orçamento total.

Parágrafo único – Para fins do art. 167, VI, da Constituição, categoria de programação é o mesmo que Atividade, Projeto ou Operação Especial ou, sob a classificação econômica, os grupos corrente e de capital da despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS

DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 31 - A compensação de que trata o art. 17, § 2o, da Lei Complementar no 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

Parágrafo único. Cada Poder manterá controle sobre os valores já aproveitados da margem de expansão desde a edição da LC nº 101/2000.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Art. 32 - O Poder Executivo e Legislativo publicarão tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 33 - O Poder Executivo e o Legislativo do Município terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais:

I – No Poder Legislativo:

a) 70% das receitas de impostos e transferências que cabem ao Poder, conforme Art. 29-A da Constituição Federal, excluídos os valores referentes aos inativos e pensionistas e eventuais repasses de cunho extra-orçamentários;

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 6% sobre a Receita Corrente Líquida – RCL, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, previsto no Art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

II – No Poder Executivo:

a) caso o Poder tenha ultrapassado os 54% (cinquenta e quatro pontos percentuais) sobre a Receita Corrente Líquida no exercício de 2023, o orçamento de 2024 deverá prever o retorno ao percentual limite até o final do exercício, nos termos do art. 70 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 54% sobre a Receita Corrente Líquida, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, em percentual da receita base de cálculo, nos termos do art. 71 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Art. 34 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1o, inciso II, da Constituição, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

I – No Poder Executivo:

a) aumento de remuneração em percentual de acordo com o índice INPC;

b) investiduras por admissão por aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

c) concessão de abono remuneratório aos servidores em efetivo exercício do magistério;

d) criação de empregos públicos para o atendimento de programas da União;

e) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

f) realização de concurso público

II – No Poder Legislativo:

a) aumento de remuneração em percentual de acordo com o índice INPC;

b) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revelem a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

§ 1º. As autorizações dos incisos I e II deverão ser precedidas da análise da repercussão sobre o percentual da despesa com pessoal, nos termos do artigo 17 e 71 da Lei Complementar nº 101/2000.

c) realização de concurso público

Art. 35 – O Município manterá o pagamento de horas extras aos servidores, de acordo com as normas especificadas do Estatuto do Servidor Público.

Art. 36 - Na hipótese de ser atingindo o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do Chefe do executivo.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 37 - O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal no corrente exercício, Projeto de Lei dispondo sobre alterações na Legislação Tributária, para vigorarem a partir do exercício de 2024, especialmente no diz respeito a:

I - Revisão das taxas, observando sua adequação às constantes oscilações nos custos reais dos serviços prestados;

II - Revisão da planta genérica de valores dos imóveis urbanos;

III - Revisão das alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

IV - Revisão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);

V - Corrigir quaisquer injustiças tributárias verificadas e constantes da legislação vigente;

VI - Ajustar a Legislação Tributária aos novos ditames impostos pela condição econômica do país, bem como sua adequação em função das características próprias do Município;

VII - Consolidação de toda a Legislação Tributária do Município.

Art. 38 - O Poder Executivo fica incumbido de instituir e utilizar todos os mecanismos legais a ele atribuídos para arrecadar todos os tributos e contribuições de sua competência.

Parágrafo Único - O Poder Executivo envidará ações no sentido de diminuir o volume da dívida tributária e não tributária do Município.

Art. 39 - O Poder Executivo promoverá a modernização da máquina fazendária no sentido de aumentar a produtividade e diminuir os seus custos.

Art. 40 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, bem como a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, somente poderá ser apreciado caso se revista de elevado alcance social e de interesse público justificado, devendo estar acompanhada de:

I - Estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes;

II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - Medidas de compensação da renúncia por meio do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição.

Art. 41 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão canceladas a previsão da receita e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42 - Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;

IV – a cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município;

Art. 43 - A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 1º - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual ou de abertura de créditos adicionais suplementares obedecerão ao princípio da iniciativa constante do Artigo 165 da Constituição Federal e somente poderão ser aprovados quando:

I - Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual vigente;

II - Indiquem os recursos necessários na forma do Artigo 43 da Lei 4.320/64, excluídos os que incidam sobre:

a) O pagamento de pessoal e seus encargos;

b) Amortização e serviço da dívida;

c) A destinação ao atendimento de precatórios judiciais.

Art. 44 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - Mato Grosso, em 10 de novembro de 2023.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

Programa	Descrição
0001	**INOVANDO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
INDICE DE FOLHA DE PAGAMENTO	%	PORCENTGEM	45	45

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	21.450,00
	020101	GABINETE DO PREFEITO							
		1010	AQUISICAO DE VEICULO PARA O GABINETE DO PREFEITO						
			04	Administração					
				122	Administração Geral				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	50.000,00
	020101	GABINETE DO PREFEITO							
		1169	AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA O LEGISLATIVO MUNICIPAL						
			04	Administração					
				122	Administração Geral				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	355.300,00
	020101	GABINETE DO PREFEITO							
		2005	MANUTENCAO E ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO						
			04	Administração					
				122	Administração Geral				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							3 DESPESAS CORRENTES		

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 28.600,00
020101 GABINETE DO PREFEITO
2006 PUBLICIDADE OFICIAL DE ATOS DO PODER EXECUTIVO
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 228.800,00
020101 GABINETE DO PREFEITO
2007 MANUT. E ENC. COM A UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 208.000,00
020101 GABINETE DO PREFEITO
2008 MANUTENCAO E ENCARGOS COM A ASSESSORIA JURIDICA
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 10 — 55.000,00
020201 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
1168 AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIA DE FINANÇAS
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 726.000,00
020201 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
2259 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 4.290,00
020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2042 MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO
12 Educação
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 75.000,00
020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2045 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O GABINETE DO SECRETARIO
12 Educação
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 71.500,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2018 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O GABINETE DO SECRETARIO
10 Saúde
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 1.430,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2121 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 33.000,00
020501 SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE
1160 RECUPERAÇÃO DE AREA DEGRADADA
18 Gestão Ambiental
543 Recuperação de Áreas Degradadas
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 87.000,00
020501 SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE
2085 MANUT. E ENCARGOS COM A SEC. DE TURISMO E MEIO AMB
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 1.000,00
020501 SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE
2085 MANUT. E ENCARGOS COM A SEC. DE TURISMO E MEIO AMB
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
701 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêne
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 99.470,00
020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
1004 AQUISICAO DE TERRENOS
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 21.450,00
020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
1117 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA SECRETARIA DE OBRAS
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 99.000,00
020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
2123 MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTER. DE DESENV.ECON.S.AMB.TURISTIC
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 660,00
020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
2123 MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTER. DE DESENV.ECON.S.AMB.TURISTIC
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 2.114.298,00
020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
2147 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O DEPTO OBRAS PUBLICAS E VIACAO
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 57.200,00
020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
2206 MANUTENÇAO COM GABINETE DO SECRETARIO DE OBRAS
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 85.800,00
020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
2207 GESTÃO DE RESIDUOS SÓLIDOS - TRANSP. E DISP. FINAL ATERRO
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 7.150,00
020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
2208 APOIO A COOPERATIVA DE CATADORES - COLETA SELETIVA
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 71.500,00
020900 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
1003 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS, MOVEIS E UTENSILIOS PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 21.450,00
020900 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
1005 MANUTENÇÃO E CONSTRUCAO DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 21.450,00
020900 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
1097 REALIZACAO DE CONSURSO PUBLICO / TESTE SELETIVO
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 1.896.400,00
020900 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
2009 MANUT. E ENC. COM A SEC. MUN. AD. PLAN. E FINANCAS
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 482.827,00
020900 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
2009 MANUT. E ENC. COM A SEC. MUN. AD. PLAN. E FINANCAS
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
501 Outros Recursos não Vinculados
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 264.990,00
020900 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
2009 MANUT. E ENC. COM A SEC. MUN. AD. PLAN. E FINANCAS
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
708 Transferência da União Referente à Compensação Financeira c
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 286.000,00
020900 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
2010 RESERVA DE CONTINGENCIA
99 Reserva de Contingência
999 Reserva de Contingência
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
9 RESERVA DE CONTINGêNCIA

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 21.450,00
020900 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
2011 MANUTENCAO DE SENTENCAS JUDICIAIS
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 286.000,00
020900 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
2012 CONTRIBUICAO PARA FORMACAO DO PASEP
28 Encargos Especiais
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 715,00
020900 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
2012 CONTRIBUICAO PARA FORMACAO DO PASEP
28 Encargos Especiais
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
750 Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômi
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 1.000,00
020900 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
2036 AMORTIZACAO E ENCARGOS DA DIVIDA CONTRATADA
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 430,00
020900 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
2036 AMORTIZACAO E ENCARGOS DA DIVIDA CONTRATADA
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 4.290,00
020900 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
2205 MANUTENÇÃO COM OS CONSELHOS MUNICIPAIS
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 17.160,00
020900 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
2211 MANUTENCAO CON CONVENIO DOS CORREIOS
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 11.660,00
020900 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
2262 REPASSES A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

Total Geral do Programa: 7.818.720,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)
2024

Programa Descrição

0003 QUALIDADE NA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*	*Indice Recente*	*Indice Futuro*
NUMERO DE PESSOAS TRANSPORTADAS PARA MUNICÍPIOS DE REFER	UN UNIDADES	20	25

Ações

Entidade Unid.Orçam. Proj.Ativ. Função SubFunção FonGrupo FonCódigo Categoria — *Meta* — *Valor*

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 1.000,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1134 AQUISICAO DE VEICULO - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 248.100,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1134 AQUISICAO DE VEICULO - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
1 Recursos do Exercício Corrente
601 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 30.000,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1134 AQUISICAO DE VEICULO - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
1 Recursos do Exercício Corrente
631 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Ir
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 41.000,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1134 AQUISICAO DE VEICULO - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
1 Recursos do Exercício Corrente
632 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumento
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 143.000,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1135 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE IMÓVEIS DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
1 Recursos do Exercício Corrente
601 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 1.520.800,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2050 CONTRIBUICAO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 1.000,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2050 CONTRIBUICAO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
4 DESPESAS DE CAPITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)
2024

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 10.000,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2050 CONTRIBUICAO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
1 Recursos do Exercício Corrente
600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 12.000,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2050 CONTRIBUICAO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
1 Recursos do Exercício Corrente
621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 1.000,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2050 CONTRIBUICAO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
1 Recursos do Exercício Corrente
632 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumento
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 4.000,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2053 MANUTENCAO DO CENTRO DE REABILITACAO
10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	6.100,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
		2053	MANUTENCAO DO CENTRO DE REABILITACAO				
			10	Saúde			
				302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
					1 Recursos do Exercício Corrente		
					600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient		
					3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	2.000,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
		2053	MANUTENCAO DO CENTRO DE REABILITACAO				
			10	Saúde			
				302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
					1 Recursos do Exercício Corrente		
					621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient		
					3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	10.000,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
		2176	MANUTENCAO DAS ACOES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE				
			10	Saúde			
				302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
					1 Recursos do Exercício Corrente		
					500 Recursos não Vinculados de Impostos		
					3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	112.800,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
		2176	MANUTENCAO DAS ACOES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE				
			10	Saúde			
				302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
					1 Recursos do Exercício Corrente		
					600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient		
					3 DESPESAS CORRENTES		

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	6.000,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
		2176	MANUTENCAO DAS ACOES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE				
			10	Saúde			
				302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
					1 Recursos do Exercício Corrente		
					621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient		
					3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	1.000,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
		2176	MANUTENCAO DAS ACOES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE				
			10	Saúde			
				302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
					1 Recursos do Exercício Corrente		
					632 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumento		
					3 DESPESAS CORRENTES		

Total Geral do Programa: **2.149.800,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)
2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

Programa **Descrição**

0004 VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA TODOS

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA								1	42.900,00
	020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
		1014 AQUISIÇAO DE VEÍCULOS - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA							
			10 Saúde						
				305 Vigilância Epidemiológica					
					1 Recursos do Exercício Corrente				
						500 Recursos não Vinculados de Impostos			
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA								1	1.000,00
	020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
		1014 AQUISIÇAO DE VEÍCULOS - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA							
			10 Saúde						
				305 Vigilância Epidemiológica					
					1 Recursos do Exercício Corrente				
						600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient			
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA								1	1.000,00
	020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
		1014 AQUISIÇAO DE VEÍCULOS - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA							
			10 Saúde						
				305 Vigilância Epidemiológica					
					1 Recursos do Exercício Corrente				
						621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient			
							4 DESPESAS DE CAPITAL		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)
2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA								1	500,00
	020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
		1026 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇAO E REFORMA DE IMÓVEIS DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOÓGICA							
			10 Saúde						
				305 Vigilância Epidemiológica					
					1 Recursos do Exercício Corrente				
						601 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient			
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA								1	17.160,00
	020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
		1045 AQUISIÇÃO DE VEICULOS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA							
			10 Saúde						
				304 Vigilância Sanitária					
					1 Recursos do Exercício Corrente				
						500 Recursos não Vinculados de Impostos			
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA								1	1.000,00
	020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
		1045 AQUISIÇÃO DE VEICULOS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA							
			10 Saúde						
				304 Vigilância Sanitária					
					1 Recursos do Exercício Corrente				
						600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient			
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA								1	1.000,00
	020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
		1045 AQUISIÇÃO DE VEICULOS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA							
			10 Saúde						
				304 Vigilância Sanitária					
					1 Recursos do Exercício Corrente				
						621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient			
							4 DESPESAS DE CAPITAL		

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA				1	10.450,00
020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
1133	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA					
10	Saúde					
305	Vigilância Epidemiológica					
1	Recursos do Exercício Corrente					
500	Recursos não Vinculados de Impostos					
4	DESPESAS DE CAPITAL					

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA				1	1.000,00
020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
1133	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA					
10	Saúde					
305	Vigilância Epidemiológica					
1	Recursos do Exercício Corrente					
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient					
4	DESPESAS DE CAPITAL					

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA				1	1.000,00
020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
1133	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA					
10	Saúde					
305	Vigilância Epidemiológica					
1	Recursos do Exercício Corrente					
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient					
4	DESPESAS DE CAPITAL					

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA				1	2.860,00
020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
1148	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA					
10	Saúde					
304	Vigilância Sanitária					
1	Recursos do Exercício Corrente					
500	Recursos não Vinculados de Impostos					
4	DESPESAS DE CAPITAL					

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA				1	1.000,00
020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
1148	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA					
10	Saúde					
304	Vigilância Sanitária					
1	Recursos do Exercício Corrente					
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient					
4	DESPESAS DE CAPITAL					

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA				1	500,00
020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
1154	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE IMÓVEIS DA VIGILANCIA SANITÁRIA					
10	Saúde					
304	Vigilância Sanitária					
1	Recursos do Exercício Corrente					
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient					
4	DESPESAS DE CAPITAL					

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA				1	100.000,00
020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
1154	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE IMÓVEIS DA VIGILANCIA SANITÁRIA					
10	Saúde					
304	Vigilância Sanitária					
1	Recursos do Exercício Corrente					
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient					
4	DESPESAS DE CAPITAL					

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA				1	55.000,00
020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
2067	MANUTENCAO DO PROGRAMA DE VIGILANCIA SANITARIA					
10	Saúde					
304	Vigilância Sanitária					
1	Recursos do Exercício Corrente					
500	Recursos não Vinculados de Impostos					
3	DESPESAS CORRENTES					

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 121.000,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2067 MANUTENCAO DO PROGRAMA DE VIGILANCIA SANITARIA
10 Saúde
304 Vigilância Sanitária
1 Recursos do Exercício Corrente
600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 3.000,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2067 MANUTENCAO DO PROGRAMA DE VIGILANCIA SANITARIA
10 Saúde
304 Vigilância Sanitária
1 Recursos do Exercício Corrente
621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 40.000,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2146 MANUTENCAO DO PROGRAMA ENDEMIAS E CONTROLE DE DOENCAS-ECD
10 Saúde
305 Vigilância Epidemiológica
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 74.050,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2146 MANUTENCAO DO PROGRAMA ENDEMIAS E CONTROLE DE DOENCAS-ECD
10 Saúde
305 Vigilância Epidemiológica
1 Recursos do Exercício Corrente
600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 110.000,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2146 MANUTENCAO DO PROGRAMA ENDEMIAS E CONTROLE DE DOENCAS-ECD
10 Saúde
305 Vigilância Epidemiológica
1 Recursos do Exercício Corrente
604 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ac
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 6.500,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2146 MANUTENCAO DO PROGRAMA ENDEMIAS E CONTROLE DE DOENCAS-ECD
10 Saúde
305 Vigilância Epidemiológica
1 Recursos do Exercício Corrente
621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
3 DESPESAS CORRENTES

Total Geral do Programa: **590.920,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

Programa **Descrição**

0008 AGRICULTURA

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
FAMÍLIAS PRODUTORAS INCENTIVADAS	UN	UNIDADES	30	20

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	71.500,00
	020801	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA							
		1019	CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE IMÓVEIS VOLTADOS A AGROPECUÁRIA E COMÉRCIO						
			20	Agricultura					
				606	Extensão Rural				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	3.850,00
	020801	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA							
		1046	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS VOLTADOS A AGROPECÚARIA E COMERCIO						
			20	Agricultura					
				606	Extensão Rural				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	200.000,00
	020801	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA							
		1046	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS VOLTADOS A AGROPECÚARIA E COMERCIO						
			20	Agricultura					
				606	Extensão Rural				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêne		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	10.000,00
	020801	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA							
		1046	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS VOLTADOS A AGROPECÚARIA E COMERCIO						
			20	Agricultura					
				606	Extensão Rural				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêne		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	543.500,00
	020801	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA							
		2081	MANUTENCAO E ENC. COM A SEC. DE AGR. E PECUARIA						
			20	Agricultura					
				606	Extensão Rural				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	14.300,00
	020801	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA							
		2191	MANUTENÇÃO PROGRAMA MULHER RURAL						
			20	Agricultura					
				606	Extensão Rural				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							3 DESPESAS CORRENTES		

Total Geral do Programa: **843.150,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)
2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

Programa **Descrição**

0015 PROCESSO LEGISLATIVO

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
NUMERO DE ACESSOS AO SITE DA CÂMARA MUNICIPAL	UNIDA	UNIDADE	700	800
NUMERO DE INDICAÇÕES REALIZADAS	UNIDA	UNIDADE	1	1

Ações

Entidade Unid.Orçam. Proj.Ativ. Função SubFunção FonGrupo FonCódigo Categoria — *Meta* — *Valor*

0002 CAMARA DO MUNICIPIO DE CURVELANDIA — 1 — 55.000,00
011101 CAMARA MUNICIPAL
1001 AMPLIACAO E REFORMA DO PREDIO DA CAMARA MUNICIPAL
01 Legislativa
031 Ação Legislativa
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
4 DESPESAS DE CAPITAL

0002 CAMARA DO MUNICIPIO DE CURVELANDIA — 1 — 1.336.700,00
011101 CAMARA MUNICIPAL
2002 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O LEGISLATIVO MUNICIPAL
01 Legislativa
031 Ação Legislativa
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0002 CAMARA DO MUNICIPIO DE CURVELANDIA — 1 — 19.800,00
011101 CAMARA MUNICIPAL
2003 PUBLICIDADE OFICIAL DE ATOS DO LEGISLATIVO
01 Legislativa
031 Ação Legislativa
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)
2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

0002 CAMARA DO MUNICIPIO DE CURVELANDIA — 1 — 33.000,00
011101 CAMARA MUNICIPAL
2172 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - CAMARA
01 Legislativa
031 Ação Legislativa
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
4 DESPESAS DE CAPITAL

0002 CAMARA DO MUNICIPIO DE CURVELANDIA — 1 — 5.500,00
011101 CAMARA MUNICIPAL
2210 REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO / TESTE SELETIVO
01 Legislativa
031 Ação Legislativa
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

Total Geral do Programa: **1.450.000,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

Programa **Descrição**

0018 MELHORANDO A INSFRAESTRUTURA URBANA E MEIO AMBIENTE

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*	*Indice Recente*	*Indice Futuro*
PERCENTUAL DE RUAS SINALIZADAS	% PORCENTGEM	60	62

Ações

Entidade Unid.Orçam. Proj.Ativ. Função SubFunção FonGrupo FonCódigo Categoria — *Meta* — *Valor*

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 7.865,00
020501 SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE
2155 MANUTENCAO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
18 Gestão Ambiental
541 Preservação e Conservação Ambiental
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 33.220,00
020501 SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE
2198 MANUTENÇAO DO MEIO AMBIENTE
18 Gestão Ambiental
541 Preservação e Conservação Ambiental
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 143.000,00
020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
1009 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE IMOVEIS MUNICIPAIS
15 Urbanismo
451 Infra-Estrutura Urbana
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
4 DESPESAS DE CAPITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)
2024
Lei: 633, Data: 10/11/2023

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 7.865,00
020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
1034 MANUTENÇAO, CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CALÇADAS E CANTEIROS DO MUNICIPIO
15 Urbanismo
451 Infra-Estrutura Urbana
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 1.210,00
020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
1034 MANUTENÇAO, CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CALÇADAS E CANTEIROS DO MUNICIPIO
15 Urbanismo
451 Infra-Estrutura Urbana
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 86.900,00
020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
1034 MANUTENÇAO, CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CALÇADAS E CANTEIROS DO MUNICIPIO
15 Urbanismo
451 Infra-Estrutura Urbana
1 Recursos do Exercício Corrente
700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêne
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 85.800,00
020701 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
1036 CONSTRUCAO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE PRAÇAS
15 Urbanismo
451 Infra-Estrutura Urbana
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
4 DESPESAS DE CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

Lei: 633, Data: 10/11/2023

2024

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA						1	78.650,00
	020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS						
		1036	CONSTRUCAO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE PRAÇAS					
			15	Urbanismo				
				451	Infra-Estrutura Urbana			
					1	Recursos do Exercício Corrente		
						700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêne		
						4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA						1	293.150,00
	020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS						
		1159	ILUMINAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO					
			15	Urbanismo				
				451	Infra-Estrutura Urbana			
					1	Recursos do Exercício Corrente		
						500 Recursos não Vinculados de Impostos		
						4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA						1	157.300,00
	020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS						
		1159	ILUMINAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO					
			15	Urbanismo				
				451	Infra-Estrutura Urbana			
					1	Recursos do Exercício Corrente		
						700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêne		
						4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA						1	157.300,00
	020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS						
		1159	ILUMINAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO					
			15	Urbanismo				
				451	Infra-Estrutura Urbana			
					1	Recursos do Exercício Corrente		
						701 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêne		
						4 DESPESAS DE CAPITAL		



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

Lei: 633, Data: 10/11/2023

2024

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA						1	22.000,00
	020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS						
		2074	SINALIZAÇÃO DE TRANSITO DE RUAS E AVENIDAS					
			15	Urbanismo				
				451	Infra-Estrutura Urbana			
					1	Recursos do Exercício Corrente		
						500 Recursos não Vinculados de Impostos		
						3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA						1	34.573,00
	020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS						
		2077	MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA					
			25	Energia				
				752	Energia Elétrica			
					1	Recursos do Exercício Corrente		
						751 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Ilumina		
						3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA						1	1.815,00
	020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS						
		2077	MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA					
			25	Energia				
				752	Energia Elétrica			
					1	Recursos do Exercício Corrente		
						751 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Ilumina		
						4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA						1	12.155,00
	020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS						
		2139	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O CIDE					
			15	Urbanismo				
				451	Infra-Estrutura Urbana			
					1	Recursos do Exercício Corrente		
						750 Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômi		
						4 DESPESAS DE CAPITAL		

Total Geral do Programa: 1.122.803,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

Programa **Descrição**

0019 COVID - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
NUMERO DE CASOS COM CORONAVIRUS	UN	UNIDADES	300	200

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	10.300,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
		2218	MANUTENÇÃO COM O COMBATE AO CORONAVÍRUS (covid - 19).						
			10	Saúde					
				302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	10.000,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
		2218	MANUTENÇÃO COM O COMBATE AO CORONAVÍRUS (covid - 19).						
			10	Saúde					
				302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient		
							3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	182.000,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
		2218	MANUTENÇÃO COM O COMBATE AO CORONAVÍRUS (covid - 19).						
			10	Saúde					
				302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient		
							3 DESPESAS CORRENTES		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	10.000,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
		2218	MANUTENÇÃO COM O COMBATE AO CORONAVÍRUS (covid - 19).						
			10	Saúde					
				302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient		
							3 DESPESAS CORRENTES		

Total Geral do Programa: **212.300,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

Programa **Descrição**

0040 MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
ABANDONO	%	PORCENTGEM	1	1
REPROVAÇÃO	%	PORCENTGEM	1	1

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	72.000,00
	020301	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
		1029	REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS DO ENSINO FUNDAMENTAL						
			12	Educação					
				361	Ensino Fundamental				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	1.000,00
	020301	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
		1029	REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS DO ENSINO FUNDAMENTAL						
			12	Educação					
				361	Ensino Fundamental				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						569	Outras Transferências de Recursos do FNDE		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	1.030,00
	020301	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
		1029	REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS DO ENSINO FUNDAMENTAL						
			12	Educação					
				361	Ensino Fundamental				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumento		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 15.300,00
020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1145 AQUISICAO DE VEICULO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
569 Outras Transferências de Recursos do FNDE
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 10.000,00
020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1145 AQUISICAO DE VEICULO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
571 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumento
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 140.000,00
020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2014 MANUTENÇÃO COM SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
550 Transferência do Salário Educação
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 3.055,00
020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2014 MANUTENÇÃO COM SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
550 Transferência do Salário Educação
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 1.001.000,00
020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2023 MANUTENCAO E ENCARGOS COM A GERENCIA DE EDUCACAO - ENSINO FUNDAMENTAL
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 18.590,00
020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2026 CAPACITACAO E FORMACAO DE SERVIDORES - ENSINO FUNDAMENTAL
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 150.000,00
020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2028 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDAMENTAL
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 37.500,00
020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2028 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDAMENTAL
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
553 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa
3 DESPESAS CORRENTES

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	367.000,00
	020301	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
		2028	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDAMENTAL						
			12	Educação					
				361	Ensino Fundamental				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						576	Transferências de Recursos dos Estados para programas de ec		
							3 DESPESAS CORRENTES		

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	90.000,00
	020301	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
		2028	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDAMENTAL						
			12	Educação					
				361	Ensino Fundamental				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						759	Recursos Vinculados a Fundos		
							3 DESPESAS CORRENTES		

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	107.250,00
	020301	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
		2029	MANUT. ALIMENTACAO ESCOLAR -FUNDAMENTAL						
			12	Educação					
				306	Alimentação e Nutrição				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							3 DESPESAS CORRENTES		

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	37.180,00
	020301	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
		2029	MANUT. ALIMENTACAO ESCOLAR -FUNDAMENTAL						
			12	Educação					
				306	Alimentação e Nutrição				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa I		
							3 DESPESAS CORRENTES		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

Lei: 633, Data: 10/11/2023

2024

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	52.910,00
020301	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
2032	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - ENSINO FUNDAMENTAL						
12	Educação						
361	Ensino Fundamental						
1	Recursos do Exercício Corrente						
500	Recursos não Vinculados de Impostos						
4	DESPESAS DE CAPITAL						
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	1.430,00
020301	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
2222	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA						
12	Educação						
306	Alimentação e Nutrição						
1	Recursos do Exercício Corrente						
500	Recursos não Vinculados de Impostos						
3	DESPESAS CORRENTES						
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	370.000,00
020302	FUNDEB						
2038	MANUTENCAO DO FUNDEB 30% - FUNDAMENTAL						
12	Educação						
361	Ensino Fundamental						
1	Recursos do Exercício Corrente						
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impo						
3	DESPESAS CORRENTES						
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	1.481.480,00
020302	FUNDEB						
2039	MANUTENCAO DO FUNDEB 70% - FUNDAMENTAL						
12	Educação						
361	Ensino Fundamental						
1	Recursos do Exercício Corrente						
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impo						
3	DESPESAS CORRENTES						

Total Geral do Programa: 3.956.725,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

Programa **Descrição**

0041 EDUCAÇÃO INFANTIL COM QUALIDADE

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
COBERTURA DE 0 A 3 ANOS DE IDADE	%	PORCENTGEM	1	1
COBERTURA DE 4 A 5 ANOS DE IDADE	%	PORCENTGEM	1	1

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	6.500,00
	020301	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
		1016	REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE						
			12	Educação					
				365	Educação Infantil				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							3	70.000,00
	020301	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
		1016	REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE						
			12	Educação					
				365	Educação Infantil				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrument		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	14.300,00
	020301	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
		1017	REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS DA EDUCAÇAO INFANTIL - PRÉ ESCOLA						
			12	Educação					
				365	Educação Infantil				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 5 — 7.150,00
020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1141 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS, MOVEIS E UTENSILIOS - PRÉ ESCOLA
12 Educação
365 Educação Infantil
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 7.150,00
020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1146 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS, MOVEIS E UTENSILIOS - CRECHE
12 Educação
365 Educação Infantil
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 8.000,00
020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2019 MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - PRÉ ESCOLA
12 Educação
365 Educação Infantil
1 Recursos do Exercício Corrente
550 Transferência do Salário Educação
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 580,00
020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2019 MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - PRÉ ESCOLA
12 Educação
365 Educação Infantil
1 Recursos do Exercício Corrente
550 Transferência do Salário Educação
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 8.580,00
020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2024 MANUTENCAO DO SALARIO EDUCACAO - CRECHE
12 Educação
365 Educação Infantil
1 Recursos do Exercício Corrente
550 Transferência do Salário Educação
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 1.573,00
020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2024 MANUTENCAO DO SALARIO EDUCACAO - CRECHE
12 Educação
365 Educação Infantil
1 Recursos do Exercício Corrente
550 Transferência do Salário Educação
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 10.000,00
020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2025 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR INFANTIL - CRECHE
12 Educação
365 Educação Infantil
1 Recursos do Exercício Corrente
553 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 14.300,00
020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2027 CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE SERVIDORES - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE
12 Educação
365 Educação Infantil
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	200.000,00
020301	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
2030	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA				
12	Educação				
365	Educação Infantil				
1	Recursos do Exercício Corrente				
500	Recursos não Vinculados de Impostos				
3	DESPESAS CORRENTES				

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	21.650,00
020301	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
2030	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA				
12	Educação				
365	Educação Infantil				
1	Recursos do Exercício Corrente				
500	Recursos não Vinculados de Impostos				
4	DESPESAS DE CAPITAL				

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	72.600,00
020301	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
2031	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - PRÉ ESCOLA				
12	Educação				
365	Educação Infantil				
1	Recursos do Exercício Corrente				
500	Recursos não Vinculados de Impostos				
3	DESPESAS CORRENTES				

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	40.000,00
020301	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
2033	MANUT. ALIMENTACAO ESCOLAR -PRE ESCOLA				
12	Educação				
306	Alimentação e Nutrição				
1	Recursos do Exercício Corrente				
500	Recursos não Vinculados de Impostos				
3	DESPESAS CORRENTES				

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	24.310,00
020301	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
2033	MANUT. ALIMENTACAO ESCOLAR -PRE ESCOLA				
12	Educação				
306	Alimentação e Nutrição				
1	Recursos do Exercício Corrente				
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa I				
3	DESPESAS CORRENTES				

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	47.190,00
020301	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
2034	MANUT. ALIMENTACAO ESCOLAR -CRECHE				
12	Educação				
306	Alimentação e Nutrição				
1	Recursos do Exercício Corrente				
500	Recursos não Vinculados de Impostos				
3	DESPESAS CORRENTES				

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	24.310,00
020301	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
2034	MANUT. ALIMENTACAO ESCOLAR -CRECHE				
12	Educação				
306	Alimentação e Nutrição				
1	Recursos do Exercício Corrente				
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa I				
3	DESPESAS CORRENTES				

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	248.600,00
020301	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
2220	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE				
12	Educação				
365	Educação Infantil				
1	Recursos do Exercício Corrente				
500	Recursos não Vinculados de Impostos				
3	DESPESAS CORRENTES				

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 4.290,00
020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2223 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRE ESCOLA
12 Educação
365 Educação Infantil
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 5.000,00
020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2243 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - CRECHE
12 Educação
365 Educação Infantil
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 1.430,00
020301 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2243 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - CRECHE
12 Educação
365 Educação Infantil
1 Recursos do Exercício Corrente
553 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 606.320,00
020302 FUNDEB
2040 MANUTENCAO DO FUNDEB INFANTIL 70% - CRECHE
12 Educação
365 Educação Infantil
1 Recursos do Exercício Corrente
540 Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impo
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 289.000,00
020302 FUNDEB
2041 MANUTENCAO DO FUNDEB INFANTIL 30% - CRECHE
12 Educação
365 Educação Infantil
1 Recursos do Exercício Corrente
540 Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impo
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 960,00
020302 FUNDEB
2041 MANUTENCAO DO FUNDEB INFANTIL 30% - CRECHE
12 Educação
365 Educação Infantil
1 Recursos do Exercício Corrente
540 Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impo
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 215.600,00
020302 FUNDEB
2115 MANUTENÇÃO COM O FUNDEB INFANTIL 30% - PRÉ ESCOLA
12 Educação
365 Educação Infantil
1 Recursos do Exercício Corrente
540 Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impo
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 0,00
020302 FUNDEB
2115 MANUTENÇÃO COM O FUNDEB INFANTIL 30% - PRÉ ESCOLA
12 Educação
365 Educação Infantil
1 Recursos do Exercício Corrente
540 Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impo
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 574.860,00
020302 FUNDEB
2221 MANUTENÇÃO DO FUNDEB INFANTIL 70% - PRÉ ESCOLA
12 Educação
365 Educação Infantil
1 Recursos do Exercício Corrente
540 Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impo
3 DESPESAS CORRENTES

Total Geral do Programa: 2.524.253,00

Programa Descrição

0044 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
NUMERO DE ALUNOS ATENDIDOS NO TRANSPORTE PARA ENSINO SUF	UN	UNIDADES	1	1
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO ACIMA DE 50 NAOS	%	PORCENTGEM	70	80

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	140.140,00
	020301	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
		2035	TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR						
			12	Educação					
				364	Ensino Superior				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							3 DESPESAS CORRENTES		

Total Geral do Programa: 140.140,00

Programa Descrição

0046 ESPORTE É VIDA

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
NUMERO DE EVENTOS ESPORTIVOS REALIZADOS	UNIDA	UNIDADES	3	3
NUMERO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS ESPORTIVOS	UNIDA	UNIDADES	10	10

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	1.000,00
	020501	SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE							
		1015	REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS VOLTADOS AO ESPORTE						
			27	Desporto e Lazer					
				812	Desporto Comunitário				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	100.000,00
	020501	SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE							
		1015	REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS VOLTADOS AO ESPORTE						
			27	Desporto e Lazer					
				812	Desporto Comunitário				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêne		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	14.300,00
	020501	SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE							
		2138	EVENTOS ESPORTIVOS - REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO						
			27	Desporto e Lazer					
				812	Desporto Comunitário				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							3 DESPESAS CORRENTES		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

Lei: 633, Data: 10/11/2023

2024

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	160.000,00
020501	SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE				
2141	MANUTENCAO E ENCARGOS COM DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER				
27	Desporto e Lazer				
812	Desporto Comunitário				
1	Recursos do Exercício Corrente				
500	Recursos não Vinculados de Impostos				
3	DESPESAS CORRENTES				

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	12.584,00
020501	SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE				
2141	MANUTENCAO E ENCARGOS COM DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER				
27	Desporto e Lazer				
812	Desporto Comunitário				
1	Recursos do Exercício Corrente				
500	Recursos não Vinculados de Impostos				
4	DESPESAS DE CAPITAL				

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	1.210,00
020501	SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE				
2141	MANUTENCAO E ENCARGOS COM DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER				
27	Desporto e Lazer				
812	Desporto Comunitário				
1	Recursos do Exercício Corrente				
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêne				
4	DESPESAS DE CAPITAL				

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	1.573,00
020501	SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE				
2141	MANUTENCAO E ENCARGOS COM DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER				
27	Desporto e Lazer				
812	Desporto Comunitário				
1	Recursos do Exercício Corrente				
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêne				
4	DESPESAS DE CAPITAL				

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

Lei: 633, Data: 10/11/2023

2024

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	6.600,00
020501	SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE				
2263	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O BOLSA ATLETA				
27	Desporto e Lazer				
812	Desporto Comunitário				
1	Recursos do Exercício Corrente				
500	Recursos não Vinculados de Impostos				
3	DESPESAS CORRENTES				

Total Geral do Programa: **297.267,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

Programa **Descrição**

0055 DIFUSÃO DE CULTURA E TURISMO

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
NUMERO DE EVENTOS CULTURAIS REALIZADOS	UNIDA	UNIDADE	5	5

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							5	7.150,00
	020501	SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE							
		1118	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA SECRETARIA DE TURISMO E MEIO A						
			13	Cultura					
				392	Difusão Cultural				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	15.730,00
	020501	SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE							
		1132	REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES E EVENTOS CULTURAIS						
			13	Cultura					
				392	Difusão Cultural				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	70.785,00
	020501	SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE							
		1132	REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES E EVENTOS CULTURAIS						
			13	Cultura					
				392	Difusão Cultural				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêne		
							3 DESPESAS CORRENTES		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	78.650,00
	020501	SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE							
		1132	REALIZAÇÃO DE FESTIVIDADES E EVENTOS CULTURAIS						
			13	Cultura					
				392	Difusão Cultural				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêne		
							3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	1.573,00
	020501	SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE							
		1140	REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS VOLTADOS A CULTURA						
			13	Cultura					
				392	Difusão Cultural				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	1.210,00
	020501	SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE							
		1140	REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS VOLTADOS A CULTURA						
			13	Cultura					
				392	Difusão Cultural				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêne		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	1.573,00
	020501	SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE							
		1140	REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS VOLTADOS A CULTURA						
			13	Cultura					
				392	Difusão Cultural				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêne		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

Lei: 633, Data: 10/11/2023

2024

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	1.573,00
	020501	SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE							
		1162	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS DA SECRETARIAD E TURISMO E MEIO AMBIE						
			23	Comércio e Serviços					
				695	Turismo				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	45.617,00
	020501	SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE							
		1162	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS DA SECRETARIAD E TURISMO E MEIO AMBIE						
			23	Comércio e Serviços					
				695	Turismo				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêne		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	28.600,00
	020501	SEC. MUN. DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, CULTURA, ESPORTE E LAZE							
		2143	MANUTENCAO E ENCARGOS COM O DEPARTAMENTO DE CULTURA						
			13	Cultura					
				392	Difusão Cultural				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							3 DESPESAS CORRENTES		

Total Geral do Programa: 252.461,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

Lei: 633, Data: 10/11/2023

2024

Programa Descrição

0057 HABITACAO PARA TODOS

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
NUMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS ENTREGUES	UNIDA	UNIDADE	5	5

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	960,00
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
		1147	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES						
			16	Habitação					
				244	Assistência Comunitária				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	3.000,00
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
		1147	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES						
			16	Habitação					
				244	Assistência Comunitária				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêne		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		

Total Geral do Programa: 3.960,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

Lei: 633, Data: 10/11/2023

2024

Programa **Descrição**

0075 ATENÇÃO BÁSICA PARA TODOS

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
MORTALIDADE INFANTIL	UN	UNIDADES	1	1
NUMERO DE PESSOAS CADASTRADAS NO SUS DO MUNICIPIO	UN	UNIDADES	2000	3000

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA								1	257.000,00
	020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
		1028 CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO DE IMÓVEIS DA ATENÇÃO BÁSICA							
			10 Saúde						
				301 Atenção Básica					
					1 Recursos do Exercício Corrente				
						500 Recursos não Vinculados de Impostos			
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA								1	166.900,00
	020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
		1028 CONSTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO DE IMÓVEIS DA ATENÇÃO BÁSICA							
			10 Saúde						
				301 Atenção Básica					
					1 Recursos do Exercício Corrente				
						601 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient			
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA								1	85.800,00
	020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
		1138 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA							
			10 Saúde						
				301 Atenção Básica					
					1 Recursos do Exercício Corrente				
						500 Recursos não Vinculados de Impostos			
							4 DESPESAS DE CAPITAL		

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 11.000,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1153 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FARMÁCIA BÁSICA
10 Saúde
303 Suporte Profilático e Terapêutico
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 220,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1153 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FARMÁCIA BÁSICA
10 Saúde
303 Suporte Profilático e Terapêutico
1 Recursos do Exercício Corrente
600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 220,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1153 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FARMÁCIA BÁSICA
10 Saúde
303 Suporte Profilático e Terapêutico
1 Recursos do Exercício Corrente
621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 85.800,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2001 AQUISICAO DE MOVEIS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - ATENÇÃO BÁSICA
10 Saúde
301 Atenção Básica
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 6.090,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2048 MANUTENCAO DO PROG. PAB FIXO
10 Saúde
301 Atenção Básica
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 700.000,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2048 MANUTENCAO DO PROG. PAB FIXO
10 Saúde
301 Atenção Básica
1 Recursos do Exercício Corrente
600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 1.545.000,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2051 MANUT. E ENCARGOS COM O FUNDO DE SAUDE MUNICIPAL
10 Saúde
301 Atenção Básica
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 122.210,00
020401 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2051 MANUT. E ENCARGOS COM O FUNDO DE SAUDE MUNICIPAL
10 Saúde
301 Atenção Básica
1 Recursos do Exercício Corrente
600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
3 DESPESAS CORRENTES

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	90.000,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
		2052	MANUT. DO PRG. DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE				
			10	Saúde			
				301	Atenção Básica		
					1 Recursos do Exercício Corrente		
					500 Recursos não Vinculados de Impostos		
					3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	296.000,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
		2052	MANUT. DO PRG. DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE				
			10	Saúde			
				301	Atenção Básica		
					1 Recursos do Exercício Corrente		
					604 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ac		
					3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	255.310,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
		2054	MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF				
			10	Saúde			
				301	Atenção Básica		
					1 Recursos do Exercício Corrente		
					500 Recursos não Vinculados de Impostos		
					3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	684.000,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
		2054	MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF				
			10	Saúde			
				301	Atenção Básica		
					1 Recursos do Exercício Corrente		
					600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient		
					3 DESPESAS CORRENTES		

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	140.000,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
		2054	MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF				
			10	Saúde			
				301	Atenção Básica		
					1 Recursos do Exercício Corrente		
					621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient		
					3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	22.595,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
		2057	MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE BUCAL				
			10	Saúde			
				301	Atenção Básica		
					1 Recursos do Exercício Corrente		
					500 Recursos não Vinculados de Impostos		
					3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	1.210,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
		2057	MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE BUCAL				
			10	Saúde			
				301	Atenção Básica		
					1 Recursos do Exercício Corrente		
					500 Recursos não Vinculados de Impostos		
					4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	79.000,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
		2057	MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE BUCAL				
			10	Saúde			
				301	Atenção Básica		
					1 Recursos do Exercício Corrente		
					600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient		
					3 DESPESAS CORRENTES		

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA									1	6.000,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE									
		2057	MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE BUCAL								
			10	Saúde							
				301	Atenção Básica						
					1	Recursos do Exercício Corrente					
						600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient				
							4	DESPESAS DE CAPITAL			

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA									1	205.000,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE									
		2060	MANUTENCAO DO PROGRAMA FARMACIA BASICA								
			10	Saúde							
				303	Suporte Profilático e Terapêutico						
					1	Recursos do Exercício Corrente					
						500	Recursos não Vinculados de Impostos				
							3	DESPESAS CORRENTES			

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA									1	30.250,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE									
		2060	MANUTENCAO DO PROGRAMA FARMACIA BASICA								
			10	Saúde							
				303	Suporte Profilático e Terapêutico						
					1	Recursos do Exercício Corrente					
						600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient				
							3	DESPESAS CORRENTES			

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA									1	15.000,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE									
		2060	MANUTENCAO DO PROGRAMA FARMACIA BASICA								
			10	Saúde							
				303	Suporte Profilático e Terapêutico						
					1	Recursos do Exercício Corrente					
						621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient				
							3	DESPESAS CORRENTES			



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

Lei: 633, Data: 10/11/2023

2024

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	1.430,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
		2177	MANUTENCAO DO INCENTIVO DE ALCANCE DE METAS						
			10	Saúde					
				301	Atenção Básica				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient		
							3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	18.000,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
		2195	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PMAQ						
			10	Saúde					
				301	Atenção Básica				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient		
							3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	2.020,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
		2195	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PMAQ						
			10	Saúde					
				301	Atenção Básica				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	1.100,00
	020401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
		2261	AQUISICÃO DE MOTOS E EQUIPAMENTOS PARA AGENTES DE SAÚDE						
			10	Saúde					
				301	Atenção Básica				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Ir		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		

Total Geral do Programa: 4.827.155,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

Lei: 633, Data: 10/11/2023

2024

Programa **Descrição**

0076 SANEAMENTO BASICO COM QUALIDADE

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
CASAS COM AGUA TRATADA	%	PORCENTGEM	95	100

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							3	97.240,00
	020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS							
		1022	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE IMÓVEIS VOLTADOS AO SANEAMENTO BÁSICO						
			17	Saneamento					
				512	Saneamento Básico Urbano				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	500.000,00
	020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS							
		2083	MANUTENCAO E ENCARGOS COM O DAE						
			17	Saneamento					
				512	Saneamento Básico Urbano				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							0	37.823,00
	020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS							
		2083	MANUTENCAO E ENCARGOS COM O DAE						
			17	Saneamento					
				512	Saneamento Básico Urbano				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		

Total Geral do Programa: **635.063,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)
2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

Programa **Descrição**

0081 QUALIDADE NA ASSISTENCIA SOCIAL

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
NUMERO DE ATENDIMENTOS NO CRAS MUNICIPAL	UN	UNIDADES	1	1

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	86.000,00
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
		1024	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE IMÓVEIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL						
			08	Assistência Social					
				244	Assistência Comunitária				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	35.350,00
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
		1024	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE IMÓVEIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL						
			08	Assistência Social					
				244	Assistência Comunitária				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vincu		
							3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	200.000,00
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
		2046	MANUTENÇÃO COM O CONSELHO TUTELAR						
			08	Assistência Social					
				243	Assistência à Criança e ao Adolescente				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							3 DESPESAS CORRENTES		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)
2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	56.000,00
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
		2046	MANUTENÇÃO COM O CONSELHO TUTELAR						
			08	Assistência Social					
				243	Assistência à Criança e ao Adolescente				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	29.000,00
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
		2100	MANUTENCAO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA						
			08	Assistência Social					
				244	Assistência Comunitária				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	3.146,00
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
		2100	MANUTENCAO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA						
			08	Assistência Social					
				244	Assistência Comunitária				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S		
							3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	15.000,00
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
		2100	MANUTENCAO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA						
			08	Assistência Social					
				244	Assistência Comunitária				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	60.000,00
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
		2102	MANUTENCAO DO PROGRAMA D APOIO A FAMILIA - PAIF		
			08 Assistência Social		
			244 Assistência Comunitária		
			1 Recursos do Exercício Corrente		
			660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S		
			3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	4.350,00
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
		2102	MANUTENCAO DO PROGRAMA D APOIO A FAMILIA - PAIF		
			08 Assistência Social		
			244 Assistência Comunitária		
			1 Recursos do Exercício Corrente		
			660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S		
			4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	37.895,00
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
		2107	MANT. E ENC. COM O FUNDO MUN. DA CÇA E DO ADOLE		
			08 Assistência Social		
			243 Assistência à Criança e ao Adolescente		
			1 Recursos do Exercício Corrente		
			500 Recursos não Vinculados de Impostos		
			3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	1.573,00
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
		2107	MANT. E ENC. COM O FUNDO MUN. DA CÇA E DO ADOLE		
			08 Assistência Social		
			243 Assistência à Criança e ao Adolescente		
			1 Recursos do Exercício Corrente		
			500 Recursos não Vinculados de Impostos		
			4 DESPESAS DE CAPITAL		

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	14.190,00
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
		2109	MANUTENCAO DO PROG. IGD		
			08 Assistência Social		
			244 Assistência Comunitária		
			1 Recursos do Exercício Corrente		
			500 Recursos não Vinculados de Impostos		
			3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	1.815,00
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
		2109	MANUTENCAO DO PROG. IGD		
			08 Assistência Social		
			244 Assistência Comunitária		
			1 Recursos do Exercício Corrente		
			660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S		
			3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	1.815,00
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
		2109	MANUTENCAO DO PROG. IGD		
			08 Assistência Social		
			244 Assistência Comunitária		
			1 Recursos do Exercício Corrente		
			660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S		
			4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	76.934,00
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
		2130	MANUT.E ENCARGOS COM GABINETE DO SECRETÁRIO DE AÇÃO SOCIAL		
			08 Assistência Social		
			244 Assistência Comunitária		
			1 Recursos do Exercício Corrente		
			500 Recursos não Vinculados de Impostos		
			3 DESPESAS CORRENTES		

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 7.150,00
020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2164 MANUT COM FUNDO PARTILHADO INVESTIMENTOS PARTILHADOS-FUPIS
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistênc
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 82.940,00
020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2167 MANUTENCAO DA CASA DE APOIO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
08 Assistência Social
243 Assistência à Criança e ao Adolescente
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 10.010,00
020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2168 MANUTENCAO DO PROGRAMA APOIO A PESSOA COM DEFICIENCIA-APCD
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 400.000,00
020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2170 MANUTENCAO E ENC. COM FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 10.000,00
020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2170 MANUTENCAO E ENC. COM FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 67.610,00
020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2170 MANUTENCAO E ENC. COM FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
665 Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vincu
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 7.230,00
020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2193 MANUTENÇÃO COM PROGRAMA COFINANCIAMENTO
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 80.000,00
020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2193 MANUTENÇÃO COM PROGRAMA COFINANCIAMENTO
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistênc
3 DESPESAS CORRENTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

Lei: 633, Data: 10/11/2023

2024

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 12.584,00
020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2193 MANUTENÇÃO COM PROGRAMA COFINANCIAMENTO
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistênc
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 5.650,00
020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2194 MANUTENÇÃO COM O PROGRMA SCFV
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
500 Recursos não Vinculados de Impostos
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 40.000,00
020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2194 MANUTENÇÃO COM O PROGRMA SCFV
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 1.430,00
020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2217 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S
3 DESPESAS CORRENTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

Lei: 633, Data: 10/11/2023

2024

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 5.500,00
020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2254 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA AÇÃO SOCIAL
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 13.585,00
020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2257 ADESÃO AO CREAS EQUIPE TÉCNICA
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S
3 DESPESAS CORRENTES

Total Geral do Programa: 1.366.757,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)
2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

Programa **Descrição**

0082 PREVIDENCIA

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
PREVIDENCIA	UNIDA	UNIDADE	1	1

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0004	CURVELANDIA PREV							1	1.503.000,00
	031000	PREVIDENCIA							
		2015	MANUTENCAO E ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS						
			09	Previdência Social					
				272	Previdência do Regime Estatutário				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plan		
							3 DESPESAS CORRENTES		
0004	CURVELANDIA PREV							1	232.000,00
	031000	PREVIDENCIA							
		2017	RESERVA DO RPPS						
			99	Reserva de Contingência					
				999	Reserva de Contingência				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plan		
							9 RESERVA DE CONTINGêNCIA		
0004	CURVELANDIA PREV							1	244.000,00
	031000	PREVIDENCIA							
		2112	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O RPPS						
			09	Previdência Social					
				272	Previdência do Regime Estatutário				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração		
							3 DESPESAS CORRENTES		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)
2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

0004	CURVELANDIA PREV							1	11.000,00
	031000	PREVIDENCIA							
		2112	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O RPPS						
			09	Previdência Social					
				272	Previdência do Regime Estatutário				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0004	CURVELANDIA PREV							1	10.000,00
	031000	PREVIDENCIA							
		2113	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIARIA						
			09	Previdência Social					
				272	Previdência do Regime Estatutário				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plan		
							3 DESPESAS CORRENTES		

Total Geral do Programa: **2.000.000,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

Programa **Descrição**

0088 TRANSPORTE RODOVIARIO COM QUALIDADE

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
PERCENTUAL DE PONTES DE CIMENTO	%	PORCENTGEM	74	80
PERCENTUAL DE RUAS ASFALTADAS	%	PORCENTGEM	64	65

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	848.000,00
	020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS							
		1032	MANUTENÇÃO, PAVIMENTACAO ASFÁLTICA E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS						
			26	Transporte					
				782	Transporte Rodoviário				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						500	Recursos não Vinculados de Impostos		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	200.000,00
	020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS							
		1032	MANUTENÇÃO, PAVIMENTACAO ASFÁLTICA E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS						
			26	Transporte					
				782	Transporte Rodoviário				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêne		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	500.000,00
	020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS							
		1032	MANUTENÇÃO, PAVIMENTACAO ASFÁLTICA E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS						
			26	Transporte					
				782	Transporte Rodoviário				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêne		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)

Lei: 633, Data: 10/11/2023

2024

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	71.500,00
020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
1039	CONSTRUCAO, AMPLIAÇAO E REFORMA DE PONTES E BUEIROS				
26	Transporte				
782	Transporte Rodoviário				
1	Recursos do Exercício Corrente				
500	Recursos não Vinculados de Impostos				
4	DESPESAS DE CAPITAL				

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	530,00
020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
1041	AQ. DE VEICULOS, CAMINHOES E MAQUINAS PESADAS				
26	Transporte				
782	Transporte Rodoviário				
1	Recursos do Exercício Corrente				
500	Recursos não Vinculados de Impostos				
4	DESPESAS DE CAPITAL				

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	200.000,00
020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
1041	AQ. DE VEICULOS, CAMINHOES E MAQUINAS PESADAS				
26	Transporte				
782	Transporte Rodoviário				
1	Recursos do Exercício Corrente				
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêne				
4	DESPESAS DE CAPITAL				

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	129.415,00
020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
2079	MANUTENCAO DE VEICULOS E MAQUINAS				
26	Transporte				
782	Transporte Rodoviário				
1	Recursos do Exercício Corrente				
500	Recursos não Vinculados de Impostos				
3	DESPESAS CORRENTES				

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	297.440,00
020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
2080	MANUTENCAO DE ESTRADAS PRINCIPAIS E VICINAIS				
26	Transporte				
782	Transporte Rodoviário				
1	Recursos do Exercício Corrente				
500	Recursos não Vinculados de Impostos				
3	DESPESAS CORRENTES				
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	156.200,00
020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
2255	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FETHAB - ZONA URBANA				
26	Transporte				
782	Transporte Rodoviário				
1	Recursos do Exercício Corrente				
759	Recursos Vinculados a Fundos				
3	DESPESAS CORRENTES				
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	10.000,00
020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
2255	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FETHAB - ZONA URBANA				
26	Transporte				
782	Transporte Rodoviário				
1	Recursos do Exercício Corrente				
759	Recursos Vinculados a Fundos				
4	DESPESAS DE CAPITAL				
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA			1	624.800,00
020701	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
2256	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FETHAB - ZONA RURAL				
26	Transporte				
782	Transporte Rodoviário				
1	Recursos do Exercício Corrente				
759	Recursos Vinculados a Fundos				
3	DESPESAS CORRENTES				

Total Geral do Programa: **3.037.885,00**

Total Geral da LDO: **33.229.359,00**

INTRODUÇÃO

A LDO é o elo entre o Plano Plurianual (PPA), que funciona como um plano de Governo, e a Lei Orçamentária Anual (LOA), instrumento de viabilização da execução dos programas governamentais. A Constituição Federal estabelece que compete à Lei de Diretrizes Orçamentárias:

Compreender as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; Orientar a elaboração da lei orçamentária anual; Dispor sobre as alterações na legislação tributária; e Estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Com a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), além do disposto na Constituição, a LDO deve dispor sobre:

Equilíbrio entre receitas e despesas; Critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas seguintes hipóteses:

- Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais;

- ou enquanto perdurar o excesso de dívida consolidada de ente da Federação que tenha ultrapassado o respectivo limite ao final de um quadrimestre.

Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; e Demais condições e exigências para a transferência de recursos a entidade públicas e privadas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu ainda que integrará o projeto de LDO o Anexo de Metas Fiscais (AMF), em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

O Anexo de Metas Fiscais conterá ainda:

Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior; Demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional; Evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativo ; Avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador, bem como dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial; e Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Além do Anexo de Metas Fiscais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais (ARF), onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

1. CENÁRIO ECONÔMICO

As metas foram elaboradas de acordo com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal através do Manual de Demonstrativos Fiscais 12ª edição, de 07/05/2021, valido a partir do exercicio financeiro de 2022.

Todas as demais variáveis incorporadas na construção do cenário base ou que podem vir a afetá-lo são consideradas de cunho não macroeconômico. O cenário base é a referência para a projeção das receitas do governo e para o estabelecimento do nível de despesas compatível. Todavia, é importante salientar que o próprio lapso temporal entre a elaboração da LDO e o

início do ano a que ela se aplica resulta na majoração dos riscos em torno da consecução do cenário base originalmente projetado. Portanto, os valores são apenas balizadores.

Em cima disso, temos que no cenário mundial, os dados mais recentes do Produto Interno Bruto, divulgados em março referente ao 4º trimestre de 2022, de modo geral, apontam a perda do impulso positivo da atividade nas principais economias mundiais, diante do ajuste das bases comparativas e da desaceleração causada pela inflação e o aumento dos juros.

Já no Brasil, comparando-se com a recente divulgação dos dados do PIB do 4º trimestre de 2022 pelo IBGE, pode-se confirmar a manutenção, que vem desde 2021,do impulso da atividade econômica brasileira, com incremento de 1,9% frente aos 2,1% do mesmo período do ano anterior. Levando-se em consideração a alta taxa de juros SELIC (13,75% desde agosto de 2022) e a inflação acumulada medida pelo IPCA, em 12 meses, que em abril chegou a 12,13% (encerrando o ano em 5,79%) expressam a robustez do crescimento da economia brasileira em 2022, com crescimento de 2,9% no acumulado do ano.

No tocante ao Estado de Mato Grosso, os fatores positivos que impulsionavam a valorização das commodities tem perdido prevalência sobre os fatores negativos, desencadeando o declínio nas cotações mundiais. Essa correção mundial no mercado de commodities já era aguardada, dada a elevação das taxas de juros. Tal política monetária é comumente utilizada como instrumento de combate à elevação dos preços, esta que vinha em aceleração recorde, potencializadas pelas políticas expansionistas monetárias e fiscais anticíclicas de combate ao COVID19. Eram essas políticas econômicas anticíclicas, em escala global, que justamente potencializavam o “boom” dos preços das commoditiesaté2022.

O setor da Indústria estadual, que mantêm forte relação com a produção do agronegócio, tende a aumentar o volume de produção em 2023, diante aumento da quantidade de matérias-primas para beneficiamento. Contudo, esse crescimento tende a ficar em patamar bem mais modesto, diante a base elevada de 2022. E ainda, pesam negativamente no setor os efeitos dos altos juros para investimentos, que devem permanecer em patamar bastante restritivo em 2023, diante da pressão, pelo lado fiscal, por elevação dos gastos.

Por fim, em resumo, em termos de preço, temos uma tendência mais estabilizadora sobre o efeito inflacionário no estado em 2023, o que tem impacto sobre as receitas tributárias estaduais. Por outro lado,

sob o espectro do volume, o histórico positivo de 2022 deu um suporte positivo para o avanço e elevação das lavouras de modo geral. Isso deve ter efeito de manter a taxa de crescimento do PIB da Agropecuária estadual positiva.

O Setor de Comércio e Serviços também devem desacelerar o crescimento, porém como correspondem a maior parte da composição do PIB estadual, tornam-se uma forte base de sustentação da economia estadual em patamar positivo em 2023. Há de se levar em consideração também que executivo estadual tem para 2023, como recurso auxiliar da gestão, uma margem de recursos disponíveis em forma de superávit financeiro para administração do custeio e manutenção dos investimentos, tendo, ainda, neste ano, seu reflexo positivo sobre os setores de serviços e construção civil.

2. INTRODUÇÃO AO ANEXO DE METAS FISCAIS

O objetivo primordial da política fiscal do governo é promover a gestão equilibrada dos recursos públicos de forma a assegurar o crescimento sustentado, a distribuição da renda, o fortalecimento dos programas sociais, o adequado acesso aos serviços públicos, o financiamento de investimentos em infraestrutura, sem perder de vista que uma gestão fiscal responsável, que é condição necessária para a continuidade das políticas públicas e para tal deve-se garantir a sustentabilidade intertemporal da dívida pública.

Também fortalece a política fiscal o alinhamento às melhores práticas internacionais de ações de aperfeiçoamento da governança pública, tais como, o aprimoramento da eficiência da alocação dos recursos com medidas de racionalização dos gastos públicos, melhoria nas técnicas de gestão e controle, ampliação dos mecanismos de transparência.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) faz a correlação entre gestão fiscal responsável e a definição de metas de receitas e despesas:

Art. 1º. [...]

§ 1°A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas

com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

De acordo com o § 1º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentarias o Anexo de Metas Fiscais (AMF) em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes. Também comporá o Anexo de Metas Fiscais o Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior.

As metas fiscais representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais (Resultados Primário e Nominal) visando atingir os objetivos desejados quanto à trajetória de endividamento público no médio prazo. Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira.

De maneira geral o resultado primário é apurado com base em:

a) Receitas não financeiras ou primárias – Correspondem ao total da receita arrecadada, deduzidas as seguintes:

i. ganhos obtidos em aplicações financeiras;

ii. ingressos decorrentes de operações de crédito;

iii. recebimentos decorrentes de empréstimos concedidos pelo governo;

iv. receitas decorrentes de alienações de bens, como as relativas à privatização de empresas estatais.

Os recursos arrecadados em exercício anterior e que tenham gerado superávit financeiro, quando utilizados como fonte para abertura de créditos orçamentários adicionais são classificados como fonte financeira.

b) Despesas não financeiras ou primárias – Despesa total, deduzidas aquelas com:

i. amortização, juros e outros encargos da dívida interna e externa;

ii. aquisição de títulos de capital já integralizado;

iii. concessão de empréstimos com retorno garantido.

O Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), estabelece orientações emanadas a todos os entes federados, para, entre outros aspectos, padronizar os demonstrativos fiscais nos três níveis de governo. Assim, a estrutura dos demonstrativos segue o modelo e regras estabelecido pela STN no referido Manual. A fim de dar cumprimento ao preceito da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deve ser composto pelos seguintes demonstrativos:

? Demonstrativo 1 – Metas Anuais;

? Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

? Demonstrativo 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

? Demonstrativo 4 – Evolução do Patrimônio Líquido;

? Demonstrativo 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

? Demonstrativo 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;

? Demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

? Demonstrativo 8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

O cumprimento das metas deve ser acompanhado com base nas informações divulgadas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária e no Relatório de Gestão Fiscal. A seguir são apresentados em cumprimento às exigências da LRF os principais parâmetros e a metodologia de cálculo utilizada para as projeções dos fluxos de receitas e despesas, bem como a projeção da do estoque de dívida e disponibilidades.

3. PROJEÇÕES DAS RECEITAS E DESPESAS (CRITÉRIO ACIMA DA LINHA)

As receitas e despesas estimadas para o triênio 2023 a 2025 levaram em consideração a grade de parâmetros macroeconômicos e os fluxos projetados pela Secretaria da Fazenda (SF), pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Secretaria de Fazenda do Estado. Também foram considerados os esforços que estão sendo realizados pela administração fazendária na modernização da cobrança dos tributos, as diversas ações de combate à inadimplência, além da possibilidade de captação de recursos voluntários vindos da União e do Estado, acrescentando-se, também, nos cálculos, as receitas provenientes dos convênios e das operações de crédito.

Vale ressaltar também o esforço da Secretaria da Fazenda em criar e consolidar mecanismos para o controle e a gestão da divida pública, pois sem as informações projetadas

dos elementos que influenciam a dinâmica da dívida seria inviável estabelecer metas fiscais consistentes.

3.1 Receitas que impactam os resultados fiscais

Em atendimento ao que determina o § 2º, inciso II do artigo 4º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal fica apresentada a memória e metodologia de cálculo para obtenção dos valores da projeção da receita.

A projeção das receitas para a elaboração deste estudo e considerou diversos parâmetros, tais como;

I) Variação do PIB;

II) Taxa Oficial de inflação - IPCA;

III) Histórico de realização das receitas, entre outras variáveis.

No preenchimento dos quadros de receitas foram adotados os seguintes parâmetros e projeções das políticas monetárias:

TABELA 1 – CENÁRIO MACROECONÔMICO DE REFERÊNCIA Parâmetros	2022	2023	2024	2025	2026
RCL Municipal	27.794.672,91	28.000.000,00	29.170.400,00	30.337.000,00	31.550.000,00
IPCA	5,79%	6,05%	4,18%	4,00%	4,00%
PIB ESTADO MATO GROSSO	216,88	282,48	292,78	307,11	322,43

Para chegarmos aos dados da tabela, utilizamos o relatório Focus do Banco Central do Brasil, publicado em 29/04/2023 e o Boletim Fiscal da SEFAZ – MT, relativo ao 1º Bimestre de 2023. Veja que tivemos uma previsão de aumento de receitas para os próximos anos, entretanto salientamos que o cenário econômico ainda é uma incógnita.

A seguir apresentam-se os critérios utilizados para projeção das principais receitas primárias:

a) Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) – Representou, em média, considerando o período de 2020 a 2022 cerca de 0,64% do total das receitas primárias. Ao analisar a variação realizada nos últimos anos constata-se um aumento nesse período: 2020/2021 tivemos um aumento de 13,36% e 2021/2022 um aumento de 42,17%. Para o triênio 2024 a 2026 foi utilizada a projeção de inflação para o período, juntamente com a previsão de variação do PIB do Estado.

b) Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) – Representando em média cerca de 0,70% do total das receitas primárias no período de 2020 a 2022. Observando as variações realizadas, verificamos um redução de 46,19% de 2020/2021 e 2021/2022 um aumento de 188,76%. Logo, observa-se que este tributo é muito instável, pois depende do aquecimento da econômica local. Para o triênio 2024 a 2026 foi utilizada a projeção de inflação para o período, juntamente com a previsão de variação do PIB do Estado.

c) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) - No período de 2020 a 2022 representou, em média, cerca de 0,77% do total das receitas primárias. Houve variação positiva de 42,29% de 2020/2020 e 2020/2022 um crescimento de 7,31%, mostrando a tendência de crescimento no primeiro ano, porem de certa estagnação no segundo ano. Para o triênio 2023 a 2026 foi utilizada a projeção de inflação para o período, juntamente com a previsão de variação do PIB do Estado.

d) Taxas - Representaram em média no período de 2020 a 2022 cerca de 0,76% do total das receitas primárias. Considerando a variação realizada de 2020/2020 com um crescimento de 52,02% e 2022/2020 um crescimento de 88,22%, foi também utilizada para a projeção a inflação do período.

e) Receitas da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - De 2017 a 2020 representou cerca de 0,88% do total das receitas primárias. Ao analisar a série histórica observa-se na variação positiva realizada de 2020/2017 de 22,88% e 2020/2020 uma variação positiva de 52,95%, ou seja, uma tendência de crescimento e este foi o parâmetro utilizado para projetar o triênio 2022 a 2023.

f) Receitas de Contribuições Previdenciárias - De 2020 a 2022 representou cerca de 3,10% do total das receitas primárias sendo a principal receita de contribuições, representando no ano de 2022 cerca de 74,60% das receitas de contribuições. A contribuição previdenciária tem forte correlação com os valores da folha de pagamento, sendo que seu aumento no período de 2020/2022 foi de 25,16%, resultante do aumento de alíquota do RPPS. Soma-se a isso o grande corte de cargos comissionados realizados no inicio do período, impactando na

arrecadação das contribuições. Para essa contribuição projetou-se para os anos seguintes a mesma variação da folha de pagamento.

g) Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) – De 2020 a 2022 representou, em média, cerca de 1,10% do total das receitas primárias. Esta receita guarda correlação direta com a despesa com pessoal, pois a maior parte dos valores retidos são decorrentes da incidência sobre a folha de pagamento. A variação negativa realizada de 2020/2020 no valor de 11,56% e 2020/2022 tivemos um aumento de 13,39%, é explicada pela melhoria nos processos operacionais de retenção e aumento da incidência sobre outras despesas com fornecedores. Considerando as projeções das despesas com pessoal foram revistas as receitas de 2023, a receita também foi revisada no mesmo percentual de correlação. Para o triênio 2023 a 2026 optou-se por projeção conservadora no sentido de seguir os mesmos percentuais de incremento da despesa com pessoal.

h) Receita patrimonial (exceto aplicação financeira) – As receitas patrimoniais, exceto aplicação financeira, são compostas basicamente pelas receitas de serviços, e representam 0,15% do total das receitas primárias. A variação realizada foi em 2020/2020 foi decrescente de 34,50% e 2020/2022 decrescente no valor de 42,95%. Tal redução explica-se pela grande redução do numero de ligações ao sistema publico de agua e ao advento da pandemia de coronavírus que atingiu diretamente o pagamento de tal tributo. Para o triênio 2023 a 2026 foi utilizada a projeção de inflação para o período, juntamente com a previsão de variação do PIB do Estado.

i) Receita de Aplicação Financeira – Tal receita não impacta o resultado primário, mas influencia o resultado nominal. Representa em média (2020 a 2022) 0,07% do total das receitas primárias. O montante arrecadado é influenciado pelo estoque de disponibilidades de caixa ao longo do ano e a taxa de juros.

g) j) Cota-Parte FPM – A transferência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) representou em média (2020 a 2022) 28,50% do total das receitas primárias, já deduzida a contribuição para o Fundeb (20%). Da variação realizada positiva de 7,81% em 2020/2020 e negativa de 5,51% em 2020/2022 não se pode estabelecer uma tendência, mas considerando que a base de cálculo das transferências são o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) projeta-se um cenário futuro de estagnação dessa receita em função da incerteza causada pela pandemia mundial. Assim, segundo projeções do Tesouro Nacional para municípios do porte de Curvelândia – MT é esperado para 2023 um aumento dessa receita em relação a 2022, uma vez que a recuperação da economia já levou esta receita acima no ano de 2022. Para o triênio 2023 a 2026 foi utilizada a projeção de inflação para o período, juntamente com a previsão de variação do PIB do Estado.

h) k) Cota-Parte ICMS – A transferência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) representa em média (2020 a 2022) cerca de 16,47% do total das receitas primárias, já deduzida a contribuição para o Fundeb (20%). A variação positiva realizada de 2020/2020, que foi 5,85%, e de 10,64% de 2020/2022, indicavam um crescimento no repasse. A projeção para 2023 é de que haja um pequeno incremento no repasse, já considerando as arrecadações realizada no ano de 2022, onde mostra uma boa reação em relação da 2022 Para o triênio 2023 a 2026 foi utilizada a projeção de inflação para o período, juntamente com a previsão de variação do PIB do Estado.

l) Cota-Parte IPVA – No período de 2020 a 2022 a transferência do Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA) representou, em média, cerca de 1,35% do total das receitas primárias, já deduzida a contribuição para o Fundeb (20%). Ao observar a variação realizada de 2020/2020, onde tivemos um aumento de 15,31%, e 2020/2022 que tivemos uma queda de 7,31%, constata-se uma estagnação dos valores. Tal estagnação ocorrida em 2022 foi resultante de várias ações realizadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso em virtude da crise ocasionada pela pandemia de Coronavírus. Entretanto, em 2022 verifica-se que a arrecadação deste tributo voltou a normalidade. Para o triênio 2023 a 2026 foi utilizada a projeção de inflação para o período, juntamente com a previsão de variação do PIB do Estado.

m) Receitas do Fundeb – No período de 2020 a 2022 representou cerca de 9,83% do total das receitas primárias. Ao analisar a série histórica observa-se uma variação negativa realizada de 2020/2020 de 2,86% e 2020/2020 uma variação positiva de 2,91%, ou seja, manteve-se estagnado no período. Esta receita está diretamente ligada ao censo escolar, logo, deve manter sua tendência de crescimento com o advento do novo Fundeb.

n) Transferências correntes – Este grupo é formado pelas transferências fundo a fundo de saúde, educação e assistência social, Fethab entre outras. No período 2020 a 2022 representou cerca de 26,81% do total das receitas primárias. Ao analisar a série histórica observa-se uma variação negativa realizada de 2020/2020 de 2,86% e 2020/2020 uma variação positiva de 60,91%, A discrepância no valor de 2022 deve-se aos auxílios recebidos do Governo Federal para enfrentamento da pandemia de Covid – 19, que aumentaram os repasses. Porem, com a retomada da economia, tem-se uma expectativa de aumento nesses valores. Para o triênio 2023 a 2026 foi utilizada a projeção de inflação para o período, juntamente com a previsão de variação do PIB do Estado.

i) p) Receitas de Capital – Este grupo é composto por transferências de convênios do estado e união. No triênio de 2020 a 2022 representou cerca de 9,52% do total das receitas primárias. Ao analisar a série histórica observa-se não tivemos arrecadação dessa receias em 2020, porem em 2022 tivemos grande incremento das mesmas. Para o triênio 2024 a 2026 foi

utilizada a projeção de inflação para o período, juntamente com a previsão de variação do PIB do Estado.

3.2 Despesas primárias

No caso das principais despesas primárias os critérios foram os seguintes:

a) Pessoal – A despesa com pessoal é em geral impactada por novas contratações, crescimento vegetativo da folha, reposição de servidores aposentados e correções salariais. A variação positiva realizada de 2020/2021 foi de 9,83%, de 2021/2022 aumentou-se 12,77%, sendo que em 2020/2021 tivemos uma aumento de 8,56%. Para 2023/2024 tivemos uma projeção de aumento de 3,5%, mostrando uma tendência de aumento contínuo no triênio em decorrência do conjunto de fatores apresentados no início deste parágrafo. Nesse sentido, para o período de 2024 a 2026 foram considerados as seguintes premissas:

I - De maneira geral não foram contempladas indenizações, sentenças e despesas de exercícios anteriores.

II - Referente ao ano 2020:

i) Previsões calculadas com base na média dos valores liquidados em janeiro a fevereiro de 2020;

ii) Reajuste de 4,31% a partir de janeiro de 2020, referente a Revisão Geral Anual – RGA;

iii) Acréscimo dos valores:

III - Referente aos anos 2023, 2024 e 2026: Reajuste a partir de janeiro de 3,50% em 2023, 3,50% em 2024 e 2026 referente a RGA, conforme previsão do IPCA para esses anos, conforme relatório FOCUS do Banco Central do Brasil.

j) b) Outras Despesas Correntes - Representa em média (2020 a 2022) 36,86% do total das despesas primárias. A redução realizadas de 6,67% realizada de 2017/2018 não se manteve nos exercícios seguintes, pois de 2020/2021 tivemos um aumento de 2,29% e 2021/2022 tivemos um aumento de 46,60, mostrado uma tendência de aumento dessa rubrica. Para 2023 o valor foi ajustado tendo por base o executado em 2022 acrescido da inflação. Para o triênio 2023 a 2026 foi utilizada a projeção de inflação para o período, juntamente com a previsão de variação do PIB do Estado.

c) Investimentos – No que tange aos investimentos, previu-se inicialmente um aumento para o ano de 2024, comparando com os valores pagos em 2022, muito em função do plano de investimento anunciado pelo pela prefeitura ainda em 2021 que contempla uma série de obras, reformas e novas responsabilidades. Os investimentos do plano foram distribuídos ao longo dos

exercícios. Porém, mesmo que a pandemia de corona vírus de uma freada nos investimentos, a mesma também o elevará para área de Saúde. Assim, entre 2023 e 2026 estimou-se uma elevação seguindo a inflação projetada para o período.

Ressalta-se, contudo, que as estimativas das receitas administradas pelo município bem como as de transferências podem sofrer influência em sua realização de acordo com o desempenho da economia ao longo do exercício, a evolução dos indicadores financeiros e eventuais mudanças na legislação.

3.3 Projeções de Restos a Pagar Processados

A observância dos requisitos legais para execução da despesa pública muitas vezes exige o cumprimento de cronogramas que consomem vários meses, podendo se estender para exercícios futuros. Assim, ao final de um exercício, se a despesa empenhada ainda não houver sido paga, seu valor será reconhecido como despesa orçamentária, e caso cumpra os requisitos da legislação, será inscrita em restos a pagar.

A Lei nº 4.320/1964, em seu artigo 36, distingue os restos a pagar em duas categorias. Se os bens ou serviços já se encontrarem devidamente entregues e aceitos, restando apenas serem pagos, a obrigação será denominada restos a pagar processados. Caso a execução da despesa se encontre em qualquer outra fase, a obrigação recebe a denominação restos a pagar não processados.

Com a mudança da metodologia de apuração dos resultados fiscais da ótica de liquidação para a ótica de caixa se faz necessário projetar os montantes de restos a pagar para os próximos exercícios, pois a variação dos saldos de restos a pagar processados é um dos itens de ajuste na compatibilização dos resultados apurados acima e abaixo da linha. O Manual dos Demonstrativos Fiscais assim explica a necessidades desse ajuste:

VARIAC?ÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (2019 - 2021)

Identifica a variação do saldo dos Restos a Pagar Processados no período. Este ajuste deve ser realizado tendo em vista que as despesas primárias diminuem as disponibilidades de caixa no momento de seu pagamento. Contudo, no cálculo da DCL, os restos a pagar processados são deduzidos das disponibilidades de caixa, impactando o valor da dívida líquida já no momento de sua inscrição. De forma a harmonizar os resultados primários e nominal acima da linha com a apuração abaixo da linha, é preciso, portanto, expurgar do resultado abaixo da linha o valor das variações no saldo de restos a pagar processados ocorridas durante o período de apuração.

A variação dos restos a pagar informada nessa linha deve ser compatível com os valores do período inicial e do período final que realmente provocaram impacto na DC, ou seja, deve-se observar a limitação do impacto da dedução dos restos a pagar processados até o total da Disponibilidade Bruta.

O quadro a seguir apresenta os valores inscritos em restos a pagar processados nos últimos exercícios: Inscrição de Restos a Pagar Processados		
2020	2021	2022
R$ 526.008,40	R$ 350.801,15	R$ 216.400,88

A projeção dos restos a pagar para os demais exercícios seguintes (2021 a 2024) utilizou-se como parâmetro de projeção as mesmas variações percentuais das despesas primárias totais para o exercício. Projeção da Inscrição de Restos a Pagar Processados			
2022	2023	2024	2026
R$ 250.000,00	R$ 259.500,00	R$ 269.880,00	R$ 280.000,00

Projetamos uma evolução no saldo de restos a pagar semelhantes ao acréscimo da contribuições sobre a folha de pagamento, uma vez que as mesmas geralmente ficam em restos a pagar.

4. DINÂMICA DA DÍVIDA DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal a abrangência da dívida pública a ser controlada por meio das metas fiscais tem relação direta com o conceito de Dívida Consolidada Líquida (DCL), que segundo o Manual dos Demonstrativos Fiscais do Tesouro nacional (MDF)

corresponde à Dívida Consolidada ou Fundada menos as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiro, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Segundo a LRF, Dívida Consolidada ou Fundada corresponde ao montante total das obrigações financeiras, apurado sem duplicidade (excluídas obrigações entre órgãos da administração direta e entre estes e as entidades da administração indireta), assumidas:

? pela emissão de títulos públicos, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses (dívida mobiliária);

? em virtude de leis, contratos (dívida contratual), convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses;

? pela realização de operações de crédito que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

? com os precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;

? pela realização de operações equiparadas a operações de crédito pela LRF, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses.

Não compõem a dívida consolidada para efeito de verificação do cumprimento dos limites, os precatórios judiciais emitidos antes de 5 de maio de 2000, o passivo atuarial dos regimes próprios de previdência e a dívida contratual de PPP. De acordo com o MDF o entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos dos respectivos ajustes para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos com retorno garantido. Não são considerados haveres financeiros:

? Os créditos tributários e não-tributários (exceto os empréstimos e financiamentos concedidos) reconhecidos segundo o princípio da competência, por meio de variações ativas;

? Os valores inscritos em Dívida Ativa;

? Outros valores que não representem créditos a receber, tais como Estoques e contas do Ativo Imobilizado;

? Os adiantamentos concedidos a fornecedores de bens e serviços, a pessoal e a terceiros;

? Depósitos restituíveis e valores vinculados;

? Participações permanentes da unidade em outras entidades em forma de ações ou cotas.

Nas projeções da trajetória da dívida pública consolidada foi tomado como ponto de partida o estoque final da dívida consolidada projetado para 2020, que, por definição, será o estoque inicial de 2021. A partir daí foram projetados os fluxos de que impactam o estoque da dívida:

? ingressos de operações de crédito;

? juros por competência;

? pagamento do serviço da dívida (juros e amortização).

Para as operações de crédito levou-se em consideração o cronograma de desembolso dos financiamentos em andamento. No caso dos parcelamentos e renegociações de dívidas as projeções consideraram uma média histórica dos fluxos que impactaram os estoques dessas dívidas ao longo dos últimos anos.

Houve a preocupação em compatibilizar os resultados fiscais apurados pelo confronto das receitas e despesas (fluxo – acima da linha) com os calculados a partir da variação da dívida fiscal líquida (variação do estoque – abaixo da linha), conceito de dívida que segundo as estatísticas fiscais é representada pela dívida consolidada líquida ajustada pelos efeitos patrimoniais decorrentes:

? da variação saldo restos a pagar processados;

? da receita de alienação de investimentos permanentes;

? dos passivos reconhecidos que impactem a dívida consolidada;

? variação cambial;

? pagamento de precatórios integrantes da dívida consolidada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024			2025			2026		
	Vl. Corrente (a)	Vl. Constante	% RCL (a/RCL)x100	Vl. Corrente (b)	Vl. Constante	% RCL (b/RCL)x100	Vl. Corrente (c)	Vl. Constante	% RCL (c/RCL)x100
Receita Total	32.829.359,00	31.457.091,79	112,54340	34.142.533,36	32.776.832,03	112,54420	35.508.234,69	34.087.905,31	112,54590
Receitas Primárias (I)	31.580.000,00	30.259.956,00	108,26040	32.843.200,00	31.529.472,00	108,26120	34.156.928,00	32.790.650,88	108,26290
Receitas Primárias Correntes	29.400.000,00	28.171.080,00	100,78710	30.576.000,00	29.352.960,00	100,78780	31.799.040,00	30.527.078,40	100,78940
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.000.000,00	1.916.400,00	6,85630	2.080.000,00	1.996.800,00	6,85630	2.163.200,00	2.076.672,00	6,85640
Transferências Correntes	25.700.000,00	24.625.740,00	88,10300	26.728.000,00	25.658.880,00	88,10360	27.797.120,00	26.685.235,20	88,10500
Demais Receitas Primárias Correntes	1.700.000,00	1.628.940,00	5,82780	1.768.000,00	1.697.280,00	5,82790	1.838.720,00	1.765.171,20	5,82800
Receitas Primárias de Capital	2.180.000,00	2.088.876,00	7,47330	2.267.200,00	2.176.512,00	7,47340	2.357.888,00	2.263.572,48	7,47350
Despesa Total	32.829.359,00	31.457.091,79	112,54340	34.142.533,36	32.776.832,03	112,54420	35.508.234,69	34.087.905,31	112,54590
Despesas Primárias (II)	32.580.000,00	31.218.156,00	111,68860	33.883.200,00	32.527.872,00	111,68930	35.238.528,00	33.828.986,88	111,69110
Despesas Primárias Correntes	24.080.000,00	23.073.456,00	82,54940	25.043.200,00	24.041.472,00	82,55000	26.044.928,00	25.003.130,88	82,55130
Pessoal e Encargos Sociais	13.000.000,00	12.456.600,00	44,56570	13.520.000,00	12.979.200,00	44,56600	14.060.800,00	13.498.368,00	44,56670
Outras Despesas Correntes	11.080.000,00	10.616.856,00	37,98370	11.523.200,00	11.062.272,00	37,98400	11.984.128,00	11.504.762,88	37,98460
Despesas Primárias de Capital	6.500.000,00	6.228.300,00	22,28290	6.760.000,00	6.489.600,00	22,28300	7.030.400,00	6.749.184,00	22,28340
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	2.000.000,00	1.916.400,00	6,85630	2.080.000,00	1.996.800,00	6,85630	2.163.200,00	2.076.672,00	6,85640
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	-1.000.000,00	-958.200,00	-3,42820	-1.040.000,00	-998.400,00	-3,42810	-1.081.600,00	-1.038.336,00	-3,42820
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00	0,00	0,00000
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00	0,00	0,00000
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-600.000,00	-574.920,00	-2,05690	-624.000,00	-599.040,00	-2,05690	-648.960,00	-623.001,60	-2,05690

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.291], PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA, Data/hora da emissão: 10/nov/2023 18h e 55m"

Notas Explicativas

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal devem ser estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem (2024) e para os dois seguintes (2025 e 2026). Para elaboração das projeções foram considerados:

- receitas e despesas primárias sob a ótica de caixa (vide tópico 3);
- juros ativos (receitas de aplicações financeiras e Haveres financeiros) e juros passivos (incidentes sobre a DC) por competência;
- estoque da dívida consolidada;
- haveres financeiros (disponibilidades de caixa, aplicações financeiras e demais haveres financeiros).

O demonstrativo a seguir apresenta as metas fiscais para o triênio 2024 a 2026, sendo as metas dos dois últimos anos apenas indicativas da política fiscal do Município. Para obtenção dos valores constantes foi utilizado o IPCA. O Quadro demonstra um tendência a déficit primário, devido a utilização de superávit de exercícios anteriores. A expectativa é de que a receita primária se mantenha estável principalmente em função das projeções de transferências de receitas da União..

No que se refere à despesa, condizente com a preocupação com o equilíbrio intergeracional decorrente da utilização dos recursos da União, há um aumento em decorrência principalmente dos investimentos que integram um

LUCIA MARIA DE LACERDA NEVES
CONTADORA
593.949.271-15

JADILSON ALVES DE SOUZA
PREFEITO
396.432.041-20

ALEX JOSE DA ROCHA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS
873.420.901-82

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

conjunto de obras já anunciadas pelo governo para o período de 2024 e 2026.
A Dívida Pública Consolidada há previsão de pequeno aumento, sendo que não existem empréstimos atualmente, sendo assim teremos uma Despesa total idêntica a despesa primária.
A Dívida Consolidada Líquida (DCL) também é inexistente, possuindo o município grande limite para realização de operações de crédito.
Vale ressaltar que depois de definidas e aprovadas as metas fiscais (resultados primário e nominal), o monitoramento será realizado por meio de demonstrativo específico que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Visando à padronização dos demonstrativos, a Secretaria do Tesouro Nacional publica periodicamente o Manual de Demonstrativos Fiscais, que define a estrutura da demonstração para que União, Estados, DF e Municípios evidenciem, bimestralmente, o resultado primário do período. Também é importante registrar que a partir de 2019 a apuração dos resultados fiscais far-se-ão estritamente sob o critério de caixa tanto para as receitas como para as despesas. A apuração bimestral se interliga com a necessidade de acompanhamento da programação financeira e, caso a expectativa de receita reestimada a cada bimestre não comporte o cumprimento da meta de resultado primário, o governante deverá limitar a movimentação de empenho e financeira.

CENÁRIO MACROECONÔMICO	2024	2025	2026
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial	4,18	4,00	4,00
Projeção do PIB do Estado - R$ milhões	292.785.000.000,00	307.115.000.000,00	322.435.000.000,00
Receita Corrente Liquida (RCL)	29.170.400,00	30.337.000,00	31.550.000,00

LUCIA MARIA DE LACERDA NEVES
CONTADORA
593.949.271-15

JADILSON ALVES DE SOUZA
PREFEITO
396.432.041-20

ALEX JOSE DA ROCHA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS
873.420.901-82

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas 2022 (a)	% RCL	Metas Realizadas 2022 (b)	% RCL	Variação	
					Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	27.927.000,00	108,01290	30.634.315,69	110,21650	2.707.315,69	9,69000
Receitas Primárias (I)	27.927.000,00	108,01290	29.497.187,89	106,12530	1.570.187,89	5,62000
Despesa Total	27.927.000,00	108,01290	34.995.481,73	125,90720	7.068.481,73	25,31000
Despesas Primárias (II)	34.186.500,00	132,22260	34.995.481,73	125,90720	808.981,73	2,37000
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da linha (III) = (I - II)	-6.259.500,00	-24,20980	-5.498.293,84	-19,78180	761.206,16	-12,16000
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00000	0,00	0,00000	0,00	0,00000
Dívida Consolidada Líquida (DL)	0,00	0,00000	0,00	0,00000	0,00	0,00000
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	86.724,39	0,33540	0,00	0,00000	0,00	0,00000

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.291], PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA, Data/hora da emissão: 11/nov/2023 11h e 42m"

Especificação	Previsto 2022	Realizado 2022
PIB Nominal	216.882.000.000,00	216.882.000.000,00
Receita Corrente Líquida	25.855.256,00	27.794.672,91

LUCIA MARIA DE LACERDA NEVES
CONTADORA
593.949.271-15

JADILSON ALVES DE SOUZA
PREFEITO
396.432.041-20

ALEX JOSE DA ROCHA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS
873.420.901-82

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Inciso I do § 2º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

O Demonstrativo informa as metas (em valores e em percentual da RCL) para receita (total e primária), despesa (total e primária), resultados primário e nominal, dívida pública consolidada e dívida consolidada líquida, para o segundo ano anterior ao ano de referência da LDO (por exemplo, para a LDO feita em 2023 e se referindo ao exercício de 2022, será´´ avaliado o cumprimento das metas relativas ao exercício de 2022, que e´ o exercício anterior ao da elaboração da LDO). Segundo o Manual dos Demonstrativos Fiscais alguns fatores, tais como o cenário macroeconômico, o desempenho das empresas estatais, as taxas de câmbio e de inflação, devem ser motivo de explanação a respeito dos resultados obtidos.

Assim, a principal finalidade é a de estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício financeiro de 2022, incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas. Para o cálculo do Resultado Primário utiliza-se a metodologia acima da linha, isto é, o confronto das Receitas Primarias (I) menos as Despesas Primarias (II) e indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primarias são capazes de suportar as Despesas Primarias.

Vale ressaltar que pela metodologia acima da linha, o resultado nominal e´ obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos), que não são apresentados no quadro exigido pela STN, mas está implícito na diferença entre o resultado nominal e o primário.

O valor da Dívida Pública Consolidada corresponde ao total apurado:

a) das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;

b) das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses, ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;

c) dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Já a dívida Consolidada Líquida (DCL) segundo a LRF corresponde a` dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

A Lei nº 728/2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022), estabeleceu a meta de R$ 6.259.500,00 de déficit primário e a Lei nº 734/2021 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2022), que estimou a receita e fixou a despesa do Município para o exercício financeiro de 2022, considerou a mesma meta para fins de compatibilizar as ações orçamentárias com o resultado primário que é apurado sob a ótica de caixa.

Encerrado o exercício de 2022, verificou-se que o Município atingiu um déficit primário de R$ 5.498.293,84, ou seja, foi gerado volume suficiente para pagar suas contas usuais, sem que seja comprometida sua capacidade de administrar a dívida existente. Esse déficit foi abaixo do previsto e teve, como um dos principais fatores, a grande utilização de superávits de exercícios anteriores.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	17.592.723,08	29.000.000,00	64,84	23.440.189,00	-19,17	32.829.359,00	40,06	34.142.533,36	4,00	35.508.234,69	4,00
Receitas Primárias (I)	17.473.775,57	29.000.000,00	65,96	23.848.000,00	-17,77	31.580.000,00	32,42	32.843.200,00	4,00	34.156.928,00	4,00
Despesa Total	17.185.617,54	36.000.000,00	109,48	23.440.189,00	-34,89	32.829.359,00	40,06	34.142.533,36	4,00	35.508.234,69	4,00
Despesas Primárias (II)	17.554.137,11	35.500.000,00	102,23	24.900.000,00	-29,86	32.580.000,00	30,84	33.883.200,00	4,00	35.238.528,00	4,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	-80.361,54	-6.500.000,00	7.988,45	-1.052.000,00	-83,82	-1.000.000,00	-4,94	-1.040.000,00	4,00	-1.081.600,00	4,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-600.000,00	0,00	-624.000,00	4,00	-648.960,00	4,00
Receita Total	16.959.385,05	27.927.000,00	64,67	22.549.461,82	-19,26	31.457.091,79	39,50	32.776.832,03	4,20	34.087.905,31	4,00
Receitas Primárias (I)	16.844.719,66	27.927.000,00	65,79	22.941.776,00	-17,85	30.259.956,00	31,90	31.529.472,00	4,20	32.790.650,88	4,00
Despesa Total	16.566.935,30	34.668.000,00	109,26	22.549.461,82	-34,96	31.457.091,79	39,50	32.776.832,03	4,20	34.087.905,31	4,00
Despesas Primárias (II)	16.922.188,17	34.186.500,00	102,02	23.953.800,00	-29,93	31.218.156,00	30,33	32.527.872,00	4,20	33.828.986,88	4,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	-77.468,51	-6.259.500,00	7.980,06	-1.012.024,00	-83,83	-958.200,00	-5,32	-998.400,00	4,20	-1.038.336,00	4,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-574.920,00	0,00	-599.040,00	4,20	-623.001,60	4,00

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.291], PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA, Data/hora da emissão: 10/nov/2023 18h e 56m"

Notas Explicativas

O objetivo do Demonstrativo é dar transparência às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal do ente federativo, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas.

A fim de gerar maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados a preços correntes e constantes. Vale ressaltar que para avaliação de consistência deve-se levar em consideração que a partir de 2019 a metodologiade projeção considerou os valores sob a ótica de caixa, enquanto nos anos anteriores o critério é o de despesa liquidada.

Os critérios utilizados para as projeções do triênio 2024 a 2026 estão apresentados e detalhados no tópico “Metodologia de Cálculo”, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal que a obrigatoriedade de os demonstrativos de metas serem instruídos com a memória e metodologia de cálculo, objetivando demonstrar como tais valores foram obtidos.

Cenário Macroeconômico/Metodologia de Cálculo	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial	0,00	5,79	6,05	4,18	4,00	4,00
Projeção do PIB do Estado - R$ milhões	0,00	216.882.000.000,00	282.483.000.000,00	292.785.000.000,00	307.115.000.000,00	322.435.000.000,00
Receita Corrente Liquida (RCL)	0,00	27.794.672,91	28.000.000,00	29.170.400,00	30.337.000,00	31.550.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%

LUCIA MARIA DE LACERDA NEVES
CONTADORA
593.949.271-15

JADILSON ALVES DE SOUZA
PREFEITO
396.432.041-20

ALEX JOSE DA ROCHA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS
873.420.901-82

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2024

Lei: 633, Data: 10/11/2023

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III) R$ 1,00

REGIME NORMAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	46.185.351,36	100,000	28.193.130,01	100,000	23.450.967,46	100,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Resultado Acumulado	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
TOTAL	46.185.351,36	100,00	28.193.130,01	100,00	23.450.967,46	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.291], PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA, Data/hora da emissão: 10/nov/2023 18h e 57m"

LUCIA MARIA DE LACERDA NEVES
CONTADORA
593.949.271-15

JADILSON ALVES DE SOUZA
PREFEITO
396.432.041-20

ALEX JOSE DA ROCHA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS
873.420.901-82

Notas Explicativas

O Patrimônio Líquido (PL) reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida do Município, ou seja, representa a diferença entre o "Ativo Real" e o "Passivo Real". Integram o patrimônio líquido: patrimônio/capital social, reservas, resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), as contas que compõem o PL são as seguintes:

a) Patrimônio/Capital Social: Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.
b) Reservas: Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado, as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas e as demais reservas, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.
c) Resultados Acumulados: Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. A conta Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integra a conta Resultados Acumulados.

O Patrimônio Líquido de Curvelândia - MT vem apresentando aumento ao longo dos três exercícios em análise, 2020, 2021 e 2022, em razão de vários investimentos realizado, especialmente no tocante aos bens de uso comum. Quando comparados os exercícios de 2020 e 2021, o aumento do PL foi de 3,64%. E quando comparados os exercícios de 2021 e 2022, o aumento foi de 115,20%, aumento este decorrente da incorporação dos bens de uso comum, através de levantamento patrimonial, conforme demonstrativo,

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2024 **Lei: 633, Data: 10/11/2023**

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2022 (a)	2021 (b)	2020 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	121.500,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	121.500,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2022 (d)	2021 (e)	2020 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	121.500,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	121.500,00	0,00
Investimentos	0,00	121.500,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES REGIMES PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
VALOR(III)	(g) = ((Ia – IId) + IIIh)	(h) = ((Ib – IIe) + IIIi)	(i) = (Ic – IIf)
	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.291], PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA, Data/hora da emissão: 10/nov/2023 18h e 58m"

LUCIA MARIA DE LACERDA NEVES
CONTADORA
593.949.271-15

JADILSON ALVES DE SOUZA
PREFEITO
396.432.041-20

ALEX JOSE DA ROCHA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS
873.420.901-82

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2024 **Lei: 633, Data: 10/11/2023**

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2021	2020
RECEITAS CORRENTES(I)	992.973,37	1.947.908,44	1.436.754,91
Receita de Contribuições dos Segurados	169.756,30	644.055,44	594.323,46
Civil	169.756,30	644.055,44	594.323,46
Ativo	1.487,01	0,00	594.323,46
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	168.269,29	644.055,44	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	7.184,06	773.557,73
Civil	0,00	6.321,31	773.557,73
Ativo	0,00	0,00	773.557,73
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	6.321,31	0,00
Militar	0,00	862,75	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	862,75	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	823.217,07	1.296.668,94	400,19
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	400,19
Outras Receitas Patrimoniais	823.217,07	1.296.668,94	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	68.473,53
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	68.473,53
Aportes Periódicos Amort Déficit Atuarial (II)	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL(III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IV) = (I + III - II)	992.973,37	1.947.908,44	1.436.754,91

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2021	2020
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV – V)	992.973,37	1.947.908,44	1.436.754,91

	2022	2021	2020
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2022	2021	2020
VALOR	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2022	2021	2020
VALOR	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2024 **Lei: 633, Data: 10/11/2023**

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2022	2021	2020
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2021	2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	221.371,27	225.797,18	110.409,39
Investimentos e Aplicações	12.736.170,38	10.937.419,80	10.568.376,42
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2021	2020
RECEITAS CORRENTES(VII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL(VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2021	2020
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX – X)	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS	2022	2021	2020
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2024 **Lei: 633, Data: 10/11/2023**

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2022	2021	2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022	2021	2020
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022	2021	2020
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (ADMINISTRAÇÃO DO RPPS)	2022	2021	2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO	2022	2021	2020
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.291], PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA, Data/hora da emissão: 10/nov/2023 18h e 59m"

LUCIA MARIA DE LACERDA NEVES
CONTADORA
593.949.271-15

JADILSON ALVES DE SOUZA
PREFEITO
396.432.041-20

ALEX JOSE DA ROCHA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS
873.420.901-82

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

2024 **Lei: 633, Data: 10/11/2023**

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
		PLANO PREVIDENCIÁRIO		
2023	2.038.942,73	390.060,32	1.648.882,41	14.606.424,06
2024	2.386.431,74	474.320,29	1.912.111,45	16.518.535,51
2025	2.487.886,67	515.648,74	1.972.237,93	18.490.773,44
2026	2.591.064,17	573.781,93	2.017.282,24	20.508.055,68
2027	2.685.872,67	622.802,79	2.063.069,88	22.571.125,56
2028	2.591.064,17	675.647,85	1.915.416,32	24.486.541,88
2029	2.685.872,67	744.809,05	1.941.063,62	26.427.605,50
2030	2.803.806,16	805.407,03	1.998.399,13	28.426.004,63
2031	2.853.738,48	1.042.117,08	1.811.621,40	30.237.626,03
2032	2.918.245,74	1.202.691,51	1.715.554,23	31.953.180,26
2033	2.983.333,16	1.384.499,03	1.598.834,13	33.552.014,39
2034	2.976.514,58	1.782.891,19	1.193.623,39	34.745.637,78
2035	3.231.473,77	1.999.494,00	1.231.979,77	35.977.617,55
2036	3.266.471,85	2.151.103,65	1.115.368,20	37.092.985,75
2037	3.246.494,93	2.527.829,94	718.664,99	37.811.650,74
2038	3.202.354,13	2.903.657,89	298.696,24	38.110.346,98
2039	3.132.925,37	3.211.651,47	-78.726,10	38.031.620,88
2040	3.140.614,52	3.467.989,23	-327.374,71	37.704.246,17
2041	3.063.626,54	3.608.394,36	-544.767,82	37.159.478,35
2042	2.855.600,59	4.234.024,61	-1.378.424,02	35.781.054,33
2043	2.691.219,87	4.491.633,49	-1.800.413,62	33.980.640,71
2044	2.513.812,80	4.728.472,30	-2.214.659,50	31.765.981,21
2045	2.392.048,41	4.787.076,81	-2.395.028,40	29.370.952,81
2046	2.253.842,91	4.776.334,21	-2.522.491,30	26.848.461,51
2047	2.108.019,59	4.766.300,35	-2.658.280,76	24.190.180,75
2048	1.954.074,01	4.757.078,64	-2.803.004,63	21.387.176,12
2049	1.791.461,01	4.748.761,26	-2.957.300,25	18.429.875,87
2050	1.183.104,38	4.741.422,73	-3.558.318,35	14.871.557,52
2051	974.231,09	4.724.423,41	-3.750.192,32	11.121.365,20
2052	754.094,80	4.707.626,91	-3.953.532,11	7.167.833,09
2053	522.022,47	4.691.009,00	-4.168.986,53	2.998.846,56
2054	277.302,96	4.674.541,58	-4.397.238,62	-1.398.392,06
2055	0,00	4.658.173,74	-4.658.173,74	-6.056.565,80
2056	0,00	4.641.837,32	-4.641.837,32	-10.698.403,12
2057	0,00	4.625.391,45	-4.625.391,45	-15.323.794,57
2058	0,00	4.608.682,32	-4.608.682,32	-19.932.476,89
2059	0,00	4.591.509,25	-4.591.509,25	-24.523.986,14
2060	0,00	4.573.595,78	-4.573.595,78	-29.097.581,92
2061	0,00	4.554.641,84	-4.554.641,84	-33.652.223,76
2062	0,00	4.534.427,80	-4.534.427,80	-38.186.651,56
2063	0,00	4.512.859,70	-4.512.859,70	-42.699.511,26
2064	0,00	4.489.843,17	-4.489.843,17	-47.189.354,43
2065	0,00	4.465.282,18	-4.465.282,18	-51.654.636,61
2066	0,00	4.439.116,63	-4.439.116,63	-56.093.753,24
2067	0,00	4.411.307,09	-4.411.307,09	-60.505.060,33
2068	0,00	4.381.682,44	-4.381.682,44	-64.886.742,77
2069	0,00	4.350.108,06	-4.350.108,06	-69.236.850,83
2070	0,00	4.316.456,42	-4.316.456,42	-73.553.307,25
2071	0,00	4.280.664,15	-4.280.664,15	-77.833.971,40
2072	0,00	4.242.638,39	-4.242.638,39	-82.076.609,79
2073	0,00	4.202.257,20	-4.202.257,20	-86.278.866,99
2074	0,00	4.150.362,56	-4.150.362,56	-90.429.229,55
2075	0,00	4.113.740,17	-4.113.740,17	-94.542.969,72
2076	0,00	4.065.151,18	-4.065.151,18	-98.608.120,90
2077	0,00	4.013.286,02	-4.013.286,02	-102.621.406,92
2078	0,00	3.957.859,73	-3.957.859,73	-106.579.266,65
2079	0,00	3.898.702,29	-3.898.702,29	-110.477.968,94

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

2024 **Lei: 633, Data: 10/11/2023**

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
		PLANO PREVIDENCIÁRIO		
2080	0,00	3.835.603,47	-3.835.603,47	-114.313.572,41
2081	0,00	3.768.209,01	-3.768.209,01	-118.081.781,42
2082	0,00	3.696.083,72	-3.696.083,72	-121.777.865,14
2083	0,00	3.618.886,34	-3.618.886,34	-125.396.751,48
2084	0,00	3.536.497,19	-3.536.497,19	-128.933.248,67
2085	0,00	3.448.844,93	-3.448.844,93	-132.382.093,60
2086	0,00	3.355.740,02	-3.355.740,02	-135.737.833,62
2087	0,00	3.256.965,34	-3.256.965,34	-138.994.798,96
2088	0,00	3.152.420,28	-3.152.420,28	-142.147.219,24
2089	0,00	3.042.236,66	-3.042.236,66	-145.189.455,90
2090	0,00	2.926.610,92	-2.926.610,92	-148.116.066,82
2091	0,00	2.805.658,32	-2.805.658,32	-150.921.725,14
2092	0,00	2.679.497,11	-2.679.497,11	-153.601.222,25
2093	0,00	2.548.401,78	-2.548.401,78	-156.149.624,03
2094	0,00	2.414.007,45	-2.414.007,45	-158.563.631,48
2095	0,00	2.307.002,58	-2.307.002,58	-160.870.634,06
2096	0,00	0,00	0,00	-160.870.634,06
2097	0,00	0,00	0,00	-160.870.634,06

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

2024 **Lei: 633, Data: 10/11/2023**

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
PLANO FINANCEIRO				
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

2024 **Lei: 633, Data: 10/11/2023**

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
PLANO FINANCEIRO				
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.291], PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA, Data/hora da emissão: 10/nov/2023 18h e 59m"

LUCIA MARIA DE LACERDA NEVES
CONTADORA
593.949.271-15

JADILSON ALVES DE SOUZA
PREFEITO
396.432.041-20

ALEX JOSE DA ROCHA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS
873.420.901-82

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2024 **Lei: 633, Data: 10/11/2023**

AMF –Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMAS BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2024	2025	2026	
IPTU	ANISTIA	IPTU APOSENTADOS	10.000,00	111.000,00	12.000,00	PREVISÃO NA LOA

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.291], PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA, Data/hora da emissão: 11/nov/2023 11h e 44m"

LUCIA MARIA DE LACERDA NEVES
CONTADORA
593.949.271-15

JADILSON ALVES DE SOUZA
PREFEITO
396.432.041-20

ALEX JOSE DA ROCHA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS
873.420.901-82

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

§ 2º, inciso V, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

O Demonstrativo tem por objetivo dar transparência às renúncias de receita previstas no projeto de LDO, para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA considerando o montante das renúncias fiscais concedidas. Apesar de esse demonstrativo ter por base legal o art. 4°, § 2°, inciso V, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ele visa a dar transparência também ao cumprimento dos requisitos exigidos para a concessão ou ampliação de benefícios de natureza tributária dispostos no art. 14 da LRF, que estabelece:

A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na LDO e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas fiscais previstas no anexo próprio da LDO;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Para realização das estimativas de renúncia foram realizadas pesquisas no sistema de controle do crédito tributário relativas ao ano base de 2022 e projetado os valores para o triênio 2024 a 2026. Utilizou-se como índice de atualização o IPCA conforme tabela de parâmetros macroeconômicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2024 **Lei: 633, Data: 10/11/2023**

AMF –Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2024
Aumento Permanente da Receita	3.000.000,00
(-) Transferências Constitucionais	1.000.000,00
(-) Transferências ao FUNDEB	500.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.500.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	1.500.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	1.500.000,00

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.291], PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA, Data/hora da emissão: 10/nov/2023 19h e 00m"

LUCIA MARIA DE LACERDA NEVES	JADILSON ALVES DE SOUZA	ALEX JOSE DA ROCHA
CONTADORA	PREFEITO	SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS
593.949.271-15	396.432.041-20	873.420.901-82

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2024 **Lei: 633, Data: 10/11/2023**

ARF (LRF, art 4o, § 3°) R$ 1,00

PASSIVOS CONTIGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00		0,00
Demandas Judiciais	30.000,00	UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTINGENCIA	30.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	100.000,00	UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00
SUBTOTAL	130.000,00	SUBTOTAL	130.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	0,00		0,00
Frustração de Arrecadação	80.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHO	80.000,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções:	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	100.000,00	UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00
SUBTOTAL	180.000,00	SUBTOTAL	180.000,00
TOTAL	310.000,00	TOTAL	310.000,00

FONTE: SCPI - PPA [8.25.25.291], PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA, Data/hora da emissão: 11/nov/2023 11h e 46m"

LUCIA MARIA DE LACERDA NEVES
CONTADORA
593.949.271-15

JADILSON ALVES DE SOUZA
PREFEITO
396.432.041-20

ALEX JOSE DA ROCHA
SECRETARIO MUN. DE FINANÇAS
873.420.901-82

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

(Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000)

ARF/TABELA 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

O § 3º do art. 4º da LRF, transcrito a seguir, determina o que a LDO deverá conter no Anexo de Riscos Fiscais (ARF).

“§ 3o A lei de diretrizes orc?amentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.”

O ARF seguiu as regras, estrutura, conceitos e premissas estabelecidas no Manual dos Demonstrativos Fiscais (MDF) publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que assim define riscos fiscais:

Riscos Fiscais podem ser conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas, eventos estes resultantes da realização das ações previstas no programa de trabalho para o exercício ou decorrentes das metas de resultados, correspondendo, assim, aos riscos provenientes das obrigações financeiras do governo.

É importante ressaltar que riscos repetitivos deixam de ser riscos, devendo ser tratadas no âmbito do planejamento, ou seja, devem ser incluídas como ações na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual do ente federativo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DE VALOR E PRAZO REFERENTE AO CONTRATO Nº 142/2021.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER O PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

VALOR: de **R$ 176.738,00. (Cento e setenta e seis mil Setecentos e Trinta e oito reais).**

PRAZO: **12 (DOZE) MESES.**

CONTRATADO **F. R. SERVICOS ODONTOLOGICOS EIRELI - ME**, CNPJ sob o nº 33.899.564/0001-67.

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 27 DE OUTUBRO DE 2023.

PORTARIA/GABINETE Nº 388/2023

Concede Vacância de Cargo Público por Posse em outro Cargo não acumulável ao Servidor Público Municipal que menciona, e dá outras providências.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de Diamantino-Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 30, inciso VII, da Lei Municipal 006/90 do Estatuto Municipal do Servidor Público de Diamantino-MT.

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder **VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO**, por Posse em outro lugar não acumulável, a Senhora **MARIANA CONCIANI ZAGO,** Matrícula 6240-1, investido no Cargo de FARMACÊUTICA MUNICIPAL, durante o período de 01 **de Dezembro de 2023 pelo período legal**.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor no dia 01 de Dezembro de 2023.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 17 de Novembro de 2023.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 021/2023.

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO/MT torna público que estará realizado a abertura do Pregão Eletrônico n° 021/2023, que tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE LIMPEZA PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO/MT.**

Abertura e Julgamento das Propostas: às 09h00min (horário de Brasilia), do dia 01/12/2023, Local: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br. O edital completo está disponível na plataforma e no site da Prefeitura Municipal de Diamantino/MT.

Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino/MT, 17 de Novembro de 2023.

JOCIMAR MARTINS DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

EXTRATO DE CONTRATO N° 034/2023

EXTRATO DE CONTRATO N° 0*34/2023*

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT.

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO ATAME EDUCACIONAL E CONCURSOS

CNPJ SOB N 51.500.039/0001-09

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PUBLICO PARA COMPOR O QUADRO DE SERVIDORES DA PREFEITURA DE GENERAL CARNEIRO, PARA O CARGO DE CONTROLADOR INTERNO 1 VAGA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA.**

VALOR: R$ **10.000,00** (dez mil reais)

DATA: 17/11/2023

VIGÊNCIA: 17/11/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023

A Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste – MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº 012/2023, cuja abertura ocorreu às 08h00min do dia 17 de novembro de 2023, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Av. dos Imigrantes, n° 2.000, Centro, Glória D'Oeste, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada para Organização e Exploração de Eventos, compreendendo Locação de Estruturas, com Equipe de Apoio Operacional e Estrutura Completa, em Eventos e Festividades do Município de Glória D'Oeste – MT, em conformidade com o Termo de Referência. Sagrando-se vencedora a empresas abaixo :

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL
PEDRO BATISTA CORREIA LTDA	CNPJ : 07.367.271/ 0001-29	R$ 2.945. 958,00

A Ata Integral de Registro de Preços do Pregão supra referenciado, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste.

Glória D'Oeste/MT, 17 de novembro de 2023.

Sidinei da Silva - Pregoeiro

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2023 - SRP

A Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste/MT, comunica aos interessados a homologação do processo licitatório em epígrafe, que tem como objeto o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada para Organização e Exploração de Eventos, compreendendo Locação de Estruturas, com Equipe de Apoio Operacional e Estrutura Completa, em Eventos e Festividades do Município de Glória D'Oeste – MT, em conformidade com o Termo de Referência, a empresa :

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL
PEDRO BATISTA CORREIA LTDA	CNPJ : 07.367.271/ 0001-29	R$ 2.945. 958,00

Glória D'Oeste/MT, 17 de novembro de 2023.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

- Prefeita -

Publique – se.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2023 – SRP

Adjudico na forma da Lei nº 8.666/93, o objeto da licitação Pregão Presencial (SRP) nº 12/2023, referente ao Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada para Organização e Exploração de Eventos, compreendendo Locação de Estruturas, com Equipe de Apoio Operacional e Estrutura Completa, em Eventos e Festividades do Município de Glória D'Oeste – MT, em conformidade com o Termo de Referência. Considerando-se classificada, habilitada e vencedora em todos os itens a empresa :

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL
PEDRO BATISTA CORREIA LTDA	CNPJ : 07.367.271/ 0001-29	R$ 2.945. 958,00

Glória D'Oeste/MT, 17 de novembro de 2023.

Sidinei da Silva – Pregoeiro

EXTRATO DE CONTRATO N.º 127/2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA DE GLÓRIA D'OESTE - MT

CONTRATADA: ENGEVIAS ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA

OBJETO : Contratação de empresa para serviços de Sinalização Vertical e Horizontal de Vias Urbanas nos Bairros : Antonio Savone, Adevidon Vieira dos Santos e Arlindo Mateus da Costa do Município de Glória D'Oeste - MT.

VALOR GLOBAL : R$ 51.755,98

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA E RETIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Presencial nº 062-2023

Processo nº 527/2023

O município de **GUIRATINGA-MT**, através do Prefeito Municipal, torna público que a licitação namodalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO DE BUFFET, DECORAÇÃO E SERVIÇOS MUSICAIS, PARA AUTORIDADES E ACOMPANHANTES, COM CARDAPIO DEFENIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA, NO MUNICIPIO DE GUIRATINGA-MT**, **teve sua sessão pública remarcada para o dia 04/12/2023,** tendo em vista que houveram modificações no instrumento convocatório, no que diz respeito ao termo de referência, quantidade de pessoas abrangidas pelo buffet, bem como dos valores constantes do termo de referência. O Edital com a nova data de abertura e as alterações encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Guiratinga: www.guiratinga.mt.gov.br ou poderá ser solicitado através do e-mail: licitacaoguiratinga@hotmail.com. Maiores informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situada na Av. Rotary Internacional, n. º 944, Bairro Santa Maria Bertila, CEP: 78.760-000 ou pelo telefone: (66) 3431-1441.

No Termo de Referência do Pregão Presencial nº 062/2023:

Onde se lê:

LOTE 01 - SERVIÇOS DE DECORAÇÃO					
Item	**Descrição**	**Qtd**	**Unid**	**Valor Unit**	**Valor Total**
01	**SERVIÇOS DE DECORAÇÃO DE AMBIENTE – HALL DE ENTRADA: 01- ARCO REDONDO DE FLORES 02-APARADOR 02-ARRANJO 01-TAPETE SALAO DE FESTA 01-PERGOLATO 2-TAPETES 1-MESA BANDEJAS 02-MESAS MENORES DESCONSTRUIDO 01-CORDAO LAMPADA 10-BOLAS DE FLORES SUSPENSO SALA 01-SOFA 01-TAPETE 02-POLTRONAS 02-ARRANJOS DE ARIKANA 15-ARRANJOS MESAS CONVIDADOS SOM ILUMINAÇÃO 40 PONTOS DE LUZ**	**1,0000**	**SERV.**	**R$ 14. 166,6667**	**R$ 14. 166,6667**
02	**SERVIÇOS DE DECORAÇÃO PARA FORMATURA – O TEMA ESCOLHIDO PARA A DECORAÇÃO - (JARDIM ENCANTADO) COM OS ITENS ABAIXO RELACIONADO- 10- ARVORE DE BALAO 01- PERGALADO NO HOLL 01- PAREDAO NO CORREDOR 02- ARRANJOS NO CORREDOR 15- PONTOS DE LUZ NO CORREDOR 01- PAREDAO LATERAL DO PERGOLADO, LADO ESQUERDO E DIREITO 01- PAREDAO NO FUNDO DA QUADRA 01- PASSARELA VERDE 01-ENFEITE NAS LATERAIS DA PASSARELA 01-PAINEL DE FOLHAGEM ARTIFICIAL OU DE SAMAMBAIA 35 PONTOS DE LUZ PARA A QUADRA 04- COGUMELOS EM MDF PARA FOTO 18-BALOES SUSPENSOS TRANSPARENTES , COM FOLHAGEM NO TETO DE PERGOLADO**	**1,0000**	**SERV.**	**R$ 35. 842,3333**	**R$ 35. 842,3333**

(...)

LOTE 03 - SERVIÇOS DE BUFFET					
Item	Descrição	Qtd	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
01	BUFEET COMPLETO POR PESSOA (PARA 150 PESSOAS) – SERVIÇOS DE BUFEET PARA JANTAR -PRATO PRINCIPAL; ARROZ, SALADA VERDE VARIADA, LASANHADE FRANGO AO MOLHO QUATRO QUEIJOS, COXAO MOLE A PARMEGIANA, FILE DE FRANGO AO MOLHO ROSE. AGUA SEM GÁS, COCA COLA, GUARANA OBS.: COM MESAS E CADEIRAS DE FERRO , PRATO E TALHERES SOUPLAT, GUARDANAPO DE TECIDO, GARCOM EQUIPE DE COZINHA.	1,0000	SERV.	R$ 16. 650,00	R$ 16. 650,00

(...)

LEIA-SE:

LOTE 01 - SERVIÇOS DE DECORAÇÃO					
Item	Descrição	Qtd	Unid	Valor Unit	Valor Total
01	SERVIÇOS DE DECORAÇÃO DE AMBIENTE – HALL DE ENTRADA: 01- ARCO REDONDO DE FLORES 02-APARADOR 02-ARRANJO 01-TAPETE SALAO DE FESTA 01-PERGOLATO 2-TAPETES 1-MESA BANDEJAS 02-MESAS MENORES DESCONSTRUIDO 01-CORDAO LAMPADA 10-BOLAS DE FLORES SUSPENSO SALA 01-SOFA 01-TAPETE 02-POLTRONAS 02-ARRANJOS DE ARIKANA 15-ARRANJOS MESAS CONVIDADOS SOM ILUMINAÇÃO 40 PONTOS DE LUZ	1,0000	SERV.	R$ 14.833,33	R$ 14.833,33
02	SERVIÇOS DE DECORAÇÃO PARA FORMATURA – O TEMA ESCOLHIDO PARA A DECORAÇÃO - (JARDIM ENCANTADO) COM OS ITENS ABAIXO RELACIONA-DO- 10- ARVORE DE BALAO 01- PERGALADO NO HOLL 01- PAREDAO NO CORREDOR 02- ARRANJOS NO CORREDOR 15- PONTOS DE LUZ NO CORREDOR 01- PAREDAO LATERAL DO PERGOLADO, LADO ESQUERDO E DIREITO 01- PAREDAO NO FUNDO DA QUADRA 01- PASSARELA VERDE 01-ENFEITE NAS LATERAIS DA PASSARELA 01-PAINEL DE FOLHAGEM ARTIFICIAL OU DE SAMAMBAIA 35 PONTOS DE LUZ PARA A QUADRA 04- COGUMELOS EM MDF PARA FOTO 18-BALOES SUSPENSOS TRANSPARENTES , COM FOLHAGEM NO TETO DE PERGOLADO	1,0000	SERV.	R$ 35. 842,3333	R$ 35. 842,3333

(...)

LOTE 03 - SERVIÇOS DE BUFFET					
Item	Descrição	Qtd	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
01	BUFEET COMPLETO POR PESSOA (PARA 250 PESSOAS) – SERVIÇOS DE BUFEET PARA JANTAR -PRATO PRINCIPAL; ARROZ, SALADA VERDE VARIADA, LASANHADE FRANGO AO MOLHO QUATRO QUEIJOS, COXAO MOLE A PARMEGIANA, FILE DE FRANGO AO MOLHO ROSE. AGUA SEM GÁS, COCA COLA, GUARANA OBS.: COM MESAS E CADEIRAS DE FERRO , PRATO E TALHERES SOUPLAT, GUARDANAPO DE TECIDO, GARCOM EQUIPE DE COZINHA.	1,0000	SERV.	R$ 24. 600,00	R$ 24. 600,00

Guiratinga, 17/11/2023

WALDECI BARGA ROSA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEP. DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N° 007/2023

Nos termos do Art.43, inciso da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal de Itanhangá-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Pregoeira, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, **HOMOLOGA** o objeto da Licitação supracitada, que tem como vencedor abaixo e cujo objeto é:

OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIOS E FECHAMENTO DA COBERTURA DA QUADRA ESPORTIVA NA AGROVILA SIMIONE, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT"**

VENCEDOR:

Nome	CPF/CNPJ:
INVISTA CONSTRUTORA LTDA – ME	33.450.936/0001-73

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Itanhangá – MT, 17 de novembro de 2023.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEP. DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 003/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: CANAÃ NORTE RESÍDUOS LTDA – CNPJ: 09.610.754/0001-38.

OBJETO: "O presente Termo Aditivo tem por objetivo o acréscimo de valor ao contrato, em face do aumento do consumo dos serviços, alterando as cláusulas quinta, respectivamente, do contrato nº 003/2019"

VALOR: R$11.076,80 (onze mil setenta e seis reais e oitenta centavos)**DATA DE ASSINATURA:** 17/11/2023.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N°. 18/2023

PORTARIA N°. 18/2023

Sumula: "Resolve Conceder Férias a Servidora que Menciona e dá outras providências".

O Sr. ZILMAR ALBUQUERQUE RODRIGUES, Presidente da Câmara Municipal de Itanhangá, Estado do Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas no Regimento Interno em seu Art. 25 – Inciso VII Alínea (a).

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias regulares a Servidora **MARIA FABIANA HAMMEL**, lotada no quadro de Servidores Efetivos da Câmara Municipal de Itanhangá-MT, referente ao **período aquisitivo de 06/05/2020 a 05/05/2021, período de gozo 21/11/2023 a 19/12/2023.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itanhangá – MT, aos 17 dia do mês de novembro de 2023.

Registre – se

Publique - se

Cumpra - se.

Zilmar Albuquerque Rodrigues

Presidente

Câmara Municipal de Itanhangá.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2023 – SRP

A Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 055/2023, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, ferramentas e equipamentos para serem utilizados na manutenção das atividades de diversas secretarias do município de Itaúba/MT. Sagraram-se vencedoras as empresas:

EMPRESA	ITEM	VLR. TOTAL
J. V. COMERCIO DE TINTAS E	01, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26,	2.520.254,46
MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA inscrita no CNPJ 04.975.429/0001-55	27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 320, 321, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444	
CENTROESTE CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA inscrita no CNPJ01.089.243/0001-00	02, 03, 72, 73, 74, 75, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 104, 105, 131, 138, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 190, 235, 236, 237, 238, 239, 282, 283, 302, 303, 304, 319, 322, 323, 351, 352, 353	100.922,70

Itaúba/MT, em 17 de Novembro de 2023.

SERGIO PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Oficial

Publique-se

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2023

Contratante: Prefeitura Municipal de Itaúba – MT.

Contratada: ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA

Objeto: Prestação de servicos de fornecimento de licença de uso de software de sistema integrado de gestão pública municipal, totalmente web (sistema em nuvem), dispensando a instalação de qualquer programa, plug-in, emulador ou qualquer outro recurso tecnológico que seja requisito para inicializar o sistema, com acesso ilimitado de usuários e suporte técnico, operando com banco de dados relacional, para atender as necessidades da Prefeirura Municipal de Itaúba/MT, do Fundo Municipal de Previdencia Social dos Servidores Publicos do Municipio de Itaúba, da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba e da Câmara Municipal de Itaúba/MT

Valor: R$ 375.180,00 (Trezentos e setenta e cinco mil cento e oitenta reais)

Data de Assinatura: 14/02/2023

Vilson Blank Junior

Fiscal de Contrato

Portaria 110/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2023

A Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIGITAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA**, do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: **M R DA GRACA SOUZA - COMERCIO E REPRESENTACOES,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 43.195.850/0001-03** sagrou-se vencedoracom o valor total de **R$339.759,20** (trezentos e trinta e nove mil e setecentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos). **MAB COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 50.247.672/0001-74** sagrou-se vencedoracom o valor total de **R$194.700,00** (cento e noventa e quatro mil e setecentos reais). **MICROTECNICA INFORMATICA LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 01.590.728/0009-30** sagrou-se vencedoracom o valor total de **R$212.000,00** (duzentos e doze mil reais).

Itiquira/MT, em 17 de novembro de 2023.

FABIANO DALLA VALLE

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 481, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA N° 481, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

"***Substituir servidor que compõe a Comissão Permanente de Licitação para o exercício de 2023, deste Poder Executivo Municipal."***

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos IV e VI, e art. 95, inciso XXI, combinados com o art. 51 da Lei Federal n° 8.666, de 21/06/93, com as alterações impostas pelas Leis n° 8.883, de 08/06/94, e 9.648, de 27/05/98 – normas para licitações e contratos da Administração Pública, e

CONSIDERANDO a necessidade e a obrigatoriedade da instituição da Comissão Permanente de Licitação/CPL, em cumprimento à legislação epigrafada, atendendo às normas para licitações e contratos da Administração Pública, e de outras providências,

CONSIDERANDO a Composição da Comissão Permanente de Licitação para o exercício de 2023, por meio da **PORTARIA N° 015/2023 e PORTARIA Nº 195/2023,** e;

CONSIDERANDO a necessidade de substituição do servidor **MARCOS PAULO QUIRINO,**Membro da Comissão Permanente de Licitação, especificadamente para o Processo Administrativo nº 071/2023 – Inexigibilidade nº011/2023.

R E S O L V E:

Art. 1° - Substituir o Membro da Comissão Permanente de licitação, para o exercício de 2023, nomeado pelas Portarias nº 015/2023 e 195/2023, pela Servidora abaixo relacionada:

1 – LUCIANA GONÇALVES RIBEIRO

CPF: 046.***.***-14

COORDENADORA DO GABINETE DO PREFEITO – CGP

Art. 2° - A comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura para o exercício financeiro de 2023 passará a ter a seguinte composição:

1- AGUINALDO FURTADO DE MORAIS

CPF: 432.***.***-44

Presidente

2- CRISTIANE ROSSONI

CPF: 654.***.***-00

Secretaria

3- LUCIANA GONÇALVES RIBEIRO

CPF: 046.*.***-14**

Membro

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especificadamente a Portaria nº 015 de 11 de janeiro de 2023.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira-MT, 13 de novembro de 2023.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 010/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO 061/2023

RECONHEÇO E RATIFICO com base na Lei Federal de Licitação 8666/93, o processo de inexigibilidade nº 010/2023, oriundo do processo administrativo nº 61/2023, com fundamento no artigo 13 e 25 da lei 8666/93, para a empresa:**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PUBLICO PLENUM BRASIL LTDA,** opera com o CNPJ 21.650.715/0001-60 e tem sua sede localizada na Rua Espírito Santo, 1204 - Centro, CEP 30.160-033, Belo Horizonte-MG.

OBJETO: Capacitação de Pessoal, no cursode **"CURSO COMPLETO EM RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS: Imposto de Renda, ISSQN e Contribuições Sociais (Atualizado pela IN 2.145/2023)",** online, carga horária 12 horas, nos dias 21 e 22/11/2023, realizado pela empresa Instituto de Desenvolvimento Publico Plenum Brasil Ltda, Belo Horizonte, MG.

VALOR GLOBAL: R$ 1.290,00 (um mil e duzentos e noventa reais).

Itiquira-MT, 17 de novembro de 2023.

JOSÉ CARLOS BATISTA

Ver. Presidente

Gestão 2023/2024

CAMARA MUNICIPAL
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 00.176.362/0001-38, sediada na Rua João Batista Vidotti, N.º 407, Bairro Santo Antônio, CEP 78.790-000, Itiquira-MT, Telefone (065) 3491-1514, E-mail: secretaria@itiquira.leg.mt.br, neste ato representada pelo seu Presidente, o Vereador **JOSÉ CARLOS BATISTA**, matrícula funcional nº 390, em cumprimento à determinação do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no bojo do Processo nº 42366/2019, expede a presente **NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL** ao Sr. **TIAGO CAMPOS PEREIRA** (CPF nº 002.XXX.XXX-55) para que, nos termos do Acórdão nº 354/2023-PV, cuja cópia segue em anexo, efetue o pagamento da condenação determinada, a qual corresponde ao **montante de R$ 42.785,59 (quarenta e dois mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos)**, devidamente atualizado, em solidariedade com o Sr. Ronivon Silva Mingoti (CPF nº 617.XXX.XXX-15), em decorrência da caracterização do achado 03-KB 99, que

igualmente implicou prejuízo aos cofres da Câmara e afronta aos princípios administrativos constitucionais.

O **ressarcimento** deverá ser efetivado mediante depósito bancário ou PIX, conforme dados a seguir indicados, **no prazo de 15 (quinze) dias.**

CÂMARA MUNICIPAL DE IITIQUIRA-MT

Caixa Econômica Federal

Ag. 4465/006

Cc. 71006-6

CNPJ. 00.176.362/0001-38

Ou PIX: (CNPJ) 00.176.362/0001-38

Em caso de não atendimento da presente NOTIFICAÇÃO, serão tomadas as medidas legais, encaminhando o presente título executivo para a devida inscrição na dívida ativa do município e futura execução fiscal, se necessário.

Cordialmente,

Itiquira-MT, 16 de novembro de 2023.

José Carlos Batista

Presidente

(Gestão 2023/2024)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 051/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2023

A Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRAS**, do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: **KAY TECHNOLOGY COMERCIO DO BRASIL LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 17.178.243/0001-17** sagrou-se vencedoracom o valor total de **R$142.720,00** (cento e quarenta e dois mil e setecentos e vinte reais). **RF PRODUÇÕES ARTÍSTICAS,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 21.308.637/0001-10** sagrou-se vencedoracom o valor total de **R$6.590,00** (seis mil e quinhentos e noventa reais). **EFF COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 06.208.638/0001-07** sagrou-se vencedoracom o valor total de **R$1.711,00** (um mil e setecentos e onze reais). **NINJA PLACE,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 47.389.221/0001-67** sagrou-se vencedoracom o valor total de **R$152.247,81** (cento e cinquenta e dois mil e duzentos e quarenta e sete reais e oitenta e um centavos). **LDC TECNOLOGIA LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 48.378.321/0001-50** sagrou-se vencedoracom o valor total de **R$366.170,00** (trezentos e sessenta e seis mil e cento e setenta reais). **MAB COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 50.247.672/0001-74** sagrou-se vencedoracom o valor total de **R$38.431,30** (trinta e oito mil e quatrocentos e trinta e um reais e trinta centavos). **ZFP DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 21.271.068/0001-85** sagrou-se vencedoracom o valor total de **R$806,90** (oitocentos e seis reais e noventa centavos). **SHIGEMOTO & CIA LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 28.787.127/0001-11** sagrou-se vencedoracom o valor total de **R$2.462,95** (dois mil e quatrocentos e sessenta e dois reais e noventa e cinco centavos). **L N CASTAGNARO LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 45.687.323/0001-33** sagrou-se vencedoracom o valor total de **R$2.100,00** (dois mil e cem reais). **MARIA CRISTINA MATTEI,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 03.727.710/0001-06** sagrou-se vencedoracom o valor total de **R$872,00** (oitocentos e setenta e dois reais). **48.873.648 CAMILA EVANGELISTA SCARPARI,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 48.873.648/0001-07** sagrou-se vencedoracom o valor total de **R$4.463,03** (quatro mil e quatrocentos e sessenta e três reais e três centavos). **NH SOM AUDIO PROFISSIONAL LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 08.915.379/0001-71** sagrou-se vencedoracom o valor total de **R$32.266,11** (trinta e dois mil e duzentos e sessenta e seis reais e onze centavos). **AR6 LICITAÇÕES LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 43.727.845/0001-96** sagrou-se vencedoracom o valor total de **R$6.650,57** (seis mil e seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos). **EXPRESS PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 23.242.246/0001-75** sagrou-se vencedoracom o valor total de **R$2.466,00** (dois mil e quatrocentos e sessenta e seis reais). **LEILA ALVEZ CORDEIRO LUSA,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 44.227.505/0001-69** sagrou-se vencedoracom o valor total de **R$2.975,00** (dois mil e novecentos e setenta e cinco reais). **R3S TELECOMUNICAÇÕES LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 14.491.768/0001-10** sagrou-se vencedoracom o valor total de **R$4.319,64** (quatro mil e trezentos e dezenove reais e sessenta e quatro centavos). **BX DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 48.849.767/0001-16** sagrou-se vencedoracom o valor total de **R$16.434,00** (dezesseis mil e quatrocentos e trinta e quatro reais). **IMPÉRIO SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS E PÚBLICAS LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ nº 23.106.657/0001-33** sagrou-se vencedoracom o valor total de **R$1.400,00** (um mil e quatrocentos reais).

Itiquira/MT, em 17 de novembro de 2023.

FABIANO DALLA VALLE

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2023

EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2023

A Prefeitura Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, por meio da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2023, instituída através da Portaria nº 480/2023, visando atender necessidade temporária de interesse público, torna público a abertura de processo seletivo simplificado, conforme disposto no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e autorizado pela Lei Municipal de **nº 888 de 08 de abril de 2015**, regidos pelas normas constantes neste Edital:

1. ENTIDADE EXECUTORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

1.1. A realização deste processo seletivo simplificado ficará sob a responsabilidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA-MT., obedecendo às normas deste edital.

1.2. A Supervisão, Fiscalização e Acompanhamento ficará sob a responsabilidade da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo, instituída pela Portaria nº 480/2023.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições podem ser feitas pessoalmente, em data, horário e local informados no quadro abaixo:

Inscrições presenciais	**Início: 22/11/2023 no horário 07h às 11h e das 13hs ás 17hs, de segunda a sexta-feira.** **Término: 30/11/2023, às 17h.** **LOCAL PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS:** PAÇO MUNICIPAL ROSA PEREIRA CAMPOS, Praça Frei Liberato Keterrer, n.º311, Bairro - Centro, ITIQUIRA/MT INFORMAÇÕES:(65) 3491 – 1064/1061
Inscrições presenciais	**Início:22/11/2023 no horário 07h às 11h e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira.** **Término: 30/11/2023, às 17h.** **LOCAL PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS:** SUB Prefeitura Municipal em Ouro Branco do Sul,Avenida Zenaide Avena de Oliveira, Bairro – Ouro Branco do Sul, ITIQUIRA/MT INFORMAÇÕES:(65) 3492 – 1312
Os horários previstos neste edital seguem o horário local de ITIQUIRA – MT.	

2.2. Do procedimento específico para a inscrição presencial

2.2.1. Os candidatos deverão fazer inscrição presencial com auxílio de um servidor autorizado, **na Prefeitura Municipal de Itiquira, Praça Frei Liberato Keterrer, n.º 311, Bairro – Centro** e na **Sub Prefeitura Municipal em Ouro Branco do Sul, Avenida Zenaide Avena de Oliveira, em Ouro Branco do Sul - Itiquira/MT**.

2.2.2. No ato da inscrição presencial o candidato deverá:

a) Apresentar cópia e respectivo documento original de identidade que comprove a idade mínima de 18 (dezoito) anos.

b) Apresentar documento original contendo os dados necessários para o preenchimento do Requerimento de Inscrição;

c) Informar, obrigatoriamente, o número do seu Cadastro de Pessoa Física – CPF; caso não o possua, deverá solicitar aos órgãos competentes, de forma a obtê-lo antes do término do período de inscrição;

d) Prestar as informações para a inscrição, com clareza, diretamente ao servidor autorizado responsável.

2.2.3. Não recairá sobre o servidor autorizado a auxiliar o candidato em sua inscrição presencial qualquer responsabilidade quanto à escolha de cargos; portanto, o candidato deverá, antes, certificar-se do cargo para o qual estará se inscrevendo.

2.2.4. A inscrição presencial deverá ser feita pelo próprio candidato ou por procurador legalmente constituído, por meio de instrumento público ou particular de procuração, contendo poderes expressos para este fim.

2.2.5. Não serão permitidas duas inscrições para o mesmo candidato; caso ocorra, será validada a última inscrição, efetuada em data e hora mais recente.

2.3. Disposições gerais sobre as inscrições:

2.3.1. A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa concordância, por parte do candidato, de todas as condições, normas e exigências constantes deste edital.

2.3.2. O candidato que prestar informações inverídicas, além da desclassificação, estará sujeito às penalidades previstas em lei.

2.3.3. Caso o candidato não apresente a documentação necessária no ato da contratação ou se constate qualquer falsificação nas informações prestadas no ato da inscrição será desclassificado, sendo convocado o candidato imediatamente posterior, segundo a ordem de classificação.

2.4. Do Cartão de Identificação

2.4.1. No ato da inscrição o candidato receberá ou imprimirá o seu Cartão de Identificação, que apresentará no dia das provas, sendo de sua total responsabilidade as informações nele contidas, em especial os seguintes itens:

a) Nome;

b) Número do documento de identidade, sigla do órgão expedidor e Unidade da Federação emitente;

c) A categoria funcional a que irá concorrer.

2.4.2. Além dos dados acima, o candidato deverá tomar conhecimento de seu número de inscrição, do dia e horário da prova.

2.4.3. O local de realização da prova será divulgado em edital complementar específico para esse fim.

2.4.4. As informações complementares serão divulgadas no seguinte endereço eletrônico: **www.itiquira.mt.gov.br**

2.5. Das isenções da taxa de inscrição

Todos os candidatos serão isentos de taxa de inscrição.

3. DOS CARGOS E VAGAS OFERECIDOS E SUAS ESPECIFICAÇÕES

3.1. Os cargos e vagas estão distribuídos conforme Anexo I deste edital.

3.2. Os candidatos obrigam-se a prestar os serviços inerentes ao cargo escolhido, conforme tabela dos cargos e suas localidades constantes no Anexo I deste edital.

4. DAS PROVAS

4.1. Data e local das provas objetivas e práticas

4.1.1. As provas objetivas para todos os cargos serão realizadas no **dia 17 de dezembro de 2023,** no período matutino, das **08h às 11h**, nos locais a serem indicados em edital complementar específico, que estará disponível no mural da Prefeitura e no seguinte endereço eletrônico: www.itiquira.mt.gov.br**.**

4.1.2. As provas práticas para os cargos previstos neste edital serão realizadas no mesmo dia da prova objetiva no período vespertino a partir das 13h00min., nos locais a serem indicados em edital complementar específico, que estará disponível no mural da Prefeitura e no seguinte endereço eletrônico: www.itiquira.mt.gov.br

4.1.3. A pontuação máxima da prova prática é **10** pontos para o ensino médio e **10** pontos para o ensino fundamental.

4.1.3.1. Os critérios da prova prática serão estabelecidos no anexo II deste edital.

4.2. Das características das provas objetivas

4.2.1. As provas objetivas terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir do momento em que todas as informações forem prestadas aos candidatos.

4.2.2. A constituição das provas objetivas é a seguinte:

NÍVEL SUPERIOR

Cargos	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
Médico PSF/HOSPITAL *Nutricionista* *Odontólogo Especialista em Endodontia* *Engenheiro Civil* *Assistente Social* *Terapeuta Ocupacional* *Neoropedagogo* *Psicólogo* *Professor Nível II – Área de Ciências Humanas* *Professor Nível II – Área de Matemática* *Professor Nível II – Pedagogia* *Professor Nível II – Inglês* *Professor Nível II – Ciências Naturais* *Professor Nível II – Educação Física* *Professor Nível II – Língua Portuguesa*	*Língua Portuguesa com interpretação de texto*	*10*	30	1,00	30,00
	Conhecimentos Gerais	*10*			
	Conhecimentos Específicos	*10*			

NÍVEL MÉDIO

Cargos	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
Técnico em Raio X Instrutor Desportivo de Jiu Jitsu Cuidador Social Facilitador de Oficina de Artesanato Facilitador de Oficina de Crochê Facilitador de Oficina de Ballet Facilitador de Oficina de Dança Facilitador de Oficina de Instrumento Musical (Teclado) Facilitador de Oficina de Instrumento Musical (Violão) Facilitador de Oficina de Pintura de Tecido	Língua Portuguesa	10	30	1,00	30,00
	Conhecimentos Gerais	10			
	Conhecimentos Específicos	10			

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO E COMPLETO

Cargos	Disciplina	Número de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
Auxiliar de Serviços Gerais Motorista de Transporte Escolar Servente de Pedreiro Artífice de Copa e Cozinha Operador de Retroescavadeira Operador de Trator com Pneus Lubrificador Funileiro Guarda Motorista	Língua Portuguesa e Matemática	10	20	1,00	20,00
	Conhecimentos Gerais	05			
	Conhecimentos Específicos	05			

4.2.3. Todas as provas serão elaboradas com base nos conteúdos programáticos contidos no Anexo II deste edital.

4.3. Da realização das provas

4.3.1. O candidato deverá comparecer ao local de aplicação das provas com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos do horário especificado, trazendo caneta esferográfica de material transparente, de tinta azul ou preta, Cartão de Identificação/Comprovante de Inscrição e documento de identidade original.

4.3.2. Não será permitido ao candidato entrar no local das provas com outros objetos além daqueles exigidos no item anterior.

4.3.2.1. O fiscal de sala e a coordenação do processo seletivo não se responsabilizarão por danos ou desaparecimento de objetos, bolsas, celulares e outros objetos que forem deixados na sala pelos candidatos.

4.3.3. Somente será admitido na sala de provas o candidato que estiver munido de Cédula de Identidade original ou outro documento original, com foto, de igual valor legal, ou seja: carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe que tenha força de documento de identificação; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista ou Carteira de Motorista nos moldes atuais.

4.3.3.1. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato, sendo expressamente proibida a identificação de candidatos com documentos em fotocópia ou equivalentes.

4.3.3.2. Não será aceito protocolo ou qualquer outro documento como crachá; identidade funcional; título de eleitor ou outro diferente daqueles citados no item 4.3.3.

4.3.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas de candidatos que comparecerem sem documentos citados no item 4.3.3, mesmo que tenham solicitado a alguém que traga a documentação até o local de prova. Vencido o horário permitido, o candidato deverá retirar-se do espaço físico da local de aplicação de prova (escolas ou entidades estabelecidas).

4.3.5. Será sumariamente **eliminado** do processo seletivo o candidato que utilizar meios ilícitos para a execução das provas; perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido ou descortês para com qualquer um dos aplicadores, seus auxiliares ou autoridades; afastar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal, antes de ter concluído as mesmas; for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato ou pessoa, ou utilizando máquinas de calcular ou similar, telefone celular, livros, códigos, manuais, bonés e outros tipos de chapelaria, óculos escuros, impressos ou anotações, ou, após as provas, a utilização de processos ilícitos para a realização das mesmas, constatado por meio de perícia.

4.3.6. Não serão considerados aptos a fazerem as provas aqueles candidatos que estejam impossibilitados de comparecer aos locais determinados para a realização das mesmas.

4.3.7. Em hipótese alguma será admitida a entrada nos locais de provas de candidatos que se apresentarem após a hora determinada para o início das provas.

4.3.8. Nas provas objetivas só serão consideradas, para efeito de pontuação, as anotações constantes do Cartão de Resposta preenchido com caneta esferográfica confeccionada em material transparente, de tinta preta ou azul, não porosa.

4.3.9. No preenchimento do Cartão de Resposta é necessário que o campo correspondente à alternativa correta seja totalmente pintado, sob pena de anulação da questão não preenchida corretamente.

4.3.10. As questões respondidas incorretamente não anularão as questões respondidas corretamente.

4.3.11. As questões deixadas em branco, ou com mais de uma resposta, ou com rasuras, ainda que legíveis, serão consideradas nulas.

4.3.12. Os pontos, relativos às questões eventualmente anuladas por erro material quando da elaboração, serão atribuídos a todos os candidatos que prestarem a prova para aquele cargo.

4.3.13. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, eliminando-se o candidato faltoso.

4.3.14. O candidato, ao terminar as provas, deverá entregar ao fiscal o seu caderno de provas e o seu Cartão de Resposta.

4.3.15. O candidato que permanecer na sala pelo tempo mínimo de **02 (duas) horas** poderá levar consigo o caderno de provas.

4.3.16. O candidato que sair antes do horário acima mencionado terá oportunidade de retirar o caderno de provas no prazo de 02 (dois) dias, a partir do dia seguinte ao da aplicação da prova na sede da prefeitura no horário de expediente; após esse prazo os cadernos que não forem retirados serão incinerados.

4.3.17. O candidato deverá permanecer no mínimo por **uma hora** em sala após o início das provas, sob pena de eliminação, podendo sair apenas para ir ao banheiro, tomar água ou outros casos, devidamente acompanhado do fiscal.

4.3.18. Os 03 (três) últimos candidatos, obrigatoriamente, permanecerão na sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova, assinando ao sair o relatório dos fiscais de sala.

4.3.19. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento diferenciado para tal fim, deverá levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado. A amamentação dar-se-á nos momentos que se fizerem necessários.

4.3.20. Não haverá nenhum tipo de compensação em relação ao tempo de prova dispensado à amamentação. A falta de um acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova.

4.4. Do conteúdo programático das provas objetivas

4.4.1. Os programas das provas objetivas, nos quais constam as matérias a serem exigidas nas provas, fazem parte do Anexo II deste edital.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. Dos critérios de classificação

5.1.1. A classificação final dos candidatos se dará pela média aritmética das notas obtidas tanto na 1ª como na 2ª fase, conforme o caso, divulgando-se o resultado final em ordem decrescente.

5.1.2. O candidato classificado será mantido em cadastro durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado e poderá ser convocado em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento da convocação/nomeação através de jornal oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), no mural da Prefeitura Municipal de ITIQUIRA – MT e no seguinte endereço eletrônico: www.itiquira.mt.gov.br**.,** ocorrida durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado.

5.2. Da Prova de Títulos

5.2.1. Os cargos para os quais se admitirá prova de títulos são os de Nível Superior. A pontuação se dará da seguinte forma:

ORDEM	TÍTULOS	CONDIÇÃO	PONTO
01	Especialização	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Especialização com **carga horária igual ou superior a 360 horas-aulas.**	0,25
02	Mestrado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Mestrado.	0,50
03	Doutorado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Doutorado.	0,75

5.2.2. Na análise da Titulação Acadêmica, se for apresentado mais de um título em nível igual ou diferente, será computado apenas o título de maior pontuação.

5.2.3. Somente será considerado o título obtido na área correspondente ao cargo pretendido, desde que o mesmo esteja relacionado à Administração Pública.

5.2.4. A Titulação Acadêmica será feita mediante apresentação do respectivo comprovante em fotocópia legível e autenticada em cartório.

5.2.5. O ponto obtido na prova de títulos será somado à média aritmética das provas objetivas para efeito de classificação final.

5.2.6. Será aceito diploma, certificado de especialização, mestrado ou doutorado devidamente registrado, nos termos da legislação vigente.

5.2.7. Somente será computado o ponto da prova de títulos para os candidatos classificados.

5.2.8. Para a entrega dos diplomas/certificados previsto no item 5.2.6 deverá ser utilizado, para tanto, o Formulário para Apresentação de Títulos, o qual deverá ser solicitado ao servidor autorizado a fazer as inscrições no local indicado no sub item 2.2.1.

5.2.8.1. Os títulos deverão ser entregues em formulário próprio no endereço sub item 2.2.1 no período de **22/11/2023 a 30/11/2023**, devidamente **autenticado em cartório.** Não será aceito prova e título via fax, correio eletrônico ou fora do prazo pré-estabelecido.

5.3. Da desclassificação

5.3.1. Será considerado desclassificado do processo seletivo simplificado o candidato que:

a) Obtiver um percentual menor que **40% (quarenta por cento)** em cada uma das provas objetivas não específicas;

b) Obtiver um percentual menor que **40% (quarenta por cento)** na prova de Conhecimentos Específicos;

c) Obtiver um percentual menor que **40% (quarenta por cento)** na prova prática;

d) Ausentar-se de quaisquer das provas;

e) Descumprir as normas constantes deste edital ou as orientações dadas pela Equipe de Coordenação do Processo seletivo simplificado nº 002/2023;

f) Utilizar meios fraudulentos na realização das provas ou na apresentação de documentos ou, ainda, que seja flagrado com “cola” ou passando “cola” para outro candidato;

g) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;

h) Não entregar a documentação exigida no ato da contratação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato convocatório, ressalvados os casos permitidos por lei;

i) Não comprovar as informações prestadas no ato da inscrição;

j) Aprovado, não comparecer nos locais, prazos, horários e condições especificados nos atos de convocação.

5.4. Dos critérios de desempate na classificação

5.4.1. Havendo empate na contagem de pontos na classificação em qualquer cargo, serão obedecidos os critérios de desempate pela ordem a seguir:

a) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada.

b) candidato que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos (se houver);

c) candidato que obtiver maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;

d) candidato que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais;

e) candidato que obtiver maior nota na prova prática;

f) candidato que obtiver maior pontuação de títulos (se houver);

g) candidato que tiver mais idade.

6. DO RESULTADO FINAL

6.1. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2023 será homologado por decreto do Poder Executivo Municipal, observado o prazo legal para interposição de recursos, e será publicado no site www.itiquira.mt.gov.br e na Iimprensa Oficial do Município através de jornal Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), de forma resumida ou integral, a critério da Administração Pública; e ainda, no mural da Prefeitura Municipal de ITIQUIRA.

7. DA CONVOCAÇÃO, DA NOMEAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

7.1. Os candidatos aprovados serão convocados para contratação, atendendo às necessidades da Administração, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação, até o limite de vagas estabelecidas, criadas por lei durante a validade do processo seletivo.

7.2. Os candidatos classificados para cadastro de reserva serão mantidos em cadastro durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado e poderão ser convocados em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento das nomeações na Imprensa Oficial do Município, ocorrida durante o prazo de validade do processo seletivo simplificado.

7.3. Os candidatos aprovados serão convocados por edital publicado na Imprensa Oficial do Município e, facultativamente, na imprensa local a comparecerem em data, horário e local pré-estabelecidos para a contratação e receberem a designação do respectivo local de trabalho.

7.4. Para a contratação o candidato deverá apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria, que comprove o que segue abaixo:

7.4.1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

7.4.2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I, da CF/88);

7.4.3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

7.4.4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); e CPF

7.4.5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

7.4.6. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

7.4.7. Cartão do PIS/PASEP;

7.4.8. Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à contratação ou certidão de quitação de votação;

7.4.9. Título de Eleitor;

7.4.10. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

7.4.11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

7.4.12. Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido por médico do trabalho, indicado pela Prefeitura Municipal;

7.4.13. 02 (duas) fotos 3x4, coloridas e recentes;

7.4.14. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

7.4.15. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

7.4.16. Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar e/ou diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

7.4.17. Declaração contendo endereço residencial;

7.4.18. Declaração negativa de acúmulo ilegal de cargo público;

7.4.19. Declaração de Bens;

7.4.20. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

7.5. Os candidatos convocados farão exame médico admissional, que será realizado por uma Junta Médica do Município.

7.5.1. Os candidatos aprovados e convocados submeter-se-ão à inspeção médica atendendo legislação em vigor, observando o que segue.

7.5.2. A inspeção médica terá carater eliminatório.

7.5.3. O exame médico admissional correrá às expensas do candidato.

7.5.4. CPF dos dependentes maiores de 14 anos;

7.5.5. CPF do Pai e da Mãe;

7.5.6. Conta Corrente no Banco do Brasil S/A

7.5.7. Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

7.5.8. Todos os documentos apresentados deverão conter Original e Cópias para efetivação do Contrato

8. DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO

8.1. A nomeação dos candidatos aprovados será feita exclusivamente no Regime Jurídico Administrativo, instituído pela Lei Municipal Nº 803/2013 de 26 de novembro de 2013, sendo vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O presente processo seletivo simplificado terá prazo de validade de um ano, contados a partir de sua homologação, podendo ser prorrogado por decreto, exceto para o cargo de professores o qual terá validade vinculado ao calendário escolar do exercício de 2024

9.2. A inscrição neste processo seletivo, para todo e qualquer efeito de direito, expressa o conhecimento e a aceitação por parte do candidato de todas as normas constantes deste edital.

9.3. Caso ocorram desistências ou eliminações de candidatos convocados para a contratação, a Prefeitura Municipal de ITIQUIRA promoverá tantas convocações e contratações quantas julgar necessárias durante o período de validade do processo seletivo, dentre os candidatos classificados.

9.4. Será considerado desistente e, portanto, eliminado do processo seletivo o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas pela Administração para contratação, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

9.5. O candidato que, à época da contratação não comprovar que preenche os requisitos indispensáveis para o exercício legal do cargo para o qual foi aprovado, será considerado eliminado sumariamente, não podendo ser aproveitado para outro cargo.

9.6. A Prefeitura Municipal de ITIQUIRA poderá convocar, para o preenchimento de vagas surgidas no decorrer do prazo de validade deste processo seletivo, os candidatos classificados, observando-se o cargo e a ordem de classificação, rigorosamente.

9.7. A Prefeitura Municipal de ITIQUIRA fará divulgar, sempre que necessário, as normas complementares ao presente edital e avisos oficiais.

9.8. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações enquanto não for consumado o evento que lhe diz respeito.

9.9. Todas as publicações pertinentes a este processo seletivo, enquanto em andamento e até a divulgação do resultado, serão feitas no endereço eletrônico www.itiquira.mt.gov.br, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, bem como no Jornal Oficial do Município, sendo este o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (https://diariomunicipal.org/mt/amm/).

9.10.1. As publicações relativas à homologação do processo seletivo e à convocação dos aprovados serão tornadas públicas por meio da Imprensa Oficial do Município, no endereço eletrônico www.itiquira.mt.gov.br, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, sendo de responsabilidade da Prefeitura Municipal de ITIQUIRA a publicação e do candidato o acompanhamento de tais publicações.

9.10.2. Para a finalidade específica do subitem acima, considera-se órgão de Imprensa Oficial do Município o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (https://diariomunicipal.org/mt/amm/).

9.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Prefeitura Municipal de ITIQUIRA, em conjunto com a Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo seletivo simplificado nº 001/2021.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Do Cronograma de Execução do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2023.

DATAS PREVISTAS	EVENTOS
17/11/2023	Publicação do edital de abertura
21/11/2023	Prazo de impugnação do edital de abertura
22/11/2023 a 30/11/2023	Período de inscrições e protocolização da prova de títulos
06/12/2023	divulgação da listagem com confirmação de inscrição
07/12/2023 e 08/12/2023	Prazo de recurso de indeferimento de inscrição
11/12/2023	Homologação das inscrições
13/12/2023	Divulgação dos locais de prova
17/12/2023	Realização da prova objetiva e da prova prática
18/12/2023	Divulgação do Gabarito Preliminar após as 18 horas
19/12/2023 e 20/12/2023	Prazo de recursos contra o gabarito preliminar
02/01/2024	Divulgação do julgamento dos recursos contra a prova objetiva Divulgação do gabarito oficial
09/01/2024	Divulgação da classificação geral das provas objetivas e da prova prática
10/01/2024 e 11/01/2024	Prazo de recursos contra a classificação geral
15/01/2024	Julgamento dos recursos contra a classificação geral
16/01/2024	Divulgação do resultado geral para homologação do executivo

10.2. Dos Recursos

10.2.1. Admitir-se-à um único recurso por questão, para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões.

10.2.2.1. Os recursos deverão ser devidamente fundamentados, não sendo aceitos/analisados recursos sem argumentação plausível ou que não possuam de modo claro o requerimento do candidato.

10.2.3. Se do exame dos recursos resultar anulação de questão, o ponto a ela correspondente será atribuído a todos os candidatos, independentemente da formulação ou não de recurso.

10.2.4. Se, por força de decisão favorável às impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso da modificação decorrente das impugnações.

10.2.5. O recurso deverá ser apresentado em formulário específico disponibilizado no Anexo III deste edital, datilografado ou digitado, assinado pelo candidato, e protocolizado no endereço contido no sub item 2.2.1.

10.2.6. A decisão do recurso será dada a conhecer coletivamente por meio de edital complementar que será fixado no átrio da Prefeitura Municipal e dado conhecimento no site supracitado, na forma de retificação do gabarito ou do resultado, conforme o caso.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos pela COMISSÃO ORGANIZADORA E AVALIADORA DO PROCESSO SELETIVO 002/2023, juntamente com a Prefeitura Municipal de ITIQUIRA/MT.

ITIQUIRA – MT, aos 17 de novembro de 2023.

.....

Alessandra Dolores Sobrinho

Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado

N.º 002/2023

ANEXO I – DOS CARGOS E DAS VAGAS.

NÍVEL SUPERIOR

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipo de Prova	Remuneração Inicial R$	Carga Horária			
						Itiquira	OBS	Total
01	*Médico PSF/HOSPITAL*	Ensino Superior Completo na área, com Registro no Conselho de Classe	Objetiva + Prova de Títulos	13.145,19	*40h	01	-	01
	Nutricionista	Ensino Superior Completo na área, com Registro no Conselho de Classe	Objetiva + Prova de Títulos	3.286,28	*40h	01	-	01
	Odontólogo Especialista em Endodontia	Ensino Superior Completo na área, com Registro no Conselho de Classe + Especialidade em Endodontia	Objetiva + Prova de Títulos	5.476,96	40h	01	-	01
	Psicólogo	Ensino Superior Completo na área, com Registro no Conselho de Classe	Objetiva + Prova de Títulos	4.853,63	*40h	01**(CR)**	01**(CR)**	02

	Terapeuta Ocupacional	Ensino Superior Completo na área, com Registro no Conselho de Classe	Objetiva + Prova de Títulos	4.853,63	30h	01	-	01
	Neoropedagogo (Caps)	Ensino Superior Completo em Pedagogia com Especialização em Neuropedagogia	Objetiva + Prova de Títulos	4.853,63	40h	01	-	01
	Engenheiro Civil	Ensino Superior Completo na área, com Registro no Conselho de Classe	Objetiva + Prova de Títulos	5.476,96	40h	01	-	01
	Assistente Social	Ensino Superior Completo na área, com Registro no Conselho de Classe	Objetiva + Prova de Títulos	4.853,63	40h	01(CR)	01(CR)	02
	Professor Nível II – Área de Ciências Humanas	Ensino Superior Completo em História ou Geografia.	Objetiva + Prova de Títulos	3.849,62	30h	01(CR)		01
	Professor Nível II – Área de Matemática	Ensino Superior Completo na Área de Matemática	Objetiva + Prova de Títulos	3.849,62	30h	1(CR)	1(CR)	02
	Professor Nível II – Pedagogia	Ensino Superior Completo na Área de Pedagogia ou Normal Superior	Objetiva + Prova de Títulos	3.849,62	30h	05(CR)	04(CR)	09
	Professor Nível II – Inglês	Ensino Superior Completo na Área de Letras/Inglês	Objetiva + Prova de Títulos	3.849,62	30h	1(CR)	01(CR)	02
	Professor Nível II – Área de Ciências Naturais	Ensino Superior Completo na Área de Ciências Naturais	Objetiva + Prova de Títulos	3.849,62	30h	1	1	2
	Professor Nível II – Área de Língua Portuguesa	Ensino Superior Completo na Área de Letras	Objetiva + Prova de Títulos	3.849,62	30h	1 CR	1 CR	2
	Professor Nível II – Área de Educação Física	Ensino Superior Completo, com Registro no Conselho de Classe	Objetiva + Prova de Títulos	3.849,62	30h	1 CR	1	2
	Orientador Social	Ensino Superior Completo na área de Educação (Licenciatura), Ciências Social, Psicologia, Serviços Social.	Objetiva + Prova de Títulos	R$3.286,28	40h	1	-	1

.016,20ia de Educaç NÍVEL MÉDIO

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipo de Prova	Remuneração Inicial R$	Carga Horária			
						Itiquira	OBS	Total
	Técnico em Raio X	Ensino Médio Completo Curso Técnico em Raio X	Objetiva	2.254,31	*40h	01(CR)	01(CR)	02
	Instrutor Desportivo de Jiu Jitsu	Ensino Médio Completo; Certificado de Conclusão de curso de Jiu Jitsu, no mínimo Faixa Roxa; Filiação na Federação/Confederação competente.	Prova Objetivo + Prova Prática	1.923,90	40h		01	01
	Cuidador Social	Ensino Médio Completo	Prova Objetiva	1.923,90	40 h	2 CR	2CR	4 CR
	Facilitador de Oficina de Artesanato	Ensino Médio Completo	Prova Objetivo + Prova Prática	1.923,90	40h	01	01	02
	Facilitador de Oficina de Crochê	Ensino Médio Completo	Prova Objetivo + Prova Prática	1.923,90	40h	01	01	02
	Facilitador de Oficina de Ballet	Ensino Médio Completo	Prova Objetivo + Prova Prática	1.923,90	12h	01	01	02
	Facilitador de Oficina de Dança	Ensino Médio Completo	Prova Objetivo + Prova Prática	1.923,90	40h	01	01	02
	Facilitador de Oficina de Instrumento Musical(Violão)	Ensino Médio Completo	Prova Objetivo + Prova Prática	1.923,90	40h	01	01	02
	Facilitador de Oficina de Instrumento Musical(teclado)	Ensino Médio Completo	Prova Objetivo + Prova Prática	1.923,90	40h	01	01	02
	Facilitador de Oficina de Pintura de Tecido	Ensino Médio Completo	Prova Objetivo + Prova Prática	1.923,90	40h	01	01	02

.016,20ia de Educaç NÍVEL FUNDAMENTAL

Nº	CARGOS	Requisitos	Tipo de Prova	Remuneração Inicial R$	Carga Horária			
						Itiquira	OBS	Total
	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva + Aptidão Física	1.231,90 + Complemento Constitucional	*40h	-	03	03
	Motorista	Ensino Fundamental Incompleto+ CNH D ou Superior	Objetiva + Prova Prática	1.579,11	*40h	5	2	07
	Motorista de Transporte Escolar	Ensino Fundamental Incompleto+ CNH D ou Superior	Objetiva + Prova Pratica	2.254,31	40h	1 CR	1 CR	02
	Servente de Pedreiro	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva + Prova Prática	1.231,90 + Complemento Constitucional	40h	01	01	02
	Pedreiro	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva + Prova Pratica	1.537,59	40h	03(CR)	03	06

	Artífice de Copa /Cozinha	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva	1.231,90 + Complemento Constitucional	*40h	04	02	06
	Operador de Retroescavadeira	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva + Prova Prática	2.515,40	40h	01	01	02
	Operador de Trator com Pneus	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva + Prova Prática	2,254,31	40h	01(CR)	-	01
	Lubrificador	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva + Prova Prática	1.231,90 + Complemento Constitucional	40h	01	01	02
	Funileiro	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva + Prova Prática	1.780.62	40h	01	-	01
	Guarda	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva	1.231,90 + Complemento Constitucional	40h	01	01	02

*** 40h semanais ou sob regime de plantões conforme interesse de administração.**

NOTA: OBS-Ouro Branco do Sul

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO.

O conteúdo programático das provas do Processo Seletivo nº 001/2021 da Prefeitura Municipal de ITIQUIRA – MT está distribuído em grupos por grau de escolaridade, de acordo com as disposições deste anexo.

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

As provas objetivas serão elaboradas de acordo com a composição estabelecida no edital para cada cargo e consistirão em:

1. Língua Portuguesa;

2. Matemática;

3. Conhecimentos Gerais;

4. Conhecimentos Específicos.

LINGUA PORTUGUESA - Para todos os cargos deste grupo

1. Interpretação de texto; 2. Sinônimo e antônimo; 3. Ortografia; 4. Divisão silábica; 5. Acentuação gráfica; 6. Pontuação; 7. Classe de palavras: (classificação e uso) substantivo, artigo, adjetivo, preposição, pronome, numeral e verbo.

Nova Ortografia: Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

CONHECIMENTOS DE MATEMÁTICA - Para todos os cargos deste grupo

1. Operações aritméticas fundamentais: adição; subtração; multiplicação; divisão; 2. Operações com números inteiros e números fracionários e problemas envolvendo as operações fundamentais; 3. Frações; 4. Números decimais.

CONHECIMENTOS GERAIS - Para todos os cargos deste grupo

1. História do Estado de Mato Grosso: Geografia do Estado de Mato Grosso: os municípios de mato grosso; localização geográfica; os componentes do meio físico e suas relações: relevo, clima, hidrografia e vegetação; 2. Município de Itiquira: aspectos históricos, geográficos, econômicos, políticos, sociais e outros; Poderes Legislativo e Executivo; 6. Atualidades: conhecimentos sobre os fatos atuais do mundo, do País, do Estado de Mato Grosso e do Município de Itiquira adquiridos através dos meios de comunicação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Auxiliar de Serviços Gerais - 1. Limpeza de pisos, tapetes, móveis e objetos diversos; 2. Limpeza de paredes, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças e persianas; limpeza de ralos, caixa de gordura, vasos e pias; 3. Polimento de objetos, peças e placas de metal; 4. Uso e cuidados com materiais de limpeza e higiene, detergente, desinfetante e defensivo; 5. Prevenção de acidentes; 6. Atitudes no serviço; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; 7. Materiais utilizados na limpeza em geral; 8. Noções básicas de limpeza de prédios públicos; 9. Comportamento; 10. Comunicação; 11. Higiene Pessoal: Bem-estar físico, mental e social e aparência pessoal; 12. EPIs e EPCs; 13. O que é e como deve ser a limpeza profissional; 14. Tipos de Limpeza; 15. Produtos, máquinas, equipamentos e acessórios de limpeza adequados. 16. Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo.

Aptidão Física: Conforme anexo IV

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 827/2014.

Motorista de Transporte Escolar: Conduzir veículos destinados ao transporte de passageiros (escolares), transpor alunos e/ou servidores do município, zelar pelo cuidado dos passageiros/alunos, cumprir horários estabelecidos; dirigir automóvel, ônibus, caminhão, camioneta e outros, dentro ou fora do perímetro urbano, suburbano ou rural; transpor alunos e/ou servidores do município; zelar pelo cuidado aos passageiros/alunos; cumprir horários estabelecidos; transportar cargas, entregando-as nos locais de serviço ou de depósito; carregar, descarregar e conferir mercadorias transportadas; fazer a limpeza, cuidar da conservação do veículo e fazer pequenos reparos de emergência; desempenhar tarefas afins.

Motorista - CNH Categoria D ou Superior: 1. Legislação de trânsito: regras gerais de circulação; regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; 2. Classificação das vias; deveres e proibições; 3. Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; 4. Principais crimes e contravenções de trânsito; 5. Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; 6. Tipos de sinalização; placas de regulamentação; advertência e indicação; sinais luminosos; 7. Conhecimento de defeitos simples do motor; 8. Procedimentos corretos para economizar combustível; 9. Cuidados necessários para conservar o veículo em boas condições mecânicas; 10. Conhecimento básico sobre sistema de freios; defeitos simples do sistema elétrico; 11. Porte de documentos obrigatórios do veículo e do condutor; 12. Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público mu-

nicipal; atitudes no serviço; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; 13. Segurança do trabalho e prevenção de acidentes e incêndio.

Prova Prática - Serão testados os conhecimentos práticos e operacionais do candidato, como realização de manobras e procedimentos práticos de funcionamento. **ESTE CARGO TEM COMO PRÉ-REQUISITO O PORTE DE CNH COM CATEGORIA "D", DEVENDO O CANDIDATO APRESENTAR A RESPECTIVA HABILITAÇÃO QUANDO DA REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA, SOB PENA DE NÃO PODER REALIZAR A PROVA PRÁTICA.**

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 827/2014.

Servente de Pedreiro- 1. Uso e cuidados com as ferramentas, máquinas e equipamentos de seu uso no trabalho; 2. Execução de obras de alvenaria; 3. Assentamento de tijolos, pedras, ladrilhos e cerâmicas; 4. Execução de reparos em paredes, tetos, telhados e rebocos; 5. Montagem de caixilhos de ferro, arame e solda para construir armação; 6. Aplicação de concreto; 7. Prevenção de acidentes no trabalho; 8. Regras de hierarquias no serviço público; 9. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; 10. Zelo pelo patrimônio público.

Prova prática: Serão testados os conhecimentos práticos e operacionais do candidato, como realização de serviços de alvenaria e outros correlatos ao cargo.

Artífice de Copa/Cozinha - Consultar a técnica em nutrição sobre os cardápios adequados, preparar e cozinhar alimentos, responsabilizar-se pela cozinha, preparar dietas e refeições de acordo com os cardápios estipulados pela técnica em nutrição, encarregar-se da guarda e conversão de alimentos distribuidor, fiscalizar e orientar os trabalhos dos auxiliadores, supervisionar os serviços de limpeza, zelando pela conversação e higiene dos equipamentos e instrumentos de cozinha

Operador de Trator com Pneu - Peças e ferramentas convencionais; sistemas de direção (convencional, direção hidráulica); sistemas de freios: funcionamento de freios , feios mecânicos, sistema hidráulicos, cilindros; suspensão: molas e amortecedores; rodas e pneus; desgaste de pneus; geometria de eixo; motores a explosão: tipos de motores (elementos essenciais dos motores, ignição); sistema de motor diesel (sistema de injeção; bomba; filtragem de óleo, lubrificação, sistema de refrigeração, partida, freio-motor, graxas para rolamento, manutenção e lubrificação); operação prática com máquinas e equipamentos. Código de Trânsito (artigos: 26 a 71, 80 a 90, 91 a 95, 144, 161 a 255 e artigos 256 a 268). Direção Defensiva. Primeiros Socorros. Cargas Perigosas. Placas de Sinalização. Equipamentos obrigatórios. Código de Trânsito Brasileiro. Manutenção e reparos no veículo. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Procedimento de operações. Verificações diárias. Manutenção periódica. Ajustes. Diagnóstico de falhas. Engrenagens. Simbologia.

Prova prática: Serão testados os conhecimentos práticos e operacionais do candidato, como realização de manobras e procedimentos práticos de funcionamento, sendo o equipamento a ser utilizado, a máquina do respectivo cargo.

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 827/2014.

Operador de Retroescavadeira - Compreende as atribuições que se destinam a operar escavadeira nos serviços realizados pelo Município, que exijam sua utilização, assim como remover solo e material orgânico; drenar solos; executar a construção de aterros; realizar escavação; inspecionar as condições operacionais dos equipamentos; zelar pela manutenção da máquina; respeitar as normas técnicas e os regulamentos do serviço; planejar o trabalho e realizar manutenção básica da escavadeira; executar outras atribuições afins;

Prova prática: Serão testados os conhecimentos práticos e operacionais do candidato, como realização de manobras e procedimentos práticos de funcionamento, sendo o equipamento a ser utilizado, a máquina do respectivo cargo.

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 827/2014

Lubrificador - Equipamentos e materiais utilizados na atividade. Diferentes processos de execução. Noções básicas de higiene: pessoal, ambiental, de utensílios e equipamentos. Noções de segurança do trabalho: acidentes do trabalho, conceitos, causas e prevenção; Normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos de proteção. Desenvolvimento de atividades relacionadas com a execução do serviço de lavador. Convivência com os superiores, com os colegas de trabalhos e com o público; Bom trato com os bens públicos.

Prova prática: Serão testados os conhecimentos práticos e operacionais do candidato, como realização de serviços correlatos ao cargo.

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 827/2014.

Funileiro. Processo de desamassamento de superfícies; Pintura automotiva; Processo de acabamento de superfícies; Montagem e desmontagem de carrocerias; Remoção parcial ou total da carroceria; Montagem do esquadro hidráulico; Montagem da plataforma de alinhamento; Proteção ao meio ambiente; Utilização de materiais de conservação, descarte e impactos ambientais; Processo de Soldagem Oxiacetilência; Processo de soldagem ponto por resistência; Soldagem de chapas de aço; Montagens de carroceria e equipamentos.

Atribuições do Cargo -1. Retirar e desmontar veículos; 2. Reparar peças danificadas; 3. Manusear instrumentos manuais e elétricos; 4. Zelar pela conservação e guarda das ferramentas, instrumentos, máquinas e equipamentos utilizados;5. Velar pela guarda, conservação. higiene e economia dos materiais a si confiados, recolhendo-os e armazenando-os adequadamente ao final de cada expediente;6. Primar pela qualidade dos serviços executados;7. Guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço publico;8. Apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise;9. Exercer outras funções afins e correlatas ao cargo que lhes forem solicitadas pelo superior hierárquico.

Prova prática: Serão testados os conhecimentos práticos e operacionais do candidato, como realização de serviços correlatos ao cargo.

Guarda: 1. Atividades de nível médio, relacionadas com a vigilância das repartições públicas; 2. Fazer ronda de inspeção em intervalos fixados, adotando providências pendentes e evitar roubos; 3. Incêndios e danificações nos edifícios e materiais sob sua guarda; 4. Fiscalizar a entrada e saída de pessoas e veículos, pelos portões ou portas de acesso ao local que estiver sob sua responsabilidade; 4. Verificar as autorizações para o ingresso nos referidos locais e vedar a entrada de pessoas não autorizadas; 5. Verificar se as portas e janelas estão devidamente fechadas; 6. Investigar quaisquer

condições anormais que tenha observado; 7. Solicitar quando for o caso, identificação ou autorização de pessoas para ingresso nas repartições públicas; 8. Zelar pela ordem e segurança da área sob sua responsabilidade; 9. Comunicar à autoridade competente as irregularidades de que tiver conhecimento; 10. Manter vigilância permanente nos locais de acesso ao público, durante o expediente das repartições; 11. Executar outras tarefas semelhantes.

ENSINO MÉDIO COMPLETO

As provas objetivas para os cargos de nível médio serão elaboradas de acordo com a composição estabelecida no edital para cada cargo e consistirão em:

Língua Portuguesa; Conhecimentos Gerais; Conhecimentos Específicos.

LINGUA PORTUGUESA – Para todos os cargos

1. Interpretação de texto; 2. Uso informal e formal da língua; uso da língua e adequação ao contexto, norma culta; 3. Elementos da comunicação e funções da Linguagem; 4. Significação de palavras: antonímia, sinonímia, homonímia, paronímia. Polissemia. Denotação e conotação. 5. Ortografia; 6. Classes de palavras; 7. Estrutura e formação de palavras. 8. Acentuação gráfica e tônica. 9. Sintaxe: oração e período, tipos de sujeito, tipos de predicado, processos de coordenação e subordinação, regência nominal e verbal, crase, concordância nominal e verbal, pontuação. **Nova Ortografia:** mudanças no alfabeto, mudanças nas regras de acentuação, uso do hífen.

capacidade, tempo e volume.

CONHECIMENTOS GERAIS - Para todos os cargos

História Política e Econômica de Mato Grosso: 1. Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá, 1.1. Fundação de Cuiabá, 1.2. Idéias de administradores e primeiros desentendimentos, 1.3. Rodrigo César e o ouro de Cuiabá; 1.4. Os Lemes; 1.5. Índios Paiaguás; 1.6. Fundação de Vila Bela; 1.7. Capitães-generais de 1748 a 1821; 1.8. Forte de Coimbra; 1.9. Mato Grosso no Primeiro Império; 1.10. A Rusga; 1.11. Os Alencastro. 1.12. Mato Grosso na guerra do Paraguai; 1.13. Divisão do Estado.

Geografia de Mato Grosso: 1.1. Mato Grosso e a região Centro-Oeste; 1.2. Geopolítica de Mato Grosso; 1.3. Ocupação do território; 1.4. Aspectos físicos e domínios naturais do espaço mato-grossense; 1.5. Aspectos socioeconômicos de Mato Grosso; 1.6. Dinâmica da população em Mato Grosso; 1.7. Programas governamentais e fronteira agrícola mato-grossense; 1.8. A economia do Estado no contexto nacional; 1.9. A urbanização do Estado; 1. 10. Produção e as questões ambientais.

História do Município de ITIQUIRA: 1.1. Aspectos históricos e geográficos; 1.2. Aspectos econômicos e sociais; 1.3. Executivo e Legislativo Estadual e Municipal; 1.4. Atualidades gerais: político, econômico, social e ambiental.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS;

Técnico em Raio X - Física da Radiação (Natureza, Produção e Propriedades dos Raios X); Constituição e Funcionamento dos Aparelhos de Raios X; Constituição dos Tubos Formadores de Raios X; Unidade de dose e dosimetria; Filmes Radiográficos e Processamento Radiográfico; Fatores que influem na formação das imagens radiográficas; Os efeitos biológicos e os riscos associados aos Raios X; Radioproteção; Técnicas Radiográficas na Rotina Médica; Anatomia Radiográfica das principais incidências médicas; Técnicas Radiográficas Odontológicas; Anatomia Radiográfica das principais incidências odontológicas; Erros nas radiografias; Garantia de qualidade. SUS: Organização dos serviços de saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e controle social. Organização da gestão, financiamento e legislação do SUS. Saúde complementar. Planejamento e programação local de saúde. Políticas Nacionais na área da saúde: Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Saúde Ambiental; Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Promoção da Saúde. Epidemiologia e Indicadores de Saúde. Sistemas de Informação em Saúde. Vigilância epidemiológica e Doenças de Notificação Compulsória. Educação em saúde.

Instrutor Desportivo de Jiu Jitsu - Saúde e Qualidade de vida: Promoção da saúde como forma de interferência

na vida cotidiana pessoal, do trabalhador e do lazer. Parâmetros Curriculares: Relacionados a conteúdos de ensino: modalidades esportivas coletivas e individuais, jogos, ginástica, lutas, danças, atividades rítmicas, lazer, recreação. Relacionados à organização do ensino: avaliação, metodologia de ensino. Contexto sócio-cultural: gênero, cultura, cidadania, formação para o trabalho. Pluralidade do esporte: modalidades esportivas coletivas e individuais, esporte Educacional, de Rendimento e de Participação.

Desporto de Jiu Jitsu: técnicas fundamentais e regras oficiais de Jiu Jitsu, princípios didáticos pedagógicos para o processo de ensino e aprendizagem, fisiologia do exercício, métodos de treinamento desportivo, aplicação de testes para diferentes capacidades físicas, atividade esportiva na infância e adolescência, aprendizagem e psicomotricidade.

Atribuições do Cargo : Descrição sumária: Compreende as funções que se destinam realizar trabalhos socioesportivas, com os alunos matriculados nas aulas de Jiu Jitsu. **Descrição Detalhada:** Cooperar o com Técnico Desportivo de Jiu Jitsu durante a realização das aulas; Zelar pela preservação e manutenção do material esportivo, quadra e documentos pertinentes ás aulas; Incentivar a prática do FAIR PLAY em todas as categorias a fim de desenvolver o conceito do cidadão atleta; Fazer o registro de frequência diária preenchendo a lista de chamada e mantê-la sempre atualizada; Organizar e operacionalizar eventos para captar e reter usuários de sua área, inclusive aos finais de semana, acompanhando-os em mostras e competições bem como participar de eventos promovidos, inclusive nos finais de semana.

Facilitador de oficina de Artesanato: Organizar e coordenar as atividades sistemáticas com materiais de artesanato reciclados estimulando a criatividade de crianças, adolescentes, adultos e idosos participantes; coordenar e fiscalizar o manuseio do material utilizado para os trabalhos, zelando pela conservação do patrimônio e dos equipamentos disponíveis; atuar ética e profissionalmente; registrar a frequência diária dos aprendizes; Realizar atividades desenvolvendo as técnicas de biscuit, bordado em chinelo, bijuterias, decoupagem, reciclagem, e outros de acordo com a especifidadedo artesão e a necessidade do projeto; estimular o desenvolvimento nos alunos de diversas possibilidades de artes manuais, fornecendo técnicas e conceitos sobre materiais, ferramentas diversas e estilos; realizar planejamento das oficinas e desenvolver integralmente os conteúdos e atividades registrados no planejamento; fomentar a participação democrática dos aprendizes avaliando seu desempenho; participar dos eventos da Secretária Municipal de Assistência Social e suas unidades; Participar das atividades de planejamento, sistematização e avaliação juntamente com a equipe de trabalho.

Facilitador de Oficina de Crochê: organizar e coordenar as atividades sistemáticas de crochê, estimular a criatividade de jovens e idosos participantes; coordenar e fiscalizar o manuseio do material utilizados para os trabalhos, zelando pela conservação do patrimônio e dos equipamentos disponíveis; atuar ética e profissionalmente; registrar a frequência diária dos participantes; realizar atividades desenvolvendo as técnicas do crochê; realizar planejamento das oficinas e desenvolver integralmente os conteúdos e atividade registradas no planejamento; fomentar a participação democrática dos aprendizes avaliando seu desempenho; participar dos eventos realizados pela secretaria de Assistência Social e suas unidades; participar das atividades de capacitação, quando solicitados; participar em atividades de planejamento, sistematização e avaliação juntamente com a equipe de trabalho.

Facilitador de Oficina de Ballet: organizar e coordenar as atividades sistemáticas com técnicas de ginastica de solo, estimulando o desenvolvimento corporal, atuando com as crianças e adolescentes participantes; coordenar e fiscalizar o manuseio do material utilizado para os trabalhos, zelando pela conservação do patrimônio e dos equipamentos disponíveis; atuar de forma ética e profissionalmente; registrar a frequência diária dos participantes; realizar planejamento das oficinas e desenvolver integralmente os conteúdos e atividades registradas no planejamento; planejar e organizar apresentação cultural; fomentar a participação democrática dos aprendizes avaliando seu desempenho; participar de eventos da Secretária de Assistência Social e suas unidades; Participar das atividades de capacitação, quando solicitados; participar em atividades de planejamento, sistematização e avaliação juntamente com a equipe de trabalho.

Facilitador de Oficina de Dança: organizar e coordenar as atividades sistemáticas com danças, estimulando o desenvolvimento corporal, atuando com crianças, adolescentes e idosos; coordenar e fiscalizar o manuseio do material utilizado para os trabalhos, zelando pela conservação do patrimônio e dos equipamentos disponíveis; atuar de forma ética e profissionalmente; registrar a frequência diária dos participantes; realizar atividades desenvolvendo as técnicas de dança de salão e jazz entre outras. Realizar atividades que despertem a consciência para o valor da dança enquanto atividades física, cultural e de lazer que desenvolve o domínio do movimento através de habilidades motoras especificas e a autoconsciência do corpo por meio da sensibilidade sinestésica; introduzir novas abordagens sobre a dança artística e teatral, em consonância com a demanda atual da área; realizar planejamento das oficinas e desenvolver integralmente os conteúdos e atividades registradas no planejamento; planejar e organizar apresentação cultural; fomentar a participação democrática dos aprendizes avaliando seu desempenho; participar dos eventos da Secretária Municipal de Assistência e suas unidades; participar das atividades de capacitação, quando solicitado; participar em atividades de planejamento, sistematização e avaliação juntamente com a equipe de trabalho.

Facilitador de Oficina de Instrumento Musical (Teclado): Realizar atividades desenvolvendo as áreas de musicalização de teclado estimulando as crianças e adolescentes participantes; possibilitar ao aluno compreensão e apreensão sobre os princípios fundamentais da música e as técnicas corretas para a execução do teclado, demonstrando na prática a sua execução e o desenvolvimento de habilidades bem como a conservação do patrimônio e dos equipamentos disponíveis; atuar ética e profissionalmente; realizar planejamento das oficinas e desenvolver integralmente os conteúdos e atividades registradas no planejamento; planejar e organizar apresentação cultural; fomentar a participação democrática dos aprendizes avaliando seu desempenho; participar dos eventos da secretária municipal de Assistência Social e suas unidades; participar das atividades de capacitação, quando solicitado; participar em atividades de planejamento, sistematização e avaliação juntamente com a equipe de trabalho.

Facilitador de Oficina de Instrumento musical (Violão): realizar atividades desenvolvimento as áreas de musicalização do violão popular: escalas, intervalos, formação de acordes, campos harmônicos, ditados melódicos e rítmicos; coordenar e fiscalizar o manuseio do material utilizado para os trabalhos, zelando pela conservação do patrimônio e dos equipamentos disponíveis; Atuar ética e profissionalmente; registrar a frequência diária dos participantes; realizar planejamento das oficinas e desenvolver integralmente os conteúdos e organizar apresentação cultural; fomentar a participação democrática dos aprendizes avaliando seu desempenho; participar dos eventos da secretaria municipal de assistência social e suas unidades; participar das atividades de capacitação, quando solicitados; participar em atividades de planejamento, sistematização e avaliação juntamente com a equipe de trabalho.

Facilitador de Oficina de Pintura em Tecido: apresentar os fundamentos da pintura em tecido e suas diversas técnicas; introdução de matérias, todas as dicas para uso e cuidados; preenchendo espaços com transição de cores, sombreado, iluminar, base, fundo, composição de estêncil, luz seca e retoques; proporcionar aos participantes a oportunidade de explorar sua criatividade e desenvolver suas habilidades artísticas; fornecer aos participantes uma base sólida para continuar a explorar a pintura em tecido por conta própria; explanar sobre diferentes técnicas de pintura em tecido, como o bordado, o ponto cruz e a pintura em tela; desenvolver habilidades básicas em cada técnica, incluindo a escolha de materiais, a criação de desenhos e a aplicação de tinta; organizar aulas teóricas incluirão apresentações sobre os fundamentos da pintura em tecido, incluindo a história da arte, as diferentes técnicas e os materiais utilizados.

CARGOS: FACILITADORES DE OFICINAS - (Oficina de Crochê, Oficina de Ballet, Oficina de Violão, Oficina de Teclado, Oficina de Dança, Oficina de Pintura em tecidos, Oficina de Artesanato).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Conceito de arte e principais movimentos artísticos modernos e contemporâneos e Introdução às práticas relativas cargo pretendido. Políticas públicas e o trabalho coletivo, Clima Organizacional do Ambiente de trabalho, Ética Profissional. Desenvolvimento humano. Inclusão, acessibilidade e diversidade. Limites, Disciplina e Comportamento. Limpeza e organização dos espaços. Prevenção de acidentes e Primeiros Socorros. Planejamento, Metodologia, Técnicas e materiais para o desenvolvimento das oficinas. Ferramentas e equipamentos de trabalho. Coleta seletiva, separação e destinação correta do lixo. Noções de segurança do trabalho, higiene pessoal e do ambiente de trabalho. Noções sobre administração de materiais: organização, armazenamento, reposição, estoques, conservação.

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 827/2014.

Cuidador Social - Lei Orgânica da Assistência Social: Das definições e dos objetivos; dos serviços; dos programas de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social: Princípios; diretrizes; objetivos; usuários. Serviços da proteção básica. Serviços da proteção social especial. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso. Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Abrigo Institucional. Noções de higiene pessoal, saúde e alimentação da pessoa cuidada.

ATRIBUIÇÕES DO CARGO: O Cuidador Social é responsável por atuar na recepção e no apoio a usuários sendo crianças, jovens, adultos ou idosos de unidades de acolhimento, promovendo a autonomia, participação social e autoestima, desenvolver atividades de cuidados básicos essenciais para a vida diária e instrumentais de autonomia e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimen-

sões individuais e coletivas; desenvolver atividades para o acolhimento, proteção integral e promoção da autonomia e autoestima dos usuários; atuar na recepção dos usuários possibilitando uma ambiência acolhedora; identificar as necessidades e demandas dos usuários; apoiar os usuários no planejamento e organização de sua rotina diária; apoiar e monitorar os cuidados com a moradia, como organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos; apoiar e monitorar os usuários nas atividades de higiene, organização, alimentação e lazer; apoiar e acompanhar os usuários em atividades externas; desenvolver atividades recreativas e lúdicas; potencializar a convivência familiar e comunitária; estabelecer e, ou, potencializar vínculos entre os usuários, profissionais e familiares; apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais; contribuir para a melhoria da atenção prestada aos membros das famílias em situação de dependência; apoiar no fortalecimento da proteção mútua entre os membros das famílias; contribuir para o reconhecimento de direitos e o desenvolvimento integral do grupo familiar; participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; Se reportar ao coordenador em todos os casos que seja fora do cotidiano, sobre as necessidades, sobre os conflitos; Acompanhar a frequência escolar bem como as atividades escolares, no caso de menor; Preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade do usuário; Preservar sigilo profissional sobre a vida dosacolhidos, e as vivências no Abrigo; Zelar pela ética profissional; Ter conhecimento das normas de funcionamento dos estabelecimentos; executar outras tarefas correlatas

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

As provas objetivas para os cargos de nível superior completo serão elaboradas de acordo com a composição estabelecida no edital para cada cargo e consistirão em:

Língua Portuguesa com interpretação de texto; Conhecimentos Gerais; Conhecimentos Específicos;

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura e interpretação de textos descritivos, dissertativos, narrativos; gênero de textos; coesão textual; coerência textual; sinonímia, homonímia e paronímia; figuras de linguagem; vícios de linguagem. 2. Ortografia. 3. Acentuação gráfica e tônica; acentuação das oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas; acento diferencial; acentuação dos hiatos; acentuação dos ditongos. 4. Morfologia: estrutura e formação de palavras, processos de formação de palavras; classes de palavras: verbo, substantivo, artigo, pronome, preposição, conjunção, adjetivo, advérbio, interjeição e numeral. 5. Sintaxe: termos essenciais da oração (sujeito e predicado), termos integrantes da oração (objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva), termos acessórios da oração (aposto, adjunto adnominal, adjunto adverbial), termo independente (vocativo); orações coordenadas e orações subordinadas; concordância nominal; concordância verbal; regência nominal; regência verbal; uso da crase; pontuação. **Nova Ortografia:** mudanças no alfabeto, mudanças nas regras de acentuação, uso do hífen.

CONHECIMENTOS GERAIS

Historia Política e Econômica de Mato Grosso: 1. Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá, 1.1 Fundação de Cuiabá, 1.2 Idéias de administradores e primeiros desentendimentos, 1.3 Rodrigo César e o ouro de Cuiabá; 1.4 Os Lemes; 1.5 Índios Paiaguás; 1.6. Fundação de Vila Bela; 1.7 Capitães-generais de 1748 a 1821; 1.8. Forte de Coimbra; 1.9 Mato Grosso no Primeiro Império; 1.10 A Rusga; 1.11 Os Alencastro 1.12 Mato Grosso na guerra do Paraguai; 1.13 Divisão do Estado.

Geografia de Mato Grosso: 1.1. Mato Grosso e a região Centro-Oeste; 1.2. Geopolítica de Mato Grosso; 1.3 Ocupação do território; 1.4 aspectos físicos e domínios naturais do espaço mato-grossense; 1.5 Aspectos socioeconômicos de Mato Grosso; 1.6 Dinâmica da população em Mato Grosso; 1. 7 Programas governamentais e fronteira agrícola mato-grossense; 1.8 A economia do Estado no contexto nacional; 1.9 A urbanização do Estado; 1.10 Produção e as questões ambientais.

História do Município de ITIQUIRA: 1.1 Aspectos históricos e geográficos; 1.2 Aspectos econômicos e sociais; 1.3. Executivo e Legislativo Estadual e Municipal; 1.4 Atualidades gerais político, econômico, social e ambiental.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Médico PSF/HOSPITAL - Aspectos clínicos, epidemiológicos, fisiopatologia e tratamento de: Insuficiência Cardíaca, Insuficiência Coronariana, Insuficiência Hepática, Insuficiência Renal Aguda e Crônica, Pneumonias, Doenças Pulmonares Obstrutivas (Asma, Bronquite Crônica, Enfisema Pulmonar), Síndrome do Desconforto Respiratório do Adulto, Diarréia Aguda e Crônica, Imunodeficiências primárias e adquiridas, Diagnóstico Diferencial e Abordagem do Paciente em Coma, Anemias, Distúrbios Somatoformes, Desnutrição no Adulto, Distúrbios da Hemostasia, Diagnóstico Diferencial das Artrites, Leucemias e Linfomas e suas complicações. Conhecimentos gerais de Medicina Legal. Suporte avançado em trauma. Suporte avançado em cardiologia; Doenças autoimunes (Lúpus Eritematoso Sistêmico, Artrite Reumatoide, Febre Reumática, Artrites Soronegativas), Distúrbios do Equilíbrio Ácido-Básico, Distúrbios Hidroeletrolíticos, Neoplasias Primárias e Metastáticas, Diabetes Mellitus e suas complicações agudas e crônicas, Síndrome do Hipo e Hipertireoidismo. Sistema Único de Saúde (SUS): Lei Federal 8.080/90 e 8.142/90; Política Nacional de Atenção Básica (Portaria 648/GM de 28/03/2006); Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão (Portaria nº 399/GM, de 22/02/2006, e Portaria nº 699/GM, de 30/03/2006); Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Portaria nº 154, de 24/01/2008, e suas alterações). Código de Ética Médica. Conteúdo Específico da Área de Atuação, com ênfase em condutas (diagnóstico e tratamento) das patologias mais prevalecentes.

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 827/2014.

Nutricionista -Atribuições definidas através dos atos legislativos que regulamentam a profissão, como planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar os serviços de alimentação e nutrição; planejar, coordenar, supervisionar e avaliar estudos dietéticos; realizar auditoria, consultoria e assessoria em nutrição e dietética; prestar assistência e educação nutricional à coletividade ou indivíduos, sadios ou enfermos; prestar assistência dietoterápica hospitalar, ambulatorial e em nível de consultórios de nutrição e dietética, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dietas para enfermos; executar outras atribuições afins.

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 827/2014.

Odontólogo Especialista em Endodontia - Conhecimentos específicos - Odontologia Social e Preventiva: Educação em saúde bucal. Epidemiologia aplicada à odontologia. Níveis de prevenção. Métodos preventivos (Flúor, Selantes). Prevenção das doenças bucais. Anatomia: Anatomia dental e análise funcional. Anatomia e aplicação clínica. Sistema dental. Anestesia: Farmacologia dos anestésicos locais. Anestésicos locais e controle da dor. Complicações das anestesias locais. Técnicas anestésicas em odontologia. Substância anestésica. Toxicologia. Cirurgia: Princípios da cirurgia. Técnica exodônticas. Acidentes e complicações exodônticas. Técnicas cirúrgicas. Instrumental. Medicação pré e pós-operatório. Dentística restauradora: Cárie dentária. Princípios de preparo cavitário. Materiais protetores do complexo dentina polpa. Restaurações de resina em dentes anteriores e posteriores. Adesivos. Amálgama. Cimento ionômero de vidro. Tratamento Restaurador Atraumático (ART). Tratamentos preventivos. Técnicas restauradoras minimamente invasivas. Isolamento absoluto. Radiologia oral. Endodontia: Considerações iniciais. Topografia da cavidade pulpar. Alterações patológicas no periápice. Tratamento conservador da polpa dental. Abertura coronária. Obturação do canal radicular. Apecificação. Reabsorção dentária. Farmacologia e Terapêutica Aplicada à Odontologia: Antibióticos. Analgésicos. Atipiréticos. Antiinflamatórios. Hemostáticos. Drogas Ansiolíticas. Relaxantes musculares de ação central. Vitaminas. Tratamento de paciente grávidas, diabéticos. Problemas cardiovasculares, doenças gastrointestinais e doenças do sangue. Endocardite bacteriana. Odontopediatria: Procedimentos preventivos e restauradores. Prevenção da cárie dentária na criança e no adolescente. Traumatismo na dentição decídua. Tratamento pulpar em dentes decíduos. Restaurações em dentes decíduos. Anatomia dos dentes decíduos. Fluorose dental. Selantes. Técnicas anestésicas em crianças. Técnicas de RX em crianças. Farmacologia para crianças. Patologia Bucal: Distúrbios do desenvolvimento e do crescimento. Doenças de origem microbiana. Distúrbios do metabolismo. Doenças do sistema específico. Anomalias dentárias. Patologia das glândulas salivares. Tumores de tecidos moles. Periodontia: Anatomia periodontal. Classificação das doenças periodontais. Placa e cálculo dental. Doença periodontal necrosante. Raspagem e alisamento radicular. Gengivite. Periodontite. Doenças infecciosas. Materiais dentários: Materiais de moldagem, gessos, ligas para amálgama. Composição das resinas. Ética odontológica: Código de ética odontológica. Saúde Pública: Sistema Único de Saúde (SUS): seus princípios e diretrizes. Leis (8.080/90 e 8.142/90, ambas atualizadas). Normas e portarias atuais. Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96). Programa Saúde da Família (PSF).

Atribuições do Cargo: Realizar todos os procedimentos correlatos à área da especialidade da "endodontia".

Psicólogo - As inter-relações familiares: orientação psicológica da família - A criança e a separação dos pais**;** o psicólogo e a criança, vítima de maus tratos; menor e a conduta antissocial; noções básicas de psicanálise; o poder público e o menor; a equipe multidisciplinar na vara de menores e de família o psicólogo nessa equipe; psicologia geral - sensação e percepção; processo psicodiagnóstico – anamnese, testes de personalidades, de nível mental, entrevista de coleta de dados e coletiva; 2. Psicologia do comportamento: 2.1. Reforçamento negativo; 2.2. Reforçamento positivo; 2.3. Punição; 2.4. Emparelhamento de estímulos; 2.4. Distúrbios de comportamento; 2.5. Esquiva; 3. Depressão: tratamento; o que é? De onde vem? 4. Síndrome do pânico; 5. Psicoterapia; 6. Estresse principais sintomas; conceito; 7. Psicoterapia individual ou em grupo, de casal e família; crianças e adolescentes; 8. Noções de Relacionamentos Interpessoais: Regras de comportamento no ambiente de trabalho; Regras de hierarquias no serviço público; 9. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo, colegas de trabalho e zelo pelo patrimônio público; 10. Política de saúde mental, o papel do profissional inserida na saúde da família. 11. O novo reordenamento da Assistência Social/SUAS. 12. A política social brasileira e os programas sociais de transferência de renda na contemporaneidade: BPC, Bolsa família e PETI; 13. Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/2005; 14. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Resolução nº 109/2009; 15. Norma Operacional básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social- NOB-RH/2006.

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 827/2014.

Orientador Social: apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações; apoiar e participar no planejamento das ações; organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade; acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades; apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais na unidades e, ou, na comunidade; apoiar na orientação, informação, encaminhamento e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho; desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra.

Engenheiro Civil: Gerenciamento de integração do projeto; Gerenciamento do Escopo do Projeto; Gerenciamento de Tempo do projeto, Gerenciamento de custos do projeto, Gerenciamento da qualidade do projeto; Gerenciamento de recursos humanos do projeto; Gerenciamento das comunicações do projeto; Gerenciamento de riscos do projeto e Gerenciamento de aquisições do projeto; As Visões de Produtividade, Qualidade do Meio ambiente, de Sustentabilidade e da responsabilidade social na gestão dos empreendimentos na construção civil; Custos nos empreendimentos de construção civil; Orçamentos nos empreendimentos de construção civil; Técnicas de Programação e Controle de Projetos e Obras; Noções de licitação e contratação para empreendimentos de construção civil; Perdas e Desperdícios na construção civil; Elementos de Ciências dos Materiais (Estrutura atômica e ligação interatômica; Propriedades mecânicas dos metais e materiais; Falhas; Fratura; Fadiga e Fluência; Compósitos; Propriedades Térmicas; Corrosão e degradação dos materiais; Seleção de materiais e Considerações de Projeto);Tecnologia dos Materiais de Construção Civil; Especificações e Normas, Materiais Cerâmicos; Aglomerantes ou ligantes (Cimento, cal e gesso), agregados, Argamassas, Concretos, Madeiras; Materiais Betuminosos; Materiais Metálicos; Vidros; Lacas e Vernizes, Materiais e resinas Plásticas; Ensaios de Laboratório; Agregados leves e pesados; Controle Tecnológico dos Concretos; Manifestações patológicas nas estruturas e construções; Resíduos Industriais e Agrícolas para a Construção Civil, Lei nº 8666/93.

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 827/2014

Assistente Social - Conhecimento sobre o exercício da profissão de Assistente Social; 2. Conhecimento da Ética Profissional; 3. Lei de Regulamentação da Profissão. Lei 8662, de 7.06.1993; 4. Fundamentos Históricos, Teórico-metodológicos e Pressupostos Éticos da Prática Profissional. A Pesquisa e a Prática Profissional. A questão da instrumentalidade na profissão; 5. As diferentes concepções do movimento de reconceituação do Serviço Social; 6. O Serviço Social e a formulação de políticas públicas no Brasil; 7. A atuação do Assistente Social nos movimentos populares; 8. O planejamento e a administração como prática do Serviço Social; 9. Serviço Social: prática de ajustamento ou transformação social; 10. Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8742/93 (LOAS); 11. Lei nº 12.435, de 2011; 12. Elaboração de Projetos e Avaliação de Serviços Socioassistenciais; 13.Controle social. Conselhos,

movimentos sociais, estratégias de organização da sociedade civil, terceiro setor. 14. O novo reordenamento da Assistência Social/SUAS. 15. A política social brasileira e os programas sociais de transferência de renda na contemporaneidade: BPC, Bolsa família e PETI; 16. Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/2005; 17. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Resolução nº 109/2009; 18. Norma Operacional básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social- NOB-RH/2006; 19. Conhecimento das campanhas sanitárias; vacinações; programas; política e história da saúde pública e sua legislação; 20. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; 21. Conhecimento e zelo pelo patrimônio público; 22. Noções das leis, códigos, decretos e portarias pertinentes à profissão.

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 827/2014.

Neuropedagogo: Teorias do desenvolvimento da criança e da aprendizagem. O afetivo, o cognitivo e o socio-interacionismo no processo de aprendizagem infantil. A personalidade da criança e o processo educacional. O pensamento e a linguagem. A alfabetização, a leitura e a produção de textos. A resolução de problemas e a prática pedagógica. O processo histórico do conhecimento matemático. A importância dos brinquedos e das brincadeiras no desenvolvimento psicológico da criança. Noções básicas dos conteúdos da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental. Estratégias de organização do espaço da sala de aula. Planejamento das aulas de acordo com os recursos humanos e materiais disponíveis. A disciplina e a indisciplina no contexto da sala de aula. A utilização das metodologias de acordo com as temáticas abordadas. Compreensão das teorias curriculares e a aplicabilidade no processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais. Entendimento da interdisciplinaridade e da transversalidade no planejamento pedagógico. Avaliação no processo de ensino e aprendizagem da escola como meio de reflexão da prática pedagógica. Orientações gerais do Ensino Fundamental de nove anos: Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas alterações. Lei nº 10172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. A organização do trabalho pedagógico com ênfase na alfabetização e letramento e Educação Matemática, destacando situação-problema. Conhecimento matemático em ação e transposição didática como eixos norteadores. A implementação do currículo nos anos iniciais: didática e metodologias de alfabetização e das diversas disciplinas do currículo no Ensino Fundamental. Educação de Jovens e Adultos – 1º segmento, Educação Indígena, Cultura Afro-Brasileira para o ensino regular dos anos iniciais do ensino fundamental. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Atribuições do Cargo: - Atuar no diagnóstico, no tratamento e na pesquisa da cognição, das emoções, da personalidade e do comportamento sob o enfoque da relação entre estes aspectos e o funcionamento cerebral - Realizar avaliações neuropedagógicas - Utilizar métodos, técnicas e instrumentos neuropedagógicos para diagnóstico, avaliação e intervenção relacionadas às dificuldades de aprendizagem- Realizar atividades que contemplem as áreas e atividades de estimulação precoce, deficiência mental e múltipla- Entrevistar pais e responsáveis, investigando a história escolar do aprendiz; planejar e executar intervenções neuropedagógicas com aprendizes visando a solução dos problemas de dificuldade de aprendizagem- Fazer encaminhamentos e solicitações de avaliações a outros especialistas- Acompanhar processo de avaliação do aprendiz- Participar/colaborar na organização de instrumentos, procedimentos e avaliações nas diferentes áreas de atendimento- Documentar a avaliação do aprendiz na Instituição- Elaborar parecer técnico dos aprendizes- Participar/ organizar planos e programas da Instituição- Participar das reuniões/ palestras e afins sempre que solicitado- Fazer uso de instrumentos especificamente padronizados para a avaliação das funções neuropsicológicas envolvendo principalmente habilidades de atenção, percepção, linguagem, raciocínio, abstração, memória, aprendizagem, habilidades acadêmicas, processamento da informação, afeto, funções motoras e executivas- Estabelecer parâmetros para a emissão de laudos com fins clínicos, jurídicos ou de perícia- Realizar as intervenções necessárias junto aos alunos/pacientes, para que possam melhorar, compensar, contornar ou se adaptar às dificuldades; junto aos familiares, para que atuem como coparticipantes do processo reabilitativo- Desempenhar outras tarefas correlatas.

Terapeuta Ocupacional: Promover tratamento para reabilitação dos indivíduos portadores de alterações cognitivas, afetivas, perceptivas e psicomotoras, decorrentes ou não de distúrbios genéticos, traumáticos e/ou de doenças adquiridas, por meio da ocupação profissional, educativa, desportiva ou recreativa; Realizar o diagnóstico terapêutico ocupacional e a elaboração da programação terapêutico ocupacional, com base nas informações e condições peculiares do indivíduo; Eleger, indicar, treinar, utilizar e acompanhar o uso de métodos, técnicas e recursos relacionados à Tecnologia Assistida, de forma a melhorar o desempenho cognitivo, neuropsicomotor, musculoesquelético, psicossocial, percepto-cognitivo, psicoafetivo e psicomotor do indivíduo, possibilitando-lhe mais autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social; Programar, orientar, treinar e supervisionar a execução de Atividades de Vida Diária - AVDs e Atividades Instrumentais de Vida Diária - AIVDs; Contribuir com os processos de produção de vida e saúde, por meio do fazer afetivo, relacional, material e produtivo; Promover a adaptação dos meios e materiais disponíveis, pessoais ou ambientais, para o desempenho funcional e ocupacional do paciente; Prescrever, fazer adaptações e realizar o treinamento quanto ao uso de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, necessárias ao desempenho funcional e ocupacional do paciente, quando for o caso; Buscar e utilizar, com o emprego de atividades e métodos específicos, a educação ou reeducação, habilitação, reabilitação e readaptação profissional, das funções do sistema do corpo humano; Participar do planejamento e supervisão de estágios para estudantes de graduação em Terapia Ocupacional e programas de aperfeiçoamento para profissionais, desde que sejam preservadas as atribuições privativas do terapeuta ocupacional; Orientar o indivíduo, os familiares e a comunidade quanto às condutas terapêuticas ocupacionais a serem observadas para a aceitação e inserção do paciente, em igualdade de condições com as demais pessoas, utilizando-se de modificações e/ou adaptações nos ambientes domiciliar e laboral assim como nos espaços públicos e de lazer; Zelar pelo perfeito funcionamento e pela preservação, guarda e controle de toda a aparelhagem e instrumental de uso na sua especialidade; Administrar serviços e locais destinados a atividades terapêuticas ocupacionais em estabelecimentos públicos, autárquicos, fundacionais e mistos bem como assumir a responsabilidade técnica pelo desempenho dessas atividades; Executar quaisquer outros encargos, pertinentes à categoria funcional, que tenham sido estabelecidos, por legislação, como exercício da profissão de Terapeuta Ocupacional.

Professor Nível II - Área de Ciências Humanas: Aspectos Físicos: Clima, Vegetação, Relevo, Hidrografia, Recursos Naturais e os Impactos Ambientais nos Ecossistemas Naturais e Agrícolas; Aspectos Geográficos: Localização e Limites da Superfície Brasileira, Área e População; Aspectos Econômicos: Comércio, Indústria, Transportes e Comunicações, Agricultura, Energia e Turismo; GEOGRAFIA GERAL: As Relações Campo Cidade; O Positivismo como Fundamento da Geografia Tradicional e a Geografia Crítica; A Crise da Geografia na Atualidade; A Produção do Espaço Capitalista Mundial; A

Globalização e os Mercados Regionais; Os PCN'S e o Ensino da Geografia; GEOGRAFIA DE MATO GROSSO: Aspectos Geográficos, Econômicos, Físicos e Sociais do Estado de Mato Grosso. Geografia do Município de Nossa Senhora do Livramento/MT.

Fundamentos teóricos do Pensamento Histórico; Didática e prática dos procedimentos de produção do

conhecimento histórico; Linguagem e ensino de História; Transversalidade, novas formas de abordagem e renovação do ensino de História; O ofício do historiador e a construção da História; Natureza, Cultura e História; Passagens da Antiguidade para o Feudalismo; Mundo Medieval; Expansão Européia do século XV; Formação do Mundo Contemporâneo; Brasil - Sistema Colonial; Brasil - Império; Brasil - República; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Parâmetros Curriculares Nacionais de História; Aspectos da História da África e dos povos afro-americanos e ameríndios; História da América.

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 684/2010.

Professor Nível II – Área de Matemática: Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais. Operações com números naturais. Radicais - operações e racionalização de denominadores. Regra de três, juros e percentagem. Sistema métrico decimal. Expressões Algébricas. Equações de 1º e 2º graus. Funções – produto cartesiano, relações e funções constantes, função do 1º e 2º grau. Segmentos proporcionais – razão e proporção. Geometria e Geometria banalítica. Medida de Circunferência, de volume, de capacidade, de massa, de superfície e de cumprimento. Potenciação; Trigonometria; Estatística; Metodologia do ensino da matemática.

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 684/2010.

Professor Nível II – Pedagogia: Teorias do desenvolvimento da criança e da aprendizagem. O afetivo, o cognitivo e o socio-interacionismo no processo de aprendizagem infantil. A personalidade da criança e o processo educacional. O pensamento e a linguagem. A alfabetização, a leitura e a produção de textos. A resolução de problemas e a prática pedagógica. O processo histórico do conhecimento matemático. A importância dos brinquedos e das brincadeiras no desenvolvimento psicológico da criança. Noções básicas dos conteúdos da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental. Estratégias de organização do espaço da sala de aula. Planejamento das aulas de acordo com os recursos humanos e materiais disponíveis. A disciplina e a indisciplina no contexto da sala de aula. A utilização das metodologias de acordo com as temáticas abordadas. Compreensão das teorias curriculares e a aplicabilidade no processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais. Entendimento da interdisciplinaridade e da transversalidade no planejamento pedagógico. Avaliação no processo de ensino e aprendizagem da escola como meio de reflexão da prática pedagógica. Orientações gerais do Ensino Fundamental de nove anos: Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas alterações. Lei nº 10172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. A organização do trabalho pedagógico com ênfase na alfabetização e letramento e Educação Matemática, destacando situação-problema. Conhecimento matemático em ação e transposição didática como eixos norteadores. A implementação do currículo nos anos iniciais: didática e metodologias de alfabetização e das diversas disciplinas do currículo no Ensino Fundamental. Educação de Jovens e Adultos – 1º segmento, Educação Indígena, Cultura Afro-Brasileira para o ensino regular dos anos iniciais do ensino fundamental. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 684/2010.

PROFESSOR II – LETRAS/INGLÊS - Processo da leitura e a compreensão e produção de texto. 2. Metodologia do ensino da língua portuguesa. Tipologia Textual: Descrição, Narração e Dissertação. Textos e Textualidade: Coesão e Coerência. 3. Comunicação: Significação das palavras, denotação e conotação, figuras de linguagem, figuras de sintaxe, fonética e fonologia, som e fonemas. 4. Gramática: Ortografia, acentuação gráfica e crase. 5. Morfologia: Estrutura e formação das palavras. Morfossintaxe: Classe de palavras e sua correspondente função sintática. 6. Sintaxe: Frase, oração, período, termos essenciais, integrantes e acessórios da oração, vocativo, período composto por coordenação e subordinação; sintaxe de concordância; sintaxe de regência; sintaxe de colocação de pronomes; pontuação; 7. Nova Ortografia: Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen. 8. Currículo: os diferentes paradigmas, fundamentos, concepção. 9. Teorias e Tendências Pedagógicas; Sistemas de ensino - Função social da escola; Processo de Ensino/Aprendizagem: Relações entre Educação, Escola e Sociedade. Relação professor – aluno; Bases psicológicas da aprendizagem; Tecnologia educacional; Métodos. Técnicas e Meios; Gestão escolar democrática e a eficácia escolar; Planejamento de Ensino - Planos/Projetos (concepção, funções e tipos); Avaliação escolar e suas implicações pedagógicas. 10. O ensino da língua inglesa e o multiculturalismo. O ensino da língua inglesa e a habilidade de leitura. Falsos cognatos. Marcadores discursivos. Coesão e coerências textuais. Conectivos. Formação de palavras. Vozes verbais. Tempos e modos verbais. Substantivos. Pronomes. Preposições. Advérbios. Verbos preposicionais. Orações condicionais. Discurso direto e indireto. O processo de ensino-aprendizagem de língua inglesa: teorias, metodologias e técnicas; 11. Pedagogia da Inclusão. 12. Legislação – LDB; FUNDEB; BNCC; Ensino Fundamental de 09(nove) anos; Estatuto da Criança e do Adolescente.

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 684/2010

PROFESSOR NÍVEL II – ÁREA CIÊNCIAS NATURAIS: Ciências no Ensino Fundamental - caracterização da área; fases e tendências dominantes; ciências naturais, cidadania e tecnologia; aprender e ensinar ciências naturais; Ciências e métodos científicos; abordagem metodológica de conteúdo; temas e atividades; objetivos gerais, conteúdos e avaliação para o ensino fundamental; orientações didáticas. O Universo - origem. O Sistema Solar, o Sol como fonte de energia, movimentos da Terra e da Lua e suas consequências. Rochas e solos - Origem e estrutura da Terra, origem, tipos, composição e modificações das rochas, exploração e conservação do solo, combustíveis fósseis. Ar atmosférico - composição, relações com os seres vivos, poluição do ar, pressão atmosférica e suas variações, ventos, noções básicas de meteorologia. Água - propriedades físicas e químicas, ciclo da água, relações com os seres vivos, poluição da água, purificação da água, tratamento de água e esgoto. Meio Ambiente e Sociedade - conceitos ecológicos, estudo das populações, interações, cadeias, teias e pirâmides ecológicas, relações entre os seres vivos, reciclagem, energias alternativas, poluição e desequilíbrio ecológico. Seres vivos - Evolução: Lamarck e Darwin, mutação e seleção natural, biodiversidade. Citologia; Biologia humana. Saúde no Ensino Fundamental - concepção, objetivos, conteúdos, avaliação, orientações didáticas. Orientação Sexual no Ensino Fundamental; Genética; Fundamentos de Química; Fundamentos de Física.

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 684/2010

PROFESSOR NÍVEL II – EDUCAÇÃO FÍSICA: 1. Currículo: os diferentes paradigmas, fundamentos, concepção. 2. Teorias e Tendências Pedagógicas; Sistemas de ensino - Função social da escola; Processo de Ensino/Aprendizagem: Relações entre Educação, Escola e Sociedade. Relação professor – aluno; Bases psicológicas da aprendizagem; Tecnologia educacional; Métodos. Técnicas e Meios; Gestão escolar democrática e a eficácia escolar; Planejamento de Ensino - Planos/Projetos (concepção, funções e tipos); Avaliação escolar e suas implicações pedagógicas. 3. Pedagogia da Inclusão. Legislação – LDB; FUNDEB; Ensino Fundamental de 09(nove) anos; Estatuto da Criança e do Adolescente, 4. Estudo das capacidades físicas; 5. Estudo das habilidades físicas; 6. Educação Física e estilo de vida; 7. Socorros de urgência aplicados ao ambiente escolar; 8. Conhecimentos sobre regras e arbitragens dos esportes; 9. Aspectos relacionados à biomecânica dos exercícios físicos; 10. Noções sobre ergonomia no contexto escolar; 11. Conhecimentos sobre atividades posturais; 12. Avaliação em educação física escolar; 13. Avaliação postural; 14. Abordagens da Educação Física; 15. Ética profissional no ambiente escolar; 16. Educação Física adaptada.

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 684/2010.

ITIQUIRA – MT, 17 novembro de 2023.

Alessandra Dolores Sobrinho

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado

N.º 002/2023

ANEXO III – MODELOS DE DOCUMENTOS.

FORMULÁRIO DE PROCURAÇÃO

Eu (*nome completo*) _____, (*nacionalidade*)_____,

(*estado civil*) _____, (*profissão*) _____, nascido (a) em _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, residente na Rua/Av._____, nº _____, Bairro _____, Cidade de _____, Estado _____, CEP_____, Telefone nº _____, NOMEIO E CONSTITUO MEU BASTANTE PROCURADOR(A) o(a) senhor(a) (*nome completo*) _____, (*nacionalidade*) _____, (*estado civil*) _____, (*profissão*)_____, nascido(a) em _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, residente na Rua/Av._____, nº _____, Bairro _____, Cidade de _____ Estado _____, CEP_____, Telefone nº _____, para o fim específico de assinar o requerimento de inscrição no Processo Seletivo de ITIQUIRA – MT.

_____, _____ de _____ de 2023.

_____

Assinatura do(a) requerente

	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA			
	FICHA DE INSCRIÇÃO SELETIVO 002/2023			
CARGO:				
DADOS PESSOAIS				
NOME:				
DATA DE NASCIMENTO	/ /	SEXO	M ( )	F ( )
RG Nº:	ÓRGÃO			UF
CPF:	NATURALIDADE:			UF
NOME MÃE				
NOME PAI				
ESTADO CIVIL		ESCOLARIDADE		
TELEFONE FIXO	( )	TELEFONE CELULAR		( )
EMAIL:				
PNE (deficiente) S ( ) N ( )				
DEFICIENCIA FISICA				
CID		DETALHE DA DEFICIENCIA		
ENDEREÇO				
COMPLEMENTO				
BAIRRO		CEP		
CIDADE		UF		
Itiquira-MT, __/__/_____		_____		
		Ciente do Candidato		

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO				
CARGO:				
DADOS PESSOAIS				
NOME:				
TELEFONE FIXO	( )	TELEFONE CELULAR		( )
EMAIL:				

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

_____, ___ de _____ de 2023.

À

Comissão do Processo Seletivo 001/2021

Prefeitura Municipal de Itiquira-MT

Ref: Recurso Administrativo – Processo Seletivo 002/2023.

( ) Inscrições.

( ) Gabarito Oficial.

( ) Resultado Prova Objetiva de Múltipla Escolha.

( ) Resultado Prova Prática.

( ) Resultado Prova de Títulos.

( ) Resultado Geral – classificação.

Prezados Senhores,

Eu, _____, candidato(a) ao cargo de _____, inscrição nº _____, do concurso público desta Prefeitura, venho através deste interpor o recurso:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Atenciosamente,

_____

(assinatura candidato)

Formulário para Apresentação de Títulos À

Comissão do Processo Seletivo 002/2023

Prefeitura Municipal de Itiquira-MT

Solicito Contagem de pontos referente prova de títulos, tendo em vista o Edital que determina a entrega de títulos, para o Concurso Público, venho apresentar a esta Comissão, documentos que atestam qualificações, dando margem à contagem de pontos na prova de títulos conforme sub-item 5.2.1 do Edital.

01- Número de Documentos Entregues: _____

02- Nome de candidato: _____

03- N.º de Inscrição:_____

04- Cargo: _____

05- O candidato na entrega de títulos deverá efetuá-los em envelopes individuais fechados, subscritos da seguinte forma:

Referente: Documentos Títulos – Processo Seletivo 002/2023, Prefeitura Municipal de Itiquira-MT.

06- Os documentos enviados, **todos autenticados**, não serão devolvidos em hipótese alguma, uma vez que serão apensados aos demais documentos relativos ao certame seletivo.

07- Tabela a ser preenchida pelo candidato.

ORDEM	TÍTULOS	CONDIÇÃO	PONTO
01	Especialização	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Especialização com **carga horária igual ou superior a 360 horas-aulas.**	
02	Mestrado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Mestrado.	
03	Doutorado	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação em nível de Doutorado.	

Pontuação solicitada pelo candidato: _____

Pontuação obtida após análise (não preencher este campo):_____

Em anexo, cópia de documentos autenticados.

_____ , _____de _____de 2023

_____

Assinatura do Candidato

ANEXO IV

REGRAS PARA A PROVA DE APTIDÃO FÍSICA

CARGOS: Auxiliar de Conservação de Vias Publica, Coletor de Entulho/ Lixo e Auxiliar de Serviços Gerais

1. Das Disposições Iniciais.

1.1. Os candidatos convocados, nos termos do respectivo edital, deverão submeter-se a prova de capacidade física, considerando a capacidade mínima necessária para suportar, física e organicamente, as atividades inerentes aos cargos acima descritos.

1.2. ***O Candidato deverá apresentar atestado médico específico, que o habilite para a realização das avaliações previstas neste edital.***

1.3. O atestado médico deverá ser entregue no momento da identificação para o início da prova. Não será aceita a entrega de atestado médico em outro momento.

1.4. O candidato que deixar de apresentar o atestado médico será impedido de realizar os testes, sendo consequentemente, eliminado do concurso. 1.5. As providências para obtenção do atestado médico são de inteira responsabilidade do candidato.

1.6. Quaisquer casos de alterações orgânicas permanentes ou temporárias, tais como estados menstruais, indisposições, cãibras, contusões, gravidez ou outros que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes ou diminuam ou limitem sua capacidade física e/ou orgânica não serão aceitos para fins de tratamento diferenciado por parte do Examinador vinculado a Administração.

2.Da composição das modalidades:

2.1. A prova de aptidão física constará de 01 (uma) modalidade a seguir:

a) Teste 1 – Teste de Habilidades Motoras;

2.2. A nota máxima da Prova de Aptidão Física será 10,00 (dez).

2.3. Os candidatos serão avaliados de acordo com as tabelas abaixo.

2.4. A classificação será em ordem decrescente, mediante a média obtida nas avaliações dos testes.

2.5. O candidato que não alcançar a media 4,00 (quatro) estará eliminado do processo seletivo.

2.6. Será considerado eliminado na prova de capacidade física e, consequentemente, eliminado do concurso público o candidato que:

2.6.1. Deixar de realizar algum dos testes de capacidade física;

2.6.2. Não alcançar a média aritmética simples de 4,00 (quatro) pontos no conjunto dos testes;

2.6.3. Não apresentar atestado médico específico que o habilite para os testes de capacidade física;

2.6.4. Não comparecer para a realização da prova de capacidade física.

3. Dos Testes Físicos

3.1. Não será permitido ao candidato:

3.1.1. Receber qualquer tipo de ajuda física;

3.1.2. Usar qualquer material ou equipamento que o beneficie na prova;

3.1.3. Praticar qualquer ato de deslealdade com candidato concorrente.

4. Teste 1: Circuito de Habilidades Motoras.

4.1. A metodologia para a preparação e execução do Teste 1 – Circuito de Habilidades Motoras obedecerá

aos seguintes aspectos:

4.1.1 O Circuito de Habilidades Motoras consiste em executar no menor tempo possível uma sequência de 5 (cinco) testes práticos, determinados de Estações, sem intervalo de tempo entre as mesmas, a seguir especificadas:

4.1.2. Estação 1 Corrida Sinuosa consiste em percorrer um trajeto sinuoso demarcado por seis cones distantes 2,00 (dois metros entre si, dispostos alternadamente à frente e na lateral, estando o primeiro a 1,00 (um) metro da linha de partida.

4.1.2.1. O candidato deverá posicionar-se atrás da linha de partida e iniciar o teste, ultrapassando os obstáculos sinuosamente (em zigue-zague), até a sua linha final, passando para as outras estações sucessivamente.

4.1.3. Estação 2 – Pular Corda – consiste em realizar 10 (dez) repetições de pular uma corda, individualmente. A corda deverá passar obrigatoriamente por sobre a cabeça e por debaixo dos pés do candidato.

4.1.4. Estação 3 – Deslocamento em 3 Sentidos – consiste em realizar 3 (três) repetições de um percurso de 15,00 (quinze) metros, dividido em 3 (três) trechos de 5,00 (cinco) metros, dispostos em forma triangular. O candidato deverá realizar o percurso em três formas diferentes de deslocamentos; no primeiro ter ho de frente; no segundo de costas e no terceiro de lado, respectivamente.

4.1.5. Não será permitido ao candidato cometer as seguintes infrações durante a realização do Circuito de

Habilidades Motoras:

4.1.5.1. Derrubar os cones durante a realização dos testes – Estações 1 e 3;

4.1.5.2. Pisar na corda ao executar o teste – Estação 2;

4.1.6. O candidato que cometer infrações durante a realização do Circuito de Habilidades Motoras deverá repetir o teste no início da estação onde ocorreu a infração, sem interrupção da contagem do tempo.

4.1.7. Não será concedida uma segunda tentativa ao candidato que não obtiver o desempenho mínimo em quaisquer das etapas

4.1.8. A pontuaçãodo Circuito de Habilidades Motoras, masculino e feminino será atribuída conforme a tabela I e II a seguir:

Tabela I Circuito de Habilidades Motoras para Homens

Tempo em segundos

Idade	FAIXA ETÁRIA					
Nota	Até 19 Anos	87-78	77-68	67-58	57-48	47-38
		20 a 29 Anos	30 a 39 Anos	40 a 49 Anos	50 a 59 Anos	60 a 69 Anos
10,00	60	61	62	63	64	65
9,50	61	62	63	64	65	66
9,00	62	63	64	65	66	67
8,50	63	64	65	66	67	68
8,00	64	65	66	67	68	69
7,50	65	66	67	68	69	70
7,00	66	67	68	69	70	71
6,50	67	68	69	70	71	72
6,00	68	69	70	71	72	73
5,50	69	70	71	72	73	74
5,00	70	71	72	73	74	75
4,50	71	72	73	74	75	76
4,00	72	73	74	75	76	77
3,50	73	74	75	76	77	78
3,00	74	75	76	77	78	79
2,50	75	76	77	78	79	80
2,00	76	77	78	79	80	81
1,50	77	78	79	80	81	82
1,00	78	79	80	81	82	83
0,50	79	80	81	83	83	84
0,00	80	81	82	84	84	85

Tabela II Circuito de Habilidades Motoras para Mulheres

Tempo em segundos

Idade	FAIXA ETÁRIA					
Nota	Até 19 Anos	87-78	77-68	67-58	57-48	47-38
		20 a 29 Anos	30 a 39 Anos	40 a 49 Anos	50 a 59 Anos	60 a 69 Anos
10,00	61	62	63	64	65	66
9,50	62	63	64	65	66	67
9,00	63	64	65	66	67	68
8,50	64	65	66	67	68	69
8,00	65	66	67	68	69	70
7,50	66	67	68	69	70	71
7,00	67	68	69	70	71	72
6,50	68	69	70	71	72	73
6,00	69	70	71	72	73	74
5,50	70	71	72	73	74	75
5,00	71	72	73	74	75	76
4,50	72	73	74	75	76	77
4,00	73	74	75	76	77	78
3,50	74	75	76	77	78	79
3,00	75	76	77	78	79	80
2,50	76	77	78	79	80	81
2,00	77	78	79	80	81	82
1,50	78	79	80	81	82	83
1,00	79	80	81	82	83	84
0,50	80	81	82	83	84	85
0,00	81	82	83	84	85	86

5. Das Disposições Gerais e Finais

5.1. Nenhum candidato poderá alegar o desconhecimento da presente instrução ou utilizar-se de artifícios de forma a prejudicar o processo seletivo.

5.2. A prova de capacidade física será aplicada por um professor com habilitação em Educação Física.

5.3. Os imprevistos ocorridos durante a prova de capacidade física serão decididos pelo presidente da banca examinadora.

5.4. Os testes de aptidão física terão caráter eliminatório e classificatório.

5.5. É considerado inapto o candidato que alcançar a média menor que 04 (quatro).

5.6. O candidato deverá comparecer no local e horário definidos em sua convocação para a realização do Teste de Aptidão Física trajando: camiseta, short ou bermuda, meias tênis. O candidato que não apresentar vestido adequadamente não realizara o teste, sendo considerado inapto.

5.7. Os candidatos que se submeterão à prova prática deverão comparecer no horário indicado retirar a sua senha, que será distribuída pela ordem de chegada, munidos de documentos de identificação com foto.

CAMARA MUNICIPAL
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 00.176.362/0001-38, sediada na Rua João Batista Vidotti, N.º 407, Bairro Santo Antônio, CEP 78.790-000, Itiquira-MT, Telefone (065) 3491-1514, E-mail: secretaria@itiquira.leg.mt.br, neste ato representada pelo seu Presidente, o Vereador **JOSÉ CARLOS BATISTA**, matrícula funcional nº 390, em cumprimento à determinação do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no bojo do Processo nº 42366/2019, expede a presente **NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL** à Sra. **CRISTINA DE OLIVEIRA DOS SANTOS** (CPF nº 016.XXX.XXX-65) para que, nos termos do Acórdão nº 354/2023-PV, cuja cópia segue em anexo, efetue o pagamento da condenação determinada, a qual corresponde ao **montante de R$ 12.511,40 (doze mil, quinhentos e onze reais e quarenta centavos)**, devidamente atualizado, em solidariedade com o Sr. Ronivon Silva Mingoti (CPF nº 617.XXX.XXX-15), em decorrência da caracterização do achado 01-KB 99, que implicou prejuízo aos cofres da Câmara e afronta aos princípios administrativos constitucionais.

O **ressarcimento** deverá ser efetivado mediante depósito bancário ou PIX, conforme dados a seguir indicados, **no prazo de 15 (quinze) dias.**

CÂMARA MUNICIPAL DE IITIQUIRA-MT

Caixa Econômica Federal

Ag. 4465/006

Cc. 71006-6

CNPJ. 00.176.362/0001-38

Ou PIX: (CNPJ) 00.176.362/0001-38

Em caso de não atendimento da presente NOTIFICAÇÃO, serão tomadas as medidas legais, encaminhando o presente título executivo para a devida inscrição na dívida ativa do município e futura execução fiscal, se necessário.

Cordialmente,

Itiquira-MT, 16 de novembro de 2023.

José Carlos Batista

Presidente

(Gestão 2023/2024)

CAMARA MUNICIPAL
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 00.176.362/0001-38, sediada na Rua João Batista Vidotti, N.º 407, Bairro Santo Antônio, CEP 78.790-000, Itiquira-MT, Telefone (065) 3491-1514, E-mail: secretaria@itiquira.leg.mt.br, neste ato representada pelo seu Presidente, o Vereador **JOSÉ CARLOS BATISTA**, matrícula funcional nº 390, em cumprimento à determinação do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no bojo do Processo nº 42366/2019, expede a presente **NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL** ao Sr. **RONIVON SILVA MINGOTI** (CPF nº 617.XXX.XXX-15) para que, nos termos do Acórdão nº 354/2023-PV, cuja cópia segue em anexo, efetue o pagamento da condenação determinada, a qual corresponde ao **montante de R$ 55.296,99 (cinquenta e cinco mil, duzentos e noventa e seis reais e noventa e nove centavos)**, devidamente atualizado, do qual R$ 12.511,40 (doze mil, quinhentos e onze reais e quarenta centavos), correspondem à condenação em solidariedade com a Sra. Cristina de Oliveira dos Santos (CPF nº 016.XXX.XXX-65), em decorrência da caracterização do achado 01-KB 99, que implicou prejuízo aos cofres da Câmara e afronta aos princípios administrativos constitucionais; e ainda, R$ 42.785,59 (quarenta e dois mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), correspondentes à condenação em solidariedade com o Sr. Tiago Campos Pereira (CPF nº 002.XXX.XXX-55), em decorrência da caracterização do achado 03-KB 99, que igualmente implicou prejuízo aos cofres da Câmara e afronta aos princípios administrativos constitucionais.

O **ressarcimento** deverá ser efetivado mediante depósito bancário ou PIX, conforme dados a seguir indicados, **no prazo de 15 (quinze) dias.**

CÂMARA MUNICIPAL DE IITIQUIRA-MT

Caixa Econômica Federal

Ag. 4465/006

Cc. 71006-6

CNPJ. 00.176.362/0001-38

Ou PIX: (CNPJ) 00.176.362/0001-38

Em caso de não atendimento da presente NOTIFICAÇÃO, serão tomadas as medidas legais, encaminhando o presente título executivo para a devida inscrição na dívida ativa do município e futura execução fiscal, se necessário.

Cordialmente,

Itiquira-MT, 16 de novembro de 2023.

José Carlos Batista

Presidente

(Gestão 2023/2024)

CAMARA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Itiquira-MT, com sede na Rua João Batista Vidotti, nº 407, bairro: Santo Antônio, CEP 78.790-000, Itiquira-Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela portaria legislativa 87/2023 atualizada pela portaria legislativa 121/2023, torna público a quem possa interessar, que será realizada licitação nas condições abaixo citadas, para atender o seguinte objeto:

OBEJTO: Aquisição de material permanente 07 (sete) aparelhos de ares condicionados, para atender a demanda da Câmara Municipal de Itiquira, conforme abaixo detalhado:

Item	Código TCE	Descrição	Unidade Padrão	Quant
01	**257309-1**	**Ar condicionado, tipo split modelo HI-WALL (parede), com capacidade de 12000 BTU/H,** condensador ar AXIAL, voltagem 220V/ 60HZ/ monofásico, com controle remoto sem fio, com selo procel A, e manual de instrução.	Unidade	3
02	**257316-4**	**Ar condicionado tipo split modelo, HI-WALL (parede), com capacidade** 24.000 BTU/H, condensador a ar AXIAL, voltagem 220V/ 60HZ/monofásico, com controle remoto sem fio, com selo procel A, e manual de instrução.	Unidade	02
03	**377092-3**	**Condicionador de Ar do tipo split,** piso/teto, com capacidade de 60.000,00 BTU/H, in-	Unidade	02

		verter, composto de 01 unidade de condensadora externa, 01 unidade evaporadora de 60.000 BTUS, com controle remoto sem fio, drenagem através de tubulação incorporada, isolamento térmico através de espuma esponjosa, com selo procel A e manual de instrução.		

MODALIDADE:	CONVITE 06/2023
BASE LEGAL:	LEI 8.666/93 e alterações
VALOR GLOBAL ESTIMADO	R$ 60.801,60(Sessenta mil, oitocentos e um reais e sessenta centavos).
PRAZO DO CONTRATO	90 (noventa) dias uteis.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO POR ITEM
ABERTURA:	Data: 27/11/2023 Horário: 09:00 horas (Horário de Cuiabá-Mato Grosso) Local: Nas dependências da Câmara Municipal de Itiquira, localizada a Rua João Batista Vidotti, 407, Bairro Santo Antônio, Itiquira-Mato Grosso.
CONTATO	E-mail: licitacao@itiquira.mt.leg.br Telefones (065) 3491-1514 e (065) 9 99447513

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Outras informações poderão ser obtidas com a Comissão Permanente de Licitação, na sede da Câmara Municipal de Itiquira, situada a Rua: João Batista Vidotti, Bairro: Santo Antônio, nº 407, Cep: 78.790-000, Itiquira-Mato Grosso, no horário das 07 às 13 horas (horário de Mato Grosso),

de segunda a sexta-feira ou através dos Telefones (065) 34911514 ou (065) 9 999447513 ou no E-mail: licitacao@itiquira.mt.leg.br.

O Edital completo poderá ser obtido no site da Câmara Municipal de Itiquira: www.itiquira.mt.leg.br.

Itiquira-MT, 17 de novembro de 2023.

----------	----------
Câmara Municipal de Itiquira-MT José Carlos Batista Vereador/Presidente	Rosangela Batista dos Santos Presidente da Comissão de Licitação Portaria Legislativa 87/2023 e 121/2023.

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 054, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 054, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

“Dispõe Sobre Convocação de Candidatos Aprovados no Edital do Concurso Público 069/2022 consolidado pelo Edital Complementar N.01 e N. 02 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências. ”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final do Concurso Público, pelo Decreto Nº. 011/2023 de 20 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover os cargos existentes no Plano de Cargos e Carreira e Salários,

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital do Concurso Público Nº 069/2022 consolidado pelo Edital Complementar N.01 e N. 02;

CONSIDERANDO o disposto que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Itiquira – MT e o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Itiquira-MT;

CONSIDERANDO o advento da Lei Municipal nº 1.252 de 29 de julho de 2023 que dispõe sobre a ampliação do número de VAGAS para os cargos constantes no Anexo IV, da Lei Municipal nº 1.167, de 23/02/2022 e no Anexo II, do Edital do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT nº 069/2022 e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1° CONVOCAR os candidatos aprovados no Concurso Público Edital nº 069/2022 consolidado pelo Edital Complementar N.01 e N.02, relacionados abaixo no Art. 3º, de acordo com a ordem de aprovação, a comparecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste edital, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311 - Centro, Itiquira, Estado de Mato Grosso, no horário de 08hs00min às 11hs00min e das 13hs00min às 17hs00min. para providências quanto à nomeação e posse, em conformidade com o que dispõe a legislação.

§ 1º Os candidatos deverão apresentar os documentos constantes do Anexo I;

§ 2º Para realização da PERÍCIA MÉDICA, em cumprimento da exigência do item 16.12 e 16.12.1, do Edital nº 069/2022, os candidatos deverão estar de posse dos resultados dos exames médicos constante do Anexo II, conforme exigências do cargo e procurar para a realização da perícia médica o Hospital Municipal *“Osnir Bortolini”* do Município de Itiquira/MT, por ordem de chegada, na data e horário abaixo designado:

- 13/12/2023 – DAS 07H00MIN ÁS 11H00MIN;

§3º Serão admitidos somente os exames médicos que tenham sido realizados após a publicação deste Edital de Convocação nº 054/2023 de 17 de novmbro de 2023.

Art. 2º O não comparecimento dos candidatos no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação do presente edital e a não apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à Administração o direito de convocar o próximo candidato.

Art. 3º Os candidatos convocados são os seguintes:

ORDEM	CANDIDATO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
1	IZADORA RODRIGUES SOUZA	AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICAS – ITIQUIRA	6ª COLOCADA

Art. 3º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT, 17 de novembro de 2023.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

ANEXO I

DOS DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO E POSSE

I – Para todos os cargos	1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos; * 2. CPF; * 3. 2 fotos 3x4 recente; 4. Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso na área de atuação exigida no Edital, reconhecido pelo MEC; * 5. Carteira de Trabalho (página de identificação do trabalhador frente e verso); 6. Comprovante de inscrição no PIS/PASEP; 7. Certidão de nascimento ou casamento ou averbação, se houver; * 8. Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição; * 9. Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa do Serviço Militar (se do sexo masculino); * 10. Comprovante de endereço atualizado; 11. CPF do cônjuge; 12. CPF do pai e da mãe; 13. CPF dos filhos dependentes; 14. Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos; 15. Carteira de vacinação para filhos menores de 14 anos; 16. Comprovante de Conta Corrente Banco do Brasil; 17. Atestado de Sanidade e Capacidade Física APTO (original) expedido pela Junta de Perícias Médicas do Município; 18. Exames Médicos, conforme Anexo II;

	19. Declaração de não acúmulo de cargo - Anexo III; 20. Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e de seus dependentes – Anexo IV; 21. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função – Anexo V; 22. Declaração Negativa (ART. 110, INCISO X, DA LEI MUNICIPAL Nº 379/99) – Anexo VI; 23. Certidão negativa de antecedentes criminais de 1º e 2º grau da Justiça Estadual dos lugares que residiu nos últimos 05 anos; 24. Certidão negativa de antecedentes criminais de 1º e 2º grau da Justiça Federal dos lugares que residiu nos últimos 05 anos; **25. CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL COM O MUNICÍPIO DE POSSE;**
II – Para os cargos com profissão regulamentada	**1. Documentos do item I**; 2. Carteira de Identidade Profissional* ou Certidão comprobatória de registro no respectivo Conselho de Classe; 3. Declaração de não estar cumprindo penalidade imposta após regular processo administrativo, que o impeça, ainda que temporariamente, de exercer a profissão; 4. Certidão de quitação com as demais obrigações legais do órgão fiscalizador do exercício profissional
III – Para os cargos de Motorista, Motorista de Transporte Escolar, operador de moto niveladora/patrol e os que exigem porte de CNH;	**1. Documentos constantes do item I;** 2. Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria conforme a exigência para o cargo;* 3. Certidão de Pontuação de CNH (Através de consulta do RENACH – Registro Nacional de Carteira de Habilitação, junto ao Detran) (para motorista de transporte escolar); 4. Certificado de curso específico de Transporte Escolar, nos termos da Regulamentação do CONTRAN (para motorista de transporte escolar).

*** DOCUMENTOS DEVERÃO SER AUTENTICADOS EM CARTÓRIO.**

ANEXO II

DOS EXAME MÉDICOS PARA NOMEAÇÃO E POSSE

I – Para todos os cargos	1. Hemograma completo em jejum; 2. Glicemia em jejum; 3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L); 4. Gama GT (Gama Glutamil Transferase); 5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides); 6. Eletrocardiograma (E.C.G) com avaliação do médico cardiologista, com registro de especialista constante no Conselho Federal de Medicina; 7. Raio-X do tórax P.A e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultrassonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial; 8. Raios-X total da coluna vertebral com laudo radiológico (exceto para gestantes, que devem apresentar laudo de ultrassonografia gestacional recente); 9. Avaliação de médico ortopedista com registro de especialista constante no Conselho Federal de Medicina, quanto a saúde física de membros superiores, inferiores e coluna vertebral total (baseada no exame geral do candidato e nos Raios-X de coluna total), inclusive para gestantes; 10. Exame de urina tipo I (E.A.S); 11. Atestado de saúde mental emitido por médico psiquiatra com registro de especialista constante no Conselho Federal de Medicina; 12. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica), emitido por psicólogo com registro profissional ativo no Conselho Regional de Psicologia; 13. Teste ergométrico.
II – Para cargos cuja função seja condução de veículos – (Motoristas e motorista de transporte escolar, Operadores de Motoniveladora/patrol).	**1. Exames atestados no item I;** 2. Eletroencefalograma com avaliação neurológica; 3. Exame oftalmológico com acuidade visual e fundo de olho; 4. Audiometria total; 5. Exame Toxicológico.
III – Para os cargos de: auxiliar de serviços gerais, cuidador social, coletor de lixo/entulho, auxiliar de conservação de vias, pedreiro, servente de pedreiro, eletricista de média e baixa tensão e mecânico nível.	**1. Exames atestados no item I;** 2. Raio X coluna Vertebral (ÂP e P): Cervical, Torácica e Lombo Sacral.
IV - Para os cargos de : Professor II – Área de Educação Física • Professor II – Área de Geografia • Professor II – Área de Inglês • Professor II – Área de História • Professor II – Área de Matemática • Professor II – Área de Pedagogia • Professor II – Área de Português.	**1. Exames atestados no item I;** 2. Exame otorrinolaringológico de cordas vocais; 3. Audiometria (com laudo fonoaudiólogo); 4. Exame oftalmológico com acuidade visual e fundo de olho; 5. EEG (Eletroencefalograma com parecer neurológico): 6. Laringoscopia com foto ou vídeo, bem como Laudo Médico.
V – Para os cargos de Nutricionista.	**1.Exames atestados no item I;** 2. Parasitológico de fezes; 3. Bacteriológico de secreção nasofaríngea; 4. Pesquisa de BK no escarro (Baciloscopia).
VI – Para os cargos de Médico, Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, odontólogo, fisioterapeuta, farmacêutico, psicólogo, técnico em raio x, técnico em saúde bucal, cujas funções serão desenvolvidas em unidades hospitalares ou de atendimento a pacientes.	**1.Exames atestados no item I;** 2.Exame Anti-HCV; 3. Pesquisa de BK no escarro (Baciloscopia);

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu,_____ _____, abaixo assinado, portador(a) do RG n°_____, e do CPF sob o n° _____, **DECLARO(A)** para fins de posse no cargo de _____ do Quadro de Servidores da Prefeitura Municipal de Itiquira, QUE NÃO ESTOU em disponibilidade, em licença para tratar de interesse particular, nem OCUPO NENHUM cargo, função ou emprego público junto à Administração Pública Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, suas subsidiarias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, de conformidade com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal de 1988.

DECLARO (A), mais, estar ciente de que deve comunicar à Prefeitura Municipal de Itiquira qualquer alteração que venha a ocorrer em sua vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos, sob pena de responder processo administrativo disciplinar previsto nas Leis Municipais nº 379/1999 (Regime jurídico dos servidores públicos de Iiquira/MT) e Lei nº 827/2017 (Plano de cargo, carreiras e salários dos servidores públicos de Itiquira/MT.

DECLARO (A), ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando-se às penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

DECLARO (A), por fim, que toma ciência de toda a legislação supra referida.

Itiquira/MT, _____ de _____de 2023

_____

Assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Eu,_____ _____, abaixo assinado, portador(a) do RG n°_____, e do CPF sob o n° _____, **DECLARO(A)** para fins de posse no cargo de _____ do Quadro de Servidores da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, em cumprimento às disposições legais pertinentes que:

a) [ ] Não possuo bens e valores patrimoniais.

b) [ ] Integram meu patrimônio os bens e valores discriminados no quadro abaixo (imóveis urbanos ou rural, veículos, máquinas, semoventes, dinheiro, títulos, ações ou qualquer bens e valores patrimoniais localizados no País ou Exterior).

DISCRIMINAÇÃO DO BEM	VALOR (R$)

OBS: A presente declaração deverá abranger o patrimônio do cônjuge, companheiro(a) filho(a) ou qualquer pessoa que viva sob a dependência econômica do declarante.

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as consequências previstas na legislação vigente.

Itiquira/MT, _____ de _____de 2023.

_____

Declarante

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE CARGA HORÁRIA

Eu _____brasileiro,_____, portador do RG _____, _____-____ e CPF _____, residente e domiciliado na _____, _____M___, aprovado no Concurso Público Municipal _____, para o cargo de _____, **DECLARO**, que possuo disponibilidade para cumprir a carga horária de _____h, exigida para o cargo para o qual estou sendo nomeado.

Configurando-se a não veracidade da declaração prestada, como crime de falsidade ideológica, previsto no art 299, do Código Civil Penal.

Por ser verdade, firmo a presente.

Itiquira/MT, _____ de _____ de 2023.

_____

Assinatura

ANEXO VI

DECLARAÇÃO NEGATIVA

(ART. 110, INCISO X, DA LEI MUNICIPAL Nº 379/99)

EU, _____, Servidor Público Municipal, portador da CI/RG sob o nº _____ e inscrito no CPF/MF nº _____; DECLARO, na presente data e para os devidos fins, nos termos do art. 110, inciso X, NÃO participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;(Redação dada pela Lei nº 1024/2018) .

Itiquira/MT, _____ de _____ de 2023.

_____

Declarante

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2023

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2023**, que tem por objeto o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE UNIFORMES, COM INTUITO DE ATENDER TODAS AS SECRETARIAS,CAMPANHAS EDUCATIVAS, OFICINAS DIRECIONADA A POPULAÇÃO DO MUNICIPIO DE JACIARA-MT",** onde foram vencedoras as empresas **IMPACTO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA** ao valor global de **R$ 104.765,00** (Cento e quatro mil, setecentos e sessenta cinco reais), **JAIR SANTI LTDA** ao valor global de **R$ 89.340,00** (Oitenta nove mil, trezentos e quarenta reais).

Jaciara-MT, 17 de Novembro de 2023.

João Luiz dos Santos Dall'oglio

Pregoeiro – Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

PORTARIA Nº 269 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

"**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL PARA CONTRATO**".

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º Para fins que prefeitura o artigo 67 da Lei Federal 8666/93, "A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1o. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2o. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Artigo 2º - Fica nomeado a Servidora Pública **LUCIANA SERAFIM DA SILVA**, FARMACÊUTICA, inscrita na matrícula nº. 1400, lotada na Sec. Mun. De Saúde do município de Jauru/MT, para fiscalização do **Contrato nº. 61/2023** no âmbito da Administração Pública Municipal.

Parágrafo Único – Deverá ser elaborado relatório mensal, com menção ao período fiscalizado para liberação da parcela devida à contratada, que deverá ser entregue a coordenadora de contratos deste município.

Artigo 3º. – Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "José Perez", em Jauru- MT, 17 de novembro de 2023.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 088/2023/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE SOM, PALCO, ILUMINAÇÃO E PAINEL DE LED, em Atendimento à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir 21/11/2023, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 01 de dezembro de 2023 às 08h30 – Horário Local.

Juara-MT, em 17 de novembro de 2023.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Prefeito Municipal

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 1.994/2023

Decreto nº 1.994, de 17 de novembro de 2023.

Dispõe sobre a prorrogação do Processo Seletivo Público nº 002/2022.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e;

Considerando o Memorando nº 302/2023 da Secretaria Municipal de Administração, que solicita a prorrogação de prazo do Processo Seletivo Público nº 002/2022;

Considerando que o Processo Seletivo Público terá validade por 01 (um) ano a contar da data de publicação da homologação do resultado final, prorrogável uma vez, por igual período, a critério do Poder Executivo Municipal, item 9., 12.1 do Edital nº 002/2022.

DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de validade do Processo Seletivo Público nº 002/2022 por mais 01 (um) ano, homologado pelo Decreto nº 1.845, de 22 de novembro de 2022, a partir de 23 de novembro de 2023.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 17 de novembro 2023.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

DEPARTAMENTO RH
PORTARIA 530/2023

PORTARIA Nº 530/2023

DISPOE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL DE ANALISE E DE PROCESSO.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 16.739 de 30 de Outubro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores Públicos Municipais a integrarem a Comissão Especial para Análise do Processo de Apuração de Infrações Contratuais em favor da **PNEUAR Comércio de Pneus LTDA**, conforme abaixo relacionados:

I – Antonio José Santana Neto – Presidente

II - Angélia Pereira - Secretária

III- Fabiana Fatima Pereira -Membro

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 16 de Novembro de 2023

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

---

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 087/2023 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 057/2023, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 057/2023, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 087/2023, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 13/11/2023, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal**, OBEJTO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE TENDAS E PAINEL DE LED E BANHEIRO QUÍMICO,** em Atendimento às Diversas Secretarias Municipais, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagrou-se vencedoras as empresas: **RL TENDAS LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 13.853.977/0001-01, sendo vencedora com valor global de **R$ 1.530. 056,00 (um milhão quinhentos e trinta mil cinquenta e seis reais), - C. M PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 51.921.126/0001-30, sendo vencedora com valor global de **R$ 242.440,00 (duzentos e quarenta e dois mil quatrocentos e quarenta reais),**

Juara –MT, 17 de novembro de 2023.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 089/2023/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR LOTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW PIROTÉCNICO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO, SERVIÇOS DE MANEJO, MONTAGEM E BLÁSTER, PARA O EVENTO RÉVEILLON 2023/2024, em Atendimento a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico**,**conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir 21/11/2023, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspubli-

cas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 06 de dezembro de 2023 às 08h30 – Horário Local.

Juara-MT, em 17 de novembro de 2023.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Prefeito Municipal

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 1.993/2023

Decreto nº 1.993, de 17 de novembro de 2023.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar autorizado no Orçamento Vigente, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a Lei Municipal nº 3.142, de 23 de outubro de 2023 que, Dispõe sobre a alteração do *caput* do art. 30 da Lei Municipal nº 3.032, de 08 de setembro de 2022, § 1º do art. 9º da Lei Municipal nº 3.063, de 26 de dezembro de 2022, incisos I e III do art. 1º da Lei Municipal nº 3.067, de 23 de janeiro de 2023.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento do exercício financeiro corrente um crédito suplementar, no valor de R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), nas dotações abaixo discriminadas:

Órgão:08	Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 08.005	Divisão de Assuntos Politicos e Educacionais
12.361.0028.23330	Acesso e Permanencia a Educ. Básica/ 30 % Fundamental
FONTE: 15400000000	Transferencia do FUNDEB
0332 – 339030000000	Material de Consumo ..... R$ 250.000,00

Órgão:08	Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 08.006	Divisão de Educação Infantil - Creche
12.365.0028.2332	Acesso e Permanen. a Educ. Básica/30 % FUNDEB - Creche
FONTE: 15400000000	Transferencia do FUNDEB
0389 – 339030000000	Material de Consumo ..... R$ 100.000,00

Órgão:08	Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 08.005	Divisão de Educação Infantil – Pré-Escola
12.365.0028.2334	Acesso e Perman. a Educ. Básica/30 % FUNDEB - Pré-Escola
FONTE: 15400000000	Transferencia do FUNDEB
0399 – 339030000000	Material de Consumo ..... R$ 30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto no artigo anterior das dotações especificadas de que trata o artigo 1º, será utilizado em igual importância, por anulação parcial ou total das dotações, abaixo mencionadas, na forma dos artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Órgão:08	Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 08.005	Divisão de Assuntos Politicos e Educacionais
12.361.0028.1248 FONTE: 25001001000 0306 – 449051000000	Acesso Permanencia a Educ. Basica/Obras Infra Estrutura Recursos com Manutenção Desenvolvimento do Ensino Obras e Instalações ..... R$ 380.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 17 de novembro 2023.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 1.995/2023

Decreto nº 1.995, de 17 de novembro de 2023.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar no orçamento vigente, e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e;

Considerando o Ofício nº 47/2023/CO/GP, de 17 de novembro de2023, solicitando a abertura de crédito para suplementação de dotação orçamentária, para atender as necessidades da Casa de Leis.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do exercício financeiro corrente um crédito suplementar, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), na dotação abaixo discriminada:

01.	Câmara Municipal
001.	Câmara Municipal
01.	Legislativa
031.	Ação Legislativa
0033	Processo Legislativo
2340-319014000000	Diárias Civil ..... R$ 10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto no artigo anterior das dotações especificadas, será utilizado em igual importância, por anulação parcial ou total da dotação abaixo mencionadas, na forma dos artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

01.	Câmara Municipal
001.	Câmara Municipal
01.	Legislativa
031.	Ação Legislativa
0033	Processo Legislativo
2340-339046000000	Auxílio Alimentação ..... R$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 17 de novembro de 2023.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 106/2023 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICAO Nº002/ 2023 CONFORME HOMOLOGAÇÃO DO DECRETO N°1.930/2023 DE 15 DE JUNHO DE 2023, CONFORME PUBLICAÇÃ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 106/2023 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICAO Nº002/ 2023 CONFORME HOMOLOGAÇÃO DO DECRETO N°1.930/2023 DE 15 DE JUNHO DE 2023, CONFORME PUBLICAÇÃO DO DIARIO OFICIAL N° 4.256 DO DIA 16/06/2023.

Art. 1° - O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Processo de Processo Seletivo Simplificado n°002/ 2023, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de **30 (trinta)** dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Saúde, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Processo Simplificado n° 002/2023, a fim de ser contratado ao respectivo cargo no prazo acima estabelecido.

Art. 2º - **CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:**

ESPECIALISTA SAUDE/BIOMÉDICO

Item	Nome	Classificação
01	KELLY LEANDRO CORDEIRO	02°

Art. 3º - Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Juara-MT, 17 de Novembro de 2023

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretaria Municipal de Administração

Portaria n°208/2023 de 03/04/2023

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 1.992/2023

Decreto nº 1.992, de 17 de novembro de 2023.

Dispõe sobre abertura de Crédito Suplementar autorizado no Orçamento Vigente, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a Lei Municipal nº 3.142, de 23 de outubro de 2023 que, Dispõe sobre a alteração do *caput* do art. 30 da Lei Municipal nº 3.032, de 08 de setembro de 2022, § 1º do art. 9º da Lei Municipal nº 3.063, de 26 de dezembro de 2022, incisos I e III do art. 1º da Lei Municipal nº 3.067, de 23 de janeiro de 2023.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento do exercício financeiro corrente um crédito suplementar, no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), na dotação abaixo discriminada:

Órgão:09	Secretaria Municicpla de Saude
Unidade: 09.101	Fundo Municipal de Saude
10.302.0027.2279	Ampliação, Acesso e Melhorias - MAC
FONTE: 16210000604	Serv. Publicos de Saúde Bloco Atenção Média e Alta Complexidade dp Governo Estadual
0565–339039000000	Outros Serviços Terceiros Pessoa Juridica ..... R$ 400.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto no artigo anterior da dotação especificada de que trata o artigo 1º, será utilizado em igual importância, por excesso de arrecadação de fonte de recursos provenientes do Termo de Compromisso nº 380/2023/SAS/SES cofinanciamento estadual, referente ao custeio e manutenção das ações e serviços de saúde de atenção hospitalar do Hospital Municipal de Juara Elidia Machietto Santilho, na forma dos artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 17 de novembro 2023.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 032/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 125/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Juruena, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 160/2023, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia **30/11/2023**, às **07:30 horas**, no endereço, Avenida Quatro de Julho, 360, Centro, Juruena - MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação **Pregão Presencial SRP N.º 032/2023, Processo Administrativo N.º 125/2023**. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1346 ou pelo email: licitacao@pmjuruena.com.br.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SUPORTE TECNICO PARA O DEPARTAMENTO DE TERRAS DO MUNICIPIO, DO TIPO TOPOGRAFO COM EQUIPE TECNICA, MATERIAIS PARA ASSESSORAMENTO AO REURBE NAS AREAS DO MUNICIPIO DE JURUENA**,** conforme relação contidano Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas, visando contratações futuras.

Juruena - MT, 17 de novembro de 2023.

ROBSON GOMES DIAS Pregoeiro Oficial

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.583, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a extinção e criação de cargos, alteração de denominação de cargos com alteração de anexos da Lei Complementar nº 679, de 07 de dezembro de 2006, que reformula e consolida o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Servidores Públicos Municipais de Juruena, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JURUENA-MT**, no uso e gozo de suas legais atribuições FAZ SABER que a Câmara Municipal **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei promove modificações na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, extinguindo e criando vagas, alteração de denominação de cargos e colocando em extinção cargos do quadro de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2° O cargo de provimento efetivo de ADVOGADO do Plano de Cargos instituído pela Lei Complementar Municipal n.º 679/2006 passa a denominar-se PROCURADOR DO MUNICÍPIO, conforme relacionado no anexo da presente Lei.

Art. 3° Ficam extintos 16 (dezesseis) cargos efetivos vagos de AUXILIAR DE GARAGEM, 15 (quinze) cargos efetivos vagos de MERENDEIRA, 02 (dois) cargos efetivos vagos de DESENHISTA, 02 (dois) cargos efetivos vagos de ECONOMISTA, 02 cargos efetivos vagos de TÉCNICO EM CONTABILIDADE, existentes na administração centralizada do Executivo Municipal anteriores à vigência desta Lei, conforme relacionado no anexo da presente Lei, especificados na tabela abaixo:

CARGOS	TOTAL DE CARGOS EXINTOS
AUXILIAR DE GARAGEM	**16**
MERENDEIRA	**15**
DESENHISTA	**02**
ECONOMISTA	**02**
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	**02**

Art. 4º Ficam declarados em extinção os cargos previstos na Lei Complementar Municipal n.º 679/2006, especificados na tabela abaixo:

CARGOS	TOTAL VAGAS EM EXTINÇÃO
AGENTE DE SAÚDE	03
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	04
VIGIA	03

Parágrafo Único. Os cargos ocupados serão extintos à medida que ocorrer sua vacância, assegurados aos seus ocupantes todos os direitos e vantagens estabelecidos em lei.

Art. 5º Ficam criadas novas vagas dos cargos previstos na Lei Complementar Municipal n.º 679/2006, especificados na tabela abaixo:

CARGOS	TOTAL VARGAS CRIADAS
ASSISTENTE SOCIAL	04
AUXILIAR DE TRIBUTAÇÃO	01
BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	03
ENFERMEIRO	10
FISCAL DE TRIBUTOS	06
FISIOTERAPEUTA	01
MÉDICO	02
OFICIAL ADMINISTRATIVO	10
PSICÓLOGO	01
TÉCNICO AGRÍCOLA	01
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	07
TÉCNICO EM RAIO X	02

Parágrafo Único. Fica acrescido de mais 04 (quatro) vagas de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, 01 (uma) vaga de provimento efetivo de AUXILIAR DE TRIBUTAÇÃO, 03 (três) vagas de provimento efetivo de BIOQUIMICO/FARMACÊUTICO, 10 (dez) vagas de provimento efetivo de ENFERMEIRO, 06 (seis) vagas de provimento efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, 01 (uma) vaga de provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA, 02 (duas) vagas de provimento efetivo de MÉDICO, 10 (dez) vagas de provimento efetivo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, 01 (uma) vaga de provimento efetivo de PSICÓLOGO, 01 (uma) vaga de provimento efetivo de TÉCNICO AGRÍCOLA, 07 (sete) vagas de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM e 02 (duas) vagas de provimento efetivo de TÉCNICO EM RAIO X, todos do Plano de Cargos instituído pela Lei Complementar Municipal n.º 679/2006, conforme relacionado no anexo da presente Lei.

Art. 6º Os ANEXOS, da Lei Complementar Municipal n.º 679/2006, passam a vigorar da forma como estabelecido nos respectivos ANEXOS da presente Lei Complementar, que passa dessa a ser parte integrante.

Art. 7º As demais disposições da Lei Complementar Municipal n.º 679/2006 permanecerão inalteradas.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente Lei Complementar por Decreto, bem como baixar os atos regulamentares pertinentes e adequados, sempre que necessário, a partir de sua publicação.

Art. 9º. As despesas oriundas da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementá-las, caso necessário, com a abertura de crédito adicional suplementar ou especial, bem como realizar a transposição, o remanejamento, ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, observando o disposto nos arts. 43 e 46, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Parágrafo Único. Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 10 O Demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro, exigido pela Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) segue no ANEXO VIII, da presente Lei Complementar, ficando dispensada a apresentação da Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, ante a inexistência de Impacto Orçamentário e Financeiro.

Art. 11. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 16 de Novembro de 2023.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena

LEI Nº. 1.580, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

ACRESCENTA PROGRAMA NO PPA – PLANO PLURIANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2022 A 2025, NA LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023 E NA LOA – LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DE 2023 E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO VALOR DE R$ 155. 817,62 (CENTO E CINQUENTA E CINCO MIL OITOCENTOS E DEZESSETE REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS) E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Ela Sanciona a seguinte Lei:

ARTIGO 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial, por excesso de arrecadação, adicionando recursos no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 155.817,62 (Cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e dezessete reais e sessenta e dois centavos).

ARTIGO 2º. Fica alterado o PPA – Plano Plurianual do Município de Juruena, aprovado pela Lei nº. 1.367, de 30 de novembro 2021, abrangendo o período de 2022 a 2025, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei nº. 1.480 de 06 de dezembro de 2022 e na LOA - Lei Orçamentária Anual - Lei nº. 1.481, de 06 de dezembro de 2022, para o exercício financeiro de 2023.

ARTIGO 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, inciso II– excesso.

ARTIGO 4º. O crédito especial referido no artigo 1º será desdobrado ao nível de elemento de despesa segundo a modalidade de aplicação e recurso, através de decreto municipal, no orçamento programa, para o exercício financeiro de 2023, do Município de Juruena/MT, nas seguintes dotações:

09-SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

001-COORDENADORIA DE TURISMO

Projeto Atividade: 2305- APOIO A PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS

23.695.0022.2305.3.3.90.39.00-Outros Serviços de Terc. Pessoa Jurídica.....R$ 60.044,28

23.695.0022.2305.3.3.90.36.00-Outros Serviços de TErc. Pessoa Física…….R$ 22.500,00

Fonte de Recursos: 1**.7.15.000000- Transferências Destinadas ao Setor Cultural-LC nº 195/2022 Art. 5º Audiovisual……..R$ 82.544,28**

09-SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

001-COORDENADORIA DE TURISMO

Projeto Atividade: 2306- APOIO A SALAS DE CINEMA

23.695.0022.2306.3.3.90.39.00-Outros Serviços de Terc. Pessoa Jurídica.....R$ 18.875,10

Fonte de Recursos: 1**.7.15.000000- Transferências Destinadas ao Setor Cultural-LC nº 195/2022 Art. 5º Audiovisual**

09-SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

001-COORDENADORIA DE TURISMO

Projeto Atividade: 2307- FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E DIFUSÃO

23.695.0022.2307.3.3.90.39.00-Outros Serviços de Terc. Pessoa Jurídica.....R$ 9.477,62

Fonte de Recursos: 1**.7.15.000000- Transferências Destinadas ao Setor Cultural-LC nº 195/2022 Art. 5º Audiovisual**

09-SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

001-COORDENADORIA DE TURISMO

Projeto Atividade: 2308- DEMAIS ÁREAS DA CULTURA

23.695.0022.2308.3.3.90.39.00-Outros Serviços de Terc. Pessoa Jurídica.....R$ 2.246,31

23.695.0022.2308.3.3.90.36.00-Outros Serviços de Terc. Pessoa Física……..R$ 42.674,31

Fonte de Recursos: 1.**7.16.000000- Transferências Destinadas ao Setor Cultural LC nº 195/2022 Art. 8º Demais Setores da Cultura…….R$ 44.920,62**

ARTIGO 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Juruena/MT, 16 de Novembro de 2.023.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena

LEI Nº. 1.581, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REMANEJAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO VALOR DE R$ 50.587,81 (CINQUENTA MIL, QUINHENTOS E OITENTA E SETE REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS)

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Municipal nº. 1.481 de 06 de dezembro de 2022,

ART. 1º - Ficam suplementadas em **R$ 50.587,81 (cinquenta mil, quinhentos e oitenta e sete reais e oitenta e um centavos)** as seguintes dotações orçamentárias:

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12-EDUCAÇÃO

001 COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade: 2273-PNAT – Manutenção Transporte Escolar

05.001.12.361.0013.2273.3.3.90.39.00-Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica...R$ 50.587,81

Fonte de Recurso: 2.5.69.000000-Outras Transferências de Recursos do FNDE

ART. 2º - As despesas de execução da presente Lei, correrão à conta da anulação parcial como **TRANSFERÊNCIA** da seguinte dotação orçamentária:

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12-EDUCAÇÃO

001 COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade: 2273-PNAT – Manutenção Transporte Escolar

0505-05.001.12.361.0013.2273.3.3.90.30.00-Material de Consumo…..... ....R$ 50.587,81

Fonte de Recurso: 2.5.69.000000-Outras Transferências de Recursos do FNDE

ART. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Juruena/MT, 16 de Novembro de 2.023.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena

LEI Nº. 1.577, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REMANEJAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO VALOR DE R$ 341.723,56 (TREZENTOS E QUARENTA E UM MIL, SETECENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS)

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Municipal nº. 1.481 de 06 de dezembro de 2022,

ART. 1º - Ficam suplementadas em **R$ 341.723,56 (trezentos e quarenta e um mil, setecentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos)** as seguintes dotações orçamentárias:

08-SECRETARIA MUNICIPAL VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

001-COORDENADORIA DE SERVIÇOS URBANOS

Projeto Atividade: 2045-Manutenção dos Serviços Urbanos

08. 15.452.0019.2045.3.3.90.30.00-Material de Consumo……..... R$ 97.120,00

08.15.452.0019.2045.3.3.90.39.00-Outros Serviços Terc. Pes. JuridicaR$ 150.000,00

Fonte de Recurso: 2.5.00.00000000-Recursos não Vinculados de Impostos

08-SECRETARIA MUNICIPAL VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

001-COORDENADORIA DE SERVIÇOS URBANOS

Projeto Atividade: 2048-Manutenção dos Serviços de Estradas

08.15.452.0019.2048.3.3.90.39.00-Outros Serviços Terc. Pes. Juridica. R$ 94.603,56

Fonte de Recurso: 2.5.00.00000000-Recursos não Vinculados de Impostos

ART. 2º - As despesas de execução da presente Lei, correrão à conta da anulação parcial como **TRANSFERÊNCIA** da seguinte dotação orçamentária:

08-SECRETARIA MUNICIPAL VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

001-COORDENADORIA DE SERVIÇOS URBANOS

Projeto Atividade: 1187-CONSTRUÇÃO DE MEIO FIO

0475-08.15.452.0019.1187.4.4.90.51.00-Obras e Instalações……. .R$ 94.603,56

0474-08.15.452.0019.1187.4.4.90.51.00-Obras e Instalações……. .R$ 247.120,00

Fonte de Recurso: 2.5.00.00000000-Recursos não Vinculados de Impostos

ART. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Juruena/MT, 16 de Novembro de 2.023.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 242/2023 PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 106/2023 INEXIGIBILIDADE: N° 009/2023

CONTRATO Nº 242/2023

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 106/2023

INEXIGIBILIDADE: N° 009/2023

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Juruena/MT, doravante denominada PREFEITURA, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **MANOEL GONTIJO DE CARVALHO** , brasileiro, **portador da cédula de identidade RG nº 698.611, e do CPF 747.198.402-30** residente e domiciliado na cidade de Juruena/MT, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado, a empresa **IMPULCETTO SERVIÇOS ELÉTRICOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MP sob n° **13.601.773/0001-75**, estabelecida Rua Coronel João Franco Mourão, n° 637, Bairro: Centro, Leme/SP, CEP: 13.610-180, simplesmente denominada CONTRATADA, representada, neste ato, pelo seu sócio, **VALMIR TADEU IMPULCETTO, portador do RG N°, 11530487 SSP/SP e no CPF n°, 064.044.398-24**, residente e domiciliado nesta cidade de Leme no Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Mourão, n. 820. Bairro:Centro, CEP: 13.610-070, considerando o constante no processo administrativo **n° 106/2023 e Inexigibilidade N° 009/2023** e em observância a Lei n° 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, PARA A REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÕES E POSSÍVEIS ADEQUAÇÕES NAS CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA

CLAUSULA SEGUNDA DA LICITAÇÃO

2.1 Para a presente contratação foi realizada a Licitação na Modalidade Inexigibilidade Licitação n° 009/2023, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

CLAUSULA TERCEIRA – DA VIGENCIA DO CONTRATO

3.1 A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, a contar a partir data de assinatura até a data de 13 de Novembro de 2024. **CLAUSULA QUINTA- DAS EXECUCOES DOS SERVIÇOS**

4.1. Os serviços contratados terão início com o levantamento de documentos junto ao Município, análise de todas as contas de energia elétrica pagas, e a apuração das condições atuais das unidades consumidoras;

4.1.1. Será confeccionado laudo técnico-científico-especializado, por engenheiro-elétrico, sobre a utilização de alta e baixa tensão que versará sobre:

4.1.1.1. A utilização real do sistema elétrico;

4.1.1.2. Verificação dos valores pagos, incluindo alteração de valores e classes tarifárias.

4.1.2. Elaboração, interposição e acompanhamento, até ulteriores termos, incluindo atuação perante o Órgão Regulador - Agência Nacional (Anel) de medidas administrativas, que terão por escopo o reconhecimento de valores cobrados com excesso pela Concessionária de Energia Elétrica, nas tarifas pagas pelo Município, ora CONTRATANTE;

4.1.2.1. Será realizada notificação extrajudicial à CONCESSIONÁRIA, para a tentativa de acordo extrajudicial que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a entrega do laudo pericial. Não havendo acolhimento da notificação, a CONTRATADA deverá interpor procedimento, junto a Anel, imediatamente.

CLAUSULA QUINTA – DO PREÇO E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

ITEM	COD TCE	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	VALOR ESTIMADO A SER RECUPERADO	VALOR DE HONORÁRIOS	VALOR ESTIMADO DE HONORÁRIOS
01	00033556	SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA EM ENGENHARIA ELÉTRICA PARA EXECUTAR SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÕES E POSSÍVEIS ADEQUAÇÕES NAS CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA, VISANDO A REDUÇÃO DOS VALORES PAGOS, E RECUPERAÇÃO DE VALORES EVENTUALMENTE PAGOS INDEVIDAMENTE À CONCESSIONARIA DE ENERGIA.	R$ 360.000,00	20%	R$ 72.000,00

5.1. O valor estimado da contratação é de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) pela recuperação dos últimos 10 (dez) anos, sendo este valor referente aos 20% (vinte por cento) calculados sobre os valores dos créditos recuperados, a princípio estimados em R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) conforme a tabela acima;

5.1.1. A remuneração pelos serviços prestados ocorrerá somente após a constatação dos valores recuperados e/ou reduzidos na proporcionalidade das entradas dos depósitos feitos na conta bancária da Prefeitura;

5.2. O pagamento deverá de efetivado em até 30 (trinta) dias depois de emitida e atestada a nota fiscal pela área competente;

5.3. O pagamento será realizado através de depósitos em conta corrente da contratada, preferencialmente em bancos oficiais, tais como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, vedado qualquer antecipação de pagamento sem a correspondente prestação dos serviços.

5.4. Será considerado como inadimplemento o atraso superior de 30 (trinta) dias;

5.5. A Nota Fiscal deverá ser emitida pela contratada, obrigatoriamente com o mesmo número de inscrição no CNPJ apresentado na proposta, bem como da Nota de Empenho;

5.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais Eletrônicas/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

5.5.2. Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária;

5.6. Como condição para o pagamento, a CONTRATADA deverá se encontrar nas mesmas condições requeridas na contratação, bem como para o recebimento dos pagamentos relativos aos serviços fornecidos e aceitos;

5.7.1. Apresentar junto com a Nota Fiscal/Fatura, certidões de regularidade fiscal e trabalhista para fins de pagamento, quais sejam:

a) Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e contribuições Federais;

b) Certidão Negativa de Débitos Municipais da sede da contratada;

c) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos e Não Tributários e Não Tributários Estaduais;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

e) CRF-FGTS - Certificado de Regularidade FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de certidão específica;

5.7.2. A validade das certidões deverá ser correspondente a programação de pagamento, constante no item

5.2.", devendo o Fiscal de Contrato ficar responsável pela conferência de tal validade;

5.8. Nenhum pagamento Isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

5.9. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de

responsabilidade do Contratado:

5.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do contrato, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

5.11. Não haverá sob-hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLAUSULA SEXTA – DO CREDITO PELO QUAL CORRERÁ AS DESPESAS

6.1. As despesas decorrentes deste contrato durante o exercício de 2023 correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Cod. Red.	Un. Orç.	Funcional	Elemento de Despesa	Valor
50	03001	041220052005	3390390000000	R$ 72.000,00

CLAUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇOES E RESPONDABILIDADES DAS PARTES

7.1. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA os seguintes.

a) Executar os serviços de acordo com o especificado neste contrato, Termo de Referência e na Proposta apresentada no processo de inexigibilidade de licitação n° 009/2023;

b) Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE para acompanhamento da execução do presente contrato. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela execução dos serviços.

c) Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte e instalação, manutenção, assistência técnica e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela CONTRATANTE.

d) A Inadimplência da empresa, com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, não transfere à administração a responsabilidade por seu pagamento nem poderá onerar o objeto desta;

e) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato,

f)Responsabiliza-se por quaisquer ónus decorrentes de omissão ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento das despesas para o CONTRATANTE;

g) Responsabilizarem-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato;

h) A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não eximi a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas e/ou irregularidades na prestação dos serviços.

i) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados a Administração e/ou a terceiros, quando caracterizada a má fé, o dolo, a negligência ou a imperícia profissional, durante a prestação do serviço;

j)Fica obrigada a comunicar, por escrito, a Administração a ocorrência de qualquer fato ou dano anormal,verificado no local da prestação do serviço pactuado, até o primeiro dia útil subsequente a ocorrência;

k) Comunicar ao gestor da contratação, por escrito, qualquer anormalidade, de caráter urgente, tão logo verificada, na prestação dos serviços;

1) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste ato convocatório;

m) Protocolar junto a CONTRATANTE qualquer solicitação de aditamento ao Contrato, seja quantitativo, qualitativo, ou prorrogação de prazo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias antes do término do prazo de execução;

n) Não transferir, sob hipótese alguma, a execução dos serviços, objeto do da presente contratação;

o) Deslocamentos, hospedagem, fotocópias, reconhecimento de firmas, autenticações, despesas de condução, honorários de perito, etc., que se fizerem necessárias à salvaguarda do êxito dos serviços ora contratados, serão arcadas pela CONTRATADA.

7.2. São obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE os seguintes:

a) Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do fornecimento;

b) Prestar informações e esclarecimentos aos funcionários da Contratada de que disponha e que

eventualmente venham a ser solicitados visando à eficiência dos serviços a serem executados, bem como sanar dúvidas que contribuam para a perfeita execução dos serviços;

c) Acompanhar, conferir e fiscalizar a execução dos serviços objeto do contrato, através de fiscal especialmente designado pela CONTRATANTE, podendo o mesmo receber assessoria de empresa especializada;

d) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções administrativas quando se fizerem necessárias;

e) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no contrato depois do

recebimento das notas fiscais, já devidamente atestadas pelo servidor responsável;

1) Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitando os direitos da CONTRATADA;

g) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei;

h) Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo de dois (02) dias para correção, após emissão de ordem de fornecimento.

CLAUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CABIVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

8.1. As penalidades contratuais aplicáveis são:

a)Advertência verbal ou escrita;

b)Multas.

c)Declaração de inidoneidade e,suspensão do direito de licitar e contratar

8.2. A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais técnicas estabelecidas;

8.3. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela Nota de Empenho, sujeitará a Contratada, às penalidades previstas nos artigos na lei 14.133/2023 demais cominações deste contrato.

8.4. As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na execução dos serviços;

b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do contato;

c) 14% (quatorze por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

d) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Juruena-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

8.5. De qualquer sanção imposta, a CONTRATADA poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Juruena-MT, devidamente fundamentado.

8.6. As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

9.1. As partes poderão, a qualquer momento, rescindir o presente contrato mediante prévio aviso, expresso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, período em que serão inteiramente válidas todas as cláusulas contratuais.

10.1. O acompanhamento e a fiscalização do serviço, objeto deste instrumento contratual será exercida por servidor(a) FABIANO SOUSA DE CASTRO , nomeado para esta finalidade pela CONTRATANTE;

10.1.1. A fiscalização será exercida no interesse da contratante e não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por conduta omissiva ou comissiva de seus agentes, nem implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos ;

10.2. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o CONTRATANTE reserva-se no direito de, sem que restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento, podendo para isso:

a) Observar o fiel adimplemento das disposições contratuais;

b) Ordenar a suspensão da execução dos serviços contratados se estiver em desacordo com o pactuado, sem prejuízo das penalidades a que á CONTRATADA está sujeita, garantindo o contraditório.

11.1. Aplica-se a Lei n.° 14.133/2021 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos

12.1. A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação;

12.2. Farão parte do presente contrato, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Termo de Referencia da Inexigibilidade de Licitação n° 009/2023, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela CONTRATADA.

13.1. A CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações nas especificações dos serviços se houver motivo justificado e fundamento com a necessária antecedência;

13.2. A CONTRATADA somente poderá sub-contratar parcialmente a execução do fornecimento, com prévia concordância da CONTRATANTE, ficando, neste caso, solidariamente responsável pelos serviços de parte da contratação que não constitua parcela elementar da mesma, executados pelo sub-contratado e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ele imputáveis;

13.3. As prorrogações do prazo de execução de etapas do fornecimento serão processadas nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021.

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Cotriguaçu-MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em duas vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Juruena/MT, 13 de Novembro de 2023.

_____

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL DE JURUENA

_____

IMPULCETTO SERVIÇOS ELÉTRICOS

CONTRATADA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 039/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 150/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Juruena, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 186/2023, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia **30/11/2023**, às **8:00 horas, horário de Mato Grosso**, no endereço, Avenida Quatro de Julho, 360, Centro, Juruena - MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação **Pregão Presencial SRP N.º 039/2023, Processo Administrativo N.º 150/2023**. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1407 ou pelo e-mail: licitacao@juruena.mt.gov.br.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS E IMPRESSOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Juruena - MT, 17 de Novembro de 2023.

ROBSON GOMES DIAS Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 022/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 130/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Juruena, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 186/2023, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia **30/11/2023**, às **9:00 horas, horário de Brasília**, no endereço, Avenida Quatro de Julho, 360, Centro, Juruena - MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação **Pregão Eletrônico SRP N.º 022/2023, Processo Administrativo N.º 130/2023**. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1407 ou pelo e-mail: licitacao@juruena.mt.gov.br.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MOBILIÁRIO, INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PROJETO PROCAD SUAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Juruena - MT, 17 de Novembro de 2023.

ROBSON GOMES DIAS Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 36/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 146/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Juruena, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 187/2023, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia **30/11/2023**, às **10:00 horas**, no endereço, Avenida Quatro de Julho, 360, Centro, Juruena - MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação **Pregão Presencial SRP N.º 36/2023, Processo Administrativo N.º 146/2023**. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1346 ou pelo email: licitacao@pmjuruena.com.br.

Objeto da Licitação REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO TIPO MUCK USADO MODELO/ANO 2008/2009 TRAÇADO 06X04 COM GUINDASTE HIDRAULICO LUNA 30. 007 DE CAPACIDADE MINIMA DE 25 TONELADAS COM CARROCERIA ABERTA TIPO PRANCHA COM RAMPA HIDRAULICA PARA USO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA DO MUNICIPIO, conforme as especificações e quantidades discriminadas neste termo de referência.

Sem mais para o momento, Firmo o presente Termo de Autorização.

Juruena - MT, 17 de Novembro de 2023.

ROBSON GOMES DIAS

AGENTE DE CONTRATAÇÃO PUBLICAS Pregoeiro Oficial

LEI Nº. 1579, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a ratear valores recebidos da União a título de assistência financeira complementar da União destinada ao cumprimento do piso salarial nacional de Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem e Parteiras – Portaria GM/MS nº 1.677/2023, assim como a abertura de crédito adicional no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Juruena.

Manoel Gontijo de Carvalho, Prefeito do Munícipio de Juruena, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Juruena/MT, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o rateio no valor de **R$ 28.705,56 (vinte e oito mil, setecentos e cinco reais e cinquenta e seis centavos)** recebido através da Portaria GM/MS nº 1.677, de 26 de outubro de 2023, do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde relacionado à transferência de recurso para a assistência financeira complementar da União destinada ao cumprimento do piso salarial nacional de Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem e Parteiras no exercício de 2023.

Artigo 2º - O rateio dos valores se dará na forma e quantitativos estabelecidos pelo Governo Federal, **conforme planilha disponível na plataforma INVESTSUS,** abrangendo servidores vinculados ao quadro efetivo e precário da administração pública municipal, relacionado no repasse efetuado pelo Ministério da Saúde.

Artigo 3º - Fica autorizado ainda à abertura de Crédito Adicional Especial para o reforço de dotação orçamentária prevista no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Juruena para o exercício de 2023, até o valor repassado pelo Governo Federal para esta finalidade, vinculando e reforçando as dotações do orçamento vigente na seguinte fonte:

07-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

301 – ATENÇÃO BÁSICA

Projeto/Atividade: 2299 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO – PISO SALARIAL DA ENFERMAGEM

10.301.2299.3.1.90.94.00-Indenizações e Restituições.....R$ 10.144,05

Fonte: 1.605.000000 – Assistência financeira da União destinada à complementação do pagamento do piso da enfermagem

07-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

302 – ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Projeto/Atividade: 2300 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO – PISO SALARIAL DA ENFERMAGEM

10.302.2300. 3.1.90.94.00-Indenizações e Restituições.....R$ 18.080,91

Fonte: 1.605.000000 – Assistência financeira da União destinada à complementação do pagamento do piso da enfermagem

07-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Projeto/Atividade: 3301- ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO – PISO SALARIAL DA ENFERMAGEM

10.122.3301. 3.1.90.94.00-Indenizações e Restituições.....R$ 480,60

Fonte: 1.605.000000 – Assistência financeira da União destinada à complementação do pagamento do piso da enfermagem

Artigo 4º - Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos mencionados no Artigo 43, inciso II, § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964, provenientes de **Excesso de Arrecadação das transferências resultantes do julgamento e proclamação do resultado da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7222** e Portaria GM/MS nº 1.677, de 26 de outubro de 2023, **para o piso salarial nacional do Enfermeiro, Técnico e Auxiliar de Enfermagem e da Parteira** e demais legislações vigentes.

Artigo 5º - Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, à LDO, LOA e Plano Plurianual 2022/2025.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Juruena-MT, 16 de novembro de 2023.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito de Juruena

ANEXO ÚNICO

PLANILHA DISPONIBILIZADA PELO MINISTERIO DA SAÚDE ATRAVÉS DA PLATATORMA INVESTSUS POR CPF DE ENFERMEIRO, TÉCNICO E AUXILIAR DE ENFERMAGEM E PARTEIRA - RATEIO DA assistência financeira complementar da União destinada ao cumprimento do piso salarial nacional de Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem e Parteiras

CPF PROFISSIONAL	NOME PROFISSIONAL	CNES EMPREGADOR	CBO	JORNADA SEMANAL (CARGA HORARIA)	SALÁRIO BASE (MENSAL)	REMUNERAÇÃO MENSAL TOTAL	COMPLEMENTO MENSAL UNIÃO	SUB-FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA

04643086157	AMANDA CARLA GONCALVES ALVES	2392895	322205	40	2.116,75	2.116,75	**905,98**	302
04596121150	ANDERSON ANDRE METZ	2392895	322205	40	2.116,75	2.116,75	**905,98**	302
96020075249	BEATRIZ FERREIRA DE OLIVEIRA	2392895	223505	40	2.663,66	2.663,66	**1.654,52**	302
06818124194	CAMILA SILVA GREGORIO SHIPITOSKI	2877104	322205	40	2.116,75	2.116,75	**905,98**	302
93859244191	CLAUDIA FAUSTINA DE PAULA	2393409	322245	40	2.116,75	2.116,75	**905,98**	301
04596112169	CLEIDE SAMPAIO	2392895	322205	40	2.116,75	2.116,75	**905,98**	302
04793953140	DANIELA PAULA DE LIMA ALMEIDA	2392895	322205	40	2.116,75	2.116,75	**905,98**	301
01956472118	DEJANIRA LEITAO AUGUSTO	2392895	322205	40	2.116,75	2.116,75	**905,98**	302
02499480106	DIONE MARCELO STASSUN SULZBACH	2392895	223505	40	2.663,66	2.663,66	**1.654,52**	302
93616279100	ESTELAMAR MICHELS	3669718	322245	40	2.542,42	2.542,42	**480,31**	301
08997701932	EVELIN MONIER DE PAULA	2877104	223505	40	2.663,66	2.663,66	**1.654,52**	301
03953381156	EVERALDO MARCOS DE SOUZA	2392895	322205	40	2.329,44	2.329,44	**693,29**	302
81918658668	ILDA MARIA TAVARES HENRIQUES	2392895	322205	40	2.542,13	2.542,13	**480,60**	302
04473323170	ISMAEL SILVA DA CRUZ	2392895	322205	40	2.329,44	2.329,44	**693,29**	302
05659723160	JOCILIANA ALINE DA ROSA RODRIGUES	2392895	223505	40	2.663,66	2.663,66	**1.654,52**	302
03227904179	JOSIANE GOMES DE MELO	5481058	322205	40	2.116,75	2.116,75	**905,98**	302
02559763133	KEILA CIRINO PEREIRA	2877104	322205	40	2.542,13	2.542,13	**480,60**	301
70481403132	LUANA FERNANDES GARCETE	2392895	223505	40	2.663,66	2.663,66	**1.654,52**	302
04583189141	MARCELO NORBERT	2392895	322205	40	2.329,44	2.329,44	**693,29**	302
00740744151	MARIA JANINHA MULLER	5543983	322205	40	2.542,13	2.542,13	**480,60**	122
91400783100	MARIA MADALENA ROCHA DOS SANTOS	2877104	322205	40	2.754,82	2.754,82	**267,91**	301
02511124114	PATRICIA DE OLIVEIRA MOREIRA	2392909	223565	40	2.663,66	2.663,66	**1.654,52**	301
00975068180	ROSELI SANDRA DE ARAUJO	2877104	322205	40	2.116,75	2.116,75	**905,98**	302
02334955175	ROSENY CEZARIO	3669718	223565	40	2.663,66	2.663,66	**1.654,52**	301
04990389166	RUBIANA INES PERIN DE MACEDO	2392895	322205	40	2.116,75	2.116,75	**905,98**	302
97620289100	SANDRA MARCIA SCHUH	2393409	223565	40	2.926,99	2.926,99	**1.391,19**	301
55089682100	SONIA DE OLIVEIRA LEITE	2392909	322245	40	2.329,44	2.329,44	**693,29**	301
85678210106	TANIA PRIM	2877104	322205	40	2.967,50	2.967,50	**55,23**	301
04254842112	ZELI CRISTINA ROCHA DUTRA	2392895	223505	40	2.663,66	2.663,66	**1.654,52**	302
	TOTAL						**28.705,56**	

Fonte: PLATAFORMA INVESTSUS – novembro/2023

LEI Nº. 1.582, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

ACRESCENTA PROGRAMA NO PPA – PLANO PLURIANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2022 A 2025, NA LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023 E NA LOA – LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DE 2023 E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R$ 430.000,00 (QUATROCENTOS E TRINTA MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Ela Sanciona a seguinte Lei:

ARTIGO 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial, por superávit financeiro do exercício anterior, adicionando recursos no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais).

ARTIGO 2º. Fica alterado o PPA – Plano Plurianual do Município de Juruena, aprovado pela Lei nº. 1.367, de 30 de novembro 2021, abrangendo o período de 2022 a 2025, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei nº. 1.480 de 06 de dezembro de 2022 e na LOA - Lei Orçamentária Anual - Lei nº. 1.481, de 06 de dezembro de 2022, para o exercício financeiro de 2023.

ARTIGO 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, inciso I – superávit.

ARTIGO 4º. O crédito especial referido no artigo 1º será desdobrado ao nível de elemento de despesa segundo a modalidade de aplicação e recur-

so, através de decreto municipal, no orçamento programa, para o exercício financeiro de 2023, do Município de Juruena/MT, nas seguintes dotações:

08-SECRETARIA MUNICIPAL VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

001-COORDENADORIA DE SERVIÇOS URBANOS

Projeto Atividade: 1239 – AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO MUNCK

15.452.0019.1239.4.4.90.52.00-Equipamento e Material Permanente…….R$ 430.000,00

Fonte de Recursos: 2.7.51.000000-Recursos da Contribuição para o custeio do Serviço de Iluminação Pública-COSIP

ARTIGO 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Juruena/MT, 16 de Novembro de 2.023.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº011/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 141/2023

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº011/2023

RATIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, a **INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 011/2023, Processo Administrativo n° 141/2023,** INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO PESSOAL PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR.

Amparado pela **Lei 14.133/2021** dispõe sobre as licitações e contrato, determino que se proceda aContratação.

Juruena – MT, 17 de Novembro de 2023.

Manoel Gontijo de Carvalho

Prefeito Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 141/2023.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 185/2023, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 25 Inc. III letra F da Lei 14.133/2021, realiza a **INEXIGIBILIDADE** de Licitação nº 011/2023, Processo Administrativo n° 141/2023.

INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO PESSOAL PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR.

Fornecedor: 33631372ELIACIR PEDROSA DA SILVA

CNPJ: 33.361.372/0001-75

VALOR DO FORNECEDOR: R$ 10.000,00 (dez mil reais)

Juruena – MT, 17 de Novembro de 2023.

Robson Gomes Dias Presidente da Comissão Permanente de Licitação

---

LEI Nº. 1.578, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

ACRESCENTA PROGRAMA NO PPA – PLANO PLURIANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2022 A 2025, NA LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2023 E NA LOA – LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DE 2023 E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO VALOR DE R$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Ela Sanciona a seguinte Lei:

ARTIGO 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial, por excesso de arrecadação, adicionando recursos no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

ARTIGO 2º. Fica alterado o PPA – Plano Plurianual do Município de Juruena, aprovado pela Lei nº. 1.367, de 30 de novembro 2021, abrangendo o período de 2022 a 2025, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei nº. 1.480 de 06 de dezembro de 2022 e na LOA - Lei Orçamentária Anual - Lei nº. 1.481, de 06 de dezembro de 2022, para o exercício financeiro de 2023.

ARTIGO 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/1964, inciso II – excesso.

ARTIGO 4º. O crédito especial referido no artigo 1º será desdobrado ao nível de elemento de despesa segundo a modalidade de aplicação e recurso, através de decreto municipal, no orçamento programa, para o exercício financeiro de 2023, do Município de Juruena/MT, nas seguintes dotações:

07-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 – SAÚDE

302- ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Projeto Atividade: 2304 – COFINANCIAMENTO ESTADUAL CUSTEIO MAC

10.302.0017.2304.3.3.90.30.00-Material de Consumo…….. …..R$ 100.000,00

Fonte de Recursos: 1.6.21.000000-Transferências do Fundo Estadual de Saúde

ARTIGO 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Juruena/MT, 16 de Novembro de 2.023.

MANOEL GONTIJO DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Juruena

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

AVISO DE RESULTADO / DISPENSA Nº 03/2023 - CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO / DISPENSA Nº 03/2023

A CÂMARA MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE/MT – Em Obediência a Lei Federal nº 14.133/21 e Portaria nº 19/2023, torna público para conhecimento dos interessados, que após abertura de prazo para recebimento de propostas referente a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2023** – cujo objeto é a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS, COM FORNECIMENTO DE MATÉRIA-PRIMA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE – MT**", a empresa **GLENISON OLIVEIRA DA SILVA inscrita no CNPJ nº 34.111.497/0001-37, manifestou interesse, enviou os documentos de habilitação e ofertou a MENOR PROPOSTA DE PREÇO NO VALOR GLOBAL DE R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).**

Lambari D'Oeste-MT, 17 de Novembro de 2023.

CELSO PEREIRA DOS SANTOS

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº 102/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BAIRRO ZH1-001 DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. Conforme informações contidas nos anexos do Edital 025/2022, TOMADA DE PREÇO 03/2022, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços.**

CONTRATADA: ANDREA IORIS CONSTRUCÕES EIRELI

OBJETIVO: Fica alterada a Cláusula Sexta que passam a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEXTA – Prazo, Andamento, Subcontratação, Prorrogação dos Serviços e Recebimento da Obra.

06-1- PRAZO DE EXECUÇÃO

O novo prazo de **Execução** do contrato é aditado em **60 (sessenta)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **14 DE JANEIRO DE 2024,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

O presente aditamento do prazo de execução não configura concordância da Administração com o atraso na execução da obra para efeito de reajuste de preço, sendo motivado pelo Contratado o aumento no prazo de execução.

Assinatura: 16/11/2023.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 4833, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DECRETA HÓSPEDES OFICIAIS NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DO MATO GROSSO, A ILUSTRES VISITANTES".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, e;

CONSIDERANDO a visita do Governador do Rotary Clube do Distrito 4440 e sua esposa, Presidente da comissão – Pólio 2023-24 D., ao nosso Município;

CONSIDERANDOque, o Rotary Clube de Matupá é entidade ativa nas promoções sociais sempre interessada ao bem-estar comum, recebe o seu ilustre Governador, pessoa de alta importância e de enorme valia, cuja visita dignifica o Município.

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado ***visitantes ilustres,*** o Senhor ***JÂNIO SIDNEY BONFOCHI,*** Governador do Distrito 4440 do Rotary Internacional do ano 2023-24 e sua esposa ***MARIA ÂNGELA BONFOCHI,*** Presidente da comissão – Pólio 2023-24 D. 4440, durante sua estadia, a homenagem de ***HÓSPEDES OFICIAIS*** no Município de Matupá - MT, ***no dia 22 de novembro de 2023.***

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se;

Publique-se.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito de Matupá - MT

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº039 /2023/SMED/MATUPÁ

Dispõe sobre remoção, permuta e cedência dos Profissionais a Educação Básica da Rede Municipal de Ensino para o ano de 2024 e dá outras providências.

***A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO*, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei e:**

Considerando Lei nº 11.494/2007 – que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

Considerando a Lei Complementar Municipal nº 013, de 28 de outubro de 2003, com suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Município de Matupá;

Considerando a Lei nº 9394/1996 – Lei de Diretrizes Básicas - LDB;

Considerando o Decreto nº 723/2020 que dispõe sobre processo de matrículas e de formação de turmas na Educação Básica, nas Unidades Escolares da Rede Pública Estadual de Ensino de Mato Grosso;

Considerando o manual de cessão e remoção da Secretaria de Estado de Gestão do Governo de Mato Grosso, 2ª edição dezembro de 2018;

Considerando a necessidade de organizar o processo de remoção dos Profissionais da Educação Básica do Município para o ano letivo de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer critérios para o processo de remoção, na modalidade pedido, permuta e cedência dos Profissionais da Educação Básica para o ano letivo de 2024.

Sessão I

Remoção

Art. 2º A remoção é o deslocamento do servidor, pedida através de requerimento conforme modelo expedido pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto e condicionada a existência de vagas:

I- Vaga livre é aquela oriunda de vacância (aposentadoria, exoneração, falecimento).

II-Para efeito de vaga livre, deve ser descontado do cômputo todos os Profissionais da Educação efetivos que não possuem atribuição por motivo de afastamento legal ou por exercer algum tipo de função (exemplo: diretor e coordenador pedagógico).

Art. 3ºDeterminar que a remoção de que trata o artigo anterior dar-se-á nos casos previstos no art. 43, parágrafo primeiro, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 13 de 28 de novembro de 2003.

Art. 4º Estabelecer que, para os Profissionais da Educação Básica que pleiteiam remoção para outra Unidade Escolar da Rede Municipal para o ano letivo de 2024, deverão solicitá-lo no período de 07/12/2023 e 08/12/2023 conforme cronograma no ANEXO I desta portaria.

§ 1º É vedada o pedido de Remoção ao Profissional da Educação Básica que se encontre em qualquer tipo de afastamento.

§ 2º Fica impedido, o Profissional da Educação Básica classificado para remoção, de requerer qualquer afastamento até a devida atribuição.

§ 3º O servidor com processo administrativo em andamento fica vedado de realizar o pedido de remoção ou permuta.

Art. 5º O processo de remoção será organizado, observando os seguintes procedimentos:

I. Preenchimento do requerimento padrão de remoção por parte do interessado na Unidade Escolar de lotação e entrega do documento na Secretaria Municipal de Educação e Desporto, informando a instituição que pretende remover-se.

II- A Secretaria Municipal de Educação e Desporto em conjunto com Comissão de Atribuição analisará as solicitações de acordo com os preceitos legais.

III- O deferimento do pedido de remoção será de acordo com o quadro de vagas disponíveis após fechamento das turmas.

IV- Após a análise da solicitação, caso o requerimento seja deferido, o processo será efetuado anterior a atribuição dos contratados.

Art. 6º Para efeito de classificação será considerada a pontuação obtida no Processo de Atribuição de sua Unidade Escolar de lotação obtida em 2023.

Art. 7º Em caso de empate no processo de remoção para profissional com a mesma habilitação ou cargo/função concorrendo para a mesma unidade escolar será considerado os seguintes critérios:

I-Hora e data no protocolo na SMED;

II-Maior tempo de serviço na Rede Municipal;

III-Maior idade.

Art. 8º **O período de remoção do profissional ocupante do cargo de Professor será validado pela Secretária Municipal de Educação e Desporto e Comissão Central de Atribuição no dia 15/12/2023 período matutino desde que o mesmo esteja com os lançamentos da 4ª Etapa no Sistema de Gestão Educacional Omega em dia.**

§ 1º Para que haja validade do pedido de remoção o Coordenador Pedagógico da Unidade Escolar a qual possui Professores com pedido de Remoção em processo deve encaminhar a SMED até o prazo máximo de 14/12/2023 um relatório de fechamento de diário e funções do servidor que deseja a remoção.

Art. 9º Os Profissionais da Educação Básica que se inscreveram para o processo de Remoção 2023/2024 e os responsáveis pela validação do pedido deverão ficar atentos às datas estabelecidas nesta Portaria para não alegar desconhecimento quando da validação.

Art. 10 Os servidores que perderem o prazo não poderão enviar pedido de remoção fora da data, permanecendo na Unidade Escolar de origem.

Art. 11 Em caso de o Profissional solicitar desistência da remoção, deverá protocolar junto a Secretaria Municipal de Educação e Desporto/Comissão Central de atribuição, solicitação de desistência impreterivelmente até 14/12/2023.

Parágrafo único. O profissional que desistir da remoção deverá seguir rigorosamente à data estabelecida no caput deste artigo, para não prejudicar os candidatos concorrentes sob pena de ser impedido de nova solicitação de remoção no ano subsequente.

Art. 12 É vedado o deferimento do pedido de remoção no caso de o requerente ser o único perfil de carreira lotado na unidade de origem, salvo:

I- Se a lotação de destino também for desprovida de profissional com perfil do requerente;

II- Com motivação na necessidade e interesse público.

Art. 13 Por necessidade e interesse público, fica permitida a remoção de servidor em Estágio Probatório, desde que expressamente autorizado pela chefia imediata/SMED.

Art. 14 O profissional que se encontra em Estágio Probatório, caso tenha sua remoção deferida, deverá apresentar na Unidade Escolar onde será lotado a ficha de avaliação do Estágio Probatório.

Sessão II

Permuta

Art. 15 A permuta é a troca do local do exercício laboral entre dois servidores que se comprometam, reciprocamente, a assumir as atividades desempenhadas.

§1.º A ausência dos documentos elencados nos incisos do caput deste artigo implica no arquivamento do pedido.

§2.º É condição para a efetivação da permuta a conclusão dos trabalhos de cada servidor na unidade de lotação.

§3.º A permuta deve ser homologada pela autoridade elencada no Art. 2º, observado o interesse da Administração.

Parágrafo único. A permuta será autorizada aos servidores dos municípios do Estado de MT.

Art. 16 A permuta, será permitida aos servidores que ocuparem o mesmo cargo/função, bem como a mesma disciplina de concurso/enquadramento.

§1° Aos servidores detentores do cargo de professor educação básica, a solicitação é condicionada a jornada de trabalho atribuída em sala de aula na disciplina de concurso.

§2° Aos pedidos de permuta seguem o prazo e cronograma do pedido de remoção normal.

§3° Os pedidos serão validados desde que hajadisponibilidade de permuta de servidores entre um Município e outro, e autorizada pela chefia imediata, seguindo o que rege naLei Complementar Municipal nº 13 de 28 de novembro de 2003, e suas complementações.

Sessão III

Cessão ou Cedência

Art. 17 A cessão ou cedência é ato discricionário, autorizativo e temporário que permite ao servidor o exercício de suas funções em órgão diverso da sua unidade de lotação.

Art. 18 O servidor deve protocolar o pedido de cedência na SMED no período de 07/12/2023 a 08/12/2023 seguindo cronograma disposto em ANEXO I desta portaria e no período de férias escolares de 12/07/2024 a 15/07/2023 seguindo o cronograma disposto no ANEXO III desta portaria.

I- Apresentando a motivação do pedido; **II-** O período da cessão; **III-** Informação indicando a unidade onde o servidor irá trabalhar; **IV-** Ficha constante no ANEXO II desta portaria.

Art. 19 O servidor que estiver em estágio probatório não poderá ser cedido, a exceção daquele que irá exercer cargo comissionado no Poder Executivo Municipal.

Art. 20 Fica impedida a cessão se houver outro evento concomitante ao período da cessão (ex.: outra cessão, licença para qualificação profissional, licença para tratamento de interesses particulares, atributos como insalubridade, etc.);

I- O período da cessão poderá ser por até 12 (doze) meses. **II-** Não serão analisados pedidos fora do prazo estabelecido no **Art.18** desta portaria.
Sessão IV Disposições Gerais

Art. 21 O processo de remoção, permuta e cedência deve conter:

I- Requerimento padrão do servidor endereçado a SMED contendo dados pessoais, cópias de RG e CPF, assinatura, bem como os motivos pela qual deseja ser removido, devendo anexar todos os documentos comprobatórios que julgar necessário;

II- Manifestação do responsável da Unidade Escolar, quando houver;

Art. 22 Não caberá recurso, ao candidato que não tenha se classificado neste processo de remoção, permuta e cedência.

Art. 23 O resultado do pedido de remoção, permuta e cedência será disponibilizado no dia 18/12/2023 na Secretaria Municipal de Educação e Desporto de acordo com a classificação.

I- Caso deferido, o profissional deverá pegar cópia do documento e apresentar na Escola para onde foi pedido a remoção.

Parágrafo único. O profissional que teve a remoção e cedência deferida, irá atribuir após a atribuições dos efetivos da respectiva Unidade Escolar no dia 22/01/2024.

Art. 24 Os casos omissos serão encaminhados a SMED, juntamente com a Comissão de atribuições de classe/aulas e jornada de trabalho dos profissionais da Educação para análise do parecer e providências pertinentes, observando as políticas públicas definidas pela mantenedora e dotação orçamentária.

Art. 25 Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Secretária Municipal de Educação e Desporto de Matupá/MT, em 14 de novembro de 2023.

Dê-se ciência.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

_____

Cleusi Hintz

Secretária Municipal de Educação e Desporto

Decreto nº 3727/2021

ANEXO I - CRONOGRAMA DO PROCESSO DE PEDIDOS DE REMOÇÃO, REMOÇÃO POR PERMUTA E CEDÊNCIA.

07/12/2023 a 08/12/ 2023	Pedidos de remoção, permuta e/ou cedência dos Profissionais Efetivos da Rede Municipal.	SMED
14/12/2023	Desistência do Pedido remoção, permuta e/ou cedência	SMED
15/12/2023	Validação do Pedido de remoção, permuta e/ou cedência	SMED
18/12/2023	Publicação e Divulgação do Resultado dos Pedidos remoção, permuta e/ou cedência	SMED
22/01/2024	Atribuição de classe/aulas e/ou jornada de trabalho dos profissionais efetivos para o ano letivo 2024.	SMED

ANEXO II - REQUERIMENTO PADRÃO

Identificação do Requerente:

Servidor Público: ( ) SIM ou ( ) NÃO

Nome Completo: _____

Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____

Data de Nascimento: ___/____/_____ portador (a) do RG nº: _____ inscrito (a) no CPF: _____ morador (a) no Bairro _____, Rua_____ na cidade de _____.

Cargo: _____Órgão de Lotação:_____

Instituição de Origem: _____

Instituição para onde deseja remoção ( ), permuta ( ) e/ou cedência ( ): _____ _____

Tempo de Serviço na Unidade Escolar: _____

Tempo de Serviço na Rede Municipal: _____

Motivo e/ou justificativa do pedido:

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Nestes termos peço Deferimento. MATUPÁ – MT /_____ /_____

_____

Assinatura do Funcionário (a) Requerente

Protocolo de Recebimento nº _____

Data de recebimento pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto e/ou Comissão Central de Atribuição SMED: ___/___/_____

Horário de Recebimento: _____:_____

Responsável pelo Recebimento: _____

Deliberação do Pedido:

Após análise do Pedido a Chefia Imediata juntamente com a Comissão Central de Atribuição SMED nomeada pelo decreto municipal nº 4809/2023 deliberou o pedido como:

( ) Pedido Deferido ( ) Pedido Indeferido MATUPÁ – MT _____ /_____ /_____

Assinatura dos Membros da Comissão Central de Atribuição SMED, responsáveis pela analise e deliberação dos Pedido acima: _____
_____
_____
_____
_____
_____

ANEXO III - CRONOGRAMA DO PROCESSO DE PEDIDOS DE CEDÊNCIA FÉRIAS ESCOLARES.

12/07/2024 a 15/07/2024	Pedidos de cedência dos Profissionais Efetivos da Rede Municipal.	SMED
17/07/2024	Desistência do pedido de cedência	SMED
18/07/2024	Validação do pedido de remoção, permuta e/ou cedência	SMED
19/07/2024	Publicação e Divulgação do Resultado dos Pedidos remoção, permuta e/ou cedência	SMED
29/04/2024	Atribuição na Unidade Aprovada o Pedido.	Unidade Escolar

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2023

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou na sede da Prefeitura Municipal PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE KIT BIOMETRIA PARA O POSTO DE IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ, onde contratou-se a Empresa **F ROCHA & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 73.882.136/0001-46 no valor total de R$ 28.935,00. O processo tem Fundamento Legal no Art. 25, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00-min às 11h00min. Matupá – MT, 16 de novembro de 2023. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2023

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou na sede da Prefeitura Municipal PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE para AQUISIÇÃO DE KITS EDUCATIVOS PARA AÇÕES EM SAÚDE PARA ATENDER AS CAMPANHAS DE VACINAÇÕES INFANTIL DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, onde contratou-se a Empresa EDUCARE PRODUTOS PEDAGOGICOS LTDA inscrita no CNPJ 37.946.790/0001-02 que detém a Carta de Exclusividade no valor total de R$ 4.636,20. O processo tem Fundamento Legal no Art. 25, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 16 de novembro de 2023. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 181/2021

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, foi celebrado o presente **TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 181/2021**,tendo como partes de um lado o **MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 24.772.188/0001-54, situada à Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, Bairro ZE - 022, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº. 169, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT, denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **BM SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 08.229.037/0001-06, com sede na Rua Recife, nº 506, Bairro Nova Esperança, na Cidade de Peixoto de Azevedo, CEP 78.530-000, telefone (66) 9 9967-1907, neste ato representada pelo Sr. **VALMIR LUIZ JEZUALDO**,portador do R. G. 4.176.106-7 SESP/PR e CPF nº. 644.770.299-34**,** doravante denominada **CONTRATADA**, conforme cláusulas e condições seguintes:

CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº 2029/2023 encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde;

01 – SUPORTE LEGAL

01.1 — Esta rescisão contratual AMIGÁVEL se fundamenta conforme as disposições da **Lei Federal n°. 8.666/93,** e suas alterações, mais especificamente no ***artigo 78, inciso XII e artigo 79, inciso I***, e nos termos da ***Cláusula 16*** do **Contrato de Prestação de Serviço nº 181/2021**.

02 – OBJETO DA RESCISÃO

02.1 – Constitui objeto desta rescisão o **"PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ANESTESISTA PARA CIRURGIAS ELETIVAS E DE SOBREAVISO E AUXILIAR CIRÚRGICO EM CIRURGIAS ELETIVAS EM ATENDIMENTO AO HOSPITAL MUNICIPAL DE MATUPÁ/MT",** conforme a descrição dos serviços que constam no Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do **Edital 0142/2021** do respectivo **Pregão Presencial nº 058/2021**, conforme descrição do Item 06 deste contrato**.**

03 – RESCISÃO

03.1 **–** A rescisão do presente termo se fundamenta na cláusula ***16 - Rescisão*** do Contrato e no ***artigo 79, inciso II, da Lei Federal 8.666/93:***

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

Justifica-se a rescisão, em virtude de que a empresa detentora do contrato solicitar a rescisão pois a mesma vai formalizar um novo contrato referente ao Processo Licitatório onde a escala será de apenas 15 dias de trabalho por empresa, a Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio de sua Secretária Municipal de Saúde, encaminhou através do Comunicado Interno nº 2029/2023 a solicitação para que seja dado os trâmites necessários para o andamento do requerimento.

Diante do exposto, seguindo os preceitos da Oportunidade e Conveniência, a Prefeitura Municipal de Matupá, representada pela autoridade superior municipal, decide **rescindir** de forma **amigável e por acordo entre as partes** o Contrato de Prestação de Serviço nº 181/2021, do **Pregão Presencial nº 058/2021.**

04 – DOMICÍLIO E FORO

04.1 **–** As partes elegem como domicilio legal, o Foro da Comarca de Matupá, para dirimir quaisquer litígios decorrentes desta Rescisão, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados declaram as partes contratantes aceitarem as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, suas alterações posteriores, bem como as demais normas complementares.

Matupá/MT, 31 de outubro de 2023.

_____

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

Contratante

_____

BM SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA-ME

CNPJ nº. 08.229.037/0001-06

VALMIR LUIZ JEZUALDO

CPF nº. 644.770.299-34

Contratada

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº 102/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BAIRRO ZH1-001 DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. Conforme informações contidas nos anexos do Edital 025/2022, TOMADA DE PREÇO 03/2022, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços.**

CONTRATADA: ANDREA IORIS CONSTRUCÕES EIRELI

OBJETIVO: Fica alterada a Cláusula Quinta que passa a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA QUINTA - Vigência do Contrato

05.1 - O novo prazo de vigência do presente contrato será contado a partir da data de seu vencimento até 13 DE MAIO DE 2024, prorrogável no interesse das partes até o máximo previsto em Lei.

Assinatura: 14/11/2023.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº 053/2023

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT". Conforme descrições contidas nos anexos do Edital 025/2023, TOMADA DE PREÇO 003/2023, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços.**

CONTRATADA: J M S ENGENHARIA, ARQUITETURA E URBANISMO EIRELI

OBJETIVO: Fica alterada a Cláusula Sexta que passam a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEXTA – Prazo, Andamento, Subcontratação, Prorrogação dos Serviços e Recebimento da Obra.

06-1- PRAZO DE EXECUÇÃO

O novo prazo de **Execução** do contrato é aditado em **90 (noventa)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **10 DE FEVEREIRO DE 2023,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

O presente aditamento do prazo de execução não configura concordância da Administração com o atraso na execução da obra para efeito de reajuste de preço, sendo motivado pelo Contratado o aumento no prazo de execução.

Assinatura: 10/11/2023.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 048/2023

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou na sede da Prefeitura Municipal, o **PREGÃO PRESENCIAL PARA LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE DECORAÇÃO NATALINA PARA O EVENTO "NATAL ILUMINADO 2023" DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, ao**nde consagrou-se vencedores os Licitantes: MT LOCAÇÕES E EVENTOS LTDA INSCRITA SOB CNPJ: 43.545.702/0001-63 com valor total de R$ 460.000,00. Matupá – MT, 17 de novembro de 2023.ALEXSANDRA TOSTA BATISTA- *Pregoeira* –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2023

AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2023

Data da Sessão Pública:

Dia 29 de novembro de 2023 as 9hs (Horário de Brasília – DF)

Site: www.licitanet.com.br

Objeto:

O objeto deste Pregão é o REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, visando à FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ULTRASSONOGRAFIA**,** sendo de fornecimento parcelado, para o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades discriminadas no Termo de Referência deste Edital.

Retirada do Edital pela Internet:

Retire o Edital acessando a página www.licitanet.com.br ou https://www.mirassoldoeste.mt.gov.br/transparencia?c=Publicacao_Transparencia_view&f=128, O licitante interessado é responsável pelo acompanhamento das informações referentes à licitação, que serão publicadas no site do Município, nos órgãos oficiais e na plataforma Licitanet.

Informações e Esclarecimentos:

Os interessados poderão obter informações sobre a licitação, na Fundação, de segunda à sexta-feira, no horário das 7h às 16h, pelo telefone (65) 3241-1158/3241-5464, ou através do email:licitacaohospitalsamuelgreve@gmail.com.

Mirassol D'Oeste - MT, 14 de novembro de 2023.

LÍRIA SIMONE ESSI

PRESIDENTE(A)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE

MATEUS VIEIRA DA SILVA

PRESIDENTE DA CPL. PORTARIA Nº 010/2023

RH
PORTARIA Nº 783/2023

PORTARIA Nº 783 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE CASAMENTO PARA SERVIDOR QUE ESPECÍFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, e de acordo com o disposto no artigo 84, II da lei Orgânica do Município, bem como o Artigo 77 da Lei Complementar 157/16 que dispõe a Estrutura Administrativa.

RESOLVE

Artigo 1° - Conceder 08 (oito) dias de **AFASTAMENTO PARA CASAMENTO**, para a servidora **ANA CAROLINE DO NASCIMENTO PIMENTA**,ocupante do cargo de **PROFESSOR HISTÓRIA,** lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, conforme requerimento e protocolo 12271/2023.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16/11/2023.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 17 de Novembro de 2023.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

JKO/pcm

RH
PORTARIA Nº 782/2023

PORTARIA Nº 782 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023. RETIFICA PORTARIA Nº 778/2023 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1° – Retificar o Artigo 1º **da Portaria nº 778 de 2023, passando a vigorar com a seguinte redação:** "Lotar servidora **JANIA JESUINA FORNAZIER**naSecretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de **PROFESSOR DA ÁREA DE PEDAGOGIA**, desempenhando suas funções na Escola Municipal Benedito Cesário da Cruz".

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 17 de novembro de 2023.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/pcm

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 027 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 027 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

"REVOGAR FÉRIAS DA COLABORADORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

LÍRIA SIMONE ESSI, portadora do RG sob o n° 1086802-0 SSP/MT e do CPF n° 763.384.441-87, residente e domiciliado na Rua Antônio Martins da Costa, nº 1041, Bairro: Centro, cidade Mirassol D'Oeste - MT, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITO SAMUEL GREVE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal 127/2013 (Lei criação Fundação).

RESOLVE

I – **REVOGAR,** férias da colaboradora **JENIFFER LARANJA,** referente ao período aquisitivo de 20/12/2021 a 19/12/2022, concedida através da portaria nº 026 DE 30 DE OUTUBRO DE 2023, a partir do dia 21 de novembro de 2023, restando 15 dias de gozo que será concedido posteriormente

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

LÍRIA SIMONE ESSI

Presidente (a)

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/MIRASSOL PREVI
RESOLUÇÃO Nº 001, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

O Conselho Previdenciário do MIRASSOL PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mirassol D'Oeste, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei n.o 160, de 16 de dezembro de 2016, por seu Regimento Interno, e

Considerando a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada em 17 de novembro de 2023;

Considerando o disposto no Art. 4º da Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021 e suas posteriores alterações, onde determina que os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a Política Anual de Investimentos dos recursos em moeda corrente;

RESOLVE:

Art. 1o O MIRASSOL PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, adotará a Política Anual de Investimentos anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Mirassol D'Oeste/MT, 17 de novembro de 2023.

Fatima Borghi Martins

Presidente do Conselho do Previdenciário

MEMBROS:

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA Nº 63/2023

Portaria Nº 63/2023 de 17 de novembro de 2023 O VEREADOR FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições, consoante as normas gerais da Lei Complementar nº 157/2016, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, expede a seguinte Portaria, RESOLVENDO: ARTIGO 1º. – Conceder, a requerimento, 03 (TRES) dias de FÉRIAS a MARÍLIA PUERARI MARQUES, Servidora Pública Municipal matrícula 030, lotada na Procuradoria da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, no Cargo de Procuradora Legislativa , conforme abaixo descrito: ● Fica concedido os benefícios constantes do Artigo 61 da Lei Complementar nº 157/2016, "FÉRIAS ANUAIS, sendo 03 dias referente ao período aquisitivo ago/2021 à ago/2022, para serem gozados no período de 21 a 23 de novembro de 2023. PUBLICA-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE: Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, em 17 de novembro de 2023. Fransuelo Ferrai dos Santos Presdidente

COORDENADORIA DE APOIO LEGISLATIVO
DECRETO Nº 4.667 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre procedimentos a serem observados e adotados na administração pública municipal para o encerramento do exercício de 2023, e dá outras providências.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade de adequar os gastos administrativos em diversos setores da gestão municipal, assegurando a aderência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, visando a sustentabilidade financeira e a integridade fiscal do município;

Considerando a importância de monitorar rigorosamente os limites financeiros, implementando ações estratégicas que garantam a aplicação eficiente, eficaz e efetiva dos recursos públicos, contribuindo assim para a compatibilidade e a responsabilidade na execução orçamentária e financeira do município;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DOS PROCEDIMENTOS PARA ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2023

DAS COMPRAS, AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS E EMISSÃO DE NOTAS DE EMPENHO

Art. 1º - As Secretarias Municipais deverão realizar estudo prévio e planejar suas aquisições de bens e insumos necessários à sua manutenção.

Art. 2º - As despesas de vinculação legal ou contratual referente a Convênios e Programas, poderão ocorrer desde que haja disponibilidade financeira.

Art. 3º - Só serão autorizadas aquisições e contratações não essenciais às manutenções se devidamente justificadas e autorizadas pelo Exmo. Prefeito Municipal.

Art. 4º - As notas de empenho do exercício de 2023 serão emitidas até o dia **08 de dezembro de 2023,** ressalvados os casos abaixo discriminados:

I – Quando se tratar de despesas com pessoal, encargos com amortizações de dívida interna ou obrigações patronais;

II – Despesas com água, luz, telefone e outras despesas pertinentes ao funcionamento das atividades essenciais de saúde, educação, assistência social e infraestrutura básica de caráter urgente e necessário;

III – procedimentos licitatórios em andamento.

Parágrafo Único: A liquidação das despesas de que trata o "caput" deste artigo, deverá ocorrer **até o dia 15/12/2023.**

CAPÍTULO II

DA ANULAÇÃO DOS SALDOS DE EMPENHOS ESTIMATIVOS E GLOBAIS NÃO LIQUIDADOS

Art. 5º - Serão anulados até o dia **08 de dezembro de 2023** os empenhos ordinários e globais cujos materiais não entregues e serviços não prestados, com observância ao disposto pelos Artigo 359-B e 359-F do Decreto-Lei nº 2.848 de 1940 (ambos incluídos pela Lei Federal 10.028/2000) e ao disposto pelo artigo 42 da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo Único: Todas as Unidades Administrativas, deverão apresentar manifestação à Contabilidade acerca dos empenhos inexequíveis, ficando a partir da referida data a Coordenadoria de Contabilidade autorizada a efetuar os procedimentos de anulação, recaindo sobre cada gestor eventuais responsabilização sobre qualquer problema que possam advir dos cancelamentos.

Art. 6º - Serão anulados até o dia **15 de dezembro de 2023** os seguintes empenhos: estimativos e ordinários com saldos.

CAPÍTULO III

DOS PAGAMENTOS DO EXERCÍCIO DE 2023

Art. 7º - Os pagamentos de despesas do exercício e de restos a pagar somente serão realizados até o dia **15/12/2023**, com exceção às despesas relativas à pessoal, encargos sociais, amortização da dívida, despesas com água, luz, telefone, correio, ressalvados os casos em que haver disponibilidade financeira.

CAPÍTULO IV

DA INSCRIÇÃO DAS DESPESAS EMPENHADAS EM RESTOS A PAGAR

Art. 8º - Todas as despesas devidamente empenhadas **até o dia 31/12/2023** serão escrituradas em restos a pagar nos termos do Artigo 36 da Lei Federal 4.320/64:

I - como restos a pagar processados desde que forem liquidadas até o **dia 31/12/2023;**

II – Como restos a pagar não processados quando se tratar de despesa empenhada e não liquidada **até 31/12/2023**, desde que se refiram a recursos de convênios ou programas da União, do Estado ou Município cujos recursos não tenham ingressado na conta corrente do município.

CAPÍTULO V

DO REGISTRO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Art. 9º - Serão registradas em 2023 nas devidas rubricas de arrecadação, as receitas que ingressarem nas contas bancárias **até o dia 31/12/2023**.

Art. 10. - Serão registradas em 2023 as receitas de convênios, de programas da União e do Estado cuja liberação não se deu **até o dia 31/12/2023** desde que os Órgãos e Entidades transferidoras de recursos tenham informado nos termos da Portaria MF/STN nº 447 de 13 de setembro de 2002:

a) nota de empenho;

b) nota de liquidação ou congênere;

c) nota de inscrição em restos a pagar, ou;

d) demonstrativos que tragam essas informações.

Art. 11 - A Coordenadoria de Tesouraria deve finalizar as conciliações bancárias de dezembro/2023 até o dia 10/01/2024.

Parágrafo único: as pendências em conciliações bancárias devem ser resolvidas até dia 29 de dezembro de 2023.

CAPÍTULO VI

DOS ADIANTAMENTOS DE VIAGEM

Art. 12 - Fica restrito a concessão de adiantamentos de numerários, dispostos na lei nº 1417/2017, no mês de dezembro, salvo com autorização do Prefeito Municipal.

Art. 13 - As prestações de contas dos adiantamentos que estão pendentes devem ser regularizadas até o **dia 15/12/2023**, em casos de sobra de recursos de adiantamentos devem ser restituídos aos cofres públicos até o **dia 15/12/2023**, juntamente com sua prestação de contas.

CAPÍTULO VII

DO FECHAMENTO DAS FOLHAS DE PAGAMENTO

Art. 14 – A Coordenadoria de Gestão de Pessoas deve encaminhar à Coordenadoria de Contabilidade **até o dia 24/11/2023**, uma previsão de gastos com folha de pagamento do mês de novembro, 13º Salário e Folha de Dezembro/2023.

Art.15 - A Folha de pagamento do 13º Salário deve ser finalizada e entregue a Coordenadoria de contabilidade **até o dia15 de dezembro de 2023**, e a folha de pagamento do mês de dezembro, juntamente com a folha de rescisão **até o dia20 de dezembro de 2023.**

CAPÍTULO VIII

DOS INVENTÁRIOS

Art. 16 - A Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Coordenação Geral, providenciará consolidação do inventário, sua conferência com o banco de dados existente e **emitirá os termos de responsabilidade** e movimentação dos bens nos termos do Artigo 94 a 96 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 17 - A Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Coordenação Geral, encaminhará uma via do **inventário** à Coordenadoria de Contabilidade **até o dia 10/01/2024** para que seja apensado ao Balanço Geral do Município.

Art. 18 - A Coordenadoria de Tributação informará à Coordenadoria de Contabilidade, em relatório sintético, o total da **Dívida Ativa inscrita em 31/12/2023 até o dia 05/01/2024.**

CAPÍTULO IX

DOS CONTATOS E CONVENIOS

Art. 19 - A Seção de Contratos deve registrar no sistema informatizado todos os contratos e aditivos que ocorrem até o final de dezembro/2023 e apresentar à Coordenadoria de Contabilidade a relação dos contratos ativos em 31/12/2023 que possui vigência no ano de 2024, com seus respectivos saldos, pois essa relação irá compor o balanço geral de 2023.

Parágrafo único: a Seção de contratos tem o prazo **até o dia 05/01/2024** para a entrega do relatório dos contratos vigentes, com seus saldos

Art. 20 - A Seção de Convênios e Projetos devem apresentar a relação dos convênios vigentes para 2024, com os respectivos valores a serem liberados em 2024, o prazo para entrega do relatório é **até o dia 05/01/2024,** sendo que o mesmo irá compor o balanço geral de 2023.

.

CAPÍTULO X

DA CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Art. 21 – As entidades: Câmara Municipal, Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D'Oeste - SAEMI, Mirassol-Previ Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mirassol D'Oeste MT e a Fundação Municipal de Saúde Pref. Samuel Greve tem o prazo até dia 15 de janeiro

de 2024 para entregar o balanço Geral na Coordenadoria de de Contabilidade para a Consolidação das informações contábeis.

Parágrafo Único: a meta é finalizar o Balanço Consolidado até o dia 31/01/2024.

CAPÍTULO XI

DAS MEDIDAS DE CONTENÇÃO DE DESPESAS

Art. 22 – Caberá a cada Secretário (a) Municipal a adoção de medidas internas eficazes para a redução e o controle das despesas com concessão de diárias, horas extras e todos os demais gastos correntes (energia elétrica; telefonia e etc.) e de investimentos, possíveis de redução e/ou suspensão, de modo a racionalizar e otimizar ao máximo a despesa pública.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 - Competem as Secretarias Municipais a responsabilidade no cumprimento deste Decreto e demais normas orçamentárias e financeiras.

Art. 24 - As medidas de que trata este Decreto, terá duração até a data **de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 25 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

COORDENADORIA DE APOIO LEGISLATIVO
DECRETO Nº 4.666 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

Altera o regime das aulas da Escola Municipal Benedito Cesário da Cruz – BCC de presencial para remoto durante a manutenção e prevenção da situação de risco causado pelas instalações elétricas apresentadas e dá outras providências.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando que a Escola Municipal Benedito Cesário da Cruz - BCC tem enfrentado desafios significativos devido a problemas recorrentes em sua rede elétrica, causados por uma demanda excessiva de energia, o que implica não apenas em interrupções frequentes nas atividades escolares, mas também representa um risco potencial à segurança de todos os envolvidos na comunidade escolar;

Considerando as informações detalhadas apresentadas pela Direção da Escola Municipal Benedito Cesário da Cruz - BCC, as quais indicam que a escola vem lidando com questões elétricas críticas desde o segundo semestre, demonstrando uma crescente preocupação com a infraestrutura atual e a necessidade iminente de uma solução efetiva;

Considerando que as manutenções paliativas realizadas, embora tenham tido a intenção de garantir a continuidade das atividades escolares, mostraram-se insuficientes, evidenciando a necessidade de uma intervenção mais abrangente e estrutural nas instalações elétricas da escola, especialmente na parte central da instalação, cuja antiguidade compromete a eficiência e a segurança do sistema;

Considerando que a Escola Municipal Benedito Cesário da Cruz - BCC, ao ser entregue pelo Governo do Estado de Mato Grosso, já apresentava a necessidade de reformas e melhorias substanciais, com a rede elétrica sendo uma dos aspectos críticos que exigem atenção imediata para assegurar um ambiente de ensino seguro e funcional;

Considerando a responsabilidade inerente do Município de Mirassol d'Oeste em garantir a integridade física e o bem-estar dos alunos, professores e funcionários, bem como a continuidade do processo educacional de forma segura e eficaz, principalmente em face de condições que colocam em risco a segurança da comunidade escolar;

Considerando a urgência e a necessidade de adotar medidas proativas e decididas para resolver estas questões, não apenas para restabelecer a normalidade nas operações escolares, mas também para prevenir qualquer incidente que possa afetar adversamente a comunidade escolar e comprometer a qualidade do ambiente educacional;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterado, temporariamente, o regime das aulas na Escola Municipal Benedito Cesário da Cruz - BCC, as quais **passarão de presencial para remoto a partir do dia 21 de novembro de 2023.**

Art. 2º. As aulas ocorrerão por meio de sistema de apoio remoto providenciado pela Escola, até que as condições elétricas sejam plenamente restabelecidas.

Parágrafo único. Aos alunos sem acesso à rede mundial de computadores, serão disponibilizadas apostilas impressas, mediante solicitação ao respectivo professor.

Art. 3º. Todas as aulas remotas seguirão o currículo previamente estabelecido, garantindo a qualidade e a continuidade do ensino.

Art. 4º. A Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, coordenará a implementação do ensino remoto, disponibilizando os recursos necessários para professores e alunos.

Art. 5º. Com o completo restabelecimento das instalações elétricas e a eliminação dos riscos para alunos e profissionais, será autorizado o retorno ao ensino presencial.

Art. 6º - Fica atribuído à Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura do Município de Mirassol d'Oeste a responsabilidade pela gestão e resolução da situação das instalações elétricas na Escola Municipal Benedito Cesário da Cruz - BCC.

Parágrafo único - A Secretaria deverá efetuar a coordenação das ações com outros órgãos municipais e estaduais pertinentes, assegurando a alocação eficiente de recursos e a supervisão minuciosa de todas as etapas do projeto elétrico, desde o seu planejamento inicial até a conclusão efetiva dos trabalhos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 17 de novembro de 2023.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA Nº 64/2023

Portaria Nº 64/2023 de 17 de novembro de 2023 O VEREADOR Fransuelo Ferrai dos Santos, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições, expede a seguinte portaria RESOLVENDO: ARTIGO 1º. – ALTERAR o horário da Sessão Ordinária do dia 21 de novembro de 2023 (terça-feira), para as 17:30 hrs. ARTIGO. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. PUBLICA-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE: Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, em 17 de novembro de 2023. Fransuelo Ferrai dos Santos PRESIDENTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 776/2023

PORTARIA Nº 776 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

***CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.* O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, RESOLVE**

Artigo 1º - Conceder 20 (vinte) dias de **LICENÇA PRÊMIO** para o servidor **ADEMILSON GONÇALVES DE OLIVEIRA,** lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM**, referente ao período de 01/07/2013 a 30/06/2018, conforme protocolo nº 12296/2023, para gozo a partir de 04/12/2023.

Artigo 2º - Conceder 10 (dez) dias de **LICENÇA PRÊMIO** para a servidora **ALEXANDRA CRISTINA RIBEIRO,** lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE**, referente ao período de 03/02/2017 a 02/02/2022, conforme protocolo nº 12284/2023, para gozo a partir de 12/12/2023.

Artigo 3º - Conceder 30 (dez) dias de **LICENÇA PRÊMIO** para a servidora **ALEXANDRA CRISTINA RIBEIRO,** lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE**, referente ao período de 03/02/2017 a 02/02/2022, conforme protocolo nº 12286/2023, para gozo a partir de 02/01/2024.

Artigo 4º - Conceder 10 (dez) dias de **LICENÇA PRÊMIO** para a servidora **JULIANA VENTUROLI DE MELO,** lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de **AUXILIAR DE LABORATORIO**, referente ao período de 22/07/2018 a 21/07/2023, conforme protocolo nº 12292/2023, para gozo a partir de 21/11/2023.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 13 de novembro de 2023. HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 777/2023

PORTARIA Nº 777 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

EXONERA DO CARGO, SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, considerando o requerimento, protocolo nº 12371/2023.

RESOLVE

Artigo 1º -Exonerar, a pedido, a partir 30 de Novembro de 2023, do cargo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM**, a servidora **TATIANNE NATALINA GOMES FERREIRA,** lotada na Secretaria de Saúde.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 14 de novembro de 2023.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 780/2023

PORTARIA 780 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023. CONCEDE LICENÇA POR FALECIMENTO PARA SERVIDOR QUE ESPECÍFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS O Prefeito de Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder para servidora MARCIA PENARIOL CAMARGO, lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, exercendo o cargo de PROFESSORA, 08 (oito) dias de LICENÇA POR FALECIMENTO de sua mãe a Sra. MARIA APARECIDA AFONSO PENARIOL, conforme protocolo nº 12384/2023 e Certidão de Óbito. Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos para 21/10/2023. Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 16 de novembro de 2023.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/vl

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

PORTARIA Nº. 538/2023

PORTARIA Nº. 538/2023

"Dispõe sobre a Exoneração do Sr. ***Sidiney Aparecido de Jesus,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar o Sr. ***Sidiney Aparecido de Jesus,*** portador do RG nº. 21247498 SSP/MT devidamente cadastrado no CPF nº. 043.888.301-27, para o cargo em Comissão de Assistente de Secretaria da Secretaria da Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos ao dia 03/11/2023, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 535/2023

PORTARIA Nº. 535/2023

"Dispõesobre a Nomeação da Sra. ***Kemilly Emanuely de as Carvalho,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a *Sra.* ***Kemilly Emanuely de as Carvalho,*** portadora do RG nº. 24739375 SUJ/SP devidamente cadastrada no CPF nº. 051.812.441.06, para o cargo em Comissão de Gestor técnico de Secretaria da Secretaria Municipal de finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo a partir do dia 07/11/2023, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 16 de novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 534/2023

PORTARIA Nº. 534/2023

"Dispõesobre a Nomeação da Sra. ***Neisa Stephanie Falcão Carvalho,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a *Sra.* ***Neisa Stephanie Falcão Carvalho,*** portador do RG nº. 18494900 SSP/MT devidamente cadastrada no CPF nº. 030.640. 611-00, para o cargo em Comissão de Gestor técnico de Secretaria da Secretaria Municipal de finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo a partir do dia 07/11/2023, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 16 de novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 533/2023

PORTARIA Nº. 533/2023

"Dispõesobre a Nomeação da Sra. ***Neila da Silva Campos,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a *Sra.* ***Neila da Silva Campos,*** portador do RG nº. 07437692 SEJ/SP devidamente cadastrada no CPF nº. 593.517.301-82, para o cargo em Comissão de Gestor técnico de Secretaria da Secretaria Municipal de finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo a partir do dia 07/11/2023, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 16 de novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 532/2023

PORTARIA Nº. 532/2023

"Dispõesobre a Nomeação da Sra. ***Tais Candido de Jesus,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a *Sra.* ***Tais Candido de Jesus,*** portador do RG nº. 23205687 SSP/MT devidamente cadastrada no CPF nº. 054.496.651-13, para o cargo em Comissão de Gestor técnico de Secretaria da Secretaria Municipal de finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo a partir do dia 07/11/2023, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 16 de novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 531/2023

PORTARIA Nº. 531/2023

"Dispõe sobre a Exoneração da Sra. ***Elizandra Regina de Campos,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a Sra. ***Elizandra Regina de Campos,*** portador do RG nº. 10179208 SJ/MT devidamente cadastrada no CPF nº. 834.661.181-15, para o cargo em Comissão de Agente Executivo de Secretaria da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos ao dia 06/11/2023, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 16 novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 530/2023

PORTARIA Nº. 530/2023

"Dispõe sobre a Exoneração da Sra. ***Kemilly Emanuely de Sá Carvalho,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a Sra. ***Kemilly Emanuely de Sá Carvalho,*** portador do RG nº. 24739375 SUJ/SP devidamente cadastrada no CPF nº. 051.812. 441-06, para o cargo em Comissão de Agente Executivo de Secretaria da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos ao dia 06/11/2023, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 16 novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 529/2023

PORTARIA Nº. 529/2023

"Dispõe sobre a Exoneração da Sra. ***Neisa Stephanie Falcão Carvalho,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a Sra. ***Neisa Stephanie Falcão Carvalho,*** portador do RG nº. 18494900 SSP/MT devidamente cadastrada no CPF nº. 030.640. 611-00, para o cargo em Comissão de Agente Executivo de Secretaria da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos ao dia 06/11/2023, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 16 novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 528/2023

PORTARIA Nº. 528/2023

"Dispõe sobre a Exoneração do Sra. ***Neila da Silva Campos,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar o Sra. ***Neila da Silva Campos,*** portador do RG nº. 07437692 SEJ/SP devidamente cadastrado no CPF nº. 593.517.301-82, para o cargo em Comissão de Agente Executivo de Secretaria da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos ao dia 06/11/2023, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 16 novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 527/2023

PORTARIA Nº. 527/2023

"Dispõe sobre a Exoneração do Sra. ***Tais Candido de Jesus,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar o Sra. ***Tais Candido de Jesus,*** portador do RG nº. 23205687 SSP/MT devidamente cadastrado no CPF nº. 054.496.651-13, para o cargo em Comissão de Agente Executivo de Secretaria da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos ao dia 06/11/2023, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 16 novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 526/2023

PORTARIA Nº. 526/2023

"Dispõesobre a Nomeação da Sra. ***Laynara Yasmin de Carvalho costa,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a *Sra.* ***Laynara Yasmin de Carvalho costa,*** portadora do RG nº. 2876962-7 SSP/MT devidamente cadastrada no CPF nº. 022.116.811-74, para o cargo em Comissão de Coordenador de Secretaria da Procuradoria Geral.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo a partir do dia 07/11/2023, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 525/2023

PORTARIA Nº. 525/2023

"Dispõe sobre a Exoneração da Sra. ***Laynara Yasmin de Carvalho costa,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a Sra. ***Laynara Yasmin de Carvalho Costa,*** portadora do RG nº. 2876962-7 SSP/MT devidamente cadastrada no CPF nº. 022.116.811-74, para o cargo em Comissão de Supervisor de Departamento da Procuradoria Geral.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos ao dia 06/11/2023, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 504/2023

PORTARIA Nº. 504/2023

"Dispõe sobre a Exoneração do Sr. ***Uiquerson Carlos da Costa Pereira,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar o Sr. ***Uiquerson Carlos da Costa pereira***, portador do RG nº. 1755981-2-0 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº.018.123.081-08, para o cargo em Comissão de Assistente de Secretaria da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos ao dia 08/11/2023, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 16 novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 500/2023

PORTARIA Nº. 500/2023

"Dispõe sobre a Exoneração à pedido da Sra. ***Berlania Belém de Souza,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a pedido a Sra. ***Berlania Belém de Souza***, portador do RG nº. 8180531 SSP/GO, devidamente cadastrada no CPF nº. 024.204.211-24, do cargo Efetivo de Psicóloga da Secretaria municipal de Ação Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 07/11/2023, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 07 novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2023

Pregão Presencial SRP Nº 32/2023

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Hemily Natalye Alves Pereira, nomeada pela portaria 26/2023, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 32/2023**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. **Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTADORA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, POR KM RODADO. Início da Disputa**: às 14h00min do dia 01/12/2023. **Local:** Sala de Licitações. Os esclarecimentos referentes à especificação poderão ser obtidos no horário das 07h às 11h e das 13h às 17h, pelo telefone: 65 – 9 9251 – 9403 ou via email: licitacao@nobres.mt.gov.br. O edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site https://www.nobres.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Pregao-presencial/.

Nobres, 17 de novembro de 2023.

Hemily Natalye Alves Pereira

Pregoeira

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 43/2023

Pregão Eletrônico Nº 43/2023

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Hemily Natalye Alves Pereira, nomeada pela portaria 26/2023, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N° 43/2023**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE MATERIAL PARA ILUMINAÇÃO PUBLICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT.** Inicio de Recebimento das Propostas: 21/11/2023 a partir das 14h. Fim de Recebimento das Propostas: 05/12/2023 até às 08h40min. **Início da Disputa**: às 9h do dia 05/12/2023. **Local:** www.bll.org.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário Brasília/DF. Informações Complementares: Os esclarecimentos referentes à especificação poderão ser obtidos no horário das 07h às 11h e das 13h às 17h, pelo telefone: 65 – 9 9251 – 9403 ou via email: licitacao@nobres.mt.gov.br. O edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no portal: www.bll.org.br, ou através do site https://www.nobres.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Pregao-eletronico/.

Nobres, 17 de novembro de 2023.

Hemily Natalye Alves Pereira

Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL DE NOBRES/MT
AVISO DE LICITAÇÃO P.E 01/2023

Pregão Eletrônico Nº 01/2023

Câmara Municipal de Nobres/MT

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Hemily Natalye Alves Pereira, nomeada pela portaria 26/2022, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2023**, do tipo MENOR PREÇO. **Objeto:** objetivando para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOBRES POR UM PERÍODO DE 12 MESES**. Fim de Recebimento de Proposta: **8h40min (horário de Brasília).** Início da Disputa: **Às 09h (horário de Brasília) do dia 01/12/2023**. **Local: LOCAL:** Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br. Os esclarecimentos poderão ser obtidos no horário das 07h às 13h, pelo telefone: 65 – 3376-1529 ou via email: gabinete@nobres.mt.leg.br. O edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site http://portal.camnobres-mt.agilicloud.com.br/Cidadao/ConsultaLicitacoes.aspx.

Nobres, 16 de novembro de 2023.

Hemily Natalye Alves Pereira

Pregoeira

PORTARIA Nº. 549/2023

PORTARIA Nº. 549/2023

"Dispõesobre a Nomeação do Sr. ***Ricardo Aparecido de Oliveira Medeiros,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a *Sr.* ***Ricardo Aparecido de Oliveira Medeiros,*** portador do RG nº. 132930-28 SSP/MT devidamente cadastrado no CPF nº. 007.859.221-64, para o cargo em Comissão de Supervisor de Departamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo a partir do dia 03/11/2023, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 16 de novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 548/2023

PORTARIA Nº. 548/2023

"Dispõe sobre a Exoneração do Sr. ***Ricardo Aparecido de Oliveira Medeiros,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar o Sr. ***Ricardo Aparecido de Oliveira Medeiros,*** portador do RG nº. 132930-28 SSP/MT devidamente cadastrado no CPF nº. 007.859.221-64, do cargo em Comissão de Agente Executivo de Secretaria da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos ao dia 01/11/2023, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 16 novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 547/2023

PORTARIA Nº. 547/2023

*"Dispõe sobre a Concessão de FG ao Sr.****Sidnaldo Silva Souza,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder FG de 40% para o Sr. ***Sidnaldo Silva Souza,*** portador do RG nº. 07656211 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 654.123.971-15.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, levando seus efeitos a partir de 01/11/2023, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 16 de novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 545/2023

PORTARIA Nº. 545/2023

"Dispõesobre a Nomeação do Sr. ***Moises Atília Martins Dantas,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a *Sr.* ***Moises Atília Martins Dantas,*** portador do RG nº. 3056383-6 SSP/MT devidamente cadastrado no CPF nº. 035.690.531-48, para o cargo em Comissão de Assessor Técnico de Secretaria da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo a partir do dia 14/11/2023, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 16 de novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 544/2023

PORTARIA Nº. 544/2023

"Dispõesobre a Nomeação do Sr. ***Marcio Ezequiel Nunes,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a *Sr.* ***Marcio Ezequiel Nunes,*** portador do RG nº. 1330557-3 SSP/MT devidamente cadastrado no CPF nº. 954.130.301-34, para o cargo em Comissão de Encarregado de Divisão da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo a partir do dia 01/11/2023, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 16 de novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 543/2023

PORTARIA Nº. 543/2023

*"Dispõesobre a Nomeação da Sra****. Juliane Ana dos Santos,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a *Sra.* ***Juliane Ana dos Santos,*** portador do RG nº. 16987888 SSP/MT devidamente cadastrada no CPF nº. 980.279.211-04, para o cargo em Comissão de Gestor técnico de Secretaria da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo a partir do dia 07/11/2023, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 16 de novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 542/2023

PORTARIA Nº. 542/2023

"Dispõe sobre a Exoneração da Sra. ***Juliane Ana dos Santos,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a Sra. ***Juliane Ana dos Santos,*** portadora do RG nº. 16987888 SSP/MT devidamente cadastrada no CPF nº. 980.279.211-04, do cargo em Comissão de Agente Executivo de Secretaria da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos ao dia 06/11/2023, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 16 novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 541/2023

PORTARIA Nº. 541/2023

"Dispõe sobre a nomeação de Profissional Habilitado para Execução da Obra/ Serviçoe dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Talita Isabelle Hoepers, portador do RG nº. 11658649 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 948.935.941-68 Arquiteta A42843-3 para Execução da Obra de AMPLIAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL, no Município de Nobres - MT.

Art. 2º. O presente profissional promoverá o acompanhamento da obra e fiscalizará a execução da realização da reforma e ampliação para atender a Prefeitura Municipal de Nobres, instalado no Município de Nobres - MT, a partir de 02/08/2023 onde emitirá parecer sobre o andamento da obra quando solicitado, e assumirá responsabilidades pelo bom desempenho dos serviços objeto desta nomeação, a partir da expedição da respectiva RRT.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a 02/08/2023 revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 16 de novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PORTARIA Nº. 540/2023

PORTARIA Nº. 540/2023

*Dispõe sobre a concessão de Auxílio Doença à Sra****. Maria de Fatima Dias Campos,*** *e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei,

Considerando a Emenda Constitucional 103/2019; Nota Técnica da Secretaria de Previdência SEI nº 12212/2019/ME.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Auxílio Doença a servidora ***Maria de Fatima Dias Campos,*** portadora do RG nº. 560665 SSP/MT, inscrita no CPF nº. 831.122.001-87, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar do dia 21/10/2023 a 19/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 539/2023

PORTARIA Nº. 539/2023

*Dispõe sobre a concessão de Auxílio Doença à Sra****. Valdevina Anela de Almeida,*** *e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei,

Considerando a Emenda Constitucional 103/2019; Nota Técnica da Secretaria de Previdência SEI nº 12212/2019/ME.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Auxílio Doença a servidora ***Valdevina Anela de Almeida,*** portadora do RG nº. 11916265 SJ/MT, inscrita no CPF nº. 981.937.751-04, pelo período de 20 (vinte) dias, a contar do dia 09/12/2023 a 29/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 536/2023

PORTARIA Nº. 536/2023

"Dispõesobre a Nomeação da Sra. ***Elizandra Regina de Campos,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a *Sra.* ***Elizandra Regina de Campos,*** portadora do RG nº. 10179208 SJ/MT devidamente cadastrada no CPF nº. 834.661.181-15, para o cargo em Comissão de Gestor técnico de Secretaria da Secretaria Municipal de finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo a partir do dia 07/11/2023, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 16 de novembro de 2023.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

EXTRATO CONTRATO Nº 90 2023

EXTRATO CONTRATO Nº 90 2023

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA NA ÁREA ADMINISTRATIVA - DESENVOLVIMENTO DE PROJETO PARA IMPLANTAÇÃO DE OUVIDORIA (LEI 13.460/2017), VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO MUNICÍPIO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA MATHEUS HENRIQUE MACHADO BRASIL TELLES ADMINISTRATIVO: 5137/2023, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 071/2023AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO OBJETO

O presente contrato tem por Contratação de Empresa para prestação de serviço de Consultoria na área Administrativa - Desenvolvimento de Projeto para Implantação de Ouvidoria (lei 13.460/2017)**, visando a implementação e adequação do Município com a legislação vigente,** , conforme quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, do Termo de Referência 157/2023 Dispensa de Licitação 071/2023, Processo Administrativo 5137/2023.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES

2.1 O preço, as especificações do objeto, a quantidade, contratado e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

ITEM	Descrição/ Especificação	Und Medida	Quant.	Valor Unit	Valor Total
01	1.1. Elaboração De Diagnóstico Acerca Das Ações á Serem Implementadas Visando Estruturação e Funcionamento Da Ouvidoria Nos Moldes Da Lei Federal Nº 13.460/2017 e Nota Técnica Nº 2/2021 Do Tce/Mt; 1.2. Proposta De Atualização Da Legislação Em Conformidade Com Os Novos Modelos De Regulamentação De Criação e Funcionamento Das Ouvidorias, Aprovadas Pela 5ª Assembleia Geral Da Rede Nacional De Ouvidorias – Renouve; 1.3. Realização De Processo De Seleção e Capacitação Do Servidor Responsável Pelo Desempenho Das Atribuições Da Função De Ouvidor; 1.4. Treinamento Prático Acerca Do Tratamento Das Manifestações Encaminhada a Ouvidoria, Elaboração De Pesquisas De Satisfação e Avaliação, Emissão Do Relatório De Gestão e Implementação De Ações e Boas Práticas Visando a Promoção Da Participação Social; 1.5. Orientação Acerca Da Implantação Da Carta De Serviços Ao Cidadão e Conselhos De Usuários, Nos Moldes Da Lei Federal Nº 13.460/2017. Estudo De Casos. 1.6. Consultoria e Assessoramento On-line (Ou Presencial, Conforme Necessidade).	UND	1	17.000,00	17.000,00
VALOR TOTAL: R$ 17.000,00					

VALIDADE DO CONTRATO A validade do presente contrato será de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 17 de Novembro 2023

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: MATHEUS HENRIQUE MACHADO BRASIL TELLES

LEI Nº 1.101, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

LEI Nº 1.101, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação à LOA/LDO/PPA do exercício de 2023 e da outras providências.

O(A) PREFEITO(A) DO MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, Faço saber que a

Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$430.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 430.000,00

02 13 01 GESTÃO DA CULTURA E TURISMO

449 13.392.0015.2288.0000 MANUTENÇÃO DA COORDENAÇÃO DE CULTURA E TURISMO 430.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1 500

1 Recursos do Exercício Corrente

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Excesso: 430.000,00

Fontes de Recurso

1 500 430.000,00

Artigo 3o.- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, 17 de NOVEMBRO de 2023

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO

167.522.791-87

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 006/2023 SEXTO TERMO DE APOSTILAMENTO DE ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONCERNENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 56/2022.

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 006/2023

SEXTO TERMO DE APOSTILAMENTO DE ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONCERNENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 56/2022.

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, com supedâneo no § 8º do Art. 65 da Lei n.º 8. 666/93, resolve modificar unilateralmente o Contrato nº 056/2022, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente termo de apostilamento contratual a alteração de dotação orçamentária que fará frente as despesas do contrato administrativo nº. 056/2022 originário **Processo Administrativo nº 2137/2022 ADESÃO 007/2022**.Que versa sobre *Adesão da Ata de Registro de Preços 04/2022, proveniente do PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 02/2021, realizado pelo órgão CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMERNTO ECONÔMICO, SOCIAL AMBIENTAL, TURÍSTICO DE COMPLEXO NASCENTES DE PANTANAL, objeto de "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA DE APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL COM SUBORDINAÇÃO E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADESDO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL E SEUS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS"para atender as secretarias do município de Nossa Senhora do Livramento/ MT.* **Empresa DDMIX TERCEIRIZAÇÃO EIRELI** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ: 03.037.787/0001-54

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo de Apostilamento conforme a **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 5297/2023** e o parecer jurídico municipal nº 67/2023 da **Secretaria de Administração, Educação e Saude** do 2° termo aditivo de prazo e valor objetiva a alteração do disposto na **CLÁUSULA SEXTA** – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, prevista no instrumento contratual nº. 056/2022, proveniente do **Processo Administrativo nº 2137/2022 ADESÃO 007/2022.** para fazer face a alteração de dotações orçamentárias, conforme dispõe o artigo 65, parágrafo 8º, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: (...) § 8° A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em virtude da alteração na dotação orçamentária objeto do presente termo, as despesas relativas ao **Processo Administrativo nº 2137/2022 ADESÃO 007/2022**, Contrato Administrativo Nº. 056/2022, serão consignadas nas seguintes dotações orçamentárias:

Onde se

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Sec. Adm	Próprio	2089 - Manutenção Das Atividades De Adm E Planejamento	83	33.90.39	1500	61.137,09
Sec Educação	Proprio	2045 Manutenção e Encargos da Educação	122	33.90.39	1500	101.635,38
Sec Educação	Proprio	2045 Manutenção e Encargos da Educação	694	33.90.39	1500	97.558,83
Sec Saude	Proprio	2305- Manut. Atenção Basica	349	33.90.39	1600	104.207,73
TOTAL				364.539,03		

Leia se

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Sec. Adm	Proprio	2089 - Manutenção Das Atividades De Adm E Planejamento	083	33.90.39	1500	61.137,09
Sec. Educação	Proprio	2045 - Manutenção E Encargos Da Educação	694	33.90.39	2500	97.558,83
Sec. Saude	Estadual	2305- Manut. Atenção Básica	349	33.90.39	1600	104.207,73
TOTAL						262.903,65

4 CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

4.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do município, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei

5.CLÁUSULA QUINTA – DA RETIFICAÇÃO

5.1. Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº 056/2022,

permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Nossa Senhora do Livramento 26 de Outubro de 2023.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

ERRATA TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 002/2023 SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO DE ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ANO 2023 CONCERNENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.112/2022

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 002/2023

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO DE ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ANO 2023 CONCERNENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.112/2022

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, com supedâneo no § 8º do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93, resolve modificar unilateralmente o Contrato nº 112/2022, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Constitui objeto do presente termo de apostilamento contratual a alteração de dotação orçamentária que fará frente as despesas do contrato administrativo nº. 112/2022 originário do **P**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2947/2022 ADESÃO 014/2022**2**.que versa sobre **C**ontrato é de ***Adesão à Ata de Registro de Preço nº 020/2021 do Pregão Presencial nº 036/2021 – Regime diferenciado de contratação (RDC) Por Registro de Preço nº. 002/2021, realizado pelo órgão, CIMAMS – CONSÓRCIO INTERNACIONAL MULTIFINALITÁRIO DA ÀREA MINEIRA DA SUDENE/MG, "REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE BENS, MATERIAIS, PRODUTOS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS ÁS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DO CIMAMS, conforme especificações contidas no Termo de Referência e nos demais anexos do Edital",*** *e também para atender a Secretaria de Administração, Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação do município de Nossa Senhora do Livramento/MT., conforme as condições especificadas no* termo de referência n° 129/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **3336/2022** ADESÃO 017/2022, com a o Empresa **CONSÓRCIO HC ,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 43.983.448/0001-85

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTO LEGAL**

O presente Termo de Apostilamento conforme o **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1360/2023 Secretaria Municipal de Saúde** e o parecer jurídico municipal nº 091/2023 objetiva a alteração do disposto na CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, prevista no instrumento contratual nº. 96/2022, proveniente do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **3336/2022** ADESÃO 017/2022. para fazer face a alteração de dotações orçamentárias, conforme dispõe o artigo 65, parágrafo 8º, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: (...) § 8° A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em virtude da alteração na dotação orçamentária objeto do presente termo, as despesas relativas a PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **3336/2022** ADESÃO 017/2022, Contrato Administrativo Nº.112/2022, serão consignadas nas seguintes dotações orçamentárias: Exercício 2023.

Onde se lê:

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Sec. Saúde	Próprio	2067 - Manutenção Das Ativ Hospitalar / Ambulatorial - Mac	286	44.90.52	1500	R$ 39.130,00
TOTAL R$ 39.130,00						

Leia- se:

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Sec. Saúde	Próprio	2067 - Manutenção Das Ativ Hospitalar / Ambulatorial - Mac	600	4.4.90.52	1.2.659	R$ 39.130,00
Sec. Saúde	Próprio	2086 - MANUTENÇÃO FARMACIA BASICA	299	4.4.90.52	1.2.659	R$ 1.690,00
Sec. Saúde	Próprio	2051 - Manutenção saude bucal	499	4.4.90.52	1.2.659	R$ 8.790,00
TOTAL R$ 49.610,00						

4 CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

4.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do município, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei

5.CLÁUSULA QUINTA – DA RETIFICAÇÃO

5.1. Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº 112/2022, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Nossa Senhora do Livramento 10 de Novembro de 2023.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 436 / 2023

PORTARIA Nº 436 / 2023

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento no uso das atribuições conferidas pelo artigo 141 e seguintes da Lei Complementar Municipal 06/2004, e

Considerando que a **Comissão do PAD** instaurada apurou fatos comprovados de desvio de dinheiro público com relação à Servidora Pública Eudith **Aparecida Nunes Morais** e em conformidade com as razões expostas no relatório conclusivo.

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar a penalidade de **demissão do cargo público** à agente público **Eudith Aparecida Nunes Morais, CPF: 488.030.651-72, Matrícula: 6020-1**, em razão de ter cometido a infração de **lesão aos cofres públicos e corrupção**, previstas no **artigo 130, X e XI da Lei complementar municipal nº 006/2004 c/c o art. 312 do Código Penal.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora do Livramento, 17 de Novembro de 2023.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 92 2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, COM FORNECIMENTO DE CILINDROS EM REGIME DE COMODATO PARA O HOSPITAL MUNICIPAL MARIA ARLINDO DA COSTA, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO T. QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA: : FLAVIO ZANATTO DE OLIVEIRA - ME PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2023- PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 2650/2023

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E Aquisição de oxigênio medicinal, com fornecimento de cilindros em regime de comodato para o Hospital Municipal Maria Arlindo da Costa, do Município de Nossa Senhora do Livramento., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referencia 033/2023 Pregão Eletrônico Nº 025/2023- Processo Administrativo n.2650/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social	Lote	Descrição	Unidade	Marca	Modelo	Qdade	Vl. Unit.	Vl. Total
FLAVIO ZANATTO DE OLIVEIRA	1	OXIGENIO GASOSO MEDICINAL CILINDRO 1M³	M³	INOVE	CILINDRO/GASOSO	200	R$ 198,90	R$ 39.780,00
	2	OXIGENIO GASOSO MEDICINAL CILINDRO 2M³	M³	INOVE	CILINDRO/GASOSO	200	R$ 130,00	R$ 26.000,00
	3	OXIGENIO GASOSO MEDICINAL CILINDRO 10M³	M³	INOVE	CILINDRO/GASOSO	300	R$ 37,40	R$ 11.220,00
R$ 77.000,00 (Setenta e Sete Mil Reais								

VALIDADE DA ATA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir meses a partir de sua assinatura;, não podendo ser prorrogada.

Nossa Senhora do Livramento – MT 17 de Novembro de 2023

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

FORNECEDOR:

Empresa FLAVIO ZANATTO DE OLIVEIRA - ME,

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 074/2023 PREGÃO PRESENCIAL N°. 094/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATORIO Nº. 131/2023

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa de direito público interno, CNPJ N.º 33.683.822/0001-73, com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO,**brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 9.001.064-6 SSP/PR, e do CIC/CPF nº. 037.458.769-89, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **TRATOMAQ AUTO PECAS LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ. 10.574.100/0001-85, situada na Est. Realeza, n° s/n, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, neste ato representado pelo Sr. Evaldo Miranda de Sousa, portador do RG n°. 1424231-1 SSP/MT e inscrito sob o CPF n°. 942.334.461-53, residente e domiciliada situada na rua São Paulo, n°.s/n, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, nas quantidades

estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 094/2023 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02, Decreto nº 7.892/2013, suas alterações Decreto nº 9. 488/2018 e em conformidade com as disposições a seguir.

1DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE PRIMEIRA LINHA (FABRICANTE) E GENUÍNOS (MONTADORAS), PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** conforme relação contidano anexo I.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras/Licitações**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. As peças e acessórios necessários para a manutenção da frota de onibus, deverão ser fornecidas pela empresa com preços de acordo com a "TABELA **DE PREÇOS DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, COMPONENTES E MATERIAIS ORIGINAIS**", fornecido através do Sistema **TRAZ VALOR, com a devida aplicação do percentual de desconto repassado pela empresa vencedora.** Caso exista alguma situação na qual a peça não conste na Tabela de Preços e Acessórios do Sistema Traz Valor, a PREFEITURA será obrigada efetuar a pesquisa de preço de mercado para posterior autorização e pagamento.

4.1.1. No caso de optar pela Pesquisa de Mercado, será realizado no mínimo 03 (três) orçamentos, onde será confeccionada a média ponderada do valor a ser pago pelas peças a ser fornecida (aplica-se somente quando não houve no cadastro e valor referenciado no Sistema TRAZ VALOR.

4.1.2 A entrega das peças e acessórios licitados deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas nesta Ata de Registro de Preços.

4.2. O fornecedor a descrição do lote e percentual de desconto registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: TRATOMAQ AUTO PECAS LTDA

CNPJ: 10.574.100/0001-85

ENDEREÇO: EST. REALEZA, N° S/N, NA CIDADE DE NOVA BANDEIRANTES/MT

TELEFONE: (66) 3572-1777

CONTA: 12238-6

AGENCIA: 4099-1

BANCO: BRASIL

LOTE 02	2 - **FUNILARIA E PINTURA** LINHA LEVE, VAN, UTILITARIO E AMBULÂNCIA.					
PLACA	*MARCA*	*MODELO*	*COMBUSTIVEL*	*ANO/MODELO*	*CHASSI*	*MATRICULA*
RRI-0H54	TOYOTA	HILUX CS	DIESEL	2021/2021	8AJDA8CB4M6047348	866481
RBW-1G89	RENAULT	OROCH EXPRESSION 1.6 SCE	FLEX	2021/2022	93Y9SR3H5NJ116648	866559
QCS-3717	RENAULT	DYNAMIQUE CVT 1.6	FLEX	2018/2019	93YHSR3HSKJ464099	866595
NTX-4806	FIAT	FIORINO	GASOLINA	2010/2010	9BD55429B8896614	229289
RAW5E36	FIAT	STRADA ENDURANCE	FLEX	2021/2022	9BD281A22NYW47698	866108
QBK-5553	CHEVROLET	S-10 ADVANTAGE 2.7	FLEX	2016/2016	9BG148TP0GC429692	348098
OAW-7E85	CHEVROLET	S10	DIESEL	2020/2020	9BG143DK0LC440779	396167
QCB-7945	MITSUBISHI	L200 3.2 TRITON CD 4X4	DIESEL	2017/2018	93XLNKB8TJCH31551	358828
RAX-4F49	MITSUBISHI	L200 2.4 GLX CD 4X4	DIESEL	2021/2022	93XDJKL1TNCM45514	865281
RRS-3E39	MITSUBISHI	L200 2.4 GLX CD 4X4	DIESEL	2022/2023	93XDJKL1TPCN61612	869257
RAZ-8J14	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2021	8AC907645NE204617	866512
SCP-8C78	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2022	8AC907645NE204629	867196
SCK-4A81	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2022	8AC907641NE211618	867607
QBT-4381	MB	SPRINTER F42A	DIESEL	2016/2017	8AC906633HE123547	348786
PRG-7222	MB	SPRINTER 515	DIESEL	2018/2019	8AC906657KE166187	365717
DESCRITIVO			**UNIDADE**	**ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**	**ESTIMATIVA DE PREÇO POR VEÍCULO E SERVIÇO**	**PERCENTUAL DE DESCONTO %**
PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS			UNID		R$ 100.000,00	5,20%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM ***FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA*** PARA VEÍCULOS DE PASSEIO E UTILITÁRIOS (COM CAPACIDADE DE ATÉ 05 OCUPANTES). COMPREENDE A RECUPERAÇÃO DE PARTES MÓVEIS E FIXAS DANIFICADAS, OBJETIVANDO AS CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS DO VEÍCULO COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, QUANDO NECESSÁRIO.			HR	500 hs	R$ 240,00	

LOTE 05	RECUPERAÇÃO DE PARTES MÓVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECÂNICO- HIDRÁULICOS – LINHA LEVE, UTILILITARIO (VAN)					
PLACA	*MARCA*	*MODELO*	*COMBUSTIVEL*	*ANO/MODELO*	*CHASSI*	*MATRICULA*
RRI-0H54	TOYOTA	HILUX CS	DIESEL	2021/2021	8AJDA8CB4M6047348	866481
RBW-1G89	RENAULT	OROCH EXPRESSION 1.6 SCE	FLEX	2021/2022	93Y9SR3H5NJ116648	866559
QCS-3717	RENAULT	DYNAMIQUE CVT 1.6	FLEX	2018/2019	93YHSR3HSKJ464099	866595
NTX-4806	FIAT	FIORINO	GASOLINA	2010/2010	9BD55429B8896614	229289
RAW5E36	FIAT	STRADA ENDURANCE	FLEX	2021/2022	9BD281A22NYW47698	866108
QBK-5553	CHEVROLET	S-10 ADVANTAGE 2.7	FLEX	2016/2016	9BG148TP0GC429692	348098
OAW-7E85	CHEVROLET	S10	DIESEL	2020/2020	9BG143DK0LC440779	396167
QCB-7945	MITSUBISHI	L200 3.2 TRITON CD 4X4	DIESEL	2017/2018	93XLNKB8TJCH31551	358828
RAX-4F49	MITSUBISHI	L200 2.4 GLX CD 4X4	DIESEL	2021/2022	93XDJKL1TNCM45514	865281
RRS-3E39	MITSUBISHI	L200 2.4 GLX CD 4X4	DIESEL	2022/2023	93XDJKL1TPCN61612	869257
RAZ-8J14	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2021	8AC907645NE204617	866512
SCP-8C78	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2022	8AC907645NE204629	867196
SCK-4A81	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2022	8AC907641NE211618	867607
QBT-4381	MB	SPRINTER F42A	DIESEL	2016/2017	8AC906633HE123547	348786
PRG-7222	MB	SPRINTER 515	DIESEL	2018/2019	8AC906657KE166187	365717
DESCRITIVO			**UNIDADE**	**ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**	**ESTIMATIVA DE PREÇO POR VEÍCULO E SERVIÇO**	**PERCENTUAL DE DESCONTO %**
PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS			UNID		R$ 100.000,00	
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, MONTAGEM E RECUPERAÇÃO DE PARTES MÓVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECÂNICO-HIDRÁULICOS AUTOMOTIVOS DAS LINHAS LEVE, MÉDIA. INCLUINDO TODA MÃO-DE- OBRA NECESSÁRIA E SERVIÇOS AGREGADOS PARA RECUPERAÇÃO E REGULAGEM DE: BOMBAS HIDRÁULICAS, VÁLVULAS DE CONTROLE DE PRESSÃO, VÁLVULAS DE CONTROLE DIRECIONAL, VÁLVULAS DE RETENÇÃO, VÁLVULAS CONTROLADORAS DE FLUXO, VÁLVULAS DE CARTUCHO, ATUADORES HIDRÁULICOS, CAMISA DE PISTÕES, CROMO E DESEMPENO DE HASTE DE PISTÕES, ENCAMISAMENTO DE CILINDROS, DENTRE-OUTROS SERVIÇOS NECESSÁRIOS			HR	400 hs	R$ 270,00	5,20%

LOTE 08	RECUPERAÇÃO E RETIFICA DE MOTORES A DIESEL, FLEX E A GASOLINA					
PLACA	*MARCA*	*MODELO*	*COMBUSTIVEL*	*ANO/MODELO*	*CHASSI*	*MATRICULA*
RRI-0H54	TOYOTA	HILUX CS	DIESEL	2021/2021	8AJDA8CB4M6047348	866481
RBW-1G89	RENAULT	OROCH EXPRESSION 1.6 SCE	FLEX	2021/2022	93Y9SR3H5NJ116648	866559
QCS-3717	RENAULT	DYNAMIQUE CVT 1.6	FLEX	2018/2019	93YHSR3HSKJ464099	866595
NTX-4806	FIAT	FIORINO	GASOLINA	2010/2010	9BD55429B8896614	229289
RAW5E36	FIAT	STRADA ENDURANCE	FLEX	2021/2022	9BD281A22NYW47698	866108
QBK-5553	CHEVROLET	S-10 ADVANTAGE 2.7	FLEX	2016/2016	9BG148TP0GC429692	348098
OAW-7E85	CHEVROLET	S10	DIESEL	2020/2020	9BG143DK0LC440779	396167
QCB-7945	MITSUBISHI	L200 3.2 TRITON CD 4X4	DIESEL	2017/2018	93XLNKB8TJCH31551	358828
RAX-4F49	MITSUBISHI	L200 2.4 GLX CD 4X4	DIESEL	2021/2022	93XDJKL1TNCM45514	865281
RRS-3E39	MITSUBISHI	L200 2.4 GLX CD 4X4	DIESEL	2022/2023	93XDJKL1TPCN61612	869257
RAZ-8J14	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2021	8AC907645NE204617	866512
SCP-8C78	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2022	8AC907645NE204629	867196
SCK-4A81	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2022	8AC907641NE211618	867607
QBT-4381	MB	SPRINTER F42A	DIESEL	2016/2017	8AC906633HE123547	348786
PRG-7222	MB	SPRINTER 515	DIESEL	2018/2019	8AC906657KE166187	365717
DESCRITIVO			**UNIDADE**	**ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**	**ESTIMATIVA DE PREÇO POR VEÍCULO E SERVIÇO**	**PERCENTUAL DE DESCONTO %**
PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS			UNID		R$ 100.000,00	
RECUPERAÇÃO E RETIFICA DE MOTORES A DIESEL, FLEX E A GASOLINA DE 04 (QUATRO) CILINDROS, ASPIRADOS E/OU TURBO-ALIMENTADOS, MECÂNICOS OU ELETRÔNICOS, EM VEÍCULOS, DESCRIÇÃO: REVISÃO PERIÓDICA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE PARA MODELO DE VEÍCULO			HR	300 hs	R$ 289,33	5,40%

LOTE 11	EXECUÇÃO, MANUTENÇÃO DE CAMBAGEM, CASTER, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO EM VEÍCULOS: EM VEÍCULOS UTILITARIOS DO TOPO PICK-UP.					
PLACA	*MARCA*	*MODELO*	*COMBUSTIVEL*	*ANO/MODELO*	*CHASSI*	*MATRICULA*
RAZ-8J14	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2021	8AC907645NE204617	866512
SCP-8C78	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2022	8AC907645NE204629	867196
SCK-4A81	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2022	8AC907641NE211618	867607
QBT-4381	MB	SPRINTER F42A	DIESEL	2016/2017	8AC906633HE123547	348786
PRG-7222	MB	SPRINTER 515	DIESEL	2018/2019	8AC906657KE166187	365717
DESCRITIVO			**UNIDADE**	**ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**	**ESTIMATIVA DE PREÇO POR VEÍCULO E SERVIÇO**	**PERCENTUAL DE DESCONTO %**
PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS			UNID		R$ 100.000,00	
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃODE CAMBAGEM, CASTER, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO EM VEÍCULOS: VEICULOS LEVES, VEÍCULOS CONFORME RELAÇÃO ANEXA CONSTANDO MARCAS E MODELOS.			HR	300 hs	R$ 240,00	5,40%

LOTE 14	SERVIÇO DE TORNO – VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, AMBULÂNCIA, VAN					
PLACA	*MARCA*	*MODELO*	*COMBUSTIVEL*	*ANO/MODELO*	*CHASSI*	*MATRICULA*
RRI-0H54	TOYOTA	HILUX CS	DIESEL	2021/2021	8AJDA8CB4M6047348	866481

RBW-1G89	RENAULT	OROCH EXPRESSION 1.6 SCE	FLEX	2021/2022	93Y9SR3H5NJ116648	866559
QCS-3717	RENAULT	DYNAMIQUE CVT 1.6	FLEX	2018/2019	93YHSR3HSKJ464099	866595
NTX-4806	FIAT	FIORINO	GASOLINA	2010/2010	9BD55429B8896614	229289
RAW5E36	FIAT	STRADA ENDURANCE	FLEX	2021/2022	9BD281A22NYW47698	866108
PLACA	*MARCA*	*MODELO*	*COMBUSTIVEL*	*ANO/MODELO*	*CHASSI*	*MATRICULA*
QBK-5553	CHEVROLET	S-10 ADVANTAGE 2.7	FLEX	2016/2016	9BG148TP0GC429692	348098
OAW-7E85	CHEVROLET	S10	DIESEL	2020/2020	9BG143DK0LC440779	396167
PLACA	*MARCA*	*MODELO*	*COMBUSTIVEL*	*ANO/MODELO*	*CHASSI*	*MATRICULA*
QCB-7945	MITSUBISHI	L200 3.2 TRITON CD 4X4	DIESEL	2017/2018	93XLNKB8TJCH31551	358828
RAX-4F49	MITSUBISHI	L200 2.4 GLX CD 4X4	DIESEL	2021/2022	93XDJKL1TNCM45514	865281
RRS-3E39	MITSUBISHI	L200 2.4 GLX CD 4X4	DIESEL	2022/2023	93XDJKL1TPCN61612	869257
PLACA	*MARCA*	*MODELO*	*COMBUSTIVEL*	*ANO/MODELO*	*CHASSI*	*MATRICULA*
RAZ-8J14	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2021	8AC907645NE204617	866512
SCP-8C78	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2022	8AC907645NE204629	867196
SCK-4A81	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2022	8AC907641NE211618	867607
QBT-4381	MB	SPRINTER F42A	DIESEL	2016/2017	8AC906633HE123547	348786
PRG-7222	MB	SPRINTER 515	DIESEL	2018/2019	8AC906657KE166187	365717

DESCRITIVO	**UNIDADE**	**ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**	**ESTIMATIVA DE PREÇO POR VEÍCULO E SERVIÇO**	**PERCENTUAL DE DESCONTO %**
PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS	UNID		R$ 100.000,00	5,20%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TORNO. VEÍCULOS CONFORME RELAÇÃO ANEXA CONSTANDO MARCAS E MODELOS.	HR	200 hs	R$ 288,33	

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Retirar pessoalmente a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisita-la no mesmo prazo via e-mail ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10° (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida;

5.2. Entregar os itens conforme estabelecido no Termo de Referência deste Edital. Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

5.3. Os serviços ou material deverão ser fornecidos conforme estabelecidos neste edital e demais Legislação em vigor;

5.3.1. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

5.3.2. A licitante vencedora ficará obrigada a trocar os produtos/serviços em até 02 (dois) dias corridos, às suas expensas e custas, quando porventura vierem a ser recusados por conter especificações ou qualquer outra inconformidade em divergência ao requisitado em Contrato e no Edital, sendo que o ato da entrega não importará na sua aceitação;

5.4. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos à prestação dos serviços a si adjudicados, inclusive ônus relativos a sanções judiciais e administrativas;

5.4.1 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes nesta Ata, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

5.6. Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.7. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.8. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.9. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.12. Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.13. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. Manter durante toda a vigência do contrato a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

5.15. Apresentar a nota fiscal mediante a entrega dos itens no prazo estabelecido neste Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 – Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 – Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

2 – Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

3 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 – Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

5.16 Notificar, por escrito, a contratante sobre eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando a contratante, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial e do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

5.17. Ressarcir prejuízos de qualquer natureza causados ao patrimônio da contratante ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução do contrato, por dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, a preços atualizados, dentro de 10 (dez) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Contratante poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

5.18. Colocar à disposição da contratante, na data de início da vigência do contrato, o pessoal necessário à execução dos serviços;

5.19 A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93.

15.20 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93.

A CONTRATADA DEVERÁ AINDA:

a) A Contratada deverá apresentar ao Departamento de Frotas do Município, gratuitamente, previamente à execução do serviço, orçamento detalhado, no prazo máximo e não superior a 02 (dois) dias, contados a partir do recebimento do veículo com exceção dos serviços de reparo no motor (montagem e desmontagem), funilaria e pintura, em que o prazo será de, no máximo, 05 (cinco) dias, devendo conter no orçamento:

- Relação de peças a serem utilizadas no referido serviço, juntamente com o valor das mesmas; - Tempo a ser gasto na prestação do serviço, de conformidade com a tabela tempária aqui informada.

- Cláusula de garantia dos serviços prestados, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, após a entrega do mesmo em perfeito funcionamento, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor;

b) A CONTRATANTE poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a Contratada a executar ou fornecer o que for aprovado em todo ou em parte;

c) Os serviços serão realizados nas dependências da contratada devendo a mesma permitir livre acesso de representantes da CONTRATANTE, para que se proceda à fiscalização dos trabalhos;

d) A CONTRATANTE deverá ter estrutura para receber no mínimo 03 (três) veículos com ferramentas necessárias na manutenção do mesmo;

e) A CONTRATADA deverá fornecer o serviço, num raio Máximo de 200 km, da sede municipal de Nova Bandeirantes/MT;

f) Zelar pela guarda dos veículos que estiverem na sua responsabilidade, responsabilizando-se por quaisquer danos ocorridos aos mesmos;

g) Responsabilizar-se integralmente pelos veículos recebidos do Contratante, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos nele contidos, obrigando-se à reparação total da perda em caso de furto ou roubo, incêndio ou acidente, independente de culpa, não transferindo a responsabilidade a possíveis subcontratados ou terceiros, desde o momento do recebimento do veículo para orçamento até a entrega do mesmo ao Contratante;

h) Responder, integral e exclusivamente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados direta ou indiretamente, por seus empregados, representantes ou prepostos aos bens do Município de Nova Bandeirantes/MT ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante;

i) A Empresa contratada devera presta os serviços imediatos, após o Departamento de Frotas autorizar;

j) Será usado como controle das horas trabalhadas o SISTEMA TEMPARIO, em caso de divergência nas quantidades de horas nos serviços, será feito pelo departamento de Frotas pesquisa de Mercado;

k) Serviços não contemplados no Sistema, serão controlados e fiscalizados através do apontador, e pesquisa de mercado de preço, (horas mecânicas);

l) A Contratada deverá fornecer em papel timbrado, descrição completa do veiculo juntamente relação de peças, com códigos originais ou similares, necessários na manutenção do veículo;

m) Em caso de Divergência de serviços e garantia do mesmo, será fiscalizado através de laudo do Mecânico responsável, pelo Departamento de Frotas da Prefeitura, sendo impedido pagamento a Contratada;

n) A Contratada Ficara impedida de cobrar, qualquer tipo de taxas/multas, por tempo de permanência do veículo no pátio;

o) Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

p) Fica expressamente proibido a sub terceirização de qualquer serviço, ganho no certame pela contratada, a outra empresa, que possa gerar acréscimos no valor licitado;

q) A CONTRATADA que não for do município de Nova Bandeirantes-MT, ficara responsável pelo transporte dos veículos sua sede, arcando com todas as depesas;

r) Os Serviços deverão acontecer na sede da CONTRATADA, a não ser quando houver a necessidade de socorro dos veículos nas estradas do município;

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

6.1.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos serviços;

6.1.2. Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

6.1.3. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal;

6.2. Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses:

6.2.1. Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;

6.3. Dar recebimento provisório dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva;

6.4. Dar recebimento definitivo pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;

6.5. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT;

6.7. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital e ata de registro de preço homologada;

6.8. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

6.9. Se abster de realizar qualquer pagamento à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

6.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO RECEBIMENTO E FORNECIMENTO

7.1. A PREFEITURA terá o prazo de até **02 (dois) dias** para aceitar os produtos e serviços fornecidos pela CONTRATADA, sendo que os mesmos serão recebidos da seguinte forma:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

7.2. O recebimento definitivo dos produtos, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

7.3 O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal responsável pela aquisição, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

8.2 O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos serviços entregue, de acordo com o especificado no Termo de Referência e Proposta apresentada;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5 – O **CONTRATANTE**, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução incorreta ocorrida nos serviços;

b) existência de qualquer débito exigível pelo **CONTRATANTE**.

8.6. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar regular com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como em relação à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11 DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria nº329/2023, Servidor**JOSÉ MAURO CONJIU**, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

11.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

11.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Materiais, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 – Se o (a) licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e 8.666/93.

13.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, poderá aplicar ao licitante vencedor, as seguintes penalidades:

Advertência;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

13.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

13.6- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
UNIDADE: 001 – FMS – GESTÃO DO SUS
FUNÇÃO: 10 - SAUDE
SUB - FUNÇÃO: 301-ATENÇAO BASICA
PROGRAMA: 0005- ATENÇÃO À SAÚDE PÚBLICA – GESTÃO DO SUS
PROJETO/ATIVIDADE: 2 022 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE SAUDE
260 – NATUREZA DA DESPESA: 3390.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.
267 - NATUREZA DA DESPESA: 3390.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO P. JURÍDICA
ÓRGÃO:05-SECRETARIA DE SAUDE.
UNIDADE: 002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
FUNÇÃO:10 - SAUDE
SUB - FUNÇÃO: 301 – ATENÇAO BÁSICA
PROGRAMA:0020- ATENÇÃO À SAÚDE – ATENÇÃO BÁSICA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 122 – CUSTEIO - ATENÇÃO BASICA
284 – NATUREZA DA DESPESA: 3390.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.
288 – NATUREZA DA DESPESA: 3390.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO P. JURÍDICA
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
UNIDADE: 003 – FMS – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
FUNÇÃO: 10 - SAUDE
SUB - FUNÇÃO: 302-ASSISTENCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL
PROGRAMA: 0021- ATENÇÃO À SAÚDE PUBLICA – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 123 – CUSTEIO – MAC MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL
325 – NATUREZA DA DESPESA: 3390.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.
329 - NATUREZA DA DESPESA: 3390.32.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS P. JURÍDICA

14.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contigenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

15. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

15.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

15.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

15.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

15.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 094/2023,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

17. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

TRATOMAQ AUTO PECAS LTDA

CNPJ Nº10.574.100/0001-85

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.461-05

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 075/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N° 086/2023 PROCESSO LICITATORIO N° 122/2023

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF n.º 33.683. 822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes, Estado do Mato Grosso, doravante denominado **Órgão Gestor**, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. Cesar Augusto Perigo, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **EQUIPAR PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ nº 33.813.237/0001-40, situada na Av. Duque de Caxias, nº 179, cidade de Lunardelli/PR, representada pelo Sr. Igor José Carvalho Rezende, portador do RG nº 2653445 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº112.061.259-42, residente e domiciliado na Av. Duque de Caxias, nº183, cidade de Lunardelli/PR, de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, visando a aquisição de equipamento e materiais permanentes, conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente ARP, atendendo as condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº **086/2023**, para Registro de Preço, sujeitando-se as partes às normas constantes da Leis Federal n° 10.520/02, Lei Federal n° 8.666/93 e pelos Decretos n.º 3.555/2000, 3.784/2001 e 10.024/2019, Decreto nº 7. 892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto 9.488 de 31 de agosto de 2018 e Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1 REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, COM RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EXCLUSIVO PARA EQUIPAR AS UNIDADES BÁSICAS, POSTO PARAÍSO DO NORTE, UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA RURAL DE JAPURANA ESF II, USF ANTÔNIO FERNANDES CAPIVARA ESF III E USF MANOEL NASCIMENTO DOS SANTOS MANEZINHO DA COBAN ESF I, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Nova Bandeirantes/MT**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no Anexo I.

1.1 Os itens do objeto são os elencados na Planilha Demonstrativa de Preço da cláusula segunda deste instrumento.

2. DA VENCEDORA, ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO 2.1. A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo: **2.2. FORNECEDOR REGISTRADO:**

EMPRESA: EQUIPAR PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA		
CNPJ N°: 33.813.237/0001-40	I.E. N°:	
ENDEREÇO: AV. DUQUE DE CAXIAS, Nº 179, CIDADE DE LUNARDELLI/PR	N°: 179	BAIRRO: CENTRO
CIDADE: LUNARDELLI/PR	CEP: 86935-000	
TELEFONE: (43) 3478-1363	E-MAIL: equiparpr@hotmail.com	
REPRESENTANTE LEGAL: IGOR JOSÉ CARVALHO REZENDE		
BANCO: BRASIL	AGENCIA N°: 2842-8	CONTA N°: 20730-6

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
07	BRAÇADEIRA PARA INJEÇÃO TOTALMENTE INOX	1	RENASCER	R$ 140,00	R$ 140,00

VALOR TOTAL R$ 140,00 (cento e quarenta reais).

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados;41 **3. DO VALOR 3.1.** O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação. **3.2.** Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos materiais **3.3.** É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas; **3.4.** Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o **Órgão Gerenciador** cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada; **3.5.** Visando subsidiar eventuais revisões, o **Órgão Gerenciador** ordenará a realização de nova pesquisa de preços; **3.6.** Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.). **4. DA VALIDADE 4.1.** A presente Ata terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses** contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis. **4.2.** Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o **Órgão Gerenciador** ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência; **4.3.** A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas. **5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP 5.1.** A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças do MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES representado pela **Prefeitura Municipal**;

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do **Órgão Gerenciador**, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado; **5.3.** Os órgãos ou entidades interessadas na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT; **5.4.** A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos: **a)** Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor; **b)** Anuência expressa do fornecedor. **5.5.** O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado; **6. DA VINCULAÇÃO LEGAL**

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/2013 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as suas alterações.

7. DA FISCALIZAÇÃO 7.1. O **Órgão Gerenciador** ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.1.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria 330/2023, Servidor **ANDREIA MORENO**para o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

7.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

7.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. A Entrega devera ser realizada de segunda a sexta feira – das 07:00 as 17:00 horas de Mato Grosso, na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, localizada Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro – Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, sem onus a prefeitura no prazo máximo de até **30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS**, contados da data do recebimento da requisição, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Prefeitura.

8.2 É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos itens nas quantidades, no horário e data estipulada, bem como nas condições estabelecidas nesse termo.

8.3. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

8.4. Os produtos deverão ser conferido na presença do fiscal de contrato responsável.

8.5. Os produtos deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT - INMETRO, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

8.6. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de **15 (QUINZE) DIAS UTEIS**, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado.

8.7. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a contratada será notificada e terá prazo de 30 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

8.8. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

8.9 Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da Nota fiscal devidamente atestada pelo responsável;

9. DO RECEBIMENTO

9.1 O recebimento provisório no paço municipal, dar-se-á em até 02 (dois) dias úteis a verificação das especificações, quando então se dará o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** com um representante da Secretaria Municipal de Saúde (Fiscal de contrato).

9.2 O recebimento definitivo após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64; **9.3** Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo; **9.4** Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior a registrada, independente de anuência da Fornecedora. **10. DAS OBRIGAÇÕES 10.1.DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA: 10.1.1.** Acatar as decisões e observações feitas pelo **Órgão Gestor**. **10.1.2.** Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos. **10.1.3.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração Municipal e/ou a terceiros. **10.1.4.** Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor; **10.1.5.** A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços. **10.1.6.** Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas; **10.1.7.** Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **10.1.8.** Serão recebidos apenas os itens descritos nas quantidades estabelecidas nas Autorizações de Fornecimento emitidas pela Departamento de Compras. A empresa contratada deverá seguir as orientações do fiscal de contrato. **10.1.9.** A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item entregue, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.10.** Os itens deverão ser conferidos na presença do fiscal de contrato responsável. **10.1.11.** Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de materiais reciclados ou reutilizados como itens solicitados. **10.1.12.** Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado. **10.1.13.** Os itens serão solicitados pela CONTRATANTE de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados. **10.1.14.** Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições. **10.1.15.** A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor;

10.1.16. Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros. **10.1.17.** A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não eximi a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas. **10.1.18.** Serão consideradas as quantidades entregues no local, desconsiderando possíveis percas ocorrida no transporte. **10.1.19.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante. **10.1.20.** Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto. **10.1.21.** Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante. **10.1.22.** Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto. **10.1.23.** Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento. **10.1.24.** Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; **10.1.25.** Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato; **10.1.26.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente; **10.1.27.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado; **10.1.28.** Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade; **10.1.29.** A CONTRATADA obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados. **10.1.30.** Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.31.** Apresentar garantia de fabrica de no minimo 01 (um) ano, caso seja necessessario fazer a troca o mesmo sera sem ônus a administração. **10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRA-**

TANTE: 10.2.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preço; **10.2.2.** Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão); **10.2.3.** Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes; **10.2.4.** Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor; **10.2.4.1.** Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP. **10.2.5.** Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP. **10.2.6.** Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações. **10.2.7.** Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados. **10.2.8.** Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. **10.2.9.** Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo do item 18.8 para reposição. **10.2.10.** Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição. **10.2.11.** Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação; **10.2.12.** Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da comunicação; **10.2.13.** Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; **10.2.14.** Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho; **10.2.15.** Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente; **10.2.16.** Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção. **10.2.17.** Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação. **10.2.18.** Receber ou rejeitar os produtos/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo. **10.2.19.** Rejeitar os produtos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas. **10.2.20.** Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada. **10.2.21.** Entregar a contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos. **10.2.22.** Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada; **10.2.23.** Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; **10.2.24.** Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas; **10.2.25.** Fiscalizar a execução do objeto do contrato; **10.2.26.** Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato. **11. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

11.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art.

19 da lei federal n° 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

12. DA REVISÃO 12.1. Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13 no seu Art. 16, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens

registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993;

12.2. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os Art. 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013, conforme segue: **12.2.1.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado; **12.2.1.1.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade; **12.2.1.2.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. **12.2.2.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: **a)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e **b)** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA 13.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo **Órgão Gerenciador**, quando: **I.** Descumprir as condições da ata de registro de preços; **II.** Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela n Administração, sem justificativa aceitável; **III.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; **IV.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002. **V.** O Fornecedor que não se dispuser a substituir os **MATERIAIS** que vierem a apresentar defeitos de qualidade; **VI.** O Fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento; **VII.** Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

13.1.1. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do **Órgão Gerenciador**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados: **a)** Por razão de interesse público; ou **b)** A pedido do fornecedor. **13.3.** O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Município; **13.4.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovado. **13.5.** Na hipótese de cancelamento parcial, o **Órgão Gestor** poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva; **14. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO 14.1.** O documento de cobrança (Nota Fiscal, fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 15 (quinze) imperfeição no fornecimento; **14.2.** O documento de cobrança será emitido em nome do **Órgão Gestor**, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma; **14.2.1.** O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento. **14.3.** Todos os tributos incidentes sobre os produtosou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie; **14.4.** No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados

contidos na Proposta Comercial; **14.5.** Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento; **14.6.** No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento. **15. DO PAGAMENTO 15.1.** O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchido

discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito;

15.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo **Órgão Gestor** para as medidas de regularização; **15.3.** O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 30 (trinta) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao **Órgão Gestor** para as providências cabíveis; **15.4.** Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor; **15.5.** Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

16. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

16.1. O **Órgão Gestor** efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o **Órgão Gestor** providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do município, por meio do Diário oficial dos Municipios AMM.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1.O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora as multas, consoante o *caput* e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor total da Proposta Comercial vencedora, na forma seguinte:

18.1.1. Quanto à obrigação da assinatura do Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido: **c)** Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso. **18.1.2.** Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos: **c)** Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso.

18.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora; **18.3.** Se a Licitante vencedora se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades: **18.3.1.** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Nova Bandeirantes - Prefeitura Municipal, por prazo de até 02 (dois) anos; **18.3.2.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos. **18.4.** A Fornecedora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante o fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei. **18.5.** A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Município - Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa; **18.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração; **18.7.** Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 19.1.** Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública; **19.2.** O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços; **19.3.** Os casos omissos serão resolvidos pelo **Órgão Gestor**.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

ORGÃO: 05- SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade: 002 – FMS – Atenção Básica
Função: 10 - SAÚDE
Sub - Função: 301- Atenção Básica
Programa: 0020 - Atenção à Saúde – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 1 046 - Aquisição de Veículos e Equipamentos – Saúde
275-Natureza de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 1.6.0.1.000000

20.2 No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

21.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

21.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

21.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

21.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

21.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

22. DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro de Nova Monte Verde/ MT, para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços;

22.2.E por estarem de acordo, depois de lido se achado conforme, a parte firma presente ARP em 03 (três) vias de igual Teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no **Órgão Gestor** nos termos do Art. 60 da Lei nº8.666/93.

Nova Bandeirantes/MT 16 de novembro de 2023.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

EQUIPAR PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 33.813.237/0001-40

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.461-05

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 075/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N° 086/2023 PROCESSO LICITATORIO N° 122/2023

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF n.º 33.683. 822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes, Estado do Mato Grosso, doravante denominado **Órgão Gestor**, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. Cesar Augusto Perigo, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **DELTA DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ nº45.853.327/0001-23, situada na rua Rodrigo Valecastro, nº 222, cidade de Inhapim/MG, representada pelo Sr. Fabio Costa Ribeiro, portador do RG nº MG-15128068 SSP/MG e CPF sob o nº 084.356. 676-00, residente e domiciliado na rua Rodrigo Valecastro, nº 222, cidade de Inhapim/MG, de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, visando a aquisição de equipamento e materiais permanentes, conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente ARP, atendendo as condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº **086/2023**, para Registro de Preço, sujeitando-se as partes às normas constantes da Leis Federal n° 10.520/02, Lei Federal n° 8.666/93 e pelos Decretos n.º 3.555/2000, 3.784/2001 e 10.024/2019, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto 9.488 de 31 de agosto de 2018 e Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1 REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, COM RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EXCLUSIVO PARA EQUIPAR AS UNIDADES BÁSICAS, POSTO PARAÍSO DO NORTE, UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA RURAL DE JAPURANA ESF II, USF ANTÔNIO FERNANDES CAPIVARA ESF III E USF MANOEL NASCIMENTO DOS SANTOS MANEZINHO DA COBAN ESF I, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Nova Bandeirantes/MT**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no Anexo I.

1.1 Os itens do objeto são os elencados na Planilha Demonstrativa de Preço da cláusula segunda deste instrumento.

2. DA VENCEDORA, ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO 2.1. A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo: **2.2. FORNECEDOR REGISTRADO:**

EMPRESA: DELTA DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA		
CNPJ N°: 45.853.327/0001-23	I.E. N°:	
ENDEREÇO: RUA RODRIGO VALECASTRO, Nº 222, CIDADE DE INHAPIM/MG	N°: 222	BAIRRO: CENTRO
CIDADE: INHAPIM/MG	CEP: 35330-000	
TELEFONE: (33)99835-3241	E-MAIL: deltadistribuidora@outlook.com.br	
REPRESENTANTE LEGAL: FABIO COSTA RIBEIRO		
BANCO: SICOOB	AGENCIA N°: 3219	CONTA N°: 51725-9

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
08	CADEIRA GIRATORIA - OPERATIVA EXECUTIVA COM BACKPLAX - BASE SECRETARIA - ACABAMENTO - PRETO – COM BRACO REGULAVEL - GIRATORIA - REVESTIDO EM – COURO ECOLOGICO	21	NOBRE	R$ 478,00	R$ 10. 038,00
14	ESTANTE - ACO TRATADO POR FOSFORIZACAO\, PINTADO EM EPOXI PO COR CINZA\, PROFUNDIDADE 0\,30M X LARGURA 0\,92M X ALTURA 1\,98M\, VERTICAL\, ESTANTE DE ACO COM 6 PRATELEIRAS CHAPA 26 COLUNA 20 COM REFORCO EM X NAS LATERAIS E NO FUNDO.	03	PANDIM	R$ 270,00	R$ 810,00
25	TABLET - POSSUINDO ARMAZENAMENTO INTERNO DE NO MINIMO 8 (OITO) GIGABYTES\, MEMORIA EXPANSIVA ATE 64 GB\, POSSUIR ALTO - FALANTES INTEGRADOS PARA GRAVCAOES DE VIDEO E AUDIO\, COM PROCESSADOR QUAD CORE\, VELOCIDADE MINIMA DE 1\,3 GHZ; POSSUIR CAMERA TRASEIRA DE NO MINIMO 5 MP\, COM ZOOM DIGITAL\, CAMERA DIANTEIRA DE NO MINIMO 2 MP; REALIZAR GRAVACAO DE VIDEO; POSSUIR TELA DE 10 POLEGADAS\, COM QUALIDADE VISUAL E CLAREZA NAS IMAGENS; POSSUIR RESOLUCAO IPS HD COM RESOLUCAO DE 1280 X 800 PIXLES; POSSUIR CONEXAO WIRELESS 802.11B/G/N; FREQUENCIAS 3G 3G 850/2100MHZ . 2G/GSM 850/900/1800/1900MHZ; POSSUIR TECNOLOGIA BLUETOOTH E GPS; CONTER BATERIA LITION INTERNA RECARREGAVEL\, IGUAL OU SUPERIOR A 5.000 MAH; POSSUIR CAPACIDADE DE CARGA DA BATERIA VIA CARREGADOR OU USB DO COMPUTADOR; ALIMENTACAO BIVOLT(110/220V); ANGULO DE VISAO 178°; DIGITACAO RAPIDA E INTELIGENTE DE TEXTO; COMANDO POR VOZ; DEVERA VIR COM A ULTIMA VERSAO DO SISTEMA OPERACIONAL DO EQUIPAMENTO\, OU COM A POSSIBILIDADE. DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE PELICULA, CARREGADOR E CABO DE DADOS.	05	GOLDENTEC	R$ 720,00	R$ 3. 600,00

VALOR TOTAL R$ 14.448,00 (quatorze mil quatrocentos e quarenta e oito reais).

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados;41 **3. DO VALOR 3.1.** O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação. **3.2.** Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos materiais **3.3.** É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas; **3.4.** Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o **Órgão Gerenciador** cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada; **3.5.** Visando subsidiar eventuais revisões, o **Órgão Gerenciador** ordenará a realização de nova pesquisa de preços; **3.6.** Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.). **4. DA VALIDADE 4.1.** A presente Ata terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses** contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis. **4.2.** Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o **Órgão Gerenciador** ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência; **4.3.** A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas. **5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP 5.1.** A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças do MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES representado pela **Prefeitura Municipal**;

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do **Órgão Gerenciador**, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado; **5.3.** Os órgãos ou entidades interessadas na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT; **5.4.** A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos: **a)** Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor; **b)** Anuência expressa do fornecedor. **5.5.** O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado; **6. DA VINCULAÇÃO LEGAL**

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/2013 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as suas alterações.

7. DA FISCALIZAÇÃO 7.1. O **Órgão Gerenciador** ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.1.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria 330/2023, Servidor **ANDREIA MORENO**para o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

7.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

7.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. A Entrega devera ser realizada de segunda a sexta feira – das 07:00 as 17:00 horas de Mato Grosso, na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, localizada Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro – Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, sem onus a prefeitura no prazo máximo de até **30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS**, contados da data do recebimento da requisição, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Prefeitura.

8.2 É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos itens nas quantidades, no horário e data estipulada, bem como nas condições estabelecidas nesse termo.

8.3. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

8.4. Os produtos deverão ser conferido na presença do fiscal de contrato responsável.

8.5. Os produtos deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT - INMETRO, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

8.6. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de **15 (QUINZE) DIAS UTEIS**, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado.

8.7. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a contratada será notificada e terá prazo de 30 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

8.8. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

8.9 Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da Nota fiscal devidamente atestada pelo responsável;

9. DO RECEBIMENTO

9.1 O recebimento provisório no paço municipal, dar-se-á em até 02 (dois) dias úteis a verificação das especificações, quando então se dará o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** com um representante da Secretaria Municipal de Saúde (Fiscal de contrato).

9.2 O recebimento definitivo após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64; **9.3** Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo; **9.4** Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior a registrada, independente de anuência da Fornecedora. **10. DAS OBRIGAÇÕES 10.1.DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA: 10.1.1.** Acatar as decisões e observações feitas pelo **Órgão Gestor**. **10.1.2.** Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos. **10.1.3.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração Municipal e/ou a terceiros. **10.1.4.** Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor; **10.1.5.** A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços. **10.1.6.** Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas; **10.1.7.** Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **10.1.8.** Serão recebidos apenas os itens descritos nas quantidades estabelecidas nas Autorizações de Fornecimento emitidas pela Departamento de Compras. A empresa contratada deverá seguir as orientações do fiscal de contrato. **10.1.9.** A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item entregue, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.10.** Os itens deverão ser conferidos na presença do fiscal de contrato responsável. **10.1.11.** Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de materiais reciclados ou reutilizados como itens solicitados. **10.1.12.** Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado. **10.1.13.** Os itens serão solicitados pela CONTRATANTE de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados. **10.1.14.** Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições. **10.1.15.** A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor;

10.1.16. Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros. **10.1.17.** A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não eximi a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas. **10.1.18.** Serão consideradas as quantidades entregues no local, desconsiderando possíveis percas ocorrida no transporte. **10.1.19.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante. **10.1.20.** Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto. **10.1.21.** Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, princi-

palmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante. **10.1.22.** Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto. **10.1.23.** Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento. **10.1.24.** Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; **10.1.25.** Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato; **10.1.26.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente; **10.1.27.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado; **10.1.28.** Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade; **10.1.29.** A CONTRATADA obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados. **10.1.30.** Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.31.** Apresentar garantia de fabrica de no minimo 01 (um) ano, caso seja necessessario fazer a troca o mesmo sera sem ônus a administração. **10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: 10.2.1.** Gerenciar a Ata de Registro de Preço; **10.2.2.** Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão); **10.2.3.** Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes; **10.2.4.** Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor; **10.2.4.1.** Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP. **10.2.5.** Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP. **10.2.6.** Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações. **10.2.7.** Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados. **10.2.8.** Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. **10.2.9.** Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo do item 18.8 para reposição. **10.2.10.** Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição. **10.2.11.** Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação; **10.2.12.** Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da comunicação; **10.2.13.** Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; **10.2.14.** Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho; **10.2.15.** Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente; **10.2.16.** Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção. **10.2.17.** Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação. **10.2.18.** Receber ou rejeitar os produtos/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo. **10.2.19.** Rejeitar os produtos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas. **10.2.20.** Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada. **10.2.21.** Entregar a contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos. **10.2.22.** Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada; **10.2.23.** Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; **10.2.24.** Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas; **10.2.25.** Fiscalizar a execução do objeto do contrato; **10.2.26.** Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato. **11. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

11.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art.

19 da lei federal n° 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

12. DA REVISÃO 12.1. Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13 no seu Art. 16, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens

registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993;

12.2. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os Art. 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013, conforme segue: **12.2.1.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado; **12.2.1.1.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade; **12.2.1.2.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. **12.2.2.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: **a)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e **b)** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA 13.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo **Órgão Gerenciador**, quando: **I.** Descumprir as condições da ata de registro de preços; **II.** Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela n Administração, sem justificativa aceitável; **III.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; **IV.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002. **V.** O Fornecedor que não se dispuser a substituir os **MATERIAIS** que vierem a apresentar defeitos de qualidade; **VI.** O Fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento; **VII.** Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

13.1.1. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do **Órgão Gerenciador**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados: **a)** Por razão de interesse público; ou **b)** A pedido do fornecedor. **13.3.** O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Município; **13.4.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovado. **13.5.** Na hipótese de cancelamento parcial, o **Órgão Gestor** poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva; **14. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO 14.1.** O documento de cobrança (Nota Fiscal, fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 15 (quinze) imperfeição no fornecimento; **14.2.** O documento de cobrança será emitido em nome do **Órgão Gestor**, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma; **14.2.1.** O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento. **14.3.** Todos os tributos incidentes sobre os produtosou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie; **14.4.** No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial; **14.5.** Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento; **14.6.** No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento. **15. DO PAGAMENTO 15.1.** O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchido

discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito;

15.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo **Órgão Gestor** para as medidas de regularização; **15.3.** O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 30 (trinta) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao **Órgão Gestor** para as providências cabíveis; **15.4.** Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor; **15.5.** Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

16. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

16.1. O **Órgão Gestor** efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o **Órgão Gestor** providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do município, por meio do Diário oficial dos Municipios AMM.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1.O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora as multas, consoante o *caput* e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor total da Proposta Comercial vencedora, na forma seguinte:

18.1.1. Quanto à obrigação da assinatura do Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido: **c)** Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso. **18.1.2.** Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos: **c)** Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso.

18.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora; **18.3.** Se a Licitante vencedora se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades: **18.3.1.** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Nova Bandeirantes - Prefeitura Municipal, por prazo de até 02 (dois) anos; **18.3.2.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos. **18.4.** A Fornecedora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante o fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei. **18.5.** A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Município - Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa; **18.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração; **18.7.** Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 19.1.** Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública; **19.2.** O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços; **19.3.** Os casos omissos serão resolvidos pelo **Órgão Gestor**.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

ORGÃO: 05- SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade: 002 – FMS – Atenção Básica
Função: 10 - SAÚDE
Sub - Função: 301- Atenção Básica
Programa: 0020 - Atenção à Saúde – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 1 046 - Aquisição de Veículos e Equipamentos – Saúde
275-Natureza de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 1.6.0.1.000000

20.2 No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

21.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

21.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

21.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

21.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

21.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

22. DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro de Nova Monte Verde/ MT, para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços;

22.2.E por estarem de acordo, depois de lido se achado conforme, a parte firma presente ARP em 03 (três) vias de igual Teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no **Órgão Gestor** nos termos do Art. 60 da Lei nº8.666/93.

Nova Bandeirantes/MT 16 de novembro de 2023.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

DELTA DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA

CNPJ: 45.853.327/0001-23

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.461-05

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 076/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N° 088/2023 PROCESSO LICITATORIO N° 124/2023

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF n.º 33.683. 822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes, Estado do Mato Grosso, doravante denominado **Órgão Gestor**, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. Cesar Augusto Perigo, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **BELLAN VEICULOS ESPECIAIS LTDA**, **devidamente inscrito no CNPJ nº 18.093.163/0001-21, situada na Av. Fernando Garcia, nº 252, cidade de Marialva/PR, representada pelo Sr. Frank Sield Sidney Bellan, portador do RG nº 9551829-00 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 054.975.109-22,** de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, visando a aquisição de resfriadores, conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente ARP, atendendo as condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº **088/2023**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Leis Federal n° 10.520/02, Lei Federal n° 8.666/93 e pelos Decretos n.º 3.555/2000, 3.784/2001 e 10. 024/2019, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1 - REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, ZERO KM, DO TIPO AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO, para atender as necessidades do Hospital Municipal no socorro e translado dos pacientes de Nova Bandeirantes/MT, conforme especificações detalhadas e constantes no termo de referência (ANEXO I).

1.1. Os itens do objeto são os elencados na Planilha Demonstrativa de Preço da cláusula segunda deste instrumento. **2. DA VENCEDORA, ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO 2.1.** A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo: **2.2. FORNECEDOR REGISTRADO:**

EMPRESA: BELLAN VEICULOS ESPECIAIS LTDA		
CNPJ N°: 18.093.163/0001-21	**I.E. N°:**	
ENDEREÇO: AV. FERNANDO GARCIA, Nº 252, CIDADE DE MARIALVA/PR	**N°: 252**	**BAIRRO: JARDIM SANTA IZABEL**
CIDADE: MARIALVA/PR	**CEP:**	
TELEFONE: (44) 3232-7180	**E-MAIL: bellantransformacoes@gmail.com**	
REPRESENTANTE LEGAL: FRANK SIELD SIDNEY BELLAN		
BANCO: BRASIL	**AGENCIA N°: 2278-0**	**CONTA Nº: 61767-9**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNT.	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
01	VEÍCULO AMBULÂNCIA, PARA SIMPLES REMOÇÃO POTÊNCIA MÍNIMA 95CV, TRÊS PORTAS SENDO DUAS NA CABINE E UMA NA AMBULÂNCIA, CILINDRADA MÍNIMA 1.300CC, CINTOS DE SEGURANÇA DIANTEIROS COM AJUSTE DE ALTURA, TANQUE DE COMBUSTÍVEL MÍNIMO 53 LITROS, RODA ARO 15" ORIGINAL DE FÁBRICA, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, AR CONDICIONADO, COMPUTADOR DE BORDO, ESPELHOS RETROVISOR EXTERNO ELÉTRICO, TRAVA ELÉTRICA DAS PORTAS, VIDRO ELÉTRICO NAS PORTAS, CONTROLE DE TRAÇÃO E ESTABILIDADE, FARÓIS DE NEBLINA, SENSOR DE MONITORAMENTO DE PRESSÃO DOS PNEUS, SENDO TODOS OS ITENS ORIGINAIS DE FÁBRICA, COMPRIMENTO EXTERNO MÍNIMO DO VEÍCULO TRANSFORMADO 4.800 MM DEVIDAMENTE COMPROVADO PELO CCT (CERTIFICADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA). TRANSFORMAÇÃO CONFECCIONADO EM FIBRA DE VIDRO SEM EMENDAS, SENDO NECESSÁRIO PARA TOTAL HIGIENIZAÇÃO E NÃO PROLIFERAÇÃO DE FUNGOS, BACTÉRIAS E VÍRUS, CONFORME ABNT NBR 14.561/2000; DIVISÓRIA ENTRE CABINE DO MOTORISTA E PASSAGEIRO PERMANECENDO ORIGINAL DE FÁBRICA; PISO ANTIDERRAPANTE EM FIBRA DE VIDRO SEM EMENDAS PARA TOTAL HIGIENIZAÇÃO, CONTENDO NO MÍNIMO 2.100 MM COM TRILHO EM FIBRA PARA ENTRADA E SAÍDA DA MACA; ILUMINAÇÃO INTERNA EM LED 12V; 02 TOMADAS 12V; MÍNIMO DE UMA JANELA LATERAL COM VIDRO CORREDIÇO, COMPRIMENTO MÍNIMO 1.450 MM E ALTURA MÍNIMO DE 580 MM, FIXADA COM COLA PU SEM BORRACHA PARA MELHOR VEDAÇÃO E COM ABERTURA PARA SAÍDA DE ÁGUA; MACA RETRÁTIL COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1.970 MM, CABECEIRA VOLTADA PARA FRENTE DO VEÍCULO, COM PÉS DOBRÁVEIS, SISTEMA ESCAMOTEÁVEL, PROVIDA DE RODÍZIOS CONFECCIONADOS EM MATERIAIS RESISTENTES À OXIDAÇÃO, PNEUS DE BORRACHA MACIÇA, SISTEMA DE FREIOS COM TRAVA DE SEGURANÇA PARA EVITAR O FECHAMENTO INVOLUNTÁRIO DAS PERNAS DA MACA QUANDO NA POSIÇÃO ESTENDIDA, PROJETADA DE FORMA A PERMITIR A RÁPIDA RETIRADA E INSERÇÃO DA VÍTIMA NO COMPARTIMENTO DA VIATURA, COM A UTILIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE RETRAÇÃO DOS PÉS ACIONADO PELO PRÓPRIO IMPULSO DA MACA PARA DENTRO E PARA FORA DO COMPARTIMENTO, PODENDO SER MANUSEADA POR APENAS UMA PESSOA, 03 CINTOS DE SEGURANÇA FIXOS À MESMA, EQUIPADA COM TRAVAS RÁPIDAS, QUE PERMITAM PERFEITA SEGURANÇA E DESENGATE RÁPIDO, SEM RISCOS PARA A VÍTIMA, PROVIDA DE SISTEMA DE ELEVAÇÃO DO TRONCO DO PACIENTE EM PELO MENOS 45 GRAUS E COM GARANTIA MÍNIMA DE 24 MESES. DEVERÃO SER APRESENTADOS: AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA FABRICANTE DA MACA E REGISTRO OU CADASTRAMENTO NA ANVISA; LAUDO TÉCNICO COM ENSAIO DE DEFORMAÇÃO DA ESTRUTURA COM CARGA DISTRIBUÍDA MÍNIMA DE 490 KG E CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 290 KG CONFORME REQUISITOS ABNT NBR 14. 561/2000, DIN EN 1865/DEZEMBRO 1999, AMD STANDARD 004 E BS EN 1789:2007; ENSAIO PARA AVALIAÇÃO DE DISPOSITIVO DE ANCORAGEM DA MACA, COM O OBJETIVO DE AVALIAR ATRAVÉS DE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO, O DESEMPENHO, SEGURANÇA E PERFORMANCE DO SISTEMA DE ANCORAGEM DE MACAS, CONFORME REQUISITO DA NORMA NBR 14561/2000 FEITO POR LABORATÓRIO DEVIDAMENTE CREDENCIADO; ARMÁRIO FRONTAL INTERNO LOCALIZADO NA REGIÃO SUPERIOR DA TRANSFORMAÇÃO AMBULÂNCIA EM FIBRA DE VIDRO, COMPRIMENTO INTERNO MÍNIMO 420 MM E LARGURA INTERNA MÍNIMA 650 MM; BANCOS LATERAIS PARA 03 ACOMPANHANTES EM COURVIM E CINTO DE SEGURANÇA; SUPORTE PARA FIXAÇÃO DE 01 CILINDRO DE OXIGÊNIO COM CAPACIDADE DE 03 LITROS; 01 CILINDRO DE OXIGÊNIO COM CAPACIDADE DE 03 LITROS; RÉGUA DE OXIGÊNIO DE 03 PONTAS COM FLUXÔMETRO / ASPIRADOR / UMIDIFICADOR; REDE DE OXIGÊNIO COM VÁLVULA E MANÔMETRO EM LOCAL DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO; 01 SUPORTE PARA SORO E PLASMA; REVESTIMENTO INTERNO NAS LATERAIS, TETO E PISO EM FIBRA DE VIDRO SEM EMENDAS PARA TOTAL HIGIENIZAÇÃO. TODO O INTERIOR DA AMBULÂNCIA DESDE PISO, ARMÁRIO COM CANTOS ARREDONDADOS PARA SEGURANÇA DO PACIENTE E ACOMPANHANTE; PINTURA INTERNA À BASE DE POLIURETANO (PU), BICOMPONENTE, PRÉ-DOSADAS COM ÓTIMA RESISTÊNCIA PROPORCIONANDO AO AMBIENTE INTERNO TOTAL HIGIENIZAÇÃO E LAVAGEM COM ÁGUA; PINTURA EXTERNA NA COR DO VEÍCULO; CONJUNTO COMPLETO DE FECHADURA, TRINCOS, CHAVE E DUAS DOBRADIÇAS EM AÇO NA PORTA TRASEIRA; SINALIZADOR FRONTAL EM BARRA LINEAR COM 03 LENTES INJETADAS DE POLICARBONATO NA COR VERMELHA, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 690 MM, LARGURA MÍNIMA DE 290 MM, MÍNIMO DE 05 BLOCOS DIANTEIROS, 05 BLOCOS TRASEIROS E 02 BLOCOS LATERAIS SENDO QUE CADA BLOCO CONTÉM 04 LEDS DE NO MÍNIMO 3 WATTS E LENTE DEFLETORA EM CADA LEDS; O MODULO DE CONTROLE DEVERÁ PERMITIR A GERAÇÃO DE EFEITOS LUMINOSOS QUE CARACTERIZEM O VEÍCULO PARADO, EM DESLOCAMENTO E EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA COM NO MÍNIMO DE 13 EFEITOS LUMI-	FIAT STRADA FREEDOM ANO MODELO 2023/2023	01	R$ 162. 800,00	R$ 162. 800,00

	NOSOS DE FLASH DISTINTOS; SINALIZADOR ACÚSTICO COM AMPLIFICADOR DE NO MÍNIMO 100 W RMS DE POTÊNCIA, @ 13,8 VCC, 03 (TRÊS) TONS DISTINTOS, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA DE 300 A 3000 HZ E PRESSÃO SONORA A 01 (UM) METRO DE NO MÍNIMO 128 DB @ 13,8 VCC COM UM ÚNICO AUTOFALANTE; 01 ELETRO VENTILADOR DE ALTA ROTAÇÃO NO TETO DA AMBULÂNCIA COM PROTEÇÃO EM CÚPULA DE FIBRA; 01 ELETRO EXAUSTOR DE ALTA ROTAÇÃO NO TETO DA AMBULÂNCIA COM PROTEÇÃO EM CÚPULA DE FIBRA; UMA TAMPA TRASEIRA INTEIRIÇA COM ABERTURA NA VERTICAL A FIM DE FACILITAR A ENTRADA E SAÍDA DO PACIENTE EM LOCAL COM TRANSITO INTENSO COM UM VIDRO TRASEIRO, DOIS AMORTECEDORES A GÁS, UM AEROFÓLIO E UM BREAK LIGHT; SERIGRAFIA NA AMBULÂNCIA COM VINIL ADESIVO MODELO COMPOSTO POR CRUZES E A PALAVRA AMBULÂNCIA CAPÔ, VIDROS LATERAIS E TRASEIRO; EQUIPAMENTO OPERACIONAL PARA GERENCIAMENTO DE TODO SISTEMA ELÉTRICO DA AMBULÂNCIA, POSSIBILITANDO O COMANDO DE DENTRO DA CABINE DO MOTORISTA PARA O AMBIENTE DO PACIENTE, SEM A NECESSIDADE DE INSTALAR BOTÕES NO PAINEL DO VEÍCULO, CONTROLANDO A CARGA DA BATERIA, LIGANDO E DESLIGANDO ILUMINAÇÃO INTERNA, LIGANDO E DESLIGANDO OS STROBOS NO PARA-CHOQUE DIANTEIRO E TRASEIRO, LIGANDO E DESLIGANDO GIROFLEX, LIGANDO E DESLIGANDO SIRENE E TROCA DE TONS, LIGANDO E DESLIGANDO TOMADAS 127VCA/220VCA E 12VCC, TRAJETOS ATRAVÉS DO GPS INTEGRADO, LIGANDO/DESLIGANDO O AR CONDICIONADO NO COMPARTIMENTO DO PACIENTE E GERENCIANDO A VELOCIDADE DO MESMO "CASO ESTEJA DISPONÍVEL NA AMBULÂNCIA", COM TELA DE NO MÍNIMO 7" TOUCH SCREEN, SISTEMA OPERACIONAL ANDROID COM FUNÇÃO GPS, SENSORES DE ACELERÔMETRO, GIROSCÓPIO E PROXIMIDADE. EQUIPADO COM PROCESSADOR MÍNIMO CORTEX A7- DUAL CORE 1.3 GHZ, MEMÓRIA RAM MÍNIMO DE 512 MB DDR3, PLACA DE VÍDEO MODELO MÍNIMO MALI 400, MEMÓRIA INTERNA MÍNIMA DE 4 GB (MEMÓRIA EXTERNA EXPANSÍVEL ATÉ 32 GB), COM MÍNIMO CÂMERA FRONTAL E RESOLUÇÃO DE VÍDEO FULL HD. POSSUI CONECTIVIDADE COM WI-FI, BLUETOOTH E USB, REPRODUZ ÁUDIO E VÍDEO EM DIVERSOS FORMATOS, ACOMPANHANDO CARREGADOR DE PAREDE 110/220V, CARREGADOR VEICULAR 12V E CABO USB; ACOMPANHADO JUNTO A PROPOSTA O CCT (COMPROVANTE DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA) CONFORME PORTARIA 142 DE 26/2019 INMETRO CERTIDÃO DE ADEQUAÇÃO E LEGISLAÇÃO DO TRÂNSITO (CAT) PORTARIA DENATRAN 190/2009, JUNTAMENTE COM O PROJETO BÁSICO DA ADAPTAÇÃO "MEMORIAL DESCRITIVO" DEVIDAMENTE ASSINADO E COM FIRMA RECONHECIDA PELO RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PROJETO, CONFORME PORTARIA DENATRAN 190/2009 QUE DEVERÁ CORRESPONDER EXATAMENTE AO MODELO DO VEÍCULO OFERTADO NA PROPOSTA COMERCIAL, A ENTREGA SERÁ FEITA SOMENTE POR PLATAFORMA AUTO GUINCHO.				

VALOR TOTAL R$ 162.800,00 (cento e sessenta e dois mil oitocentos reais).

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados; **3. DO VALOR 3.1.** O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação. **3.2.** Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja DOS PRODUTOS; **3.3.** É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas; **3.4.** Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o **Órgão Gerenciador** cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada; **3.5.** Visando subsidiar eventuais revisões, o **Órgão Gerenciador** ordenará a realização de nova pesquisa de preços; **3.6.** Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.). **4. DA VALIDADE 4.1.** A presente Ata terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses** contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis. **4.2.** Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o **Órgão Gerenciador** ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência; **4.3.** A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas. **5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP 5.1.** A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças do MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES representado pela **Prefeitura Municipal**; **5.2.** A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do **Órgão Gerenciador**, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado; **5.3.** Os órgãos ou entidades interessadas na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT; **5.4.** A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos: **a)** Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor; **b)** Anuência expressa do fornecedor. **5.5.** O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado; **6. DA VINCULAÇÃO LEGAL**

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/2013 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as suas alterações.

7. DA FISCALIZAÇÃO 7.1. O **Órgão Gerenciador** ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.1.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria 331/2023, Servidor **EDINEUDES RIBEIRO MARCOLINO** para o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

7.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

7.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA 8.1 A VENCEDORA SE RESPONSABILIZARÁ EM ENTREGAR O VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO, NO PÁTIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES SITIADO NA AVENIDA COMENDADOR LUIZ MENEGHEL Nº 62,

CENTRO, E SEM GERAÇÃO DE ÔNUS OU QUAISQUER VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS ENTRE LICITANTE E OS TRANSPORTADORES, SENDO O PRAZO DE ATÉ 60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS, CONTADOS A PARTIR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO ORDEM DE FORNECIMENTO.

8.1.1 É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos itens nas quantidades, no horário e data estipulada, bem como nas condições estabelecidas nesse termo.

8.1.2. A vencedora se responsabilizará pela quitação das diferenças de alíquotas e/ou impostos, caso ocorra.

8.3. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade DOS MATERIAIS, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

8.4. O VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO devera ser conferido na presença do fiscal de contrato responsável.

8.5. O VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO devera atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT - INMETRO, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

8.6. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado.

8.7. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a contratada será notificada e terá prazo de 30 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

8.8. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

8.7 Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da Nota fiscal devidamente atestada pelo responsável; **8.8 Quanto a Garantia e Assistência Técnica: a)** O fornecedor deverá responsabilizar-se pela substituição do veículo tipo ambulância que apresentarem falhas ou deficiência de desempenho, devidamente comprovado por ocasião de sua utilização, serão substituídas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da apresentação de notificação formal da Contratante; **b)** Se qualquer peça apresentar qualquer defeito, e ficar comprovado que a falha e causa por vício de fabricação, o fornecedor se obriga a substituí-la em todas as unidades fornecidas, sem ônus para a contratante; **c)** A Empresa contratada deverá prestar garantia em todos os itens do presente processo, assegurando a execução do contrato considerando o seu valor total contratado, sob pena de decair o direito a contratação. **8.9 ESPECIFICAÇÃO DO FORNECIMENTO a)** A Contratada obrigar-se-á a entregar os materiais objeto deste Termo de Referência solicitados, no (os) horário (s) /local (ais) / unidade (es) indicado (os) pelo CONTRATANTE, que será especificado na nota de empenho conforme necessidades pela Secretaria requisitante. **b)** Fornecer o objeto licitado, estritamente, com as mesmas características das especificações exigidas neste Termo de Referência e qualidade dentro dos padrões mínimos exigidos pela legislação vigente, edital e seus anexos; **c)** Substituir, às suas expensas, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, após notificação formal, os itens entregues em desacordo com as especificações do edital e seus anexos e das respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização); **d)** Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho; **e)** A falta do veiculo cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do equipamento objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas. **f)** A CONTRATADA deverá fornecer os veículos rigorosamente dentro dos padrões estabelecidos pela CONTRATANTE de acordo com as especificações deste Termo de Referência, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas, observado o disposto no art. 76 da Lei n. 8.666/93 **8.10** O recebimento por parte da CONTRATANTE observará o estabelecido em consoante o disposto no art. 73, inciso II, alíneas “a” e “b” e §1º da Lei Federal n. 8.666/93 e demais normas pertinentes, da seguinte forma: **1 Provisoriamente**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato no Prazo de 3 (três) dias, a ser designado oportunamente pelo Município para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações deste Termo de Referência e Anexo I; **2 3 Definitivamente**, por servidor a ser designado oportunamente pelo Município, mediante a lavratura de termo de recebimento definitivo, conforme exige o §1º do art. 73 da Lei n. 8.666/93, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação. **4 Rejeitado**, O veiculo entregue que não corresponder às especificações contidas no anexo I do presente Termo de Referência, cabendo à contratada promover a sua substituição no prazo máximo de até 30 **(trinta) dias corridos**, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis. **8.11** Todas as despesas decorrentes da entrega dos materiais eventualmente rejeitado e da entrega do dos materiais substituído no mesmo local correrão por conta da CONTRATADA; **8.12** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por este Município; **8.13** Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; **8.14** Manter durante toda a vigência da ata de registro de preço a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal; **8.15** Todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços, correrá por conta da CONTRATADA; **8.16** Além das condições especificadas nos itens anteriores aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor. **8.17** A marca do veículo tipo ambulância cotado não poderão ser substituídas no decorrer do prazo de utilização da Ata, sem a solicitação prévia da contratada e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes. **8.18** O transporte, frete e a descarga DOS PRODUTOS correrão por conta da empresa detentora do Registro, sem qualquer custo adicional a Prefeitura; **09. DAS OBRIGAÇÕES 9.1 DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA: 9.1.1** Acatar as decisões e observações feitas pelo **Órgão Gestor**. **9.1.2** Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos. **9.1.3** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração Municipal e/ou a terceiros. **9.1.4** Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor; **9.1.5** A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços. **9.1.6** Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas; **9.1.7** Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **9.1.8** Serão recebidos apenas os itens descritos nas

quantidades estabelecidas nas Autorizações de Fornecimento emitidas pela Departamento de Compras. A empresa contratada deverá seguir as orientações do fiscal de contrato. **9.1.9** A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos itens entregues, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações. **9.1.10** Os itens deverão ser conferidos na presença do fiscal de contrato responsável. **9.1.11** Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de materiais reciclados ou reutilizados como itens solicitados. **9.1.12** Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado. **9.1.13** Os itens serão solicitados pela CONTRATANTE de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados. **9.1.14** Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições. **9.1.15** A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor; **9.1.16** Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros. **9.1.17** A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não eximi a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas. **9.1.18** Serão consideradas as quantidades entregues no local, desconsiderando possíveis percas ocorrida no transporte. **9.1.19** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante. **9.1.20** Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto. **9.1.21** Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante. **9.1.22** Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto. **9.1.23** Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega do veículo tipo ambulância objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento. **9.1.24** Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; **9.1.25** Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato; **9.1.26** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente; **9.1.27** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado; **9.1.28** Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade; **9.1.29** A CONTRATADA obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados. **9.1.30** Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações. **9.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: 9.2.1** Gerenciar a Ata de Registro de Preço; **9.2.2** Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão); **9.2.3** Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes; **9.2.4** Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor; **9.2.4.1** Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP. **9.2.5** Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP. **9.2.6** Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações. **9.2.7** Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados. **9.2.8** Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. **9.2.9** Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo do item 18.8 para reposição. **9.2.10** Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição. **9.2.11** Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos veículo tipo ambulância, objeto da contratação; **9.2.12** Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação; **9.2.13** Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; **9.2.14** Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho; **9.2.15** Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente; **9.2.16** Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção. **9.2.17** Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação. **9.2.18** Receber ou rejeitar os produtos/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo. **9.2.19** Rejeitar os produtos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas. **9.2.20** Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada. **9.2.21** Entregar a contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos. **9.2.22** Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada; **9.2.23** Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; **9.2.24** Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas; **9.2.25** Fiscalizar a execução do objeto do contrato; **9.2.26** Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato. **10. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

10.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art. 19 da lei federal n° 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

11. DA REVISÃO 11.1 Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13 no seu Art. 16, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens

registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993;

11.2 Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os Art. 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013, conforme segue:

11.3 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

11.3.1.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade; **11.3.1.2** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. **11.3.2** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: **a)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e **b)** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DO RECEBIMENTO 12.1 O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao representante da Administração, que verificará e confrontará a qualidade e quantidade do objeto entregue com aquele constante da Autorização de Fornecimento; **12.2** O recebimento definitivo perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64**; 12.3** Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo; **12.4** Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior a registrada, independente de anuência da Fornecedor **13. DO CANCELAMENTO DA ATA 13.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo **Órgão Gerenciador**, quando: **I.** Descumprir as condições da ata de registro de preços; **II.** Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela n Administração, sem justificativa aceitável; **III.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; **IV.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002. **V.** O Fornecedor que não se dispuser a substituir os produtos que vierem a apresentar defeitos de qualidade; **VI.** O Fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento; **VII.** Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

13.1.1. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do **Órgão Gerenciador**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados: **a)** Por razão de interesse público; ou **b)** A pedido do fornecedor. **13.3.** O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Município; **13.4.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovado. **13.5.** Na hipótese de cancelamento parcial, o **Órgão Gestor** poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva; **14. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO 14.1.** O documento de cobrança (Nota Fiscal, fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 15 (quinze) imperfeição no fornecimento; **14.2.** O documento de cobrança será emitido em nome do **Órgão Gestor**, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma; **14.2.1.** O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento. **14.3.** Todos os tributos incidentes sobre os MATERIAIS ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie; **14.4.** No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial; **14.5.** Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento; **14.6.** No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento. **15. DO PAGAMENTO 15.1.** O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchido

discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito;

15.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo **Órgão Gestor** para as medidas de regularização; **15.3.** O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 30 (trinta) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao **Órgão Gestor** para as providências cabíveis; **15.4.** Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor; **15.5.** Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

16. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

16.1. O **Órgão Gestor** efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o **Órgão Gestor** providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do município, por meio do Diário oficial dos Municipios AMM.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1.O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora as multas, consoante o *caput* e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor total da Proposta Comercial vencedora, na forma seguinte:

18.1.1. Quanto à obrigação da assinatura do Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido: **c)** Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso. **18.1.2.** Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos: **c)** Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a

inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso. **18.2.** Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora; **18.3.** Se a Licitante vencedora se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades: **18.3.1.** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Nova Bandeirantes - Prefeitura Municipal, por prazo de até 02 (dois) anos; **18.3.2.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos. **18.4.** A Fornecedora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante o fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei. **18.5.** A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Município - Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa; **18.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração; **18.7.** Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 19.1.** Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública; **19.2.** O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços; **19.3.** Os casos omissos serão resolvidos pelo **Órgão Gestor**.,

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

ORGÃO: 05- SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade: 002 – FMS – Atenção Básica
Função: 10 - SAÚDE
Sub - Função: 301- Atenção Básica
Programa: 0020 - Atenção à Saúde – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 1 046 - Aquisição de Veículos e Equipamentos – Saúde
275-Natureza de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 1.6.0.1.000000 - Transferência Fundo a Fundo de recursos do SUS - Estado

DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

21.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

21.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

21.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

21.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

21.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

22. DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro de Nova Monte Verde/ MT, para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços

22.2.E por estarem de acordo, depois de lido se achado conforme, a parte firma presente ARP em 03 (três) vias de igual Teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no **Órgão Gestor** nos termos do Art. 60 da Lei nº8.666/93.

Nova Bandeirantes/MT 17 de novembro de 2023.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANT

_____

BELLAN VEICULOS ESPECIAIS LTDA

CNPJ: 18.093.163/0001-21

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.461-05

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 095/2023

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º **095/2023**, Processo Licitatório n° **134/2023**, tendo como objetoo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TAPEÇARIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** conformeTermo de Referência - Anexo I.

SAGROU-SE vencedora da presente licitação a empresa:

EMPRESA: HORACIO DIONISIO DA SILVA 02956134167

CNPJ: N° 28.632.771/0001-10

VALOR TOTAL: R$ 447.884,68 (quatrocentos e quarenta e sete mil oitocentos e oitenta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Nova Bandeirantes – MT, 17 de novembro de 2023.

_____

ANDRESSA CRISTINE F. MOREIRA

PREGOEIRA (Decreto nº 045/2021)

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 075/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N° 086/2023 PROCESSO LICITATORIO N° 122/2023

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF n.º 33.683.822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes, Estado do Mato Grosso, doravante denominado **Órgão Gestor**, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. Cesar Augusto Perigo, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ nº 22.228.679/0001-03, situada n Av. Mangueiras, nº s/n, cidade de Aparecida de Goiania/GO, representada pelo Sr. Osmar Pereira Quirino, portador do RG nº 12546491999-8 GESJSPC-MA e inscrito no CPF sob o nº 015.569.363-89, residente e domiciliado na rua Mica, sn, cidade de Aparecida de Goiaonia/GO de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, visando a aquisição de equipamento e materiais permanentes, conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente ARP, atendendo as condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº **086/2023**, para Registro de Preço, sujeitando-se as partes às normas constantes da Leis Federal n° 10.520/02, Lei Federal n° 8.666/93 e pelos Decretos n.º 3.555/2000, 3.784/2001 e 10.024/2019, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto 9.488 de 31 de agosto de 2018 e Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1 REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, COM RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EXCLUSIVO PARA EQUIPAR AS UNIDADES BÁSICAS, POSTO PARAÍSO DO NORTE, UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA RURAL DE JAPURANA ESF II, USF ANTÔNIO FERNANDES CAPIVARA ESF III E USF MANOEL NASCIMENTO DOS SANTOS MANEZINHO DA COBAN ESF I, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Nova Bandeirantes/MT**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no Anexo I.

1.1 Os itens do objeto são os elencados na Planilha Demonstrativa de Preço da cláusula segunda deste instrumento.

2. DA VENCEDORA, ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO 2.1. A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo: **2.2. FORNECEDOR REGISTRADO:**

EMPRESA: OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA		
CNPJ N°: 22.228.679/0001-03	I.E. N°:	
ENDEREÇO: AV. MANGUEIRAS, Nº S/N, CIDADE DE APARECIDA DE GOIANIA/GO	N°: S/N	BAIRRO: VILA ALZIRA
CIDADE: APARECIDA DE GOIANIA/GO	CEP: 74913-360	
TELEFONE: (62)3085-6368	E-MAIL: comercial.ibdistribuidora@hotmail.com	
REPRESENTANTE LEGAL: OSMAR PEREIRA QUIRINO		
BANCO: BRASIL	AGENCIA N°: 1452-4	CONTA N°: 62414-4

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	ARQUIVO - EM ACO\, COM 4 GAVETAS PARA PASTA SUSPENSA\, DESLIZAMENTO DA GAVETA POR TRILHO TELESCOPICO	03	NOBRE	R$ 790,00	R$ 3.950,00

VALOR TOTAL R$ 3.950,00 (tres mil novecentos e cinquenta reais).

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados;41 **3. DO VALOR 3.1.** O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação. **3.2.** Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos materiais **3.3.** É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas; **3.4.** Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o **Órgão Gerenciador** cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada; **3.5.** Visando subsidiar eventuais revisões, o **Órgão Gerenciador** ordenará a realização de nova pesquisa de preços; **3.6.** Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.). **4. DA VALIDADE 4.1.** A presente Ata terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses** contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis. **4.2.** Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o **Órgão Gerenciador** ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência; **4.3.** A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas. **5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP 5.1.** A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças do MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES representado pela **Prefeitura Municipal**;

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do **Órgão Gerenciador**, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado; **5.3.** Os órgãos ou entidades interessadas na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT; **5.4.** A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos: **a)** Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor; **b)** Anuência expressa do fornecedor. **5.5.** O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado; **6. DA VINCULAÇÃO LEGAL**

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/2013 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as suas alterações.

7. DA FISCALIZAÇÃO 7.1. O **Órgão Gerenciador** ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.1.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria 330/2023, Servidor **ANDREIA MORENO**para o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

7.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

7.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. A Entrega devera ser realizada de segunda a sexta feira – das 07:00 as 17:00 horas de Mato Grosso, na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, localizada Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro – Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, sem onus a prefeitura no prazo máximo de até **30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS**, contados da data do recebimento da requisição, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Prefeitura.

8.2 É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos itens nas quantidades, no horário e data estipulada, bem como nas condições estabelecidas nesse termo.

8.3. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

8.4. Os produtos deverão ser conferido na presença do fiscal de contrato responsável.

8.5. Os produtos deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT - INMETRO, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

8.6. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de **15 (QUINZE) DIAS UTEIS**, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado.

8.7. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a contratada será notificada e terá prazo de 30 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

8.8. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

8.9 Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da Nota fiscal devidamente atestada pelo responsável;

9. DO RECEBIMENTO

9.1 O recebimento provisório no paço municipal, dar-se-á em até 02 (dois) dias úteis a verificação das especificações, quando então se dará o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** com um representante da Secretaria Municipal de Saúde (Fiscal de contrato).

9.2 O recebimento definitivo após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64; **9.3** Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo; **9.4** Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior a registrada, independente de anuência da Fornecedora. **10. DAS OBRIGAÇÕES 10.1.DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA: 10.1.1.** Acatar as decisões e observações feitas pelo **Órgão Gestor**. **10.1.2.** Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos. **10.1.3.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração Municipal e/ou a terceiros. **10.1.4.** Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor; **10.1.5.** A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços. **10.1.6.** Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas; **10.1.7.** Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **10.1.8.** Serão recebidos apenas os itens descritos nas quantidades estabelecidas nas Autorizações de Fornecimento emitidas pela Departamento de Compras. A empresa contratada deverá seguir as orientações do fiscal de contrato. **10.1.9.** A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item entregue, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.10.** Os itens deverão ser conferidos na presença do fiscal de contrato responsável. **10.1.11.** Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de materiais reciclados ou reutilizados como itens solicitados. **10.1.12.** Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado. **10.1.13.** Os itens serão solicitados pela CONTRATANTE de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados. **10.1.14.** Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições. **10.1.15.** A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor;

10.1.16. Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros. **10.1.17.** A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não eximi a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas. **10.1.18.** Serão consideradas as quantidades entregues no local, desconsiderando possíveis percas ocorrida no transporte. **10.1.19.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante. **10.1.20.** Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto. **10.1.21.** Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante. **10.1.22.** Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto. **10.1.23.** Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento. **10.1.24.** Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; **10.1.25.** Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato; **10.1.26.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente; **10.1.27.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado; **10.1.28.** Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade; **10.1.29.** A CONTRATADA obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados. **10.1.30.** Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.31.** Apresentar garantia de fabrica de no minimo 01 (um) ano, caso seja necessessario fazer a troca o mesmo sera sem ônus a administração. **10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: 10.2.1.** Gerenciar a Ata de Registro de Preço; **10.2.2.** Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão); **10.2.3.** Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes; **10.2.4.** Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor; **10.2.4.1.** Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP. **10.2.5.** Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP. **10.2.6.** Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações. **10.2.7.** Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados. **10.2.8.** Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. **10.2.9.** Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo do item 18.8 para reposição. **10.2.10.** Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição. **10.2.11.** Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação; **10.2.12.** Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou ví-

cio no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da comunicação; **10.2.13.** Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; **10.2.14.** Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho; **10.2.15.** Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente; **10.2.16.** Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção. **10.2.17.** Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação. **10.2.18.** Receber ou rejeitar os produtos/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo. **10.2.19.** Rejeitar os produtos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas. **10.2.20.** Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada. **10.2.21.** Entregar a contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos. **10.2.22.** Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada; **10.2.23.** Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; **10.2.24.** Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas; **10.2.25.** Fiscalizar a execução do objeto do contrato; **10.2.26.** Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato. **11. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

11.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art.

19 da lei federal n° 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

12. DA REVISÃO 12.1. Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13 no seu Art. 16, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens

registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993;

12.2. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os Art. 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013, conforme segue: **12.2.1.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado; **12.2.1.1.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade; **12.2.1.2.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. **12.2.2.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: **a)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e **b)** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA 13.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo **Órgão Gerenciador**, quando: **I.** Descumprir as condições da ata de registro de preços; **II.** Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela n Administração, sem justificativa aceitável; **III.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; **IV.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002. **V.** O Fornecedor que não se dispuser a substituir os **MATERIAIS** que vierem a apresentar defeitos de qualidade; **VI.** O Fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento; **VII.** Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

13.1.1. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do **Órgão Gerenciador**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados: **a)** Por razão de interesse público; ou **b)** A pedido do fornecedor. **13.3.** O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Município; **13.4.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovado. **13.5.** Na hipótese de cancelamento parcial, o **Órgão Gestor** poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva; **14. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO 14.1.** O documento de cobrança (Nota Fiscal, fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 15 (quinze) imperfeição no fornecimento; **14.2.** O documento de cobrança será emitido em nome do **Órgão Gestor**, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma; **14.2.1.** O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento. **14.3.** Todos os tributos incidentes sobre os produtosou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie; **14.4.** No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial; **14.5.** Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento; **14.6.** No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento. **15. DO PAGAMENTO 15.1.** O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchido

discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito;

15.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo **Órgão Gestor** para as medidas de regularização; **15.3.** O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 30 (trinta) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao **Órgão Gestor** para as providências cabíveis; **15.4.** Caso a documentação

esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor; **15.5.** Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

16. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

16.1. O **Órgão Gestor** efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o **Órgão Gestor** providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do município, por meio do Diário oficial dos Municipios AMM.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1.O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora as multas, consoante o *caput* e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor total da Proposta Comercial vencedora, na forma seguinte:

18.1.1. Quanto à obrigação da assinatura do Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido: **c)** Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso. **18.1.2.** Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos: **c)** Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso.

18.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora; **18.3.** Se a Licitante vencedora se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades: **18.3.1.** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Nova Bandeirantes - Prefeitura Municipal, por prazo de até 02 (dois) anos; **18.3.2.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos. **18.4.** A Fornecedora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante o fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei. **18.5.** A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Município - Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa; **18.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração; **18.7.** Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 19.1.** Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública; **19.2.** O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços; **19.3.** Os casos omissos serão resolvidos pelo **Órgão Gestor**.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

ORGÃO: 05- SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade: 002 – FMS – Atenção Básica
Função: 10 - SAÚDE
Sub - Função: 301- Atenção Básica
Programa: 0020 - Atenção à Saúde – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 1 046 - Aquisição de Veículos e Equipamentos – Saúde
275-Natureza de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 1.6.0.1.000000

20.2 No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

21.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

21.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

21.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

21.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

21.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

22. DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro de Nova Monte Verde/ MT, para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços;

22.2.E por estarem de acordo, depois de lido se achado conforme, a parte firma presente ARP em 03 (três) vias de igual Teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no **Órgão Gestor** nos termos do Art. 60 da Lei nº8.666/93.

Nova Bandeirantes/MT 16 de novembro de 2023.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 22.228.679/0001-03

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.461-05

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 075/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N° 086/2023 PROCESSO LICITATORIO N° 122/2023

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF n.º 33.683. 822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes, Estado do Mato Grosso, doravante denominado **Órgão Gestor**, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. Cesar Augusto Perigo, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **R.E. DA SILVA E SILVA LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ nº 29.765.537/0001-24, situada na Av. Advogado Horacio Raccanello Filho, nº 6326, cidade de Maringá/PR, representada pelo Sr. Ronnie Edson da Silva, portador do RG nº 9275545-2 SESP/PR, e inscrito no CPF sob o nº 045.372.939-85, residente e domiciliado na rua 10 de Maio, nº 349, cidade de Campo Mourão - PR, de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, visando a aquisição de equipamento e materiais permanentes, conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente ARP, atendendo as condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº **086/2023**, para Registro de Preço, sujeitando-se as partes às normas constantes da Leis Federal n° 10.520/02, Lei Federal n° 8.666/93 e pelos Decretos n.º 3.555/2000, 3.784/2001 e 10.024/2019, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto 9.488 de 31 de agosto de 2018 e Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1 REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, COM RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EXCLUSIVO PARA EQUIPAR AS UNIDADES BÁSICAS, POSTO PARAÍSO DO NORTE, UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA RURAL DE JAPURANA ESF II, USF ANTÔNIO FERNANDES CAPIVARA ESF III E USF MANOEL NASCIMENTO DOS SANTOS MANEZINHO DA COBAN ESF I, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Nova Bandeirantes/MT**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no Anexo I.

1.1 Os itens do objeto são os elencados na Planilha Demonstrativa de Preço da cláusula segunda deste instrumento.

2. DA VENCEDORA, ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO 2.1. A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo: **2.2. FORNECEDOR REGISTRADO:**

EMPRESA: R.E. DA SILVA E SILVA LTDA		
CNPJ N°: 29.765.537/0001-24	I.E. N°:	
ENDEREÇO: AV. ADVOGADO HORACIO RACCANELLO FILHO, Nº 6326, CIDADE DE MARINGÁ/PR	N°: 6326	BAIRRO: ZONA 07
CIDADE: MARINGÁ/PR	CEP: 87020-035	
TELEFONE: (44)9850-4510	E-MAIL: comercial1@resilva.com.br	
REPRESENTANTE LEGAL: RONNIE EDSON DA SILVA		
BANCO:	AGENCIA N°:	CONTA N°:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
18	CADEIRA - LONGARINA DE ACO INOX - 03 LUGARES - TIPO AEROPORTO - ESTRUTURA CONSTRUIDA EM ACO INOX\, BASE FIXA EM FORMATO DE "Y"\, ENCOSTO E ASSENTO INTEIRICOS E CONSTRUIDO EM CHAPA DE ACO PINTADO EM EPOXI NA COR PRATA - CAPACIDADE DE\, NO MINIMO\, 500KG\, PES REGULAVEIS\, FORMATO ANATOMICO - LARGURA: ENTRE 1720 E 1800MM - ALTURA DO ENCOSTO: ENTRE 700 E 800MM - ALTURA DO ASSENTO ATE O CHAO: ENTRE 440 E 450MM.	10	MAKDECOR	R$ 1.000,00	R$ 10.000,00

VALOR TOTAL R$ 10.000,00 (dez mil reais).

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados;41 **3. DO VALOR 3.1.** O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação. **3.2.** Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos materiais **3.3.** É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas; **3.4.** Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o **Órgão Gerenciador** cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada; **3.5.** Visando subsidiar eventuais revisões, o **Órgão Gerenciador** ordenará a realização de nova pesquisa de preços; **3.6.** Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.). **4. DA VALIDADE 4.1.** A presente Ata terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses** contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis. **4.2.** Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o **Órgão Gerenciador** ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência; **4.3.** A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas. **5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP 5.1.** A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças do MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES representado pela **Prefeitura Municipal**;

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do **Órgão Gerenciador**, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado; **5.3.** Os órgãos ou entidades interessadas na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT; **5.4.** A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos: **a)** Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor; **b)** Anuência expressa do fornecedor. **5.5.** O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado; **6. DA VINCULAÇÃO LEGAL**

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/2013 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as suas alterações.

7. DA FISCALIZAÇÃO 7.1. O **Órgão Gerenciador** ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.1.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria 330/2023, Servidor **ANDREIA MORENO**para o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

7.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

7.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. A Entrega devera ser realizada de segunda a sexta feira – das 07:00 as 17:00 horas de Mato Grosso, na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, localizada Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro – Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, sem onus a prefeitura no prazo máximo de até **30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS**, contados da data do recebimento da requisição, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Prefeitura.

8.2 É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos itens nas quantidades, no horário e data estipulada, bem como nas condições estabelecidas nesse termo.

8.3. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

8.4. Os produtos deverão ser conferido na presença do fiscal de contrato responsável.

8.5. Os produtos deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT - INMETRO, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

8.6. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de **15 (QUINZE) DIAS UTEIS**, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado.

8.7. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a contratada será notificada e terá prazo de 30 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

8.8. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

8.9 Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da Nota fiscal devidamente atestada pelo responsável;

9. DO RECEBIMENTO

9.1 O recebimento provisório no paço municipal, dar-se-á em até 02 (dois) dias úteis a verificação das especificações, quando então se dará o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** com um representante da Secretaria Municipal de Saúde (Fiscal de contrato).

9.2 O recebimento definitivo após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64; **9.3** Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo; **9.4** Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior a registrada, independente de anuência da Fornecedora. **10. DAS OBRIGAÇÕES 10.1.DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA: 10.1.1.** Acatar as decisões e observações feitas pelo **Órgão Gestor**. **10.1.2.** Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos. **10.1.3.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração Municipal e/ou a terceiros. **10.1.4.** Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor; **10.1.5.** A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços. **10.1.6.** Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas; **10.1.7.** Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **10.1.8.** Serão recebidos apenas os itens descritos nas quantidades estabelecidas nas Autorizações de Fornecimento emitidas pela Departamento de Compras. A empresa contratada deverá seguir as orientações do fiscal de contrato. **10.1.9.** A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item entregue, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.10.** Os itens deverão ser conferidos na presença do fiscal de contrato responsável. **10.1.11.** Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de materiais reciclados ou reutilizados como itens solicitados. **10.1.12.** Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado. **10.1.13.** Os itens serão solicitados pela CONTRATANTE de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados. **10.1.14.** Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições. **10.1.15.** A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor;

10.1.16. Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros. **10.1.17.** A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não eximi a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas. **10.1.18.** Serão consideradas as quantidades entregues no local, desconsiderando possíveis percas ocorrida no transporte. **10.1.19.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante. **10.1.20.** Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto. **10.1.21.** Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante. **10.1.22.** Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto. **10.1.23.** Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento. **10.1.24.** Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; **10.1.25.** Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato; **10.1.26.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente; **10.1.27.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado; **10.1.28.** Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade; **10.1.29.** A CONTRATADA obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados. **10.1.30.** Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.31.** Apresentar garantia de fabrica de no minimo 01 (um) ano, caso seja necessessario fazer a troca o mesmo sera sem ônus a administração. **10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: 10.2.1.** Gerenciar a Ata de Registro de Preço; **10.2.2.** Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão); **10.2.3.** Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes; **10.2.4.** Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor; **10.2.4.1.** Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para

conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP. **10.2.5.** Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP. **10.2.6.** Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações. **10.2.7.** Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados. **10.2.8.** Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. **10.2.9.** Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo do item 18.8 para reposição. **10.2.10.** Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição. **10.2.11.** Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação; **10.2.12.** Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da comunicação; **10.2.13.** Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; **10.2.14.** Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho; **10.2.15.** Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente; **10.2.16.** Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção. **10.2.17.** Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação. **10.2.18.** Receber ou rejeitar os produtos/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo. **10.2.19.** Rejeitar os produtos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas. **10.2.20.** Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada. **10.2.21.** Entregar a contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos. **10.2.22.** Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada; **10.2.23.** Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; **10.2.24.** Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas; **10.2.25.** Fiscalizar a execução do objeto do contrato; **10.2.26.** Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato. **11. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

11.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art.

19 da lei federal n° 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

12. DA REVISÃO 12.1. Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13 no seu Art. 16, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens

registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993;

12.2. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os Art. 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013, conforme segue: **12.2.1.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado; **12.2.1.1.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade; **12.2.1.2.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. **12.2.2.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: **a)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e **b)** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA 13.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo **Órgão Gerenciador**, quando: **I.** Descumprir as condições da ata de registro de preços; **II.** Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela n Administração, sem justificativa aceitável; **III.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; **IV.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002. **V.** O Fornecedor que não se dispuser a substituir os **MATERIAIS** que vierem a apresentar defeitos de qualidade; **VI.** O Fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento; **VII.** Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

13.1.1. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do **Órgão Gerenciador**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados: **a)** Por razão de interesse público; ou **b)** A pedido do fornecedor. **13.3.** O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Município; **13.4.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovado. **13.5.** Na hipótese de cancelamento parcial, o **Órgão Gestor** poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva; **14. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO 14.1.** O documento de cobrança (Nota Fiscal, fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 15 (quinze) imperfeição no fornecimento; **14.2.** O documento de cobrança será emitido em nome do **Órgão Gestor**, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma; **14.2.1.** O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento. **14.3.** Todos os tributos incidentes sobre os produtosou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie; **14.4.** No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial; **14.5.** Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento; **14.6.** No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento. **15. DO**

PAGAMENTO 15.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchido

discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito;

15.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo **Órgão Gestor** para as medidas de regularização; **15.3.** O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 30 (trinta) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao **Órgão Gestor** para as providências cabíveis; **15.4.** Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor; **15.5.** Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

16. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

16.1. O **Órgão Gestor** efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o **Órgão Gestor** providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do município, por meio do Diário oficial dos Municipios AMM.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1.O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora as multas, consoante o *caput* e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor total da Proposta Comercial vencedora, na forma seguinte:

18.1.1. Quanto à obrigação da assinatura do Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido: **c)** Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso. **18.1.2.** Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos: **c)** Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso.

18.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora; **18.3.** Se a Licitante vencedora se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades: **18.3.1.** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Nova Bandeirantes - Prefeitura Municipal, por prazo de até 02 (dois) anos; **18.3.2.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos. **18.4.** A Fornecedora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante o fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei. **18.5.** A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Município - Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa; **18.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração; **18.7.** Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 19.1.** Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública; **19.2.** O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços; **19.3.** Os casos omissos serão resolvidos pelo **Órgão Gestor**.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

ORGÃO: 05- SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade: 002 – FMS – Atenção Básica
Função: 10 - SAÚDE
Sub - Função: 301- Atenção Básica
Programa: 0020 - Atenção à Saúde – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 1 046 - Aquisição de Veículos e Equipamentos – Saúde
275-Natureza de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 1.6.0.1.000000

20.2 No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

21.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

21.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

21.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

21.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

21.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

22. DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro de Nova Monte Verde/ MT, para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços;

22.2.E por estarem de acordo, depois de lido se achado conforme, a parte firma presente ARP em 03 (três) vias de igual Teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no **Órgão Gestor** nos termos do Art. 60 da Lei nº8.666/93.

Nova Bandeirantes/MT 16 de novembro de 2023.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

R.E. DA SILVA E SILVA LTDA

CNPJ: 29.765.537/0001-24

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.461-05

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 075/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N° 086/2023 PROCESSO LICITATORIO N° 122/2023

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF n.º 33.683. 822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes, Estado do Mato Grosso, doravante denominado **Órgão Gestor**, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. Cesar Augusto Perigo, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **ERICA DE FATIMA GENTIL IORIS**, devidamente inscrita no CNPJ nº 36.656.877/0001-82, situada na Av. Mato Grosso, nº 92N, cidade de Juína/MT, representada pela Erica de Fatima Gentil Ioris, portadora do RG nº 14107406 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 009.876.531-05, residente e domiciliada na Av. Mato Grosso, nº 92N cidade de Juína/MT, de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, visando a aquisição de equipamento e materiais permanentes, conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente ARP, atendendo as condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº **086/2023**, para Registro de Preço, sujeitando-se as partes às normas constantes da Leis Federal n° 10. 520/02, Lei Federal n° 8.666/93 e pelos Decretos n.º 3.555/2000, 3.784/2001 e 10.024/2019, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto 9.488 de 31 de agosto de 2018 e Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1 REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, COM RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EXCLUSIVO PARA EQUIPAR AS UNIDADES BÁSICAS, POSTO PARAÍSO DO NORTE, UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍ-

LIA RURAL DE JAPURANA ESF II, USF ANTÔNIO FERNANDES CAPIVARA ESF III E USF MANOEL NASCIMENTO DOS SANTOS MANEZINHO DA COBAN ESF I, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Nova Bandeirantes/MT**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no Anexo I.

1.1 Os itens do objeto são os elencados na Planilha Demonstrativa de Preço da cláusula segunda deste instrumento.

2. DA VENCEDORA, ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO 2.1. A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo: **2.2. FORNECEDOR REGISTRADO:**

EMPRESA: ERICA DE FATIMA GENTIL IORIS		
CNPJ N°: 36.656.877/0001-82	I.E. N°:	
ENDEREÇO: AV. MATO GROSSO, Nº 92N, CIDADE DE JUÍNA/MT	N°: 92N	BAIRRO: MODULO 02
CIDADE: JUÍNA/MT	CEP: 78320-000	
TELEFONE: (66) 3566-1240	E-MAIL: olmieletro@gmail.com	
REPRESENTANTE LEGAL: ERICA DE FATIMA GENTIL IORIS		
BANCO: BRASIL	AGENCIA N°: 2226-8	CONTA N°: 34385-4

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	ARMARIO - ARMARIO PARA ESCRITORIO COM DUAS PORTAS\, EM CHAPA DE ACO\, MEDINDO (1\,98 X 0\,90 X 0\,40)\, COM QUATRO PRATILEIRAS REGULAVEIS HORIZONTAL\, CONTENDO 02 PORTAS\, AS CHAPAS DE ACO DEVERAO TER ESPESSURA DE CORPO\, DIVISORIA E PORTA\, ESTRUTURA DE 0\,8MM\, COM CHAVES\, ACABAMENTO ANTI-FERRUGINOSO\, BRILHANTE\, NA COR CINZA	07	PANDIN/ AP402	R$ 1. 020,00	R$ 7. 140,00
11	COMPUTADOR (DESKTOP-BÁSICO) **PROCESSADOR:** - MARCA: INTEL - SÉRIE: CORE I5 - MODELO: 6400 - GERAÇÃO: SEXTA **PLACA MÃE:** - CHIPSET: INTEL - MODELO: H110 - CONEXÕES USB: 6 - SAÍDAS DE VÍDEO: HDMI E VGA - PS2: 2 - REDE: LAN GIGABIT 10/100/1000 - CONEXÕES DE ÁUDIO: 3 (ENTRADA DE SOM, SAÍDA DE SOM E CONEXÃO PARA MICROFONE) **MEMÓRIA:** - CAPACIDADE: 16GB - TIPO: RAM - GERAÇÃO: DDR4 - FREQUÊNCIA: 2666MHZ **ARMAZENAMENTO:** - CAPACIDADE: 1TB - TIPO: SSD (10X MAIS VELOZ QUE UM HD TRADICIONAL) **GABINETE:** - FORMATO: MICRO ATX COMPACTO - FONTE: BIVOLT CERTIFICADA - CONEXÕES: 2X USB E 2X ÁUDIO - COR: PRETO **CESSÓRIOS:** - MOUSE: USB, AMBIDESTRO - TECLADO: USB, PADRÃO PORTUGUÊS BRASIL ABNT2 **MONITOR:** - TAMANHO DA TELA: 24" - TIPO DA TELA: LED - FORMATO DA TELA: WIDESCREEN 16:9 - CONEXÕES DE VÍDEO: HDMI E VGA - ENERGIA: BIVOLT - RESOLUÇÃO: FULL HD 1920X1080 - BRILHO: 200CD/M² - CONTRASTE: 500.000:1 - TAXA DE ATUALIZAÇÃO: 75HZ **SISTEMA OPERACIONAL** - DESENVOLVEDOR: MICROSOFT - VERSÃO: WINDOWS 10 - TIPO DE LICENÇA: VITALÍCIA	05	PC BRASIL/ PCB-63L2N	R$ 1. 830,00	R$ 9. 150,00
19	MESA DE ESCRITÓRIO ESCRIVANINHA 1,20 MESA EM MDP BP OU EUCAPRINT DE 15 MM COM ACABAMENTO NO TAMPO COM PERFIL EM PVC PÉS EM AÇO COM PINTURA EPOXI NAS CORES CINZA E PRETO. GAVETEIRO COM DUAS GAVETAS. DIMENSÕES DO PRODUTO: ALTURA: 75 CM LARGURA: 120 CM PROFUNDIDADE: 60 CM GAVETA: SIM, (2). PÉS: SIM, PÉS EM AÇO COM PINTURA EPOXI NA COR CINZA. COR: CINZA. MATERIAL PRINCIPAL: MDP	03	VANDAFLEX	R$ 379,00	1. 137,00
20	MESA - DE REUNIAO TAMPO RETANGULAR PARA 10 LUGARES 3\,40X1\,10X0\,76M (LXPXA)\, EM MDF ACABAMENTO DAS BORDAS: FITA RETA DE 2 MM. PÉS: ESTRUTURA METÁLICA, NA COR BRANCA OU CINZA	02	VANDAFLEX	R$ 1. 800,00	R$ 3. 600,00
24	PROJETOR MULTIMÍDIA (DATASHOW) PROJETOR XGA 3400 LUMENS HDMI POWERLITE E20 BIVOLT COR BRANCO 110V/220V, CONTROLE REMOTO	03	TOMATE	R$ 1. 535,00	4. 605,00

VALOR TOTAL R$ 25.632,00 (vinte e cinco mil seiscentos e trinta e dois reais).

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados;41 **3. DO VALOR 3.1.** O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação. **3.2.** Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos materiais **3.3.** É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas; **3.4.** Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o **Órgão Gerenciador** cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada; **3. 5.** Visando subsidiar eventuais revisões, o **Órgão Gerenciador** ordenará a realização de nova pesquisa de preços; **3.6.** Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.). **4. DA VALIDADE 4.1.** A presente Ata terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses** contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis. **4.2.** Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o **Órgão Gerenciador** ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência; **4.3.** A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas. **5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP 5.1.** A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças do MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES representado pela **Prefeitura Municipal**;

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do **Órgão Gerenciador**, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado; **5.3.** Os órgãos ou entidades interessadas na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT; **5.4.** A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos: **a)** Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor; **b)** Anuência expressa do fornecedor. **5.5.** O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado; **6. DA VINCULAÇÃO LEGAL**

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/2013 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as suas alterações.

7. DA FISCALIZAÇÃO 7.1. O **Órgão Gerenciador** ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.1.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria 330/2023, Servidor **ANDREIA MORENO**para o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

7.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

7.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. A Entrega devera ser realizada de segunda a sexta feira – das 07:00 as 17:00 horas de Mato Grosso, na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, localizada Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro – Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, sem onus a prefeitura no prazo máximo de até **30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS**, contados da data do recebimento da requisição, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Prefeitura.

8.2 É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos itens nas quantidades, no horário e data estipulada, bem como nas condições estabelecidas nesse termo.

8.3. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

8.4. Os produtos deverão ser conferido na presença do fiscal de contrato responsável.

8.5. Os produtos deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT - INMETRO, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

8.6. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de **15 (QUINZE) DIAS UTEIS**, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado.

8.7. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a contratada será notificada e terá prazo de 30 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

8.8. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

8.9 Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da Nota fiscal devidamente atestada pelo responsável;

9. DO RECEBIMENTO

9.1 O recebimento provisório no paço municipal, dar-se-á em até 02 (dois) dias úteis a verificação das especificações, quando então se dará o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** com um representante da Secretaria Municipal de Saúde (Fiscal de contrato).

9.2 O recebimento definitivo após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64; **9.3** Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo; **9.4** Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior a registrada, independente de anuência da Fornecedora. **10. DAS OBRIGAÇÕES 10.1.DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA: 10.1.1.** Acatar as decisões e observações feitas pelo **Órgão Gestor**. **10.1.2.** Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos. **10.1.3.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração Municipal e/ou a terceiros. **10.1.4.** Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor; **10.1.5.** A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços. **10.1.6.** Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas; **10.1.7.** Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **10.1.8.** Serão recebidos apenas os itens descritos nas quantidades estabelecidas nas Autorizações de Fornecimento emitidas pela Departamento de Compras. A empresa contratada deverá seguir as orientações do fiscal de contrato. **10.1.9.** A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item entregue, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.10.** Os itens deverão ser conferidos na presença do fiscal de contrato responsável. **10.1.11.** Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de materiais reciclados ou reutilizados como itens solicitados. **10.1.12.** Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado. **10.1.13.** Os itens serão solicitados pela CONTRATANTE de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados. **10.1.14.** Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições. **10.1.15.** A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor;

10.1.16. Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros. **10.1.17.** A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não eximi a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas. **10.1.18.** Serão consideradas as quantidades entregues no local, desconsiderando possíveis percas ocorrida no transporte. **10.1.19.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante. **10.1.20.** Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto. **10.1.21.** Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante. **10.1.22.** Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto. **10.1.23.** Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento. **10.1.24.** Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; **10.1.25.** Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato; **10.1.26.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente; **10.1.27.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado; **10.1.28.** Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade; **10.1.29.** A CONTRATADA obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados. **10.1.30.** Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.31.** Apresentar garantia de fabrica de no minimo 01 (um) ano, caso seja necessessario fazer a troca o mesmo sera sem ônus a administração. **10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: 10.2.1.** Gerenciar a Ata de Registro de Preço; **10.2.2.** Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão); **10.2.3.** Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes; **10.2.4.** Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor; **10.2.4.1.** Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP. **10.2.5.** Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP. **10.2.6.** Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações. **10.2.7.** Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados. **10.2.8.** Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. **10.2.9.** Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo do item 18.8 para reposição. **10.2.10.** Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição. **10.2.11.** Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação; **10.2.12.** Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da comunicação; **10.2.13.** Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; **10.2.14.** Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho; **10.2.15.** Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente; **10.2.16.** Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção. **10.2.17.** Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação. **10.2.18.** Receber ou rejeitar os produtos/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo. **10.2.19.** Rejeitar os produtos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas. **10.2.20.** Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada. **10.2.21.** Entregar a contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos. **10.2.22.** Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada; **10.2.23.** Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; **10.2.24.** Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas; **10.2.25.** Fiscalizar a execução do objeto do contrato; **10.2.26.** Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato. **11. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

11.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art.

19 da lei federal n° 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

12. DA REVISÃO 12.1. Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13 no seu Art. 16, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens

registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993;

12.2. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os Art. 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013, conforme segue: **12.2.1.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado; **12.2.1.1.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade; **12.2.1.2.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. **12.2.2.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: **a)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e **b)** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA 13.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo **Órgão Gerenciador**, quando: **I.** Descumprir as condições da ata de registro de preços; **II.** Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela n Administração, sem justificativa aceitável; **III.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; **IV.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002. **V.** O Fornecedor que não se dispuser a substituir os **MATERIAIS** que vierem a apresentar defeitos de qualidade; **VI.** O Fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento; **VII.** Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

13.1.1. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do **Órgão Gerenciador**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados: **a)** Por razão de interesse público; ou **b)** A pedido do fornecedor. **13.3.** O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Município; **13.4.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovado. **13.5.** Na hipótese de cancelamento parcial, o **Órgão Gestor** poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva; **14. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO 14.1.** O documento de cobrança (Nota Fiscal, fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 15 (quinze) imperfeição no fornecimento; **14.2.** O documento de cobrança será emitido em nome do **Órgão Gestor**, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma; **14.2.1.** O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento. **14.3.** Todos os tributos incidentes sobre os produtosou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie; **14.4.** No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial; **14.5.** Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento; **14.6.** No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento. **15. DO PAGAMENTO 15.1.** O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchido

discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito;

15.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo **Órgão Gestor** para as medidas de regularização; **15.3.** O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 30 (trinta) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao **Órgão Gestor** para as providências cabíveis; **15.4.** Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor; **15.5.** Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

16. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

16.1. O **Órgão Gestor** efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o **Órgão Gestor** providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do município, por meio do Diário oficial dos Municipios AMM.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1.O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora as multas, consoante o *caput* e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor total da Proposta Comercial vencedora, na forma seguinte:

18.1.1. Quanto à obrigação da assinatura do Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido: **c)** Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso. **18.1.2.** Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos: **c)** Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso.

18.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora; **18.3.** Se a Licitante vencedora se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades: **18.3.1.** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Nova Bandeirantes - Prefeitura Municipal, por prazo de até 02 (dois) anos; **18.3.2.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos. **18.4.** A Fornecedora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante o fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei. **18.5.** A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Município - Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que

seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa; **18.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração; **18.7.** Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 19.1.** Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública; **19.2.** O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços; **19.3.** Os casos omissos serão resolvidos pelo **Órgão Gestor**.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

ORGÃO: 05- SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade: 002 – FMS – Atenção Básica
Função: 10 - SAÚDE
Sub - Função: 301- Atenção Básica
Programa: 0020 - Atenção à Saúde – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 1 046 - Aquisição de Veículos e Equipamentos – Saúde
275-Natureza de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 1.6.0.1.000000

20.2 No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

21.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

21.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

21.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

21.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

21.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

22. DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro de Nova Monte Verde/ MT, para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços;

22.2.E por estarem de acordo, depois de lido se achado conforme, a parte firma presente ARP em 03 (três) vias de igual Teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no **Órgão Gestor** nos termos do Art. 60 da Lei nº8.666/93.

Nova Bandeirantes/MT 16 de novembro de 2023.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

ERICA DE FATIMA GENTIL IORIS

CNPJ: 36.656.877/0001-82

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.461-05

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 075/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N° 086/2023 PROCESSO LICITATORIO N° 122/2023

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF n.º 33.683. 822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes, Estado do Mato Grosso, doravante denominado **Órgão Gestor**, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. Cesar Augusto Perigo, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **M.A. DISTRIBUIDORA COMERCIO E SERVICO LTDA**, devidamente inscrito no CNPJ nº37.725.824/0001-39, situada na rua 5 Chacara 233 Lote, nº 5, cidade de Brasilia/DF, rpresentada pela Sra. Ana Carolina Felix, portadora do RG nº 2945784 SSP/DF, e inscrita no CPF sob o nº038. 960.701-00, residente e domiciliada na Qr 433, conjunto 6, casa 7, Samambaia do Norte, Brasilia/DF, de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, visando a aquisição nº 5, cidade de equipamento e materiais permanentes, conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente ARP, atendendo as condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº **086/2023**, para Registro de Preço, sujeitando-se as partes às normas constantes da Leis Federal n° 10.520/02, Lei Federal n° 8.666/93 e pelos Decretos n.º 3.555/2000, 3.784/2001 e 10.024/2019, Decreto nº 7. 892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto 9.488 de 31 de agosto de 2018 e Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1 REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, COM RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EXCLUSIVO PARA EQUIPAR AS UNIDADES BÁSICAS, POSTO PARAÍSO DO NORTE, UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA RURAL DE JAPURANA ESF II, USF ANTÔNIO FERNANDES CAPIVARA ESF III E USF MANOEL NASCIMENTO DOS SANTOS MANEZINHO DA COBAN ESF I, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Nova Bandeirantes/MT**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no Anexo I.

1.1 Os itens do objeto são os elencados na Planilha Demonstrativa de Preço da cláusula segunda deste instrumento.

2. DA VENCEDORA, ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO 2.1. A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo: **2.2. FORNECEDOR REGISTRADO:**

EMPRESA: M.A. DISTRIBUIDORA COMERCIO E SERVICO LTDA		
CNPJ N°: 37.725.824/0001-39	I.E. N°:	
ENDEREÇO: RUA 5 CHACARA 233 LOTE, Nº 5, CIDADE DE BRASILIA/DF	N°: 5	BAIRRO: SETOR HABITACIONAL VICENTE PIRES
CIDADE: BRASILIA/DF	CEP: 72006-130	
TELEFONE: (61) 3032-5599	E-MAIL: ma.gov@cromatecnologia.com.br	
REPRESENTANTE LEGAL: ANA CAROLINA FELIX		
BANCO: BRASIL	AGENCIA N°: 1231-9	CONTA N°: 420901-X

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	**IMPRESSORA LASER** IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL – IMPRESSORA MONOCROMATICA DO TIPO MULTIFUNCIONAL\, COM AS SEGUINTES ESPECIFICACOES MINIMAS: VELOCIDADE DE 30PPM\, RESOLUCAO DE IMPRESSAO 600X600DPI\, CICLO MENSAL DE 4000 PAGINAS\, MEMORIA DE 32MB\, CAPACIDADE DE 100 FOLHAS NA BANDEJA\, VISOR EM TOUCH SCREEN\, CAPACIDADE PARA CONEXAO VIA USB E CABO DE REDE\, VOLTAGEM DE 110V\, GARANTIA MINIMA DE 12 MESES	05	SAMXEROX B225 SUNG BOK	R$ 1. 849,00	R$ 9. 245,00
23	NO-BREAK (PARA COMPUTADOR E IMPRESSORA) TENSÃO DE ENTRADA BIVOLT AUTOMÁTICO TENSÃO DE SAÍDA 115 V FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO 60 HZ ±1 HZ INDICADORES LED BICOLOR VENTILADOR SIM MICROPROCESSADOR ARM 32 BT DC-START SIM POTÊNCIA NOMINAL 1400 VA FORMA DE ONDA DO INVERSOR SENOIDAL FREQUÊNCIA DE SAÍDA 60 HZ ±1 HZ COMPATÍVEL EQUIPAMENTOS INFORMÁTICA, SEGURANÇA, ELETRÔNICA	07	TS SHARA COMPACT XPRO UNIVERSAL 4413	R$ 776,00	R$ 5. 432,00

VALOR TOTAL R$ 14.677,00 (quatorze mil seiscentos e setenta e sete reais).

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados;41 **3. DO VALOR 3.1.** O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação. **3.2.** Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos materiais **3.3.** É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas; **3.4.** Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o **Órgão Gerenciador** cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada; **3.5.** Visando subsidiar eventuais revisões, o **Órgão Gerenciador** ordenará a realização de nova pesquisa de preços; **3.6.** Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.). **4. DA VALIDADE 4.1.** A presente Ata terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses** contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis. **4.2.** Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o **Órgão Gerenciador** ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, po-

dendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência; **4.3.** A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas. **5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP 5.1.** A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças do MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES representado pela **Prefeitura Municipal**;

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do **Órgão Gerenciador**, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado; **5.3.** Os órgãos ou entidades interessadas na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT; **5.4.** A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos: **a)** Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor; **b)** Anuência expressa do fornecedor. **5.5.** O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado; **6. DA VINCULAÇÃO LEGAL**

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/2013 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as suas alterações.

7. DA FISCALIZAÇÃO 7.1. O **Órgão Gerenciador** ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.1.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria 330/2023, Servidor **ANDREIA MORENO**para o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

7.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

7.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. A Entrega devera ser realizada de segunda a sexta feira – das 07:00 as 17:00 horas de Mato Grosso, na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, localizada Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro – Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, sem onus a prefeitura no prazo máximo de até **30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS**, contados da data do recebimento da requisição, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Prefeitura.

8.2 É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos itens nas quantidades, no horário e data estipulada, bem como nas condições estabelecidas nesse termo.

8.3. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

8.4. Os produtos deverão ser conferido na presença do fiscal de contrato responsável.

8.5. Os produtos deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT - INMETRO, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

8.6. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de **15 (QUINZE) DIAS UTEIS**, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado.

8.7. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a contratada será notificada e terá prazo de 30 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

8.8. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

8.9 Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da Nota fiscal devidamente atestada pelo responsável;

9. DO RECEBIMENTO

9.1 O recebimento provisório no paço municipal, dar-se-á em até 02 (dois) dias úteis a verificação das especificações, quando então se dará o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** com um representante da Secretaria Municipal de Saúde (Fiscal de contrato).

9.2 O recebimento definitivo após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64; **9.3** Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo; **9.4** Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior a registrada, independente de anuência da Fornecedora. **10. DAS OBRIGAÇÕES 10.1.DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA: 10.1.1.** Acatar as decisões e observações feitas pelo **Órgão Gestor**. **10.1.2.** Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos. **10.1.3.** Responsabilizar-se pelos danos causa-

dos diretamente à Administração Municipal e/ou a terceiros. **10.1.4.** Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor; **10.1.5.** A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços. **10.1.6.** Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas; **10.1.7.** Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **10.1.8.** Serão recebidos apenas os itens descritos nas quantidades estabelecidas nas Autorizações de Fornecimento emitidas pela Departamento de Compras. A empresa contratada deverá seguir as orientações do fiscal de contrato. **10.1.9.** A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item entregue, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.10.** Os itens deverão ser conferidos na presença do fiscal de contrato responsável. **10.1.11.** Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de materiais reciclados ou reutilizados como itens solicitados. **10.1.12.** Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado. **10.1.13.** Os itens serão solicitados pela CONTRATANTE de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados. **10.1.14.** Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições. **10.1.15.** A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor;

10.1.16. Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros. **10.1.17.** A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não eximi a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas. **10.1.18.** Serão consideradas as quantidades entregues no local, desconsiderando possíveis percas ocorrida no transporte. **10.1.19.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante. **10.1.20.** Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto. **10.1.21.** Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante. **10.1.22.** Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto. **10.1.23.** Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento. **10.1.24.** Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; **10.1.25.** Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato; **10.1.26.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente; **10.1.27.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado; **10.1.28.** Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade; **10.1.29.** A CONTRATADA obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados. **10.1.30.** Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.31.** Apresentar garantia de fabrica de no minimo 01 (um) ano, caso seja necessessario fazer a troca o mesmo sera sem ônus a administração. **10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: 10.2.1.** Gerenciar a Ata de Registro de Preço; **10.2.2.** Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão); **10.2.3.** Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes; **10.2.4.** Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor; **10.2.4.1.** Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP. **10.2.5.** Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP. **10.2.6.** Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações. **10.2.7.** Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados. **10.2.8.** Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. **10.2.9.** Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo do item 18.8 para reposição. **10.2.10.** Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição. **10.2.11.** Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação; **10.2.12.** Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da comunicação; **10.2.13.** Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; **10.2.14.** Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho; **10.2.15.** Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente; **10.2.16.** Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção. **10.2.17.** Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação. **10.2.18.** Receber ou rejeitar os produtos/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo. **10.2.19.** Rejeitar os produtos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas. **10.2.20.** Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada. **10.2.21.** Entregar a contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos. **10.2.22.** Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada; **10.2.23.** Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; **10.2.24.** Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas; **10.2.25.** Fiscalizar a execução do objeto do contrato; **10.2.26.** Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato. **11. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

11.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art.

19 da lei federal n° 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

12. DA REVISÃO 12.1. Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13 no seu Art. 16, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens

registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993;

12.2. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os Art. 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013, conforme segue: **12.2.1.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado; **12.2.1.1.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade; **12.2.1.2.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. **12.2.2.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: **a)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e **b)** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA 13.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo **Órgão Gerenciador**, quando: **I.** Descumprir as condições da ata de registro de preços; **II.** Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela n Administração, sem justificativa aceitável; **III.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; **IV.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002. **V.** O Fornecedor que não se dispuser a substituir os **MATERIAIS** que vierem a apresentar defeitos de qualidade; **VI.** O Fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento; **VII.** Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

13.1.1. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do **Órgão Gerenciador**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados: **a)** Por razão de interesse público; ou **b)** A pedido do fornecedor. **13.3.** O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Município; **13.4.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovado. **13.5.** Na hipótese de cancelamento parcial, o **Órgão Gestor** poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva; **14. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO 14.1.** O documento de cobrança (Nota Fiscal, fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 15 (quinze) imperfeição no fornecimento; **14.2.** O documento de cobrança será emitido em nome do **Órgão Gestor**, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma; **14.2.1.** O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento. **14.3.** Todos os tributos incidentes sobre os produtosou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie; **14.4.** No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial; **14.5.** Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento; **14.6.** No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento. **15. DO PAGAMENTO 15.1.** O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchido

discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito;

15.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo **Órgão Gestor** para as medidas de regularização; **15.3.** O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 30 (trinta) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao **Órgão Gestor** para as providências cabíveis; **15.4.** Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor; **15.5.** Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

16. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

16.1. O **Órgão Gestor** efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o **Órgão Gestor** providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do município, por meio do Diário oficial dos Municipios AMM.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1.O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora as multas, consoante o *caput* e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor total da Proposta Comercial vencedora, na forma seguinte:

18.1.1. Quanto à obrigação da assinatura do Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido: **c)** Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso. **18.1.2.** Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos: **c)** Atraso até

02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso.

18.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora; **18.3.** Se a Licitante vencedora se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades: **18.3.1.** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Nova Bandeirantes - Prefeitura Municipal, por prazo de até 02 (dois) anos; **18.3.2.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos. **18.4.** A Fornecedora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante o fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei. **18.5.** A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Município - Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa; **18.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração; **18.7.** Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 19.1.** Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública; **19.2.** O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços; **19.3.** Os casos omissos serão resolvidos pelo **Órgão Gestor**.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

ORGÃO: 05- SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade: 002 – FMS – Atenção Básica
Função: 10 - SAÚDE
Sub - Função: 301- Atenção Básica
Programa: 0020 - Atenção à Saúde – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 1 046 - Aquisição de Veículos e Equipamentos – Saúde
275-Natureza de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 1.6.0.1.000000

20.2 No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

21.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

21.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

21.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

21.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

21.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

22. DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro de Nova Monte Verde/ MT, para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços;

22.2.E por estarem de acordo, depois de lido se achado conforme, a parte firma presente ARP em 03 (três) vias de igual Teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no **Órgão Gestor** nos termos do Art. 60 da Lei nº8.666/93.

Nova Bandeirantes/MT 17 de novembro de 2023.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

M.A. DISTRIBUIDORA COMERCIO E SERVICO LTDA

CNPJ: 37.725.824/0001-39,

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.461-05

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 199/2023

SUMULA "DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO, EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DO VEREADOR SANDRO ROBERTO DA SILVA, POPULAR FUMAÇA".

CÉSAR AUGUSTO PERIGO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que na data de 16/11/2023 deu-se o falecimento do Vereador Sandro Roberto da Silva, popular Fumaça;

DECRETA:

Art. 1º- Fica decretado Ponto Facultativo no dia 17 de novembro, sexta-feira, a partir das 11:00am nas repartições Públicas Municipais da Administração Direta e Indireta.

§1º No período compreendido entre 07:00am às 11:00am haverá o funcionamento normal nas repartições públicas.

Art. 2º - O disposto neste artigo não se aplica aos órgãos que desenvolvam atividades que, por sua natureza ou razão do interesse público, tornem indispensável à continuidade do serviço.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes/MT, 16 de novembro de 2023.

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 096/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal **Sr. CESAR AUGUSTO PÉRIGO**, torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento Licitatório na modalidade de Pregão Presencial n.º 096/2023, Processo Licitatório n° 135/2023, cujo objeto e o objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA EM GERAL, SOLDAS E DESLOCAMENTO (SOCORRO), PARA CONSERTOS, MONTAGENS E TROCA DE PNEUS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, conforme relação contida no Anexo I do Edital.

EMPRESA: R.S DOS SANTOS & CIA LTDA

CNPJ: N° 13.364.507/0001-76

VALOR TOTAL: R$ 306.350,00 (trezentos e seis mil e trezentos e cinquenta reais).

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes – MT, 17 de novembro de 2023.

_____

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 074/2023 PREGÃO PRESENCIAL N°. 094/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATORIO Nº. 131/2023

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa de direito público interno, CNPJ N.º 33.683.822/0001-73, com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO,**brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 9.001.064-6 SSP/PR, e do CIC/CPF nº. 037.458.769-89, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **OZIRES A RODRIGUES & CIA LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ. 26.604.272/0001-94, situada na Rua Mario Raseira Leinig, n° 796, na cidade de Alta Floresta/MT, neste ato representado pelo Sr. Ozires Antonio Rodrigues, portador do RG n°. 3960888-0 SSP/PR e inscrito sob o CPF n°. 540.064.309-49, residente e domiciliada situada na Rua F-06, n°.s/N, na cidade de Alta Floresta/MT, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 094/2023 e as constantes desta Ata de Registro de Preços,

sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02, Decreto nº 7.892/2013, suas alterações Decreto nº 9. 488/2018 e em conformidade com as disposições a seguir.

1DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE PRIMEIRA LINHA (FABRICANTE) E GENUÍNOS (MONTADORAS), PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** conforme relação contidano anexo I.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras/Licitações**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. As peças e acessórios necessários para a manutenção da frota de onibus, deverão ser fornecidas pela empresa com preços de acordo com a "TABELA **DE PREÇOS DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, COMPONENTES E MATERIAIS ORIGINAIS**", fornecido através do Sistema **TRAZ VALOR, com a devida aplicação do percentual de desconto repassado pela empresa vencedora.** Caso exista alguma situação na qual a peça não conste na Tabela de Preços e Acessórios do Sistema Traz Valor, a PREFEITURA será obrigada efetuar a pesquisa de preço de mercado para posterior autorização e pagamento.

4.1.1. No caso de optar pela Pesquisa de Mercado, será realizado no mínimo 03 (três) orçamentos, onde será confeccionada a média ponderada do valor a ser pago pelas peças a ser fornecida (aplica-se somente quando não houve no cadastro e valor referenciado no Sistema TRAZ VALOR.

4.1.2 A entrega das peças e acessórios licitados deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas nesta Ata de Registro de Preços.

4.2. O fornecedor a descrição do lote e percentual de desconto registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: OZIRES A RODRIGUES & CIA LTDA

CNPJ: 26.604.272/0001-94

ENDEREÇO: RUA MARIO RASEIRA LEINIG, N° 796, NA CIDADE DE ALTA FLORESTA/MT

TELEFONE: (066) 3521-4004

CONTA:14510-6

AGENCIA: 0818

BANCO: SICREDI

LOTE 03	**MANUTENÇÃO MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA** DE PARTES MÓVEIS E FIXAS EM VEÍCULOS UTILITARIOS					
PLACA	*MARCA*	*MODELO*	*COMBUSTIVEL*	*ANO/MODELO*	*CHASSI*	*MATRICULA*
RBW-1G89	RENAULT	OROCH EXPRESSION 1.6 SCE	FLEX	2021/2022	93Y9SR3H5NJ116648	866559
QCS-3717	RENAULT	DYNAMIQUE CVT 1.6	FLEX	2018/2019	93YHSR3HSKJ464099	866595
NTX-4806	FIAT	FIORINO	GASOLINA	2010/2010	9BD55429B8896614	229289
RAW5E36	FIAT	STRADA ENDURANCE	FLEX	2021/2022	9BD281A22NYW47698	866108
DESCRITIVO			**UNIDADE**	**ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**	**ESTIMATIVA DE PREÇO POR VEÍCULO E SERVIÇO**	**PERCENTUAL DE DESCONTO %**
PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS			UNID		R$ 100.000,00	5,20%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MÓVEIS E FIXAS EM VEÍCULOS UTILITÁRIOS E VAN, SENDO: RECUPERAÇÃO DE CÂMBIO, DIFERENCIAL, CAIXA E SISTEMA DE TRAÇÃO, SUSPENSÃO DIANTEIRA E TRASEIRA, FREIOS, EMBREAGEM, SISTEMAS PNEUMÁTICOS DE VÁLVULAS, DIREÇÃO, EMBUCHAMENTOS DIVERSOS, SOLDAS ELÉTRICAS E/OU OXIACETILÊNICAS, TORNO MECÂNICO E INSTALAÇÃO DE ACESSÓRIOS MECÂNICOS.			HR	600 hs	R$ 240,00	

LOTE 04	MANUTENÇÃO MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MÓVEIS E FIXAS EM UTILITARIOS E VAN (AMBULANCIAS)					
PLACA	*MARCA*	*MODELO*	*COMBUSTIVEL*	*ANO/MODELO*	*CHASSI*	*MATRICULA*
RRI-0H54	TOYOTA	HILUX CS	DIESEL	2021/2021	8AJDA8CB4M6047348	866481
QBK-5553	CHEVROLET	S-10 ADVANTAGE 2.7	FLEX	2016/2016	9BG148TP0GC429692	348098
OAW-7E85	CHEVROLET	S10	DIESEL	2020/2020	9BG143DK0LC440779	396167
QCB-7945	MITSUBISHI	L200 3.2 TRITON CD 4X4	DIESEL	2017/2018	93XLNKB8TJCH31551	358828
RAX-4F49	MITSUBISHI	L200 2.4 GLX CD 4X4	DIESEL	2021/2022	93XDJKL1TNCM45514	865281
RRS-3E39	MITSUBISHI	L200 2.4 GLX CD 4X4	DIESEL	2022/2023	93XDJKL1TPCN61612	869257
RAZ-8J14	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2021	8AC907645NE204617	866512
SCP-8C78	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2022	8AC907645NE204629	867196
SCK-4A81	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2022	8AC907641NE211618	867607

QBT-4381	MB	SPRINTER F42A	DIESEL	2016/2017	8AC906633HE123547	348786
PRG-7222	MB	SPRINTER 515	DIESEL	2018/2019	8AC906657KE166187	365717

DESCRITIVO	UNIDADE	ESTIMATIVA DE QUANTIDADE	ESTIMATIVA DE PREÇO POR VEÍCULO E SERVIÇO	PERCENTUAL DE DESCONTO %
PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS	UNID		R$ 100.000,00	5,20%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MÓVEIS E FIXAS EM VEÍCULOS AMBULÂNCIA, SENDO: RECUPERAÇÃO DE CÂMBIO, DIFERENCIAL, CAIXA E SISTEMA DE TRAÇÃO SUSPENSÃO DIANTEIRA E TRASEIRA, FREIOS, EMBREAGEM, SISTEMAS PNEUMÁTICOS DE VÁLVULAS, DIREÇÃO, EMBUCHAMENTOS DIVERSOS, SOLDAS ELÉTRICAS E/OU OXIACETILÊNICAS, TORNO MECÂNICO E INSTALAÇÃO DE ACESSÓRIOS MECÂNICOS.	HR	800 hs	R$ 235,00	

LOTE 06	RECUPERAÇÃO E RETIFICA DE BOMBA E BICOS INJETORES VEICULOS A DIESEL					
PLACA	*MARCA*	*MODELO*	*COMBUSTIVEL*	*ANO/MODELO*	*CHASSI*	*MATRICULA*
RRI-0H54	TOYOTA	HILUX CS	DIESEL	2021/2021	8AJDA8CB4M6047348	866481
OAW-7E85	CHEVROLET	S10	DIESEL	2020/2020	9BG143DK0LC440779	396167
QCB-7945	MITSUBISHI	L200 3.2 TRITON CD 4X4	DIESEL	2017/2018	93XLNKB8TJCH31551	358828
RAX-4F49	MITSUBISHI	L200 2.4 GLX CD 4X4	DIESEL	2021/2022	93XDJKL1TNCM45514	865281
RRS-3E39	MITSUBISHI	L200 2.4 GLX CD 4X4	DIESEL	2022/2023	93XDJKL1TPCN61612	869257
RAZ-8J14	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2021	8AC907645NE204617	866512
SCP-8C78	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2022	8AC907645NE204629	867196
SCK-4A81	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2022	8AC907641NE211618	867607
QBT-4381	MB	SPRINTER F42A	DIESEL	2016/2017	8AC906633HE123547	348786
PRG-7222	MB	SPRINTER 515	DIESEL	2018/2019	8AC906657KE166187	365717

DESCRITIVO	UNIDADE	ESTIMATIVA DE QUANTIDADE	ESTIMATIVA DE PREÇO POR VEÍCULO E SERVIÇO	PERCENTUAL DE DESCONTO %
PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS	UNID		R$ 100.000,00	5,30%
RECUPERAÇÃO E RETIFICA DE BOMBA E BICOS INJETORES DE MOTORES DIESEL DE 06 (SEIS) CILINDROS, ASPIRADOSE/U TURBO-ALIMENTADOS, MECÂNICOS OU ELETRÔNICOS, EM VEÍCULOS. DESCRIÇÃO: REVISÃO PERIÓDICA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE PARA MODELO DE VEÍCULO/EQUIPAMENTO.	HR	100 hs	R$ 288,33	

LOTE 09	EXECUÇÃO, MANUTENÇÃO DE CAMBAGEM, CASTER, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO EM VEÍCULOS: UTILITARIOS					
RBW-1G89	RENAULT	OROCH EXPRESSION 1.6 SCE	FLEX	2021/2022	93Y9SR3H5NJ116648	866559
QCS-3717	RENAULT	DYNAMIQUE CVT 1.6	FLEX	2018/2019	93YHSR3HSKJ464099	866595
NTX-4806	FIAT	FIORINO	GASOLINA	2010/2010	9BD55429B8896614	229289
RAW5E36	FIAT	STRADA ENDURANCE	FLEX	2021/2022	9BD281A22NYW47698	866108

DESCRITIVO	UNIDADE	ESTIMATIVA DE QUANTIDADE	ESTIMATIVA DE PREÇO POR VEÍCULO E SERVIÇO	PERCENTUAL DE DESCONTO %
PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS	UNID			5,30%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO DECAMBAGEM, CASTER, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO EM VEÍCULOS: ÔNIBUS, MICRO ÔNIBUS, VAN. VEÍCULOS CONFORME RELAÇÃO ANEXA CONSTANDO MARCAS E MODELOS	HR	100 hs	R$ 250,00	

LOTE 12	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE COMPONENTES DE TURBOALIMENTAÇÃO – UTILITÁRIOS, AMBULÂNCIA, VAN					
PLACA	*MARCA*	*MODELO*	*COMBUSTIVEL*	*ANO/MODELO*	*CHASSI*	*MATRICULA*
RRI-0H54	TOYOTA	HILUX CS	DIESEL	2021/2021	8AJDA8CB4M6047348	866481
QBK-5553	CHEVROLET	S-10 ADVANTAGE 2.7	FLEX	2016/2016	9BG148TP0GC429692	348098
OAW-7E85	CHEVROLET	S10	DIESEL	2020/2020	9BG143DK0LC440779	396167
QCB-7945	MITSUBISHI	L200 3.2 TRITON CD 4X4	DIESEL	2017/2018	93XLNKB8TJCH31551	358828
RAX-4F49	MITSUBISHI	L200 2.4 GLX CD 4X4	DIESEL	2021/2022	93XDJKL1TNCM45514	865281
RRS-3E39	MITSUBISHI	L200 2.4 GLX CD 4X4	DIESEL	2022/2023	93XDJKL1TPCN61612	869257
RAZ-8J14	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2021	8AC907645NE204617	866512
SCP-8C78	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2022	8AC907645NE204629	867196
SCK-4A81	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2022	8AC907641NE211618	867607
QBT-4381	MB	SPRINTER F42A	DIESEL	2016/2017	8AC906633HE123547	348786
PRG-7222	MB	SPRINTER 515	DIESEL	2018/2019	8AC906657KE166187	365717

DESCRITIVO	UNIDADE	ESTIMATIVA DE QUANTIDADE	ESTIMATIVA DE PREÇO POR VEÍCULO E SERVIÇO	PERCENTUAL DE DESCONTO %
PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS	UNID		R$ 100.000,00	5,30%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE COMPONENTES DE TURBOALIMENTAÇÃO, COMPOSTOS POR TURBINAS OU TURBOALIMENTADORES.	HR	250 hs	R$ 288,33	

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Retirar pessoalmente a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisita-la no mesmo prazo via e-mail ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10° (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida;

5.2. Entregar os itens conforme estabelecido no Termo de Referência deste Edital. Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

5.3. Os serviços ou material deverão ser fornecidos conforme estabelecidos neste edital e demais Legislação em vigor;

5.3.1. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

5.3.2. A licitante vencedora ficará obrigada a trocar os produtos/serviços em até 02 (dois) dias corridos, às suas expensas e custas, quando porventura vierem a ser recusados por conter especificações ou qualquer outra inconformidade em divergência ao requisitado em Contrato e no Edital, sendo que o ato da entrega não importará na sua aceitação;

5.4. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos à prestação dos serviços a si adjudicados, inclusive ônus relativos a sanções judiciais e administrativas;

5.4.1 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes nesta Ata, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

5.6. Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.7. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.8. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.9. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.12. Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.13. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. Manter durante toda a vigência do contrato a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

5.15. Apresentar a nota fiscal mediante a entrega dos itens no prazo estabelecido neste Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 – Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 – Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

2 – Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

3 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 – Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

5.16 Notificar, por escrito, a contratante sobre eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando a contratante, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial e do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

5.17. Ressarcir prejuízos de qualquer natureza causados ao patrimônio da contratante ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução do contrato, por dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, a preços atualizados, dentro de 10 (dez) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Contratante poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

5.18. Colocar à disposição da contratante, na data de início da vigência do contrato, o pessoal necessário à execução dos serviços;

5.19 A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93.

15.20 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93.

A CONTRATADA DEVERÁ AINDA:

a) A Contratada deverá apresentar ao Departamento de Frotas do Município, gratuitamente, previamente à execução do serviço, orçamento detalhado, no prazo máximo e não superior a 02 (dois) dias, contados a partir do recebimento do veículo com exceção dos serviços de reparo no motor (montagem e desmontagem), funilaria e pintura, em que o prazo será de, no máximo, 05 (cinco) dias, devendo conter no orçamento:

- Relação de peças a serem utilizadas no referido serviço, juntamente com o valor das mesmas; - Tempo a ser gasto na prestação do serviço, de conformidade com a tabela tempária aqui informada.

- Cláusula de garantia dos serviços prestados, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, após a entrega do mesmo em perfeito funcionamento, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor;

b) A CONTRATANTE poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a Contratada a executar ou fornecer o que for aprovado em todo ou em parte;

c) Os serviços serão realizados nas dependências da contratada devendo a mesma permitir livre acesso de representantes da CONTRATANTE, para que se proceda à fiscalização dos trabalhos;

d) A CONTRATANTE deverá ter estrutura para receber no mínimo 03 (três) veículos com ferramentas necessárias na manutenção do mesmo;

e) A CONTRATADA deverá fornecer o serviço, num raio Máximo de 200 km, da sede municipal de Nova Bandeirantes/MT;

f) Zelar pela guarda dos veículos que estiverem na sua responsabilidade, responsabilizando-se por quaisquer danos ocorridos aos mesmos;

g) Responsabilizar-se integralmente pelos veículos recebidos do Contratante, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos nele contidos, obrigando-se à reparação total da perda em caso de furto ou roubo, incêndio ou acidente, independente de culpa, não transferindo a responsabilidade a possíveis subcontratados ou terceiros, desde o momento do recebimento do veículo para orçamento até a entrega do mesmo ao Contratante;

h) Responder, integral e exclusivamente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados direta ou indiretamente, por seus empregados, representantes ou prepostos aos bens do Município de Nova Bandeirantes/MT ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante;

i) A Empresa contratada devera presta os serviços imediatos, após o Departamento de Frotas autorizar;

j) Será usado como controle das horas trabalhadas o SISTEMA TEMPARIO, em caso de divergência nas quantidades de horas nos serviços, será feito pelo departamento de Frotas pesquisa de Mercado;

k) Serviços não contemplados no Sistema, serão controlados e fiscalizados através do apontador, e pesquisa de mercado de preço, (horas mecânicas);

l) A Contratada deverá fornecer em papel timbrado, descrição completa do veiculo juntamente relação de peças, com códigos originais ou similares, necessários na manutenção do veículo;

m) Em caso de Divergência de serviços e garantia do mesmo, será fiscalizado através de laudo do Mecânico responsável, pelo Departamento de Frotas da Prefeitura, sendo impedido pagamento a Contratada;

n) A Contratada Ficara impedida de cobrar, qualquer tipo de taxas/multas, por tempo de permanência do veículo no pátio;

o) Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

p) Fica expressamente proibido a sub terceirização de qualquer serviço, ganho no certame pela contratada, a outra empresa, que possa gerar acréscimos no valor licitado;

q) A CONTRATADA que não for do município de Nova Bandeirantes-MT, ficara responsável pelo transporte dos veículos sua sede, arcando com todas as depesas;

r) Os Serviços deverão acontecer na sede da CONTRATADA, a não ser quando houver a necessidade de socorro dos veículos nas estradas do município;

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

6.1.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos serviços;

6.1.2. Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

6.1.3. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal;

6.2. Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses:

6.2.1. Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;

6.3. Dar recebimento provisório dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva;

6.4. Dar recebimento definitivo pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;

6.5. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT;

6.7. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital e ata de registro de preço homologada;

6.8. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

6.9. Se abster de realizar qualquer pagamento à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

6.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO RECEBIMENTO E FORNECIMENTO

7.1. A PREFEITURA terá o prazo de até **02 (dois) dias** para aceitar os produtos e serviços fornecidos pela CONTRATADA, sendo que os mesmos serão recebidos da seguinte forma:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

7.2. O recebimento definitivo dos produtos, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

7.3 O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal responsável pela aquisição, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

8.2 O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos serviços entregue, de acordo com o especificado no Termo de Referência e Proposta apresentada;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5 – O **CONTRATANTE**, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução incorreta ocorrida nos serviços;

b) existência de qualquer débito exigível pelo **CONTRATANTE**.

8.6. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar regular com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como em relação à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11 DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria nº329/2023, Servidor **JOSÉ MAURO CONJIU**, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

11.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

11.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Materiais, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 – Se o (a) licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e 8.666/93.

13.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, poderá aplicar ao licitante vencedor, as seguintes penalidades:

Advertência;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

13.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

13.6- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou

insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
UNIDADE: 001 – FMS – GESTÃO DO SUS
FUNÇÃO: 10 - SAUDE
SUB - FUNÇÃO: 301-ATENÇAO BASICA
PROGRAMA: 0005- ATENÇÃO À SAÚDE PÚBLICA – GESTÃO DO SUS
PROJETO/ATIVIDADE: 2 022 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE SAUDE
260 – NATUREZA DA DESPESA: 3390.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.
267 - NATUREZA DA DESPESA: 3390.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO P. JURÍDICA
ÓRGÃO:05-SECRETARIA DE SAUDE.
UNIDADE: 002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
FUNÇÃO:10 - SAUDE
SUB - FUNÇÃO: 301 – ATENÇAO BÁSICA
PROGRAMA:0020- ATENÇÃO À SAÚDE – ATENÇÃO BÁSICA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 122 – CUSTEIO - ATENÇÃO BASICA
284 – NATUREZA DA DESPESA: 3390.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.
288 – NATUREZA DA DESPESA: 3390.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO P. JURÍDICA
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
UNIDADE: 003 – FMS – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
FUNÇÃO: 10 - SAUDE
SUB - FUNÇÃO: 302-ASSISTENCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL
PROGRAMA: 0021- ATENÇÃO À SAÚDE PUBLICA – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 123 – CUSTEIO – MAC MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL
325 – NATUREZA DA DESPESA: 3390.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.
329 - NATUREZA DA DESPESA: 3390.32.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS P. JURÍDICA

14.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contigenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

15. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

15.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

15.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

15.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

15.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 094/2023,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

17. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

OZIRES A RODRIGUES & CIA LTDA

CNPJ Nº 26.604.272/0001-94

CONTRATADA

TESTEMUNHA

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.461-05

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 075/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N° 086/2023 PROCESSO LICITATORIO N° 122/2023

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF n.º 33.683. 822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes, Estado do Mato Grosso, doravante denominado **Órgão Gestor**, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. Cesar Augusto Perigo, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **MAB COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ nº 50.247.672/0001-74, situada na rua Augusto Ferreira Rios, nº s/n, cidade de Mossamedes/GO, representada pela Sra. Mara Alice Aparecida da Silva Borges, portadora da CNH. n.º 00375447752 expedida pela DNT/GO, e inscrita no CPF sob o nº 492.137.841-04, residente e domiciliada na rua Ex. Prefeito João da Silva, nº 595, cidade de Mossamedes/GO, de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, visando a aquisição de equipamento e materiais permanentes, conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente ARP, atendendo as condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº **086/2023**, para Registro de Preço, sujeitando-se as partes às normas constantes da Leis Federal n° 10.520/02, Lei Federal n° 8.666/93 e pelos Decretos n.º 3.555/ 2000, 3.784/2001 e 10.024/2019, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto 9.488 de 31 de agosto de 2018 e Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1 REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, COM RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EXCLUSIVO PARA EQUIPAR AS UNIDADES BÁSICAS, POSTO PARAÍSO DO NORTE, UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA RURAL DE JAPURANA ESF II, USF ANTÔNIO FERNANDES CAPIVARA ESF III E USF MANOEL NASCIMENTO DOS SANTOS MANEZINHO DA COBAN ESF I, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Nova Bandeirantes/MT**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no Anexo I.

1.1 Os itens do objeto são os elencados na Planilha Demonstrativa de Preço da cláusula segunda deste instrumento.

2. DA VENCEDORA, ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO 2.1. A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo: **2.2. FORNECEDOR REGISTRADO:**

EMPRESA: MAB COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA		
CNPJ N°: 50.247.672/0001-74	I.E. N°:	
ENDEREÇO: RUA AUGUSTO FERREIRA RIOS, Nº S/N, CIDADE DE MOSSAMEDES/GO	N°: S/N	BAIRRO: SETOR CENTRO
CIDADE: MOSSAMEDES/GO	CEP: 76150-000	
TELEFONE: (62)98199-9796	E-MAIL: mabcom2023@gmail.com	
REPRESENTANTE LEGAL:		
BANCO: BRASIL	AGENCIA N°: 3337-5	CONTA N°: 18600-7

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
10	COMPUTADOR (DESKTOP-AVANÇADO) COMPUTADOR INTEL CORE I7, 16GB DDR4, SSD 512GB, 500W, MONITOR 24" CAIXA DE SOM E WEB-CAM PROCESSADOR: INTEL CORE I7 6ª GERAÇÃO MEMÓRIA RAM: 16GB DDR4 CAPACIDADE DE ARMAZE-NAMENTO: SSD 512GB FONTE 500W BI-VOLT WINDOWS 10 PRO MONITOR HQ 24"LED COM ENTRADA HDMI TECLADO E MOUSE USB CAIXA DE SOM WEBCAM FULL HD.	01	BRAZIL PC	R$ 2. 400,00	R$ 2. 400,00
12	**COMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK) . PROCESSADOR: I7-8550U; . 8 MB DE CACHE; . 4 NÚCLEOS; . 15 W; . ATÉ 4,0 GHZ; . VELOCIDADE DO PROCESSADOR: 1,80 GHZ. --- TELA: . 14 POLEGADAS. . HD (1366X768) ALTA DEFINIÇÃO . SEM TOUCHSCREEN. -- ARMAZENAMENTO: INTEL CORE I7 8GER SSD 1TB RAM 16GB** CONFIGURAÇÕES: . 2,5", 500 GB, 7.200 RPM (7 MM); . 2,5 POLEGADAS, 500 GB, 8 GB HÍBRIDO (7 MM); . 2,5 POLEGADAS, 1 TB, 8 GB HIBRIDO (7 MM); . 2,5", 1 TB, 5.400 RPM (7 MM); . SSD SATA M.2 2280 DE 128	02	LENOVO	R$ 3. 500,00	R$7. 000,00

	GB; . SSD SATA M.2 2280 DE 256 GB; . SSD PCIE M.2 2280 DE 256 GB; . SSD PCIE M.2 2280 DE 512 GB; CONFIGURAÇÕES: 4, 8 , 16 E 32 GB DDR4 DE 2400 MHZ (2 SLOTS - MÁXIMO 32 GB - 2X16GB)) -- SISTEMA OPERACIONAL: . WINDOWS® 10 PRO (64 BITS) ORIGINAL * LICENÇA OEM (ORIGINAL EQUIPMENT MANUFACTURER) --- CONECTIVIDADE: . GIGABIT ETHERNET 10/100/1000MBPS PORTA RJ-45; . DELL WIRELESS DELL WIRELESS 1820 802 AC; . BLUETOOTH 4.1, 2.4 & 5.0 GHZ, 2X2. --- VÍDEO: . PLACA DE VÍDEO INTEL® HD GRAPHICS 620. --- PORTAS: . 2X USB 3.1 (1 C/ POWERSHARE); . 1X USB 2. 0; . 1X VGA; . 1X HDMI; . 1X DISPLAYPORT; . 1X RJ-45; . CONEXÃO COMBINADA (FONE DE OUVIDO/ ALTO-FALANTE). --- TECLADO: . PADRÃO ABNT. . RETROILUMINADO: NÃO. --- ALIMENTAÇÃO: . BATERIA COM DURAÇÃO MÉDIA DE 4 HORAS, DEPENDENDO DO USO.				
26	TELA DE PROJEÇÃO ELÉTRICA 2,03X1,52M 100 POLEGADAS COM CONTROLE REMOTO 110V	02	TRONOS	R$ 923,00	R$ 2. 769,00

VALOR TOTAL R$ 12.169,00 (doze mil cento e sessenta e nove reais).

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados;41 **3. DO VALOR 3.1.** O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação. **3.2.** Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos materiais **3.3.** É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas; **3.4.** Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o **Órgão Gerenciador** cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada; **3.5.** Visando subsidiar eventuais revisões, o **Órgão Gerenciador** ordenará a realização de nova pesquisa de preços; **3.6.** Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.). **4. DA VALIDADE 4.1.** A presente Ata terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses** contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis. **4.2.** Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o **Órgão Gerenciador** ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência; **4.3.** A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas. **5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP 5.1.** A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças do MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES representado pela **Prefeitura Municipal**;

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do **Órgão Gerenciador**, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado; **5.3.** Os órgãos ou entidades interessadas na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT; **5.4.** A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos: **a)** Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor; **b)** Anuência expressa do fornecedor. **5.5.** O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado; **6. DA VINCULAÇÃO LEGAL**

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/2013 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as suas alterações.

7. DA FISCALIZAÇÃO 7.1. O **Órgão Gerenciador** ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.1.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria 330/2023, Servidor **ANDREIA MORENO**para o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

7.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

7.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. A Entrega devera ser realizada de segunda a sexta feira – das 07:00 as 17:00 horas de Mato Grosso, na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, localizada Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro – Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, sem onus a prefeitura no prazo máximo de até **30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS**, contados da data do recebimento da requisição, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Prefeitura.

8.2 É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos itens nas quantidades, no horário e data estipulada, bem como nas condições estabelecidas nesse termo.

8.3. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

8.4. Os produtos deverão ser conferido na presença do fiscal de contrato responsável.

8.5. Os produtos deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT - INMETRO, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

8.6. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de **15 (QUINZE) DIAS UTEIS**, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado.

8.7. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a contratada será notificada e terá prazo de 30 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

8.8. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

8.9 Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da Nota fiscal devidamente atestada pelo responsável;

9. DO RECEBIMENTO

9.1 O recebimento provisório no paço municipal, dar-se-á em até 02 (dois) dias úteis a verificação das especificações, quando então se dará o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** com um representante da Secretaria Municipal de Saúde (Fiscal de contrato).

9.2 O recebimento definitivo após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64; **9.3** Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo; **9.4** Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior a registrada, independente de anuência da Fornecedora. **10. DAS OBRIGAÇÕES 10.1.DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA: 10.1.1.** Acatar as decisões e observações feitas pelo **Órgão Gestor**. **10.1.2.** Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos. **10.1.3.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração Municipal e/ou a terceiros. **10.1.4.** Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor; **10.1.5.** A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços. **10.1.6.** Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas; **10.1.7.** Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **10.1.8.** Serão recebidos apenas os itens descritos nas quantidades estabelecidas nas Autorizações de Fornecimento emitidas pela Departamento de Compras. A empresa contratada deverá seguir as orientações do fiscal de contrato. **10.1.9.** A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item entregue, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.10.** Os itens deverão ser conferidos na presença do fiscal de contrato responsável. **10.1.11.** Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de materiais reciclados ou reutilizados como itens solicitados. **10.1.12.** Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado. **10.1.13.** Os itens serão solicitados pela CONTRATANTE de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados. **10.1.14.** Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições. **10.1.15.** A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor;

10.1.16. Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros. **10.1.17.** A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não eximi a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas. **10.1.18.** Serão consideradas as quantidades entregues no local, desconsiderando possíveis percas ocorrida no transporte. **10.1.19.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante. **10.1.20.** Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto. **10.1.21.** Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante. **10.1.22.** Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto. **10.1.23.** Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento. **10.1.24.** Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; **10.1.25.** Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato; **10.1.26.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente; **10.1.27.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado; **10.1.28.** Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade; **10.1.29.** A CONTRATADA obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados. **10.1.30.** Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.31.** Apresentar garantia de fabrica de no minimo 01 (um) ano, caso seja necessessario fazer a troca o mesmo sera sem ônus a administração. **10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: 10.2.1.** Gerenciar a Ata de Registro de Preço; **10.2.2.** Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão); **10.2.3.** Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes; **10.2.4.** Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor; **10.2.4.1.** Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP. **10.2.5.** Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP. **10.2.6.** Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações. **10.2.7.** Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados. **10.2.8.** Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. **10.2.9.** Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo do item 18.8 para reposição. **10.2.10.** Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive

rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição. **10.2.11.** Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação; **10.2.12.** Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da comunicação; **10.2.13.** Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; **10.2.14.** Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho; **10.2.15.** Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente; **10.2.16.** Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção. **10.2.17.** Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação. **10.2.18.** Receber ou rejeitar os produtos/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo. **10.2.19.** Rejeitar os produtos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas. **10.2.20.** Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada. **10.2.21.** Entregar a contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos. **10.2.22.** Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada; **10.2.23.** Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; **10.2.24.** Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas; **10.2.25.** Fiscalizar a execução do objeto do contrato; **10.2.26.** Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato. **11. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

11.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art.

19 da lei federal n° 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

12. DA REVISÃO 12.1. Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13 no seu Art. 16, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens

registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993;

12.2. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os Art. 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013, conforme segue: **12.2.1.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado; **12.2.1.1.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade; **12.2.1.2.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. **12.2.2.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: **a)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e **b)** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA 13.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo **Órgão Gerenciador**, quando: **I.** Descumprir as condições da ata de registro de preços; **II.** Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela n Administração, sem justificativa aceitável; **III.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; **IV.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002. **V.** O Fornecedor que não se dispuser a substituir os **MATERIAIS** que vierem a apresentar defeitos de qualidade; **VI.** O Fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento; **VII.** Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

13.1.1. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do **Órgão Gerenciador**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados: **a)** Por razão de interesse público; ou **b)** A pedido do fornecedor. **13.3.** O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Município; **13.4.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovado. **13.5.** Na hipótese de cancelamento parcial, o **Órgão Gestor** poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva; **14. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO 14.1.** O documento de cobrança (Nota Fiscal, fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 15 (quinze) imperfeição no fornecimento; **14.2.** O documento de cobrança será emitido em nome do **Órgão Gestor**, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma; **14.2.1.** O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento. **14.3.** Todos os tributos incidentes sobre os produtosou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie; **14.4.** No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial; **14.5.** Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento; **14.6.** No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento. **15. DO PAGAMENTO 15.1.** O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchido

discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito;

15.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo **Órgão Gestor** para as medidas de regularização; **15.3.** O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 30 (trinta) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao **Órgão Gestor** para as providências cabíveis; **15.4.** Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor; **15.5.** Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

16. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

16.1. O **Órgão Gestor** efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o **Órgão Gestor** providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do município, por meio do Diário oficial dos Municipios AMM.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1.O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora as multas, consoante o *caput* e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor total da Proposta Comercial vencedora, na forma seguinte:

18.1.1. Quanto à obrigação da assinatura do Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido: **c)** Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso. **18.1.2.** Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos: **c)** Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso.

18.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora; **18.3.** Se a Licitante vencedora se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades: **18.3.1.** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Nova Bandeirantes - Prefeitura Municipal, por prazo de até 02 (dois) anos; **18.3.2.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos. **18.4.** A Fornecedora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante o fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei. **18.5.** A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Município - Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa; **18.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração; **18.7.** Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 19.1.** Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública; **19.2.** O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços; **19.3.** Os casos omissos serão resolvidos pelo **Órgão Gestor**.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

ORGÃO: 05- SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade: 002 – FMS – Atenção Básica
Função: 10 - SAÚDE
Sub - Função: 301- Atenção Básica
Programa: 0020 - Atenção à Saúde – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 1 046 - Aquisição de Veículos e Equipamentos – Saúde
275-Natureza de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 1.6.0.1.000000

20.2 No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

21.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

21.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

21.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

21.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

21.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

22. DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro de Nova Monte Verde/ MT, para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços;

22.2.E por estarem de acordo, depois de lido se achado conforme, a parte firma presente ARP em 03 (três) vias de igual Teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no **Órgão Gestor** nos termos do Art. 60 da Lei nº8.666/93.

Nova Bandeirantes/MT 16 de novembro de 2023.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

empresa

MAB COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA

CNPJ: 50.247.672/0001-74

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.461-05

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 095/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal **Sr. CESAR AUGUSTO PÉRIGO**, torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento Licitatório na modalidade de Pregão Presencial n.º 095/2023, Processo Licitatório n° 134/2023, cujo objeto e o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TAPEÇARIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, conforme**Termo de Referência - Anexo I.

EMPRESA: HORACIO DIONISIO DA SILVA 02956134167

CNPJ: N° 28.632.771/0001-10

VALOR TOTAL: R$ 447.884,68 (quatrocentos e quarenta e sete mil oitocentos e oitenta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes – MT, 17 de novembro de 2023.

_____

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 095/2023

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º **095/2023**, Processo Licitatório n° **134/2023**, tendo como objetoo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TAPEÇARIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** conformeTermo de Referência - Anexo I.

SAGROU-SE vencedora da presente licitação a empresa:

EMPRESA: HORACIO DIONISIO DA SILVA 02956134167

CNPJ: N° 28.632.771/0001-10

VALOR TOTAL: R$ 447.884,68 (quatrocentos e quarenta e sete mil oitocentos e oitenta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Nova Bandeirantes – MT, 17 de novembro de 2023.

_____

ANDRESSA CRISTINE F. MOREIRA

PREGOEIRA (Decreto nº 045/2021)

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 075/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N° 086/2023 PROCESSO LICITATORIO N° 122/2023

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF n.º 33.683.822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes, Estado do Mato Grosso, doravante denominado **Órgão Gestor**, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. Cesar Augusto Perigo, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **M R DA GRACA SOUZA – COMERCIO E REPRESENTACOES - ME**, devidamente inscrita no CNPJ nº 43.195.850/0001-03, situada na rua F (lot jd presidente II), nº s/n cidade de Cuiabá/MT, representada pelo Sr. Mateus Rodolfo da Graca Souza, portador do RGnº 20290322 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº048.186.091-61, residente e domiciliado na rua F (lot jd presidente II), nºs/n, cidade de Cuiabá/MT, de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, visando a aquisição de equipamento e materiais permanentes, conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente ARP, atendendo as condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº **086/2023**, para Registro de Preço, sujeitando-se as partes às normas constantes da Leis Federal n° 10.520/02, Lei Federal n° 8.666/93 e pelos Decretos n.º 3.555/2000, 3.784/2001 e 10.024/2019, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto 9.488 de 31 de agosto de 2018 e Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1 REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, COM RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EXCLUSIVO PARA EQUIPAR AS UNIDADES BÁSICAS, POSTO PARAÍSO DO NORTE, UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA RURAL DE JAPURANA ESF II, USF ANTÔNIO FERNANDES CAPIVARA ESF III E USF MANOEL NASCIMENTO DOS SANTOS MANEZINHO DA COBAN ESF I, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Nova Bandeirantes/MT**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no Anexo I.

1.1 Os itens do objeto são os elencados na Planilha Demonstrativa de Preço da cláusula segunda deste instrumento.

2. DA VENCEDORA, ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO 2.1. A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo: **2.2. FORNECEDOR REGISTRADO:**

EMPRESA: M R DA GRACA SOUZA – COMERCIO E REPRESENTACOES - ME		
CNPJ N°: 43.195.850/0001-03	I.E. N°:	
ENDEREÇO: RUA F (LOT JD PRESIDENTE II), Nº S/N CIDADE DE CUIABÁ/MT	N°: S/N	BAIRRO: JARDIM PRESIDENTE
CIDADE: CUIABÁ/MT	CEP: 78090-205	
TELEFONE: (66)3358-4667	E-MAIL: pavechma@gmail.com	
REPRESENTANTE LEGAL: MATEUS RODOLFO DA GRACA SOUZA		
BANCO: NU PAGAMENTOS S.A	AGENCIA N°: 0001	CONTA N°: 29114574-4

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
17	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER COLORIDA COM WIRELESS E DUPLEX\, VELOCIDADE DE ATE 23 PAGINAS POR MINUTO COM ALTA RESOLUCAO DE 600X2400DPI; (IMPRESSAO DUPLEX AUTOMATICA; INTERFACE USB DIRETA QUE PERMITE IMPRIMIR OU DIGITALIZAR DE OU PARA UM PEN DRIVE ; WIRELESS E REDE ETHERNET); CAPACIDADE DE PAPEL DE 250 FOLHAS ; MEMORIA PADRAO DE 192MB ; FAX MODEM 33\,6K BPS ; ALIMENTADOR AUTOMATICO DE DOCUMENTOS COM CAPACIDADE PARA 35 PAGINAS; DIGITALIZACAO COLORIDA DE ALTA QUALIDADE; GARANTIA DE 01 ANO. TONERS INDIVIDUAIS COM CILINDRO DE IMPRESSAO EMBUTIDOS NA MESMA PEÇA	03	LEXMARK CX522ADE	R$ 3.299,00	R$ 9.897,00

VALOR TOTAL R$ 9.897,00 (nove mil oitocentos e noventa e sete reais).

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados;41 **3. DO VALOR 3.1.** O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação. **3.2.** Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos materiais **3.3.** É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas; **3.4.** Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o **Órgão Gerenciador** cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada; **3.5.** Visando subsidiar eventuais revisões, o **Órgão Gerenciador** ordenará a realização de nova pesquisa de preços; **3.6.** Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.). **4. DA VALIDADE 4.1.** A presente Ata terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses** contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis. **4.2.** Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o **Órgão Gerenciador** ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência; **4.3.** A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas. **5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP 5.1.** A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças do MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES representado pela **Prefeitura Municipal**;

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do **Órgão Gerenciador**, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado; **5.3.** Os órgãos ou entidades interessadas na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT; **5.4.** A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos: **a)** Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor; **b)** Anuência expressa do fornecedor. **5.5.** O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado; **6. DA VINCULAÇÃO LEGAL**

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/2013 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as suas alterações.

7. DA FISCALIZAÇÃO 7.1. O **Órgão Gerenciador** ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.1.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria 330/2023, Servidor **ANDREIA MORENO**para o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

7.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

7.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. A Entrega devera ser realizada de segunda a sexta feira – das 07:00 as 17:00 horas de Mato Grosso, na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, localizada Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro – Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, sem onus a prefeitura no prazo máximo de até **30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS**, contados da data do recebimento da requisição, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Prefeitura.

8.2 É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos itens nas quantidades, no horário e data estipulada, bem como nas condições estabelecidas nesse termo.

8.3. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

8.4. Os produtos deverão ser conferido na presença do fiscal de contrato responsável.

8.5. Os produtos deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT - INMETRO, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

8.6. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de **15 (QUINZE) DIAS UTEIS**, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado.

8.7. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a contratada será notificada e terá prazo de 30 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

8.8. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

8.9 Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da Nota fiscal devidamente atestada pelo responsável;

9. DO RECEBIMENTO

9.1 O recebimento provisório no paço municipal, dar-se-á em até 02 (dois) dias úteis a verificação das especificações, quando então se dará o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** com um representante da Secretaria Municipal de Saúde (Fiscal de contrato).

9.2 O recebimento definitivo após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64; **9.3** Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo; **9.4** Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior a registrada, independente de anuência da Fornecedora. **10. DAS OBRIGAÇÕES 10.1.DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA: 10.1.1.** Acatar as decisões e observações feitas pelo **Órgão Gestor**. **10.1.2.** Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos. **10.1.3.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração Municipal e/ou a terceiros. **10.1.4.** Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor; **10.1.5.** A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços. **10.1.6.** Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas; **10.1.7.** Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **10.1.8.** Serão recebidos apenas os itens descritos nas quantidades estabelecidas nas Autorizações de Fornecimento emitidas pela Departamento de Compras. A empresa contratada deverá seguir as orientações do fiscal de contrato.

10.1.9. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item entregue, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.10.** Os itens deverão ser conferidos na presença do fiscal de contrato responsável. **10.1.11.** Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de materiais reciclados ou reutilizados como itens solicitados. **10.1.12.** Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado. **10.1.13.** Os itens serão solicitados pela CONTRATANTE de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados. **10.1.14.** Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições. **10.1.15.** A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor;

10.1.16. Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros. **10.1.17.** A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não eximi a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas. **10.1.18.** Serão consideradas as quantidades entregues no local, desconsiderando possíveis percas ocorrida no transporte. **10.1.19.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante. **10.1.20.** Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto. **10.1.21.** Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante. **10.1.22.** Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto. **10.1.23.** Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento. **10.1.24.** Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; **10.1.25.** Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato; **10.1.26.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente; **10.1.27.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado; **10.1.28.** Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade; **10.1.29.** A CONTRATADA obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados. **10.1.30.** Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.31.** Apresentar garantia de fabrica de no minimo 01 (um) ano, caso seja necessessario fazer a troca o mesmo sera sem ônus a administração. **10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: 10.2.1.** Gerenciar a Ata de Registro de Preço; **10.2.2.** Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão); **10.2.3.** Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes; **10.2.4.** Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor; **10.2.4.1.** Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP. **10.2.5.** Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP. **10.2.6.** Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações. **10.2.7.** Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados. **10.2.8.** Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. **10.2.9.** Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo do item 18.8 para reposição. **10.2.10.** Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição. **10.2.11.** Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação; **10.2.12.** Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da comunicação; **10.2.13.** Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; **10.2.14.** Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho; **10.2.15.** Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente; **10.2.16.** Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção. **10.2.17.** Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação. **10.2.18.** Receber ou rejeitar os produtos/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo. **10.2.19.** Rejeitar os produtos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas. **10.2.20.** Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada. **10.2.21.** Entregar a contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos. **10.2.22.** Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada; **10.2.23.** Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; **10.2.24.** Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas; **10.2.25.** Fiscalizar a execução do objeto do contrato; **10.2.26.** Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato. **11. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

11.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art.

19 da lei federal n° 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

12. DA REVISÃO 12.1. Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13 no seu Art. 16, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens

registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993;

12.2. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os Art. 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013, conforme segue: **12.2.1.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para

negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado; **12.2.1.1.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade; **12.2.1.2.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. **12.2.2.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: **a)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e **b)** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA 13.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo **Órgão Gerenciador**, quando: **I.** Descumprir as condições da ata de registro de preços; **II.** Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela n Administração, sem justificativa aceitável; **III.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; **IV.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002. **V.** O Fornecedor que não se dispuser a substituir os **MATERIAIS** que vierem a apresentar defeitos de qualidade; **VI.** O Fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento; **VII.** Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

13.1.1. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do **Órgão Gerenciador**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados: **a)** Por razão de interesse público; ou **b)** A pedido do fornecedor. **13.3.** O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Município; **13.4.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovado. **13.5.** Na hipótese de cancelamento parcial, o **Órgão Gestor** poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva; **14. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO 14.1.** O documento de cobrança (Nota Fiscal, fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 15 (quinze) imperfeição no fornecimento; **14.2.** O documento de cobrança será emitido em nome do **Órgão Gestor**, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma; **14.2.1.** O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento. **14.3.** Todos os tributos incidentes sobre os produtosou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie; **14.4.** No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial; **14.5.** Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento; **14.6.** No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento. **15. DO PAGAMENTO 15.1.** O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchido

discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito;

15.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo **Órgão Gestor** para as medidas de regularização; **15.3.** O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 30 (trinta) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao **Órgão Gestor** para as providências cabíveis; **15.4.** Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor; **15.5.** Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

16. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

16.1. O **Órgão Gestor** efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o **Órgão Gestor** providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do município, por meio do Diário oficial dos Municipios AMM.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1.O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora as multas, consoante o *caput* e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor total da Proposta Comercial vencedora, na forma seguinte:

18.1.1. Quanto à obrigação da assinatura do Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido: **c)** Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso. **18.1.2.** Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos: **c)** Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso.

18.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora; **18.3.** Se a Licitante vencedora se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades: **18.3.1.** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de

Nova Bandeirantes - Prefeitura Municipal, por prazo de até 02 (dois) anos; **18.3.2.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos. **18.4.** A Fornecedora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante o fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei. **18.5.** A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Município - Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa; **18.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração; **18.7.** Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 19.1.** Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública; **19.2.** O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços; **19.3.** Os casos omissos serão resolvidos pelo **Órgão Gestor**.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

ORGÃO: 05- SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade: 002 – FMS – Atenção Básica
Função: 10 - SAÚDE
Sub - Função: 301- Atenção Básica
Programa: 0020 - Atenção à Saúde – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 1 046 - Aquisição de Veículos e Equipamentos – Saúde
275-Natureza de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 1.6.0.1.000000

20.2 No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

21.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

21.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

21.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

21.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

21.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

22. DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro de Nova Monte Verde/ MT, para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços;

22.2.E por estarem de acordo, depois de lido se achado conforme, a parte firma presente ARP em 03 (três) vias de igual Teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no **Órgão Gestor** nos termos do Art. 60 da Lei nº8.666/93.

Nova Bandeirantes/MT 16 de novembro de 2023.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

M R DA GRACA SOUZA – COMERCIO E REPRESENTACOES - ME

CNPJ: 43.195.850/0001-03

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.461-05

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 075/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N° 086/2023 PROCESSO LICITATORIO N° 122/2023

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF n.º 33.683. 822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes, Estado do Mato Grosso, doravante denominado **Órgão Gestor**, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. Cesar Augusto Perigo, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **CIRURGICA AURORA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ nº37.721.018/0001-92, situada na Av. Alice Abib Sahao, nº1.735 cidade de Londrina/PR, representada pelo Sr. Bruno Vinicio de Oliveira, portador do RG nº10079277-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº061.673.729-22, residente e domiciliado na rua Enrico Mignoni, nº118, cidade de Londrina/PR, de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, visando a aquisição de equipamento e materiais permanentes, conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente ARP, atendendo as condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº **086/2023**, para Registro de Preço, sujeitando-se as partes às normas constantes da Leis Federal n° 10.520/02, Lei Federal n° 8.666/93 e pelos Decretos n.º 3.555/2000, 3.784/2001 e 10.024/2019, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto 9.488 de 31 de agosto de 2018 e Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1 REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, COM RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EXCLUSIVO PARA EQUIPAR AS UNIDADES BÁSICAS, POSTO PARAÍSO DO NORTE, UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA RURAL DE JAPURANA ESF II, USF ANTÔNIO FERNANDES CAPIVARA ESF III E USF MANOEL NASCIMENTO DOS SANTOS MANEZINHO DA COBAN ESF I, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Nova Bandeirantes/MT**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no Anexo I.

1.1 Os itens do objeto são os elencados na Planilha Demonstrativa de Preço da cláusula segunda deste instrumento.

2. DA VENCEDORA, ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO 2.1. A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo: **2.2. FORNECEDOR REGISTRADO:**

EMPRESA: CIRURGICA AURORA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA		
CNPJ N°: 37.721.018/0001-92	I.E. N°:	
ENDEREÇO: AV. ALICE ABIB SAHAO, Nº1.735 CIDADE DE LONDRINA/PR	N°: 118	BAIRRO: JARDIM VALE AZUL
CIDADE: LONDRINA/PR	CEP: 86041-750	
TELEFONE: (043) 99129-2748	E-MAIL: contato@cirurgicaaurora,com.br	
REPRESENTANTE LEGAL: BRUNO VINICIO DE OLIVEIRA		
BANCO: ITAÚ	AGENCIA N°: 543	CONTA N°: 99882-7

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	**ESCADA DOIS DEGRAUS EM TUBO DE AÇO INOX – HOSPITALAR** PISO EM ALUMÍNIO XADREZ PÉ FIXADOR ANTIDERRAPANTE COM CANTONEIRAS DE AÇO INOXIDÁVEL E PONTEIRA DE BORRACHA DIMENSÕES: 40A X 40C X 35L CM	2	PRADO SOLUÇÕES	R$ 280,00	R$ 560,00

VALOR TOTAL R$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais).

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados;41 **3. DO VALOR 3.1.** O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação. **3.2.** Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos materiais **3.3.** É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas; **3.4.** Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o **Órgão Gerenciador** cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada; **3.5.** Visando subsidiar eventuais revisões, o **Órgão Gerenciador** ordenará a realização de nova pesquisa de preços; **3.6.** Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.). **4. DA VALIDADE 4.1.** A presente Ata terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses** contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis. **4.2.** Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o **Órgão Gerenciador** ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência; **4.3.** A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades

pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas. **5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP 5.1.** A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças do MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES representado pela **Prefeitura Municipal**;

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do **Órgão Gerenciador**, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado; **5.3.** Os órgãos ou entidades interessadas na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT; **5.4.** A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos: **a)** Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor; **b)** Anuência expressa do fornecedor. **5.5.** O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado; **6. DA VINCULAÇÃO LEGAL**

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/2013 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as suas alterações.

7. DA FISCALIZAÇÃO 7.1. O **Órgão Gerenciador** ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.1.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria 330/2023, Servidor **ANDREIA MORENO**para o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

7.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

7.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. A Entrega devera ser realizada de segunda a sexta feira – das 07:00 as 17:00 horas de Mato Grosso, na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, localizada Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro – Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, sem onus a prefeitura no prazo máximo de até **30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS**, contados da data do recebimento da requisição, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Prefeitura.

8.2 É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos itens nas quantidades, no horário e data estipulada, bem como nas condições estabelecidas nesse termo.

8.3. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

8.4. Os produtos deverão ser conferido na presença do fiscal de contrato responsável.

8.5. Os produtos deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT - INMETRO, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

8.6. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de **15 (QUINZE) DIAS UTEIS**, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado.

8.7. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a contratada será notificada e terá prazo de 30 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

8.8. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

8.9 Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da Nota fiscal devidamente atestada pelo responsável;

9. DO RECEBIMENTO

9.1 O recebimento provisório no paço municipal, dar-se-á em até 02 (dois) dias úteis a verificação das especificações, quando então se dará o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** com um representante da Secretaria Municipal de Saúde (Fiscal de contrato).

9.2 O recebimento definitivo após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64; **9.3** Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo; **9.4** Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior a registrada, independente de anuência da Fornecedora. **10. DAS OBRIGAÇÕES 10.1.DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA: 10.1.1.** Acatar as decisões e observações feitas pelo **Órgão Gestor**. **10.1.2.** Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos. **10.1.3.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração Municipal e/ou a terceiros. **10.1.4.** Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor; **10.1.5.** A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços. **10.1.6.** Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas; **10.1.7.** Como condição para emissão da Nota de Empenho, a lici-

tante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **10.1.8.** Serão recebidos apenas os itens descritos nas quantidades estabelecidas nas Autorizações de Fornecimento emitidas pela Departamento de Compras. A empresa contratada deverá seguir as orientações do fiscal de contrato. **10.1.9.** A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item entregue, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.10.** Os itens deverão ser conferidos na presença do fiscal de contrato responsável. **10.1.11.** Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de materiais reciclados ou reutilizados como itens solicitados. **10.1.12.** Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado. **10.1.13.** Os itens serão solicitados pela CONTRATANTE de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados. **10.1.14.** Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições. **10.1.15.** A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor;

10.1.16. Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros. **10.1.17.** A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não eximi a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas. **10.1.18.** Serão consideradas as quantidades entregues no local, desconsiderando possíveis percas ocorrida no transporte. **10.1.19.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante. **10.1.20.** Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto. **10.1.21.** Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante. **10.1.22.** Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto. **10.1.23.** Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento. **10.1.24.** Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; **10.1.25.** Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato; **10.1.26.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente; **10.1.27.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado; **10.1.28.** Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade; **10.1.29.** A CONTRATADA obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados. **10.1.30.** Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.31.** Apresentar garantia de fabrica de no minimo 01 (um) ano, caso seja necessessario fazer a troca o mesmo sera sem ônus a administração. **10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: 10.2.1.** Gerenciar a Ata de Registro de Preço; **10.2.2.** Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão); **10.2.3.** Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes; **10.2.4.** Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor; **10.2.4.1.** Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP. **10.2.5.** Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP. **10.2.6.** Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações. **10.2.7.** Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados. **10.2.8.** Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. **10.2.9.** Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo do item 18.8 para reposição. **10.2.10.** Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição. **10.2.11.** Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação; **10.2.12.** Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da comunicação; **10.2.13.** Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; **10.2.14.** Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho; **10.2.15.** Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente; **10.2.16.** Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção. **10.2.17.** Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação. **10.2.18.** Receber ou rejeitar os produtos/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo. **10.2.19.** Rejeitar os produtos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas. **10.2.20.** Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada. **10.2.21.** Entregar a contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos. **10.2.22.** Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada; **10.2.23.** Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; **10.2.24.** Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas; **10.2.25.** Fiscalizar a execução do objeto do contrato; **10.2.26.** Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato. **11. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

11.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art.

19 da lei federal n° 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

12. DA REVISÃO 12.1. Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13 no seu Art. 16, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens

registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993;

12.2. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os Art. 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013, conforme segue: **12.2.1.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado; **12.2.1.1.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade; **12.2.1.2.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. **12.2.2.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: **a)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e **b)** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA 13.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo **Órgão Gerenciador**, quando: **I.** Descumprir as condições da ata de registro de preços; **II.** Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela n Administração, sem justificativa aceitável; **III.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; **IV.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002. **V.** O Fornecedor que não se dispuser a substituir os **MATERIAIS** que vierem a apresentar defeitos de qualidade; **VI.** O Fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento; **VII.** Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

13.1.1. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do **Órgão Gerenciador**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados: **a)** Por razão de interesse público; ou **b)** A pedido do fornecedor. **13.3.** O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Município; **13.4.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovado. **13.5.** Na hipótese de cancelamento parcial, o **Órgão Gestor** poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva; **14. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO 14.1.** O documento de cobrança (Nota Fiscal, fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 15 (quinze) imperfeição no fornecimento; **14.2.** O documento de cobrança será emitido em nome do **Órgão Gestor**, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma; **14.2.1.** O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento. **14.3.** Todos os tributos incidentes sobre os produtosou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie; **14.4.** No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial; **14.5.** Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento; **14.6.** No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento. **15. DO PAGAMENTO 15.1.** O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchido

discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito;

15.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo **Órgão Gestor** para as medidas de regularização; **15.3.** O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 30 (trinta) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao **Órgão Gestor** para as providências cabíveis; **15.4.** Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor; **15.5.** Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

16. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

16.1. O **Órgão Gestor** efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o **Órgão Gestor** providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do município, por meio do Diário oficial dos Municipios AMM.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1.O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora as multas, consoante o *caput* e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor total da Proposta Comercial vencedora, na forma seguinte:

18.1.1. Quanto à obrigação da assinatura do Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido: **c)** Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso. **18.1.2.** Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos: **c)** Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso.

18.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora; **18.3.** Se

a Licitante vencedora se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades: **18.3.1.** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Nova Bandeirantes - Prefeitura Municipal, por prazo de até 02 (dois) anos; **18.3.2.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos. **18.4.** A Fornecedora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante o fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei. **18.5.** A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Município - Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa; **18.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração; **18.7.** Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 19.1.** Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública; **19.2.** O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços; **19.3.** Os casos omissos serão resolvidos pelo **Órgão Gestor**.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

ORGÃO: 05- SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade: 002 – FMS – Atenção Básica
Função: 10 - SAÚDE
Sub - Função: 301- Atenção Básica
Programa: 0020 - Atenção à Saúde – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 1 046 - Aquisição de Veículos e Equipamentos – Saúde
275-Natureza de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 1.6.0.1.000000

20.2 No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

21.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

21.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

21.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

21.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

21.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

22. DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro de Nova Monte Verde/ MT, para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços;

22.2.E por estarem de acordo, depois de lido se achado conforme, a parte firma presente ARP em 03 (três) vias de igual Teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no **Órgão Gestor** nos termos do Art. 60 da Lei nº8.666/93.

Nova Bandeirantes/MT 16 de novembro de 2023.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CIRURGICA AURORA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 37.721.018/0001-92

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.461-05

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 027/2023

Portaria nº 027/2023

Ementa: Considera vago cadeira de Vereador da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

Considerando o que prescreve o artigo 93 do Regimento Interno desta Câmara Municipal e;

Considerando o falecimento do vereador, Senhor Sandro Roberto da Silva, ocorrido no dia 16 de novembro de 2023, conforme atestado de óbito anexo.

RESOLVE:

Art. 1 º - Fica decretado vago a cadeira de Vereador, na Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, a partir do dia 17 de novembro e 2023.

Parágrafo Único- Determino a Secretaria da Câmara, que proceda com a convocação do Suplente de Vereador, bem como a organização da posse para o dia 21 de novembro de 2023.

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor em 17 de novembro de 2023, revogando disposições em contrário.

Nova Bandeirantes - MT, 17 de novembro de 2023

Valdir Pinheiro de Sousa

Presidente

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 075/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N° 086/2023 PROCESSO LICITATORIO N° 122/2023

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF n.º 33.683.822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes, Estado do Mato Grosso, doravante denominado **Órgão Gestor**, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. Cesar Augusto Perigo, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ nº 22.803.037/0001-35, situada na Av. Liberdade, nº s/n, cidade de Aparecida de Goiania/GO, representado pela Sra. Ana Paula Evangelista da Mata, portadora do RG nº 3647896 SPTC/GO e inscrita no CPF sob nº 898.022.841-49, residente e domiciliada na rua 11D, s/n cidade de Aparecida de Goiania/GO, de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, visando a aquisição de equipamento e materiais permanentes, conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente ARP, atendendo as condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº **086/2023**, para Registro de Preço, sujeitando-se as partes às normas constantes da Leis Federal n° 10.520/02, Lei Federal n° 8.666/93 e pelos Decretos n.º 3.555/2000, 3.784/2001 e 10.024/2019, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto 9.488 de 31 de agosto de 2018 e Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1 REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, COM RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EXCLUSIVO PARA EQUIPAR AS UNIDADES BÁSICAS, POSTO PARAÍSO DO NORTE, UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA RURAL DE JAPURANA ESF II, USF ANTÔNIO FERNANDES CAPIVARA ESF III E USF MANOEL NASCIMENTO DOS SANTOS MANEZINHO DA COBAN ESF I, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Nova Bandeirantes/MT**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no Anexo I.

1.1 Os itens do objeto são os elencados na Planilha Demonstrativa de Preço da cláusula segunda deste instrumento.

2. DA VENCEDORA, ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO 2.1. A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo: **2.2. FORNECEDOR REGISTRADO:**

EMPRESA: FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA		
CNPJ N°: 22.803.037/0001-35	I.E. N°:	
ENDEREÇO: AV. LIBERDADE, Nº S/N, CIDADE DE APARECIDA DE GOIANIA/GO	N°: S/N	BAIRRO: JARDIM BURITI SERENO
CIDADE: APARECIDA DE GOIANIA/GO	CEP: 74943-400	
TELEFONE: (62)3983-6888	E-MAIL: licitacao@femaphospitalar.com.br	
REPRESENTANTE LEGAL: ANA PAULA EVANGELISTA DA MATA		
BANCO: BRASIL	AGENCIA N°: 1452-4	CONTA N°: 114862-1

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
05	**BALDE A PEDAL LIXEIRA PLÁSTICA COM PEDAL EM AÇO CARBONO. INJETADOS EM PLÁSTICO POLIPROPILENO (PP), O ACIONAMENTO DA TAMPA É FEITO ATRAVÉS DE PEDAL O QUE EVITA EVENTUAL RISCO DE CONTAMINAÇÃO. A ARMAÇÃO É CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO SAE 1020 GALVANIZADO. ACOMPANHA PARAFUSOS DE FIXAÇÃO DA TAMPA NO SUPORTE E QUATRO PONTEIRAS PARA PROTEGER O PISO.** CAPACIDADE: 100L MEDIDAS: 830MM (ALTURA) X 610MM (LARGURA) X 650MM (PROFUNDIDADE).	10	NOBRE	R$ 319,99	R$ 3. 199,90
06	BALDE/LIXEIRA LIXEIRA HOSPITALAR - EM ACO INOX\,\,CAPACIDADE 12 LITROS\, FORMATO REDONDO\, COM TAMPA ACIONADA POR PEDAL\, PEDAL REVESTIDO EM BORRACHA	06	AGAPLAST	R$ 110,65	R$ 663,90
22	MESA PARA IMPRESSORA - SEM PORTA PAPEL\, RETANGULAR COM TAMPO RETANGULAR\, TAMPO 25MM\, COM 730MM DE ALTURA\, COM ESTRUTURA METALICA\, RETANGULAR MEDINDO 800X600X730\, EM CHAPA 16\,	05	NOBRE	R$ 165,00	R$ 825,00

VALOR TOTAL R$ 4.688,80 (quatro mil seiscentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos).

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados;41 **3. DO VALOR 3.1.** O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação. **3.2.** Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos materiais **3.3.** É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas; **3.4.** Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o **Órgão Gerenciador** cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada; **3.5.** Visando subsidiar eventuais revisões, o **Órgão Gerenciador** ordenará a realização de nova pesquisa de preços; **3.6.** Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.). **4. DA VALIDADE 4.1.** A presente Ata terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses** contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis. **4.2.** Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o **Órgão Gerenciador** ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência; **4.3.** A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas. **5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP 5.1.** A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças do MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES representado pela **Prefeitura Municipal**;

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do **Órgão Gerenciador**, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado; **5.3.** Os órgãos ou entidades interessadas na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT; **5.4.** A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos: **a)** Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor; **b)** Anuência expressa do fornecedor. **5.5.** O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado; **6. DA VINCULAÇÃO LEGAL**

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/2013 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as suas alterações.

7. DA FISCALIZAÇÃO 7.1. O **Órgão Gerenciador** ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.1.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria 330/2023, Servidor **ANDREIA MORENO**para o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

7.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

7.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. A Entrega devera ser realizada de segunda a sexta feira – das 07:00 as 17:00 horas de Mato Grosso, na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, localizada Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro – Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, sem onus a prefeitura no prazo máximo de até **30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS**, contados da data do recebimento da requisição, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Prefeitura.

8.2 É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos itens nas quantidades, no horário e data estipulada, bem como nas condições estabelecidas nesse termo.

8.3. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

8.4. Os produtos deverão ser conferido na presença do fiscal de contrato responsável.

8.5. Os produtos deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT - INMETRO, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

8.6. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de **15 (QUINZE) DIAS UTEIS**, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado.

8.7. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a contratada será notificada e terá prazo de 30 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

8.8. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

8.9 Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da Nota fiscal devidamente atestada pelo responsável;

9. DO RECEBIMENTO

9.1 O recebimento provisório no paço municipal, dar-se-á em até 02 (dois) dias úteis a verificação das especificações, quando então se dará o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** com um representante da Secretaria Municipal de Saúde (Fiscal de contrato).

9.2 O recebimento definitivo após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64; **9.3** Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo; **9.4** Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior a registrada, independente de anuência da Fornecedora. **10. DAS OBRIGAÇÕES 10.1.DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA: 10.1.1.** Acatar as decisões e observações feitas pelo **Órgão Gestor**. **10.1.2.** Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos. **10.1.3.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração Municipal e/ou a terceiros. **10.1.4.** Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor; **10.1.5.** A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços. **10.1.6.** Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas; **10.1.7.** Como condição para emissão da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **10.1.8.** Serão recebidos apenas os itens descritos nas quantidades estabelecidas nas Autorizações de Fornecimento emitidas pela Departamento de Compras. A empresa contratada deverá seguir as orientações do fiscal de contrato. **10.1.9.** A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item entregue, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.10.** Os itens deverão ser conferidos na presença do fiscal de contrato responsável. **10.1.11.** Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de materiais reciclados ou reutilizados como itens solicitados. **10.1.12.** Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado. **10.1.13.** Os itens serão solicitados pela CONTRATANTE de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados. **10.1.14.** Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições. **10.1.15.** A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor;

10.1.16. Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros. **10.1.17.** A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não eximi a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas. **10.1.18.** Serão consideradas as quantidades entregues no local, desconsiderando possíveis percas ocorrida no transporte. **10.1.19.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante. **10.1.20.** Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto. **10.1.21.** Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante. **10.1.22.** Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto. **10.1.23.** Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento. **10.1.24.** Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; **10.1.25.** Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato; **10.1.26.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente; **10.1.27.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado; **10.1.28.** Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade; **10.1.29.** A CONTRATADA obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados. **10.1.30.** Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.31.** Apresentar garantia de fabrica de no minimo 01 (um) ano, caso seja necessessario fazer a troca o mesmo sera sem ônus a administração. **10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: 10.2.1.** Gerenciar a Ata de Registro de Preço; **10.2.2.** Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão); **10.2.3.** Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes; **10.2.4.** Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor; **10.2.4.1.** Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP. **10.2.5.** Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP. **10.2.6.** Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações. **10.2.7.** Efetuar os pagamentos nas condições

e prazos estipulados. **10.2.8.** Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. **10.2.9.** Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo do item 18.8 para reposição. **10.2.10.** Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição. **10.2.11.** Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação; **10.2.12.** Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da comunicação; **10.2.13.** Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; **10.2.14.** Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho; **10.2.15.** Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente; **10.2.16.** Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção. **10.2.17.** Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação. **10.2.18.** Receber ou rejeitar os produtos/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo. **10.2.19.** Rejeitar os produtos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas. **10.2.20.** Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada. **10.2.21.** Entregar a contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos. **10.2.22.** Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada; **10.2.23.** Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; **10.2.24.** Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas; **10.2.25.** Fiscalizar a execução do objeto do contrato; **10.2.26.** Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato. **11. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

11.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art.

19 da lei federal n° 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

12. DA REVISÃO 12.1. Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13 no seu Art. 16, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens

registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993;

12.2. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os Art. 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013, conforme segue: **12.2.1.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado; **12.2.1.1.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade; **12.2.1.2.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. **12.2.2.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: **a)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e **b)** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA 13.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo **Órgão Gerenciador**, quando: **I.** Descumprir as condições da ata de registro de preços; **II.** Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela n Administração, sem justificativa aceitável; **III.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; **IV.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002. **V.** O Fornecedor que não se dispuser a substituir os **MATERIAIS** que vierem a apresentar defeitos de qualidade; **VI.** O Fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento; **VII.** Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

13.1.1. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do **Órgão Gerenciador**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados: **a)** Por razão de interesse público; ou **b)** A pedido do fornecedor. **13.3.** O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Município; **13.4.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovado. **13.5.** Na hipótese de cancelamento parcial, o **Órgão Gestor** poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva; **14. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO 14.1.** O documento de cobrança (Nota Fiscal, fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 15 (quinze) imperfeição no fornecimento; **14.2.** O documento de cobrança será emitido em nome do **Órgão Gestor**, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma; **14.2.1.** O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento. **14.3.** Todos os tributos incidentes sobre os produtosou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie; **14.4.** No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial; **14.5.** Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento; **14.6.** No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento. **15. DO PAGAMENTO 15.1.** O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchido

discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito;

15.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo **Órgão Gestor** para as medidas de regularização; **15.3.** O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 30 (trinta) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao **Órgão Gestor** para as providências cabíveis; **15.4.** Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor; **15.5.** Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

16. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

16.1. O **Órgão Gestor** efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o **Órgão Gestor** providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do município, por meio do Diário oficial dos Municipios AMM.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1.O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora as multas, consoante o *caput* e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor total da Proposta Comercial vencedora, na forma seguinte:

18.1.1. Quanto à obrigação da assinatura do Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido: **c)** Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso. **18.1.2.** Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos: **c)** Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso.

18.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora; **18.3.** Se a Licitante vencedora se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades: **18.3.1.** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Nova Bandeirantes - Prefeitura Municipal, por prazo de até 02 (dois) anos; **18.3.2.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos. **18.4.** A Fornecedora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante o fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei. **18.5.** A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Município - Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa; **18.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração; **18.7.** Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 19.1.** Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública; **19.2.** O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços; **19.3.** Os casos omissos serão resolvidos pelo **Órgão Gestor**.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

ORGÃO: 05- SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade: 002 – FMS – Atenção Básica
Função: 10 - SAÚDE
Sub - Função: 301- Atenção Básica
Programa: 0020 - Atenção à Saúde – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 1 046 - Aquisição de Veículos e Equipamentos – Saúde
275-Natureza de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 1.6.0.1.000000

20.2 No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

21.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

21.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

21.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

21.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

21.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

22. DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro de Nova Monte Verde/ MT, para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços;

22.2.E por estarem de acordo, depois de lido se achado conforme, a parte firma presente ARP em 03 (três) vias de igual Teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no **Órgão Gestor** nos termos do Art. 60 da Lei nº8.666/93.

Nova Bandeirantes/MT 16 de novembro de 2023.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 22.803.037/0001-35

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.461-05

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 074/2023 PREGÃO PRESENCIAL N°. 094/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATORIO Nº. 131/2023

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa de direito público interno, CNPJ N.º 33.683.822/0001-73, com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO,**brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº. 9.001.064-6 SSP/PR, e do CIC/CPF nº. 037.458.769-89, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **S. P. DA SILVA - ME**, devidamente inscrita no CNPJ. 09.943.251/0001-84, situada na Rua Piauí, n° 844, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, neste ato representado pela Sra. Simone Pinto da Silva Salvato, portadora do RG n°. 1621073-5 e inscrita sob o CPF n°. 018.091.421-99, residente e domiciliada situada na Rua Piauí, n°.s/n, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 094/2023 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02, Decreto nº 7.892/2013, suas alterações Decreto nº 9.488/2018 e em conformidade com as disposições a seguir.

1DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE PRIMEIRA LINHA (FABRICANTE) E GENUÍNOS (MONTADORAS), PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** conforme relação contidano anexo I.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras/Licitações**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. As peças e acessórios necessários para a manutenção da frota de onibus, deverão ser fornecidas pela empresa com preços de acordo com a "TABELA **DE PREÇOS DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, COMPONENTES E MATERIAIS ORIGINAIS**", fornecido através do Sistema **TRAZ VALOR, com a devida aplicação do percentual de desconto repassado pela empresa vencedora.** Caso exista alguma situação na qual a peça não conste na Tabela de Preços e Acessórios do Sistema Traz Valor, a PREFEITURA será obrigada efetuar a pesquisa de preço de mercado para posterior autorização e pagamento.

4.1.1. No caso de optar pela Pesquisa de Mercado, será realizado no mínimo 03 (três) orçamentos, onde será confeccionada a média ponderada do valor a ser pago pelas peças a ser fornecida (aplica-se somente quando não houve no cadastro e valor referenciado no Sistema TRAZ VALOR.

4.1.2 A entrega das peças e acessórios licitados deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas nesta Ata de Registro de Preços.

4.2. O fornecedor a descrição do lote e percentual de desconto registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: S. P. DA SILVA - ME

CNPJ: 09.943.251/0001-84

ENDEREÇO: RUA PIAUÍ, N° 844, NA CIDADE DE NOVA BANDEIRANTES/MT

TELEFONE: (66) 98438-4994

CONTA: 86931-7

AGENCIA: 0821-4

BANCO: SICREDI

LOTE 01	1 - SISTEMA DE **REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO** LINHA LEVE, VAN, UTILITARIO E AMBULÂNCIA.					
PLACA	***MARCA***	***MODELO***	***COMBUSTIVEL***	***ANO/MODELO***	***CHASSI***	***MATRICULA***
RRI-0H54	TOYOTA	HILUX CS	DIESEL	2021/2021	8AJDA8CB4M6047348	866481
NTX-4806	FIAT	FIORINO	GASOLINA	2010/2010	9BD55429B8896614	229289
RAW5E36	FIAT	STRADA ENDURANCE	FLEX	2021/2022	9BD281A22NYW47698	866108
RBW-1G89	RENAULT	OROCH EXPRESSION 1.6 SCE	FLEX	2021/2022	93Y9SR3H5NJ116648	866559
QCS-3717	RENAULT	DYNAMIQUE CVT 1.6	FLEX	2018/2019	93YHSR3HSKJ464099	866595
QBK-5553	CHEVROLET	S-10 ADVANTAGE 2.7	FLEX	2016/2016	9BG148TP0GC429692	348098
OAW-7E85	CHEVROLET	S10	DIESEL	2020/2020	9BG143DK0LC440779	396167
QCB-7945	MITSUBISHI	L200 3.2 TRITON CD 4X4	DIESEL	2017/2018	93XLNKB8TJCH31551	358828
RAX-4F49	MITSUBISHI	L200 2.4 GLX CD 4X4	DIESEL	2021/2022	93XDJKL1TNCM45514	865281
RRS-3E39	MITSUBISHI	L200 2.4 GLX CD 4X4	DIESEL	2022/2023	93XDJKL1TPCN61612	869257
RAZ-8J14	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2021	8AC907645NE204617	866512
SCP-8C78	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2022	8AC907645NE204629	867196
SCK-4A81	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2022	8AC907641NE211618	867607
QBT-4381	MB	SPRINTER F42A	DIESEL	2016/2017	8AC906633HE123547	348786
PRG-7222	MB	SPRINTER 515	DIESEL	2018/2019	8AC906657KE166187	365717
DESCRITIVO			**UNIDADE**	**ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**	**ESTIMATIVA DE PREÇO POR VEÍCULO E SERVIÇO**	**PERCENTUAL DE DESCONTO %**
PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS			UNID	15 VEÍCULOS	R$ 100.000,00	6%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE ***REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO*** AUTOMOTIVA COM RECUPERAÇÃO DE PARTES MOVEIS E FIXAS, LIMPEZA DE COMPONENTES DO SISTEMA DE ARREFECIMENTO.			HR	400 hs	R$ 240,00	

LOTE 07	RECUPERAÇÃO E RETIFICA DE BOMBA E BICOS INJETORES PARA VEÍCULOS FLEX E A GASOLINA					
PLACA	*MARCA*	*MODELO*	*COMBUSTIVEL*	*ANO/MODELO*	*CHASSI*	*MATRICULA*
RBW-1G89	RENAULT	OROCH EXPRESSION 1.6 SCE	FLEX	2021/2022	93Y9SR3H5NJ116648	866559
QCS-3717	RENAULT	DYNAMIQUE CVT 1.6	FLEX	2018/2019	93YHSR3HSKJ464099	866595
NTX-4806	FIAT	FIORINO	GASOLINA	2010/2010	9BD55429B8896614	229289
RAW5E36	FIAT	STRADA ENDURANCE	FLEX	2021/2022	9BD281A22NYW47698	866108
QBK-5553	CHEVROLET	S-10 ADVANTAGE 2.7	FLEX	2016/2016	9BG148TP0GC429692	348098
DESCRITIVO			**UNIDADE**	**ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**	**ESTIMATIVA DE PREÇO POR VEÍCULO E SERVIÇO**	**PERCENTUAL DE DESCONTO %**
PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS			UNID		R$ 100.000,00	5,20%

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO E RETIFICA DE BOMBA E BICOS INJETORES DE MOTORES FLEX E GASOLINA DE 06 (SEIS) CILINDROS, ASPIRADOS E/OU TURBO-ALIMENTADOS, MECÂNICOS OU ELETRÔNICOS, EM VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E DE TERRAPLANAGEM. DESCRIÇÃO: REVISÃO PERIÓDICA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, CONFORME RECOMENDAÇÃO DO FABRICANTE PARA MODELO.	HR	200 hs	R$ 288,33	

LOTE 10	EXECUÇÃO, MANUTENÇÃO DE CAMBAGEM, CASTER, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO EM VEÍCULOS: EM VEÍCULOS UTILITARIOS DO TOPO PICK-UP.					
PLACA	*MARCA*	*MODELO*	*COMBUSTIVEL*	*ANO/MODELO*	*CHASSI*	*MATRICULA*
RRI-0H54	TOYOTA	HILUX CS	DIESEL	2021/2021	8AJDA8CB4M6047348	866481
QBK-5553	CHEVROLET	S-10 ADVANTAGE 2.7	FLEX	2016/2016	9BG148TP0GC429692	348098
OAW-7E85	CHEVROLET	S10	DIESEL	2020/2020	9BG143DK0LC440779	396167
QCB-7945	MITSUBISHI	L200 3.2 TRITON CD 4X4	DIESEL	2017/2018	93XLNKB8TJCH31551	358828
RAX-4F49	MITSUBISHI	L200 2.4 GLX CD 4X4	DIESEL	2021/2022	93XDJKL1TNCM45514	865281
RRS-3E39	MITSUBISHI	L200 2.4 GLX CD 4X4	DIESEL	2022/2023	93XDJKL1TPCN61612	869257
DESCRITIVO			**UNIDADE**	**ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**	**ESTIMATIVA DE PREÇO POR VEÍCULO E SERVIÇO**	**PERCENTUAL DE DESCONTO %**
PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS			UNID		R$ 100.000,00	5,60%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃODE CAMBAGEM, CASTER, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO EM VEÍCULOS: VEICULOS LEVES, VEÍCULOS CONFORME RELAÇÃO ANEXA CONSTANDO MARCAS E MODELOS.			HR	200 hs	R$ 250,00	

LOTE 13	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE COMPONENTES ELÉTRICO ELETRÔNICOS – VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E VAN (AMBULÂNCIA)					
PLACA	*MARCA*	*MODELO*	*COMBUSTIVEL*	*ANO/MODELO*	*CHASSI*	*MATRICULA*
RRI-0H54	TOYOTA	HILUX CS	DIESEL	2021/2021	8AJDA8CB4M6047348	866481
RBW-1G89	RENAULT	OROCH EXPRESSION 1.6 SCE	FLEX	2021/2022	93Y9SR3H5NJ116648	866559
QCS-3717	RENAULT	DYNAMIQUE CVT 1.6	FLEX	2018/2019	93YHSR3HSKJ464099	866595
NTX-4806	FIAT	FIORINO	GASOLINA	2010/2010	9BD55429B8896614	229289
RAW5E36	FIAT	STRADA ENDURANCE	FLEX	2021/2022	9BD281A22NYW47698	866108
QBK-5553	CHEVROLET	S-10 ADVANTAGE 2.7	FLEX	2016/2016	9BG148TP0GC429692	348098
OAW-7E85	CHEVROLET	S10	DIESEL	2020/2020	9BG143DK0LC440779	396167
QCB-7945	MITSUBISHI	L200 3.2 TRITON CD 4X4	DIESEL	2017/2018	93XLNKB8TJCH31551	358828
RAX-4F49	MITSUBISHI	L200 2.4 GLX CD 4X4	DIESEL	2021/2022	93XDJKL1TNCM45514	865281
RRS-3E39	MITSUBISHI	L200 2.4 GLX CD 4X4	DIESEL	2022/2023	93XDJKL1TPCN61612	869257
RAZ-8J14	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2021	8AC907645NE204617	866512
SCP-8C78	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2022	8AC907645NE204629	867196
SCK-4A81	MB	SPRINTER 416	DIESEL	2021/2022	8AC907641NE211618	867607
QBT-4381	MB	SPRINTER F42A	DIESEL	2016/2017	8AC906633HE123547	348786
PRG-7222	MB	SPRINTER 515	DIESEL	2018/2019	8AC906657KE166187	365717
DESCRITIVO			**UNIDADE**	**ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**	**ESTIMATIVA DE PREÇO POR VEÍCULO E SERVIÇO**	**PERCENTUAL DE DESCONTO %**
PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS			UNID		R$ 100.000,00	5,20%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE COMPONENTES ELETRICO ELETRONICO. VEÍCULOS CONFORME RELAÇÃO ANEXA CONSTANDO MARCAS E MODELOS.			HR	600 hs	R$ 288,3,3	

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Retirar pessoalmente a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisita-la no mesmo prazo via e-mail ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10° (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida;

5.2. Entregar os itens conforme estabelecido no Termo de Referência deste Edital. Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

5.3. Os serviços ou material deverão ser fornecidos conforme estabelecidos neste edital e demais Legislação em vigor;

5.3.1. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

5.3.2. A licitante vencedora ficará obrigada a trocar os produtos/serviços em até 02 (dois) dias corridos, às suas expensas e custas, quando porventura vierem a ser recusados por conter especificações ou qualquer outra inconformidade em divergência ao requisitado em Contrato e no Edital, sendo que o ato da entrega não importará na sua aceitação;

5.4. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos à prestação dos serviços a si adjudicados, inclusive ônus relativos a sanções judiciais e administrativas;

5.4.1 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes nesta Ata, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

5.6. Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

5.7. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.8. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.9. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.12. Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.13. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. Manter durante toda a vigência do contrato a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

5.15. Apresentar a nota fiscal mediante a entrega dos itens no prazo estabelecido neste Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 – Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 – Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

2 – Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

3 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 – Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

5.16 Notificar, por escrito, a contratante sobre eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando a contratante, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial e do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

5.17. Ressarcir prejuízos de qualquer natureza causados ao patrimônio da contratante ou de terceiros, originados direta ou indiretamente da execução do contrato, por dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, a preços atualizados, dentro de 10 (dez) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Contratante poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

5.18. Colocar à disposição da contratante, na data de início da vigência do contrato, o pessoal necessário à execução dos serviços;

5.19 A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93.

15.20 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93.

A CONTRATADA DEVERÁ AINDA:

a) A Contratada deverá apresentar ao Departamento de Frotas do Município, gratuitamente, previamente à execução do serviço, orçamento detalhado, no prazo máximo e não superior a 02 (dois) dias, contados a partir do recebimento do veículo com exceção dos serviços de reparo no motor (montagem e desmontagem), funilaria e pintura, em que o prazo será de, no máximo, 05 (cinco) dias, devendo conter no orçamento:

- Relação de peças a serem utilizadas no referido serviço, juntamente com o valor das mesmas; - Tempo a ser gasto na prestação do serviço, de conformidade com a tabela tempária aqui informada.

- Cláusula de garantia dos serviços prestados, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, após a entrega do mesmo em perfeito funcionamento, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor;

b) A CONTRATANTE poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a Contratada a executar ou fornecer o que for aprovado em todo ou em parte;

c) Os serviços serão realizados nas dependências da contratada devendo a mesma permitir livre acesso de representantes da CONTRATANTE, para que se proceda à fiscalização dos trabalhos;

d) A CONTRATANTE deverá ter estrutura para receber no mínimo 03 (três) veículos com ferramentas necessárias na manutenção do mesmo;

e) A CONTRATADA deverá fornecer o serviço, num raio Máximo de 200 km, da sede municipal de Nova Bandeirantes/MT;

f) Zelar pela guarda dos veículos que estiverem na sua responsabilidade, responsabilizando-se por quaisquer danos ocorridos aos mesmos;

g) Responsabilizar-se integralmente pelos veículos recebidos do Contratante, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos nele contidos, obrigando-se à reparação total da perda em caso de furto ou roubo, incêndio ou acidente, independente de culpa, não transferindo a responsabilidade a possíveis subcontratados ou terceiros, desde o momento do recebimento do veículo para orçamento até a entrega do mesmo ao Contratante;

h) Responder, integral e exclusivamente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados direta ou indiretamente, por seus empregados, representantes ou prepostos aos bens do Município de Nova Bandeirantes/MT ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante;

i) A Empresa contratada devera presta os serviços imediatos, após o Departamento de Frotas autorizar;

j) Será usado como controle das horas trabalhadas o SISTEMA TEMPARIO, em caso de divergência nas quantidades de horas nos serviços, será feito pelo departamento de Frotas pesquisa de Mercado;

k) Serviços não contemplados no Sistema, serão controlados e fiscalizados através do apontador, e pesquisa de mercado de preço, (horas mecânicas);

l) A Contratada deverá fornecer em papel timbrado, descrição completa do veiculo juntamente relação de peças, com códigos originais ou similares, necessários na manutenção do veículo;

m) Em caso de Divergência de serviços e garantia do mesmo, será fiscalizado através de laudo do Mecânico responsável, pelo Departamento de Frotas da Prefeitura, sendo impedido pagamento a Contratada;

n) A Contratada Ficara impedida de cobrar, qualquer tipo de taxas/multas, por tempo de permanência do veículo no pátio;

o) Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

p) Fica expressamente proibido a sub terceirização de qualquer serviço, ganho no certame pela contratada, a outra empresa, que possa gerar acréscimos no valor licitado;

q) A CONTRATADA que não for do município de Nova Bandeirantes-MT, ficara responsável pelo transporte dos veículos sua sede, arcando com todas as depesas;

r) Os Serviços deverão acontecer na sede da CONTRATADA, a não ser quando houver a necessidade de socorro dos veículos nas estradas do município;

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

6.1.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos serviços;

6.1.2. Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

6.1.3. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal;

6.2. Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses:

6.2.1. Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;

6.3. Dar recebimento provisório dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva;

6.4. Dar recebimento definitivo pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;

6.5. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT;

6.7. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital e ata de registro de preço homologada;

6.8. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

6.9. Se abster de realizar qualquer pagamento à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

6.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO RECEBIMENTO E FORNECIMENTO

7.1. A PREFEITURA terá o prazo de até **02 (dois) dias** para aceitar os produtos e serviços fornecidos pela CONTRATADA, sendo que os mesmos serão recebidos da seguinte forma:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

7.2. O recebimento definitivo dos produtos, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

7.3 O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal responsável pela aquisição, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

8.2 O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos serviços entregue, de acordo com o especificado no Termo de Referência e Proposta apresentada;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5 – O **CONTRATANTE**, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura ou recibo no todo ou em parte, nos seguintes casos;

a) execução incorreta ocorrida nos serviços;

b) existência de qualquer débito exigível pelo **CONTRATANTE**.

8.6. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar regular com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como em relação à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11 DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria nº329/2023, Servidor**JOSÉ MAURO CONJIU**, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

11.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

11.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Materiais, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 – Se o (a) licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e 8.666/93.

13.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, poderá aplicar ao licitante vencedor, as seguintes penalidades:

Advertência;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

13.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

13.6- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
UNIDADE: 001 – FMS – GESTÃO DO SUS
FUNÇÃO: 10 - SAUDE
SUB - FUNÇÃO: 301-ATENÇAO BASICA
PROGRAMA: 0005- ATENÇÃO À SAÚDE PÚBLICA – GESTÃO DO SUS
PROJETO/ATIVIDADE: 2 022 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS SECRETARIA DE SAUDE
260 – NATUREZA DA DESPESA: 3390.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.
267 - NATUREZA DA DESPESA: 3390.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO P. JURÍDICA
ÓRGÃO:05-SECRETARIA DE SAUDE.
UNIDADE: 002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
FUNÇÃO:10 - SAUDE
SUB - FUNÇÃO: 301 – ATENÇAO BÁSICA

PROGRAMA:0020- ATENÇÃO À SAÚDE – ATENÇÃO BÁSICA
PROJETO/ATIVIDADE: 2 122 – CUSTEIO - ATENÇÃO BASICA
284 – NATUREZA DA DESPESA: 3390.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.
288 – NATUREZA DA DESPESA: 3390.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO P. JURÍDICA
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE SAUDE.
UNIDADE: 003 – FMS – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
FUNÇÃO: 10 - SAUDE
SUB - FUNÇÃO: 302-ASSISTENCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL
PROGRAMA: 0021- ATENÇÃO À SAÚDE PUBLICA – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
PROJETO/ATIVIDADE: 2 123 – CUSTEIO – MAC MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL
325 – NATUREZA DA DESPESA: 3390.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.
329 - NATUREZA DA DESPESA: 3390.32.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS P. JURÍDICA

14.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contigenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

15. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

15.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

15.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

15.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

15.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

15.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 094/2023,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

17. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

S. P. DA SILVA – ME

CNPJ Nº 09.943.251/0001-84

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.461-05

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 075/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N° 086/2023 PROCESSO LICITATORIO N° 122/2023

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF n.º 33.683.822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes, Estado do Mato Grosso, doravante denominado **Órgão Gestor**, neste ato representado pela sua autoridade competente Sr. Cesar Augusto Perigo, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **RGLMED COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, devidamente inscrito no CNPJ nº 50.867.070/0001-10, situada na rua Silverio Manoel da Silva, nº 302, cidade de Cachoeirinha/RS, representada pelo Sr. Marcelo de Almeida Teles, portador do Rg nº 5087626759 SJSII/RS e inscrito no CPF sob nº 020.879.450-63, residente e domiciliado na rua Silverio Manoel da Silva, nº 302, Cachoeirinha/RS, de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, visando a aquisição de equipamento e materiais permanentes, conforme quantidades estimadas e valores constantes da presente ARP, atendendo as condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº **086/2023**, para Registro de Preço, sujeitando-se as partes às normas constantes da Leis Federal n° 10.520/02, Lei Federal n° 8.666/93 e pelos Decretos n.º 3.555/2000, 3.784/2001 e 10.024/2019, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto 9.488 de 31 de agosto de 2018 e Lei complementar 123/2006 e Lei complementar 147/2014, bem como as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1 REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, COM RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EXCLUSIVO PARA EQUIPAR AS UNIDADES BÁSICAS, POSTO PARAÍSO DO NORTE, UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA RURAL DE JAPURANA ESF II, USF ANTÔNIO FERNANDES CAPIVARA ESF III E USF MANOEL NASCIMENTO DOS SANTOS MANEZINHO DA COBAN ESF I, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Nova Bandeirantes/MT**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no Anexo I.

1.1 Os itens do objeto são os elencados na Planilha Demonstrativa de Preço da cláusula segunda deste instrumento.

2. DA VENCEDORA, ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO 2.1. A licitante vencedora, o objeto, o quantitativo, as especificações e os preços registrados, seguem relacionados abaixo: **2.2. FORNECEDOR REGISTRADO:**

EMPRESA: RGLMED COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA		
CNPJ N°: 50.867.070/0001-10	I.E. N°:	
ENDEREÇO: RUA SILVERIO MANOEL DA SILVA, Nº 302, CIDADE DE CACHOEIRINHA/RS	N°: 302	BAIRRO: VILA PRINCESA IZABEL
CIDADE: CACHOEIRINHA/RS	CEP: 94940-243	
TELEFONE: (51)3347-9465	E-MAIL: rglmedadm@gmail.com	
REPRESENTANTE LEGAL: MARCELO DE ALMEIDA TELES		
BANCO: BRASIL	AGENCIA N°: 8455-7	CONTA N°: 903-2

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
04	AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA CAPACIDADE: 30 LITROS; CÂMARAS EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 (COM OPÇÃO EM AISI 316); TENSÃO BIVOLT AUTOMÁTICA; 30 CICLOS PRÉ-PROGRAMÁVEIS; DIGITAL MICROPROCESSADA E PAINEL COM INDICAÇÕES VISUAIS E SONORAS; SECAGEM COM PORTA ABERTA OU FECHADA E POSSIBILIDADE DE CICLOS DE SECAGEM EXTRA; TEMPERATURAS DE 121°C, 124°C, 127°C, 130°C E 134°C SELECIONÁVEIS DIRETAMENTE NO PAINEL.	03	ALT	R$ 5.296,920	R$ 15.890,70
09	CENTRIFUGA - LABORATORIAL FABRICADO EM MATERIAL DO TIPO PLASTICO ABS DE ALTA RESISTENCIA\, TAMPA REFORCADA\, PES EMBORRACHADOS\, ROTOR DE ANGULO FIXO\, CAPACIDADE PARA 12 TUBOS DE 15ML CADA\, BORRACHA PROTETORA PARA OS TUBOS\, VELOCIDADE MINIMA DE 4.000RPM\, BAIXO RUIDO\, BIVOLT\, TIMER REGULAVEL EM NO MINIMO 60 MINUTOS\, VISOR DIGITAL\, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO	01	MEDMAX	R$ 1.707,00	R$ 1.707,00

VALOR TOTAL R$ 17.597,70 (dezessete mil quinhentos e noventa e sete reais e setenta centavos).

2.3. Em observância ao art. 11, inciso II e § 4º do Decreto n° 7.892/2013, para fins de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, ficam registrados em forma de Anexo I, comprometendo-se a fornecer o objeto nas mesmas condições, características e preços inicialmente registrados;41 **3. DO VALOR 3.1.** O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação. **3.2.** Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos materiais **3.3.** É vedado qualquer reajuste de preços fora das hipóteses legais previstas; **3.4.** Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o **Órgão Gerenciador** cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada; **3.5.** Visando subsidiar eventuais revisões, o **Órgão Gerenciador** ordenará a realização de nova pesquisa de preços; **3.6.** Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.). **4. DA VALIDADE 4.1.** A presente Ata terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses** contados a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis. **4.2.** Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o **Órgão Gerenciador** ou Aderente não ficará obrigado a adquirir o objeto exclusivamente da Fornecedora registrada, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária, observado em todo caso as condições de preferência; **4.3.** A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades

pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas. **5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP 5.1.** A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Coordenação e Finanças do MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES representado pela **Prefeitura Municipal**;

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério do **Órgão Gerenciador**, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizado; **5.3.** Os órgãos ou entidades interessadas na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT; **5.4.** A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos: **a)** Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor; **b)** Anuência expressa do fornecedor. **5.5.** O quantitativo decorrente das adesões à Ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado; **6. DA VINCULAÇÃO LEGAL**

6.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/2013 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as suas alterações.

7. DA FISCALIZAÇÃO 7.1. O **Órgão Gerenciador** ou Aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência;

7.1.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria 330/2023, Servidor **ANDREIA MORENO**para o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

7.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

7.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para o Contratante. O (a) Contratado (a)é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. A Entrega devera ser realizada de segunda a sexta feira – das 07:00 as 17:00 horas de Mato Grosso, na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, localizada Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro – Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, sem onus a prefeitura no prazo máximo de até **30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS**, contados da data do recebimento da requisição, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Prefeitura.

8.2 É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos itens nas quantidades, no horário e data estipulada, bem como nas condições estabelecidas nesse termo.

8.3. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

8.4. Os produtos deverão ser conferido na presença do fiscal de contrato responsável.

8.5. Os produtos deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT - INMETRO, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

8.6. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de **15 (QUINZE) DIAS UTEIS**, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado.

8.7. Apresentadas irregularidades ou defeitos pelo fiscal a contratada será notificada e terá prazo de 30 dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, o Gestor de Contrato certificará o fato e submeterá ao Ordenador de Despesa (Prefeito Municipal) para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

8.8. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar e regular a entrega dos itens, encaminhando o documento para as providências relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização.

8.9 Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da Nota fiscal devidamente atestada pelo responsável;

9. DO RECEBIMENTO

9.1 O recebimento provisório no paço municipal, dar-se-á em até 02 (dois) dias úteis a verificação das especificações, quando então se dará o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** com um representante da Secretaria Municipal de Saúde (Fiscal de contrato).

9.2 O recebimento definitivo após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação perfaz-se pela liquidação da despesa nos termos do artigo 63, §2º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64; **9.3** Em se verificando vícios na entrega do objeto, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo; **9.4** Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no Art. 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo ser adquirida quantidade inferior a registrada, independente de anuência da Fornecedora. **10. DAS OBRIGAÇÕES 10.1.DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA: 10.1.1.** Acatar as decisões e observações feitas pelo **Órgão Gestor**. **10.1.2.** Realizar o fornecimento com estrita observância ao Edital e seus anexos. **10.1.3.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração Municipal e/ou a terceiros. **10.1.4.** Aceitar nas mesmas condições as supressões, a critério do Órgão Gestor; **10.1.5.** A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência da Ata de Registro de Preços. **10.1.6.** Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas; **10.1.7.** Como condição para emissão da Nota de Empenho, a lici-

tante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **10.1.8.** Serão recebidos apenas os itens descritos nas quantidades estabelecidas nas Autorizações de Fornecimento emitidas pela Departamento de Compras. A empresa contratada deverá seguir as orientações do fiscal de contrato. **10.1.9.** A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do item entregue, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.10.** Os itens deverão ser conferidos na presença do fiscal de contrato responsável. **10.1.11.** Os itens deverão ser de exímia qualidade, não será tolerada a entrega de materiais reciclados ou reutilizados como itens solicitados. **10.1.12.** Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a empresa contratada deverá efetuar a entrega de novo item no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, arcando com todas as despesas decorrentes da locomoção e troca do item solicitado. **10.1.13.** Os itens serão solicitados pela CONTRATANTE de forma parcelada, e, somente serão atestados os que forem solicitados. **10.1.14.** Se não comprovarem a situação regular da Fornecedora detentora da Ata de Registro de Preços quanto a sua documentação, o Órgão Gestor poderá negociar o fornecimento segundo a ordem de classificação das demais empresas, nas mesmas condições. **10.1.15.** A Fornecedora não poderá dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente os créditos financeiros da Ata de Registro de Preços, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Gestor;

10.1.16. Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do objeto deste certame a terceiros. **10.1.17.** A fiscalização do fornecimento pelo Órgão Gestor, não eximi a Fornecedora de responsabilização por eventuais falhas. **10.1.18.** Serão consideradas as quantidades entregues no local, desconsiderando possíveis percas ocorrida no transporte. **10.1.19.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante. **10.1.20.** Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto. **10.1.21.** Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante. **10.1.22.** Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto. **10.1.23.** Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento. **10.1.24.** Fornecer o objeto da contratação de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; **10.1.25.** Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato; **10.1.26.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente; **10.1.27.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado; **10.1.28.** Não havendo possibilidade de entrega dos itens, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade; **10.1.29.** A CONTRATADA obriga-se a transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados. **10.1.30.** Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações. **10.1.31.** Apresentar garantia de fabrica de no minimo 01 (um) ano, caso seja necessessario fazer a troca o mesmo sera sem ônus a administração. **10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: 10.2.1.** Gerenciar a Ata de Registro de Preço; **10.2.2.** Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão); **10.2.3.** Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes; **10.2.4.** Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor; **10.2.4.1.** Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP. **10.2.5.** Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP. **10.2.6.** Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto dentro das especificações. **10.2.7.** Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados. **10.2.8.** Acompanhar a execução e fiscalização do fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. **10.2.9.** Notificar, por escrito, à Fornecedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, sendo estabelecido o prazo do item 18.8 para reposição. **10.2.10.** Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues com imperfeição. **10.2.11.** Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação; **10.2.12.** Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da comunicação; **10.2.13.** Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; **10.2.14.** Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho; **10.2.15.** Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente; **10.2.16.** Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção. **10.2.17.** Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação. **10.2.18.** Receber ou rejeitar os produtos/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo. **10.2.19.** Rejeitar os produtos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas. **10.2.20.** Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada. **10.2.21.** Entregar a contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos. **10.2.22.** Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada; **10.2.23.** Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; **10.2.24.** Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas; **10.2.25.** Fiscalizar a execução do objeto do contrato; **10.2.26.** Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato. **11. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

11.1. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 4 da ata e, em atendimento ao Art.

19 da lei federal n° 7.892/2013, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

12. DA REVISÃO 12.1. Conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 7.892/13 no seu Art. 16, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens

registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993;

12.2. Nas revisões de preços registrados deverão ser observados os Art. 18,19, 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013, conforme segue: **12.2.1.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado; **12.2.1.1.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade; **12.2.1.2.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. **12.2.2.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: **a)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e **b)** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA 13.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo **Órgão Gerenciador**, quando: **I.** Descumprir as condições da ata de registro de preços; **II.** Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela n Administração, sem justificativa aceitável; **III.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; **IV.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002. **V.** O Fornecedor que não se dispuser a substituir os **MATERIAIS** que vierem a apresentar defeitos de qualidade; **VI.** O Fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento; **VII.** Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

13.1.1. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do **Órgão Gerenciador**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados: **a)** Por razão de interesse público; ou **b)** A pedido do fornecedor. **13.3.** O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório, será comunicado ao Fornecedor e publicado na Imprensa Oficial do Município; **13.4.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovado. **13.5.** Na hipótese de cancelamento parcial, o **Órgão Gestor** poderá buscar o fornecimento do objeto remanescente com a licitante que estiver com o segundo melhor preço na fase de lances ou cancelar total a respectiva; **14. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO 14.1.** O documento de cobrança (Nota Fiscal, fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 15 (quinze) imperfeição no fornecimento; **14.2.** O documento de cobrança será emitido em nome do **Órgão Gestor**, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma; **14.2.1.** O número de inscrição no CNPJ/MF da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento. **14.3.** Todos os tributos incidentes sobre os produtosou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie; **14.4.** No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial; **14.5.** Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento; **14.6.** No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento. **15. DO PAGAMENTO 15.1.** O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data da liquidação da despesa, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchido

discriminando valores unitários e totais, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente onde deseja receber seu crédito;

15.2. Em existindo documento com prazo de validade vencido e/ou irregular, o Fornecedor será notificado pelo **Órgão Gestor** para as medidas de regularização; **15.3.** O Fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 30 (trinta) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao **Órgão Gestor** para as providências cabíveis; **15.4.** Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao Fornecedor; **15.5.** Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

16. DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

16.1. O **Órgão Gestor** efetuará a retenção dos impostos e encargos sobre as Notas Fiscais a cada pagamento, observado o fato gerador e as hipóteses legais de incidência.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o **Órgão Gestor** providenciará a publicação de seu extrato na imprensa oficial do município, por meio do Diário oficial dos Municipios AMM.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1.O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora as multas, consoante o *caput* e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor total da Proposta Comercial vencedora, na forma seguinte:

18.1.1. Quanto à obrigação da assinatura do Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido: **c)** Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso. **18.1.2.** Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos: **c)** Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento); **d)** A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso.

18.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora; **18.3.** Se

a Licitante vencedora se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades: **18.3.1.** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Nova Bandeirantes - Prefeitura Municipal, por prazo de até 02 (dois) anos; **18.3.2.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos. **18.4.** A Fornecedora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante o fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de 05 (cinco) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei. **18.5.** A multa, eventualmente imposta à Fornecedora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedora não tenha nenhum valor a receber deste Município - Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa; **18.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração; **18.7.** Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 19.1.** Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do Art. 654, § 2º, do Código Civil ou ser apresentada na forma de procuração pública; **19.2.** O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços; **19.3.** Os casos omissos serão resolvidos pelo **Órgão Gestor**.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

ORGÃO: 05- SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade: 002 – FMS – Atenção Básica
Função: 10 - SAÚDE
Sub - Função: 301- Atenção Básica
Programa: 0020 - Atenção à Saúde – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 1 046 - Aquisição de Veículos e Equipamentos – Saúde
275-Natureza de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 1.6.0.1.000000

20.2 No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

21.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

21.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

21.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

21.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

21.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950.

22. DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro de Nova Monte Verde/ MT, para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços;

22.2.E por estarem de acordo, depois de lido se achado conforme, a parte firma presente ARP em 03 (três) vias de igual Teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no **Órgão Gestor** nos termos do Art. 60 da Lei nº8.666/93.

Nova Bandeirantes/MT 16 de novembro de 2023.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

RGLMED COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 50.867.070/0001-10

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Aline Groff Pit

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 060.335.461-05

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DECRETO Nº. 087/2023, DE 06 DE NOVEMBRO 2023DECRETO Nº.

DECRETO Nº. 087/2023, DE 06 DE NOVEMBRO 2023

SÚMULA: ESTABECE PROCEDIMENTOS, PRAZOS E RESPONSÁVEIS PARA ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO FINANCEIRO 2023 DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

A Prefeita Municipal de **NOVA BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, **Mauriza Augusta de Oliveira**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que:

Considerando a necessidade de padronização dos procedimentos contábeis e financeiros visando à transparência das informações constantes no Balanço Consolidado do Município; e

Considerando o disposto nos arts. 9º e 42 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000; e

Considerando as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; e

Considerando os prazos previstos no decreto federal n° 10.540 de 05 de novembro de 2020, que dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - SIAFIC, nos termos do parágrafo único, do art. 18°, do Decreto Federal n° 10.540, de 05 de novembro de 2020.

DECRETA:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° Os prazos e procedimentos de que trata este Decreto atendem as normas de Direito Financeiro previstos na legislação vigente e objetivam o cumprimento dos prazos legais estabelecidos para a elaboração e divulgação de demonstrativos contábeis consolidados, e propiciam a disponibilização de informações necessárias à prestação de contas anual do exercício financeiro.

Art. 2º A não observância dos prazos contidos neste decreto, implicará na responsabilidade dos servidores encarregados das informações, ensejando apuração de responsabilidade de ordem funcional nos termos da Legislação vigente.

Art. 3º A partir de 06 de novembro 2023 até a data de encerramento do exercício, são consideradas urgentes e prioritárias as atividades vinculadas à contabilidade, ao controle, à auditoria e à apuração orçamentária e, ao inventário em todas as secretarias e órgãos da Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO II - DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Art. 4º Para o encerramento do exercício financeiro de 2023, ficam definidas as seguintes datas limites, responsáveis e procedimentos:

I – até 21 de novembro para abertura do inventário dos bens móveis e imóveis em todas as secretarias municipais, com início / continuidade dos trabalhos pertinentes;

II – até 30 de novembro, para avaliação pelas Secretarias e gestores de contratos, dos saldos dos empenhos inscritos em restos a pagar processados e não processados, para anulação dos prescritos e dos saldos remanescentes;

III – até 30 de novembro, para apuração, pelo Setor de Convênios, dos saldos de convênios ainda não utilizados, com programação junto à secretaria municipal executora para utilização ou devolução dos mesmos, caso o convênio esteja em fase de encerramento, e ainda para programação de contrapartida a ser desembolsada nesse exercício. A programação de contrapartida deverá ser alinhada até esta data junto a Secretaria de Finanças;

IV – até 30 de novembro, para levantamento pela Assessoria Jurídica do Município, dos processos judiciais em trâmite, de natureza trabalhista, cível ou fiscal com prováveis e reais chances de decisão desfavorável ao Município para fins de constituição de provisão; levantamento dos processos onde exista possíveis chances de decisão desfavorável ao Município para fins de evidenciação na conta Passivos Contingentes; levantamento junto ao Tribunal de Justiça do saldo da conta relativa a precatórios e identificação dos processos que ocasionaram bloqueios e transferências judiciais nas contas bancárias para fins de reconhecimento da despesa;

V - até 30 de novembro para levantamento dos valores gastos com educação e saúde, considerando as despesas até o mês de novembro 2023, inclusive requisições de compras em andamento e previsões de folha de pagamento, para compor os índices constitucionais de aplicação;

VI – até 08 de dezembro, para empenho de despesas com material de consumo, serviços de terceiros, e de equipamentos e material permanente, exceto aquelas despesas vinculadas a convênios e despesas essenciais de processos licitatórios em andamento; eventos do final de ano; merenda e

transporte escolar, medicamentos e insumos ligados à saúde e sentenças judiciais. Deverá ser observado o quantitativo necessário para utilização até 29/12/2023, empenhando-se somente o estritamente necessário;

VII – até 08 de dezembro para empenho das despesas relativas a convênios firmados entre o Município e entidades beneficiadas com repasses de subvenções, contribuições e auxílios;

VIII – até 15 de dezembro, para avaliação dos saldos dos empenhos globais e estimativos do exercício de 2023 e anulação daqueles, comprovadamente, desnecessários. Caberá a Secretaria de Receita e Controle, em parceria com as demais secretarias avaliar e enviar relação ao Setor de Contabilidade, que providenciará imediata anulação;

IX – até 15 de dezembro, para recolhimento de saldo de adiantamento não aplicado e apresentação das prestações de contas, salvo os adiantamentos com prazos vigentes;

X – até 15 de dezembro, para prestação de contas de diárias e solicitação de reembolsos, sendo autorizadas, a partir desta data, apenas aquelas destinadas ao Transporte de Pacientes, transporte de alunos e servidores em obras emergenciais na zona rural/distrito, que terão processo normal e aquelas expressamente autorizadas pela Prefeita;

XI – até 20 de dezembro, para apropriação das despesas com pessoal referente a dezembro, pelo setor de pessoal;

XII – até 20 de dezembro, para repasse das retenções sobre a folha de pagamento já apropriadas, inclusive obrigações patronais incidentes sobre o 13º salário;

XIII – até 20 de dezembro, para anulação dos saldos parciais ou totais de empenhos à conta do orçamento do corrente exercício, comprovadamente insubsistentes, inclusive convênios cujo financeiro não esteja garantido;

XIV – até 29 de dezembro para liquidação de aluguéis e demais despesas contratuais referentes ao mês dezembro;

XV – até 22 de dezembro, para empenho e liquidação das despesas com pessoal, de competência do exercício, pelo Setor de Contabilidade;

XVI – até 10 de janeiro 2024 o Setor de Tributos deverá providenciar o relatório que demonstre a movimentação da dívida ativa do Município, bem como, os saldos de Créditos a Receber não inscritos em Dívida Ativa;

XVII – até 12 de janeiro 2024, para disponibilização pela Secretaria Municipal de Economia e Finanças, dos dados relativos à receita orçamentária 2023, para fins de apuração da Receita Corrente Líquida, determinada pelo inciso IV do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

XVIII – até 20 de janeiro 2024, para a Unidades Gestoras da Administração Direta e Indireta, bem como, Câmara Municipal, Previdência e SAAE, encaminhar ao Setor de Contabilidade da Prefeitura, suas demonstrações contábeis relativas ao exercício financeiro de 2023, para comporem a escrituração e consolidação das contas públicas do Município, conforme inc. III do art. 50 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

XIX – até 20 de janeiro 2024 para entrega ao Setor de Contabilidade do Inventário Geral Analítico, dos bens móveis e imóveis, pelo Setor de Patrimônio.

XX – até 20 de janeiro 2024 para entrega ao Setor de Contabilidade do Inventário Geral Analítico, dos bens de consumo em estoque, pela Setor de Almoxarifado. Este procedimento também se extende à Farmácia Municipal e seus responsáveis, bem como, às demais secretarias, detentoras / responsáveis pela guarda de bens de consumo.

XXI – até 26 de janeiro 2024, para processamento dos relatórios mensais de execução orçamentária, financeira e contábil relativa ao mês de dezembro 2023;

XXII – até 12 de fevereiro 2024, para outros ajustes necessários à elaboração das demonstrações contábeis do exercício imediatamente anterior e para as informações com periodicidade anual a que se referem o § 2º do art. 48 e o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

Art. 5º Compete aos secretários municipais de Administração e Finanças, determinarem e promoverem o levantamento completo referente às dívidas flutuante e fundada, bem como, os inventários físicos e financeiros dos valores em tesouraria, dos bens pertencentes ao ativo permanente em uso ou estocados e dos materiais em almoxarifado ou em outras unidades similares, atualizando-se as informações até 31 de dezembro de 2023.

Art. 6º Os empenhos do presente exercício e os saldos remanescentes de que trata o inc. III do art. 4º deste Decreto, não liquidados até 29 de dezembro do ano em curso, deverão ter seus saldos anulados, exceto:

I – quando estiverem vigentes o prazo e as condições para cumprimento da obrigação assumida pelo credor;

II – quando vencidos os prazos e condições, esteja em curso a liquidação da despesa;

III – quando forem destinados a transferências à instituições públicas ou privadas;

IV - quando comprovadamente tenham os recursos vinculados garantidos, sem prejuízo ao equilíbrio fiscal das fontes de recursos;

Art. 7º As contas bancárias devem ter seus saldos devidamente conciliados pela unidade responsável pelas respectivas movimentações e as conciliações revisadas pela Secretaria de Receita e Controle ou Contabilidade, que as manterá à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Parágrafo primeiro. As conciliações de todas as contas correntes bancárias devem ser realizadas periódicamente durante o mês de dezembro, devendo ser adotadas medidas efetivas para investigação e regularização de eventuais pendências.

Parágrafo segundo. O prazo para efetivação das providências de que trata o “parágrafo primeiro”, será até 15 de dezembro, devendo o Setor de Contabilidade, emitir alerta e relatório prévio, caso necessário, sobre situações que dependam de providencias de outros setores / responsáveis.

Art. 8º As Secretarias e Departamentos, bem como, as demais Entidades Municipais (unidades gestoras), ficam obrigadas a prestar ao Setor de Contabilidade, notas explicativas relativas aos fatos que possam influir na interpretação dos balanços, anexos e demonstrativos de encerramento de exercício, com base nos atos e fatos contabilizados, oriundos de cada área / setor / entidade, de acordo com o padrão de notas explicativas definido pelo Setor de Contabilidade;

Art. 9º Compete ao Controle Interno Municipal a elaboração do Parecer Final sobre as Contas Anuais, com avaliação da execução orçamentária, em cumprimento ao disposto nos arts. 161, 162 e 163 da Resolução Normativa TCE/MT 14/2007 e à Resolução Normativa TCE/MT nº 33/2012, e as normas vigentes que tratam dos Pareceres da Unidade de Controle Interno.

Art. 10 É de responsabilidade do Setor de Contabilidade, com acompanhamento da Secretaria de Economia e Finanças, providenciar e cumprir com os seguintes prazos:

I - Até 12 de fevereiro de 2024, concluir o processo de fechamento do Balanço Geral e consolidação das Contas Públicas Municipais;

III - Até dia 12 de fevereiro de 2024, providenciar emissão dos DCASP Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Variações Patrimoniais e Fluxo de Caixa, bem como, demais Anexos e Demonstrativos que compõem as Contas Anuais do exercício anterior;

IV - Até 13 de fevereiro de 2024, providenciar e publicar em diário oficial e Portal Transparência do Município, edital de publicação e disponibilização das Contas Anuais 2023, em obediência as determinações legais previstas no §3º do art. 31 da Constituição Federal Brasileira de 1988, no art. 209 da Constituição Estadual do Estado de Mato Grosso e dispositivo 49 da Lei Complementar nº 101/2000;

V - Até 13 de fevereiro de 2024, providenciar envio dos Anexos das Contas Anuais 2023 para a Câmara Municipal de Vereadores, bem como, deixar a disposição dos cidadãos, junto a Secretaria de Receita e Controle e Setor de Contabilidade, as referidas contas;

VI - Até 13 de fevereiro de 2024, as Contas Anuais 2023, devem ser colocadas a disposição de todos os cidadãos em meio eletrônico, através do Portal Transparência dos sítios da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal;

Art. 11 As determinações e normas contidas neste decreto, não restrigem ou afastam as demais obrigações técnicas e legais relacionadas ao processo de Encerramento e de Prestações de Contas Anuais.

Art. 12 Fica delegada à Secretaria Municipal de Economia e Finanças, competência para edição de normas complementares que julgar necessárias ao fiel cumprimento deste Decreto.

Parágrafo único. Também fica delegada competência ao Órgão mencionado no caput deste artigo competência para decidir sobre os casos não contemplados neste Decreto, que sobre eles emitirá parecer.

Art. 13 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicado no Portal Transparência da Prefeitura Municipal, mural da Prefeitura e Diário Oficial.

Gabinete da Prefeita Municipal de NOVA BRASILÂNDIA-MT, 06 de novembro de 2023.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREVBRAS
PORTARIA GPE

PORTARIA N° 368/2023, 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

Nomeia o Coordenador do Programa de Apoio ao Gerenciamento do Planejamento Estratégico – GPE.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Artigo 3º, da Lei Municipal nº. 627/2017 de 10 de fevereiro de 2017,

RESOLVE

Art.1° Nomeia a senhora **Jeolli Cerutti Amorim**, Secretária Municipal de Economia e Finanças, portadora do RG n° 137.509.5-0/SSP/MT e CPF n° 958.074.201-44, para ocupar o cargo de Coordenador do Programa de Apoio ao Gerenciamento do Planejamento Estratégico –GPE, a partir de 17 de novembro de 2023.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário em especial a portaria nº446/2022 de 26 de outubro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 17 de novembro de 2023.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

WIGNY CESAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 237/2023

Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, n° 267

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 012/2023

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

DE LICITAÇÃO Nº. 012/2023

PROCESSO N°. 053/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA, PARA DESENVOLVIMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DE FLUXOS DE TRABALHO PARA APLICAÇÃO DA LEI N° 14.133/2021 NA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA-MT.

Favorecido: NATANLICITA CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA,

CNPJ nº: 52.733.778/0001-03.

Prazo de Execução: 06 (seis) meses.

Valor global: R$ 19.200,00 (Dezenove mil e duzentos reais).

Fundamento Legal: Artigo 25, inciso II, § 1° cc com art. 13, inciso III, da Lei n° 8.666/93.

Justificativa: Anexa nos autos do processo

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação nº 012/2023 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/2013 e suas atualizações.

Nova Brasilândia, 17 de novembro de 2023.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PREVBRAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO EDUCAÇÃO AGRICULTURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 052/2023

A PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA- MT, no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA os candidatos constantes no quadro em anexo, que foram aprovados no Processo Seletivo Edital nº 001/2023, a comparecerem à Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, na Coordenadoria de Recursos Humanos, situada na Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, nº 993 - Centro, do **dia 17/11/2023 ao dia 16/12/2023, no horário das 07h00min às 17h00min, portando os documentos originais e fotocópia abaixo relacionados**:

1. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Carteira de Identidade;

2. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

3. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do CPF;

4. Cópia autenticada por Tabelião em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

5. Comprovante de endereço atualizado;

6. Cópia autenticada por Tabelião em cartório da Certidão de nascimento;

7. Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

8. Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

9. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

10. 02 (Duas) fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;

11. Fotocópia autenticada por Tabelião em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo-função/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe, se for o caso;

12. Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

13. Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

14. Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maior se for dependente;

15. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

16. Certidão da Justiça Comum, Federal e Eleitoral (criminal, de 1º e 2º grau), da Comarca do domicílio do candidato, bem como da Comarca de Chapada dos Guimarães/MT (caso resida fora desta), bem como das Polícias Civil e Federal;

17. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

18. Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

19. Declaração que não foi demitido por justa causa e a bem do serviço público, no período de 10 (dez) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

20. Declaração de não acumulação remunerada de cargos ou cargo e cargos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

21. Conta Corrente (Banco Sicredi) Cópia do cartão;

22. Laudo médico favorável, fornecido por profissional ou junta médica devidamente designada pelo Município de Nova Brasilândia/MT.

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados até a data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo concurso público e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Nova Brasilândia/MT, 17 de novembro 2023

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

ANEXO CONVOCADO

Cargo: **MOTORISTA CAT D - AGRICULTURA**		
Candidato	Inscrição	Colocação
DENNYS KENDY ARAUJO NAKANO		**4º**
Cargo: **MOTORISTA CAT D - EDUCAÇÃO**		
Candidato	Inscrição	Colocação
IGOR MAYER LOPES ALMEIDA		**5º**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO Nº 030/2023

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT

Contratado: Adriano de Souza

Rescisão de Contrato: Fica rescindido a pedido o contrato de prestação de serviços nº 047/2023/SMAF/PMNG, que expiraria em 17/10/2024, rescisão esta, motivada por interesses particulares e inadiáveis que o impede de dar continuidade ao desempenho da função.

Data: 17/11/2023.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 584/2023/GP/PMNG.

Considerando o Pedido de prorrogação de prazo por mais 10(dez) dias para a conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo disciplinar nº 002/2023

Considerando que a Prorrogação de prazo por igual período é prerrogativa dispensa no artigo 164 da Lei Municipal 023/1995,

Considerando que a prorrogação de prazo é medida que se justifica para garantir o devido processo legal e análise das provas para conclusão dos trabalhos.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso em exercício, Sr **JOSE LAIR ZAMONER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Prorrogar por mais 10(dez) dias o prazo para conclusão dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2023, instaurado através da Portaria nº 362/2023, contados a partir do encerramento do prazo inicial.

ART. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

JOSE LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA ESTADO DE MATO GROSSO EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ARP Nº 33/2023/SMA/PMNG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2023

PROCESSO: 969/2023

TIPO: MENOR PREÇO/GLOBAL - MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

SISTEMA: REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CONTRATADA: CENTRO AMÉRICA COMÉRCIO, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ 09.179.444/0001-00

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual Contratação de Serviço de Implantação e Operação de Gerenciamento da Frota de Veículos, Por Meio de Sistema Informatizado, Com Utilização de Tecnologia Eletrônicas, para Fornecimento de Peças e acessórios originais e/ou genuínos e/ou similares dos fabricantes; Pneus e Óleo lubrificante, graxa, fluidos de freio e aditivo para radiadores que deverão atender a frota de veículos, equipamentos, implementos e máquinas pesadas de toda frota da Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT.

VALOR: R$ 2.737.150,00 (dois milhões e setecentos e trinta e sete mil e cento e cinquenta reais).

DOTAÇÃO:

CÓD. 031 - 02.001.04.122.0001.2.006- 3390.39.00.00.00

Fontes Recursos: **1.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos**

CÓD. 050 - 03.001.04.122.0001.2.010- 3390.39.00.00.00

Fontes Recursos: **1.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos**

CÓD. 114- 04.001.08.244.0001.2.042- 3390.39.00.00.00

Fontes Recursos: **1.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos**

CÓD. 130 - 04.004.08.244.0001.2.021- 3390.39.00.00.00

Fontes Recursos: **1.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos**

1.6.60.000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Ass. Social - FNAS

1.6.61 .000000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Ass. Social

CÓD. 173 - 05.003.04.122.0006.2.044- 3390.39.00.00.00

Fontes Recursos: **1.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos**

CÓD. 195 - 05.004.20.122.0018.2.008- 3390.39.00.00.00

Fontes Recursos: **1.5.00.000000 - Recursos não Vinculados de Impostos**

CÓD. 221 - 06.002.10.301.0011.2.027- 3390.39.00.00.00

Fontes Recursos: **1.5.00.100200 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde**

1.6.00.000600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo

Federal - Bloco de Manutenção

CÓD. 270 - 07.002.12.361.0013.2.026- 3390.39.00.00.00

Fontes Recursos: **1.5.00.100100 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolv. do ensino**

CÓD. 291 - 07.009.12.361.0013.2.088- 3390.39.00.00.00

Fontes Recursos: **1.5.00.100100 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolv. do ensino**

1.5.50.000000 - Transferências do Salário Educação

1.5.53.000000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes aoPrograma Nacional de

Apoio ao Transporte Escolar(PNATE)

1.5.71 .000000 - Transferências do Estado

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 583/2023/GP/PMNG.

Considerando o Pedido de prorrogação de prazo por mais 10(dez) dias para a conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo disciplinar nº 001/2023

Considerando que a Prorrogação de prazo por igual período é prerrogativa dispensa no artigo 164 da Lei Municipal 023/1995,

Considerando que a prorrogação de prazo é medida que se justifica para garantir o devido processo legal e análise das provas para conclusão dos trabalhos.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso em exercício, Sr **JOSE LAIR ZAMONER**, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Prorrogar por mais 10(dez) dias o prazo para conclusão dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2023, instaurado através da Portaria nº 362/2023, contados a partir do encerramento do prazo inicial.

ART. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

JOSE LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA ESTADO DE MATO GROSSO EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

13º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2023, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2023.

Contratado: J.C. BEE COMERCIO E.P.P

Aditamento: O valor unitário registrado por litro do óleo diesel S10, passará a ter a seguinte recomposição a partir do dia 16/11/2023:

- Óleo Diesel S10 de R$ 7,10 para R$ 6,94;

Data: 16/11/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI Nº 986 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

LEI Nº 986 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABERque a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Para atender às necessidades Orçamentárias do Poder Executivo, fica autorizada a abertura de **Crédito Adicional Especial** ao Orçamento do Município no valor total de **R$ 417.081,50(Quatrocentos e dezessete mil, oitenta e um reais e cinquenta centavos)**, conforme abaixo:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

04 – Departamento de Cultura

13.392.1022.1.090 – Subsidiar o Natal Iluminado

3.3.90.00.00 – Aplicação Direta..... R$ 417.081,50

Fonte de Recurso: 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos..... ..R$ 41.081,50

Fonte de Recurso: 1.701 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados ....R$ 376.000,00

Total .....R$ 417.081,50

Art. 2º - Os recursos orçamentários para o Crédito Especial autorizado no Art. 1º serão os provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

15.451.1020.1.025 - Pavimentação/Drenagem/Galerias Pluviais e Obras Complementares

4.4.90.00.00 – Aplicação Direta..... R$ 376.000,00

Fonte de Recurso: 1.701 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados.

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – Gabinete do Prefeito

04.122.1001.2001 – Manutenção e Encargos do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00 – Aplicação Direta..... R$ 41.081,50

Fonte de Recurso: 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos.

Art. 3º - Ficam autorizadas as alterações do PPA 2022/2025, Lei 915/2021, bem como do Anexo dePrioridades e Metas da LDO/2023 Lei 952/2022, que se fizerem necessárias para a abertura do crédito especial descrito no Art. 1º desta lei.

Art. 4º - Fica autorizado, se necessário, o reforço ou realocação das dotações criadas nesta lei, utilizando o limite estabelecido no Art. 23 § 2º da Lei 952/2022 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 17 de novembro de 2023.

UILSON JOSÉ DA SILVA Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 081/2022

CONTRATANTE: A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**

CONTRATADA: A empresa **OMEGA CONSULTORIA EDUCACIONAL LTDA**

Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato 081/2023, de 07 de dezembro de 2023 até **07 de dezembro de 2024 (07/12/2024),** conforme artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

Nova Lacerda – MT, 17 de novembro de 2023

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI Nº 985 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

LEI Nº 985 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

"Dispõe sobre a inclusão de ação no PPA 2022/2025 e no Anexo de Prioridades e Metas da LDO 2023 e dá outras providências".

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, *FAZ SABER* que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica criada e incluída a ação constante no ANEXO I desta lei, alterando os Anexos da Lei Municipal nº 915/2021 (Plano Plurianual 2022-2025) e Anexo de Prioridades e Metas da Lei Municipal nº 952/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023).

Parágrafo Único **-** As ações incluídas pela presente lei não alteram os objetivos, justificativas e as diretrizes dos programas criados no PPA 2022 a 2025 (Lei Municipal nº 915/2021).

Art. 2º **-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Lacerda-MT, em 17 de novembro de 2023.

UILSON JOSÉ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I – Relação de Ações por Órgão e Ano (R$ 1,00)					
AÇÃO	**TIPO**	**ANO**	**ORDINÁRIO**	**VINCULADO**	**TOTAL**
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA.					
Órgão Responsável: 05 - Secretaria de Educação e Cultura					
Programa: 1022 – Intercambio e Integração Cultural					
Função: 13 – Cultura					
Sub-Função: 392 – Difusão Cultural					
Fonte de Recurso – 0.1.0701.000000		2023	0,00	376.000,00	376.000,00

Fonte de Recurso – 0.1.0500.000000		2023	41.081,50	0,00	41.081,50
1.090 – Subsidiar o Natal Iluminado	Projeto	2023	41.081,50	376.000,00	417.081,50

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
PORTARIA N° 27/2023

PORTARIA N° 27/2023

Amilton Rodrigues de Freitas, Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições conferidas por Lei:

RESOLVE

Art. 1° - Conceder férias regulamentares a servidora Maria das Graças Rodrigues dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, da Câmara Municipal de Nova Lacerda-MT. As férias referem-se ao período aquisitivo de março de 2022 a março de 2023, com direito ao gozo no período de 21/11/2023 a 20/12/2023.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, 17 de novembro de 2023.

Amilton Rodrigues de Freitas

Presidente

Registre, Publique-se e Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

À EMPRESA THS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n° 24.906.430/0001-35, sediada no QN 03, Lote 01, Sala 01, Riacho Fundo 1, Brasília – DF, CEP 71.805-403.

CONSIDERANDO o relatório do engenheiro fiscal do Município cópia anexo informando o atraso injustificado no início da obra;

CONSIDERANDO que o atraso no início da obra é caso de rescisão contratual conforme disposição da sub cláusula 10.5 da cláusula 10 do contrato 006/2022;

9.0 - CLÁUSULA NOVA - DA RESCISÃO 9.1 - O presente contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, sem interpelação extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito a qualquer indenização quando: 9.1.1 - Não cumprir quaisquer das cláusulas contratuais especificações, projetos ou prazos. 9.1.2 - Cumprir irregularmente as cláusulas contratuais, especificações projetos e prazos. 9.1.3 - O atraso injustificado no início da obra.

CONSIDERANDO inexecução total ou parcial enseja sua rescisão ou a sua extinção, conforme leciona o art. 78 da lei 8.666/93 in verbis;

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

(...)

I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

CONSIDERANDO que a administração pública do município de Nova Marilândia expediu ordem de serviço na data de 18 (dezoito|) de setembro de 2023 cópia anexa;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Marilândia/MT, vêm cumprindo com suas obrigações contratuais;

CONSIDERANDO que a o atraso injustificado poderá ser aplicada multa contratual conforme disposição da subcláusula 10.1.2 da clausula 10.0 do contrato administrativo 006/20022 in verbis:

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES E PENALIDADES 10.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções a juízo do CONTRATANTE, garantido o contraditório e a ampla defesa: 10.1.1 - Advertência; 10.1.2 - Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no início ou na conclusão da obra;

O **MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 37.464. 989/0001-02, com sede administrativa à Rua Tiradentes, 329, na cidade de Nova Marilândia-MT, devidamente representado pelo fiscal de contrato na pessoa de GEOVANIO FRANCISCO DA SILVA REIS portador do CPF/MF N.º 694.136.061-53 e RG: 1135258-2/SSP/MT conforme inclusa cópia de nomeação anexo, vem por meio deste expedir:

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

No sentido de que a empresa hora notificada inicie imediatamente os serviços da obra após o recebimento da presente notificação e apresente justificativa pelo seu atraso;

O não cumprimento da presente notificação implicará em rescisão contratual e abertura de processo administrativo, com as possíveis sanções de penalidade aplicáveis ao caso.

Nova Marilândia, aos 14 (quatorze) dias do mês de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três). Nestes Termos

GEOVANIO DA SILVA REIS

FISCAL DO CONTRATO

CIENTE:

DATA / /

EMPRESA NOTIFICADA **-** À EMPRESA THS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – ME

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 375/2023

EMENTA: CONCEDE 10 (DEZ) DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SR.º. **ROGÉRIO APARECIDO RAIMUNDO.**

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016 DE 14/03/2016 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º – Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal Sr.º **ROGÉRIO APARECIDO RAIMUNDO**, portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº 5XXXX-5 – SSP/MT e CPF: 406.XXX.XXX- 20, ocupante do Cargo de **Agente Fazendário**, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, atendendo a requerimento de férias que têm direito, em conformidade com a Lei Nº 725/2016, de 14 de março de 2016, com início do gozo das férias no dia 20/11/2023 e termino no dia 29/11/2023, retornando às atividades no dia 30/11/2023.

Parágrafo único – Ao término do período concedido neste ato deverá o servidor retornar às atividades concernentes ao seus cargo junto à sua Secretaria neste município Nova Marilândia – MT.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – 17/11/2023.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

Prefeito de Nova Marilândia – MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 374/2023

EMENTA: CONCEDE VINTE DIAS (20) DE FÉRIAS E FAZ A CONVERSÃO DE 10 (DEZ) DIAS EM PECÚNIA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RELACIONADO ABAIXO**.**

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016 DE 14/03/2016 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º – Conceder 20 (vinte) dias de férias e fazer a conversão de 10 dias em pecúnia ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, atendendo a requerimento de FÉRIAS que têm direito, em conformidade com a Lei Nº 725/2016, de 14 de março de 2016.

CLEBER LIMA SOUTO	SECRETARIA MUN. DE FAZENDA	CONTADOR	CPF: 836.XXX.XXX-87	17/11/2023 A 06/12/2023 RETORNANDO AS ATIVIDADES 07/12/2023.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato deverá o servidor retornar às atividades concernentes ao seu cargo junto à sua Secretaria neste município de Nova Marilândia – MT.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – 17/11/2023.

_____

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

Prefeito de Nova Marilândia – MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO N° 114/2023

CONTRATO N° 114/2023 – **ASS** – 17/11/2023 – **VCTO** – 15/05/2024 – R$ 24.000,00

OBJ: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE SISTEMA VOLTADOS AO PROJETO EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

CONTRATADO (A) DALBERTO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA **CNPJ** 20.275.382/0001-73

Nova Marilândia-MT, 17 de Novembro de 2023.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2023 SRP

O Município de Nova Marilândia – MT, através de seu Pregoeiro Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará às 08h00min (Horário Local), do dia 05 de dezembro de 2023, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada a Avenida Tiradentes, nº 329, Centro – Nova Marilândia - MT, o PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2023 – SRP, do tipo Menor preço por item, para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA MARILÂNDIA – MT. O Edital completo poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - MT, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente, pelo E-mail: pmnovamarilandia@hotmail.com o**u pelo site www.novamarilandia.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00min às 11h00min e das 12h30min às 16h30min, através do telefone (65) 3352-1135.**

Nova Marilândia – MT, 17 de novembro de 2023.

HYAN DE SOUZA SANTANA

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
RREO 5º BIMESTRE 2023 - ANEXO 12 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS

Módulo dos Gestores

UF: Mato Grosso **MUNICÍPIO:** Nova Maringá

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
5° Bimestre 2023 , data e hora da homologação dos dados pelo gestor: 17/11/23 12:56:43

RREO - ANEXO 12 (LC141/2012, art.35) R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	11.915.914,00	11.915.914,00	8.756.016,03	73,48
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	2.037.414,00	2.037.414,00	1.005.461,97	49,35
IPTU	850.000,00	850.000,00	438.489,85	51,59
Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do IPTU	1.187.414,00	1.187.414,00	566.972,12	47,75
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	4.450.000,00	4.450.000,00	2.443.441,83	54,91
ITBI	4.450.000,00	4.450.000,00	2.443.441,83	54,91
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.878.500,00	3.878.500,00	3.703.548,13	95,49
ISS	3.810.000,00	3.810.000,00	3.552.442,31	93,24
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	68.500,00	68.500,00	151.105,82	220,59
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	1.550.000,00	1.550.000,00	1.603.564,10	103,46
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	43.790.300,00	43.790.300,00	33.886.712,41	77,38
Cota-Parte FPM	12.750.000,00	12.750.000,00	9.161.156,34	71,85
Cota-Parte ITR	5.100.000,00	5.100.000,00	3.288.006,62	64,47
Cota-Parte do IPVA	1.080.000,00	1.080.000,00	1.102.365,80	102,07
Cota-Parte do ICMS	24.750.300,00	24.750.300,00	20.239.741,69	81,78
Cota-Parte do IPI - Exportação	110.000,00	110.000,00	95.441,96	86,77
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	55.706.214,00	55.706.214,00	42.642.728,44	76,55

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	2.439.536,00	3.125.386,00	2.438.501,08	78,02	2.211.055,29	70,75	2.189.186,94	70,05	227.445,79
Despesas Correntes	1.643.019,32	2.201.069,32	1.541.300,54	70,03	1.316.454,75	59,81	1.294.734,10	58,82	224.845,79
Despesas de Capital	796.516,68	924.316,68	897.200,54	97,07	894.600,54	96,79	894.452,84	96,77	2.600,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	3.323.900,00	3.565.477,52	3.359.470,68	94,22	2.860.083,93	80,22	2.761.729,48	77,46	499.386,75
Despesas Correntes	3.169.400,00	3.533.527,52	3.330.313,68	94,25	2.831.926,93	80,14	2.733.572,48	77,36	498.386,75
Despesas de Capital	154.500,00	31.950,00	29.157,00	91,26	28.157,00	88,13	28.157,00	88,13	1.000,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	506.000,00	415.200,00	482.068,25	116,11	414.602,90	99,86	414.602,90	99,86	67.465,35
Despesas Correntes	490.000,00	399.000,00	476.950,00	119,54	409.484,65	102,63	409.484,65	102,63	67.465,35
Despesas de Capital	16.000,00	16.200,00	5.118,25	31,59	5.118,25	31,59	5.118,25	31,59	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	63.100,00	20.400,00	7.654,34	37,52	7.654,34	37,52	7.654,34	37,52	0,00
Despesas Correntes	62.600,00	19.900,00	7.654,34	38,46	7.654,34	38,46	7.654,34	38,46	0,00
Despesas de Capital	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	3.759.150,00	3.741.200,00	3.087.980,70	82,54	2.782.154,69	74,37	2.711.429,09	72,47	305.826,01
Despesas Correntes	3.723.375,00	3.705.325,00	3.072.712,70	82,93	2.767.814,69	74,70	2.703.311,09	72,96	304.898,01
Despesas de Capital	35.775,00	35.875,00	15.268,00	42,56	14.340,00	39,97	8.118,00	22,63	928,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	10.091.686,00	10.867.663,52	9.375.675,05	86,27	8.275.551,15	76,15	8.084.602,75	74,39	1.100.123,90

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	9.375.675,05	8.275.551,15	8.084.602,75
(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	N/A	N/A	N/A
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	9.375.675,05	8.275.551,15	8.084.602,75
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			6.396.409,26
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			N/A
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	2.979.265,79	1.879.141,89	1.688.193,49
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	21,98	19,40	18,95

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancel ou prescr (u)
Empenhos de 2023	6.396.409,26	8.275.551,15	1.879.141,89	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Empenhos de 2022	7.555.592,96	10.534.184,49	2.978.591,53	633.364,96	0,00	0,00	335.691,68	118.655,80	179.01
Empenhos de 2021	6.669.177,11	9.499.417,94	2.830.240,83	126,30	0,00	0,00	0,00	126,30	
Empenhos de 2020	4.125.543,45	7.423.891,12	3.298.347,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empenhos de 2019	3.702.971,47	6.172.460,24	2.469.488,77	435,00	0,00	0,00	0,00	435,00	
Empenhos de 2018	3.072.728,90	5.280.357,38	2.207.628,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empenhos de 2017	2.978.356,02	5.070.941,88	2.092.585,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empenhos de 2016	2.994.585,86	4.568.744,93	1.574.159,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empenhos de 2015	2.518.185,98	3.545.680,02	1.027.494,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empenhos de 2014	2.340.802,65	3.989.087,45	1.648.284,80	0,00	253.144,72	0,00	0,00	0,00	
Empenhos de 2013	2.189.475,05	3.237.655,73	1.048.180,68	0,00	10.569,21	0,00	0,00	0,00	

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "r")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a ser compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2021 a ser compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	2.451.719,34	2.451.719,34	2.300.004,89	93,81
Provenientes da União	2.119.827,20	2.119.827,20	1.811.931,53	85,48
Provenientes dos Estados	331.892,14	331.892,14	488.073,36	147,06
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXI)	2.451.719,34	2.451.719,34	2.300.004,89	93,81

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	1.592.104,64	1.747.687,93	1.307.818,64	74,83	1.275.038,64	72,96	1.258.002,35	71,98	32.780,00
Despesas Correntes	1.561.272,44	1.600.005,73	1.207.721,57	75,48	1.207.721,57	75,48	1.190.685,28	74,42	0,00
Despesas de Capital	30.832,20	147.682,20	100.097,07	67,78	67.317,07	45,58	67.317,07	45,58	32.780,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	1.032.194,92	1.334.381,88	763.656,55	57,23	763.656,55	57,23	760.215,64	56,97	0,00
Despesas Correntes	978.503,92	1.168.190,88	640.156,55	54,80	640.156,55	54,80	636.715,64	54,50	0,00
Despesas de Capital	53.691,00	166.191,00	123.500,00	74,31	123.500,00	74,31	123.500,00	74,31	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	91.480,78	149.480,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	47.480,78	107.480,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	44.000,00	42.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	146.436,00	232.936,00	109.175,97	46,87	109.175,97	46,87	108.001,72	46,37	0,00
Despesas Correntes	140.936,00	227.436,00	109.175,97	48,00	109.175,97	48,00	108.001,72	47,49	0,00
Despesas de Capital	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	12.000,00	26.204,99	13.403,50	51,15	12.077,51	46,09	9.946,30	37,96	1.325,99
Despesas Correntes	0,00	14.204,99	13.403,50	94,36	12.077,51	85,02	9.946,30	70,02	1.325,99
Despesas de Capital	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII+ XXXIX)	2.874.216,34	3.490.691,58	2.194.054,66	62,85	2.159.948,67	61,88	2.136.166,01	61,20	34.105,99

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA(XLI) = (IV + XXXIII)	4.031.640,64	4.873.073,93	3.746.319,72	76,88	3.486.093,93	71,54	3.447.189,29	70,74	260.225,79
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIV)	4.356.094,92	4.899.859,40	4.123.127,23	84,15	3.623.740,48	73,96	3.521.945,12	71,88	499.386,75
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VI + XXXV)	597.480,78	564.680,78	482.068,25	85,37	414.602,90	73,42	414.602,90	73,42	67.465,35
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VII + XXXVI)	209.536,00	253.336,00	116.830,31	46,12	116.830,31	46,12	115.656,06	45,65	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(XLV) = (VIII + XXXVII)									
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (IX + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (X + XXXIX)	3.771.150,00	3.767.404,99	3.101.384,20	82,32	2.794.232,20	74,17	2.721.375,39	72,23	307.152,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XI + XL)	12.965.902,34	14.358.355,10	11.569.729,71	80,58	10.435.499,82	72,68	10.220.768,76	71,18	1.134.229,89
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	2.874.216,34	3.490.691,58	2.194.054,66	62,85	2.159.948,67	61,88	2.136.166,01	61,20	34.105,99
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	10.091.686,00	10.867.663,52	9.375.675,05	86,27	8.275.551,15	76,15	8.084.602,75	74,39	1.100.123,90

FONTE: SIOPS, Nova Maringá, data e hora da homologação dos dados pelo gestor: 17/11/23 12:56:43
1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).
3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

Relatório já homologado pelo Gestor do SUS para este ano/período: 2023 / 5° Bimestre, clique para visualizar.

LICITAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO.

Em cumprimento ao disposto no Art.165 CF e Art.52 da Execução Orçamentária e Art. 53 da Gestão Fiscal da Lei de Responsabilidade Fiscal, com referencia a ampla publicidade, A **Prefeitura Municipal de Nova Maringá**, Estado de Mato Grosso, vem a público informar que se encontra afixado; no mural da Prefeitura, Câmara Municipal, jornal AMM, www.novamaringa.mt.gov.br,

5º Bimestre dos *Relatórios resumidos da Execução Orçamentária referente ao Exercício de 2023.*

Nova Maringá – MT, 17 de Novembro de 2023.

_____

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal.

LICITAÇÃO
RREO 5º BIMESTRE 2023

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	81.144.872,00	82.141.671,24	12.952.653,53	15,77	64.370.088,85	78,36	17.771.582,39
RECEITAS CORRENTES	64.996.608,80	65.043.408,04	12.952.653,53	19,91	53.041.198,06	81,55	12.002.209,98
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	12.782.712,66	12.782.712,66	1.991.828,56	15,58	9.337.209,39	73,05	3.445.503,27
Impostos	11.450.312,66	11.450.312,66	1.940.833,44	16,95	8.756.016,03	76,47	2.694.296,63
Taxas	1.332.400,00	1.332.400,00	50.995,12	3,83	581.193,36	43,62	751.206,64
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	125.000,00	125.000,00	61.565,53	49,25	349.356,27	279,49	-224.356,27
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	125.000,00	125.000,00	61.565,53	49,25	349.356,27	279,49	-224.356,27
RECEITA PATRIMONIAL	1.115.600,00	1.115.600,00	169.076,05	15,16	1.230.188,78	110,27	-114.588,78
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	1.115.600,00	1.115.600,00	169.076,05	15,16	1.230.188,78	110,27	-114.588,78
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	565.000,00	565.000,00	188.607,85	33,38	689.168,64	121,98	-124.168,64
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	10.000,00	10.000,00		0,00	37.600,00	376,00	-27.600,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	555.000,00	555.000,00	188.607,85	33,98	651.568,64	117,40	-96.568,64
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50.082.796,14	50.129.595,38	10.382.140,15	20,71	40.935.061,65	81,66	9.194.533,73
Transferências da União e de suas Entidades	19.005.664,00	19.052.463,24	4.233.201,44	22,22	13.702.286,20	71,92	5.350.177,04
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	25.672.132,14	25.672.132,14	4.910.041,19	19,13	21.469.750,25	83,63	4.202.381,89
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	5.400.000,00	5.400.000,00	1.238.897,52	22,94	5.763.025,20	106,72	-363.025,20
Transferências do Exterior							
Outras Transferências	5.000,00	5.000,00		0,00		0,00	5.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	325.500,00	325.500,00	159.435,39	48,98	500.213,33	153,68	-174.713,33
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	140.200,00	140.200,00	110.520,04	78,83	299.741,56	213,80	-159.541,56
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	185.300,00	185.300,00	48.915,35	26,40	200.471,77	108,19	-15.171,77
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	16.148.263,20	17.098.263,20		0,00	11.328.890,79	66,26	5.769.372,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.500.000,00	8.450.000,00		0,00	9.770.000,00	115,62	-1.320.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	7.500.000,00	8.450.000,00		0,00	9.770.000,00	115,62	-1.320.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00		0,00		0,00	100.000,00
Alienação de Bens Móveis	100.000,00	100.000,00		0,00		0,00	100.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.548.263,20	8.548.263,20		0,00	1.558.890,79	18,24	6.989.372,41
Transferências da União e de suas Entidades	98.263,20	98.263,20		0,00		0,00	98.263,20
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	8.450.000,00	8.450.000,00		0,00	1.558.890,79	18,45	6.891.109,21
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	81.144.872,00	82.141.671,24	12.952.653,53	15,77	64.370.088,85	78,36	17.771.582,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	81.144.872,00	82.141.671,24	12.952.653,53	15,77	64.370.088,85	78,36	17.771.582,39
DÉFICIT (VI)					3.474.445,64		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	81.144.872,00	82.141.671,24	12.952.653,53	15,77	67.844.534,49	82,59	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		4.691.322,11			4.691.322,11		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		4.691.322,11			4.691.322,11		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	81.144.872,00	86.832.993,35	10.281.855,10	73.915.544,80	12.917.448,55	12.400.007,21	67.844.534,49	18.988.458,86	66.171.540,99	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS CORRENTES	48.317.756,16	57.850.781,27	8.280.527,19	49.821.704,29	8.029.076,98	9.769.178,78	45.103.123,63	12.747.657,64	43.856.255,99	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.152.853,80	24.671.973,98	4.081.035,11	20.007.642,27	4.664.331,71	4.080.969,96	19.969.662,13	4.702.311,85	19.557.752,42	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.296.000,00	2.622.364,00	42.364,00	2.622.364,00	0,00	509.135,96	2.188.466,81	433.897,19	2.188.466,81	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.868.902,36	30.556.443,29	4.157.128,08	27.191.698,02	3.364.745,27	5.179.072,86	22.944.994,69	7.611.448,60	22.110.036,76	
DESPESAS DE CAPITAL	32.597.115,84	28.752.212,08	2.001.327,91	24.093.840,51	4.658.371,57	2.630.828,43	22.741.410,86	6.010.801,22	22.315.285,00	
INVESTIMENTOS	32.340.115,84	27.840.012,08	2.001.327,91	23.185.720,87	4.654.291,21	2.587.172,10	21.878.220,55	5.961.791,53	21.452.094,69	
INVERSÕES FINANCEIRAS	5.000,00	654.000,00	0,00	650.000,00	4.000,00	0,00	650.000,00	4.000,00	650.000,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	252.000,00	258.200,00	0,00	258.119,64	80,36	43.656,33	213.190,31	45.009,69	213.190,31	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	230.000,00	230.000,00			230.000,00			230.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	81.144.872,00	86.832.993,35	10.281.855,10	73.915.544,80	12.917.448,55	12.400.007,21	67.844.534,49	18.988.458,86	66.171.540,99	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	81.144.872,00	86.832.993,35	10.281.855,10	73.915.544,80	12.917.448,55	12.400.007,21	67.844.534,49	18.988.458,86	66.171.540,99	
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	81.144.872,00	86.832.993,35	10.281.855,10	73.915.544,80		12.400.007,21	67.844.534,49		66.171.540,99	
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Outras Transferências							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra-Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 37464831000124
	Exercício: 2023
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	81.144.872,00	86.832.993,35	10.281.855,10	73.915.544,80	100,00	12.917.448,55	12.400.007,21	67.844.534,49	100,00	18.988.458,86	
Legislativa	2.692.800,00	2.692.800,00	413.605,77	2.047.160,27	2,77	645.639,73	422.086,22	2.001.711,11	2,95	691.088,89	
Ação Legislativa	2.692.800,00	2.692.800,00	413.605,77	2.047.160,27	2,77	645.639,73	422.086,22	2.001.711,11	2,95	691.088,89	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	10.797.946,04	18.305.178,04	2.649.496,51	16.682.859,17	22,57	1.622.318,87	2.934.581,60	15.353.775,49	22,63	2.951.402,55	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	10.475.096,04	17.973.728,04	2.602.468,79	16.431.631,25	22,23	1.542.096,79	2.887.553,88	15.102.547,57	22,26	2.871.180,47	
Administração Financeira											
Controle Interno	322.850,00	331.450,00	47.027,72	251.227,92	0,34	80.222,08	47.027,72	251.227,92	0,37	80.222,08	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	2.107.651,78	2.068.802,78	247.942,54	1.520.755,84	2,06	548.046,94	275.561,79	1.423.219,17	2,10	645.583,61	
Assistência ao Idoso	50.693,82	51.893,82	0,00	19.107,16	0,03	32.786,66	1.505,55	16.648,98	0,02	35.244,84	
Assistência ao Portador de Deficiência	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	275.772,30	278.322,30	27.194,04	166.625,08	0,23	111.697,22	28.541,28	154.579,31	0,23	123.742,99	
Assistência Comunitária	998.720,30	965.361,30	96.818,26	625.474,95	0,85	339.886,35	103.835,99	579.005,10	0,85	386.356,20	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	777.465,36	768.225,36	123.930,24	709.548,65	0,96	58.676,71	141.678,97	672.985,78	0,99	95.239,58	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	12.965.902,34	14.358.355,10	1.746.668,73	11.569.729,71	15,65	2.788.625,39	2.028.651,29	10.435.499,82	15,38	3.922.855,28	
Atenção Básica	4.031.640,64	4.873.073,93	638.318,54	3.746.319,72	5,07	1.126.754,21	664.786,62	3.486.093,93	5,14	1.386.980,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.356.094,92	4.899.859,40	597.805,45	4.123.127,23	5,58	776.732,17	702.469,86	3.623.740,48	5,34	1.276.118,92	
Suporte Profilático e Terapêutico	597.480,78	564.680,78	0,00	482.068,25	0,65	82.612,53	87.770,82	414.602,90	0,61	150.077,88	
Vigilância Sanitária	209.536,00	253.336,00	14.057,02	116.830,31	0,16	136.505,69	14.057,02	116.830,31	0,17	136.505,69	
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	3.771.150,00	3.767.404,99	496.487,72	3.101.384,20	4,20	666.020,79	559.566,97	2.794.232,20	4,12	973.172,79	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	20.965.641,60	20.082.814,45	2.704.135,87	17.179.428,26	23,24	2.903.386,19	3.053.423,67	16.123.406,96	23,77	3.959.407,49	
Ensino Fundamental	15.006.756,00	13.559.275,25	1.870.842,67	12.166.998,07	16,46	1.392.277,18	2.236.159,52	11.740.091,75	17,30	1.819.183,50	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	3.600,00	3.600,00				3.600,00				3.600,00	
Educação Infantil	4.077.085,60	4.805.868,95	682.485,34	3.691.367,07	4,99	1.114.501,88	607.440,41	3.306.590,22	4,87	1.499.278,73	
Educação de Jovens e Adultos	14.000,00	14.000,00				14.000,00				14.000,00	
Educação Especial	209.200,00	245.750,00	0,00	223.032,92	0,30	22.717,08	40.551,44	162.205,76	0,24	83.544,24	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	1.655.000,00	1.454.320,25	150.807,86	1.098.030,20	1,49	356.290,05	169.272,30	914.519,23	1,35	539.801,02	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	238.869,72	602.819,72	196.738,25	550.241,10	0,74	52.578,62	211.513,36	477.791,33	0,70	125.028,39	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	238.869,72	602.819,72	196.738,25	550.241,10	0,74	52.578,62	211.513,36	477.791,33	0,70	125.028,39	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	7.944.638,82	2.887.461,82	351.710,90	1.797.973,36	2,43	1.089.488,46	341.089,00	1.592.776,41	2,35	1.294.685,41	
Infra-Estrutura Urbana	5.916.738,82	2.219.871,82	325.126,10	1.287.186,56	1,74	932.685,26	304.586,40	1.108.071,81	1,63	1.111.800,01	
Serviços Urbanos	2.027.900,00	667.590,00	26.584,80	510.786,80	0,69	156.803,20	36.502,60	484.704,60	0,71	182.885,40	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	4.450.000,00	4.649.845,75	0,00	4.036.225,19	5,46	613.620,56	332.093,46	3.646.560,83	5,37	1.003.284,92	
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	4.450.000,00	4.649.845,75	0,00	4.036.225,19	5,46	613.620,56	332.093,46	3.646.560,83	5,37	1.003.284,92	
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	991.518,78	1.590.033,77	185.435,72	1.246.593,53	1,69	343.440,24	343.124,98	1.000.549,36	1,47	589.484,41	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	96.100,00	703.864,99	25.423,20	499.161,45	0,68	204.703,54	131.681,19	298.687,31	0,44	405.177,68	
FU17 - Administração Geral	895.418,78	886.168,78	160.012,52	747.432,08	1,01	138.736,70	211.443,79	701.862,05	1,03	184.306,73	
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	459.620,00	552.070,00	46.355,67	390.512,25	0,53	161.557,75	63.803,91	368.173,99	0,54	183.896,01	
Preservação e Conservação Ambiental	25.000,00	25.000,00				25.000,00				25.000,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral	434.620,00	527.070,00	46.355,67	390.512,25	0,53	136.557,75	63.803,91	368.173,99	0,54	158.896,01	
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	2.204.040,24	1.831.190,24	125.686,37	1.382.548,74	1,87	448.641,50	182.473,44	1.206.943,50	1,78	624.246,74	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	428.478,00	61.228,00		37.744,10	0,05	23.483,90		37.744,10	0,06	23.483,90	
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral	990.562,24	1.069.562,24	125.686,37	917.414,64	1,24	152.147,60	182.473,44	741.809,40	1,09	327.752,84	
FU20 - Demais Subfunções	785.000,00	700.400,00		427.390,00	0,58	273.010,00		427.390,00	0,63	273.010,00	
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	12.790.242,68	13.251.142,68	1.511.573,07	11.892.615,18	16,09	1.358.527,50	1.469.977,96	11.184.502,86	16,49	2.066.639,82	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	12.790.242,68	13.251.142,68	1.511.573,07	11.892.615,18	16,09	1.358.527,50	1.469.977,96	11.184.502,86	16,49	2.066.639,82	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	118.000,00	209.915,00	60.141,70	98.418,56	0,13	111.496,44	59.277,70	97.554,56	0,14	112.360,44	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	38.000,00	131.550,00	60.141,70	98.418,56	0,13	33.131,44	59.277,70	97.554,56	0,14	33.995,44	
Lazer	80.000,00	78.365,00				78.365,00				78.365,00	
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	2.188.000,00	3.520.564,00	42.364,00	3.520.483,64	4,76	80,36	682.348,83	2.932.069,10	4,32	588.494,90	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	1.548.000,00	2.880.564,00	42.364,00	2.880.483,64	3,90	80,36	552.792,29	2.401.657,12	3,54	478.906,88	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	640.000,00	640.000,00	0,00	640.000,00	0,87	0,00	129.556,54	530.411,98	0,78	109.588,02	
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	230.000,00	230.000,00				230.000,00				230.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	81.144.872,00	86.832.993,35	10.281.855,10	73.915.544,80	100,00	12.917.448,55	12.400.007,21	67.844.534,49	100,00	18.988.458,86	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/▮ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/▮ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/▮ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/▮ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 37464831000124
	Exercício: 2023
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

LICITAÇÃO
RREO 5º BIMESTRE 2023 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	81.144.872,00	82.141.671,24	12.952.653,53	15,77	64.370.088,85	78,36	17.771.582,39
RECEITAS CORRENTES	64.996.608,80	65.043.408,04	12.952.653,53	19,91	53.041.198,06	81,55	12.002.209,98
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	12.782.712,66	12.782.712,66	1.991.828,56	15,58	9.337.209,39	73,05	3.445.503,27
Impostos	11.450.312,66	11.450.312,66	1.940.833,44	16,95	8.756.016,03	76,47	2.694.296,63
Taxas	1.332.400,00	1.332.400,00	50.995,12	3,83	581.193,36	43,62	751.206,64
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	125.000,00	125.000,00	61.565,53	49,25	349.356,27	279,49	-224.356,27
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	125.000,00	125.000,00	61.565,53	49,25	349.356,27	279,49	-224.356,27
RECEITA PATRIMONIAL	1.115.600,00	1.115.600,00	169.076,05	15,16	1.230.188,78	110,27	-114.588,78
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	1.115.600,00	1.115.600,00	169.076,05	15,16	1.230.188,78	110,27	-114.588,78
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	565.000,00	565.000,00	188.607,85	33,38	689.168,64	121,98	-124.168,64
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	10.000,00	10.000,00		0,00	37.600,00	376,00	-27.600,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	555.000,00	555.000,00	188.607,85	33,98	651.568,64	117,40	-96.568,64
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50.082.796,14	50.129.595,38	10.382.140,15	20,71	40.935.061,65	81,66	9.194.533,73
Transferências da União e de suas Entidades	19.005.664,00	19.052.463,24	4.233.201,44	22,22	13.702.286,20	71,92	5.350.177,04
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	25.672.132,14	25.672.132,14	4.910.041,19	19,13	21.469.750,25	83,63	4.202.381,89
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	5.400.000,00	5.400.000,00	1.238.897,52	22,94	5.763.025,20	106,72	-363.025,20
Transferências do Exterior							
Outras Transferências	5.000,00	5.000,00		0,00		0,00	5.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	325.500,00	325.500,00	159.435,39	48,98	500.213,33	153,68	-174.713,33
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	140.200,00	140.200,00	110.520,04	78,83	299.741,56	213,80	-159.541,56
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	185.300,00	185.300,00	48.915,35	26,40	200.471,77	108,19	-15.171,77
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							

Documento gerado em 17/11/2023 08:33:22

Página 1 de 15

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	16.148.263,20	17.098.263,20		0,00	11.328.890,79	66,26	5.769.372,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.500.000,00	8.450.000,00		0,00	9.770.000,00	115,62	-1.320.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	7.500.000,00	8.450.000,00		0,00	9.770.000,00	115,62	-1.320.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00		0,00		0,00	100.000,00
Alienação de Bens Móveis	100.000,00	100.000,00		0,00		0,00	100.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.548.263,20	8.548.263,20		0,00	1.558.890,79	18,24	6.989.372,41
Transferências da União e de suas Entidades	98.263,20	98.263,20		0,00		0,00	98.263,20
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	8.450.000,00	8.450.000,00		0,00	1.558.890,79	18,45	6.891.109,21
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	81.144.872,00	82.141.671,24	12.952.653,53	15,77	64.370.088,85	78,36	17.771.582,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	81.144.872,00	82.141.671,24	12.952.653,53	15,77	64.370.088,85	78,36	17.771.582,39
DÉFICIT (VI)					3.474.445,64		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	81.144.872,00	82.141.671,24	12.952.653,53	15,77	67.844.534,49	82,59	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		4.691.322,11			4.691.322,11		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		4.691.322,11			4.691.322,11		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	81.144.872,00	86.832.993,35	10.281.855,10	73.915.544,80	12.917.448,55	12.400.007,21	67.844.534,49	18.988.458,86	66.171.540,99	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS CORRENTES	48.317.756,16	57.850.781,27	8.280.527,19	49.821.704,29	8.029.076,98	9.769.178,78	45.103.123,63	12.747.657,64	43.856.255,99	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.152.853,80	24.671.973,98	4.081.035,11	20.007.642,27	4.664.331,71	4.080.969,96	19.969.662,13	4.702.311,85	19.557.752,42	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.296.000,00	2.622.364,00	42.364,00	2.622.364,00	0,00	509.135,96	2.188.466,81	433.897,19	2.188.466,81	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.868.902,36	30.556.443,29	4.157.128,08	27.191.698,02	3.364.745,27	5.179.072,86	22.944.994,69	7.611.448,60	22.110.036,76	
DESPESAS DE CAPITAL	32.597.115,84	28.752.212,08	2.001.327,91	24.093.840,51	4.658.371,57	2.630.828,43	22.741.410,86	6.010.801,22	22.315.285,00	
INVESTIMENTOS	32.340.115,84	27.840.012,08	2.001.327,91	23.185.720,87	4.654.291,21	2.587.172,10	21.878.220,55	5.961.791,53	21.452.094,69	
INVERSÕES FINANCEIRAS	5.000,00	654.000,00	0,00	650.000,00	4.000,00	0,00	650.000,00	4.000,00	650.000,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	252.000,00	258.200,00	0,00	258.119,64	80,36	43.656,33	213.190,31	45.009,69	213.190,31	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	230.000,00	230.000,00			230.000,00			230.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	81.144.872,00	86.832.993,35	10.281.855,10	73.915.544,80	12.917.448,55	12.400.007,21	67.844.534,49	18.988.458,86	66.171.540,99	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	81.144.872,00	86.832.993,35	10.281.855,10	73.915.544,80	12.917.448,55	12.400.007,21	67.844.534,49	18.988.458,86	66.171.540,99	
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	81.144.872,00	86.832.993,35	10.281.855,10	73.915.544,80		12.400.007,21	67.844.534,49		66.171.540,99	
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Outras Transferências							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra-Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 37464831000124
	Exercício: 2023
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2023
Notas Explicativas	**-**
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	81.144.872,00	86.832.993,35	10.281.855,10	73.915.544,80	100,00	12.917.448,55	12.400.007,21	67.844.534,49	100,00	18.988.458,86	
Legislativa	2.692.800,00	2.692.800,00	413.605,77	2.047.160,27	2,77	645.639,73	422.086,22	2.001.711,11	2,95	691.088,89	
Ação Legislativa	2.692.800,00	2.692.800,00	413.605,77	2.047.160,27	2,77	645.639,73	422.086,22	2.001.711,11	2,95	691.088,89	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	10.797.946,04	18.305.178,04	2.649.496,51	16.682.859,17	22,57	1.622.318,87	2.934.581,60	15.353.775,49	22,63	2.951.402,55	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	10.475.096,04	17.973.728,04	2.602.468,79	16.431.631,25	22,23	1.542.096,79	2.887.553,88	15.102.547,57	22,26	2.871.180,47	
Administração Financeira											
Controle Interno	322.850,00	331.450,00	47.027,72	251.227,92	0,34	80.222,08	47.027,72	251.227,92	0,37	80.222,08	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	2.107.651,78	2.068.802,78	247.942,54	1.520.755,84	2,06	548.046,94	275.561,79	1.423.219,17	2,10	645.583,61	
Assistência ao Idoso	50.693,82	51.893,82	0,00	19.107,16	0,03	32.786,66	1.505,55	16.648,98	0,02	35.244,84	
Assistência ao Portador de Deficiência	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	275.772,30	278.322,30	27.194,04	166.625,08	0,23	111.697,22	28.541,28	154.579,31	0,23	123.742,99	
Assistência Comunitária	998.720,30	965.361,30	96.818,26	625.474,95	0,85	339.886,35	103.835,99	579.005,10	0,85	386.356,20	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	777.465,36	768.225,36	123.930,24	709.548,65	0,96	58.676,71	141.678,97	672.985,78	0,99	95.239,58	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	12.965.902,34	14.358.355,10	1.746.668,73	11.569.729,71	15,65	2.788.625,39	2.028.651,29	10.435.499,82	15,38	3.922.855,28	
Atenção Básica	4.031.640,64	4.873.073,93	638.318,54	3.746.319,72	5,07	1.126.754,21	664.786,62	3.486.093,93	5,14	1.386.980,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.356.094,92	4.899.859,40	597.805,45	4.123.127,23	5,58	776.732,17	702.469,86	3.623.740,48	5,34	1.276.118,92	
Suporte Profilático e Terapêutico	597.480,78	564.680,78	0,00	482.068,25	0,65	82.612,53	87.770,82	414.602,90	0,61	150.077,88	
Vigilância Sanitária	209.536,00	253.336,00	14.057,02	116.830,31	0,16	136.505,69	14.057,02	116.830,31	0,17	136.505,69	
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	3.771.150,00	3.767.404,99	496.487,72	3.101.384,20	4,20	666.020,79	559.566,97	2.794.232,20	4,12	973.172,79	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	20.965.641,60	20.082.814,45	2.704.135,87	17.179.428,26	23,24	2.903.386,19	3.053.423,67	16.123.406,96	23,77	3.959.407,49	
Ensino Fundamental	15.006.756,00	13.559.275,25	1.870.842,67	12.166.998,07	16,46	1.392.277,18	2.236.159,52	11.740.091,75	17,30	1.819.183,50	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	3.600,00	3.600,00				3.600,00				3.600,00	
Educação Infantil	4.077.085,60	4.805.868,95	682.485,34	3.691.367,07	4,99	1.114.501,88	607.440,41	3.306.590,22	4,87	1.499.278,73	
Educação de Jovens e Adultos	14.000,00	14.000,00				14.000,00				14.000,00	
Educação Especial	209.200,00	245.750,00	0,00	223.032,92	0,30	22.717,08	40.551,44	162.205,76	0,24	83.544,24	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	1.655.000,00	1.454.320,25	150.807,86	1.098.030,20	1,49	356.290,05	169.272,30	914.519,23	1,35	539.801,02	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	238.869,72	602.819,72	196.738,25	550.241,10	0,74	52.578,62	211.513,36	477.791,33	0,70	125.028,39	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	238.869,72	602.819,72	196.738,25	550.241,10	0,74	52.578,62	211.513,36	477.791,33	0,70	125.028,39	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	7.944.638,82	2.887.461,82	351.710,90	1.797.973,36	2,43	1.089.488,46	341.089,00	1.592.776,41	2,35	1.294.685,41	
Infra-Estrutura Urbana	5.916.738,82	2.219.871,82	325.126,10	1.287.186,56	1,74	932.685,26	304.586,40	1.108.071,81	1,63	1.111.800,01	
Serviços Urbanos	2.027.900,00	667.590,00	26.584,80	510.786,80	0,69	156.803,20	36.502,60	484.704,60	0,71	182.885,40	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	4.450.000,00	4.649.845,75	0,00	4.036.225,19	5,46	613.620,56	332.093,46	3.646.560,83	5,37	1.003.284,92	
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	4.450.000,00	4.649.845,75	0,00	4.036.225,19	5,46	613.620,56	332.093,46	3.646.560,83	5,37	1.003.284,92	
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	991.518,78	1.590.033,77	185.435,72	1.246.593,53	1,69	343.440,24	343.124,98	1.000.549,36	1,47	589.484,41	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	96.100,00	703.864,99	25.423,20	499.161,45	0,68	204.703,54	131.681,19	298.687,31	0,44	405.177,68	
FU17 - Administração Geral	895.418,78	886.168,78	160.012,52	747.432,08	1,01	138.736,70	211.443,79	701.862,05	1,03	184.306,73	
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	459.620,00	552.070,00	46.355,67	390.512,25	0,53	161.557,75	63.803,91	368.173,99	0,54	183.896,01	
Preservação e Conservação Ambiental	25.000,00	25.000,00				25.000,00				25.000,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral	434.620,00	527.070,00	46.355,67	390.512,25	0,53	136.557,75	63.803,91	368.173,99	0,54	158.896,01	
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	2.204.040,24	1.831.190,24	125.686,37	1.382.548,74	1,87	448.641,50	182.473,44	1.206.943,50	1,78	624.246,74	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	428.478,00	61.228,00		37.744,10	0,05	23.483,90		37.744,10	0,06	23.483,90	
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral	990.562,24	1.069.562,24	125.686,37	917.414,64	1,24	152.147,60	182.473,44	741.809,40	1,09	327.752,84	
FU20 - Demais Subfunções	785.000,00	700.400,00		427.390,00	0,58	273.010,00		427.390,00	0,63	273.010,00	
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	12.790.242,68	13.251.142,68	1.511.573,07	11.892.615,18	16,09	1.358.527,50	1.469.977,96	11.184.502,86	16,49	2.066.639,82	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	12.790.242,68	13.251.142,68	1.511.573,07	11.892.615,18	16,09	1.358.527,50	1.469.977,96	11.184.502,86	16,49	2.066.639,82	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	118.000,00	209.915,00	60.141,70	98.418,56	0,13	111.496,44	59.277,70	97.554,56	0,14	112.360,44	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	38.000,00	131.550,00	60.141,70	98.418,56	0,13	33.131,44	59.277,70	97.554,56	0,14	33.995,44	
Lazer	80.000,00	78.365,00				78.365,00				78.365,00	
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	2.188.000,00	3.520.564,00	42.364,00	3.520.483,64	4,76	80,36	682.348,83	2.932.069,10	4,32	588.494,90	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	1.548.000,00	2.880.564,00	42.364,00	2.880.483,64	3,90	80,36	552.792,29	2.401.657,12	3,54	478.906,88	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	640.000,00	640.000,00	0,00	640.000,00	0,87	0,00	129.556,54	530.411,98	0,78	109.588,02	
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	230.000,00	230.000,00				230.000,00				230.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	81.144.872,00	86.832.993,35	10.281.855,10	73.915.544,80	100,00	12.917.448,55	12.400.007,21	67.844.534,49	100,00	18.988.458,86	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∎ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∎ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∎ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∎ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/▮ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/▮ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37464831000124
Exercício: 2023
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 37464831000124
	Exercício: 2023
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2023
Notas Explicativas	**-**
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

LEI Nº 1.222 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

Súmula: "*Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo Municipal instituir o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no Município de Nova Maringá e dá outras providências".*

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 54, IV da Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei ordinária:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no município de Nova Maringá-MT, destinado à regularização de créditos tributários do Município, decorrentes de débitos de contribuintes (pessoas físicas ou jurídicas), relativos a tributos municipais, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2022, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado ou retido.

Art. 2º - A administração do REFIS será exercida pelo Secretário Municipal de Finanças, a quem compete implementar os procedimentos necessários à execução do programa, observado o disposto em Decreto regulamentar.

§ 1º - O ingresso no REFIS, implica na inclusão obrigatória da totalidade dos créditos vencidos até 31 de dezembro de 2022, em nome de pessoas físicas ou jurídica, inclusive os não constituídos, exceto aqueles demandados judicialmente e com exigibilidade suspensa e que, por opção do contribuinte ou responsável, venham a permanecer nessa situação.

§2º - Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados, de forma irretratável e irrevogável.

§3º - Excepcionalmente o contribuinte ou terceiro interessado, poderá requerer a inclusão no REFIS de apenas parte da dívida inscrita, relativas a imóveis ou lançamentos específicos, desde que justifique e comprove a real necessidade da medida.

§4º - Compete exclusivamente ao Secretário Municipal de Finanças deferir ou não a inclusão do contribuinte no REFIS na forma do disposto pelo parágrafo anterior.

Art. 3º - Na hipótese de crédito com exigibilidade suspensa por força de decisão judicial, a inclusão no REFIS dos respectivos débitos, fica condicionada ao encerramento do feito por desistência expressa e irrevogável da respectiva ação judicial, bem assim à renúncia do direito sobre os mesmos débitos, sobre o qual se funda a ação.

Parágrafo único - Requerida a desistência da ação judicial com renúncia ao direito sobre que se funda, os eventuais depósitos judiciais efetuados deverão ser convertidos em renda, permitida a inclusão no REFIS de eventual saldo devedor.

Art. 4º - O REFIS abrangerá todos os créditos tributários devidos ao município referente a impostos, taxas, contribuições e demais espécies tributárias, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os que estão em sede de cobrança judicial e os denunciados espontaneamente pelo devedor principal ou responsável legal, vencidos até 31 de dezembro de 2022.

Parágrafo único – Serão abrangidos ainda, os acréscimos legais relativos a taxas, multas e juros vigentes à época da ocorrência do fato gerador, além das obrigações assessórias.

Art. 5º - A opção pelo REFIS, poderá ser formalizada por escrito no período de 22 de novembro de 2023 à 21 de dezembro de 2023, podendo este prazo ser prorrogado por Decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º - O parcelamento não poderá ultrapassar 06 (seis) meses, observando os seguintes limites:

§1º - Em se tratando de débito de Pessoa Física e Microempreendedor Individual - MEI de valor igual ou inferior a R$ 60,00 (sessenta reais), consolidados na forma desta Lei, será admitido o pagamento em parcela única com vencimento para até 30 (trinta) dias após a celebração do acordo.

§2º - Em se tratando de débito de Pessoa Física e Microempreendedor Individual - MEI, o valor igual ou superior a R$ 61,00 (sessenta e um reais) e inferior a R$ 600,00 (seiscentos reais) consolidados na forma desta Lei, será admitido o pagamento à vista ou em até 04 (quatro) parcelas iguais e sucessivas, respeitando-se sempre o valor mínimo de R$ 50,00 (cinquenta reais) por parcela.

§3º - Em se tratando de débito de pessoa jurídica de valor igual ou inferior a R$ 100,00 (cem reais), consolidados na forma desta Lei, será admitido o pagamento em parcela única com vencimento para até 30 (trinta) dias após a celebração do acordo.

§4º - Em se tratando de débito de pessoa jurídica, o valor igual ou superior a R$ 101,00 (cento e um reais) e inferior a R$ 600,00 (seiscentos reais) consolidados na forma desta Lei, será admitido o pagamento à vista ou em até 06 (seis) parcelas iguais e sucessivas, respeitando-se sempre o valor mínimo de R$ 100,00 (cem reais) na parcela.

§ 5º - Em se tratando de débito igual ou superior a R$ 601,00 (seiscentos e um reais) consolidados na forma desta Lei, o mesmo poderá ser parcelado em até 06 (seis) vezes, respeitando-se sempre o valor mínimo de R$ 60,00 (sessenta reais) na parcela para pessoa física e de R$ R$ 100,00 (cem reais) para pessoa jurídica.

§ 6º - O crédito fiscal objeto de parcelamento, depois de consolidado, sujeita-se a correção monetária com indicador que será devidamente regulamente via Decreto do Executivo.

§ 7º - A falta de pagamento de qualquer parcela até a data do vencimento ensejará as penalidades previstas na Lei Complementar Municipal n.º 01/2013, Código Tributário Nacional e Leis avulsas sobre a matéria.

§ 8º - Para a adesão do parcelamento prevista nesta lei, o devedor ou representante deverá pagar a titulo de “entrada” o valor de 30% (trinta por cento) do valor devido no ato de assinatura do termo de parcelamento e confissão de divida.

§ 9º - O parcelamento suspenderá as execuções fiscais ajuizadas nos termos do Art. 151, VI do Código Tributário Nacional, só extinguindo as execuções fiscais ajuizadas após a quitação total dos débitos tributários ajuizados.

§ 10º - Caso o optante do REFIS venha a se tornar inadimplente com mais de 03 (três) parcelas consecutivas ou não, o processo de execução prosseguirá com o restante do débito nos termos desta Lei.

Art. 7º - Será concedida remissão sobre os encargos incidentes nos tributos previstos no Art. 4º desta Lei, observadas as seguintes condições:

I – remissão de 60% (cem por cento) dos juros, multas e taxas de expediente, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em parcela única;

II - remissão de 10% (dez por cento) dos juros, multas e taxas de expediente, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 06 (seis) parcelas mensais e sucessivas;

IV - remissão de 20% (vinte por cento) dos juros, multas e taxas de expediente, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 04 (quatro) parcelas mensais e sucessivas;

V - remissão de 30% (trinta por cento) dos juros, multas e taxas de expediente, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 02 (duas) parcelas mensais e sucessivas;

Art. 8º - A opção pelo REFIS sujeitará o contribuinte ou responsável a:

I – aceitação plena irrevogável e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e da dívida relativa aos débitos tributários nele incluídos;

II – pagamento regular do débito consolidado;

III – pagamento total das custas processuais a serem recolhidas no foro de São José do Rio Claro-MT, quando tratar-se de execuções fiscais ajuizadas, salvo quando concedida justiça gratuita.

Parágrafo único: A opção pelo REFIS, exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos referidos no Art. 1º desta Lei.

Art. 9º - São requisitos indispensáveis à formalização do pedido:

I – requerimento assinado pelo devedor ou seu representante legal, com poderes especiais nos termos da Lei, juntando-se o respectivo instrumento;

II – se for o caso, requerimento formulado por terceiro interessado, o qual deverá assinar termo de responsabilidade pelos atos que realizar e assumir responsabilidade solidária pelo crédito tributário;

III – documentos que permitam identificar os responsáveis pela representação da empresa nos casos de débitos relativos à pessoa jurídica;

IV – cópia do documento de identificação, nos casos de débitos relativos à pessoa física;

§1º - Para os fins desta Lei, consideram-se terceiros interessados aqueles que possuam, direta ou indiretamente, alguma espécie de relação com o crédito tributário ou com seu fato gerador.

§2º - Uma vez formalizado e deferido o pedido de inclusão no Programa de Recuperação Fiscal por terceiro interessado, fica o Município de Nova Maringá – MT, em caso de inadimplência do acordo firmado, autorizado a inserir o requerente no polo passivo da Ação de Execução Fiscal, acaso proposta.

Art. 10 - O contribuinte ou responsável optante pelo REFIS será dele excluído, mediante ato do Secretário de Finanças, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II – decretação de falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica;

III – prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita da optante, mediante simulação de ato;

IV – negar cumprimento ao disposto pela legislação municipal, estadual ou federal;

V – Qualquer outro ato que vise prejudicar direitos, violar princípios e causar prejuízos a Fazenda Pública Municipal.

§ 1º - O contribuinte ou responsável deverá ser notificado da decisão que o excluiu do REFIS, o qual se dará da seguinte forma:

I – de regra, pessoalmente por servidor competente;

II – quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o contribuinte ou responsável se encontrar, por edital, afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal;

§ 2º - A exclusão do contribuinte ou responsável do REFIS acarretará o restabelecimento das condições originais do crédito, com todos os encargos, ensejando ainda a inscrição do saldo remanescente em Dívida Ativa, se o crédito não estiver ali inscrito, a propositura da execução caso já esteja em Dívida Ativa e ou prosseguimento da execução, na hipótese de se encontrar ajuizada;

Art. 11 – Esta Lei poderá ser regulamentada por ato do Poder Executivo.

Art. 12 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Maringá - MT em 17 de outubro de 2023.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

SECRETARIA DE FINANÇAS
PORTARIA N.º 265, 17 DE NOVEMBRO 2023

PORTARIA N.º 265, 17 de novembro 2023

SÚMULA: Nomeia fiscais Administrativos para a Ata de Registro de Preços nº 58/2023.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS Prefeito Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativo para da Ata de Registro de Preços nº 58/2023 celebrado entre o **MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE** e a empresa: **DEL VALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 68/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 8217/2023

OBJETO: ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAL ELETRICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT PELO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES.***

VALOR TOTAL: **R$ 1.493.421,45 (um milhão, quatrocentos e noventa e três mil, quatrocentos e vinte e um reais e quarenta e cinco centavos)**

FISCAL TITULAR E SUPLENTE RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

FISCAL: DIONE MARQUES SODRE DE JESUS

RG Nº: 25910213

CPF Nº: 073.229.391-07

CARGO: CHEFE DE ALMOXARIFADO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

MATRICULA: 3982

SUPLENTE: REGINA CELIA WERLE

RG N°: 21107521

CPF Nº: 031.807.321-80

CARGO: OUVIDORA

LOTAÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

MATRICULA: 3133

FISCAL TITULAR E SUPLENTE RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS

FISCAL: MANOEL MESSIAS DE JESUS COSTA

RG Nº: 18173340 SSP/SP

CPF Nº: 123.650.278-73

CARGO: MOTORISTA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS

MATRICULA: 1448

SUPLENTE: LEANDRO PEREIRA LUIZ

RG Nº: 20532482 SSP/MT

CPF Nº: 008.600.461-17

CARGO: MOTORISTA

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE OBRAS

MATRICULA: 2234

FISCAL TITULAR E SUPLENTE RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

FISCAL: EDINEIA APARECIDA DO PRADO

RG Nº: 1560093-8

CPF Nº: 055.597.269-07

CARGO: COORDENADORA DE DEPARTAMENTO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE AGRICULTURA

MATRICULA: 3865

SUPLENTE: AMANDA HAAS

RG Nº: 7937096

CPF Nº: 029.783.350-25

CARGO: ENGENHEIRO AMBIENTAL

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE AGRICULTURA

MATRICULA: 3668

FISCAL TITULAR E SUPLENTE RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

FISCAL: LUCIMAR BARBOSA MARTINS

RG Nº: 333614835 SSP/MT

CPF Nº: 272.748.508-57

CARGO: TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 1393

SUPLENTE: VALDIRENE APARECIDA FERREIRA DA CRUZ

RG Nº: 16196694 SSP/MT

CPF Nº: 023.283.979-48

CARGO: PROFESSORA DE PEDAGOGIA

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRICULA: 136

FISCAL TITULAR E SUPLENTE RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FISCAL: LUCIMARA CAMPANHA

RG Nº: 22284915 SSP/MT

CPF Nº: 981.936.601-10

CARGO: DIRETORA DE DEPARTAMENTO

LOTAÇÃO: SECRETÁRIA DE SAÚDE

MATRICULA: 3666

SUPLENTE: ELEXANDRA SZCZERBA

RG Nº: 21115273 SSP/MT

CPF Nº: 039.315.781-43

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

MATRICULA: 3101

FISCAL TITULAR E SUPLENTE RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

FISCAL: VANIA MARIA DOS SANTOS

RG Nº: 18011730-4

CPF Nº: 020.967.921-26

CARGO: ASSISTENTE DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

MATRICULA: 2216

SUPLENTE: MARIANA GOMES MARTINS

RG Nº: 14383985 SSP/MT

CPF Nº: 002.520.441-69

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

MATRICULA: 1418

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito de Nova Monte Verde / MT, 17 de novembro de 2023.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro estar ciente de minha designação para atuar como Fiscais para a Ata de Registro de Preços nº 58/2023 referente ao Processo Administrativo nº 8217/2023, comprometendo-me a cumprir as disposições contidas no Decreto nº 141/2011.

Nova Monte Verde / MT, 17 de novembro de 2023.

DIONE MARQUES SODRE DE JESUS **–** SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

MANOEL MESSIAS DE JESUS COSTA – SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS

EDINEIA APARECIDA DO PRADO – SECRETARIA DE AGRICULTURA

LUCIMAR BARBOSA MARTINS – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

LUCIMARA CAMPANHA – SECRETARIA DE SAÚDE

VANIA MARIA DOS SANTOS – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

LICITACAO
AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/2023

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/2023

O Município de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Nº 118/2023/PMNMV/GAB de 03 de agosto de 2023, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 73/2023, do TIPO MENOR PREÇO PO ITEM,** no dia **04/12/2023 às 13:30 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, na Avenida Mato Grosso, Nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA AR CONDICIONADO PREDIAL PARA ATENDER AO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT, PELO PERIODO DE 12(DOZE) MESES,***este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal Nº. 14/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, suas alterações e demais disposições aplicáveis a matéria e do Decreto Municipal nº. 52/2022.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados no site www.novamonteverde.mt.gov.br no seguinte caminho: **Publicações – Licitações**.

Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800 ou na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

Nova Monte Verde-MT, 17 de novembro de 2023.

ROSINALVA DE SOUZA FRANÇA

Presidente da CPL

Decreto nº 118/2023

Publique-se.

LICITACAO
AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 72/2023

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 72/2023

O Município de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Nº 118/2023/PMNMV/GAB de 03 de agosto de 2023, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 72/2023, do TIPO MENOR PREÇO PO ITEM,** no dia **04/12/2023 às 08:30 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, na Avenida Mato Grosso, Nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM AR CONDICIONADO PREDIAL PARA ATENDER AO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT PELO PERIODO DE 12(DOZE) MESES,***este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal Nº. 14/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, suas alterações e demais disposições aplicáveis a matéria e do Decreto Municipal nº. 52/2022.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados no site www.novamonteverde.mt.gov.br no seguinte caminho: **Publicações – Licitações**.

Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800 ou na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

Nova Monte Verde-MT, 17 de novembro de 2023.

ROSINALVA DE SOUZA FRANÇA

Presidente da CPL

Decreto nº 118/2023

Publique-se.

LICITACAO
AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 71/2023

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 71/2023

O Município de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Nº 118/2023/PMNMV/GAB de 03 de Agosto de 2023, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico nº. 71/2023, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **01/12/2023 às 09:00 horas** (Horário Oficial de Brasília) no Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, cujo objeto é o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR REMANESCENTES PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT PELO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES.***

O procedimento licitatório obedecerá integralmente à legislação que se aplica a modalidade Pregão, sob a égide da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar n°. 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, Acordo de Cooperação Técnica para Utilização de Sistema Informatizado de Licitações, firmado com a BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES e, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Publicações – Licitações** e também no site www.bll.org.br.

Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 17 de Novembro de 2023.

ROSINALVA DE SOUZA FRANÇA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Decreto 118/2023

Publique-se.

RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2023

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2023

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2023

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado 002/2023, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o Edital de Retificação ao Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado 002/2023 de 16/11/2023, publicado no Jornal Oficial dos Municípios em 16/11/2023, incluindo o item 5.15, conforme abaixo:

5.15 Cada candidato poderá inscrever-se apenas em um cargo.

E ainda:

ONDE SE LÊ:

5.9 Os candidatos deverão entregar a Ficha de Inscrição, a Ficha de Pontuação e os documentos constantes no item 5.8, em envelope lacrado no **Departamento de Recursos Humanos** da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde.

LEIA-SE

5.9 Os candidatos deverão entregar a Ficha de Inscrição, a Ficha de Pontuação e os documentos constantes no item 5.8, em envelope lacrado na Secretaria de Educação de Nova Monte Verde.

Publique-se, Registra-se, Cumpra-se.

Nova Monte Verde-MT, 17 de Novembro de 2023

ANGELA S. CITADIN

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

Decreto N° 155/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA DE NOVA NAZARÉ
DECRETO MUNICIPAL Nº. 4310 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 4310 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Estabelece Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais da Administração Direta e Indireta do Município de Nova Nazaré – MT em razão do dia da Consciência Negra e das outras providências. "

JOÃO TEODORO FILHO, Prefeito do Município de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais e,

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica decretado Ponto Facultativo no dia 20 de Novembro de 2023 (segunda-feira) em razão ao dia da ***Consciência Negra***, para cumprimento no âmbito do funcionalismo público municipal, em Nova Nazaré-MT,

ARTIGO 2º - Caberá aos titulares das Secretarias Municipais e Dirigentes das Entidades e demais Repartições Públicas Municipais a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência nas datas referidas no artigo primeiro.

ARTIGO 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Nova Nazaré, em 17 de Novembro de 2023.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA

PORTARIA MUNICIPAL N. º 421 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL"

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O

Designar os servidores para acompanhamento e Fiscalização do **CONTRATO 015/2021/PMNO,** REF. A INEXIGIBILIDADE **001/2021/PMNO,** conforme despacho exarado no **Processo Administrativo Nº 014/2021/PMNO** do município de NOVA OLIMPIA-MT.

Art. 1º - Designar a servidora, **EDJA SILVA TALVANES DOS SANTOS**, CPF: 024.xxx.xxx-99, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 015/2021/PMNO,** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA MT e a empresa **OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 17.468.

557/0001-54. **OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, PEDAGOGICA, ESTATISTICA DE TECNOLOGIA HIBRIDA (ON LINE OFF-LINE) PARA GERENCIAMNTO DA REDE EDUCACIONAL DAS ESCOLAS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (07 UNIDADES).**

Art.2º - Os servidores ora nomeados não farão jus a gratificação ou remuneração especial, por se tratar de serviços relevantes prestados ao Município.

Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, revogando a Portaria n° 212/2023/PMNO

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 17 de novembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Registrado Nesta Secretaria e Afixado no lugar de costume.

Weber Vieira Martins

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA

PORTARIA MUNICIPAL N. º 420 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL"

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O

Designar os servidores para acompanhamento e Fiscalização do **CONTRATO 028/2023/PMNO, Adesão a Ata de Registro de Preços 007/2023/PMNO,** conforme despacho exarado no **Processo Administrativo Nº 065/2023/PMNO** do município de NOVA OLIMPIA-MT.

Art. 1º - Designar o servidor, **ROBSON DA SILVA OLIVEIRA**, CPF: 058.xxx.xxx-90, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 028/2023/PMNO,** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA MT e a empresa **C.E GONÇALVES POLETTO LTDA** inscrita sob o CNPJ_ nº 27.931.043/0001-47. **OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS DESTINADOS A ATENÇÃO BÁSICA E UNIDADE MISTA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT.**

Art. 2º - Designar a servidora, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, **NEIVA SOARES ORLANDO,** CPF: 009.xxx.xxx-41, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art.3º - Os servidores ora nomeados não farão jus a gratificação ou remuneração especial, por se tratar de serviços relevantes prestados ao Município.

Art.4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, revogando a Portaria n° 212/2023/PMNO

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 17 de novembro de 2023.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Registrado Nesta Secretaria e Afixado no lugar de costume.

Weber Vieira Martins

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 331/2023

DATA:16 de novembro de 2023

SÚMULA: Nomeia servidores para exercer a função de fiscais de Contrato e dá outras providencias;

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;

Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal.

Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.

Art. 1º. Nomear a servidora EUNICE CABRAL RUBIO CAMPOS, inscrita sob a matrícula de **nº 541** como Titular e a servidora **LEILA PIMENTA ZANETI,** inscrita sob a matrícula de **nº 535,** como Suplente, para acompanhar e fiscalizar o Contrato, conforme abaixo relacionado.

CONTRATO	**075/2023**
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO DA FORMATURA PRÉ-ESCOLA DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA-MT
EMPRESA:	J B D FERREIRA & CIA LTDA
CNPJ Nº:	33.676.669/0001-57

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 16 de novembro 2023.

PAULINHO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 16/11/2023 a 16/12/2023.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 329/2023

DATA: 16 de novembro de 2023

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS E A CONVERSÃO DE 1/3 DAS FÉRIAS EM ABONO PECUNIARIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSIDERANDO O QUE DISPÕE O CAPITULO III, SUBSEÇÃO VII, ART. 89 AO 90 DA LEI 1036/2022 DE 07 DE JUNHO DE 2.022.

Considerando o teor do requerimento do servidor em gozar de suas férias e em converter 1/3 das mesmas em abono pecuniário;

Considerando a autorização do poder executivo municipal, bem como a disponibilidade orçamentária e financeira.

RESOLVE:

Art 1º. CONCEDER 20 (vinte) dias de **férias** regulamentares aos servidores abaixo relacionados, conformes períodos abaixo especificados:

Servidor	Matricula	Período Aquisitivo Férias	Período de gozo de Férias	Data de retorno
Lilian Moreira Aguiar de Lima	1098	De: 20/01/2022 a 19/01/2023	De: 20/12/2023 a 08/01/2024	Dia: 09/01/2024
Junio Jose Romão	899	De: 11/10/2020 a 10/10/2021	De: 20/12/2023 a 08/01/2024	Dia: 09/01/2024

Art. 2º. **CONVERTER** 1/3 (um terço) das férias do servidor acima mencionado, em abono pecuniário, nos termos do disposto § 1º do art. 90 da Lei 1036/2022.

Art. 3º. O abono pecuniário acima mencionado será pago na folha de pagamento que antecede o gozo das mesmas, juntamente com o adicional constitucional de 1/3 de férias.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, 16 de novembro de 2023.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 16/11/2023 a 16/12/2023.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 330/2023

DATA: 16 de novembro de 2023

SÚMULA: Dispõe sobre a Concessão de Férias ao profissional que menciona e dá outras providências.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe a seção III, Capitulo III, art. 89 *da Lei 1036 de 07 de junho de 2022.*

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias ao servidor abaixo mencionado, conforme programação e períodos abaixo relacionados.

Servidor	Matricula	Período Aquisitivo Férias	Período de gozo de Férias	Data de retorno
Edilson Gomes de Sousa	719	De: 03/07/2022 a 02/07/2023	De: **18/12/2023 a 16/01/2024**	Dia: 17/01/2024

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso,

16 de novembro de 2023.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 16/11/2023 a 16/12/2023.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 337/2023

DATA: 17 de novembro de 2023

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE DOS SERVIDORES, ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSIDERANDO O QUE DISPÕE O CAPITULO IV, SEÇÃO X, ART. 114 DA LEI 1036/2022 DE 07 DE JUNHO DE 2.022.

Considerando o teor do requerimento do servidor com a manifestação do interesse da conversão em pecúnia da Licença Prêmio por Assiduidade;

Considerando a autorização do poder executivo municipal, bem como a disponibilidade orçamentária e financeira.

RESOLVE:

Art 1º. CONCEDER na forma dos dispositivos legais supramencionados, a **"CONVERSÃO EM PECÚNIA DA LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE"** à servidora relacionada na tabela abaixo e seus respectivos períodos aquisitivo.

Servidor	Mat.	Período Aquisitivo	Quantidade
Danielle Caroline de Souza Mesquita Pinheiro	738	De: 11/11/2018 a 11/11/2023	**90 dias**

Art. 2º. A Licença Prêmio por Assiduidade, acima mencionada será paga na folha de novembro 2023.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso.

17 de novembro de 2023.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 17/11/2023 a 17/11/2023.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 060/2023

"DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DO PROJETO DO LOTEAMENTO CIDADE ALTA COM ÁREA TOTAL 61.400,00M², NO BAIRRO CIDADE ALTA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EXMO SR. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. PAULINHO BORTOLINI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO que, nos termos do Art. 30 da Constituição Federal, é da competência do Município promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

CONSIDERANDO o requerimento de aprovação do loteamento "Cidade Alta" que se trata efetivamente de regularização do loteamento, vez que já parcialmente comercializado e habitado. Considerando que o loteamento em questão foi objeto de transação imobiliária entre o loteador original e o empreendedor que o adquiriu, que efetivamente providenciou a documentação para a devida regularização e por tratar a questão de obrigação "*propter rem";*

CONSIDERANDOque o loteamento tido como irregular já se encontrava nesta situação há longa data, sendo objeto de investigação em inquérito civil a cargo do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Bem como Ação Civil Pública nº0000112-62.2018.8.11.0096

CONSIDERANDO o interesse público e a constitucionalidade das leis,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o loteamento denominado Cidade Alta, de propriedade de Edmilson Souza Lelis, localizado na Rua Pirajuí, caracterizado como terreno urbano, com área de 61.400 m2 (sessenta e um mil e quatrocentos metros quadrados), oriundo da Matrícula nº. 983 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaúba/MT.

Art. 2º. O loteamento a que se refere o artigo anterior, com área de 61. 400 m2, confronta com a Sergio Bortolini a esquerda, com Gentil Bortolini a direita, com custodia Bitencourt de Lima e Outros ao fundo e Rua Pirajuí (antiga Rua Santa Catarina) na frente.

Art. 3º. A área loteada é composta de 128 lotes, distribuídos em 8 quadras, alimentados por ruas de acesso, com os seguintes índices de aproveitamento de área urbanizada:

I - área habitacional: 38.745,00 m2, correspondente a 63,10%;

II - área de circulação Ruas/Calçadas: 13.080,36 m2, correspondente a 21,30%;

III - área de reserva publica: 3.293,19 m2, correspondente a 5,37%;

IV - área verde: 6.281,45 m2, correspondente a 10,23%;

Parágrafo Único. São partes integrantes deste Decreto os memoriais descritivos e os mapas do loteamento os quais ficarão arquivados na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 4º. Passam a integrar o patrimônio público as áreas das calcadas, ruas e/ou avenidas e as áreas verdes.

Art. 5º. O Loteamento ora aprovado será implantado em 1 (uma) etapa, de acordo com as obras a serem realizadas ou já realizadas conforme previsto no Projeto apresentado pelo Loteador.

Art. 6º. O Loteador fica obrigado a executar todas as obras e serviços constantes dos projetos aprovados, que ainda não foram executados, a saber:

I - demarcação dos lotes, quadras e logradouros, com a colocação dos marcos de alinhamento e nivelamento de pedra ou concreto, no caso das quadras, ou, no caso dos lotes, de madeira dura;

II - construção de sistema público de abastecimento de água de acordo com as normas e padrões técnicos estabelecidos pela ABNT, por órgãos ou entidades públicas competentes;

III - obras de compactação e nivelamento das vias;

Art. 7º. O Loteador fica obrigado a registrar no Cartório de Registro de Imóveis, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis, a contar da data de publicação deste Decreto, instruídos com os projetos de arruamento e loteamento, bem como o memorial descritivo, nos termos da legislação federal e municipal, sob pena de caducidade.

Art. 8º. Após a inscrição no Registro de Imóveis nos termos do artigo anterior, o Loteador obriga-se a encaminhar aos órgãos competentes da Prefeitura Municipal cópia autenticada da Certidão de Registro de Imóveis, sem o que não serão expedidos os Alvarás para as edificações.

Art. 09. O loteamento de que trata o presente Decreto é autorizado mediante as condições constantes do Termo de Compromisso firmado pelo proprietário conforme segue em anexo a este Decreto.

Art. 10. As obrigações que o proprietário do loteamento propõe-se a cumprir serão executadas mediante supervisão e fiscalização da Prefeitura Municipal.

Art. 11. Dentro dos prazos previstos na Lei Federal nº. 6.766, de 19 de dezembro de 1979, o proprietário do loteamento compromete-se a adotar todos os procedimentos legais nela fixados, sob pena de caducidade do presente Decreto de aprovação de loteamento.

Parágrafo Único - O Loteador obriga-se a cumprir e respeitar todos os termos deste Decreto e da Lei Federal nº. 6.766, de 19 de dezembro de 1979, sob pena de caducidade da aprovação do loteamento.

Art. 13. Os prazos estabelecidos pelo Município e prometidos pelos loteadores com respeito às obras de urbanização começam a fluir e contar da data de publicação do presente Decreto.

Art. 14. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 14 de novembro de 2023.

PAULINHO BORTOLINI

-Prefeito Municipal-

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

Publicado e afixado no mural da Prefeitura Municipal no período de 14/11/2023 a 14/12/2023.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 327/2023

DATA: 14 de novembro de 2023

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS E A CONVERSÃO DE 1/3 DAS FÉRIAS EM ABONO PECUNIARIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSIDERANDO O QUE DISPÕE O CAPITULO III, SUBSEÇÃO VII, ART. 89 AO 90 DA LEI 1036/2022 DE 07 DE JUNHO DE 2.022.

Considerando o teor do requerimento do servidor em gozar de suas férias e em converter 1/3 das mesmas em abono pecuniário;

Considerando a autorização do poder executivo municipal, bem como a disponibilidade orçamentária e financeira.

RESOLVE:

Art 1º. CONCEDER 40 (quarenta) dias de **férias** regulamentares a servidora abaixo relacionada, conformes períodos abaixo especificados:

Servidor	Matricula	Período Aquisitivo Férias	Período de gozo de Férias	Data de retorno
Juliana da Cruz Lorca Bariquelo	746	De: 03/01/2021 a 03/01/2022	De: 04/12/2023 a 23/12/2023	Dia: 26/12/2023

		De: 03/01/2022 a 03/01/2023	De: 26/12/2023 a 14/01/2024	Dia: 15/01/2024

Art. 2º. **CONVERTER** 1/3 (um terço) das férias do servidor acima mencionado, em abono pecuniário, nos termos do disposto § 1º do art. 90 da Lei 1036/2022.

Art. 3º. O abono pecuniário acima mencionado será pago na folha de pagamento que antecede o gozo das mesmas, juntamente com o adicional constitucional de 1/3 de férias.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, 11 de novembro de 2023.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 11/11/2023 a 11/12/2023.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 334/2023

DATA: 16 de novembro de 2023

SÚMULA: Dispõe sobre a Concessão de Férias ao profissional que menciona e dá outras providências.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe a seção III, Capitulo III, art. 89 *da Lei 1036 de 07 de junho de 2022.*

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias ao servidor abaixo mencionado, conforme programação e períodos abaixo relacionados.

Servidor	Matricula	Período Aquisitivo Férias	Período de gozo de Férias	Data de retorno
Glaucia Aparecida da Silva Prado	1333	De: 05/04/2022 a 05/04/2023	De: **20/12/2023 a 29/12/2023**	Dia: 30/12/2023

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso,

16 de novembro de 2023.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 16/11/2023 a 16/12/2023.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 336/2023

DATA: 17 de novembro de 2023

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS E A CONVERSÃO DE 1/3 DAS FÉRIAS EM ABONO PECUNIARIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSIDERANDO O QUE DISPÕE O CAPITULO III, SUBSEÇÃO VII, ART. 89 AO 90 DA LEI 1036/2022 DE 07 DE JUNHO DE 2.022.

Considerando o teor do requerimento do servidor em gozar de suas férias e em converter 1/3 das mesmas em abono pecuniário;

Considerando a autorização do poder executivo municipal, bem como a disponibilidade orçamentária e financeira.

RESOLVE:

Art 1º. CONCEDER 20 (vinte) dias de **férias** regulamentares a servidora abaixo relacionada, conformes períodos abaixo especificados:

Servidor	Matricula	Período Aquisitivo Férias	Período de gozo de Férias	Data de retorno
Willians André Fogo	521	De: 03/01/2022 a 03/01/2023	De: 20/12/2023 a 08/01/2024	Dia: 09/01/2024

Art. 2º. **CONVERTER** 1/3 (um terço) das férias do servidor acima mencionado, em abono pecuniário, nos termos do disposto § 1º do art. 90 da Lei 1036/2022.

Art. 3º. O abono pecuniário acima mencionado será pago na folha de pagamento que antecede o gozo das mesmas, juntamente com o adicional constitucional de 1/3 de férias.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, 17 de novembro de 2023.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 17/11/2023 a 17/12/2023.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 332/2023

DATA:16 de novembro de 2023

SÚMULA: Nomeia servidores para exercer a função de fiscais de Contrato e dá outras providencias;

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que Os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/9;

Considerando que o fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal.

Considerando que A portaria de nomeação do fiscal de contratos será editada pela Chefe do Poder Executivo, antes da celebração do contrato, no

qual constará cláusula com o nome do fiscal e o número da referida Portaria.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor **JACKSON DIAS FERREIRA**, inscrito sob a matrícula de nº **1446** como Titular e a servidora **MEIRE APARECIDA FERREIRA SILVA,** inscrita sob a matrícula de nº **338,** como Suplente, para acompanhar e fiscalizar os Contratos, conforme abaixo relacionadas.

CONTRATO	**066/2022**
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MATRICULADA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE NOVA SANTA HELENA/MT.
EMPRESA:	**COOPERATIVA DAS FAMÍLIAS ARTESÃS E CONFECCIONISTAS DO PORTAL DA AMAZÂNIA – COOFACPAM.**
CNPJ Nº:	08.964.123/0001-54

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 16 de novembro 2023.

PAULINHO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 16/11/2023 a 16/12/2023

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 328/2023

DATA: 14 de novembro de 2023

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE DOS SERVIDORES, ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSIDERANDO O QUE DISPÕE O CAPITULO IV, SEÇÃO X, ART. 114 DA LEI 1036/2022 DE 07 DE JUNHO DE 2.022.

Considerando o teor do requerimento do servidor com a manifestação do interesse da conversão em pecúnia da Licença Prêmio por Assiduidade;

Considerando a autorização do poder executivo municipal, bem como a disponibilidade orçamentária e financeira.

RESOLVE:

Art 1º. CONCEDER na forma dos dispositivos legais supramencionados, a **"CONVERSÃO EM PECÚNIA DA LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE"** à servidora relacionada na tabela abaixo e seus respectivos períodos aquisitivo.

Servidor	Mat.	Período Aquisitivo	Quantidade
Juliana da Cruz Lorca Bariquelo	746	De: 02/01/2014 a 04/01/2019	**70 dias**

Art. 2º. A Licença Prêmio por Assiduidade, acima mencionada será paga na folha de novembro 2023.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso.

14 de novembro de 2023.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 14/11/2023 a 14/11/2023.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 335/2023

DATA: 16 de novembro de 2023

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS E A CONVERSÃO DE 1/3 DAS FÉRIAS EM ABONO PECUNIARIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSIDERANDO O QUE DISPÕE O CAPITULO III, SUBSEÇÃO VII, ART. 89 AO 90 DA LEI 1036/2022 DE 07 DE JUNHO DE 2.022.

Considerando o teor do requerimento do servidor em gozar de suas férias e em converter 1/3 das mesmas em abono pecuniário;

Considerando a autorização do poder executivo municipal, bem como a disponibilidade orçamentária e financeira.

RESOLVE:

Art 1º. CONCEDER 20 (vinte) dias de **férias** regulamentares a servidora abaixo relacionada, conformes períodos abaixo especificados:

Servidor	Matricula	Período Aquisitivo Férias	Período de gozo de Férias	Data de retorno
Claudiane Botelho de Souza	1259	De: 04/11/2022 a 04/11/2023	De: 08/01/2024 a 27/01/2024	Dia: 29/01/2024

Art. 2º. **CONVERTER** 1/3 (um terço) das férias do servidor acima mencionado, em abono pecuniário, nos termos do disposto § 1º do art. 90 da Lei 1036/2022.

Art. 3º. O abono pecuniário acima mencionado será pago na folha de pagamento que antecede o gozo das mesmas, juntamente com o adicional constitucional de 1/3 de férias.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, 16 de novembro de 2023.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 16/11/2023 a 16/12/2023.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DA DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 02/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 002/2023 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Assunto: apuração de baixa produtividade e reclamações de moradores

Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a ausência ao serviço sem previa autorização do chefe imediato, nos dias 17/07/202 à 01/08/2023 da Servidora Municipal Silvana Carrara, matricula funcional matricula 598, servidora efetiva lotado no cargo Enfermeira da Secretaria de Saúde.

Que foi publicada a Portaria Municipal nº 261/2023, que nomeou a Comissão Disciplinar para apurar as irregularidades, posteriormente alterada pela Portaria nº 275/2023, que institui novos membros a Comissão Disciplinar para apurar as irregularidades.

A comissão designada pela Portaria nº 275 de 19 de setembro de 2023, após efetuar todas as diligencias determinantes para instrução processual, inclusive com a realização de prova documental ao final entenderam

(...) pela aplicação da penalidade de perca da remuneração, em razão das faltas injustificadas nos dias 17/07/202 à 01/08/2023, conforme prevê o Art. 49, inciso I, da Lei Municipal nº 1036/2022, do Estatuto dos Servidores Públicos de Nova Santa Helena – MT, e aplicação de pena de advertência, devido ao fato de ausentar-se do serviço sem previa autorização do Prefeito Municipal, de acordo com os Arts. 123, inciso I da Lei Municipal nº 1036/2022, do Estatuto dos Servidores Públicos de Nova Santa Helena – MT.

Por todo o exposto, com base nas provas e no parecer juridico aportados neste Processo Administrativo Disciplinar, **DECIDO pela aplicação da penalidade de perca da remuneração, em razão das faltas injustificadas nos dias 17/07/202 à 01/08/2023, conforme prevê o Art. 49, inciso I, da Lei Municipal nº 1036/2022, do Estatuto dos Servidores Públicos de Nova Santa Helena – MT, e aplicação de pena de advertência, devido ao fato de ausentar-se do serviço sem previa autorização do Prefeito Municipal, de acordo com os Arts. 123, inciso I da Lei Municipal nº 1036/2022,** do Estatuto dos Servidores Públicos de Nova Santa Helena – MT.

Intima-se.

Publica-se.

Cumpra-se.

Nova Santa Helena-MT 14 de novembro de 2023

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PORTARIA Nº 479/2023

PORTARIA Nº 479/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA ROSIVAINE LAZARIN FEIJÓ MARCONDES".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **ROSIVAINE LAZARIN FEIJÓ MARCONDES,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial F- Grau de Coeficiente XXVI.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 473/2023

PORTARIA Nº 473/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA RACHEL APARECIDA JULIA ANA ALVES".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **RACHEL APARECIDA JULIA ANA ALVES,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial C- Grau de Coeficiente XIII.

Art. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 492/2023

PORTARIA Nº 492/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA MARIA FRANCISCA DA CONCEIÇÃO LOURENÇO".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **MARIA FRANCISCA DA CONCEIÇÃO LOURENÇO,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NUTRIÇÃO 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para NUTRIÇÃO II – NÍVEL ENSINO MEDIO TÉCNICO - Classe Atuarial B - Grau de Coeficiente VIII.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 493/2023

PORTARIA Nº 493/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA MARIA LEILA DOS SANTOS SOUSA

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra., **MARIA LEILA DOS SANTOS SOUSA,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para LIMPEZA II – NÍVEL ENSINO MEDIO COMPLETO - Classe Atuarial B - Grau de Coeficiente VIII.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 494/2023

PORTARIA Nº 494/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA MARLENE LOPES ARAÚJO".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **MARLENE LOPES ARAUJO,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NUTRIÇÃO 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para NUTRIÇÃO I – NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO - Classe Atuarial A - Grau de Coeficiente III.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº 167/2023

LEI COMPLEMENTAR Nº 167/2023

DATA: 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

SÚMULA: ALTERA-SE ANEXOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 136/2021, QUE DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS QUADROS DE CARGOS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, ESTABELECE O PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR EDEGAR JOSÉ BERNARDI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Altera os anexos da lei complementar nº. 136/2021 para passam a vigorar com a seguinte alteração.

Art. 2°. Os Anexos I, III, V, da Lei Complementar 136 de 13 de dezembro de 2021 e alterações, passam a vigorar conforme os anexos integrantes desta Lei Complementar.

Art. 3º. Somente através de Concurso Público é que poderão ser preenchidas as vagas existentes no quadro dos cargos efetivos da Câmara Municipal, salvo através de lei específica, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de conformidade com que estabelece o Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal de 1988.

Parágrafo Único. São considerados extintos os cargos não constantes desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ-MT, 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

Decreto. Nº 001/2021.

ANEXO I

LOTACIONOGRAMA

CARGO	QUANTITATIVOS		
	COMISSÃO	EFETIVO	TOTAL
Agente Administrativo	-	1	1
Auxiliar de Serviços Gerais	-	2	2
Auxiliar Administrativo	-	1	1
Gestor de Contrato	1	-	1
Assessor Especial	1	-	1
Assessor Especial da Presidência	1	-	1
Procurador Jurídico	-	1	1
Assessor de Imprensa	1	-	1
Assessor Parlamentar	3	-	3
Vigia	1	1	2
Cerimonialista	1	-	1
Secretário Administrativo e Financeiro	1	-	1
Controlador Interno	-	1	1
Contador	-	1	1
Ouvidor Geral	1	1	2
Coordenador Administrativo de Recursos Humanos	-	1	1
TOTAL	**11**	**10**	**21**

ANEXO - III

QUADRO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

VAGAS	CARGOS	JORNADA HS/SEMANAIS	REQUISITOS	REFERÊNCIA	VALOR
02	Auxiliar de Serviços Gerais	40	Alfabetização	CE – 01	2.200,00
01	Vigia	40	Alfabetizado	CE - 01	2.200,00
01	Auxiliar Administrativo	40	Ensino Médio	CE - 02	3.100,00
01	Ouvidor Geral	40	Ensino Médio	CE - 02	3.100,00
01	Agente Administrativo	40	Ensino Médio	CE – 04	4.400,00
01	Contador	20	Nível Técnico	CE - 05	4.608,70
01	Procurador Jurídico	20	Nível Superior	CE - 06	5.300,00
01	Controlador Interno	20	Nível Superior	CE - 06	5.300,00
01	**Coordenador Administrativo de Recursos Humanos**	**40**	**Ensino Médio**	**CE - 03**	**3.500,00**
10	**TOTAL**	-	-	-	-

ANEXO – V

QUADRO DE SALÁRIOS

CARGOS EFETIVOS - CE

CARGOS TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS, AUXILIARES, OPERACIONAIS E MANUTENÇÃO.

CARGO: COORDENADOR ADMINISTRATIVO RECURSOS HUMANOS

QUADRO: EFETIVO

Referência Salarial: CE – 03

CONDIÇÕES DE TRABALHO

A) Jornada: 40 horas semanais.

B). Especial: O exercício do cargo e/ou função poderá determinar a prestação de serviços externos, à noite, sábados, domingos e feriados, e atendimento ao público.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO

a) Instrução: Ensino Médio

b) Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.

ATRIBUIÇÕES

a) Descrição Sumária

Realizar todos os trabalhos burocráticos relativos ao Departamento de Recursos Humano.

b) Descrição Detalhada

I - controlar a folha de pagamento:

administrar o cadastro central de recurso humanos e o controle da folha de pagamento, para inventário e diagnóstico permanentes da força de trabalho disponível da Administração Pública, de modo a permitir o recrutamento interno, a programação de concursos públicos, a concessão de direitos e vantagens, a análise de custos para concessão de aumentos periódicos de vencimentos e pagamentos de salários aos servidores do poder Legislativo;

II - coordenar a avaliação de desempenho, para fins de promoção, treinamento, remoção, readaptação e dispensa:

proceder à administração de pessoal, relativas admissão, lotação, movimentação e demissão de servidores do poder legslativo municipal.

III - recadastrar o quadro de pessoal;

IV - Implantar o Plano de Carreira;

promover a administração e o controle do quadros, cargos, funções e vencimentos dos órgãos da Administração Direta, coo objetivo de assegurar a execução de uma política de pessoal condizente com Plano de Carreira e Vencimentos;formular e executar a política de recurso humanos e a sua integração com a estrutura administrativa municipal;

V – auxiliar na realização de concursos públicos;

VI - consolidar os direitos e deveres dos servidores desta casa de leis;

VII - capacitar, desenvolver e valorizar do servido público;

levantar as necessidades de treinamento em cada órgão da Administração Direta, consultando os respectivos chefes, com vistas à consecução do melhor rendimento da mão-de-obra disponível questionando os servidores para verificar suas carências em termos de cultura profissional, bem como entrevistando a clientela, no sentido de obter informações necessárias a desenvolvimento de programas de formação e de capacitação de pessoal, para subsidiar o treinamento na concepção da política e desenvolvimento de recurso humanos da Prefeitura;

VIII- prepara as informações e manter controle dos mecanismos necessários à aplicação das disposições dos Estatutos dos Servidores do Município;

IX - Elaborar Registros de Acompanhamento Individual, que servirá de base para atendimento a quaisquer vantagens a que faça jus servidor;

X - manter controle diário da frequência do servidores;

XI - manter controle da documentação de pessoal, com formação de "dossiê",

XII - propor treinamento, cursos, palestras encontros, visando o aperfeiçoamento do servidor;

XII - gerir os recursos, programas e ações de previdência e assistência social;

c) XIV - exercer outras atividades compatíveis com natureza de suas funções e que lhe forem atribuídas pela secretaria da administração.

PORTARIA Nº 495/2023

PORTARIA Nº 495/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

“CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA PAMELA BEPPLER BONFONCHI”.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **PAMELA BEPPLER BONFONCHI,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL SECRETARIO ESCOLAR 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para SECRETARIO ESCOLAR I – NÍVEL ENSINO MEDIO COMPLETO - Classe Atuarial A - Grau de Coeficiente II.

Art. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 496/2023

PORTARIA Nº 496/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

“CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR EFETIVO SR VALDEMIR SOARES*”.*

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao Servidor Sr., **VALDEMIR SOARES,** efetivo no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MOTORISTA TE 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica o Servidor acima identificado, elevado para MOTORISTA I – NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO - Classe Atuarial A - Grau de Coeficiente IV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 497/2023

PORTARIA Nº 497/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

“CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVO SR ANDREIA DA SILVA FERNANDES”.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **ANDRÉIA DA SILVA FERNANDES,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL SECRETARIO ESCOLAR 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para SECRETARIO ESCOLAR I – NÍVEL ENSINO MEDIO COMPLETO - Classe Atuarial A - Grau de Coeficiente III.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 498/2023

PORTARIA Nº 498/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA BRENDA FERNANDES DA SILVA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL a Servidora Sra. **BRENDA FERNANDES DA SILVA** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR II – NÍVE LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente IV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 471/2023

PORTARIA Nº 471/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA MARLI MARIA GREFF PEREIRA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **MARLI MARIA GREFF PEREIRA,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial E- Grau de Coeficiente XXIV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 499/2023

PORTARIA Nº 499/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA DAIANE CRISTINA DOS SANTOS MAIA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **DAIANE CRISTINA DOS SANTOS MAIA,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para LIMPEZA II – NÍVEL ENSINO MEDIO COMPLETO - Classe Atuarial A - Grau de Coeficiente III.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 470/2023

PORTARIA Nº 470/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR EFETIVO SR LUCIVAN ALMEIDA NEPOMUCEMO".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL ao Servidor Sr. **LUCIVAN ALMEIDA NEPOMUCEMO** efetivo no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica ao Servidor acima identificado, elevado para PROFESSOR III – NÍVEL LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial C- Grau de Coeficiente XII.

ART. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 469/2023

PORTARIA Nº 469/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR EFETIVO AO SR LEANDRO ALVES PEREIRA DOS SANTOS".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **LEANDRO ALVES PEREIRA DOS SANTOS** efetivo no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica o Servidor acima identificado, elevado para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial E - Grau de Coeficiente XXI.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 468/2023

PORTARIA Nº 468/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA IZABEL SIMÃO LOPES".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL a Servidora Sra. **IZABEL SIMÃO LOPES** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial D- Grau de Coeficiente XVII.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 468/2023

PORTARIA Nº 468/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA IZABEL SIMÃO LOPES".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL a Servidora Sra. **IZABEL SIMÃO LOPES** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial D- Grau de Coeficiente XVII.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 467/2023

PORTARIA Nº 467/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA INÊS BALLIN".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **INÊS BALLIN** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial C- Grau de Coeficiente XIII.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 500/2023

PORTARIA Nº 500/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVO SR DILMA APARECIDA DAS NEVES".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **DILMA APARECIDA DAS NEVES** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial D- Grau de Coeficiente XX.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 466/2023

PORTARIA Nº 466/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA GENECI MENEGUEL CANOLA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **GENECI MENEGUEL CANOLA** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial C- Grau de Coeficiente XIII.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 501/2023

PORTARIA Nº 501/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR EFETIVO SR GILSON RENATO LEITE".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao Servidor Sr., **GILSON RENATO LEITE,** efetivo no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MOTORISTA TE 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica o Servidor acima identificado, elevado para MOTORISTA I – NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO - Classe Atuarial A - Grau de Coeficiente IV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 356/2023

PORTARIA Nº 356/2023

DATA: 26 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA MARIA MÁRCIA PEREIRA DE SOUSA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL a Servidora Sra. **SRA. MARIA MÁRCIA PEREIRA DE SOUSA** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de 26/09/2023**PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica ao Servidor acima identificado, elevado para PROFESSOR III – NÍVEL LICENCIATURA PLENA – PÓS GRADUADO - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente II.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 26 de setembro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 502/2023

PORTARIA Nº 502/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR EFETIVO SR JEFFERSON PEREIRA GONÇALVES".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL o Servidor Sr. **JEFFERSON PEREIRA GONÇALVES,** efetivo no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MOTORISTA TE 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica ao Servidor acima identificado, elevado para MOTORISTA II – NÍVEL ENSINO MÉDIO COMPLETO - Classe Atuarial A - Grau de Coeficiente II.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 503/2023

PORTARIA Nº 503/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR EFETIVO SR JOIR DE OLIVEIRA BRITO".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL o Servidor Sr. **JOIR DE OLIVEIRA BRITO,** efetivo no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MOTORISTA TE 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica o Servidor acima identificado, elevado para MOTORISTA II – NÍVEL ENSINO MEDIO TÉCNICO - Classe Atuarial C - Grau de Coeficiente XIII.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 504/2023

PORTARIA Nº 504/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA MARLIZA BARBOSA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **MARLIZA BARBOSA,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL SECRETARIO ESCOLAR 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para SECRETARIO ESCOLAR I – NÍVEL ENSINO MEDIO COMPLETO - Classe Atuarial A - Grau de Coeficiente III.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 505/2023

PORTARIA Nº 505/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA MARIROSA IVONE WARTHA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **MARIROSA IVONE WARTHA,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para LIMPEZA II – NÍVEL ENSINO MÉDIO TÉCNICO - Classe Atuarial C - Grau de Coeficiente XIII.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 506/2023

PORTARIA Nº 506/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA REGINA DA SILVA NEVES".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **REGINA DA SILVA NEVES,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial D - Grau de Coeficiente XIX.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 507/2023

PORTARIA Nº 507/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA ROSIMERE DA SILVA.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **ROSIMERE DA SILVA,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial D - Grau de Coeficiente XIX.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 508/2023

PORTARIA Nº 508/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA SANDRA MARA PSZDZIMIRSKI".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **SANDRA MARA PSZDZIMIRSKI** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial D - Grau de Coeficiente XVIII.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 509/2023

PORTARIA Nº 509/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA VERUSKA APARECIDA GONÇALVES.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **VERUSKA APARECIDA GONÇALVES,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL SECRETARIO ESCOLAR 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para SECRETÁRIO ESCOLAR II – NÍVEL ENSINO MÉDIO COMPLETO + PROFISSIONALIZAÇÃO ESPECÍFICA - Classe Atuarial C - Grau de Coeficiente XII.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 510/2023

PORTARIA Nº 510/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA DIONICE LEITE DA SILVA.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL a Servidora Sra. **DIONICE LEITE DA SILVA** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR II – NÍVEL LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A - Grau de Coeficiente IV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 511/2023

PORTARIA Nº 511/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA RENATA DA SILVA NUNES KISSLER.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **RENATA DA SILVA NUNES KISSLER,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial E - Grau de Coeficiente XXV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 512/2023

PORTARIA Nº 512/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR EFETIVO SR RECI MANOEL MELTZER".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL o Servidor Sr. **RECI MANOEL MELTZER,** efetivo no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL VIGILÂNCIA 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica o Servidor acima identificado, elevado para VIGILÂNCIA I – NÍVEL ENSINO MEDIO COMPLETO - Classe Atuarial E - Grau de Coeficiente XXII.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 513/2023

PORTARIA Nº 513/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA ROSANGELA DOS SANTOS JAQUES KISLLER.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **ROSANGELA DOS SANTOS JAQUES KISLLER,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para LIMPEZA II – NÍVEL ENSINO MÉDIO COMPLETO - Classe Atuarial E - Grau de Coeficiente XXII.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 370/2023

PORTARIA Nº 370/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA CARLA ANDRÉIA JACOBS BRITO DE SOUZA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL a Servidora Sra. **CARLA ANDRÉIA JACOBS BRITO DE SOUZA** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR II – NÍVE LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente IV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 371/2023

PORTARIA Nº 371/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA CRISTIANE BATISTA DE SOUSA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra., **CRISTIANE BATISTA DE SOUSA,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica ao Servidor acima identificado, elevado para PROFESSOR I – NÍVEL LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente II.

Art. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 372/2023

PORTARIA Nº 372/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA CRISTIANE LAZARIN FEIJÓ".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **CRISTIANE LAZARIN FEIJÓ** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 33 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial C- Grau de Coeficiente XII.

Art. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 373/2022

PORTARIA Nº 373/2022

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA GEOVANA SCHANNE ANTÔNIO".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL a Servidora Sra. **GEOVANA SCHANNE ANTÔNIO** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial D - Grau de Coeficiente XVIII.

Art. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 374/2023

PORTARIA Nº 374/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA KATIANE DE ARAUJO RIBEIRO".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra., **KATIANE DE ARAUJO RIBEIRO,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica ao Servidor acima identificado, elevado para PROFESSOR I – NÍVEL LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente II.

Art. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 375/2023

PORTARIA Nº 375/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA MARIA DE FATIMA MELO DA SILVA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **MARIA DE FÁTIMA MELO DA SILVA,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NIVEL PÓS GRADUADO - Classe Atuarial E - Grau de Coeficiente XXI.

Art. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 376/2023

PORTARIA Nº 376/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA MARIA DE FÁTIMA SALMAZIO DE FREITAS BODENSTEIN".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **MARIA DE FÁTIMA SALMAZIO DE FREITAS BODENSTEIN,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial D- Grau de Coeficiente XX.

Art. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 377/2023

PORTARIA Nº 377/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA VALÉRIA APARECIDA DE ARAÚJO".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART.1º- CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **VALÉRIA APARECIDA ARAÚJO** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial C- Grau de Coeficiente XI.

Art. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 378/2023

PORTARIA Nº 378/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA ANDRÉIA LARENTIS RODRIGUES".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **ANDREIA LARENTIS RODRIGUES,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NUTRIÇÃO 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para NUTRIÇÃO II – NÍVEL ENSINO MÉDIO COMPLETO - Classe Atuarial B - Grau de Coeficiente IX.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 379/2023

PORTARIA Nº 379/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR EFETIVO O SR CLAUDIO MARKOSKI".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL o Servidor Sr. **CLAUDIO MARKOSKI,** efetivo no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL VIGILÂNCIA 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica o Servidor acima identificado, elevado para VIGILÂNCIA I – NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO - Classe Atuarial C - Grau de Coeficiente XV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 380/2023

PORTARIA Nº 380/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA CLEUDILENE FRANÇA DA SILVA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **CLEUDILENE FRANÇA DA SILVA,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para LIMPEZA I – NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO - Classe Atuarial B - Grau de Coeficiente VIII.

Art. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 381/2023

PORTARIA Nº 381/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA ELIZABETE DE SOUZA PORTO".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **ELIZABETE DE SOUZA PORTO,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para LIMPEZA I – NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO - Classe Atuarial B - Grau de Coeficiente X.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 382/2023

PORTARIA Nº 382/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA INGRID DANIELI FREITAS DOS SANTOS".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **INGRID DANIELI FREITAS DOS SANTOS,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL SECRETARIO ESCOLAR 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para SECRETARIO ESCOLAR I – NÍVEL ENSINO MEDIO COMPLETO - Classe Atuarial A - Grau de Coeficiente II.

Art. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 383/2023

PORTARIA Nº 383/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA IVANETE PLETCH MOREIRA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **IVANETE PLETSCH MOREIRA,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA 40 HORAS.**

ART.2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para LIMPEZA II – NÍVEL MEDIO COMPLETO - Classe Atuarial D - Grau de Coeficiente XX.

Art. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 384/2023

PORTARIA Nº 384/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA MARIA APARECIDA ROSA DE OLIVEIRA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **MARIA APARECIDA ROSA DE OLIVEIRA,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para LIMPEZA II – NÍVEL ENSINO MÉDIO TÉCNICO - Classe Atuarial C - Grau de Coeficiente XIV.

Art. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 385/2023

PORTARIA Nº 385/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA MARIA DEUZIMAR DOS SANTOS SOUSA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra., **MARIA DEUZIMAR DOS SANTOS SOUSA,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para LIMPEZA I – NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO - Classe Atuarial B - Grau de Coeficiente VIII.

Art. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 386/2023

PORTARIA Nº 386/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA CLEIA ORTIZ DO CARMO MUSSINI".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra., **CLEIA ORTIZ DO CARMO MUSSINI,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica ao Servidor acima identificado, elevado para PROFESSOR I – NÍVEL LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente III.

Art. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 387/2023

PORTARIA Nº 387/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA DAMÁRIA SANTOS DE CARVALHO DO NASCIMENTO".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra., **DAMÁRIA SANTOS DE CARVALHO DO NASCIMENTO,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR I – NÍVE LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente IV.

Art. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 388/2023

PORTARIA Nº 388/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA ROSICLÉIA DOS REIS GARCIA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL a Servidora Sra. **ROSICLÉIA DOS REIS GARCIA** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR II – NÍVEL LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente IV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 389/2023

PORTARIA Nº 389/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA SHIRLEY DE OLIVEIRA SILVA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL a Servidora Sra. **SHIRLEY DE OLIVEIRA SILVA** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR II – NÍVEL LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente IV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 390/2023

PORTARIA Nº 390/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA ALINE DE PINHO SILVA VENTURA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **ALINE DE PINHO SILVA VENTURA,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica ao Servidor acima identificado, elevado para PROFESSOR I – NÍVEL LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente IV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 391/2023

PORTARIA Nº 391/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA EDILEIDE DA SILVA OLIVEIRA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL a Servidora Sra. **EDILEIDE DA SILVA OLIVEIRA** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica ao Servidor acima identificado, elevado para PROFESSOR III – NÍVEL LICENCIATURA PLENA – PÓS GRADUADO Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente III.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 392/2023

PORTARIA Nº 392/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA EDITE DO AMARAL CAON DA SILVA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL a Servidora Sra. **EDITE DO AMARAL CAON DA SILVA** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica ao Servidor acima identificado, elevado para PROFESSOR III – NÍVEL LICENCIATURA PLENA – NIVEL PÓS GRADUADO Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente III.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 393/2023

PORTARIA Nº 393/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA KALYNE DA SILVA DE MATTOS".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL a Servidora Sra. **KALYNE DA SILVA DE MATTOS** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica ao Servidor acima identificado, elevado para PROFESSOR III – NÍVEL LICENCIATURA PLENA – PÓS GRADUADO - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente III.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 394/2023

PORTARIA Nº 394/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA LARISSA CAROLINE RONNAU DA SILVA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL a Servidora Sra. **LARISSA CAROLINE RONNAU DA SILVA** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica ao Servidor acima identificado, elevado para PROFESSOR III – NÍVEL LICENCIATURA PLENA – PÓS GRADUADO Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente III.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 438/2023

PORTARIA 438/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA MARIA ANITA SANTANA DE JESUS BERNARDINHO".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **MARIA ANITA SANTANA DE JESUS BERNARDINHO,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para LIMPEZA II – NÍVEL ENSINO MÉDIO COMPLETO - Classe Atuarial C - Grau de Coeficiente XV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 396/2023

PORTARIA Nº 396/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA MARCILENE SOUZA COSTA DOS SANTOS".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL a Servidora Sra. **MARCILENE SOUZA COSTA DOS SANTOS** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR II – NÍVEL LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente IV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 397/2023

PORTARIA Nº 397/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA MARIA DE NAZARÉ GOMES ARAÚJO".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL a Servidora Sra. **MARIA DE NAZARÉ GOMES DE ARAÚJO** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR II – NÍVEL LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente IV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 398/2023

PORTARIA Nº 398/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA MARIA MÁRCIA PEREIRA DE SOUSA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL a Servidora Sra. **SRA. MARIA MÁRCIA PEREIRA DE SOUSA** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica ao Servidor acima identificado, elevado para PROFESSOR I – NÍVEL LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente III.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 400/2023

PORTARIA Nº 400/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA POLIANA ANDERLE DOS SANTOS".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **POLIANA ANDERLE DOS SANTOS,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial A - Grau de Coeficiente IV.

Art. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 401/2023

PORTARIA Nº 401/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA ROSANA APARECIDA CELERI DA SILVA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL a Servidora Sra. **ROSANA APARECIDA CELERI DA SILVA** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR II – NÍVEL LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente IV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 402/2023

PORTARIA Nº 402/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA ROSANE DE LIMA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL a Servidora Sra. **ROSANE DE LIMA** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR II – NÍVEL LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente IV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 403/2023

PORTARIA Nº 403/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA ROSIMARI DE ALMEIDA ZULIM FEIJÓ".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra., **ROSIMARI DE ALMEIDA ZULIM FEIJÓ,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica ao Servidor acima identificado, elevado para PROFESSOR I – NÍVEL LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente I.

Art. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 404/2023

PORTARIA Nº 404/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA ALESSANDRA POHL KNOB".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **ALESSANDRA POHL KNOB,** efetiva no Quadro de Servidores do Muni-

cípio de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para LIMPEZA II – NÍVEL ENSINO MEDIO COMPLETO - Classe Atuarial B - Grau de Coeficiente IX.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 405/2023

PORTARIA Nº 405/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA DAIZE RODRIGUEZ DA SILVA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **DAIZE RODRIGUES DA SILVA,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL VIGILÂNCIA 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para VIGILÂNCIA I – NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO - Classe Atuarial C - Grau de Coeficiente XIII.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 407/2023

PORTARIA Nº 407/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA ERONI SEBASTIANA RODRIGUES FERREIRA MARKOSKI".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **ERONI SEBASTIANA RODRIGUES FERREIRA MARKOSKI,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NUTRIÇÃO 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para NUTRIÇÃO III – NÍVEL ENSINO MEDIO TECNICO - Classe Atuarial C - Grau de Coeficiente XV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 408/2023

PORTARIA Nº 408/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA IZILDA DOS SANTOS RODRIGUES".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **IZILDA DOS SANTOS RODRIGUES,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para LIMPEZA I – NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO - Classe Atuarial C - Grau de Coeficiente XV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 409/2023

PORTARIA Nº 409/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR EFETIVO O SR SERGIO ROBERTO MACHADO".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL o Servidor Sr. **SERGIO ROBERTO MACHADO,** efetivo no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL VIGILÂNCIA 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica o Servidor acima identificado, elevado para VIGILÂNCIA I – NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO - Classe Atuarial C - Grau de Coeficiente XII.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 410/2023

PORTARIA Nº 410/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA DEBORA GOMES FOSSA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL a Servidora Sra. **DEBORA GOMES FOSSA** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR II – NÍVEL LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente IV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 411/2023

PORTARIA Nº 411/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA DIOMAR ALBERTINI DA SILVA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **DIOMAR ALBERTINI DA SILVA** efetivo no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 33 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial B- Grau de Coeficiente X.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 412/2023

PORTARIA Nº 412/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA LUCIENE SOUSA CARVALHO".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **LUCIENE SOUSA DE CARVALHO** efetivo no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR**

ART. 2º. Fica ao Servidor acima identificado, elevado para PROFESSOR I – NÍVEL LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente III.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 413/2023

PORTARIA Nº 413/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR EFETIVO O SR MARCOS DOMINGOS".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL ao Servidor Sr. **MARCOS DOMINGOS** efetivo no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica ao Servidor acima identificado, elevado para PROFESSOR II – NÍVEL LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente IV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 414/2023

PORTARIA Nº 414/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA ROSA MARIA FERNANDES DE SOUZA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **ROSA MARIA FERNANDES DE SOUZA,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial D- Grau de Coeficiente XVII.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 415/2023

PORTARIA Nº 415/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA SONIA OLIVEIRA BRASIL".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **SONIA MARIA OLIVEIRA BRASIL** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial B- Grau de Coeficiente XI.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 416/2023

PORTARIA Nº 416/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR EFETIVO O SR WALINGTHON FERREIRA DO NASCIMENTO".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL ao Servidor Sr. **WALINGTHON FERREIRA DO NASCIMENTO** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica ao Servidor acima identificado, elevado para PROFESSOR II – NÍVEL LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente IV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 417/2023

PORTARIA Nº 417/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA ABEGAI RODRIGUES POUH TAMIOSO".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **ABEGAI RODRIGUES POUH TAMIOSO,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NUTRIÇÃO 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para NUTRIÇÃO II – NÍVEL ENSINO MEDIO COMPLETO - Classe Atuarial C - Grau de Coeficiente XIV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 418/2023

PORTARIA Nº 418/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

“CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL O SERVIDOR EFETIVO O SR EDKEL FERREIRA LIMA”.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao Servidor Sr., **EDKEL FERREIRA LIMA,** efetivo no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MOTORISTA TE 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica o Servidor acima identificado, elevado para MOTORISTA I – NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO - Classe Atuarial A - Grau de Coeficiente IV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 419/2023

PORTARIA Nº 419/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

“CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL O SERVIDOR EFETIVO O SR ENEDIR MELOS DOS SANTOS”.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL o Servidor Sr. **ENEDIR MELOS DOS SANTOS,** efetivo no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MOTORISTA TE 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica o Servidor acima identificado, elevado para MOTORISTA I – NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO - Classe Atuarial B - Grau de Coeficiente IX.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 420/2023

PORTARIA Nº 420/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

“CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL O SERVIDOR EFETIVO O SR ENEDIR MELOS DOS SANTOS”.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL o Servidor Sr. **ENEDIR MELOS DOS SANTOS,** efetivo no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MOTORISTA TE 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica o Servidor acima identificado, elevado para MOTORISTA I – NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO - Classe Atuarial B - Grau de Coeficiente IX.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 539/2023

PORTARIA Nº. 539/2023

DATA: 17 DE NOVEMBRO DE 2023

DESIGNAR ARQUITETA E URBANISTA RESPONSÁVEL PARA RECEBER/SUPERVISIONAR OS SERVIÇOS CONTRATADOS PELO CONTRATO N° 051/2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º - DESIGNAR, a Servidora **SUZETE VERONICA AMARAL NASCIMENTO** – Arquiteta e Urbanista – CAU/MT – A28763-6, portadora da cédula de identidade RG n˚. 5023819005 SSP/RS e CPF n˚. 357.297.830-00, Endereço: Rua Pará – nº 1430 – Centro – Nova Ubiratã/MT, para **RECEBER/SUPERVISIONAR** os serviços contratados pelo Contrato nº 051/2023 que refere-se a prestação de serviços técnicos profissionais de levantamento topográfico, sondagem SPT, ensaios de laboratório e controle tecnológico de solos, agregados, misturas betuminosas e concreto em caráter eventual de acordo com a necessidade do Município.

ART.2º. Revogam-se as disposições em contrário.

ART.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 17 de novembro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

LEI ORDINÁRIA Nº 1117/2023.

LEI ORDINÁRIA Nº 1117/2023.

DATA: 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

SÚMULA: "RATIFICA A 2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL ALTO TELES PIRES - CIDESA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR EDEGAR JOSE BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona e seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica ratificado a 2ª Alteração Contratual do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Alto Teles Pires - CIDESA aprovado na Assembleia Geral do Consórcio realizada no dia 23/03/2023, nos termos do art. 12 da Lei 11.107/2005.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder servidores públicos para compor a equipe do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Alto Teles Pires - CIDESA, até a realização de concurso público para provimento em definitivo de empregos públicos do quadro permanente do consórcio.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

LEI ORDINÁRIA Nº 1118/2023

LEI ORDINÁRIA Nº 1118/2023

DATA: 08 DE NOVEMBRO DE 2023

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Projeto de Lei:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS, de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, como órgão de assessoramento ao Poder Público Municipal, no implemento da Política Habitacional do Município.

Parágrafo único. *O CMHIS fica vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Planejamento.*

Art. 2º Compete ao CMHIS:

I - Elaborar as diretrizes e definir a Política Municipal de Habitação de Interesse social, traçando estratégias e instrumentos, bem como, as prioridades para erradicar o déficit habitacional do Município;

II - Auxiliar a elaboração dos programas municipais de habitações e analisar a alocação de recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FUMIHS;

III - Definir critérios para a inclusão das famílias de baixa renda nos programas habitacionais;

IV - Promover curso de qualificação e capacitação na área de políticas públicas urbanas para os conselheiros;

V - Sugerir as normas para o registro e controle das operações com recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FUMHIS;

VI - Estimular o desenvolvimento de programas de pesquisa e assistência, voltados à melhoria da qualidade e à redução de custos das unidades habitacionais;

VII - Dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares relativas ao Programa Municipal de Habitação de Interesse Social nas matérias de sua competência;

VIII - Elaborar o seu Regimento Interno;

IX - Apoiar políticas de incentivo a associações e cooperativas habitacionais do Município, sem fins lucrativos;

X - Discutir e apoiar as iniciativas de regularização fundiária urbana, individuais ou coletivas, que tenham como fim áreas habitadas por população de baixa renda.

XI - Aprovar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 3º Nos programas habitacionais executados em conjunto com a União ou o Estado, ou por delegação destes, assim como no caso de recursos financeiros Federais ou Estaduais, competirá, ainda, ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social sugerir áreas para as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) para Programas Habitacionais de Interesse Social do Município, seguindo o que preceitua o Decreto Estadual nº 8.187, de 10 de outubro de 2006, que dispõe sobre a regulamentação dos critérios e procedimentos da Política Estadual de Habitação e Interesse Social de que trata a Lei Estadual nº 8.221, de 26 de novembro de 2004, alterada pela Lei Estadual nº 8.539, de 18 de agosto de 2006.

Art. 4º O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social tem sua composição com representação Governamental e Sociedade Civil.

§ 1º O CMHIS será composto por 08 (oito) membros e respectivos suplentes indicados de acordo com os critérios seguintes:

I - 04 (quatro) conselheiros indicados pelo Poder Executivo, dentre as áreas que façam interface com a política de habitação e interesse social ou que tenham interesse em participar.

II - 04 (quatro) representantes da sociedade civil não governamental, que façam interface com a política de habitação e interesse social, ou que tenham interesse em participar.

§ 2º Os representantes e respectivos suplentes do Governo Municipal serão de livre escolha do Executivo Municipal.

§ 3º O exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado.

§ 4º O mandato dos conselheiros componentes do CMHIS será de 2 (dois) anos, podendo serem reconduzidos por mais uma vez.

§ 5º As decisões do CMHIS serão consubstanciadas em resoluções com quórum de 50% mais um dos conselheiros presentes na reunião.

§ 6º A Presidência, Vice-presidência e o Secretário do CMHIS serão eleitos pelos membros presentes na reunião.

§ 7º O Poder Executivo Municipal dará suporte administrativo ao CMHIS, nas mesmas condições dos demais Conselhos Municipais.

§ 8º Os membros do CMHIS, após a posse, deverão elaborar e aprovar o Regimento Interno no prazo máximo de 90 (noventa) dias, que será homologado por Decreto Municipal.

§ 9º O CMHIS fará a fiscalização e acompanhamento dos Projetos arquitetônicos Sociais em atendimento às demandas da População de Baixa Renda.

§ 10 Fica a critério de o CMHIS criar as suas câmaras setoriais temáticas.

CAPÍTULO II

DA PRESIDÊNCIA, VICE - PRESIDÊNCIA E SECRETARIA

Art. 5º O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho serão eleitos entre seus membros, na primeira reunião da gestão, por um período de dois (2) anos, sendo os respectivos cargos ocupados alternadamente, por conselheiro governamental e não-governamental.

§ 1º O Presidente e o Vice-Presidente poderão ser reconduzidos para dois mandatos consecutivos.

§ 2º O Secretário (a) será escolhido e eleito dentre os membros titulares.

§ 3º O Presidente será substituído em suas ausências ou impedimentos, pelo Vice-Presidente, e, na falta deste, pelo Secretário (a).

Art. 6º Ao Presidente compete:

I - Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - Elaborar, em conjunto com a Secretaria Executiva, as pautas das sessões e encaminhar os assuntos que devem ser nela apreciados;

III - Dirigir os trabalhos das sessões, concedendo a palavra aos Conselheiros, coordenando as discussões e nelas intervindo para esclarecimentos;

IV - Proceder a distribuição das tarefas às comissões;

V - Formalizar a nomeação dos membros das Comissões do Conselho;

VI - Ordenar o uso da palavra;

VII - Aprovar as pautas das reuniões e estabelecer as prioridades das matérias a serem apreciadas;

VIII - Submeter aos conselheiros as matérias para sua apreciação e deliberação; assinar atas, resoluções e/ou documentos relativos às deliberações do Conselho;

IX - Submeter à apreciação dos conselheiros relatório anual do Conselho;

X - Delegar competências;

XI - Decidir as questões de ordem; representar o Conselho em todas as reuniões, ou fazer-se representar quando necessário; em juízo ou fora dele;

XII - Determinar à Secretaria Executiva, no que couber, a execução das deliberações emanadas do Conselho;

XIII - Formalizar, após aprovação do Conselho, os afastamentos e licenças dos seus membros;

XIV - Determinar a inclusão na pauta de trabalhos dos assuntos a exame do Conselho;

XV - Instalar os grupos de trabalho constituídos pelo Conselho;

XVI - Designar relatores.

XVII - Zelar pela observância dos prazos para a votação e discussão das matérias submetidas à apreciação do Conselho, bem como dos concedidos às Comissões Especiais do Conselho;

XVIII - Declarar vago o cargo de membro do Conselho ou de integrante de suas comissões, nos casos previstos neste regimento;

XIX - Cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho;

XX - Expedir pedidos de informações e consultas às autoridades competentes;

XXI - Baixar os atos necessários ao exercício das tarefas administrativas, assim como das que resultarem de deliberações do Conselho;

XXII - Ordenar despesas orçamentárias de atendimento nas diversas áreas políticas;

XXIII - Exercer outras funções definidas em Lei ou regulamento.

Art. 7º Ao Vice-Presidente compete:

I - Substituir o Presidente em seu impedimento;

II - Acompanhar as atividades do Secretário (a);

III - Auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;

IV - Exercer as atribuições que lhe sejam conferidas pelo Plenário.

Art. 8º Ao Secretário Geral compete:

I - Substituir o Presidente e o Vice-Presidente do CMHIS em seus impedimentos ou ausências;

II - Auxiliar o Presidente e o Vice-Presidente do CMHIS no cumprimento de suas atribuições;

III - Colaborar com os trabalhos da Secretária Executiva do CMHIS;

IV - Exercer as atribuições que lhes sejam conferidas pela plenária.

Art. 9º Secretário Executivo é apoio técnico e administrativo do CMHIS diretamente subordinado à Presidência e à Plenária, compete:

I - Coordenar e executar serviço de apoio Administrativo do Conselho; Assessorar os serviços das Comissões; subsidiar suas deliberações e recomendações;

II - Despachar com a Diretoria Presidente e Vice-presidente os assuntos pertinentes ao Conselho.

III - Elaborar Atas das reuniões do Conselho, Expedir atos de convocações para as reuniões do Conselho;

IV - Executar outras atividades para o cumprimento das atribuições do Conselho, no âmbito das rotinas administrativas;

V - Manter arquivo das súmulas das reuniões das Comissões Temáticas, bem como das resoluções, pareceres, moções e outros documentos do CMHIS. Zelar pelas correspondências. Assinar juntamente com o presidente, todas as correspondências do CMHIS;

VI - Operacionalizar o sistema de informação para área de assistência social;

VII - Auxiliar, caso haja necessidade, a organização dos foros próprios para escolha de representantes não governamentais prevista na lei de criação do conselho;

VIII - Obter e sistematizar as informações que permitam ao CMHIS tomar as decisões previstas em lei;

IX - Secretariar as sessões e promover medidas necessárias ao cumprimento das decisões do Conselho;

X - Coordenar a sistematização do relatório anual do Conselho.

Art. 10. O CMHIS fica responsável pela gestão do FMHIS criado através da Lei Municipal nº 438, de 04 de março de 2008 e suas alterações.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

LEI ORDINÁRIA Nº 1119/2023.

LEI ORDINÁRIA Nº 1119/2023.

DATA: 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER A DESAFETAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR EDEGAR JOSE BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona e seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º - O Município de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, é o legítimo proprietário e possuidor dos seguintes imóveis urbanos:

I - Imóvel urbano denominado Lote 01, quadra nº 04, situado no Município de Nova Ubiratã, Estado do Mato Grosso, com área de 1.247,67 m² (um mil e duzentos e quarenta e sete metros e sessenta e sete centímetros quadrados) registrado sob a matrícula 6.241, junto ao Cartório de Registro de Imóveis do 1º Oficio Comarca de Nova Ubiratã.

II – Imóvel urbano denominado Lote urbano denominado ELUP da quadra nº 06, situado no Loteamento Residencial Sucupira, na cidade de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, com área de 1.067,68m² (um mil, sessenta e sete metros e sessenta e oito centímetros quadrados) registrado sob a matrícula 5.077, junto ao Cartório de Registro de Imóveis do 1º Oficio Comarca de Nova Ubiratã.

Art. 2º - **Fica autorizado o Município de Ubiratã – MT, promover a desafetação do imóvel descrito nos incisos I e II do art. 1º para fins de classificá-los em bens públicos de uso especial.**

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

LEI ORDINÁRIA Nº 1120/2023

LEI ORDINÁRIA Nº 1120/2023

DATA: 16 DE NOVEMBRO DE 2023

SÚMULA: REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EM IMÓVEIS URBANOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DISCIPLINA A FORMA DA COBRANÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor **EDEGAR JOSÉ BERNARDI**, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, faz saber que requer à Câmara Municipal de Vereadores a apreciação do seguinte Projeto de Lei Municipal:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Os proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis localizados perímetro urbano, estejam edificados ou não, lindeiros a vias ou logradouros públicos, beneficiados ou não com meio fio e/ou pavimentação asfáltica, são obrigados a manter os respectivos imóveis limpos, capinados e drenados, respondendo, em qualquer situação, por sua utilização como depósito de resíduos de qualquer natureza.

§1º A limpeza e manutenção do passeio público em frente aos imóveis, edificados ou não, é de responsabilidade dos proprietários ou possuidores do imóvel.

§2º Na execução do serviço de limpeza dos imóveis por meios mecânicos de terrenos não edificados é indicado o uso de equipamento de proteção para evitar danos à terceiro e a propagação e/ou arremesso dos resíduos oriundos da limpeza a terceiros e seus respectivos bens.

§3º Os danos eventualmente causados aos imóveis vizinhos, decorrentes da execução de limpeza de lote por meios mecânicos ou qualquer outra forma de intervenção, são de responsabilidade do executor dos serviços e do proprietário ou possuidor do imóvel objeto da limpeza.

Art. 2º A qualquer imóvel a que se refere o artigo 1º desta Lei, quando for flagrante o mau estado de conservação e limpeza, será emitido o respectivo Auto de Infração e Autuação realizado pela fiscalização municipal, independentemente de notificação prévia.

Parágrafo único. Após decorridos 15 (quinze) dias ininterruptos da emissão do Auto de Infração e Autuação, não havendo a efetivação da limpeza pelo proprietário ou possuidor do imóvel, o Município executará os serviços de limpeza e/ou roçada, respeitada a ordem de programação dos serviços, cobrando do infrator as taxas de limpeza de terreno instituídas e descritas conforme o disposto no art. 4º e seguintes desta Lei, além do pagamento da multa estabelecida, sem direito ao desconto previsto no art. 18.

Art. 3º Caracterizam-se como imóveis em mau estado de conservação aqueles que:

I - Contenham ervas daninhas, matos, inços ou conjunto de plantas nocivas ao meio urbano em altura superior a ½ m (meio metro) em qualquer fração de área pertencente ao imóvel;

II - Acumulem resíduos sólidos da classe II B - inertes, segundo a NBR 10004/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, sem autorização específica;

III - Acumulem resíduos sólidos da classe II A - não inertes, segundo a NBR 10004/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

IV - Acumulem resíduos sólidos da classe I - perigosos, segundo a NBR 10004/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou quaisquer formas de efluentes contaminados ou contaminantes;

§1º Consideram-seresíduos perigosos previstos no inciso IV aqueles, cujas características físico-químicas ou infectocontagiosas apresentem risco à saúde pública ou ao meio ambiente.

§2º Os proprietários dos imóveis cultivados deverão mantê-los limpos, livres de ervas daninhas, matos, inços ou conjunto de plantas nocivas ao meio urbano, em todo o lote e cercá-los com muro, ou mureta e alambrado.

§3º Os casos caracterizados como crime ambiental serão penalizados de acordo com a Lei Federal nº 9.605/1998 e Decreto Federal nº 6.514/2008.

CAPÍTULO II

DAS TAXAS DE LIMPEZA DE TERRENO

Art. 4º Pelos serviços realizados na forma desta Lei serão devidas a Taxa de Limpeza de Terreno, que integram o elenco de Taxas de Serviços Públicos previstos pela legislação complementar que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Nova Ubiratã e demais leis municipais.

CAPÍTULO III

DA BASE DE CÁLCULO

Art. 5º A Limpeza do Terreno poderá ser executada com uso de equipamentos manuais, veículos tratores e similares.

§1º A Taxa de Limpeza executada com uso de equipamentos manuais, ou com utilização de veículos tratores e similares, será cobrada com base nas Lei Municipal n° 158/2023, de 14 de março de 2023, de modo que verificado a necessidade de utilização de outros maquinários para conclusão da limpeza, o Município poderá, a expensas do proprietário ou possuidor, fazer uso dos maquinários públicos previstos Lei Municipal n° 1.062/2023, de 01 de março de 2023.

§2º Imediatamente após serem executados os serviços de limpeza de terreno, a vegetação residual não poderá exceder 10 cm (dez centímetros) de altura em toda a área do terreno objeto da limpeza.

CAPÍTULO IV

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 6º O sujeito passivo, para efeitos de lançamento das taxas e das sanções previstos nesta Lei, será a pessoa constante no cadastro imobiliário municipal como proprietário, titular do domínio ou possuidor a qualquer título do imóvel em que for realizado o serviço pela Administração Pública.

Parágrafo único. Havendo a mudança de propriedade no decorrer do processo, de forma que o sujeito passivo alvo do Auto de Infração e Autuação venha a ser substituído no Cadastro imobiliário, o Procedimento Administrativo será mantido e as sanções de multa e demais ações decorrentes serão aplicadas em nome do novo titular.

CAPÍTULO V

DO LANÇAMENTO

Art. 7º O procedimento de lançamento e cobrança administrativa do valor devido pelo sujeito passivo será de competência do Departamento de Tributação e Fiscalização do Município, observando-se as disposições tributárias pertinentes.

Art. 8º O Departamento de Tributação e Fiscalização do Município procederá o lançamento, após escoado o prazo de regularização do imóvel e apresentação de defesa pelo sujeito passivo.

Art. 9º O valor da Taxa de Limpeza deverá ser pago na rede de instituições financeiras e agentes arrecadadores credenciados pelo Município de Nova Ubiratã.

Parágrafo único. O não pagamento da Taxa de Limpeza no vencimento fixado no documento de arrecadação implicará em atualização e correção do valor lançado até a data do efetivo pagamento, na forma prevista pela legislação municipal para os tributos municipais, aplicando-se, também, a mesma legislação para o procedimento e cobrança administrativa ou judicial.

CAPÍTULO VI

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 10 Compete aos órgãos responsáveis pela gestão da fiscalização municipal a fiscalização do cumprimento das obrigações impostas por esta Lei Municipal, bem como a aplicação das sanções nela previstas, conforme segue:

I - Imóveis de até 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), multa de 05 UFM (cinco unidade fiscal municipal);

II - Imóveis de 360,01m² (trezentos e sessenta metros e um centímetro quadrados) a 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), multa de 08 UFM (oito unidade fiscal municipal);

III - Imóveis de 600,01m² (seiscentos metros e um centímetro quadrados) a 1.000,00m² (mil metros quadrados), multa de 11 UFM (onze unidade fiscal municipal);

IV - Imóveis de 1.000,01m² (mil metros e um centímetro quadrados) a 5. 000,00m² (cinco mil metros quadrados), multa de 17 UFM (dezessete unidade fiscal municipal);

V - Imóveis de 5.000,01m² (cinco mil metros e um centímetro quadrados) a 10.000,00m² (dez mil metros quadrados), multa de 23 UFM (vinte e três unidade fiscal municipal);

VI - Imóveis de 10.000,01m² (dez mil metros e um centímetro quadrados) a 20.000,00m² (vinte mil metros quadrados), multa de 35 UFM (trinta e cinco unidade fiscal municipal);

VII - Imóveis acima de 20.000,01m² (vinte mil metros e um centímetro quadrados), multa de 48 UFM (quarenta e oito unidade fiscal municipal);

Art. 11 Na instauração do Processo Administrativo decorrente da emissão do Auto de Infração e Autuação pelo órgão competente, o processo deverá ser instruído com:

I - Auto de Infração e Autuação contendo:

a) identificação do proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título do imóvel, conforme constante do Cadastro Imobiliário do Município;

b) data, hora e descrição clara e precisa do fato que constitui a infração;

c) menção a esta Lei e demais legislações aplicáveis em cada caso, com caracterização do tipo de infração cometida e sua respectiva penalidade;

d) valor da multa, expresso em UFM e em moeda corrente nacional R$;

e) identificação do agente fiscal responsável pela lavratura do auto;

II - Relatório técnico com registros fotográficos do imóvel e as devidas coordenadas geográficas do imóvel.

Parágrafo único. Os registros das infrações serão mantidos em arquivo na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que será a responsável pela lavratura dos respectivos autos, oriundo do processo de fiscalização, por um período de 5 (cinco) anos.

Art. 12 Será considerada situação agravante se o mau estado de conservação representar risco iminente à saúde pública por presença de vetores de doenças infecciosas, conforme atestado emitido pela autoridade sanitária competente, importando em aplicação de multa em dobro, qualquer que seja a infração.

Art. 13 Será considerado reincidente o imóvel em que for constatada nova infração no período cor respondente a 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da emissão do último auto de infração.

§1º O disposto no *caput* aplica-se caso seja o mesmo proprietário ou possuidor do imóvel objeto da autuação de multa, na época da constatação da nova infração.

§2º A cada reincidência, o valor das multas especificadas no artigo 12 será calculado utilizando-se um fator de multiplicação de 1,5 (um inteiro e cinco décimos) calculados sobre o valor da última infração lançada.

Art. 14 As notificações dos infratores para os fins previstos nesta Lei Municipal deverão ser realizadas preferencialmente de forma direta, observada a seguinte ordem:

I - Pessoalmente ao proprietário ou possuidor a qualquer título do imóvel ou seu representante mediante assinatura.

II – Por meio eletrônico e/ou virtual;

III - Por meio de correspondência com Aviso de Recebimento postal - AR, remetida para o endereço residencial do proprietário, constante no cadastro do imóvel.

IV - Por qualquer meio legítimo de notificação direta, desde que devidamente certificado pelo agente público responsável.

§ 1º Quando esgotados os meios de notificação por forma direta, as notificações poderão ser feitas de forma indireta:

a) Por publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso – Diário da AMM-MT;

b) Por meio eletrônico, no site da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã: https://www.novaubirata.mt.gov.br/, sendo o edital afixado na sede da Prefeitura Municipal.

§ 2º O proprietário ou possuidor deverá manter atualizado o cadastro do imóvel junto à Administração Municipal.

§ 3º Havendo inconsistência no endereço informado no Cadastro Imobiliário, as notificações previstas nesta Lei Municipal serão feitas exclusivamente por meio eletrônico no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, sendo o Edital publicado no site da Prefeitura Municipal de

Nova Ubiratã: https://www.novaubirata.mt.gov.br e afixado na sede da Prefeitura Municipal.

§ 4º Considera-se inconsistência no endereço informado no Cadastro Imobiliário:

a) Endereço informado em terrenos baldios;

b) Endereço informado em imóveis não habitados;

c) Mudança de endereço sem atualização do Cadastro Imobiliário;

d) Endereço insuficiente por falta de número, rua inexistente ou não informada, bairro inexistente ou não informado e CEP - Código de endereçamento Postal divergente;

e) Endereços cadastrados em áreas rurais ou não urbanizadas;

f) Residências localizadas em países do exterior.

Art. 15 Executado os serviços de limpeza de terreno, previstos no art. 2º desta Lei Municipal, o Município lançará cobrança aos contribuintes, obedecendo aos valores previstos nos artigos 5º e 6º desta Lei Municipal e os procedimentos estabelecidos em seus arts. 8º e 9º.

§1º As condições para pagamento dos valores de serviços e/ou inscrição em dívida ativa respeitarão o estabelecido na legislação tributária do Município.

§2º A notificação de execução dos serviços e do respectivo lançamento de débito prevista neste artigo poderá ser feito nas mesmas condições do art. 14 da presente Lei.

CAPÍTULO VII

DA DEFESA

Art. 16 O autuado poderá no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ciência da autuação ou no último dia de prazo contados da data da publicação, interpor recurso contra o Auto de Infração e Autuação.

§1º Requerimentos formulados fora do prazo de defesa serão considerados preclusos.

§2º As impugnações e recursos eventualmente propostos serão analisados pelos agentes responsáveis da Secretária Municipal de Meio Ambiente que emitirá Decisão Administrativa acatando ou denegando o recurso interposto.

CAPÍTULO VIII

DOS DESCONTOS

Art. 17 Será concedido desconto de 100% (cem por cento) sobre o valor da multa quando a regularização ocorrer dentro do prazo de 15 (quinze) dias, estabelecidos como prazo de recurso.

§1º O desconto será concedido mediante solicitação, sendo manifesta a abdicação ao direito de recurso e comprovação de realização da limpeza junto ao órgão fiscalizador.

§2º Não serão concedidos descontos sobre os valores de multas após a execução dos serviços de limpeza de terrenos, quando executados pelo Município.

§3º Não serão concedidos descontos sobre taxas decorrentes dos serviços de limpeza de terreno, quando executados pelo Município.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 18 As secretarias municipais competentes e os demais órgãos interessados na execução dos serviços viabilizarão os procedimentos necessários ao efetivo cumprimento desta Lei Municipal.

Art. 19 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi registrado e publicado por afixação no mural da Prefeitura Municipal na data de 16/11/2023.
FRANCINE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Administração
Decreto n° 001/2021

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 491/2023

PORTARIA Nº 491/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR EFETIVO SR JOSÉ VANILDO PEREIRA DOS SANTOS".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL o Servidor Sr. ***JOSÉ VANILDO PEREIRA DOS SANTOS*****,** efetivo no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MOTORISTA TE 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica ao Servidor acima identificado, elevado para MOTORISTA I – NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO - Classe Atuarial B - Grau de Coeficiente VIII.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 490/2023

PORTARIA Nº 490/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR EFETIVO SR JOAREZ RODRIGUES DE MORAES".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL o Servidor Sr. ***JOAREZ RODRIGUES DE MORAES*****,** efetivo no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MOTORISTA 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica ao Servidor acima identificado, elevado para MOTORISTA I – NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO - Classe Atuarial B - Grau de Coeficiente VIII.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 489/2023

PORTARIA Nº 489/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR EFETIVO SR JENECY LIANDRO DA SILVA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL o Servidor Sr. **JENECY LIANDRO DA SILVA,** efetivo no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL VIGILÂNCIA 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica o Servidor acima identificado, elevado para VIGILÂNCIA I – NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO - Classe Atuarial C - Grau de Coeficiente XV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 486/2023

PORTARIA Nº 486/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA CLEIDE SILVANA ROMAN ROS".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **CLEIDE SILVANA ROMAN ROS,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NUTRIÇÃO 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para NUTRIÇÃO I – NÍVEL ENSINO MÉDIO COMPLETO - Classe Atuarial A - Grau de Coeficiente III.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 484/2023

PORTARIA Nº 484/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA A SRA ALBANIELE MARCOLINO NEIVA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **ALBANIELE MARCOLINO NEIVA,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL SECRETARIO ESCOLAR 40 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para SECRETARIO ESCOLAR I – NÍVEL ENSINO MEDIO COMPLETO - Classe Atuarial A - Grau de Coeficiente II.

Art. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 483/2023

PORTARIA Nº 483/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR EFETIVO SR VINICIUS RAFAEL DOS SANTOS".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL ao Servidor Sr. **VINICIUS RAFAEL DOS SANTOS** efetivo no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica ao Servidor acima identificado, elevado para PROFESSOR I – NÍVEL LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente III.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 482/2023

PORTARIA Nº 482/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA VERONICA RIBEIRO DA SILVA".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **VERONICA RIBEIRO DA SILVA** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial E - Grau de Coeficiente XVIII.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 481/2023

PORTARIA Nº 481/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA SINANDRA MENDES ROMAN ROS".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **SINANDRA MENDES ROMAN ROS** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial E - Grau de Coeficiente XXV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 480/2023

PORTARIA Nº 480/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA SAMARA STREG".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **SAMARA STREG,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica ao Servidor acima identificado, elevado para PROFESSOR I – NÍVEL LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente III.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 478/2023

PORTARIA Nº 478/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA ROSELAINE FAGUNDES RIBAS DANELLI".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **ROSELAINE FAGUNDES RIBAS DANELLI,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial D- Grau de Coeficiente XVI.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 477/2023

PORTARIA Nº 477/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA ROSANE GRENZEL SETTER".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **ROSANE GRENZEL SETTER,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 33 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial F- Grau de Coeficiente XXVI.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 476/2023

PORTARIA Nº 476/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR EFETIVO SR RODRIGO INÁCIO PEREIRA DOS SANTOS".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSAO FUNCIONAL ao Servidor Sr. **RODRIGO INACIO PEREIRA DOS SANTOS** efetivo no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica ao Servidor acima identificado, elevado para PROFESSOR II – NÍVEL LICENCIATURA PLENA - Classe Atuarial A- Grau de Coeficiente IV.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 475/2023

PORTARIA Nº 475/2023

DATA: 16 DE OUTUBRO DE 2023

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA EFETIVA SRA REJANE NICOLAI CLOSS CELESTINO".

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

ART. 1°. CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL a Servidora Sra. **REJANE NICOLAI CLOSS CELESTINO,** efetiva no Quadro de Servidores do Município de Nova Ubiratã no cargo de carreira de **PROFESSOR 30 HORAS.**

ART. 2º. Fica a Servidora acima identificada, elevada para PROFESSOR III – NÍVEL PÓS-GRADUADO (LICENCIATURA+PÓS GRADUAÇÃO) - Classe Atuarial C- Grau de Coeficiente XII.

ART. 3º. Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

ART.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 16 de outubro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

LEI ORDINÁRIA N.º 1122/2023

LEI ORDINÁRIA N.º 1122/2023

DATA: 17 DE NOVEMBRO DE 2023

SÚMULA: AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ A DOAR IMÓVEL AO ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR EDEGAR JOSE, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º - Fica o **MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ** autorizado a doar o imóvel urbano sendo este Área de Uso Institucional 04 da Quadra 125, do Loteamento denominado "Agrovila de Entre Rios" localizado no Distrito de Entre Rios, Município de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, com área de 10.800,00 m² (dez mil e oitocentos metros quadrados), na quadra formada pelas Ruas da Cerejeira, Rua Cambará, Rua Pupunhas e Rua dos Cajueiros, registrado sob a matrícula 6.789, junto ao Cartório de Registro de Imóveis do 1º Oficio Comarca de Nova Ubiratã, para o **ESTADO DE MATO GROSSO**-inscrito no CNPJ sob o nº 03.507.415/0001-44, neste ato representado pelo Sr. Mauro Mendes Ferreira, Governador do Estado de Mato Grosso, com a finalidade de construção de Nova Unidade Escolar Estadual com 12 (doze) salas de aula, demais dependências e construção de quadra poliesportiva.

§ 1º A doação a que se refere este artigo é intransferível e o imóvel doado deve ser utilizado única e exclusivamente para os fins específicos a que se destina mencionados no *caput*, sob pena de reversão do imóvel ao Município.

§ 2º A partir da vigência desta Lei o ESTADO DE MATO GROSSO fluirá plenamente do imóvel mencionado no *caput* e responderá por todos os encargos que porventura venham a incidir sobre o imóvel.

§ 3º O Donatário terá o prazo de 03 anos, para concluir a finalidade da doação, sob pena de igual reversão, e deverão obedecer às normas estabelecidas no Código Municipal de Obras e Edificações e demais legislações pertinentes.

Art. 2º - A doação a que se refere a presente Lei, com dispensa de licitação, será efetivada mediante Escritura Públicada qual constarão,

obrigatoriamente, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi registrado e publicado por afixação no mural da Prefeitura Municipal na data de 17/11/2023.
FRANCINE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Administração
Decreto n° 001/2021

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 535/2023

PORTARIA Nº. 535/2023

DATA: 14 DE NOVEMBRO DE 2023

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º- **NOMEAR** a Sra. **ALESSANDRA VELOSO SILVA PARLOW,** portadora da Cédula de Identidade RG n**°.** 26890976 SSP/MT e CPF/MF nº. 058.452.341-66, para ocupar o Cargo de provimento em Comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO,** lotada na Secretaria Municipal de Administração.

ART. 2º. Fica concedido à servidora acima RTDE de 100% (cem por cento), sobre o salário do cargo em comissão.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ART.4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 14 de novembro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 533/2023

PORTARIA Nº. 533/2023

DATA: 10 DE NOVEMBRO DE 2023

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º- **EXONERAR a pedido** do Sr. **EDSON HENRIQUE DE MOURA,** portador da Cédula de Identidade RG n**°.** 1609274-0 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 029.009.731-20, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE BENS MUNICIPAIS**, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

ART. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 10 de novembro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

Decreto. Nº 001/2021

PORTARIA Nº. 534/2023

PORTARIA Nº. 534/2023

DATA: 14 DE NOVEMBRO DE 2023

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º- **NOMEAR** o Sr. **MARCOS REIS DA SILVA,** portador da Cédula de Identidade RG n**°. 069049302019-4 SESP/MA e inscrito no CPF nº. 709.257.261-41**, para o cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE BENS MUNICIPAIS**, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

ART. 2º. Fica concedido ao servidor acima **RETDE de 50% (cinquenta por cento)** sobre o salário do cargo em comissão.

ART. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 14 de novembro de 2023.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

Decreto. Nº 001/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 5.548, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
Município: NOVA XAVANTINA

Decreto Nº 5548, de 17 de novembro de 2023.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2481/2022, de 23 de dezembro de 2022.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 6.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
06.001 - ESPORTES E LAZER
06.001.27.812.11.2023-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$6.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 6.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
06.001 - ESPORTES E LAZER
06.001.27.812.11.2023-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA R$6.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 6.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO, 17 de novembro de 2023.

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: MarceloGFerreira. Emissão: 17/11/2023, às 12:23:38. Protocolo: 4f72fb39-1c37-4697-ad05-c1b16932f5b9

PROCESSO SELETIVO
RETIFICAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA E DISSERTATIVA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2023

RETIFICAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA E DISSERTATIVA

A Comissão Interna nomeada através Portaria nº. 822/2023, em cumprimento ao disposto no ANEXO V - Cronograma dos Trabalhos do Edital do Processo Seletivo Simplificado, torna público o que segue:

1. DIVULGA a RETIFICAÇÃO do Resultado Preliminar da Prova Objetiva e Dissertativa **,** conforme relação em anexo; **2. INFORMA que o prazo para recurso contra o resultado preliminar retificado das provas objetivas e dissertativa, foi prorrogado até o dia 21/11/2023, às 08h,** no endereço eletrônico https://novaxavantina.selecao.net.br. Os recursos devem obedecer as normas contidas no item 12. DOS RECURSOS do Edital de Abertura do Processo Seletivo. **3. Conforme Item 7.9. O CANDIDATO QUE ZERAR EM QUALQUER ÁREA de conhecimento da prova objetiva e dissertativa ou na prova prática de informática, estará automaticamente ELIMINADO do certame. 4. Os desempates** seguirão as normas do item 10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE do Edital de Abertura do Certame.

Nova Xavantina - MT, 16 de novembro de 2023.

Daniella Sehnem Presidente do certame

Lisiane Berghahn Membro

KellyMariaBispo Campos Membro

Géssica Rodrigues da Cruz Membro

Talita Antônia Zuchetto da Silva Martins Membro

INSCRIÇÃO	NOME	LP	MT	CEO	Q20	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO
0000266	LUSMAIA MARTINS NEGREIROS	2,50	1,00	3,00	1,00	7,50	1º	Classificado
0000062	DEBORA THAIS ALVES DE ALMEIDA	3,00	1,50	2,50	0,50	7,50	2º	Classificado

INSCRIÇÃO NOME LP MT CEO Q20 NOTA FINAL POSIÇÃO L. VAGA

RESULTADO

0000247 MAIUZA SOKOLOSKI 3,00 1,50 3,50 1,50 9,50 1º Classificado

0000030 VIVIANE MATOS DA ROCHA 3,00 1,50 3,00 1,50 9,00 2º Classificado

0000254 ÚRSULA PATRÍCIA ALVES DIAS DE SOUZA 3,00 1,25 3,00 1,50 8,75 3º Classificado

0000208 MARIA JOSELITA BARBOSA DA SILVA MOURA 3,00 1,25 3,50 1,00 8,75 4º Classificado

0000003 EMMILY MIRANDA DA SILVA 2,50 1,50 2,50 2,00 8,50 5º Classificado

0000340 SANDIA DO NASCIMENTO SOUZA LIMA 3,00 1,25 2,50 1,75 8,50 6º Classificado

0000079 JOELMA DA SILVA MOTA 3,00 1,50 3,50 0,50 8,50 7º Classificado

0000214 JOICY SEVERINA BARBOSA DE OLIVEIRA 3,00 1,25 3,50 0,50 8,25 8º Classificado

0000176 ROSILEY GODOI DA SILVA SANTANA 3,00 0,75 3,50 0,75 8,00 9º Classificado

0000381 FRANCIELI GASPERINI 3,00 1,25 2,50 1,00 7,75 10º Classificado

0000070 WALQUIRIA SOARES DA SILVA 3,00 1,25 3,00 0,50 7,75 11º Classificado

0000286 JESSICA CLAUDIA GOUVEIA SANTOS 3,00 1,25 3,00 0,50 7,75 12º Classificado

0000010 ADRIANA DE OLIVEIRA AMORIM DA SILVA 3,00 1,25 3,00 0,50 7,75 13º Classificado

0000202 WERICA JUVENCIO DE SOUZA NOVAES 2,00 1,00 3,00 1,50 7,50 14º Classificado

0000319 NÁIRA SILVA PEIXOTO 3,00 1,50 2,00 1,00 7,50 15º Classificado

0000346 WELISSANDRA NEGRÃO 3,00 1,50 2,00 1,00 7,50 16º Classificado

0000225 TATIANE APARECIDA DUQUE 2,50 1,50 2,50 1,00 7,50 17º Classificado

0000194 DOMINGAS FRANCISCA DE MORAES 3,00 1,50 2,50 0,50 7,50 18º Classificado

0000270 FRANCISCA IVONILDE DA SILVA COSTA 3,00 1,00 3,00 0,50 7,50 19º Classificado

0000001 ANDRÉ LUIZ DE ARAÚJO 3,00 1,00 3,00 0,50 7,50 20º Classificado

0000080 ANA MARIA TEIXEIRA DA SILVA 3,00 1,00 3,00 0,50 7,50 21º Classificado

0000160 ANA CAROLINA LUCIO REZENDE DE ASSUNCAO 2,50 1,25 2,50 1,00 7,25 22º Classificado

0000186 CAMILA MORAIS SOARES 2,50 1,25 2,50 1,00 7,25 23º Classificado

0000023 KETLEN MAILA OLIVEIRA SOKOLOWSKI 2,50 0,75 3,00 1,00 7,25 24º Classificado

0000375 FRANCIELCIO SILVA DA COSTA 2,00 1,25 3,00 1,00 7,25 25º Classificado

0000252 ÉLIDA GORETH LOPES DE SOUZA 3,00 0,75 3,00 0,50 7,25 26º Classificado

0000293 FRANCIELI SILVA GUIMARAES 3,00 0,75 3,00 0,50 7,25 27º Classificado

0000331 LARISSA TENORIO MIRANDA 3,00 0,75 3,00 0,50 7,25 28º Classificado

0000029 ELIDA CRISTHINA DUARTE E SILVA 2,50 1,25 3,00 0,50 7,25 29º Classificado

0000341 RENATA DENISE ALVES SANTANA PEREIRA 2,00 1,50 2,00 1,50 7,00 30º Classificado

0000299 GEOVANA ARAÚJO BORGES ROCHA 2,00 1,00 2,50 1,50 7,00 31º Classificado

0000044 SIMONE PEREIRA DOS SANTOS 3,00 1,00 2,00 1,00 7,00 32º Classificado

0000192 MARIA APARECIDA FILIZARDO GALVÃO 2,50 1,50 2,00 1,00 7,00 33º Classificado

0000170 WHELLYKA FERREIRA ROSA 2,50 1,00 2,50 1,00 7,00 34º Classificado

0000117 RENATA ARAÚJO SANTANA 3,00 1,00 2,50 0,50 7,00 35º Classificado

0000301 LUCIMAR BORGES DA SILVA 2,50 1,50 2,50 0,50 7,00 36º Classificado

0000074 GUILHERME OLIVEIRA ROCHA 2,50 1,50 2,50 0,50 7,00 37º Classificado

0000261 ANA CLARA SOARES DA SILVA ALBERNAZ 2,50 1,00 3,00 0,50 7,00 38º Classificado

0000110 CRISTIANE RIBEIRO DE ARAUJO 3,00 1,25 2,00 0,50 6,75 39º Classificado

0000272 IVONILDA MOURA FERRAZ 2,50 1,25 2,50 0,50 6,75 40º Classificado

0000205 JANAINA ELEANDRO DE SOUZA 2,50 1,25 2,50 0,50 6,75 41º Classificado

0000185 MONICA CIBULSKI BREITENBACH 2,50 1,25 2,50 0,50 6,75 42º Classificado

0000306	MARIA PEREIRA DE LIMA	2,00	1,00	2,00	1,50	6,50	43º	Classificado
0000011	ANDRESSA LIMA DOS SANTOS	2,00	1,00	2,00	1,50	6,50	44º	Classificado
0000076	PATRÍCIA PEREIRA DA COSTA	2,00	1,00	2,50	1,00	6,50	45º	Classificado
0000124	CINTIA SOUZA DE PAULA	2,50	1,50	2,00	0,50	6,50	46º	Classificado
0000178	JÉSSICA ALEXANDRE DIAS	2,00	1,00	3,00	0,50	6,50	47º	Classificado
0000210	GERLAINE DE OLIVEIRA CAROLINO	1,50	1,00	3,00	0,75	6,25	48º	Classificado
0000298	TAYSA PEREIRA ANGELONI	3,00	0,75	2,00	0,50	6,25	49º	Classificado
0000273	DANIELY MUZZO ALVES GRASSIA	2,50	1,25	2,00	0,50	6,25	50º	Classificado
0000329	ECLESIANI DA SILVA URIAS LUCIANO	2,50	0,75	2,50	0,50	6,25	51º	Classificado
0000237	VILMAÍRA ALESSANDRA RODRIGUES ALVES	2,50	0,75	2,50	0,50	6,25	52º	Classificado
0000193	VERA MARIA SCHOSSLER	2,00	0,75	3,00	0,50	6,25	53º	Classificado

0000118	ANA PAULA GONZAGA COSTA	1,50	1,00	2,50	1,00	6,00	54º	Classificado
0000296	MIRIELI LOPES DE SOUZA	2,50	1,50	1,50	0,50	6,00	55º	Classificado
0000371	CLEDINA SILVA DE LACERDA BAIRROS	2,00	1,50	2,00	0,50	6,00	56º	Classificado
0000114	FRANCIELE NOETZOLD	2,00	1,50	2,00	0,50	6,00	57º	Classificado
0000106	FRANCINEIDI MARTINS DA SILVA	2,00	1,00	2,50	0,50	6,00	58º	Classificado
0000064	DOMINGAS LIMA DOS SANTOS	1,50	1,50	2,50	0,50	6,00	59º	Classificado
0000132	ALEXANDRA FERREIRA DE JESUS	3,00	0,75	1,50	0,50	5,75	60º	Classificado
0000239	JUCINEIA DA SILVA OLIVEIRA	2,50	1,25	1,50	0,50	5,75	61º	Classificado
0000307	SÔNIA REGINA ALVES DOS SANTOS SILVA	2,00	1,25	2,00	0,50	5,75	62º	Classificado
0000051	CLEIDE OLIVEIRA DIAS SOUZA	2,00	1,25	2,00	0,50	5,75	63º	Classificado
0000213	JUCIMEIRE SILVÉRIO BARROS	2,00	1,25	2,00	0,50	5,75	64º	Classificado
0000195	LEIDIMAR MONTEIRO MALAQUIAS	2,00	1,25	2,00	0,50	5,75	65º	Classificado
0000345	MARLY SOUZA PIMENTEL	2,50	1,00	1,50	0,50	5,50	66º	Classificado
0000183	MARGARETE ROCHA CARDOSO	2,50	1,00	1,50	0,50	5,50	67º	Classificado
0000294	ROGERIO DE SOUSA MIRANDA	2,50	1,00	1,50	0,50	5,50	68º	Classificado
0000184	REJANNE SANTOS FIGUEIREDO	2,00	1,00	2,00	0,50	5,50	69º	Classificado
0000049	ELISVANIA SOARES DA SILVA	1,50	1,00	2,50	0,50	5,50	70º	Classificado
0000097	ABIQUEYLA XAVIER KLOSINSKI	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000098	ABONIZIA MEDRADO FERREIRA	3,00	0,75	2,00	0,00	5,75	-	Desclassificado
0000179	ADRIANA AZAMBUJA CONTREIRA	1,00	0,75	3,00	0,00	4,75	-	Desclassificado
0000007	AGATHA CRISTY BARBOSA GOMES CINTRA	2,50	1,25	3,00	0,00	6,75	-	Desclassificado
0000318	ANA CLAUDIA CIRQUEIRA PERES NASCIMENTO	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000136	ANA JAQUELINE DA SILVA SOCOLOWSKI	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000365	ANTONIA LEILA RIBEIRO DA COSTA	3,00	1,50	3,00	0,00	7,50	-	Desclassificado
0000008	BRENDA RIBEIRO BORGES NOGUEIRA	1,50	1,00	2,50	0,00	5,00	-	Desclassificado
0000163	CICERA MARIA DE SOUSA	2,50	1,00	2,00	0,00	5,50	-	Desclassificado
0000154	CRISLAINE CLAUDIA ALVES DOS SANTOS	1,50	1,00	1,00	0,50	4,00	-	Desclassificado
0000372	CRISTINA RODRIGUES DA SILVA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000314	DAIANE PAULA DA SILVA SANTOS	2,50	1,00	3,50	0,00	7,00	-	Desclassificado
0000018	DANIELA DA SILVA SOUSA	1,50	0,75	2,00	0,00	4,25	-	Desclassificado
0000263	DANIELLA APARECIDA CIPRIANO	-	-	-	0,00	0,00	-	Desclassificado
0000105	DANIELLY APARECIDA ANTUNES SUDRE	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000055	DANYELLE PAULA BATISTA CASTELO	2,00	1,25	3,00	0,00	6,25	-	Desclassificado
0000131	EDILENE FERREIRA FONSECA	0,50	1,00	2,00	0,50	4,00	-	Desclassificado
0000169	ELENIR BARBOSA DE SOUZA GOMES	2,00	1,00	1,50	0,00	4,50	-	Desclassificado
0000262	ELETICIA DOMINGAS DE MORAIS	2,00	1,00	2,00	0,00	5,00	-	Desclassificado
0000111	ELIENE DA CONCEIÇÃO ALVES	0,50	1,00	2,00	0,00	3,50	-	Desclassificado
0000095	ELISÂNGELA MARTINS GONTIJO	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000377	ELIVAINE FERNANDES DE ALMEIDA FARIAS	2,50	1,25	2,00	0,00	5,75	-	Desclassificado
0000284	ERICA CRISTINA GONÇALVES DE ALMEIDA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000228	FLÁVIO DOS PASSOS OLIVEIRA	2,50	1,25	3,00	0,00	6,75	-	Desclassificado
0000196	FRANCIELA INACIO FERREIRA	1,50	1,00	1,50	0,50	4,50	-	Desclassificado
0000024	GIUCIELLI STARELI SOUZA	2,50	1,50	2,00	0,00	6,00	-	Desclassificado
0000145	IVANEIDE OZORIO VALVERDE	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000180	LAIS EMANUELE SILVA COSTA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000175	LEANDRO MOREIRA GOMES	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000002	LÍVIA SILVA SANTANA	2,50	1,50	3,00	0,00	7,00	-	Desclassificado
0000220	LUANA DA SILVA BATISTA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000092	MARIA EDUARDA SOUZA PAULINO	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000122	MARIA SANTOS FERREIRA	1,50	1,00	2,50	0,00	5,00	-	Desclassificado
0000245	MARTA APARECIDA MENDES SANTOS	2,50	1,25	2,50	0,00	6,25	-	Desclassificado
0000387	MARTA FERREIRA GUIMARAES	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000374	MICHELE SILVA DA COSTA	2,00	1,00	2,00	0,00	5,00	-	Desclassificado
0000250	MYLLENA PEREIRA MIRANDA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000067	NADINE MUCHEL	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000146	NAIANE DO NASCIMENTO OLIVEIRA	1,00	1,25	1,50	0,00	3,75	-	Desclassificado
0000021	NAYHARA ALVES DE OLIVEIRA	2,50	0,50	2,00	0,00	5,00	-	Desclassificado
0000119	PAULO ISAAC BORGES	3,00	1,25	3,00	0,00	7,25	-	Desclassificado
0000215	REGIANE VANESSA DE FREITAS RODRIGUES SANSANOVICZ	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000061	ROSANIZ FARIAS BARBOSA NASCIMENTO	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000236	SELMA PEREIRA DE MOURA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000096	SHIRLEY LUIZ NASCIMENTO	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000249	TANIA MARCIA PEREIRA FERREIRA MIRANDA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000393	TIERRY AUGUSTO RODRIGUES DA SILVA	2,00	1,25	2,00	0,00	5,25	-	Desclassificado

INSCRIÇÃO NOME LP MT CEO Q20 NOTA FINAL POSIÇÃO L. VAGA

RESULTADO

0000246 CRISTINA MARQUES DA ROCHA 2,00 1,25 2,50 1,00 6,75 1º Classificado

0000292 FERNANDA ANA MARIA DOS SANTOS NETA 2,00 1,00 2,50 1,00 6,50 2º Classificado

0000380 ALINE PEREIRA DA ROCHA 2,00 0,50 3,00 1,00 6,50 3º Classificado

0000230 ORLAINE MENDONÇA DA PAIXÃO 2,00 0,75 2,50 1,00 6,25 4º Classificado

0000046 MARCOS ALESSANDRO DA SILVA CASTRO 1,50 1,25 2,50 1,00 6,25 5º Classificado

0000264 GABRIEL JUNIOR SANTOS DE OLIVEIRA 1,50 0,75 3,50 0,50 6,25 6º Classificado

0000232 ROSÂNGELA MARQUES PINTO 1,50 0,50 3,50 0,50 6,00 7º Classificado

0000330 ALEX SANDER MONTEIRO DE QUADROS 2,50 1,00 2,50 0,00 6,00 - Desclassificado

0000058 MATHEUS MURYEL BORGES NOVAES 2,50 0,50 3,00 0,00 6,00 - Desclassificado

0000390 RAFAEL DE SOUZA ALMEIDA 2,00 1,25 2,50 0,00 5,75 - Desclassificado

0000373 SAMUEL VITOR ANTUNES MORAIS 1,50 1,50 2,00 0,00 5,00 - Desclassificado

0000211 EMILY VITORIA ALVES CAMPOS 1,50 1,00 2,50 0,00 5,00 - Desclassificado

0000216 ALEX HENRIQUE DE SOUSA SANTANA 1,50 1,25 2,00 0,00 4,75 - Desclassificado

0000241 CLARISSA AIRES PIMENTEL 1,00 1,00 2,50 0,00 4,50 - Desclassificado

0000149 JULIANA DE ARCANJO SOBRINHO - - - - - - Desclassificado

0000188 LAURYANE DE JESUS JACINTO - - - - - - Desclassificado

0000325 MARINA AZEVEDO WEIHS - - - - - - Desclassificado

0000158 VANESSA BATISTA PORTO - - - - - - Desclassificado

106 – CUIDADOR EDUCACIONAL – NOVA XAVANTINA								
INSCRIÇÃO	**NOME**	**LP**	**MT**	**CE**	**Q20**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**L. VAGA**
0000396	ADRIANA VITAL DA SILVA	2,00	1,00	3,50	1,00	7,50	1º	Classificado
0000050	TAINA CRISTINA GOMES ARAUJO	2,50	0,25	3,50	1,00	7,25	2º	Classificado
0000020	LINA MARA RIBERO DA SILVA	2,50	0,50	3,00	1,00	7,00	3º	Classificado
0000343	LAURA SILVA OLIVEIRA	2,00	0,75	3,00	1,00	6,75	4º	Classificado
000251	FLAVIANE FRANÇA DA SILVA MENDES	2,50	0,25	3,50	0,50	6,75	5º	Classificado
000113	EDNARA PAIXÃO RAMOS	2,00	0,50	3,00	1,00	6,50	6º	Classificado
000093	RARINE FIDELIS DA SILVA	2,50	0,50	3,00	0,50	6,50	7º	Classificado
000045	IZABELA FERREIRA LIMA NASCIMENTO	2,00	1,00	3,00	0,50	6,50	8º	Classificado
000366	ESTELA RAYANE MORAES ALVES	2,00	0,50	3,50	0,50	6,50	9º	Classificado
000017	EDNALDIO DA SILVA RAMOS	2,00	0,50	3,50	0,50	6,50	10º	Classificado
000159	DANIELA RAMOS SILVA CIBINE	2,00	0,50	3,50	0,50	6,50	11º	Classificado
000278	GISLENE DA SILVA CARVALHO	1,50	1,00	3,50	0,50	6,50	12º	Classificado
000310	LUCIMAR FELDKIRCHER	1,50	0,75	3,50	0,50	6,25	13º	Classificado
000304	NÚBIA DE MORAIS SOUZA SILVA	1,50	0,50	2,50	1,50	6,00	14º	Classificado
000360	GISELE ABREU PIMENTEL	1,00	1,00	3,00	1,00	6,00	15º	Classificado
000212	GRACIELLE RIBEIRO DOS REIS BARBOSA	1,50	1,00	3,00	0,50	6,00	16º	Classificado
000326	WYLKERSON ALVES TEIXEIRA	2,50	0,25	2,50	0,50	5,75	17º	Classificado
000297	JOSILENE ALVES DA SILVA	2,00	0,25	3,00	0,50	5,75	18º	Classificado
000189	KAROLAINE FERREIRA MAIA	2,00	0,25	3,00	0,50	5,75	19º	Classificado
000004	STEFANY CARDOZO ALMEIDA	1,50	0,75	3,00	0,50	5,75	20º	Classificado
000348	LANNA GABRIELA VIEIRA DE JESUS	1,00	0,50	3,00	1,00	5,50	21º	Classificado
000305	JOICE FERREIRA BARBOSA PORTUGAL	1,00	0,25	3,00	1,00	5,25	22º	Classificado
000238	RENATA REIS DA SILVA XAVIER	1,50	0,50	2,50	0,50	5,00	23º	Classificado
0000164	ALAN DE KLEBER AGUIAR FERREIRA FILHO	1,50	0,75	3,50	0,00	5,75	-	Desclassificado
0000316	AMANDA ALVES FERREIRA DA SILVA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000283	ANALIA GEOVANA PRIMO SILVA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000155	ANDREIA FERREIRA DOS SANTOS	1,00	0,25	2,50	0,00	3,75	-	Desclassificado
0000014	ANDREIA OLIVEIRA DOS SANTOS	1,50	0,25	3,00	0,00	4,75	-	Desclassificado
0000083	CLEIBES RODRIGUES DE BARROS	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000350	CLEONICE VIEIRA DA SILVA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000335	CRISTINA BARBOSA DA SILVA	1,00	0,75	2,50	0,00	4,25	-	Desclassificado
0000342	DANIELE LEAL DE SOUZA	1,50	1,00	3,50	0,00	6,00	-	Desclassificado
0000005	DÉBORA FIRMINO BENTO	1,50	0,75	3,00	0,00	5,25	-	Desclassificado
0000038	DHEISY KELLY SOUZA PEREIRA	1,50	0,50	2,50	0,00	4,50	-	Desclassificado
0000052	EDNA ROSA ALVES DE OLIVEIRA	1,00	0,50	2,50	0,00	4,00	-	Desclassificado
0000026	ELIZETH BELEM DA SILVA ORMONDES	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000315	ELOANIS SILVA MATOS	2,00	0,25	3,00	0,00	5,25	-	Desclassificado
0000398	EMILLY PAULA DE ALMEIDA	1,00	0,50	2,50	0,00	4,00	-	Desclassificado

0000332	FLAVIA TANIA ALVES SILVA	1,00	0,50	3,00	0,00	4,50	-	Desclassificado
000243	FRANCIELLE ALVES DE SOUSA	2,50	0,50	2,50	0,00	5,50	-	Desclassificado
0000259	GEICIANE BATISTA DE SOUZA CAVALCANTE	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
000361	GERLANE DE SOUZA CARDOSO	1,00	0,75	2,50	0,50	4,75	-	Desclassificado
0000376	ISABEL CRISTINA MOREIRA DA SILVA	0,50	1,00	2,50	0,50	4,50	-	Desclassificado
0000198	ISABELA STEPHANY CAMPOS	0,50	0,50	2,00	0,00	3,00	-	Desclassificado
0000363	IVONE ALVES RODRIGUES	1,50	0,75	3,50	0,00	5,75	-	Desclassificado
0000152	JAQUELINE ALVES DOS SANTOS	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000115	JÉSSIKA OLIVEIRA MOTA AGUIAR	1,50	1,00	3,50	0,00	6,00	-	Desclassificado
000107	JESSYKA SILVA OLIVEIRA	1,00	0,25	3,50	0,00	4,75	-	Desclassificado
0000378	JORDANA FERNANDES DE SOUZA FARIA	2,00	0,75	3,00	0,00	5,75	-	Desclassificado
0000357	JULIANA TAINÁ ACARI GOMES	1,50	0,50	2,50	0,00	4,50	-	Desclassificado
0000226	KARINY FEITOSA OLIVEIRA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
000150	KEILA MOREIRA DE FREITAS	1,50	0,25	2,50	0,50	4,75	-	Desclassificado
0000015	KETLLEN FRANCIELI DA SILVA MOURA	1,50	0,50	3,00	0,00	5,00	-	Desclassificado
0000379	KIANI MARIANA ALVES BARBOSA	-	-	-	0,00	0,00	-	Desclassificado
0000060	LEIDIANE RODRIGUES CAVALCANTE	1,00	0,50	3,50	0,00	5,00	-	Desclassificado
0000312	LEONIDES TENORIO CAVALCANTE SILVA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000274	LUZILENE ALMEIDA DOS SANTOS	2,50	0,75	3,00	0,00	6,25	-	Desclassificado
0000035	MANDA DANTAS PEDREIRA	2,00	1,00	3,50	0,00	6,50	-	Desclassificado
0000182	MARIA CAROLINA OLIVEIRA DA SILVA	2,50	0,75	3,00	0,00	6,25	-	Desclassificado
0000068	MARIA DAS GRAÇAS BATISTA RIBEIRO	1,50	0,25	2,50	0,00	4,25	-	Desclassificado
0000217	MARIA EVA BEZERRA ALVES	0,50	0,50	2,50	0,00	3,50	-	Desclassificado
0000126	MARIA VITÓRIA SOUSA SANTIAGO	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000156	MICHELE DA SILVA	2,00	0,50	3,50	0,00	6,00	-	Desclassificado
0000016	MONIQUE SCHINDLER FERREIRA GOMES	2,00	0,25	3,00	0,00	5,25	-	Desclassificado
0000244	NAIHARA NEPOMUCENO AUGUSTO	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
000290	ORLANDA MENDONÇA DA PAIXÃO	0,50	0,50	3,00	0,50	4,50	-	Desclassificado
000039	PAULA TAYNARA NUNES DOS SANTOS	1,50	1,00	3,00	0,00	5,50	-	Desclassificado
0000222	RAYANE FRANCIELE SANTANA FEITOSA	1,00	0,25	2,00	0,00	3,25	-	Desclassificado
0000077	RENATA LIRA DA ENCARNAÇÃO FERREIRA	0,50	0,50	2,50	0,50	4,00	-	Desclassificado
0000337	ROSICLEI PIO GUIMARÃES	2,00	0,75	3,00	0,00	5,75	-	Desclassificado
000269	ROSIMEIRE BEZERRA ALVES WINTER	1,50	0,50	3,50	0,00	5,50	-	Desclassificado
0000161	SONIA NUNES DA SILVA	1,00	0,50	3,00	0,00	4,50	-	Desclassificado
0000397	SUELLE LOURENÇO BARBOSA GALDINO	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
000040	VITORIA CAROLINE OLIVIRA BULHOES	2,00	0,50	3,00	0,00	5,50	-	Desclassificado
0000043	WALERIA POLICARPO RIBEIRO	0,00	0,50	3,50	0,50	4,50	-	Desclassificado

103 - TÉCNICO EDUCACIONAL EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - TEDI - NOVA XAVANTINA

NOME LP MT CE Q20 TOTAL POSIÇÃO L. VAGA RESULTADO

0000174 ELISÂNGELA MARIA EUGÊNIO DE MACEDO 2,50 1,00 3,50 0,50 7,50 1º Classificado

0000071 RUTH CAROLINE SOUZA ALVES 2,00 0,75 3,00 1,50 7,25 2º Classificado

0000311 VALÉRIA DOMINGAS DE MORAIS 2,50 0,25 3,50 1,00 7,25 3º Classificado

0000288 FERNANDO GONÇALVES DA SILVA 2,50 0,50 3,00 1,00 7,00 4º Classificado

0000168 NATÁLIA FILOMENA DE PAULA VIEIRA MENDIS 2,00 1,00 3,00 1,00 7,00 5º Classificado

0000173 SHEILA ROSA FERREIRA 2,00 1,25 3,00 0,50 6,75 6º Classificado

0000201 GABRIELLY INGRID DE ALMEIDA ALVES 1,50 1,00 3,50 0,50 6,50 7º Classificado

0000362 LUCENI DOS REIS LUIZ BRANDÃO 2,00 0,75 3,00 0,50 6,25 8º Classificado

0000112 BRUNA FRANCIELLE CESÁRIA DE BRITO 1,50 0,75 3,50 0,50 6,25 9º Classificado

0000109 GLEICILANE BARBOSA FERREIRA 1,50 0,50 3,00 1,00 6,00 10º Classificado

0000099 LARISSA KETLEN CAETANO DOS SANTOS 1,50 0,50 3,00 1,00 6,00 11º Classificado

0000123 ÍRIS TEREZINHA DE JESUS OZORIO 1,50 1,00 3,00 0,50 6,00 12º Classificado

0000287 MIRELLE APARECIDA DE OLIVEIRA 2,00 0,25 2,50 1,00 5,75 13º Classificado

0000227 PAMALLA KAROLAYNE DA COSTA BATISTA OLAI 1,50 0,25 3,50 0,50 5,75 14º Classificado

0000385 RIVAILDA ROSA DA SILVA CARVALHO 0,50 0,50 3,50 1,00 5,50 15º Classificado

0000279 JULIANA MARIA PEREIRA BARBOSA 1,50 0,50 3,00 0,50 5,50 16º Classificado

0000354 GLEIBIANE GONÇALVES LIMA 1,50 0,50 3,00 0,50 5,50 17º Classificado

0000364 ANDRÉIA QUIRINO DE SOUZA SANTOS 1,00 0,50 3,50 0,50 5,50 18º Classificado

0000053 JESSICA MARTINS DOS SANTOS 2,00 0,25 2,50 0,50 5,25 19º Classificado

0000308 LIDIANE MARIA DA SILVA 1,50 0,50 2,50 0,50 5,00 20º Classificado

0000009 DIARLENE JOSÉ DOS SANTOS 1,00 1,00 2,50 0,50 5,00 21º Classificado

0000255 ADRIANO FERREIRA CABRAL 1,00 0,25 2,50 0,00 3,75 - Desclassificado

0000271 CAMILA CRISTINA PEREIRA ANGELONI - - - - - - Desclassificado

0000006 CARINI REINHEIMER PFEIFER LESSA 1,50 0,25 3,50 0,00 5,25 - Desclassificado

0000181 CHRISTIAN THIAGO LUIZ FERNANDES LIMA 1,50 1,00 3,00 0,00 5,50 - Desclassificado

0000367 CRISTIANE RIBEIRO DA COSTA 1,50 0,25 3,00 0,00 4,75 - Desclassificado

0000091 DANIELE RODRIGUES RADIN 1,00 0,25 2,50 0,50 4,25 - Desclassificado

0000221 DEUZELENA DOS SANTOS LEAL 1,50 0,50 3,00 0,00 5,00 - Desclassificado

0000356 EDUARDA FERREIRA DOS SANTOS GALVAO - - - - - - Desclassificado

0000240 ELIVANYA VICTORINO GONÇALVES - - - - - - Desclassificado

0000137 GLEICA GONÇALVES LIMA 2,00 0,50 2,50 0,00 5,00 - Desclassificado

0000165 GEANE PAULA PRICINOTE ALMEIDA 0,50 0,50 2,50 0,00 3,50 - Desclassificado

0000267 ISABELA GUIMARÃES DE LEMES CAVALCANTE - - - - - - Desclassificado

0000033 ISADORA ALVES DE SOUSA COSTA ALMEIDA 1,50 1,00 3,00 0,00 5,50 - Desclassificado

0000257 ISADORA ALVES SANTOS LEAL 1,00 0,50 3,50 0,00 5,00 - Desclassificado

0000344 JESSILLAYNNE ALVES MARQUES - - - - - - Desclassificado

0000138 LÉIA SANTOS SILVA 0,50 0,50 2,50 0,00 3,50 - Desclassificado

0000235 LUCIANE FERREIRA CABRAL 1,50 0,25 3,00 0,00 4,75 - Desclassificado

0000258 MÁRCIA ANTÔNIO DA SILVA CARDOSO 2,00 0,75 2,00 0,00 4,75 - Desclassificado

0000084 MÁRCIA BARBOSA HONÓRIO 3,00 0,75 3,00 0,00 6,75 - Desclassificado

0000383 MIKAELA BARSANULFO DOS SANTOS - - - - - - Desclassificado

0000037 PAMELA DA SILVA 1,00 0,25 3,00 0,00 4,25 - Desclassificado

0000324 PAMELA ROSSI NASCIMENTO 1,00 0,25 2,50 0,00 3,75 - Desclassificado

0000353 SELMA DOMINGAS ANTUNES 1,00 0,25 3,00 0,50 4,75 - Desclassificado

INSCRIÇÃO NOME LP MT CG NOTA FINAL POSIÇÃO L. VAGA

RESULTADO

0000104 LUANA FERREIRA DOS SANTOS 4,00 2,50 1,00 7,50 1º Classificado

0000172 LANA ANDRESSA CAVALCANTE SOARES 4,00 2,50 1,00 7,50 2º Classificado

0000144 CLAUDIO ANTÔNIO OLIVEIRA DO NASCIMENTO 4,00 1,50 1,50 7,00 3º Classificado

0000242 JOELMIR FRANÇA DE SOUSA 3,00 2,00 1,50 6,50 4º Classificado

0000218 LUZENI PEREIRA DA SILVA 3,00 2,50 1,00 6,50 5º Classificado

0000358 DALVA RODRIGUES NASCIMENTO 2,00 1,50 2,00 5,50 6º Classificado

0000355 SUELY MARIA VICTORINO 2,50 1,50 1,00 5,00 7º Classificado

0000386 HANDREA ELLEN SILVA 2,50 0,50 1,00 4,00 - Desclassificado

0000277 LEILISLEINE RODRIGUES DA SILVA - - - - - Desclassificado

0000089 MARCOS JOSÉ SMARZARO GRAMELICH - - - - - Desclassificado

0000352 NATALIA APARECIDA SCAPINI LIMA - - - - - Desclassificado

INSCRIÇÃO NOME LP MT CG NOTA FINAL POSIÇÃO L. VAGA

RESULTADO

0000063 LILIAN FRANCIANE DE SOUSA LIMA 4,00 2,50 2,00 8,50 1º Classificado

0000275 LUZIA LOPES DOS SANTOS 3,00 2,50 2,00 7,50 2º Classificado

0000394 KETLY MARLAYNE ALVES DE LIMA RIBEIRO 4,00 2,00 1,50 7,50 3º Classificado

0000260 RAINARA CARDOSO FARIAS 3,50 2,50 1,00 7,00 4º Classificado

0000382 NANNDA TAINARA CUSTODIO ROSA 4,00 2,50 0,50 7,00 5º Classificado

0000177 REJANE REIS RAMOS 3,00 2,00 1,50 6,50 6º Classificado

0000321 NEIDE FIGUEIRA DE OLIVEIRA 3,00 2,00 1,50 6,50 7º Classificado

0000206 IRENI MARQUES DA SILVA 2,50 2,50 1,50 6,50 8º Classificado

0000302 MÔNICA CARRION GAMA DA SILVA 2,50 2,50 1,00 6,00 9º Classificado

0000086 JANETE MARIA DALMOLIN - - - - - Desclassificado

0000303 JUSCELIA ROSA PEREIRA DE SOUZA - - - - - Desclassificado

0000282 LAURA ALVES CALADO - - - - - Desclassificado

0000339 MARINALVA PIRES DE SOUZA LOPES 2,50 2,00 0,00 4,50 - Desclassificado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL - ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2023
PROCESSO LICITATÓRIO 034/2023

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para execução e assessoria administrativa na gestão de programas compreendendo operacionalização, manutenção e atualização dos sistemas de Informações em cumprimento as metas estabelecidas pela Secretária Municipal de Saúde e Ministério da Saúde.

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – Estado de Mato Grosso,** neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, torna público a contratação por dispensa de licitação da empresa **50.593.379 Josely Pereira de Souza - MEI**,inscrita no **CNPJ sob nº 50.593.379/0001-69,** no valor global anual de **R$ 56.400,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos**

reais), com valor mensal de R$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), tudo de acordo com o referido processo. **RATIFICO** a presente Dispensa de Licitação, em conformidade com o Inciso II do artigo 75 da Lei Federal n° 14.133/21, Decreto Federal n° 11.317/22. e Parecer Jurídico 004/2023.

Novo Horizonte do Norte – MT, em 17 de novembro de 2023.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA - FUMPS
PORTARIA Nº.016/2023.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora ***Srª. Maria Aparecida de Souza."***

A Secretária Municipal de Administração de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar o tempo de contribuição não concomitante conforme Certidão Original de Tempo de Contribuição sob n.º **12001080.1.00229/21-6** expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º - Fica averbado o tempo de contribuição não concomitante equivalente há 635 dias líquidos, correspondente a 01 (um) Ano e 09 (nove):

Período	Órgão	Tempo
01/08/1989 A 30/04/1991	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte	1 ano e 09 meses
Dias Líquidos: 635		

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Novo Horizonte do Norte/MT, 17 de novembro de 2023.

LETICIA JAMARIQUELI CASTILHO Secretaria de Administração e Planejamento

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N° 017/2023

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. Silvano Pereira Neves, torna público a quem possa interessar, que está à disposição nas dependências da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do norte, O BALANCETE DE VERIFICAÇÃO DO PLANO PCASP, do mês de SETEMBRO do exercício de 2023, e o RESLATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 5º BIMESTRE DE 2023, da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte.

Novo Horizonte do Norte, em 17 de novembro de 2023

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº283/2023

PORTARIA Nº283/2023

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SERVIDOR EFETIVO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, Sr. **SILVANO PEREIRA NEVES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO que o servidor público **DARCI RENE GONÇALVES MONTEIRO,** matrícula nº84, no cargo **Engenheiro Civil,** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura**,** solicitou por requerimento a sua exoneração do cargo efetivo deste Município.

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar o Servidor Público Municipal **Darci Rene Gonçalves Monteiro,** brasileiro, maior, portador da matrícula nº84, do cargo efetivo de **Engenheiro Civil**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 17 de novembro de 2023.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

LETICIA JAMARIQUELI CASTILHO

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA - FUMPS
PORTARIA N. º015/2023

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora Sra. Maria Aparecida de Souza."

A Secretária Municipal de Administração do Município de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 3º, I, II, III e parágrafo único da EC 47/2005 c/c art. 85, I, II, III e parágrafo único da Lei Municipal n.º 1009/2013 que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Novo Horizonte do Norte/MT; Lei Complementar nº 998 de 01/07/2013 e Lei Municipal nº 1. 421 de 14/02/2023 que autoriza o Poder Executivo Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso a fazer o RGA - Reajuste Anual para os servidores municipais e das outras providências;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a **Sra. Maria Aparecida de Souza**, portadora do RG nº. 805.069 SSP/MT e do CPF n.º 503.619.701-10, servidora Efetiva, no cargo de **ZELADORA** - Classe "D", Nível "V", matriculada sob o nº. 43, lotada na Secretaria Municipal de Administração, contando com 34 anos, 02 meses e 05 dias de tempo de contribuição; com proventos integrais com base na última remuneração do cargo efetivo, conforme processo administrativo do FUMPS, nº. **2023.04.00012P**, a partir da data de 01/11/2023, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a data de **01 de novembro de 2023**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

NOVO HORIZONTE DO NORTE - MT, 17 de novembro de 2023.

LETICIA JAMARIQUELI CASTILHO Secretaria de Administração e Planejamento

Homologo:

SILVANO PEREIRA NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº: 06/2023

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº: 06/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 098/2023

TIPO: MenorGlobal

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio – MT torna público para conhecimento dos interessados que a Tomada de Preços nº. 06/2023, cuja abertura ocorreu às 09h00min do dia **16 de Novembro de 2023**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Avenida 29 de setembro, n°.244, Centro, Novo Santo Antônio, Cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA, ARQUITETURA E URBANISMO PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA URBANA EM LOTEAMENTO PÚBLICO NA CIDADE DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT.**Sagrando vencedora empresa abaixo descrita:

EMPRESA	CNPJ	QUANT/ ITENS	VALOR TOTAL
DIEGO ROBERTO SBITKOWSKI CHAMMA EIRELI	02.321.787/ 0001-19	01	R$ 57. 258,57

VALOR TOTAL R$ 57.258,57 (Cinquenta e Sete Mil Duzentos e Cinquenta e Oito Reais e Cinquenta e Sete Centavos).

A Ata Integral da Tomada de Preços da empresa acima citada se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio - MT, sito a Rua 29 de Setembro nº 244, Centro Novo Santo Antônio - MT.

Novo Santo Antônio - MT, 17 de Novembro de 2023**.**

HENRIQUE DE SOUSA CARDOSO

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/ 2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM, torna público, para conhecimento, que a licitação na Pregão Eletrônico nº 17/2023, Processo nº 98/2023 para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA ELETIVOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE PARA O MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM, Realizada em 14 de novembro/2023 às 09:00hs (Brasília) foi considerada DESERTA, por não comparecerem interessados ao certame. INFORMAÇÕES: Os interessados poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, pelo fone: TELEFONE: (0**66)3479-1158, e Email: licitacao@novosaojoaquim.mt.gov.br .

Novo São Joaquim - MT, 16 de novembro de 2023.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES – Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
D E C R E T O Nº 2342/2023.

D E C R E T O Nº 2342/2023.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO SUPLEMENTAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Josimar Marques Barbosa, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 2498/2023, de 27 de março de 2023, de conformidade com o artigo nº 167, inciso V da Constituição Federal e Artigo nº 41, da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º. – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Suplementar por anulação e transposição parcial de dotação no valor de R$ 214.607,41 (Duzentos e Quatorze Mil, Seiscentos e Sete Reais e Quarenta e Um Centavos), no Orçamento da Câmara Municipal de Paranatinga - MT. conforme segue abaixo.:

Parágrafo I – Credito Adicional Suplementar.:

01.001.01.031.0002.2002.3190.11.00.00.

Fonte 1500.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 104.607,41

01.001.01.031.0002.2002.3190.13.00.00.

Fonte 1500.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 40.000,00

01.001.01.031.0002.2002.3191.13.00.00.

Fonte 1500.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 10.000,00

01.001.01.031.0002.2002.3390.14.00.00.

Fonte 1500.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 60.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....R$ 214. 607,41

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

Parágrafo I – Anulação de :

01.001.01.031.0002.1001.4490.52.00.00.

Fonte 1500.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 5. 430,00

01.001.01.031.0002.1002.4490.52.00.00.

Fonte 1500.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 9. 383,00

01.001.01.031.0002.1003.4490.52.00.00.

Fonte 1500.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 24. 530,00

01.001.01.031.0002.1005.3390.39.00.00.

Fonte 1500.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 43.659,00

01.001.01.031.0002.1006.3390.39.00.00.

Fonte 1500.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 12.740,41

01.001.01.031.0002.1007.3390.30.00.00.

Fonte 1500.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 10.000,00

01.001.01.031.0002.1007.3390.39.00.00.

Fonte 1500.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 19.106,00

01.001.01.031.0002.2001.3390.41.00.00.

Fonte 1500.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 23.659,00

01.001.01.031.0002.2002.3190.94.00.00.

Fonte 1500.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 4. 500,00

01.001.01.031.0002.2002.3390.32.00.00.

Fonte 1500.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 2. 200,00

01.001.01.031.0002.2002.3390.33.00.00.

Fonte 1500.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 2. 200,00

01.001.01.031.0002.2002.3390.35.00.00.

Fonte 1500.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 25.000,00

01.001.01.031.0002.2002.3390.40.00.00.

Fonte 1500.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 30.000,00

01.001.01.031.0002.2002.3390.92.00.00.

Fonte 1500.000000 – Recursos Ordinários.....R$ 2. 200,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R$ 214. 607,41

ARTIGO 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 09 de novembro de 2023.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM

09 / 11 / 2023.

_____

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 70/2022

Processo: Pregão Presencial nº 70/2022.

ARP: nº 70/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Contratada: E. R. LOPES - EPP CNPJ: 08.656.178/0001-05, CF COMERCIO ATAC. E REPR. DE SUPR. P/ INFORMATICA CNPJ: 37.200.096/0001-41, MILLENIUM PAPELARIA E MAT. DE INFORMATICA LTDA ME CNPJ: 07.787.944/0001-08, MONTORO CARVALHO - COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI CNPJ: 37.674.131/0001-64, ORIGINAL SOLUCOES LTDA CNPJ: 13.333.523/0001-00 e RAHIA COMERCIO DE SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA CNPJ: 47.169.415/0001-57.

01. CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1. OBJETO: o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material de Higiene, Limpeza e Utensílios Domésticos, atendendo as necessidades da Secretaria de Administração e demais secretarias do Município de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

02. CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 070/2022):

2.1. Fica alterado a CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.167, DE 31 DE MARÇO DE 2023, a Administração realiza-se o presente o Primeiro Termo de Apostilamento, cujo objetivo é inclusão de uma nova dotação orçamentaria, a fim de atender as necessidades específica dos quantitativos e especificações contidas vinculado ao contrato, conforme Termo de Referência do respectivo Edital, conforme requisição da Secretaria de Saúde do Município de Paranatinga/MT, referente ao código reduzido conforme descrição abaixo.

2.1.1. ALTERAÇÃO/INCLUIR/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

05.001.10.302.0012.1.364. CUSTEIO DAMEDIA E ALTA COMP. ELEM. DE DESPESA.

Reduzido (987) - 1.621.3110 - 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO.

PARAGRAFO ÚNICO: A despesa decorrente do presente (Ata de Registro de Preço nº 070/2022), da Dotação Orçamentária - Clausula Décima Oitava, passam a ter a inclusão de uma nova redação - INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA - Código Reduzido (987), descriminado acima observando que as dotações serão utilizadas nos valores do seus respectivos saldos orçamentário atualizado, destacamos que as rubricas orçamentárias inicial vinculado a Ata de Registro de Preço, mantém inalterada e permaneceram vinculado ao processo contratual, podendo ser utilizadas os seus saldos atualizados posteriormente dentro da vigência da Ata citada até o dia 01/12/2023, para custeios das demandas conforme requisição da Secretaria de Saúde.

03. CLAUSULA TERCEIRA - DO EMPENHO E VALOR:

3.1. O valor a ser empenhada a fim de atender as necessidades específica dos quantitativos, especificações e valores conforme ato legal publicação do (Ata de Registro de Preço n 070/2022), serão empenhada de acordo com os valores dos serviços prestados, conforme requisição vinculado à Secretaria de Saúde - ITEM (1), limitado ao respectivo saldo atualizados da Ata de Registro de Preço e saldo orçamentário da rubricas inclusa – Código Reduzido (987) e das rubricas orçamentárias inicial a ser elaborado dentro da vigência da Ata citada até o dia 01/12/2023

04. CLAUSULA QUARTA - DO PRAZO:

4.1. A vigência deste Termo refere-se da data da publicação do PRIMEIRO TERMO DE

APOSTILAMENTO até a data de vigência 01/12/2023.

4.2. As demais clausulas constantes no Ata de Registro de Preço nº 070/2022, permanecem inalterados O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante da Ata acima mencionada.

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 01 de novembro de 2023.

OUVIDORIA MUNICIPAL
VETO A EMENDA MODIFICATIVA DO PROJETO DE LEI N. 197/2023

VETO A EMENDA MODIFICATIVA DO PROJETO DE LEI N. 197/2023

Senhor Presidente, o Chefe do Poder Executivo Municipal de Paranatinga/MT, no uso de suas atribuições legais, lhe informa que vetou integralmente as Emendas Modificativas, Emenda Aditivas e Emendas Supressivas ao Projeto de Lei n°. 197/2023, que apresentou o seguinte texto:

“Art. 1° - Fica autorizado o pagamento do piso salarial nacional dos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e as parteiras, nos termos da Lei Federal n°. 14.434/2022, que altera a Lei n°. 7.498, de 25 de junho de 1986, da Emenda Constitucional n°. 127/2022, que altera o art. 198 da Constituição Federal, da Lei Federal n°. 14.581/2023, que abre crédito especial no orçamento do Fundo Nacional de Saúde (FNS), e da Portaria GM/MS n°. 1.135/2023, que estabelece critérios e procedimentos para a transferência fundo a fundo aos fundos de saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2° - Considera-se piso salarial dos enfermeiros sob o regime estatutários e celetista, para os fins desta Lei o valor inicial de R$ 5.

748,27 (cinco mil e setecentos e quarenta e oito reais e vinte e sete centavos) a serem anexados na tabela de vencimentos da Lei Municipal n°. 035/2003.

Parágrafo Único. O valor inicial estabelecido no *caput* desse artigo deverá ser corrigido anualmente na mesma data e no mesmo percentual aplicado ao piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem.

Art. 3°. Considera-se piso salarial dos técnicos de enfermagem sob o regime estatutário e celetista, para os fins desta Lei o valor inicial de R$ 3.325,00 (três mil e trezentos e vinte e cinco reais), a serem anexado na tabela de vencimentos da Lei Municipal n°. 035/2003.

Art. 4°. Considera-se piso salarial dos auxiliares de enfermagem re parteiras sob o regime estatutário e celetista, para os fins desta Lei o valor inicial de R$ 2.375,00 (dois mil e trezentos e setenta e cinco reais), a serem anexado na tabela de vencimentos da Lei Municipal n°. 035/2003.

Parágrafo Único – o piso salarial dos servidores de que tratam os artigos 3° e 4° desta Lei é fixado com base no piso estabelecido na Lei do Piso Nacional, na razão de 70% (setenta por cento) para os técnicos de enfermagem e de 50% (cinquenta por cento) para os auxiliares de enfermagem e parteira.

Art. 5°. O pagamento do piso salarial será garantido pela União mediante assistência financeira complementar aos municípios, nos termos da Emenda Constitucional n°. 127/2022 e da Lei n°. 14.581/2023.

§1°. Os valores de referência correspondente a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

§3°. Suprimido.

Art. 6°. Suprimido.

Art. 7°. Os recursos recebidos da União serão destinados exclusivamente ao pagamento do piso salarial dos profissionais da enfermagem, sendo vedada a sua utilização para qualquer outra finalidade.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao mês de maio de 2023".

Pois bem.

Padece tais Emendas Modificativas, Emenda Aditivas e Emendas Supressivas de vício de constitucionalidade, *data máxima vênia.*

Isso porque, a Constituição Estadual, em seus Arts. 194 e 195, determina que a legislação que versar sobre os servidores públicos da administração, cujo teor crie dever que onere o orçamento público, consoante visto na espécie, é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo local, confira, *verbis*:

"Art. 194. O projeto de lei do orçamento anual ou os projetos de lei que o modifiquem poderão ser objeto de emendas, desde que observadas as demais disposições da Constituição Federal e os de legislação pertinente e indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídos os que incidem sobre:

I - dotação para pessoal e seus encargos;

II - serviços da dívida.

Art. 195 O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

Parágrafo único São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - matéria orçamentária e tributária;

II - servidor público, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

III - criação, estrutura e atribuição de órgãos de Administração Pública municipal;

IV - criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Pública direta e autárquica, bem como a fixação da respectiva remuneração". (gn)

Desse modo, é de clareza solar que a Câmara Municipal de Paranatinga/MT extrapolou a sua competência legislativa, uma vez que todas as leis que disponham sobre matéria orçamentária e servidores públicos é de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo.

Não se desconhece que é lícito ao Poder Legislativo, no exercício de sua função constitucional, apresentar projetos de lei complementar de iniciativa exclusiva do Executivo, porém, sem acarretar aumento de despesas, o que definitivamente não foi o caso.

A jurisprudência deste Tribunal é uníssona nesse sentido:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – EMENDAS ADITIVAS E MODIFICATIVAS NA LEI MUNICIPAL Nº 530/2015 PELO PARLAMENTO MUNICIPAL – AUMENTO DE DESPESAS PÚBLICAS E VANTAGEM PESSOAL CONCEDIDA A SERVIDORES – INICIATIVA DO CHEFE DO EXECUTIVO – VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 39, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, ALÍNEAS "A" E "B", 195, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISOS II E IV, E 129 E 9º, TODOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL – VICIO DE COMPETÊNCIA – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. A matéria atinente à vantagem pessoal concedida a servidores é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo, sendo manifestamente inconstitucional o aumento de despesas decorrente de emendas aditivas e modificativas emanada do Legislativo Municipal. Ação julgada procedente". (ADIN n. 118.512/2015, Tribunal Pleno, Rel. Des. José Zuquim Nogueira, j. 11.05.2017) (gn)

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI MUNICIPAL – AUMENTO SALARIAL – PROFISSIONAIS DA SAÚDE – INICIATIVA PRIVATIVA DO PREFEITO – ARTIGO 195 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL – REVISÃO GERAL ANUAL – NÃO OBSERVÂNCIA – AUMENTO DE DESPESA NOS ÚLTIMOS 180 DIAS ANTERIORES AO FINAL DO MANDATO – NULIDADE – ARTIGO 21 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – OFENSA AO ART. 167, § 1°, I, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL (PRÉVIA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA) – AÇÃO PROCEDENTE. Padece de vício formal de inconstitucionalidade a Lei Municipal cujo processo legislativo teve origem no parlamento e que tratou de matéria relativa a orçamento e recursos de servidores, máxime se, além da reserva de iniciativa, afrontou a Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda aumento de despesa nos últimos 180 dias do mandato do Prefeito". (ADIN n. 48.213/2013, Tribunal Pleno, Rel. Des. Guiomar Teodoro Borges, j. 13.03.2014) (gn)

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI COMPLEMENTAR - FIXAÇÃO DE DATA BASE PARA REAJUSTE SALARIAL DE TODOS OS SERVIDORES MUNICIPAIS - PROPOSTA DO PODER LEGISLATIVO - INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL POR VÍCIO DE INICIATIVA- AUMENTO DE DESPESA - AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. A iniciativa da lei deve ser procedida pelo sujeito que detém tal poder, sob pena de vício formal subjetivo de inconstitucionalidade. A competência para regular matéria relativa ao servidor público, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria é do Chefe do Executivo Municipal. Se a elaboração da lei não partiu de autoridade competente, e estando em vigor, se mostra visível a procedência da ação". (ADIN n. 21.935/2011, Tribunal Pleno, Rela. Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas, j. 12.01.2012) (gn)

Logo, veto integralmente as Emendas Modificativas, Emenda Aditivas e Emendas Supressivas ao Projeto de Lei n°. 197/2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 17 de novembro o de 2023.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 47/2023.

Processo: Inexigibilidade de Licitação nº 04/2023.

Contrato: nº 47/2023.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Contratada: REGINA DE SOUZA KUNTZE – MEI CNPJ 30.774.489/0001-10.

Objeto: **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de treinamentos em desenvolvimento profissional e gerencial onde atuará na capacitação, análises e suporte de: Implantação da Saúde e Segurança do Trabalho - SST; Capacitação em EFDReinf e DCTFWeb para Órgãos Públicos, em atendimento a demanda da Secretaria de Administração e Planejamento do Município de Paranatinga/MT,** nos termos do Art. 25, inciso II combinado com Art. 13, inciso VI da Lei nº 8.666/93, **conforme especificação e itens constantes do Termo de Referência de abertura de processo licitatório.**

Data de Rescisão: 17/11/2023.

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 17 de novembro de 2023.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 06 AO CONTRATO Nº 110/2022

Processo: dispensa de licitação nº 55/2022.

Contrato: 110/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Contratada: PAULO MARCIO DE CARVALHO ARAUJO - EPP CNPJ: 17.508.424/0001-64.

Objeto: Contratação de Empresa especializada para Prestação de **Serviços de Engenharia Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Ambiental para elaboração de Plano de Recuperação de Área Degradada do Lixão Municipal conforme Orientação Técnica n° 03/CPLRS/SUIMIS/SEMA/MT,** em atendimento da necessidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente,com fulcro no artigo 24, inciso I da Lei 8.666/93 alterada pelo Decreto Nº 9.412/2018.

Prazo: 01/11/2023 até 02/01/2024.

Departamento de Licitações e Contratos.

Em 01 de novembro de 2023.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial

Nº 63/2023

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, através da Pregoeira **Ana Paula B. da Silva Ferreira,** nomeado pela portaria 025/2020, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2023 - REGISTRO DE PREÇOS,** regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 1452/2018, 1759/2020, Lei Municipal nº 1909/2020 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. **Objeto**: Constitui Objeto da Presente licitação o Registro de Preços paraFutura e Eventual **Aquisição de Pães, Bolos e Salgados,** atendendo as necessidades do Gabinete do Prefeito e demais Secretarias do Município de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. **Abertura da Sessão: Dia 30/11/2023 Ás 08:00 h (Hora Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura www.**paranatinga**.mt.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das **07 às 11h,** Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou - Telefone 66 3573-1329/1756.

Paranatinga-MT, 17 de novembro de 2023.

Ana Paula B. da Silva Ferreira

Pregoeira

Portaria 025/2020

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2023

Processo: Pregão Eletrônico nº 44/2023.

ARP: nº 44/2023.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 00.802.002/0001-02, ARMAZEM DOS MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 27.718.661/0001-03, ATIVA MEDICO CIRURGICA LTDA - CNPJ: 09.182.725/0001-12, C.A. HOSPITALAR EIRELI - CNPJ: 26.457.348/0001-04, CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 03.652.030/0001-70, CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 07.847.837/0001-10, CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 23.228.076/0001-74, COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - CNPJ: 67.729.178/0004-91, COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI - ME - CNPJ: 09.315.996/0001-07, CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALA - CNPJ: 12.418.191/0001-95, DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 02.520.829/0001-40, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - CNPJ: 76.386.283/0001-13, DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKER LTDA - CNPJ: 25.279.552/0001-01, G2 COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 47.647.493/0001-10, DROGAFONTE LTDA - CNPJ: 08.778.201/0001-26, GOLDENPLUS COM DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITAL - CNPJ: 17.472.278/0001-64, INOVAMED HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 12.889.035/0001-02, LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 34.223.536/0001-98, MAEVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 09.034.672/0001-92, MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI - CNPJ: 09.676.256/0001-98, MENER MEDICAMENTOS, PERFUMARIA E ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 08.882.699/0001-72, NOVA MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 41.365.113/0001-78, PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - CNPJ: 81.706.251/0001-98 e TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR E - CNPJ: 22.862.531/0001-26.

01. CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1. OBJETO: o Preços Registro de Preços Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos e Insumos para a demanda do CAF – Central de Assistência Farmacêutica na busca de abastecimento contínuo da Farmácia Básica, Hospital Municipal Irmã Teodora, Pronto Atendimento e Atenção Básica, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e termo de Referência do respectivo Edital.

02. CLAUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO (Ata de Registro de Preço nº 44/2023):

2.1. Fica alterado a CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.167, DE 31 DE MARÇO DE 2023, a Administração realiza-se o presente o Primeiro Termo de Apostilamento, cujo objetivo é inclusão de uma nova dotação orçamentaria, a fim de atender as necessidades específica dos quantitativos e especificações contidas vinculado ao contrato, conforme Termo de Referência do respectivo Edital, conforme requisição da Secretaria de Saúde do Município de Paranatinga/MT, referente ao código reduzido conforme descrição abaixo.

2.1.1. ALTERAÇÃO/INCLUIR/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;

05.001.10.302.0012.1.364. - Custeio de Média e Alta Comp. Elem. De Despesa.

Reduzido (987) - 1.621.3110 - 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO.

05.001.10.301.0011.1.353. - Material De Consumo - Incremento Da Atenção Primaria.

Reduzido (968) - 2.600.0000 - 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO.

05.001.10.301.0011.1.363. - Aquisição de Insumos, EPI's e Serv. NOS PSFS, Da Atenção Prim. Em Saúde.

Reduzido (977) - 2.621.0000 - 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO.

05.001.10.303.0013.1.354. - Material de Consumo - Organiz. Dos Serviços de Assist. Farmacêutica no SUS.

Reduzido (970) - 2.600.000 - 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO.

PARAGRAFO ÚNICO: A despesa decorrente do presente (Ata de Registro de Preço nº 44/2023), da Dotação Orçamentária - Clausula Décima Oitava, passam a ter a inclusão de uma nova redação - INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA - Código Reduzido (987, 968, 977 e 970), descriminado acima observando que as dotações serão utilizadas nos valores do seus respectivos saldos orçamentário atualizado, destacamos que as rubricas orçamentárias inicial vinculado a Ata de Registro de Preço, mantém inalterada e permaneceram vinculado ao processo contratual, podendo ser utilizadas os seus saldos atualizados posteriormente dentro da vigência da Ata citada até o dia 19/10/2024, para custeios das demandas conforme requisição da Secretaria de Saúde.

03. CLAUSULA TERCEIRA - DO EMPENHO E VALOR:

3.1. O valor a ser empenhada a fim de atender as necessidades específica dos quantitativos, especificações e valores conforme ato legal publicação do (Ata de Registro de Preço nº 44/2023), serão empenhada de acordo com os valores dos serviços prestados, conforme requisição vinculado à Secretaria de Saúde - ITEM (1, 2,3 e 4), limitado ao respectivo saldo atualizados da Ata de Registro de Preço e saldo orçamentário da rubricas inclusa – Código Reduzido (987, 968, 977 e 970) e das rubricas orçamentárias inicial a ser elaborado dentro da vigência da Ata citada até o dia 19/10/2024.

04. CLAUSULA QUARTA- DO PRAZO:

4.1. A vigência deste Termo refere-se da data da publicação do PRIMEIRO TERMO DE

APOSTILAMENTO até a data de vigência 19/10/2024.

4.2. As demais clausulas constantes no Ata de Registro de Preço nº 44/2023, permanecem inalterados. O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante da Ata acima mencionada.

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 06 de novembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

DECRETO Nº 294, DE 2023 - FICA ABERTO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2023.

DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Anual do exercício de 2023.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e das que lhes foram conferidas na Lei Orçamentária nº 1.435 de 29 de dezembro de 2022 decreta:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 1.914.368,20 (um milhão novecentos e quatorze mil, trezentos e sessenta e oito reais e vinte centavos), no Orçamento Anual do exercício de 2023, para reforço das seguintes dotações:

02.000.00.000.0000.0.000.	**GABINETE DO PREFEITO**						
02.001.00.000.0000.0.000.	**GABINETE DO PREFEITO**						
02.001.04.122.0002.2.027.	**MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CONTROLADORIA MUNICIPAL**						
10	- 3.1.90.11.00.00	1	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL				55.000,00
11	- 3.1.90.13.00.00	1	OBRIGAÇÕES PATRONAIS				10.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO**						
03.001.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO**						
03.001.04.122.0001.2.009.	**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E DEPARTAMENTOS**						
22	- 3.1.90.04.00.00	1	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO				43.000,00
03.001.04.122.0001.2.013.	**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROCON**						
39	- 3.1.90.13.00.00	1	OBRIGAÇÕES PATRONAIS				11.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**						
04.001.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**						
04.001.04.123.0001.2.014.	**MANUTENÇÃO ATIV. DA SEC. DE FINANÇAS E DEPARTAMENTOS**						
47	- 3.1.90.11.00.00	1	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL				106.000,00
48	- 3.1.90.13.00.00	1	OBRIGAÇÕES PATRONAIS				90.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**						
05.001.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**						
05.001.04.122.0001.2.025.	**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS**						
59	- 3.1.90.11.00.00	1	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL				221.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**						
06.001.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**						

06.001.18.541.0012.2.024.	**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**						
124	-	3.1.90.11.00.00	1	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			110.000,00
125	-	3.1.90.13.00.00	1	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			20.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**						
07.001.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**						
07.001.12.122.0001.2.022.	**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE EDUCAÇÃO**						
159	-	3.1.90.11.00.00	2	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			89.000,00
160	-	3.1.90.13.00.00	2	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			63.000,00
07.001.12.361.0009.2.089.	**MANUTENÇÃO DA UAB**						
192	-	3.1.90.13.00.00	2	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			10.000,00
07.001.12.361.0009.2.090.	**DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25%**						
199	-	3.1.90.13.00.00	2	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			3.000,00
07.001.12.361.0009.2.097.	**DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 70% - FUNDAMENTAL**						
208	-	3.1.90.04.00.00	30	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO			10.600,00
210	-	3.1.90.11.00.00	30	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			210.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**						
08.001.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**						
08.001.08.122.0001.2.019.	**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSIST. SOCIAL**						
249	-	3.1.90.04.00.00	1	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO			9.000,00
251	-	3.1.90.13.00.00	1	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			44.000,00
08.001.08.122.0001.2.020.	**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONSELHO TUTELAR**						
261	-	3.1.90.11.00.00	1	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			10.000,00
262	-	3.1.90.13.00.00	1	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			2.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER**						
09.001.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER**						
09.001.13.122.0001.2.026.	**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA, DESPORTO**						
331	-	3.1.90.04.00.00	1	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO			3.000,00
332	-	3.1.90.11.00.00	1	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			35.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**						
11.001.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**						
11.001.10.301.0006.2.058.	**MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A ATENÇÃO BÁSICA**						
378	-	3.1.90.04.00.00	14600	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO			158.256,84
380	-	3.1.90.11.00.00	14600	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			100.489,99
382	-	3.1.90.13.00.00	14600	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			50.198,58
11.001.10.301.0006.2.287.	**MANUTENÇÃO COM ENCARGOS DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE**						
512	-	3.1.90.11.00.00	14600	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			84.382,97
11.001.10.302.0005.2.045.	**MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO DA SAÚDE**						
397	-	3.1.90.11.00.00	3	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			152.042,42
398	-	3.1.90.13.00.00	3	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			61.287,28
11.001.10.302.0007.2.061.	**MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL**						
408	-	3.1.90.04.00.00	3	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO			122.754,46
11.001.10.304.0008.2.288.	**MANUTENÇÃO COM ENCARGOS DE AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS**						
515	-	3.1.90.11.00.00	14600	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			21.554,28
520	-	3.1.90.13.00.00	14600	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			8.801,38

Art. 2º Em consonância com o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 43, §1º, III, para cobertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes da Anulação das Seguintes Dotações:

02.000.00.000.0000.0.000.	**GABINETE DO PREFEITO**						
02.001.00.000.0000.0.000.	**GABINETE DO PREFEITO**						
02.001.04.031.0001.2.006.	**MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO**						
1	-	3.1.90.11.00.00	1	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			119.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO**						
03.001.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO**						
03.001.04.122.0001.2.009.	**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E DEPARTAMENTOS**						
24	-	3.1.90.13.00.00	1	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			221.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**						
04.001.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS**						
04.001.04.123.0001.2.014.	**MANUTENÇÃO ATIV. DA SEC. DE FINANÇAS E DEPARTAMENTOS**						
50	-	3.3.70.41.00.00	1	CONTRIBUIÇÕES			196.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**						
06.001.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**						
06.001.18.541.0012.2.024.	**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**						
131	-	4.4.90.51.00.00	1	OBRAS E INSTALAÇÕES			130.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**						
07.001.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**						
07.001.12.361.0009.2.089.	**MANUTENÇÃO DA UAB**						
191	-	3.1.90.11.00.00	2	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			10.000,00
07.001.12.361.0009.2.090.	**DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25%**						
200	-	3.1.90.94.00.00	2	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS			3.000,00
07.001.12.361.0009.2.097.	**DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 70% - FUNDAMENTAL**						
212	-	3.1.90.13.00.00	30	OBRIGAÇÕES PATRONAIS			220.600,00
07.001.12.365.0009.2.095.	**DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDEB 70% - INFANTIL**						
235	-	3.1.90.11.00.00	2	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			152.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**						

08.001.00.000.0000.0.000.			**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**		
08.001.08.122.0001.2.019.			**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSIST. SOCIAL**		
253	- 3.3.90.14.00.00	1	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL		5.000,00
260	- 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		20.000,00
08.001.08.244.0010.2.109.			**REALIZAR EVENTOS DE MULTIAÇÕES**		
282	- 3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		40.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.			**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER**		
09.001.00.000.0000.0.000.			**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER**		
09.001.13.122.0001.2.026.			**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA, DESPORTO**		
341	- 4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		38.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.			**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**		
11.001.00.000.0000.0.000.			**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**		
11.001.10.301.0006.1.025.			**AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA ATENÇÃO BÁSICA, REGULAÇÃO E FARMÁCIA MUNICIPAL**		
369	- 4.4.90.52.00.00	3	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		447,74
11.001.10.301.0006.2.053.			**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALISTAS**		
371	- 3.3.90.34.00.00	14600	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO		224.745,02
370	- 3.3.90.34.00.00	3	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO		923,36
11.001.10.301.0006.2.057.			**MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SAÚDE BUCAL**		
492	- 3.1.90.04.00.00	3	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		40,00
11.001.10.301.0006.2.058.			**MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A ATENÇÃO BÁSICA**		
497	- 3.1.90.94.00.00	3	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		16.978,55
387	- 3.3.90.30.00.00	3	MATERIAL DE CONSUMO		23,96
389	- 3.3.90.36.00.00	3	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		2.000,00
390	- 3.3.90.39.00.00	3	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		149,99
478	- 3.3.90.93.00.00	3	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.240,82
393	- 4.4.90.52.00.00	3	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		247,00
11.001.10.301.0006.2.287.			**MANUTENÇÃO COM ENCARGOS DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE**		
513	- 3.1.90.11.00.00	3	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		2.424,32
11.001.10.302.0005.2.045.			**MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO DA SAÚDE**		
400	- 3.3.50.43.00.00	3	SUBVENÇÕES SOCIAIS		147,64
402	- 3.3.90.30.00.00	3	MATERIAL DE CONSUMO		30,33
405	- 4.4.90.52.00.00	3	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		6.543,00
11.001.10.302.0007.1.033.			**REFORMA E AMPLIAÇÃO DE HOSPITAL E DEMAIS PRÉDIOS**		
407	- 4.4.90.51.00.00	3	OBRAS E INSTALAÇÕES		15.000,00
11.001.10.302.0007.2.061.			**MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL**		
414	- 3.3.90.30.00.00	14600	MATERIAL DE CONSUMO		50.409,02
413	- 3.3.90.30.00.00	3	MATERIAL DE CONSUMO		31,16
417	- 4.4.90.52.00.00	3	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		112.000,00
11.001.10.302.0007.2.062.			**MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CAPS**		
418	- 3.1.90.11.00.00	14600	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		134.647,65
419	- 3.1.90.13.00.00	14600	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		13.882,35
422	- 3.3.90.30.00.00	3	MATERIAL DE CONSUMO		277,67
423	- 3.3.90.36.00.00	3	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		3.522,84
424	- 3.3.90.39.00.00	3	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.396,75
425	- 4.4.90.51.00.00	3	OBRAS E INSTALAÇÕES		65,87
426	- 4.4.90.52.00.00	3	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		18.562,53
11.001.10.302.0007.2.063.			**MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO**		
433	- 3.3.90.39.00.00	3	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		6.844,53
434	- 4.4.90.52.00.00	3	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		25.642,08
11.001.10.302.0007.2.064.			**MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO**		
435	- 3.3.90.30.00.00	3	MATERIAL DE CONSUMO		73,93
436	- 3.3.90.36.00.00	3	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		770,26
437	- 3.3.90.39.00.00	3	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		2.518,10
438	- 4.4.90.52.00.00	3	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		10.000,00
11.001.10.302.0007.2.068.			**ENCARGOS COM O CONSÓRCIO DE SAÚDE**		
439	- 3.3.70.41.00.00	3	CONTRIBUIÇÕES		10.593,44
11.001.10.305.0008.2.077.			**MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PROGRAMAS DE VIGILÂNCIA**		
450	- 3.1.90.13.00.00	3	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		7.791,10
451	- 3.1.90.94.00.00	3	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		10.216,17
452	- 3.3.50.43.00.00	3	SUBVENÇÕES SOCIAIS		0,96
11.001.10.305.0008.2.286.			**MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FARMACIA MUNICIPAL**		
457	- 3.1.90.04.00.00	3	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		1.732,20
459	- 3.1.90.13.00.00	3	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		7.847,86
461	- 3.3.90.32.00.00	3	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		50.000,00
463	- 4.4.90.52.00.00	3	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		20.000,00

Art. 3º Fica alterado o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual para o exercício orçamentário vigente, nos termos do Crédito Adicional de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta/MT, 17 de novembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

26º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 129/2022

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: ***GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA – CNPJ Nº - 09. 166.609/0001-00,***	
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2022	**DATA:** 16/11/2023
OBJETO: – Constitui objeto do presente termo de Apostilamento contratual a alteração de dotação orçamentária para o empenho das despesas da **Secretaria Municipal de Saúde**, relativas ao Contrato N° 129/2022, tendo como objeto "Aquisição de gêneros alimentícios, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos".	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **Código Reduzido: 432 11.001.10.302.0007.2.063.3.3.90.30.00.00. FONTE: 3 MATERIAL DE CONSUMO**	

3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 92/2022

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: ***CASSIA SANTOS DA SILVA - ME, INSCRITO NO CNPJ. Nº. 23. 702.957/0001-85.***	
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2022	**DATA:** 16/11/2023
OBJETO: – Constitui objeto do presente termo de Apostilamento contratual a alteração de dotação orçamentária para o empenho das despesas da **Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer**, relativas ao **Contrato N° 092/2022**, que tem por objeto "**Aquisição de gás de cozinha e vasilhames**".	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **Código Reduzido: Red: 363 09.001.13.392.0011.2.127.3.3.90.30.00.00. FONTE: 1 MATERIAL DE CONSUMO.**	

PORTARIA Nº 525, DE 2023 - NOMEAR COMO SERVIDOR O SENHOR JOSÉ MEDEIROS DA CONCEIÇÃO, PARA OCUPAR CARGO DE SUPERVISOR DO CEMITÉRIO MUNICIPAL.

DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

Nomear como servidor o sernhor José Medeiros da Conceição, para ocupar cargo de Supervisor do cemitério municipal.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a partir de 18 de novembro de 2023, como servidor público municipal o Senhor **José Medeiros da Conceição,** para ocupar o cargo de Supervisor do cemitério municipal, vinculado a Secretaria Municipal Viação e Obras Publicas.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 17 de novembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

PORTARIA Nº 524, DE 2023 - DESIGNAR AO CARTÓRIO ELEITORAL SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DE 7 DE NOVEMBRO DE 2023

Designar ao Cartório eleitoral Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º Designar o Servidor Público Municipal o Senhor **Odair Borges Guedes Júnior**, para desempenhar sua função junto ao Cartório Eleitoral deste Município a partir de 06 de novembro de 2023.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 506, de 7 de novembro de 2023.

Pedra Preta, 7 de novembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 225, DE 2023 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 009, de 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO o ofício nº 900/2023/SME

CONSIDERANDO a homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2022 realizada por meio do Decreto nº 026/2023, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATO CONVOCADO:

CONTINUA/MERENDEIRA – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0013600	JULIENE ROSA CORDEIRO	27º

Justificativa: 01 vaga para EM São Sebastião, em virtude de substituir a contínua/merendeira Solange Mira dos Santos, a qual estará de licença prêmio entre 23/10/2023 até 21/12/2023, convocada anterior não compareceu dentro do prazo estipulado.

Pedra Preta, 17 de novembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 226, DE 2023 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 009, de 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO o ofício nº 901/2023/SME

CONSIDERANDO a homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2022 realizada por meio do Decreto nº 026/2023, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATO CONVOCADO:

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL ATÉ O 5ºANO

SEDE DO MUNICÍPIO

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0017820	KATIUCIA APARECIDA DO CARMO ALVES	90º

Justificativa: 01 vaga para a EM Ivonne Tramarim de Oliveira, em virtude de substituir a professora Adriana Nunes Cardoso, a qual estará de licença prêmio entre 22/9/2023 até 20/12/2023, o candidato convocado anteriormente não compareceu.

Pedra Preta, 17 de novembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 227, DE 2023 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 009, de 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO oficio nº 898/2023/SME

CONSIDERANDO a homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2022 realizada por meio do Decreto nº 026/2023, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATO CONVOCADO:

AGENTE DE VIGILÂNCIA– ADMINISTRAÇÃO GERAL

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0000400	JADSONIO FERREIRA DE CARVALHO	22º

Justificativa: 01 vaga para E.M. São Sebastião, em razão do falecimento do servidor Valdiro Pedrozo Francisco, convocado anteriormente não compareceu.

Pedra Preta, 17 de novembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 28/2023

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: ***JURÍDICA JH CORREA COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS E PAPELARIA LTDA - CNPJ Nº 05.083.549/0001-00.***	
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2023	**DATA:** 16/11/2023
OBJETO: – Constitui o termo de Apostilamento contratual a alteração de dotação orçamentária para o empenho das despesas da **Secretaria Municipal de Saúde**, relativas ao Contrato N° 028/2023, tendo como objetoAquisição de ar condicionado, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **Código Reduzido: 569 11.001.10.302.0007.2.061.4.4.90.52.00.00. Fonte – 26000000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.**	

1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 170/2022

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: KA ASSESSORIA, CONSULTORIA E CONTABILIDADE A ENTIDADES PUBLICAS S/S LTDA - CNPJ: 22.679.657/0001-60.	
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2022.	**DATA: 13/11/2023.**
DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação de prazo de vigência, horas trabalhadas e valor. Motivado por necessidade e interesse da Administração.	
DA ALTERAÇÃO: A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover a considerando a justificativa apresentada por meio do Ofício nº 0323/2023 da Secretaria Municipal de Finanças, ao qual solicita o aditivo de prazo dos itens do contrato nº 170/2022.	

29º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 102/2022

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: ***GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA – CNPJ Nº 09. 166.609/0001-00.***	
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2022	**DATA:** 16/11/2023
OBJETO: – Constitui o termo de Apostilamento contratual a alteração de dotação orçamentária para o empenho das despesas da **Secretaria Municipal de Saúde**, relativas ao Contrato N° 102/2022, tendo como objeto a **Aquisição de gêneros alimentícios**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **Código Reduzido: 432 11.001.10.302.0007.2.063.3.3.90.30.00.00. Fonte – 3 - MATERIAL DE CONSUMO.**	

2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 29/2023

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: ***COMERCIAL PAMI LTDA – CNPJ Nº 41.994.171/0001-60.***	
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - ATPR Nº 05/2023	**DATA:** 16/11/2023
OBJETO: – Constitui objeto do presente termo de Apostilamento contratual a alteração de dotação orçamentária para o empenho das despesas da **Secretaria Municipal de Saúde**, relativas ao Contrato N° *29/2023*, tendo como objeto "Aquisição de ar condicionado, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.".	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **Código Reduzido: 569 11.001.10.302.0007.2.061.4.4.90.52.00.00. Fonte – 26000000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.**	

DECRETO Nº 295, DE 2023 - FICA ABERTO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2023.

DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Anual do exercício de 2023.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e das que lhes foram conferidas na Lei Orçamentária nº 1.435 de 29 de dezembro de 2022 decreta:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 372.000,00 (trezentos e setenta e dois mil reais), no Orçamento Anual do exercício de 2023, para reforço das seguintes dotações:

05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS										
05.001.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS										
05.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo										
05.001.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos										
05.001.15.452.0004.0.000.	SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL COM QUALIDADE										
05.001.15.452.0004.1.013.	REFORMA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS										
75	-	3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							80.000,00

06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
06.001.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
06.001.18.000.0000.0.000.	Gestão Ambiental					
06.001.18.541.0000.0.000.	Preservação e Conservação Ambiental					
06.001.18.541.0012.0.000.	INTEGRAÇÃO - HOMEM NATUREZA					
06.001.18.541.0012.2.024.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
130 -	3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			42.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
07.001.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
07.001.12.000.0000.0.000.	Educação					
07.001.12.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário					
07.001.12.782.0009.0.000.	EDUCAÇÃO, UM FUTURO MELHOR					
07.001.12.782.0009.2.093.	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE DE UNIVERSITÁRIOS					
245 -	3.3.90.39.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			250.000,00

Art. 2º Em consonância com o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 43, §1º, III, para cobertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes da Anulação das Seguintes Dotações:

05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS					
05.001.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS					
05.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo					
05.001.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos					
05.001.15.452.0004.0.000.	SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL COM QUALIDADE					
05.001.15.452.0004.1.011.	PAVIMENTAÇÃO, RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE VIAS PÚBLICAS					
71 -	3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			80.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
06.001.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
06.001.18.000.0000.0.000.	Gestão Ambiental					
06.001.18.541.0000.0.000.	Preservação e Conservação Ambiental					
06.001.18.541.0012.0.000.	INTEGRAÇÃO - HOMEM NATUREZA					
06.001.18.541.0012.2.128.	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO					
133 -	3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			11.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
06.001.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
06.001.18.000.0000.0.000.	Gestão Ambiental					
06.001.18.541.0000.0.000.	Preservação e Conservação Ambiental					
06.001.18.541.0012.0.000.	INTEGRAÇÃO - HOMEM NATUREZA					
06.001.18.541.0012.2.130.	IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL					
136 -	3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			1.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
06.001.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
06.001.18.000.0000.0.000.	Gestão Ambiental					
06.001.18.541.0000.0.000.	Preservação e Conservação Ambiental					
06.001.18.541.0012.0.000.	INTEGRAÇÃO - HOMEM NATUREZA					
06.001.18.541.0012.2.131.	ARBORIZAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO					
137 -	3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			1.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
06.001.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
06.001.18.000.0000.0.000.	Gestão Ambiental					
06.001.18.541.0000.0.000.	Preservação e Conservação Ambiental					
06.001.18.541.0012.0.000.	INTEGRAÇÃO - HOMEM NATUREZA					
06.001.18.541.0012.2.132.	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIVEIROS DE MUDAS					
138 -	3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			2.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
06.001.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
06.001.18.000.0000.0.000.	Gestão Ambiental					
06.001.18.541.0000.0.000.	Preservação e Conservação Ambiental					
06.001.18.541.0012.0.000.	INTEGRAÇÃO - HOMEM NATUREZA					
06.001.18.541.0012.2.133.	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO					
139 -	4.4.90.52.00.00	1	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			5.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
06.001.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
06.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura					
06.001.20.605.0000.0.000.	Abastecimento					
06.001.20.605.0013.0.000.	DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO					
06.001.20.605.0013.1.065.	PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS					
141 -	3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			20.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
06.001.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
06.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura					
06.001.20.605.0000.0.000.	Abastecimento					
06.001.20.605.0013.0.000.	DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO					
06.001.20.605.0013.2.135.	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM					
144 -	3.3.90.39.00.00	1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			2.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
07.001.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					

07.001.12.000.0000.0.000.	Educação							
07.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental							
07.001.12.361.0009.0.000.	EDUCAÇÃO, UM FUTURO MELHOR							
07.001.12.361.0009.1.052.	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS NAS ESCOLAS - ENSINO FUNDAMENTAL - 25%							
182	-	3.3.90.39.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				50.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
07.001.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
07.001.12.000.0000.0.000.	Educação							
07.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental							
07.001.12.361.0009.0.000.	EDUCAÇÃO, UM FUTURO MELHOR							
07.001.12.361.0009.2.090.	DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25%							
202	-	3.3.90.39.00.00	2	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				200.000,00

Art. 3º Fica alterado o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual para o exercício orçamentário vigente, nos termos do Crédito Adicional de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta/MT, 17 de novembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 523, DE 2023 - CONCEDE FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR EDUARDO RESENDE ORLATO PAES.

DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

Concede férias regulares ao servidor Eduardo Resende Orlato Paes.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **4/1/2022 à 4/1/2023.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares ao servidor **Eduardo Resende Orlato Paes,** lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Publicas, ocupante do cargo de Chefe do departamento de engenharia, a serem usufruídas no período de **21/11/2023 a 5/12/2023 e de 3/1/2024 a 17/1/2024.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 17 de novembro de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 038/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Portaria Municipal nº 2178 de 06 de novembro de 2023, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 038/2023**, regida pela Lei Federal 10. 520/2002 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Item** para "**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE INSTALAÇÃO DE PONTOS DE COLETA DE INFORMAÇÕES E IMAGENS COM LICENÇAS DE SOFTWARES (SISTEMA OCR-LPR E SISTEMA VMS), SENDO QUE AS LICENÇAS PARA ATENDER AS CÂMERAS OCR DEVEM SER COMPATÍVEIS COM O SISTEMA UTILIZADO PELO CIOSP/SESP (SENTRY, VERSÃO 9), CONFORME TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 45944/23".** Que será realizado às 13:30 horas do dia **06 de dezembro de 2023**, na sala de Licitações, no Paço Municipal Milton José Santana. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço acima ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br, maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta–feira, das 12h às 18h, ou pelo fone (66) 3575-5100.

Peixoto de Azevedo/MT, 17 de novembro de 2023.

Thiago Pereira da Silva

Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº 2241 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a nomeação de Servidor constante do quadro de funcionários do município para "Fiscalização do Termo de Colaboração"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT, **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE,

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores: **LENILTON MARDINE NETO,** matrícula **Nº 8480 (fiscal titular) e GLEYVIA SILVINO DA SILVA,** matrícula **Nº 7572 (fiscal suplente)** representantes da Secretaria de Esportes, para atuarem como fiscais do Termo de Colaboração nº **001/2023**, firmado junto à organização social: **ATLETA PARA SEMPRE,** com sedelocalizada à Rua Eugenio de Lima, nº 143, Bairro Boa Viagem, CEP 51.030-360, Recife/PE, CNPJ nº **17.397.521/0001-27**, em conformidade com a **CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2023**.

ART. 2º - Constitui atribuições do profissional designado para esta fiscalização:

I – Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor a adoção de providências legais e necessárias que se fizerem necessárias na hipótese do não cumprimento das cláusulas contratuais;

II – Emitir, quando solicitado, Parecer Técnico, manifestando qualquer alteração no descumprimento do contrato, seja pelo contratante ou pelo contratado para fins de adequações e punições necessárias;

III – Manifestar-se quanto à oportunidade e a conveniência da prorrogação do contrato, com 60 dias de antecedência do encerramento da vigência, instruindo e justificando sua prorrogação, repactuação, supressão, reajustes financeiros, termos aditivos, quando for o caso, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro sem prejuízos à execução do objeto contratado;

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

Gabinete do Prefeito de Peixoto de Azevedo – MT, em 16 de novembro de 2023.

MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

PUBLICADO
EM____/___/___
Resp._____

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

LEI MUNICIPAL Nº 2.244 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ATAIL MARQUES DO AMARAL, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELE **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, Lei Municipal nº 2.166/2022, no valor de **R$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais)**, a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade	002	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Função	12	EDUCAÇÃO	
Sub-Função	361	ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa	0008	EDUCAÇÃO CONSTRUÇÃO DE UM FUTURO MELHOR	
Projeto/Atividade	1037	CONST. E REF. DE QUADRAS POL. NAS ESC. – E.F. 25%	
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
4.4.90.51.00.00.00	Obras e Instalações	1.706.3110000	200.000,00

Art. 2º Para amparar os créditos abertos no artigo anterior, serão utilizados os recursos mencionados no Art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes de Excesso de Arrecadação das seguintes transferências:

Recurso:	**Fonte:**	**R$ Valor:**
Emenda/Funcional Programática 40610011 – 10.73101.28.845.0903.0EC2.0051 – Emenda Parlamentar da Deputada Federal Professora Rosa Neide – Orçamento Geral da União (OGU) – Transferência Especial	1.706.3110000	200.000,00

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 2165/2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 - LDO, e na Lei Municipal nº. 2.068/2021, Plano Plurianual 2022/2025.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé – MT; em 17 de novembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 22/2022

SEXTO **TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 22/2022**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: DEO SERVIÇOS (DC DE FREITAS)

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica estabelecida a prorrogação deste contrato pelo período de 25 de novembro de 2023 a 25 de fevereiro de 2024.

Poconé/MT, 17 de novembro de 2023

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 18/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 18/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: **C S MARTINS SERVIÇOS ME**

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

1.1. Fica estabelecida a prorrogação deste contrato pelo período de 09 de novembro de 2023 a 09 de fevereiro de 2024.

Poconé/MT, 08 de novembro de 2023

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 08/2023

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 08/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CONTRATADO: C S MARTINS SERVIÇOS-ME

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

1.1. Fica estabelecida a prorrogação deste contrato pelo período de 08 de novembro de 2023 a 08 de janeiro de 2024.

Poconé/MT, 07 de novembro de 2023.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL N.º 1186/2023

LEI MUNICIPAL N.º 1186/2023 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

"Visa ao provimento de vagas para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público por meio do Processo seletivo Simplificado de Contagem de Pontos e Entrevista, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências."

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito do Município de Pontal do Araguaia/MT, Estado de Mato Grosso, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 76 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal.

Art. 1º - Autoriza-se o provimento, no quadro de vagas do Município de Pontal do Araguaia – MT, a fim de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para o ano letivo de 2024, dos seguintes cargos com as especificações correspondentes no anexo I: **Inspetor(a) de Alunos; Professor(a) Pedagogo(a); Professor(a) de Educação Física; Psicólogo(a) Educacional e Nutricionista.**

§ 1º - O provimento dos cargos referidos nesta Lei se dará mediante a aprovação em processo seletivo simplificado, por Contagem de Pontos e Entrevista, que, após sua homologação, terá o prazo de validade até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado por mais um ano através de Decreto do Executivo Municipal.

§ 2º - O Processo Seletivo Simplificado será somatório, pontuação da Titularização, experiência profissional e Entrevista. Todas as Pontuações serão de caráter Somatório e Classificatório.

Art. 2º - O processo Seletivo Simplificado por Contagem de Pontos e Entrevista não terá reprovação e sim Cadastro de Reserva.

§ 1º - Será chamado de acordo com a classificação em ordem decrescente.

Art. 3º - A tabela de vencimentos iniciais a ser aplicada corresponde ao anexo I desta Lei e as atribuições dos cargos ora criados são as constantes do Anexo II.

Art. 4º - Os critérios de pontuação, avaliação curricular e entrevista estão constantes do Anexo III da presente Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia – MT, 17 de novembro de 2023.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

ANEXO I

TABELA DE VENCIMENTOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GRUPO I – Ensino Médio Completo				
Vagas	**Cadastro de Reserva**	**Cargos**	**Salário**	**Carga Horária**
20	CR	Inspetor de Aluno	Salário Mínimo Vigente	30 horas

GRUPO II – Nível Superior				
Vagas	**Cadastro de Reserva**	**Cargos**	**Salário**	**Carga Horária**
20	CR	Professor Pedagogo	R$ 2.626,00	30 horas
01	CR	Professor de Educação Física	R$ 2.626,00	30 horas
01	CR	Psicólogo(a) Educacional	R$ 2.672,45	30 horas
01	CR	Nutricionista	R$ 2.400,00	30 horas

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Cargo	Atribuições
Inspetor de Aluno	Cuidar da segurança do aluno nas dependências e proximidades da escola; Inspecionar o comportamento dos alunos no ambiente escolar. Orientar alunos sobre regras e procedimentos, regimento escolar, cumprimento de horários; ouvir reclamações e analisar fatos. Prestar apoio às atividades acadêmicas; controlar as atividades livres dos alunos, orientar entrada e saída de alunos, fiscalizar espaços de recreação, definir limites nas atividades livres. Auxiliar alunos com deficiência física; Controlar fluxo de pessoas estranhas ao ambiente escolar; Confirmar irregularidades comunicadas pelos alunos e identificar responsáveis; Liberar alunos para pessoas autorizadas; Comunicar à diretoria casos de furto entre alunos; Auxiliar na organização de atividades culturais, recreativas e esportivas; Restabelecer disciplina em salas de aula sem professor; Fornecer informações à professores; Vistoriar agrupamentos isolados de alunos; Fixar avisos em mural; Relatar ocorrência disciplinar; Comunicar à Direção sobre equipamentos danificados;

Cargo	Atribuições
Professor	- participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Politico-Pedagógico do estabelecimento de ensino; - elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo o Projeto Politico-Pedagógico do estabelecimento de ensino; - zelar pela aprendizagem dos alunos, agindo como orientador e facilitador do processo de ensino e aprendizagem; - estabelecer estratégias de recuperação paralela para os alunos de menor rendimento; - ministrar os dias letivos e horas-aulas estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao seu desenvolvimento profissional; - colaborar com as atividades de articulação da Unidade Escolar com as famílias e a comunidade; - manter assiduidade e pontualidade, comunicando com antecedência, sempre que possível, os atrasos e faltas; - tratar todos os alunos com respeito, justiça, igualdade e sem favoritismo, independente de etnia, cor, credo, condição ao social e política; - registrar nos diários de classe as presenças, conteúdos, notas e/ou outros instrumentos utilizados para avaliação dos alunos; - manter atualizado os diários de classe, fichas de acompanhamento e/ou relatorios do rendimento dos alunos; - participar dos conselhos de classe e de outros órgaos colegiados de que, por força deste Regimento, for membro; - zelar pela organização da sala de aula e pelo bom uso do material didático-pedagogico, bem como pela conservação da biblioteca e laboratórios quando acompanhar aos alunos em atividade nesses ambientes; - fornecer com regularidade à equipe gestora da escola, informações sobre a infrequência dos alunos; - participar de sessões cívicas, solenidades e reuniões programadas pelo estabelecimento de ensino; atender as famílias dos alunos, quando for solicitado; - criar e adotar formas de trabalho cooperativo que desafiem a inteligência do aluno e estimulem real interesse em aprender, tais como: a) proporcionar mobilidade na composição de grupos nas salas de aula; b) propiciar aos alunos a exploração das diversas linguagens artísticas e literárias, de acordo com as aptidões individuais; c) orientar a navegação e a pesquisa na realidade virtual; d) incentivar formas de investigação e experiências de pesquisa; e) utilizar espaços e materiais que ofereçam oportunidades de aprendizagem; f) promover debates e compartilhamento de experiências; g) promover a integração de todos os educandos, envolvendo e estimulando-os na busca de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades; h) acompanhar o desenvolvimento individual de cada aluno, proporcionando-lhe progressiva autonomia; i) participar da Formação Continuada; - planejar e realizar estudos contínuos de recuperação, de tal forma que sejam garantidas novas oportunidades de aprendizagem e maior tempo de reflexão aos alunos; - identificar, em conjunto com o coordenador pedagógico e o professor da Sala de Recurso Multifuncional, casos de alunos que apresentem necessidades de aprendizagem educacionais específicas; cabendo ao professor planejar atividades complementares e específicas com intuito de sanar e/ou ajudar na(s) necessidade(s) apresentada(s); - comunicar a direção da Unidade Escolar os casos de suspeita ou constatação de doenças infectocontagiosas; - buscar o aprimoramento do seu desempenho profissional, bem como a ampliação de seus conhecimentos, mediante: a) cursos de atualização, graduação e pós-graduação; b) seminários, encontros e outros culturais e educacionais. - Conhecer e cumprir o Regimento Escolar, a Base Curricular, o calendário escolar, o Projeto Político-Pedagógico, bem como as normas de Ensino vigente; - Exercer outras atividades inerentes à sua função;

Cargo	Atribuições
Psicólogo(a) Educacional	orientar os estudantes, profissionais da educação sobre temas relevantes atuais, como bullying, drogas, entre outros; realizar pesquisas, diagnósticos e intervenção psicopedagógica em grupo ou individual, procede ao estudo dos educadores e ao comportamento do aluno em relação ao sistema educacional, às técnicas de ensino empregadas e aquelas a serem adotadas, baseando-se no conhecimento dos programas de aprendizagem e das diferenças individuais para colaborar no planejamento de currículos escolares e na definição de técnicas de educação mais eficazes, a fim de uma melhor receptividade e aproveitamento do aluno e a sua auto-realização; elaborar e aplicar princípios e técnicas psicológicas, empregando conhecimentos dos vários ramos da psicologia, para apropriar o desenvolvimento intelectual,

	social e emocional do indivíduo; proceder ou providenciar a reeducação nos casos de dificuldades escolar e familiar, baseando-se nos conhecimentos sobre a psicologia da personalidade e no psicodiagnóstico, para promover o desenvolvimento do indivíduo; estudar sistemas de motivação da aprendizagem, métodos novos de planejamento pedagógico, treinamento, ensino e avaliação, baseando-se no conhecimento dos processos de aprendizagem da natureza e causa das diferenças individuais para ajuda-lo; analisar as características do indivíduo portador de necessidades especiais, empregando métodos de observação e baseando-se em conhecimentos de outras áreas da psicologia, para recomendar programas especiais de ensino compostos de currículos e técnicas adequadas aos diferentes níveis de inteligência; participar de programas de orientação profissional e vocacional, aplicando testes de sondagem de aptidões e por outros meios, a fim de contribuir para a melhor adaptação do indivíduo ao trabalho e sua conseqüente auto-realização; planejar e executar pesquisas relacionadas à compreensão do processo de ensino aprendizagem e conhecimento das características psicossociais da clientela, atualizando e reconstruindo projetos pedagógicos da escola, relevantes ao ensino, bem como suas condições de desenvolvimento e aprendizagem a fim de fundamentar a atuação crítica do psicólogo, dos professores e dos usuários e de criar programas educacionais completos, alternativos ou complementares; participar do trabalho das equipes de planejamento pedagógico, currículo e políticas educacionais, concentrando sua ação nos aspectos que dizem respeito aos processos de desenvolvimento humano, da aprendizagem e das relações interpessoais e colaborando na constante avaliação e no redirecionamento dos planos e práticas educacionais, para implementar uma metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento através de treinamento, quando necessário. Supervisionar, orientar e executar outros trabalhos na área da psicologia educacional

Cargo	Atribuições
Nutricionista	Planejar e executar serviços ou programas de nutrição e de alimentação escolar do Município; organizar/elaborar cardápios; controlar a estocagem, preparação, conservação e distribuição dos alimentos, a fim de contribuir para a melhoria protéica, racionalidade e economicidade dos alimentares; planejar e ministrar cursos de educação alimentar; responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

ANEXO III

CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO E ENTREVISTA

TITULAÇÃO E PONTUAÇÃO, NÍVEL SUPERIOR PARA PROFESSOR, NUTRICIONISTA E PSICÓLOGO EDUCACIONAL

TITULAÇÃO	PONTOS
Doutorado	05 pontos
Mestrado	04 pontos
Pós-graduação	03 pontos
Graduação (área específica do cargo inscrito)	02 pontos
CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	
Certificado na área de Educação que contemplem conhecimentos didáticos- curriculares e de políticas educacionais, referente aos últimos três anos sendo 2021, 2022 e 2023, registrado pela instituição formadora (legalmente autorizada) contendo carga horária e conteúdos ministrados. Ofertados por Instituições Certificadoras autorizadas e credenciadas pelo MEC e/ou instituições cujos certificados sejam passíveis de conferência de autenticidade mediante apresentação de QR CODE, número de registro, número de autenticação, ou ainda pelo endereço eletrônico indicado no próprio certificado. Os cursos com certificação oferecidos pela escola deverão ter registro e validação pela Secretaria Municipal de Educação.	1,0 (um) ponto para cada 20 (vinte) horas, com limite de 10 (dez) pontos. Máximo: 200h
Experiência de trabalho no cargo pretendido contar-se-á 1,0 (um)ponto para cada ano trabalhado na rede municipal de Pontal do Araguaia.	Máximo 5,0 (pontos)
Entrevista: será de 0 (zero) a 10 (dez) pontos	Máximo 10 (pontos)
MÁXIMO DE PONTOS POR CANDIDATO	**30 PONTOS**

TITULAÇÃO E PONTUAÇÃO, NÍVEL MÉDIO PARA INSPETOR DE ALUNOS

TITULAÇÃO	PONTOS
Ensino Médio completo	5,0
CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	
Certificado na área de Educação que contemplem conhecimentos didáticos- curriculares e de políticas educacionais, referente aos últimos três anos sendo 2021, 2022 e 2023, registrado pela instituição formadora (legalmente autorizada) contendo carga horária e conteúdos ministrados. Ofertados por Instituições Certificadoras autorizadas e credenciadas pelo MEC e/ou instituições cujos certificados sejam passíveis de conferência de autenticidade mediante apresentação de QR CODE, número de registro, número de autenticação, ou ainda pelo endereço eletrônico indicado no próprio certificado. Os cursos com certificação oferecidos pela escola deverão ter registro e validação pela Secretaria Municipal de Educação.	com limite de 10 (dez) pontos. Máximo: 200h
Experiência de trabalho no cargo pretendido contar-se-á 1,0 (um)ponto para cada ano trabalhado na rede municipal de Pontal do Araguaia.	Máximo 5,0 (pontos)
Entrevista: será de 0 (zero) a 10 (dez) pontos	Máximo 10 (pontos)
MÁXIMO DE PONTOS POR CANDIDATO	**30 PONTOS**

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL N.º 1188/2023

LEI MUNICIPAL N.º 1188/2023 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

"Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação e dá outras providências."

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial por Superávit, no orçamento vigente para o exercício de 2023, no valor de **R$ 212.914,00 (Duzentos e Doze Mil e Novecentos e Quatorze Reais)**, para criar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO:	10 – Secret. Mun. de Indústria, Comércio e Turismo		
Unidade:	01 - Secret. Mun. de Indústria, Comércio e Turismo		
Função:	23 – Comércio e Serviços		
SUBFUNÇÃO:	695 – Turismo		
PROGRAMA:	5010 – Desenvolvendo da Indústria, Comércio e Turismo		
PROJ/ATIVIDADE: 2059 – Manut. De Ações de Promoção de Eventos Turísticos			
DOTAÇÃO:	3.3.90.39	**Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica**	R$ 61.034,00
DOTAÇÃO:	3.3.90.31	Premiações Culturais, Art, Cient.	R$ 23.000,00
DOTAÇÃO:	3.3.90.30	Material de Consumo	R$ 4.000,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 88.034,00**

ÓRGÃO:	07 – Sec. Mun. de Ação Social		
Unidade:	01 - Sec. de Ação Social		
Função:	08 – Assistências Social		
SUBFUNÇÃO:	244 – Assistências Comunitária		
PROGRAMA:	5008 – Gestão da Assistência Social		
PROJ/ATIVIDADE: 2124 – Manut. E Encargos Sec. De Assistência Social			
DOTAÇÃO:	3.3.90.39	**Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica**	R$ 13.300,00
DOTAÇÃO:	3.3.90.30	Material de Consumo	R$ 2.000,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 15.300,00**

ÓRGÃO	06 – Secretaria Mun. De Saúde		
Unidade	01 – Secret. De Saúde		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	122 – Administração Geral		
Programa	5007 – Saúde Integral ao Alcance de Todos		
2077 : Manut. E Enc. Secret. Mun. Saúde			
DOTAÇÃO	3.3.90.39	**Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica**	R$ 12.000,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 12.000,00**

ÓRGÃO	09 – Secret. de Obras e Serv. Públicos		
Unidade	01 – Secret. de Obras e Serv. Públicos		
Função	15 - Urbanismo		
Subfunção	452 - Serviços Públicos		
Programa	5011 - Infra – Estrutura Urbana e Serv. Públicos		
2034 : Manut. Ativ. Secret. De Obras Serv. Urbanos			
DOTAÇÃO	3.3.90.39	Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica	R$ 6.750,00

DOTAÇÃO	3.3.90.36	Outros Serv. De Terc. Pessoa Fisica	R$ 34.500,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 41.250,00**

ÓRGÃO	15 – Secret. Mun. de Meio Ambiente		
Unidade	01 – Sec. De Meio Ambiente		
Função	18 - Gestão Ambiental		
Subfunção	541 - Preservação e Conservação Ambiental		
Programa	5013 - Cidade Sustentável – Educação Ambiental		
2088 : Manut. Da Secretaria Mun. de Meio Ambiente			
DOTAÇÃO	3.3.90.39	Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica	R$ 25.000,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 25.000,00**

ÓRGÃO	04 – Secret. de Administração Finanças e Planejamento		
Unidade	01 – Secret. de Administração		
Função	04 - Administração		
Subfunção	123 – Administração Financeiras		
Programa	5020 – Gestão Eficiente e Transparente		
2007 : Manut. Da Secret. Adm. Finanças e Planejamento			
DOTAÇÃO	3.3.90.39	Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica	R$ 10.000,00
DOTAÇÃO	3.3.90.31	Premiações Culturais, Art, Cient.	R$ 19.330,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 29.330,00**

Art. 2º - Será utilizado como fonte de recursos para abertura das dotações por no Valor de **R$ 212.914,00 (Duzentos e Doze Mil e Novecentos e Quatorze Reais),** será por Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder á inclusão das despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n° 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, na Lei Orçamentária Anual – LOA e no Plano Plurianual – PPA, para os exercícios de 2022 a 2025.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia – MT, 17 de Novembro de 2023.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL N.º 1185/2023

LEI MUNICIPAL N.º 1185/2023 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder o uso de bens que especifica."

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder os bens que se especifica para aulas práticas à Instituição QUALIFICA CURSOS TECNOLOGIA, inscrita no CNPJ nº 44.665.091/0001-50, de forma não onerosa, por meio de termo de parceria para ofertar treinamento e qualificação profissional aos servidores municipais e a população do município.

- Pá Carregadeira;

- Retroescavadeira;

- Trator Agrícola; e

- Escavadeira Hidráulica;

§ 1º - A Instituição que ministrará os Cursos de Operador de Máquinas especificada no art. 1º, entrará com o Treinamento e Qualificação Profissional gratuitos, com apostilas, aulas teóricas e práticas, dos cursos, a homens e mulheres, que necessitam de oportunidades para se capacitarem na área de máquinas pesadas, em contrapartida o Município de Pontal do Araguaia entrará com os maquinários para realização das aulas práticas.

§ 2º - Da Certificação dos Cursos:

I. Para servidores/operadores efetivos ou contratados da Prefeitura: A instituição dos Cursos, fica responsável por expedir os certificados gratuitamente aos servidores/operadores efetivos ou contratados da Prefeitura, certificação essa, obrigatória e baseada na Norma Regulamentadora 11 (NR 11) do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, após a finalização do curso.

II. Aos demais participantes do curso caberá optar em ter acesso aos certificados, ou não, caso em que as tratativas serão realizadas entre o interessado e a empresa.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia – MT, 17 de Novembro de 2023.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL N.º 1187/2023

LEI MUNICIPAL N.º 1187/2023 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

"Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação e dá outras providências."

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação, no orçamento vigente para o exercício de 2023, no valor de **R$ 829.500,00 (Oitocentos e Vinte Nove Mil e Quinhentos Reais**), para criar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO:	04 – Secretaria Mun. de Adm. Finanças e Planejamento		
Unidade:	01- Adm. Finanças e Planejamento		
Função:	04 – Administração		
SUBFUNÇÃO:	123 – Administração Financeira		
PROGRAMA:	5020 – Gestão Eficiente e Transparência		
PROJ/ATIVIDADE 2009 : Obrigações Tributárias e Contributivas			
DOTAÇÃO:	3.3.90.47	Obrigações Trib. E Contributivas	R$ 60.000,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 60.000,00**

ÓRGÃO:	04 – Secretaria Mun. de Adm. Finanças e Planejamento		
Unidade:	01- Adm. Finanças e Planejamento		
Função:	04 – Administração		
SUBFUNÇÃO:	123 – Administração Financeira		
PROGRAMA:	5020 – Gestão Eficiente e Transparencia		
PROJ/ATIVIDADE: 2007 – Manut. Ativ. Sec. Mun. de Adm. Finanças e Planejamento			
DOTAÇÃO:	3.3.90.39	Outros Serv. Terc. Pessoa Juridica	R$ 94.000,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 94.000,00**

ÓRGÃO:	04 – Secretaria Mun. de Adm. Finanças e Planejamento		
Unidade:	01- Adm. Finanças e Planejamento		
Função:	28 – Encargos Especiais		
SUBFUNÇÃO:	843 – Serviços da Dívida Interna		
PROGRAMA:	5020 – Gestão Eficiente e Transparência		
PROJ/ATIVIDADE: 1040 – Amortização e Serviços da Dívida Interna			
DOTAÇÃO:	4.6.90.71	Princ. Da Dívida Contratual Resgatado	R$ 45.000,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 45.000,00**

ÓRGÃO:	04 – Secretaria Mun. de Adm. Finanças e Planejamento
Unidade:	01- Adm. Finanças e Planejamento
Função:	28 – Encargos Especiais
SUBFUNÇÃO:	843 – Serviços da Dívida Interna

PROGRAMA:	5020 – Gestão Eficiente e Transparência		
PROJ/ATIVIDADE: 2043 – Juros do Financ. Da Dívida			
DOTAÇÃO:	3.2.90.21	Juros Sobre a Dívida por Contrato	R$ 30.0000,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 30.000,00**

ÓRGÃO:	09 - Sec. Mun. de Viação, Obras e Serv. Públicos		
Unidade:	01 - Sec. Mun. de Viação, Obras e Serv. Públicos		
Função:	26 –Transporte		
SUBFUNÇÃO:	782 – Transporte Rodoviario		
PROGRAMA:	5011 – Infra – estrutura Urbana e Serv. Públicos		
PROJ/ATIVIDADE: 2055 – Encargos Consor. Interm. Portal do Araguaia			
DOTAÇÃO:	3.3.71.70	Rateio Pela Part. Em Cons. Publico.	R$ 12.000,00
TOTAL			**R$ 12.000,00**

ÓRGÃO:	09 - Sec. Mun. de Viação, Obras e Serv. Públicos		
Unidade:	01 - Sec. Mun. de Viação, Obras e Serv. Públicos		
Função:	15 – Urbanismo		
SUBFUNÇÃO:	452 – Serv. Urbanos		
PROGRAMA:	5011 – Infra – estrutura Urbana e Serv. Públicos		
PROJ/ATIVIDADE: 2034 – Manut. Ativ. Secret. De Obras Serv. Públicos			
DOTAÇÃO:	3.3.90.39	Outros Serv. De Terc. – Pessoa Jurídica	R$ 250.000,00
TOTAL			**R$ 250.000,00**

ÓRGÃO:	06 – Sec. Mun. de Saúde		
Unidade:	01- Sec. De Saúde		
Função:	10 – Saúde		
SUBFUNÇÃO:	122 – Administração Geral		
PROGRAMA:	5007 – Saúde Integral ao Alcance de Todos		
PROJ/ATIVIDADE: 2077 – Manut. E Enc. Secretaria Mun. Saúde			
DOTAÇÃO:	3.3.90.47	Obrigações Trib. E Contributivas	R$ 30.000,00
DOTAÇÃO:	3.3.90.39	Outros Serv. De Terc. – Pessoa Jurídica	R$ 33.000,00
TOTAL			**R$ 63.000,00**

ÓRGÃO:	05 – Sec. Mun. de Educação		
Unidade:	01- Sec. Mun. de Educação e Cultura		
Função:	12 - Educação		
SUBFUNÇÃO:	361 – Ensino Fundamental		
PROGRAMA:	5004 – Desenv. E Educ. de Qualidade para Todos		
PROJ/ATIVIDADE: 2046 – Manut. E Enc. Secret. Mun. Saúde			
DOTAÇÃO:	3.3.90.47	Obrigações Trib. E Contributivas	R$ 30.000,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 30.000,00**

ÓRGÃO:	06 – Sec. Mun. de Saúde		
Unidade:	01- Sec. De Saúde		
Função:	10 – Saúde		
SUBFUNÇÃO:	122 – Administração Geral		
PROGRAMA:	5007 – Saúde Integral ao Alcance de Todos		
PROJ/ATIVIDADE: 2019 – Manut. de Consorcio Int. de Saúde			
DOTAÇÃO:	3.3.71.70	Rateio Pela Part. Em Consorcio Publico	R$73.000,00
TOTAL			**R$ 73.000,00**

ÓRGÃO:	06 – Sec. Mun. de Saúde		
Unidade:	01- Sec. De Saúde		
Função:	10 – Saúde		
SUBFUNÇÃO:	302 – Assist. Hosp. E Ambulatorial		
PROGRAMA:	5007 – Saúde Integral ao Alcance de Todos		
PROJ/ATIVIDADE: 2114 – Manut. de Consorcio Int. de Saúde - PAICI			
DOTAÇÃO:	3.3.71.70	Rateio Pela Part. Em Consorcio Publico	R$ 30.000,00
TOTAL			**R$ 30.000,00**

ÓRGÃO:	09 - Sec. Mun. de Viação, Obras e Serv. Públicos		
Unidade:	01 - Sec. Mun. de Viação, Obras e Serv. Públicos		
Função:	17- Saneamento		
SUBFUNÇÃO:	512 – Saneamento Básico Urbano		
PROGRAMA:	5011 – Infra – estrutura Urbana e Serv. Públicos		
PROJ/ATIVIDADE: 2037 – Manut. Ativ. Do S.A.E			
DOTAÇÃO:	3.3.90.39	Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica	R$ 102.000,00
TOTAL			**R$ 102.000,00**

ÓRGÃO:	07- Sec. Mun. de Ação Social		
Unidade:	01- Sec. De Ação Social		
Função:	08 – Assistência Social		
SUBFUNÇÃO:	244 – Assistência Comunitária		
PROGRAMA:	5008 – Gestão da Assistência Social		
PROJ/ATIVIDADE: 2124 – Manut. E Enc. Secret. De Asssit. Social			
DOTAÇÃO:	3.3.90.39	Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica	R$ 1.500,00
TOTAL			**R$ 1.500,00**

ÓRGÃO:	14 - Sec. Mun. de Esporte		
Unidade:	01- Sec. De Esporte		
Função:	27 – Desporto e Lazer		
SUBFUNÇÃO:	812 – Desporto Comunitário		
PROGRAMA:	5021 – Dens. O Esporte e a Cultura para Todos		
PROJ/ATIVIDADE: 2030 – Manut. na Promoção de Eventos Esportivo			
DOTAÇÃO:	3.3.90.39	Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica	R$ 9.000,00
TOTAL			**R$ 9.000,00**

ÓRGÃO:	08 - Sec. Mun. de Agricultura e Assist. Fundiária		
Unidade:	01 - Sec. Mun. de Agricultura e Assist. Fundiária		
Função:	20 - Agricultura		
SUBFUNÇÃO:	605 – Abastecimento		
PROGRAMA:	5009 – Dens. E Infraestrutura Rural		
PROJ/ATIVIDADE: 2038 – Manut. da Sec. Agricultura M. Amb.			
DOTAÇÃO:	3.3.90.39	Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica	R$ 5.000,00
TOTAL			**R$ 5.000,00**

ÓRGÃO:	04 – Secretaria Mun. de Adm. Finanças e Planejamento		
Unidade:	01- Adm. Finanças e Planejamento		
Função:	28 – Encargos Especiais		
SUBFUNÇÃO:	843 – Serviços da Dívida Interna		
PROGRAMA:	5020 – Gestão Eficiente e Transparência		
PROJ/ATIVIDADE: 2009 – Obrigações Tributárias e Contributivas			
DOTAÇÃO:	3.3.90.47	Obrigações Tributarias e Contrib.	R$ 30.000,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 30.000,00**

ÓRGÃO	06 – Secretaria Mun. De Saúde		
Unidade	01 – Secret. De Saúde		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	301 – Atenção Basica		
Programa	5007 – Saúde Integral ao Alcance de Todos		
2103 : Manut. da Atenção Básica - PSF			
DOTAÇÃO	3.3.90.39	**Outros Serv. De Terc. Pessoa Juridica**	R$ 15.000,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 15.000,00**

Art. 2º - Será utilizado como fonte de recursos para abertura das dotações por no Valor de **R$ 829.500,00 (Oitocentos e Vinte Nove Mil e Quinhentos Reais),** será por Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder á inclusão das despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n° 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, na Lei Orçamentária Anual – LOA e no Plano Plurianual – PPA, para os exercícios de 2022 a 2025.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia – MT, 17 de Novembro de 2023.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2023

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do ti-

po MENOR PREÇO POR ITEM, visando futura e eventual REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE AREIA E CIMENTO PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS E FUTUROS CONVÊNIOS, conforme especificações do Termo de Referência. As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Av. Cel. Belmiro Nogueira, 300, no dia 04/12/2023, às 08h30min (horário de **Brasília)**, sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço http://45.161.38.128:8079/comprasedital/ acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, via e-mail: licitacaopbmt@hotmail.com ou através do site: http://prefeituradepontebranca-mt.com.br/.

Ponte Branca - MT, 17 de Novembro de 2023.

Glimara Nogueira Gonçalves

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
AVISO DE PRORROGAÇÃO LICITAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2023 – LEI PAULO GUSTAVO.

AVISO DE PRORROGAÇÃO LICITAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2023 – LEI PAULO GUSTAVO.

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, comunica aos interessados que prorrogara a data para **SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 - LEI PAULO GUSTAVO – AUDIOVISUAL. Para** agentes culturais do MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT. Objeto: SELEÇÃO DE PROJETOS COM FINALIDADE ARTÍSTICA E CULTURAL, DESTINADOS A PESSOAS FÍSICAS, PESSOAS JURÍDICAS COM FINS LUCRATIVOS E PESSOAS JURÍDICAS SEM FINS LUCRATIVOS, COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), NO DECRETO 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E NO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO) atendendo aos Art.6, I, e III . Para se inscrever no Edital, o agente cultural deve encaminhar toda documentação obrigatória, até o dia 27 de Novembro de 2023, por meio do e-mail: cultura@portoalegrewdonorte.mt.gov.br ou presencial no dep. De Cultura Situado AV. Betumarcos nº 790 Biblioteca municipal Fernanda Macruz das 7:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:30. Horário de Brasília. O Edital completo estará à disposição dos interessados gratuitamente na sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT e encontram-se disponíveis no site da prefeitura, www.portoalegredonorte.mt.gov.br ou através do e-mail: licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br ; Maiores informações pelo Telefone: (66) 3569 1226/1210.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023 – LEI PAULO GUSTAVO.

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023 – LEI PAULO GUSTAVO.

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, comunica aos interessados que prorrogara a data de inscrição para premiações de agentes culturais do MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT. Objeto: Seleção de projetos destinados DEMAIS AREAS CULTURAIS para diversos segmentos culturais e linguagens artísticas, como: artes visuais e cênicas, música, espaços culturais, economia criativa e solidária, literatura, entre outros, para que fortaleça o desenvolvimento criativo, econômico e social da região, de acordo com o artigo 8º da Lei 195/2022 – Lei Paulo Gustavo; visando Desenvolvimento cultura artístico ou cultural do município de Porto Alegre do Norte. Para se inscrever no Edital, o agente cultural deve encaminhar toda documentação obrigatória, até o dia 27 de Novembro de 2023, por meio do e-mail: cultura@portoalegrewdonorte.mt.gov.br ou presencial no dep. De Cultura Situado AV. Betumarcos nº 790 Biblioteca municipal Fernanda Macruz das 7:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:30. Horário de Brasília. O Edital completo estará à disposição dos interessados gratuitamente na sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT e encontram-se disponíveis no site da prefeitura, www.portoalegredonorte.mt.gov.br ou através do e-mail: licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br ; Maiores informações pelo Telefone: (66) 3569 1226/1210.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
ATA 006/2023 ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE SOCIAL, COMPROVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS

ATA 006/2023

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE SOCIAL, COMPROVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB

No dia oito do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, nas dependências da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situada na Avenida Sebastião Pereira, no Bairro Buritis, neste Município de Porto Alegre do Norte-MT, reuniram-se os membros do Conselho do FUNDEB Grasiele David da Silva, Jair Dias Guimarães, Neidiane Guimarães Luz, Deassis Gomes da Silva, Gustavo Jose de Oliveira, Valdisson da Silva Barbosa, Agta Fonseca Gunther, para fazer averiguação **das seguintes prestações de contas do 3º Bimestre 2023 do recurso do FUNDEB;** Iniciou-se a reunião com a Presidente do FUNDEB Deassis Gomes da Silva agradecendo a presença de todos, e apresentou o balancete da prestação de conta do FUNDEB 2023 dos valores do saldo dos bimestres anteriores de 2.859.901,12 (dois milhões e oitocentos e cinqüenta e nove mil e novecentos e um reais e doze centavos), e saldo de repasse financeira do recurso 2023 do FUNDEB no total de 1.706.193,37 (um milhão setecentos e seis mil e cento e noventa e três reais e trinta e sete centavos), e ficou um saldo acumulado de 4.566.094,49(quatro milhões quinhentos e sessenta e seis mil e noventa e quatro reais e quarenta e nove centavos) e continuando a analise dos balancetes, tiveram umas despesas do FUNDEB ate o 3º bimestre de 4.934.749,05 (quatro milhões e novecentos e trinta e quatro mil setecentos e quarenta e nove reais e cinco centavos), e ficou um saldo financeiro bancário a reprogramar no valor de 516.407,43 (quinhentos e dezesseis mil quatrocentos e sete reais e quarenta e três centavos) sendo que ainda teve despesas a pagar no valor de 569.421,96 (quinhentos e sessenta e nove mil quatrocentos e vinte e um reais e noventa e seis centavos) de INSS, empréstimo Consignado P. alimentícia, contrato sindical IRRF**.** E após a averiguação da prestação de contas, foi aprovada por unanimidade por todos os presentes, pois houve os gastos de forma correta. Sendo só o que tínhamos a tratar encerro esta ata que segue assinada por mim Grasiele David da Silva e por todos os presentes.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
ATA 005/2023 ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE SOCIAL, COMPROVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS

ATA 005/2023

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE SOCIAL, COMPROVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB

No dia oito do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, nas dependências da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situada na Avenida Sebastião Pereira, no Bairro Buritis, neste Município de Porto Alegre do Norte-MT, reuniram-se os membros do Conselho do FUNDEB Grasiele David da Silva, Jair Dias Guimarães, Neidiane Guimarães Luz, Deassis Gomes da Silva, Gustavo Jose de Oliveira, Valdisson da Silva Barbosa, Agta Fonseca Gunther, para fazer averiguação **das seguintes prestações de contas do 2º Bimestre 2023 do recurso do FUNDEB;** Iniciou-se a reunião com a Presidente do FUNDEB Deassis Gomes da Silva agradecendo a presença de todos, e apresentou o balancete da prestação de conta do FUNDEB 2023 dos valores do saldo dos bimestres anteriores de 2.478.039,00 (dois milhões quatrocentos e setenta e oito mil e trinta e nove reais), e saldo de repasse financeira do recurso 2023 do FUNDEB no total de 1.367.508,69 (um milhão trezentos e sessenta e sete mil e quinhentos e oito reais e sessenta e nove centavos), e ficou um saldo acumulado de 2.859.901,12(dois milhões e oitocentos e cinqüenta e nove mil e novecentos e um reais e doze centavos) e continuando a analise dos balancetes, tiveram umas despesas do FUNDEB ate o 2º bimestre de 3.177.450,21 (três milhões e cento setenta e sete mil e quatrocentos e cinqüenta reais e vinte e um centavos), e ficou um saldo financeiro bancário a reprogramar no valor de 588.331,80 (quinhentos e oitenta e oito mil e trezentos e trinta e um reais e oitenta centavos) sendo que ainda teve despesas a pagar no valor de 516.815,14 (quinhentos e dezesseis mil e oitocentos e quinze reais e quatorze centavos), INSS, e empréstimo Consignado**.** E após a averiguação da prestação de contas, foi aprovada por unanimidade por todos os presentes, pois houve os gastos de forma correta. Sendo só o que tínhamos a tratar encerro esta ata que segue assinada por mim Grasiele David da Silva e por todos os presentes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 19/2023

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 19/2023

A prefeitura Municipal de Porto Esperidião-MT, torna público a **ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 19/2023,** DO OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE UM TRATOR DE PENUS TRAÇÃO 4X4, CAPACIDADE MINIMA DE 80 CV.**

No seguinte local, data e horário:

Local: Sala de licitações da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião – MT.

Data: 30/11/2023

Horário: 09:00 horas

Contato: (65) 99680-0253 / (65) 3222-1139

E-mail: licitacao@portoesperidiao.mt.gov.br

Porto Esperidião-MT, 17 de novembro de 2023 - RONEY BATISTA CARDOSO - PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A **COMISSÃO ESPECIAL**, instituída por meio da Portaria Municipal nº 013/2023 publicado no dia 02 de agosto de 2023, para apuração de diárias e adiantamentos sem prestação de contas referente aos anos de 2021 e 2022, vem, no uso de suas atribuições constitucionais e legais **NOTIFICAR** os agentes públicos abaixo relacionadas sobre o julgamento do **RECURSO ADMINISTRATIVO E HOMOLOGAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL** bem como efetuar o **PAGAMENTO DOS VALORES APURADOS**, sendo que a Guia de Recolhimento (GR), deverá ser retirada no Departamento de Arrecadação, no prazo de 10 (dez) dias úteis. Os prazos começarão a fluir a partir do primeiro dia útil subsequente da publicação da notificação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Notificados: Luciane Paes Franco, portadora do CPF nº 8XX.XXX.XX1-68.

Porto Estrela – MT, 14 de novembro de 2023.

Hiago Carlos da Silva Presidente Comissão Especial	
Drieli Ramos Rocha de Melo 1º Secretário Comissão Especial	**Thais Marques Assunção** 2º Secretário Comissão Especial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

PORTARIA N°. 470/2023 CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA BEATRIZ RAMIRES DO NASCIMENTO CELESTINO

PORTARIA N°. 470/2023

De: 17 de Novembro de 2023.

"Concede Licença Saúde a servidora ***Beatriz Ramires do Nascimento Celestino*** *e dá outras providências"*

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **Licença para tratamento de Saúde** a servidora **Beatriz Ramires do Nascimento Celestino**inscrita no CPF nº 033.354.681-47, matrícula nº 1188, nomeada no cargo comissionado de **Apoio Administrativo Educacional "E"**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Relatório Médico.

Paragrafo Primeiro: Os vencimentos do período de 09/11/2023 a 23/11/2023 fica custeado pelo Município.

Paragrafo Segundo: Os vencimentos do período de 24/11/2023 a 23/12/2023 fica condicionado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 17 de Novembro de 2023.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.062/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 130/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.062/2023

Objeto:

LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NO POLO DA COMUNIDADE SÃO JOÃO ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

Repartições interessadas:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conformidade:---------- artigo 24**, inciso I da Lei Federal n°. 14.133/21 e no artigo 2, inciso II da Lei Municipal nº. 538/14**

Demais Legislações pertinentes ao assunto.

O município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Vanderlei Antônio de Abreu, em atendimento ao disposto no artigo 24, inciso I da Lei Federal n°. 14.133/21 e no artigo 2, inciso II da Lei Municipal nº. 538/14 **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pela Comissão Municipal de Licitação, instituída pela portaria Nº. 484/2022 de 12 de setembro de 2022

ILSON ANTONIO ROVARI FILHO

CPF n°. **703.949.421-32**

Valor total

R$ 8.400,00 (OITO MIL E QUATROCENTOS REAIS)

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Porto dos Gaúchos - MT, 14 de novembro de 2023.

Vanderlei Antonio de Abreu

Prefeito Municipal

TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 068/2022.

TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 068/2022.

Processo Licitatório Nº. 072/2022.

Dispensa De Licitação Nº. 016/2022

Contrato Nº. 068/2022.

Fundamento Legal: art. 79, inciso I, e art. 77 e 78, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS,pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa localizada na Praça Leopoldina Wilke, nº. 19, Centro, Município de Porto dos Gaúchos/MT, Cep: 78.560-000, neste ato representado pelo Prefeito, **Sr. VANDERLEI ANTONIO DE ABREU**, portador do **RG nº. 1173531-7 SSP/MT**, inscrito no **CPF sob o nº. 893.514.361-87**, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina, nº. 578, Quadra 65, Lote 15, Bairro: Centro, Município de Porto dos Gaúchos/MT, e a Empresa **PEVIDOR TRANSPORTES LTDA,** inscrito no CNPJ sob n°. **35.096.524/0001-02** com sede administrativa Av. Dometildes Rocha Lima, n°. 01, Bairro: Jardim Mossoró, Município de Cuiabá – MT, CEP: 78.090-852, neste ato representado pela Sr.ª **Thaynara Alves Pevidor**, portadora do **RG n°. 27539148 SESP - MT**, inscrita no **CPF sob o nº. 060.528.321-42**, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem por este instrumento **ENCERRAR** o Contrato em referência, fazendo com amparo legal no art. 79, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto o ENCERRAMENTO do Contrato Administrativo nº. 068/2022 a partir de 10/08/2022, conforme dispõe o art. 79, inciso II da Lei 8.666/93.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO ENCERRAMENTO CONTRATUAL

2.1. As partes acima qualificadas resolvem ENCERRAR o contrato nº. 068/2022, sem ônus de qualquer natureza para qualquer das partes, renunciando o direito sobre o qual se fundou a relação jurídica do que se pactuou no processo de licitação, consoante disposto no art. 79, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

3.1. O motivo do encerramento deve-se a conclusão da prestação de serviços. Sendo assim, não há vantagens para ambas as partes manter o contrato nº. 068/2022 vigente.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Considera-se por interesse de ambas as partes o Contrato nº. 068/2022 **ENCERRADO** de forma automática, contrato este que tinha como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE 1 (UM) VEICULO TIPO ÔNIBUS, PARA FAZER O TRAJETO DE CUIABÁ X PORTO DOS GAÚCHOS E PORTO DOS GAÚCHOS X CUIABÁ, PARA ATENDER O EVENTO DA "PRIMEIRA JORNADA CULTURAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT",** em conformidade com o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 072/2022 e DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 016/2022.** E assim sendo, assina o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Porto dos Gaúchos/MT, 10 de agosto de 2022.

_____

VANDERLEI ANTÔNIO DE ABREU

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 067/2022

TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 067/2022

Processo Licitatório Nº. 064/2022.

Dispensa De Licitação Nº. 014/2022.

Contrato Nº. 067/2022

Fundamento Legal: art. 79, inciso I, e art. 77 e 78, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS,pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa localizada na Praça Leopoldina Wilke, nº. 19, Centro, Município de Porto dos Gaúchos/MT, Cep: 78.560-000, neste ato representado pelo Prefeito, **Sr. VANDERLEI ANTONIO DE ABREU**, portador do **RG nº. 1173531-7 SSP/MT**, inscrito no **CPF sob o nº. 893.514.361-87**, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina, nº. 578, Quadra 65, Lote 15, Bairro: Centro, Município de Porto dos Gaúchos/MT, e a Empresa **REGINA APARECIDA BEZERRA DE LIMA**, Rua Campo Largo, s/nº, Quadra 02, Lote 23, Bairro: Jardim Curitiba, Sinop - MT, inscrita sob o **CNPJ nº. 37.963.509/0001-40**, neste ato representada pela **Sr. Regina Aparecida Bezerra de Lima**, portadora do **CPF n°. 918. 382.231-34**, e **cédula de identidade 1327884-3 SSP/MT**, de ora diante chamado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem por este instrumento **ENCERRAR** o Contrato em referência, fazendo com amparo legal no art. 79, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto o ENCERRAMENTO do Contrato Administrativo nº. 067/2022 a partir de 06/08/2022, conforme dispõe o art. 79, inciso II da Lei 8.666/93.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO ENCERRAMENTO CONTRATUAL

2.1. As partes acima qualificadas resolvem ENCERRAR o contrato nº. 063/2022, sem ônus de qualquer natureza para qualquer das partes, renunci-

ando o direito sobre o qual se fundou a relação jurídica do que se pactuou no processo de licitação, consoante disposto no art. 79, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

3.1. O motivo do encerramento deve-se a conclusão da prestação de serviços. Sendo assim, não há vantagens para ambas as partes manter o contrato nº. 067/2022 vigente.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Considera-se por interesse de ambas as partes o Contrato nº. 067/2022 **ENCERRADO** de forma automática, contrato este que tinha como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE SOM DE PEQUENO PORTE E PAINEL DE LED PARA O EVENTO DA "PRIMEIRA JORNADA CULTURAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT".** em conformidade com o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 064/2022 e DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 014/2022.** E assim sendo, assina o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Porto dos Gaúchos/MT, 06 de agosto de 2022.

VANDERLEI ANTÔNIO DE ABREU

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.062/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 130/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.062/2023

Preâmbulo

O Município de Porto dos Gaúchos/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n.º 19, – MT, CEP – 78.560-000, fone (66) 3526-2000, por meio da sua CML – Comissão Municipal de Licitação, instituída pela portaria 484/2022 de 12/09/2022, faz saber que em atendimento à solicitação da Secretária Municipal de administração, realizará Processo de Licitação N° 130/2023, fundamentado no **artigo 24**, inciso I da Lei Federal n°. 14.133/21 **e no artigo 2, inciso II da Lei Municipal nº. 538/14.LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NO POLO DA COMUNIDADE SÃO JOÃO ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT**. Conforme descrição abaixo.

1. DAS PARTES

1.1. CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS - MT, inscrito no CNPJ sob o nº **03.204.187/0001-33**, com sede na **Praça Leopoldina Wilke**, n. **19** – **centro**, CEP – **78.560-000**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **VANDERLEI ANTÔNIO DE ABREU**, portador do **RG nº. 1173531-7 SSP/MT** e **CPF n.º 893.514.361-87**, residente e domiciliado na **Rua Minervino C. dos Santos, Quadra 103, lote 06, bairro da creche**, município de **Porto dos Gaúchos – MT**, CEP – **78.560-000**.

1.2. CONTRATADO:

ILSON ANTONIO ROVARI FILHO, portadora do RG n°. **22319115 SSP MT** e CPF n°. **703.949.421-32**, residente e domiciliada na **RUA SÃO PAULO**, Nº S/N, GLEBA SÃO JOÃO, Porto dos Gaúchos-MT, CEP – 78.560-000

2. DO OBJETO:

LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NO POLO DA COMUNIDADE SÃO JOÃO ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

Item	Descrição	Und. Medida	Qtde	Vlr Unit	Valor Total
01	LOCACAO DE IMOVEL	MÊS	12	R$ 700,00	R$ 8.400,00
(OITO MIL E QUATROCENTOS REAIS) Total R$: 8.400,00					

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1 A locação do imóvel comercial se justifica pelo fato da Secretaria Municipal de Assistência Social em busca de atendimento às famílias e grupos atendidos pela secretaria, solicita a locação de um imóvel para este fim, uma vez que o município não dispõe de um serviço próprio no local. **Tempo de Contrato:** 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período; **Valor a ser pago mensal: R$ 700,00; Valor a ser pago ao final de 12 meses**: R$ 8.400,00

3.2. O imóvel que é objeto do presente processo é localizado na Rua São Paulo na Gleba São João, município de Porto dos Gaúchos, Estado de Mato Grosso.

4. RAZÃO DA ESCOLHA DO IMÓVEL

4.1. A escolha recaiu no imóvel do Sr. **ILSON ANTONIO ROVARI FILHO**, portadora do RG n°. **22319115 SSP MT** e CPF n°. **703.949.421-32**, residente e domiciliado na **RUA SÃO PAULO**, Nº S/N, GLEBA SÃO JOÃO, Porto dos Gaúchos-MT, por ser o único imóvel que apresenta características que atendem aos interesses da Administração.

4.2 Dispensa de Licitação Constitui objeto deste Termo de Referência à locação de imóvel comercial, destinado ao atendimento das famílias e grupos atendidos pela secretaria de Assistência Social do Município.

5. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

5.1 O valor total do contrato será de **R$ 8.400,00 (OITO MIL E QUATROCENTOS REAIS)**, até o termino da sua vigência. Pago em até 30 dias após emissão da nota fiscal.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes do objeto desta licitação serão empenhadas oportunamente em dotações próprias, as quais foram autorizadas através da Lei Municipal nº. 1043/2022 de 06/12/2022 – LOA/2023, conforme segue:

Órgão:---------- **06 – Secretaria Municipal de Assistência Social.**

Unidade Orçamentária:-------- 001 – Secretaria Municipal de Assistência Social.

Função:---------- 08 – Assistência Social.

Sub-Função:---------- 122 – Administração Geral.

Programa:---------- 0024 – Apoio Administrativo Secretaria Municipal de Assistência.

Projeto Atividade:---------- 2140 – Manutenção e Encargos

Elemento de Despesas:------ 3390.36.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

RED./Código:---------- 0305.

Fonte---------- 1.500.000000

Valor---------- R$ 8.400,00

7. DO CONTRATO:

7.1 Será formalizado Contrato com fim vinculativo obrigacional e características de compromisso entre as partes, obedecendo ao que preceitua a Lei Federal n°. 14.133/21 e suas alterações, bem como estabelecer e documentar as responsabilidades e os direitos das partes.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O valor total do contrato corresponde a **R$ 8.400,00 (OITO MIL E QUATROCENTOS REAIS)** E será pago da seguinte forma:

8.2. O pagamento será efetuado através de TRANSFERÊNCIA BANCARIA ao contratado **ILSON ANTONIO ROVARI FILHO.**

9. DO FUNDAMENTO LEGAL

9.1. O presente certame está em conformidade com as recomendações prescritas no artigo 24, inciso I DA Lei Federal n°. 14.133/21, e em conformidade com as recomendações prescritas no artigo 2, inciso II da Lei Municipal nº. 538/14, com suas alterações e demais Legislações pertinentes.

10. DO FORO

10.1. Fica eleito e convencionado, para fins legais e para questões derivadas deste CERTAME o Foro da Comarca de Porto dos Gaúchos - MT, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Porto dos Gaúchos - MT, 14 de novembro de 2023.

.

Município de Porto dos Gaúchos/MT
Vanderlei Antonio de Abreu
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.062/2023

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 130/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.062/2023

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NO POLO DA COMUNIDADE SÃO JOÃO ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

Repartições interessadas:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conformidade:---------- artigo 24**, inciso I da Lei Federal n°. 14.133/21 e no artigo 2, inciso II da Lei Municipal nº. 538/14**

Demais Legislações pertinentes ao assunto.

Em conformidade com o artigo 24**, inciso I da** Lei Federal n°. 14.133/21 e no artigo 2, inciso II da Lei Municipal nº. 538/14, o município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor **Vanderlei Antônio de Abreu**, **ADJUDICA** o objeto deste certame à VENCEDORA, conforme segue:

ILSON ANTONIO ROVARI FILHO

CPF n°. **703.949.421-32**

Valor total

R$ 8.400,00 (OITO MIL E QUATROCENTOS REAIS)

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Porto dos Gaúchos - MT, 14 de novembro de 2023.

.

Vanderlei Antônio de Abreu

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PRORROGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023

EDITAL DE PRORROGAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Art. 37, item II da Constituição Federal, art. 93, Inciso III da Lei Orgânica do Município de Poxoréu e o disposto no artigo 5°, inciso I e 44 da Lei 905 de 21/11/2003 e, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2023 publicado em 14/02/2023 e homologado em 23/03/2023.

RESOLVE:

PRORROGAR por mais 01 (um) ano, o prazo de validade do Processo Seletivo nº 001/2023, de acordo com o disposto no artigo 37, inciso III, da Constituição Federal, para todos os cargos, homologados em 23/03/2023

Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréo/MT, 17 de novembro de 2023.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Este Edital foi publicado no Saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu – MT, no site da Prefeitura Municipal de Poxoréu e no Diário Oficial da AMM.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária de Administração

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

PORTARIA Nº 809/2023Poxoréu/MT, 16 de Novembro de 2023

"Dispõe sobre a retificação da portaria 809/2023, que concedeu o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição em favor do Sr. Reinaldo Lopes Paz".

O Diretor Presidente do POXORÉU-PREVI, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1° - Retificar a Portaria 801/2023, passando a vigorar com a seguinte redação:

O Diretor Presidente do POXORÉU-PREVI, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ***nos termos*** **art. 3º, incisos I, II e III, da Emenda Comstitucional 47 de 2005 c/c o art.4º, parágrafo 9º, da EC 103/2019 e** ***Art. 106, incisos "I", "II", "III", "IV", "V", da Lei Municipal n.º 1.489/2012, de 13 de janeiro de 2012.***

Art. 2º - Retifica nesta oportunidade a forma de reajuste do ato administrativo, vigorando da seguinte forma:

Conceder o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor do Sr. REINALDO LOPES PAZ, portador do RG. n.º 395534 SSP/MT, inscrito no CPF/MF n.º 378.634.601-15 e Título Eleitoral de n. 003329401821, Zona "047", Seção "0188", servidor estabilizado no cargo de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, Nível "XXXVI", Classe "A", contando com um total de 14.235 dias, ou seja, 39 (trinta e nove) anos e 1 (um) mês de serviços prestados, lotado na Secretaria Municipal de Administração, **COM DIREITO A PARIDADE** e com proventos integrais, conforme o processo do POXORÉU-PREVI n.º 2022.02.005.

Art. 3º - Os demais textos constante nos artigos e na base da fundamentação legal da Portaria nº 801/2023 ficam ratificados e inalterados.

Registre, publique e cumpra-se.

Poxoréu/MT, 16 de Novembro de 2023.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Presidente

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER
1°RETIFICAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 01/2023 – SEEL – POXORÉU/MT

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais, RESOLVE RETIFICAR a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 01/2023 – SEEL – Poxoréu/MT; que dispõe sobre critérios e procedimentos para composição de turmas, calendário escolar, composição do quadro efetivo e contratado das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, processo de contagem de pontos e atribuição de classes e/ou aulas dos Docentes da Educação Infantil e Fundamental e do regime/jornada do Apoio Educacional I e II, Agente Educacional e Técnico Educacional I, pertencentes ao quadro efetivo e contratado dos Profissionais da Educação nas unidades escolares e SEEL para o ano letivo de 2024, bem como regulamenta o processo dos docentes e profissionais em Readaptação de Função e dá outras providências; CONFORME as alterações abaixo especificadas.

Art. 1° No Artigo 11° da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 01/2023 – SEEL – Poxoréu/MT,

Onde se lê:

Art. 11º - A atribuição dos servidores efetivos será na unidade em que estes se inscreveram.

Passa a lê:

Art. 11º - A atribuição dos servidores efetivos será na unidade em que estes se inscreveram.

Parágrafo único: Os funcionários e professores lotados nas salas anexas da Escola Municipal Prof Guiomar Maria da Silva, passaram sua lotação para a Escola Municipal Cel Júlio Muller sem necessidade de pedir remoção, fazendo assim nesta nova unidade a sua contagem de pontos.

Art. 2° No Artigo 32º INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 01/2023 – SEEL – Poxoréu/MT°

Onde se lê:

Art. 32º - Programação das férias nas unidades escolares:

§ 1º - 21/12/2023 a 21/01/2024 - Férias coletivas para todos

§ 2º - 22/01/2024 – Retorno das férias coletivas.

§ 3º - 15/07/2024 à 29/07/2024 - Recesso Escolar do Docente em efetivo exercício, de acordo com a Lei 1512/2012 Art. 57 e com a Lei 1953/2019 Art. 53.

Passa a lê:

Art. 32º - Programação das férias nas unidades escolares:

§ 1º - 21/12/2023 a 19/01/2024 - Férias coletivas para todos

§ 2º - 22/01/2024 – Retorno das férias coletivas.

§ 3º - 15/07/2024 à 29/07/2024 - Recesso Escolar do Docente em efetivo exercício, de acordo com a Lei 1512/2012 Art. 57 e com a Lei 1953/2019 Art. 53.

Art. 3° Essa retificação da Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se

Poxoréu-MT, 17 de novembro de 2023.

Celestina Alves de Souza Neta Campos

Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

ATA DE RESULTADO DE JULGAMENTO Nº 03/2023 - INEXIGIBILIDADE N.º 005/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 044/2023

INEXIGIBILIDADE N.º 005/2023

CREDENCIAMENTO N° 002/2023

RESULTADO DE JULGAMENTO Nº 03/2023

A Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, leva ao conhecimento dos interessados o julgamento dos documentos de habilitação, referente ao Credenciamento nº 002/2023, credenciamento de pessoas jurídicas para aten-

der demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT durante o período de 12 meses, após a convocação. No dia 17/11/2023 as 16:00h (dezesseis horas) a Comissão Permanente de Licitação instituída pela portaria 254 de 18 de abril de 2023, reuniram-se na Sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, na Sala de Licitação à Avenida Cruzeiro, S/N, Vila Cruzeiro, com o objetivo de receber e julgar. Após análise detalhada de todas as exigências do edital, a Comissão de Licitação, DECIDE HABILITAR os participantes, conforme segue: **1 – 52.808.343 JOAO VICTOR DE MORAIS PIO, portador do CNPJ Nº: 52.808.343/0001-80, Ocupação: INSTRUTOR DE INFORMATICA,** e-mail: joaovictormoraespio@gmail.com, telefone: (66) 996xxxx89, Endereço: Rua João Ribeiro Vilela, n°22, Bairro Santa Luzia, Poxoréu/MT, CEP 78800-000. Todas as documentações apresentadas estiveram de acordo com o Edital de Credenciamento. Concluído os trabalhos a Presidente determinou a publicação do presente no quadro do mural, no SITE oficial da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios (AMM) para ciência dos interessados. Nada mais requerido nem a tratar, a sessão foi encerrada e lavrada a Ata que será assinada pelos presentes. Em Poxoréu-MT, 17 de novembro de 2023.

Tatianne Pereira da Silva Santos Daniele Medeiros da Silva Ângela Cristina Gomes Rabelo **Presidente da CPL Secretário da CPL Membro da CPL**

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 290/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.

CONTRATADA: **L. DANIELLY GOMES**

OBJETO: RESTAURAÇÃO DAS FACHADAS (CENTRO HISTÓRICO) NO MUNICÍPIO DE POXORÉU, CONFORME CONVÊNIO 0267-2022 DO EDITAL MT PRESERVAR.

VALOR GLOBAL: R$ 70.788,75 (setenta mil, setecentos e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

DATA: 17 de novembro de 2023.

NELSON ANTONIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PRORROGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2022

EDITAL DE PRORROGAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2022

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Art. 37, item II da Constituição Federal, art. 93, Inciso III da Lei Orgânica do Município de Poxoréu e o disposto no artigo 5°, inciso I e 44 da Lei 905 de 21/11/2003 e, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2022 publicado em 11/08/2022 e homologado em 29/09/2022.

RESOLVE:

PRORROGAR por mais 01 (um) ano, o prazo de validade do Processo Seletivo nº 003/2022, de acordo com o disposto no artigo 37, inciso III, da Constituição Federal, para todos os cargos, homologados em 29/09/2022

Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréo/MT, 17 de novembro de 2023.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Este Edital foi publicado no Saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu – MT, no site da Prefeitura Municipal de Poxoréu e no Diário Oficial da AMM.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária de Administração

ATA DE RESULTADO DE JULGAMENTO Nº 26/2023 - INEXIGIBILIDADE N.º 002/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 009/2023

INEXIGIBILIDADE N.º 002/2023

CREDENCIAMENTO N° 001/2023

RESULTADO DE JULGAMENTO Nº 26/2023

A Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, leva ao conhecimento dos interessados o julgamento dos documentos de habilitação, referente ao Credenciamento nº 001/2023, credenciamento de pessoas jurídicas para atender demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT durante o período de 12 meses, após a convocação. No dia 17/11/2023 as 09:00h (nove horas) a Comissão Permanente de Licitação instituída pela portaria 254 de 18 de abril de 2023, reuniram-se na Sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, na Sala de Licitação à Avenida Cruzeiro, S/N, Vila Cruzeiro, com o objetivo de receber e julgar. Após análise detalhada de todas as exigências do edital, a Comissão de Licitação, DECIDE HABILITAR os participantes, conforme segue: **1 – 52.779.445 ALCIONETE IBIAPIANO BULHÕES, portador do CNPJ Nº: 52.779.445/0001-15, Ocupação: MERENDEIRA,** e-mail:ibiapinoalcionete@gmail.com, telefone: (66) 981**-**-**33, Endereço: Rua Jurandir Xavier, n° 01, Bairro: Lagoa I, Poxoréu/MT, CEP 78800-000 Todas as documentações apresentadas estiveram de acordo com o Edital de Credenciamento. Concluído os trabalhos a Presidente determinou a publicação do presente no quadro do mural, no SITE oficial da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios (AMM) para ciência dos interessados. Nada mais requerido nem a tratar, a sessão foi encerrada e lavrada a Ata que será assinada pelos presentes. Em Poxoréu-MT, 17 de novembro de 2023.

Tatianne Pereira da Silva Santos Daniele Medeiros da Silva Ângela Cristina Gomes Rabelo Presidente da CPL Secretário da CPL Membro da CPL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER
1° RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 01/2023

NELSON ANTONIO PAIM, PREFEITO MUNICIPAL DE POXORÉU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e com base nos princípios da Gestão Democrática emanados da Constituição de República Federativa do Brasil de 1988, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996-LDB, a Lei nº 14.113/2020 de 25 de dezembro de 2020 e Lei Municipal N° 2.314.2022.

RESOLVE

Retificar o edital N° 01/2023, que dispõe sobre Seleção para Diretores das Unidades Escolares do Município de Poxoréu-MT, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer (SEEL) , CONFORME as alterações abaixo especificadas.

1. No Artigo 16º, incisos I, II, III e IV;

Onde se lê:

Artigo 16º Podem votar:

O Conselho Deliberativo da Unidade Escolar;

Os pais dos alunos matriculados na Unidade Escolar;

Os funcionários lotados na unidade escolar.

Os alunos do Segundo Ciclo acima.

Passa a lê:

Artigo 16º Podem votar:

O Conselho Deliberativo da Unidade Escolar;

Os pais dos alunos matriculados na Unidade Escolar;

Os funcionários lotados na unidade escolar.

Os alunos do Segundo Ciclo acima.

Parágrafo único: Para a Escola Municipal Cel. Júlio Muller poderão votar:

Os funcionários e professores lotados nas salas anexas da Escola Municipal Prof.ª Guiomar Maria da Silva; Os alunos do Segundo Ciclo matriculados nas salas anexas da Escola Municipal Prof.ª Guiomar Maria da Silva; Os pais dos alunos matriculados nas salas anexas da Escola Municipal Prof.ª Guiomar Maria da Silva.

Poxoréu-MT, 17 de novembro de 2023.

Celestina Alves de Souza Neta

Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Nelson Antônio Paim

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 005/2023

Homologo e Adjudico a licitação levada a efeito pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao procedimento Licitatório de Tomada de Preço Nº 005/2023, de 11 de outubro de 2023, com o resultado em favor das empresas: **1 – L. DANIELLY GOMES,**inscrita no CNPJ Nº **14.543. 150/0001-56**, situada na Rua Jorge Amado, S/N°, Bairro Jardim Novo Horizonte, na cidade de Poxoréu– MT, com a sua Proposta no valor Global de **R$ 70.788,75** (setenta mil, setecentos e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos); e autorizando a Coordenadoria de Municipal de Compras a efetuar a aquisição nos termos da proposta vencedora.

POXOREU, 17 de novembro de 2023.

NELSON ANTÔNIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE SUSPENSÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 56/2023

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT através de seu Pregoeiro no uso de suas atribuições legais torna público para o conhecimento dos interessados a **SUSPENSÃO** do Processo Licitatório Pregão Presencial com Registro de Preços nº. 56/2023, assim como o **cancelamento** da Sessão de recebimento e abertura dos envelopes que seria realizada no dia 28 de Novembro de 2023, às 07:10 horas, cujo objeto éRegistro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada em Serviços de Engenharia para EXECUÇÃO e MANUTENÇÃO de PONTES de MADEIRA localizadas no Município De Reserva Do Cabaçal-MT para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

A suspensão justifica-se devido interesse da Administração. Motivo esse para suspensão do Pregão nº 56/2023. O Município comunicará aos interessados quanto a eventuais retificações do edital, e nova data de abertura da sessão pública para recebimento de credenciamento, propostas e habilitação. Ressaltamos ainda que o reaviso do Pregão Presencial Registro de Preço Nº 56/2023 será publicado no site oficial do município https://www.reservadocabacal.mt.gov.br e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso. (Jornal da AMM).

Reserva do Cabaçal/MT, 17 de Novembro de 2023.

WALASSE RAMOS SOUZA

Pregoeiro Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI N.º 767 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

"**AUTORIZA O EXECUTIVO A CONCEDER EM COMODATO UM TRATOR AGRÍCOLA LS P100R QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**",

O Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal/MT, **JONAS CAMPOS VIEIRA**, no uso de suas legais atribuições, em conformidade com base na Lei Orgânica do Município.

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder em comodato, através de termo assinado entre as partes, um trator agrícola LS P100R para Associação dos Produtores Rurais da Comunidade do Rio dos Peixes (Associação Rio dos Peixes), Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 26.073.966/0001-42, com sede na Comunidade Rio dos Peixes, Zona Rural, no município de Reserva do Cabaça-MT, cuja finalidade firmar parceria com a Associação dos Produtores Rurais Rio dos Peixes.

Art. 2° Equipamento: Trator Agrícola LS P100R, pneus plataformado, novo, ano 2023, fabricação nacional, motor diesel, tração 4x4, motor 04 cil potência 100 cv; injeção direta, refrigerado, capacidade levante 2.400kg, chassi: 9BLP10001PG000053, 02 (duas) chaves de ignição, pino engate, chave de roda e engraxadeira e Manuel do trator.

Art. 3° A Associação dos Produtores Rurais da Comunidade do Rio dos Peixes (Associação Rio dos Peixes), tem a responsabilidade de fazer a revisão e manutenção do veículo agrícola regularmente.

Art. 4° O referido termo de Comodato será por um período de 10 (dez) anos, podendo a administração prorrogar este prazo por igual período caso haja conveniência para o Município.

Art. 5° Fica vedado a transferência do Trator Agrícola LS P100R para uso de outras associações de produtores rurais ou pessoa física ainda que seja para desempenho da mesma atividade.

Art. 6° Caso a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade do Rio dos Peixes (Associação Rio dos Peixes), deixe de desempenhar a atividade a que se destina o Trator Agrícola LS P100R antes do fim da vigência do Termo de Comodato, esta deverá entregar imediatamente o Trator Agrícola LS P100R livre e desembaraçado de quaisquer ônus.

Art. 7° Fica resguardado o direito do Município de fiscalizar o uso Trator Agrícola LS P100R a qualquer tempo, bem como de rescindir o Termo de Comodato caso a associação deixe de cumprir com suas obrigações contratuais, resguardando a esta o direito ao contraditório.

Art. 8° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Reserva do Cabaçal – MT, 17 de novembro de 2023.

Jonas Campos Vieira

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 268/2023

"Dispõe sobre a concessão do benefício de **Pensão por Morte** em favor do cônjuge **Sr**. **DANIEL PEREIRA GOMES,** em decorrência do falecimento da servidora **Sra. RUTH MORAES DE SOUZA GOMES**."

O Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto no art. 40, § 7º, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 103/2019, c/c os artigos 7º, inciso I; 28, 30, inciso I e 32, §1º, inciso V, alínea "C", 6 da Lei n. º 378/2006 com redação alterada pela Lei Complementar n.º 694 de 23 de junho de 2020, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência do Município de Reserva do Cabaçal;

Resolve:

Art. 1º CONCEDER o benefício **Pensão Por Morte**, em decorrência do falecimento da **Sra. RUTH MORAES DE SOUZA GOMES,** portadora da cédula de identidade n.º 08579466 SEJSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 551.841.031-04, servidora efetiva no cargo de Professora de Magistério, Classe "B", Nível "II", lotada na Secretária Municipal de Educação, em favor do Sr. **DANIEL PEREIRA GOMES,** cônjuge da de "cujus", portador da cédula de Identidade 10483853 SJ/MT e inscrito no CPF sob nº 572. 219.281-34, o equivalente a 100% (cem por cento) da cota de forma vitalícia, conforme processo administrativo do **RESER-PREVI** sob **nº. 2023.07. 00008P**, a partir de 18/07/2023, data do óbito, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo os seus efeitos legais a partir de 18 de julho de 2023**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

RESERVA DO CABACAL – Mato Grosso, 17 de novembro de 2023.

CLAUDIANA SOARES GONÇALVES

SECRETARIA MUNICIPA DE FINANÇA DO RESER-PREVI

Homologo:

JONAS CAMPOS VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 86/2023

EXTRATO DE ATA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

CONTRATADO: MINAS LIGHT COMERCIAL E LOCACAO LTDA

CNPJ nº: 50.397.807/0001-88

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE DECORAÇÃO/ORNAMENTAÇÃO NATALINA E ILUMINAÇÃO, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE CULTURA E LAZER DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL – MT.

VIGÊNCIA: 17/11/2023 até 20/10/2024.

Reserva do Cabaçal-MT, 17 de Novembro de 2023.

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N. 267/2023 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA THAISSA ELLEN FERRARI SANTOS , LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT".

O Prefeito Municipal Jonas Campos Vieira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - Conceder LICENÇA SAÚDE a THAISSA ELLEN FERRARI SANTOS, servidora desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, no período de 30 dias a contar de 30 de Outubro de 2023, conforme inciso I, art. 194, da Lei Nº 60 de 26 de outubro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos 30/10/2023.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, Estado de Mato Grosso, 17 de Novembro de 2023.

_____

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito de Reserva do Cabaçal-MT

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
COMUNICADO DE ADESÃO DE LICITAÇÃO

Ratificação de Adesão nº 18/2023

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 337/2023.

O Município de Reserva do Cabaçal torna público aos interessados que ADERIU a Ata de Registro de Preços n° 337/2023, decorrente do Pregão Presencial nº. 09/2023 realizado pelo Município de Campo Novo do Parecis -MT, que tem como objeto, Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE DECORAÇÃO/ORNAMENTAÇÃO NATALINA E ILUMINAÇÃO,PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE CULTURA E LAZER DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL – MT. Detentora da Ata: MINAS LIGHT COMERCIAL E LOCACAO LTDA, CNPJ50.397.807/0001-88, no valor de **TOTAL ESTIMADO R$: 114.972,60 (CENTO E QUATORZE MIL, NOVECENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS).**

Reserva do Cabaçal - MT, 17/11/2023

JONAS CAMPOS VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI MUNICIPAL Nº 768 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Dispõe sobre autorização para transpor e remanejar recursos e dá outras providências".

JONAS CAMPOS VIEIRA, Prefeito do Município de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam os Poderes Legislativo e Executivo Municipal autorizados a abrirem Créditos Adicionais Suplementares e especial, através de Decreto, até o Limite de 15% (quinze por Cento) da Despesa Orçada para o corrente Exercício.

Artigo 2º - Servirá como recurso para dar cobertura ao Crédito Aberto pelo Artigo Anterior, os recursos definidos pelo Artigo 43, inciso I, II ou III, da Lei Federal 4.320/64, podendo efetuar transposição, remanejamento e transferência de recursos, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite definido no artigo 1º da presente lei.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal - MT, 17 de novembro de 2023.

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
LEI MUNICIPAL Nº 766 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

"INSTITUI A CÂMARA MIRIM NO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL – MT E ESTABELECE NORMAS PARA SEU FUNCIONAMENTO**".**

JONAS CAMPOS VIEIRA, Prefeito do Município de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Reserva do Cabaçal – MT, a "Câmara Mirim", com os seguintes objetivos gerais:

I – despertar nas crianças e adolescentes a consciência da cidadania aliada à responsabilidade com o seu meio social e sua comunidade;

II – integrar com o Poder Legislativo a responsabilidade de despertar a ética, a cidadania, valores reflexivos e reais para uma sociedade moderna;

III – criar junto à comunidade, espaços para o crescimento dos anseios das crianças e adolescentes em direção à conquista da cidadania, num processo de contínua aprendizagem.

Art. 2º Constituem objetivos específicos do programa:

I – proporcionar a circulação de informações na escola sobre projetos, leis e atividades gerais da Câmara Municipal;

II – possibilitar aos alunos o acesso e conhecimento dos Vereadores e das propostas apresentadas no Legislativo em prol da comunidade;

III – favorecer atividades de discussão e reflexão sobre as prioridades da população;

IV – proporcionar situações em que os alunos, representando as figuras dos vereadores, apresentem sugestões para solucionar importantes questões da cidade ou determinados grupos sociais;

V – sensibilizar professores, funcionários e pais de alunos para participarem do projeto "Câmara Mirim" e apresentarem sugestões para o seu aperfeiçoamento.

Art. 3º A "Câmara Mirim" será composta por 9 (nove) Vereadores Mirins, sendo que cada turma das Escolas Municipal e Estadual poderá indicar candidatos, iniciando pelos alunos do 4º ano.

§ 1º O processo de escolha dos Vereadores Mirins, será mediante processo escolhido pela Secretaria Municipal de Educação, onde restarão eleitos Vereadores Mirins e Suplentes.

§ 2º A candidatura a Vereador Mirim é individual, podendo candidatar-se alunos com idade mínima de 9 (nove) anos e máxima de 15 (quinze) anos na data da realização da eleição e que estejam devidamente matriculados do 4º ao 9º ano do ensino fundamental dos estabelecimentos de ensino público, das redes de ensino municipal e estadual.

§ 3º A campanha deverá se desenvolver internamente, no estabelecimento público de ensino, priorizando-se o debate e exposição de ideias, sendo expressamente proibida a atuação de partidos políticos, o uso de símbolos, logotipos, siglas e outras formas que possam identificar a influência partidária e sim a criação de seus próprios partidos, criados pelo candidato com fins educacionais.

§ 4º Caberá a direção da escola a organização e coordenação da eleição da Câmara Mirim, estabelecendo normas, estipulando dias, horários e outras condições que deverão ser observados pelos candidatos, garantindo igualdade entre os mesmos durante a campanha eleitoral.

§ 5º Esses e outros critérios para eleição, posse e exercício do mandato dos Vereadores Mirins serão definidos em Regimento Interno próprio, por ato da Mesa Diretora.

Art. 4º A eleição para Câmara Mirim ocorrerá no mês de junho.

Parágrafo único. O Vereador Mirim exercerá mandato de agosto a dezembro.

Art. 5º Fica criada, na Câmara Municipal, uma comissão representativa do Legislativo para acompanhar os trabalhos de eleição dos Vereadores Mirins.

Art. 6º Serão considerados eleitos 9 (nove) alunos titulares e 3 (três) alunos suplentes.

§ 1ºOs candidatos eleitos participarão de Sessão Solene realizada pela Câmara na última semana do mês de dezembro.

§ 2ºA primeira reunião deverá promover a eleição para composição da Mesa Diretora que conduzirá os trabalhos da Câmara Mirim, mediante votação secreta, para preenchimento dos cargos de Presidente(a), Vice-Presidente(a) e Secretário(a).

Art. 7º Compete à Câmara Mirim, especificamente, apresentar proposições que visem à melhoria da qualidade de vida da comunidade reservense, relativa à educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, segurança pública e outros assuntos de interesse público.

§ 1º O Poder Legislativo fornecerá normas e modelos de proposições para que os Vereadores Mirins possam sistematizar suas propostas;

§ 2º As propostas dos Vereadores Mirins serão, por parte do Legislativo Municipal, objeto de análise, deliberação das proposições e posterior encaminhamento aos órgãos públicos competentes.

Art. 8º As sessões da Câmara Mirim realizar-se-ão bimestralmente, tendo como local o plenário das deliberações da Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal – MT.

Art. 9º As deliberações da Câmara Mirim serão tomadas sempre pelo quórum de maioria de votos, presentes a maioria absoluta dos Vereadores Mirins.

§ 1º Para garantir quórum integral, será permitido que o suplente substitua o titular, na ausência deste, mediante simples comunicado.

§ 2º O suplente somente assumirá a vaga do titular, em caso de desistência formalizada ou se este faltar a 02 (duas) sessões consecutivas, sem motivo justificável, que sofrer punição disciplinar na escola e que deixar de tomar posse, sem motivo justificado.

Art. 10. O mandato dos Vereadores Mirins encerra-se na última semana do mês de dezembro do mesmo ano da eleição, em sessão solene, com a presença dos Vereadores da Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, quando aqueles serão homenageados através de entrega de diploma.

Parágrafo único. Os Vereadores Mirins não serão remunerados, sendo sua atividade considerada de relevante interesse público.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Reserva do Cabaçal – MT, 17 de novembro de 2023.

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

PORTARIA N° 182/2023 DATA: 17 DE NOVEMBRO DE 2023 "ALTERA A PORTARIA 177/2022, E DISPÕE SOBRE ORIENTAÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DA HORA ATIVIDADE DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL

PORTARIA N° 182/2023

DATA: 17 DE NOVEMBRO DE 2023

"ALTERA A PORTARIA 177/2022, E DISPÕE SOBRE ORIENTAÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DA HORA ATIVIDADE DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT PARA O ANO LETIVO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – MT, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber:

CONSIDERANDO a lei de "Gestão Democrática da Educação Básica" de Ribeirão Cascalheira –MT, nº 446/2006;

CONSIDERANDO a aprovação da Lei Complementar nº 604/2011, que altera a jornada de trabalho para trinta horas, sendo vinte horas em sala de aula e dez horas para hora atividade;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer parâmetros orientativos para o cumprimento da Hora Atividade dos Professores da Rede Pública Municipal de Ribeirão Cascalheira–MT;

CONSIDERANDO que o processo didático-pedagógico constitui-se pelo trabalho docente que se ocupa da instrução, da educação e do ensino e explora as relações professor-aluno-conteúdo, centrando o foco no processo de ensinar e aprender um determinado conteúdo e, também, no que antecede e sucede esta ação, ou seja, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO.

RESOLVE:

Art.1º-Regulamentar o cumprimento da Hora Atividade dos Professores da Rede Pública Municipal de Ribeirão Cascalheira– MT.

Art. 2º - As Horas Atividades da Rede Pública Municipal de Ensino serão efetuadas no âmbito das Escolas Municipais, com ressalvas pesquisas de campo realizadas fora das Instituições de Ensino, dentro do horário de funcionamento da escola, no período matutino das 07h00min às 11h00min e no período vespertino, das 13h00min às 17h00min, e com acompanhamento da Direção Escolar e Coordenação Pedagógica.

§ 1º - Nos Centros Municipais de Educação Infantil, as horas atividades serão cumpridas dentro do horário de funcionamento da unidade escolar no período matutino da 07h00min as 11h00min e no vespertino das 13h00min as 17h00mim, e com o acompanhamento da Direção Escolar e Coordenação Pedagógica.

§ 2º - Nas Escolas do Campo em que se tem apenas um horário de funcionamento, as horas atividades serão realizadas no contra turno escolar, dentro do período diurno, no horário de funcionamento da escola das 7h00min as11h00min e das 13h00min as 17h00min.

Art. 3º - Para o cumprimento do Artigo 38º da Lei Complementar 604/2011, Inciso 1º, a Hora Atividade dos Professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Ribeirão Cascalheira –MT, será fixada em:

1º- 80% para o planejamento – preparação e avaliação do trabalho didático, garantindo os períodos de trabalho individual e coletivo.

2º - 20% para aperfeiçoamento profissional – através de formação continuada ou a outras atividades de aperfeiçoamento profissional de acordo com a Lei Complementar 604/2011, Artigo 38º, Incisos 2º, 3º e 4º.

Parágrafo único – Caberá ao professor de acordo com a Lei 604/2011, Art. 4° parágrafo 4º alínea VI, desenvolver a recuperação do aluno que apresentar um elevado grau de dificuldade na aprendizagem, elaborando um projeto de intervenção juntamente com a equipe gestora da unidade escolar.

Art. 4º - Os professores que atuam na Educação Infantil deverão utilizar este período de 100% da Hora Atividade para planejamento, desenvolvimento estimulação precoce e a elaboração dos registros descritivos.

Art. 5º - Serão consideradas como hora atividade as reuniões e encontros pedagógicos realizados pela Secretaria Municipal de Educação ou pela Unidade Escolar, as reuniões organizadas pela Equipe Gestora da Unidade de Ensino, de acordo com o horário estipulado pela equipe, independente do horário de funcionamento da escola, a colaboração com a Administração da escola e a articulação com a comunidade escolar conforme a Lei Complementar 604/2011, Artigo 38º, inciso1º.

Parágrafo Único – As reuniões que se relaciona o Artigo referem –se ao interesse coletivo, o qual sobrepõe interesse individual e acontece esporadicamente.

Art.6º - As horas atividades, bem como os projetos de intervenção, serão acompanhados pela Direção e Coordenação Pedagógica Escolar.

Art.7º-Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação surtindo seus efeitos legais a partir do ano de 2024.

Art.8º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PORTARIA N° 181/2023 DATA: 17 DE NOVEMBRO DE 2023 "ALTERA A PORTARIA Nº 176/2022, DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE CARGOS ADMINISTRATIVOS EDUCACIONAIS NA REDE PÚBLICA

PORTARIA N° 181/2023

DATA: 17 DE NOVEMBRO DE 2023

"ALTERA A PORTARIA Nº 176/2022, DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE CARGOS ADMINISTRATIVOS EDUCACIONAIS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO PARA FUNCIONÁRIOS EFETIVOS E/OU ESTÁVEIS E PARA FUNCIONÁRIOS CANDIDATOS A CONTRATO TEMPORÁRIO PARA O ANO LETIVO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – MT, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber:

CONSIDERANDO, a Lei de "Gestão Democrática da Educação Básica" de Ribeirão Cascalheira – MT, nº 446/2006;

CONSIDERANDO, a Lei nº 604/2011, Plano de Carreira dos Profissionais da Educação de Ribeirão Cascalheira – MT;

CONSIDERANDO a necessidade de fixar critérios para a formação do Quadro Administrativo à atribuição de Cargos Administrativos na Rede Pública Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a necessidade de criar mecanismos que garantam o exercício da autonomia pedagógica administrativa das escolas;

RESOLVE:

Art. 1º - Implantar o processo de atribuições de cargos administrativos educacionais aos profissionais efetivos e aos candidatos a contrato temporário, conforme os conceitos básicos dispostos nesta Instrução Normativa.

§ 1º - Técnico e Apoio Administrativo Educacional – é o titular do cargo, quando nomeado por Ato Municipal em decorrência de aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos.

§ 2º -Técnico e Apoio Administrativo Educacional Interino – é o titular do cargo quando contratado para assumir função ou substituição.

§ 3º -O prazo deste contrato não poderá ultrapassar o ano civil, não podendo ser prorrogado.

Art. 2º - Haverá rescisão de contrato mediante manifestação expressa do contratado, quando do retorno do profissional efetivo ao cargo, quando houver posse de novos concursados ou por determinação da Secretaria Municipal de Educação em conformidade com os Artigos 7º e 77º da Lei 604/2011 e Art. 128º da Lei 336/2002 e ao término do prazo contratual.

Parágrafo Único – O profissional da Educação que não desenvolver sua função conforme exigido pela legislação vigente poderá ter suspensão sa-

larial e/ou sofrer outras penalidades; no caso de contrato temporário, ser rescindido (Como: não realizar com êxito a "função" que exerce, faltas injustificadas, uso excessivo do celular, a não participação nas Reuniões e encontros de formação dentre outros previstos na Complementar nº 604/2011).

Art. 3º - O regime de trabalho do Técnico e Apoio Administrativo Educacional fica constituído de acordo com a Lei Complementar nº 604/2011.

Art. 4º - Compete à Secretaria Municipal de Educação, acompanhada da Comissão de atribuição de cargo, classe/aula a tomarem as providências necessárias quanto à divulgação, execução, acompanhamento e avaliação das diretrizes e normas que orientam o processo de classificação e atribuição de Cargos Administrativos Educacionais.

Art. 5º -Compete à Comissão de atribuição de cargo, classe/aula, observando as normas vigentes, a execução do processo de atribuição de cargos administrativos.

§ 1º -Para efeito da atribuição de cargos administrativos serão considerados livres os cargos administrativos existentes nas Unidades Escolares decorrentes das matrículas efetuadas.

§ 2º -Fica assegurada igualdade de condições no processo de atribuição de cargos administrativos aos profissionais efetivos oriundos das Unidades Escolares que sofrerem alterações decorrentes do processo de planejamento de matrícula (polarização), após apresentação do atestado de vaga.

§ 3º - Constituem prioridades no processo de atribuição de cargos administrativos:

- Do titular do cargo habilitado, sobre o profissional concursado em outro cargo e habilitado;

Art. 6º - O processo de classificação e atribuição de cargos administrativos obedecerá às etapas de acordo com o Art. 145 da Lei 446/2006.

Parágrafo Primeiro – A atribuição da jornada de trabalho do profissional da educação será de acordo com o quadro lotacional encaminhado pela Unidade Escolar.

Parágrafo Segundo– Após a lotação na Unidade Escolar, o profissional efetivo só poderá fazer permuta, com justificativa por escrito ao Conselho Municipal de Educação, o qual fará deferimento ou indeferimento.

Art. 7º - O Técnico e Apoio Administrativo Educacional farão a inscrição:

I –No e-mail inscricoes.educacao.rc2022@gmail.com ;

II – Na habilitação específica ao cargo para o qual foi nomeado, ou adquiriu habilitação.

III – No período estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a Portaria nº 175/2022.

IV – No ato da inscrição será exigido documentos digitalizados anexados em um único PDF:

Ficha de inscrição

Certidão de Nascimento/Casamento;

Carteira de Identidade;

Cadastro de Pessoa Física (CPF);

PIS / PASEP;

Carteira de Reservista (para homens);

Título de Eleitor e comprovante de votação (última eleição);

Documentos de Escolaridade (Diploma/Certificado ou Histórico/Declaração de Conclusão);

Certificados na área específica da Educação;

Atestado funcional dos períodos trabalhados na Rede Municipal;

Certificados de formação continuada dos últimos 3 anos (ou do último ano para quem fez inscrição no processo de 2023);

Cópia do Termo de Cedência emitido pela Secretaria Municipal de Administração, com envio a Secretaria Municipal de Educação para os servidores cedidos;

Qualquer documento que comprove a aposentadoria (caso de ser aposentado);

Declaração de vacinas obrigatórias, do adulto, em dias expedida pelo setor responsável da secretaria municipal de saúde;

Carteira Nacional de Habilitação categoria D (para motoristas);

Certidão de Antecedentes Criminais (para motorista) conforme ACORDÃO nº 499/2021 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

§ 1º - Aos profissionais que já passaram pelo processo de atribuição de anos anteriores, só serão necessários a apresentação de documentos novos, certificados de formação continuada do último ano, atestado funcional de 2023 e diploma ou declaração de conclusão de curso superior se tiver sido concluído em 2022/2023 e não tiver na pasta do candidato.

§ 2º -No ato da inscrição, o candidato irá preencher a declaração contendo a relação de documentos que serão anexados para incluir a sua contagem de pontos.

§ 3º -No ato da inscrição, o candidato dará ciência ao termo de compromisso pelo não acúmulo de cargo, conforme CF, Artigo 37º, responsabilizando-se para que no dia da atribuição, apresente documento comprobatório (cópia da ata de atribuição em outra instituição) à comissão de atribuição.

§ 4º - O Apoio Educacional infra estrutura Motorista que não tiver a CNH exigida e a certidão de Antecedentes Criminais negativada, será indeferida a inscrição.

§ 5º - O profissional da educação que tiver interesse em atribuir na função de TDI acompanhante de alunos com necessidades especiais, só atribuirão se houver curso na área e se trabalharam em 2023 a avaliação de desempenho tenha sido satisfatória.

§ 6º - O candidato inscrito na função de Apoio Administrativo educacional na função motorista que desenvolveu a função em 2023, será atribuído mediante avaliação de desempenho, ética profissional, e cuidados com o patrimônio público (ônibus escolares), com avaliação satisfatória, terá prioridade no ato da atribuição.

Art. 8º A sessão pública de atribuição de Cargos Administrativos será marcada previamente, de acordo com a Portaria nº 175/2022 com antecedência mínima de 48 horas (quarenta e oito), especificando o horário e o local de realização da sessão.

Parágrafo único - Constituem prioridades no processo de atribuição:

a) Do titular do cargo habilitado, sobre o profissional concursado em outro cargo e habilitado;

b) Os profissionais efetivos que não foram atribuídos na Educação básica na Zona Urbana só poderão ser atribuídos nas escolas da Zona Rural após esgotadas todas as possibilidades de atribuição na Zona Urbana conforme (Art. 130 parágrafo 2° da Lei 446/2006).

Art. 9º - O profissional da educação que esteja respondendo processo administrativo ficará impedido de ser atribuído.

Art. 10º–Técnico ou Apoio Administrativo Educacional investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, participará do processo de atribuição de Cargos Administrativos. Não havendo compatibilidade, ser-lhe-á facultado optar pela sua remuneração.

Art. 11º - Encerrado o processo de atribuição dos Cargos Técnicos/Apoios Administrativos Educacional, a Secretaria Municipal de Educação deverá encaminhar as Unidades Escolares:

- Quadro Demonstrativo de Recursos Humanos, das devidas atribuições dos cargos administrativas educacional.

Art. 12º -Para efeito de atribuição dos Cargos Administrativos Educacional, o Técnico ou Apoio Administrativo Educacional será classificado de acordo com a seguinte pontuação:

I – Tempo de Serviço:

a) Em exercício no Sistema Público do Município de Ribeirão Cascalheira (Técnico Administração Escolar, Multi-meios Didáticos, Nutrição Escolar, Manutenção em Infra-estrutura, Vigilância), o apoio de Transporte escolar e Técnico em Desenvolvimento Infantil estão inseridos no Plano de Carreira Lei Complementar nº 604/2011 – 1,0 (um) ponto por ano de trabalho e fracionado de acordo com os meses trabalhados no ano letivo escolar.

b) Aos profissionais designados: para o órgão central, assessoria pedagógica, disposição da Secretaria Municipal de Educação ou projetos da SEDUC ou disponibilidade classista de acordo com a Lei, quando do seu retorno a Unidade Escolar – 1,0 (um) ponto por ano trabalhado.

c) Serão contados 2,0 (dois) pontos no corrente ano letivo para o profissional que mora na Zona Rural e inscrito na Escola de sua região, conforme lei nº 446/2006.

II – Formação/Titulação: contar-se-á conforme especificado no quadro a seguir, considerando a maior graduação e habilitação específica na área da Educação:

FORMAÇÃO	**TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL E APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**	**PONTUAÇÃO**
	ESCOLARIDADE	
Licenciatura	Mestrado/Doutorado	55 pontos
	Especialização	45 pontos
	Licenciatura Plena	35 pontos
	Cursando Licenciatura Plena, a partir do 5º (quinto) semestres (em anexo o boletim dos semestres anteriores).	10 pontos
Profissionalização Específica	Administração Escolar Manutenção Motorista Multimeios Nutrição Técnico em Desenvolvimento Infantil Vigilância	05 pontos
Ensino Médio	Propedêutico (outros)	05 pontos
Ensino Fundamental	Completo	03 pontos

III – Qualificação Profissional complementar:

a) Os cursos e certificados de atualização pedagógica deverão contar, no máximo, 10 (dez) pontos.

b) Os cursos e certificados de atualização pedagógica serão considerados, somente, os emitidos nos últimos 03 (três) anos, desde que, relativos à Educação ou área de atuação profissional da educação.

Certificado na área específica da Educação, em que constam obrigatoriamente os conteúdos trabalhados até 199 (cento e noventa e nove) horas. Obtêm-se os pontos através do resultado da somatória dos certificados, dividido por 40.	**Obtêm-se os pontos através do resultado da somatória dos certificados, divididos por 40 (quarenta).**
Certificados, que tenha acima de 200 (duzentas) horas.	**Contará 01 ponto por certificado dentro dos 10 pontos.**

Art. 13º - Quando da apuração final dos pontos, ocorrer empate entre os profissionais, para efeito de desempate, serão observados critérios do Art. 154 da Lei 446/2006.

Art 14º – O funcionário que foi atribuído no ano de 2023 e desistiu e/ou foi exonerado da função atribuída, se fizer inscrição em qualquer função ofertada, será indeferida sua inscrição.

Art. 15º - Será vedada aos Funcionários Efetivos e interinos a contratação temporária ou em substituição para exercerem outra função pública preconizada no Artigo 37º, Inciso XVI, Alínea “a”, “b” e “c” da CF/88.

Art. 16º- Os afastamentos durante o período de trabalho deverão estar de acordo com a Lei nº 604/2011, Artigo 59º, 62º e 69º, E do decreto nº 1749/2018 de 14/set/2018 e instrução normativa nº 001/2018 de 14/set/2018.

Parágrafo 1º – A falta injustificada no trabalho incide-se sob o corte do ponto e remuneração, em que acima de três faltas sofrerá medidas previstas na Lei.

Parágrafo 2º - Não será permitida troca de dias de trabalho entre funcionários a não ser as trocas permitidas por lei devendo a gestão escolar estar ciente, caso contrário os envolvidos serão penalizados conforme orientação e/ou lei vigente.

Art. 17º - No ato da inscrição o candidato não poderá modificar os itens na ficha, na ocorrência de ter sido modificado, sua inscrição será indeferida.

Art. 18º – O profissional inscrito para contrato temporário após atribuição terá que fazer exame admissional conforme orientação contida no oficio DRH nº 26/2023 do dia 18 de outubro de 2023 -Recursos Humanos da PM e oficio nº 64/PMRC/ADM/2023 do dia 23 de outubro de 2023 da Secretaria de administração da PM, que trata do exame admissional que deverá ser feito apenas por médico perito.

Art. 19º – Para efeito de gozo da licença eleitoral, o profissional efetivo deverá gozar até o ano subsequente ao ano da eleição; No caso do profissional contratado, deverá gozar dos dias conforme cronograma da unidade escolar na qual trabalha, no mesmo ano da eleição.

Parágrafo único: o não gozo da licença eleitoral como citado no caput deste artigo, acarretará a perda da licença acima citada.

Art. 20º – O profissional da educação, após 60 (sessenta) dias de trabalho, será avaliado seu desempenho na função atribuída, ética profissional, interação com os demais profissionais e alunos da instituição escolar a qual atribuiu, como também o uso do celular.

Parágrafo único – A avaliação não satisfatória, prejudicando o bom andamento da instituição, poderá acarretar exoneração.

Art. 21º- Aplicar-se-á esta Portaria em todas as Unidades Escolares Públicas de Ensino Fundamental que entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos legais a partir do ano de 2024.

Art. 22º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

FICHA DE INSCRIÇÃO

ATRIBUIÇÃO DE CARGOS PARA 2024

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

HABILITAÇÃO/FORMAÇÃO:-

_____

Pro-funcionário: ( ) sim ( ) não

FUNÇÃO QUE CONCORRE:

( ) limpeza ( ) Nutrição ( ) Vigia ( ) Motorista

Obs.: A inscrição poderá ser feita apenas em uma das funções acima.

CONCORRENDO PARA ESCOLAS:

( ) Urbanas

( ) Rurais - Qual: -

_____

1 - DADOS PESSOAIS	
NOME:	
RG:	DATA DE EXPEDIÇÃO:

CPF:	PIS/PASEP:		
TITULO DE ELEITOR:	ZONA:	SEÇÃO:	UF:
DATA DE NASCIMENTO:			
NATURALIDADE:			
ENDEREÇO:			
BAIRRO:	MUNICIPIO: Ribeirão Cascalheira - MT		
FONE:	CELULAR:		
E-MAIL:			

SITUAÇÃO FUNCIONAL NA REDE MUNICIPAL
( ) Efetivo ( ) Contratado

Termo de compromisso

Estou ciente das portarias, dos direitos, deveres e de meu compromisso na função inscrita e atribuído/a cumpri-los: como participar das reuniões, encontros de formação, eventos da instituição/SME entre outros previstos em lei; da E do decreto nº 1749/2018 de 14/set/2018 e instrução normativa nº 001/2018 de 14/set/2018. como também me comprometo se, no dia da referida atribuição, se possuir vínculo empregatício em outro órgão/instituição, apresentar documento comprobatório. Havendo vinculo e não apresentar documento a comissão de atribuição, e o não cumprimento de minha função (quando atribuído), estou ciente de que poderei sofre penalidades (podendo ser exoneração, processo administrativo...).

Ribeirão Cascalheira, _____ de dezembro de 2023.

_____

Assinatura do Profissional

FICHA DE INSCRIÇÃO

ATRIBUIÇÃO DE CARGOS PARA 2024

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

HABILITAÇÃO/FORMAÇÃO:-

_____

Pro-funcionário: ( ) sim ( ) não

FUNÇÃO QUE CONCORRE:

( ) Técnico Administrativo Escolar ( ) Técnico em Desenvolvimento Infantil-TDI

( ) Técnico em Desenvolvimento Infantil-TDI para auxiliar AEE ( ) Multimeios

Obs.: A inscrição poderá ser feita apenas em uma das funções acima com excessão os TDI'S

CONCORRENDO PARA ESCOLAS:

( ) Urbanas

( ) Rurais - Qual: -

_____

1 - DADOS PESSOAIS			
NOME:			
RG:	DATA DE EXPEDIÇÃO:		
CPF:	PIS/PASEP:		
TITULO DE ELEITOR:	ZONA:	SEÇÃO:	UF:
DATA DE NASCIMENTO:			
NATURALIDADE:			
ENDEREÇO:			
BAIRRO:	MUNICIPIO: Ribeirão Cascalheira-MT		
FONE:	CELULAR:		
E-MAIL:			

SITUAÇÃO FUNCIONAL NA REDE MUNICIPAL
( ) Efetivo ( ) Contratado

Termo de compromisso

Estou ciente das portarias, dos direitos, deveres e de meu compromisso na função inscrita e atribuído/a cumpri-los: como participar das reuniões, encontros de formação, eventos da instituição/SME entre outros previstos em lei; da E do decreto nº 1749/2018 de 14/set/2018 e instrução normativa nº 001/2018 de 14/set/2018. como também me comprometo se, no dia da referida atribuição, se possuir vínculo empregatício em outro órgão/instituição, apresentar documento comprobatório. Havendo vinculo e não apresentar documento a comissão de atribuição, e o não cumprimento de minha função (quando atribuído), estou ciente de que poderei sofre penalidades (podendo ser exoneração, processo administrativo...).

Ribeirão Cascalheira, _____ de dezembro de 2023.

_____

Assinatura do Profissional

PORTARIA N° 178/2023 DATA: 17 DE NOVEMBRO DE 2023 "ALTERA A PORTARIA Nº 173/2022, DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA N° 178/2023

DATA: 17 DE NOVEMBRO DE 2023

"ALTERA A PORTARIA Nº 173/2022, DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – MT, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber:

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o cumprimento no disposto da Lei nº 9.394/96, no Artigo 24, Inciso I e Resolução nº 002/2015–CEE/MT, Artigos nº 29

CONSIDERANDO a Lei de "Gestão Democrática da Educação Básica" de Ribeirão Cascalheira–MT, nº 446/2006;

CONSIDERANDO a Lei nº 604 de 20 de setembro de 2011, Plano de Carreira dos Profissionais da Educação de Ribeirão Cascalheira – MT;

CONSIDERANDO a Resolução nº 009/2023 – CEE/MT que estabelece normas para a educação no sistema estadual de ensino.

CONSIDERANDO a necessidade do planejamento da matrícula para o ano letivo de 2024;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de organizar o quadro das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino.

RESOLVE:

Art.1º-Determinar que, o Calendário Escolar para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, deverá ter a carga horária anual, mínima de 800 (oitocentas) horas e 200 (duzentos) dias letivos.

Art. 2º - Estabelecer a data de 05/02/2024, para o início do ano letivo nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino.

Art. 3º - Estabelecer o período de 13/12/2024, prazo máximo para o término do ano letivo, nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino.

Parágrafo Único – Determinar o encerramento do 1º Semestre, dia 12 de Julho de 2024 e início do 2º Semestre, dia 29 de Julho de 2024.

Art. 4º - Determinar que as férias escolares regulares dos professores, nos termos do Inciso I, do Artigo 52º, da Lei nº 604 de 20/09/2011, sejam nos seguintes períodos:

a) No término do 1º semestre letivo, no período de 12 de julho de 2024 a 29 de julho de 2024, de 15(quinze) dias de recesso escolar regulamentar;
b) No encerramento do ano letivo conforme respectivo calendário, 30 (trinta) dias de férias regulamentar a contar do 1º dia útil do ano subsequente.

c) Determinar que as férias dos funcionários (TDIs, Multimeios, Limpeza, Nutrição e Motoristas); Serão divididas em dois momentos sendo: de 12 de julho a 29 de julho de 2024 e de 16 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2024.

Art. 5º - Para atender a organização própria da Educação Infantil do Campo e Educação Escolar Indígena, o calendário escolar poderá ser adequado à realidade de cada região, obedecendo as exigências previstas na legislação de ensino quanto ao mínimo de dias letivos e carga horária anual, devendo ser elaborado pela gestão e comunidade escolar e ser encaminhado a assessoria e coordenação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação para análise, aprovação e acompanhamento.

Art. 6º - Determinar que, após o término das férias, referentes ao período de 2024, o profissional deverá estar à disposição da Unidade Escolar para o planejamento e demais atividades pertinentes ao ano letivo de 2025.

Parágrafo Único – As férias serão de 30 (trinta) dias para professor e coordenador, após o encerramento do ano letivo iniciando a partir do primeiro dia útil do ano subsequente.

Art. 7º - O processo de rematrículas e matrículas novas para o ano letivo escolar de 2024, dar-se-á por setores/ bairros de localização de cada unidade escolar:

Parágrafo Único – A rematrícula e matrículas novas serão de acordo como Art. 4 º, Inciso X da Lei 9394/96 (Priorizando os alunos que reside nos bairros/setores próximo da unidade escolar, sendo necessária a apresentação do comprovante de endereço no ato da matrícula).

§ 1°A EM Dona Antonieta Melges Camargo e CMEI Osvaldo Vicente de Almeida abrangendo os setores a seguir: Ribeirão Bonito ao Setor Rodoviário.

§ 2° A EM Maria do Socorro Luz Reis Leite e CMEI Eliseu dos Santos Neto abrangendo os setores a seguir: Ribeirão Cascalheira II ao Jardim América.

Art. 8º - A rematrícula para os alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Zona Urbana e Zona Rural, será no período de 27 de novembro a 22 de dezembro de 2024.

§ 1º - As novas matrículas para o corpo discente das unidades escolares serão entre os dias 0 3 /01 a 12/01/2024 (que moram nos bairros e setores próximos da unidade escolar)

§ 2º - As matrículas para o corpo discente das unidades escolares que não mora nos bairros/setores pertencentes às unidades escolares, serão entre os dias 15/01 a 19/01/2024.

§ 3º - Para efeito de previsão da composição de turmas e respectiva atribuição de classes e/ou aulas, serão consideradas as matrículas confirmadas até 19 de janeiro de 2024.

§ 4º - As unidades escolares deverão, pós rematrículas, reservar 10% das vagas geral no período vespertino para alunos que residem na zona rural (comprovação de endereço).

Art.9º-As Unidades Escolares da Rede Municipal, mesmo não tendo salas para atendimento AEE, não poderão deixar de realizar matricula dos mesmos.

Art.10º- O calendário elaborado e aprovado das Instituições de Ensino da Rede Municipal deverá ser apresentado a Comunidade Escolar até o 15º dia letivo para que tome conhecimento do mesmo.

Art.11º-Os calendários elaborados para o ano letivo de 2024 deverão ser apresentados ao Conselho Municipal de Educação para conhecimento.

Art.12º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação surtindo seus efeitos legais.

Art.13º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PORTARIA N° 183/2023 DATA: 17 DE NOVEMBRO DE 2023 "ALTERA A PORTARIA N° 178/2022, DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO

PORTARIA N° 183/2023

DATA: 17 DE NOVEMBRO DE 2023

"ALTERA A PORTARIA N° 178/2022, DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO PARA PROFESSORES EFETIVOS E/OU ESTÁVEIS E PARA OS PROFESSORES CANDIDATOS A CONTRATO TEMPORÁRIO PARA O ANO LETIVO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – MT, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber:

CONSIDERANDO a Lei de "Gestão Democrática da Educação Básica" de Ribeirão Cascalheira – MT, nº 446/2006;

CONSIDERANDO, a Lei nº 604/2011, Plano de Carreira dos Profissionais da Educação de Ribeirão Cascalheira – MT;

CONSIDERANDO a necessidade de fixar critérios para a formação do Quadro Docente à atribuição de Classe/ou Aulas na Rede Pública Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a necessidade de criar mecanismos que garantam o exercício da autonomia pedagógica administrativa das escolas;

CONSIDERANDO a necessidade, na medida do possível, de o professor exercer suas atividades em uma única escola;

CONSIDERANDO a Resolução nº 002/2015 – CEE/MT, Artigos 79º, as tarefas de recuperação de alunos, constantes no Artigo anterior, Inciso VI, são as estratégias de intervenção deliberadas no processo educativo, desenvolvido pela Unidade Escolar, como oportunidade de aprendizagem que leve os educandos ao desempenho esperado;

CONSIDERANDO a Resolução nº 009/2023 – CEE/MT que estabelece normas para a educação no sistema estadual de ensino.

CONSIDERANDO que a Administração Pública tem o dever de conduzir o processo educacional pós pandemia, com ações articuladas em regime de colaboração com o MEC e a SEDUC/MT, bem como promover capacitações aos Docentes com ênfase na alfabetização e letramento e redução da defasagem na aprendizagem.

CONSIDERANDO a adesão do Município aos Programas em regime de colaboração, Alfabetiza MT, Tempo de Aprender, Pacto pela Alfabetização e Programa a União Faz a Vida que visam o desenvolvimento de ações

RESOLVE:

Art. 1º - Implantar o processo de atribuições de classe e/ou aulas, conforme os conceitos básicos dispostos nesta Instrução Normativa.

§ 1º - Professor Efetivo – é o titular do cargo, quando nomeado por Ato Municipal em decorrência de aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos.

§ 2º - Professor Permutado – é o professor que faz parte do processo de reordenamento da rede Estadual para rede Municipal de ensino (processo realizado Município e SEDUC em 2021) atribuindo após o professor efetivo com a pontuação encaminhada pela assessoria pedagógica do estado.

§ 3º -Professor Interino – é o titular do cargo quando contratado para assumir aulas livres ou em substituição, amparado pela Lei nº 604/2011, Artigo 80º.

§ 4º -Os professores efetivos nas áreas especificas que fizerem parte do reordenamento da Rede Municipal de ensino com a rede Estadual/ SEDUC-MT (processo realizado Município e SEDUC em 2021), serão atribuídos conforme a regulamentação da SEDUC-MT

§ 5º -O prazo do contrato não poderá ultrapassar o ano civil, não podendo ser prorrogado.

Art. 2º - Haverá rescisão contratual mediante manifestação expressa do contratado, quando do retorno do profissional efetivo ao cargo, quando houver posse de novos concursados ou por determinação da Secretaria Municipal de Educação quando não houver cumprimento do que estabelece no Art. 4º, Parágrafo Quarto, Inciso I ao XIII; Art. 77 da Lei 604/2011 e Art. 128 da Lei 336/2002 e ao término do prazo contratual.

§ 1º – Havendo redução do número de alunos, acarretará na junção de salas e, por consequência a rescisão de contrato, observando os motivos da junção e a classificação de classes e/ou aulas de acordo com a legislação vigente.

§ 2º – O professor que não desenvolver sua função conforme exigido pela legislação vigente poderá ter suspensão salarial e/ou sofrer outras penalidades (como responder processo administrativo); no caso de contrato temporário, ser rescindido (Como: Hora Atividade, Diário Escolar, Planejamento, uso excessivo do celular, ausência nas Reuniões dentre outros previstos na Complementar nº 604/2011).

§ 3º – Quando o professor se recusar a participar das formações ou capacitações para os Programas dos quais o Município aderiu ou aderir, ou quando mesmo capacitado se recusar a desenvolver as ações dos referidos Programas.

§ 4º - Se o professor estiver com jornada dupla de trabalho e havendo incompatibilidade de horários para participar de encontro pedagógico, formação continuada, reuniões administrativas/pedagógicas, aulas de reforço e demais ações planejadas pela SME e instituição escolar na qual foi lotada.

Art. 3º -O regime de trabalho do professor fica constituído de acordo com a Lei Complementar nº 604/2011, conforme quadro abaixo:

REGIME	NÚMERO DE AULAS EM SALA	HORA ATIVIDADE
30 HORAS	20 HORAS	10 HORAS

§ 1º -As horas-aulas correspondem às horas-relógio (60 minutos).

§ 2º -O intervalo de tempo destinado ao recreio faz parte da atividade educativa (atividades com o educando) de acordo com o Artigo 8º da Resolução nº 002/2015 – CEE/MT.

§ 3º As horas atividades deverão ser cumpridas dentro do horário de funcionamento da escola, no período matutino das 07h00min às 11h00min e no vespertino das 13h00min as 17h00min, e com acompanhamento da direção escolar e/ou coordenação pedagógica.

§ 4º -Fica assegurado ao professor destinar 80% (oitenta por cento) para planejamento didático pedagógico e 20% (vinte por cento) da hora atividade semanal, ou seja, utilizar duas horas aulas para formação continuada.

§ 5º -Nos Centros Municipais de Educação Infantil, as horas atividades serão cumpridas dentro do horário de funcionamento no período matutino, das 07h00mim as 11h00min e no vespertino, das 13h00min as 17h00min, e com acompanhamento da direção e/ou coordenação escolar.

Art. 4º -São atribuições específicas do professor, além do previsto no Art. 4º, § 4 da Lei Municipal nº 604/2011:

I – Participar das capacitações e formações e execuções das ações do Programas os quais o Município aderiu ou aderir;

II – Recuperação contínua e paralela ao processo de aprendizagem do período letivo, oportunizando a aprendizagem e situações de superação aos educandos que permanecerem com dificuldades;

III – Identificação de cada educando com aproveitamento insuficiente referente a conhecimentos, competências, habilidades e conteúdo não assimilados;

IV – Estabelecimento de estratégias metodológicas pelo professor e provimento de meios para sua execução pelo Coordenador Pedagógico e pelo Diretor da Unidade Escolar;

V – Registro dos novos resultados, após a avaliação, substituindo os anteriormente anotados nos registros escolares;

VI – Que o professor atribua nas turmas de alfabetização tendo ciência do trabalho de alfabetização que deverá ser realizado.

Art. 5º- O cumprimento da jornada de trabalho dos professores ficará sob a responsabilidade da Equipe Gestora da Unidade Escolar.

Art. 6º- Para efeito da atribuição de classes e/ou aulas serão consideradas livres as classes e/ou aulas existentes nas Unidades Escolares decorrentes das matrículas efetuadas que não forem atribuídas para os professores efetivos.

Art. 7º -Fica assegurada igualdade de condições no processo de atribuição de classes e/ou aulas os professores oriundos das Unidades Escolares que sofrerem alterações decorrentes do processo de planejamento de matrícula (polarização), após apresentação do atestado de vaga.

§ 1º -Constituem prioridades no processo de atribuição de classes e/ou aulas:

a) Do titular do cargo habilitado, sobre o professor concursado em outro nível e habilitado;

b) Os professores capacitados nos Programas oferecidos pela rede municipal em 2022/2023 para alfabetização e letramento com ênfase na redução da defasagem de aprendizado para as turmas da Pré – Escola II, 1º e 2º ano.(os que obtiveram avaliação satisfatória)

Art. 8º - O processo de classificação e atribuição de classes e/ou aulas obedecerá às seguintes etapas:

I – Edital: Compete aos Diretores das Unidades Escolares afixarem em lugar visível, edital de informações aos professores efetivos da Unidade Escolar.

II – Período de Inscrição: É o período em que o professor, fará a sua respectiva inscrição para efeito de classificação e atribuição de classes e/ou aulas.

III – Classificação: A Comissão de Trabalho far-se-á publicar, através de afixação em lugar visível, a lista do resultado de classificação dos professores efetivos.

IV – Quadro de Classes ou Aulas Livres, este quadro será afixado em lugar visível na Secretaria Municipal de Educação e nas Unidades Escolares, e nele deverá constar a distribuição das classes pelos diferentes turnos de funcionamento, bem como o número de cada disciplina ou área.

V – Atribuição de Classes ou Aulas Municipais – Realizar-se-á em sessão pública com todos os professores efetivos inscritos, de acordo com a sua classificação tomando conhecimento da Unidade Escolar onde será lotado.

Art. 9º - O professor efetivo e/ou candidato ao cargo de professor fará a inscrição:

I – No e-mail inscricoes.educacao.rc2022@gmail.com ;

II – Na habilitação específica ao cargo para o qual foi nomeado, ou adquiriu habilitação.

III – No período estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a Portaria nº 175/2022.

IV – No ato da inscrição será exigido documentos digitalizados anexados em um único PDF:

Ficha de inscrição

Certidão de Nascimento/Casamento;

Carteira de Identidade;

Cadastro de Pessoa Física (CPF);

PIS / PASEP;

Carteira de Reservista (para homens);

Título de Eleitor e comprovante de votação (última eleição);

Documentos de Escolaridade (Diploma/Certificado ou Histórico/Declaração de Conclusão);

Certificados na área específica da Educação;

Atestado funcional dos períodos trabalhados na Rede Municipal.

Certificados de formação continuada dos últimos 3 anos (ou do último ano para quem fez inscrição no processo de 2023);

Qualquer documento que comprove a aposentadoria (caso de ser aposentado);

Declaração de vacinas obrigatórias, do adulto, em dias expedida pelo setor responsável da secretaria municipal de saúde.

§ 1º - Aos professores que já passaram pelo processo de atribuição de anos anteriores, só serão necessários a apresentação de documentos novos, certificados de formação continuada do último ano, atestado funcional de 2023 e diploma ou declaração de conclusão de curso superior se tiver sido concluído em 2022/2023 e que se não tiver na pasta do candidato.

§ 2º - No ato da inscrição, o candidato irá preencher a declaração contendo a relação de documentos que serão anexados para incluir a sua contagem de pontos.

§ 3º -No ato da inscrição, o candidato assinará um termo de compromisso pelo não acúmulo de cargo, conforme CF, Artigo 37º, responsabilizando-se para que no dia da atribuição, apresente documento comprobatório (cópia da ata de atribuição em outra instituição) à comissão de atribuição.

§ 4º - O professor aposentado, independente do regime de aposentadoria, deverá informar sua condição de aposentado, apresentando qualquer documento hábil que comprove sua aposentadoria. Poderá participar do processo da atribuição de aulas, com os mesmos direitos dos profissionais interinos aposentados, considerando o seu tempo de serviço a partir da data de aposentadoria.

§ 5º - A ausência de informações ou documentos probatórios da aposentadoria acarretará em indeferimento da inscrição.

Art. 10º - O processo de classificação e atribuição de classes e/ou aulas dos inscritos ao cargo de professor efetivo, deverá ocorrer dentro do prazo estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 11º - A sessão pública de atribuição de classes e/ou aulas será marcada previamente, de acordo com a Portaria nº 175/2022 com antecedência mínima de 48 horas (quarenta e oito), especificando o horário e o local de realização da sessão.

Art. 12º - Ocorrendo necessidade legal e interesse da escola, para a qualificação profissional de professor, segundo a Lei nº 9.394/96, a Secretaria Municipal fará o remanejamento interno do quadro de docente.

Art. 13º - Havendo necessidade de junção das salas de aulas, devido a redução do número de alunos, assumirá a sala o professor titular do cargo, observando a classificação de atribuição de classes e/ou aulas.

§ Único -Em se tratando de dois professores efetivos, a Secretaria Municipal de Educação designará o professor remanescente para outra classe, atribuída ao professor contratado ou para outra Unidade Escolar ou desempenho em outra função.

Art. 14º -O professor que esteja em processo administrativo ou teve processo administrativo ficará impedido de ser atribuído.

Art. 15º -Encerrado o processo de atribuição de classes e/ou aulas, a Secretaria Municipal de Educação deverá encaminhar o quadro demonstrativo de recursos humanos, com a atribuição de classes e/ou aulas destinada à Unidade Escolar:

Art. 16º -Para efeito de atribuição de classes e/ou aulas, o professor será classificado de acordo com a seguinte pontuação:

I – Tempo de Serviço:

a) Em exercício no Magistério Público do Município de Ribeirão Cascalheira (professor em sala de aula, professor na função de coordenador ou diretor ou assessor pedagógico) – 1,0 (um) ponto por ano de trabalho e fracionado de acordo com os meses trabalhados no ano letivo escolar.

b) Aos professores designados: para o órgão central, assessoria pedagógica, disposição da Secretaria Municipal de Educação, Programas em regime de colaboração ou disponibilidade classista de acordo com a Lei, quando do seu retorno a Unidade Escolar – 1,0 (um) ponto por ano trabalhado.

c) Serão contados 2,0 (dois) pontos no corrente ano letivo para o profissional que mora na Zona Rural e inscrito na Escola de sua região, conforme lei nº 446/2006.

II – Formação/Titulação: contar-se-á conforme especificado no quadro a seguir, considerando a maior graduação e habilitação específica na área da Educação:

FORMAÇÃO	ESCOLARIDADE	PONTUAÇÃO
Licenciatura	Mestrado/Doutorado	55 pontos
	Especialização	45 pontos
	Licenciatura Plena	35 pontos
	Estar cursando Licenciatura Plena, a partir do 5º (quinto) semestre (em anexo o boletim dos semestres anteriores).	10 pontos
Magistério	Magistério com estudos adicionais.	06 pontos
Ensino Médio	Curso normal	05 pontos

III – Qualificação Profissional complementar:

a) Os cursos e certificados de atualização pedagógica deverão contar, no máximo, 10 (dez) pontos, independentemente do número de cursos efetuados pelo Profissional da Educação.

b) Os certificados de cursos de atualização pedagógica serão considerados, somente, os emitidos nos últimos 03 (três) anos, desde que, relativos à Educação ou área de atuação profissional da educação que tenha conteúdos e registro do órgão normatizador, ou código verificador de autenticidade.

c) Pelo menos dois membros da Comissão deverão checar a veracidade ou falsidade do documento no verso, assinando na ficha do candidato o que foi certificado.

d) Em hipótese alguma serão aceitos certificados com nomes abreviados, incompletos ou apenas com o prenome do candidato.

Certificado na área específica da Educação, onde constam obrigatoriamente os conteúdos trabalhados até 199 (cento e noventa e nove) horas. Obtém-se os pontos através do resultado da somatória dos certificados, dividido por 40.	**Obtêm-se os pontos através do resultado da somatória dos certificados, divididos por 40 (quarenta).**
Sendo que certificados, que tenha acima de 200 (duzentas) horas.	Contará 01 ponto por certificado dentro dos 10 pontos.

Art. 17º -Quando na apuração final dos pontos, ocorrer empate entre os professores, para efeito de desempate, serão observados critérios do Art. 154 da Lei 446/2006.

Art 18º – O professor que foi atribuído no ano de 2023 e desistiu e/ou foi exonerado da sala, se fizer inscrição para professor, será indeferida sua inscrição.

Art. 19º - No ato da inscrição o candidato não poderá modificar os itens na ficha, na ocorrência de ter sido modificado, sua inscrição será indeferida.

Art. 20º- Os afastamentos durante o período de trabalho deverão estar de acordo com a Lei nº 604/2011, Artigo 59º, 62º e 69º, E do decreto nº 1749/2018 de 14/set/2018 e instrução normativa nº 001/2018 de 14/set/2018.

Parágrafo 1º – A falta injustificada no trabalho incide-se sob o corte do ponto e remuneração, em que acima de três faltas sofrerá medidas previstas na Lei.

Parágrafo 2º - Não será permitida troca de dias de trabalho entre funcionários a não ser as trocas permitidas por lei devendo a gestão escolar estar ciente, caso contrário os envolvidos serão penalizados conforme orientação e/ou lei vigente.

Art. 21º – O professor inscrito para contrato temporário após atribuição terá que fazer exame admissional conforme orientação contida no oficio DRH nº 26/2023 do dia 18 de outubro de 2023 -Recursos Humanos da PM e oficio nº 64/PMRC/ADM/2023 do dia 23 de outubro de 2023 da Secretaria de administração da PM, que trata do exame admissional que deverá ser feito apenas por médico perito.

Art. 22° – Para efeito de gozo da licença eleitoral, o professor efetivo deverá gozar até o ano subsequente ao ano da eleição; No caso do professor contratado, deverá gozar dos dias conforme cronograma da unidade escolar na qual trabalha, no mesmo ano da eleição.

Parágrafo único: o não gozo da licença eleitoral como citado no caput deste artigo, acarretará a perda da licença acima citada.

Art. 23º – O professor, após 60 (sessenta) dias de trabalho, será avaliado seu desempenho pedagógico, ética profissional, interação professor x aluno na turma na qual atribuiu, como também o uso dos recursos tecnológicos digitais e o uso excessivo do celular.

Parágrafo único – A avaliação não satisfatória, prejudicando o bom andamento da instituição como também o não aprendizado dos alunos, poderá acarretar exoneração.

Art. 24º –Esta Portaria se aplica em todas as Unidades Escolares Públicas de Ensino Fundamental.

Art. 25º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos legais a partir do ano de 2024 e revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

FICHA DE INSCRIÇÃO

ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS PARA 2024

PROFESSOR/A

HABILITAÇÃO/FORMAÇÃO:_____

_____

Pós em: _____

Atuação na ( ) Educação Infantil

continuar turmas Pré-escola II ( ) sim ( ) não

( ) Ensino Fundamental I

Quero continuar turmas de 1º e 2º ano EF ( ) sim ( ) não

CONCORRENDO PARA ESCOLAS:

( ) Urbanas

( ) Rurais - Qual: -

_____

1 - DADOS PESSOAIS			
NOME:			
RG:	DATA DE EXPEDIÇÃO:		
CPF:	PIS/PASEP:		
TITULO DE ELEITOR:	ZONA:	SEÇÃO:	UF:
DATA DE NASCIMENTO:			
NATURALIDADE:			
ENDEREÇO:			
BAIRRO:	MUNICIPIO: Ribeirão Cascalheira-MT		
FONE:	CELULAR:		
E-MAIL:			

SITUAÇÃO FUNCIONAL NA REDE MUNICIPAL	
( ) Efetivo ( ) Contratado	

Termo de compromisso

Estou ciente das portarias, dos direitos, deveres e de meu compromisso na função inscrita e atribuído/a cumpri-los: como participar das reuniões, encontros de formação, eventos da instituição/SME entre outros previstos em lei; da E do decreto nº 1749/2018 de 14/set/2018 e instrução normativa nº 001/2018 de 14/set/2018. como também me comprometo se, no dia da referida atribuição, se possuir vínculo empregatício em outro órgão/instituição, apresentar documento comprobatório. Havendo vinculo e não apresentar documento a comissão de atribuição, e o não cumprimento de minha função (quando atribuído), estou ciente de que poderei sofre penalidades (podendo ser exoneração, processo administrativo...).

Ribeirão Cascalheira, _____ de dezembro de 2023.

_____

Assinatura do Profissional

EDITAL Nº 01/2023-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 01/2023-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – MT, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber, torna pública a Comissão de Contagem de Pontos e Atribuição, as Portarias do Processo de Inscrição e Atribuição de Cargos/aulas para os Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2024.

I – Portaria de nº 178/2023/GP/PMRC, que dispõe sobre a nomeação dos membros para composição da Comissão de Contagem de Pontos, Atribuição de Cargos, Classes e/ou Aulas dos Profissionais da Educação para o ano letivo de 2024.

II - Portaria de nº 179/2023, que dispõe sobre o Calendário Escolar para o ano letivo de 2024 e dá outras providências.

III - Portaria de nº 180/2023, que dispõe sobre os critérios para composição de turmas e organização do Quadro de Pessoal das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo de 2024 e dá outras providências.

IV - Portaria de nº 181/2023 , que dispõe sobre as datas para Inscrição e Atribuição de Classes e/ou Aulas e Cargos na Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2021 e dá outras providências.

V - Portaria de nº182/2023, que dispõe sobre o processo de classificação para Atribuição de Cargos Administrativos Educacionais na Rede Pública Municipal de Ensino para Funcionários Efetivos e/ou Estáveis e para Funcionários candidatos a contrato temporário para o ano letivo de 2024 e dá outras providências.

VI - Portaria de nº 183/2023, que dispõe sobre orientações para o cumprimento da Hora Atividade dos Professores da Rede Pública Municipal de Ribeirão Cascalheira – MT para o ano letivo de 2024 e dá outras providências.

VII - Portaria de nº 184/2023, que dispõe sobre processo de classificação para Atribuição de Classes e/ou aulas na Rede Pública Municipal de Ensino para Professores Efetivos e/ou Estáveis e para os Professores candidatos a contrato temporário para o ano letivo de 2024 e dá outras providências.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ribeirão Cascalheira-MT,17 de novembro de 2023.

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

PORTARIA N° 180/2023 DATA: 17 DE NOVEMBRO DE 2023 "ALTERA A PORTARIA Nº 175/2022, E DISPÕE SOBRE AS DATAS PARA INSCRIÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE CLASSES

PORTARIA N° 180/2023

DATA: 17 DE NOVEMBRO DE 2023

"ALTERA A PORTARIA Nº 175/2022, E DISPÕE SOBRE AS DATAS PARA INSCRIÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS E CARGOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – MT, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber:

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no Artigo 11, Inciso I, III da lei nº 9.394/96;

CONSIDERANDO a lei de "Gestão Democrática da Educação Básica" de Ribeirão Cascalheira – MT, nº 446/2006;

CONSIDERANDO a Lei nº 604/2011, Plano de Carreira dos Profissionais da Educação de Ribeirão Cascalheira – MT;

CONSIDERANDO a necessidade do planejamento para o Processo de Atribuição de Classes e/ou Aulas e Cargos para o ano letivo de 2024;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de organizar o quadro das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino,

RESOLVE:

Art.1º-Determinar o período de inscrição:

Do dia 01 de dezembro as 00h01 minutos até o dia 11 de dezembro de 2023 as 23h59 minutos, inscrição da zona urbana e zona rural.

As Inscrições dos Profissionais da Educação, serão efetuadas somente por meio fará sua inscrição através do e-mail: inscricoes.educacao.rc2022@gmail.com entre 00h01 do dia 01 de dezembro de 2023 até às 23h59 do dia 11 de dezembro de 2023.

Parágrafo Único –As inscrições e a contagem só será feita mediante a documentação solicitada na Portaria de nº 176/2022 e Portaria nº 178/2022 no ato da inscrição. Portanto, o deferimento ou indeferimento serão apresentados no ato da publicação da classificação geral.

Art.2º-Fixar a data de 01 a 11/12/2023, inscrição da zona urbana e inscrição da zona rural, para contagem de pontos pela Comissão, que será analisada após a inscrição do e-mail: inscricoes.educacao.rc2022@gmail.com

Art. 3º- A publicação da contagem de pontos dar-se-á no dia 09/01/2024, no horário de expediente, das Instituições Públicas Municipais de Ensino.

Parágrafo Único – Os inscritos terão prazo de 02 (dois) dias úteis, após a publicação, para recorrer sobre o resultado da pontuação no e-mail inscricoes.educacao.rc2022@gmail.com .

Art.4º- Com base no planejamento de turmas compostas, previstas, a atribuição de classes e/ou aulas e cargos dar-se-á nas seguintes datas:

Primeira Etapa Efetivos – ocorrerá na Secretaria Municipal de Educação:

No dia 23/01/2024 no período matutino, a partir das 07h30min para Técnicos Administrativos Educacionais (Técnicos das Secretarias de escolas, TDIs e Multimeios Didáticos), professores logo após os professores permutados (Professores do Estado/SEDUC-MT vindo através do reordenamento município/estado); Apoio Administrativo Educacional: Nutrição, Limpeza, Vigia) efetivos da zona urbana e rural.

Parágrafo Único –Aos profissionais cedidos da Secretaria de Administração para Secretaria de Educação, na função de Apoio Administrativo Educacional – Transporte Escolar serão atribuídos junto com os profissionais de carreira da Secretaria Municipal de Educação.

Segunda Etapa Contratos Temporários–ocorrerá na Secretaria Municipal de Educação (observando o parágrafo 2º do artigo 4º).

No dia 24/01/2024, no período matutino, a partir das 07h30min para Técnicos Administrativos Educacionais: Técnicos das Secretarias de escolas, Multimeios Didáticos, TDIs, e cargo de professores; no período vespertino, a partir das 13h30min, para atribuição de Cargos dos Apoio Administrativo Educacional: Nutrição, Limpeza, Vigia e Transporte Escolar(motoristas) candidatos a contratos temporários da zona urbana e rural.

§ 1º - Ficam isentos de participar do Processo de Atribuição, os Profissionais que estão exercendo em regime de colaboração, permutados (professores efetivos da rede municipal com formação em áreas especificas que fazem parte do reordenamento município/estado SEDUC-MT), cedidos, mandato classista.

§ 2º - Os professores pedagogos efetivos do Estado/SEDUC-MT que fazem parte do processo de reordenamento não irão participarão do processo de contagem de pontos da rede municipal, irão participar somente da atribuição como prevê na portaria nº 178/2022.

§ 3º - As escolas municipais da zona urbana não ofertarão turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II, por esse motivo não haverá inscrição para professores com formação em áreas especificas para a sede do município, somente para Escolas do Campo.

Art. 5º- Encerrado o processo de inscrição, a Secretaria Municipal de Educação deverá encaminhar as Unidades Escolares a relação nominal dos profissionais inscritos, com as respectivas habilitações e pontuação alcançada e deverá publicar em sites oficiais e fazer a publicidade nos murais públicos do município.

Art.6º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação surtindo seus efeitos legais a partir do ano de 2024.

Art.7º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PORTARIA N° 184/2023 DATA: 17 DE NOVEMBRO DE 2023 "DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL PARA O ANO LETIVO

PORTARIA N° 184/2023

DATA: 17 DE NOVEMBRO DE 2023

“DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL PARA O ANO LETIVO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal do Município de Ribeirão Cascalheira – MT, no uso das atribuições legais, faz saber:

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394/96 e os dispostos na Resolução nº 04/2009 – CNE, Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº 11/2010;

CONSIDERANDO a Resolução Normativa nº 001/2012/CEE/MT, a qual fixa normas para oferta da Educação Especial na Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a necessidade de definir critérios que visem organizar o Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncional.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o processo de atribuição do Professor na Sala de Recursos Multifuncional do Atendimento Educacional Especializado, conforme os conceitos básicos dispostos nesta Portaria.

Parágrafo primeiro – Os alunos de AEE devidamente matriculados na Rede Municipal de Ensino deverão ser assistidos pela a sala de recurso mesmo sendo em outra Unidade de Ensino.

Parágrafo segundo – Para 2024 serão abertas duas salas de recursos multifuncional: uma na Escola Municipal “Profª Mª do socorro Luz Reis Leite” que atenderá os alunos da referida escola e os alunos da CMEI “Eliseu dos Santos Neto” e uma sala na Escola Municipal “D. Antonieta Melges Camargo” que atenderá os alunos da referida escola e os alunos da CMEI “Osvaldo Vicente de Almeida”.

Parágrafo terceiro – Será atribuído um professor por sala multifuncional.

Art. 2º O aluno AEE com (atendimento educacional especializado), incluso nas escolas municipais de ensino regular, organizada por Ciclo de Formação Humana **poderá ser retido somente até dois anos em cada ciclo,** quando não atingir o mínimo de proficiência desejável para o Ensino Fundamental, porém não poderá ser retido duas vezes na mesma fase do Ensino Fundamental, observando-se as seguintes idades:

I - 1° Ciclo - até 10 anos;

II - 2° Ciclo - até 15 anos;

III - 3° Ciclo - até 20 anos.

Art. 3º O aluno com altas habilidades/superdotação, poderá avançar em mais de um ano de escolaridade de uma só vez, de acordo com o diagnóstico levantada pelo professor e pela equipe gestora da escola, desde que haja referendo através de avaliação e parecer do Núcleo de Altas Habilidades/Superdotação - Equipe Multifuncional da SME.

Art. 4º - O professor do Atendimento Educacional Especializado tem como função complementar e suplementar a formação do aluno por meio de disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. O número de alunos a serem atendidos nesse serviço será de no mínimo 01 (um) e, no máximo 05 (cinco) alunos por subturma, sendo constituídas quantas subturmas forem necessárias nos turnos de funcionamento, conforme agendamento do professor no contra turno do ensino regular do aluno. (20 alunos – número máximo da turma)

§ **1º –** Para fins desta Portaria, consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação.

§ **2º**- Cada aluno deverá ser atendido no mínimo duas vezes na semana, devendo ser 2 (duas) horas diárias e considerando a organização de até cinco alunos em cada subturma;

Art. 5º - Para participar do Processo de Atribuição para Atendimento Educacional (Sala de Recursos Multifuncional) o candidato deve:

I – Ser Professor;

II – Ser habilitado em nível de Licenciatura Plena em Pedagogia;

III – Ter habilidades em multimeios;

IV - Ter experiência docente, no mínimo, de dois anos em sala de aula;

V – Ter cursos de formação continuada ofertados pelo MEC em Educação Especial, Educação Inclusiva ou de acordo com as áreas de conhecimento e necessidades educativas do educando:

a) Comunicação aumentativa e alternativa.

b) Sistema de Braile.

c) Orientação e mobilidade.

d) Soroban.

e) Atividades da vida diária.

f) Ensino da língua brasileira de sinais – LIBRAS.

g) Ensino da língua portuguesa para surdos.

h) Atividades cognitivas.

i) Aprofundamento e enriquecimento curricular.

Art. 6º - Não poderão concorrer na função do Professor do Atendimento Educacional Especializado os professores que estiverem nas situações abaixo:

I – Em processo de aposentadoria para o ano de 2024.

II – Em readaptação de função.

III – Quem não tem disponibilidade no período diurno (matutino e vespertino) para atender exclusivamente a Sala de Recursos Multifuncional e fazer interlocução com os professores da sala regular.

IV – Em constantes Licenças para tratamento de saúde (atestados médicos somando 30 (trinta) dias) no caso de ter atuado durante o ano letivo de 2023 na educação de Ribeirão Cascalheira.

V - Servidora gestante com programação de agendamento de licença gestacional durante o ano letivo.

VI – Gozar Licença Prêmio durante ano de 2024.

VII – Aposentar- se.

Art. 7º - O candidato interessado na Sala de Recursos Multifuncional estará enviando currículo documentado no e-mail inscricoes.educacao.rc2022@gmail.com do dia 08 de janeiro de 2024 as 00h01min até o dia 15 de janeiro de 2024 às 23h59min.

§ 1º - O candidato que pleitear a sala de recursos multifuncional deverá enviar junto do currículo documentado um projeto didático pedagógico a ser desenvolvido na sala de recursos e ser conhecedor das atribuições elencadas nessa portaria.

§ 2º - O resultado da análise dos currículos serão divulgados no dia 17 de janeiro de 2024 até as 17h00min pelas redes sociais, grupos de whatsApp e outros.

Paragrafo único: Será levado em consideração a avaliação de desempenho do trabalho que já tenha sido realizado em sala de recurso multifuncional e ou em acompanhamento com alunos AEE.

Art. 8º - Ocorrendo necessidade legal e interesse da escola, para a qualificação profissional de professor, segundo a Lei de Diretrizes e Bases Nacional nº 9.394/96, a mesma fará o remanejamento interno.

Art. 9º - A elaboração e execução do Plano de Atendimento Educacional Especializado são de competência **do Professor** que atua na sala de recursos multifuncional, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da Saúde, da Assistência Social, entre outros necessários ao atendimento.

Art. 10º - O professor da Sala de Recursos Multifuncional terá as seguintes atribuições:

a) Articular com gestores e professores a elaboração do PPP, numa perspectiva inclusiva, onde a escola deve prever a oferta dos serviços da educação especial em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 10.172/2001 que assegura aos estudantes com deficiência a acessibilidade e a permanência na escola;

b) Identificar, elaborar, e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (SEESP/MEC, 2008).

c) Produzir, bem como, orientar a produção de materiais tais como textos transcritos, materiais didático-pedagógicos adequados, textos ampliados, gravados, como, também, poderá indicar a utilização de softwares e outros recursos tecnológicos disponíveis (MEC/SEESP,2010);

d) Elaborar e executar o Plano do Atendimento Educacional Especializado - AEE, conforme a necessidade e a especificidade de cada aluno, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos educacionais e de acessibilidade;

e) Organizar, em conjunto com a Coordenação Pedagógica e Equipe Multifuncional o cronograma de atendimento dos alunos;

f) Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola (MEC/SEESP,2009);

g) Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, uma vez ao mês, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade (MEC/SEESP,2009);

h) Estabelecer canal de diálogo permanente com os professores da sala de aula regular e famíliar, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares;

j) Orientar os demais professores e as famílias para o seu envolvimento e participação no processo educativo, sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia;

k) Indicar e orientar o uso de equipamentos específicos e de outros recursos existentes no contexto familiar e na comunidade;

l) Articular, juntamente com a Equipe Gestora e Equipe Multifuncional ações sincronizadas sem perder o foco do AEE, na medida em que a participação de outros atores amplia o caráter interdisciplinar do serviço (Adaptado de MEC, SEESP, 2010).

Art. 11º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos legais a partir do ano de 2024.

Art. 12º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Ribeirão Cascalheira – MT 17 de Novembro de 2023**.**

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

FICHA DE INSCRIÇÃO

ATRIBUIÇÃO NA SALA MULTIFUNCIONAL/2024

PROFESSOR/A

HABILITAÇÃO/FORMAÇÃO:-

_____

_____

____

CONCORRENDO:

Sala Multifuncional – _____

1 - DADOS PESSOAIS			
NOME:			
RG:	DATA DE EXPEDIÇÃO:		
CPF:	PIS/PASEP:		
TITULO DE ELEITOR:	ZONA:	SEÇÃO:	UF:
DATA DE NASCIMENTO:			
NATURALIDADE:			
ENDEREÇO:			
BAIRRO:	MUNICIPIO:		
FONE:	CELULAR:		
E-MAIL:			

SITUAÇÃO FUNCIONAL NA REDE MUNICIPAL
( ) Efetivo ( ) Contratado

Termo de compromisso

Estou ciente das portarias, dos direitos, deveres e de meu compromisso na função inscrita e atribuído/a cumpri-los, como também comprometo-me se, no dia da referida atribuição, possuir vinculo empregatício em outro órgão/instituição, apresentar documento comprobatório. Havendo vinculo e não apresentar documento a comissão de atribuição, e o não cumprimento de minha função (quando atribuído), estou ciente de que poderei sofre penalidades.

Ribeirão Cascalheira, _____ de dezembro de 2023.

_____

Assinatura do Profissional

PORTARIA N° 179/2023 DATA: 17 DE NOVEMBRO DE 2023 "ALTERA A PORTARIA N. 174/2022,DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA COMPOSIÇÃO DE TURMAS E ORGANIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DAS UNIDADES ESCOLARES

PORTARIA N° 179/2023

DATA: 17 DE NOVEMBRO DE 2023

"ALTERA A PORTARIA N. 174/2022,DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA COMPOSIÇÃO DE TURMAS E ORGANIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – MT, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber:

CONSIDERANDO a lei de "Gestão Democrática da Educação Básica" de Ribeirão Cascalheira –MT, nº 446/2006;

CONSIDERANDO a Lei nº 604, de 20 de setembro de 2011, Plano de Carreira dos Profissionais da Educação de Ribeirão Cascalheira–MT;

CONSIDERANDO a Resolução nº 009/2023 – CEE/MT que estabelece normas para a educação no sistema estadual de ensino.

CONSIDERANDO a necessidade de definir critérios que visem a composição de turmas das Unidades Escolares Municipais e a organização dos respectivos Quadros de Pessoal;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer mecanismos que garantam o exercício da autonomia pedagógica administrativa das Unidades Escolares Municipais.

RESOLVE:

Art.1º-Estabelecer que seja da competência do Diretor da Unidade Escolar e do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, a composição das turmas e a organização do Quadro de Pessoal, mediante o número de matrículas existentes nos turnos de funcionamento da Escola, conforme a necessidade da Rede Pública Municipal.

Art. 2º - A composição das turmas e a organização do Quadro de Pessoal serão feitas com base no número de alunos, por turma, efetivamente matriculados (frequentes), levando em Consideração o ato da matricula para aplicar o processo de enturmarão de fase/ano de cada aluno.

I –Na Educação Infantil: a) Berçário I (crianças de três meses a seis meses) de 08 a 10 crianças; b) Berçário II (crianças de seis meses a um ano) de 08 a 10 crianças; c) Maternal I (crianças de um ano a um ano e onze meses) de 18 a 22 alunos; d) Maternal II (crianças de dois anos a dois anos e onze meses) de18 a 22 alunos; e) Maternal III (crianças de três anos a três anos e onze meses) de 23 a 25 alunos; f) Pré-Escola I (crianças de quatro anos e 11 meses) de 25 a 27 alunos; g) Pré-Escola II (crianças de cinco anos e 11 meses) de 20 a 22 alunos.

Parágrafo único – As turmas de Pré–Escola II não será atribuído TDI's (Técnicos em Desenvolvimento Infantil).

Na Educação Infantil com as seguintes especificações: II - CMEI Osvaldo Vicente de Almeida: a) Berçário –2 turmas (integral); b) Maternal I– 2 turmas (integral); c) Maternal II – 2 turmas (integral); d) Maternal III – 1 turma (integral) e 2 turmas parcial uma matutino e uma vespertino;

III – No CMEI Eliseu dos Santos Neto:

a) Maternal I - 1 turma integral e uma turma parcial vespertino b) Maternal II –1 turma integral e uma turma parcial matutino c) Maternal III- 2 turmas (uma no matutino e uma no vespertino); II – No Ensino Fundamental com as seguintes especificações: a) Pré-Escola I - 02 (duas) turmas: de 25 a 27 alunos na EM "Professora Maria do Socorro e 02 (duas) turmas: de 25 a 27 alunos na EM "Dona Antonieta Melges Camargo" b) Pré-Escola II - 03 (três) turmas: de 20 a 22 alunos na EM "Professora Maria do Socorro e 02 (duas) turmas: de 20 a 22 alunos na EM "Dona Antonieta Melges Camargo" c) 1º Ciclo 1ª Fase (1º ano): 02 (duas) turmas: de 23 a 24 alunos na EM "Professora Maria do Socorro Luz Reis Leite" e 02(duas) turma: de 23 a 24 alunos na EM "Dona Antonieta Melges Camargo". d) 1º Ciclo 2ª Fase (2º ano): 02 (duas) turmas: de 23 a 25 alunos na EM "Professora Maria do Socorro Luz Reis Leite" e 02 (duas) turmas: de 23 a 25 alunos na EM "Dona Antonieta Melges Camargo". e) 1º Ciclo 3ª Fase (3º ano): 02 (duas) turmas: de 24 a 26 alunos na EM "Professora Maria do Socorro Luz Reis Leite" e 03 (três) turmas: de 24 a 26 alunos na EM "Dona Antonieta Melges Camargo". f) 2º Ciclo 1ª Fase (4º ano): 02 (duas) turmas: de 25 a 27 alunos na EM "Professora Maria do Socorro Luz Reis Leite" e 02(duas) turmas: de 25 a 27 alunos na EM "Dona Antonieta Melges Camargo". g) 2º Ciclo 2ª Fase (5º ano): 03 (três) turmas: de 25 a 27 alunos na EM "Professora Maria do Socorro Luz Reis Leite" e 02(duas) turma: de 25 a 27 alunos na EM "Dona Antonieta Melges Camargo".

§ 1º - A EM "Dona Antonieta Melges Camargo", ofertará, no período matutino e vespertino: Pré – Escola I, Pré – Escola II, 1º Ciclo 1ª fase (1ºano), o 1º Ciclo 2ª fase (2ºano), o 1º Ciclo 3ª fase (3ºano), o 2º Ciclo 1ª fase (4ºano) e 2º Ciclo 2ª Fase (5ºano).

§ 2º - A EM "Professora Maria do Socorro Luz Reis Leite", ofertará, no período matutino e vespertino: Pré – Escola I, Pré – Escola II, 1º Ciclo 1ª fase (1ºano), o 1º Ciclo 2ª fase (2ºano), o 1º Ciclo 3ª fase (3ºano), o 2º Ciclo 1ª fase (4ºano) e 2º Ciclo 2ª Fase (5ºano).

§ 3º Nas unidades escolares que não conseguirem fechar o número de aluno por turma será feito a junção na escola onde tiver o maior número de alunos devidamente matriculados.

§ 4º A EM "Professora Maria do Socorro Luz Reis Leite" e na EM "D. Antonieta Melges Camargo" ofertarão no período diurno a Sala Multifuncional.

III – Na Educação Escolar do Campo: A) EMC "Joaquim Vieira Barros": a) Multi- infantil (crianças de 04 a 05 anos) de 10 (dez) a18 alunos; b) 1º Ciclo, 1ª, 2ª e 3ªFases: de 23 a 25 alunos por turma; c) 2º Ciclo 1ª, 2ª e 3º Fases: de 23 a 27 alunos por turma; d) 3º Ciclo 1ª, 2ª e 3ª Fases: de 25 a 27 alunos por turma.

Das salas anexas na Fazenda Aruanã:

a) Multi- infantil (crianças de 04 a 05 anos e 1º fase do 1º ciclo): de 10 (dez) a18 alunos; b) 1º Ciclo, 2ª e 3ªFases: de 23 a 25 alunos por turma c) 2º Ciclo 1ª, 2ª e 3º Fases: de 23 a 27 alunos por turma; d) 3º Ciclo 1ª, 2ª e 3ª Fases: de 25 a 27 alunos por turma.

Parágrafo único: do 2º ciclo, 1ª fase ao 3º ciclo 3ª Fase, o professor que for atribuir em uma determinada disciplina na 1º fase do 2º ciclo o mesmo será atribuído na mesma disciplina em todas as demais turmas.

B) EMC Primorosa: a) Multi- infantil (crianças de 04 a 05 anos): de 10(dez) a 18 alunos; b) 1º Ciclo, 1º, 2ª e 3ªFases: de 23 a 25 alunos por turma; c) 2º Ciclo 1ª, 2ª e 3ª Fases: de 23 a 27 alunos por turma; d) 3º Ciclo 1ª, 2ª e 3ª Fases: de 25 a 27 alunos por turma.

Parágrafo único: do 2º ciclo, 1ª fase ao 3º ciclo 3ª Fase, o professor que for atribuir em uma determina da disciplina na 1º fase do 2º ciclo o mesmo será atribuído na mesma disciplina em todas as demais turmas.

C) EMC "Tancredo Neves": a) Multi – infantil (crianças de 04 e 05 anos) à 1ª fase do 2º ciclo, alunos por turma: de 10 a 18 alunos; b) Multi – faseada, 2º Ciclo, 2ª e 3ª Fases, e 3º Ciclo 1ª, 2ª e 3ª Fases: de 15 a 23 alunos por turma;

Parágrafo único: do 2º ciclo, 1ª fase ao 3º ciclo 3ª Fase, o professor que for atribuir em uma determinada disciplina na 1º fase do 2º ciclo o mesmo será atribuído na mesma disciplina em todas as demais turmas.

D) EMC "Manoel da Silva Rocha": a) Educação infantil – creche (crianças de 02 anos a 3 anos e 11 meses): de 15 a 20 alunos; b) Educação infantil – Pré escola I e II (crianças de 04 anos e 05 anos e 11 meses): de 23 a 26 alunos; c) Classe multi-faseada:1º Ciclo, 1ª Fase e 1º Ciclo, 2ª Fase: de 23 a 25 alunos; d) 1º Ciclo, 3ª Fase: de 23 a 25 alunos; e) Classes multi-faseada, 2º Ciclo, 1ª fase e 2º Ciclo, 2ª Fase: de 23 a 26 alunos; f) Classes multi-faseada, 2º Ciclo 3ª Fase e 3º Ciclo 1ª Fase, de 23 a 27 alunos; g) Classes multi-faseada, 3º Ciclo, 2ª fase e 3º ciclo 3ª Fase: de 23 a 27 alunos;

Parágrafo único: do 2º ciclo, 3ª fase ao 3º ciclo 3ª Fase, o professor que for atribuir em uma determinada disciplina será atribuído em todas as demais turmas.

IV–Na Educação Escolar Indígena:

a) Educação infantil – creche (crianças de 01anos a 3 anos 11 meses) de 23 a 27 alunos por turma; b) Educação infantil – Pré escolar I (crianças de 04 anos e 11 meses) de 23 a 27 alunos por turma; c) Educação infantil - Pré escolar II (crianças de 05 anos e 11 meses) de 23 a 27 alunos por turma; d) 1º Ciclo: 1ª Fase, de 23 a 27 alunos por turma; e) 1º Ciclo: 2ª Fase, de 23 a 27 alunos por turma; f) 1º Ciclo: 3ªFase, de 23 a 27 alunos por turma; g) 2º Ciclo: 1ª, 2ª e 3ª Fase: de 23 a 27 alunos por turma; h) 3º Ciclo: 1ª, 2ª e 3ª Fases: de 23 a 27 alunos por turma;

Parágrafo Único – Escolas com demanda para atendimento que exijam maior ou menor número de alunos do que o explicitado no parágrafo anterior, em especial as Escolas Municipais indígena, deverão apresentar justificativa fundamentada por escrito a SME – Secretaria Municipal de Educação, que decidirá, juntamente com o Conselho Municipal de Educação e comissão responsável pela atribuição cargo classe/aula do ano letivo.

Art.3º - Compete a Assessoria Pedagógica do Município, orientar e acompanhara composição de turmas, bem como a organização do quadro de pessoal e fazer cumprir a legislação vigente.

Art.4º - Será fixado o quantitativo de servidores, por Unidade Escolar, considerando:

a) Apoio Administrativo Educacional na função de Manutenção e Limpeza:

Categoria	Número de Alunos	Número de Apoio
A	120 a 200	1
B	201 a 301	2

Parágrafo Único –No caso das CMEI's será avaliado pela comissão, a estrutura do espaço físico a ser limpo para alterar o número de profissionais da tabela acima.

b) Técnico Administrativo Educacional:

Categoria	Número de Alunos	Administrativo	Secretário	Total
A	Acima de 120	0	1	1
B	Acima de 301	1	1	2

c) Apoio Administrativo Educacional, na função de Nutrição Escolar:

Categoria	Número de Alunos	Número de Apoio
A	120 a 200	1
B	201 a 301	2

Parágrafo Único – Em casos excepcionais será avaliado pela a comissão, a possibilidade de alterar o número de profissionais da tabela acima.

d) Apoio Administrativo Educacional, na função de Transporte Escolar: Será atribuído conforme disponibilidade das Linhas do Transporte Escolar e gabinete da SME – Secretaria Municipal de Educação; e) As Unidades Escolares que possuam o quantitativo acima de 200 alunos terão direito a 03 (três) Apoios Administrativos Educacional na função de Vigilância ou conforme necessidade da instituição; f) Fica garantido para cada turma constituída, de acordo com o Artigo 2º, Inciso I, desta Portaria: - Alínea "a" e "b" 03 (três) Técnicos em Desenvolvimento Infantil, de acordo com o número de alunos, a cada duas turmas constituídas haverá um professor pedagogo para a turma; - Alínea "c" e "d": 03 (três) Técnicos em Desenvolvimento Infantil, de acordo com o número de alunos, a cada duas turmas constituídas haverá um professor pedagogo para a turma; - Alínea"e"e "f": 01(um) professor e 01 (um) Técnico em Desenvolvimento Infantil; - Alínea "g" não será atribuído como Técnico em Desenvolvimento Infantil somente professor Pedagogo - Salas compostas com menos de 23 (vinte e três) alunos, na pré-escola I, não será atribuído com o Técnico em Desenvolvimento Infantil. g) Do Coordenador Pedagógico:

Na Zona Urbana:

Categoria	Número de Alunos	Número de Apoio
A	Acima de 120	1
B	Acima de 350	2

Na Zona Rural e no Distrito de Novo Paraíso:

A Coordenação das Escolas do Campo será organizada e atendida por um coordenador da SME – Secretaria Municipal de Educação, que atenderão as seguintes escolas:

Escola Municipal do Campo "Joaquim Vieira Barros"; Escola Municipal do Campo "Tancredo Neves"; Escola Municipal do Campo "Primorosa.

§ 1º - As Escolas Municipais Indígenas terão um coordenador municipal que atenderá a todas as escolas indígenas do município que desempenhará, também, o papel do diretor.

§ 2º - A Escola Municipal do Campo "Manoel da Silva Rocha" terá um coordenador;

h) Diretor Escolar: - As Unidades Escolares que possuam o quantitativo acima de 200 alunos, na Zona urbana, terão direito a Direção Escolar. - O Centro Municipal de Educação Infantil Eliseu dos Santos Neto e a EMC " Manoel da Silva Rocha", apesar de não possuir o quantitativo acima de 200 alunos terão direito a um (a) Diretor (a).

Art. 5º - Na Escola Municipal Indígena poderá ser diferenciado o quadro de profissionais, estipulado nas alíneas "a" a "g", levando em consideração as especificidades da Comunidade Indígena, coma aprovação da SME – Secretaria Municipal de Educação, levando em consideração a formação especifica dos profissionais.

Art.6º- Fica proibida a designação ou escolha de Secretário Escolar e Coordenador pedagógico que tenha parentesco consanguíneo ou por afinidade até terceiro grau com o Diretor da Comunidade Escolar.

Art.7º- Compete a Direção da Unidade Escolar, sob a coordenação da Assessoria Pedagógica do Município, acompanhar bimestralmente o número frequente de alunos e proceder à revisão do quadro de pessoal, se for o caso.

Art. 8º -Caberá a SME – Secretaria Municipal de Educação e a Comissão de atribuição de cargo e classe/aula a observação e controle desta Portaria.

Parágrafo Único – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e Comissão de atribuição de cargo e classe/aula.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação surtindo seus efeitos legais para o ano letivo de 2023.

Art.10º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
1º APOSTILAMENTO PARA ALTERAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

1º APOSTILAMENTO PARA ALTERAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Apostilamento que se faz a "ATA Nº 20/2023, celebrado entre o município de Ribeirão Cascalheira – MT e a L F V Gomes Engenharia, como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo a correção da dotação orçamentária para fazer frente a despesa da ATA de nº 20/2023, originário do Processo Licitatório nº 054/2023, sob a modalidade Pregão Presencial nº 17/2023 que versa sobre a contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E SERVIÇOS URBANOS, ATRAVÉS DO SETOR DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente Termo de Apostilamento altera o disposto na dotação orçamentária prevista no instrumento contratual em comento, para fazer face à alteração para correção da dotação orçamentária, conforme dispõe o artigo 65, parágrafo 8º, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: (...)

§ 8° A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas,

bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Em virtude da alteração da dotação orçamentária, a despesa consignada:

FICHA 581

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original, não alteradas pelo presente Termo de Apostilamento.

Ribeirão Cascalheira – MT, 17 de novembro de 2023

_____

José Wilton dos Santos Silva

Secretário Municipal de Infraestrutura

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

PORTARIA Nº. 279/ GP/2023 EM, 10 NOVEMBRO DE 2023.

"Dispõe sobre a concessão do Benefício de APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à Servidora CLEIDE BATISTA NERY e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, Senhor **RONIVON PARREIRA DAS NEVES** no uso de suas atribuições legais e fundamentado nos termos do artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003 e de acordo com a Lei 10.887/2004, combinado com a Lei Complementar Municipal nº. 028/2007, artigo 12, inciso III, alínea "b", que rege o Fundo de Previdência Social dos Servidores do Município de Ribeirãozinho e Art. 188 da Lei Complementar Municipal nº. 005/2001 que dispõe sobre a reformulação do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Executivo Municipal:

RESOLVE: RETIFICAR A PORTARIA 273/GP/2023

Art.1 º - Conceder o benefício de APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a Servidora CLEIDE BATISTA NERY, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade nº. 19.366.435-5 SSP/MT e CPF 156.563.728-39, efetiva no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, Classe B, Nível 05, matricula 24, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, com proventos integrais, ao tempo de contribuição de 31 anos, 01 mês e 14 dias, calculados pela média aritmética conforme Processo Administrativo do PREVI-RIBE nº. 2022.10.00000001, até posterior deliberação.

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre – se, Publique-se e Cumpra-se.

Ronivon Parreira das Neves

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 278/ GP/2023 EM, 31 OUTUBRO DE 2023.

"Dispõe sobre a concessão do Benefício de APOSENTADORIA POR IDADE à Servidora OTACILIA RODRIGUES BATISTA e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, Senhor **RONIVON PARREIRA DAS NEVES** no uso de suas atribuições legais e fundamentado nos termos do artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003 e de acordo com a Lei 10.887/2004, combinado com a Lei Complementar Municipal nº. 028/2007, artigo 12, inciso III, alínea "b", que rege o Fundo de Previdência Social dos Servidores do Município de Ribeirãozinho e Art. 188 da Lei Complementar Municipal nº. 005/2001 que dispõe sobre a reformulação do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Executivo Municipal:

RESOLVE: RETIFICAR A PORTARIA 208/GP/2023

Art.1 º - Conceder o benefício de APOSENTADORIA POR IDADE, a Servidora OTACILIA RODRIGUES BATISTA, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade nº. 04237510 SSP/MT e CPF 318.654.701-63, efetiva no cargo de GARI, Classe A, Nível 04, matricula 645, lotado na Secretaria de Viação Obras e Serv. Urbanos, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição de 10 anos, 01 mês e 24 dias, conforme Processo Administrativo do PREVI-RIBE nº. 2022.03.00000001, até posterior deliberação.

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos trinta e um dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre – se, Publique-se e Cumpra-se.

Ronivon Parreira das Neves

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 292/GP/2023 RIBEIRÃOZINHO - MT, 17 DE NOVEMBRO DE 2023

Portaria nº 292/GP/2023 Ribeirãozinho - MT, 17 de novembro de 2023

Dispõe sobre criação do Conselho Municipal do FETHAB e das outras providencias.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, etc...

R E S O L V E:

Art.1º - Instituir o Conselho Municipal do FETHAB, para o exercício de 2023 a 2024, composta por 10 (dez) representantes do Poder Executivo Municipal:

Presidente – Odonio Ribeiro de Souza

Membro – João Batista dos Santos

Membro – Ademilson Rodrigues Ribeiro

Membro – Joaquim Teodoro Filho

Membro – Claudenir Antonio Rezende

Membro – Vergilho Candido Bento

Membro – Jeanne Ribeiro Teixeira

Membro – Marcelo Gabriel Alan

Membro – Valerio Silva Arante

Membro – Eduardo Rezende Nogueira

Art. 2º - O Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao Município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observando os limites estabelecidos no art. 15 da Lei Estadual n° 7.263, de 27 de março de 2000, com a redação dada pela Lei n° 10.480, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 3º- O mandato dos membros da comissão, encerra-se em 31 de dezembro de 2024.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos à 01/11/2023.

Art. 5º - Revogam –se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 280/ GP/2023 EM, 11 DE NOVEMBRO DE 2023.

"Dispõe sobre a concessão do Benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ à Servidora SONIA ALBERTO DE JESUS e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, Senhor **RONIVON PARREIRA DAS NEVES** no uso de suas atribuições legais e fundamentado nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003 e de acordo com a Lei 10.887/2004, o artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/20012, c/ c art. 40, § 1º, I, da CF/88, com redação pela EC 41/2003, bem como os arts.,12, inciso I, alínea "a", 13 e 14 da Lei Municipal nº 028/2007, que rege o Fundo de Previdência Social dos Servidores do Município de Ribeirãozinho e Art. 188 da Lei Complementar Municipal nº. 005/2001 que dispõe sobre a reformulação do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Executivo Municipal:

R E S O L V E: RETIFICAR A PORTARIA 171/2019

Onde se lê:

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, Senhor **RONIVON PARREIRA DAS NEVES** no uso de suas atribuições legais e fundamentado nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003 e de acordo com a Lei 10.887/2004, combinado com a Lei Complementar Municipal nº. 028/2007, artigo 12, inciso I, que rege o Fundo de Previdência Social dos Servidores do Município de Ribeirãozinho e Art. 188 da Lei Complementar Municipal nº. 005/2001 que dispõe sobre a reformulação do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Executivo Municipal:

Leia-se:

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, Senhor **RONIVON PARREIRA DAS NEVES** no uso de suas atribuições legais e fundamentado nos termos do artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, com redação pela Emenda Constitucional nº 70/2012, c/c art. 40, § 1º, I, da CF/88, com redação pela EC 41/2003, bem como os arts.,12, inciso I, alínea "a", 13 e 14 da Lei Municipal nº 028/2007, que rege o Fundo de Previdência Social dos Servidores do Município de Ribeirãozinho e Art. 188 da Lei Complementar Municipal nº. 005/2001 que dispõe sobre a reformulação do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Executivo Municipal:

Art.1 º - Conceder o benefício de *APOSENTADORIA POR INVALIDEZ* à servidora **SONIA ALBERTO DE JESUS**, portadora da Cédula de Identidade nº. 462.0156 SSP/MT e CPF 570.633.461-72, efetiva no cargo de AGENTE DE SERVICOS GERAIS, Classe A, nível 06, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais, ao tempo de contribuição de 17 anos 06 meses e 28 dias conforme Processo Administrativo do *PREVI-RIBE* nº. 2019.03.00000003 de 01/04/2019, até posterior deliberação.

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três.

Registre – se, Publique-se e Cumpra-se.

Ronivon Parreira das Neves

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

GABINETE PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 566/2023

Secretaria Municipal de Administração - 24/10/2023.

Modalidade Licitação nº: Pregão Presencial nº 22/2023 - SRP.

OBJETO: *"*Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para serviços de elaboração de projetos de Engenharia e Fiscalização de obras e serviços de elaboração de Laudo Técnico de Engenharia e vistoria relatório e parecer técnico com fornecimento de ART".

ASSUNTO: Homologação. Adjudicação. Fundamento: Decreto Municipal nº 1.670, art. 7º, incisos V e VI, subsidiariamente, neste caso, o Decreto Federal nº 3.555, de 2000.

I - RELATÓRIO

1. O feito versa decisão do Prefeito Municipal sobre a legalidade e licitude do certame, tudo com fundamento no Decreto Municipal nº 1.670/2019, art. 7º, inciso VI; Lei nº 10.520/2002, art. 4º, inciso XXII, e Lei Orgânica do Município, art. 70, inciso XXX, e normas do Edital de Pregão Presencial nº 22/2023 - SRP. **2.** O Certame Pregão foi realizado pelo Sistema de Registro de Preços com fundamento no Decreto Municipal nº 1.067 de 27 de março de 2015 alterado pelo Decreto Municipal nº 1.149, de 13 de janeiro de 2016 que regula do SRP, na modalidade eletrônica com fulcro no Decreto Municipal nº 1.670 de 1 de outubro de 2019, subsidiariamente com o Decreto Federal nº 3.555 de 2000. **3.** Modalidade adotada, Pregão Presencial, nos termos definidos Decreto Municipal nº 1.670 de 1 de outubro de 2019 e na Lei nº 10.520 de 2002, registrado no "Sistema e-ticons" como Pregão Presencial nº 22/2023 - SRP, tendo como objeto "Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para serviços de elaboração de projetos de engenharia e fiscalização de obras e serviços de elaboração de laudo técnico de engenharia de vistoria relatório e parecer técnico com fornecimento de ART". **4.** Nos termos do Decreto Municipal nº 1.670 de 2019, instruído, constam as peças essenciais da fase preparatória (interna), tais como: solicitação da Secretaria requisitante; acompanhada do Termo de Referência; Decreto Municipal nº 195/2023 designa a Pregoeira; Coleta de Preços de fornecedor; Consulta ao Sistema Banco de Preços; Média estimativa de preços; Consulta site painel de preço; Média estimativa de peço; Despacho Gabinete definindo a Modalidade de Pregão Presencial; Justificativa da Modalidade e dotação orçamentária; Despacho Gabinete fixando a mediana; **5.** Termo de Referência consolidado; fls. 55-63. **6.** Igualmente, o valor estimado global (art. 24, inc. III, Decreto nº 1.670/19), considerando a cesta de preços informado para todos os itens e prazo da licitação, restou fixado em R$ 249.384,96 (duzentos e quarenta e nove mil trezentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos), fls. 36/38. **7.** Ainda, instruindo a fase preparatória (interna) do certame (art. 24, inc. IX, Decreto n. 1.670/19), juntado em atendimento ao art. 38 parágrafo único da Lei nº 8666 de 1993; lista de verificação de procedimento licitatório; minuta do edital e seus anexos; contendo a aprovado do edital de Pregão Eletrônico nº 22/2023 - Sistema de Registro de Preços, com seus anexos, que se encontra corroborado nos autos, sendo, o Termo de Referência Consolidado e a minuta da Ata de Registro de Preços, integrantes juntado aos autos. (art. 24, inc. VII e VIII, Decreto nº 1.670/19); parecer jurídico do órgão de assessoria jurídica (fls. 64/129). **8.** Na data de 27/10/2023 deu-se início a fase externa do certame com a publicação

do extrato do edital de chamamento público, inicialmente afixado nos murais de aviso do Paço e Câmara Municipal, em atendimento ao disposto no §1º. A, do art. 89 da Lei Orgânica do Munícipio e, publicados no site oficial da Prefeitura Municipal de Rondolândia/MT e do site oficial da Licitanet, jornal de grande circulação, 28 a 30 de outubro de 2023, pag. 07; Diário Oficial do Estado do Mato Grosso, nº. 28.613, 30/10/2023, pag. 197/198; Diário Oficial de União, seção 03, ISSN 1677-7069, nº. 207, 31/10/2023, pag. 292; (fls. 132/139). **9.** A data designada para o recebimento foi a partir da publicação do aviso de Edital e o julgamento das propostas foi o dia 13/11/2023, portanto, igualmente, vê-se por cumprido o disposto no inciso V, do art. 4º, da Lei n.º 10.520 de 2002 e inciso III do art. 11 do Decreto nº 3.555 de 2000 e §3º art. 12 do Decreto Municipal nº 1.670 de 2019, uma vez que, tratando-se da modalidade Pregão, o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação dos avisos, não foi inferior a 8 (oito) dias úteis. **10.** A abertura da Sessão Pública destinada ao credenciamento, recebimento e julgamento das propostas ocorreu dia 13/11/2023, as 9h01min (horário de Brasília/DF) conforme previsto no instrumento convocatório. **11.** Credenciados/habilitados: a empresa: **a) B M ENGENHARIA – SOLUÇÕES EM PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA,** CNPJ: 44.464.218/0001-72às fls.141-159. **b) JM LOPES ENGENHARIA LTDA,** CNPJ:50.412.953/0001-35 às fls. 160-173. **12.** Em consonância como inciso XI, do art. 24 do Decreto nº 1.670/2019, constam: licitantes participantes, propostas apresentadas, lances ofertados na ordem de classificação, aceitabilidade da proposta de preço, habilitação, resultado final, adequação das propostas, Validação das CND's, respectivas análises e decisões, adjudicação, Edital de Resultado, Termo de Adjudicação e comprovantes das publicações. (fls. 174/298). **13.** Este é o relatório.

II - DECISÃO:

14. O Excelentíssimo Prefeito Municipal registra seu pronunciamento acerca: da regularidade formal ou não do certame das práticas da Pregoeira e sua equipe de apoio; das condutas dos licitantes e demais atos. Como se trata da modalidade pregão eletrônico, o Decreto Municipal nº 1.670/2019, em seu art. 7º, incisos V e VI, assim dispõe sobre o regulamento do pregão eletrônico:

Art. 7º À autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas na legislação de regência, cabe:

(...)

VI - **homologar** o resultado da licitação;

15. Assim, pelos fundamentos que segue, decido:

II-I – DA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME

16. A licitação Pregão Eletrônico nº 22/2023-SRP apresenta condições favoráveis para a homologação, uma vez que ressai do acervo dos documentos encartados e as rotinas e procedimentos que a pregoeira, sua equipe de apoio e demais envolvidos com o certame, evidenciam o cumprimento com os princípios aplicáveis a licitação, a vinculação ao edital e aos ditames da Legislação de Regência, especialmente aos da legalidade em todos os seus termos, inclusive edital. **17.** Por essas razões, com esteio nas peças encartadas aos autos do processo administrativo e com fundamento no art. 7º, inciso VI do Decreto Municipal nº 1.670 de 2019 e com subsidio, neste caso, do Decreto Federal nº 3.555, de 2000 c/c com inciso XXX do art. 70, da Lei Orgânica do Município, confirmo e valido o termo de adjudicação encartado de fls. 425/433, e **HOMOLOGO** os valores do certame Pregão Presencial nº 22/2023-SRP, em que sagrou-se vencedora: **a)** dos itens 01 - 02, ora licitados a empresa: **JM LOPES ENGENHARIA LTDA, CNPJ n.º 50.412.953/0001-35**, com a proposta final perfazendo um valor total de **R$ 177.900,00 (cento e setenta e sete mil e novecentos reais); 18.** Informe o Órgão/Secretaria solicitante. **19.** Publique para que surta seus efeitos.

Rondolândia - MT, 16 de novembro de 2023.

José Guedes de Souza

Prefeito Municipal

Sandra Cristina dos Santos Bahia

Chefe do Gabinete

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 36/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 566/2023 PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2023 – SRP

Pelo presente instrumento o **Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, o Srº. José Guedes de Sousa, inscrito no CPF sob nº 142.993.052-72, **RESOLVE REGISTRAR** os preços da Empresa **JM LOPES ENGENHARIA LTDA –CNPJ: 50.412.953/0001-35,** Endereço: Rua Tarauacá, nº 2954, bairro cafezinho, na cidade de Ji-Paraná-RO, cep: 76.913-154 representada pela Srª Janete Moreira Lopes, CPF: 001.326.702-75 e RG de nº 103.4718 SSP/RO, proprietária da mesma, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 022/2023 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, nos Decretos Municipais nº 0118/2006 de 11/ 09/ 2006, nº 207/GAB/MPR/2013 de 25/01/2013 e nº 1. 067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO 1.1 - contratação mediante sistema de **registro de preços (por item)**, para futura e eventual registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para serviços de elaboração de projetos de engenharia e fiscalização de obras e serviços de elaboração de laudo tecnico de engenharia de vistoria relatório e parecer técnico com fornecimento de art**,** conforme especificação e quantidades especificadas no termo de referência. **CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA DE EXECUÇÃO 2.1 –** A empresa Contratada deverá fornecer os produtos, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência do Pregão n° 022/2023. **2.2 –** O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 022/2023 e seus anexos. **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS 3.1 –** Descrição, Quantidade e Preços Praticados: **Detentora da ARP:**

Nome: JM LOPES ENGENHARIA LTDA	
CNPJ Nº: 50.412.953/0001-35	
Endereço: Rua Tarauacá, nº 2954, Bairro: Cafezinho	
Cidade/Estado: JI-Parana/RO	CEP: 76913-154
Telefone: (69) 99255-5430	E-mail: jmlopes.engenharia@gmail.com
Representante Legal: Janete Moreira Lopes	
CPF Nº: 001.326..702-75	

3.2 – O preço, a quantidade e a especificação do item registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Código TCE	UND	Quant.	Descrição	Vlr Unt.	Vlr Total
01	345339-1 (1092)	Unid	12	SERVIÇOS MENSAIS ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS.	R$:14. 000,00	R$: 168. 000,00
02	394638-0 (31313)	Unid	01	SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE ENGENHARIA DE VISTORIA, RELATÓRIO E PARECER TÉCNICO COM FORNECIMENTO DE ART	R$:9. 900,00	R$: 9. 900,00
Valor Total						**R$: 177. 900,00**

3.3 - Detentora reserva da ARP:

Nome:	
CNPJ Nº:	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone:	E-mail:
Representante Legal:	
CPF Nº:	

3.4 – A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira detentora. ***3.5 – O valor total registrado da presente Ata é de R$: 177.900,00 (cento e setenta e sete mil e novecentos reais)*** **3.6 –** Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação. **3.7 -** O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP. **3.8 -** A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva, deverá ser respeitada nas contratações. **3.9 -** O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Primeira. **3.10 -** Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA 4.1 -** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as. **4.2 -** Realizar a execução dos serviços/objetos deste instrumento nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência do Pregão n° 022/2023. **4.3 -** Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos serviços, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas; **4.4** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT. **4.5 -** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT. **4.6 -** A Detentora deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a execução e ou Prestação dos serviços, bem como, durante a vigência da Presente Ata. **4.7 –** Cumprir com os prazos para com a execução dos serviços, sob pena de aplicação de sanções administrativas; **4.8** – Prestar os Serviços em conformidade com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, termos de contrato e Proposta de preços apresentada; **4.9 -** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP. **4.10 -** Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados. **4.11 -** Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um e-mail válido para comunicação. **4.12 -** Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informados. **4.13 -** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes; **4.14 -** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver. **4.15 -** Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos; **4.16 -** É dever inescusável da Contratada exigir de qualquer dos seus prepostos e colaboradores que ajam na execução do contrato em estrita obediência aos ditames da Lei 12.846/2013, cumprindo fielmente a **cláusula anticorrupção**, respondendo civil, administrativamente e criminalmente, sempre que a ação de um empregado ou representante seu causar prejuízos ao patrimônio público ou infringir princípios da administração pública. **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 5.1 -** Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações. **5.2 -** Emitir as Autorizações de fornecimento “AF” para com a entrega e ou fornecimento dos mesmos. **5.3 -** Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços. **5.4 -** Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados. **5.5 -** Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção. **5.6 -** Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos. **5.7 -** Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência do Pregão n° 022/2023. **5.8 -** Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado. **CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

6.1 - A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência por **12 (doze) meses**, incluídas eventuais prorrogações, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO, DOS ACRÉSCIMOS E DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 7.1 - O gerenciamento desta ATA caberá a Secretaria Solicitante, através da Supervisão do Departamento de Licitações e Compras, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais. **7.2 -** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93. **7.3 -** A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços obedecerá ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93. **7.4 -** Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93. ***7.5*** **-** O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços, conforme Parágrafo 4º do Art. 11 do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 *"§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços".*

CLÁUSULA OITAVA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES 8.1 - Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e no Decreto Municipal de nº 1.067/2015. **8.2 -** Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas e as futuras decorrentes de utilização por parte do Gerenciador. **8.3 -** As aquisições ou contratações adicionais a que se referem este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. **8.4 -** Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência do Pregão n° 022/2023, Anexo I deste Edital, independente do número de órgãos não participantes que aderirem. **CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO 9.1 –** Realizado o fornecimento, os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da(s) nota(s) fiscal (is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, estando devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado devendo ainda a Detentora da Ata de Registro de Preço comprovar Regularidade Fiscal e Trabalhista, sendo: Comprovação de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Regularidade Trabalhista, bem como, Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; **9.2 -** O pagamento será efetuado pela Prefeitura de Rondolândia no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora. **9.3 -** A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos Produtos objetos fornecidos e ou a descrição completa dos serviços prestados a esta Prefeitura, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento; **9.4 –** Caso, constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas. **9.5 -** Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços executados. **9.6 -** O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring". **9.7 -** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP. **9.8 -** A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata; **9.9 -** Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme Item 9.1; **9.10 -** A fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos suportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia. **CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS 10.1 -** Os preços registrados "poderão" ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93. **10.2 -** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado. **10.2.1 -** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. **10.2.2 -** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. **10.3** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: **10.3.1 -** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; **10.3.2** - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. **10.3.3 -** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. **10.4 -** Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

11.1 – Nos termos da Lei 12.846/2013, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS DE RESCISÃO E DAS PENALIDADES 12.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações: **a)** O descumprimento da clausula décima primeira (compromisso anticorrupção), por qualquer das partes, **ensejará a rescisão unilateral do contrato**, sem qualquer indenização, devendo, sem embargo de outras medidas cíveis e administrativas, a cargo de qualquer dos membros da Procuradoria-Geral do Município, comunicar os fatos ao Ministério Público, dando ciência a Controladoria Geral do Município para as medidas de sua competência. **b)** Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e nesta Ata; **c)** Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93; **d)** Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço; **e)** Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; **f)** Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas; **12.2 -** Ocorrendo rescisão

plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP. **12.3 -** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM. **12.4 -** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação. **12.5 -** Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços. **12.6 -** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital. **12.7 -** Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida. **12.8** A Detentora que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam: a) advertência; b) multa; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia; d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; **12.9 -** Por atraso injustificado na entrega dos produtos, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos. **12.10 -** O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita à suspensão temporária a que se refere a alínea “c” do item 12.8 acima. **12.11 -** As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente. **12.12 -** As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e conseqüentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT. **12.13 -** As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis. **12.14** - As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração. **12.15 -** Serão publicadas no Diário Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item 11.8, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública. **12.16 -** Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1 - As despesas decorrentes com a contratação dos serviços, objeto desta Licitação, serão consignadas no Orçamento de 2023/2024 através do Órgão: *Secretaria Municipal de Administração,* sendo indicada a dotação orçamentária de acordo com a necessidade de utilização em momento oportuno, conforme o Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços “em âmbito Municipal” e Decreto Municipal de nº 1.149/GAB/PMR de 13/01/2016, que alterou o Parágrafo 2º, do Art. 6º, do Capítulo V do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015, concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 14.1 - Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou produtos registrados, à Contratante e sua secretaria municipal participante, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 022/2023 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas. **14.2 -** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições: **I -** A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar; **II -** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 022/2023, seus anexos e a proposta da Detentora; **III -** É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO**

15.1 - Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços “em âmbito Municipal”, concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1 - As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 17 de Novembro de 2023.

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT

José Guedes de Souza Prefeito Municipal

JM LOPES ENGENHARIA LTDA CNPJ: 50.412.953/0001-35

NOME Janete Moreira Lopes - **Representante Legal**

CPF Nº: 001.326.702-75

Participantes desta ARP:

_____

Wilianeis Teixeira De Paulo

Secretário Municipal de Administração

A presente minuta de Ata de Registro de Preço foi analisada e aprovada pela Assessoria Jurídica da Administração, pelo servidor (assinatura) em de de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇO Nº 59/2023"

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados a homologação da Licitação na Modalidade de Tomada de Preço nº 59/2023, tendo como objeto: "Contratação de empresa de engenharia para execução de construção de acesso por meio de passarela do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Vila Olimpica, localizado na Avenida Raimundo de Matos, fundo da Vila Olímpica – Jardim Lourdes Vila Salmen, no município de Rondonópolis - MT, conforme projeto básico, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica financeira parte integrante do projeto básico enviado pela Secretaria Municipal de Assistencia Social de Rondonópolis anexo ao edital", sendo vencedora a empresa FLORENCIO CONSTRUTORA LTDA, que apresentou o seguinte valor global de R$ 47. 326,90 (quarenta e sete mil trezentos e vinte e seis reais e noventa centavos). Conforme consta no processo, o resultado foi devidamente adjudicado à empresa vencedora, sendo igualmente homologado todo o procedimento pela autoridade competente.

Rondonópolis-MT, 16 de novembro de 2023.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 19/2023

Município de Rosário Oeste – MT, torna público aos interessados o resultado da licitação modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço n. 19/2023, cujo objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR MANUTENÇÃO E REPARO EM PONTE DE MADEIRA LOCALIZADA NA ÁREA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.**, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. observando as especificações contidas no termo de referência do edital e anexos referente ao pregão presencial 019/2023,cuja abertura foi no dia 17 de Novembro as 12:00hs,no setor de licitação,sagrou-se o vencedor:

Empresa:

MRE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI	20.170.021/0001-62

Rosário Oeste/MT, 17 de Novembro de 2023.

Michele Fernandes Da Silva

Pregoeira Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 03/2023

Município de Rosário Oeste – MT, torna público aos interessados o resultado da licitação modalidade Pregão Eletrônico com Registro de Preço n. 03/2023, cujo objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA VISANDO ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE-MT. conforme especificações e condições descritas no termo de referência.", observando as especificações contidas no termo de referência do edital e anexos referente ao pregão eletrônico 03/2023, cuja abertura foi no dia 17 de outubro as 10:00hs,no setor de licitação, sagrou-se o vencedor:

Empresa: ESPERA MASTER COMERCIAL LTDA

CNPJ: 29.527.362/0001-29

Empresa: COSTA E SOUZA COMERCIO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 46.093.733/0001-83

Empresa: FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

CNPJ: 22.803.038/0001-35

Empresa: BRAVA SUL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ESCRITORIO LTDA

CNPJ: 42.418.039/0001-73

Empresa: OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 22.226.679/0001-93

Rosário Oeste/MT, 14 de Novembro de 2023.

Michele Fernandes Da Silva

Pregoeira Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DA CARTA CONVITE N°08/2023

O Município de Rosário Oeste – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Carta Convite n° 08/2023, por menor preço por item, cujo objeto: AVISO DE RESULTADO DA CARTA CONVITE N°08/2023 **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURAS INTERNAS E EXTERNAS, REVITALIZAÇÃO DE FACHADA, RECUPERAÇÃO DE TELHADO E ACESSIBILIDADE COM MATERIAS INCLUSOS. PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO EM ATENDIMENTO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA**, cuja abertura de Documentos de Habilitação e Proposta de Preço se deu às 13:00 horas do dia 16/10/2023. Após julgamento sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

0 1 – M.C.G DA COSTA inscrita no CNPJ nº 45.788.104/0001-40

Rosário Oeste, 16 de Novembro de 2023

MICHELE FERNANDES DA SILVA

Presidente da CPL

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 204 - 2023

PORTARIA N.º 204/2023

de 17 de Novembro de 2.023

"Dispõe concessão de licença para tratar de assuntos particulares à servidor(a) efetivo da Prefeitura de Rosário Oeste – MT nos termos da legislação vigente, e da outras providencias.

O PREFEITO DE ROSARIO OESTE – MT, ALEX STEVES BERTO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratar de assuntos particulares, sem ônus, a servidora **GILENE CÂNDIDA DE SANTANA** nos termos do artigo 123 e seguintes da Lei Municipal 1.234/2011 pelo período de 01 (um) ano a partir de **01.11.2023**.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **01 de Novembro de 2023**.

Art. 3º. Revogam-se disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste - MT, 17 de Novembro de 2023.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 18/2023

Município de Rosário Oeste – MT, torna público aos interessados o resultado da licitação modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço n. 18/2023, cujo objeto:**O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA, MONTAGEM, DESMONTAGEM, MANUTENÇÃO E TRANSPORTE DE DECORAÇÃO NATALINA PARA O MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE MT, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.** observando as especificações contidas no termo de referência do edital e anexos referente ao pregão presencial 018/2023,cuja abertura foi no dia 17 de Novembro as 08:30hs,no setor de licitação,sagrou-se o vencedor:

Empresa:

ARTCIDADE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDAS	15.138.763/0001-70

Rosário Oeste/MT, 17 de Novembro de 2023.

Michele Fernandes Da Silva

Pregoeira Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

a) – Espécie: Inexigibilidade de Licitação; b) Objeto: Contratação Direta de **Profissionais do Setor Artísticos – cantores -** para as festividades referentes à **Comemoração ao 44º Aniversário**(emancipação) de Salto do Céu/MT; sendo show com a cantora **KAROL KAILLER** no dia **09/12/2023** na Praça Central VEREADOR JARDIR ALVES DE SOUZA; c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 25, inciso III; d) Processo: Nº 011/2023; e) Valor: R$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais); f)Contratada: KAROLINA KAILLER M. DE OLIVEIRA LTDA CNPJ: 44.049.394/0001-48; g) Autorização: em 30/11/2023 por Mauto Teixeira Espíndola; h) Ratificação: em 17/11/2023, por Mauto Teixeira Espíndola.

ANGELA DOS SANTOS SILVA PREISIGKE

Presidenta (substituta) da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO

EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO DISTRATO REFERENTE AO CONTRATO Nº 035/2023 – O presente tem por objeto celebrar a Rescisão Requerida/Amigável ao Contrato nº 035/2023, cujo objeto é a Contratação de 01 (um) Clínico Geral; para **prestar Serviços Unidade de Saúde (PSF I E EVENTUAL PLANTÕES NO HOSPITAL) no Município de Salto do Céu – MT,** por um período de 12 (doze) meses; Cumprindo uma carga horária de 40 horas semanais. Fica Extinto em todos os seus termos e condições a partir do dia 07 de Novembro de 2023. DOS FUNDAMENTOS: art. 79, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. ASSINAM**:** RIDRES DE OLIVEIRA NOVATO CNPJ: 36.751.773/0001-57 – Distratada e MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA – Prefeito de Salto do Céu-MT.

Salto do Céu/MT, 07 de Novembro de 2023.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

PUBLICAÇÃO DA LISTA PRELIMINAR DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS, CONFORME EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2023.

OS NOMES ECONTRAM-SE POR ORDEM DE PONTUAÇÃO, SENDO QUE A MESMA CONSTA LOGO A FRENTE. VALE RESSALTAR QUE O SISTEMA DE PONTUAÇÃO ESTÁ ESPECIFICADO NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO **Nº 006/2023**.

FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS E PONTUAÇÃO:

FAMÍLIA BENEFICIÁRIA	PONTUAÇÃO TOTAL
ALINE DE LUCA MAZARO	100 PONTOS
SINGLEUCIA SOUSA LIMA	90 PONTOS
VANESSA FELINI	90 PONTOS
ANTONIO CARLOS NOGY	80 PONTOS
DUANE LUMA SORIA	80 PONTOS
ELOISA MICHELE MENDES DE SOUSA	80 PONTOS
IARA CAROLINE BETIN RODRIGUES	80 PONTOS
JOSIENE NEGRÃO SILVA	80 PONTOS
TAIANE VITOR FONSECA	80 PONTOS
PATRICIA PEDRO DE ALMEIDA	75 PONTOS
TAIS RODRIGUES	75 PONTOS
CARLIANE DE CARVALHO VIANA	70 PONTOS
CLARICE ALVES LUZIA	70 PONTOS
ELISANGELA CHAGAS DOS SANTOS	70 PONTOS
GEYSIANE DA SILVA VAZ	70 PONTOS
LUANA DA SILVA NASCIMENTO	70 PONTOS
VALERIA PEDRO DE ALMEIDA	70 PONTOS
MARCILENE FERREIRA DE OLIVEIRA	65 PONTOS
MARLENE NUNES DE CARVALHO	65 PONTOS
PAULA ADRIANA SANTOS CORDEIRO	60 PONTOS
DANIELA SILVA DE OLIVEIRA	55 PONTOS
EDINELZA ROSA DE FRANÇA	50 PONTOS
EVA FERNANDES DOS SANTOS	50 PONTOS
GERCINO PRADO DE CARVALHO	50 PONTOS
VANESSA CARDOSO DA COSTA	50 PONTOS
ALMIRA RODRIGUES DE SOUZA	45 PONTOS
JAQUELINE ANDRADE RODRIGUES	45 PONTOS
JOSÉ CARLOS DOS SANTOS	45 PONTOS
PAMELA RAFAELA BARBOSA DOS SANTOS	45 PONTOS
JHENIFER TAIS CORREA PASQUALLI	35 PONTOS

O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DAS FAMÍLIAS SELECIONADAS SERÁ A PARTIR DO DIA **21/11/2023 ATÉ DIA 23/11/2023**, CONFORME O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO **006/2023**.

SANTA CARMEM, 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

RODRIGO AUDREY FRANTZ

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 36/2023

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 36/2023

Através deste instrumento, fica rescindido o contrato nº 36/2023, de 23 de agosto de 2023, entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, inscrita no CNPJ de n º 37.465.283.0001/57, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Srº. RODRIGO AUDREY FRANTZ, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG de n º 1193018-7 SJ/MT e do CPF n º 885.328.361-00, denominado CONTRATANTE e a Sr.ª PATRICIA RO-

DRIGUES, brasileiro (a), portador (a) do CPF Nº 025.238.981-60, denominado (a) CONTRATADO (a).

Clausula 1º: A Rescisão se faz por iniciativa da contratada.

Clausula 2º: O (a) CONTRATADO (a) receberá seus direitos conforme consta na rescisão, sendo descontados os encargos sociais.

Por ser de acordo entre as partes, assinam o presente em duas vias.

Santa Carmem/MT, 10 de novembro de 2023.

PATRICIA RODRIGUES

RODRIGO AUDREY FRANTZ

TESTEMUNHAS:

JULIANA DE ALMEIDA GOLO

ALINE ALEXANDRE FRANTZ

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 04/2023

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 04/2023

Através deste instrumento, fica rescindido o contrato nº 04/2023, de 10 de fevereiro de 2023, entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, inscrita no CNPJ de n º 37.465.283.0001/57, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Srº. RODRIGO AUDREY FRANTZ, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG de n º 1193018-7 SJ/MT e do CPF n º 885.328.361-00, denominado CONTRATANTE e a Srª LARISSA PEREIRA REGO, brasileiro (a), portador (a) do CPF Nº 088.122.303-42 denominado (a) CONTRATADO (a).

Clausula 1º: A Rescisão se faz a pedido da Contratada.

Clausula 2º: O (a) CONTRATADO (a) receberá seus direitos conforme consta na rescisão, sendo descontados os encargos sociais.

Por ser de acordo entre as partes, assinam o presente em duas vias.

Santa Carmem/MT, 17 de novembro de 2023.

LARISSA PEREIRA REGO

RODRIGO AUDREY FRANTZ

TESTEMUNHAS:

JULIANA DE ALMEIDA GOLO

ALINE ALEXANDRE FRANTZ

LEI Nº 0961/2023

DATA: 17 de novembro de 2023

SÚMULA: Denomina de “NPM Cb. CESAR FERNANDES VENTURA” Núcleo de Polícia Militar do Município de Santa Carmem-MT

RODRIGO AUDREY FRANTZ,Prefeito Municipal de Santa Carmem, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de “NPM Cb. CESAR FERNANDES VENTURA**”** o Núcleo de Polícia Militar do Município de Santa Carmem-MT, localizada na Avenida Izidoro Malinski na Cidade de Santa Carmem-MT.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se asdisposições em contrário.

Santa Carmem, 17 de novembro de 2023.

RODRIGO AUDREY FRANTZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 106/2023 - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 107/2023

Extrato da Ata de Registro de Preços 106/2023

Processo Licitatório nº 074/2023, Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 021/2023, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT Empresa detentora: SUPERMECADO AMANDA LTDA, CNPJ: 03.889.414/0001-01. Valor total da Ata de Registro de Preços: R$ 527.609,09 (Quinhentos e vinte e sete mil seiscentos e nove reais e nove centavos)

ITEM COD SIST DESCRIÇÃO UND MARCA QTD V. UNT V. TOTAL

1. 17533 ABACAXI - FRUTA IN NATURA, TIPO ABACAXI, ESPÉCIE COMUM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM COROA E PESO MÉDIO DE 1.500G UND 400 9,36 3.744,00

2. 41867 ABOBORA CABOTIÁ- KG -TIPO CAMBOTIÁ, SADIAS, FRESCAS, SEM DANIFICAÇÕES FÍSICAS, CASCA INTEGRA. ISENTA DE SUBSTÂNCIAS TERROSAS, SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS, FOLHAS, RESÍDUOS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, ODOR E SABOR ESTRANHO KG 140 4,71 659,40

3. 27085 AÇAFRÃO-PACOTE 30 G. CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO DESIDRATADA, MATÉRIA-PRIMA AÇAFRÃO, ASPECTO FÍSICO MOÍDO, APLICAÇÃO USO CULINÁRIO PCT MIKA 40 2,69 107,60

4. 35895 ACHOCOLATADO (400 G) - APRESENTAÇÃO PÓ, SABOR CHOCOLATE, PRAZO VALIDADE 18 (FECHADO), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E SAIS MINERAIS PCT MUKY 170 7,48 1.271,60

5. 27087 AÇÚCAR (2 KG) - TIPO CRISTAL, COMPOSIÇÃO ORIGEM VEGETAL, SACAROSI DE CANA DE AÇÚCAR, APLICAÇÃO ADOÇANTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1ª QUALIDADE PCT BARRAALCOOL 2350 8,24 19.364,00

6. 26886 AÇÚCAR REFINADO (ESPECIAL) – AÇÚCAR, TIPO REFINADO, COMPOSIÇÃO ORIGEM VEGETAL, SACAROSI DE CANA DE AÇÚCAR PCT UNIÃO 20 7,94 158,80

7. 26887 ÁGUA MINERAL 500ML: ÁGUA MINERAL, MATERIAL ÁGUA MINERAL, TIPO EMBALAGEM PLÁSTICO, GASEIFICAÇÃO SEM GÁS UND MORRO ALTO 12.900 1,34 17.286,00

8. 38845 ALHO – GRAÚDO NACIONAL OU IMPORTADO. CLASSIFICAÇÃO SEM DEFEITO SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDOS, COM ASPECTO E SABOR CARACTERÍSTICOS, UNIFORMIDADE NO TAMANHO E NA COR. NÃO SERÃO PERMITIDAS RACHADURAS, PERFURAÇÕES, CORTES E DENTES CHOCHOS OU BROTADOS. CARACTERÍSTICAS GERAIS: DEVERÁ ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS OU PARASITAS, UMIDADE, TERRA E DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES. QUANTO ÀS CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS, DEVERÁ OBEDECER LEGISLAÇÃO CABÍVEL. KG 130 31,84 4.139,20

9. 26890 ATUM (EM LATA 170 G) - PESCADO EM CONSERVA - TIPO ATUM, PREPARADOS COM PESCADO FRESCO, LIMPO, VISCERADO, APRESENTACAO: NATURAL, CONSERVADO EM AGUA E SAL, COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIO, ISENTO DE FERRUGEM

E DANIFICACAO DAS LATAS, SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. UND GOMES DA COSTA 165 9,82 1.320,30

10. 36502 AZEITE DE OLIVA EXTRA-VIRGEM (EMBALAGEM DE 500 ML) TIPO EXTRAVIRGEM, ACIDEZ MÁXIMA 0,70, PRAZO VALIDADE 4 UND CASTELO 135 34,36 4.638,60

11. 26892 AZEITONA (500 G) - AZEITONA, TIPO VERDE, APRESENTAÇÃO COM CAROÇO, TAMANHO MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM TEMPERO UND LA VIALETERA 270 18,09 4.884,30

12. 26893 BACON - CARNE SUINA - TIPO BACON DEFUMADO, EM PECA, ADEQUADA, CONFORME LEGISLAÇÃO, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO KG SEARA 150 39,60 5. 940,00

13. 36945 BALA- BALA DURA COLORIDA 500G PCT ICEKISS 550 9,99 5.494,50

14. 26896 BANANA DA TERRA - FRUTA IN NATURA, TIPO BANANA, ESPÉCIE DA TERRA KG 180 10,76 1.936,80

15. 35690 BANANA MAÇÃ - FRUTA IN NATURA, TIPO BANANA, ESPÉCIE MAÇÃ KG 210 11,21 2.354,10

16. 30806 BANANA PRATA- FRUTA IN NATURA, TIPO BANANA, ESPÉCIE PRATA KG 140 7,40 1.036,00

17. 30807 BATATA - TIPO INGLESA “BATATINHA”, VERDURA IN NATURA, TIPO BATATA, ESPÉCIE INGLESA/LAVADA/LISA, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL KG 400 6,97 2.788,00

18. 27439 BETERRABA – LEGUME IN NATURA, TIPO BETERRABA, ESPÉCIE ORGÂNICO KG 55 4,94 271,70

19. 42000 BOLACHA DE ÁGUA E SAL (300 G) - DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM INTEGRA DE 400G, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR DATA DA FABRICAÇÃO DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE DO PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES NA DATA DA ENTREGA. PCT LIANE 1094 5,59 6.115,46

20. 27099 CALDO DE CARNE – EMBALAGEM CONTENDO 2 CUBOS COM 19GR. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONTER INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR, NÚMERO DE LOTE E DATA DE VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES NA DATA DA ENTREGA. UND KNOR 260 1,49 387,40

21. 27100 CALDO DE GALINHA - EMBALAGEM CONTENDO 2 CUBOS COM 19GR. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONTER INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR, NÚMERO DE LOTE E DATA DE VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES NA DATA DA ENTREGA. UND KNOR 250 1,49 372,50

22. 27101 CAMOMILA – PACOTE 5 G – INGREDIENTE: CAMOMILA. NÃO CONTÉM GLÚTEN. PCT MIKA 310 1,99 616,90

23. 26910 CANELA EM CASCA - EMBALAGEM 10GRS CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO NATURAL, MATÉRIA-PRIMA CANELA, ASPECTO FÍSICO CASCA, APLICAÇÃO ALIMENTAÇÃO UND MIKA 1520 2,59 3. 936,80

24. 26911 CANELA EM PÓ – 10 GRAMAS CANELA, ASPECTO FÍSICO PÓ, APLICAÇÃO ALIMENTAÇÃO UND MIKA 210 2,59 543,90

25. 30810 CANJICA AMARELA – PACOTES 500 G- CANJICA, TIPO GRUPO PURA, TIPO CLASSE AMARELA, TIPO 3, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL PCT MIKA 100 3,89 389,00

26. 27448 CARNE (DE 1ª) - CARNE BOVINA IN NATURA, NOME CARNE DE GADO IN - NATURA KG 1850 39,22 72.557,00

27. 39191 CARNE DE 2ª- CARNE BOVINA IN NATURA, NOME CARNE DE GADO IN-NATURA KG 450 33,48 15.066,00

28. 41770 CEBOLA - LEGUME IN NATURA, TIPO CEBOLA, ESPÉCIE ORGÂNICO KG 220 6,51 1.432,20

29. 27451 CENOURA - LEGUME IN NATURA, TIPO CENOURA, ESPÉCIE ORGÂNICO KG 170 6,53 1.110,10

30. 27456 CHUCHU– CHUCHU IN NATURA, VARIEDADES VERDE, ESPÉCIE COMUM KG 20 6,02 120,40

31. 27111 COCO RALADO (100GR) - CÔCO SECO, APRESENTAÇÃO RALADO, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL UND ADEL 350 4,09 1. 431,50

32. 27458 COLORÍFICO: (COLORAU) 30G CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO INDUSTRIAL, MATÉRIA-PRIMA COLORAU, ASPECTO FÍSICO PÓ, TIPO INDUSTRIAL, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL PCT MIKA 60 1,99 119,40

33. 35901 CRAVO – PACOTE 8 G – CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO INDUSTRIAL, MATÉRIA-PRIMA CRAVO DA ÍNDIA, ASPECTO FÍSICO GRANULADO, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL PCT MIKA 1310 3,74 4.899,40

34. 27527 CREME DE LEITE - APRESENTANDO TEOR DE MATERIA GORDA MINIMA DE 25%, EMBALADO EM CAIXA CARTONADA,PESANDO 200 GRAMAS UND PIRCANJUBA 800 3,97 3.176,00

35. 27117 ERVA DOCE – PACOTE 10G CHÁ ALIMENTAÇÃO, TIPO ERVA DOCE, USO ALIMENTÍCIO, APRESENTAÇÃO SAQUINHOS DE 10G PCT MIKA 280 2,09 585,20

36. 26926 ERVILHA (300 G) – LEGUME EM CONSERVA, TIPO LEGUMES ERVILHA, INGREDIENTES ÁGUA/AÇÚCAR/ÁCIDO CÍTRICO E SAL, PRAZO VALIDADE 24 UND OLE 160 4,19 670,40

37. 27529 ESSENCIA DE BAUNILHA – 30 ML – INGREDIENTES: ÁGUA, ÁLCOOL, CORANTE CARAMELO E VANILINA. NÃO CONTÉM GLUTÉN. UND MIKA 20 7,49 149,80

38. 26930 FARINHA DE MILHO (FLOCADA) - 500G FARINHA MILHO, APRESENTAÇÃO FLOCOS MILHO, TIPO PRÉ-COZIDA, PRAZO VALIDADE 6, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM SAL PCT ZAELI 60 4,74 284,40

39. 38853 FARINHA DE TRIGO -1KG FARINHA TRIGO, MATERIAL TRIGO, APRESENTAÇÃO PÓ, PRAZO VALIDADE 6 PCT MARX 300 5,64 1. 692,00

40. 27535 FEIJÃO PRETO - FEIJÃO, TIPO 1, TIPO CLASSE PRETO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MAQUINADO, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO DE 1 KG PCT KOBLENZ 175 9,29 1.625,75

41. 35698 FEIJÃO TIPO 1 - 1KG “FEIJÃO, TIPO 1, TIPO CLASSE CARIOCA, PRAZO VALIDADE 180 (EMPACOTADO) PCT VILA NOVA 465 6,34 2.948,10

42. 27536 FERMENTO BIOLÓGICO SECO INTANTÂNEO–125 G – FERMENTO, COMPONENTES SACCHAROMYCES CEREVISAE E AGENTE REIDRATAÇÃO, TIPO BIOLÓGICO, APLICAÇÃO FERMENTAÇÃO LONGA/MASSAS SALGADAS OU SEMIDOCES, APRESENTAÇÃO TABLETE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MELHORADOR PRODUTO PANIFICAÇÃO PCT FLEISCHMAN 120 9,78 1.173,60

43. 27127 FERMENTO EM PÓ - EMBALAGEM MÍNIMA DE LATA DE 100-GR COMO EMBALAGEM PRIMÁRIA. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONTER INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR, NÚMERO DE LOTE E DATA DE VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES NA DATA DA ENTREGA. UND ROYAL 120 3,94 472,80

44. 26936 FILE PEITO DE FRANGO: SEM PELE, SEM OSSO, CONGELADO A 18º.C, SEM SINAIS DE DESCONGELAMENTO (CRISTAIS DE GELO, OU PRESENÇA DE UMIDADE) ACONDICIONADOS EM SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO, TRANSPORTE, ATÓXICO, PESANDO ATÉ 3KG ACONDICIONADOS EM CAIXAS DE PAPELÃO LACRADAS TOTALIZANDO ATÉ 20KG. VALIDADE NÃO INFERIOR A 8 MESES, A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. KG SADIA 300 25,38 7.614,00

45. 41869 FRANGO INTEIRO CONGELADO - CARNE FRANGO, TIPO INTEIRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONGELADO KG FRIATO 1030 19,45 20.033,50

46. 27129 FUBÁ 1 KG- FUBÁ- ASPECO FISICO PO FINO, ISENTO DE SUJIDADE, MOFO E FERMETAÇÃO, COR AMARELA, MATÉRIA-PRIMA MILHO KG SINHA 100 5,69 569,00

47. 27541 GENGIBRE – RIZOMA, IN NATURA KG 70 18,47 1.292,90

48. 30812 LARANJA – PERA, FRESCA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA KG 530 4,29 2. 273,70

49. 26940 LEITE - LEITE, INGREDIENTES LEITE IN NATURA, APRESENTAÇÃO EMBALAGEM TETRA BRIK (CAIXINHA), TIPO INTEGRAL, PRAZO VALIDADE 120, CONSERVAÇÃO AMBIENTE SECO E AREJADO LT TRIANGULO 1400 7,24 10.136,00

50. 27134 LEITE CONDENSADO - 395G LEITE CONDENSADO, INGREDIENTES LEITE INTEGRAL/AÇÚCAR/LEITE PÓ INTEGRAL E LACTOSE, PRAZO VALIDADE 1 UND SABOROSO 500 7,60 3.800,00

51. 26942 LEITE DE COCO - 200ML LEITE CÔCO, TIPO INTEGRAL, INGREDIENTES LEITE DE CÔCO/BENZOATO SÓDIO/CABOXIMETIL CELULOSE, E PRAZO VALIDADE 1 UND COQUIL 100 3,70 370,00

52. 30813 LIMÃO - FRUTA IN NATURA, TIPO LIMÃO, ESPÉCIE TAITI KG 60 8,63 517,80

53. 27553 LINGUICA - TIPO TOSCANA, CONGELADA, PREPARADA COM CARNE SUINA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO. EMBALADA, SELADA EM SACO PLASTICO VIRGEM, TRANSPARENTE, ATOXICO KG PERDIGÃO 305 22,86 6.972,30

54. 26944 LINGÜIÇA CALABRESA (COZIDA E DEFUMADA) – LINGUIÇA, TIPO CALABRESA, INGREDIENTES CARNE SUÍNA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONGELADA KG EXELENCIA 258 31,46 8.116,68

55. 27554 MAÇÃ (1 KG) - FRUTA IN NATURA, TIPO MAÇÃ, ESPÉCIE NACIONAL, APLICAÇÃO ALIMENTAR KG 330 12,52 4.131,60

56. 27136 MACARRÃO ESPAGHET DE 1° QUALIDADE DE 500G. MACARRÃO, TIPO COMUM, FORMATO ESPAGUETE PCT LIANE 315 4,24 1.335,60

57. 26948 MACARRÃO PADRE NOSSO – PACOTE 500 G–MASSA SECA COM OVOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE INTACTA, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E CONDIÇÕES DE ARMAZENAGEM. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES NA DATA DE ENTREGA. PCT LIANE 50 4,24 212,00

58. 27137 MACARRÃO PARAFUSO – PACOTE 500 G-MACARRÃO, TIPO FARINHA DE TRIGO COMUN, FORMATO PARAFUSO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ENRIQUECIDO COM FERRO, ÁCIDO FÓLICO, CONTÉM GLÚTEN PCT LIANE 165 4,24 699,60

59. 26950 MACARRÃO TIPO LASANHA (COM SÊMOLA) - 500G MASSA LASANHA, TIPO MACARRÃO, USO CONVENCIONAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM OVOS PCT LIANE 90 9,14 822,60

60. 26951 MACARRÃO TIPO PENNE (COM SÊMOLA) - 500G MACARRÃO, TIPO SÊMOLA, FORMATO PENNE PCT LIANE 100 4,24 424,00

61. 26952 MAIONESE 500G – MAIONESE, TIPO TRADICIONAL, APLICAÇÃO USO CULINÁRIO UND ARISCO 350 9,88 3.458,00

62. 26953 MAMÃO PAPAIA (1 KG) FRUTA IN NATURA, TIPO MAMÃO, ESPÉCIE AMAZONAS (PAPAIA) KG 110 15,05 1.655,50

63. 41679 MANDIOCA - LEGUME IN NATURA, TIPO MANDIOCA, ESPÉCIE COMUM KG 600 9,48 5.688,00

64. 26955 MARACUJÁ - FRUTA IN NATURA, TIPO MARACUJÁ, ESPÉCIE DOCE KG 90 12,77 1.149,30

65. 26956 MARGARINA COM SAL (POTE DE 1KG) - COMPOSIÇÃO BÁSICA ÓLEOS VEGETAIS POLINSATURADOS, SABOR COM SAL, ESTABILIZANTE ÁCIDOS GRAXOS E LECITINA DE SOJA, ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO, CONSERVANTE SORBATO DE POTÁSSIO UND CLAYBOM 530 20,88 11.066,40

66. 26957 MASSA PARA PASTEL 1KG - MASSA PASTEL, TIPO FRESCA, USO CONVENCIONAL UND JK 580 24,38 14.140,40

67. 27562 MELANCIA - FRUTA IN NATURA, TIPO MELANCIA, ESPÉCIE REDONDA, APLICAÇÃO ALIMENTAR KG 850 4,44 3.774,00

68. 26959 MELÃO - DE 1ª QUALIDADE - REDONDO, CASCA LISA, GRAÚDO, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES DEVENDO SER BEM FIRME E INTACTA A GRANEL. KG 330 9,34 3.082,20

69. 27569 MILHO PARA PIPOCA – 500G MILHO PIPOCA, TIPO 1, TIPO GRUPO DURO, TIPO CLASSE AMARELA UND MIKA 380 4,89 1.858,20

70. 42005 MILHO VERDE - 300G MILHO EM CONSERVA, INGREDIENTES GRÃOS DE MILHO VERDE COZIDOS, PRAZO VALIDADE 2, APLICAÇÃO ALIMENTAÇÃO DE PESSOAL UND QUERO 350 4,64 1.624,00

71. 26963 MOLHO DE TOMATE PRONTO (300 G) - MOLHO TOMATE, INGREDIENTE BÁSICO TOMATE, CONSERVAÇÃO COM CONSERVANTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS REFOGADO UND TORANTELA 70 2,09 146,30

72. 26964 NÓS MOSCADA - 3G CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO NATURAL, MATÉRIA-PRIMA NOZ-MOSCADA, ASPECTO FÍSICO GRÃOS, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL UND MIKA 160 3,09 494,40

73. 27145 ÓLEO DE SOJA REFINADO (900 ML FRASCO) - ÓLEO VEGETAL COMESTÍVEL, MATÉRIA-PRIMA SOJA, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL, TIPO REFINADO UND SOYA 800 7,54 6.032,00

74. 27146 ORÉGANO - 5G CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO NATURAL, MATÉRIA-PRIMA ORÉGANO, ASPECTO FÍSICO GRANULADO UND MIKA 95 1,94 184,30

75. 30820 OVOS – BANDEJA OVOS, MATERIAL POLPA MOLDADA, COMPRIMENTO 30, LARGURA 10, CAPACIDADE 12 DZ DO VALE 240 12,45 2.988,00

76. 39192 PACOTE DE BALAS DE CHOCOLATES 500 GR-1(UND) INFORMAÇOES DO PRODUTO – BALAS DE CARAMELO DE LEITE RECHEADAS COM CHOCOLATE, PACOTE COM 130 GR CADA DO TIPO BUTTER TOFFES- ARCOR OU SIMILAR PCT SI RONETO 550 18,80 10. 340,00

77. 39193 PACOTE DE BOMBOM DE IKG- 1(UND) INFORMAÇOES DO PRODUTO- CHOCOLATES SORTIDOS EM GRANDE VARIEDADES NA CAIXA DE BOMBONS, CONTENDO 300 GRAMAS CADA, DO TIPO GAROTO, LACTA OU SIMILAR PCT ARCOR 650 57,50 37.375,00

78. 42007 PALMITO 500G- LEGUME EM CONSERVA, TIPO LEGUMES PALMITO, INGREDIENTES ÁGUA/AÇÚCAR/ÁCIDO CÍTRICO E SAL, PRAZO VALIDADE 24 UND MARIZ 150 27,00 4.050,00

79. 26969 PÃO DE FORMA: PÃO, TIPO DE FORMA, INGREDIENTES FARINHA TRIGO/FERMENTO/SAL/AÇÚCAR/MARGARINA E ÁGUA, PESO 500G, APRESENTAÇÃO FATIADO UND SEVEN BOYS 250 12,55 3. 137,50

80. 26970 PÊRA – GRAÚDA, DE 1ª QUALIDADE, COM MATURAÇÃO APROPRIADA, INTEIRA, LIMPA, SEM FERIMENTOS, SEM RUPTURAS E SEM PANCADAS NA CASCA, LIVRE DE PRAGA E DOENÇAS. KG 130 19,65 2.203,50

81. 26971 PIMENTA DO REINO MOIDA- 30G CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO INDUSTRIAL, MATÉRIA-PRIMA PIMENTA DO REINO, ASPECTO FÍSICO PÓ UND MIKA 60 4,68 280,80

82. 27583 PIMENTÃO - LEGUME IN NATURA, TIPO PIMENTÃO, ESPÉCIE VERDE/VERMELHO/AMARELO/ROXO KG 60 10,71 642,60

83. 42011 POLPA DE FRUTAS – PACOTE 100 G – INGREDIENTES: POLPA DE FRUTAS. SABOR VARIADOS. PCT LAFRUIT 700 6,51 4. 557,00

84. 27590 POLVILHO DOCE – PACOTE 01 KG – POLVILHO DOCE, TIPO 1, ORIGEM AMILÁCEO MANDIOCA, TIPO GRUPO FÉCULA PCT DA ROÇA 100 13,78 1.378,00

85. 21133 QUEIJO RALADO – EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO (1 KG), EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO. KG 50 56,60 2.830,00

86. 35907 QUEIJO TIPO MUSSARELA - QUEIJO, TIPO MUSSARELA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PRIMEIRA QUALIDADE/EMBALADO A VÁCUO/SACO PLÁSTICO/ KG CAJES 340 53,30 18,122,00

87. 26980 REFRIGERANTE 2 LT – MATERIAL ÁGUA GASOSA/XAROPE, SABOR COLA UND PEPSI 1450 7,24 10.498,00

88. 28867 REFRIGERANTE 2 LT - MATERIAL ÁGUA GASOSA/XAROPE, SABOR COLA, ZERO AÇUCAR UND PEPSI 800 11,05 8.840,00

89. 26981 REFRIGERANTE 2 LT - MATERIAL ÁGUA GASOSA/XAROPE, SABOR GUARANÁ UND BARE 1250 5,64 7.050,00

90. 26982 REFRIGERANTE 2 LT - MATERIAL ÁGUA GASOSA/XAROPE, SABOR LARANJA UND SUKITA 1250 5,64 7.050,00

91. 27600 REPOLHO - VERDURA IN NATURA, TIPO REPOLHO VERDE, ESPÉCIE COMUM, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL KG 240 5,00 1. 200,00

92. 26990 SAL GROSSO (1 KG) TIPO GROSSO, APLICAÇÃO ALIMENTÍCIA, TEOR MÁXIMO SÓDIO 360, ADITIVOS IODO/PRUSSIATO AMARELO SODA, ACIDEZ 7,20 UND MIKA 120 3,79 454,80

93. 27601 SAL REFINADO (1 KG) - TIPO REFINADO, APLICAÇÃO ALIMENTÍCIA, TEOR MÁXIMO SÓDIO 360, ADITIVOS IODO/PRUSSIATO AMARELO SODA, ACIDEZ 7,50 PCT MIKA 170 2,94 499,80

94. 41870 SALSICHA - ORIGEM CARNE FRANGO, BOVINA E SUÍNA, TIPO TRADICIONAL, INGREDIENTES PROTEÍNA DE SOJA, AMIDO, SAL, CONDIMENTOS NATURAIS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EMBALADA E RESFRIADA, TIPO USO CULINÁRIO KG RESENDE 1.000 15,96 15.960,00

95. 27159 SARDINHA EM LATA (125 G) – PEIXE EM CONSERVA, TIPO PEIXE SARDINHA INTEIRA SEM CABEÇA, INGREDIENTES ÓLEO COMESTÍVEL/ÁGUA/SAL E ÁCIDO CÍTRICO, PRAZO VALIDADE 15 UND GOMES DA COSTA 200 7,24 1.448,00

96. 26993 SORVETE: 1,5 LTS SABOR DIVERSOS, APLICAÇÃO SOBREMESA, INGREDIENTES ÁGUA/LEITE PÓ/ADOÇANTE ARTIFICIAL, COMPOSIÇÃO PROTEÍNAS/LIPÍDIOS/CARBOIDRATOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DIETÉTICO UND D GUST 1.400 24,22 33.908,00

97. 26994 SUCO 300G – SUCO, APRESENTAÇÃO PÓ, SABOR VARIADO, TIPO ARTIFICIAL PCT BRASSUK 1500 6,44 9.660,00

98. 28868 SUCO NATURAL 1,0 LT – SUCO, APRESENTAÇÃO CAIXA, SABOR VARIADO. UND LA FRUIT 1.850 6,09 11.266,50

99. 41680 TOMATE - VERDURA IN NATURA, TIPO TOMATE, ESPÉCIE PRIMEIRA QUALIDADE, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL KG 500 10,70 5.350,00

100. 26998 TRIGO PARA QUIBE: 500G - FARINHA QUIBE, COMPOSIÇÃO GRÃOS DE TRIGO SELECIONADOS E MOÍDOS, TIPO CRÚ KG MIKA 40 7,19 287,60

101. 26999 UVA - FRUTA IN NATURA, TIPO UVA, ESPÉCIE RED GLOBE, APLICAÇÃO ALIMENTAR KG 120 24,89 2.986,80

NOME: SUPERMECADO AMANDA LTDA

CNPJ: 03.889.414/0001-01

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 13.195.089-4

ENDEREÇO: AVENIDA DOS IMIGRANTES Nº 176, CENTRO – CEP: 78664-000 SANTA

CRUZ DO XINGU-MT

TELEFONE: (66) 3594-1003

E-MAIL: amandinhascx@hotmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: CLEBER JUNHO DO NASCIMENTO RG: 34405336194600

SSP/GO CPF: 788.962.071-34

Santa Cruz do Xingu-MT, 17 de novembro de 2023.

Joraildes Soares de Sousa – Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preços 107/2023

Processo Licitatório nº 074/2023, Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 021/2023, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT Empresa detentora: COMERCIAL LUAR LTDA, CNPJ: 02.545.557/0001-33. Valor total da Ata de Registro de Preços: R$ 75.413,45 (Setenta e cinco mil quatrocentos e treze reais e quarenta e cinco centavos)

ITEM COD SIST DESCRIÇÃO UND MARCA QTD V. UNT V. TOTAL

1. 38844 ARROZ TIPO 1 (5 KG) - ARROZ, TIPO 1, TIPO CLASSE LONGO FINO, TIPO SUBGRUPO POLIDO, PRAZO VALIDADE 12 PCT CONCHA DE OURO 400 30,00 12.000,00

2. 35694 BATATA PALHA (500 gm) - BATATA FRITA EMBALADA, TIPO PALHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EXTRA FINA, CROCANTE, COR AMARELA, APRESENTAÇÃO EMBALAGEM FECHADA A VÁCUO PCT SELEÇÃO 400 17,60 7.040,00

3. 26902 BISCOITO TIPO ROSQUINHA SABOR COCO – PACOTE 800 G – BISCOITO, APRESENTAÇÃO REDONDO, SABOR COCO, CLASSIFICAÇÃO DOCE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM RECHEIO, TIPO ROSQUINHA, APLICAÇÃO ALIMENTAÇÃO HUMANA, INGREDIENTES AÇÚCAR, FARINHA DE TRIGO E GLÚTEN PCT DALLAS 1168 12,90 15. 067,20

4. 42001 BOLACHA DE MAISENA (345 G) - DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM INTEGRA DE 400G, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR DATA DA FABRICAÇÃO DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE DO PRODUTO. FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE. SERÃO REJEITADOS BISCOITOS DE MÁ QUALIDADE, DE CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS ANORMAIS E QUE SE QUEBRAM COM FACILIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES NA DATA DA ENTREGA. PCT DALLAS 850 5,60 4.760,00

5. 35316 CAFÉ (250 G) – TIPO FORTE TORRADO EXPORTAÇÃO, APRESENTAÇÃO MOÍDO, TIPO EMBALAGEM A VÁCUO PCT TANSERRA 2950 8,35 24.632,50

6. 26916 CHÁ MATTE (TOSTADO) 100 GR- EMBALADO DE ACORDO COM O FABRICANTE, PESO LÍQUIDO 100GR APROXIMADAMENTE, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONTER NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES NA DATA DA ENTREGA. UND RICO 640 5,35 3.424,00

7. 42002 DOCE DE LEITE – EM LATA, CONTENDO PESO LIQUIDO APROXIMADAMENTE 800GR, E TAMBÉM INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, SELO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, NÚMERO DE LOTE E

DATA DE VALIDADE. O PRODUTO A SER ENTREGUE NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 6 MESES. UND TRIANGULO 90 16,50 1. 485,00

8. 26928 EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO – EMBALAGEM DE ACORDO COM O FABRICANTE CONTENDO NO MIMIMO 300GR QUE DEVERÁ CONTER DATA DE FABRICAÇÃO, DE VALIDADE, NÚMERO DE LOTE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DE 6 MESES DA DATA DE FABRICAÇÃO. UND VAL 430 2,35 1. 010,50

9. 35317 FARINHA DE MANDIOCA - 1KG FARINHA MANDIOCA, APRESENTAÇÃO CRUA, TIPO GRUPO SECA, TIPO SUBGRUPO FINA, TIPO CLASSE BRANCA, TIPO 1 PCT FAVORITA 225 7,85 1.766,25

10. 26962 MISTURA PARA BOLO – 450G MISTURA ALIMENTÍCIA, INGREDIENTES FARINHA DE TRIGO, AÇUCAR, MARGARINA, LEITE E OVOS, APLICAÇÃO BOLO UND NITA 215 6,95 1.494,25

11. 27160 TEMPERO COMPLETO (1 KG) - TEMPERO, TIPO COMPLETO SEM PIMENTA, APRESENTAÇÃO PASTA, APLICAÇÃO USO CULINÁRIO UND DIODORO 75 7,95 596,25

12. 35691 UVA PASSA – 100G FRUTA IN NATURA, TIPO UVA, ESPÉCIE PASSA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PRETA UND MIKA 280 5,00 1.400,00

13. 29473 VINAGRE (750 ML) - DE ALCOOL, PRODUTO NATURAL FERMENTADO ACETICO SIMPLES, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, ACIDOS ORGANICOS EMINERAIS ESTRANHOS, LIVRE DE SUJIDADES, MATERIAL TERROSO, E DETRITOS DE ANIMAIS E VEGETAIS UND VITALIA 250 2,95 737,50

NOME: COMERCIAL LUAR LTDA

CNPJ: 02.545.557/0001-33

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 13181988-7

ENDEREÇO: AVENIDA RADIALISTA EDSON LUIZ DA SILVA, Nº1037, BAIRRO TIJUCAL – CUIABÁ – MT CEP: 78.088-000

TELEFONE: (65) 98402-9374

E-MAIL: comercial.luar@hotmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: JOÃO BATISTA ALVES VIEIRA

RG: 297.008-SSP/MG

CPF: 149.852.506-78

Santa Cruz do Xingu-MT, 17 de novembro de 2023.

Joraildes Soares de Sousa – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2023 PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2023

PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.

DETENTORE: RR LOPES EIRELI inscrito no CNPJ de n°(22.548.304/0001-20) de n° com os lotes: 5, 9, 13, 14, 20, 21, 22 e 27 no valor total de R$14.390,00 (quatorze mil e trezentos e noventa reais). **MVB MUSIC LTDA** inscrito no CNPJ de n° (39.432.161/0001-90) com os lotes: 7, 10, 11, 12, 16 e 18 no valor total de R$3.259,86 (três mil e duzentos e cinquenta e nove reais e oitenta e seis centavos). **SERESTA LTDA** inscrito no CNPJ de n° (45.557.614/0001-07) com os lotes: 23, 24, 25 e 26 no valor total de R$22.193,92 (vinte e dois mil e cento e noventa e três reais e noventa e dois centavos). **STAGE MUSIC COMÉRCIO,** inscrito no CNPJ de n°(10. 661.909/0001-44) com os lotes: 1, 2, 3, 4 e 17 no valor total de R$8.171,02 (oito mil e cento e setenta e um reais e dois centavos). **PEDRO G FERNANDES ME** inscrito no CNPJ de nº (08.945.027/0001-69) com os lotes: 6, 8 e 19 no valor total de R$4.276,00 (quatro mil e duzentos e setenta e seis reais). **DANTON GABRIEL SIMPLICIO DE SALES SILVA - ME** inscrito no CNPJ de n°(38.084.603/0001-91) com o lote: 15 no valor total de R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Vigência: 14/11/2023 ATÉ 13/11/2024. OBJETO:**PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2023,** para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO E RENOVAÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO "ARTE E CHORO" E O PROJETO "FANFARRA MUNICIPAL", PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER, DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT, CONFORME CONVÊNIO Nº 2337/2022 – SECEL.**

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 586/2023 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 586/2023

DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 121/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores, **CLEONICE DE ALMEIDA DA SILVA** inscrita no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-74 (titular) e **VANDERLEIA PEREIRA DA CRUZ**, portadora do CPF nº 000.***.***- 03 (suplente), ambos fiscais do **CONTRATO 121/2023 NINHO ARQUITETURA E INTERIORES LTDA**, inscrito no CNPJ sob nº **14.978.042/0001-06; VALOR TOTAL: R$ 17. 395,00** OBJETO: **PROCESSO DE DISPENSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE ÁRVORE DE NATAL EM FERRO, MEDINDO 10 METROS DE ALTURA, PARA ATENDER AS FESTIVIDADES DE NATAL DO MUNICÍPIO**

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N°043/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N°015/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO

MODALIDADE – REGISTRO DE PREÇOS

Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE TOPOGRAFIA, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇO DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO. A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT torna público que no dia **04 de dezembro de 2023,** estará recebendo propostas, para abertura às **09h00min,** do Pregão Eletrônico, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.

santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 21 de novembro de 2023.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO. A sessão pública será no dia **05 *DE DEZEMBRO DE 2023 AS 09H00MIN*;** O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 21 de novembro de 2023.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO MODALIDADE –PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2023

O Município de Santa Rita do Trivelato – MT, através Pregoeira e membros da equipe de apoio de Licitação, designada pela Portaria 0329/2023, torna público que, por motivos de ausência da responsável técnico, por motivos particulares, não estará presente na data do referido certame, decide **PRORROGAR** a data do referido certame, ao qual se realizará às **8h00-min, do dia 23 de novembro de 2023**, objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT,** conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência. O Edital estará disponível no **Site:** https://www.santaritadotrivelato.mt.gov.br/#/publicacoes/23/licitacoes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 17 de novembro de 2023.

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Pregoeira Oficial

Portaria 0329/2023

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 585/2023 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

PORTARIA Nº 585/2023

DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DAS SERVIDORAS PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 113/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores abaixo relacionados para fiscalização do **CONTRATO 113/2023 – SUPERMERCADO ARARA EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº. 20.227.228/0001-26; VALOR TOTAL: R$ 167.337,76 (cento e sessenta e sete mil e trezentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos)** OBJETO: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**. . SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GABINETE **VANDERLEIA PEREIRA DA CRUZ (TITULAR); CLÉSIA SANTOS XAVIER DE LUNA (SUPLENTE);** SECRETARIA DE OBRAS **CLEIDE ZAINI LEMOS DA SILVA RAMOS (TITULAR); MARIA LOELI DE CAMPOS COSTA (SUPLENTE);**

SECRETARIA DE SAÚDE **MARIANA JOSEFA DE SOUZA (TITULAR) ANA CLAUDIA CHAVES BERNARDES DOS SANTOS (SUPLENTE)**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO **SUILLA ANTONIA FIDELIS MACEDO (TITULAR) MARCUS VINICIUS CAVALCANTE DA SILVA (SUPLENTE)**

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL **LEA FERREIRA DA SILVA (TITULAR) ROSEMERI SCHAFFLER TEREZIO (SUPLENTE)**

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE **ALESSANDRA DA SILVA CARDOSO (TITULAR) PATRICIA REGINA DA SILVA (SUPLENTE)** SECRETARIA DE ESPORTES **KATIA MARA DE ARRUDA (TITULAR) ROSENILDO VENANCIO DE ARRUDA MARTINS (SUPLENTE)**

Art. 2º. *A presente Portaria retroage seus efeitos* a partir de 03 de novembro de 2023.

Art. 3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0583/2023.

DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA ELIZANGELA MARIA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. - Fica concedido a licença saúde a servidora **ELIZANGELA MARIA DA SILVA,** portadora do RG nº: **1.******-4** SSP/MT e inscrita no CPF nº: **80*.***.***.15,** servidora efetiva ocupante do cargo de **PROFESSORA 30H, lotado na Secretaria Municipal de** Educação, sendo assim fica afastado no período de: **09/11/2023** a **09/03/2024, segundo laudo pericial.**

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 04 DE SETEMBRO DE 2023.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 006/2022

O Município de Santa Rita do Trivelato - MT, através de sua comissão permanente licitação nomeada pela Portaria 328/2023 de 19/06/2023, torna público, nos autos do Processo de Licitação, Tomada Preço nº 003/2021, Retificação do Aviso de Publicação do extrato do quarto termo aditivo do contrato nº 006-2022, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM ANO XVIII nº.4.361 Páginas. 589 e 590/2023, datado em 16/11/2023.

Onde Le - sê: CLAUSULA SEGUNDA 2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO

2.1. Fica prorrogado o prazo para execução dos serviços, referente ao Contrato nº 006/2022 (Cláusula Sétima, Item 7.1), **em mais 60 (sessenta) dias,** encerrando assim em **06 de janeiro de 2024.**

LEIA-SE: 2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO

2.1. Fica prorrogado o prazo para execução dos serviços, referente ao Contrato nº 006/2022 (Cláusula Sétima, Item 7.1), **em mais 60 (sessenta) dias, conforme oficio nº 114/2023.**

2. A presente retificação do aviso de licitação será publicado nos órgãos oficiais, na forma de aviso, bem como disponibilizado junto ao site: http://www.santaritadotrivelato.mt.gov.br

3. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00min as 11h00min das 13h00min às 16h00min. e ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato – MT, 17 de novembro de 2023.

Joyce Suaely Afonso Barbosa

CPL

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato -

LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO-TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 133/2020

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

Retifica-se a publicação Ao Aviso do extrato de contrato nº. 133/2020, publicado em 16 de novembro de 2023 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVIII | N° 4.361**,** pagina 591, por motivos de erro formal, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 133/2020, REFERENTE AO GERENCIAMENTO, PUBLICAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E COMPILAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E A EMPRESA LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA.

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob o Nº 04.205.596/0001-17 com sede na Av. Flávio Luiz, 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **EGON HOEPERS**, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 240, nº 400, Sala 2, Itapema/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio LeisMunicipais.com.br, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. **CARLITO MELLO DE LIZ**, brasileiro, maior, casado, portador do CIC nº 181.488.089-53 e da cédula de identidade nº 220.562, doravante denominada **CONTRATADA,** tendo em vista os termos do contrato original nº 133/2020, ajustam e acordam celebrar o presente Termo Aditivo, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, com suas posteriores alterações, e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual e aditar o valor da contratação, previstos nas Cláusulas Quinta e Sexta, respectivamente, do Contrato nº 133/2020, que passam a ter as seguintes redações:

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1. O prazo de vigência do presente Termo Aditivo será de mais 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia **16 de novembro de 2024**.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO, ENCARGOS E REAJUSTES

6.1. O valor do presente Termo Aditivo é **R$ 5.141,64 (cinco mil cento e quarenta e um reais e sessenta e quatro centavos),** pago em uma única parcela anual, até o dia 20/12/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

2.1. As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária especificada e consignada na peça orçamentária do exercício de 2023, conforme comunicado interno nº 177-2023.

GABINETE DO PREFEITO

RED- 02.001.04.122.0002.2002.3.3.90.40.1.500.0000000

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo artigo 57, inciso IV, da Lei Federal n° 8.666/93, bem como no Item 5, Cláusula Quinta, do contrato originário.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial, celebrado entre as partes em data de 16/11/2020.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Santa Rita do Trivelato - MT, 16 de novembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

CNPJ: 03.725.725/0001-35

CARLITO MELLO DE LIZ

Testemunhas:

Pierre Francis Haubricht Joyce Suaely Afonso Barbosa

CPF: 014.981.911-00 CPF: 973.994.771.91

Lê-se:

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 133/2020, REFERENTE AO GERENCIAMENTO, PUBLICAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E COMPILAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E A EMPRESA LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA.

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob o Nº 04.205.596/0001-17 com sede na Av. Flávio Luiz, 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **EGON HOEPERS**, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 240, nº 400, Sala 2, Itapema/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio LeisMunicipais.com.br, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. **CARLITO MELLO DE LIZ**, brasileiro, maior, casado, portador do CIC nº 181.488.089-53 e da cédula de identidade nº 220.562, doravante denominada **CONTRATADA,** tendo em vista os termos do contrato original nº 133/2020, ajustam e acordam celebrar o presente Termo Aditivo, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, com suas posteriores alterações, e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual e aditar o valor da contratação, previstos nas Cláusulas Quinta e Sexta, respectivamente, do Contrato nº 133/2020, que passam a ter as seguintes redações:

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1. O prazo de vigência do presente Termo Aditivo será de mais 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura e seu término previsto para o dia **14 de novembro de 2024**.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO, ENCARGOS E REAJUSTES

6.1. O valor do presente Termo Aditivo é **R$ 5.141,64 (cinco mil cento e quarenta e um reais e sessenta e quatro centavos),** pago em uma única parcela anual, até o dia 20/12/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

2.1. As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária especificada e consignada na peça orçamentária do exercício de 2023, conforme comunicado interno nº 177-2023.

GABINETE DO PREFEITO

RED- 02.001.04.122.0002.2002.3.3.90.40.1.500.0000000

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo artigo 57, inciso IV, da Lei Federal n° 8.666/93, bem como no Item 5, Cláusula Quinta, do contrato originário.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial, celebrado entre as partes em data de 16/11/2020.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Santa Rita do Trivelato - MT, 14 de novembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

CNPJ: 03.725.725/0001-35

CARLITO MELLO DE LIZ

Testemunhas:

Pierre Francis Haubricht Joyce Suaely Afonso Barbosa

CPF: 014.981.911-00 CPF: 973.994.771.91

Santa Rita do Trivelato/MT, 17 de novembro de 2023.

Joyce Suaely Afonso Barbosa

Coordenador de Estudos Tecnicos

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 229/2023 - GP

PORTARIA N.º 229/2023 - GP

DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Retificar a portaria 195/2023, período aquisitivo 2017 a 2022.

Onde lia-se 90 dias de gozo de licença Prêmio

Lê-se 60 dias de gozo de licença Prêmio

Artigo 2º Concedido a senhora **CLEIDE REIS DA SILVA** portadora do CPF nº 557.519.031-53 e RG nº 922209 SSP/MT, servidora pública municipal, matricula nº 067, cargo público de TECNICA ADMINISTRATIVA EDUCACIONAL Classe "C", lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relativo ao período aquisitivo de 2017 a 2022.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito em, 17 de novembro de 2.023.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito de Santa Terezinha-MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 226/2023 – GP

PORTARIA Nº 226/2023 – GP

DE 14 DE OUTUBRO DE 2.023.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO, prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de licença prêmio, por assiduidade ao servidor **LUCAS RAFAEL DE SOUSA GOMES**, portador do CPF nº 896. 834.471-04 e RG nº 4471842 SSP/GO**,** matricula nª 597, cargo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

Parágrafo Único: A licença do Servidor foi convertida em espécie conforme art. 127 da Lei 093/1990 de 26 de novembro de 1990 do período aquisitivo 2010 a 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2023.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 14 de novembro de 2.023.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito de Santa Terezinha-MT

LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/ 2023

AVISO ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 17/2023

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL TEMPORARIO DO TIPO ENFERMEIRO,PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM NO ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA**.

FAVORECIDO:**L B REIS LTDA**

CNPJ: 45.870.550/0001-08

FUNDAMENTO LEGAL: regida pelas **lei nº No artigo 24 da Lei 8.666 inciso IV**.

JUSTIFICATIVA: Nº17/2023.

VALOR GLOBAL: R$ 26.0001,71 (vinte e seis mil e um real e setenta um centavo).

Ratifico a Dispensa de licitação em concordância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e por se tratar de urgência.

Santa Terezinha, 17 de novembro de 2023.

_____

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 040/2023

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 010/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos 16 dias do mês de novembro de 2023, o **MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pedro Álvares Cabral, n° 155, Centro, Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº no C.N.P.J sob o nº 37.464.161/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Senhor **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral n. 16049640 SSP/MT, e CPF: 022.566.881-51, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** do outro lado a empresa **RODRIGO MATHEUS GUIMARAES LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ:15.805.679/0002-44**, e inscrição estadual: 13.980.376-9, situada na **AV. CASTELO BRANCO, S/Nº, BAIRRO VILA NOVA, NA CIDADE DE ARENAPOLIS**, neste ato representada pelo seu proprietário **RODRIGO MATHEUS GUIMARÃES o**, comerciante, Casado, brasileiro, portador do RG nº. **3592711** SSP/SC e CPF **044.425.669-50**, residente e domiciliado na **RUA JOAQUIM OTAVIO PEREIRA, 512E BAIRRO PRIMAVERA NA CIDADE DE ARENAPOLIS – MT, CEP: 78.420-000**, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial. 010/2023 para Registro de Preços, **RESOLVEM** registrar os preços conforme Termo de Referência **(Anexo I)** deste Edital, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto n. 7.892/13, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO

1.1.O objeto da presente Ata será REGISTRO **DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT**, conforme Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra, conforme quantidades e especificações.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 010/2023,** com fundamento nas Leis nº 10.520/02, n**.** 8.666/93 e alterações posteriores, conforme autorização da Autoridade Competente, **Sr. Luis Fernando Ferreira Falcão – Prefeito Municipal.**

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos materiais de construção, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 010/2023**e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora: RODRIGO MATHEUS GUIMARAES LTDA

Nome: RODRIGO MATHEUS GUIMARAES LTDA **CNPJ:** 15.805.679/0002-44 **Inscrição Estadual: 13.980.376-9 Endereço: RUA JOAQUIM OTAVIO PEREIRA, 512E BAIRRO PRIMAVERA Cidade/Estado:** ARENAPOLIS – MT **CEP:** 78.420-000

Telefones: (65) 9.9999-8493 Representante Legal: RODRIGO MATHEUS GUIMARÃES RG: 3592711 SSP/SC CPF: 044.425.669-50

4.2. Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

Descrição do item	Unidade de medida	Quantidad e	Valor unitário	Valor total	Marca
ACABAMENTO PARA VÁLVULA DESCARGA	un	50,0000	R$ 17,30	R$ 865,00	DOCOL
ARAME RECOZIDO LISO 1 KG	kg	100,0000	R$ 13,69	R$ 1.369,00	GERDA U
CAIXA SIFONADA QUADRADA 100MMX100MMX50MM	un	14,0000	R$ 9,90	R$ 138,60	CORR PLASTI K
COLUNA PARA LAVATÓRIO SANITÁRIO BRANCO	un	14,0000	R$ 100,00	R$ 1.400,00	ONIX
ENGATE PLASTICO FLEXIVEL PARA CAIXA DESCARGA 40 CM	un	14,0000	R$ 5,49	R$ 76,86	CORR PLASTI K
JOELHO 90° SOLDAVEL COM BUCHA LATÃO 25 MMX1/2	un	60,0000	R$ 4,80	R$ 288,00	CORR PLASTI K
JOELHO ESGOTO 90° 40MM	un	60,0000	R$ 1,09	R$ 65,40	CORR PLASTI K
JOELHO SOLDAVEL LR PVC 25MMX3/4	un	60,0000	R$ 2,40	R$ 144,00	CORR PLASTI K
LAVATÓRIO SANITÁRIO BRANCO	un	14,0000	R$ 128,90	R$ 1.804,60	ONIX
LUVA SOLDAVEL 25 MM	un	170,0000	R$ 0,69	R$ 117,30	CORR PLASTI K
LUVA SOLDAVEL C/ ROSCA 25MMX1/2	un	170,0000	R$ 3,39	R$ 576,30	CORR PLASTI K
PORTA LAMINADA 2,10X60	un	42,0000	R$ 310,00	R$ 13.020,00	GEROT TO
PREGO 12X12 C/ CABEÇA 01KG	PC 1 KG	35,0000	R$ 17,60	R$ 616,00	GERDA U
PREGO 19X30 C/ CABEÇA 01KG	PC 1 KG	30,0000	R$ 17,60	R$ 528,00	GERDA U
PREGO 22X48 C/ CABEÇA 01KG	PC 1 KG	60,0000	R$ 24,84	R$ 1.490,40	GERDA U
REGISTRO ESFERA 25MM SOLDAVEL	un	21,0000	R$ 11,90	R$ 249,90	CORR PLASTI K
SIFAO SANFONADO UNIVERSAL	un	84,0000	R$ 6,49	R$ 545,16	ASTRA
TE ESGOTO 100 MM	un	60,0000	R$ 11,39	R$ 683,40	CORR PLASTI K
TE SOLDAVEL 32 MM	un	60,0000	R$ 2,39	R$ 143,40	CORR PLASTI K
TE SOLDAVEL DE REDUÇAO 50X25MM	un	60,0000	R$ 8,45	R$ 507,00	CORR PLASTI K
TORNEIRA LAVATORIO DE BICA ALTA 1/4 DE VOLTA	un	28,0000	R$ 39,90	R$ 1.117,20	JAPI
TORNEIRA PLASTICA PARA PIA 3/4 E 1/2 15MM	un	84,0000	R$ 6,98	R$ 586,32	JAPI
TUBO DE LIGAÇÃO CROMADO	un	14,0000	R$ 21,80	R$ 305,20	ASTRA
VALVULA DESCARGA BASE 1,1/2	un	35,0000	R$ 163,00	R$ 5.705,00	DOCOL
			Total	**R$ 32.342,04**	

5–DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

5.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

5.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

5.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização dos materiais de construção deste Instrumento;

5.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

5.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos materiais, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

5.6. Acompanhar o fornecimento dos materiais, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento dos materiais de construção fora das especificações deste Edital;

6–DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

6.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

6.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

6.3. Entregar os materiais objetos desta Licitação **após 07 (sete) dia útil**, contados da emissão da ordem de fornecimento.

6.4. Fornecer os materiais de construção nas quantidades solicitadas, entregando-os em dias determinados pela Secretária Municipal solicitante.

6.5. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento dos materiais, até 25% (vinte e cinco) por cento do valor atualizado do contrato, conforme artigo 65 §1º, da Lei nº 8.666/93.

6.6. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento dos materiais de construção da emissão da ordem de fornecimento.

6.7. Na falta de qualquer material cotado pela Licitante vencedora, a mesma fica obrigada a entregar outro material similar, ainda que de preço superior, sem qualquer ônus adicional para o “CONTRATANTE”. **6.8.** Substituir o material rejeitado, por não estar de acordo com o especificado e/ou impróprio para o uso, no período máximo de 03(três) dias. **6.9.** Substituir o material, caso seja constatado qualquer tipo de rompimento da respectiva embalagem. Neste caso, caberá ao “CONTRATANTE”, rejeitar o material, através do servidor designado para efetuar a fiscalização do mesmo. **6.10.** No momento do desembarque dos materiais de construção, os responsáveis da “CONTRATADA” deverão sempre depositá-los, cuidadosamente, nos locais designados, dispondo os mesmos em pilhas, conforme orientação do servidor designado pelo “CONTRATANTE”. **6.11.** Fica a CONTRATADA obrigada a ressarcir ao Município o valor recebido, quando constatada a má qualidade do material e/ou peso deficiente do mesmo.

6.12. Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos materiais de construção, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelo fornecimento e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

6.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

6.14. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município;

6.15. Responsabilizar-se Civil e Criminalmente por danos causados aos servidores do Município ou a terceiros, decorrentes do fornecimento de materiais impróprios para o uso. **6.16.** Responsabilizar-se por danos, extravios ou prejuízos causados por seus empregados em equipamento ou nas dependências dos Órgãos Municipais ou a terceiros.

6.17. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer no Município ou a terceiros, decorrentes do próprio fornecimento dos produtos;

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços constante desta **Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) mese**s, contados da data de sua assinatura.

7.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega dos MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, de acordo com a apresentação da Nota Fiscal devidamente preenchida e atestada pelo Secretário Responsável e Setor de Compras.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5. As **Notas Fiscais deverão vir acompanhadas** da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social – INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS.

8.6. A fatura deverá ser recebida pelo setor competente com antecedência mínima de 30 dias da data de vencimento.

8.7. No caso de cobrança indevida, a FORNECEDOR/CONTRATADO será notificada, devendo proceder à correção e reapresentação da nota fiscal/fatura, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

8.8. Não haverá em nenhuma hipótese pagamento antecipado.

9. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência desta Ata.

9.1.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

10.1.1. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

10.1.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

10.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

10.1.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento de produtos.

10.6. Caso o Município não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O fornecimento fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

11.1.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no ITEM 11.2.2;

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

11.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

11.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

11.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.4. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, restritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o **Edital de Pregão Presencial nº 010/2023**, seus anexos e as propostas da contratada.

III. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização da execução do fornecimento será exercida por servidor nomeado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do fornecimento que venha a ser determinada pelo CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Arenápolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE –SE E CUMPRE – SE.

Santo Afonso/MT, 16 de novembro de 2023.

Luis Fernando Ferreira Falcão - Prefeito Municipal

Município de Santo Afonso/MT.

CONTRATANTE

RODRIGO MATHEUS GUIMARAES LTDA

CNPJ:15.805.679/0002-44

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Nome: Tamires de Freitas Pires Nome: Rolf Rodrigo da Silva

CPF: 028.266.132-86 CPF: 031.176.161-52

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 038/2023

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 010/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos 16 dias do mês de novembro de 2023, o **MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pedro Álvares Cabral, n° 155, Centro, Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº no C.N.P.J sob o nº 37.464.161/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Senhor **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral n. 16049640 SSP/MT, e CPF: 022.566.881-51, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** do outro lado a empresa **CONSTRUFER MÁQUINAS CONSTRUÇÕES FERRAMENTAS E EPI'S LTDA ,** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ:**37.853.101/0001-15**, e inscrição estadual: **13.825.139-8, situada na Av. Manoel José De Arruda, Nº1.700,Qd 10, Anexo B, Bairro Praieiro Cep: 78070-500**, neste ato representada pelo seu proprietário **THIAGO FREITAS DO NASCIMENTO o**, comerciante, Casado, brasileiro, portador do RG nº. **16081293** SSP/MT e CPF **027.911.441-96**, residente e domiciliado na **RUA PASCOAL, BAIRRO: PRAEIRINHO, nº 211, Município de CUIABÁ – MT**, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial. 010/2023 para Registro de Preços, **RESOLVEM** registrar os preços conforme Termo de Referência **(Anexo I)** deste Edital, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto n. 7.892/13, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO

1.1.O objeto da presente Ata será REGISTRO **DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT**, conforme Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra, conforme quantidades e especificações.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 010/2023,** com fundamento nas Leis n**º** 10.520/02, n**.** 8.666/93 e alterações posteriores, conforme autorização da Autoridade Competente, **Sr. Luis Fernando Ferreira Falcão – Prefeito Municipal.**

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos materiais de construção, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 010/2023**e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora: CONSTRUFER MÁQUINAS CONSTRUÇÕES FERRAMENTAS E EPI'S LTDA

Nome: CONSTRUFER MÁQUINAS CONSTRUÇÕES FERRAMENTAS E EPI'S LTDA **CNPJ:** 37.853.101/0001-15 **Inscrição Estadual: 13.825.139-8 Endereço: Av. Manoel José De Arruda, Nº1.700,Qd 10, Anexo B, Bairro Praieiro**

Cidade/Estado: Cuiabá-MT **CEP:** 78070-500 **Telefones:** (65) 99663-7509 **E-mail: construfermt@hotmail.com Representante Legal: Thiago Freitas Do Nascimento RG:** 16081293 SSP/MT **CPF:** 027.911.441-96

4.2. Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANTIDADE	VLR UNIT	VLR TOTAL	MARCA
1. 1	ACABAMENTO PARA REGISTRO BASE 3/4	un	50,0000	R$ 15,00	R$ 750,00	CRIST AL
2.	ADAPTADOR SOLDÁVEL PARA CAIXA D'ÁGUA 25X3/4	un	35,0000	R$ 5,00	R$ 175,00	CORR PLASTI K
3.	ALICATE UNIVERSAL 8 POL.	un	14,0000	R$ 17,00	R$ 238,00	THOM PSON
4.	ASSENTO SANITÁRIO PRASTICO BRANCO	un	14,0000	R$ 16,00	R$ 224,00	ALUMA SA
5.	BALDE PARA CONCRETO COM 12 LITROS	un	20,0000	R$ 9,00	R$ 180,00	THOM PSON
6.	BARRA DE ROSCA 1/2X1MT	un	110,0000	R$ 7,80	R$ 858,00	CISER
7.	BARRA DE ROSCA 3/4X1MT	un	110,0000	R$ 15,00	R$ 1.650,00	CISER
8.	BROCA DE ACO RAPIDO 02MM	un	15,0000	R$ 1,35	R$ 20,25	ROCAS T
9.	CAIXA D'ÁGUA 1.000 LT C/ TAMPA	un	21,0000	R$ 220,00	R$ 4.620,00	FORTL EV
10.	CAVADEIRA ARTICULADA TIPO LIGHT COM CABO 145CM	un	15,0000	R$ 55,00	R$ 825,00	PARAB ONI
11.	FORMÃO CABO PLÁSTICO 1/2	un	10,0000	R$ 9,00	R$ 90,00	THOM PSON
12.	FORMÃO CABO PLÁSTICO 3/8	un	10,0000	R$ 10,00	R$ 100,00	THOM PSON
13.	IMPERMEABILIZANTE DE PAREDE 18KG	un	54,0000	R$ 139,00	R$ 7.506,00	VEDAC IT
14.	LUVA SOLDAVEL 50MM	un	170,0000	R$ 3,05	R$ 518,50	CORR PLASTI K
15.	SELADOR 16L	un	84,0000	R$ 52,90	R$ 4.443,60	NEOVI NIL
16.	SERROTE COM CABO 20 POLEGADAS	un	7,0000	R$ 30,00	R$ 210,00	THOM SPON

17.	TINTA FOSCO DE PISO VERMELHO LISO 18 LT	LT 18 L	21,0000	R$ 160,00	R$ 3.360,00	NEOVI NIL
18.	TINTA VERDE ARBUSTO 18 LT	LT 18 L	130,0000	R$ 160,00	R$ 20.800,00	NEOVI NIL
					Total	**R$ 46.568,35**

5–DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

5.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

5.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

5.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização dos materiais de construção deste Instrumento;

5.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

5.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos materiais, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

5.6. Acompanhar o fornecimento dos materiais, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento dos materiais de construção fora das especificações deste Edital;

6–DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

6.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

6.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

6.3. Entregar os materiais objetos desta Licitação **após 07 (sete) dia útil**, contados da emissão da ordem de fornecimento.

6.4. Fornecer os materiais de construção nas quantidades solicitadas, entregando-os em dias determinados pela Secretária Municipal solicitante.

6.5. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento dos materiais, até 25% (vinte e cinco) por cento do valor atualizado do contrato, conforme artigo 65 §1º, da Lei nº 8.666/93.

6.6. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento dos materiais de construção da emissão da ordem de fornecimento.

6.7. Na falta de qualquer material cotado pela Licitante vencedora, a mesma fica obrigada a entregar outro material similar, ainda que de preço superior, sem qualquer ônus adicional para o "CONTRATANTE". **6.8.** Substituir o material rejeitado, por não estar de acordo com o especificado e/ou impróprio para o uso, no período máximo de 03(três) dias. **6.9.** Substituir o material, caso seja constatado qualquer tipo de rompimento da respectiva embalagem. Neste caso, caberá ao "CONTRATANTE", rejeitar o material, através do servidor designado para efetuar a fiscalização do mesmo. **6.10.** No momento do desembarque dos materiais de construção, os responsáveis da "CONTRATADA" deverão sempre depositá-los, cuidadosamente, nos locais designados, dispondo os mesmos em pilhas, conforme orientação do servidor designado pelo "CONTRATANTE". **6.11.** Fica a CONTRATADA obrigada a ressarcir ao Município o valor recebido, quando constatada a má qualidade do material e/ou peso deficiente do mesmo.

6.12. Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos materiais de construção, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelo fornecimento e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

6.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

6.14. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município;

6.15. Responsabilizar-se Civil e Criminalmente por danos causados aos servidores do Município ou a terceiros, decorrentes do fornecimento de materiais impróprios para o uso. **6.16.** Responsabilizar-se por danos, extravios ou prejuízos causados por seus empregados em equipamento ou nas dependências dos Órgãos Municipais ou a terceiros.

6.17. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer no Município ou a terceiros, decorrentes do próprio fornecimento dos produtos;

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços constante desta **Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) mese**s, contados da data de sua assinatura.

7.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega dos MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, de acordo com a apresentação da Nota Fiscal devidamente preenchida e atestada pelo Secretário Responsável e Setor de Compras.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5. As **Notas Fiscais deverão vir acompanhadas** da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social – INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS.

8.6. A fatura deverá ser recebida pelo setor competente com antecedência mínima de 30 dias da data de vencimento.

8.7. No caso de cobrança indevida, a FORNECEDOR/CONTRATADO será notificada, devendo proceder à correção e reapresentação da nota fiscal/fatura, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

8.8. Não haverá em nenhuma hipótese pagamento antecipado.

9. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência desta Ata.

9.1.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

10.1.1. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

10.1.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

10.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

10.1.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento de produtos.

10.6. Caso o Município não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O fornecimento fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

11.1.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no ITEM 11.2.2;

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

11.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

11.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

11.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.4. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, restritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o **Edital de Pregão Presencial nº 010/2023**, seus anexos e as propostas da contratada.

III. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização da execução do fornecimento será exercida por servidor nomeado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do fornecimento que venha a ser determinada pelo CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Arenápolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Santo Afonso/MT, 16 de novembro de 2023.

_____

Luis Fernando Ferreira Falcão - Prefeito Municipal

Município de Santo Afonso/MT.

CONTRATANTE

_____

CONSTRUFER MÁQUINAS CONSTRUÇÕES FERRAMENTAS E EPI'S LTDA CNPJ:37.853.101/0001-15

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. NOME: TAMIRES DE FREITAS PIRES 2. ROLFF RODRIGO DA SILVA

CPF: 028.266.132-86 CPF: 031.176.161-52

ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2023/SMEC/MT

Secretaria Municipal de Educação e Cultura Santo Afonso – MT

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2023/SMEC/MT

Dispõem sobre o processo de atribuições de classes e/ou aulas do professor e do regime/jornada de Trabalho do Técnico e Apoio Administrativo Educacional, pertencente ao quadro efetivo nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o ano letivo de 2024 - Ensino Fundamental, Educação Infantil e demais providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96, as Leis Complementares 49/98, e a Lei 002/2007;

Considerando a Lei nº 14.113/2020- FUNDEB – que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e a Lei 002/2007, Lei 9.131/95;

Considerando a Resolução 002/2015 – CEE – MT;

Considerando a Lei Complementar Municipal nº 007/2009 de criação dos Cargos de Profissionais da Educação;

Considerando as portarias nº 003,004,005/2023;

Considerando as Políticas da Secretaria Municipal de Educação para valorização dos profissionais da Educação, assegurando formação, acompanhamento, desempenho e avaliação sistemática da prática educativa dos Profissionais de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade do ensino;

Considerando a necessidade de fixar critérios para atribuições de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho nas unidades escolares da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino.

RESOLVE:

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Regulamentar o processo de atribuição de classes e/ou aulas do professor e regime/ jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, efetivos, da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2024.

Art. 2º. Todos os profissionais da educação efetivos que integram o quadro do pessoal da Rede Municipal de Ensino deverão participar do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho das unidades escolares, conforme disciplinado nesta Instrução Normativa, exceto os profissionais nas situações funcionais abaixo:

I – Em afastamento por licença para tratamento de interesse particular; II – Em exercício de atividades na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sendo que a atribuição destes profissionais será efetivada no respectivo órgão de lotação; III – Cedidos sem ônus para outro órgão e que, ainda estiverem em vigência no período de atribuição (dezembro de 2023); IV- O profissional da educação em exercício de mandato eletivo que se descompatibilizou das funções de docências; V- Em afastamento constante por motivo de licença para tratamento de saúde com apresentação de laudo Pericial; VI- O profissional efetivo no cargo de Supervisão e Orientação Escolar;

§ 1º – O profissional efetivo da educação que estará excedendo nas Unidades Escolares no ano de 2024, será encaminhado para Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

§ 2º – Para atribuição dos profissionais efetivos em constante Licença Saúde ou em Readaptação deve ser observado:

I - Em afastamento constante por motivo de licença para tratamento de saúde (mais de 6 meses) com apresentação do Laudo Pericial/PREVIMSA deve contar pontos mas não haverá necessidade de atribuição na vigência da licença;

§ 3º Servidores que não participarem ou não fazer a escolha na ordem da classificação no momento de atribuição de salas/turmas ou aulas para 2024, ficará em lista da Secretaria municipal de Educação e Cultura que o lotará onde houver necessidade e, ou encaminhará ao jurídico para as providências cabíveis.

§ 4º O servidor somente poderá se afastar de suas atribuições funcionais, quando devidamente autorizado e publicado o ato Oficial.

§ 5º O profissional da educação investido em mandato eletivo participará do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, normalmente, desde que não tenha desincompatibilizado do cargo.

Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, acompanhar e monitorar todo o processo de atribuição.

Art. 4º A ocorrência de qualquer fato em desacordo com a legislação vigente deve ser imediatamente reportada documentalmente, por quem a identificar, à instância imediatamente superior para providências.

Art. 5º Nos casos de inobservância das instruções contidas nesta normativa e em legislações correlatas aplicáveis haverá responsabilização administrativa.

Art. 6º. As inscrições para o ano letivo 2024 serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, localizada na Rua Pedro Álvares Cabral, S/N, Bairro Centro – Santo Afonso, MT.

Parágrafo Único – No momento da contagem de pontos a Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho só levar-se-á em consideração os documentos anexados na ficha de inscrição pelo servidor no ato da mesma.

Art. 7º. Caso haja disponibilidade de vagas serão admitidos profissionais com contrato temporário na Rede Municipal de Ensino para exercer o cargo de professor, Auxiliar de Sala, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional (manutenção da infraestrutura / limpeza, nutrição escolar e vigilância), determinado através de atos legais regulamentado pelo poder executivo. Tais como: Processo seletivo e outros.

Art. 8º. A atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho aos profissionais efetivos será realizada pela comissão de atribuição em conjunto com a SMEC.

§ 1º - A Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho escolar que conduzirá o processo será compostas de:

I - Diretores das Unidades Escolares; II – Representantes dos administrativos das Unidades Escolares; III - Representantes dos Conselhos Deliberativo das Comunidades Escolares; IV - Representantes do apoio das Unidades Escolares; V – Representantes do corpo docente das Unidades Escolares; VI - Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

§ 1°. A Comissão de Atribuição deverá ser constituída até 08/11/2023.

Art.9º. Para a realização da atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho as Comissões deverão seguir os procedimentos abaixo:

I - Realizar ciclos de estudos da Normativa Nº002/2023/SMEC e Portarias 003/004/005, determinado para o dia 16/11/2023, das 13h00min às 17h00min. II – Elaborar e divulgar até 22/11/2023, Edital de Convocação do Professor, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, conforme normas estabelecidas nesta Instrução Normativa, que contêm todas as informações necessárias ao processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, a saber: a) Inicia o processo de inscrição dos profissionais da educação efetivos, em 23/11/2023. b) Encerra o período de inscrição dos profissionais da educação efetivos, conforme critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa, no dia 27/11/2023; c) Fica estabelecida a data do dia 30/11/2023 para contagem de pontos pela comissão. d) Afixar para divulgação, no dia 30/11/2023, a partir das 17h00min horas, em local de fácil visualização, a relação nominal de Professor, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional por ordem decrescente de contagem de pontos obtidos, por habilitação, que constará do quadro demonstrativo, bem como a convocação para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime jornada de trabalho. e) As atribuições de classes e/ou aulas do professor e regime/jornada do Trabalho Técnico e Apoio Administrativo Educacional, pertencente do quadro efetivo nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o ano letivo de 2024 do Ensino Fundamental e Educação Infantil realizar-se-á no auditório da Escola Municipal “Sebastião Tavares da Silva”, no dia 05/12/2023, sendo as 13h00min para os professores e as 14h30min para o apoio e técnicos administrativo educacional. f) Realizar publicação e apresentação do resultado das atribuições nos murais das unidades escolares e SMEC, com a participação de todos os profissionais da educação, interessados e envolvidos no processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho; g) **Elaborar atas** ao término de cada etapa do processo de atribuição da jornada de trabalho, discriminando classes e/ou aulas, cargos/funções administrativas atribuídas ou não atribuídas, professores, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional que ficaram remanescentes e, eventuais recursos interpostos, com assinatura de todos os membros da Comissão de Trabalho.

Parágrafo Único - Quanto a Classificação Preliminar, os servidores serão classificados por ordem decrescente, de acordo com a pontuação obtida no Formulário de Inscrição e, em caso de empate, serão observados os seguintes critérios para o desempate:

a) 1° Maior titulação; b) 2º Maior tempo de serviço no município (a partir do ingresso); c) 3º Maior Pontuação em Curso Específico no componente curricular de atuação; d) 4º Maior Idade. **SEÇÃO II**

DAATRIBUIÇÃODECLASSES E/OUAULASDOPROFESSOREFETIVO

Art. 10º. Para efeito desta Instrução Normativa considerar-se-á jornada de trabalho do professor efetivo as horas destinadas ao desenvolvimento do processo didático pedagógico e as horas atividades previstas no Artigo 38, § 1º e 2º da LC 002/2007.

Art. 11º. Para a atribuição da jornada de trabalho, compreendida como atividades de sala de aula e horas atividades serão consideradas a carga horária do professor definida na LC 002/2007 conforme quadro abaixo e a carga horária anual da matriz curricular da escola, analisada pela Secretaria Municipal de Educação: regime/jornada de trabalho em sala de aula e hora atividade:

I- 40 horas

II- 30 horas

§ 1º. A atribuição da jornada de trabalho dos Professores, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional efetivo são de caráter permanente na respectiva unidade escolar, considera-se ainda, as particularidades previstas na LC 002/2007.

Art. 12º. Para a CONTAGEM DE PONTOS/CLASSIFICAÇÃO da atribuição de classes e/ou aulas dos professores efetivos, a Comissão de Atribuição do Regime/Jornada de Trabalho previstas nesta Instrução Normativa, deverá proceder ao registro da pontuação e o processo de atribuição fixando no quadro mural de fácil acesso:

I - Para contagem de pontos/classificação dos professores em efetivo exercício, deverão ser considerados os critérios que constam no Anexo I;

II- Atribuição de classes e/ou aulas para os professores, com carga horária incompleta, deverá ser atribuída em áreas afins, caso ainda permanecendo com carga horária incompleta, será atribuído com disciplinas de outras áreas de conhecimento.

III - O professor efetivo graduado em Pedagogia e com formação em outra área de conhecimento, poderá inscrever-se para concorrer nas disciplinas afins, caso a carga horária permaneça incompleta, deverá ser atribuído com disciplinas de outras áreas de conhecimento;

Art. 13º. A atribuição de classes e/ou aulas dos professores nas etapas, nas modalidades e ou especificidades da Educação Básica, dar-se-á com observância à sua formação:

§ 1°. Para atuar na Educação Infantil, observar-se-á a seguinte ordem de prioridade:

I- Habilitação em Pedagogia com Licenciatura Plena;

II- Licenciatura Plena em Pedagogia com especialização em Educação Infantil ou Psicopedagogia;

§ 2°. Para atuar nas escolas de ENSINO FUNDAMENTAL, observar-se-á a seguinte ordem de prioridade:

I - No I Ciclo e II Ciclo (1ª Fase-Escola Sede), I Ciclo e II Ciclo (1ª e 2ª Fase-Extensão Pecuama)

a) Habilitação em Pedagogia com Licenciatura Plena;

II – Na 2ª e 3ª fase do 2° Ciclo (Escola Sede), excepcionalmente organizado por Área do Conhecimento; b) Licenciatura Plena nas habilitações específicas.

§ 3º - Na EDUCAÇÃO ESPECIAL (Sala Multifuncional), por ordem de prioridade, exigir-se-á professores com:

I. Licenciatura Plena em Pedagogia com especialização na área de Educação Especial;

II. Licenciatura Plena em Pedagogia com especialização em Psicopedagogia; III. Licenciatura Plena em outras áreas, com capacitação e experiência comprovada na área específica de atuação;

§ 4º.A sala de Articulação e Multifuncional no ano 2024 continuam conjugadas.

Art. 14º OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM READAPTAÇÃO / REAPROVEITAMENTO desenvolverão atividades pedagógico-administrativas de acordo com suas possibilidades de atuação, a cumprir o regime/jornada de trabalho de 30 horas semanais, no horário escolar estabelecido pela escola como de atendimento ao aluno, tais como:

a) Apoio ao processo ensino aprendizagem em atividades complementares à sala de aula;

b) Em atividades desenvolvidas no laboratório e biblioteca escolar;

c) Acompanhamento dos alunos no setor externo da sala (pátio escolar);

d) Auxiliar nas atividades de cuidados, higiene e alimentação das crianças na Educação Infantil e alunos com necessidades especiais;

g) Preparo e confecção de material didático;

§ 1º O referido no “caput” do Art.14º, será designado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de acordo com as habilidades do profissional em readaptação/reaproveitamento e funções disponíveis nas unidades escolares.

Art. 15º O COORDENADOR PEDAGÓGICO, que se predisponha a concorrer ao exercício da função, eleito pelos pares, deverá exercer as seguintes atribuições:

I. ser mediador na Formação Continuada (Sala do Educador);

II. assegurar os serviços de apoio especializado existentes na unidade escolar;

III. acompanhar cumprimento das horas atividades dos professores da unidade escolar;

IV. acompanhar, orientar e monitorar quanto a execução do diário de classe;

V. acompanhar todo o processo de planejamentos, avaliações e ensino aprendizagem;

VI. acompanhar a proposição e execução de projetos na escola e emitir a certificação.

§ 1º – Cabe ao Coordenador Pedagógico cumprir o Regime de Dedicação Exclusiva de 40 (quarenta) horas semanais de modo que contemplem todos os turnos de funcionamento da unidade escolar;

II - Os candidatos à coordenação deverão ser eleitos pelos professores efetivos lotados na Unidade Escolar que pretendem desempenhar a função de Coordenador Pedagógico;

§ 1º: Para participar do processo de escolha do Coordenador Pedagógico o candidato deve constar do quadro de professores efetivo;

§ 2º: Na Unidade Escolar onde não houver professor efetivo que se predisponha a concorrer ao exercício da função de Coordenador, responderá pela Coordenação Pedagógica um profissional designado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 16º. Visando garantir que todos estudantes da Educação Básica do Município de Santo Afonso-MT, estejam alfabetizados na idade certa, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental; reduzir os índices de alfabetização incompleta e letramento insuficiente em séries avançadas; monitorar o Índice de Desenvolvimento da Educação de Mato Grosso (IDE/MT) e o Índice de Desempenho Educacional na Alfabetização (IDEMTALFA) e Melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Teremos no ano 2024, um Coordenador Municipal específico para coordenar as ações de Implementação dos programas Educacionais no Município com uma carga horária de 30h.

§ 1º - **Perfil do Coordenador Municipal**

a) Possuir, preferencialmente, licenciatura em Pedagogia;

b) Experiência em gestão;

c) Capacidade de liderança;

d) Ter disponibilidade para viagens e para o desenvolvimento da função;

e) Ter disponibilidade para participar das formações continuadas;

f) Comunicação assertiva, principalmente saber ouvir e dialogar com seus interlocutores;

g) Conhecimentos básicos de informática, habilidade com interpretação e elaboração de tabelas, gráficos e dados estatísticos educacionais;

h) Ter conhecimento sobre a Lei 9.394/96 e dos documentos normativos educacionais nacional e estadual (BNCC e DRC).

§ 2º. - **Atribuições do Coordenador Municipal**

I. Conhecer e seguir as Diretrizes do Programa Alfabetiza MT, apropriando-se das suas concepções, orientações didáticas, abordagens pedagógicas, proposta de rotina e Material Didático Complementar, que subsidiarão o processo de implementação do Programa no município;

II. Supervisionar, juntamente com a Coordenação Regional, as ações dos 8 componentes do Programa Alfabetiza MT no município, visando acompanhamento, monitoramento e intervenção, se necessário;

III. Elaborar e encaminhar ao Coordenador Regional, o plano de ação anual articulado com as ações previstas pelo Programa Alfabetiza MT, no prazo estabelecido;

IV. Elaborar e encaminhar ao Coordenador Regional o relatório mensal de atividades, conforme cronograma estabelecido;

V. Participar das formações, reuniões de alinhamento e eventos correlatos promovidos pela Equipe Regional e Estadual;

VI. Monitorar os resultados das avaliações externas, orientando possíveis intervenções pedagógicas;

VII. Coordenar o planejamento, a execução e o monitoramento da formação continuada de professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares, no âmbito do Programa em seu município;

VIII. Fazer o acompanhamento in loco nas escolas e nos encontros formativos, a fim de verificar o desenvolvimento das ações dos Programas Educacionais;

IX. Promover atividades constantes de interação, comunicação e cooperação entre os formadores e os diretores, coordenadores pedagógicos e professores;

X. Alimentar e acompanhar o lançamento de informações no Sistema do Programa Alfabetiza MT, relativos ao município;

XI. Estabelecer contínua interlocução com os Formadores Municipais, Coordenação Regional e Estadual;

XII. Participar da elaboração do relatório anual e final do Programa Alfabetiza MT;

XIII. Outras atribuições correlatas, identificadas como necessárias.

SEÇÃO III

DAATRIBUIÇÃO DO REGIME/JORNADA DE TRABALHO DO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL E APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL EFETIVO

Art. 17º. Na atribuição do regime/jornada de trabalho do técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional será considerada a carga horária de 30 e/ou 40 horas semanais.

§ 1° O cumprimento da carga horária do Profissional do Apoio Administrativo educacional efetivo/e ou contratado poderá ser fracionado de acordo com as necessidades básicas das unidades escolares.

Art. 18º. O QUADRO ADMINISTRATIVO DAS UNIDADES ESCOLARES será composto conforme prevê o Art. 5º da LC nº 002/07, das seguintes funções:

I - Técnico Administrativo Educacional: a) Administração Escolar; b) Multimeios didáticos c) Auxiliar de Salas II - Apoio Administrativo Educacional: a) Nutrição Escolar; b) Vigilância; c) Manutenção de Infraestrutura/Limpeza; **SEÇÃO IV**

DAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ATRIBUIÇÕES

Art. 19º Após a atribuição, o servidor deverá apresentar-se para o efetivo exercício na unidade em que foi atribuído, em data determinada por portaria, sendo que o não comparecimento deverá acarretar nos seguintes procedimentos:

a) Certificação em ata pela unidade educacional; b) Envio da ata à Secretaria Municipal de Educação e Cultura; c) Convocação do próximo servidor constante da lista de classificação geral da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; d) Lançamento de faltas ao servidor e, após 30 dias mais 1, abertura de processo por suposto abandono de cargo.

Art. 20ºO servidor deve observar rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma constante da presente normativa, sendo que a inobservância destes oportunizará as Comissões de Atribuição convocar o próximo servidor na listagem para atribuição, desde que devidamente registrada a desídia, inclusive à hora da ocorrência e colhendo assinatura de todos os membros.

Art. 21ºO servidor que ocupar outro cargo público licitamente acumulável deverá apresentar comprovante de sua carga horária e compatibilidade de horário de trabalho, o que deve estar registrado e arquivado pelas Comissões de Atribuição.

Art. 22º Concluído o processo de atribuição, não será permitido à unidade educacional e/ou a Secretaria de Educação e Cultura alterar as atribuições realizadas, sendo-lhes permitido apenas a atribuição para recomposição do quadro quando da ocorrência de vaga livre, residual e/ou em substituição; e/ou ajuste do quadro em caso de fechamento de turma.

Art. 23º Para eventuais casos de fechamento de turma a Secretaria Municipal de Educação e Cultura procederá:

a) Será procedido o distrato de profissional contratado em vaga livre, em respeito à CF, art. 37, XI, para atribuição do servidor efetivo; b) Será cessada substituição atribuída ao profissional contratado;

Art. 24º Somente após atribuição de todos os servidores efetivos e esgotamento de todas as possibilidades de prover a demanda da Secretaria Municipal de Educação e Cultura por meio do seu quadro efetivo de servidores é que será possível proceder às contratações de profissionais temporários.

Parágrafo único. O descumprimento das regras aqui dispostas ocasionará em responsabilização.

SEÇÃO V

DOS RECURSOS DA INSCRIÇÃO/VALIDAÇÃO/ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS E REGIME JORNADA DE TRABALHO

Art. 25º O servidor que se sentir prejudicado com a decisão da Comissão de Atribuição da Unidade Escolar ou/e Secretaria Municipal de Educação e Cultura nas etapas de inscrição, validação ou da atribuição, poderá interpor recurso, cuja petição deve necessariamente conter:

a) Causa de pedir - descrição clara, sucinta e objetiva das razões de seu inconformismo; b) Pedido - descrição específica de sua pretensão.

§ 1º Todo Recurso que não tiver causa de pedir e pedido, ou que apresente pedido genérico será indeferido de plano.

§ 2º O Recurso deve ser obrigatoriamente interposto pelo candidato, sendo ele o único com legitimidade para o ato.

Art. 26º O Recurso deve respeitar o seguinte procedimento:

a) O pedido de recurso feito pelo servidor que se achar prejudicado, será protocolado junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura até 24h após cada etapa tendo a secretaria o mesmo período para deferir ou indeferir.

Art. 27º. Caso venha surgir demandas de contratos temporários, o quadro funcional ficará à disposição da SMEC, onde a mesma realizará a atribuição de classes e/ou aulas e regime jornada de trabalho aos professores, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional, efetivos e/ou estabilizados, durante o período correspondente a etapa/fase.

Art. 28º. A demanda adicional para provimento de pessoal no cargo de Professores, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, fica condicionada a análise e aprovação da SMEC.

Parágrafo único – A unidade escolar não poderá atribuir ou designar servidor efetivo ou contratado temporariamente, em função que não esteja devidamente autorizado pela SMEC.

Art.**29º**. Para possibilitar o controle das Concessões das Licenças Prêmio, o órgão de lotação deverá proceder anualmente à uma escala dos Profissionais da Educação, atendendo o disposto na lei Nº002/2007. Art.60. Sem prejuízo ao interesse público.

Parágrafo único – Ao se fazer a escala das concessões das licenças prêmio, deve ser observado o vencimento das mesmas, dando prioridade para as de maior período de vencimento.

Art. 30º Todos os profissionais da educação efetivos/ou contratados deverão cumprir a Lei 002/2007.

§ 1º A Lei 002/2007 em art. 7º discrimina as atribuições especificas **para o professor**:

I - Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Básica; II – Elaborar Planos e Projetos Educacionais no âmbito específico da sua atuação; III – Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; IV – Desenvolver a regência efetiva; V – Controlar e avaliar o rendimento escolar; VI – Executar tarefa de recuperação de alunos; VII– Participar das reuniões pedagógicas, administrativas, conselho de classe, pais e mestres;

Art. 31º Disciplinar o cumprimento das horas atividades, no âmbito das unidades escolares da Rede Municipal.

§ 1° - Caberá à Direção escolar gerenciar o exercício das horas-atividade, organizando, orientando e validando o preenchimento através do cartão-ponto.

§ 2º – As horas-atividade é o período de tempo destinado às ações de estudo, planejamento, acompanhamento, avaliação de prática pedagógica e aperfeiçoamento profissional, incluindo:

I – Elaboração de planejamento, projetos e avaliações, preenchimento de registros, correção de atividades e tarefas escolares, confecção de material didático pedagógico, estabelecimento de estratégias para alunos com menor rendimento escolar;

II – Atendimento aos alunos com menor rendimento escolar;

III – Participação em conselhos de classe, trabalhos coletivos da equipe escolar, reuniões administrativas /ou pedagógicas com a comunidade escolar;

IV – Participação em cursos de Formação Continuada organizados pela Escola ou Secretaria Municipal de Educação;

V – Atendimento aos pais e/ou responsáveis pelo aluno.

Art. 32º Não será permitido a “troca” de horários destinados as horas-atividade sem a autorização prévia da direção da unidade educativa;

§ 1º A hora-atividade deverá ser organizada de acordo com a realidade de cada unidade escolar.

§ 2º A hora atividade poderá ser distribuída obedecendo a seguinte composição:

a). Serão 07 horas destinadas a atividades no contra turno com acompanhamento pedagógico (atendimento ao aluno, formação em serviço, reuniões, planejamentos etc.) e 03 horas será optativo a escolha do horário desde que seja dentro da unidade de ensino e não prejudique as ações educativas da escola.

§ 3º Não será permitido qualquer forma de organização ou acordo que leve ao descumprimento desta normativa;

Art. 33º Os professores efetivos e/ou contratados à que forem atribuídos classes e/ou aulas, deverão construir seu Planejamento docente anual (cronograma de trabalho e atividades pedagógicas), incluindo, objetivamente**, as ações a serem desenvolvidas nas horas atividades.**

Parágrafo Único - à Equipe Gestora, como monitora e mediadora do cumprimento das horas atividades, caberá juntamente com o coletivo de professores da unidade escolar:

I - Definir a forma de operacionalização das horas atividades, bem como o acompanhamento e avaliação que deverá ocorrer bimestralmente;

II - Assegurar o registro do processo de participação (presença em atividades internas e externas);

III - Encaminhar os casos de não cumprimento das horas atividades a SMEC, para providências cabíveis.

Art. 34º Após o processo de atribuição de todo quadro de profissionais efetivos das unidades de Ensino, a Comissão encaminhará para SMEC o quadro de salas e/ou aulas livres ou em substituição, onde de acordo com a necessidade de cada escola, a mesma fará a atribuição aos professores aprovados por intermédio do Processo Seletivo 2023. Respeitando-se o teto limite de 20 (vinte) horas-aulas semanais para professores da Educação Infantil e 30 (trinta) horas-aulas semanais para professores do Ensino Fundamental.

§ 1º O processo de atribuição dos contratados será realizado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

§ 2º A SMEC, terá autonomia para atribuir as salas e/ou aulas livres ou em substituição, aos professores aprovados por intermédio do Processo Seletivo 2023, levando em consideração:

a) Pedagogos que atuaram nas turmas do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, ano 2023 e participaram das Formações do Programa Alfabetiza-MT;

B) Pedagogos que atuaram nas turmas da Pré escola da Educação Infantil, ano 2023 e participaram das Formações do Programa Alfabetiza-MT;

C) Pedagogos para classes de unidocência, aprovados no Processo Seletivo Municipal;

D) Licenciados em Áreas na (s) disciplina (s) de sua habilitação;

E) Licenciados em Áreas, em disciplina (s) inclusa (s) na área de conhecimento de sua formação;

F) Professores com Licenciatura Plena, não habilitados na área específica a que concorrem.

Parágrafo Único: O professor pedagogo há que atribuir aulas nas turmas de Pré escola, 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, terão que participar necessariamente das ações e formações do Programa Alfabetiza MT e demais programas que foram aderidos em prol de melhorias no sistema de Alfabetização.

Art 35º - A Lei Complementar Municipal 002/2007 no art. 78º discrimina que os integrantes do grupo dos Profissionais da Educação Básica no desempenho de suas atividades, além dos deveres comuns aos funcionários públicos civis do Município, cumpre:

I – Preservar as finalidades da Educação Nacional inspiradas nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana; II – Promover e/ou participar das atividades educacionais, sociais e culturais, escolares e extraescolares em benefício dos alunos e da coletividade a que serve a escola; III – Esforçar-se em prol da educação integral do aluno, utilizando processo que acompanhe o avanço científico e tecnológico e sugerindo também medidas tendentes ao aperfeiçoamento dos serviços educacionais; IV – Comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando as tarefas com zelo e presteza; V – Fornecer elementos para permanente atualização de seus assentamentos junto aos órgãos da Administração; VI – Assegurar o desenvolvimento do senso crítico e da consciência política do educando; VII – Respeitar o aluno sujeito do processo educativo e comprometer-se com a eficácia do seu aprendizado; VIII – Comprometer-se com o aprimoramento pessoal e profissional através da atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos, assim como da observância aos princípios morais e éticos; IX – Preservar os princípios democráticos da participação, da cooperação, do diálogo, do respeito à Liberdade e da justiça social.

Art. 36º Aos profissionais efetivos em exercício de função gratificada (Diretor, Coordenador Pedagógico, Supervisora pedagógica e Orientador Educacional) e aos que estão prestando serviços na SMEC será garantido à pontuação constante nos Anexos desta Instrução Normativa, no que se refere à titulação, tempo de serviço e assiduidade/jornada de trabalho e quanto à qualificação profissional, mediante apresentação de documentação.

Art. 37º Compete a SMEC orientar e acompanhar o processo de execução de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, tornando-se corresponsável pelas falhas, omissões e irregularidades que venham comprometer o processo.

Art. 38º. A Equipe Gestora das unidades escolares e SMEC que descumprir as orientações normativas em qualquer momento do ano letivo, omitindo classes e/ou aulas, desconsiderando a lista de

classificação dos profissionais da educação básica, dados ou informações, praticando ação que caracterize nepotismo no processo de atribuição de classes e/ou aulas/jornada de trabalho, ou atos que venham comprometer a legalidade e transparência no processo de atribuição, será responsabilizada pelos seus atos na forma da LC037/00.

Art. 39º. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura/SMEC, a qualquer momento, poderá designar Equipe de Supervisão Técnica para desenvolver atividades inerentes ao cumprimento das Portarias, Instrução Normativa e Edital de Seleção, que estabelecem critérios para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, para o ano letivo de 2024, nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 40º. Os casos omissos deverão ser solucionados em primeira instância pelas Comissões de Atribuições de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho no município e, em caso de impossibilidade, deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santo Afonso-MT.

Art. 41º. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data da sua publicação, com vigência para o ano letivo de 2024, salvo alterações de lei ou adequações de datas estabelecidas de acordo com o calendário escolar, revogadas as disposições em contrário.

Santo Afonso - MT, 17 de novembro 2023.

MARTA DEL MAZZO LOPES

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

Cronograma Para Elaboração de Portarias, Normativa e Desenvolvimento do Processo de Atribuição

Data/Horário	Ação	Local
08/11/2023	**Edital de Publicação da - Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho**	**Mural das escolas, SMEC**
16/11/2023 13h00min às 17h00-min	**Reformulação e Estudo da Normativa e Portarias**	**Auditório da Escola Municipal "Sebastião Tavares da Silva"**
22/11/2023	**Divulgação do Edital de convocação para as inscrições**	**Mural das escolas, SMEC**
23/24/27/11/2023 07h00min ás 11h00-min - 13h00min às 17h00-min	**Período de Inscrição.**	**Secretaria Municipal de Educação e Cultura**
30/11/2023 13h00min ás 17h00-min	**Contagem de pontos**	**Auditório da Escola Municipal "Sebastião Tavares da Silva"**
30/11/2023 17h00min	**Divulgação de resultado da contagem de pontos no mural das unidades escolares**	**Unidades Escolares e SMEC**
01/12/2023 07h00min ás 17h00-min	**Prazo para Interposição de Recurso**	**SMEC**
04/12/2023	**Prazo para a Secretaria Municipal de Educação responder os Recursos das Inscrições.**	**SMEC**
04/12/2023	**Publicação do resultado dos Recursos de Inscrição - deferido ou indeferido**	**SMEC**
05/12/2023 13h00min	**Atribuições de classes e/ou aulas do professor e do regime/jornada do Trabalho, pertencente do quadro efetivo nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o ano letivo de 2024 do Ensino Fundamental e Educação Infantil**	**Auditório da Escola Municipal "Sebastião Tavares da Silva"**
05/12/2023 14h30min.	**Atribuição do Técnico e Apoio Administrativo Educacional pertencente do quadro efetivo nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o ano letivo de 2024 do Ensino Fundamental e Educação Infantil**	**Auditório da Escola Municipal "Sebastião Tavares da Silva"**
01/02/2024 07h00min	**Retorno dos profissionais da educação Básica.**	**CEI. Irmã Luiza Cassiolato EM. Sebastião Tavares da Silva**
01/02/2024 à 07/02/2024	**Semana Pedagógica**	**CEI. Irmã Luiza Cassiolato EM. Sebastião Tavares da Silva**
08/02/2024 **07h00min**	**Início das aulas ano letivo de 2024**	**CEI. Irmã Luiza Cassiolato EM. Sebastião Tavares da Silva**

ANEXO I

FICHA DE PONTUAÇÃO P/ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS – PROFESSOR EFETIVO

1.0. DADOS PESSOAIS:

Nome do Servidor (a): Data de nascimento: / / .

Endereço: nº Complemento: Bairro: Cidade: CEP: Tel. Res.: Cel.: Email: Matrícula: RG: UF: D.Exp: / / CPF: .

Escola:

2.0. DADOS SOCIAIS 2.1 - Possui outro vínculo empregatício?

a) ( ) Não b) ( ) Sim

2.2 - Caso possua outro vínculo, informe o tipo, carga horária, e se é acumulável: a)( ) Municipal ( ) Estadual ( ) Federal ( ) Privado b) ( ) Ativo ( ) Aposentado c)Carga Horária:_____ d) ( ) Cargo Acumulável ( ) Cargo não acumulável **3.0. SITUAÇÃO FUNCIONAL:**

( ) Efetivo

3.1. CARGO/FUNÇÃO:

( ) Professor

3.2. JORNADASEMANAL DE TRABALHO:

( ) Reg. de trabalho de 30hs

4.0. HABILITAÇÃO: Do concurso e/ou enquadramento**:** **_____** a. Possui outra habilitação além da habilitação do concurso? (Campo obrigatório para o caso de possuir outra habilitação)

Nova habilitação: _____

4.1.OPÇÃODE ATRIBUIÇÃO:

Opção de atribuição por habilitação:

( ) Habilitação Concurso

( ) 2ª Habilitação (nova habilitação)

5.0. OPÇÃO DEATRIBUIÇÃO PORFUNÇÃO/MOTIVO: READAPTAÇÃO/REAPROVEITAMENTO

( ) Sim ( ) Não

Obs.: Servidor em Readaptação por período igual ou superior a 6 (seis) meses.

6.0. NÚMERO DE PONTOS OBTIDOS PELO PROFESSOR: CRITÉRIOS INDICADORES CÔMPUTO. 6.1 Da formação/titulação (Considerar a maior titulação) Doutorado 8,0 pontos ( )

Mestrado 6,0 pontos ( )

Especialização 4,0 pontos ( )

Licenciatura Plena 3,0 pontos ( )

7.0 DO TEMPO DE SERVIÇO

a- Para cada ano trabalhado na Rede Municipal de Educação, na habilitação específica, (cargo de origem).

0,5 (meio) ponto _____

8.0 QUALIFICAÇÃOPROFISSIONALCOMPLEMENTAR:

a- Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 5,0 pontos, considerar apenas dos últimos 03 anos. **1,0 (um) ponto** para 40 horas. _____

b) Cursos realizados na Plataforma do Selo Unicef, soma-se **01 ponto** para cada curso. Considerar apenas do ano vigente. _____

c) Publicação de matérias baseadas em projetos educacionais desenvolvidos nas unidades escolares na sua área de atuação. Apresentar cópia da página da publicação do relatório onde descreva os objetivos, métodos de acompanhamento e eficácia dos resultados alcançados, valendo **01 ponto** para cada publicação, com limite máximo de 3,0 pontos, considerar apenas do ano vigente._____

d) Projetos desenvolvidos no contra turno, destinados a recuperação da aprendizagem, com carga horária mínima de 20 horas-aulas acompanhados pela coordenação pedagógica, somam-se **1.5 ponto** a cada projeto de 20 horas._____

e) Projetos educacionais desenvolvidos nas unidades escolares na sua área de atuação, entregues para Coordenação pedagógica antes de iniciar a execução e de acordo com os critérios definidos no Art.25º da Instrução Normativa 001/2023/SMEC/MT. Valendo **01 ponto**, com limite máximo de 3,0 pontos, considerar apenas do ano vigente._____

f) As sequências didáticas ou/ sequências de atividades, desenvolvidas nas unidades de ensino entregues ao Coordenador Pedagógico e acompanhada pelo mesmo. Serão validadas com **0,5** a cada 40hs._____

8. Assiduidade e Participação na Formação Continuada realizada no âmbito escolar:

100% (5,0) pontos 90 % (4,0)pontos 80 % (3,0)pontos 75 % (2,0)pontos

9.0 TOTAL DE PONTOS _____

10. EM CASO DE EMPATE:

a) 1° Maior titulação. b) 2º Maior tempo de serviço no município (a partir do ingresso). c) 3º Maior Pontuação em Curso Específico no componente curricular de atuação. d) 4º Maior Idade.

11. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS - DESEMPATE:

Obs.: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais. - Atribuição será de acordo com a classificação.

Assinatura do (a) Professor (a)

Presidente da Comissão

Data: / /2023

ANEXO II

FICHA DE PONTUAÇÃO P/ATRIBUIÇÃO DO REGIME/JORNADA DE TRABALHO P/SERVIDORES TÉCNICO ADMINISTRATIVO E APOIO ADMINISTRATIVO EFETIVO

1.0. DADOS PESSOAIS:

Nome do Servidor (a): Data de nascimento: / / .

Endereço: nº Complemento: Bairro: Cidade: CEP: Tel. Res.: Cel.: Email: Matrícula: RG: UF: D.Exp: / / CPF: .

Escola:

2.0. SITUAÇÃO FUNCIONAL:

( ) efetivo

2.1 - REGIME DE TRABALHO:

a) regime de trabalho integral de 30 horas ( )

b) regime de trabalho integral de 40 horas ( )

2.2 -POSSUI OUTRO VINCULO EMPREGATÍCIO?

a. ( ) não

b. ( ) sim

JORNADA DE TRABALHO do outro cargo:_____Horas / semanais

3.0. FORMAÇÃO ESCOLAR/HABILITAÇÃO:

a. HABILITAÇÃO: _____

4.0. OPÇÃO PARA A FUNÇÃO QUE CONCORRE (assinalar apenas uma opção):

a) TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL TAE - Laboratório de Informática ( ) TAE - Secretaria Escolar ( ) TAE - Auxiliar Desenvolvimento Infantil ( ) **b) APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**

AAE/Limpeza ( )

AAE/Nutrição ( )

5.0. OPÇÃO DEATRIBUIÇÃO PORFUNÇÃO/MOTIVO: READAPTAÇÃO

( ) Sim ( ) Não

Obs.: Servidor em Readaptação por período igual ou superior a 6 (seis) meses.

6.0. NÚMERO DE PONTOS OBTIDOS PELO PROFISSIONAL:

a- DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO: abrangente a TAE - permitir somente o registro de um item e pontuá-lo:

Mestrado 6,0 pontos ( ) Especialização 4,0 pontos ( )

Lic. Plena/Bacharel 3,0 pontos ( )

Licenciatura Curta / Tecnólogo 2,0 pontos ( )

Especializado arara azul \pro funcionário 1,5 (um e meio) ponto ( )

Ensino Médio não profissionalizado 1.0 ponto ( )

b. DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO: abrangente a AAE - permitir somente o registro de um item e pontuá-lo:

Especializado arara azul \ pro funcionário 1.5 (um ponto e meio) ( )

Ensino Médio não profissionalizado 1.0 ponto ( )

Ensino Fundamental – Completo 0,5 ponto ( )

C- DO TEMPO DE SERVIÇO – TAE e AAE: considerar apenas o período de servidor efetivo, a partir do ingresso.

a. Para cada ano trabalhado na Rede Municipal de Educação, na função específica para a qual concorrer. **0,5 (meio) ponto**_____

7.0 - DAQUALIFICAÇÃOPROFISSIONALCOMPLEMENTAR:

a) Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 5,0 pontos, considerar apenas dos últimos 03 anos. **1,0 (um) ponto** para 40 horas. _____

b) Cursos realizados na Plataforma do Selo Unicef, soma-se **01 ponto** para cada curso. Considerar apenas do ano vigente. _____

c) Publicação de matérias baseadas em projetos educacionais desenvolvidos nas unidades escolares na sua área de atuação. Apresentar cópia da página da publicação do relatório onde descreva os objetivos, métodos de acompanhamento e eficácia dos resultados alcançados, valendo **01 ponto** para cada publicação, com limite máximo de 3,0 pontos, considerar apenas do ano vigente._____

d) Projetos educacionais desenvolvidos nas unidades escolares na sua área de atuação, entregues para Coordenação pedagógica antes de iniciar a execução e de acordo com os critérios definidos no Art.25º da Instrução Normativa 001/2023/SMEC/MT. Valendo **01 ponto**, com limite máximo de 3,0 pontos, considerar apenas do ano vigente._____

8.0 Assiduidade e Participação na Formação Continuada realizada no âmbito escolar: 100% (5,0) pontos 90 % (4,0) pontos 80 % (3,0) pontos 75 % (2,0) pontos

9.0 TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – **(Secretaria Escolar e Laboratório de Informática).** Considerar apenas os últimos 3 anos e **cursos específicos** para a função a qual concorre:

a. Certificado, Conhecimento e domínio de informática em MS Office Word e Excel, **5,0** pontos**.**_____ b. Conhecimento e domínio de informática BrOffice e Linux.**5,0** pontos_____.

10. APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - considerar apenas os últimos 3 anos e **cursos específicos** para a função a qual concorre - MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA/LIMPEZA

a). Certificado na área específica (limpeza, higienização, execução/pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários, alvenaria e jardinagem), com limite máximo de 5,0 pontos. 1,0 (um) ponto p/cada 20 horas_____

11. NUTRIÇÃO ESCOLAR

a) Certificado, na **área específica** (limpeza, higienização, organização e controle dos insumos utilizados na alimentação e preparação de alimentos), com limite máximo de 5,0 pontos.1,0 (um) ponto p/cada 20 horas_____

12. TOTALDE PONTOS OBTIDO NA FICHA GERAL: _____

13. EM CASO DE EMPATE: a) 1° Maior titulação; b) 2º Maior tempo de serviço no município (a partir do ingresso); c) 3º Maior Pontuação em Curso Específico no componente curricular de atuação; d) 4º Maior idade

14.TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/ DESEMPATE:

Obs.: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais. - Atribuição será de acordo com a classificação .

_____

Assinatura do servidor administrativo

Presidente da Comissão

Data: / /2023.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 003/2023/SMEC/MT

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

PORTARIA Nº 003/2023/SMEC/MT

Dispõe sobre o Calendário Escolar, Organização de Turmas, matricula e rematrícula das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino do Município de Santo Afonso – MT, para o ano letivo de 2024.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso das atribuições legais, e considerando a necessidade de garantir o cumprimento da Lei nº 9394/96;

Considerando a Resolução Normativa nº 002/2015-CEE-MT;

Considerando ainda a necessidade de normatizar o início e o término do ano letivo 2024 das unidades Escolares da Rede Pública Municipal de ensino.

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento da Lei Municipal Nº 050/2001, que criou o CEI “Irmã Luiza Cassiolato” e determina período de funcionamento.

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento da Lei 9.394/96;

Considerando ainda, a necessidade de normatizar o retorno dos professores e demais profissionais da educação básica as suas atribuições funcionais, na unidade escolar de lotação;

RESOLVE:

Art. 1° As Unidades Escolares deverão estar em conformidade com a LDB quanto ao cumprimento do art. 24 que dispõe sobre a carga horária mínima de 800 horas anuais de atividades pedagógicas garantindo o disposto no inciso IX do art. 3.° da LDB , do inciso VII do art. 206 da Constituição Federal de 1.988.

Art. 2º. É dever da Direção das Unidades Escolar obedecer e fazer obedecer ao disposto nesta Portaria e na Instrução Normativa nº002/2023, que devem ser rigorosamente cumpridas.

Art. 3º. Os Diretores das Unidades Escolares e os respectivos Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar deverão observar as datas estabelecidas nesta portaria bem como cumprir e socializar o calendário escolar com os demais profissionais, para conhecimento e acompanhamento.

Art. 4º. Estabelecer a previsão do início do ano letivo para o dia **01/02/2024** e o dia **13/12/2024** para o término do ano letivo nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 5º. Determinar que as férias regulamentares dos professores da Educação Básica, nos termos do inciso I, do artigo 54 da lei Complementar nº 002/07sejam nos seguintes períodos:

I. Após o término do 1º semestre letivo, do dia **15 de julho a 29 de julho 2024.** II. No encerramento do ano letivo, conforme os respectivos calendários escolares, as férias regulamentares de 30 dias terão início no dia **02 de janeiro 2024**.

Art. 6º. Determinar o dia **01/02/2024**, para o retorno dos profissionais da educação básica as suas atribuições funcionais na unidade escolar de lotação, observando ainda:

I - Nos dias **01 a 07** de fevereiro de 2024, as Unidades Escolares Municipais realizarão a Semana Pedagógica para Planejamento Curricular do ano letivo de 2024.

II – Os profissionais que estão sob processo de desvio de função mediante licença médica deverão comparecer ao PREVIMSA e a Secretaria de Educação e Cultura para providências de uma nova avaliação e Perícia Médica e/ ou regularização da situação funcional;

III - Os profissionais que estão de atestados médico, e impossibilitado de retornar as suas atividades precisam apresentar laudo médico atualizado até o dia **01/02/2024**.

IV - Os Professores que estão em cargos eletivos de Direção, Coordenação, Supervisão e Orientação Educacional não poderão participar do processo de atribuição de classes e/ ou aulas na Unidade Escolar, no ato de atribuição deverá ser registrado em ata conforme determina nesta portaria.

Art. 7º - A Educação Infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I. Avaliação, mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; II. Carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; III. Controle de frequência pela Instituição de Educação Pré-Escolar, exigida a frequência mínima de 65% (sessenta e cinco por cento) do total de horas; IV. Expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Art. 8º - A Educação Infantil, primeira Etapa da Educação Básica, constitui direito da criança e dever do Estado, da família e da sociedade, sendo organizada da seguinte forma:

I. Creche: 06 (seis) meses a 03 (três) anos de idade; II. Pré-escola: 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade.

§ 1º A matrícula na Pré-Escola deve ser efetivada para as crianças que completarem 4 (quatro) anos até 31 de março do ano letivo em curso, garantindo assim, o acesso, em idade própria,

§ 2º A criança que completar 6 (seis) anos até 31 de março será matriculada no Ensino Fundamental.

Art. 9º Fica estabelecido de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) N° 9394/96 que estabelece normas da educação básica e suas alterações; que dispõe de parâmetros organizativos das atividades escolares e execução de currículos e programas em especial no art. 20 que trata do cumprimento da carga horária mínima anual de 800 horas na educação básica.

§ 1º - O Ensino Religioso para o 6º ano será facultativo e fora das 20 horas semanal.

§ 2º - Os feriados do Calendário das unidades escolares deverão coincidir com os feriados nacionais e ou decretados pelo Governo Estadual e ou Municipal.

Art. 10º As unidades Escolares deverão realizar matriculas e/ou confirmação das matriculas nos seguintes períodos:

I. 02/01/2024 a 31/01/2024;

II. No ato da matrícula deverá ser apresentado documentos pessoais do aluno, documentos do responsável, documento de escolaridade, cartão SUS, NIS, comprovante de residência e carteira de vacinação.

III. É de responsabilidade da família a regularização de toda documentação proposta, sobre pena de ser encaminhado ao Conselho Tutelar e caso seja necessário ao Ministério Público, com prazo de 45 dias;

IV. Visando a qualidade e equidade do ensino, turmas do Ensino Fundamental, de acordo com número de alunos, poderão ser divididas e por não haver salas de aula suficientes no mesmo período deverão ser distribuídas nos dois turnos matutino e vespertino, com equiparação de números de estudantes por turma, ressalvando que os alunos da zona rural por dependerem de transporte escolar terão prioridades nas vagas do período matutino, as demais matriculas serão realizadas de acordo com as vagas existentes em cada período;

V. Ressalta - se que equiparados o número de alunos nas turmas A e B, a próxima matrícula será na turma A e assim sucessivamente visando manter o mesmo número de aluno;

Art. 11º Segue em anexo I - Calendário Escolar Municipal – Ano Letivo 2024.

Art.12º Compete a Secretaria Municipal de Educação e Cultura acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art. 13º Os casos omissos serão solucionado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, ouvida a Assessoria Jurídica deste município.

Art. 14º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Afonso - MT, 17 de novembro de 2023.

Marta Del Mazzo Lopes

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registrado e publicado na data supra, na forma

ANEXO I

CALENDÁRIO ESCOLAR - ANO LETIVO: 2024

JANEIRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	01	02	03	04	05	06
07	08	09	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			
FÉRIAS COLETIVA: 02/01 a 31/01/24						

FEVEREIRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
				01	02	03
04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29		
14 dias letivos						

MARÇO						
Dom	Seg	ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					01	02
03	04	05	06	07	08	09
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						
20 dias letivos						

Período de Matrículas e férias coletivas: 02/01 a 31/01/24 Semana Pedagógica: 01/02 a 07/02/24

Início do 1º semestre:08/02/24 Término do 1º semestre: 12/07/24

ABRIL						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	01	02	03	04	05	06
07	08	09	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				
22 dias letivos						

MAIO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			01	02	03	04
05	06	07	08	09	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	
21 dias letivos						

JUNHO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						01
02	03	04	05	06	07	08
09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						
20 dias letivos						

Nº de dias Letivos 1º semestre: 107 dias

JULHO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	01	02	03	04	05	06
07	08	09	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			
12 dias letivos						

AGOSTO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
				01	02	03
04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31
19 dias letivos						

SETEMBRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
01	02	03	04	05	06	07
08	09	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					
21 dias letivos						

Início do 2ºsemestre: 30/07/24

OUTUBRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		01	02	03	04	05
06	07	08	09	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		
22 dias letivos						

NOVEMBRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					01	02
03	04	05	06	07	08	09
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
19 dias letivos						

DEZEMBRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
01	02	03	04	05	06	07
08	09	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				
10 dias letivos						

Término do 2º semestre:13/12/24 Nº de dias Letivos do 2º semestre: 93 dias

200 dias letivos

Bim	início	fim	Nº Dias
1º	08/02/24	26/04/24	54
2º	29/04/24	12/07/24	53
3º	30/07/24	07/10/24	47
4º	08/10/24	13/12/24	46

Legenda

Domingo
Sábado
Período de matrícula
Semana Pedagógica
Dias letivos
Feriado
Período de Férias semestral

Retorno dos profissionais e faxina
Recesso

Feriados e Calendário Cultural de 2024			
Feriados/Recessos Calendário Cultural			
1º Semestre		**2º Semestre**	
12/02	Recesso	01/08	Dia de Santo Afonso
13/02	Carnaval	02/08	Recesso
29/03	Sexta-feira santa	15/08	Dia de nossa senhora mãe dos homens
01/05	Dia do trabalho	28/10	Dia do funcionário público
30/05	Corpus christi	15/11	Proclamação da república
		20/11	Consciência negra

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº004/2023/SMEC/MT

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

PORTARIA Nº004/2023/SMEC/MT

Dispõe sobre os critérios para Composição de Turmas das Unidades Escolares da Rede Municipal.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, no uso de suas atribuições legais e, Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e Lei Complementar nº 49/98;

Considerando as Resoluções do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso que regulamentam as etapas, modalidades e especificidade da Educação Básica;

Considerando a necessidade de definir critérios que visem à composição de turmas das Escolas Municipais interligadas a Secretaria Municipal de Educação e Cultura que ofertam Ensino Fundamental e Educação Infantil e a organização de seus respectivos quadro de profissionais;

RESOLVE:

Art. 1º Os critérios para composição das turmas das unidades escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, são os fixados nesta Portaria, sem prejuízo daqueles diretamente expressos na lei.

Art. 2º À Equipe Gestora e ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar compete à organização e a composição de turmas nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino nos termos do artigo anterior.

Parágrafo único. As turmas serão compostas mediante o número de matrículas existentes, etapas de ensino, modalidade oferecida e turnos de funcionamento da escola.

Art. 3º A composição das turmas será feita com base no número de alunos por turma, obedecendo aos seguintes critérios:

I – No Ensino Fundamental:

a) 1º Ciclo e 2º Ciclo -15 (quinze) a 25 (vinte cinco) alunos;

II – Nas Escolas de Extensão ou salas anexas localizadas na zona rural, que possuírem número de aluno inferior ao previsto no inciso I, constituirão suas turmas observando os seguintes critérios: a) Ensino fundamental –1º ciclo – 15 (quinze) a 20 (vinte) alunos; b) Ensino fundamental – 2º ciclo - 15(quinze) a 20 (vinte) alunos; c) Caso haja números de alunos por turma inferior ao estabelecido na alínea a, b, no inciso II, as turmas poderão ser formadas em salas multiciclada. III - Na Educação Infantil: a) Crianças de 6 meses a 1 ano – de 06 a 08 educando b) Crianças de 1 a 2 anos – de 08 a 10 educando c) Crianças de 2 a 3 anos – de 13 a 15 educando d) Crianças de 4 a 5 anos 20 a 25 educando e) Nos casos das turmas que o número de matriculas não atingirem o percentual mínimo de 50% estabelecidos nas alíneas a, b, c, d deverá ser formada sala de multiturmas.

§ 1º – O número de alunos por turma deverá seguir o estabelecido nos incisos I, II e III do Art. 3º desta portaria, caso não tenha número maior que o máximo permitido e comprovado pela frequência escolar não poderá formar nova turma.

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Santo Afonso – MT, orientar e acompanhar a composição de turmas, bem como a organização do quadro de pessoal e fazer cumprir as normas vigentes.

Art. 5º Compete às Equipes Gestora das Unidades Escolar e à Secretaria Municipal de Educação e Cultura acompanhar bimestralmente a movimentação do número de alunos, conforme preceitua esta Portaria, procedendo ao ajuste de turma e do quadro de pessoal da Escola Municipal “Sebastião Tavares da Silva” e do Centro de Educação Infantil “Irmã Luiza Cassiolato”, se forem o caso.

Art. 6º Caberá a Secretaria de Educação e Cultura, acompanhar o cumprimento desta portaria, bem como resolver os casos omissos.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais a partir do ano letivo de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Santo Afonso - MT, 17 de novembro de 2023.

Marta Del Mazzo Lopes

Secretária Municipal de Educação

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 031/2023

DECRETO MUNICIPAL Nº 031/2023

EMENTA: “DISPOE FERIADO NAS REPARTIÇOES PÚBLICAS NA DATA 20 DE NOVEMBRO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Luís Fernando Ferreira Falcão, Prefeito do Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, respeitadas as normas da estrutura funcional do Poder Executivo Municipal, e consoante às normas gerais do Direito Público.

CONSIDERANDO que, o dia 20 de Novembro é considerado Feriado Estadual em Mato Grosso pela lei N° 7879 de 27 de Novembro de 2002, por adesão a comemoração do Dia da Consciência Negra;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado feriado no Serviço Público Municipal no dia 20 de Novembro de 2023.

Art. 2° - Os órgãos públicos municipais estarão fechados e não haverá expediente de atendimento ao público, exceto nos casos excepcionais citados nos parágrafos do art. 3º deste decreto.

Art. 3º - Serão mantidos os serviços essenciais e ininterruptos, na Secretaria Municipal de Saúde (Regime de plantão na UBS João Evangelista Pinheiro de Abreu, Posto de Saúde Padre Isidoro Shinaider e Ambulatório Municipal), Secretaria Municipal de Infraestrutura (Coleta de Lixo Urbano e

Abastecimento de Água), Conselho Tutelar (Regime de plantão sobre aviso), conforme descritos neste artigo.

Art. 4° - Todos os servidores públicos municipais, efetivos, comissionados, contratados e terceirizados, não relacionados no art. 3º deste decreto, voltarão às suas atividades normais no dia 21 de Novembro de 2023, e não sofrerão prejuízos quanto às suas remunerações.

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação não se aplicando em caráter obrigatório ao comércio local, propriedades rurais e demais empresas privadas que não estão interligadas ao poder público.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

CPF/MF: 022.566.881-51 RG: 160496-0 SSP/MT.

PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 043/2023

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 010/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos 16 dias do mês de novembro de 2023, o **MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pedro Álvares Cabral, n° 155, Centro, Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº no C.N.P.J sob o nº 37.464.161/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Senhor **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral n. 16049640 SSP/MT, e CPF: 022.566.881-51, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** do outro lado a empresa **MULTUS COMERCIAL LTDA - EPP , pessoa jurídica, inscrita no CNPJ:24.753.864/0001-42**, e inscrição estadual: **13.628.482-5**, situada na **AV. TENENTE PRAEIRO Nº 3255, BAIRRO JARDIM CALIFORNIA CEP 78070-300**, neste ato representada pelo seu proprietário **RODOALDO SANTOS DA COSTA o**, comerciante, solteiro, brasileiro, portador do RG nº. **688340** SSP/RO e CPF **545.636.401-82**, residente e domiciliado na **AVENIDA DAS PALMEIRAS, Nº 27, COND.RIO COXIPÓ, JARDIM IMPERIAL, CUIABÁ, CEP: 78075850**, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial. 010/2023 para Registro de Preços, **RESOLVEM** registrar os preços conforme Termo de Referência **(Anexo I)** deste Edital, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto n. 7.892/13, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO

1.1.O objeto da presente Ata será REGISTRO **DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT**, conforme Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra, conforme quantidades e especificações.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 010/2023,** com fundamento nas Leis n**º** 10.520/02, n**.** 8.666/93 e alterações posteriores, conforme autorização da Autoridade Competente, **Sr. Luis Fernando Ferreira Falcão – Prefeito Municipal.**

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos materiais de construção, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 010/2023**e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora: MULTUS COMERCIAL LTDA - EPP

Nome: MULTUS COMERCIAL LTDA - EPP **CNPJ:** 24.753.864/0001-42 **Inscrição Estadual: 13.628.482-5 Endereço:** AV. TENENTE PRAEIRO Nº 3255, BAIRRO JARDIM CALIFORNIA **Cidade/Estado:** CUIABÁ - MT **CEP:** 78070-300 **Telefones: (65) 99662-9600 Representante Legal: RODOALDO SANTOS DA COSTA RG: 688340 SSP/RO CPF: 545.636.401-82**

4.2. Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

Descrição do item	Unidade de medida	Quantidad e	Valor unitário	Valor total	Marca
BOMBA SUBMERSA 380W 127V	un	14,0000	R$ 242,00	R$ 3.388,00	HJM
BROCA DE ACO RAPIDO 12MM	un	15,0000	R$ 21,80	R$ 327,00	FERTA K
BROCA DE ACO RAPIDO 4,5MM	un	15,0000	R$ 3,39	R$ 50,85	FERTA K
BROCA VIDEA PARA CONCRETO 07MM	un	15,0000	R$ 5,80	R$ 87,00	FERTA K
BROCA VIDEA PARA CONCRETO 12MM	un	15,0000	R$ 12,00	R$ 180,00	FERTA K
CAIXA DE DESCARGA 9LT BRANCO	un	45,0000	R$ 30,80	R$ 1.386,00	ALUMA SA
CANTONEIRA PARA FORRO PVC 8MM TIPO "U" MT	un	340,0000	R$ 19,90	R$ 6.766,00	GSG
CARRINHO DE MAO 60LT GALVANIZADO	un	14,0000	R$ 188,00	R$ 2.632,00	BOTAF OGO
COLHER DE PEDREIRO N°10	un	15,0000	R$ 19,00	R$ 285,00	FERTA K
CORDA DE POLIESTER 10MM	m	370,0000	R$ 2,49	R$ 921,30	RIOMA R
CORDA DE SEDA 8MM MT	m	370,0000	R$ 1,45	R$ 536,50	RIOMA R

DISCO DE CORTE FINO INOX N°4-1/2	un	100,0000	R$ 2,20	R$ 220,00	MELFI
DISCO PARA CORTE INOX N° 7- 1,6X7/8	un	100,0000	R$ 5,30	R$ 530,00	MELFI
ELETRODO USO GERAL 6013/4,00MM KG	kg	100,0000	R$ 23,90	R$ 2.390,00	WELD
ENXADA LARGA CONSTRUÇÃO 2,0 C/ CABO 130 CM	un	40,0000	R$ 34,90	R$ 1.396,00	PARAB ONI

ESPUMA EXPANSIVA 500ML	un	50,0000	R$ 28,00	R$ 1.400,00	CHEMI COLOR
FERRO 4/2 CA60= 4.2MMX12MT	un	220,0000	R$ 11,00	R$ 2.420,00	SINOB RAS
FITA VEDA ROSCA 18X50M	un	50,0000	R$ 6,00	R$ 300,00	GOOL
JANELA VENEZIANA 100X120X12	un	45,0000	R$ 289,00	R$ 13.005,00	HB
JOELHO 90° SOLDÁVEL 50MM	un	60,0000	R$ 3,00	R$ 180,00	PLASTI LIT
JOELHO ESGOTO 90° 50MM	un	60,0000	R$ 2,09	R$ 125,40	PLASTI LIT
LINHA PARA CORTADOR DE GRAMA 3MM 1MT	ROLO	155,0000	R$ 88,00	R$ 13.640,00	EKILO N
LIXA D'ÁGUA N°220	un	270,0000	R$ 1,80	R$ 486,00	NORT ON
LIXA D'ÁGUA N°80	un	270,0000	R$ 1,80	R$ 486,00	NORT ON
LIXA FERRO N°150	un	170,0000	R$ 2,60	R$ 442,00	NORT ON
LUVA SIMPLES ESGOTO 50MM	un	60,0000	R$ 1,74	R$ 104,40	PLASTI LIT
LUVA SOLDAVEL C/ ROSCA25MMX3/4	un	170,0000	R$ 3,44	R$ 584,80	PLASTI LIT
MARRETA DE 1KG COM CABO	un	10,0000	R$ 32,80	R$ 328,00	TENAC E
MASCARA FILTRADORA DESCATAVEL COM VALVULA PFF2	un	300,0000	R$ 2,79	R$ 837,00	PLASTI COR
PARAFUSO PARA TELHA COM ARRUELA DE VEDAÇÃO 5/16X110 MM	un	4250,0000	R$ 2,09	R$ 8.882,50	BELEN US
PICARETA ESTREITA N°4 COM CABO	un	30,0000	R$ 69,00	R$ 2.070,00	PARAB ONI
PORTA LAMINADA 2,10X80	un	42,0000	R$ 314,00	R$ 13.188,00	HB
PREGO 17X21 C/ CABEÇA 01KG	PC 1 KG	28,0000	R$ 17,70	R$ 495,60	PREG OFIX
PREGO 19X36 C/ CABEÇA 01KG	PC 1 KG	15,0000	R$ 17,78	R$ 266,70	PREG OFIX
PREGO 25X72 C/ CABEÇA 01KG	PC 1 KG	15,0000	R$ 26,00	R$ 390,00	PREG OFIX
PULVERIZADOR PLASTCOSTAL 20 LT	un	15,0000	R$ 185,00	R$ 2.775,00	NOVE5 4

ROLO DE LA ANTI RESPINDO 23CM	un	60,0000	R$ 10,00	R$ 600,00	ROMA
ROLO DE LA COM CABO 23CM	un	80,0000	R$ 10,00	R$ 800,00	ROMA
TANQUE DUPLO DE MARMORE SINTETICO 110X55	un	14,0000	R$ 187,00	R$ 2.618,00	RESIT EC
TE SOLDAVEL 25 MM	un	220,0000	R$ 1,09	R$ 239,80	PLASTI LIT
TINNER 5 LT	GL 5 L	106,0000	R$ 74,00	R$ 7.844,00	MAZA
TUBO PVC ESCOTO 75MM 6MT	un	35,0000	R$ 62,00	R$ 2.170,00	PLASTI LIT
TUBO PVC SOLDAVEL 25MM 6MT	un	200,0000	R$ 16,99	R$ 3.398,00	PLASTI LIT
			TOTAL	**R$ 101.171,85**	

5–DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

5.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

5.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

5.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização dos materiais de construção deste Instrumento;

5.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

5.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos materiais, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

5.6. Acompanhar o fornecimento dos materiais, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento dos materiais de construção fora das especificações deste Edital;

6–DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

6.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

6.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

6.3. Entregar os materiais objetos desta Licitação **após 07 (sete) dia útil**, contados da emissão da ordem de fornecimento.

6.4. Fornecer os materiais de construção nas quantidades solicitadas, entregando-os em dias determinados pela Secretária Municipal solicitante.

6.5. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento dos materiais, até 25% (vinte e cinco) por cento do valor atualizado do contrato, conforme artigo 65 §1º, da Lei nº 8.666/93.

6.6. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento dos materiais de construção da emissão da ordem de fornecimento.

6.7. Na falta de qualquer material cotado pela Licitante vencedora, a mesma fica obrigada a entregar outro material similar, ainda que de preço superior, sem qualquer ônus adicional para o “CONTRATANTE”. **6.8.** Substituir o material rejeitado, por não estar de acordo com o especificado e/ou impróprio para o uso, no período máximo de 03(três) dias. **6.9.** Substituir o material, caso seja constatado qualquer tipo de rompimento da respectiva embalagem. Neste caso, caberá ao “CONTRATANTE”, rejeitar o material, através do servidor designado para efetuar a fiscalização do mesmo. **6.10.** No momento do desembarque dos materiais de construção, os responsáveis da “CONTRATADA” deverão sempre depositá-los, cuidadosamente, nos locais designados, dispondo os mesmos em pilhas, conforme orientação do servidor designado pelo “CONTRATANTE”. **6.11.** Fica a CONTRATADA obrigada a ressarcir ao Município o valor recebido, quando constatada a má qualidade do material e/ou peso deficiente do mesmo.

6.12. Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos materiais de construção, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelo fornecimento e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

6.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

6.14. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município;

6.15. Responsabilizar-se Civil e Criminalmente por danos causados aos servidores do Município ou a terceiros, decorrentes do fornecimento de materiais impróprios para o uso. **6.16.** Responsabilizar-se por danos, extravios ou prejuízos causados por seus empregados em equipamento ou nas dependências dos Órgãos Municipais ou a terceiros.

6.17. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer no Município ou a terceiros, decorrentes do próprio fornecimento dos produtos;

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços constante desta **Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) mese**s, contados da data de sua assinatura.

7.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega dos MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, de acordo com a apresentação da Nota Fiscal devidamente preenchida e atestada pelo Secretário Responsável e Setor de Compras.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5. As **Notas Fiscais deverão vir acompanhadas** da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social – INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS.

8.6. A fatura deverá ser recebida pelo setor competente com antecedência mínima de 30 dias da data de vencimento.

8.7. No caso de cobrança indevida, a FORNECEDOR/CONTRATADO será notificada, devendo proceder à correção e reapresentação da nota fiscal/fatura, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

8.8. Não haverá em nenhuma hipótese pagamento antecipado.

9. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência desta Ata.

9.1.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

10.1.1. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

10.1.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

10.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

10.1.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento de produtos.

10.6. Caso o Município não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O fornecimento fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

11.1.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no ITEM 11.2.2;

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

11.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

11.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

11.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.4. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, restritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o **Edital de Pregão Presencial nº 010/2023**, seus anexos e as propostas da contratada.

III. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização da execução do fornecimento será exercida por servidor nomeado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do fornecimento que venha a ser determinada pelo CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Arenápolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE –SE E CUMPRE – SE.

Santo Afonso/MT, 16 de novembro de 2023.

Luis Fernando Ferreira Falcão - Prefeito Municipal

Município de Santo Afonso/MT.

CONTRATANTE

MULTUS COMERCIAL LTDA - EPP

CNPJ:24.753.864/0001-42

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: TAMIRES DE FREITAS PIRES NOME: ROLFF RODRIGO DA SILVA

CPF: 028.266.132-86 CPF: 031.176.161-52

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 042/2023

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 010/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos 16 dias do mês de novembro de 2023, o **MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pedro Álvares Cabral, n° 155, Centro, Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº no C.N.P.J sob o nº 37.464.161/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Senhor **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral n. 16049640 SSP/MT, e CPF: 022.566.881-51, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** do outro lado a empresa **MENDONÇA JUNIOR COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ:44.873.952/0001-95**, e inscrição estadual: **13.916.102-3**, situada na **AV. FERNANDO CORREA DA COSTA Nº 46465 BAIRRO COXIPÓ, CEP: 78.085-000 CUIABÁ - MT.** Neste ato representada pelo seu proprietário **CARLOS ALBERTO MENDONÇA JUNIOR o**, comerciante, brasileiro, portador do RG nº. **1941764-0** SSP/MT e CPF **022.403.751-08**, residente e domiciliado na **AV. FERNANDO CORREA DA COSTA Nº 46465 BAIRRO COXIPÓ, QD 07 CEP: 78.085-000**, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial. 010/2023 para Registro de Preços, **RESOLVEM** registrar os preços conforme Termo de Referência **(Anexo I)** deste Edital, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto n. 7.892/13, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO

1.1.O objeto da presente Ata será REGISTRO **DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT**, conforme Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra, conforme quantidades e especificações.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 010/2023,** com fundamento nas Leis n**º** 10.520/02, n**.** 8.666/93 e alterações posteriores, conforme autorização da Autoridade Competente, **Sr. Luis Fernando Ferreira Falcão – Prefeito Municipal.**

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos materiais de construção, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 010/2023**e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora: MENDONÇA JUNIOR COMERCIAL LTDA

Nome: MENDONÇA JUNIOR COMERCIAL LTDA **CNPJ:** 44.873.952/0001-95 **Inscrição Estadual: 13.916.102-3 Endereço:** AV. FERNANDO CORREA DA COSTA Nº 46465 BAIRRO COXIPÓ **Cidade/Estado:** CUIABÁ - MT **CEP:** 78.085-000 **Telefones: (65) 8130-0086 Representante Legal: CARLOS ALBERTO MENDONÇA JUNIOR RG: 1941764-0 SSP/MT CPF: 022.403.751-08**

4.2. Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

Descrição do item	Unidade de medida	Quantidad e	Valor unitário	Valor total	Marca
CABO AUTO FLEXIVEL 2,5 MM	m	1600,0000	R$ 1,05	R$ 1.680,00	LED FILL
CAIXA MEDICAO POLIFÁSICA CMD3 P3	un	14,0000	R$ 110,00	R$ 1.540,00	TAF
DISJUNTOR TRIPOLAR 90A DIN NEMA	un	40,0000	R$ 80,00	R$ 3.200,00	OUROL UX
INTERRUPITOR SIMPLES 1 TECLA 10A LUZ2 BR	un	110,0000	R$ 4,00	R$ 440,00	PLUZIE
PLAFONIER PARA LAMP BRANCO	un	170,0000	R$ 3,20	R$ 544,00	DEMI
SOQUETE DE PORCELANA E27	un	35,0000	R$ 1,90	R$ 66,50	DECO RLUX
TOMADA 2P+ T10 A	un	70,0000	R$ 3,40	R$ 238,00	PLUZIE
TOMADA TRIPLA 2 P + T 10A	un	70,0000	R$ 4,20	R$ 294,00	PLUZIE
			TOTAL	**R$ 8.002,50**	

5–DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

5.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

5.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

5.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização dos materiais de construção deste Instrumento;

5.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

5.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos materiais, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

5.6. Acompanhar o fornecimento dos materiais, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento dos materiais de construção fora das especificações deste Edital;

6–DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

6.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

6.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

6.3. Entregar os materiais objetos desta Licitação **após 07 (sete) dia útil**, contados da emissão da ordem de fornecimento.

6.4. Fornecer os materiais de construção nas quantidades solicitadas, entregando-os em dias determinados pela Secretária Municipal solicitante.

6.5. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento dos materiais, até 25% (vinte e cinco) por cento do valor atualizado do contrato, conforme artigo 65 §1º, da Lei nº 8.666/93.

6.6. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento dos materiais de construção da emissão da ordem de fornecimento.

6.7. Na falta de qualquer material cotado pela Licitante vencedora, a mesma fica obrigada a entregar outro material similar, ainda que de preço superior, sem qualquer ônus adicional para o "CONTRATANTE". **6.8.** Substituir o material rejeitado, por não estar de acordo com o especificado e/ou impróprio para o uso, no período máximo de 03(três) dias. **6.9.** Substituir o material, caso seja constatado qualquer tipo de rompimento da respectiva embalagem. Neste caso, caberá ao "CONTRATANTE", rejeitar o material, através do servidor designado para efetuar a fiscalização do mesmo. **6.10.** No momento do desembarque dos materiais de construção, os responsáveis da "CONTRATADA" deverão sempre depositá-los, cuidadosamente, nos locais designados, dispondo os mesmos em pilhas, conforme orientação do servidor designado pelo "CONTRATANTE". **6.11.** Fica a CONTRATADA obrigada a ressarcir ao Município o valor recebido, quando constatada a má qualidade do material e/ou peso deficiente do mesmo.

6.12. Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos materiais de construção, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelo fornecimento e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

6.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

6.14. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município;

6.15. Responsabilizar-se Civil e Criminalmente por danos causados aos servidores do Município ou a terceiros, decorrentes do fornecimento de materiais impróprios para o uso. **6.16.** Responsabilizar-se por danos, extravios ou prejuízos causados por seus empregados em equipamento ou nas dependências dos Órgãos Municipais ou a terceiros.

6.17. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer no Município ou a terceiros, decorrentes do próprio fornecimento dos produtos;

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços constante desta **Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura.

7.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega dos MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, de acordo com a apresentação da Nota Fiscal devidamente preenchida e atestada pelo Secretário Responsável e Setor de Compras.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5. As **Notas Fiscais deverão vir acompanhadas** da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social – INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS.

8.6. A fatura deverá ser recebida pelo setor competente com antecedência mínima de 30 dias da data de vencimento.

8.7. No caso de cobrança indevida, a FORNECEDOR/CONTRATADO será notificada, devendo proceder à correção e reapresentação da nota fiscal/fatura, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

8.8. Não haverá em nenhuma hipótese pagamento antecipado.

9. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência desta Ata.

9.1.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

10.1.1. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

10.1.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

10.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

10.1.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento de produtos.

10.6. Caso o Município não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O fornecimento fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

11.1.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no ITEM 11.2.2;

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

11.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

11.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

11.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.4. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, restritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o **Edital de Pregão Presencial nº 010/2023**, seus anexos e as propostas da contratada.

III. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização da execução do fornecimento será exercida por servidor nomeado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do fornecimento que venha a ser determinada pelo CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Arenápolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE –SE E CUMPRE – SE.

Santo Afonso/MT, 16 de novembro de 2023.

Luis Fernando Ferreira Falcão - Prefeito Municipal

Município de Santo Afonso/MT.

CONTRATANTE

MENDONÇA JUNIOR COMERCIAL LTDA

CNPJ:44.873.952/0001-95

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: TAMIRES DE FREITAS PIRES NOME: ROLFF RODRIGO DA SILVA

CPF: 028.266.132-86 CPF: 031.176.161-52

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 041/2023

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 010/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos 16 dias do mês de novembro de 2023, o **MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pedro Álvares Cabral, n° 155, Centro, Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº no C.N.P.J sob o nº 37.464.161/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Senhor **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral n. 16049640 SSP/MT, e CPF: 022.566.881-51, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** do outro lado a empresa **LC GUEDES LTDA ,** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ:**36.314.983/0003-40**, e inscrição estadual: **13.967.077-7, situada na RUA FRANCISCO F RAMOS 38-N CENTRO DA CIDADE DE TANGARÁ DA SERRA,** neste ato representada pelo seu proprietário **LUIZ CARLOS GUEDES** , proprietário, brasileiro, portador do RG nº. **05173841** SSP/MT e CPF **415.884.951-91**, residente e domiciliado na **RUA DORVALINO MINOZZO, Nº1958S, BAIRRO CIDADE ALTA NA CIDADE DE TNAGARÁ DA SERRA – MT, CEP: 78.306-167**, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial. 010/2023 para Registro de Preços, **RESOLVEM** registrar os preços conforme Termo de Referência **(Anexo I)** deste Edital, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto n. 7.892/13, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO

1.1.O objeto da presente Ata será REGISTRO **DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT**, conforme Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra, conforme quantidades e especificações.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 010/2023,** com fundamento nas Leis nº 10.520/02, n**.** 8.666/93 e alterações posteriores, conforme autorização da Autoridade Competente, **Sr. Luis Fernando Ferreira Falcão – Prefeito Municipal.**

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos materiais de construção, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 010/2023**e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora: LC GUEDES LTDA

Nome: LC GUEDES LTDA **CNPJ:** 36.314.983/0003-40 **Inscrição Estadual: 13.967.077-7 Endereço:** RUA FRANCISCO F RAMOS 38-N CENTRO **Cidade/Estado:** TANGARÁ DA SERRA **CEP:** 78.300-112 **Telefones: (65) 99984-5202 Representante Legal: LUIZ CARLOS GUEDES RG: 05173841 SSP/MT CPF: 415.884.951-91**

4.2. Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

Descrição do item	Unidade de medida	Quantidad e	Valor unitário	Valor total	Marca
ARGAMASSA ACI 20KG	SACO 20 KG	234,0000	R$ 13,40	R$ 3.135,60	ARGA MAZO N
ASPERSOR IRRIGADOR PARA ENGATE RAPIDO	un	58,0000	R$ 13,00	R$ 754,00	JAPI
BROCA DE ACO RAPIDO 04MM	un	15,0000	R$ 2,50	R$ 37,50	CISER
BROCA DE ACO RAPIDO 05MM	un	15,0000	R$ 2,90	R$ 43,50	CISER
BROCA DE ACO RAPIDO 07MM	un	15,0000	R$ 6,70	R$ 100,50	CISER
BROCA DE ACO RAPIDO 10MM	un	15,0000	R$ 11,90	R$ 178,50	CISER
BROCA DE ACO RAPIDO 13MM	un	15,0000	R$ 31,20	R$ 468,00	CISER
BROCA VIDEA PARA CONCRETO 05MM	un	15,0000	R$ 4,95	R$ 74,25	CISER
BROCA VIDEA PARA CONCRETO 08MM	un	15,0000	R$ 7,70	R$ 115,50	CISER
BROXA REDONDO 75X230MM	un	78,0000	R$ 7,70	R$ 600,60	MAX FERRA MENTA
CABO AUTO FLEXIVEL 10.0 MM	m	1600,0000	R$ 4,40	R$ 7.040,00	FIILVA LLE
CABO AUTO FLEXIVEL 4.0 MM	m	1600,0000	R$ 1,85	R$ 2.960,00	FIILVA LLE
CADEADO 30 MM	un	80,0000	R$ 15,45	R$ 1.236,00	3F
CANO DE LIGAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO COM A PONTA AZUL	un	14,0000	R$ 18,00	R$ 252,00	CIPLA
CENTRO PVC P/ 21 DIN 16 NEMA TAM	un	14,0000	R$ 87,00	R$ 1.218,00	FAME
COLHER DE PEDREIRO N°8	un	15,0000	R$ 17,40	R$ 261,00	MAX FERRA MENTA
CORDA DE SEDA 12MM MT	m	370,0000	R$ 2,40	R$ 888,00	FIRME ZA
DISCO DE DESBASTE FERRO N° 177-6,4/22,2	un	100,0000	R$ 15,85	R$ 1.585,00	INATE C
DISJUNTOR BIPOLAR 50A DIN CURVA	un	40,0000	R$ 19,00	R$ 760,00	OUROL UX
DISJUNTOR TRIPOLAR 100A DIN	un	40,0000	R$ 70,00	R$ 2.800,00	OUROL UX
DISJUNTOR TRIPOLAR 50A DIN CURVA	un	40,0000	R$ 20,00	R$ 800,00	OUROL UX
DISJUNTOR TRIPOLAR 63A DIN	un	40,0000	R$ 24,90	R$ 996,00	OUROL UX
DOBRADIÇA 3 1/2 ENCART.C/ 3PCS	un	110,0000	R$ 14,45	R$ 1.589,50	ROCH A
ESCADA 6 DEGRAUS DE FERRO	un	7,0000	R$ 258,00	R$ 1.806,00	ALUMA SA
FACÃO COM CABO PLASTICO N°14	un	15,0000	R$ 21,60	R$ 324,00	THOM PSON
FITA CREPE LARGA 48MMX50MM	un	112,0000	R$ 11,20	R$ 1.254,40	ADERE
FORMÃO CABO PLÁSTICO 1P	un	10,0000	R$ 14,90	R$ 149,00	THOM PSON
HASTE P/ CHUVEIRO PVC 40CM	un	64,0000	R$ 13,00	R$ 832,00	ASTRA
JOELHO 90° SOLDAVEL 40MM	un	60,0000	R$ 2,99	R$ 179,40	TUBOZ AN
JOELHO ESGOTO 90° 75MM	un	60,0000	R$ 4,30	R$ 258,00	KRONA
LIXA FERRO N° 50	un	170,0000	R$ 2,59	R$ 440,30	3M
LONA PLASTICA DUPLA FACE	m	1600,0000	R$ 4,00	R$ 6.400,00	LONAX
LUVA SOLDAVEL 40MM	un	170,0000	R$ 2,99	R$ 508,30	TUBOZ AN
MANGUEIRA CRISTAL 3/4X2MM	m	1080,0000	R$ 4,89	R$ 5.281,20	DURIN
MARRETA DE 5KG COM CABO	un	10,0000	R$ 139,90	R$ 1.399,00	CANAL
NIVEL DE ALUMINIO N°16 40CM	un	10,0000	R$ 19,90	R$ 199,00	THOM PSON
PIA MARMORE SINTETICO 1,50MTX0,55CM	un	21,0000	R$ 245,00	R$ 5.145,00	LUANA
PLUG MACHO 2P 10A	un	110,0000	R$ 3,60	R$ 396,00	WEG
PREGO 17X27 C/ CABEÇA 01KG	PC 1 KG	30,0000	R$ 17,80	R$ 534,00	TRIAN GULO
PREGO 20X30 C/ CABEÇA 01KG	PC 1 KG	30,0000	R$ 24,85	R$ 745,50	TRIAN GULO
PREGO 26X78 C/ CABEÇA 01KG	PC 1 KG	15,0000	R$ 28,38	R$ 425,70	TRIAN GULO
PURIFICADOR C/ TORN. B. MOVEL	un	30,0000	R$ 115,00	R$ 3. 450,00	HERC
REFLETOR LED 100W	un	50,0000	R$ 43,00	R$ 2. 150,00	LUMAN TI
REFLETOR LED 150W	un	50,0000	R$ 73,00	R$ 3. 650,00	LUMAN TI
REFLETOR LED 200W	un	50,0000	R$ 80,00	R$ 4. 000,00	RV67
REFLETOR LED 30 W	un	50,0000	R$ 19,00	R$ 950,00	LUMAN TI
REGISTRO ESFERA 50 MM SOLDAVEL	un	21,0000	R$ 29,98	R$ 629,58	KRONA

TANQUE TRIPLO DE MARMORE SINTETICO 145X52	un	14,0000	R$ 247,00	R$ 3. 458,00	LUANA
TE ESGOTO 50MM	un	60,0000	R$ 4,59	R$ 275,40	KRONA
TE SOLDAVEL 50 MM	un	60,0000	R$ 6,79	R$ 407,40	KRONA
TELA PINTEIRO FIO 24 1,00MTX50MT	m	50,0000	R$ 205,00	R$ 10. 250,00	BWG
TELHA PORTUGUESA	un	3800,0000	R$ 2,59	R$ 9. 842,00	TABUA
TINTA CINZA ESCURO 18 LT	LT 18 L	160,0000	R$ 140,00	R$ 22. 400,00	MAXVI NIL
TORNEIRA DE JARDIM 3/4 E 1/2	un	28,0000	R$ 4,30	R$ 120,40	ILUMI
TORNEIRA DE LATAO CROMADO,PARA TAMQUE COM SAIDA PARA MAQUINADE LAVAR 1/4	un	14,0000	R$ 57,00	R$ 798,00	GMC
TRENA SIMPLES 5MTX19MM C/ TRAVA	un	10,0000	R$ 10,50	R$ 105,00	THOM PSON
TUBO PVC ESGOTO 100MM 6MT	un	35,0000	R$ 61,00	R$ 2. 135,00	KRONA
TUBO PVC SOLDAVEL 50 MM 6MT	un	56,0000	R$ 64,90	R$ 3. 634,40	KRONA
VASSOURA PLAST. P/ JARDIM 22 DENTES C/ CABO 120CM	un	124,0000	R$ 18,99	R$ 2. 354,76	MAXFE RRAM ENTA

VITRO BASCULANTE 40X60	un	21,0000	R$ 99,00	R$ 2.079,00	VIDRO MAR
			Total	**R$ 126.859,19**	

5–DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

5.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

5.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

5.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização dos materiais de construção deste Instrumento;

5.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

5.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos materiais, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

5.6. Acompanhar o fornecimento dos materiais, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento dos materiais de construção fora das especificações deste Edital;

6–DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

6.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

6.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

6.3. Entregar os materiais objetos desta Licitação **após 07 (sete) dia útil**, contados da emissão da ordem de fornecimento.

6.4. Fornecer os materiais de construção nas quantidades solicitadas, entregando-os em dias determinados pela Secretária Municipal solicitante.

6.5. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento dos materiais, até 25% (vinte e cinco) por cento do valor atualizado do contrato, conforme artigo 65 §1º, da Lei nº 8.666/93.

6.6. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento dos materiais de construção da emissão da ordem de fornecimento.

6.7. Na falta de qualquer material cotado pela Licitante vencedora, a mesma fica obrigada a entregar outro material similar, ainda que de preço superior, sem qualquer ônus adicional para o “CONTRATANTE”. **6.8.** Substituir o material rejeitado, por não estar de acordo com o especificado e/ou impróprio para o uso, no período máximo de 03(três) dias. **6.9.** Substituir o material, caso seja constatado qualquer tipo de rompimento da respectiva embalagem. Neste caso, caberá ao “CONTRATANTE”, rejeitar o material, através do servidor designado para efetuar a fiscalização do mesmo. **6.10.** No momento do desembarque dos materiais de construção, os responsáveis da “CONTRATADA” deverão sempre depositá-los, cuidadosamente, nos locais designados, dispondo os mesmos em pilhas, conforme orientação do servidor designado pelo “CONTRATANTE”. **6.11.** Fica a CONTRATADA obrigada a ressarcir ao Município o valor recebido, quando constatada a má qualidade do material e/ou peso deficiente do mesmo.

6.12. Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos materiais de construção, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelo fornecimento e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

6.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

6.14. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município;

6.15. Responsabilizar-se Civil e Criminalmente por danos causados aos servidores do Município ou a terceiros, decorrentes do fornecimento de materiais impróprios para o uso. **6.16.** Responsabilizar-se por danos, extravios ou prejuízos causados por seus empregados em equipamento ou nas dependências dos Órgãos Municipais ou a terceiros.

6.17. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer no Município ou a terceiros, decorrentes do próprio fornecimento dos produtos;

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços constante desta **Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) mese**s, contados da data de sua assinatura.

7.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega dos MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, de acordo com a apresentação da Nota Fiscal devidamente preenchida e atestada pelo Secretário Responsável e Setor de Compras.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5. As **Notas Fiscais deverão vir acompanhadas** da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social – INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS.

8.6. A fatura deverá ser recebida pelo setor competente com antecedência mínima de 30 dias da data de vencimento.

8.7. No caso de cobrança indevida, a FORNECEDOR/CONTRATADO será notificada, devendo proceder à correção e reapresentação da nota fiscal/fatura, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

8.8. Não haverá em nenhuma hipótese pagamento antecipado.

9. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência desta Ata.

9.1.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

10.1.1. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

10.1.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

10.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

10.1.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento de produtos.

10.6. Caso o Município não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O fornecimento fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

11.1.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no ITEM 11.2.2;

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

11.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

11.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

11.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.4. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, restritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o **Edital de Pregão Presencial nº 010/2023**, seus anexos e as propostas da contratada.

III. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização da execução do fornecimento será exercida por servidor nomeado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do fornecimento que venha a ser determinada pelo CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Arenápolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE –SE E CUMPRE – SE.

Santo Afonso/MT, 16 de novembro de 2023.

Luis Fernando Ferreira Falcão - Prefeito Municipal

Município de Santo Afonso/MT.

CONTRATANTE

L C GUEDES LTDA

CNPJ/MF sob o n. 36.314.983/0003-40

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: TAMIRES DE FREITAS PIRES NOME: ROLFF RODRIGO DA SILVA

CPF: 028.266.132-86 CPF: 031.176.161-52

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 005/2023/SMEC/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PORTARIA Nº 005/2023/SMEC/MT

Dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados para o processo de atribuição de classes e/ou aulas do professor, bem como do regime/jor-

nada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, pertencentes ao quadro das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, e demais providências.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, no uso de suas atribuições legais e, considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, Lei nº. 14.113/2020 – FUNDEB, a Lei Municipal 037/00 e a Lei Municipal Complementar 002/2007;

Considerando as Políticas de Valorização dos Profissionais da Educação para assegurar formação, acompanhamento e avaliação sistemática da prática educativa dos Profissionais, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade de ensino;

Considerando a importância em garantir o quadro permanente dos profissionais efetivos nas Unidades Escolares municipais, assegurando o compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais da Educação Básica;

Considerando a Resolução Normativa N°002/2020 CEE/MT.

Considerando ainda que no documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC) -MT ressalta que “as aprendizagens essenciais devem ser asseguradas aos estudantes nos diferentes contextos escolares”, e destaca que o processo de alfabetização seja assumido como compromisso social a ser realizado até o 2º ano do ensino fundamental;

Considerandoa adesão ao Programa Alfabetiza-MT, instituído pela lei nº 11.485 de 28 de julho de 2021 e regulamentado pelo Decreto 1.065 de 10 de agosto de 2011, tendo como objeto principal a melhoria dos resultados de alfabetização dos estudantes garantindo que todos os estudantes da rede municipal sejam

Alfabetizados na idade certa, até o final do 2º ano do ensino fundamental, reduzindo os índices de alfabetização incompleta e letramento insuficiente em anos avançados;

Considerando a melhoria dos índices educacionais, como uma das metas do programa Alfabetiza MT;

Considerandoa Continuidade da Formação dos Professores oferecida por meio do Programa Alfabetiza MT;

RESOLVE:

Art. 1º- Orientar e estabelecer critérios a serem observados no processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, do quadro de pessoal, para fins de atendimento às demandas das unidades escolares, em consonância com a previsão orçamentária da Secretaria de Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho das unidades escolares serão consideradas as turmas formadas pelos alunos efetivamente matriculados para o ano letivo de 2023, podendo haver alterações no número de matrículas para 2024.

Art. 3º A realização da contagem de pontos e a atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho serão feitas por uma Comissão de Atribuição formada pelas escolas e SMEC com representantes dos diversos segmentos.

§ 1º - Os dados obtidos na contagem de pontos, a atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho serão preenchidos em ficha de inscrição pela Comissão de Atribuição;

§ 2º - A ficha de pontuação/classificação, o quadro de aulas livres e/ou substituição, cargos/funções e o quadro de pessoal da unidade escolar (após conclusão de cada etapa do processo) deverão ser afixados na escola, em local público e de fácil acesso.

Art. 4º O processo de contagem de pontos, de atribuição e de classificação final, para atribuição de classes e/ou aulas e jornada de trabalho dos profissionais da educação básica referente à composição do quadro de pessoal das Salas Anexas, localizadas na Extensão Pecuama e sala anexa Escola “Geraldo Santana do Santos”, será vinculado à escola sede.

Art. 5º Para contagem de pontos referente à FORMAÇÃO/TITULAÇÃO será considerado o ponto da maior titulação que o profissional tiver concluído, não sendo permitida a contagem de dois títulos ou mais para o mesmo nível de formação.

Art. 6º Para comprovação da pontuação que se refere aos anos trabalhados será apresentado pelo profissional da educação, efetivo, documentos comprobatórios do exercício na rede municipal de ensino, expedido pelo Gestor da unidade de origem.

Art. 7º Após confirmação da ficha de contagem de pontos, não será permitido alterações ficando a atribuição vinculada à ficha de contagem de pontos quanto ao critério de escolha.

I – A confirmação do item – “Opção de Atribuição” da ficha de contagem de pontos constante no anexo I e II da instrução normativa 002/2023, não será permitida troca de opção no ato da atribuição;

Parágrafo único – As atribuições para contratos temporários serão realizadas pela SMEC, de acordo com o quadro de classes e/ou aulas livres.

Art. 8º Quanto à apuração final dos pontos, os profissionais da educação deverão ser classificados por ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida e, em caso de empate, para efeito de desempate, serão observados os seguintes critérios:

a) 1° Maior titulação; b) 2º Maior tempo de serviço no município (a partir do ingresso); c) 3º Maior Pontuação em Curso Específico no componente curricular de atuação; d) 4º Maior Idade.

Art. 9º. A Equipe Gestora da unidade escolar deverá oficializar à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, até o dia **06/12/2023** o nome dos profissionais efetivos que não compareceram para a atribuição da jornada de trabalho, nem apresentaram documento legal autorizando o seu afastamento daquela unidade.

Art. 10º. Não poderão ser contratados temporariamente profissionais da educação que se encontrem nas seguintes situações:

I - O professor, detentor de dois vínculos empregatícios seja público ou privado que apresentarem incompatibilidade de horário entre as redes de ensino; II - Técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional que possuem vínculo empregatício seja na rede pública ou privada; III - O professor, o técnico administrativo educacional e o apoio administrativo educacional que exerce função em regime de Dedicação Exclusiva (Diretor, Coordenador Pedagógico, Assessor Pedagógico, Secretário Escolar, em qualquer outra esfera da administração pública ou privada); IV - O professor, o técnico administrativo educacional e o apoio administrativo educacional em situação de cedência; V - O professor, o técnico administrativo educacional e o apoio administrativo educacional que estiverem em gozo de licença de qualquer natureza; VI - O professor, o técnico administrativo educacional e o apoio administrativo educacional que apresentarem no decorrer do ano letivo anterior 10% (dez por cento) de faltas injustificadas;

VII - Profissional da educação aposentado nas seguintes situações: aposentado em dois cargos e/ou aposentado em um cargo e ativo no outro cargo.

Art. 11º. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, delegará a Comissão de Atribuição das unidades escolares procederem através de registro de ata a inscrição da ficha e contagem de pontos do profissional efetivo que deixar de participar das etapas do processo de atribuição de classes e/ou aulas, regime/jornada de trabalho, que constam desta portaria.

Art. 12º. O profissional da educação investido de mandato eletivo nos poderes executivo e/ou legislativo participará do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, porém, se houver incom-

patibilidade nos horários de trabalho, deverá optar por uma das remunerações e cargo, nos termos do inciso II, artigo 38, da Constituição Federal.

Art. 13º. Nos casos em que o profissional da educação se sentir prejudicado, quanto ao processo de atribuição, caberá recurso à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, correspondente a etapa em questão.

Parágrafo único - O recurso referido no "caput" deste artigo não terá efeito suspensivo do processo, devendo ser interposto impreterivelmente, até 24 (vinte e quatro) horas após cada etapa, tendo a Secretaria Municipal de Educação e Cultura o mesmo prazo para emissão do parecer.

Art. 14º. Para o exercício das funções de dedicação exclusiva dos profissionais da educação básica das unidades escolares, conforme a Lei Municipal Nº 518, para o exercício das funções de Diretor (a) Escolar, Secretário (a) Escolar e Coordenador (a) Pedagógico (a), Orientador Educacional exigir-se-á profissional efetivo.

Parágrafo único - Aos profissionais da Educação Básica citado no caput de Art. 14º desta portaria terá dedicação exclusiva conforme o Parágrafo Único do Art. 41 da Lei complementar 02/2007.

Art. 15º. Na unidade escolar onde houver Supervisor pedagógico efetivo o mesmo deverá ocupar a função de Coordenador Pedagógico, por ser uma função correlata, sem necessidade de eleição para a função/cargo, a menos que esse profissional esteja exercendo uma outra função na equipe gestora;

Art. **16º**. O Coordenador Pedagógico das unidades de ensino será escolhido entre os pares, antes do processo de atribuição de classes e/ou aulas do professor.

§ 1º Os Coordenadores pedagógicos que irão atuar nas salas anexas da rede municipal de ensino do assentamento Pecuama e da sala anexa na Escola Estadual “Geraldo Santana dos Santos”, continuam sendo os mesmos das escolas sede - Escola Municipal “Sebastião Tavares da Silva” e Centro de Educação Infantil “Irmã Luiza Cassiolato”.

§ 2º - O Coordenador Pedagógico deverá cumprir o Regime de Dedicação Exclusiva de 40 (quarenta) horas semanais de modo que contemplem os dois turnos de funcionamento da unidade escolar.

Art. 17º. Para funcionamento e utilização dos **RECURSOS DIDÁTICOS**, a jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais dos profissionais da educação deverá ser dividida de acordo com o número de turnos de atendimento ao aluno, observando-se as respectivas particularidades, a saber:

§ 1° - LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA: A unidade escolar provida de Laboratório de Informática instalado e em funcionamento terá direito a 01(um) Técnico Administrativo Educacional, destinado a auxiliar na organização e funcionamento do mesmo e demais projetos que envolvam a Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), na escola:

I – Servidor do apoio administrativo que tenha formação ou experiência em informática poderá atuar caso não houver Técnico Administrativo Educacional para exercer o cargo;

II - A jornada de trabalho do TAE da Informática Educativa deverá ser dividida de acordo com o número de turnos da escola e horário de aulas, não ultrapassando a carga horária de 30 (trinta) horas semanais; III- O Técnico Administrativo Educacional para o LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA deverá exercer as seguintes funções: a- Participar de reuniões para elaboração do cronograma de programação; b- Acompanhar a produção; c- Adequar à programação a proposta pedagógica da escola e ao calendário escolar; d- Apresentar relatório bimestral à Coordenação Pedagógica da unidade escolar que encaminhará a direção da escola; e- Apresentar à direção da escola as demandas de manutenção dos equipamentos necessários para a produção; f- Participar do projeto de Formação Continuada; g- Participar das reuniões pedagógicas e administrativas . h- Orientar e auxiliar os profissionais na utilização da multimídia.

§ 2° - BIBLIOTECA: O profissional atribuído para a ***Biblioteca Escolar***terá a jornada de trabalho semanal exercida especificamente nas atividades da mesma e assumirá as funções de:

a) Responsabilizar-se pelo acervo bibliográfico e patrimônio material da biblioteca; b) Manter organizado e limpo o acervo, de modo a atender alunos e professores com maior agilidade; c) Registrar todo o acervo, catalogando e sistematizando conforme orientações da unidade escolar; d) Conhecer o acervo bibliográfico para orientar os alunos na busca e seleção de obras; e) Divulgar a comunidade escolar (alunos e professores) o acervo atual e o recebimento de novos títulos; f) Registrar em livro próprio, fichas ou meio eletrônico, todos os empréstimos e devoluções; g) Resgatar todos os empréstimos, antes do término do ano letivo, evitando assim, o extravio do acervo por ocasião do afastamento ou transferências de aluno ou professor; h) Tornar público os horários de funcionamento da biblioteca de forma que todos os alunos e professores dos turnos de funcionamento da escola possam ter acesso a esse espaço; i) Subsidiar os professores na realização de atividades na Biblioteca Escolar; j) Participar do planejamento e execução dos projetos desenvolvidos na biblioteca escolar, levando em conta fatores sociais e culturais que possam influenciar a aprendizagem dos alunos; k) Auxiliar os professores à tomar leitura dos alunos e auxiliar também no desenvolvimento de outras atividades.

§ 3° - PROJETO FANFARRA – As unidades escolares que pretendem desenvolver o Projeto Fanfarra, no ano letivo de 2024, deverão encaminhar sua Proposta Pedagógica a Secretaria de Educação e Cultura regulamentando horários de ensaio que não prejudique horário de aulas.

I – O instrutor poderá ser contratado pela Prefeitura Municipal de Santo Afonso – MT, como arte de incentivo cultural.

II - A atividade de Fanfarra Escolar será desenvolvida em aulas teóricas e práticas, sendo realizadas fora do horário das demais aulas.

III - O profissional que será designado para a função de Regente de Fanfarra deve:

a. Comprovar previamente experiência na função a ser desempenhada, através de currículo; b. Ter escolaridade mínima de Ensino Médio;

Art. 18º. O TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL que estiver exercendo a função de Secretário Escolar terá dedicação exclusiva conforme o Parágrafo Único do Art. 41 da LC 002/2007 e com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

§ 1º. O Técnico Administrativo Educacional, na função de Secretário Escolar, terá a responsabilidade na inserção e gerenciamento das documentações, plataformas, programas educacionais e demais informações administrativas da unidade escolar.

Art.19º- O quantitativo de profissionais para o cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/NUTRIÇÃO ESCOLAR é composto de 01 funcionário para cada 150 alunos.

Art. 20º. O quantitativo de profissionais para o cargo de Apoio Administrativo Educacional na função MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR/LIMPEZA é composto de 01 funcionário para cada 75 alunos.

Art. 21º. Para dar cumprimento à datas e prazos das Etapas e Fase do processo de atribuição de classes e/ou aulas, regime/jornada de trabalho, as Comissões responsáveis deverão seguir rigorosamente o calendário estabelecido na Instrução Normativa Nº002/2023/SMEC/MT.

Art. 22º. Os professores efetivos que participarem do processo de atribuição de classes e/ou aulas, no período de 05/12/2023 e demais professores contratados convocados pela SMEC, deverão construir o Planejamento Anual, tendo como referência o que preconiza a BNCC para cada ano, considerando as situações de defasagens de aprendizagem dos estudantes, onde devem primar pelo currículo continuum. Incluindo, objetivamente, as ações a serem desenvolvidas nas horas atividades, dando ênfase ao reforço escolar, os mesmos devem acompanhar e alimentar as plataformas dos Programas aderidos pela SMEC.

§ 1º. O Coordenador Pedagógico da Unidade Escolar deverá acompanhar o Planejamento Pedagógico dos professores, orientando-os sempre que necessário.

Art. **23**º. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define que a alfabetização dos estudantes deverá ocorrer até o 2ºano do ensino fundamental, com o objetivo de garantir o direito **fundamental** de aprender a ler e escrever, o que significa que a alfabetização é a base para uma educação construtiva, portanto deve ser o foco da ação pedagógica, sendo assim, em consonância com a BNCC e com o Programa Alfabetiza – MT, que tem como meta definida alfabetizar todas as crianças das escolas Matogrossenses até o 2º ano do

Ensino Fundamental, visando atingir o objetivo proposto, havendo número de alunos suficientes para composição das turmas do I Ciclo, as mesmas serão divididas, proporcionando condições para atender os educandos em suas individualidades, buscando assim atingir as metas com ensino de qualidade e equidade.

Art. 24º. Os formadores efetivos do Programa Alfabetiza – MT ano 2023, continuando como formadores no ano 2024, terão prioridade na escolha de uma das turmas do 1º ou 2º ano do Ensino Fundamental, aquele que foi formador na escola Municipal "Sebastião Tavares da Silva" e nas turmas da Pré-escola aquele que foi formador no Centro de Educação Infantil "Irmã Luiza Cassiolato". Visto que os mesmos estão envolvidos no processo formativo docente que visa dar continuidade ao processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes.

§ 1º Os professores efetivos que em 2023 estiveram lotados nas turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental e Pré-escola, desde que participaram das formações do Programa Alfabetiza MT, no ato da atribuição terão opção de fazer a escolha dessas turmas para o ano 2024, independente da classificação.

Art. 25º Os professores contratados para o Ensino Fundamental no ano 2024, receberão 10h atividades, sendo 07 horas destinadas a atividades no contra turno com acompanhamento pedagógico (atendimento ao aluno, formação em serviço, reuniões, planejamentos etc.) e 03 horas será optativo a escolha do horário desde que seja dentro da unidade de ensino e não prejudique as ações educativas da escola.

§ 1º. Os professores interinos, contratados e ou/ prestadores de serviço, deverão participar das Formações Continuada, reuniões de pais e mestres, bem como de todos os eventos promovidos pela unidade de ensino.

Art. 26º Aos professores que forem atribuídas as turmas do 1º e 2º ano, por ser público do Programa Alfabetiza MT, deverão necessariamente participar das formações e desenvolver os trabalhos de acordo com a proposta do Programa.

Parágrafo único - Á Equipe Gestora, como monitora e mediadora do cumprimento das horas atividades, caberá juntamente com o coletivo de professores da unidade escolar, fazer cumprir o estabelecido na LC 002/2007 e Instrução Normativa 002/2023.

Art. 27º. As Plataformas CAED busca apoiar as Redes Públicas de Ensino na aplicação e no uso de avaliações educacionais. Em um único ambiente é possível aderir a diferentes tipos de avaliação, junto a divulgação acessível de resultados, orientações pedagógicas e desenvolvimento profissional. Sendo assim: **I –** A equipe gestora deverá proporcionar formações aos professores e equipe técnica sobre a importância da alimentação e uso das Plataformas referentes aos Programas aos quais a SMEC/Escola aderir; **II -** A equipe gestora deverá alimentar os perfis direcionado a gestão e refletir junto com os docentes sobre as propostas e resultados alcançados; **III –** Os Professores deverão alimentar a Plataforma com os dados propostos ao perfil professor e utilizar os resultados para compor, recompor, reforçar e replanejar as habilidades com fragilidade de aprendizagem. **Art. 28º** As Equipes Gestoras em assembleia com as Equipes Pedagógicas deverão definir os Projetos Coletivos que serão desenvolvidos durante o ano letivo 2024, ressaltando as etapas, tempo de duração e forma de desenvolvimento, para que todos tenham como foco principal a alfabetização e letramento com ótica em português e matemática, visando a qualidade, equidade e democratização da escola, primando o tempo de aprendizagem do aluno.

Art. 29º. O cumprimento da jornada de trabalho dos Profissionais da Educação ficará sob a responsabilidade da Equipe Gestora da unidade escolar com acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 30º. O professor efetivo que não completar a carga horária com disciplinas afins e outras disciplinas na unidade escolar poderá ser colocado à disposição da Secretaria Municipal de Educação de Cultura.

Art. 31º Os professores das extensões rural (salas anexas), deverão participar da Semana Pedagógica na escola sede e realizar o Planejamento das atividades escolares na própria escola, adequando-o conforme a sua realidade, sob orientação e acompanhamento do Coordenador (a) Pedagógico.

Art. 32º. Os casos omissos deverão ser solucionados em primeira instância pelas Comissões de Atribuições de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho instituídas nas unidades escolares, em caso de impossibilidade, deverão ser encaminhados para Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para conhecimento, análise e parecer.

Art.33º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, para organização do processo referente ao ano letivo 2024, revogadas as disposições em contrário.

Santo Afonso - MT, 17 de novembro de 2023.

Marta Del Mazzo Lopes Secretária Municipal de Educação e Cultura Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 039/2023

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 010/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos 16 dias do mês de novembro de 2023, o **MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pedro Álvares Cabral, n° 155, Centro, Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº no C.N.P.J sob o nº 37.464.161/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Senhor **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral n. 16049640 SSP/MT, e CPF: 022.566.881-51, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** do outro lado a empresa **MARIA CATARINA DE SOUZA MELO ME , pessoa jurídica, inscrita no CNPJ:05.742.372/0001-07**, e inscrição estadual: **13.223.013-5,** situada na **RUA FREDERICO JOSETTE SN LOJA – BAIRRO CENTRO CEP: 78425-000**, neste ato representada pelo seu proprietário **MARIA CATARINA DE SOUZA MELO**, comerciante, Casado, brasileiro, portador do RG nº. **03377059** SSP/MT e CPF **000.057.091-56**, residente e domiciliado na **RUA FREDERICO JOSETTE S/N LOJA – BAIRRO CENTRO CEP: 78425-000**, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial. 010/2023 para Registro de Preços, **RESOLVEM** registrar os preços conforme Termo de Referência **(Anexo I)** deste Edital, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto n. 7.892/13, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO

1.1.O objeto da presente Ata será REGISTRO **DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT**, conforme Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra, conforme quantidades e especificações.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 010/2023,** com fundamento nas Leis nº 10.520/02, n**.** 8.666/93 e alterações posteriores, conforme autorização da Autoridade Competente, **Sr. Luis Fernando Ferreira Falcão – Prefeito Municipal.**

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos materiais de construção, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **Pregão Presencial com Registro de Preço n. 010/2023**e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora: MARIA CATARINA DE SOUZA MELO ME

Nome: MARIA CATARINA DE SOUZA MELO ME **CNPJ:** 05.742.372/0001-07 **Inscrição Estadual: 13.223.013-5 Endereço: RUA FREDERICO JOSETTE SN LOJA – BAIRRO CENTRO Cidade/Estado:** Santo Afonso **CEP:** 78.425-000

Telefones: (65) 3312-1132 Representante Legal: Maria Catarina de Souza Melo RG: 0337705-9 CPF: 000.057.091-56

4.2. Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

Descrição do item	Unidade v de medida	Quantidad e	Valor unitário	Valor total	Marca
ABRAÇADEIRA 2,5MMX150MM	PC 100 UN	160,0000	R$ 5,20	R$ 832,00	BRASF ORT
ACABAMENTO PARA REGISTRO BASE 1/2	un	50,0000	R$ 16,50	R$ 825,00	DOCOL
ADAPTADOR SOLDÁVEL PARA CAIXA D'ÁGUA 50X1.1/2	un	35,0000	R$ 11,50	R$ 402,50	FORTL EV
ADESIVO PVC 175G FRASCO COM PINCEL	un	50,0000	R$ 9,80	R$ 490,00	SILOC
ADITIVO PLASTIFICANTE 3,6 LITROS	un	30,0000	R$ 27,00	R$ 810,00	OTTO
AGUA RAZ 5 L	GL 5 L	30,0000	R$ 44,90	R$ 1.347,00	EUCAY EX
ANEL DE VEDAÇÃO P/ VASO C/ GUIA	un	35,0000	R$ 5,40	R$ 189,00	FIRLO N
APARADOR DE GRAMA POTENCIA MINIMA DE 1000W-127V	un	7,0000	R$ 187,00	R$ 1.309,00	TRAM ONTIN A
ARAME FARPADO N°16 COM 500 METROS	RL500ME TRO	14,0000	R$ 349,00	R$ 4.886,00	BELGO
ARAME GALVANIZADO N°18	kg	80,0000	R$ 15,65	R$ 1.252,00	MORLA N
ARRUELA LISA 5/16	un	50,0000	R$ 0,19	R$ 9,50	CISER
BACIA SANITÁRIA CONVENCIONAL BRANCO	un	14,0000	R$ 120,00	R$ 1.680,00	DECA
BARRA DE ROSCA 5/16X1MT	un	110,0000	R$ 3,89	R$ 427,90	CISER
BETONEIRA MOB 400L. 127V	un	2,0000	R$ 4.900,00	R$ 9.800,00	FISCH ER
BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA VAZÃO 3/4	un	14,0000	R$ 6,90	R$ 96,60	VIQUA
BROCA DE ACO RAPIDO 06MM	un	15,0000	R$ 2,99	R$ 44,85	IRWIN
BROCA DE ACO RAPIDO 08MM	un	15,0000	R$ 8,30	R$ 124,50	IRWIN
BROCA DE ACO RAPIDO 3,5MM	un	15,0000	R$ 2,49	R$ 37,35	IRWIN
BROCA VIDEA PARA CONCRETO 06MM	un	15,0000	R$ 3,99	R$ 59,85	IRWIN
BROCA VIDEA PARA CONCRETO 10MM	un	15,0000	R$ 9,40	R$ 141,00	IRWIN
BROXA RETANGULAR 18X7,6CM	un	78,0000	R$ 5,90	R$ 460,20	COND OR
BUCHA PARA PARAFUSO N.06 3X20	un	760,0000	R$ 0,24	R$ 182,40	3F
BUCHA PARA PARAFUSO N.08 3,5X25	un	760,0000	R$ 0,33	R$ 250,80	3F
BUCHA PARA PARAFUSO N.10 1/4X75	un	760,0000	R$ 0,45	R$ 342,00	3F
BUCHA PARA PARAFUSO N.12 5/16X75	un	760,0000	R$ 0,60	R$ 456,00	3F
CABO AUTO FLEXIVEL 6.0 MM	m	1600,0000	R$ 2,70	R$ 4.320,00	COND UMAX
CAIXA D AGUA 2000 LT C/ TAMPA	un	3,0000	R$ 799,00	R$ 2.397,00	FORTL EV
CAIXA D AGUA 500 LT	un	14,0000	R$ 150,00	R$ 2.100,00	FORTL EV
CAIXA D'ÁGUA 10.000 LT C/ TAMPA ROSCA	un	4,0000	R$ 4.400,00	R$ 17.600,00	FORTL EV
CAIXA PRÁSTICA DE LUZ 4X2 AMARELA	un	112,0000	R$ 1,35	R$ 151,20	TRAM ONTIN A
CAL HIDRATADO 20KG	SACO 20 KG	420,0000	R$ 28,00	R$ 11.760,00	USICA L
CAL PARA PINTURA 8 KG	un	420,0000	R$ 16,89	R$ 7.093,80	USICA L
CANALETA PARA FIO 20X10 2MT COM FITA DUPLA FACE	un	220,0000	R$ 5,00	R$ 1.100,00	TRAM ONTIN A
CAVALETE PARA HIDROMETRO - PLÁSTICO 3/4	un	50,0000	R$ 39,80	R$ 1.990,00	COF.
CILINDRO PARA FECHADURA DIVERSOS	un	50,0000	R$ 18,99	R$ 949,50	3F
CIMENTO 50 KG.	SACO 50 KG	3050,0000	R$ 49,00	R$ 149.450,00	ITAU
COLA SILICONE 274 GR INCOLOR	un	60,0000	R$ 11,00	R$ 660,00	KALA
COLHER DE PEDREIRO N°9	un	15,0000	R$ 12,99	R$ 194,85	MONF ORT
CORDA DE SEDA 03MM MT	m	370,0000	R$ 0,59	R$ 218,30	TROPI CAL
CORRENTE SOLDADA GALVANIZADA 8MM	m	164,0000	R$ 31,00	R$ 5.084,00	THOM PSON

DESEMPENADEIRA DE ACO 25.5X12 DENTADA	un	15,0000	R$ 8,99	R$ 134,85	MONF ORT

DESEMPENADEIRA PVC 18X30 CORRUGADA	un	15,0000	R$ 8,49	R$ 127,35	ZUMPL AST
DISCO DE DESBASTE FERRO N°4- 1/2X1	un	100,0000	R$ 8,63	R$ 863,00	ICDER
DISJUNTOR BIPOLAR 20A DIN CURVA	un	40,0000	R$ 14,90	R$ 596,00	SOPRA NO
DISJUNTOR BIPOLAR 25A DIN CURVA	un	40,0000	R$ 14,90	R$ 596,00	SOPRA NO
DISJUNTOR BIPOLAR 40A DIN CURVA	un	40,0000	R$ 16,50	R$ 660,00	SOPRA NO
DISJUNTOR TRIPOLAR 70A DIN	un	40,0000	R$ 62,00	R$ 2.480,00	SOPRA NO
DISJUNTOR UNIPOLAR 16A DIN CURVA	un	40,0000	R$ 5,00	R$ 200,00	SOPRA NO
DISJUNTOR UNIPOLAR 25A DIN CURVA	un	40,0000	R$ 4,95	R$ 198,00	SOPRA NO
DISJUNTOR UNIPOLAR 32A DIN CURVA	un	40,0000	R$ 4,95	R$ 198,00	SOPRA NO
DUCHA 4600W 127 V	un	64,0000	R$ 44,00	R$ 2.816,00	HYDRA
ELETRODO USO GERAL 6013/3,25 MM KG	kg	100,0000	R$ 19,90	R$ 1.990,00	VONDE R
EMENDA INTERNA PARA MANGUEIRA 3/4	un	114,0000	R$ 2,79	R$ 318,06	CIPLA
ESCADA DE 12 DEGRAUS DE ALUMINIO	un	7,0000	R$ 360,00	R$ 2.520,00	BOTA FOGO
ESQUADRO DE ALUMINIO N° 20 POL. 50CM	un	15,0000	R$ 23,90	R$ 358,50	BRASF ORT
ESQUADRO DE ALUMINIO N°14 POL. 35CM	un	15,0000	R$ 13,90	R$ 208,50	BRASF ORT
FECHADURA POP LINE EXT	un	49,0000	R$ 44,70	R$ 2.190,30	SOPRA NO
FERRO 1/4 CA50=6.3MMX12MT	un	170,0000	R$ 26,50	R$ 4.505,00	GERDA U
FERRO 3/8 CA50=10MMX12MT	un	300,0000	R$ 54,00	R$ 16.200,00	GERDA U
FERRO 5/16 CA50= 8MMX12MT	un	260,0000	R$ 36,00	R$ 9.360,00	GERDA U
FILTRO DE LINHA 5T. 2P+T.BIV	un	130,0000	R$ 15,50	R$ 2.015,00	MEGAT RON
FITA ISOLANTE - FITA VELCRO, ROLO MEDINDO 5M.	un	50,0000	R$ 4,00	R$ 200,00	3M
FORMÃO CABO PLÁSTICO 3/4	un	10,0000	R$ 11,99	R$ 119,90	PACET A
FORRO DE PVC 20MMX8MM BRANCO GELO 6MT	MTQUAD RADO	1800,0000	R$ 22,00	R$ 39.600,00	NORT PLAST

INTERRUPITOR SIMPLES + TOMADA 2P+T 10A	un	110,0000	R$ 4,90	R$ 539,00	TRAM ONTIN A
INTERRUPITOR SIMPLES 2 TECLA 10A LUZ2 BR	un	110,0000	R$ 5,45	R$ 599,50	TRAM ONTIN A
ISOLADOR PIMENTAO OLHAL 71X54X38MM COM ROSCA SOBERBA 5/16 PORCE-LANA	un	48,0000	R$ 5,00	R$ 240,00	GERM ER
JOELHO 90° SOLDÁVEL 25MM	un	60,0000	R$ 0,44	R$ 26,40	FORTL EV
JOELHO 90° SOLDAVEL 32MM	un	60,0000	R$ 1,20	R$ 72,00	FORTL EV
JOELHO ESGOTO 90° 100MM	un	60,0000	R$ 4,80	R$ 288,00	FORTL EV
JOELHO ESGOTO 90° 150MM	un	60,0000	R$ 23,99	R$ 1.439,40	TUBOZ AN
JOELHO SOLDAVEL LR PVC 25MMX1/2	un	60,0000	R$ 1,29	R$ 77,40	FORTL EV
LAMPADA DE LED ALTA POTENCIA E27 20W 6500K BIVOLT	un	202,0000	R$ 7,10	R$ 1.434,20	ELGIN
LAMPADA DE LED ALTA POTENCIA E27 40W 6500K BIVOLT	un	170,0000	R$ 12,50	R$ 2.125,00	ELGIN
LAMPADA DE LED E27 15W 6500K BIVOLT	un	185,0000	R$ 4,70	R$ 869,50	ELGIN
LAMPADA DE LED E27 30W 6500K BIVOLT	un	205,0000	R$ 9,90	R$ 2.029,50	ELGIN
LIXA D'ÁGUA N°150	un	270,0000	R$ 1,79	R$ 483,30	3M
LIXA FERRO N°100	un	170,0000	R$ 2,59	R$ 440,30	3M
LIXA FERRO N°80	un	170,0000	R$ 2,59	R$ 440,30	3M
LUVA SOLDAVEL 32MM	un	170,0000	R$ 1,25	R$ 212,50	FORTL EV
MANGUEIRA CORRUGADA AMARELA 3/4	m	1080,0000	R$ 2,30	R$ 2.484,00	FORTL EV
MANGUEIRA JARDIM SUPERFLEX 3/4	m	1080,0000	R$ 6,29	R$ 6.793,20	TRAM ONTIN A
MARTELO UNHA 27 MM	un	28,0000	R$ 34,79	R$ 974,12	COLIN S
MASSA ACRILICA 20 KG	SACO 20 KG	210,0000	R$ 57,00	R$ 11. 970,00	SEDAV INIL
MASSA CORRIDA PVA 20 KG	SACO 20 KG	35,0000	R$ 30,00	R$ 1.050,00	SEDAV INIL

PA DE BICO C/CABO DE MADEIRA 71CM	un	50,0000	R$ 35,90	R$ 1.795,00	TRAM ONTIN A
PADRÃO BIFASICO 7MT	un	7,0000	R$ 1.830,00	R$ 12.810,00	MATEL
PE DE CABRA - ALAVANCA DE FERRO 3/4X70CM	un	4,0000	R$ 43,90	R$ 175,60	GALVA NI
PINCEL TRINCHA 2MM	un	170,0000	R$ 4,60	R$ 782,00	COND OR
PISO CERÂMICO PEI 4 45X45	MTQUAD RADO	600,0000	R$ 24,00	R$ 14.400,00	FORMI GRES
PISO CERÂMICO PEI 4 50X50	MTQUAD RADO	1150,0000	R$ 23,50	R$ 27.025,00	FORMI GRES
PLUGUE FEMEA 2P+T 10A	un	110,0000	R$ 3,00	R$ 330,00	PERLE X
PORCA SEXTAVADA 5/16	un	80,0000	R$ 0,59	R$ 47,20	CISER
PORTA TECA N°2 COMERCIAL 210X80	un	14,0000	R$ 200,00	R$ 2.800,00	ROSSI MA MADEI RAS
PREGO 18X24 C/ CABEÇA 01KG	PC 1 KG	63,0000	R$ 17,50	R$ 1.102,50	GERDA U
PREGO 22X42 C/ CABEÇA 01KG	PC 1 KG	10,0000	R$ 20,60	R$ 206,00	GERDA U
PREGO TELHEIRO PC. 500GR	PC 500 G	7,0000	R$ 24,90	R$ 174,30	WORK ER
PRUMO DE METAL PARA PAREDE 500GR	un	4,0000	R$ 26,70	R$ 106,80	THOM PSON
REBITE 4,8X08	CX 100 UN	111,0000	R$ 13,99	R$ 1.552,89	3F
REFLETOR LED 50W	un	28,0000	R$ 23,50	R$ 658,00	AVANT
REJUNTE 1KG	SACO 1 KG	114,0000	R$ 3,90	R$ 444,60	VOTO MASSA
ROLDANA PLAST.P/FIO 36X36	un	370,0000	R$ 0,43	R$ 159,10	ALADD IN
ROLO DE LA COM CABO 09CM	un	80,0000	R$ 4,99	R$ 399,20	COMP EL
SEGUETA 12 POL 24 DENTES FLEX AMARELA BI-METAL	un	14,0000	R$ 8,80	R$ 123,20	THOM PSON
TE ESGOTO 40MM	un	60,0000	R$ 2,38	R$ 142,80	KRONA
TE SOLDAVEL 40 MM	un	60,0000	R$ 5,89	R$ 353,40	AMAN CO

TELA GALVANIZADA FIO 22 1,50MTX50MT	RL 50 M	106,0000	R$ 330,00	R$ 34.980,00	MORLA N
TELHA DE CUMUEEIRA COLONIAL	un	780,0000	R$ 5,89	R$ 4.594,20	C. MARTI NS
TELHA ONDULADA EM FIBROCIMENTO 4MM 2,44X0,50	un	1850,0000	R$ 23,50	R$ 43.475,00	ETERN IT
TELHA ONDULADA EM FIBROCIMENTO 5MM 2,44X1,10	un	915,0000	R$ 56,00	R$ 51.240,00	ETERN IT
TELHA ONDULADA EM FIBROCIMENTO 6MM 3,66X1,10	un	740,0000	R$ 100,00	R$ 74.000,00	ETERN IT
TIJOLO 8 FUROS REQUEIMADO	un	37000,0000	R$ 1,20	R$ 44.400,00	STA ROSA
TIJOLO MACIÇO COMUM	un	11000,0000	R$ 0,70	R$ 7.700,00	S.JOSÉ
TIJOLOS 8 FUROS NORMAL	un	102500,0000	R$ 1,20	R$ 123.000,00	STA ROSA
TINTA ACETINADO COR CREME 18 LT	LT 18 L	60,0000	R$ 260,00	R$ 15.600,00	SEDAV INIL
TINTA BRANCO FOSCO NEVE 18 LT	LT 18 L	70,0000	R$ 90,00	R$ 6.300,00	SEDAV INIL
TINTA BRANCO GELO 18 LT	LT 18 L	190,0000	R$ 89,00	R$ 16.910,00	SEDAV INIL
TINTA ESMALTE SINTETICO VERDE ARBUSTO 3,600 LT	LT3,600L T	120,0000	R$ 65,00	R$ 7.800,00	EUCAT EX
TINTA LATEX CAPIM LIMAO 18 LT	LT 18 L	76,0000	R$ 165,00	R$ 12.540,00	SEDAV INIL
TINTA VERDE BISCOITO LIMÃO 18 LT	LT 18 L	130,0000	R$ 155,00	R$ 20.150,00	SEDAV INIL
TINTA VERDE CAPIM LIMÃO 18 LT	LT 18 L	130,0000	R$ 150,00	R$ 19.500,00	SEDAV INIL
TORNEIRA LAVATORIO PLASTICA 1/2	un	28,0000	R$ 20,90	R$ 585,20	DURIN
TRELICA DE FERRO 4,2X1/4 6 MT	un	96,0000	R$ 43,00	R$ 4.128,00	BELGO
TRELICA P/ COLUNA 5/16X4.2 6MT	un	114,0000	R$ 90,00	R$ 10.260,00	BELGO
TRINCO CHATO FERROLHO GALVANIZADO 5	un	35,0000	R$ 10,99	R$ 384,65	SOPRA NO
TUBO PVC ESGOTO 40MM 6MT	un	35,0000	R$ 33,00	R$ 1.155,00	TUBOZ AN
TUBO PVC ESGOTO 50MM 6MT	un	35,0000	R$ 42,00	R$ 1.470,00	TUBOZ AN
TUBO PVC SOLDAVEL 40 MM 6MT	un	56,0000	R$ 43,99	R$ 2.463,44	TUBOZ AN
TUBO PVC SOLDAVEL 60MM 6MT	un	100,0000	R$ 116,00	R$ 11.600,00	TUBOZ AN
VALVULA P/ LAVATORIO E PIA7/8 CROMADO	un	35,0000	R$ 9,99	R$ 349,65	IMPER ATRIZ
VASSOURA TIPO GARI REFORÇADO 40CM COM CABO DE 150CM	un	25,0000	R$ 27,99	R$ 699,75	DRAGÃ O
VERNIZ COPAL 3,600 LT	GL 3,6 L	40,0000	R$ 65,00	R$ 2.600,00	EUCAT EX
			Total	**R$ 938.038,66**	

5–DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

5.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

5.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

5.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização dos materiais de construção deste Instrumento;

5.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação do serviço, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

5.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos materiais, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

5.6. Acompanhar o fornecimento dos materiais, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento dos materiais de construção fora das especificações deste Edital;

6–DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

6.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

6.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

6.3. Entregar os materiais objetos desta Licitação **após 07 (sete) dia útil**, contados da emissão da ordem de fornecimento.

6.4. Fornecer os materiais de construção nas quantidades solicitadas, entregando-os em dias determinados pela Secretária Municipal solicitante.

6.5. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento dos materiais, até 25% (vinte e cinco) por cento do valor atualizado do contrato, conforme artigo 65 §1º, da Lei nº 8.666/93.

6.6. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento dos materiais de construção da emissão da ordem de fornecimento.

6.7. Na falta de qualquer material cotado pela Licitante vencedora, a mesma fica obrigada a entregar outro material similar, ainda que de preço superior, sem qualquer ônus adicional para o “CONTRATANTE”. **6.8.** Substituir o material rejeitado, por não estar de acordo com o especificado e/ou impróprio para o uso, no período máximo de 03(três) dias. **6.9.** Substituir o material, caso seja constatado qualquer tipo de rompimento da respectiva embalagem. Neste caso, caberá ao “CONTRATANTE”, rejeitar o material, através do servidor designado para efetuar a fiscalização do mesmo. **6.10.** No momento do desembarque dos materiais de construção, os responsáveis da “CONTRATADA” deverão sempre depositá-los, cuidadosamente, nos locais designados, dispondo os mesmos em pilhas, conforme orientação do servidor designado pelo “CONTRATANTE”. **6.11.** Fica a CONTRATADA obrigada a ressarcir ao Município o valor recebido, quando constatada a má qualidade do material e/ou peso deficiente do mesmo.

6.12. Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos materiais de construção, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelo fornecimento e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

6.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

6.14. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município;

6.15. Responsabilizar-se Civil e Criminalmente por danos causados aos servidores do Município ou a terceiros, decorrentes do fornecimento de materiais impróprios para o uso. **6.16.** Responsabilizar-se por danos, extravios ou prejuízos causados por seus empregados em equipamento ou nas dependências dos Órgãos Municipais ou a terceiros.

6.17. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer no Município ou a terceiros, decorrentes do próprio fornecimento dos produtos;

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços constante desta **Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) mese**s, contados da data de sua assinatura.

7.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega dos MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, de acordo com a apresentação da Nota Fiscal devidamente preenchida e atestada pelo Secretário Responsável e Setor de Compras.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.5. As **Notas Fiscais deverão vir acompanhadas** da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social – INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS.

8.6. A fatura deverá ser recebida pelo setor competente com antecedência mínima de 30 dias da data de vencimento.

8.7. No caso de cobrança indevida, a FORNECEDOR/CONTRATADO será notificada, devendo proceder à correção e reapresentação da nota fiscal/fatura, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

8.8. Não haverá em nenhuma hipótese pagamento antecipado.

9. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência desta Ata.

9.1.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

10.1.1. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

10.1.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

10.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

10.1.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento de produtos.

10.6. Caso o Município não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O fornecimento fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

11.1.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no ITEM 11.2.2;

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

11.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

11.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

11.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.4. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, restritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o **Edital de Pregão Presencial nº 010/2023**, seus anexos e as propostas da contratada.

III. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

13. DA PUBLICAÇÃO

13.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização da execução do fornecimento será exercida por servidor nomeado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do fornecimento que venha a ser determinada pelo CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

15. DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Arenápolis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE –SE E CUMPRE – SE.

Santo Afonso/MT, 16 de novembro de 2023.

Luis Fernando Ferreira Falcão - Prefeito Municipal

Município de Santo Afonso/MT.

CONTRATANTE

MARIA CATARINA DE SOUZA MELO-ME

CNPJ:05.742.372/0001-07

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Nome: Tamires de Freitas Pires Nome: Rolf Rodrigo da Silva

CPF: 028.266.132-86 CPF: 031.176.161-52

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

LICITAÇÃO
AVISO DE 1º RETIFICAÇÃO - PREGAO ELETRONICO 014/2023

AVISO DE 1º RETIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 074/2023

O **Município de Santo Antônio do Leste**, através do seu Pregoeiro, designado pela portaria nº 390/2022 de 14 de outubro de 2022, torna público que nos termos do Decreto 10.024/2019 e Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a **RETIFICAÇÃO** de processo licitatório, **Pregão Eletrônico 014/2023** registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados continuados com subordinação sem fornecimento de material do tipo: auxiliar de serviços gerais na limpeza, conservação, higienização e asseio predial e em área hospitalar, auxiliar de lavanderia hospitalar, ajudante de cozinheiro, vigia, agente de portaria, gari, jardineiro, controlador de pragas, aplicador de inseticida, agrotóxico e supervisor de serviços, visando atender as necessidades das Secretarias Municipais

DA ALTERAÇÃO:

Exclui-se as seguintes alíneas da cláusula 11.6 RELATIVO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

g) Os responsáveis técnicos deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviço com contrato escrito firmado com o licitante ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura caso o licitante se sagre vencedor desta licitação. **h)** Certidão do CREA comprovando a inscrição da empresa Licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do local da sede do licitante em plena validade; **i)** Certidão do CREA comprovando a inscrição do(s) Responsável(is) Técnico(s) da empresa como Técnico ou Engenheiro de Segurança do Trabalho em plena validade; **j)** Prova de inscrição do(s) Responsável(is) Técnico(s) da empresa como Engenheiro Sanitarista e/ou Engenheiro Ambiental no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

DATA DE ABERTURA DA SESSAO: **Dia 01 de dezembro de 2023, às 09h00min horas.**

(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bllcompras.org.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores Informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio no Departamento de Licitações, situado à Av. Goiás, n° 367, Jardim Santa Inês – Santo Antônio do Leste–MT, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 11:00 horas e no período da tarde das 13:00 h as 17:00 horas, pelo Telefone/Fax: (0xx) 66-3488-1080/1292 ou e-mail: licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br.

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado.

Santo Antônio do Leste/MT, 17 de novembro de 2023.

ERIKS MATOS DA SILVA

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE PORTARIA Nº 12, DE 14/11/2023 - CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA DE DAVI GOMES BARBOSA

PORTARIA Nº 12, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023 - Dispõe sobre a concessão do Benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao servidor Senhor Davi Gomes Barbosa.

A Prefeita do Município de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, considerando:

I. o preenchimento dos pressupostos contidos no Art. 3º, inciso I, II, III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c Art. 82-A, incisos I, II, III e parágrafo único, da Lei Municipal nº 468, de 1º de junho de 2004, que dispõe sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Félix do Araguaia/MT, com alterações dada pela Lei Municipal nº 557, de 15 de janeiro de 2007;

II. a Lei Complementar nº. 058, de 8 de dezembro de 2008, que trata do Plano de Cargos, e Salários dos Servidores da Educação em Geral; e

III. a Lei Complementar nº 143/2023, que trata da lei de Reajuste dos servidores públicos efetivos do Poder Executivo e dos Conselheiros Tutelares do Município de São Félix do Araguaia/MT.

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição, ao Senhor DAVI GOMES BARBOSA, portador do RG nº 313.515 SSP/MT e do CPF sob nº 240.556.031-34, efetivo no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, Classe “D”, Nível “10-1,55”, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob matricula nº 155-1; com jornada de trabalho de 30 horas semanais; contando com 35 Anos, 6 Meses e 23 Dias de tempo de contribuição, com proventos integrais, conforme Processo Administrativo do IPASFA nº 2023.04.00008P, a partir de 01/11/2023 até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais a data de 1º de novembro de 2023.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

São Felix do Araguaia/MT, 14 de novembro de 2023.

WEMES PEREIRA LEITE

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Homologo:

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE PORTARIA Nº 10, DE 13/11/2023 - CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA À MARLY DE SOUZA MARINHO.

PORTARIA Nº 10, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023 - Dispõe sobre a concessão do Benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora Senhora Marly de Souza Marinho.

A Prefeita do Município de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, considerando:

I. o preenchimento dos pressupostos contidos no Art. 3º, inciso I, II, III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c Art. 82-A, incisos I, II, III e parágrafo único, da Lei Municipal nº 468, de 1º de junho de 2004, que dispõe sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Félix do Araguaia/MT, com alterações dada pela Lei Municipal nº 557, de 15 de janeiro de 2007 c/c Art. 24 da Emenda Constitucional 103/2019;

II. a Lei Complementar nº 087/2014, que trata do Plano de Cargos, e Salários dos Servidores da Administração em Geral; e

III. a Lei Complementar nº 143/2023, que trata da lei de Reajuste dos servidores públicos efetivos do Poder Executivo e dos Conselheiros Tutelares do Município de São Félix do Araguaia/MT.

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição, à Senhora MARLY DE SOUZA MARINHO, portadora do RG nº 1036114-6 SESP/MT e do CPF sob o nº 628.104.561-00, efetiva no cargo de AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Classe “C-1,30”, Nível “29-28”, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, sob matricula nº. 27-1; com jornada de trabalho de 40 horas semanais; contando com 30 Anos, 2 Meses e 23 Dias de tempo de contribuição, com proventos integrais, conforme Processo Administrativo do IPASFA nº 2023.04.00009P, a partir de 01/11/2023 até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais a data de 01 de novembro de 2023.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

São Félix do Araguaia/MT, 13 de novembro de 2023.

WEMES PEREIRA LEITE

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Homologo:

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE PORTARIA Nº 11, DE 14/11/2023 - AVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DE DAVI GOMES BARBOSA

PORTARIA Nº 11, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023 - Dispõe sobre Averbação de Tempo de Serviço, não concomitante, em favor da Senhor Davi Gomes Barbosa, servidor público deste Município.

O Secretário Municipal de Administração e Planejamento de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º Averbar o tempo de contribuição não concomitante conforme Certidão Original de Tempo de Contribuição sob nº 10021060.1.00013/13-6 expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º Fica averbado o tempo de contribuição não concomitante equivalente a 3.103 dias líquidos, correspondente a 08 (oito) Anos 06 (seis) Meses e 03 (três) dias:

Período	Órgão	Tempo
20/07/1978 a 03/03/1980	BANCO DO BRASIL SA	1 Ano, 07 Meses e 14 Dias
20/07/1981 a 04/04/1983	CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES S.A - CEMAT	1 Ano, 08 Meses e 15 Dias
01/03/1983 a 23/04/1988	RADIOBRAS EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAO S/A	5 Anos e 19 Dias
05/01/1990 a 19/02/1990	RADIO CLUBE DE GOIANIA SA	1 Mês e 15 Dias
Dias Líquidos: 3.103		

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se; e

Cumpra-se

São Félix do Araguaia/MT, 14 de novembro de 2023.

WEMES PEREIRA LEITE

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE PORTARIA Nº 9, DE 13/11/2023 - AVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DE MARLY DE SOUZA MARINHO.

PORTARIA Nº 9, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023 - Dispõe sobre Averbação de Tempo de Serviço, não concomitante, em favor da **Senhora Marly de Souza Marinho,** servidora pública deste Município.

O Secretário Municipal de Administração e Planejamento de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º Averbar o tempo de contribuição não concomitante conforme Certidão Original de Tempo de Contribuição sob nº 25001030.1.00021/23-3 expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º Fica averbado o tempo de contribuição não concomitante equivalente há 654 dias líquidos, correspondente a 1 (um) Ano, 09 (nove) Meses e 19 (dezenove) dias:

Período	Órgão	Tempo
13/08/1993 a 01/06/1995	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	1 Ano, 09 Meses e 19 Dias
Dias Líquidos: 654		

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se

São Félix do Araguaia/MT, 13 de novembro de 2023.

WEMES PEREIRA LEITE

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2023 PARA DESIGNAÇÃO E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGO EDITAL Nº. 005/2023

EDITAL Nº. 005/2023

A Secretaria de Administração do Município de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37, inciso IX da Constituição Federal, autorizado pela Lei Municipal de nº. 517/2012 de 09 de abril de 2012, regidos pelas normas constantes neste Edital.

Considerando-se a urgente necessidade temporária de se suprir demandas do serviço público municipal em sua Secretaria Municipal de Educação, torna público a todos os interessados a realização de Teste Seletivo para preenchimento temporário.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1- O processo seletivo simplificado para contratação temporária será regido por este Edital e coordenado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e comissão instituída pela portaria N°89/ 2023 de 13 de novembro de 2023.

1.2- O cargo, vagas disponíveis, carga horária, remunerações, pré-requisitos e atribuições do cargo serão aqueles informados no Anexo I deste Edital.

1.3- Os requisitos situados no item **2.0 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO** deste Edital deverão ser atendidos e comprovados na data da nomeação.

1.4- Este Seletivo será realizado mediante aplicação de prova de caráter classificatório e eliminatório. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanharem as publicações de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Seletivo, ao quais serão publicados no www.diariomunicipal.com.br/amm-mt, www.saojosedopovo.mt.gov.br e afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, Hospital Municipal e na Câmara Municipal.

1.5 - O candidato poderá obter informações referentes ao processo seletivo simplificado no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São José do Povo, situada na Rua José Salmem Hanze – 924 Centro – São José do Povo - MT, informações pelo telefone **66 3494-1113** ou **66 3494-1137**.

1.6 - Integram a este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I – Das Vagas.

Anexo II – Cronograma.

Anexo III – Conteúdo Programático

2 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado;

2.2 - Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;

2.3 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da designação e/ ou contratação;

2.4 - Apresentar os documentos pessoais e comprovantes de endereço atualizado;

2.5 – Atender aos requisitos para a vaga a qual concorre e cumprir todas as determinações deste Edital.

2.6 – Declarar não acumular cargos públicos ou, nos casos permitidos, comprovar compatibilidade de horário.

3 – DAS INSCRIÇÕES

3.1 – A inscrição deverá ser efetuada por meio de entrega da ficha de inscrição que será preenchida no ato da inscrição pelo participante e entregue junto com cópia de documento pessoal com foto no período de **22 a 28 de novembro de 2023**, **das 13:00 às 17:00 horas**, na Prefeitura Municipal de São José do Povo-MT, situada na Rua: José Salmen Hanze – 924 Centro, São José do Povo-MT, na Secretaria de Administração.

3.2 – Será cobrado a título de inscrição de R$ 35,00 (Nível Superior) +Taxa de serviços a título de inscrição (R$ 4,10).

3.3 - Estão isentos do valor de inscrição e taxa as pessoas de baixa renda inscritas no Cadúnico.

3.4 - As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão do Processo Seletivo o direito de excluir do processo seletivo simplificado as fichas de inscrição que não estiverem de acordo, preenchidos de forma incompleta, incorreta e ilegível e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

3.5 - A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

3.6 - No ato da inscrição não serão verificados os comprovantes das condições da participação. No entanto, o candidato que não as satisfizer será eliminado do processo seletivo.

4 – DAS PROVAS:

4.1 - Os candidatos deverão apresentar-se para a realização das provas documento de identificação, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, 30 (trinta) minutos antes do horário fixado para seu início, sendo considerado eliminado o candidato que deixar de comparecer.

4.2 - O portão será aberto às 07:00 e fechado às 07:50 pontualmente.

4.2.1 - A prova objetiva, será realizada no dia **09 de dezembro de 2023**, no período matutino, na Escola Municipal Prof. Sebastião Gomes de Oliveira, localizada à MT 470, nesta cidade, no horário das 08:00 às 11:00 horas com duração total de 3 horas e, composta de 30 (trinta) questões de acordo com o conteúdo programático (anexo III), todas de múltipla escolha, contendo quatro alternativas do tipo (a, b, c, d) e somente uma correta, atribuindo-lhe o valor de 1,00 (um ponto), para cada questão correta, totalizando 30 (trinta) pontos.

4.3. O acesso às dependências ao local de realização de provas somente será permitido: aos candidatos, Comissão Organizadora, Fiscais.

4.3.1 não será permitido o ingresso do candidato no local da prova sem a cédula de identidade ou documento oficial de identificação, com fotografia, sendo os retardatários ou ausentes eliminados do certame.

4.3.2. Nenhum candidato poderá adentrar o local de realização de provas se apresentar sinais de embriaguez.

4.3.3. - Não será permitida a entrada do candidato que se apresentar após o horário determinado nos itens 4.2 deste Edital.

4.3.4. - Ficam terminantemente proibidos aos candidatos, durante o período destinado a realização das provas objetivas, o uso de bonés, óculos de sol, chapéus, relógios, etc.

4.4- Os fiscais de provas não se responsabilizarão pela guarda de nenhum objeto dos candidatos.

4.5 - Em hipótese alguma as provas serão realizadas fora dos locais e horários determinados neste Edital.

4.5.1 - A ausência do candidato para a realização das provas objetivas implicará em sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado **005/2023**, não havendo, em hipótese alguma, outra oportunidade para sua realização.

4.6 - Iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrido 60 (sessenta) minutos de seu início;

4.7.1 - Às lactantes será permitida a amamentação, todavia, não será aumentado o tempo total para a realização das provas.

4.7.2 - A candidata lactante deverá informar no ato da inscrição a sua condição para que a Comissão Organizadora providencie local apropriado para amamentação.

4.7.3 - O período para a amamentação será acompanhado integralmente por uma coordenadora de ambiente e Fiscal de Sala.

4.7.4 - A criança será conduzida do portão do local de realização de provas até a sala de amamentação por uma coordenadora de ambiente.

4.8 - Os candidatos deverão assinalar o cartão resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este edital, tais como, dupla marcação, marcação rasurada ou emenda.

4.9 - Não será permitido o uso de qualquer material bibliográfico, celular ou congêneres durante a prova, nem qualquer comunicação com outro candidato.

4.10 – Em caso de empate na pontuação final, será considerado como critérios de desempate**:**

a) o candidato de maior idade;

b) quantidade de acertos na disciplina de português.

4.11 - Serão classificados os candidatos que atingirem 30% de acertos na prova objetiva.

5 – DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS/CONVOCAÇÃO

5.1 – Todos os atos do processo seletivo serão devidamente divulgados no mural da Prefeitura Municipal de São José do Povo, no site da Prefeitura Municipal de São José do Povo-MT, no mural da Câmara Municipal de São José do Povo-MT e no diário oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso - AMM. É de inteira responsabilidade de o candidato acompanhar todas as etapas do processo seletivo simplificado nos canais de comunicação supracitados.

5.2 – A convocação para designação e/ou contratação obedecerá à ordem de classificação final dos candidatos.

5.3 – O candidato que não comparecer no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, após convocação de que trata o item anterior, será considerado desistente. Esse prazo poderá ser prorrogável uma única vez no interessa da Administração Pública.

6 – DOS RECURSOS

6.1 - Recursos a fatos extraordinários deverão ser dirigidos a Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal, em impresso próprio, entregue sob protocolo pelo próprio candidato, ou procurador legalmente habilitado, devidamente fundamentado, constando o nome do candidato, número da inscrição, endereço para correspondência e telefone.

6.2 - O prazo para interposição de recursos obedecerá ao disposto no anexo II deste edital.

6.3- Admitido o recurso, caberá a Procuradoria Jurídica manifestar-se pela reforma ou manutenção do ato ocorrido, cuja decisão será comunicada ao candidato por telefone informado pelo candidato na inscrição, e disponibilizado cópia no prazo de 01 (um) dia útil nesta secretaria, sem prejuízo da publicação no mural da Prefeitura Municipal.

7 – DO REGIME PREVIDENCIÁRIO E O REGIME JURÍDICO DE CONTRATAÇÃO

7.1 – Os contratos serão vinculados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

7.2 – O Regime Jurídico de contratação será por tempo determinado e adstrito ao ano letivo vigente, sem prejuízo a ordem classificatória do candidato para nova contratação no ano subsequente, caso necessário e ainda vigente o processo seletivo (Lei Municipal n. 517/2012).

8 – DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

8.1 – A contratação dar-se-á com a assinatura do Prefeito Municipal.

8.2 - Os candidatos aprovados serão contratados obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

8.3 – Documentos autenticados a serem apresentados na convocação para a contratação:

Cópia do RG e CPF

Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral,

Comprovante de escolaridade (diploma ou histórico acompanhando de declaração de conclusão pela entidade).

Declaração de não acúmulo ilegal de cargos ou empregos públicos,

Declaração de bens,

Número do Pis/Pasep,

Número de conta bancaria.

Comprovante de residência atual,

Certidão de Nascimento ou Casamento (cópia do RG e CPF do cônjuge),

Certidão de Nascimento de dependentes se for o caso,

Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino,

Carteira de trabalho – CTPS (parte da foto e data de expedição) – (comprovante de experiência profissional, caso possua),

Exame médico admissional.

8.4 – São condições para a designação e/ou contratação:

/-a) Ter sido aprovado/classificado no processo seletivo simplificado;

b) Apresentar documentação completa, devidamente relacionada no item 8.3 deste edital.

9 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 – A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o processo seletivo simplificado contido neste Edital.

9.2 – A aprovação do candidato no processo seletivo gera apenas a expectativa de designação e/ ou contratação aos candidatos classificados, sendo obrigatória somente à contratação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas.

9.3 – É reservado a Secretaria Municipal de Educação o direito de proceder à designação e /ou contrato administrativo dos classificados, em número que atenda ao seu interesse e às suas necessidades.

9.4 – Os casos omissos no presente neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo, se necessário, encaminhados a Assessoria Jurídica.

9.5 – Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital somente poderão ser feitas por meio de retificação divulgada no site da prefeitura e quadros de aviso.

9.6 – O processo seletivo tem validade de seis meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Jacob Soares de Oliveira

Presidente

São José do Povo- MT, 17 de novembro de 2023.

ANEXO I – DAS VAGAS

Nº	CARGOS	REQUISITOS	TIPOS DE PROVA	REMUNERAÇÃO INICIAL R$	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS
01	PROFESSOR PEDAGOGO	SUPERIOR COMPLETO	PROVA OBJETIVA	R$ 3.587,53	30H	CR

OBS: NÃO PREVISÃO DE VAGAS PARA PNE, TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 114/2002 (NÃO ATINGINDO PERCENTUAL MINIMO).

ATRIBUIÇÕES

Professor Pedagogo	Participar da formulação de políticas pedagógicas educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Básica; Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito de sua atuação; Participar do Plano Político Pedagógico; Desenvolver a regência efetiva, no caso específico de docência; Controlar e avaliar o rendimento escolar; Executar tarefas de reforço dos alunos; Participar de reuniões de trabalho; Desenvolver pesquisa educacional; e Participar das ações administrativas e das interações educacionais com a comunidade.

ANEXO IIPROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA DESIGNAÇÃO E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIAEDITAL Nº005/2023ANEXO II – CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2023

ETAPAS	DATAS
Publicação do edital	17/11/2023
Período de inscrição	22 a 28/11/2023
Divulgação final da lista de inscritos	29/11/2023
Prazo para interposição de recurso contra a lista de inscritos	30/11/2023
Homologação da lista de inscritos	01/12/2023
Aplicação da prova escrita	09/12/2023
Resultado preliminar da prova objetiva e divulgação do gabarito	12/12/2023
Prazo para interposição de recursos quanto à classificação	13/12/2023
Homologação da classificação final do Processo Seletivo Simplificado	19/12/2023

ANEXO IIICONTEÚDO PROGRAMÁTICOPARA TODOS AS VAGAS DE ENSINO MÉDIO COMPLETO

LINGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de textos descritivos, dissertativos, narrativos; gênero de textos; coesão textual; coerência textual; sinonímia, homonímia e paronímia; figuras de linguagem; vícios de linguagem. 2. Ortografia. 3. Acentuação gráfica e tônica; acentuação das oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas; acento diferencial; acentuação dos hiatos; acentuação dos ditongos. 4. Morfologia: estrutura e formação de palavras, processos de formação de palavras; classes de palavras: verbo, substantivo, artigo, pronome, preposição, conjunção, adjetivo, advérbio, interjeição e numeral. 5. Sintaxe: termos essenciais da oração (sujeito e predicado), termos integrantes da oração (objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva), termos acessórios da oração (aposto, adjunto adnominal, adjunto adverbial), termo independente (vocativo); orações coordenadas e orações subordinadas; concordância nominal; concordância verbal; regência nominal; regência verbal; uso da crase; pontuação. Nova Ortografia: Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

CONHECIMENTOS GERAIS

Guerras no mundo, Desigualdade social e pandemia, Questões indígenas, Desmatamento, Preços dos combustíveis, Produção de alimentos e fome, Geopolítica entre EUA e China, Chuvas e secas, Aquecimento global, Conflitos no Oriente Médio.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Informática, Legislação, Teorias de Aprendizagem, LDB.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2023 PARA DESIGNAÇÃO E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº. 005/2023

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nº. Inscrição_____

CANDIDATO(A) AO CARGO DE*: PROFESSOR PEDAGOGO*

Nome do Candidato(a)_____

Identidade:_____-_____Órgãoxpedidor:_____

C.P.F.: _____

Endereço:_____ Nº_____ Bairro: _____ Município _____ UF:____

Tel.: ( ) _____Celular: ( ) _____

Observações: Preencha, em letra legível, os campos destinados ao candidato. Se necessário, faça cópia desta folha para completar sua relação.

Anexar junto cópia de documento com foto.

São José do Povo – MT,.....de ..... de 2023.

Ass. do (a) candidato(a) ----------

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
EDITAL 001/2023/GAB/SEMEC- SÃO JOSÉ DO POVO/MT

Dispõem sobre o processo Seletivo de candidatos Função de Diretor de Unidade Escolar das Unidades Escolares da rede Municipal de São José do Povo para o Biênio de 2024/2025.

A Comissão do Processo de Seleção, nomeada por meio da Portaria Nº86 /2023, de 07 de novembro de 2023, faz saber que se encontram abertas as inscrições para o processo de seleção de Profissionais da Educação para a função de Diretor da Escola Professor Sebastião Gomes de Oliveira da rede municipal de ensino, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei nº 9.394/1996 – LDB, Lei Complementar nº 50/1998, Lei 7.040/1998, a Lei 14.113/2020, e da Lei Municipal nº 924/2023, de 09 de Agosto de 2023 (reformulação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Munícipio de São José do Povo/ MT, que estabelecem os critérios, etapas e Unidades Escolares que terão seleção de diretor(a).

1. Do Edital de Abertura:

1.1. O Edital de Abertura do Processo de Seleção de candidatos à função de diretor escolar estará disponível através de edital publicado no diário oficial da AMM e afixados nos murais de setores públicos do município de e São José do Povo -MT.

2. Das inscrições:

2.1. As inscrições estarão abertas na Secretaria Municipal de Educação, no período de 22/11/2023 a 29/11/2023, no horário das 8 às 11 h e das 13 às 17 h.

2.2. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar e assinar os seguintes documentos: a. Ficha padrão identificando o candidato, anexo III; b. cópia da Carteira de Identidade - RG e CPF; c. cópia do Título de Eleitor, com os respectivos comprovantes de votação da última eleição ou o certificado de quitação com a Justiça Eleitoral; d. comprovante de endereço; e. cópia do diploma de graduação em Pedagogia ou pós – graduação em gestão escolar; f. declaração de que não está respondendo Processo Administrativo Disciplinar; g. declaração de que não está para se aposentar nos próximos 2 anos e/ ou usufruindo de licenças contínuas e sucessivas; h. declaração de disponibilidade para o cumprimento de carga horária, com Dedicação Exclusiva para escola na qual vai concorrer o cargo; i. declaração afirmando não ter sido penalizado em processo administrativo disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos; j. declaração afirmando que não possui outro vínculo Municipal, Estadual, Federal e Privado; k. declaração dos participantes que já foram Diretores Escolares informando que cumpriu com a Legislação vigente junto ao departamento de prestações de contas.

3. Do Processo Seletivo

3.1. O Processo Seletivo do Professor para assumir a função de Diretor Escolar, será composto por 05 (cinco) etapas no qual será aferida a competência técnico-pedagógica e méritos, dos candidatos:

A Administração da Unidade Escolar será exercida pelo Diretor Escolar selecionado por:

a) Etapa I – Inscrição e Registro de Candidatura; b) Etapa II – Prova dissertativa e objetiva; c) Etapa III - Consulta Pública dos candidatos à função de Direção pela Comunidade Escolar por meio da votação na própria UE; d) Etapa IV – Plano de Ação; e) Etapa V Designação do Diretor à sua Unidade Escolar;

4. Das Etapas do Processo Seletivo

4.1.Primeira Etapa: Inscrição.

4.1.1 A inscrição será feita na SEMED nas datas e horários especificados acima. (ANEXO I).

4.2. Segunda Etapa: Prova dissertativa e objetiva.

4.2.1. O candidato deverá comparecer no local indicado no ato da inscrição, para a realização da prova, no dia **04/12/2023.**

4.3. Terceira Etapa: Plano de ação.

4.3.1. Todos os candidatos deverão elaborar um Plano de Ação de acordo com as políticas educacionais da Secretaria Municipal de Educação, com o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar e legislação vigente que deverá conter:

I. Objetivos, metas e estratégias para melhoria das ações administrativas e pedagógicas da Unidade Escolar, com foco nos resultados do processo de ensino aprendizagem;

II. Ações para ampliação da participação da Comunidade Escolar;

III. Ações para o cuidado e preservação do patrimônio público;

IV. Ações para a garantia de formação continuada aos profissionais sob a sua gestão

4.4.Quarta Etapa: Consulta pública dos candidatos à função de Direção pela Comunidade Escolar por meio de votação na própria UE.

4.4.1. O candidato será submetido à votação de seus pares e da Comunidade Escolar, no dia 08/12/2023, em sua respectiva sede **4.5. Quinta Etapa: Designação do Diretor à sua Unidade Escolar: após o resultado do Processo de Seleção. 4.5.1 A designação do Diretor será feita através de Portaria emitida pela Secretaria de Educação. 4.5.2. Em caso de empate: O critério de desempate será o seguinte:**

Maior nota na prova dissertativa. **5. Do Regime de Remuneração do Cargo 5.1. O regime de remuneração do cargo será feita através de gratificação regida pela Lei Nº924/2023, de 09 de agosto de 2023, Anexo I, que será no valor de R$ 2.244,00 (dois mil, duzentos e quarenta reais). 6. Da divulgação do resultado:**

6.1. A publicação e divulgação do resultado do Processo de Seleção de candidatos à função de diretor escolar ocorrerá, via edital emitido pela SEMED.

7. Da Posse:

7.1. O Chefe do Executivo nomeará o profissional para a função de Diretor Escolar, que assumirá na data no dia 01/02/2024, estipulada pela Administração Municipal e Secretaria Municipal de Educação, (SEMED), considerando o calendário letivo em vigência.

8. Das Disposições Gerais:

8.1. É facultado ao candidato a inscrição por procuração, devidamente autenticada.

8.2. As inscrições que não atenderem os requisitos para a função de diretor serão indeferidas. 8.3. Encerrado o prazo de inscrições, a Comissão do processo de seleção publicará a lista com as inscrições deferidas e indeferidas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

8.4.A inscrição do candidato implicará no conhecimento deste Edital e compromisso tácito de aceitar as condições do processo de seleção.

8.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação ouvida pela Comissão do processo de seleção.

8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Educação de São José do Povo – MT,

São José do Povo-MT , 16 de novembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 370/2023/SECAD, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBSON AMARAL MATOS, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 118 ao 122, da Lei nº 991/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratar de Interesse Particular a servidora **MARILEIDE GOMES FRANCISCO**, matrícula nº 1170, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AUX. DE SERVIÇOS GERAIS**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de São José do Rio Claro - MT.

Art. 2º A Licença para tratar de Interesse Particular concedida a servidora acima identificada será de 03 (três) anos consecutivos sem remuneração, a partir de **17 de novembro de 2023**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17 de novembro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, 17 de novembro de 2023.

ROBSON AMARAL MATOS

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 101/2023

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2023

DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL AFASTADO PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBSON AMARAL MATOS, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a Portaria nº 243, de 08 de maio de 2023, que concedeu o **AFASTAMENTO SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR**, por 03 (três) anos;

CONSIDERANDO o Oficio nº 284/2023/SESAS/RH de 06 de novembro de 2023, solicitando o retorno da servidora.

RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR para retorno ao trabalho a servidora **KAREN NASGORSKI**, matrícula nº 2326, ocupante do cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO EM EFERMAGEM**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de São José do Rio Claro - MT.

Art. 2º Considerando o interesse público e a necessidade pela demanda de trabalho na Secretária, fica revogada a Licença para Tratar de Interesse Particular concedida a servidora sra. **KAREN NASGORSKI** a partir de 31 de dezembro de 2023, fica convocado o retorno da servidora ao trabalho a partir do dia 02 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, 17 de novembro de 2023.

ROBSON AMARAL MATOS

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 101/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Licitatório nº 41/2023

Adesão Pregão Eletrônico 016/2023

A Prefeitura Municipal torna público a adesão a Ata de Registro de Preços N° 0198/2023 oriunda do Pregão eletrônico n° 037/2023 e Processo de Licitação n° 078/2023 da Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT firmada com a empresa EXTRA MAQUINAS S/A inscrita no CNPJ: 19.293.041/0002-22. Essa adesão visaa Aquisição de uma Retroescavadeira hidráulica de acordo com o convênio n° 941130/2023/SUDECO. Sendo os itens:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 0198/2023

EMPRESA: EXTRA MAQUINAS S/A

CNPJ: 19.293.041/0002-22

VALOR GLOBAL: 437.000,00 (quatrocentos e trinta e sete mil reais)

RELAÇÃO DE ITEM PARA ADESÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	MARCA	QUANT	PREÇ UN	PREÇ TOT
01	Retroscavedeira nova de pneu- com pá carregadeira frontal, tração 4x4, cabine com ar-condicionado, diesel, potência minima de 89 hp, 04 cilindros turbo alimentado peso operacional minimo de 7000kg, transmissão 04 marchas frente e 04 marchas ré, caçamba carregadeira capacidade minima de 1,00m³, concha traseira de no miínimo 0,3 m³ com concessionária homologada pelo fabricante, assistência técnica e garantia de no minimo 2 anos e fornecimento de catalogo de peças e de manutenção do veiculo no ato da entrega.	01	XCGM	01	R$ 437. 000,00	R$ 437. 000,00

São José do Xingu – MT, 17 de novembro de 2023.

DAYANE COSTA DE BRITO

PREGOEIRA

DECRETO N° 224/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

PREVIQUAM
RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 001/2023

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 001/2023

O Senhor MIGUEL SOUZA DE ANDRADE JÚNIOR, Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José dos Quatro Marcos – MT, no uso de suas atribuições legais, e especificadamente nos termos do Art. 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93 atualizada pelo Decreto Federal n.º 9.412 de 18 de Junho de 2018, "**RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.01/2023**", Objeto: **REALIZAÇÃO DE REAVALIAÇÃO ATUARIAL PARA O ANO DE 2024, REALIZAÇÃO DE PROJEÇÃO E FLUXO ATUARIAL, NOTA TECNICA ATUARIAL, EMISSÃO DO DRAA, RELATÓRIO ANÁLISE CRÍTICA DA BASE DE DADOS, NOTA EXPLICATIVA ATUARIAL, ESTUDO DE VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA SUSTEIN E PALESTRA CONVENCIONAL.** Em favor da Empresa**: I F CONSULTORIA ATUARIAL LTDA, CNPJ:** 10.541.510/0001-20**.** Valor global 14.236,27 (Catorze mil e duzentos e trinta e seis reais e vinte e sete centavos).

São José dos Quatro Marcos - MT, 17 de Novembro de 2023.

MIGUEL SOUZA DE ANDRADE JUNIOR

Diretor Executivo PREVIQUAM

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 448 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER ao servidor REGINALDO DE SOUZA FERNANDES, Função Gratificada – FG 04, de acordo com a Lei Complementar nº. 004/2003, por ser responsável pelo Setor de Empenho/Liquidação, até posterior deliberação.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de novembro do corrente ano, revogando as disposições em contrário, principalmente a Portaria nº 134 de 05 de Abril de 2022.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 16 DE NOVEMBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 450 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR do *cargo de comissionado de CHEFE DE DEPARTAMENTO, responsável pelo Departamento de Atenção Básica, a servidora MARA GLEICER NEVES MONASKI*, nomeada através da PORTARIA Nº 297 DE 07 DE JULHO DE 2023.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seu efeito a partir de 16 de novembro do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EM 17 DE NOVEMBRO DE 2023

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

ABERTURA DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO nº 45/2023 – Tipo de Licitação: Menor Preço Unitário

OBJETO: **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE"**

Prazos para Recebimento e Julgamento das propostas:

VIDE EDITAL. Início da sessão de disputa de preços: **01/12/2023 às 09h. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).**

Local: www.licitanet.com.br.

Obtenção do edital pelos sites: www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br e www.licitanet.com.br.

INFORMAÇÕES: licitacao@saojosedosquatromarcos.mt.gov.br

Pregoeiro Jefferson Pereira Oliveira - Portaria Nº 439/2023.

PMSJQM, 16/11/2023

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESCISÃO - MARA GLEICER NEVES MONASKI

PREF MUN DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

Rua Dr Guilherme P Cardoso, 539, Centro. São José dos Quatro Marcos-MT
CNPJ: 15.024.029/0001-80

Mês/Ano
11/2023
Rescisão
Página 1 de 1

Demonstrativo de Liquidação de Direitos 17/11/2023

Trabalhador					Carteira de Trabalho (nº, série e UF)
9799.2 - MARA GLEICER NEVES MONASKI					0000000/00000/
PIS/PASEP	Cargo			Data nascimento	Data admissão
	0070 - CHEFE DE DEPARTAMENTO			05/10/1991	05/07/2023
Data afastamento	Causa Afastamento				
16/11/2023	Rescisão de contrato de trabalho sem justa causa por iniciativa do empregador ou exoneração				
RG	CPF	Salário	Banco	Agência	Conta
		4.142,55			
Unidade de custeio					
080102 - DEP DE GESTAO E SAUDE - COMISSIONADO					

DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS PAGAS

PROVENTOS				DESCONTOS			
Cód.	Descrição	Qtd.	Valor	Cód.	Descrição	Qtd.	Valor
001	SALARIO BASE	15.00D	2.071,28	919	PREVIDENCIA - INSS	8.10	178,49
012	INSALUBRIDADE 20%	20.00	132,00				
907	FERIAS PROPORCIONAIS	5/12	1.836,06				
913	13o. SALARIO PROPORCIONAL	5/12	1.726,06				
916	1/3 FERIAS - RESCISAO	33.333	612,02				

Total de Proventos	Total de Descontos	**Total Líquido**
R$ 6.377,42	R$ 178,49	**R$ 6.198,93**

São José dos Quatro Marcos - MT, 17 de novembro de 2023

Assinatura do empregado

Fiorilli S/C Software Ltda. [35/joao/DESKTOP-P3LOE12.RH-RH] {7.5.377.4.17052/B/17052}

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 449 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, responsável pelo Departamento de Compras da Secretaria de Administração e Planejamento, o Senhor MARLON LINCON PUGER DE OLIVEIRA, portador do RG 3163220-3-SSP/MT e do CPF. 060.481. 591-37, fazendo jus aos vencimentos do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de novembro do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 16 DE NOVEMBRIO DE 2023

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 451 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** Licença Especial por assiduidade a servidora Municipal KAREN DILAI DA SILVA, conforme Art. 100, I, da Lei Complementar nº005/2003.

Artigo 2º - O período de gozo da licença concedida, referente ao **quinquênio 2017/2022**, será de 90 (noventa) dias, de 07 de novembro de 2023 a 24 de fevereiro de 2024.

Artigo 3º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de novembro do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 17 DE NOVEMBRO DE 2023

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCURSO DE PROJETO Nº 001/2023

AVISO DE LICITAÇÃO CONCURSO DE PROJETO Nº 001/2023

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa-MT, através do Presidente da CPL nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **CONCURSO DE PROJETO Nº 001/2023 cuja direção e julgamento serão realizados por Comissão Julgadora do Concurso de Projetos** para esse fim**;** tendo por objeto **"Seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP para celebrar TERMO DE PARCERIA para formação de vínculo de cooperação, visando o fomento e realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de projetos vinculados na área de saúde, Decreto Municipal n° 421 de 12 de Junho de 2023, regulamenta no âmbito do município de São Pedro da Cipa/ MT, as diretrizes estabelecidas na da Lei Federal nº. 9.790 de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.100 de 30 de junho de 1999, Lei Estadual n° 11.082/2020 e subsidiariamente no que coubera Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, desde que não conflitantes com a Lei 9.790 de 23 de março de 1999 e demais condições deste Edital.",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **07 DE JANEIRO DE 2024 - 09:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.saopedrodacipa.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Rua Rui Barbosa, n.º 335, das 13:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3418 1500. São Pedro da Cipa, 17 de novembro de 2023. ***MARCOS VINICÍOS DE J ABRAHÃO*** **-** Presidente da CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 075/2022

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO nº 075/2022

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 075/2022

Objeto: ***PRORROGAÇÃO DE PRAZO*** **e** ***REEQUILÍBRIO FINANCEIRO***

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa

Contratada**: ESOL ENERGIA SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS LTDA**

Prazo: 60 (sessenta) dias

Valor Acrescido: Lote I no valor de **R$ 100.466,07 (Cem Mil, Quatrocentos e Sessenta e Seis Reais e Sete Centavos)** e para o Lote II no valor de **R$ 55.683,40 (Cinquenta e Cinco Mil, Seiscentos e Oitenta e Três Reais e Quarenta Centavos).**

Data Aditivo: 14 de Novembro de 2023.

Amparo Legal: art. 65, inciso I, da Lei nº 8.666/93

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

LICITAÇÃO
AVISO DE CREDENCIAMENTO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 036/2023

A Prefeitura Municipal de Sorriso – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Porto Alegre, n.º 2.525, Centro na Cidade de Sorriso/MT, considerando o Edital do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 036/2023**, torna público para quem possa interessar, que com base na Lei Federal nº 14. 133/2021, realizará procedimento de "**CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE CARGA DO TIPO PEDRA, PEDRISCO, PÓ DE PEDRA E OUTROS MATERIAIS, TRAJETO NOBRES – MT À SORRISO – MT".** O credenciamento ocorrerá no período de **21 DE NOVEMBRO DE 2023 à 01 DE DEZEMBRO DE 2023**, **OU, QUANDO COLIDIREM INTERESSADOS, DENTRO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE EDITAL** devendo os interessados, neste período, apresentarem os documentos necessários e a proposta de adesão de acordo com saldo disponível. O horário de atendimento será das **7:00 às 13:00 horas**, no Departamento de Licitação da Prefeitura de Sorriso – MT, através do endereço Av. Porto Alegre, n.º 2.525, Centro na Cidade de Sorriso/MT ou através do site menu "Portal da Transparência", ou através do telefone (66) 3545-4700. **VANDERSON CUNHA DEL SENT -** AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO / GEO-OBRAS
PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 189/2023 – VIGÊNCIA E EXECUÇÃO.CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.CONTRATADO: EMA CONSTRUTORA LTDA.DATA: 17/11/2023. NOVO PRAZO DE EXECUÇÃO 60 (DIAS) SENDO ATÉ 28.01.2024 NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (DIAS) ATÉ 06.04.2024 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DA OBRA DA CONSTRUÇÃO DO DISSIPADOR DE ENERGIA NO BAIRRO SÃO DOMINGOS.SORRISO - MT, 17 DE NOVEMBRO 2.023.PUBLIQUE-SE E/OU AFIXE-SE ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 2.645, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Executivo de Implantação e Pavimentação da Rodovia Vicinal Sodema – extensão 5,10 km, declarando que o projeto foi elaborado, analisado e aprovado dentro das leis federais, e estaduais, NBR's, orientações técnicas e instrução de serviços vigentes, na qual a Secretaria de Estado-Sinfra segue à risca, respeitando todos os Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1º Por meio desta Portaria, através do setor de engenharia do Município de Sorriso/MT, tornar público a aprovação do Projeto Executivo de Implantação e Pavimentação da Rodovia Vicinal Sodema, no Município de Sorriso/MT – extensão 5,10 km, conforme segue:

Responsável pela Elaboração do Projeto:

Silveth Xavier de Oliveira – Engenheiro Civil – RNP 1204527067

Responsável pela Aprovação do Projeto:

Alexandre Samuel Ramalho – Engenheiro Civil – ENP 1717381626

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de novembro de 2023.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

EDNILSON DE LIMA OLIVEIRA

Secretário da Cidade

DECRETO Nº 993, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

Declara luto oficial, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, e;

Considerando o falecimento do Senhor Diogo Mastella;

Considerando o consternamento da comunidade Sorrisense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de um cidadão exemplar e respeitável entre todos;

DECRETA:

Art. 1º É declarado luto oficial em todo o território municipal, pelo período de três dias, a contar de 17 de novembro de 2023, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Diogo Mastella.

Art. 2º Este Decreto entra vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de novembro de 2023.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

CULTURA
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS PROJETOS SELECIONADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS NO EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS Nº 004/2023/SEMCULTJ/SORRISO-MT LEI PAULO GUSTAVO "CIN

O **MUNICÍPIO DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 03.239.076/0001-62, com sede na Avenida Porto Alegre nº 2525, Centro-Norte, Sorriso – MT, CEP: 78.890-900, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE**, e da Comissão de Análise Técnica de Projetos Culturais nomeada pela Portaria SEMCULTJ nº 003/2023, de 22 de setembro de 2023, torna público o RESULTADO FINAL DOS PROJETOS SELECIONADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS NO EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS Nº 004/2023/SEMCULTJ/SORRISO-MT LEI PAULO GUSTAVO "CINEMA PARA TODOS", conforme o relatório emitido pela **Comissão de Avaliação e Seleção de Projetos Culturais, outorgada pelo Decreto Municipal nº 692/2022 e alterações por meio do Decreto Municipal nº 855/2023, que nomeia membros e presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais**, considerando as normas e exigências estabelecidas na **Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022 – Lei Paulo Gustavo**, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.525, de 11 de maio de 2023 para Seleção Pública de Projetos Audiovisuais a serem executados por meio do Fundo Municipal de Cultura, conforme determina os incisos I, II e III do art. 6º da Lei Complementar n° 195, de 08 de julho de 2022, neste identificada como Lei Paulo Gustavo, que tem como objetivos, aqueles previstos no artigo 1º da Lei Complementar nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19, com as diretrizes e metas aprovadas no **Plano de Ação nº 30882120230002-010767** aprovado pelo Ministério da Cultura através da Plataforma TransfereGov do Governo Federal.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS PROJETOS SELECIONADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS

PROPONENTE	CATEGORIA	FORMATO	SITUAÇÃO
NA CARTOLA PRODUCOES AUDIOVISUAIS E COMERCIO LTDA ME Sociedade Empresária Limitada	**PROJETOS DE CINEMA DE RUA E CINEMA ITINERANTE**	**PRESENCIAL: REALIZAR 10 (DEZ) SESSÕES EM DIFERENTES LOCALIZAÇÕES NA CIDADE DE SORRISO, INCLUINDO DA PROGRAMAÇÃO OS SEUS DISTRITOS E ASSENTAMENTOS.**	SELECIONADO 89,25

Sorriso - MT, 17 de novembro de 2023.

FRANCISCO GUIMARÃES FERREIRA CORDEIRO

Presidente da Comissão de Análise Técnica

Portaria SEMCULTJ nº 003/2023

MARISA DE FÁTIMA DOS SANTOS NETTO

Presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais

Decreto Municipal Nº 692 de 04/04/2022

LICITAÇÃO
RESUMO DO 1° ADITIVO PLANO DE TRABALHO 2023/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE PARCERIA N. 001/2022

Nome do Plano de Trabalho: Programa na área de Assistência Social de Sorriso-MT.

Local de Realização do Projeto: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SORRISO – MT.

Custo do Projeto: Através do presente Termo aditiva-se o Plano de Trabalho para o período de 12 meses do Termo de Parceria 001/2022 estima-se o valor total de R$ 4.431.125,60do Plano de Trabalho vigente.

Data de assinatura do Aditivo Termo de Parceria: 25/10/2023. Início do Projeto: 26/10/2023. Término: 25/10/2024

Objeto do Primeiro aditivo do Termo de Parceria n.º 001/2022 - Seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei Federal n° 9.790/99, para celebrar TERMO DE PARCERIA para formação de vínculo de cooperação, visando o fomento e realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de projetos vinculados na área da Assistência Social, seguindo as diretrizes estabelecidas na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999, Decreto Municipal nº 098 de 05 de julho de 2019 e demais condições deste Edital, com projetos vinculados na área saúde.

Nome da OSCIP: ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO), CNPJ nº 21.103.364/0001-77, MJ nº 08071.026564/2014-54 e do Despacho da Secretaria Nacional de Justiça, de 29/10/2014, publicado no Diário Oficial da União de 03/11/2014, **Endereço:** Rua dos Estados, n.º 100, bairro Centro, na cidade de Sorriso/MT, **CEP:** 78.890-000, **email:** osctupa@gmail.com Nome do responsável pelo projeto: **Cargo / Função:** Presidente: NEREU BRESOLIN, brasileiro, portador da cédula de identidade RG sob n.º 30549264 SESP/MT e CPF sob nº 332.670.309-00.

PLANO DE TRABALHO 2023/2024 DO PRIMEIRO ADITIVO DO TERMO DE PARCERIA N. 001/2022

Nome do Plano de Trabalho: Programa na área de Assistência Social de Sorriso-MT.

Local de Realização do Projeto: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SORRISO – MT.

Custo do Projeto: O Plano de Trabalho com o Termo Aditivo para o período de 01/11/2023 a 31/10/2024 estima-se o desembolso de R$ 4.431.125,60do Plano de Trabalho vigente.

Data de assinatura do Plano de Trabalho: 30/10/2023. Início do Projeto: 01/11/2023. Término: 31/10/2024

Objeto do Primeiro aditivo do Termo de Parceria n.º 001/2022 - Seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei Federal n° 9.790/99, para celebrar TERMO DE PARCERIA para formação de vínculo de cooperação, visando o fomento e realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de projetos vinculados na área da Assistência Social, seguindo as diretrizes estabelecidas na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999, Decreto Municipal nº 098 de 05 de julho de 2019 e demais condições deste Edital, com projetos vinculados na área saúde.

Nome da OSCIP: ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO), CNPJ nº 21.103.364/0001-77, MJ nº 08071.026564/2014-54 e do Despacho da Secretaria Nacional de Justiça, de 29/10/2014, publicado no Diário Oficial da União de 03/11/2014, **Endereço:** Rua dos Estados, n.º 100, bairro Centro, na cidade de Sorriso/MT, **CEP:** 78.890-000, **email:** osctupa@gmail.com Nome do responsável pelo projeto: **Cargo / Função:** Presidente: NEREU BRESOLIN, brasileiro, portador da cédula de identidade RG sob n.º 30549264 SESP/MT e CPF sob nº 332.670.309-00.

CULTURA
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS PROJETOS SELECIONADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS NO EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS Nº 003/2023/SEMCULTJ/SORRISO-MT LEI PAULO GUSTAVO "PRO

O **MUNICÍPIO DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 03.239.076/0001-62, com sede na Avenida Porto Alegre nº 2525, Centro-Norte, Sorriso – MT, CEP: 78.890-900, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE**, e da Comissão de Análise Técnica de Projetos Culturais nomeada pela Portaria SEMCULTJ nº 003/2023, de 22 de setembro de 2023, torna público o RESULTADO FINAL DOS PROJETOS SELECIONADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS NO EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS Nº 003/2023/SEMCULTJ/SORRISO-MT LEI PAULO GUSTAVO "PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS", conforme o relatório emitido pela **Comissão de Avaliação e Seleção de Projetos Culturais, outorgada pelo Decreto Municipal nº 692/2022 e alterações por meio do Decreto Municipal nº 855/2023, que nomeia membros e presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais**, considerando as normas e exigências estabelecidas na **Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022 – Lei Paulo Gustavo**, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.525, de 11 de maio de 2023 para Seleção Pública de Projetos Audiovisuais a serem executados por meio do Fundo Municipal de Cultura, conforme determina os incisos I, II e III do art. 6º da Lei Complementar n° 195, de 08 de julho de 2022, neste identificada como Lei Paulo Gustavo, que tem como objetivos, aqueles previstos no artigo 1º da Lei Complementar nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19, com as diretrizes e metas aprovadas no **Plano de Ação nº 30882120230002-010767** aprovado pelo Ministério da Cultura através da Plataforma TransfereGov do Governo Federal.

RESULTADO DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SOBRE O RESULTADO PARCIAL DOS PROJETOS SELECIONADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS

PROPONENTE	CATEGORIA	FORMATO	SITUAÇÃO
33.928.304 JANAINA OLIVEIRA SANTOS MEI	CURTA-METRAGEM	DOCUMENTÁRIO	INDEFERIDO

Conforme o **Edital Complementar 002/2023/SEMCULTJ**, de 03/11/2023, o período de inscrições no certame foi do dia 27/09/2023 a 31/10/2023, contando ainda com a data do dia 06/11/2023 como prazo para a interposição de recurso.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS PROJETOS SELECIONADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS

PROPONENTE	CATEGORIA	FORMATO	SITUAÇÃO
40.272.36 GERSON JAIR WINTER MEI	CURTA-METRAGEM	FICÇÃO	SELECIONADO 96,37
40.692.210 GERVANI DE OLIVEIRA SANTANA MEI	CURTA-METRAGEM	FICÇÃO	SELECIONADO 75,75
52.551.278 IGO DA SILVA FERNANDES MEI	CURTA-METRAGEM	FICÇÃO	SELECIONADO 64,38
52.673.425 EDILENE OLIVEIRA DE SOUSA MEI	CURTA-METRAGEM	DOCUMENTÁRIO	CLASSIFICADA 75,66
51.743.760 FERNANDO RAMOS PEREIRA MEI	CURTA-METRAGEM	DOCUMENTÁRIO	SELECIONADO 86,55

FLIP RESET LTDA ME Empresa Limitada	CURTA-METRAGEM	ANIMAÇÃO	SELECIONADO 88,70
38.199.886 LUCAS HENRIQUE GOMES FERREIRA MEI	CURTA-METRAGEM	ANIMAÇÃO	SELECIONADO 84,85
47.672.345 PABLO ESCOBAR MEI	CURTA-METRAGEM	ANIMAÇÃO	CLASSIFICADO 70,60
CANTOR ALEXANDRE LTDA ME Empresa Limitada	CURTA-METRAGEM	VIDEOCLIPE	SELECIONADO 87,00
46.888.341 DAVID CARVALHO DA SILVEIRA GOMES MEI	CURTA-METRAGEM	VIDEOCLIPE	SELECIONADO 75,4
49.856.770 EMERSON PEZETTI MEI	CURTA-METRAGEM	VIDEOCLIPE	CLASSIFICADO 65,75
GIAN SALLES PRODUCOES MUSICAIS MEI	CURTA-METRAGEM	VIDEOCLIPE	SELECIONADO 93,75
HERIC PEDRUSSI DE BRUM CPF	CURTA-METRAGEM	VIDEOCLIPE	CLASSIFICADO 61,00
JOEL GONCALVES DE OLIVEIRA CPF	CURTA-METRAGEM	VIDEOCLIPE	SELECIONADO 87,00
MARCELO FLORES DE MATTOS CPF	CURTA-METRAGEM	VIDEOCLIPE	CLASSIFICADO 61,50
47.045.103 NAIARA LAUTON DE SOUZA MEI	CURTA-METRAGEM	VIDEOCLIPE	SELECIONADA 90,0
48.159.105 A. K. F. L. RODRIGO VIOLA PRODUÇÕES MEI	CURTA-METRAGEM	VIDEOCLIPE	SELECIONADO 90,15
46.710.500 SADIA DANY & ROBY MEI	CURTA-METRAGEM	VIDEOCLIPE	SELECIONADO 85,70
48.283.635 GABRIELA NEVES PAULA DE SOUZA MEI	VIDEOARTE	MÍNIMO DE 10” MIN	SELECIONADA 93,00

PROPOSTAS INABILITADAS NA FASE DE HABILITAÇÃO PELA COMISSÃO DE ANÁLISE TÉCNICA DE PROJETOS CULTURAIS

PROPONENTE	CATEGORIA	FORMATO	SITUAÇÃO
33.928.304 JANAINA OLIVEIRA SANTOS MEI	CURTA-METRAGEM	DOCUMENTÁRIO	INABILITADA Ausência de CNF do CNPJ; Não uso Formulário Oficial do Edital 003/2023
34.285.639 NATANEL OLIVEIRA SILVA MEI	CURTA-METRAGEM	DOCUMENTÁRIO	INABILITADO Ausência de CNF do CNPJ
40.691.556 VALDINEI MIGUINS SANTOS MEI	CURTA-METRAGEM	DOCUMENTÁRIO	INABILITADO Ausência de CNF e CNPJ Inapto
33.928.304 JANAINA OLIVEIRA SANTOS MEI	CURTA-METRAGEM	ANIMAÇÃO	DESCLASSIFICADA
AFONSO HENRIQUE DA SILVA GOMES CPF	CURTA-METRAGEM	VIDEOCLIPE	INABILITADO Ausência do Cadastro Cultural de Artista; ausência de Todas as certidões negativas.

Sorriso - MT, 17 de novembro de 2023.

FRANCISCO GUIMARÃES FERREIRA CORDEIRO

Presidente da Comissão de Análise Técnica

Portaria SEMCULTJ nº 003/2023

MARISA DE FÁTIMA DOS SANTOS NETTO

Presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais

Decreto Municipal Nº 692 de 04/04/2022

PORTARIA Nº 2.644, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

Designa Fiscais, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar Geovana Farias Araújo – matricula 10480 (titular) e Daniele Maciel dos Santos – matricula 6078 (substituta), fiscais pela Secretaria de Administração, da Ata de Registro de Preços nº 302/2021, originada do processo licitatório Pregão Presencial nº 062/2021, com a finalidade de “Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para locação de sistema informatizado para Administração Pública Municipal, com acesso ilimitado de usuários, com suporte técnico e manutenção, incluindo a implantação, a migração de todos os dados do sistema ora em uso, assim como a customização, a parametrização e o treinamento, para atender às necessidades de serviços e de modernização da Administração Pública Municipal, conforme termo de referência elaborado pelas secretarias solicitantes.”

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 1.344 de 31 de agosto de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2023.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de novembro de 2023.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

CULTURA
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS PROJETOS SELECIONADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS NO EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS Nº 005/2023/SEMCULTJ/SORRISO-MT LEI PAULO GUSTAVO “FOR

O **MUNICÍPIO DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 03.239.076/0001-62, com sede na Avenida Porto Alegre nº 2525, Centro-Norte, Sorriso – MT, CEP: 78.890-900, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE**, e da Comissão de Análise Técnica de Projetos Culturais nomeada pela Portaria SEMCULTJ nº 003/2023, de 22 de setembro de 2023, torna público o RESULTADO FINAL DOS PROJETOS SELECIONADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS NO EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS Nº 005/2023/ SEMCULTJ/SORRISO-MT LEI PAULO GUSTAVO “FORMAÇÃO EM AUDIOVISUAL E MOSTRA DE CINEMA”, conforme o relatório emitido pela **Comissão de Avaliação e Seleção de Projetos Culturais, outorgada pelo Decreto Municipal nº 692/2022 e alterações por meio do Decreto Municipal nº 855/2023, que nomeia membros e presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais**, considerando as normas e exigências estabelecidas na **Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022 – Lei Paulo Gustavo**, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.525, de 11 de maio de 2023 para Seleção Pública de Projetos Audiovisuais a serem executados por meio do Fundo Municipal de Cultura, conforme determina os incisos I, II e III do art. 6º da Lei Complementar n° 195, de 08 de julho de 2022, neste identificada como Lei Paulo Gustavo, que tem como objetivos, aqueles previstos no artigo 1º da Lei Complementar nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19, com as diretrizes e metas aprovadas no

Plano de Ação nº 30882120230002-010767 aprovado pelo Ministério da Cultura através da Plataforma TransfereGov do Governo Federal.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS PROJETOS SELECIONADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS

PROPONENTE	CATEGORIA	FORMATO	SITUAÇÃO
HELDER SILVA DE MELO CPF	Cursos Livres de Capacitação; Formação e Qualificação no setor audiovisual	Formato presencial, mínimo de 10 Aprendizes e carga horária de 20 horas práticas.	SELECIONADO 96,38
FLIP RESET LTDA ME Empresa Limitada	Cursos Livres de Capacitação; Formação e Qualificação no setor audiovisual	Formato presencial, mínimo de 10 Aprendizes e carga horária de 20 horas práticas.	SELECIONADO 98,90
40.272.365 GERSON JAIR WINTER MEI	Cursos Livres de Capacitação; Formação e Qualificação no setor audiovisual	Formato presencial, mínimo de 10 Aprendizes e carga horária de 20 horas práticas.	SELECIONADO 92,25
40.692.210 GERVANI DE OLIVEIRA SANTANA MEI	Cursos Livres de Capacitação; Formação e Qualificação no setor audiovisual	Formato presencial, mínimo de 10 Aprendizes e carga horária de 20 horas práticas.	CLASSIFICADO 76,50
38.199.886 LUCAS HENRIQUE GOMES FERREIRA	Cursos Livres de Capacitação; Formação e Qualificação no setor audiovisual	Formato presencial, mínimo de 10 Aprendizes e carga horária de 20 horas práticas.	SELECIONADO 91,00
NA CARTOLA PRODUCOES AUDIOVISUAIS E COMERCIO LTDA ME Empresa Limitada	MOSTRA DE CINEMA REGIONAL	Formato Híbrido: presencial e com transmissão on-line pelas redes sociais	SELECIONADO 86,65

Sorriso - MT, 17 de novembro de 2023.

FRANCISCO GUIMARÃES FERREIRA CORDEIRO

Presidente da Comissão de Análise Técnica

Portaria SEMCULTJ nº 003/2023

MARISA DE FÁTIMA DOS SANTOS NETTO

Presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais

Decreto Municipal Nº 692 de 04/04/2022

LICITAÇÃO
AVISO DE CREDENCIAMENTO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 037/2023

A Prefeitura Municipal de Sorriso – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Porto Alegre, n.º 2.525, Centro na Cidade de Sorriso/MT, considerando o Edital do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 037/2023**, torna público para quem possa interessar, que com base na Lei Federal nº 14.133/2021, realizará procedimento de "**CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GUARDA COM DISPONIBILIZAÇÃO DE PÁTIO E GUINCHO, PARA RECOLHIMENTO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS, OBJETO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 9.503/1997 E LEI MUNICIPAL 2.872/2018 NO MUNICÍPIO DE SORRISO-MT, BEM COMO NO SERVIÇO DE REMOÇÃO, DESTOMBAMENTO OU IÇAMENTO DE VEÍCULO ACIDENTADOS OU ABANDONADOS NAS VIAS MUNICIPAIS".** O credenciamento ocorrerá no período de **21 DE NOVEMBRO DE 2023 à 01 DE DEZEMBRO DE 2023**, **OU, QUANDO COLIDIREM INTERESSADOS, DENTRO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE EDITAL** devendo os interessados, neste período, apresentarem os documentos necessários e a proposta de adesão de acordo com saldo disponível. O horário de atendimento será das **7:00 às 13:00 horas**, no Departamento de Licitação da Prefeitura de Sorriso – MT, através do endereço Av. Porto Alegre, n.º 2.525, Centro na Cidade de Sorriso/MT ou através do site menu "Portal da Transparência", ou através do telefone (66) 3545-4700. **VANDERSON CUNHA DEL SENT -** AGENTE DE CONTRATAÇÃO

DECRETO Nº 994, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

Aprova o Loteamento Gran Ville, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e,

CONSIDERANDO a função socioambiental da propriedade prevista no artigo 5º, inciso XXIII, 170, inciso VI, 182, § 2º, artigo 186, inciso II e artigo 225, da Constituição Federal, e os princípios jurídicos da prevenção, da precaução e do poluidor pagador;

CONSIDERANDO o Estado Democrático de Direito, em que a plenitude do exercício da cidadania, pelo resguardo dos valores mínimos da dignidade humana, avulta como um de seus autênticos objetivos fundamentais, bem como que a Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é integrante, estabeleceu convenção no sentido de que a moradia constitui-se em direito social fundamental do cidadão, e que, igualmente, a Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, inclui entre os preceitos da Constituição Federal do Brasil a moradia como direito social fundamental;

CONSIDERANDO A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, adotada pela Resolução nº 41/128, da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 04.12.1986, que estabeleceu em seu artigo 8º o direito de habitação como dever do Estado;

CONSIDERANDO o direito de habitação reconhecido pela Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem em seu artigo 11, adotado pela Resolução nº 30/48, aprovada na IX Conferência Internacional Americana;

CONSIDERANDO o reconhecimento do direito de habitação pela Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação Racial, adotada pela Resolução nº 2.106-A, da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 21.12.1965;

CONSIDERANDO ser o direito à moradia, direito humano, conforme dispõe o artigo 5º, inc. I, da Declaração e Programa de Ação de Viena, de 25. 06.1993, também como dever do Estado, com fundamento no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais;

CONSIDERANDO as diretrizes, os princípios e os instrumentos jurídicos, políticos e técnicos estabelecidos pelo Estatuto das Cidades (Lei nº 10. 257/2011), que fixa normas de ordem pública e interesse social reguladoras do uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental, e demais normas vigentes aplicáveis à disciplina da ocupação e do uso do espaço urbano;

CONSIDERANDO que o Estatuto das Cidades estabelece, como uma das suas diretrizes, a urbanização, mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, considerada a situação socioeconômica da população envolvida e as normas ambientais (art. 2º, inc. XIV);

CONSIDERANDO ser função social do Direito Urbanístico a viabilização dos direitos de habitar, trafegar, trabalhar e divertir de forma sustentável, garantindo-se o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura, ao transporte, ao trabalho e ao lazer para os presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que um dos objetivos das regras regulamentadoras do solo urbano visa à proteção jurídica dos adquirentes de imóveis, especialmente quando integrantes de loteamentos ou parcelamentos assemelhados;

CONSIDERANDO ser o requerente proprietário do Loteamento Gran Ville, aprovado pelo Departamento de Engenharia, Estudos e Projetos desta municipalidade, na data de 13 de novembro de 2023;

CONSIDERANDO os princípios previstos no art. 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO incumbir ao Poder Público local à promoção da política de desenvolvimento urbano, objetivando o pleno ordenamento das funções sociais da cidade e do território como um todo, de forma a garantir o bem estar de suas populações consoante inteligência do artigo 182 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o procedimento de aprovação de loteamento é ato exclusivo do Poder Público;

CONSIDERANDO que o empreendimento encontra-se situado em zona urbana, conforme Lei Municipal aplicável ao caso;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o do Loteamento Gran Ville, de propriedade de Serendipity Empreendimentos Imobiliários Ltda, inscrita no CNPJ nº 28.987. 756/0001-95, nos termos constantes do projeto apresentado a esta municipalidade, analisado e aprovado pelo Departamento de Engenharia.

Art. 2º A empreendedora deverá respeitar, na execução da obra, todas as Leis de Parcelamento do Solo e as demais aplicáveis ao caso, inclusive as Leis Complementares nº 037/2005 e nº 325/2020.

Parágrafo único. As construções deverão ter um padrão mínimo de 45,00 m² (quarenta e cinco metros quadrados) de área construída em alvenaria.

Art. 3º A obra de infraestrutura básica deverá ser executada conforme cronograma de execução apresentado com o projeto, cuja cópia encontra-se arquivada no Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Sorriso.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de novembro de 2023.

Assinatura Digital

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se. ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Assinatura Digital

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÃO
2° AVISO DE RESULTADO DO CREDENCIAMENTO DA INEXIGIBILIDADE Nº 025/2023

A Prefeitura Municipal de Sorriso – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Porto Alegre, n° 2.525, centro, na cidade de Sorriso/MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para quem possa interessar "**CREDENCIAMENTO DESTINADO A EMPRESA QUE TENHA INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ODONTOLOGIA NA ÁREA DE ENDODONTIA E CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS DE FORMA A COMPLEMENTAR A COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, PARA ATENDER PACIENTES ENCAMINHADOS PELO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO MUNÍCIPIO DE SORRISO"**, onde até o momento as empresas CREDENCIADAS E HABILITADAS são:

P. JURIDICA
CAPELLARI E SECCHI ODONTOLOGIA LTDA, CNPJ Nº 37.789.878/ 0001-68
NOGUEIRA DE ARAUJO E RIEBEIRO, CNPJ Nº 34.364.230/0001-51
FERRAZ ODONTOLOGIA LTDA, CNPJ Nº 52.188.608/0001-95

Maiores informações, horário de atendimento das **7:00 às 13:00 horas**, no Departamento de Licitação da Prefeitura de Sorriso – MT, endereço Av. Porto Alegre, nº 2.525, Centro na Cidade de Sorriso/MT ou através do site menu "Portal da Transparência", ou através do telefone (66) 3545-4700.

MARISETE M. BARBIERI- PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 098/2023

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT.

CONTRATADO:

PLANALTO SERVIÇOS RURAIS LTDA - ME, inscrito no **CNPJ Sob n°. 22.845.173/0001-43**, neste ato representada pelo seu Proprietário o Senhor **Emerson Ferrari**, com sede na Rua Mato Grosso, s/nº., Centro, na Agrovila Nova Fronteira, CEP:78.563-000, no Município de Tabaporã – MT**.**

OBJETO DO CONTRATO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LIVROS PARADIDÁTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E A BIBLIOTECA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT, conforme **Termo de Referência – ANEXO I** do Edital.

DATA DO CONTRATO:----------17 de Novembro de 2023.

PRAZO DO CONTRATO:---------- 17 de Novembro de 2024.

VALOR DO CONTRATO R$ 1.054.900,00 (Um milhão, cinquenta e quatro mil e novecentos reais), **PROCESSO LICITATÓRIO:** O presente contrato é parte integrante**,** PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/2022.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Tabaporã/MT, em 17/11/2023.

SIRINEU MOLETA

Prefeito municipal

PORTARIA Nº. 633/2023

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **LUZIA DA SILVA**, servidora efetiva, admitida em 29/01/2002, com matricula no RH nº. 70, nocargo de **Auxiliar de Serviços Públicos - Recepcionista**, licenciada no período de 03/03/2015 a 04/08/2015, lotada na Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento desta Prefeitura, **da Classe C – Nível 20 para perceber na Classe C – Nível 21 correspondente ao valor de R$: 2. 758,78 (Dois Mil, Setecentos e Cinquenta e Oito Reais e setenta e Oito Centavos),** em conformidade com o disposto no Art. 51 da Lei Municipal nº. 840/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 17 de novembro de 2023.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 632/2023

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** os Senhores abaixo relacionados, para que acompanhe e fiscalize o contrato administrativo.

I -Titular: **VALDECIR CHESSA**, servidor comissionado, com matricula no RH nº. 2031 admitido em 20/04/2021, nocargo de **Coordenador, Suplente**: **JOSE DONIZETE RIBEIRO RODRIGUES**, servidor Efetivo, com matricula no RH nº. 886 admitida em 27/08/2026, nocargo de **Trabalhador de Serviços Gerais**, ambos lotados na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Artigo 2º. - Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização do contrato abaixo descrito:

CONTRATO	DATA	CONTRATADA	OBJETO
98/2023	17/ 11/ 2023	PLANALTO SERVIÇOS RURAIS LTDA - ME	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LIVROS PARADIDÁTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E A BIBLIOTECA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT

Artigo 3º. –O prazo do presente contrato terá validade até 17 de novembro de 2024.

Artigo 4º. –Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de assinatura do contrato, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 17 de novembro de 2023.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2023.

AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2023. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 115/2023, do objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE EVENTOS, PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO "NATAL ILUMINADO 2023" DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, INCLUINDO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS À PRODUÇÃO E A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, A FIM DE ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos,torna público o resultado de Adjudicação e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: https://tangaradaserra.mt.gov.br/?post_type=licitacoes. Tangará da Serra-MT, 17.11.2023. Márcio de Oliveira Lopes – Pregoeira - Portaria nº 1968/GP/2023.

SAMAE/ASSESSOR JURÍDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 37-01/SAMAE/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 37-01/SAMAE/2023

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 37-01/SAMAE/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 028/2023/SAMAE.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **MARCOS SCOLARI.**
CONTRATADA	**CUIABÁ COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA**, inscrita no CNPJ: 21.058.617/0001-38, sediada na Av. Alzira Santana, S /N, Bairro Ikaray, Quadra 17, Lote 01, Várzea Grande – MT, 78.130-724, Telefone: (65) 3686-1304 e (65) 9 99940-8682, E-mail: geandiegom@gmail.com, representada por **GEAN DIEGO MEISTER.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA OS DEPARTAMENTOS DO SAMAE.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 9.000,29 (Nove mil e vinte e nove reais)**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 17 de novembro de 2023, com prazo até 17 de novembro de 2024.**

PROCON
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 027/PROCON/2023 - METALURGICA UNISERRA - BENEDITO POULO FERREIRA DE MELO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 027/PROCON/2023

(COM PRAZO DE 10 DIAS)

N.A: 23.11.0278.001.00063-3

CONSUMIDOR: LAURETE ROMUALDO DA SILVA

FORNECEDOR: METALURGICA UNISERRA - BENEDITO POULO FERREIRA DE MELO 998……..

CNPJ Fornecedor: 47.861.773/0001-26

O Chefe Executivo do Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/MT, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto N.º 426, de 22 de Setembro de 2021, Art. 26, Parágrafo Único do, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo F. A. Nº: ***23.11. 0278.001.00063-3.***

CONSIDERANDO, que o fornecedor, ora reclamado não foi localizado (A. R. de fl. 10), por se encontrar em local incerto e não sabido.

FAZ SABER a todos que o presente Edital, virem ou dele tiverem conhecimento.

RESOLVE:

NOTIFICAR empresa ***METALURGICA UNISERRA - BENEDITO POULO FERREIRA DE MELO 998……,***sob CNPJ: *47.861.773/0001-26*, atualmente em lugar incerto e não sabido fls. 10, a tomar ciência **Mandado de Intimação de Audiência - Fornecedor** àsfl. 06, a seguir transcrito na íntegra:

"***MANDADO DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO - FORNECEDOR***

Número de Atendimento: 23.11.0278.001.00063-301

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Representante Legal do (a):

Nome de Fantasia: METALURGICA UNISERRA

Fornecedor: BENEDITO POULO FERREIRA DE MELO 998……..

CNPJ Fornecedor: 47.861.773/0001-26

Fornecedor email inst: metalurgica.uniserra.tga@gmail.com

Fornecedor tel inst: (65) 999..-….7

Fornecedor endereço: Servidão de Passagem - 250-N - Jardim Mituo - Tangará da Serra - MT - 78302-205

Fornecedor endereço correspondência:

Nos termos que dispõe a Constituição Federal (art. 5º XXXII e art. 170, V) e Lei Federal n.º 8078/90 Código de Proteção do Consumidor (art. 55 § 4º), O Procon Municipal de Tangará da Serra - MT procede a INTIMAÇÃO de V.Sª., ficando desde já CONVOCADO, nos termos do art. 33 § 2º do Decreto 2.181/97, para COMPARECER no Procon Municipal de Tangará da Serra, sito à Av. Brasil, nº 50-W, Centro, CEP

78300-096, Tangará da Serra – MT, no dia 05/12/2023 às 08:00, com o(a) conciliador(a) Dr. ROBIN HOOD RODRIGUES DA SILVA, em razão de Processo Administrativo de Investigação Preliminar (Art. 33 § 1º Dec. 2181/97 C/C 33-A), para fins de prestar esclarecimentos sobre questões de interesse do consumidor. Em caso de não comparecimento à audiência, poderá o Conciliador analisar possível apresentação de justificativa, desde que apresentada até 05 (cinco) dias úteis, após a audiência previamente agendada, de acordo com o art. 43. § 3º,§ 4º, do Decreto Municipal nº 426/2021 (Regimento Interno do PROCON).

O representante legal da notificada deverá comparecer à audiência com cópia autenticada dos atos constitutivos da empresa e na impossibilidade de seu comparecimento, deverá ser nomeado preposto e/ou procurador munido de referidos documentos, bem como de carta de preposição e/ou procuração.

Ressalte-se que, no caso de descumprimento, o Processo Administrativo de Investigação Preliminar (Art. 33 § 1º Dec. 2181/97 C/C 33-A) terá o seu regular prosseguimento, com a adoção das medidas que julgar cabíveis, estando sujeito à sanção administrativa e às penalidades cabíveis, que poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente bem como a inclusão nos Cadastros Estadual e Nacional de Reclamações Fundamentadas (art. 44 da Lei 8.078/90), com a instauração de Processo Administrativo Sancionador ((Art. 33-A, §1º do Dec. 2181/97.)

Informamos que a recusa à prestação das informações ou o desrespeito às determinações e convocações dos órgãos do SNDC caracterizam o crime de desobediência, na forma do art. 330 do Código Penal.

DADOS DO CONSUMIDOR

Consumidor: LAURETE ROMUALDO DA SILVA

CPF/CNPJ: 963……...

Tangará da Serra - MT, 08 de novembro de 2023.

_____

Dra. Ana Lúcia Moura Vieira da Silva

Chefe Executivo do PROCON"

Conforme Mandado de Intimação de Audiência – Fornecedor, proferida por este Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor-PROCON localizado na Avenida Brasil n° 50-W - Centro – Tangará da Serra-MT, devendo **COMPARECER** no Procon Municipal de Tangará da Serra, sito à Av. Brasil, nº 50-W, Centro, CEP 78300-096, Tangará da Serra – MT, **no dia 05/12/2023 às 08h00,** com o(a) conciliador(a) Dr. ROBIN HOOD RODRIGUES DA SILVA.

Portanto, para não alegar desconhecimento, expediu-se o presente edital que será publicada no Diário Oficial dos Municípios AMM (https://diariomunicipal.org/mt/amm/) e afixada no mural deste Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, situado a Av. Brasil nº 50-W, Centro, Tangará da Serra-MT.

Tangará da Serra – MT, 17 de novembro de 2023.

_____

Dra. Ana Lúcia Moura Vieira da Silva

Chefe Executivo do PROCON

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PGE Nº 059/2023/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 059/2023/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM,** tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA NAS E.T.A. (ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA) E NOS POÇOS TUBULARES DO SAMAE.** A abertura do certame está prevista para as **09h00min do dia 01 de Dezembro de 2023 (horário de Brasília - DF).** Endereço do SAMAE de Tangará da Serra/MT, éna Avenida Brasil, nº 2350-E, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa de segunda a sexta-feira, exceto feriados. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicações. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517 e 3311-6518.

Tangará da Serra/MT, 17 de Novembro de 2023.

EDINÉIA G. DE S. VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

SAMAE/ASSESSOR JURÍDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 37-03/SAMAE/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 37-03/SAMAE/2023

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 37-03/SAMAE/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 028/2023/SAMAE.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **MARCOS SCOLARI.**
CONTRATADA	**M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA**, inscrita no CNPJ: 51.995.377/0002-40, sediada na Av. Xavantes, n. 540, bairro Maracanã, Barra do Bugres – MT, CEP 78. 390-000, representada por **MANOEL DA GUIA FERREIRA MENDES.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA OS DEPARTAMENTOS DO SAMAE.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$17.784,65 (Dezessete mil, setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos)**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 17 de novembro de 2023, com prazo até 17 de novembro de 2024.**

SAMAE/ASSESSOR JURÍDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 37-02/SAMAE/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 37-02/SAMAE/2023

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 37-02/SAMAE/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 028/2023/SAMAE.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **MARCOS SCOLARI.**
CONTRATADA	**GLOBAL COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ: 48.080.508/0001-73, sediada na Rua Almirante Barroso, n. 37, Sala 22 B, centro de Itajaí/SC, CEP 88.303-040, Telefone: (47) 992464544, E-mail: licitacaoglobal23@gmail.com, representada por **LEANDRO DE ARAÚJO POLEZA.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA OS DEPARTAMENTOS DO SAMAE.** Com supedâneo na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. **R$ 1.547,50 (Um mil, quinhentos e quarenta e sete reais)**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 17 de novembro de 2023, com prazo até 17 de novembro de 2024.**

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2023 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2023.

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2023

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2023

O Município de Tangará da Serra/MT, por meio do Prefeito Municipal, Senhor Vander Alberto Masson, no uso de suas atribuições legais, torna público a RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2023, publicado no Diário Eletronico da AMM Ano: XVIII, Edição nº. 4973, páginas 627 a 651 em 10 de novembro de 2023, que passa a ter a seguinte redação:

Onde se lê:

2.2 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE:

Lei	Vagas	Ampla	PCD	Cargo	Formação Exigida no ato da contratação	Carga Horária Semanais	Vencimento R$
5043/2018	CR	CR	CR	1100 – INSTRUTOR DE ARTES MARCIAIS/ JUI JTSU	Ensino Médio Completo, tempo de experiência anterior de no mínimo 03 anos, com documento comprobatório da graduação de no mínimo faixa marrom, reconhecido pela Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu Esportivo (CBJJE) ou Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu (CBJJ).	20 horas semanais	R$ 1. 224,51

Leia – se:

Lei	Vagas	Ampla	PCD	Cargo	Formação Exigida no ato da contratação	Carga Horária Semanais	Vencimento R$
5043/2018	CR	CR	CR	1100 – INSTRUTOR DE ARTES MARCIAIS/ JIU JITSU	Ensino Médio Completo, tempo de experiência anterior de no mínimo 03 anos, com documento comprobatório da graduação de no mínimo faixa marrom, reconhecido pela Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu Esportivo (CBJJE) ou Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu (CBJJ).	20 horas semanais	R$ 1. 224,51

*CR – Cadastro de Reserva

Onde se lê:

2.3 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Lei Comp.	Vagas	Ampla	PCD	Cargo	Formação/ Atuação	Carga Horária	Salário R$
297/2023	01	01	CR	656- Professor História – Zona Urbana e Rural	Licenciatura Plena em Geografia	De 30 até 40 horas-aula	De R$ 4.973,12 até R$ 6.630,83
297/2023	02	2	CR	1117- Professor Pedagogo – Zona Rural - CME Diva Martins Junqueira	Licenciatura Plena em Pedagogia – Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino	De 30 até 40 horas-aula	De R$ 4.973,12 até R$ 6.630,83
297/2023	CR	CR	CR	0793- Nutricionista	Ensino Superior em Nutrição	40 horas	R$ 5.624,08

*CR – Cadastro de Reserva

Leia – se:

Lei Comp.	Vagas	Ampla	PCD	Cargo	Formação/ Atuação	Carga horária	Salário R$
297/2023	01	01	CR	656- Professor História – Zona Urbana e Rural	Licenciatura Plena em História	De 30 até 40 horas-aula	De R$ 4.973,12 até R$ 6.630,83
297/2023	02	2	CR	1117- Professor Pedagogo – Zona Rural - CME Diva Martins Junqueira	Licenciatura Plena em Pedagogia – Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	De 30 até 40 horas-aula	De R$ 4.973,12 até R$ 6.630,83
297/2023	CR	CR	CR	0793- Nutricionista	Ensino Superior em Nutrição + CRN	40 horas	R$ 5.624,08

*CR – Cadastro de Reserva

Fica acrescentado o item 2.4.4:

2.4.3 Para todos cargos de nível superior em Medicina (médico) é obrigatório a apresentação do registro no Conselho Regional de Medicina – CRM no ato de Contratação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 17 de Novembro de 2022.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Vagner Constantino Guimarães

Secretário Municipal de Educação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 109/2023

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 109/2023. O Presidente da CPL, nomeado pela Portaria nº 1968/2023 de 13.11.2023, torna público que, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente no uso de suas atribuições legais, consoante o Decreto nº 019 de 23.01.2017, com base no Parecer Jurídico Referencial nº 409/PGM/2022**,** RATIFICA o Procedimento Administrativo nº 9.265/2023. OBJETO: **CON-**

TRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVISÃO PROGRAMADA EM TEMPO DE GARANTIA DE 20.000 KM PARA OS VEÍCULOS: FIAT/ARGO DRIVE, PLACA: RRJ7I52, FIAT/ARGO DRIVE, PLACA: RRJ7I62, FIAT/STRADA ENDURANCE, PLACA RRM6I76, para atender a demanda da Secretaria de Meio Ambiente, com fulcro no artigo 24 Inciso XVII da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, através da empresa DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ: 01.016.616/0003-85, cujo valor total de R$ 4.163,55 (quatro mil cento e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).Tangará da Serra-MT, 17 de Novembro de 2023. **Gustavo Leonne de Souza – Presidente da CPL.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2023.

AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2023. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 118/2023, do objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DOS EVENTOS, PARA REALIZAÇÃO DA CAPACITAÇÃO "OFERTA DE OFICINA PARA O PÚBLICO DE MULHERES ATENDIDO NAS UNIDADES SOCIOASSISTÊNCIAIS COM RECURSO PROVENIENTE DE EMENDA DE TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS Nº 09032022-015923, LANÇAMENTO DO PROJETO DE MISS E MISTER IDOSOS OFICIAL DO MUNICÍPIO DE TANGARA DA SERRA, OFERTA DE DIA DE LASER COM IDOSOS PARA FORTALECIMENTO DE CONVIVÊNCIA E VÍNCULOS E 2º ENCONTRO DOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS" DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, INCLUINDO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS À PRODUÇÃO, A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O LOCAL, A FIM DE ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos**,torna público o resultado de Adjudicação e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: https://tangaradaserra.mt.gov.br/?post_type=licitacoes. Tangará da Serra-MT, 17.11.2023. Franciane Oliveira Pereira Macedo – Pregoeira - Portaria nº 1968/GP/2023.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 110/2023

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 110/2023. O Presidente da CPL, nomeado pela Portaria nº 1968/2023 de 13.11.2023, torna público que, por determinação da Secretaria Municipal de Saúde no uso de suas atribuições legais, consoante o Decreto nº 019 de 23.01.2017, com base no Parecer Jurídico Referencial nº 409/PGM/2022**,** RATIFICA o Procedimento Administrativo nº 9.306/2023. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA Revisão (10.000km) de garantia para o veículo Fiat Cronos, Placa: RRQ-9J92 e Chassi: 8AP359AFJPU246918**para atender a demanda da Secretaria de Saúde, **com fundamento no Artigo 24, Inciso XVII, da Lei 8.666/93** através da empresa **DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA TANGARA DA SERRA, CNPJ: 01.016.616/0003-85,** cujo valor total de **R$ 1.283,83 (mil duzentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos).**Tangará da Serra-MT, 17 de Novembro de 2023. **Gustavo Leonne de Souza – Presidente da CPL.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 69, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

Cria a estratégia do Busca Ativa Escolar e institui o Comitê Gestor Intersetorial composto pelo gestor político, coordenadora municipal, supervisores institucionais e técnicos verificadores, e dá outras providências.

PASCOLA ALBERTON, PREFEITO MUNICIPAL, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 227 da Constituição Federal de 1988; CONSIDERANDO o disposto no Art. 4º da Lei Federal nº 8.069, de 16 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC;

CONSIDERANDO a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações, que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional; CONSIDERANDO o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014, que definiu 10 diretrizes que devem guiar a educação brasileira neste período e estabeleceu 20 metas a serem cumpridas na vigência;

CONSIDERANDO que o estado de Mato Grosso fez a adesão ao Busca Ativa Escolar em outubro de 2020, conforme informação disponibilizada pelo Unicef e a necessidade de criação da Estratégia Busca Ativa Escolar e comitê gestor junto ao município de TERRA NOVA DO NORTE, DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Estratégica de Busca Ativa Escolar no município de TERRA NOVA ESCOLAR/MT, que complementa as Estratégias do Plano Municipal de Educação na qual identifica e previne casos de evasão escolar no município;

Art. 2º. A Busca Ativa Escolar é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizadas gratuitamente para estados e municípios. Ela foi desenvolvida pelo UNICEF, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

Art. 3º. A intenção é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar, municípios e estados têm dados concretos que possibilitarão planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos de meninas e meninos.

Art. 4º. A Busca Ativa Escolar reúne representantes de diferentes áreas – Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento etc, fortalecendo, dessa forma, a rede de proteção. Cada secretaria e profissional tem um papel específico, que vai desde a identificação de uma criança ou adolescente fora da escola ou em risco de abandono, até a tomada das providências necessárias para seu atendimento nos diversos serviços públicos, sua (re)matrícula e sua permanência na escola.

Art. 5º. Todo o processo é acompanhado pela ferramenta tecnológica, que funciona como um grande banco de dados que facilita a comunicação entre as áreas, armazena dados importantes sobre cada caso acompanhado e apoia na gestão das informações sobre a situação da criança e do adolescente no município e/ou estado. A ferramenta pode ser acessada em qualquer dispositivo, como computadores de mesa, computadores portáteis, tablets, celulares (SMS) ou celulares (smartphones). Há também formulários impressos para facilitar o uso dos profissionais que não têm acesso a dispositivos móveis.

Art. 6º Fica criado o Comitê Gestor Intersetorial da Busca Ativa Escolar, uma instância plural, ampla e representativa, que tem como objetivo apoiar o Governo Municipal na identificação, registro e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da Escola ou em risco de evasão, além de propor estratégias intersetoriais para a garantia da rede de proteção à infância e adolescência.

Art. 7º. Comitê Gestor Intersetorial de Busca Ativa Escolar, composto pelo: Gestor municipal; Coordenador operacional, Supervisor institucional e Técnico verificador.

Art. 8º O Comitê Gestor Intersetorial da Busca Ativa Escolar tem a seguinte missão: I - elaborar e monitorar o Plano de Trabalho Intersetorial para a (re)matricular crianças e adolescente, além de fomentar a permanência e o sucesso escolar com equidade; II - definir quem serão os profissionais do grupo de supervisores e técnicos verificadores, que terão papel estratégico; III - gerir todos os casos de crianças e adolescentes fora da escola, providenciando os encaminhamentos para os serviços públicos adequados; IV - monitorar as ações intersetoriais para a (re)matrícula de crianças e adolescentes; V - ser corresponsável pela (re)matrícula e pelo acompanhamento, durante um ano, do estudante dentro da escola; VI - fomentar reuniões ampliadas, fóruns e grupos de trabalho intersetoriais para o planejamento de ações e fluxos de atenção no combate às motivações para evasão e abandono escolar no município. Art. 9º O Comitê Gestor Intersetorial da Busca Ativa Escolar será constituído pelos seguintes organismos:

I – Gestor político;

II – Coordenador operacional; III – Um representante da Secretaria Municipal de Educação; V – Um representante da Secretaria Municipal da Assistência Social; VI – Um representante da Secretaria Municipal da Saúde.

§ 1º Poderão ser convidados para a elaboração, execução e fiscalização do Plano de Trabalho do Comitê Gestor Intersetorial da Busca Ativa Escolar, Instituições, Órgãos e Organizações da Sociedade Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Legislativo e Conselho Tutelar. § 2º As funções de membros do Comitê Gestor Intersetorial da Busca Ativa Escolar não serão remuneradas, por serem de relevante interesse público.

§ 3º O comitê gestor tem como missão definir quem serão os profissionais do grupo gestor e elaborar de forma conjunta o Plano de ação da estratégia para o município de TERRA NOVA DO NORTE, Estado de Mato Grosso.

Art. 10º O Comitê Gestor Intersetorial da Busca Ativa Escolar, terá as seguintes atribuições específicas: I - identificar e selecionar os principais problemas, e suas causas, existentes na gestão e que vêm limitando e/ou dificultando e/ou impedindo de forma eficaz e eficiente o acesso à Escola de crianças e adolescentes; II - apresentar um resumo da situação da exclusão escolar no município, com número de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de exclusão. Para isso, pode-se utilizar as informações disponíveis sobre o município no site www.foradaescolanaopode.org.br ou em outros bancos de dados existentes; III - definir no Plano de Trabalho os objetivos claros em relação à inclusão escolar em determinado período de tempo; IV - propor e detalhar as iniciativas para o enfrentamento e o equacionamento dos problemas identificados, coordenando estudos, levantamentos, a elaboração, implantação e o acompanhamento de medidas internas e de projeto de modernização da gestão educacional no município de Parauapebas; V - propor encaminhamentos de políticas públicas que norteiam as ações das organizações sociais, instituições de ensino públicas e privadas visando evitar a evasão escolar e garantir o acesso à escola, de crianças e adolescentes. Art. 11º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de dezembro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal, Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de novembro de dois mil e vinte três.

PASCOAL ALBERTON

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023 PROCESSO Nº 041/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão, nas formas Presencial e Eletrônico, designada pela Portaria Municipal nº 002/2022 de 03 de janeiro de 2022 e alterações posteriores, em cumprimento aos termos da Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei Complementar federal 123/2006 e alterações, e subsidiariamente o Decreto federal nº 10.024/2019, Instrução Normativa 206/2019 e Lei federal nº 8.078/90 (CDC), bem como os Decretos Municipais nºs. 593 de 12 de janeiro de 2010, 901 de 24 de março de 2014, n° 1.415 de 13 de outubro de 2022, n°1.453/2023 de 01 de abril de 2023, e Lei Complementar n° 198, de 28 de junho de 2023, torna público conforme a licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO sob Nº 005/2023, relativo ao Processo de Licitação de Nº 041/2023, para **Registro de Preços, visando futura e eventual aquisição de Materiais de Decoração/Ornamentação Natalina e Iluminação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, e em conformidade com a descrição detalhada no Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico, depois de realizados os procedimentos licitatórios, o Pregoeiro apurou o seguinte resultado: Empresa vencedora valor total: R$113.428,20 (cento e treze mil e quatrocentos e vinte e oito reais e vinte centavos), sendo ela: **CASA NOEL LTDA** (49366231000102) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 no valor total de R$113.428,20 (cento e treze mil e quatrocentos e vinte e oito reais e vinte centavos), sob o critério de menor preço por item.

Processo encaminhado à autoridade superior para as formalidades legais.

Publique-se – Afixe-se. União do Sul - MT, 17 de novembro de 2023.

RODRIGO VARELA DOS SANTOS

Pregoeiro Portaria nº 002/2022

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROS

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 020/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 041/2023

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 01.614.538/0001-59, com sede administrativa na Avenida Curitiba, nº 94, Centro, CEP 78.543-000, em União do Sul - MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, brasileiro, maior, inscrito no CPF nº 784.082.539-72, residente e domiciliado à Av. Porto Alegre, s/nº, centro, em União do Sul-MT, Resolve **REGISTRAR O PREÇO UNITÁRIO** da Empresa **CASA DO NOEL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 49.3666.231/0001-02, estabelecida na Av. Fernando Correa da Costa, nº 2184, Bairro Jardim Petrópolis, cidade de Cuiabá - MT, neste ato representada pela Senhora GABRIELA RAMOS BOCARDI, inscrita no CPF/MF sob o nº. 023.851.441-23, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei Complementar federal 123/2006 e alterações, e subsidiariamente o Decreto federal nº 10.024/2019, Instrução Normativa 206/2019 e Lei federal nº 8.078/90 (CDC), bem como os Decretos Municipais nºs. 593

de 12 de janeiro de 2010, 901 de 24 de março de 2014, n° 1.415 de 13 de outubro de 2022, n°1.453/2023 de 01 de abril de 2023, e Lei Complementar n° 198, de 28 de junho de 2023, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Através da presente Ata, ficam registrados os preços da detentora da Ata (ARP) acima identificada, VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE DECORAÇÃO/ORNAMENTAÇÃO NATALINA E ILUMINAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, conforme condições, quantidades e especificações constantes no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023 para REGISTRO DE PREÇOS – Processe Licitatório nº 041/2023, e** conforme quantidades e valores descritos abaixo:

LOTE	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO	MARCA MODELO	VLR UNIT	VLR TOTAL
01	UNID.	01	ARVORE DE NATAL DECORADA, COM APROXIMADAMENTE 2,10 DE ALTURA COM APROXIMADAMENTE 690 GALHOS NEVADOS. DECORAÇÃO PRONTA, INCLUSO: BOLAS, LAÇOS, PINGENTES, EM TONS DOURADOS E VERMELHO.	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 3. 500,00	R$ 3. 500,00
02	UNID.	02	BONECO DE NEVE PARA AREA EXTERNA EM ACRILICO, COM APROXIMADAMENTE 1.50M DE ALTURA E ILUMINAÇÃO INTERNA. 220V OU BIVOLT	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 2. 089,60	R$ 4. 179,20
03	UNID.	03	BONECO: PAPAI NOEL PARA AREA EXTERNA, ENTRE 170CM E 180CM. MODELO A ESCOLHER	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 9. 660,00	R$ 28. 980,00
04	UNID.	15	CASCATA CHUVA DE GELO METEORO 8 TUBOS 50CM BRANCOS FRIO E BRANCO QUENTE, 220V OU BIVOLT	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 54,00	R$ 810,00
05	UNID.	30	CASCATA DE LED, 400 MICROLAMPADAS, BRANCO QUENTE E BRANCO FRIO COM FIO ELETRICO BRANCO, MEDINDO 10 METROS DE COMPRIMENTO X 0,60M DE QUEDA. 220V OU BIVOLT	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 119,00	R$ 3. 570,00
06	UNID.	20	CORDÃO DE LED PARA ARVORE DE NATAL, COM 100 LUZES. COR BRANCO QUENTE E BRANCO FRIO. SEM E COM PISCA. TAMANHO 10 METROS DE COMPRIMENTO, CORDÃO BRANCO E VERDE.	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 19,00	R$ 380,00
07	UNID.	02	ELEMENTO DECORATIVO DE NATAL: RENA/CERVO/ALCE EM ACRILICO. ILUMINADO EM LED, PROPRIO PARA JARDIM. TAMANHO APROXIMADO 1,5M DE ALTURA. 220V OU BIVOLT	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 2. 475,00	R$ 4. 950,00
08	UNID.	40	ELEMENTO DECORATIVO PARA FESTA NATALINA – TIPO CORDA LUMINOSA EM LED, 11MM DIAMETRO, MANGUEIRA DE 02 FIOS, ROLO COM 100 METROS, COR BRANCO QUENTE, BRANCO FRIO, AZUL. 220V OU BIVOLT	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 450,00	R$ 18. 000,00
09	UNID.	30	ELEMENTOS DECORATIVOS DE ÁRVORE DE NATAL, MINI ENFEITES DE PELÚCIA/FELTRO: BONECO DE NEVE, RENA, PAPAI NOEL, NOZES, LAÇOS E ETC. TAMANHO APROXIMADO 10CM, PCT COM 5 UNIDADES	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 20,00	R$ 600,00
10	UNID.	30	ELEMENTOS DECORATIVOS DIVERSOS, COMO: BONECOS EM PELUCIA E FORMATO DE RENAS, ALCES, DUENTES, GUINOMOS, PAPAI NOEL, BONECOS DE NEVE ENTRE 30 E 60 CM. MODELOS E FORMATOS A ESCOLHER	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 348,50	R$ 10. 455,00
11	UNID.	30	ELEMENTOS DECORATIVOS DIVERSOS, COMO: BONECOS EM PELUCIA E FORMATO DE RENAS, ALCES, DUENTES, GUINOMOS, PAPAI NOEL, ESQUILOS. ENTRE 15 E 30 CM. MODELOS E FORMATOS A ESCOLHER	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 210,00	R$ 6. 300,00
12	UNID.	30	ELEMENTOS DECORATIVOS EM MATERIA RESISTENTE, EM FORMATOS DIVERSOS, COMO: GLOBO DE NEVE, MINI TRENO, CARROSEL ANIMADO.MINI LUMINARIAS, ENTRE OUTROS. TAMANHOS 10 A 15CM	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 62,00	R$ 1. 860,00
13	UNID.	40	FESTÃO ARAMADO, GROSSO, COM 300 GALHOS APROXIMADAMENTE. CORES A ESCOLHER, PODENDO SER VERDE E BRANCO. COM 02 METROS DE COMPRIMENTO.	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 69,00	R$ 2. 760,00
14	UNID.	40	FITA DE NATAL ARMADAS, COM GLITER E SEM. 6CM DE LARGURA APROXIMADAMENTE E 10 METROS DE COMPRIMENTO. MODELOS A ESCOLHER	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 48,00	R$ 1. 920,00
15	UNID.	100	FLOR DO NATAL POINSETTIAS, COM DETALHES EM FLANELA E GLITER, DOURADAS E PRATA	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 20,00	R$ 2. 000,00
16	UNID.	150	FLORES DO NATAL BICO DE PAPAGAIO, COR VERMELHA COM DETALHES EM GLITER	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 22,50	R$ 3. 375,00
17	UNID.	10	GUIRLANDAS DE NATAL, DECORADAS COM PINHAS/FLORES/BOLAS/BONECOS, LAÇOS. TAMANHO ENTRE 40 A 50 CM APROXIMADAMENTE, MODELOS A ESCOLHER	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 275,00	R$ 2. 750,00
18	UNID.	50	KIT DE BOLAS DE NATAL COM 9 BOLAS, TAMANHO: 4CM CADA. CORES E MODELOS A ESCOLHER. PODENDO SER DOURADA, VERMELHA, ROSE, BRANCA. COM GLITER E TEXTURAS VARIADAS	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 18,50	R$ 925,00
19	UNID.	50	KIT DE BOLAS DE NATAL COM 9 BOLAS, TAMANHO: 8CM CADA. CORES E MODELOS A ESCOLHER. PODENDO SER DOURADA, VERMELHA, ROSE, BRANCA. COM GLITER E TEXTURAS VARIADAS	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 46,00	R$ 2. 300,00
20	UNID.	05	LUMINARIA RUSTICA PORTATIL DE NATAL, EM METAL, LANTERNA ILUMINADA RECARREGAVEL. TAMANHO APROXIMADO 25CM.	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 73,00	R$ 365,00
21	UNID.	30	MINI VELAS DE LED, COR DA BRANCA E LUZ AMARELA	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 2,50	R$ 75,00
22	UNID.	01	POLTRONA MODELO TRONO DO PAPAI NOEL NA COR VERMELHA, PESO MAXIMO 150KG.	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 3. 122,00	R$ 3. 122,00
23	UNID.	05	SAIA DECORADA PARA ÁRVORE DE NATAL 1,3M DIAMETRO,	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 228,00	R$ 1. 140,00
24	UNID.	02	SOLDADO QUEBRA NOZES PARA AREA EXTERNA, COM LUZES NA PARTE INTERNA, TAMANHO APROXIMADO 1.5 M DE ALTURA. 220V OU BIVOLT	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 2. 856,00	R$ 5. 712,00
25	UNID.	50	TECIDO - TIPO JACQUARD DECORACAO ESTAMPA DE MADEIRA E TIJOLOS, LARGURA 1,40M	PROPRIA/ PROPRIA	R$ 68,00	R$ 3. 400,00
TOTAL DO ITEM						**R$ 113.428,20**
Total por extenso: cento e treze mil , quatrocentos e vinte e oito reais e vinte centavos.						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023 para REGISTRO DE PREÇOS – Processo de Licitação N° 041/2023**, tendo como base a Proposta de Preços apresentada pela Promitente Fornecedora, e o que determinam as Leis Federais nº 10.520/02, 8.666/93, 13.979/2020 e alterações posteriores, bem como o Decreto Federal nº 10.024/2019, a Lei federal nº 14.035/2020, e também o Decreto municipal nº 1.273 de 27/07/2020 e supletivamente o Decreto municipal nº 901 de 24/03/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA, FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO.

3.1. A empresa **CASA DO NOEL LTDA**, detentora do registro de preços deverá realizar o fornecimento dos produtos, conforme especificado no Termo de Referência, na proposta vencedora do certame e conforme descrição constante no anexo único, parte integrante desta Ata.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, em estrita observância ao Edital de Licitação **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023 de REGISTRO DE PREÇOS, Processo de Licitação 041/2023** e seus anexos.

3.3. Os produtos deverão ser entregues na quantidade solicitada e no local indicado, mediante requisição ou Ordem de Fornecimento (OF), de acordo com a necessidade da Secretaria Solicitante do Município de União do Sul - MT.

3.3.1. As despesas com seguro, transporte, carga e descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento correrão por conta da Contratada.

3.3.2. É de responsabilidade da contratada todos os encargos inerentes aos seus funcionários, não havendo nenhum vínculo entre estes e o Município de União do Sul - MT.

3.4. O prazo para a entrega dos produtos solicitados, será de até 20 (vinte) dias após o recebimento da requisição ou Ordem de Fornecimento (OF) emitida pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal.

3.5. Os produtos deverão ser entregues no local indicado na requisição ou ordem de fornecimento, de acordo com as necessidades do Município de União do Sul - MT.

3.6. A gestão do contrato ou instrumento equivalente será realizada pelo Setor de Contratos a quem competirá controlar prazos e vigência, bem como proceder às notificações.

3.7. O recebimento dos produtos será realizado mediante assinatura e carimbo do responsável pela contratação ou pela fiscalização.

3.8. Os equipamentos serão recebidos e aceitos em definitivo mediante verificação da conformidade do mesmo com a especificação constante no Termo de Referência e na Proposta de Preço do fornecedor.

3.9. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as condições previstas no Termo de Referência, na proposta de preços, na Ata e/ou no Termo de Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A licitante vencedora deverá entregar os produtos objeto deste certame no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data da ordem de fornecimento, na quantidade solicitada, mediante apresentação de requisição ou Ordem de Fornecimento (OF), observando-se a marca citada na proposta, sem ônus para o Contratante e, acompanhados da Nota Fiscal.

4.1.1. A licitante vencedora deverá entregar os produtos, acompanhado de seus manuais ou catálogos de manutenção, devidamente embalado sem avarias. Os documentos deverão estar em língua portuguesa ou traduzido para este idioma.

4.1.2. Os produtos deverão ser entregues de segunda à sexta-feira, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário de Mato Grosso), no endereço da respectiva Secretaria solicitante, sem ônus para a Contratante.

4.1.3. Os produtos entregues deverão obedecer às normas brasileiras divulgadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, no que couber, e em conformidade com as edições mais recentes.

4.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato;

4.3. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da Contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

4.4. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

4.5. Responder perante o Contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou da sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativo à execução do objeto deste contrato;

4.6. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação;

4.7. Comprovar, sempre que solicitado pela contratante, a quitação das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, como condição à percepção mensal do valor faturado

4.8. A empresa contratado deverá prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

4.9. A falta dos produtos cujo fornecimento incumbe ao Contratado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para atraso no fornecimento e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

4.10. A empresa Contratada deverá responsabilizar-se pelo carregamento, transporte e descarregamento dos produtos, observando todas as operações de transporte, e ainda, atendendo todas as solicitações das autoridades fiscais e de trânsito.

4.11. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, durante a entrega dos produtos, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;

4.12. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da contratante;

4.13. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura.

4.14. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo, supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

4.15. Fornecer os produtos conforme estipulado neste Edital e de acordo com a proposta apresentada.

4.16. Responsabilizar-se pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na Lei 8.078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura.

4.17. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus para o município, toda ou parte da remessa devolvida pelo mesmo, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, caso constatada divergência na especificação.

4.17. A detentora da Ata deverá fazer constar nos documentos fiscais emitidos, da alíquota e valor para retenção do Imposto de Renda I. R. ou, em caso de isenção, informar o enquadramento legal do benefício, conforme Anexo Único do Decreto Municipal nº 1.478/2023 de 05 de setembro de 2023, e Instrução Normativa RFB 1.243/2012.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. Garantir à Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado, constatados mediante prévia e ampla pesquisa;

5.1.1. Solicitar o fornecimento dos produtos mediante apresentação de requisição ou Ordem de Fornecimento (OF) emitida pelo Departamento de Compras da Prefeitura, devidamente assinada por servidor responsável, contendo a descrição, quantidade e valor do veículo a ser entregue.

5.2. Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre que os preços de mercado resultantes das pesquisas de preços estiverem menores que os registrados;

5.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da Ata de Registro de Preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora. Fiscalizar e tomar as devidas providências em caso de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.

5.4. Efetuar os pagamentos devidos através de crédito (ordem bancária) a ser depositada em conta corrente da Contratada e no valor correspondente, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Departamento de Compras da Prefeitura.

5.5. Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.

5.6. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

5.7. Acompanhar a entrega, podendo intervir durante a mesma, para fins de ajuste; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, o equipamento entregue fora das especificações deste Edital;

5.8. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da Ata.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo das Secretarias Municipais de Administração e de Fazenda e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O Município de União do Sul – MT efetuará o pagamento da seguinte forma:

8.1.1. Os produtos serão pagos com recursos provenientes do Orçamento da Prefeitura Municipal de UNIÃO DO SUL-MT.

8.1.2. O pagamento será realizado através de Ordem Bancária (OB) emitida em favor do fornecedor, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o recebimento da Nota Fiscal/fatura dos produtos efetivamente entregues, devidamente atestada pelo agente fiscalizador designado para esse fim.

8.1.3. O pagamento não será superior a 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento da obrigação contratual, mediante emissão de Nota Fiscal pelo contratado e de Ordem Bancária pelo contratante, a qual será devidamente atestada.

8.2. O pagamento somente será efetuado mediante:

8.2.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

8.2.2. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, “a”, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

8.2.3. Prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito, obtida junto à Receita Federal do Brasil;

8.3. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição e quantitativo do(s) produtos, o número e o nome do banco, agência e número da conta em que deverá ser feito o pagamento.

8.4. A Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.

8.5. Caso constatado alguma irregularidade nas **Notas Fiscais/Faturas**, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

8.6. A omissão de qualquer despesa necessária à entrega dos equipamentos será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas.

8.7. Nenhum pagamento isentará a fornecedora-contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.8. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

8.9. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

8.10. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à Contratada, ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA – DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído ao equipamento, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma;

9.1.1.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II, do caput do art. 65 da Lei nº 8.666 de 1993 e art. 17 do Decreto federal 7892/2013;

9.1.1.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado. Conforme art. 17 do Decreto municipal nº 901 de 24 de março de 2014.

a) Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

b). A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

9.1.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a). Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b). Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada de pleno direito, quando a Detentora da mesma:

I - descumprir as condições desta ata de registro de preços e do edital;

II - não retirar a nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666 de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520 de 2002;

Parágrafo Primeiro. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do **item 10.1** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado conforme art. 20 do Decreto municipal nº 901 de 24/03/2014:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Edital e nesta Ata.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Adjudicatário, relativas à entrega dos produtos registrados.

10.6. Caso o Município não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Adjudicatário cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A fiscalização e acompanhamento da execução da presente Ata de Registro de Preços será realizada por servidor(a) designado(a) pela respectiva Secretaria, cabendo-lhe:

a) Promover a avaliação e fiscalização da entrega dos, solicitando à Contratada e seus prepostos todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato.

b) Atestar as notas fiscais da Contratada para efeitos de pagamento.

c) Solicitar ao Prefeito Municipal as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato.

11.2. A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520 de 2002, a Adjudicatária quanto a:

12.1.1. Inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

12.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto.

12.1.3. Fraudar na execução do contrato.

12.1.4. Comportar-se de modo inidôneo.

12.1.5. Cometer fraude fiscal.

12.1.6. Não mantiver a proposta.

12.2. A Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso na entrega das peças/assessórios, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor da contratação;

12.2.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias da entrega dos serviços, com a consequente rescisão da contratação;

12.2.4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, no caso da Adjudicatária, injustificadamente, desistir da Contratação ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

12.2.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período de até 05 (cinco) anos (art. 7º, caput, Lei 10.520/2002);

12.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3. As multas poderão ser descontadas dos créditos da contratada ou detentor da ata ou cobradas administrativamente ou judicialmente.

12.4. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de União do Sul – MT.

12.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

12.6. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitada poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

12.6.1. Desclassificação ou inabilitação, caso o procedimento se encontre em fase de julgamento.

12.6.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se à paralisação do fornecimento.

12.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de (05) cinco dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12.8. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas nesta seção, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12.9. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes desta licitação serão suportadas pelas dotações orçamentárias previstas no Orçamento da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, para os exercícios de 2023/2024.

13.2. O programa de trabalho e os elementos de despesa específicos constarão quando da emissão da respectiva Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Para a eficácia da presente Ata de Registro de Preços, o Município providenciará sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso (AMM) (art. 4º, I, Lei nº 10.520/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

15.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata.

15.1.2. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior, o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023 para REGISTRO DE PREÇOS – Processo N° 041/2023, seus anexos e a proposta da contratada.

15.1.3. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de União do Sul – MT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

16.1.1. o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º, 11 º e/ou 14 º da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

16.1.2. o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

16.1.3. durante a execução do objeto desta Ata Registro de Preços, em caso de necessidade de coleta e tratamento de dados pessoais de pessoas naturais/titulares mediante consentimento, a coleta do mesmo será realizada após prévia aprovação da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, responsabilizando-se a CONTRATADA pelo informe de necessidade ao titular, obtenção e gestão do consentimento do mesmo, nos termos da legislação. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para finalidades distintas, sob pena de responsabilização da CONTRATADA pelo ato;

16.2.1. Eventualmente, podem as partes convencionar que a PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL será responsável por obter o consentimento dos titulares, formalizando a questão em aditivo contratual;

16.2.2. as partes declaram que os sistemas informatizados, dispositivos e similares que servirão de base para coleta, armazenamento e tratamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, estando alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de proteção de dados;

16.2.3. os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com adequado controle baseado em função e com transparente identificação do perfil dos operadores, sendo vedado o compartilhamento desses dados com terceiros estranhos ao objeto do contrato;

16.2.4. a realização do tratamento dos dados pessoais, ainda que necessária transferência internacional, continuará a ser feita de acordo com as disposições da legislação brasileira sobre proteção de dados, nos termos do Art. 3º. da Lei 13709/18;

16.2.5. a CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

16.2.6. serão adotadas pela CONTRATADA as medidas de segurança adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito ou incidente. As medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

16.3. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas acerca da proteção de dados de titulares/pessoas naturais, bem como à Política de Privacidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL.

16.4. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e demais órgãos de controle administrativo;

16.5. Uma parte deverá formalizar à outra sempre que receber uma solicitação de um titular/pessoa natural, a respeito do exercício de direitos relacionados aos seus dados (Art. 18 da Lei 13.709/18) e ao objeto deste contrato, tomando providências imediatas para retorno ao solicitante nos termos da legislação, visando possibilitar o exercício de direito do terceiro;

16.6. A critério do Encarregado de Dados da PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na informação de dados para a elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.7. Encerrada a vigência deste contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

16.8. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Cláudia–MT (jurisdição do Município de União do Sul) como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

União do Sul - MT, 17 de novembro de 2023.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - MT

PREFEITO MUNICIPAL

CASA DO NOEL LTDA

CNPJ: 49.366.231/0001-02

DETENTORA DA ATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 69/2023

Objeto: SERVICO DE REVISAO DE LIMITE DE QUILOMETRAGEM CORRETIVA E PREVENTIVA COM REPOSICAO DE PECAS E MAO DE OBRA INCLUSA, PARA VEICULO OFICIAL MERCEDEZ BENZ 417 SPRINTER, TIPO VAN, ANO/MODELO 2022/2023, PLACA: SDD0C42, CHASSI: 8AC907843PE230397, KM: 22183, EM PERÍODO DE GARANTIA., CONFORME ESTABELECE O INCISO XVII PARA AQUISIÇÃO DE COMPONENTES OU PEÇAS DE ORIGEM NACIONAL OU ESTRANGEIRA, NECESSARIA A MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DURANTE O PERIODO DE GARANTIA TÉCNICA.

Fundamento legal: Artigo 24, Inciso XVII da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações e na DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

FORNECEDOR: **RODOBENS VEICULOS COMERCIAIS CIRASA S.A.**

CNPJ: 59.970.624/0029-85

ITEM	COD SISTEMA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	002.004.027	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO REVISAO DE LIMITE DE QUILOMETRAGEM, MANUTENCAO CORRETIVA E PREVENTIVA COM REPOSICAO DE PECAS, COM MAO DE OBRA INCLUSA, PARA VEICULOS UTILITARIOS$¶	SV	1,00	R$ 5.920,84	R$ 5.920,84

VALOR : R$ 5.920,84 (Cinco Mil, Novecentos e Vinte Reais e Oitenta e Quatro Centavos).

Homologo a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta

Prefeitura Dr. THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES

PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO

OAB – MT Nº 4.552

.

Vale de São Domingos, MT, 17 de Novembro de 2023

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De Vale de São Domingos/MT

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 69/2023

Objeto: SERVICO DE REVISAO DE LIMITE DE QUILOMETRAGEM CORRETIVA E PREVENTIVA COM REPOSICAO DE PECAS E MAO DE OBRA INCLUSA, PARA VEICULO OFICIAL MERCEDEZ BENZ 417 SPRINTER, TIPO VAN, ANO/MODELO 2022/2023, PLACA: SDD0C42, CHASSI: 8AC907843PE230397, KM: 22183, EM PERÍODO DE GARANTIA., CONFORME ESTABELECE O INCISO XVII PARA AQUISIÇÃO DE COMPONENTES OU PEÇAS DE ORIGEM NACIONAL OU ESTRANGEIRA, NECESSARIA A MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DURANTE O PERIODO DE GARANTIA TÉCNICA.

Fundamento legal: Artigo 24, Inciso XVII da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações e na DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

FORNECEDOR: **RODOBENS VEICULOS COMERCIAIS CIRASA S.A.**

CNPJ: 59.970.624/0029-85

ITEM	COD SISTEMA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	002.004.027	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO REVISAO DE LIMITE DE QUILOMETRAGEM, MANUTENCAO CORRETIVA E PREVENTIVA COM REPOSICAO DE PECAS, COM MAO DE OBRA INCLUSA, PARA VEICULOS UTILITARIOS$¶	SV	1,00	R$ 5.920,84	R$ 5.920,84

VALOR : R$ 5.920,84 (Cinco Mil, Novecentos e Vinte Reais e Oitenta e Quatro Centavos).

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta Prefeitura DR. THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES

PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO

OAB – MT Nº 4.552

PUBLIQUE-SE ARQUIVE-SE

Vale de São Domingos, MT, 17 de Novembro de 2023.

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De Vale de São Domingos/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

ATO Nº320/2023

KALIL SARAT BARACATDE ARRUDA, PrefeitoMunicipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso,no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Guilherme Gaston de Castro, do cargo em Comissão de Assistente Técnico - DNS 7,da Procuradoria Geral do Município,a partir de 16de novembrode 2023.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 17 de Novembro de 2023.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CONTRATO N. 341/2023

PARTES INTERESSADAS: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03.507.548/0001-10, e de outro lado, o Senhor AVELINO CLEMENTE DA SILVA, brasileiro, pessoa física portador da Cédula de Identidade n. 0546463-3 SSP/MT e inscrito no CPF sob n. 161.467.001-34. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei n. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do procedimento de CHAMADA PÚBLICA N. 06/2023 e será regido de acordo com a Regido pela Lei N. 11.326 de 24 de julho de 2006, Artigo 14 da Lei n. 11.947 de 16 de junho de 2009, Resolução FNDE n. 06, de 08 de maio de 2020 e suas alterações, subsidiariamente a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações e demais normas pertinentes e condições constantes neste Edital, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo 110/2021, e no Projeto Básico n. 03/2021 da Secretaria de Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 875684/2023. OBJETO: Este Termo Contratual tem por objeto a contratação de Grupos Formais e Informais da Agricultura Familiar e Empreendedores Familiares Rurais e suas organizações, interessados em apresentar proposta para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à elaboração de merenda escolar para os alunos da rede básica de ensino do município de Várzea Grande/MT. VALOR: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 38.416,19 (Trinta e oito mil, quatrocentos e dezesseis reais e dezenove centavos). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 01500/01552. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do instrumento, prazo em que o Contratado deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: O Fiscal do contrato: A Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que designa neste ato, a servidora MÔNICA APARECIDA GONÇALVES, Portadora do RG n. 0969870-1 SSP/MT, inscrita no CPF n. 627.749.301-97; DATA DE ASSINATURA: 10.11.2023

SILVIO APARECIDO FIDÉLIS

Secretaria De Educação, Cultura, Esporte E Lazer

Contratante

AVELINO CLEMENTE DA SILVA

Contratada

PORTARIA Nº 1101/CPSPAD/SAD/2023

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 007/2023, de 05 de janeiro de 2023, do Secretário Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios,em 11 de janeiro de 2023, pag. 665, e devidamente designados pela Portaria nº 540/2021, objeto doprocesso administrativo disciplinar nº 026/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 10 de novembro de 2023.

Osvaldo Botelho de Campos Neto

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 210.2022

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10 e, de outro lado, a empresa PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 18.009.871/0001-31. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento encontra-se vinculado aos termos e condições do art. 57, II, §2º da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n. 8.666/93 e suas alterações, no Contrato n. 210/2022, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 917536/2023. OBJETO: Este instrumento tem por objeto a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR, a CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO, a CLÁUSULA SEXTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, e a CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO, referente a contratação de prestação de serviço de administração e gerenciamento informatizado para a locação de veículos, máquinas e equipamentos, através de redes de estabelecimentos credenciados pela contratada via sistema, para atender a Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR: O valor para esta contratação será de R$ 1.912.188,00 (um milhão, novecentos e doze mil, cento e oitenta e oito reais). UO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FONTE: 01500, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FONTE: 01660/ 0150, SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, FONTE: 0150, SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, FONTE: 0150, SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL, FONTE: 0150, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, FONTE: 01500, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, FONTE 01500, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, FONTE: 0150010001000, SECRETARIA DE GESTÃO FAZENDÁRIA, FONTE: 01500 / SECRETARIA DE GOVERNO, FONTE: 0150, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, FONTE 0150, SECRETARIA DE SAÚDE, FONTE 015001001000 / 0160 /

016210 / 017063110. SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS, FONTE 0150. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, o prazo de vigência do contrato principal, contados a partir da data de seu vencimento. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do Contrato ficará a cargo dos seguintes servidores: A Secretaria Municipal de Administração que designa neste ato fiscal, o servidor José Maria Pulquério, inscrito no CPF n. 202.636.941-00, e, Fiscal Suplente, a servidora Maria Clara Morales da Cunha, inscrita no CPF n. 055.786.891-24. A Secretaria Municipal de Assistência Social, que designa neste ato fiscal, a servidora Lucilene da Costa, inscrita no CPF n. 654.794.081-00, e, Fiscal Suplente, a servidora Jocileize Alcântara Rondon e Silva, inscrita no CPF n. 024.927.031-50. A Secretaria Municipal de Defesa Social, que designa neste ato fiscal, o servidor Alexander Gouveia Ortiz, inscrito no CPF n. 809.424.901-34; e, Fiscal Suplente, o servidor Osly Justiniano Pedraça, inscrito no CPF n. 545. 358.591-91; A Secretaria Municipal de Comunicação Social, que designa neste ato fiscal, a servidora Jane Cássia Duarte Ventura, inscrita no CPF n. 459.523.881-91, e Fiscal Suplente a servidora Leticia Baldini da Costa, inscrita no CPF n. 736.724.671-20. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Turismo, que designa neste ato fiscal, o servidor Odilson de Souza Nepomuceno, inscrito no CPF n. 173.740. 731-00; e, Fiscal Suplente, a servidora Lorhayne Cristynne Oliveira Galibert, inscrita no CPF n. 052.120.131-43; A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Regularização Fundiária e Habitação, que designa neste ato fiscal, o servidor Valderi Carneiro da Silva, inscrito no CPF n. 326.037.031-53, e, Fiscal Suplente, a servidora Amanda Gaiva Gomes Monteiro Zampieron, inscrito no CPF n. 023.036.031-96. A Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, que designa neste ato fiscal, a servidora Karyme Oliveira do Espirito Santo, inscrita no CPF n. 014.961.351-21, na função de suplente o servidor Regis Poderoso de Souza, inscrito no CPF n. 264.512.578-69. A Secretaria Municipal De Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, que designa neste ato fiscal, a servidora Marcelly da Silva Sampaio Arruda, inscrita no CPF n. 939.579.981-15, e, Fiscal Suplente, a servidora Elza Maria Munhoz Domingos, inscrita no CPF n. 346.173.021-15. A Secretaria Municipal de Saúde, que designa neste ato, o servidor Carlos Henrique Araújo Vieira, inscrito no CPF n. 027.053. 0981-99, matricula n. 158575; e, Fiscal Suplente, o servidor Lucival Aparecido Almeida Costa, inscrito no CPF n. 015.203.531-11. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte de Lazer, que designa neste ato a fiscal, o servidor Wagner Júlio Gomes Teixeira, inscrito no CPF n. 034. 519.351-e, Fiscal Suplente o servidor Felipe de Freitas Carvalho, inscrito no CPF n. 007.718.039-90, matricula n. 130745; A Secretaria Municipal de Viação e Obras, que designa neste ato na função de fiscal o servidor Bruno Silvestrin, inscrito no CPF n. 176.411.101-00, e o servidor Sebastião de Almeida Silva, inscrito no CPF n. 229.989.891-91. A Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos, que designa neste ato na qualidade de fiscal, o servidor Enodes Soares Ferreira, inscrito no CPF n. 009.038.211-09. A Secretaria Municipal de Governo, que designa neste ato na qualidade de fiscal a Servidora Mariana Cristina de Barros Costa Marques, inscrita no CPF n 912.028.841-72 e na qualidade de Suplente a Servidora Alda Teresinha de Moura, inscrita no CPF n. 546.166.119-04.

DATA DE ASSINATURA: 11.10.2023

OSVALDO BOTELHO DE CAMPOS NETO

Secretaria Municipal de Administração

JEAN LUCAS TEIXEIRA DE CARVALHO

Secretaria de Meio Ambiente

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria de Saúde

ANA CRISTINA VIEIRA E SILVA

Secretaria de Assistência Social

SILVIO APARECIDO FIDÉLIS

Secretaria de Educação

ISMAEL ALVES SA SILVA

Secretaria de Governo

CHARLES CAETANO ROSA

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

LUCINÉIA DOS SANTOS RIBEIRO

Secretaria de Gestão Fazendária

BENEDITO GONÇALO DE FIGUEIREDO

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria de Viação e Obras

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA

Secretaria de Defesa Social

PEDRO MARCOS CAMPOS LEMOS

Secretaria de Comunicação Social

Contratante

PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 354/2023

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado Empresa RCC COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 08.096.586/0001-41. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei n. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 21/2023, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo n. 875663/2023, e no Termo de Referência n. 13/2023 da Secretaria de Administração, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO n. 922642/2023. OBJETO: Este Termo Contratual tem por objeto o fornecimento de materiais de consumo e permanente de informática para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. Valor: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 18.498,56 (Dezoito mil, quatrocentos e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos). *UO: SECRETARIA DE SAÚDE, FONTE: 015001002000 / 016000000000 / 016210000000 / 017103110000, VIGÊNCIA:* O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, sendo vedada sua prorrogação. *FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A Secretaria Municipal de Saúde que designa neste ato, o servidor Sergio Freitas da Silva, inscrito no CPF sob o n. 722. 679.762-34 e Fiscal Suplente, o servidor Bruno Leber do Prado, inscrito no CPF sob o n. 063.970.671-14.*

DATA DE ASSINATURA: 13.11.2023

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria Municipal de Saúde

Contratante

RCC COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA

Contratada

PORTARIA Nº1126/2023

O Superintendente de gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração do Município de Várzea Grande/MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de **Auxílio Doença**, com base no Art. 10 da Lei Nº 4.648/2020, aos seguintes servidores:

ADEVANIL AUGUSTA DA SILVA COSTA, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 84054, exercendo o cargo MERENDEIRA (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER **no período de 12.10.2023 a 22.12.2023;**

ALFREDO BECHER PAES FILHO, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 151848, exercendo o cargo AGENTE ADMINISTRATIVO (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de DEFESA SOCIAL **no período de 29.09.2023 a 03.10.2023;**

ANDRE ELIAS CRUZ ANTUNES, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 132922, exercendo o cargo de PSICOLOGO (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de SAÚDE **no período de 03.10.2023 a 08.10.2023;**

ANDRE LUIZ MARTINS, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 83045, exercendo o cargo de ODONTOLOGO (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de SAÚDE **no período de 04.10.2023 a 02.11.2023;**

BRENDA DAS GRACAS SANTANA RIBEIRO, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 84050, exercendo o cargo MERENDEIRA (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER **no período de 09.10.2023 a 27.12.2023;**

CATARINA LINDINALVA DE SOUZA AMARAL, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 7205, exercendo o cargo de PROFESSOR (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE LAZER **no período de 16.10.2023 a 12.04.2024;**

CATHERINE PEREIRA, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 130152, exercendo o cargo de AUX. SERVIÇOS GERAIS (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de SAÚDE **no período de 02.10.2023 a 06.10.2023;**

DENIZE KETTERMANN, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 130611 e 82028, exercendo o cargo de PROFESSOR (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE LAZER **no período de 04.10.2023 a 02.12.2023;**

ELIANE PAES DE BARROS ARRUDA CARVALHO DE OLIVEIRA, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 130250, exercendo o cargo de TEC. DE SUPORTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE LAZER **no período de 13.10.2023 a 01.11.2023;**

ELISANDRA ALVES DOS SANTOS VEIGA, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 13680, exercendo o cargo de AUX. SERVIÇOS GERAIS (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de SAÚDE **no período de 04.10.2023 a 08.10.2023;**

ELISANGELA FERREIRA DUTRA, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 130253, exercendo o cargo de TEC. DE SUPORTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE LAZER **no período de 18.10.2023 a 14.04.2024;**

ELISIO NUNES DA COSTA FILHO, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 13847, exercendo o cargo de ODONTOLOGO (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de SAÚDE **no período de 19.10.2023 a 16.01.2024;**

ELIZABETE SANTANA, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 13927, exercendo o cargo de AUX. SERVIÇOS GERAIS (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE LAZER **no período de 18.10.2023 a 27.10.2023;**

FERNANDA CARDOSO DO CARMO, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 90065, exercendo o cargo de PROFESSOR (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE LAZER **no período de 10.10.2023 a 06.04.2024;**

GIZELY SALINAS EL HAGE, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 18096, exercendo o cargo de AUX. SERVIÇOS GERAIS (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE LAZER **no período de 24.10.2023 a 22.12.2023;**

JUCILEI AUXILIADORA LEITE FERRAZ, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 100786, exercendo o cargo TEC. EM ENFERMAGEM (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de SAÚDE **no período de 02.10.2023 a 29.03.2023;**

JULIANE CORTEZ ANDRADE, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 146294, exercendo o cargo de PROFESSOR (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE LAZER **no período de 19.10.2023 a 17.11.2023;**

JUSSARA MACHADO PEREIRA, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 25761, exercendo o cargo de ODONTOLOGO (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de SAÚDE **no período de 23.10.2023 a 01.11.2023;**

LEONARD NICOLLAS DE OLIVEIRA, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 100572, exercendo o cargo GUARDA MUNICIPAL (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de DEFESA SOCIAL **no período de 22.09.2023 a 28.09.2023;**

LEUNIRA BORTOLI SANTA CATARINA, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 130529 e 81985, exercendo o cargo de PROFESSOR (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE LAZER **no período de 19.10.2023 a 17.12.2023;**

LUCIA MARIA DE ASSIS E SILVA, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 84023, exercendo o cargo MERENDEIRA (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER **no período de 19.10.2023 a 01.11.2023;**

MARLENE MARCIA DA SILVA ALMEIDA, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 34760, exercendo o cargo MERENDEIRA (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER **no período de 10.11.2023 a 07.02.2024;**

MARLI DE JESUS FONSECA, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 34847, exercendo o cargo de AUX. SERVIÇOS GERAIS (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE LAZER **no período de 11.10.2023 a 09.11.2023;**

MAXIMA PEREIRA LEITE, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 82184, exercendo o cargo MERENDEIRA (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER **no período de 05.10.2023 a 18.10.2023;**

MIRNA VILFRIDA SOARES DA SILVA, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 35874, exercendo o cargo de AUX. SERVIÇOS GERAIS (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE LAZER **no período de 24.09.2023 a 23.10.2023;**

RITA DE CASSIA GRIGOLETTO, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 39994, exercendo o cargo de DIGITADOR (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de SAÚDE **no período de 25.09.2023 a 23.12.2023;**

ROSANA DOS SANTOS GOES, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 40863, exercendo o cargo GUARDA MUNICIPAL (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de DEFESA SOCIAL **no período de 06.10.2023 a 04.12.2023;**

ROSEMEIRE SIQUEIRA DA SILVA DAL OLMO, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 82051, exercendo o cargo de PROFESSOR (a),

lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE LAZER **no período de 17.10.2023 a 16.12.2023;**

ROSILDA JURRUPI DE OLIVEIRA, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 130348, exercendo o cargo de TEC. DE SUPORTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE LAZER **no período de 18.10.2023 a 24.12.2023;**

SANDRA JESUS DE ARAUJO, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 42394, exercendo o cargo de AGENTE DE SEGURANCA E MANUTENC. (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de SAÚDE **no período de 06.10.2023 a 03.01.2024;**

SEMIRAMIS CASTRO ABDALLA, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 42999, exercendo o cargo de PROFESSOR (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE LAZER **no período de 09.10.2023 a 05.04.2024;**

TALITA REGINA DE BARROS COSTA MARQUES FRANCIO, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 110414, exercendo o cargo de PROFESSOR (a), lotado (a) na PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO **no período de 09.10.2023 a 28.10.2023;**

VALDINEI DOS SANTOS NUNES, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 45715, exercendo o cargo GUARDA MUNICIPAL (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de DEFESA SOCIAL **no período de 03.10.2023 a 06.10.2023;**

VERA MARIA SANT ANA E SILVA BORTOLUZZI, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N°46639 e 46640, exercendo o cargo de PROFESSOR (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE LAZER **no período de 23.09.2023 a 21.12.2023;**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir da sua concessão.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 16de novembrode 2023.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 1100/CPSPAD/SAD/2023

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 007/2023, de 05 de janeiro de 2023, do Secretário Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios,em 11 de janeiro de 2023, pag. 665, e devidamente designados pela Portaria nº 540/2021, objeto doprocesso administrativo disciplinar nº 029/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 10 de novembro de 2023.

Osvaldo Botelho de Campos Neto

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO CONTRATO N. 347/2023

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado Empresa ASCLÉPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 33.068.320/0001-32. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei n. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 17/2022, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo n. 785761/2022, no Termo de Referência n. 09/2022 da Secretaria de Saúde, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 908166/2023. OBJETO: O objeto deste contrato é a aquisição de equipamentos e mobiliários hospitalares para suprir as necessidades da Secretaria Municipal De Saúde De Várzea Grande. VALOR: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 8.506,00 (oito mil, quinhentos e seis reais). *UO: SECRETARIA DE SAÚDE, FONTE: 015001002000 / 016000000000 / 016210000000 / 017103110000, VIGÊNCIA:* O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. *FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A Secretaria de Saúde que designa neste ato, na função de titular, o servidor ARTHUR ASSIS DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o n. 032.221.001-10, e fiscal suplente, a servidora THAIANE ZAPOTOCZNY MODESTO, inscrita no CPF sob o n. 032.457.041-43.*

DATA DE ASSINATURA: 10.11.2023

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria Municipal de Saúde

Contratante

ASCLÉPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI

Contratada

EXTRATO TERMO DE CONTRATO N. 335/2023

PARTES INTERESSADAS: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS/VG), através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, fundo público inscrito no CNPJ n. 11.364.895/0001-60, e de outro lado, EMPRESA GL OXIGENIO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 12.520.836/0001-04, sob NIRE n. 5120189236-9. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições do art. 24, IV, da Lei n. 8.666/1993, no Comunicado de Dispensa de Licitação n. 71/2023, bem como na proposta da contratada, no Projeto Básico n. 27/2023 da Secretaria de Saúde. Aplicam-se aos casos omissos, as noções gerais de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e as estabelecidas neste Termo, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 917979/202. OBJETO: O objeto deste Contrato é a contratação de empresa capacitada em fornecimento ininterrupto de gases medicinais, com cessão em regime de comodato de tanques, cilindros, incluindo a instalação, manutenção corretiva e preventiva com reposição de peças dos equipamentos cedidos e locados e eventual troca de equipamentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal De Saúde. VALOR: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 5.460.645,00 (Cinco milhões, quatrocentos e sessenta mil e seiscentos e quarenta e cinco reais. UO: SECRETARIA DE SAÚDE FONTE: 01500/0160/01621. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta dias), contados a partir da data da assinatura do contrato. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do contrato ficará a cargo dos seguintes servidores: FISCAL DE CONTRATO: servidora DEBORA MOREIRA DOS SANTOS, inscrito no CPF sob nº 027859.381-00. SUPLENTE DE FISCAL: Servidor MARCOS ALVES DOS SANTOS, inscrito no CPF nº 038.942.111-13.

DATA DE ASSINATURA: 09.11.2023

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria Municipal De Saúde

Fundo Municipal De Saúde

Contratante

GL OXIGENIO EIRELI

Contratada

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2023

PROCESSO Nº 889855/2023

O Município de Várzea, por intermédio **Fundo Municipal de Saúde,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.364.895/0001-60 neste ato sendo representado pelo Secretário**Gonçalo Aparecido de Barros**, torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA,** modo de disputa **"ABERTO"** com critério de julgamento **MENOR PREÇOPOR LOTE**, paraServiços Comuns- Manutenção/Prestação de Serviços e aquisição.Pregoeira Oficial designada pela Portaria nº 93/2023, conforme descrição contida no **EditalNº. 51/2023 e seus Anexos.**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CÂMARAS FRIAS PARA CENTRAL DA REDE DE FRIO E PARA AS SALAS DE VACINA DAS UNIDADES DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE - MT.**

A realização está prevista para o **dia 06 de dezembrode 2023**, às **10h00-min** (horário Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br.

Várzea Grande – MT, 16 de novembro de 2023.

Gonçalo Aparecido de Barros

Secretário Municipal de Saúde /SMSVG

PORTARIA N°. 109/2023/GAB/SMECEL/VG

"Dispõe sobre a nomeação de fiscal da obra e do Contrato n°. 450/2022"

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o artigo 67 da Lei Federal n°. 8.666/93, prevê a designação de representante da Administração para acompanhar e fiscalizar o contrato;

Considerando o artigo 58, III, da Lei Federal n°. 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1° - Art. 1° - DESIGNARo servidor **WELLINGTON DE OLIVEIRA ROCHA** como fiscal da obra e do contrato nº 450/2022 em conformidade com a cláusula décima sexta - da fiscalização.

Art. 2° - A designação do fiscal terá efeito a partir de 05/10/2023..

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se

Várzea Grande, 17 de novembro de 2023.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

EXTRATO CONTRATO N. 362/2023

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado Empresa R. GONÇALVES DE CARVALHO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 26.574.991/0001-00. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da TOMADA DE PREÇOS N. 23/2023, que passa a fazer parte integrante do presente Contrato, juntamente com a proposta da CONTRATADA, vinculado à Lei n. 8.666 de 21/06/93 e alterações, regulando suas cláusulas, bem assim nos casos omissos, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e as estabelecidas neste instrumento, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 899121/2023. OBJETO: O objeto deste Contrato é a de Reforma e Revitalização do "ESTÁDIO DE FUTEBOL DO CAPÃO GRANDE "JOEL RAMOS - PITOTE", localizado na RUA LUIZINHO DE LIMA, S/Nº, BAIRRO CAPÃO GRANDE no Município de Várzea Grande-MT, atendendo aos critérios do padrão SMECEL/VG, com intervenção em área aproximada de 8.425,82 m², contemplando os serviços de administração de obra, instalações de canteiro e serviços preliminares, demolições e retiradas, terraplanagem, alvenaria de vedação, revestimento interno e externo, esquadrias, pisos internos, externos e calçadas, cobertura, forro, pintura interna e externa, serviços diversos, instalações hidrossanitarias, instalações elétricas, sistema de proteção contra descargas atmosféricas, paisagismo, limpeza de obra em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. VALOR: O VALOR GLOBAL estimado do presente Contrato é de R$ 1.126.044,00 (Um milhão, cento e vinte e seis mil, quarenta e quatro reais). *UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, FONTE: 01500, VIGÊNCIA:* O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, que se iniciará a partir da data da assinatura do contrato. No exclusivo interesse da Administração, esta poderá emitir quantas Ordens de execução de Serviços, Ordens de Paralisação ou Ordens de Reinício de Serviços que se façam necessárias para o bom desenvolvimento das obras. *FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: O acompanhamento e a fiscalização deste termo contratual ficarão a cargo da CONTRATANTE, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, que, designa para este ato, o servidor – Engenheiro Civil – EVERARDO JOSÉ DE SOUSA, inscrito no CPF n. 734.733.322-91.*

DATA DE ASSINATURA: 14.11.2023

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal de Educação

Contratante

R. GONÇALVES DE CARVALHO EIRELI

Contratada

PORTARIA Nº1099/CPSPAD/SAD/2023

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 007/2023, de 05 de janeiro de 2023, do Secretário Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios,em 11 de janeiro de 2023, pag. 665, e devidamente designados pela Portaria nº 540/2021, objeto doprocesso administrativo disciplinar nº 016/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 10 de novembro de 2023.

Osvaldo Botelho de Campos Neto

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 207.2021

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10 e, de outro lado, a empresa SUPRIDATAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, doravante denominada simplesmente Contratada, inscrita no CNPJ n. 03.072.631/0001-04. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento encontra fundamento no art. 57, II, §2º, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n. 8.666/93 e suas alterações, nas condições do Contrato n. 207/2021, bem como nos demais documentos acostados ao PROCESSO GESPRO N. 923688/2023. OBJETO: O presente Termo tem por objeto aditar a CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA, CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA CONTRATUAL e CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO/NOTA DE EMPENHO, referente a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de materiais e peças, desmontagem, transporte e remontagem de sistemas de arquivos deslizantes, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT. VALOR: Fica mantido o valor da contratação de R$ 26.092,80 (vinte e seis mil e noventa e dois reais e oitenta centavos). UO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FONTE: 01500. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do Contrato, a partir da data de seu vencimento [10/11/2023], podendo ser prorrogado por igual (ais) e sucessivo (s) período (s), a critério da Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses na forma do artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários. FISCAL DE CONTRATO: A Secretaria Municipal de Administração que designa neste ato o servidor MARCOS RODRIGUES DA SILVA, portador da Cédula de Identidade RG n.662236-8 SSP/MT e inscrito no CPF o n.473.949.191-53, e Fiscal Suplente o servidor DANIEL APARECIDO LIMA DE OLIVEIRA, portador da Cédula de Identidade RG n.1155302-2 SSP/MT e inscrito no CPF n.942.490.751-68.

DATA DE ASSINATURA: 10.11.2023

OSVALDO BOTELHO DE CAMPOS NETO

Secretaria Municipal de Administração

Contratante

SUPRIDATAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA

Contratada

EXTRATO TERMO DE CONTRATO N. 352/2023

PARTES INTERESSADAS: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS/VG), através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, fundo público inscrito no CNPJ n. 11.364.895/0001-60, e de outro lado, EMPRESA MAGNAMED TECNOLOGIA MÉDICA S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 01.298.443/0002-54. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei n. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 17/2022, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo n. 785761/2022, no Termo de Referência n. 09/2022 da Secretaria de Saúde. Aplicam-se aos casos omissos, as noções gerais de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e as estabelecidas neste Termo, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 908158/2023. OBJETO: O objeto deste contrato é a aquisição de equipamentos e mobiliários hospitalares para suprir as necessidades da Secretaria Municipal De Saúde De Várzea Grande. VALOR: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 123.800,00 (cento e vinte e três mil e oitocentos reais). UO: SECRETARIA DE SAÚDE FONTE: 01500/0160/01621. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do contrato ficará a cargo dos seguintes servidores: FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do Contrato ficará a cargo dos seguintes servidores: A Secretaria de Saúde que designa neste ato, na função de titular, o servidor ARTHUR ASSIS DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o n. 032.221.001-10, e fiscal suplente, a servidora THAIANE ZAPOTOCZNY MODESTO, inscrita no CPF sob o n. 032.457.041-43.

DATA DE ASSINATURA: 13.11.2023

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria Municipal De Saúde

Fundo Municipal De Saúde

Contratante

MAGNAMED TECNOLOGIA MÉDICA S/A

Contratada

PORTARIA Nº.1113/2023

O Superintendente de gestão de pessoas daSecretaria Municipal de Administração do Município de Várzea Grande/MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

RETIFICAR a Portaria nº 988/2023 publicada em 17 de outubro de 2023:

Onde se lê:

Art. 1º Conceder o benefício de **Auxílio Doença**, com base no Art. 94 da Lei Nº 3.797/2012, aos seguintes servidores:

ILMA LEITE DE SOUZA DA SILVA, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 19587, exercendo o cargo de PROFESSOR (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCACAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER **no período de 30.09.2023 a 28.12.2023;**

Leia-se:

Art. 1º Conceder o benefício de **Auxílio Doença**, com base no Art. 10 da Lei Nº 4.648/2020, aos seguintes servidores:

ILMA LEITE DE SOUZA DA SILVA, Servidor (a) efetivo (a), inscrito sob a Matrícula N° 19587, exercendo o cargo de PROFESSOR (a), lotado (a) na Secretaria Municipal de EDUCACAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER **no período de 28.09.2023 a 26.11.2023;**

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, em Várzea Grande - MT,16de Novembro de 2023.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA(CRF)

NÚMERO DA CERTIDÃO: 002/2023

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA(CRF)

Processo Administrativo n.º 889563/2023

O **MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE**, ESTADO DE MATO GROSSO, regularmente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 03.507.548/0001-10, com sede na Avenida Castelo Branco, n.º 2.500, Paço Municipal, em Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo ExcelentíssimoPrefeito Municipal, KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, brasileiro, casado, servidor público, portador do Regis-

tro Geral (RG) N° 1268545-3 SSP/MT, e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) N.º 718.133.901-00, por tudo que ficou decidido no **Processo Administrativo n.º 889563/2023 CERTIFICA** que foi **APROVADA** a Regularização Fundiária Urbana (Reurb-S) nos seguintes termos:

PROMOTOR DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:

Municipio de Várzea Grande.

LOCALIZAÇÃO / MATRÍCULA

Loteamento“Residêncial NOVA ERA”, Município de Várzea Grande/MT.

Matricula de origem: 94.972, do 1º Ofício de Várzea Grande/MT.

MODALIDADE DA REGULARIZAÇÃO / FORMA DE TITULAÇÃO

Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (Reurb-S)

Legitimação Fundiaria - Art. 15 da Lei 13.645/17

TIPO DE REGULARIZAÇÃO:

Parcelamento do solo.

FINALIDADE:

Residencial

CONSOLIDAÇÃO:

A consolidação do núcleo urbano informal é existente desde o ano de 2015.

RESPONSABILIDADES DAS OBRAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO CRONOGRAMA:

Já possui infraestrutura essencial implantada;

Não possui compensações urbanísticas ou ambientais ou outras obras e serviços a serem executados;

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL:o presente bairro recebe água potável por via sistema coletivo, conforme se extrai do projeto de regularização fundiária.

SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO: Os Imóveis possuem sistemas individuais, pois não possuem rede coletora do esgotamento sanitário.

REDE DE ENERGIA ELÉTRICA DOMICILIAR: Todas as casas possuem energia elétrica, conforme fatura da conta de energia elétrica anexo no Projeto de Regularização Fundiária.

SISTEMA DE DRENAGEM:Não há alagamento nas unidades objeto da Reurb-S.

QUADRO DE ÁREAS:

Número de quadras atingidas:01

Número de lotes atingidos: 39

Área total dos lotes: 8.318,40m²

Área de ultilidade pública: Área A0, com 421,00m².

MATRÍCULAS OBJETO DA REGULARIZAÇÃO:

ÁREA A0 – Matricula de nº:109.849	ÁREA A20 – Matricula de n°: 99.855
ÁREA A1 – Matricula de n°:109.856	ÁREA A21 – Matricula de n°: 99.856
ÁREA A2 – Matricula de n°: 99.837	ÁREA A22 – Matricula de n°: 99.857
ÁREA A3 – Matricula de n°: 99.838	ÁREA A23 – Matricula de n°: 99.858
ÁREA A4 – Matricula de n°. 99.839	ÁREA A24 – Matricula de n°: 99.859
ÁREA A5 – Matricula de n°: 99.840	ÁREA A25 – Matricula de n°: 99.860
ÁREA A6 – Matricula de n°: 99.841	ÁREA A26 – Matricula de n°: 99.861
ÁREA A7 – Matricula de n°: 99.842	ÁREA A27 – Matricula de n°:99.862
ÁREA A8 – Matricula de n°: 99.843	ÁREA A28 – Matricula de n°:99.863
ÁREA A9 – Matricula de n°: 99.844	ÁREA A29 – Matricula de n°: 99.864
ÁREA A10 – Matricula de n°: 99.845	ÁREA A30 – Matricula de n°:99.865
ÁREA A11 – Matricula de n°: 99.846	ÁREA A31 – Matricula de n°: 99.866
ÁREA A12 – Matricula de n°: 99.847	ÁREA A32 – Matricula de n°: 99.867
ÁREA A13 – Matricula de n°: 99.848	ÁREA A33 – Matricula de n°: 109.850
ÁREA A14 – Matricula de n°: 99.849	ÁREA A34 – Matricula de n°: 109.851
ÁREA A15 – Matricula de n°: 99.850	ÁREA A35 – Matricula de n°: 109.852
ÁREA A16 – Matricula de n°: 99.851	ÁREAA36 – Matricula de n°:109.853
ÁREA A17 – Matricula de n°: 99.852	ÁREA A37 – Matricula de n°:109.854
ÁREA A18 – Matricula de n°: 99.853	ÁREA A38 – Matricula de nº: 109.855
ÁREA A19 – Matricula de n°: 99.854	

DESCRIÇÃO DOS IMÓVEIS:

ÁREA A0: Frente - NW: 23,00m para a Rua França - SE: 19,00m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,42m para a Avenida Alzira Santana; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área “A1”.**421,00m²**(quatrocentos e vinte e um metros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000628094.

ÁREA A1: Frente – NW: 10,10m para a Rua França: Fundos – SE: 10,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área Remanescente da Área “A0”; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área “A2”.202,28m²(duzentos e dois metros e vinte e oito centímetros quadrados). Área Construída: 92,50(noventa e dois metros e cinquenta decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000630982.

ÁREA A2: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área “A1”; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área “A3”.182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 40,69(quarenta metros e sessenta e nove decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000630983.

ÁREA A3: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área “A2”; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área “A4”.182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 40,69(quarenta metros e sessenta e nove decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000630984.

ÁREA A4: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área “A3”; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área “A5”.182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 70,11(setenta metros e onze decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000630985.

ÁREA A5: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área “A4”; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área “A6”.182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 74,44(setenta e quatro metros e quarenta e quatro decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000630986.

ÁREA A6: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área “A5”; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área “A7”.182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 126,88(cento e vinte e seis metros e oitenta e oito decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000630987.

ÁREA A7: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área “A6”; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área “A8”.182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 40,69(quarenta metros e sessenta e nove decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000630988.

ÁREA A8: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área "A7"; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área "A9".182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 40,69(quarenta metros e sessenta e nove decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000630989.

ÁREA A9: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área "A8"; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área "A10".182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 90,02(noventa metros e dois decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000630990.

ÁREA A10: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área "A9"; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área "A11".182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 63,94(sessenta e tres metros quadrados e noventa e quatro decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000630991.

ÁREA A11: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área "A10"; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área "A12".182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 40,69(quarenta metros e sessenta e nove decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000630992.

ÁREA A12: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área "A11"; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área "A13".182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 71,87(setenta e um metros e oitenta e sete decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000630993.

ÁREA A13: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área "A12"; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área "A14".182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 40,69(quarenta metros e sessenta e nove decimetros quadrados); Inscrição Imobiliária: 000000000630994.

ÁREA A14: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área "A13"; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área "A15".182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 40,69(quarenta metros e sessenta e nove decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000630995.

ÁREA A15: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área "A14"; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área "A16".182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 40,69(quarenta metros e sessenta e nove decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000630996.

ÁREA A16: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área "A15"; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área "A17".182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 40,69(quarenta metros e sessenta e nove decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000630997.

ÁREA A 17: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área "A16"; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área "A18".182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 40,69(quarenta metros e sessenta e nove decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000630998.

ÁREA A18: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área "A17"; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área "A19".182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 94,00(noventa e quatro metros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000630999.

ÁREA A19: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área "A18"; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área "A20".182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 40,69(quarenta metros e sessenta e nove decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000631000.

ÁREA A20: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área "A19"; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área "A21".182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 40,69(quarenta metros e sessenta e nove decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000631001.

ÁREA A21: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área "A20"; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área "A22".182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 102,07(cento e dois metros e sete decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000631002.

ÁREA A22: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área "A21"; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área "A23".182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 40,69(quarenta metros e sessenta e nove decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000631003.

ÁREA A23: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área "A22"; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área "A24".182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 40,69(quarenta metros e sessenta e nove decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000631004.

ÁREA A24: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área "A23"; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área "A25".182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 122,63(cento e vinte e dois metros e sessenta e tres decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000631005.

ÁREA A25: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área "A24"; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área "A26".182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 92,26(noventa e dois metros e vinte e seis decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000631006.

ÁREA A26: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área "A25"; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área "A27".182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 40,69(quarenta metros e sessenta e nove decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000631007.

ÁREA A27: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área "A26"; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área "A28".182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 40,69(quarenta metros e sessenta e nove decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000631008.

ÁREA A28: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área “A27”; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área “A29”.182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 87,00(oitenta e sete metros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000631009.

ÁREA A29: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área “A28”; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área “A30”.182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 94,09(noventa e quatro metros e nove decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000631010.

ÁREA A30: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área “A29”; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área “A31”.182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 40,69(quarenta metros e sessenta e nove decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000631011.

ÁREA A31: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área “A30”; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área “A32”.182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 119,08(cento e dezenove metros e oito decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000631012.

ÁREA A32: Frente – NW: 9,10m para a Rua França: Fundos – SE: 9,10m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área “A31”; Lado Esquerdo – SW: 20,03m para Área “A33”.182,25m²(cento e oitenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 63,38(sessenta e três metros e trinta e oito decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000631013.

ÁREA A33: Frente – NW: 5,60 e 2,80m para a Rua França: Fundos – SE: 9,35m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,03m para Área “A32”; Lado Esquerdo – SW: 20,98m para Área “A34”.180,02m²(cento e oitenta metros e dois centímetros quadrados). Área Construída: 40,69(quarenta metros e sessenta e nove decimetros quadrados); Inscrição Imobiliária: 000000000631014.

ÁREA A34: Frente – NW: 9,06m para a Rua França: Fundos – SE: 9,00m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 20,98m para Área “A33”; Lado Esquerdo – SW: 22,47m para Área “A35”.195,55m²(cento e noventa e cinco metros e cinquenta e cinco centímetros quadrados). Área Construída: 75,51(setenta e cincometros e cinquenta e um decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000631015.

ÁREA A35: Frente – NW: 9,06m para a Rua França: Fundos – SE: 9,00m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 22,47m para Área “A34”; Lado Esquerdo – SW: 23,97m para Área “A36”.209,00m²(duzentos e nove metros quadrados). Área Construída: 49,69(quarenta e nove metros e sessenta e nove decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: 000000000631016.

ÁREA A36: Frente – NW: 8,30m para a Rua França: Fundos – SE: 8,42m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 24,04m para Área “A35”; Lado Esquerdo – SW: 25,42m para Área “A37”.**205,10m²**(duzentos e cinco metros e dez centímetros quadrados). Área Construída: **40,69**(quarenta metros e sessenta e nove decimetros quadrados). Inscrição Imobiliária: **000000000631017.**

ÁREA A37: Frente – NW: 8,30m para a Rua França: Fundos – SE: 8,42m para a Área de Servidão da Linha de Transmissão da Rede Cemat; Lado Direito – NE: 25,42m para Área “A36”; Lado Esquerdo – SW: 26,81m para Área “A38”.**216,60m²**(duzentos e dezesseis metros e sessenta centimetros quadrados). Área Construída: **57,94**(cinquenta e sete metros e noventa decimetros quadrados); Inscrição Imobiliária: **000000000631025.**

ÁREA A38: Frente – NW: 15,40m para a Rua Holanda: Fundos – SE: 26,81m para a para Área “A37”; Lado Direito – NE: 61,20m para o Lote 02 e Lote 01 respectivamente da Quadra 16; + 10,00m com o Lote 01 da Quadra 16 e 2,90m confrontando com a Rua França. Lado Esquedo - SE: 64,28m – Área de Servidão da Linha de Transmissão da rede Cemat. Area de **1.061,00m²**(um mil e sessetan e um metros quadrados). Área Construída: **85,38**(oitenta e cinco metros e trinta e oito decimetros quadrados); Inscrição Imobiliária: **000000000631026.**

BENEFICIÁRIOS(AS):

ÁREA A0:ÁREA DE ULTILIDADE PUBLICA.

ÁREA A1:MARILENE ANTUNES FERREIRA, Filha de Vitoriano Antunes Ferreira e Alzira De Souza, brasileira, Do Lar, portadora do RG de n° 3474556-4 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n° 024.020.001-20, Solteira sob a Certidão de Nascimento, Matrícula 062042 01 55 1959 1 00060 175 0030931 68, 2° Oficío Cartório Acylino Xavier do Valle, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 01, Loteamento “Residencial Nova Era - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A2:DANIELA MARQUES DA SILVA, Filha de Francisco Marques Da Silva e Lucy Clemente Da Silva, brasileira, Auxiliar Operacional, portadora do RG de n° 1643223-1 SEJUSP/MT, inscrita no CPF sob o n° 020. 883.671-36, Solteira sob a Certidão de Nascimento Termo 104.848, Folhas: 76V°, Livro: -83-A, Cartório do 3° Oficío de Notas - Cuiabá - MT, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 02, Loteamento “Residencial Nova Era” -Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A3:VANESSA CRISTINA DA SILVA MOTA, Filha de Aluisio Mota e Vanildes da Silva e Vanisdes da Silva, brasileira, do Lar, portadora do RG de n° 2182258-1 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n° 037.467.96148, Solteira sob a Certidão de Nascimento matricula N° 063750 01 55 1984 1 00063 104 0081955 94 cartório do 3° Serviço Notorial e Reg. das Pessoas Naturais de Cuiabá - MT, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 03, Loteamento “Residencial Nova Era” - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A4:ROGELI MARIA DE MIRANDA, Filha de Luiz Gonçalves De Miranda e Lucila Maria Da Silva Miranda, brasileira, Do Lar, portadora do RG de n° 1508106-0 SEJUSP/MT, inscrita no CPF sob o n° 996.031.441-34, Solteira sob a Certidão de Nascimento, Matrícula 064899 01 55 1986 1 00012 107 0006558 95, Serviço Registral e Notarial do Distrito de Bom Sucesso - Várzea Grande/MT, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 04, Loteamento “Residencial Nova Era” - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A5:EDNA MARIA DE ALMEIDA COSTA, Filha de Carlos Roberto De Almeida e Elza Andrade De Almeida, brasileira, Auxiliar de Produção, portadora do RG de n° 1297987-2 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n° 697. 065.141-04, ÁREAda sob a Certidão de ÁREAmento, Matrícula 065136 01 55 2018 2 00062 053 0020144 50, 2° Serviço Notarial e Registral - Várzea Grande/MT, com ROGERIO SILVA DA COSTA, Filho de Clemente Sebastião Da Costa e Jaudinora Silva Campos, brasileiro, Serviços Gerais, portador do RG de n° 2148907-6 SESP/MT, inscrito no CPF sob o n° 711.171. 911-50, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 05, Loteamento “Residencial Nova Era - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A6:LUCY CLEMENTE DA SILVA MATOSO, Filha de Benedito Clemente Da Silva e Antonia Pedrosa Da Silva, brasileira, Comerciante Mei, portadora do RG de n° 0585269-2 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n° 361. 648.281-04, ÁREAda sob a Certidão de ÁREAmento, Matrícula 065136 01 55 2011 2 00038 161 0015255 11, 2° Serviço Notarial e Registral - Várzea Grande/MT, com LUIZ CARLOS MATOSO, Filho de Jose Pereira Matoso e Maria Tereza De Paula Matoso, brasileiro, Motorista, portador do RG de n° 486503 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n° 384.165.061-91, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 06, Loteamento “Residencial Nova Era - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A7:GONÇALO IZIDORO DE MORAES, Filho de Clementino De Moraes e Liberata Maria De Moraes, brasileiro, Aposentado, portador do

RG de n° 1212352-8 SESP/MT, inscrito no CPF sob o n° 940.412.961-53, Solteiro sob a Certidão de Nascimento, Matrícula 064899 01 55 1964 1 00004 209 0000831 40, Cartório Do Distrito De Bom Sucesso - Várzea Grande/MT, Residente e domiciliado na Rua França, ÁREA A 07, Loteamento “Residencial Nova Era” - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A8:CLOVIS DOMINGOS DE CAMPOS, Filho Claudino Rodrigues De Campos e Adelina Martine de Carvalho, brasileiro, Autônomo, portador do RG de n° 0469099-0 SEJUSP/MT, inscrito no CPF sob o n° 384.241. 181-20, Solteiro sob a Certidão de Nascimento, Livro: 27 , Folhas: 73V, Termo: 21492, 2° Serviço Notarial e Registral - Comarca de Várzea Grande - Estado de Mato Grosso- Várzea Grande/MT, Residente e domiciliado na Rua França, ÁREA A, 08 , Loteamento “Residencial Nova Era - Municipio de Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A9:ANA AUXILIADORA DA SILVA, Filha de Antonio Mauricio Da Silva e Lucila Maria Da Silva, brasileira, Do Lar, portadora do RG de n° 0864728-3 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n° 571.344.131-87, Solteira sob a Certidão de Nascimento, Matrícula 064899 01 55 1975 1 00007 159 0000633 60, Cartório Do Distrito De Bom Sucesso - Várzea Grande/MT, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 09, Loteamento “Residencial Nova Era” - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A10:DALVA CONCEIÇAO DA SILVA, Filha de Porfirio Pereira Da Silva e Maria Sofia Da Silva, brasileira, Do Lar, portadora do RG de n° 0083016-0 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n° 796.652.761-15, Solteira sob a Certidão de Solteira, Matrícula 064303 02 55 1976 1 00003 013 0000003 78, 2° Serviço Notarial e Registral De Santo Antonio De Leverger - MT, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 10, Loteamento “Residencial Nova Era - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A11:LUCILA MARIA DA SILVA, Filha de Porfirio Pereira Da Silva e MariaSofia Do Espirito Santo, brasileira, Do Lar, portadora do RG de n° 0531149-7 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n° 362.652.921-53, Viúva sob a Certidão de Óbito Livro n° 22-C, Folha n° 21, Termo n° 18.483 Serviço Notarial 3° Oficío De Notas Tabeliã - Cuiabá - MT, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 11, Loteamento “Residencial Nova Era - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A12:ROZENIL MARIA DE MIRANDA, Filha de Luiz Gonçalves De Miranda e Lucila Maria Da Silva Miranda, brasileira, Atendente, portadora do RG de n° 1835156-5 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n° 025.629. 311-22, Solteira sob a Certidão de Nascimento, Livro n° 12, Folhas n° 107, Termo: 6.559, Cartório do Distrito de Bomsucesso - Várzea Grande/MT, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 12, Loteamento “Residencial Nova Era - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A13:JERRE MARIA DE MIRANDA, Filha de Luiz Gonçalves De Miranda e Lucila Maria Da Silva, brasileira, Do Lar, portadora do RG de n° 2431861-2 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n° 050.949.631-80, Solteira sob a Certidão de Nascimento Matrícula 064899 01 55 1996 1 00015 084 0010068 87, Cartório Do Distrito De Bom Sucesso - Várzea Grande/MT, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 13, Loteamento “Residencial Nova Era - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A14:RAFAENI JAINE SILVA, Filha de Rosa Aparecida Da Silva, brasileira, Do Lar, portadora do RG de n° 2839368-6 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n° 062.088.581-51, Solteira sob a Certidão de Nascimento, Matrícula 064329 01 55 2002 1 00047 067 0017273 69, 2° Serviço Notarial e Registral da Comarca de Poconé - MT, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 14, Loteamento “Residencial Nova Era -Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A15:EMYLLY CAROLINE SOUZA, Filha de Adriano Souza De Oliveira e Devair Benedita Santana, brasileira, Do Lar, portadora do RG de n° 2443443-4 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n° 038.745.581-77, Solteira sob a Certidão de Nascimento, Matrícula 065458 01 55 1996 1 00024 181 0026976 46, Serviço Registral e Notarial Do Distrito Do Cristo Rei - Várzea Grande/MT, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 15, Loteamento “Residencial Nova Era” - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A16:MARINETE ROSA DE OLIVEIRA CAMPOS, Filha de Fernando Reis De Campos e Nirce Alice De Oliveira Campos, brasileira, Do Lar, portadora do RG de n° 1862798-6 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n° 025. 965.521-08, Solteira sob a Certidão de Nascimento, n° 7.696, Folhas: 134 V, Livro n° 8-A, Cartório De Registro Civíl e Notas - Municipío De Nossa Senhora Do Livramento, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 16, Loteamento “Residencial Nova Era - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A 17:JUCILENE DE AMORIM SOUZA, Filha de Antonio De Amorim e Benedita Pedrosa Da Silva Amorim, brasileira, Diárista, portadora do RG de n° 1855286-2 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n° 019.750.391-81, ÁREAda sob a Certidão de ÁREAmento, n° 4.142, Folhas: 169, Livro n° 12, Distrito De Bom Sucesso Municipío e Comarca de Várzea Grande/MT, com MARCELO JESUS DE SOUZA, Filho de Joana Marcelina De Souza, brasileiro, Serviço Geral, portador do RG de n° 13711 MTE/MT, inscrito no CPF sob o n° 502.691.861-15, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 17, Loteamento “Residencial Nova Era” - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A18:JOYSIANE LEMES DA SILVA, Filha de Januario Lemes Da Silva e Maria Auxiliadora Da Silva, brasileira, Babá, portadora do RG de n° 1799265-6 SESP/MT, inscrita no CPF 025.033.641-36, Solteira sob a Certidão de Nascimento, n° 31.347, Folhas: 277, Livro A 87, Cartório Do 2° Oificío, Municipío e Comarca de Cáceres - MT, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 18, Loteamento “Residencial Nova Era -Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A19:JOSIANE APARECIDA DE FRANÇA, Filha de Cerilo Libano De França e Mari De França, brasileira, Diarista, portadora do RG de n° 2216726-9 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n° 039.462.861-60, Solteira sob a Certidão de Nascimento, Matrícula 065136 01 55 1991 1 00034 084 0038391-30, 2° Serviço Notarial e Registral - Estado de Mato Grosso - Comarca de Várzea Grande/MT, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 19 , Loteamento “Residencial Nova Era - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A20:ADRIANA CRISTINA BATISTA DOS SANTOS, Filha de José Batista e Maria De Lurdes Batista, brasileira, Do Lar, portadora do RG de n° 1407495-8 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n° 020.725.401-00, ÁREAda sob a Certidão de ÁREAmento , Matrícula 065367 01 55 2013 2 00022 049 0004849 47, Serviço Notarial e Registral do Distrito De Capão Grande - Várzea Grande/MT, com RONAN FRANCISCO DOS SANTOS, Filho de Melorindo Francisco Dos Santos e Lourdes Alves Dos Santos, brasileiro, Autônomo, portador do RG de n° 15871576 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n° 022.250.811-66, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 20, Loteamento “Residencial Nova Era - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A21:MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE.

ÁREA A21:RAFAELA SANTANA MOREIRA MENESES CALDAS, Filha de Jocenildo Antonio Moreira e Elza Augusta Santana, brasileira, Diarista, portadora do RG de n° 1895816-8 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n° 032. 623.691-01, ÁREAda sob a Certidão de ÁREAmento, Matrícula 065375 01 55 2021 2 00122 275 0035901 61 Cartório Xavier De Matos - Municipío - Cuiabá/MT, com KENNETH MENESES CALDAS CABRAL, Filho de Elijoão Cabral Da Silva Melo e Olenice Fortes De Meneses Caldas Cabral, brasileiro, Autônomo, portador do RG de n° 1853764-2 SESP/MT, inscrito no CPF sob o n° 046.941.691-22, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A, 21, Loteamento “Residencial Nova Era - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A22:SUZAMAR AUXILIADORA DA SILVA, Filha de Ana Auxiliadora Da Silva, brasileira, Autônoma, portadora do RG de n° 1834440-2 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n° 026.342.771-48, Solteira sob a Certidão de Nascimento, n° 4257, Folhas: 80V, Livro: A-6, Municipío de Nobres -MT,

Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 22, Loteamento “Residencial Nova Era - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A23:MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE.

ÁREA A24:ELZA ANDRADE DE ALMEIDA, Filha de Atanasio Leovegildo De Andrade e Camila Peres De Andrade, brasileira, Aposentada, portadora do RG de n° 0474047-5 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n° 383.930.181-53, ÁREAda sob a Certidão de ÁREAmento, Matrícula 065136 01 55 1985 2 00009 068 0003719 82, 2° Serviço Notarial e Registral - Várzea Grande/MT, com Carlos Roberto De Almeida, Filho de Sebastião Benedito De Almeida e Catarina Cecilia De Almeida, brasileiro, Pedreiro, portador do RG de n° 0462871-3 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n° 383.929.841-53, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 24. Loteamento “Residencial Nova Era - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A25:JOANICE FERNANDA DE LIMA COSTA MIRANDA, Filha de Jair Gomes Da Costa e Janete Maria De Lima Costa, brasileira, Do Lar, portadora do RG de n° 1826690-8 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n° 021.643.281-24, ÁREAda sob a Certidão de ÁREAmento, Matrícula 065136 01 55 2012 2 00042 035 0015929 90, 2° Serviço Notarial e Registral - Estado de Mato Grosso - Comarca de Várzea Grande/MT, com ROBERTO GONÇALVES DE MIRANDA, Filho de Emiliano Gonçalves De Miranda e Lucia Maria De Miranda, brasileiro, Supervisor, portador do RG de n° 84220825 SESP/PR, inscrito no CPF sob o n° 031.101.079-29, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 25, Loteamento “Residencial Nova Era - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A26:MARILZA MARTINEX ESTRAVIS, Filha de Jose Martinez Estravis e Maria Francisco Estravis, brasileira, Vendedora, portadora do RG de n° 1743875-6 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n° 024.249.051-42, ÁREAda sob a Certidão de ÁREAmento Livro: B-31, Folha: 173, Termo: 44096, 3° Serviço Notarial e Reg. das Pessoas Naturais de Cuiabá/MT, com JOILDO MARQUES DE OLIVEIRA, Filho de Lucilo Marques De Oliveira e Maria Tereza De Morais, brasileiro, Desossador, portador do RG de n° 1228316-9 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n° 884.318.861-53, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 26, Loteamento “Residencial Nova Era - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A27:MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE.

ÁREA A28:MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE.

ÁREA A29:LUIS CARLOS DE ALMEIDA, Filho de Carlos Roberto De Almeida e Elza Andrade De Almeida, brasileiro, Operador de Empilhadeira, portador do RG de n° 12979856 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n° 856.623.721-87, Solteiro sob a Certidão de Nascimento, Matrícula 065136 01 55 1985 1 00021 239 0023828 03, 2° Serviço Notarial e Registral - Várzea Grande/MT, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 29 - Loteamento “Residencial Nova Era -Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A30:MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE.

ÁREA A31:LETICIA MARQUES ESTRAVIS, Filha de Joadir Marques Da Silva e Sandra Matinez Estravis, brasileira, Auxiliar de Fármacia, portadora do RG de n° 26006030 SEJUSP/MT, inscrita no CPF sob o n° 027.457.581-79, Solteira sob a Certidão de Nascimento, Matrícula 0637500155 1996 1 00177 158 0185156 53, 3° Serviço de Registro Civíl Municipío e Comarca Cuiabá/MT, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 31, Loteamento “Residencial Nova Era -Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A32:IZINETE AVELINA DA CONCEIÇÃO, Filha de João Nelson Da Conceição e Edir Joséfa Da Conceição, brasileira, Do Lar, portadora do RG de n° 1428060-4 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n° 022.043.251-12, Solteira sob a Certidão de Nascimento, Matrícula 065136 01 55 1980 1 00011 179 0011987 41, 2° Serviço Notarial e Registral De Várzea Grande - MT, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 32, Loteamento “Residencial Nova Era - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A33:MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE.

ÁREA A34:CRISTIANE ALMEIDA PESSOA NASCIMENTO, Filha de Antonio Pórfirio Sobrinho e Lindalva Cristina De Almeida, brasileira, Do Lar, portadora do RG de n° 2149299-9 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n° 035.654.031-60, ÁREAda sob a Certidão de ÁREAmento, sob n° 7.283, Folhas: 244, Livro n° 17, Serviço Notarial e Registral de Bom Sucesso - Comarca de Várzea Grande/MT, com WELINGTON SILVA NASCIMENTO, Filho de Valdison De Souza Nascimento e Cenira Da Silva Nascimento, brasileiro, Autônomo, portador do RG de n° 1338038-0 SESP/MT, inscrito no CPF sob o n° 001.350.521-14, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 34, Loteamento “Residencial Nova Era - Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A35:DIRCE FATIMA DO NASCIMENTO, Filha de Martins Antonio Do Nascimento e Catarina Baroni Do Nascimento, brasileira, Aposentada, portadora do RG de n° 1686349-6 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n° 015.478.511-39, Solteira sob a Certidão de Nascimento, Folhas: 196, n° 13996, Livro: A-016, Cartório De Registro Civíl Das Pessoas Naturais Distrito Municipío e Comarca de Mauá - São Paulo, Residente e domiciliada na Rua França, ÁREA A 35, Loteamento “Residencial Nova Era - Municipio de Municipio de Várzea Grande/MT.

ÁREA A36:MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE.

ÁREA A37:MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE.

ÁREA A38:MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE.

Cabe asseverar **que as construções serão regularizadas posteriormente por seus ocupantes/beneficiários, cujo registro de titulação por legitimação fundiária será feito sem a averbação da respectiva construção;**

Certifico que foram observados todos os requisitos previstos no art. 41 da Lei 13.465/2017 para expedição desta certidão. Nada mais consta.

Várzea Grande/MT, 16 de Novembro de 2023.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – MATO GROSSO

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

SECRETÁRIO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DAE-VG

ATO DE NOMEAÇÃO N.º 009/2023

Carlos Alberto Simões de Arruda, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1997 e alterada pela Lei nº 1.866/1.998, NOMEIA com data retroativa a partir de 06 de novembro de 2023, do cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL - DGA 3, o servidor abaixo, lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG.

JOSNI SOUSA DE ARAUJO	ASSESSOR ESPECIAL	DGA – 3

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 17 de novembro de 2023.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N.498/2023

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO O(A) SERVIDOR(A) E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **ELECILDES RIBEIRO PESSOA,** matricula **nº 955**,efetiva no cargo deAgente Comunitário de Saúde, exercendo suas funções na Secretaria Municipal de "Saúde", **Licença-Prêmio,** por um período de 03 (três) meses, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992**.**

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, a servidora beneficiária deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o artigo anterior corresponde ao período aquisitivo de **01/07/2013 a 30/06/2018.** Tendo início **06/11/2023** e término em **05/01/2024.**

.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a **06 de novembro de 2023**, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.508/2023

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora Srª. **RAQUEL DE ALMEIDA BRINGSKEN,** matricula n. 2158, efetiva no cargo de Dentista, GRATIFICAÇÃO de **20% (vinte por cento)** sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99 a contar desta data.

Art. 2º. A gratificação concedida no art. 1º da presente Portaria tem o caráter indenizatório para que a referida servidora além de suas funções de Dentista desenvolva a função de coordenadora das Equipes de Saúde Bucal das Unidades de Saúde do Municipio.

Art. 3º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário da servidora voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. A servidora designada só fará jus a remuneração da função comissionada sendo assíduo ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS do mês de NOVEMBRO DO ANO de dois mil E VINTE E TRÊS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

GABINETE
PORTARIA Nº 278/2023

DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito do Município de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora, **Lovane Schmitz**, inscrita no CPF sob nº 809.599.891-53,para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 052/2023, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA/MT e a empresa PUBLIC SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 31.422.683/0001-07, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rotina administrativa compreendendo o levantamento, preenchimento, conferencia e correções das informações a serem enviadas através do sistema SICONFI – Sistema de informações Contábeis e fiscais do setor Público Brasileiro.

Art. 2º. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 154/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2023

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 1028335

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pela Lei 10.520/2002 e pelos Decretos nº 3.784/2001, 5.450/2005 e 5.504/2005, Decretos Municipais nº 048/2006 e 049/2006; Decreto 10.024/2019 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios para a alimentação escolar.

REALIZAÇÃO: 04/12/2023

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min.

ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 09h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no aplicativo denominado "Licitações-e", desenvolvido pelo Banco do Brasil

S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, diretamente no site www.licitacoes-e.com.br e no site do Município www.vilarica.mt.gov. br.

Vila Rica / MT, 17 de novembro de 2023.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

GABINETE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA LIMPEZA DE LOTES E TERRENOS BALDIOS NO MUNICÍPIO DE VILA RICA, INCLUINDO CONSTRUÇÕES E CASAS ABANDONADAS.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS – Lei nº 1.372/2016

OBJETO: Limpeza de terrenos baldios conforme estabelecido em Lei.

RESPONSÁVEL PELA INTIMAÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA – MT

FINALIDADE E DESCRIÇÃO DOS FATOS: INTIMAR, o proprietário do imóvel conforme relacionado que no prazo de 10 (dias), contados da publicação deste, a proceder à limpeza, capina e à retirada de entulhos e do lixo, bem como a fazer, no seu terreno, o escoamento de águas estagnadas e outros serviços necessários ao asseio e à higiene, de forma a não molestar a vizinhança não comprometendo a saúde e a higiene pública.

SITUAÇÃO DO INTIMADO: Caso o(a) Senhor(a) não seja mais proprietário/possuidor do imóvel, comprovar a solicitação de regularização cadastral, comunicando a situação por meio de documento legalmente constituído para providências de transferência de propriedade do referido imóvel urbano.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O não cumprimento das exigências no prazo estipulado, a Prefeitura fará a limpeza e cobrará o valor de 4 (Quatro) UFVR's, por limpeza, e 5 (cinco) UFVR's por não ter atendido a notificação. ficando estabelecido o mesmo valor por lixo ou entulhos, a quem lança-los em terrenos baldios, próprios e de terceiros, calçadas ou vias públicas deste município.

INTIMADOS para cumprimento do presente conforme relação em anexo.

TOTAL DE LOTES: 02 (dois) lotes, sendo que 1(um) localizado no setor Oeste e 1(um) no setor São Pedro. Nomes dos proprietários/ou responsável legal segue em anexo.

Vila Rica – MT, 17 de novembro 2023.

_____

Abmael Borges da Silveira

Prefeito

_____ _____

Jéssica Santos Rocha Davi Ap. O. Moreira

Secretario de Finanças Diretor de Tributação

Contribuinte: ROSILENE ROSA DA COSTA **Cont.:** 3065 **Cód. Imóvel:** 3065
Endereço: AV. A S. OESTE S/N Quadra: 10 Lote: 09
RG/CPF: 496.456.331-68

Contribuinte: MARINES PEREIRA COSTA **Cont.:** 9574 **Cód. Imóvel:** 9574
Endereço: AV. PERIMENTRAL SUL Nº 1528 Quadra: 49 **Lote:** 24
RG/CPF: 001.548.6314-14

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 107/2023

CONCURSO 001/2023

A Prefeitura Municipal de Vila Rica / MT, localizada na Avenida Brasil, nº 2.000, Bairro Centro, no uso de suas atribuições legais mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, através da Comissão Organizadora que é a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer e da Comissão Julgadora nomeada pela Portaria nº 203/2023, torna-se público o encerramento da fase de julgamento do Processo de Concurso nº 001/2023, PARA ESCOLHA E DIVULGAÇÃO DO HINO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE VILA RICA/MT, onde foi declarado vencedor:

VENCEDOR DO CONCURSO	VALOR:
JUNIOR BUENO SILVA (978.738.371-49)	R$ 3.000,00

Vila Rica – MT, 16 de novembro de 2023.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE
PORTARIA Nº 275/2023

DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito do Município de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora**,** JOYCILENE DA SILVA COSTA, inscrita no CPF nº 005.969.841-11 e do RG sob o nº 15986322 SSP/MT,para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 051/2023, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA/MT e a empresa IDCAP INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO, CNPJ sob o n° 28.534.872/0001-59, cujo objeto é a contratação de entidade ou fundação para a prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, organização e realização de Concurso Público de provas (escrita, prática e de títulos), objetivando o provimento de cargos públicos, de Nível Fundamental Incompleto, Nível Médio e Nível Superior e Cadastro de Reserva, com o fornecimento completo de recursos materiais e humanos, a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas, em especial com a elaboração, impressão, aplicação e correção das provas, bem como toda e qualquer logística necessária para a execução dos serviços.

Art. 2º. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 053/2023

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 107/2023

CONCURSO Nº 001/2023

DO OBJETO: O presente termo tem como objeto escolha do Hino Oficial do Município de Vila Rica -MT, conforme previsto na **LEI MUNICIPAL N°1. 998/2023 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2023,** para atender nas necessidades da Secretaria de Cultura Desporto e Lazer.

DO VALOR E DO PAGAMENTO: O Valor ao premiado será de R$ 3. 000,00 (três mil) reais, conforme previsto no Edital. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias.

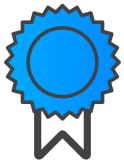
DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 90 (noventa), sendo do dia 16 de novembro de 2023 à 14 de fevereiro de 2024. DATA: Vila Rica/MT, 16 de novembro de 2023.

ASSINANTES:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA – Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante.

JUNIOR BUENO SILVA RG: 5994135 SSP/GO, CPF: 978.738.371-49. – Contratado.

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Nov 20 22:31:47 UTC 2023
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)